



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4404

Segunda-feira - 11 de Dezembro de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abelardo Luz.....	3	Cordilheira Alta	443	Lajeado Grande.....	981
Agrolândia	5	Corupá	446	Lauro Muller	989
Água Doce.....	7	Cunha Porã.....	472	Lebon Regis.....	990
Águas de Chapecó.....	9	Cunhataí.....	474	Lontras.....	991
Águas Mornas	10	Curitibanos	475	Macieira.....	994
Alfredo Wagner	13	Dionísio Cerqueira	497	Mafrá	996
Anchieta	14	Dona Emma.....	511	Major Gercino	1003
Anita Garibaldi	23	Ermo.....	513	Major Vieira	1004
Antônio Carlos	24	Eraldo Velho	516	Matos Costa.....	1022
Apiuna.....	29	Faxinal dos Guedes.....	517	Meleiro	1026
Arabutã	33	Formosa do Sul	525	Mirim Doce	1028
Araranguá.....	34	Forquilha.....	532	Modelo	1036
Armazém.....	48	Galvão.....	533	Mondai.....	1039
Arroio Trinta.....	52	Garopaba.....	540	Morro Grande.....	1041
Atalanta.....	68	Garuva	542	Navegantes.....	1042
Balneário Camboriú	69	Gaspar	562	Nova Trento	1047
Balneário Gaivota	73	Governador Celso Ramos	578	Nova Veneza	1049
Balneário Piçarras.....	74	Grão Pará	579	Novo Horizonte	1052
Balneário Rincão	82	Gravatal.....	614	Orleans	1054
Bandeirante	83	Guaraciaba	615	Otacílio Costa.....	1055
Barra Bonita.....	84	Guaramirim.....	643	Ouro	1059
Barra Velha.....	88	Guarujá do Sul.....	647	Ouro Verde	1060
Bela Vista do Toldo.....	238	Guatambú	648	Palhoça	1064
Belmonte.....	240	Ibiam	649	Palma Sola.....	1077
Benedito Novo	241	Ibirama	650	Palmitos	1080
Biguaçu	243	Içara	655	Papanduva.....	1082
Blumenau	252	Ilhota	771	Passos Maia	1083
Bombinhas.....	292	Imbituba	773	Paulo Lopes	1086
Bom Jardim da Serra	272	Imbuia	774	Penha.....	1087
Bom Jesus	275	Indaial.....	776	Pescaria Brava	1153
Bom Jesus do Oeste.....	286	Iomerê	800	Petrolândia	1164
Braço do Norte.....	293	Ipirá	801	Pinhalzinho	1166
Braço do Trombudo	297	Iporã do Oeste.....	804	Pinheiro Preto	1167
Brunópolis	299	Ipumirim	806	Piratuba.....	1168
Brusque.....	300	Iraceminha	814	Planalto Alegre.....	1171
Caçador	331	Irani.....	815	Pomerode.....	1172
Caibi	334	Irineópolis	819	Ponte Alta.....	1179
Camboriú.....	335	Itá	833	Ponte Serrada	1183
Campo Alegre	353	Itaiópolis	834	Porto Belo.....	1189
Campos Novos.....	386	Itapiranga.....	839	Porto União.....	1192
Canelinha	400	Ituporanga	861	Praia Grande.....	1194
Capinzal	408	Jaguaruna	865	Presidente Castello Branco	1196
Capivari de Baixo.....	410	Jaraguá do Sul	868	Presidente Getúlio	1197
Catanduvas.....	412	Joaçaba.....	904	Presidente Nereu.....	1199
Chapadão do Lageado	421	Jupia.....	947	Princesa	1200
Chapecó.....	425	Lacerdópolis.....	948	Quilombo.....	1202
Cocal do Sul.....	437	Lages	972	Rio dos Cedros.....	1206
Concórdia	439	Laguna	978	Rio do Sul.....	1204

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4404

Segunda-feira - 11 de Dezembro de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Rio Fortuna.....	1218	São João do Sul	1432	Treviso	1660
Rio Negrinho.....	1219	São Joaquim	1433	Treze de Maio	1661
Rio Rufino.....	1226	São José.....	1437	Treze Tílias	1662
Riqueza	1248	São José do Cedro.....	1513	Trombudo Central.....	1663
Rodeio.....	1250	São Lourenço do Oeste.....	1516	Tubarão.....	1664
Salete.....	1251	São Ludgero	1566	Tunápolis.....	1684
Santa Cecília.....	1255	São Miguel do Oeste.....	1581	Turvo	1694
Santa Rosa de Lima.....	1256	São Pedro de Alcântara.....	1604	União do Oeste	1698
Santa Rosa do Sul	1258	Saudades.....	1614	Urubici	1700
Santiago do Sul.....	1261	Schroeder	1615	Vargeão.....	1701
Santo Amaro da Imperatriz	1262	Seara	1621	Vargem	1703
São Bento do Sul.....	1282	Siderópolis.....	1626	Vidal Ramos.....	1705
São Bernardino	1294	Taió.....	1628	Vitor Meireles.....	1709
São Carlos	1334	Tangará.....	1631	Witmarsum	1712
São Domingos.....	1338	Tigrinhos	1641	Xanxerê.....	1713
São Francisco do Sul.....	1339	Tijucas	1650	Xaxim.....	1734
São João do Itaperiú	1430	Timbó	1653	Zortéa	1735
São João do Oeste	1431	Três Barras	1657		
Consórcios					
CIRSURES.....	1740				





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4404

Segunda-feira - 11 de Dezembro de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina



Abelardo Luz**PREFEITURA****PORTARIA Nº 283 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023**

Publicação Nº 5410520

PORTARIA Nº. 283/2023

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. CHARLENE PEREIRA NUNES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 01/03/2023 a 29/02/2024. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 13/11/2023 a 22/11/2023, ficando o restante dos dias e o pagamento do 1/3 das férias para serem tirados posteriormente.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 09 de novembro de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 302 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410541

PORTARIA Nº. 302/2023

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CELIO ROBERTO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2020. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 04/12/2023 a 02/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 06 de dezembro de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 304 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410544

PORTARIA Nº. 304/2023

Dispõe sobre a regulamentação do sistema municipal de avaliação escolar da rede municipal de educação, considerando o disposto na Lei Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterando a periodicidade da avaliação do rendimento escolar na rede municipal de ensino a partir do ano de 2024.

NERCI SANTIN, Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar critérios e estabelecer normas e diretrizes que orientam a implementação do sistema de avaliação, garantindo consistência, imparcialidade e transparência;

CONSIDERANDO parecer técnico 001/2023 do Conselho Municipal de Educação de Abelardo Luz que aprova o texto que regulamenta todo sistema de avaliação da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO que a revisão da periodicidade das avaliações visa contemplar a extensão do currículo escolar, considerando não apenas a quantidade de conteúdo, mas também a qualidade da compreensão e aplicação dos conhecimentos pelos alunos;

CONSIDERANDO que a alteração na periodicidade da avaliação é uma resposta às mudanças no cenário educacional, visto que grande parte dos sistemas educacionais de ensino, inclusive o do estado de Santa Catarina já utiliza o trimestre como forma de organizar o resultado do rendimento escolar;

CONSIDERANDO que a regulamentação do sistema de avaliação busca fomentar a autonomia dos educadores, considerando que a definição de critérios claros e objetivos permitirá uma avaliação mais justa e alinhada aos objetivos educacionais.

RESOLVE:

IMPLEMENTAR E ALTERAR, os critérios para avaliação escolar da rede municipal de educação do município de Abelardo Luz, regulamentado pelo parecer 001/2023 do Conselho Municipal de Educação, alterando a periodicidade da avaliação do rendimento escolar para o período trimestral, sendo que as unidades escolares da rede municipal de educação passarão a emitir documento de registro de avaliação do estudante, através de boletim escolar durante o ano letivo, em três trimestres, com vigência a partir do ano letivo de 2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 08 de dezembro de 2023.

NERCI SANTIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Agrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 204, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409983

DECRETO Nº 204, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação de Amostras do Pregão Eletrônico nº 44/2023.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, com fundamento no inciso VI do art. 79, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Avaliação de Amostras que visa à aquisição de gêneros alimentícios a serem disponibilizados conforme necessidade e interesse públicos, de forma parcelada, junto às redes municipais de ensino de Agrolândia, nos termos do Pregão Eletrônico nº 44/2023, constituída pelos seguintes membros:

I - Adriana Ribeiro Muniz May;

II - Daniela Nazário;

III - Elaine Back de Jesus.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 08 de dezembro de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

Aline Sutil
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 205, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410012

DECRETO Nº 205, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova desmembramento localizado na Rua 3 de Maio e na Alameda Trombudo Alto, bairro Três Barras, de propriedade de Ingo Paupitz.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso XXII, da Lei Orgânica do Município de Agrolândia, de 03 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, conforme planta protocolada sob o nº 924 na Divisão de Planejamento, o desmembramento localizado na Rua 3 de Maio e na Alameda Trombudo Alto, bairro Três Barras, neste município, de propriedade de Ingo Paupitz, inscrito(a) no CPF sob o nº 031.095.269-72, com área total de 14.737,61 m², inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central – SC sob o nº 22.893.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 08 de dezembro de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

Aline Sutil
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 47/2023

Publicação Nº 5410103

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4783A81B3D5E035A37EE9A94EEA23270C2100DD1

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES QUE COMPÕEM O KIT ESCOLAR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 9º ANO) PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VENCEDOR DO PROCESSO LICITATÓRIO:

JM PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 38.613.730/0001-30. VALOR: R\$ 316.776,00 (Trezentos e Dezesesseis Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais).

Agrolândia/SC, 08 de Dezembro 2023.

José Constante

PREFEITO MUNICIPAL

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 273/2023

Publicação Nº 5411809

DECRETO Nº 273/2023 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 da Lei nº 3.179 de 08 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 3.179 de 08 de dezembro de 2022, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98,01 (noventa e oito reais e um centavo).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de rendimentos de aplicações financeiras de Transferências Especiais Voluntárias (TVEs) do Estado.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa; 3.3.90.00.00.1.710.3210.1760/126 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
02 DEPTO. DE INFRA ESTRUTURA RURAL	
26.782.19.2.072 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL	
3.3.90.00.00.1.710.3210.1760/126 Aplicações Diretas	R\$ 98,01
TOTAL	R\$ 98,01

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na Rubrica de Outras Transferências do Estado – FR 1.710.3210.1760.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de dezembro de 2023.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 613/2023

Publicação Nº 5411318

PORTARIA Nº 613/2023 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Água Doce - SC, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e nos termos do item 11 do Prejulgado nº 984 do Tribunal de Contas de Santa Catarina¹,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria 205/2021 e suas alterações passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º [...]

CXX – Ernani Favero

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes na Portaria nº 205/2021 e suas alterações.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de dezembro de 2023.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO Nº 004/2023 AO CONTRATO N. 005/2019 08-12-2023**

Publicação Nº 5411952

TERMO ADITIVO Nº 004/2023 AO CONTRATO N. 005/2019

08-12-2023

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 04.405.472/0001-85, com sede na Praça João Macagnan, n. 322, Município de Água Doce – SC neste ao representada por sua Presidente, Senhor ANILTON TONIAL, portador do CPF/MF sob o nº 501.701.809-30, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a EMPRESA WILLIAN & ARTHUR INFORMÁTICA LTDA - ME, com sede na Rua Duque de Caxias, nº612, Centro da Cidade de Guaraciaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.520.032/0001-34, neste ato representado pelo seu Procurador o Sr. Willian Perondi, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.384.798 e inscrito no CPF sob o nº 083.489.779-29, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato n. 005/2019, originário do Processo Administrativo n. 003/2019, Dispensa de Licitação n. 003/2019, com fulcro na Lei n. 8.666/93, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços n.º 005/2019, nos termos da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de aproximadamente R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais. Os quais serão pagos diretamente para a CONTRATADA, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente ao período da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2024 até 31 de março de 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Continuam válidas todas as demais cláusulas do Contrato n. 005/2019, salvo disposição em contrário.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente Termo Aditivo, em três vias, de igual teor e forma, ambas assinadas pelas partes contratantes e testemunhas instrumentais.

Água Doce – SC, 8 de dezembro de 2023.

Anilton Tonial
Presidente da Câmara Municipal Água Doce
Contratante

Willian Perondi
Willian & Arthur Informática Ltda - ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nilza Aparecida Mendes Odín
CPF n.º 501.934.659-49

Gustavo Mendes Corrêa Rocha
CPF n.º 015.101.309-85

Tiago Grando
Advogado OAB/SC 31.404

Águas de Chapecó

PREFEITURA

PORTARIA Nº 384/2023 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411188

PORTARIA Nº 384/2023 De 11 de dezembro de 2023	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para o seguinte servidor, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
10632	ILMAR LUIZ DEBONA	OPERADOR DE MÁQUINAS	09.01.2022 a 08.01.2023	11.12.2023 a 09.01.2024 = 30 DIAS

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 11 de dezembro de 2023.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO 145/2023 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413354

DECRETO Nº. 145/2023
EXONERA E NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 52/2022, de 01.04.2022,

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR a servidora pública municipal Senhora Andrielli do Amaral, matrícula nº 9300, do Cargo Comissionado de Assessor de Cultura, a partir do dia 11.12.2023.

Art. 2º – NOMEAR a Senhora Andrielli do Amaral para o Cargo Comissionado de Assessor de Comunicação, a partir do dia 11.12.2023.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 11 de dezembro de 2023.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente decreto aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Mariana Steinbach Medeiros
Responsável

DECRETO Nº 141/2023 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE RECURSOS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 5413316

DECRETO Nº 141/2023
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE RECURSOS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o § 3º, artigo 7º da Lei nº 1.024/2022 de 24/11/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.332,50 (dezoito mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), conforme abaixo identificado:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.361.0002.2019	Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB	6.332,50
3.3.90.00/0.1.500.1001.000	Outras Despesas Correntes	6.332,50

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.301.0004.2025	Manutenção das Ações de Atenção Básica	12.000,00
3.3.90.00/0.1.500.1002.000	Outras Despesas Correntes	12.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações abaixo identificadas:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.361.0002.2011	Manutenção do Transporte Escolar- Ensino Fundamental	6.332,50
3.1.90.00/0.1.500.1001.000	Pessoal e Encargos Sociais	6.332,50

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.303.0004.2026	Manutenção das Ações de Farmácia Básica	12.000,00
3.3.90.00/0.1.500.1002.000	Outras Despesas Correntes	12.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 07 de dezembro de 2023.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos sete dias no mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 142/2023 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88

Publicação Nº 5413320

DECRETO Nº 142/2023

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei nº 1.029/2022 de 21/12/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CF/88, a dotação abaixo identificada:

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0601.15.452.0006.2046	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	64.600,00
ANULA		
3.3.90.00/0.1.751.7000.000	Outras Despesas Correntes	63.600,00
4.4.90.00/0.1.751.7000.000	Investimentos	1.000,00
SUPLEMENTA		
3.1.90.00/0.1.751.7000.000	Pessoal e Encargos Sociais	64.600,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 07 de dezembro de 2023.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos sete dias no mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N° 143/2023 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88

Publicação N° 5413326

DECRETO N° 143/2023**FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.**

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei nº 1.029/2022 de 21/12/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CF/88, as dotações abaixo identificadas:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.301.0004.2025	Manutenção das Ações de Atenção Básica	2.791,75
ANULA		
3.3.71.00/0.1.500.1002.000	Transferências a Consórcios Públicos	329,97
4.4.91.00/0.1.500.7002.000	Investimentos	669,78
4.4.90.00/0.1.500.1002.000	Investimentos	1.792,00
SUPLEMENTA		
3.1.71.00/0.1.500.1002.000	Transferências a Consórcios Públicos	19,24
3.1.90.00/0.1.500.1002.000	Pessoal e Encargos Sociais	2.772,51

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0601.08.244.0005.2036	Manutenção do FMAS	1.027,73
ANULA		
4.4.90.00/0.1.500.7000.000	Investimentos	1.027,73
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.500.7000.000	Outras Despesas Correntes	1.027,73

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 07 de dezembro de 2023.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos sete dias no mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PORTARIA Nº 954/2023

Publicação Nº 5411738

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 954/2023

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR GILBERTO CARLOS BARDT

BEATRIZ SILVESTRI ONOFRE, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor GILBERTO CARLOS BARDT, conforme atestado médico apresentado, no período de 19/12/2023 à 17/03/2024.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

08 de dezembro de 2023

BEATRIZ SILVESTRI ONOFRE

Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

Anchieta

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2022-PM

Publicação Nº 5413294

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 031/2022 DE 07/06/2022 FIRMADO ENTRE A EMPRESA EDUARDO CESAR KUHN E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Anchieta, nº 838, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa EDUARDO CESAR KUHN, inscrita no CNPJ sob o nº 17.492.285/0001-28, estabelecida na Av. Crestani, nº 536, Centro, CEP: 89.985-000, no Município de Palma Sola - SC, neste ato representado pelo Sr. EDUARDO CESAR KUHN, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 061.508.059-64, RG sob o nº 4.512.587, residente e domiciliado no Município de Palma Sola - SC, doravante denominado CONTRATADO, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 043/2022 - Tomada de Preços nº 008/2022, com fundamento nas disposições da Lei nº 8.666/93 demais alterações posteriores, considerando o previsto nas Cláusulas Terceira e Nona do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA/VIGÊNCIA

O prazo de Execução previsto na Cláusula Terceira (Ordem de Serviços) e Nona da Vigência do Contrato nº 031/2022 fica prorrogado até 30 de junho de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 08 de dezembro de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI	EDUARDO CESAR KUHN
Prefeito Municipal	Contratado/Responsável
CPF: 625.835.909-44	CPF: 061.508.059-64

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA CC Nº 005/2023

Publicação Nº 5410036

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a licitação de Concorrência Pública nº 005/2023-PM, do objeto: Doação com encargos, dos bens patrimoniais destinados à instalação e funcionamento da AGROINDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO DE CANA DE AÇUCAR situada na Linha São Domingos, Município de Anchieta/SC, conforme relação de bens constante do Anexo I do Edital, nos termos da Lei Municipal nº 1.500/2006, Lei Municipal nº 2.661/2022 e da Lei Municipal nº 2.773/2023.

Foi DECLARADA DESERTA, por não haver nenhum participante interessado no certame.

Anchieta, 08 de dezembro de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 261/2023

Publicação Nº 5410740

DECRETO Nº 261, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES, REFERENTES AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023, DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas, preliminarmente, as inscrições no Processo Seletivo nº 001/2023, do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, conforme quadro a seguir:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	2	Daiane Lemes	DEFERIDA
2	101	Isaleta Do Amaral Narciso	DEFERIDA
3	16	Pierina Da Conceição Scwirke	DEFERIDA
4	100	Tânia Moraes Lavarnini Da Silva	DEFERIDA
MONITOR DE CRECHE			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	68	Beatriz Daniane Paulino	DEFERIDA
2	87	Caroline Snigura Fabonato	DEFERIDA
3	152	Cledir Fatima Dos Santos Moraes	DEFERIDA
4	6	Cristiane Fátima Gasparetto Canalle	DEFERIDA
5	38	Diana Alves Rei	DEFERIDA
6	133	Edina Da Rosa	DEFERIDA
7	94	Laura Pinto Ribeiro	DEFERIDA
8	89	Maiquielly Finco	DEFERIDA
9	117	Maria Beatriz Junges Alves Rei	DEFERIDA
10	58	Mariza Maria Nunes Assolini	DEFERIDA
11	28	Marli Pandolfo	DEFERIDA
12	35	Marta Da Rosa	DEFERIDA
13	131	Noimi Da Silva Carvalho	DEFERIDA
14	110	Raíssa Maria Schmitz Junges	DEFERIDA
15	76	Taiane Moraes	DEFERIDA
16	139	Thalita Victória Da Silva Carvalho	DEFERIDA
PROFESSOR DE ARTE - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	55	Ana Caroline Hensel	DEFERIDA
2	73	Lijane Teresinha Provin	DEFERIDA
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	59	Ana Paula Bagnara Crestani	DEFERIDA
2	99	Fernanda Regina Flach Prevedello	DEFERIDA
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	33	Jessica Pruencia Da Silva	DEFERIDA
2	71	Luana Carla Scapin	DEFERIDA
3	82	Tainara Lais Buratti	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	7	Andressa De Fátima Arno	DEFERIDA
2	40	Darlei Jonas Wagner	DEFERIDA
3	148	Vanessa Gomes	DEFERIDA
4	80	Wellington José Fiorentin	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	37	Caroline Gorczveski	DEFERIDA
2	113	Mattias Mattioli	DEFERIDA
3	107	Nanci Maria Guth Vidori	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	138	Amanda Filippi	DEFERIDA
2	122	Andréia Paula Fernandes	DEFERIDA
3	66	Clarisse Bohrer	DEFERIDA
4	29	Cleci Da Silva Martins	DEFERIDA
5	106	Cleusa Perondi Hanauer	DEFERIDA

6	77	Elizandra Junges Chenet	DEFERIDA
7	41	Gabrieli Luzia Biittner	DEFERIDA
8	136	Ilizandra Chiesa	DEFERIDA
9	143	Juliani Caroline Webber	DEFERIDA
10	126	Jussara Fagundes Giongo	DEFERIDA
11	128	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	DEFERIDA
12	24	Michele Spaniol Da Silva	DEFERIDA
13	75	Rosineide Otto	DEFERIDA
14	53	Silvane De Gois Snigura	DEFERIDA
15	17	Suelen Da Silva	DEFERIDA
16	151	Vera Lucia Dos Santos Moraes De Bortoli	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	21	Ahriane Zêrwes Dos Anjos	DEFERIDA
2	137	Bianca Samara Nardes	DEFERIDA
3	115	Claudia Beatriz Ropke	DEFERIDA
4	72	Eliane Santa Catarina Lancini	DEFERIDA
5	56	Fernanda Hochscheidt Facchinetto Rodrigues	DEFERIDA
6	86	Gabriel Elias De Campos	DEFERIDA
7	149	Gilvana Brandoli	DEFERIDA
8	84	Helaine Scortegagna Sartori	DEFERIDA
9	31	Jessica Ribeiro De Melo	DEFERIDA
10	42	Juliana Da Silva Ramos Heinfarth	DEFERIDA
11	18	Jussara Lasch	DEFERIDA
12	13	Leila Cristina Bonamigo Dos Santos Rampazzo	DEFERIDA

13	111	Marisete Graff	DEFERIDA
14	14	Monica Regina Silvestre	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	54	Adriana Rodrigues Somavilla	DEFERIDA
2	130	Cerlei Maria Prevedello	DEFERIDA
3	92	Cleusa Dominga Prior Didomenico	DEFERIDA
4	23	Cristina Spilmann Vaz	DEFERIDA
5	134	Dilvete Brancher Garlet	DEFERIDA
6	63	Edineia Aparecida Carneiro	DEFERIDA
7	104	Elisangela Contini	DEFERIDA
8	19	Fernanda Fruhauf Vieira Dos Santos	DEFERIDA
9	114	Maria Vânia De Sousa Santa Catarina	DEFERIDA
10	105	Sandra Giuliani Canci	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	140	Fádua Regina Alnoch	DEFERIDA
2	123	Marizete Dos Santos	DEFERIDA
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	119	Ivan Roberto Zilli	DEFERIDA
2	95	Luciane Arno	DEFERIDA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	69	Átila Bernardo Superbia	DEFERIDA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	98	Lindon Koerich Heberle	DEFERIDA
2	49	Michele Machado Dos Santos	DEFERIDA
3	67	Patrícia Laiane Somera	DEFERIDA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	48	Giliane Perin	DEFERIDA
2	88	Maria Luisa Cantú Rizzotto	DEFERIDA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	43	Jax Josias Mittmann	DEFERIDA
2	135	Jossemar Pereira	DEFERIDA
3	144	Marcia Da Silva Gomes Backes	DEFERIDA
4	109	Mauricio Hennicka	DEFERIDA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	50	Débora Junges	DEFERIDA
2	11	Deise Cristina Marcon	DEFERIDA
3	147	Mateus Tiago Garlet	DEFERIDA
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	96	Ana Claudia Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
2	93	Ivone Teresinha Mustifaga Sampaio	DEFERIDA
PROFESSOR SEGUNDO PROFESSOR - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	125	Adriane Fátima Tonetti	DEFERIDA
2	150	Carmen Lucia Ticiani Farina	DEFERIDA
3	127	Elizandra Dos Santos	DEFERIDA
4	124	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	DEFERIDA
5	47	Idianara Cavagnoli	DEFERIDA
6	81	Juliana De Souza Machado Manto- vani	DEFERIDA
7	145	Lucia Claci Wildner	DEFERIDA
8	102	Luciane Paula Gavinescki Scopel	DEFERIDA
9	141	Marcia Back	DEFERIDA
10	8	Maria Beatriz Baronio	DEFERIDA
11	116	Marta De Pellegrin Antunes De Oliveira	DEFERIDA
12	62	Patricia Zander	DEFERIDA
13	70	Rosane Fatima Fleck	DEFERIDA
14	112	Selma Antonia Giongo	DEFERIDA
PROFESSOR SEGUNDO PROFESSOR - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	108	Daniela Caroline Weirich	DEFERIDA
2	45	Patricia Lucian	DEFERIDA
3	118	Solange Theodoro Rosa	DEFERIDA

Art. 2º. Por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2023, restam INDEFERIDAS, as seguintes inscrições:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	129	Alessandra Lazzari Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	79	Tânia Moraes Lavarnini Da Silva	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
3	91	Tiago Antonio Teixeira Fronza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	64	Geni De Souza Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	15	Josiele Fronza Gofi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
3	36	Tainara Priscila Iora Bueno	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE ARTE - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	65	Amarilso Gonçalves Rachi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	103	Izabel Gonçalves	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	30	Elizandra Lucas Dos Anjos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	26	Fabiana Fagundes Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	3	Vanessa Cristina Teles Guerini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	146	Taíz Cardoso Lago	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	74	Daiana Jocelia Carvalho	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	46	Ivanete Maria Gubert	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
3	78	Juliana Aparecida Alves Dos Santos Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
4	25	Talia Mara De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
5	153	Valdionara Alves De Moraes Putton	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	120	Emily Bruna Canabaro Amaraes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	85	Gabriel Elias De Campos	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
3	142	Joice Caroline Ritter De Abreu	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
4	22	Juliana Da Silva Ramos Heinfarth	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
5	27	Juliana Da Silva Ramos Heinfarth	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
6	39	Ketlyn Caroline Da Silva De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
7	83	Luciane Richter	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
8	121	Vera Lucia De Vargas Mohler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	90	Carmem Lúcia Dias Barth	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	51	Celandra Machado Veni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
3	20	Claudia Mariani De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
4	44	Juliana Aparecida Alves Dos Santos Ribeiro	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
5	9	Kelly Daiana De Oliveira Stadulni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
6	4	Maria Beatriz Baronio	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
7	34	Vanessa De Oliveira Pereira Galvão	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	132	Bianca Samara Nardes	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	61	Vania Maria Pereira Teles	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	60	Angelica Tuani Sozinho	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

2	97	Lindon Koerich Heberle	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	32	Johalis Josefina Salazar Caripe Salazar	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	57	Giovana Mara Nunes Assolini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	52	Paulo Cesar Junges	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
PROFESSOR SEGUNDO PROFESSOR - HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	10	Glauca Morgana Hensel Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	5	Maria Beatriz Baronio	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato(a).
PROFESSOR SEGUNDO PROFESSOR - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Situação da Inscrição
1	12	Juliana Lurdes Chaves	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

Art. 3º Os candidatos com inscrição indeferida terão o dia 11.12.2023 para realizar recurso, exclusivamente pela internet, acessando a área do candidato, na guia Concursos Públicos, constante no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 08 de dezembro de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2023

Publicação Nº 5409903

LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2023

AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E/OU COM PEDRAS IRREGULARES EM RUAS E AVENIDAS NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina;

FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a execução da obra de pavimentação asfáltica e/ou recapeamento asfáltico nas seguintes ruas e avenidas no Município de Anchieta, Santa Catarina:

I – Ruas Paulino Buratti e Rua Vitório Piccoli, centro da cidade, trecho compreendido entre a Rua Olímpio Dal Magro e a Rodovia SC 305.

Art. 2º Fica autorizada a execução da obra de pavimentação com pedras irregulares nas seguintes ruas, no Município de Anchieta, Santa Catarina:

I – Servidão Hermínia Piccoli Pompermayer, centro da cidade, trecho compreendido entre o prolongamento da Avenida Anchieta, sentido pátio de obras da prefeitura, terminando em praça de retorno;

II - Servidão Dorvalino Facco, Bairro Xavantes, trecho compreendido entre a Rua Neri Pagliosa, Bairro Xavantes, terminando em praça de retorno;

III- Servidão Adolfo Iraci Hoppe, Bairro São Marcos, trecho de toda a extensão da servidão;

IV- Servidão de acesso à estação de tratamento de água da Casan, trecho compreendido entre a Rua Professor Valdir Roberto Scholtze até à estação de tratamento de água.

Art. 3º A cobrança da Contribuição de Melhoria a ser realizada junto aos proprietários dos imóveis beneficiados será realizada com base no que dispõem os artigos 287 ao 308, da Lei Complementar nº 001/2005 e alterações posteriores.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta/SC, 08 de dezembro de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Jackline Appio- Secretária de Administração e Gestão.

Anita Garibaldi**PREFEITURA****Nº 3410/2023**

Publicação Nº 5411792

DECRETO 3410/2023
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

JOAO CIDINEI DA SILVA, Prefeito de Anita Garibaldi no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei 2383 de 01 de dezembro de 2.022;

Art 1º - Fica aberto crédito suplementar na importância de R\$ 289.637,44 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos) nas dotações abaixo descritas:

Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1001.2077.33190.313(960)Manutenção secr. obras e serviço público R\$ 190.000,00

Fundo Mun. Desenvolvimento Rural
1501.2017.33190.314(960)Manutenção secr.de desenvolvimento rural R\$ 39.637,44

Fundo Mun. Assistência Social
1601.2050.33190.315(960)Proteção Social Básica R\$ 60.000,00

Art 2º - Para cobertura das despesas consignadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificada na respectiva fonte de recursos.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Anita Garibaldi, 06 de dezembro de 2023

João Cidinei da Silva
Prefeito

Decreto registrado e publicado em 06 de dezembro de 2023

Nº 3411/2023

Publicação Nº 5411818

DECRETO 3411/2023

REDUZ E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

JOAO CIDINEI DA SILVA, Prefeito Municipal de Anita Garibaldi, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei 2383 de 01 de dezembro de 2.022;

Decreta:
Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a importância de R\$ 170.000,00(cento e setenta mil reais), na dotação abaixo descrita:

Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1001.2077.33190.208(500)Manutenção secr. obras e serviço público R\$ 170.000,00

Art 2º - Com recursos constantes na redução consagrada no artigo anterior, fica suplementada em igual valor a dotação a seguir descrita:

Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1001.2077.33390.209(500)Manutenção secr. obras e serviço público R\$ 170.000,00

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Anita Garibaldi, 06 de dezembro de 2023

João Cidinei da Silva
Prefeito

Decreto registrado e publicado em 06 de dezembro de 2023

Antônio Carlos

PREFEITURA

EDITAL Nº 04/2023

Publicação Nº 5410157

Edital Nº 04/2023

Convocação de mesários, presidentes de mesa e escrutinadores; colégio (onde trabalharão na eleição) e define data para reunião com referidos servidores, candidatos e fiscais

A Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, constituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Antônio Carlos, na forma da Resolução n. 231/2022 do Conanda e da e da Lei Municipal n. 1749/2023:

I – Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Escrutinadores na votação do processo de escolha para o Conselho Tutelar de Antônio Carlos/SC no dia 17 de dezembro de 2023, das 8h às 17h.

II – Torna pública a convocação dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, previamente requisitados ao Chefe do Poder Executivo local, para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Escrutinadores na eleição do Conselho Tutelar do Município de Antônio Carlos, no dia 17 de dezembro de 2023, das 8h às 17h. O escrutínio dos votos iniciará imediatamente após o encerramento do horário de votação e o fechamento das urnas, e será realizado na Rua Seis de Novembro, 260, Centro – CRAS.

III – No dia da votação, os conselheiros e servidores convocados deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 1 (uma) hora.

IV – Ficam, desde já, convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará no dia 11 de dezembro de 2023, no auditório da Prefeitura Municipal, às 13h; cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração. Os candidatos poderão participar da referida reunião ou, na sua impossibilidade, indicar um representante para acompanhar o encontro.

V – Ficam, desde já, convocados os candidatos e seus fiscais (no máximo de três fiscais por candidato) para participar de reunião que se realizará no dia 11 de dezembro de 2023, no auditório da Prefeitura Municipal – Centro, às 14h cujos objetivos são organizar os trabalhos do dia da votação e orientar os candidatos e seus fiscais sobre as condutas vedadas que podem ser praticadas na referida data. Será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial, no sentido de que as regras previstas no edital, na Resolução Nº 231/2022 do Conanda e Lei Municipal Nº 1749/2023 serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura, frisando-se que eventual ausência não isenta o (a) candidato (a) do cumprimento das regras do processo de escolha.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA, MESÁRIOS E ESCRUTINADORES

NOME	CPF	FUNÇÃO	COLÉGIO
MARIANE DE SOUZA CAMPOS	096.320.226-02	Presidente	ALTAMIRO
POLIANA DOS SANTOS RIBEIRO DE JESUS	095.910.199-39	Mesário	ALTAMIRO
KÁTIA COELHO	024.995.709-46	Escrutinador	ALTAMIRO
REGIANE CUSTÓDIO	003.773.229-38	Presidente	XÊNIA
GUSTAVO WEBER	107.697.379-51	Mesário	XÊNIA
JOCILENE IRENE GUESSER	062.024.099-75	Escrutinador	XÊNIA
GISELA PAULI CARDOSO	017.315.819-63	Presidente	RACHADEL
JOANA FONTANA TATIM	038.724.610-01	Mesário	RACHADEL
RAFAEL FORTUNA MADRUGA	141.873.739-93	Escrutinador	RACHADEL

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2023.

Miriam Lúcia de Oliveira Pereira Adelino
Coordenadora da Comissão Especial

EDITAL Nº 05/2023

Publicação Nº 5410345

EDITAL Nº 05/2023

Lista dos candidatos habilitados para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares – Eleição Suplementar do Conselho Tutelar de Antônio Carlos/SC - 2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Antônio Carlos/SC no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de acordo com o que estabelece o Edital 02/2023 e na Lei Municipal nº 1749/2023, vem tornar público a lista dos candidatos habilitados para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares – Eleição Suplementar do Conselho Tutelar de Antônio Carlos/SC – Gestão 2024/2028, com seus respectivos números.

Número da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	Situação
11	Daize Vânia da Silva Lacerda	deferida
12	Filippe Kreich	deferida
13	Jociane selma de Souza Kretzer	deferida
14	Jorge Luiz Fonseca de Matos	deferida
15	Maria Dolores Fragoso Moraes	deferida
16	Rosilene Fraga	deferida

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2023.

Beatriz de Sá Bianchetti
Presidente - CMDCA

EDITAL N° 06/2023

Publicação N° 5411459

Edital n° 06/2023

Convocação dos eleitores do município de Antônio Carlos/SC para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Antônio Carlos/SC – período de 2024 a 2028

A Comissão Especial para o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, constituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Antônio Carlos/SC, CONVOCA todos os eleitores do município para participarem do Processo de Escolha que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

I – A votação do Processo de Escolha ocorrerá no dia 17 de dezembro de 2023, no horário de 08h às 17h, nos locais abaixo relacionados:

LOCAL DE VOTAÇÃO	SEÇÕES ELEITORAIS
EEB ALTAMIRO GUIMARÃES	01
NEM PROFESSORA XÊNIA GOEDERT KREMER	02
NEM PROF. VERÔNICA G. PAULI	03

II – Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos no município ou cuja transferência do título tenha ocorrido até 90 (noventa) dias completo.

III – o voto é facultativo.

Antônio Carlos, 8 de dezembro de 2023

Míriam Lúcia de Oliveira Pereira Adelino
Coordenadora da Comissão Especial

PORTARIA N° 645/2023

Publicação N° 5410723

PORTARIA N° 645/2023

Nomeia Agente de Contratação, Equipe de Apoio e dá outras providências.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os seguintes funcionários para a FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO e, ainda, constituir a respectiva EQUIPE DE APOIO, nos exatos e seguintes termos:

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

- 1 – TITULAR: CAROLINA DE SOUZA KRIEGER – Agente Administrativo;
- 2 – SUBSTITUTA: MIRLENE MANES – Diretora de Administração e Finanças.

EQUIPE DE APOIO

- 1 – ANA CARLA MARILDA COSTA LOPES – Auxiliar Administrativo;
- 2 – CRISTIANE GELSLEICHTER – Auxiliar Administrativo;
- 3 – REGIANE CUSTÓDIO – Auxiliar Administrativo.

Parágrafo único: No caso de impedimento ou ausência eventual da agente de contratação titular, esta será substituída pela agente de contratação substituta, independentemente da edição de Portaria própria para essa finalidade.

Artigo 2º - As nomeações ora realizadas perdurarão até a substituição e/ou revogação da mesma, admitidas eventuais reconduções, mediante Portarias próprias para essa finalidade.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revoga-se a Portaria 05/2023, publicada no DOM no dia 03/01/2023.

Município de Antônio Carlos, em 08 de dezembro de 2023.

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2023

PORTARIA Nº 646 /2013

Publicação Nº 5413280

PORTARIA Nº 646 /2013

Nomear Comissão do Processo de Habilitação para habilitação do Plano de Gestão Escolar da Rede Municipal de Ensino de Antônio Carlos.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 56, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão a COMISSÃO DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO para habilitação do Plano de Gestão Escolar da Rede Municipal de Ensino de Antônio Carlos, instituída através de Decreto 122 de 12 de setembro de 2022:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Bruna Nau Malagoli
Gisela Pauli Cardoso

II - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Patrícia Alva Fernandes Kreich

III – Representante dos Servidores Efetivos:

Camila Besen Koch
Maria Inês Kremer
Ciro Ribeiro Garcia
Adilson Arruda

IV - Representante dos Pais/Responsáveis:

Núcleo Escolar Municipal Cônego Dr. Raulino Reitz
Gilliard Schmitt

Centro de Educação Infantil Municipal Profª Xênia Goedert. Kremer
Ana Paula Da Silva Rodrigues

Escola Municipal Dom Afonso Niehues
Beatriz de Sá Bianchetti

Núcleo Escolar Municipal Profª Verônica Guessier Pauli
Cristiany Decker

Centro Educação Infantil Municipal Coração De Jesus
Fábio da Cunha

Centro de Educação Infantil Municipal Professor João Juvenal de Amorim
Laís da Silva Antunes de Oliveira Novais

Centro de Educação Infantil Municipal Fábio Luiz Egert
Julibia Claudete de Aquino

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA_647/2023

Publicação Nº 5411853

PORTARIA Nº 647/2023

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2021, PARA PROVIMENTO DE CARGO DE PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Geraldo Pauli, Prefeito Municipal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar 05/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo os(a) candidatos(a) abaixo relacionados(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 02/2021, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado (Decreto n. 04/2022) publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição nº 3736 de 12 de janeiro de 2022, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
589	FLÁVIA LUCIANA CADORIM	8º	PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H

Art. 2º - Os(a) candidatos(a) nomeados(a), na forma do artigo 1º, fica desde já convocados(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerados aptos no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 2 do Edital nº 01/2022, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

I. Comprovação relativa a:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;**III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;****IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;****V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;****VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;****VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;****VIII. Comprovante de endereço;****IX. Declaração de bens;****X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;****XI. Foto 3x4.**

Art. 3º - O não comparecimento dos(a) candidatos(a) nomeados(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>.

Art. 5º - Os nomeados e empossados submeter-se-ão ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos - SC, 08 de dezembro de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em: 11 de dezembro de 2023.
P.A.F.K.

DECRETO Nº 172/2023

Publicação Nº 5411895

DECRETO Nº 000172/23 de 8 de Dezembro de 2023

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001739/22 de 12 de Dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.870,43 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0001.0.001-4.6.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.562,50

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0013.0.003-3.2.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.407,09

09.01.28.845.0013.0.005-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.900,84

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0001.0.001-3.2.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.071,75

Excesso de arrecadação 4.391,59

Superávit financeiro 6.407,09

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Dezembro de 2023

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

FONTE:

Apiuna

PREFEITURA

PORTARIA 0618/2023

Publicação Nº 5411974

PORTARIA Nº 0618/2023

De 07 de dezembro de 2023

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO FABRICIA MANTUANI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";

Considerando a Lei Complementar Nº 78/2005, de 08/12/2005 que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da administração direta, e autarquias da Prefeitura Municipal de Apiúna e é integrado por cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão";

Considerando o Concurso Público nº 005/2023 de 23/06/2023 com homologação do resultado final em 30/08/2023 pelo Decreto nº 4629/2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 08 de dezembro de 2023, FABRICIA MANTUANI, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de NUTRICIONISTA, inscrição nº 67805 do Concurso Público nº. 005/2023.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de dezembro de 2023.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0619/2023

Publicação Nº 5411976

PORTARIA Nº 0619/2023

De 08 de dezembro de 2023

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO CARLA DA SILVA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";

Considerando a Lei Complementar Nº 78/2005, de 08/12/2005 que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da administração direta, e autarquias da Prefeitura Municipal de Apiúna e é integrado por cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão";

Considerando o Concurso Público nº 005/2023 de 23/06/2023 com homologação do resultado final em 30/08/2023 pelo Decreto nº 4629/2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 08 de dezembro de 2023, CARLA DA SILVA, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de NUTRICIONISTA, inscrição nº 71003 do Concurso Público nº. 005/2023.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de dezembro de 2023.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0620/2023

Publicação N° 5411978

PORTARIA N° 0620/2023
De 08 de dezembro de 2023
EXONERAR SERVIDOR EFETIVO LARISSA LISIESKI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 10 de dezembro de 2023, LARISSA LISIESKI, servidor efetivo ocupante do cargo de AUXILIAR DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de dezembro de 2023.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0621/2023

Publicação N° 5411979

PORTARIA N° 0621/2023
De 08 de dezembro de 2023
EXONERAR SERVIDOR EFETIVO GISELE OLIVEIRA BARBOSA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 20 de dezembro de 2023, GISELE OLIVEIRA BARBOSA, servidor efetivo ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de dezembro de 2023.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0622/2023

Publicação N° 5411980

PORTARIA N° 0622/2023
De 08 de dezembro de 2023

APLICA MEDIDA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO AO SERVIDOR ELTON SIDNIR DA CRUZ SANTOS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 164, II, 165, XVIII e artigo 175 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Aplicar a penalidade de suspensão de 05 (cinco) dias ao servidor ELTON SIDNIR DA CRUZ SANTOS, matrícula nº 112275, contratado temporariamente na função de Professor, tendo em vista os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de dezembro de 2023.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 17/2023**

Publicação N° 5410057

PORTARIA 17/2023
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023
Concede Férias a Servidor

JAISON BENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 39, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara, de acordo com a lei complementar n° 80/2006 e demais disposições em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido 20 dias de férias a servidora CRISTIANA MORETI, relativas ao período aquisitivo de: 01/06/2022 a 31/05/2023 e 01/06/2023 a 31/05/2024 a serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024.

Art. 2º O pagamento relativo a 1/3 (um terço) de férias devidas serão pagos quando da assinatura do aviso de férias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Apiúna, 07 de dezembro de 2023.

JAISON BENTO
Presidente da Mesa

PORTARIA 18/2023

Publicação N° 5410059

PORTARIA 18/2023
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023
Concede Férias a Servidor

JAISON BENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 39, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara, de acordo com a lei complementar n° 80/2006 e demais disposições em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido 20 dias de férias a servidora AILTON DE SOUZA JUNIOR, relativas ao período aquisitivo de: 10/02/2023 a 09/02/2023 a serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024.

Art. 2º O pagamento relativo a 1/3 (um terço) de férias devidas serão pagos quando da assinatura do aviso de férias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Apiúna, 07 de dezembro de 2023.

JAISON BENTO
Presidente da Mesa

PORTARIA 19/2023

Publicação N° 5410061

PORTARIA 19/2023
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023
Concede Férias a Servidor

JAISON BENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 39, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara, de acordo com a lei complementar n° 80/2006 e demais disposições em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido 20 dias de férias ao servidor IAN MARLON DE SOUZA, relativas ao período aquisitivo de: 17/02/2023 a 16/02/2024 a serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024.

Art. 2º O pagamento relativo a 1/3 (um terço) de férias devidas serão pagos quando da assinatura do aviso de férias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Câmara Municipal de Apiúna, 07 de dezembro de 2023.

JAISON BENTO
Presidente da Mesa

PORTARIA 20/2023

Publicação N° 5410064

PORTARIA 20/2023
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023
Concede Férias a Servidor

JAISON BENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 39, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara, de acordo com a lei complementar n° 80/2006 e demais disposições em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido 10 dias de férias a servidora MICHELE BEHLING MENEGHELLI, relativas ao período aquisitivo de: 01/02/2022 a 31/01/2023 a serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024.

Art. 2º O pagamento relativo a 1/3 (um terço) de férias devidas serão pagos quando da assinatura do aviso de férias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Câmara Municipal de Apiúna, 07 de dezembro de 2023.

JAISON BENTO
Presidente da Mesa

Arabutã

PREFEITURA

TERMO ADITIVO CONTRATO ACT 54/2023

Publicação Nº 5411144

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 054/2023

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, ANDREIA LERMEN, celebrado em 19 de outubro de 2023.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lau-ro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora ANDREIA LERMEN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 036. XXX.XXX-XX doravante denominado CONTRATADA têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Da Vigência: Conforme solicitação do setor de lotação, fica prorrogada a vigência do contrato até 29 de fevereiro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 08 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
LEANI KAPP SCHMITT

CONTRATADA
ANDREIA LERMEN

Testemunhas:

Jaíne Wallmann da Silva
CPF/MF nº. 079.XXX.XXX-XX

Dulci Driemeier Lösch
CPF/MF nº. 009.XXX.XXX-XX

Araranguá

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 481/2023

Publicação Nº 5411761

ANEXO ÚNICO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EDITAL PRÉVIO DE CUSTOS PARA LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO
DE MELHORIA

O Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, torna público através do presente Edital, os orçamentos, avaliações prévias e presumidas e demais elementos relativos às obras, de que trata a Lei Municipal Nº 163 de 21 de Setembro de 2015, e a Lei Complementar específica de pavimentação com Asfalto e serviços complementares junto a **Rua Aroldo Januário Sabino, trecho entre a Rodovia Tinho Réus até o início da pavimentação com Lajotas, em uma extensão de 1.148,462 mts, com uma área total pavimentada de 9.541,39 mts²** situado neste Município, conforme processo Administrativo nº **19954/2023**, esclarecendo que os valores especificados ensejam a cobrança de **CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 163, de 21 de Setembro de 2015 e Legislação correlata, observadas as alterações introduzidas pelos serviços técnicos, abrangências e custos especificados por ocasião da realização conclusão da Obra.

1.0 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS PELA

1.1 Serão beneficiados pela obra os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores, a qualquer título, de imóveis localizados na **Rua Aroldo Januário Sabino, trecho entre a Rodovia Tinho Réus até o início da pavimentação com Lajotas, em uma extensão de 1.148,462 mts, com uma área total pavimentada de 9.541,39 mts²**, localizado neste Município, relacionados no item 3.0, abaixo.

2.0 Memorial Descritivo das obras e especificações técnicas:

2.1 O memorial Descritivo está disponível no Processo Administrativo 19954/2023.

3.0 Relação dos Imóveis beneficiados com a melhoria incluindo suas dimensões, avaliação antes da obra, avaliação presumida após a obra, valorização individual e total, custo individual e total, e o valor estimado da Contribuição com base no rateio do custo a ser ressarcido conforme determina a Lei Complementar 163 de 21 de Setembro de 2015:

3.1 A relação está inserida no Anexo único deste Edital.

3.2 O valor estimado da contribuição de melhoria foi calculado com base na valorização individual, parcela do custo total da obra a ser ressarcido e o somatório das valorizações dos imóveis beneficiados especificados no Anexo único do item 3.0 acima, obtida pela execução da obra em questão, tendo como limite o total da despesa realizada com a execução da obra e, como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, com base no que determina o Art. 214 da Lei Complementar 163 de 21 de Setembro de 2015.

4.0 Orçamento do Custo da Obra: As obras para os serviços de pavimentação com asfalto e obras complementares foram orçados nos valores indicados nas planilhas orçamentárias detalhadas, as quais estão disponíveis no Processo Administrativo de nº 19954/2023 valores estes distribuídos conforme descrição abaixo:

4.1 A distribuição dos valores da **Rua Aroldo Januário Sabino, trecho entre a Rodovia Tinho Réus até o início da pavimentação com Lajotas, em uma extensão de 1.148,462 mts, com uma área total pavimentada de 9.541,39 mts²** estão indicados no quadro abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS:

<i>VALOR TOTAL DO CUSTO DA OBRA</i>	<i>R\$ 1.705.385,36</i>
<i>VALOR A SER RESSARCIDO PELOS CONTRIBUINTES ATRAVÉS DE PAGAMENTO DIRETO A ADMINISTRAÇÃO</i>	<i>R\$ 331.067,45</i>
<i>VALOR ABSORVIDO PELO MUNICÍPIO</i>	<i>R\$ 1.374.317,91</i>

5.0 Determinação da parcela do custo das obras a serem ressarcidas pela contribuição de melhoria: Foi calculada proporcionalmente, obtendo-se a área beneficiada multiplicando-se a extensão das testadas dos respectivos imóveis pela extensão da metade da largura da pista de rolamento em frente aos mesmos imóveis beneficiados, e o seu resultado pelo preço do m² de obra demonstrado no item 3.0 (anexo único).

6.0 Determinação do fator de absorção: Do custo da obra (recursos próprios), com relação a **Rua Aroldo Januário Sabino, trecho entre a Rodovia Tinho Réus até o início da pavimentação com Lajotas, em uma extensão de 1.148,462 mts, com uma área total pavimentada de 9.541,39 mts²**, **80,59 %** do valor dos serviços de pavimentação com asfalto e serviços complementares, estando incluídos os valores correspondentes à pavimentação nos cruzamentos das ruas transversais, testadas para logradouros públicos ou praças, imóveis públicos, benefícios concedidos através de isenções, não incidência e imunidade, e os valores absorvidos e excedentes ao limites fixados na Legislação Pertinente. Os outros **19,41 %** serão rateados entre os moradores proprietários dos imóveis beneficiados.

7.0 Prazo e Forma de pagamento: O pagamento poderá ser pago à vista, com desconto de 20% (Vinte por cento), ou parcelado em até 24 parcelas consecutivas com o vencimento da cota única e da 1ª parcela 30 dias a contar da notificação de lançamento, obedecendo aos limites e demais condições previstas no Art. 226 da Lei Complementar 163 de 21 de Setembro de 2015.

7.1 O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 0,25 da Unidade Fiscal Municipal. Vigente.

8.0 Disposições Gerais:

8.1 Cientificamos aos contribuintes beneficiados pela Obra, que o prazo para impugnação dos itens supracitados é de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital, devendo a mesma ser dirigida à autoridade fazendária através de petição escrita, iniciando os fundamentos ou razões que a embasam, e determinará a abertura do processo tributário de caráter contencioso, e que deve ser encaminhada no serviço de Protocolo do município, localizado na Rua Dr. Virgulino de Queirós n° 200 – Centro, em Araranguá/SC, obedecendo, quanto a forma, o que preceitua a Lei Complementar n° 163, de 21 de Setembro de 2015. Cientificamos ainda que tanto o orçamento da obra, quanto as avaliações prévias e presumidas dos imóveis mencionados neste edital, referem-se a preços de mercado atualmente praticados, documento estes, inseridos no Processo Administrativo 19954/2023.

8.2 O recolhimento do tributo será feito através da rede bancária, autorizada pela Administração Municipal de Araranguá – SC, através da Secretaria de Finanças;

- a) Para mais informações e esclarecimentos, os contribuintes poderão dirigir-se à Secretaria de Finanças.

Município de Araranguá, em _____ de _____ de 2023

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ -SC
Comissão Especial de Avaliação Nomeada pelo Decreto: 8751/2019

ANEXO I - EDITAL DE LANÇAMENTO - DEMONSTRATIVO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA											
RUA AROLDO JANUARIO SABINO											
ENTRE A RODOGIA TINHO REUS ATÉ O INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS EM UM EXTENSO DE 1.148,462 MTS											
PAVIMENTAÇÃO COM ASFALTO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES											
TOTAL DA OBRA (R\$)											
R\$ 5.541,38											
R\$ 178,735526											
R\$ 231,43											
FATOR ABSORÇÃO INDIVIDUAL 0,40102%											
CADASTRO	NOME	TESTADA LINEAR	ÁREA TERREIRO (M2)	VALOR VENAL ANTES DA OBRA	VALOR VENAL PRESUMIDO APÓS OBRA	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL	ÁREA DE PAVIM (M2)	VALOR TOTAL CUSTO OBRA	PARC. PMA ABSORÇÃO 80,3889%	LIMITE CFE VALORIZAÇÃO CMF-VICORVY	VALOR A SER RESSARCIMENTO CONTRIBUINTE
01-18.030.0024.001 - 12524	JOVITA ALVES DOS SANTOS	27,73	725,00	R\$ 140.860,25	R\$ 160.026,50	R\$ 28.166,25	11,02	R\$ 19.825,34	R\$ 14.472,50	R\$ 28.837,05	R\$ 5.352,84
01-18.030.0036.001 - 12525	DONISETE DOS SANTOS	12,35	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	49,28	R\$ 8.808,09	R\$ 6.429,90	R\$ 14.398,94	R\$ 2.376,18
01-18.030.0048.001 - 12526	VALDECI DA ROCHA PEREIRA	12,35	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	50,20	R\$ 8.972,52	R\$ 6.549,94	R\$ 14.398,94	R\$ 2.422,58
01-18.030.0060.001 - 12527	ROSANE MACHADO BORGES	12,41	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	49,64	R\$ 8.742,43	R\$ 6.476,88	R\$ 14.398,94	R\$ 2.395,56
01-18.030.0100.001 - 12516	VOLMIR MACHADO BORGES	25,07	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	100,28	R\$ 17.923,80	R\$ 13.084,23	R\$ 14.398,94	R\$ 4.839,37
01-18.029.0055.001 - 44441	DIRENE DOS SANTOS DE SOUZA	15,40	592,50	R\$ 115.94,54	R\$ 138.228,71	R\$ 23.034,17	61,60	R\$ 11.010,11	R\$ 8.037,38	R\$ 23.593,23	R\$ 2.972,73
01-18.029.0077.001 - 49574	CRISTIANE DA LUZ RODRIGUES	22,75	852,77	R\$ 165.844,68	R\$ 196.814,80	R\$ 33.130,11	91,00	R\$ 16.264,93	R\$ 11.873,40	R\$ 33.919,84	R\$ 4.391,53
01-18.029.0100.001 - 44442	DEBORA DA LUZ SOARES	22,75	879,28	R\$ 170.953,31	R\$ 204.995,34	R\$ 34.160,03	91,00	R\$ 16.264,93	R\$ 11.873,40	R\$ 33.919,84	R\$ 4.391,53
01-18.027.0172.001 - 38955	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	22,16	599,57	R\$ 116.860,46	R\$ 138.783,75	R\$ 23.283,29	88,64	R\$ 15.843,12	R\$ 11.565,48	R\$ 23.848,54	R\$ 4.277,64
01-18.027.0186.001 - 38956	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	22,22	391,50	R\$ 76.864,54	R\$ 91.274,31	R\$ 15.203,77	88,88	R\$ 15.886,01	R\$ 11.596,79	R\$ 15.572,33	R\$ 4.288,22
01-18.027.0256.001 - 38600	PALO JOÃO DOS SANTOS	27,31	1220,00	R\$ 237.033,80	R\$ 284.430,80	R\$ 47.397,00	109,24	R\$ 19.525,07	R\$ 14.253,30	R\$ 48.526,80	R\$ 5.271,77
01-18.025.0128.001 - 38965	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	12,49	493,14	R\$ 95.812,17	R\$ 114.970,66	R\$ 19.158,49	49,86	R\$ 8.929,63	R\$ 6.518,63	R\$ 19.615,17	R\$ 2.411,00
01-18.025.0084.001 - 38964	NICOLAS SALVO SEMPREGOM	25,02	377,00	R\$ 73.247,33	R\$ 87.893,78	R\$ 14.646,45	100,08	R\$ 17.887,85	R\$ 13.058,13	R\$ 14.995,58	R\$ 4.825,72
01-18.032.0014.001 - 12528	SANTOS CASSEMIRO MACHADO	25,00	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 14.398,94	R\$ 4.827,79
01-18.032.0255.001 - 12538	JARA CARTARINA NUNES	25,01	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	100,04	R\$ 17.880,70	R\$ 13.052,91	R\$ 14.398,94	R\$ 4.827,79
01-18.032.0267.001 - 12539	LUCÉLIA DA SILVEIRA DE CAMARGO	12,53	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,12	R\$ 8.958,22	R\$ 6.539,50	R\$ 14.418,82	R\$ 2.418,72
01-18.032.0279.001 - 12540	JAIR RODRIGUES SOBRINHO	12,10	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	48,40	R\$ 8.953,97	R\$ 6.315,08	R\$ 14.418,82	R\$ 2.338,72
01-18.032.0291.001 - 12541	LUCIANO SILVANO	12,58	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,32	R\$ 8.993,97	R\$ 6.565,60	R\$ 14.418,82	R\$ 2.428,37
01-18.032.0302.001 - 12542	DONALDO MARCHESINI	13,04	362,00	R\$ 70.332,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	52,16	R\$ 9.322,85	R\$ 6.865,68	R\$ 14.398,94	R\$ 2.817,17
01-18.032.0314.001 - 12543	IVANOR BURIN	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.032.0326.001 - 12544	CRISTIANE DA CRUZ MATTIAS	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.023.0083.001 - 39009	MAURICIO VICENTE PEREIRA	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.828,86
01-18.023.0095.001 - 31631	JOSIEL LABES	12,62	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,48	R\$ 9.022,57	R\$ 6.566,48	R\$ 14.418,82	R\$ 2.438,09
01-18.023.0108.001 - 39010	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	12,38	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,52	R\$ 8.950,98	R\$ 6.461,22	R\$ 14.418,82	R\$ 2.398,77
01-18.023.0120.001 - 39011	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	12,62	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,48	R\$ 9.022,57	R\$ 6.566,48	R\$ 14.418,82	R\$ 2.438,09
01-18.023.0133.001 - 39012	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	12,38	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,52	R\$ 8.950,98	R\$ 6.461,22	R\$ 14.418,82	R\$ 2.398,77
01-18.023.0158.001 - 39014	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.023.0197.001 - 39015	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	24,88	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	99,52	R\$ 17.787,76	R\$ 12.985,06	R\$ 14.418,82	R\$ 4.802,70
01-18.034.0014.001 - 44499	MARIA SALETE PEREIRA MENDES	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.828,86
01-18.034.0255.001 - 12551	MARLENE GONÇALVES XAVIER POSSAMAI DELLA	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.828,86
01-18.034.0267.001 - 40254	MARIA DA GRAÇA ROSALEN	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.034.0279.001 - 12552	CAS INDUSTRIAL LTDA	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.034.0291.001 - 49673	LAUDÉLINO JOAQUIM	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.034.0302.001 - 12553	MARIA SALETE PEREIRA MENDES	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.034.0326.001 - 12554	GILMAR FARIAS	25,00	725,00	R\$ 140.860,25	R\$ 160.026,50	R\$ 28.166,25	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 28.837,05	R\$ 4.825,86
01-18.021.0083.001 - 38985	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.828,86
01-18.021.0095.001 - 31637	JOSE AGNALDO SEMPREGOM	12,75	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	51,00	R\$ 9.115,51	R\$ 6.654,32	R\$ 14.418,82	R\$ 2.467,19
01-18.021.0108.001 - 31636	ALINE ANASTACIO MONTEIRO	12,47	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,88	R\$ 8.915,33	R\$ 6.508,19	R\$ 14.418,82	R\$ 2.407,14
01-18.021.0120.001 - 31635	SAMANTA ANDRADE DE MACEDA	12,36	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,44	R\$ 8.866,68	R\$ 6.450,78	R\$ 14.418,82	R\$ 2.395,90
01-18.021.0133.001 - 31634	FERNANDA FERNANDES ZILLI	12,43	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,72	R\$ 8.886,82	R\$ 6.487,31	R\$ 14.418,82	R\$ 2.398,42
01-18.021.0145.001 - 31633	VANDERLEI LUZ MORETTI	12,57	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,28	R\$ 8.966,82	R\$ 6.500,38	R\$ 14.418,82	R\$ 2.426,44
01-18.021.0158.001 - 31632	PEDRO CESAR HELENA	12,74	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,96	R\$ 9.108,96	R\$ 6.649,10	R\$ 14.418,82	R\$ 2.459,26
01-18.021.0197.001 - 38986	MARCOS DE MATOS	24,80	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	99,20	R\$ 17.730,56	R\$ 12.943,31	R\$ 14.418,82	R\$ 4.787,25
01-18.036.0074.001 - 23549	MAICON AMERICO BORGES	25,09	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,36	R\$ 17.907,90	R\$ 13.094,67	R\$ 14.418,82	R\$ 4.944,23
01-18.036.0275.001 - 12558	ADAO BORGES BALTAZAR	21,21	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	84,84	R\$ 15.163,92	R\$ 11.069,66	R\$ 14.418,82	R\$ 4.804,26
01-18.036.0287.001 - 32600	MANOEL PORFÍRIO DA ROSA	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.036.0279.001 - 12559	MANOEL PORFÍRIO DA ROSA	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.036.0291.001 - 00005	SANTOS CASSEMIRO MACHADO	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01-18.036.0314.001 - 12560	EVANDIR SOARES	25,00	725,00	R\$ 140.860,25	R\$ 160.026,50	R\$ 28.166,25	100,00	R\$ 17.873,55	R\$ 13.047,69	R\$ 28.837,05	R\$ 4.828,86
01-18.036.0326.001 - 12561	VALMIR CARLOS JUNIOR	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$ 8.936,78	R\$ 6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ -SC
Comissão Especial de Avaliação Nomeada pelo Decreto: 875/2019

01.18.019.0083.001 - 38969	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$	17.873,55	R\$	13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.825,86
01.18.019.0095.001 - 31642	FATIMA ELIAS CORREA	12,50	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,00	R\$	8.936,78	R\$	6.523,85	R\$ 14.418,82	R\$ 2.412,93
01.18.019.0108.001 - 31641	CIBELE DE OLIVEIRA LUCIO	12,53	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,12	R\$	8.969,22	R\$	6.539,50	R\$ 14.418,82	R\$ 2.416,72
01.18.019.0120.001 - 31640	VILSON JOAO PINTO	12,28	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	48,12	R\$	8.779,49	R\$	6.409,03	R\$ 14.418,82	R\$ 2.370,46
01.18.019.0133.001 - 31639	ADRIANO DA SILVEIRA MACIEL	12,53	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,12	R\$	8.968,22	R\$	6.602,13	R\$ 14.418,82	R\$ 2.416,72
01.18.019.0145.001 - 31638	MARIA APARECIDA A. DA SILVA	12,65	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,60	R\$	9.044,02	R\$	6.602,13	R\$ 14.418,82	R\$ 2.441,88
01.18.019.0158.001 - 38970	CLEBER ELIAS DA SILVA	12,35	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	48,40	R\$	8.829,53	R\$	6.445,56	R\$ 14.418,82	R\$ 2.383,97
01.18.019.0197.001 - 38971	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$	17.873,55	R\$	13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.825,86
01.18.038.0016.001 - 12562	IVANDRO ALVES	25,21	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,84	R\$	18.023,69	R\$	13.157,29	R\$ 14.418,82	R\$ 4.866,40
01.18.038.0255.001 - 12568	LEONIR BORGES FERREIRA	24,79	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	99,16	R\$	17.723,41	R\$	12.983,09	R\$ 14.418,82	R\$ 4.785,32
01.18.038.0267.001 - 12569	CONSTANTINO DA SILVA CAETANO	12,58	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,32	R\$	8.993,97	R\$	6.565,60	R\$ 14.418,82	R\$ 2.428,37
01.18.038.0278.001 - 12570	EVA ELIANE MANOEL DA SILVA FERREIRA	12,20	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	48,80	R\$	8.722,29	R\$	6.367,27	R\$ 14.418,82	R\$ 2.395,02
01.18.038.0291.001 - 12571	MARLLON FERNANDO GOMES ADRIANO DE SOUZA	12,66	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,64	R\$	9.051,17	R\$	6.607,35	R\$ 14.418,82	R\$ 2.443,82
01.18.038.0303.001 - 12565	IGOR ADRIANO LIMA DA SILVA	12,79	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	51,16	R\$	9.144,11	R\$	6.675,20	R\$ 14.418,82	R\$ 2.468,91
01.18.038.0315.001 - 12564	CLAUDIO ERCILIO CARDOSO	12,38	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,52	R\$	8.800,98	R\$	6.461,22	R\$ 14.418,82	R\$ 2.389,77
01.18.038.0326.001 - 12572	RODRIGO BASILIO ALVES	12,31	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,24	R\$	8.800,94	R\$	6.424,68	R\$ 14.418,82	R\$ 2.376,25
01.18.017.0083.001 - 38039	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$	17.873,55	R\$	13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.825,86
01.18.017.0095.001 - 31648	JULIANO DE BITENCOURT ZACCARON	12,62	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,48	R\$	9.022,57	R\$	6.586,48	R\$ 14.418,82	R\$ 2.436,09
01.18.017.0108.001 - 31647	JOSE NAZARENO DO NASCIMENTO	12,53	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,12	R\$	8.956,22	R\$	6.539,50	R\$ 14.418,82	R\$ 2.416,72
01.18.017.0120.001 - 31646	JOSUE DOS SANTOS ARCENEGO	12,29	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,16	R\$	8.786,64	R\$	6.414,25	R\$ 14.418,82	R\$ 2.372,39
01.18.017.0133.001 - 31645	JANIA SKREMIN	12,95	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	51,80	R\$	9.258,50	R\$	6.758,71	R\$ 14.418,82	R\$ 2.498,80
01.18.017.0145.001 - 31644	ROBISON DA ROSA SCANDOLARA	12,66	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,64	R\$	9.051,17	R\$	6.607,35	R\$ 14.418,82	R\$ 2.443,82
01.18.017.0158.001 - 31643	NATALIA DOS SANTOS CASTRO	12,52	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,08	R\$	8.951,08	R\$	6.534,28	R\$ 14.418,82	R\$ 2.416,79
01.18.017.0197.001 - 38040	CARLOS DABOIT LUCHTEMBERG	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.396,68	R\$ 14.083,13	100,00	R\$	17.873,55	R\$	13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.825,86
01.18.040.0267.001 - 12573	ENIO BORGES	12,52	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,08	R\$	8.951,08	R\$	6.534,28	R\$ 14.418,82	R\$ 2.416,79
01.18.040.0278.001 - 12580	BRUNA DE ARAUJO REIS E ALAN TEIXEIRA	12,62	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,48	R\$	9.022,57	R\$	6.586,48	R\$ 14.418,82	R\$ 2.436,09
01.18.040.0290.001 - 12591	ALEX SANDER MACHADO	12,25	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,00	R\$	8.758,04	R\$	6.393,37	R\$ 14.418,82	R\$ 2.364,67
01.18.040.0302.001 - 12592	RAFAEL PEREIRA GARCIA	12,59	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,36	R\$	9.001,12	R\$	6.570,82	R\$ 14.418,82	R\$ 2.430,30
01.18.040.0314.001 - 12593	ERNARIO VIERA	12,67	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,68	R\$	9.058,32	R\$	6.612,57	R\$ 14.418,82	R\$ 2.446,75
01.18.040.0326.001 - 12594	EDSON JOAO MACHADO	12,90	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	51,60	R\$	9.222,75	R\$	6.732,61	R\$ 14.418,82	R\$ 2.490,14
01.18.040.0255.001 - 12588	ZENAIDE NUNES RAFAEL - ISENTO DECRETO 1067/2022	25,18	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,72	R\$	18.002,24	R\$	13.141,64	R\$ 14.418,82	R\$ 4.860,61
01.18.015.0070.001 - 39052	JOAO BATISTA DE FEIGUEIREDO	12,50	386,09	R\$ 75.013,43	R\$ 90.013,02	R\$ 14.969,60	50,00	R\$	8.936,78	R\$	6.523,85	R\$ 15.357,14	R\$ 2.412,93
01.18.015.0083.001 - 31654	JOAO BATISTA DE FEIGUEIREDO	12,52	360,18	R\$ 69.979,37	R\$ 83.972,37	R\$ 13.992,99	50,08	R\$	8.951,08	R\$	6.534,28	R\$ 14.326,54	R\$ 2.416,79
01.18.015.0095.001 - 31653	GABRIEL TRAJANO RODRIGUES	12,54	360,18	R\$ 69.979,37	R\$ 83.972,37	R\$ 13.992,99	50,16	R\$	8.955,37	R\$	6.544,72	R\$ 14.326,54	R\$ 2.420,65
01.18.015.0108.001 - 31652	TALITA CAETANO ROQUE	12,42	360,18	R\$ 69.979,37	R\$ 83.972,37	R\$ 13.992,99	49,68	R\$	8.879,58	R\$	6.462,09	R\$ 14.326,54	R\$ 2.397,49
01.18.015.0120.001 - 31651	MARLI VENANTE	12,30	360,18	R\$ 69.979,37	R\$ 83.972,37	R\$ 13.992,99	48,20	R\$	8.793,79	R\$	6.419,47	R\$ 14.326,54	R\$ 2.374,32
01.18.015.0132.001 - 31650	EDUARDO RADATZ	12,61	360,18	R\$ 69.979,37	R\$ 83.972,37	R\$ 13.992,99	50,44	R\$	9.015,42	R\$	6.581,26	R\$ 14.326,54	R\$ 2.434,16
01.18.015.0145.001 - 31649	VALENTIM DE SOUZA ROVARIS	12,42	360,18	R\$ 69.979,37	R\$ 83.972,37	R\$ 13.992,99	49,68	R\$	8.879,58	R\$	6.462,09	R\$ 14.326,54	R\$ 2.397,49
01.18.015.0184.001 - 30847	EDER DE SOUZA	25,00	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	100,00	R\$	17.873,55	R\$	13.047,69	R\$ 14.418,82	R\$ 4.825,86
01.18.013.0235.001 - 49550	ZELO DA SILVA MARQUES	26,68	1379,05	R\$ 267.925,91	R\$ 321.500,06	R\$ 53.574,15	106,72	R\$	19.074,66	R\$	13.924,50	R\$ 54.851,20	R\$ 5.150,16
01.18.013.0155.001 - 49548	VALDIR NUNES DA LUZ	22,18	705,15	R\$ 137.033,59	R\$ 164.398,67	R\$ 27.936,08	88,72	R\$	15.867,42	R\$	11.575,91	R\$ 28.048,09	R\$ 4.281,50
01.18.042.0017.001 - 23557	JESSICA DA LUZ TEIXEIRA	32,08	482,68	R\$ 93.779,90	R\$ 112.532,02	R\$ 18.752,12	123,32	R\$	22.965,34	R\$	16.742,80	R\$ 19.199,11	R\$ 6.192,54
01.18.042.0049.001 - 12612	JOAO CARLOS DOS SANTOS	21,48	484,00	R\$ 90.150,56	R\$ 108.176,96	R\$ 18.026,40	85,92	R\$	15.356,96	R\$	11.210,58	R\$ 18.456,10	R\$ 4.146,38
01.18.042.0392.001 - 12595	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	19,00	720,00	R\$ 139.888,80	R\$ 167.860,80	R\$ 27.972,00	76,00	R\$	13.593,90	R\$	9.916,25	R\$ 28.638,77	R\$ 3.687,65
01.18.042.0368.001 - 12610	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	12,48	362,50	R\$ 70.432,98	R\$ 84.396,68	R\$ 14.063,70	49,92	R\$	8.922,48	R\$	6.513,41	R\$ 14.398,94	R\$ 2.408,07
01.18.042.0356.001 - 12608	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	12,41	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	49,64	R\$	8.872,43	R\$	6.476,88	R\$ 14.418,82	R\$ 2.395,56
01.18.042.0343.001 - 12609	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO	12,55	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,20	R\$	8.872,52	R\$	6.549,94	R\$ 14.418,82	R\$ 2.422,58
01.18.042.0331.001 - 12607	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO	12,51	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,20	R\$	8.872,52	R\$	6.549,94	R\$ 14.418,82	R\$ 2.422,58
01.18.042.0318.001 - 12606	MANOEL DE SOUZA FERREIRA	12,25	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	48,84	R\$	8.729,44	R\$	6.372,49	R\$ 14.418,82	R\$ 2.396,95
01.18.042.0306.001 - 23576	MARIA FERNANDES CARDOSO	12,60	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	50,40	R\$	9.008,27	R\$	6.576,04	R\$ 14.418,82	R\$ 2.432,23
01.18.042.0293.001 - 12605	JONES GUIMARAES	24,08	362,50	R\$ 70.430,13	R\$ 84.513,25	R\$ 14.083,13	96,32	R\$	17.215,81	R\$	12.957,54	R\$ 14.418,82	R\$ 4.648,27
	MUNICIPIO DE ARARANGUÁ	581,85		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2881,11	R\$	479.209,61	R\$	479.209,61		R\$ 0,00
	TOTALS	1.148,46				R\$ 1.685.680,54	9541,39	R\$	1.705.985,36	R\$	1.374.317,91		R\$ 331.067,45

DISTRIBUIÇÃO RECURSOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA		PERC (%)	VALOR (R\$)
CUSTO TOTAL DA OBRA			R\$ 1.705.985,36
VALOR DO CUSTO DA OBRA		100,00%	R\$ 1.705.985,36
CUSTO DE OBRA A SER RESSARCIDO PELOS CONTRIBUINTES OBEDECENDO OS LIMITES PREVISTOS PELA LEI COMPLEMENTAR 163/2014		19,41%	R\$ 331.067,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ -SC
Comissão Especial de Avaliação Nomeada pelo Decreto: 8751/2019

FATOR ABSORÇÃO DO MUNICÍPIO INCLUINDO CRUZAMENTO DE RUAS E PRAÇAS E COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA, BENEFÍCIOS DE ISENÇÃO E IMUNIDADE E VALORES QUE EXCEDERAM O ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO INDICADO NA COLUNA "V"	80,59%	R\$ 1.374.317,91
--	--------	------------------



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 0481/2023

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA TENDO COMO FATO GERADOR A REALIZAÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM ASFÁLTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA RUA: AROLDO JANUÁRIO SABINO, TRECHO ENTRE A RODOVIA TINHO RÉUS ATÉ O INICIO DA PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTAS EM UMA EXTENSÃO DE 1.148,462 MTS, COM UMA ÁREA TOTAL PAVIMENTADA DE 9.541,39 MTS², LOCALIZADO NESTA CIDADE DE ARARANGUÁ - SC, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 209 E O INCISO I DO ART 215, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015 QUE DITARAM SOBRE AS NORMAS RELATIVAS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito **CESAR ANTONIO CESA**, no uso das suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Melhoria tendo como fato gerador a realização da obra de pavimentação com asfalto e obras complementares na RUA: AROLDO JANUÁRIO SABINO, TRECHO ENTRE A RODOVIA TINHO RÉUS ATÉ O INICIO DA PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTAS EM UMA EXTENSÃO DE 1.148,462 MTS, COM UMA ÁREA TOTAL PAVIMENTADA DE 9.541,39 MTS², conforme Processo Administrativo nº 19954/2023.

Art. 2º Os elementos necessários para a instituição da Contribuição de Melhoria relativa a estas obras, como memorial descritivo, orçamento detalhado com

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmva.sc.gov.br/ver> e informe o código: 2312081610542E448



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

o valor máximo dos custos, relação dos imóveis beneficiados contendo os seguintes subelementos: Identificação de seu titular, número de ordem, avaliação individual antes e após a obra, o total individual e geral da diferença destas avaliações, os valores relativo aos limites determinado pela legislação, o fator de absorção, e o valor máximo a ser ressarcido ao município, estão inseridos no anexo único (Edital prévio de lançamento) parte integrante desta Lei, atendendo assim todos os requisitos necessários e determinados pela Lei nº 163 de 21 de Setembro de 2015.

Art. 3º Faz parte desta Lei um Edital prévio de lançamento (anexo único), contendo além dos elementos necessários para a cobrança e o lançamento da Contribuição de Melhoria, conforme preconiza o Art. 219 da Lei Complementar de nº 163 de 21 de Setembro de 2015, a forma e o prazo de pagamento do referido tributo, bem como os valores absorvidos pelo município, observado os limites e condições mencionadas no Art. 226 da mesma Lei Complementar.

Art. 4º O sujeito passivo será notificado, na forma e prazo estabelecidos na Lei Complementar de nº 163 de 21 de Setembro de 2015.

Art. 5º Os demais elementos utilizados no estudo realizado pela Comissão Nomeada para este Fim estão inseridos no Processo Administrativo de nº 19954/2023.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 08 de dezembro de 2023.

CESAR ANTONIO CESA
Prefeito de Araranguá

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, 08 de dezembro de 2023.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmva.sc.gov.br/ver> e informe o código: 2312081610542E448

LEI COMPLEMENTAR N° 482/2023

Publicação N° 5411768

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ - SC
Comissão Especial de Avaliação Nomeada pelo Decreto: 8751/2019

ANEXO I - EDITAL - DEMONSTRATIVO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA											
RUA APARADOS DA SERRA											
ENTRE A RUA TURVO E O INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM UMA EXTENSÃO DE 789,188 MTS											
PAVIMENTAÇÃO COM ASFÁLTO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES											
TRECHO:											
CATEGORIA DO SERVIÇO:											
ÁREA DA OBRA (M2)											
CUSTO DO M2:											
Nº MED. M2 ANTES OBRA:											
LOCALIZAÇÃO:											
CADASTRO	NOME	TESTADA LINEAR	ÁREA TERRENO (M2)	VALOR VENAL ANTES DA OBRA	VALOR VENAL PRESUMIDO APÓS OBRA	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL	ÁREA DE PAVIM. (M2)	VALOR TOTAL CUSTO OBRA	PORCENTAGEM ASSOCIAÇÃO 75,1721%	LIMITE DE VALORIZAÇÃO CMF-VACACIONT	VALOR A SER RESSARCIDO CONTRIBUINTE
03.02.024.0080.001 - 19909	INCORPORADORA CONVENTOS	60,07	1802,10	R\$ 1.035.648,85	R\$ 1.262.784,20	R\$ 207.115,35	240,28	R\$ 50.918,76	R\$ 24.713,78	R\$ 59.981,29	R\$ 26.804,98
03.02.013.0265.001 - 19813	FERNANDO VIEIRA DA ROCHA	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.013.0220.001 - 19812	LILIAN NOGUEIRA ALVES DE SOUZA	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.013.0200.001 - 19811	FLAVIO BECK HOSLBACK	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.013.0180.001 - 19810	BALNEARIO CONVENTOS S/A	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.014.0385.001 - 19834	JANINE DE OLIVEIRA LUCHTEMBERG	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.014.0340.001 - 125890	BALNEARIO CONVENTOS S/A	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.014.0320.001 - 19832	MONICA PEREIRA LUMMERITZ	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.014.0305.001 - 19830	ANDERSON LUIZ FERNANDES PEREZ	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.014.0290.001 - 19829	JOÃO CARLOS ROSSO	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.014.0275.001 - 19828	JOÃO CARLOS ROSSO	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.014.0260.001 - 19827	CELSO LUFCHITZ	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.014.0240.001 - 19826	GISELE FABIANE CASAGRANDE JOAO	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.015.0385.001 - 19853	PEDRO CELSO DAL PRA	40,00	1.000,00	R\$ 574.690,00	R\$ 689.620,00	R\$ 114.930,00	160,00	R\$ 33.539,93	R\$ 16.456,65	R\$ 33.051,04	R\$ 17.183,28
03.02.015.0320.001 - 19852	NEREU DE SOUZA JUNIOR	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.015.0305.001 - 19851	MILTON CARLOS BAGGIO	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.015.0275.001 - 19849	JULIANA VAMERLATI SANTOS RAMOS	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.015.0260.001 - 19848	JOÃO CARLOS AMBONI PREMOLI	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.015.0240.001 - 19847	FUTURISA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.007.0020.001 - 19677	BEATRIZ DIAS DO CANTO	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.007.0040.001 - 19678	SAVADOR DA SILVA	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.007.0055.001 - 19679	ADRIANO LUIZ MONTEIRO DOS SANTOS	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.007.0070.001 - 19681	ADRIANO LUIZ MONTEIRO DOS SANTOS	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.007.0085.001 - 19683	RAIZA BPSSARDI ZINGALLI	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.007.0100.001 - 19685	GILBERTO BATISTA NUNES	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.007.0120.001 - 19687	ANA KARINA CIRIMBELI CORAL TOURNIER	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.007.0165.001 - 19688	ANA KARINA CIRIMBELI CORAL TOURNIER	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.008.0020.001 - 19700	SERGIO MUNIZ DO AMARAL	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.008.0040.001 - 19701	MARIA ROCHA	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.008.0055.001 - 19702	ANA CRISTINA FERREIRA GERALDO	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.008.0070.001 - 19703	FUTURISA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.008.0085.001 - 197281	PAULO JOSE HAHN	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.008.0100.001 - 19704	JORGE LUIZ ANGELONI	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.008.0120.001 - 19705	TIAGO TURATTI RONCHI	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.008.0165.001 - 19706	ANDREI FERNANDES COSTA	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.009.0020.001 - 19719	ARTUR EDUARDO DE AVILA ZINGANO	19,26	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	77,04	R\$ 16.927,63	R\$ 7.923,88	R\$ 16.927,63	R\$ 8.273,75
03.02.009.0040.001 - 19720	ARTUR EDUARDO DE AVILA ZINGANO	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.009.0055.001 - 19722	LUCIANA LACERDA BURGIO TRINDADE	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.009.0070.001 - 19723	GIOVANA CARDOSO DE SOUZA	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 6.171,25	R\$ 19.830,63	R\$ 6.443,73
03.02.009.0100.001 - 19725	FLAVIO RUBEN SILVEIRA	30,00	1200,00	R\$ 689.628,00	R\$ 827.544,00	R\$ 137.916,00	120,00	R\$ 25.229,99	R\$ 12.342,49	R\$ 39.961,25	R\$ 12.887,46
03.02.009.0120.001 - 19726	FLAVIO RUBEN SILVEIRA	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
03.02.009.0165.001 - 19727	CARLOS FAUSTO NINO GORINI	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 57.465,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$ 16.819,96	R\$ 8.228,33	R\$ 16.819,96	R\$ 8.591,64
RELACÃO DOS IMOVEIS COM PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE SUJEITO A NAO INCIDENCIA DO TRIBUTO CONFORME INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR 632/2014											
03.02.024.0080.001 - 19909	INCORPORADORA CONVENTOS	55,40	1662,00	R\$ 955.134,78	R\$ 1.146.148,44	R\$ 191.013,66	221,60	R\$ 46.591,30	R\$ 46.591,30	R\$ 54.030,84	R\$ 0,00
03.02.024.1307.001 - 19906	INCORPORADORA CONVENTOS	159,54	4786,20	R\$ 2.750.981,28	R\$ 3.300.659,24	R\$ 500.077,97	638,16	R\$ 134.172,86	R\$ 134.172,86	R\$ 158.188,91	R\$ 0,00
03.02.024.0990.001 - 19914	IVALDO RIZZOTTO SEGUNDO	55,94	1000,00	R\$ 574.690,00	R\$ 689.620,00	R\$ 114.930,00	223,76	R\$ 47.045,44	R\$ 47.045,44	R\$ 33.051,04	R\$ 0,00
03.02.024.0924.001 - 19913	IVALDO RIZZOTTO SEGUNDO	18,00	495,00	R\$ 284.471,55	R\$ 341.361,90	R\$ 56.890,35	72,00	R\$ 15.137,97	R\$ 15.137,97	R\$ 16.360,27	R\$ 0,00
03.02.024.0906.001 - 19912	IVALDO RIZZOTTO SEGUNDO	18,00	495,00	R\$ 284.471,55	R\$ 341.361,90	R\$ 56.890,35	72,00	R\$ 15.137,97	R\$ 15.137,97	R\$ 16.360,27	R\$ 0,00
03.02.025.0422.001 - 19653	PIETRO GAZERA MINUCCI	54,29	1.928,70	R\$ 1.108.404,60	R\$ 1.330.070,09	R\$ 221.665,49	217,16	R\$ 45.657,79	R\$ 45.657,79	R\$ 63.245,55	R\$ 0,00
03.02.025.0070.001 - 19645	BELMIRO FREITAS	15,00	525,00	R\$ 301.712,25	R\$ 362.050,50	R\$ 60.338,25	60,00	R\$ 12.614,97	R\$ 12.614,97	R\$ 17.351,80	R\$ 0,00

TOTAL DA OBRA (R\$) R\$ 1.374.725,16 FATOR ASSORÇÃO INDIVIDUAL 0,4892%



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ -SC
Comissão Especial de Avaliação Nomeada pelo Decreto: 8751/2019

03.02.005.0115.001 - 19646	BELMIRO FREITAS	25,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 344.810,00	R\$ 57.465,00	100,00	R\$	21.024,96	R\$	21.024,96	R\$ 16.525,52	R\$ 0,00
03.02.006.0020.001 - 19655	IVALDO DO CANTO HOMEM	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 344.810,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$	16.819,96	R\$	16.819,96	R\$ 16.525,52	R\$ 0,00
03.02.006.0040.001 - 19657	IVALDO DO CANTO HOMEM	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 344.810,00	R\$ 57.465,00	60,00	R\$	12.614,97	R\$	12.614,97	R\$ 19.830,63	R\$ 0,00
03.02.006.0055.001 - 19658	RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$	12.614,97	R\$	12.614,97	R\$ 19.830,63	R\$ 0,00
03.02.006.0070.001 - 19659	RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$	12.614,97	R\$	12.614,97	R\$ 19.830,63	R\$ 0,00
03.02.006.0085.001 - 19660	DINO CESA	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	60,00	R\$	12.614,97	R\$	12.614,97	R\$ 19.830,63	R\$ 0,00
03.02.006.0100.001 - 19661	DINO CESA	15,00	600,00	R\$ 344.814,00	R\$ 413.772,00	R\$ 68.958,00	80,00	R\$	16.819,96	R\$	16.819,96	R\$ 16.525,52	R\$ 0,00
03.02.006.0120.001 - 19662	LUCI GALVÃO PIRES	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 344.810,00	R\$ 57.465,00	80,00	R\$	16.819,96	R\$	16.819,96	R\$ 16.525,52	R\$ 0,00
03.02.006.0165.001 - 19663	EDOIR MARIA COSTA DO CANTO	20,00	500,00	R\$ 287.345,00	R\$ 344.810,00	R\$ 57.465,00	1016,54	R\$	213.727,09	R\$	213.727,09	R\$ 16.525,52	R\$ 0,00
MUNICIPIO DE ARARANGUÁ		197,86		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			R\$ 1.374.725,16				R\$ 0,00
TOTAIS		789,18					6538,54						R\$ 380.560,98
DISTRIBUIÇÃO RECURSOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA													R\$ 408.531,72
CUSTO TOTAL DA OBRA													
VALOR DO CUSTO DA OBRA. RECURSOS PRÓPRIO DO MUNICIPIO													
CUSTO DE OBRA A SER RESSARCIDO PELOS CONTRIBUINTES OBEDECENDO OS LIMITES													
PREVISTOS PELA LEI COMPLEMENTAR 163/2014													
FATOR ABSORÇÃO DO MUNICIPIO INCLUINDO CRUZAMENTO DE RUAS E PRACAS E													
COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA. BENEFÍCIOS DE ISENÇÃO E IMUNIDADE E VALORES QUE EXCEDERAM													
O ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO INDICADO NA COLUNA "V"													

ANEXO ÚNICO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EDITAL PRÉVIO DE CUSTOS PARA LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO
DE MELHORIA

O Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, torna público através do presente Edital, os orçamentos, avaliações prévias e presumidas e demais elementos relativos às obras, de que trata a Lei Municipal Nº 163 de 21 de Setembro de 2015, e a Lei Complementar específica de pavimentação com Asfalto e serviços complementares junto a **Rua Aparados da Serra, trecho entre a Rua Turvo até o início da pavimentação asfáltica, em uma extensão de 789,188 mts, com uma área total pavimentada de 6.538,54 mts²** situado neste Município, conforme processo Administrativo nº **25705/2023**, esclarecendo que os valores especificados ensejam a cobrança de **CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 163, de 21 de Setembro de 2015 e Legislação correlata, observadas as alterações introduzidas pelos serviços técnicos, abrangências e custos especificados por ocasião da realização conclusão da Obra.

1.0 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS PELA

1.1 Serão beneficiados pela obra os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores, a qualquer título, de imóveis localizados na **Rua Aparados da Serra, trecho entre a Rua Turvo até o início da pavimentação asfáltica, em uma extensão de 789,188 mts, com uma área total pavimentada de 6.538,54 mts²**, localizado neste Município, relacionados no item 3.0, abaixo.

2.0 Memorial Descritivo das obras e especificações técnicas:

2.1 O memorial Descritivo está disponível no Processo Administrativo 25705/2023.

3.0 Relação dos Imóveis beneficiados com a melhoria incluindo suas dimensões, avaliação antes da obra, avaliação presumida após a obra, valorização individual e total, custo individual e total, e o valor estimado da Contribuição com base no rateio do custo a ser ressarcido conforme determina a Lei Complementar 163 de 21 de Setembro de 2015:

3.1 A relação está inserida no Anexo único deste Edital.

3.2 O valor estimado da contribuição de melhoria foi calculado com base na valorização individual, parcela do custo total da obra a ser ressarcido e o somatório das valorizações dos imóveis beneficiados especificados no Anexo único do item 3.0 acima, obtida pela execução da obra em questão, tendo como limite o total da despesa realizada com a execução da obra e, como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, com base no que determina o Art. 214 da Lei Complementar 163 de 21 de Setembro de 2015.

4.0 Orçamento do Custo da Obra: As obras para os serviços de pavimentação com asfalto e obras complementares foram orçados nos valores indicados nas planilhas orçamentárias detalhadas, as quais estão disponíveis no Processo Administrativo de nº 25705/2023 valores estes distribuídos conforme descrição abaixo:

4.1 A distribuição dos valores da **Rua Aparados da Serra, trecho entre a Rua Turvo até o início da pavimentação asfáltica, em uma extensão de 789,188 mts, com uma área total pavimentada de 6.538,54 mts²** estão indicados no quadro abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS:

VALOR TOTAL DO CUSTO DA OBRA	R\$ 1.374.725,16
VALOR A SER RESSARCIDO PELOS CONTRIBUINTES ATRAVÉS DE PAGAMENTO DIRETO A ADMINISTRAÇÃO	R\$ 360.560,98
VALOR ABSORVIDO PELO MUNICÍPIO	R\$ 1.014.164,18

5.0 Determinação da parcela do custo das obras a serem ressarcidas pela contribuição de melhoria: Foi calculada proporcionalmente, obtendo-se a área beneficiada multiplicando-se a extensão das testadas dos respectivos imóveis pela extensão da metade da largura da pista de rolamento em frente aos mesmos imóveis beneficiados, e o seu resultado pelo preço do m² de obra demonstrado no item 3.0 (anexo único).

6.0 Determinação do fator de absorção: Do custo da obra (recursos próprios), com relação a **Rua Aparados da Serra, trecho entre a Rua Turvo até o início da pavimentação asfáltica, em uma extensão de 789,188 mts, com uma área total pavimentada de 6.538,54 mts², 73,77 %** do valor dos serviços de pavimentação com lajotas e serviços complementares, estando incluídos os valores correspondentes à pavimentação nos cruzamentos das ruas transversais, testadas para logradouros públicos ou praças, imóveis públicos, benefícios concedidos através de isenções, não incidência e imunidade, e os valores absorvidos e excedentes ao limites fixados na Legislação Pertinente. Os outros **26,23 %** serão rateados entre os moradores proprietários dos imóveis beneficiados.

7.0 Prazo e Forma de pagamento: O pagamento poderá ser pago à vista, com desconto de 20% (Vinte por cento), ou parcelado em até 24 parcelas consecutivas com o vencimento da cota única e da 1ª parcela 30 dias a contar da notificação de lançamento, obedecendo aos limites e demais condições previstas no Art. 226 da Lei Complementar 163 de 21 de Setembro de 2015.

7.1 O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 0,25 da Unidade Fiscal Municipal. Vigente.

8.0 Disposições Gerais:

8.1 Cientificamos aos contribuintes beneficiados pela Obra, que o prazo para impugnação dos itens supracitados é de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital, devendo a mesma ser dirigida à autoridade fazendária através de petição escrita, iniciando os fundamentos ou razões que a embasam, e determinará a abertura do processo tributário de caráter contencioso, e que deve ser encaminhada no serviço de Protocolo do município, localizado na Rua Dr. Virgulino de Queirós nº 200 – Centro, em Araranguá/SC, obedecendo, quanto a forma, o que preceitua a Lei Complementar nº 163, de 21 de Setembro de 2015. Cientificamos ainda que tanto o orçamento da obra, quanto as avaliações prévias e presumidas dos imóveis mencionados neste edital, referem-se a preços de mercado atualmente praticados, documento estes, inseridos no Processo Administrativo 25705/2023 .

8.2 O recolhimento do tributo será feito através da rede bancária, autorizada pela Administração Municipal de Araranguá – SC, através da Secretaria de Finanças;

- a) Para mais informações e esclarecimentos, os contribuintes poderão dirigir-se à Secretaria de Administração e Finanças.

Município de Araranguá, em _____ de _____ de 2023

Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 0482/2023

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA TENDO COMO FATO GERADOR A REALIZAÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM ASFÁLTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA RUA: APARADOS DA SERRA, TRECHO ENTRE A RUA TURVO ATÉ O INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM UMA EXTENSÃO DE 789,188 MTS, COM UMA ÁREA TOTAL PAVIMENTADA DE 6.538,54 MTS², LOCALIZADO NESTA CIDADE DE ARARANGUÁ - SC, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 209 E O INCISO I DO ART 215, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015 QUE DITARAM SOBRE AS NORMAS RELATIVAS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito **CESAR ANTONIO CESA**, no uso das suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Melhoria tendo como fato gerador a realização da obra de pavimentação com asfalto e obras complementares na RUA APARADOS DA SERRA, TRECHO ENTRE A RUA TURVO ATÉ O INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM UMA EXTENSÃO DE 789,188 MTS, COM UMA ÁREA TOTAL PAVIMENTADA DE 6.538,54 MTS², conforme Processo Administrativo nº 25705/2023.

Art. 2º Os elementos necessários para a instituição da Contribuição de Melhoria relativa a estas obras, como memorial descritivo, orçamento detalhado com

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmva.sc.gov.br/cer/cer> e informe o código: 23120816104573748



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

o valor máximo dos custos, relação dos imóveis beneficiados contendo os seguintes subelementos: Identificação de seu titular, número de ordem, avaliação individual antes e após a obra, o total individual e geral da diferença destas avaliações, os valores relativo aos limites determinado pela legislação, o fator de absorção, e o valor máximo a ser ressarcido ao município, estão inseridos no anexo único (Edital prévio de lançamento) parte integrante desta Lei, atendendo assim todos os requisitos necessários e determinados pela Lei nº 163 de 21 de Setembro de 2015.

Art. 3º Faz parte desta Lei um Edital prévio de lançamento (anexo único), contendo além dos elementos necessários para a cobrança e o lançamento da Contribuição de Melhoria, conforme preconiza o Art. 219 da Lei Complementar de nº 163 de 21 de Setembro de 2015, a forma e o prazo de pagamento do referido tributo, bem como os valores absorvidos pelo município, observado os limites e condições mencionadas no Art. 226 da mesma Lei Complementar.

Art. 4º O sujeito passivo será notificado, na forma e prazo estabelecidos na Lei Complementar de nº 163 de 21 de Setembro de 2015.

Art. 5º Os demais elementos utilizados no estudo realizado pela Comissão Nomeada para este Fim estão inseridos no Processo Administrativo de nº 25705/2023.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 08 de dezembro de 2023.

CESAR ANTONIO CESA
Prefeito de Araranguá

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, 08 de dezembro de 2023.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cmva.sc.gov.br/ver> e informe o código: 23120816104573748

Armazém

PREFEITURA

CONTRATO 100/2023

Publicação Nº 5410271

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0100/2023/PMA – do Processo nº. 91/2023/PMA, Dispensa de Licitação Nº. 24/2023/PP/PMA, cujo objeto: “Contratação de pessoa jurídica para implantar o programa Autenticidade Azul no Município de Armazém/SC.” Tendo como vencedora a empresa: CHARLES SCHELTER. Valor de R\$ 16.200,00. Vigência: Início em 22/11/2023, término em 21/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 101/2023

Publicação Nº 5410286

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0101/2023/PMA – Processo nº. 82/2023/PMA, Pregão Presencial N.º 45/2023/PR/PMA, cujo objeto contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão pública municipal, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte para atendimento de necessidades da administração municipal, conforme especificações técnicas no termo de referência em anexo ao edital. Tendo como vencedora a empresa Betha Sistemas, no valor total de R\$ 648.646.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta e seis reais). Vigência: Início em 01/12/2023, término em 30/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 102/2023

Publicação Nº 5410290

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0102/2023/PMA – Processo nº. 81/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 44/2023/PP/PMA, cujo objeto: “contratação de pessoa jurídica ou física para prestação serviços de oficina de artesanato, a ser executada com carga horária de 30 (trinta) horas semanais de segunda feira à quarta feira, na Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Armazém/SC.” Tendo como vencedora a empresa: CLEIR PINTER CORREA PIRES. Valor R\$ 19.200. Vigência: Início em 24/11/2023, término em 24/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 103/2023

Publicação Nº 5410315

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0103/2023/PMA – Processo nº. 83/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 46/2023/PP/PMA, cujo objeto: “aquisição de tintas parceladas para pintura e reparos nas secretarias municipais da Administração Municipal.” Tendo como vencedora a empresa: ARLETE VIEIRA MACHADO MICHELS & FILHO LTDA. Valor R\$ 103.578,50. Vigência: Início em 29/11/2023, término em 29/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 104/2023

Publicação Nº 5410466

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0104/2023/PMA – Processo nº. 84/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 47/2023/PP/PMA, cujo objeto: “contratação de pessoa jurídica para roçada nas estradas vicinais do município, bem como limpeza de árvores, arbustos e vegetação rasteira dando destino correto aos materiais retirados.” Tendo como vencedora a empresa: NINO ROÇAGEM E JARDINAGEM LTDA. Valor R\$ 71.100,00. Tendo como vencedora a empresa: GILMAR SORATO. Valor R\$ 72.000,00. Vigência: Início em 29/11/2023, término em 30/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 105/2023

Publicação Nº 5410471

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0105/2023/PMA – Processo nº. 85/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 48/2023/PP/PMA, cujo objeto: “contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de material a ser utilizado na manutenção da rede de iluminação pública do Município de Armazém/SC.” Tendo como vencedora a empresa: ELETRO FAGUNDES LTDA ME. Valor R\$ 248.858,25. Vigência: Início em 29/11/2023, término em 30/06/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 106/2023

Publicação Nº 5410476

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0106/2023/PMA – Processo nº. 86/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 49/2023/PP/PMA, cujo objeto: “contratação de empresa jurídica para locação de horas máquinas: caminhão, escavadeira hidráulica, retroescavadeira, pá carregadeira e trator esteira, para serviços da secretaria municipal de transportes e obras do Município de Armazém/SC.” Tendo como vencedora a empresa: BITTENCOURT TERRAPLANAGEM EIRELI - ME. Valor R\$ 582.300,00. Vigência: Início em 30/11/2023, término em 31/05/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 107/2023

Publicação Nº 5410479

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0107/2023/PMA – do Processo nº. 87/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 50/2023/PP/PMA, cujo objeto: “contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de solda e torno nos veículos e máquinas da frota do Município de Armazém/SC.” Tendo como vencedora a empresa: SR SERRALHERIA LTDA ME. Valor R\$ 205.240,00. Vigência: Início em 30/11/2023, término em 30/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 108/2023

Publicação Nº 5410487

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0108/2023/PMA – do Processo nº. 88/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 51/2023/PP/PMA, cujo objeto: “contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria técnica nos sistemas e-sfinge(tce-sc), matrizes de saldos contábeis e siconfi para o Município de Armazém/SC.” Tendo como vencedora a empresa: J. F. ONOFRE LTDA. Valor R\$ 38.400,00. Vigência: Início em 30/11/2023, término em 31/12/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 109/2023

Publicação Nº 5410489

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARMAZÉM**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 0109/2023/PMA – do Processo nº. 94/2023/PMA, Inexigibilidade de Licitação 06/2023/IL/PMA, cujo objeto contratação de show artístico com a dupla “Marcos Paulo & Marcelo”, para o evento tradicional em comemoração ao aniversário do Município de Armazém/SC, a contratação da dupla é para uma apresentação artística no dia 16/12/2023, conforme especificações técnicas no termo de referência em anexo ao edital. Tendo como vencedora a empresa Portal dos Eventos – Produções Artísticas LTDA – ME, no valor total de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Vigência: Início em 30/11/2023, término em 29/02/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 110/2023

Publicação Nº 5410494

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARMAZÉM**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 0110/2023/PMA – do Processo nº. 97/2023/PMA, Dispensa de Licitação 25/2023/DL/PMA, cujo objeto contratação de empresa para prestação de serviço de instalação de banheiros químicos, para os dias 16 e 17 de dezembro de 2023, para o evento público de comemoração ao aniversário do Município de Armazém/SC, conforme especificações técnicas no termo de referência em anexo ao edital. Tendo como vencedora a empresa Nova Construções LTDA no valor total de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Vigência: Início em 01/12/2023, término em 01/03/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 111/2023

Publicação Nº 5410498

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARMAZÉM**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 0111/2023/PMA – do Processo nº. 90/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 52/2023/PP/PMA, cujo objeto: “Escolha da proposta mais vantajosa (maior oferta por item) para a Concessão onerosa de espaço físico, situado no centro do Município de Armazém/SC, via contratação de pessoa jurídica, para exploração de serviços, conforme detalhamento do edital e seus anexos.” Tendo como vencedora a empresa: ADRIANA CORREA MENDES PARA CANTINA Nº 02. Valor mensal de R\$ 800,00. Vigência: Início em 04/12/2023, término em 04/12/2028. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 112/2023

Publicação Nº 5410517

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARMAZÉM**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 0112/2023/PMA – do Processo nº. 90/2023/PMA, Pregão Presencial Nº. 52/2023/PP/PMA, cujo objeto: “Escolha da proposta mais vantajosa (maior oferta por item) para a Concessão onerosa de espaço físico, situado no centro do Município de Armazém/SC, via contratação de pessoa jurídica, para exploração de serviços, conforme detalhamento do edital e seus anexos.” Tendo como vencedora a empresa: JULIA CORREA MENDES PARA CANTINA Nº 03. Valor mensal de R\$ 800,00. Vigência: Início em 04/12/2023, término em 04/12/2028. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 113/2023

Publicação Nº 5410522

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARMAZÉM**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 0113/2023/PMA – do Processo nº. 96/2023/PMA, Inexigibilidade de Licitação 07/2023/IL/PMA, cujo objeto contratação de show artístico do musical de banda, do artista Marcelo Rakar & Banda, para o evento tradicional em comemoração ao aniversário do Município de Armazém/SC, conforme especificações técnicas no termo de referência em anexo ao edital. Tendo como vencedora a empresa Marcelo Luiz Borigoto, no valor total de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais). Vigência: Início em 05/12/2023, término em 05/03/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 114/2023

Publicação N° 5410592

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0113/2023/PMA – do Processo nº. 98/2023/PMA, Dispensa de Licitação 26/2023/DL/PMA, cujo objeto Contratação de empresa para realização de processo seletivo de provas e títulos para preenchimento de vagas no Município de Armazém/SC. Tendo como vencedora a empresa INSTITUTO DE ESTUDO, PESQUISA E PROJETOS. Valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência: Início em 07/12/2023, término em 07/12/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

CONTRATO 99/2023

Publicação N° 5410256

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ARMAZÉM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 099/2023/PMA – Tomada de Preço nº. 06/2023/TP/PMA, Processo nº. 75/2023/PMA, Objeto: “contratação de empresa especializada para pavimentação com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente, com fornecimento de materiais necessários, a ser executado na Rua Gabriel Carlos Beckauser e na Rua Sebastião José Corrêa, localizada no bairro Vila José Nazário, no Município de Armazém/SC. Convenio Estadual. Conforme projetos, planilhas e demais anexos. Empresa Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES SA. Valor R\$ 266.398,06. Vigência: Início em 21/11/2023, término em 21/11/2024. Luiz Paulo Rodrigues Mendes - Prefeito Municipal.

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO N° 0075/2023 - EDUARDO CIVIDINI - LEI PAULO GUSTAVO**

Publicação N° 5409707

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26EC0D874ACF5D89BC604C2C36F422D0D6DE48E3

TERMO DE COMPROMISSO**CONTRATO N° 0075/2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES
E TURISMO

Edital de Chamamento n° 0001/2023

Termo de Compromisso para a Execução de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, no município de Arroio Trinta, Edital de Chamamento n° 0001/2023.

Por este Termo de Compromisso, **EDUARDO CIVIDINI**, Brasileiro, solteiro, Portador do CPF sob n°083.224.859-21 e RG sob n° 6.638.941, Residente e domiciliado na Linha Esperança, Bairro, interior, cidade de Arroio Trinta – Santa Catarina, Proponente do Projeto Cultural contemplado. Nome do projeto cultural, denominado “”SHOW DUDU CIVIDINI -MÚSICA” no Edital de Chamamento Público n° 0001/2023, doravante denominado(a) de "Proponente", se compromete com as obrigações a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Compromisso é o conjunto de ações previstas no Projeto Cultural, proposto e selecionado para receber recursos do Edital de Chamamento n° 0001/2023, da Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

Objeto proposto no projeto cultural

a) Relação das ações previstas no projeto cultural.

1.2. Todas as normas a serem observadas na execução do projeto contemplado, encontram-se perfeitamente detalhadas no edital de chamamento público nº 0001/2023 e demais peças que compõem a Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

1.3. Todas as pessoas e fornecedores envolvidos com a execução do Projeto Cultural serão contratados e geridos por total responsabilidade do Proponente, na forma da legislação vigente.

1.4. Não haverá, entre as pessoas e os fornecedores envolvidos na execução do Projeto Cultural e o Município de Arroio Trinta, qualquer vínculo de emprego ou responsabilidade trabalhista.

1.5. O Proponente se obriga a manter em dia os salários e o pagamento de obrigações previdenciárias, tributárias e demais encargos legais que incidem ou venham a incidir sobre o Projeto Cultural, ora contemplado.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este Termo decorre da homologação do resultado do Edital de Chamamento Público nº 0001/2023 da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo que a este se vincula com todos os seus anexos e ao projeto premiado, sujeitando-se o Proponente às suas cláusulas e condições, bem como às disposições contidas na legislação.

3. DO PROJETO

3.1. O Projeto Cultural conta com as seguintes atividades que serão executadas pelo Proponente:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	40042 - Projeto Música Música: Projeto de apresentação musical, em evento a ser promovido pelo Município de Arroio Trinta, a ser realizada em espaço público definido em	Un	1	2.000,00	2.000,00

	conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, de forma gratuita podendo ser em qualquer gênero musical.				
Valor Total					2.000,00

E Relação das atividades conforme Projeto Cultural apoiado.

3.2. A execução do Projeto Cultural somente poderá ser iniciada após o depósito integral do valor a que faz jus o Proponente, pelo projeto contemplado no Edital de Chamamento Público nº 0001/2023.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

4.1. O prazo para execução do Projeto Cultural será até 12 (doze) meses, a contar da data do depósito do recurso financeiro na conta do proponente.

4.2. O Proponente deverá entregar até 30 (trinta) dias após a finalização da realização do projeto, o relatório de atividades detalhado com registro de execução do projeto.

4.3. No caso de inexecução do projeto, o contemplado deverá efetuar a devolução integral do valor recebido para o Município de Arroio Trinta, na nº 8866-8 Agência 5322-8, Banco do Brasil, mediante comprovação (recibo de depósito/transferência).

5. DO VALOR DO PRÊMIO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Para a execução do Projeto Cultural contemplado relativo a este contrato, o Município de Arroio Trinta pagará ao Proponente a importância de **R\$ 4.000,00(QUATRO MIL REAIS)**, que será liberada em uma única parcela, em conta corrente em nome do proponente.

5.2. O valor do projeto fixado não sofrerá nenhum tipo de reajuste.

5.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Arroio Trinta ao Proponente, na forma prevista no edital e seus anexos, de acordo com as

disposições legais vigentes e procedimentos usualmente utilizados pelo Município de Arroio Trinta, não sendo admitidos adiantamentos, a qualquer título.

6. DO DIREITO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, com a Comissão Municipal de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Complementar Federal nº 195/2022 – Paulo Gustavo, exercerão acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá o Proponente das responsabilidades que lhes são atribuídas, na forma da Lei.

6.2. Quando for o caso, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo através de um de seus mandatários, transmitirá ao Proponente, por escrito, as instruções, ordens e/ou reclamações, competindo àquela a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da execução do objeto contratado.

6.3. Eventuais problemas apontados pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo na execução deste termo de compromisso, deverão ser imediatamente corrigidos pelo Proponente.

6.4. Quando entender necessário, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, convocará o Proponente para comparecer à sua sede ou realizar reunião on-line a fim de prestar informações a respeito do andamento do Projeto Cultural premiado.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

7.1. Além de outras obrigações já previstas no Edital nº 0001/2023, caberá ao Proponente:

- a) comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem ou que vierem a incidir sobre a execução do contrato;
- b) submeter à apreciação e aprovação prévia da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo qualquer atividade adicional ou alteração no projeto aprovado, que entenda que deva ser executada;

- c) garantir que os técnicos especializados e que figuram na relação de sua equipe técnica, sejam os que realizarão pessoal e diretamente o objeto contratado;
- d) arcar com todos os custos civis, fiscais, previdenciários e trabalhistas que decorram do Projeto Cultural contemplado, inclusive quanto à criação de novos encargos;
- e) responsabilizar-se pelos eventuais danos causados diretamente ao Município de Arroio Trinta-SC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Projeto Cultural, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização das ações do projeto;
- f) submeter-se à fiscalização da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e de seus mandatários no que tange às suas obrigações;
- g) observar a expressa proibição da veiculação de publicidade enganosa, em benefício próprio, acerca das atividades a que se refere o Projeto Cultural;
- h) executar adequadamente as atividades do Projeto Cultural, respeitadas as disposições aqui contidas, nas demais peças do edital e as constantes da legislação em vigor;
- i) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no Edital nº 0001/2023;
- j) executar o Projeto Cultural utilizando-se dos mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- k) facilitar à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo e aos seus mandatários o acesso a qualquer tipo de informação e fornecer todos os elementos de seu conhecimento e competência, de acordo com o edital e os seus anexos;
- l) garantir, durante a execução do Projeto Cultural, a continuidade e a segurança do local, bem como a proteção e a conservação dos serviços executados;
- m) permitir e facilitar a inspeção do Projeto Cultural pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Equipe da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo;
- n) fazer constar nos eventuais créditos de abertura e final do Projeto Cultural, bem como em todas as suas peças publicitárias, gráficas ou audiovisuais, a logomarca do Município de Arroio Trinta, bem como a expressão "Projeto viabilizado por meio da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar Federal nº 195/2022) no município de Arroio Trinta";
- o) complementar, às suas expensas, os recursos para conclusão do Projeto Cultural, quando for o caso;

p) devolver o montante recebido, corrigido monetariamente, na forma prevista na legislação vigente, no caso do não cumprimento do disposto neste termo de compromisso.

7.2 A inadimplência do Proponente, com referência aos encargos estabelecidos na alínea “d” acima, não transfere à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.3 O Proponente será o único responsável de pleno direito por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando da execução do Projeto Cultural, devendo aquela adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor sobre acidentes e segurança de trabalho.

7.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando vigorantes após a data de apresentação da proposta, não implicarão a revisão dos valores e termos deste Termo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

8.1. Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste Termo, caberá à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo:

- a) solicitar, por intermédio da Comissão de Avaliação e Acompanhamento, ao Proponente, sempre que se fizer necessário, informações e esclarecimentos acerca de quaisquer dúvidas em relação às atividades do Projeto Cultural;
- b) prestar ao Proponente toda e qualquer informação por ela solicitada, necessária à perfeita execução deste Termo de Compromisso;
- c) notificar por escrito o Proponente sobre a aplicação de qualquer sanção;
- d) fiscalizar, através de seus servidores a perfeita execução do Projeto Cultural, aplicando, se necessário, as penalidades previstas em lei no Edital nº 0001/2023; e
- e) resguardar os direitos autorais do Proponente sobre o Projeto Cultural contemplado no Edital nº 0001/2023.

9. DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

9.1. Este Termo poderá ser alterado, mediante a assinatura de termo aditivo, conforme legislação vigente, persistindo, no entanto, as obrigações acessórias existentes, em especial as decorrentes da obrigatoriedade de revisão e/ou complementação das atividades que forem determinadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.

10. DA FORMA DE EXECUÇÃO

10.1 O Projeto Cultural deverá ser executado fielmente pelo Proponente, de acordo com o pactuado, e a legislação vigente, respondendo cada uma pelas consequências da sua inadimplência ou descumprimento, total ou parcial.

11. DOS DIREITOS AUTORAIS

11.1. O Proponente autoriza a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo:

a) a usar o seu nome, do título e de informações relativas ao Projeto Cultural, bem como de vozes e imagens sem qualquer ônus, no Brasil ou no exterior, desde que utilizados para fins exclusivamente promocionais ou publicitários do Município de Arroio Trinta.

11.2 A autorização ora concedida tem validade por prazo indeterminado.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. No caso de inexecução do projeto, o contemplado deverá efetuar a devolução integral do valor recebido para o Município de Arroio Trinta-SC, nº 8866-8 Agência 5322-8, Banco do Brasil, mediante comprovação (recibo de depósito/transferência).

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas oriundas da aplicação deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. DO ACORDO

14.1. E, por estarem de acordo com o presente Termo, Município de Arroio Trinta e Proponente assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Arroio Trinta-SC, 07 de dezembro de 2023.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Município de Arroio Trinta

WHELITON LUIZ GODINHO
Secretário Municipal e Cultura, Esporte e Turismo
Município de Arroio Trinta

EDUARDO CIVIDINI
CPF nº 083.224.859-21
PROPONENTE

Testemunhas:

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
CPF Nº: 789.542.58-72

ELIANI SERIGHELLI LIDANI
CPF Nº: 034.782.009-38

CONTRATO N° 0076/2023 - MARIA INES NESI FAVARIN - LEI PAULO GUSTAVO

Publicação N° 5409725

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D99D132D885ACEF49C7C0EDD9375BB79171FAA13

TERMO DE COMPROMISSO**CONTRATO N° 0076/2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES
E TURISMO

Edital de Chamamento n° 0001/2023

Termo de Compromisso para a Execução de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, no município de Arroio Trinta, Edital de Chamamento n° 0001/2023.

Por este Termo de Compromisso, **MARIA INÊS NEZI FAVARIN**, Brasileira, viúva, Portadora do CPF sob nº296.567.379-20 e RG sob nº 584.374, Residente e domiciliado na Rua Galdino Nesi, nº 127, Bairro Centro, cidade de Arroio Trinta – Santa Catarina, Proponente do Projeto Cultural contemplado. Nome do projeto cultural, denominados “Amostra de Artesanato de Páscoa 2024” no Edital de Chamamento Público nº 0001/2023, doravante denominado(a) de "Proponente", se compromete com as obrigações a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Compromisso é o conjunto de ações previstas no Projeto Cultural, proposto e selecionado para receber recursos do Edital de Chamamento n° 0001/2023, da Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

Objeto proposto no projeto cultural

a) Relação das ações previstas no projeto cultural.

1.2. Todas as normas a serem observadas na execução do projeto contemplado, encontram-se perfeitamente detalhadas no edital de

chamamento público nº 0001/2023 e demais peças que compõem a Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

1.3. Todas as pessoas e fornecedores envolvidos com a execução do Projeto Cultural serão contratados e geridos por total responsabilidade do Proponente, na forma da legislação vigente.

1.4. Não haverá, entre as pessoas e os fornecedores envolvidos na execução do Projeto Cultural e o Município de Arroio Trinta, qualquer vínculo de emprego ou responsabilidade trabalhista.

1.5. O Proponente se obriga a manter em dia os salários e o pagamento de obrigações previdenciárias, tributárias e demais encargos legais que incidem ou venham a incidir sobre o Projeto Cultural, ora contemplado.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este Termo decorre da homologação do resultado do Edital de Chamamento Público nº 0001/2023 da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo que a este se vincula com todos os seus anexos e ao projeto premiado, sujeitando-se o Proponente às suas cláusulas e condições, bem como às disposições contidas na legislação.

3. DO PROJETO

3.1. O Projeto Cultural conta com as seguintes atividades que serão executadas pelo Proponente:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	40041 - Projeto de Economia Solidaria Ação de intervenção em espaço público do Município de Arroio Trinta, a ser definida em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo que fomenta o	Un	1	2.210,56	2.210,56

	artesanato e a agricultura familiar de local.				
Valor Total					2.210,56

E Relação das atividades conforme Projeto Cultural apoiado.

3.2. A execução do Projeto Cultural somente poderá ser iniciada após o depósito integral do valor a que faz jus o Proponente, pelo projeto contemplado no Edital de Chamamento Público n° 0001/2023.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

4.1. O prazo para execução do Projeto Cultural será até 12 (doze) meses, a contar da data do depósito do recurso financeiro na conta do proponente.

4.2. O Proponente deverá entregar até 30 (trinta) dias após a finalização da realização do projeto, o relatório de atividades detalhado com registro de execução do projeto.

4.3. No caso de inexecução do projeto, o contemplado deverá efetuar a devolução integral do valor recebido para o Município de Arroio Trinta, na n° 8866-8 Agência 5322-8, Banco do Brasil, mediante comprovação (recibo de depósito/transferência).

5. DO VALOR DO PRÊMIO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Para a execução do Projeto Cultural contemplado relativo a este contrato, o Município de Arroio Trinta pagará ao Proponente a importância de **R\$2.210,56(DOIS MIL DUZENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)**, que será liberada em uma única parcela, em conta corrente em nome do proponente.

5.2. O valor do projeto fixado não sofrerá nenhum tipo de reajuste.

5.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Arroio Trinta ao Proponente, na forma prevista no edital e seus anexos, de acordo com as disposições legais vigentes e procedimentos usualmente utilizados pelo Município de Arroio Trinta, não sendo admitidos adiantamentos, a qualquer título.

6. DO DIREITO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, com a Comissão Municipal de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Complementar Federal nº 195/2022 – Paulo Gustavo, exercerão acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá o Proponente das responsabilidades que lhes são atribuídas, na forma da Lei.

6.2. Quando for o caso, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo através de um de seus mandatários, transmitirá ao Proponente, por escrito, as instruções, ordens e/ou reclamações, competindo àquela a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da execução do objeto contratado.

6.3. Eventuais problemas apontados pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo na execução deste termo de compromisso, deverão ser imediatamente corrigidos pelo Proponente.

6.4. Quando entender necessário, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, convocará o Proponente para comparecer à sua sede ou realizar reunião on-line a fim de prestar informações a respeito do andamento do Projeto Cultural premiado.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

7.1. Além de outras obrigações já previstas no Edital nº 0001/2023, caberá ao Proponente:

- a) comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem ou que vierem a incidir sobre a execução do contrato;
- b) submeter à apreciação e aprovação prévia da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo qualquer atividade adicional ou alteração no projeto aprovado, que entenda que deva ser executada;
- c) garantir que os técnicos especializados e que figuram na relação de sua equipe técnica, sejam os que realizarão pessoal e diretamente o objeto contratado;
- d) arcar com todos os custos civis, fiscais, previdenciários e trabalhistas que decorram do Projeto Cultural contemplado, inclusive quanto à criação de novos encargos;
- e) responsabilizar-se pelos eventuais danos causados diretamente ao Município de Arroio Trinta-SC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa

ou dolo na execução do Projeto Cultural, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização das ações do projeto;

f) submeter-se à fiscalização da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e de seus mandatários no que tange às suas obrigações;

g) observar a expressa proibição da veiculação de publicidade enganosa, em benefício próprio, acerca das atividades a que se refere o Projeto Cultural;

h) executar adequadamente as atividades do Projeto Cultural, respeitadas as disposições aqui contidas, nas demais peças do edital e as constantes da legislação em vigor;

i) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no Edital nº 0001/2023;

j) executar o Projeto Cultural utilizando-se dos mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

k) facilitar à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo e aos seus mandatários o acesso a qualquer tipo de informação e fornecer todos os elementos de seu conhecimento e competência, de acordo com o edital e os seus anexos;

l) garantir, durante a execução do Projeto Cultural, a continuidade e a segurança do local, bem como a proteção e a conservação dos serviços executados;

m) permitir e facilitar a inspeção do Projeto Cultural pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Equipe da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo;

n) fazer constar nos eventuais créditos de abertura e final do Projeto Cultural, bem como em todas as suas peças publicitárias, gráficas ou audiovisuais, a logomarca do Município de Arroio Trinta, bem como a expressão "Projeto viabilizado por meio da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar Federal nº 195/2022) no município de Arroio Trinta";

o) complementar, às suas expensas, os recursos para conclusão do Projeto Cultural, quando for o caso;

p) devolver o montante recebido, corrigido monetariamente, na forma prevista na legislação vigente, no caso do não cumprimento do disposto neste termo de compromisso.

7.2 A inadimplência do Proponente, com referência aos encargos estabelecidos na alínea “d” acima, não transfere à Secretaria de Cultura,

Esportes e Turismo a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.3 O Proponente será o único responsável de pleno direito por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando da execução do Projeto Cultural, devendo aquela adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor sobre acidentes e segurança de trabalho.

7.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando vigorantes após a data de apresentação da proposta, não implicarão a revisão dos valores e termos deste Termo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

8.1. Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste Termo, caberá à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo:

- a) solicitar, por intermédio da Comissão de Avaliação e Acompanhamento, ao Proponente, sempre que se fizer necessário, informações e esclarecimentos acerca de quaisquer dúvidas em relação às atividades do Projeto Cultural;
- b) prestar ao Proponente toda e qualquer informação por ela solicitada, necessária à perfeita execução deste Termo de Compromisso;
- c) notificar por escrito o Proponente sobre a aplicação de qualquer sanção;
- d) fiscalizar, através de seus servidores a perfeita execução do Projeto Cultural, aplicando, se necessário, as penalidades previstas em lei no Edital nº 001/2023; e
- e) resguardar os direitos autorais do Proponente sobre o Projeto Cultural contemplado no Edital nº 001/2023.

9. DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

9.1. Este Termo poderá ser alterado, mediante a assinatura de termo aditivo, conforme legislação vigente, persistindo, no entanto, as obrigações acessórias existentes, em especial as decorrentes da obrigatoriedade de revisão e/ou complementação das atividades que forem determinadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.

10. DA FORMA DE EXECUÇÃO

10.1 O Projeto Cultural deverá ser executado fielmente pelo Proponente, de acordo com o pactuado, e a legislação vigente, respondendo cada uma pelas consequências da sua inadimplência ou descumprimento, total ou parcial.

11. DOS DIREITOS AUTORAIS

11.1. O Proponente autoriza a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo:

a) a usar o seu nome, do título e de informações relativas ao Projeto Cultural, bem como de vozes e imagens sem qualquer ônus, no Brasil ou no exterior, desde que utilizados para fins exclusivamente promocionais ou publicitários do Município de Arroio Trinta.

11.2 A autorização ora concedida tem validade por prazo indeterminado.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. No caso de inexecução do projeto, o contemplado deverá efetuar a devolução integral do valor recebido para o Município de Arroio Trinta-SC, nº 8866-8 Agência 5322-8, Banco do Brasil, mediante comprovação (recibo de depósito/transferência).

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas oriundas da aplicação deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. DO ACORDO

14.1. E, por estarem de acordo com o presente Termo, Município de Arroio Trinta e Proponente assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Arroio Trinta-SC, 07 de dezembro de 2023.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Município de Arroio Trinta

WHELITON LUIZ GODINHO
Secretário Municipal e Cultura, Esporte e Turismo
Município de Arroio Trinta

MARIA INÊS NEZI FAVARIM
CPF nº 296.567.379-20
PROPONENTE

Testemunhas:

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
CPF Nº: 789.542.58-72

CRISLAINE SCOPEL
CPF Nº: 084.392.529-94

Atalanta

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2023

Publicação Nº 5410459

LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2023.

“Cria o Cargo em Provimento Efetivo de Educador Físico, e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado o cargo de provimento efetivo de Educador Físico, com 02 (duas) vagas e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando este a compor o Grupo GS, Nível F, da Lei Complementar n.º 014/2013.

Art.2º - O cargo criado pelo artigo primeiro tem sua descrição no Anexo I, que faz parte integrante desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009.

Atalanta, 07 de dezembro de 2023.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO
GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS
CARGO: EDUCADOR FÍSICO
NÍVEL: F AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 35 CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS
DESCRIÇÃO: <ul style="list-style-type: none">- Realizar ações de promoção da saúde mediante práticas corporais, atividades físicas e lazer, que englobam realizar atendimento individual;- Realizar atendimento em grupos; realizar consultas compartilhadas; participar de eventos, campanhas, ações e programas de educação em saúde;- Promover atividades de educação permanente e ações em práticas integrativas e complementares (pics);- Desenvolver ações de saúde nas escolas e centros culturais;- Promover atividades de lazer e recreação; realizar visitas domiciliares; trabalhar em rede de serviços; matricular equipes; desenvolver ações de atividade física e práticas corporais;- Estruturar ações de atividade física e práticas corporais na prevenção primária, secundária e terciária no SUS; estruturar ações de atividade física e práticas;- Atuar por meio de práticas esportivas e outras atividades motoras , com o objetivo de estimular hábitos saudáveis, promover o autoconhecimento físico e a consciência corporal;- Liderar e treinar atleta esportivo, elaborando táticas de jogo e treino físico;- Planejar e acompanhar atividades, desenvolver conhecimento, auxiliar em recuperações e aumentar performance;- Preparar atletas profissionais ou amadores para suas atividades físicas;- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.- O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados; uso de uniforme e atendimento ao público.
QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de bacharel em curso de Nível Superior Educação Física, com registro no Órgão Fiscalizador do exercício profissional.

Balneário Camboriú**PREFEITURA****2 ADT - CT 104/2021 - FMS**

Publicação Nº 5409853

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 261C0E33F2ECD1CBD261484E3B21CAB749E8C862
SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS TERMO 104/2021 – FMS

Contratada: PROMAIS CONSULTAS E EXAMES LTDA

CNPJ sob o número: 30.473.146/0001-15

Objeto: Contratação de prestação de serviços de Exames Laboratoriais em Atenção Especializada, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Balneário Camboriú e dos municípios de sua referência, nos procedimentos dos grupos do sistema de gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, constantes na tabela SIGTAP/SUS, e complemento de valor com recursos próprios para atender a demanda de pacientes do Município de Balneário Camboriú de sua referência, através do Edital 04/2021 – Promais Consultas e Exames LTDA

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará o prazo 12 (doze) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 36 (trinta e seis) meses, alterando a cláusula 5.2 do contrato.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL: Em face do acréscimo supracitado, conforme valores firmados agregar-se-á ao valor global do original do contrato a cifra de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões e cento e sessenta mil reais), passando o presente contrato a totalizar o valor global de R\$ 7.648.248,00 (sete milhões e seiscentos e quarenta e oito mil e duzentos e quarenta e oito reais), alterando o subitem 4.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 08 de Dezembro de 2023.

ERIK MESTRINER

Contratada

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

3 ADT - CT 043/2022 - FMS

Publicação Nº 5409662

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5FE831EEF9441F0828046BE7EB8F11CB998EACCF
TERCEIRO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERMO Nº 043/2022 – FMS

Contratada: F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ sob o número: 23.514.542/0001-88

Objeto: Formalização de Contrato de empresa para construção de edificação que abrigará a Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas do bairro da Barra.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R\$ 364.743,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e setecentos e quarenta e três reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 6.936.849,15 (seis milhões e novecentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), alterando a cláusula 4.1 do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 20 de outubro de 2023.

FILIPPE NATH FUSCARINI

Contratada

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

AVISO DE SUSPENSÃO - PE 131/2023 - PMBC - 165/2023 - COMPRASGOV

Publicação Nº 5410926

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2023 – PMBC

165/2023 - COMPRASNET

Com base no art. 24 do Decreto 10.541/2021, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário e no portal COMPRASGOV e no site www.bc.sc.gov.br, cujo objeto trata-se do Registro de Preços visando à locação de ambulância de suporte avançado - UTI móvel - tipo D, ficará suspenso para responder a impugnação.

Balneário Camboriú, 08/12/2023.

SAMARONI BENEDET

Secretaria de Compras

DISPENSA LICITATÓRIA Nº 21/2023

Publicação Nº 5410496

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA

AVISO DE DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 21/2023

OBJETO: LOCAÇÃO DE ÁREA RURAL COMUMENTE UTILIZADA PARA O PLANTIO DE ARROZ DE POSSE/PROPRIEDADE DO CONTRATADO, DESTINADA PARA RESERVAÇÃO EMERGENCIAL DE ÁGUA PARA OS MUNICÍPIOS DE CAMBORIÚ E BALNEÁRIO CAMBORIÚ, NO PERÍODO DE TEMPORADA VERÃO 2023/2024, EM EVENTUAL ESTIAGEM, CASO SEJA NECESSÁRIO QUE OS RESERVATÓRIOS SEJAM ESVAZIADOS E A ÁGUA DEVOLVIDA AO RIO CAMBORIÚ, A MÃO DE OBRA UTILIZADA É DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.

PROPRIETÁRIO: ALCIONI GERVASIO CPF: 312.280.***** VALOR GLOBAL: R\$ 222.043,65

PROPRIETÁRIO: AMARILDO RAMPELOTI CPF: 653.859.***** VALOR GLOBAL: R\$ 89.197,52

PROPRIETÁRIO: AMARO MERENCIANO CPF: 764.509.***** VALOR GLOBAL: R\$ 368.296,02

PROPRIETÁRIO: ANTONIO CARLOS GARDINI CPF: 309.482.***** VALOR GLOBAL: R\$ 32.895,41

PROPRIETÁRIO: DILMAR TRIBESS CPF: 020.641.***** VALOR GLOBAL: R\$ 111.458,80

PROPRIETÁRIO: EDSON ZUCHI CPF: 895.760.989-04 VALOR GLOBAL: R\$13.887,52

PROPRIETÁRIO: HERCILIO SANTOS RODRIGUES CPF: 699.087. ***** VALOR GLOBAL: R\$32.353,17

PROPRIETÁRIO: FELIX PEREIRA CPF: 565.866.***** VALOR GLOBAL: R\$52.114,52

PROPRIETÁRIO: FRANCISCO GILBERTO DALLAGO CPF: 543.166.***** VALOR GLOBAL: R\$27.412,84

PROPRIETÁRIO: GILSON PORTO CPF: 622.580.***** VALOR GLOBAL: R\$136.130,71

PROPRIETÁRIO: HELIO ROCHA CPF: 475.556 ***** VALOR GLOBAL: R\$78.442,90

PROPRIETÁRIO: IDESIO VICENTE CPF: 390.156.***** VALOR GLOBAL: R\$25.364,41

PROPRIETÁRIO: ILÁRIO FERETTI CPF: 245.211.***** VALOR GLOBAL: R\$428.062,04

PROPRIETÁRIO: JACI REBELO CPF: 496.563 ***** VALOR GLOBAL: R\$29.130,26

PROPRIETÁRIO: JOSE ELIAS PORTO CPF: 775.617.***** VALOR GLOBAL: R\$42.685,35

PROPRIETÁRIO: JONES OECHSLER CPF: 057.824. ***** VALOR GLOBAL: R\$166.585,72

PROPRIETÁRIO: VALDECI PORTO CPF: 764.502. ***** VALOR GLOBAL: R\$16.417,93

PROPRIETÁRIO: PAULO DOS SANTOS MAIA CPF: 020.890. ***** VALOR GLOBAL: R\$40.667,40

PROPRIETÁRIO: RAFAEL VECHI CPF: 045.549.***** VALOR GLOBAL: R\$31.630,20

PROPRIETÁRIO: RAFAEL SOBIERANSKI CPF: 051.479. ***** VALOR GLOBAL: R\$185.112,33

PROPRIETÁRIO: SANDRO GARCIA CPF: 004.331.***** VALOR GLOBAL: R\$229.544,88

PROPRIETÁRIO: SIDNEI PORTO CPF: 004.532. ***** VALOR GLOBAL: R\$52.476,01

PROPRIETÁRIO: JUSTINO BENEDITO GERALDO CPF: 445.472.***** VALOR GLOBAL: R\$5.542,82

PROPRIETÁRIO: GILBERTO GALDINE CPF: 498.486.***** VALOR GLOBAL: R\$13.706,77

PROPRIETÁRIO: WANDERLEI MERENCIANO CPF: 006.441.***** VALOR GLOBAL: R\$37.655,00

EMBASAMENTO LEGAL: ART. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA

DIRETOR GERAL

EMASA - Quarta Avenida, 250, Centro - Balneário Camboriú/SC

INEXIGIBILIDADE Nº 34/2023

Publicação Nº 5410132

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA

AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 34.2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES E MEMBRANAS DE AERAÇÃO DA PARKSON PARA FINS DE REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AERAÇÃO POR AR DIFUSO DA ETE NOVA ESPERANÇA BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

CONTRATADO: B&F DIAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 57.909.806/0001-14

VALOR GLOBAL: R\$ 4.009.571,08 (quatro milhões, nove mil e quinhentos e setenta e um reais e oito centavos)

EMBASAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I – Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA

DIRETOR GERAL

EMASA - Quarta Avenida, 250, Centro - Balneário Camboriú/SC

PE Nº 152/2023 - PMBC - COMPRASGOV Nº 212/2023 - AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS LED PARA MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA AVENIDA DO ESTADO NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Publicação Nº 5411284

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8A984D00001D76391C1FE3F5200634784129973F

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023 – PMBC

COMPRASGOV Nº 212/2023

Objeto: Aquisição de luminárias públicas LED para modernização da iluminação da Avenida do Estado no município de Balneário Camboriú. Proposta e Habilitação deverão ser registradas no sistema COMPRASGOV, até o horário de abertura da sessão eletrônica, conforme indicações abaixo:

Data da sessão eletrônica: 22 (vinte e dois) de dezembro de 2023. Horário: 13h30min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br. Código UASG: 988039.

Valor máximo aceitável: R\$ 165.276,15.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

PORTARIA 30.457/2023

Publicação Nº 5412236

PORTARIA Nº 30.457/2023

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município e de acordo com o caput do artigo 65, da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º. – EXONERAR A PEDIDO a Sra. LORIANE ESTACIO, do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, lotada Secretaria de Saúde e Saneamento, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato retroage seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2023.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA 30.466/2023

Publicação Nº 5412247

PORTARIA Nº 30.466/2023

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município e de acordo com o caput do artigo 65, da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º. – EXONERAR A PEDIDO o Sr. RICHARD CLAUDIO JULIANI, do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE POSTURAS, lotada Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 30.467/2023

Publicação N° 5412254

PORTARIA N° 30.467/2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 8º da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º – NOMEAR a Sra. GABRIELA ROLIM FEKSA no cargo de provimento em comissão de Coordenador da Central de Materiais e Esterilização e do Centro Cirúrgico, lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento - HMRC, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – NOMEAR o Sr. JORGE LUIS DE SOUZA no cargo de provimento em comissão de Diretor de Análises e Projetos, lotado na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentário, tornando sem efeito as disposições em contrário.

3º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2023 - FUMTUR

Publicação N° 5411033

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2023 - FUMTUR

OBJETO: Cessão onerosa de espaço público para exploração de publicidade de marca para a realização de eventos, nos locais autorizados na Praia Central, na temporada de verão 2024.

VALOR ESTIMADO: R\$ 41.885,58.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 21 de dezembro de 2023. HORÁRIO: 10h00min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasnet.gov.br. Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

PUBLICAÇÃO ARP 22/2023 - EMASA

Publicação N° 5410614

PUBLICAÇÃO ARP 22/2023 - EMASA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2023 - SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS (EUCALIPTO E PINUS) NAS ÁREAS DE RESTAURAÇÃO CONTEMPLADAS NO PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO CAMBORIÚ, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA FORNECIMENTO E ENTREGA AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES.

FORNECEDOR: ESFERA FLORESTAL LTDA.

CNPJ: 21.084.761/0001-49

VALOR R\$: 63.000,00

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA ARP

BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, NA DATA DA PUBLICAÇÃO.

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA

DIRETOR GERAL – EMASA

Balneário Gaivota

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 1-006/2023-FMS

Publicação Nº 5413325

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8EA74C6FE1C90D7B08CD5801B5557139E6BDD184

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2023/FMS

OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2024 o prazo de vigência do Contrato nº 006/2023, em conformidade com o com o pedido anexo ao presente instrumento. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: Alison Luiz dos Santos Borges. VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 11 de dezembro de 2023. Onice Maria Almeida Medeiros de Lacerda – Secretária Municipal de Saúde.



Balneário Piçarras

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CE 09/2023 - PMBP

Publicação Nº 5409714

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D9D8DF55AC6AD49F7EEA018F211DC1A5B1DF149

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2023 - PMBP

O Município de Balneário Piçarras/SC, através da Secretaria de Administração e Gestão Interna, com fundamento na lei nº 14.133/2021, e suas alterações, torna público termo de HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO referente para contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de obras de pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Paraná, Amália Rech Leonardo, Manoel João Felício, Profª. Rita De Cássia Ignácio e 6010, no bairro Nossa Senhora da Conceição, Balneário Piçarras/SC, vinculada às Emendas Parlamentares Individuais 202339290002 e Recursos de Operações de Crédito Lei 909/2022. O valor total de homologação e adjudicação é R\$ 893.356,29 (oitocentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos). Registrado no TCE com a chave: 7D9D8DF55AC6AD49F7EEA018F211DC1A5B1DF149. Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023. Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CE 10/2023 - PMBP

Publicação Nº 5410361

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9AFC1F12F455C266B2D45BE07FCD45C6FB79FF9F

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2023 - PMBP

O Município de Balneário Piçarras/SC, através da Secretaria de Administração e Gestão Interna, com fundamento na lei nº 14.133/2021, e suas alterações, torna público termo de HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO referente a prestação dos serviços de pavimentação em lajota, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Santa Luzia e Ilhota, no bairro Itacolomi, Balneário Piçarras/SC. O valor total de homologação e adjudicação é R\$ 2.035.437,61 (dois milhões trinta e cinco mil duzentos e quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavo). Registrado no TCE com a chave: 9AFC1F12F455C266B2D45BE07FCD45C6FB79FF9F. Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023. Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CE 11/2023 - PMBP

Publicação Nº 5410602

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A0E18084DFD359EEF0CACADFAD27BB1D9E46E740

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2023 - PMBP

O Município de Balneário Piçarras/SC, através da Secretaria de Administração e Gestão Interna, com fundamento na lei nº 14.133/2021, e suas alterações, torna público termo de HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO referente a prestação dos serviços de pavimentação em lajota, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Santa Catarina, no bairro Itacolomi, Balneário Piçarras/SC. O valor total de homologação e adjudicação é R\$ 899.981,53 (oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos). Registrado no TCE com a chave: A0E18084DFD359EEF0CACADFAD27BB1D9E46E740. Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023. Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 016/2023 FMT DE 06/12/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023 FMT

Publicação Nº 5410734

CONTRATO Nº 016/2023 FMT DE 06/12/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023 FMT
DISPENSA Nº 001/2022 FMT
HOMOLOGADO EM 02/12/2023

O presente termo tem por objeto a futura contratação via dispensa de licitação de empresa para a prestação de serviço de projeção mapeada natalina, através da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Balneário Piçarras/SC. O presente contrato terá vigência até 31 de agosto de 2023, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações. A base dos valores constantes da proposta da contratada importa o presente contrato, o valor global de R\$ 198.00,00 (cento e noventa e oito mil reais.), que serão pagos no prazo de até 30 trinta dias após a apresentação da nota ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura de

Balneário Piçarras Secretaria de Administração e Gestão Interna Departamento de Licitações e Contratos 2 fiscal/fatura/recibo.
JJB EVENTOS SOCIEDADE UNIPessoal LTDA) – CNPJ nº 06.880.565/0001-97
Balneário Piçarras (SC), 25 de maio de 2023.
JOÃO EDUARDO SENSI – Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

CONTRATO Nº 129/2023 - PMBP DE 08/12/2023

Publicação Nº 5410448

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 60947797BCB22A8DCA74AF554E15E5D8E5FD4AE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 129/2023 - PMBP DE 08/12/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2023 - PMBP
HOMOLOGADO EM 08/12/2023

Constitui objeto deste contrato a prestação dos serviços de obras de pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Paraná, Amália Rech Leonardo, Manoel João Felício, Profª. Rita de Cássia Ignácio e 6010, no bairro Nossa Senhora da Conceição, Balneário Piçarras/SC. O presente termo possui valor global de R\$ 893.356,29 (oitocentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos), que será pago por meio das dotações ref. 102 (Recursos de Operações de Crédito – Lei 909/2022) e ref. 841 (Emendas Parlamentares Individuais 202339290002 - Transferência Especial da União). O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. O prazo para execução/conclusão é de 4 (quatro) meses, a contar da data da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

EMPREITEIRA PACHAO LTDA - CNPJ n. 01.400.557/0001-82.
Balneário Piçarras, 08 de dezembro de 2023.
TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito de Balneário Piçarras/SC

CONTRATO Nº 130/2023 - PMBP DE 08/12/2023

Publicação Nº 5410796

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D7C527C2E726FEF4C703D9878130A01989444F7C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 130/2023 - PMBP DE 08/12/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2023 - PMBP
HOMOLOGADO EM 08/12/2023

Constitui objeto deste contrato a prestação dos serviços de obras de pavimentação em lajota, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Santa Luzia e Ilhota, no bairro Itacolomi, Balneário Piçarras/SC. O presente termo possui valor global de R\$ 2.035.437,61 (dois milhões trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos). O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. O prazo para execução/conclusão é de 3 (três) meses, a contar da data da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

EMPREITEIRA PACHAO LTDA - CNPJ n. 01.400.557/0001-82.
Balneário Piçarras, 08 de dezembro de 2023.
TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito de Balneário Piçarras/SC

CONTRATO Nº 131/2023 - PMBP DE 08/12/2023

Publicação Nº 5410806

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 915C6AC798E77CE7AC968FC3CAC27A108CD1E258

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 131/2023 - PMBP DE 08/12/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2023 - PMBP
HOMOLOGADO EM 08/12/2023

Constitui objeto deste contrato a prestação dos serviços de obras de pavimentação em lajota, drenagem pluvial e sinalização viária da rua Santa Catarina, no bairro Itacolomi, Balneário Piçarras/SC. O presente termo possui valor global de R\$ 899.981,53 (oitocentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos). O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. O prazo para execução/conclusão é de 3 (três) meses, a contar da data da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

EMPREITEIRA PACHAO LTDA - CNPJ n. 01.400.557/0001-82.
Balneário Piçarras, 08 de dezembro de 2023.
TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito de Balneário Piçarras/SC

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 122/2023 PMBP DE 07/12/2023

Publicação Nº 5409661

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1831B53A2044E04E625B2E74920B7F57C3DE8C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 122/2023 PMBP de 07/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 02 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA, para a RUA VEREADOR ALMIRO BERNARDO DA SILVA (707). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 114.672,91 (cento e quatorze mil seiscentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos).

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAS LTDA – CNPJ nº 72.567.076/0001-04

Balneário Piçarras (SC), 07 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 123/2023 PMBP DE 07/12/2023

Publicação Nº 5409669

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 67242ED489A53C9F144219F36C0894621CB853A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 123/2023 PMBP de 07/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 01 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, para a RUA DOS ESTUDANTES (2600) E RUA ARVOREDO (2601). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 77.728,82 (setenta e sete mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos).

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAS LTDA – CNPJ nº 72.567.076/0001-04

Balneário Piçarras (SC), 07 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 124/2023 PMBP DE 07/12/2023

Publicação Nº 5409671

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DEC6ADC886F40F67DD492FA28D643353ADF21D4B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 124/2023 PMBP de 07/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 01 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, para a RUA BARNABÉ (5144). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 155.395,60 (cento e cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAS LTDA – CNPJ nº 72.567.076/0001-04

Balneário Piçarras (SC), 07 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 125/2023 PMBP DE 07/12/2023

Publicação Nº 5409684

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5A345F8DFE4599D1352E92B72C1AC6E896D02997

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 125/2023 PMBP de 07/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 02 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA, para a RUA CAMPO LARGO (4600). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 247.198,53 (duzentos e quarenta e sete mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos).

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAS LTDA – CNPJ nº 72.567.076/0001-04

Balneário Piçarras (SC), 07 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 126/2023 PMBP DE 07/12/2023

Publicação Nº 5409687

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B6CBD90ABD20119712F28EF49319D2D8DB8ACD26

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 126/2023 PMBP de 07/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 01 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, para a RUA LAGOSTA SENTIDO PRAIA E BR (BRUNO BECKER) E TRAVESSA VI (2750). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 646.588,06 (seiscentos e quarenta e seis mil quinhentos e oitenta e oito reais e seis centavos).

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAS LTDA – CNPJ nº 72.567.076/0001-04

Balneário Piçarras (SC), 07 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 127/2023 PMBP DE 08/12/2023

Publicação Nº 5410171

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A054A10455729658CE3A977127D71E4FBA4ACCA1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 127/2023 PMBP de 08/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 01 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, para a RUA ROBERTO CONCEIÇÃO (2860). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 112.603,25 (cento e doze mil seiscentos e três reais e vinte e cinco centavos).

ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA – CNPJ nº 80.738.016/0001-35

Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 128/2023 PMBP DE 08/12/2023

Publicação Nº 5410182

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 47DB22A7D747A8217177E5AC3561918F57A5EAAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO Nº 128/2023 PMBP de 08/12/2023

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PMBP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 PMBP

HOMOLOGADO EM 05/05/2023

O presente contrato tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviço de material e mão-deobra para a pavimentação de vias públicas com diversos materiais, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014 e suas alterações, especificamente para execução de serviços do LOTE 02 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA, para a RUA FLORESTA (3050). O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura. O valor de referência total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, está ESTIMADO no total de R\$ 136.523,30 (cento e trinta e seis mil quinhentos e vinte e três reais e trinta centavos).

CARMENSITA DOS SANTOS VIEIRA CORDEIRO ME – CNPJ nº 08.155.468/0001-67

Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 819/2023

Publicação Nº 5410889

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 819/2019

Declara de Utilidade Pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, com ou sem ônus, parcial amigável ou judicial, parte da área das Matrículas nº 65.904 e nº 65.905, em Caráter de Urgência no Município de Balneário Piçarras.

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, em **caráter de urgência**, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, parcial, por via amigável ou judicial, uma parte dos imóveis de matrícula nº 65.904 e nº 65.905 de propriedade de Espólio de Romeo Piazero, Romeo Piazero Junior, Hildegard Boshammer, Claudio Piazero e Cláudia Piazero.

ÁREA OCUPADA PELO ALARGAMENTO DO PASSEIO: Um terreno, localizado na zona urbana do Município e Comarca de Balneário Piçarras/SC, com área de 241,25 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: frente ao norte em duas linhas, ambas com a Rua 5001 (Manoel Ferreira), partindo da cabeceira da ponte sobre o Rio Furado, segue a primeira linha com 6,45 metros, no quadrante SW e rumo de 81°07'05" deste ponto, segue a segunda linha com 99,07 metros, ainda no quadrante SW e Rumo de 88°57'09"; confronta-se ao oeste com terras de Claudio Piazero e outros (lote 04, matrícula 65.904), onde mede 3,00 metros e ao sul, em duas linhas, ambas com terras de Claudio Piazero e outros (lote 04, matrícula 65.904 e lote 05, matrícula 65.905), partindo novamente, do mesmo ponto da cabeceira da ponte sobre o Rio Furado, onde segue a primeira linha com 5,80 metros, no quadrante SW e rumo de 55°02'25" e deste ponto, segue a segunda linha em 98,82 metros, ainda no quadrante SW e rumo de 88°59'14", até encontrar a divisa ao oeste. Obs.: Da área ocupada pela calçada acima descrita, 219,84 metros quadrados está sobre o lote 05, matrícula 65.905 e 21,41 metros quadrados está sobre o lote 04, matrícula 65.904.

Art. 2º A desapropriação parcial do imóvel descrito no artigo anterior destina-se ao alargamento da calçada da Rua 5001 - Manoel Ferreira, no Bairro Nossa Senhora da Paz.

Art. 3º Em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá a Administração Pública Municipal imitir-se provisoriamente na posse dos bens, nos termos do art. 15, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - SC - CEP 88.380-000 Tel.: (47) 3347-4747
Home-page: <https://balneariopicararras.atende.net>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

Art. 4º Fica a Procuradoria-Geral do Município - PGM autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, nos termos do art. 10 do Decreto-Lei 3.365/41.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023.

TIAGO MACIEL BALTT
Prefeito

O presente Decreto nº 819/2023 foi registrado na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARCIO DA ROSA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 37/2023 - LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS**

Publicação Nº 5410323

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EC090E298BBC11C3661D2C450E80BAAA8AB5FD2C



Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC
CNPJ: 83.551.523/0001-53

**EXTRATO DO CONTRATO – ANEXO IX****CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS****REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2023 CMBP****MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023 CMBP****CONTRATO Nº 37/2023 CMBP de 08/12/2023****HOMOLOGADO EM 08/12/2023.**

O presente contrato é decorrente do **Processo Administrativo nº 57/2023 CMBP, Dispensa de Licitação nº 26/2023 CMBP**, cujo objeto trata de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, PARA A SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC**. A base dos valores constantes da proposta da contratada importa o presente contrato, o valor global de **R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais)**, e o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar do dia: **29/01/2024**, podendo ser prorrogado, conforme determina a Lei.

Vigência do Contrato: 29/01/2024 a 28/01/2025.**CONTRATADA: SUPRI & CIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO LTDA****CNPJ: 82.169.780/0001-62**

Balneário Piçarras (SC), 08 de dezembro de 2023.

Ademar de Oliveira

Presidente Câmara Municipal

Av. Emanuel Pinto, 78 – Centro — Balneário Piçarras / SC
CEP 88-380-000 - (47) 3345-1034 – www.camarapicarras.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023 LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

Publicação Nº 5410316

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94B3056C053E33BFB4011829FF224104529A4F3A



Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC
CNPJ: 83.551.523/0001-53

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2023– CMBP****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023 – CMBP**

A Câmara Municipal de Balneário Piçarras inscrita no CNPJ 83.551.523/0001-53, com fundamento na lei 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará dispensa de licitação, para a contratação da empresa **SUPRI & CIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO LTDA - EPP** inscrita no **CNPJ sob nº 82.169.780/0001-62**, para a **contratação de serviços de locação, manutenção e assistência técnica de impressoras multifuncionais**, que visa garantir o pleno funcionamento de todos os serviços da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, atendendo aos trabalhos dos servidores, Vereadores e Administração da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras durante o ano de 2023, com valor de **R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais)**.

Início da vigência: 29/01/2024.

Final da vigência: 28/01/2025.

Balneário Piçarras, 08 de dezembro de 2023.

ADEMAR DE OLIVEIRA – Presidente da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.

1

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras – SC – CEP: 88380-000 – Tel.: (47) 3345-1034 E-mail: compras@camarapicarras.sc.gov.br site: www.camarapicarras.sc.gov.br

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/PMBR/2023

Publicação Nº 5411786

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3AF471374CA2A8686F009554881392041F70D772

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/PMBR/2023.

O Município de Balneário Rincão – SC, através da Secretaria de Educação e Assistência Social, leva ao conhecimento dos interessados que, no Edital acima epigrafado, que tem como objeto o Registro de Preço para futuras aquisições de KITS ESCOLARES, para suprir as necessidades unidades escolares da rede municipal de Balneário Rincão/SC, foram feitas retificações. O EDITAL RETIFICADO está disponível no endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes>, pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Transparência//Editais/Licitações. Fica mantida a data de abertura para o dia 18/12/2023 às 14h00min. Feita as alterações, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei.

Balneário Rincão, 08 de dezembro de 2023.

Jairo Celoy Custodio
Prefeito Municipal.

Bandeirante

PREFEITURA

2023-DANC N. 2389/2023 JOSE BATISTTI

Publicação Nº 5411837

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE – DANC Nº 2.389/2023

PROCESSO DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE – DANC PROTOCOLO Nº 2.389/2023 CONDER

O município de BANDEIRANTE-SC, inscrito no CNPJ 01.612.528/0001-84, situado a Av. Santo Antônio, nº 1069, Centro, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE – DANC, com prazo de validade de 12 MESES, formulado pelo empreendedor JOSÉ BATISTTI, para a atividade que consiste na realização de Realização de Poço Caxambu na vertical para proteção de fonte para uso próprio na casa, que será exercida no imóvel situado a Linha Gaspar, Zona Rural, Bandeirante-SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA 062/2023 - APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Publicação Nº 5411272

ATA 062/2023

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, CORRESPONDENTE AO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia 05 de dezembro de 2023, tendo como local a Sala das Sessões, localizada à Rua João Bataglin, 1116, neste Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os vereadores em Sessão Ordinária do Poder Legislativo Municipal por convocação da Presidente, VERANICE GRISON BASSO. Compareceram os Senhores Vereadores, em pleno gozo de seus direitos Constitucionais e Regimentais, os quais assinaram o Livro próprio de presença pela seguinte ordem: JANDIR FAGUNDES, ALCEU KRAFCZINSKY SINGER, ADINOR CARVALHO SALLES, JULIANE DE FÁTIMA ULRICH GIRELLI, VERANICE GRISON BASSO, SERGIO COZER, JANETE MARIA RIES, DAVENIR PAULO HOFFMEISTER E MARCIANO PERASSOLI. A Presidente iniciou a Sessão com a Invocação Regimental: Em nome de Deus, da Lei, pelo bem do Brasil e o progresso de Bandeirante, e deu aberta e instalada a presente Sessão Ordinária. NA ORDEM DO DIA: PARECER: A Presidente requer a Secretária que faça leitura do Parecer da Comissão Permanente de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento 048/2023. O Parecer da Comissão recomenda a APROVAÇÃO das referidas contas e, com fulcro no artigo 170 do Regimento Interno da Casa, apresenta o respectivo Projeto de Decreto Legislativo n. 001/2023, Dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício financeiro de 2022, e dá outras providências. O Projeto de Decreto entrou em discussão, manifestando-se o vereador Sergio. O Projeto de decreto entrou em votação, sendo aprovado por unanimidade. A Presidente convida todos a participarem da última Sessão do "Programa Parlamento Jovem". Não havendo mais nada a tratar, a Presidente, em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária, e convocou todos os vereadores para próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia 07 de dezembro de 2023, as 18 horas e 30 minutos, nas dependências do Salão Nobre Emilio Ries, na Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2023.

VERANICE GRISON BASSO
Presidente

ADINOR CARVALHO SALLES
1º Secretário

Barra Bonita

PREFEITURA

LEI Nº 981/2023

Publicação Nº 5410754

LEI ORDINÁRIA N.º 981/2023

“Estima a Receita e Fixa a Despesa da Administração Direta e Descentralizada do Município de Barra Bonita, para o exercício de 2024 e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina:
FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2024 compreende o Orçamento Geral do Município, Câmara de Vereadores e os Orçamentos dos Fundos Municipais legalmente constituídos, com receita estimada e despesa fixada em R\$. 21.392.115,69 (Vinte e Um Milhões, Trezentos e Noventa e Dois Mil, Cento e Quinze Reais e Sessenta e Nove Centavos), assim distribuída por órgãos:

Orgão	Descrição das Despesas Adm. Direta	Valor (\$)
02.00	GABINETE DO PREFEITO	293.962,02
03.00	SEC.MUN.ADMINIST.e FAZENDA	2.578.711,95
04.00	SEC.MUN.SAUDE E SANEAMENTO	6.615,00
05.00	SEC.MUN.EDUC.CULTURA, ESP.e TUR.	7.023.488,19
06.00	SEC.MUN.AGRIC.TUR. e MEIO AMBIENTE.	1.299.537,10
07.00	SEC.MUN.OBRAS, VIAÇÃO e SERV.URB.	2.088.371,99
08.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	272.471,53
09.00	SEC.MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL	866.524,75
13.00	SEC.MUN.DE INDUSTRIA E COMERCIO	118.934,95
14.00	FDO.MUNIC. DE HABIT. E INT.SOCIAL	7.717,50
15.00	FDO.MUNIC. INFÂNCIA E ADOLEC. - FIA	16.537,50
16.00	FDO.MUNIC. DEFESA CIVIL - FUMDEC	55.125,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA (\$)		14.627.997,48
Orgão	Descrição das Despesas Adm. Indireta	Valor (\$)
01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.067.330,25
10.00	FDO. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	559.368,19
11.00	FDO. MUNIC. DE DESENVOLV. RURAL	1.415.924,28
12.00	FDO. MUNIC. DE SAUDE	3.721.495,49
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (\$)	6.764.118,21
TOTAL ADMINIST. DIRETA E INDIRETA (\$)		21.392.115,69
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A C.M.V.		1.067.330,25
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		4.640.284,27
TOTAL DAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		5.707.614,52

Descrição das Receitas	
TOTAL RECEITA ORÇAMENT. ADM. DIRETA	20.335.612,00
TOTAL RECEITA ORÇAMENT. ADM. INDIRETA	1.056.503,69
TOTAL RECEITA DA ADM. DIRETA E INDIRETA	21.392.115,69

Art. 2º - O Orçamento da Administração Descentralizada é composto pela CAMARA DE VEREADORES e pelos seguintes FUNDOS MUNICIPAIS:

6. I - Fundo Municipal de Saúde – FMS R\$ 3.721.495,49
6. II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS R\$ 559.368,19
6. III- Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR R\$ 1.415.924,28
6. IV – Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.067.330,25

Art. 3º - A Receita prevista será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas previstas nos Anexos I e II, da Lei N.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, observadas também, as disposições da Portaria SOF/SEPLAN n.º 03, de 21 de fevereiro de 1990.

Art. 4º - A despesa será realizada, segundo as discriminações dos anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por Órgãos, Funções, Programas, Sub – Programas, Projetos e Atividades, bem como por Categorias Econômicas, nas suas respectivas Unidades Orçamentárias, na forma dos anexos da Lei N.º 4.320/64, e das Portarias SOF/SEPLAN n.º 08, de 04 de fevereiro de 1985 e SOF/SEPLAN n.º 36, de 01 de agosto de 1989.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal manterá durante a execução orçamentária, no decorrer do exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 6º - Os recursos alocados no FUNDO MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL serão destinados a atender passivos contingentes no decorrer do exercício, conforme Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º, da Lei N.º 4320/64, de 17 de março de 1964, a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada no orçamento para o exercício financeiro de 2024 conforme constante no artigo 1º, em cada uma das Unidades Gestoras.

Parágrafo 1º - O Poder Executivo poderá movimentar através de ato próprio e específico dotações de uma categoria econômica para outra, no mesmo Projeto/Atividade, desde que não implique em aumento dos recursos alocados.

Parágrafo 2º - O superávit financeiro do exercício de 2023 apurados no Balanço anual, bem como os excessos de arrecadações apurados no exercício de 2024, servirá como fonte de recursos para abertura de crédito adicional suplementar, que serão abertos através de Decreto do Prefeito Municipal no decorrer do exercício financeiro de 2024.

Parágrafo 3º - Excluem-se do limite fixado no caput deste artigo, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, bem como os créditos adicionais suplementares autorizados no parágrafo 2º deste artigo, oriundo de recursos financeiros do superávit financeiro do exercício anterior e do excesso de arrecadação que serão abertos em sua totalidade por decreto do executivo.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar em qualquer mês do exercício financeiro, Operações de Crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, observado as normas legais em vigor.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 08 de dezembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 771, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5413357

PORTARIA N.º 771, de 11 de dezembro de 2023.

“Concede licença a servidor e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art.101 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença por motivo de doença a servidora Gabrieli Maiara Schaefer, ocupante do cargo de Nutricionista, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e turismo, pelo período de 11 de dezembro de 2023 a 24 de dezembro de 2023.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 11 de dezembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 770, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411658

PORTARIA Nº 770, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 37/ 2011, e;

CONSIDERANDO as informações contidas no ofício n. 100/2023, emitido pela Secretária Municipal de Saúde, datado em 05 de dezembro de 2023 e seus anexos;

CONSIDERANDO a solicitação de abertura de processo de sindicância diante dos relatos de suposta falta funcional, descritos no ofício n. 100/2023;

CONSIDERANDO finalmente, que cabe a autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço público a obrigatoriedade de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância, a fim de que seja averiguado os atos irregulares mencionados no ofício n. 100/2023, emitido pela Secretária Municipal de Saúde, datado em 05 de dezembro de 2023 e seus anexos.

Art. 2º Caberá à Comissão Permanente, consoante na Portaria nº 616/2023, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 08 de dezembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 767, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410738

PORTARIA Nº 767, de 08 de dezembro de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao servidor André Pavanatto, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais), para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde na cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 388/2023 e Roteiro de Viagem Nº 388/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para despesas com o veículo Onix placa RYE8J28 quando em viagem à cidade de Florianópolis/SC para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde, conforme Memorando Nº 387/2023, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 768, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410764

PORTARIA Nº 768, de 08 de dezembro de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII

do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronato, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº 390/2023 e Roteiro de Viagem Nº 390/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para despesas com o veículo GM ONIX placa RXU2E59 quando em viagem à cidade de Cascavel/PR para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde, conforme Memorando Nº 389/2023, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 769, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411349

PORTARIA Nº 769, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Determina o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar instaurada através da portaria n. 524, de 10 de agosto de 2023, para apurar possíveis irregularidades ocorridas.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art. nº 108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011;

Considerando o contido nos autos do processo administrativo n. 08/2023, referente ao processo administrativo disciplinar para apurar os fatos de possíveis irregularidades ocorridas;

Considerando o parecer/relatório da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, nas fls. 21 e 22, após apuração dos fatos;

Considerando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo (PAD);

RESOLVE

Art. 1º Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo (PAD) n. 08/2023, instaurada pela portaria n. 524, de 10 de agosto de 2023, para apurar possíveis irregularidades ocorridas.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2023.

Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei

Barra Velha

PREFEITURA

143/2023PMBV

Publicação Nº 5410532

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CA306EC27B8C14B4642D56A79E853519596C1380

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 PMBV
HOMOLOGAÇÃO
CA306EC27B8C14B4642D56A79E853519596C1380 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2023
Contratada: ANSELMO SCHMOLLER
Objeto: Registro de Preço para aquisição de Toldos e Tendas destinadas as Escolas e Ceis do Município.
Valor do Contrato: R\$ 150.400,00
Data de Assinatura: 08/12/2023
Data de Vencimento: 08/12/2024
Barra Velha, 08 de dezembro de 2023.
ANSELMO SCHMOLLER
Pela Empresa Contratada
DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

144/2023PMBV

Publicação Nº 5411365

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 64DAE54288D5C381C01AE6CE28FCD91A4C3ADD51

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2023 PMBV
HOMOLOGAÇÃO
64DAE54288D5C381C01AE6CE28FCD91A4C3ADD51 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2023
Contratada: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA
Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza do Orla marinha que compreende praias, calçadas, meio fio de ruas e avenidas paralelas a orla.
Valor do Contrato: R\$ 1.535.000,00
Data de Assinatura: 08/12/2023
Data de Vencimento: 08/12/2024
Barra Velha, 08 de dezembro de 2023.
JOSIANE RODE GOETTEN DE LIMA
Pela Empresa Contratada
DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

CANCELAMENTO ITEM 159 - ATA 007/2023 FMAS

Publicação Nº 5412155

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023FMAS
PREGÃO ELETRONICO Nº 0012023FMAS
HOMOLOGAÇÃO
CANCELAMENTO DE ITEM 159
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2023FMAS
Contratada RB CARNES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Objeto: Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios e outros, para suprir as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos pela Instituição de Acolhimento Vereador Germano Selker. Devendo seguir adequadamente as descrições do produto.
Valor do Contrato corrigido R\$ 59.456,50
Data da assinatura: 23/11/2023
Data do vencimento: 23/11/2024
Barra Velha, 08 de dezembro de 2023
ALEXSANDRO ANTÔNIO DE ESPINDOLA
Pela Contratada
Douglas Elias da Costa
Prefeito

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

Publicação Nº 5411580

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA**APROVAÇÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA ELABORADA PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA PARA FINS DE SUBSIDIAR AUTOS DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

PROCESSO: 27060/2023	CÓD. REQUERENTE: 521183	DATA ABERTURA: 24/11/2023
RECLAMANTE: PAULO CARLOS DOLLA		
ASSUNTO: REVISÃO DE LANÇAMENTO - BASE DE CÁLCULO ARBITRADA DE ITBI		

Presentes os membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, Sr. Jorge Nelson dos Santos, Sr. Felipe Antônio de Oliveira e Sr. Weliton Nivaldo Alves, os mesmos, por UNANIMIDADE, homologam a avaliação elaborada pelo Membro Relator nos exatos termos do relatório e avaliação apresentada, mantendo a base de cálculo em R\$ 503.725,72 (quinhentos e três mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos)

Encaminhe-se a presente avaliação para juntar-se aos autos a serem apreciados pela 1ª Instância Administrativa.

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA**APROVAÇÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA ELABORADA PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA PARA FINS DE SUBSIDIAR AUTOS DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

PROCESSO: 27635/2023	CÓD. REQUERENTE: 7791020	DATA ABERTURA: 01/12/2023
RECLAMANTE: ATALAVIO VACARI		
ASSUNTO: REVISÃO DE LANÇAMENTO - BASE DE CÁLCULO ARBITRADA DE ITBI		

Presentes os membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, Sr. Jorge Nelson dos Santos, Sr. Felipe Antônio de Oliveira e Sr. Weliton Nivaldo Alves, os mesmos, por UNANIMIDADE, homologam a avaliação elaborada pelo Membro Relator nos exatos termos do relatório e avaliação apresentada, alterando a base de cálculo para R\$ 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil reais)

Encaminhe-se a presente avaliação para juntar-se aos autos a serem apreciados pela 1ª Instância Administrativa.

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA**APROVAÇÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA ELABORADA PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA PARA FINS DE SUBSIDIAR AUTOS DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

PROCESSO: 27721/2023	CÓD. REQUERENTE: 8031878	DATA ABERTURA: 04/12/2023
RECLAMANTE: LNV ADMINISTRADORA LTDA		
ASSUNTO: REVISÃO DE LANÇAMENTO - BASE DE CÁLCULO ARBITRADA DE ITBI		

Presentes os membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, Sr. Jorge Nelson dos Santos, Sr. Felipe Antônio de Oliveira e Sr. Weliton Nivaldo Alves, os mesmos, por UNANIMIDADE, homologam a avaliação elaborada pelo Membro Relator nos exatos termos do relatório e avaliação apresentada, mantendo em partes a base de cálculo no valor de R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais)

Encaminhe-se a presente avaliação para juntar-se aos autos a serem apreciados pela 1ª Instância Administrativa.

DECRETO Nº 1979, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410820

DECRETO Nº 1979, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Nomeia os membros para compor a Comissão Municipal de Regularização Fundiária de Barra Velha, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Velha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n. 2165, de 16 de dezembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Municipal de Regularização Fundiária de Barra Velha, na forma que segue:

I – Lucas Zanghelini Malinski - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

II – Aládia Cristina Sedrez Schmeier - Representante da Procuradoria Geral do Município;

III – Allan Jhonnes Coelho;

IV – Willian Rariel Viana;

V – Rute de Oliveira.

Art. 2.º Fica Nomeado o Servidor Alan Jhonnes Coelho para exercer a função de Presidente da Comissão, conforme § 2º do artigo 2º da lei n. 2165, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 3.º Fica revogado o decreto n. 1892 de 20 de junho de 2023.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 08 de dezembro 2023.

Douglas Elias da Costa

DECRETO Nº 1976 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410775

**DECRETO Nº 1976 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023**

HOMOLOGA a RESOLUÇÃO COMED/BARRA VELHA/SC nº 07 de 29 de novembro de 2023, que Dispõe sobre o Regimento Escolar da Educação Infantil, da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC e dá outras providências.

O **PREFEITO DE BARRA VELHA**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Resolução n. 007, de 29 de novembro de 2023;

DECRETA:

Art.1.º Fica homologada a Resolução nº 07/COMED/BARRA VELHA- SC /2023 de 29 de novembro de 2023, do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha/SC, aprovada por seus membros em 29 de novembro de 2023 e passa a fazer parte integrante do presente Decreto

Art.2.º Revoga-se a Resolução nº 16/COMED/Barra Velha de 12 de abril de 2021.

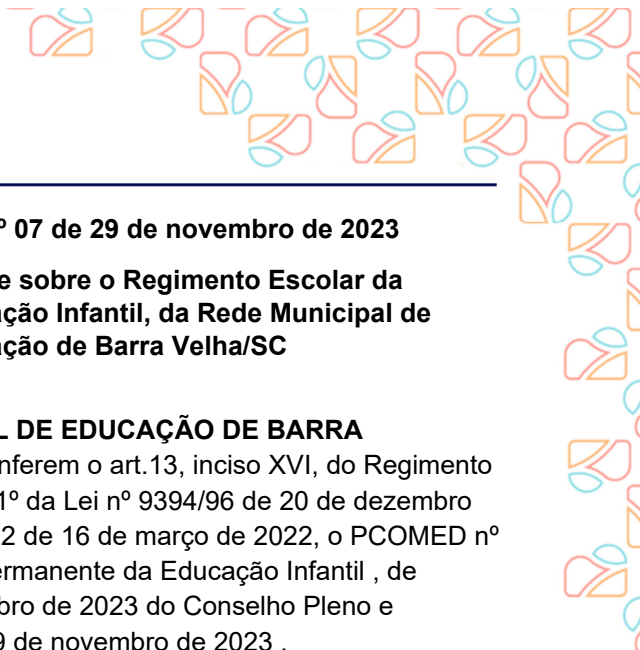
Art.3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de dezembro de 2023.

Douglas Elias da Costa



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000

**RESOLUÇÃO COMED/BARRA VELHA/SC nº 07 de 29 de novembro de 2023****Dispõe sobre o Regimento Escolar da Educação Infantil, da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC****A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA**

VELHA/SC, no uso das atribuições que lhe conferem o art.13, inciso XVI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art.88 § 1º da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, o art.13, inciso III da LC nº 2049/2022 de 16 de março de 2022, o PCOMED nº 03 de 18 de outubro de 2023, da Comissão Permanente da Educação Infantil, de acordo com Parecer nº 07/2023 de 29 de outubro de 2023 do Conselho Pleno e conforme deliberado na Sessão Plenária de 29 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Regimento Escolar da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC.

Art.2º A Unidade Escolar e a respectiva comunidade, devem se adequar as exigências deste Regimento com vigência do ano letivo seguinte a promulgação desta Resolução.

Art.3º Os casos omissos e excepcionais, singulares e/ou diversos da ocorrência comum merecerão análise e providências específicas do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha

Art.4º Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser anexado ao Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares que atendem esta modalidade de Ensino.

Art. 5º Revoga-se a Resolução nº 16/COMED/Barra Velha/SC de 22 de abril de 2021.

Barra Velha, 29 de novembro de 2023

Ruth Neusa Bernardes
Presidente do COMED/Barra Velha/SC



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



ANEXO I

REDE MUNICIPAL DE ENSINO BARRA VELHA/SC

REGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2023



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



REDE MUNICIPAL DE ENSINO
EDUCAÇÃO INFANTIL
REGIMENTO INTERNO
SEMEC - 2023



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000

**Prefeito Municipal**

Douglas Elias da Costa

Secretária Municipal de Educação

Nilcéia Tomaz

Secretária Adjunta

Marta Francez Vieira

Diretora de Ensino

Roseni dos Santos

Coordenadora da Educação Infantil

Ana Paula dos Santos Muller

Coordenadora da Educação Especial

Katia Maria Alves

Comissão Responsável

Ana Carolina de Oliveira

Beatris Maros dos Santos

Cristiane Arbegaus Reinert

Juliana Ramos

Katian da Costa

Luciane Maciel

Sandra Regina Sirena

Úrsula Fagundes Rolin

Vanessa Guilz Marconsini

Assessoria e Consultoria

Secretaria
Municipal de
Administração

SEMA

(47) 3446-7700

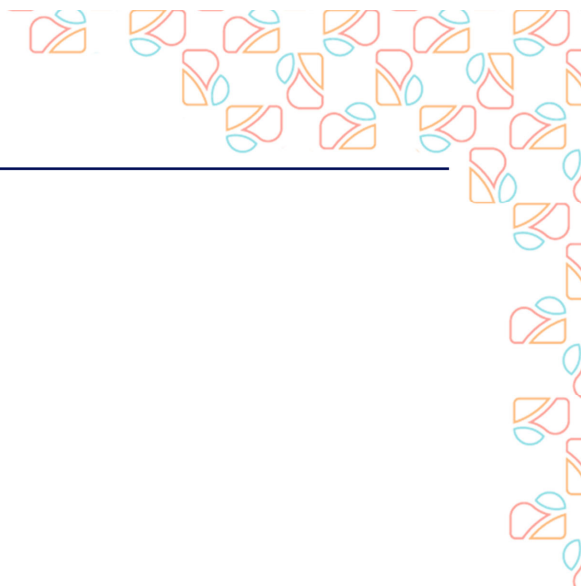
leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Ph.D. Valdir Nogueira
INOVERSASUL/UNISUL



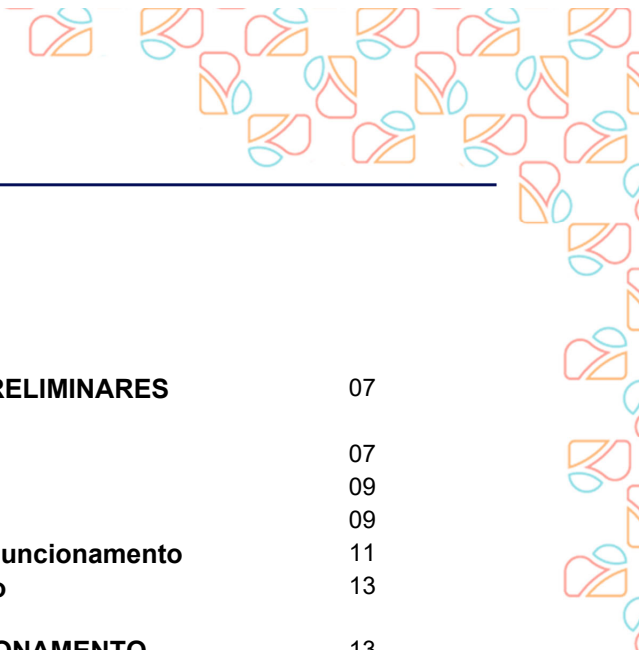
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



SUMÁRIO

TÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	07
CAPÍTULO I	Da caracterização	07
CAPÍTULO II	Dos Objetivos	09
CAPÍTULO III	Do Calendário	09
CAPÍTULO IV	Da Organização e do Funcionamento	11
CAPÍTULO V	Do Recreio Monitorado	13
TÍTULO II	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	13
CAPÍTULO I	Da Matrícula – 0 a 3 anos	13
CAPÍTULO II	Da Matrícula da Criança de 4 a 5 anos	15
CAPÍTULO III	Da cessação do Direito de Vaga	16
CAPÍTULO IV	Da entrada e saída das crianças	16
CAPÍTULO V	Do uso de dados e direito de uso imagem	18
CAPÍTULO VI	Do Estudo de Campo e Saídas	19
CAPÍTULO VII	Da alimentação	19
CAPÍTULO VIII	Da Saúde	21
CAPÍTULO IX	Da Segurança	23
TÍTULO III	FORMAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	24
CAPÍTULO I	Da Gestão Democrática e Participativa	24
CAPÍTULO II	Da Associação De Pais e Professores	26
CAPÍTULO III	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	27
CAPÍTULO IV	Da Contribuição Espontânea	27
CAPÍTULO V	Dos Colegiados	28
CAPÍTULO VI	Dos Currículos	29
CAPÍTULO VII	Da Proposta Pedagógica	32
CAPÍTULO VIII	Da Vivência Pedagógica	33
CAPÍTULO IX	Dos Projetos Educativos	34
CAPÍTULO X	Da Avaliação	35
CAPÍTULO XI	Do Pré-conselho e Conselho De Classe	36
TÍTULO IV	MODALIDADES EDUCATIVAS E TRANSIÇÕES	38
CAPÍTULO I	Da Educação Especial	38
CAPÍTULO II	Da Educação em Tempo Integral	41
CAPÍTULO III	Da Transição na Educação Infantil	42



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



TÍTULO V	GESTÃO DA CONVIVÊNCIA	43
CAPÍTULO I	Das Normas De Gestão Da Convivência	43
CAPÍTULO II	Do Regime Disciplinar	44
TÍTULO VI	DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO	44
CAPÍTULO I	Dos Direitos E Deveres Da Equipe Gestora	44
CAPÍTULO II	Os Direitos E Deveres Dos Professores	45
CAPÍTULO III	Da Responsabilidade da Família e da Comunidade Escolar	49
CAPÍTULO IV	Do Estágio na Educação Infantil	52
TÍTULO VII	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	53
CAPÍTULO I	Do início, da vigência e da abrangência do Regimento Interno	53



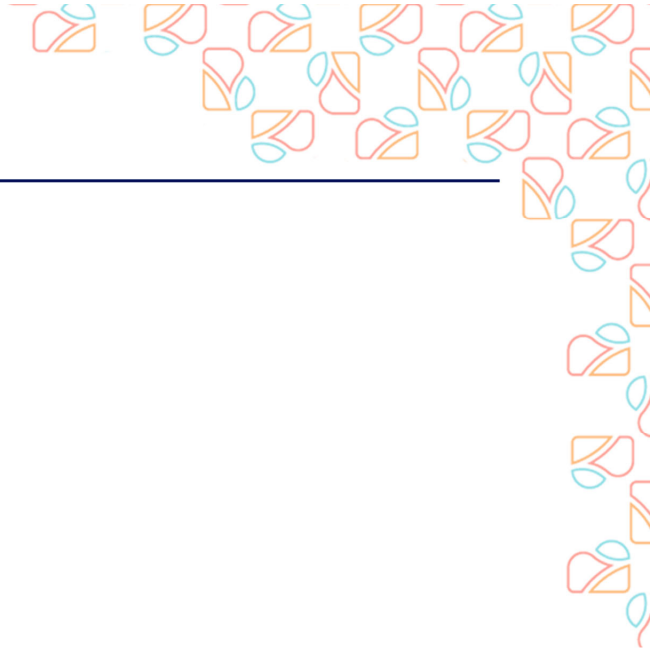
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

Da caracterização

Art. 1º O presente Regimento da Educação Infantil regulamenta a organização pedagógico-administrativa da Primeira Infância - mantido pelo Poder Público Municipal e administrado pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente, em especial, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente Lei N° 8.069/1990; Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/1996; Marco Legal para a Primeira Infância - Lei N° 13.257/2016; Base Nacional Comum Curricular de 20 de dezembro de 2017; Currículo Base do Território Catarinense; Política Nacional de Educação Especial; Lei Brasileira de Inclusão; Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Lei do Sistema Municipal de Ensino N° 096/2010; Lei Complementar Municipal N° 125/2011; Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC-2020, além dos atos normativos dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação.

§ 1º Destarte, os Centros de Educação Infantil, são destinados a oferecer a Educação Infantil em período integral ou parcial para crianças a partir de quatro meses até os três anos e onze meses.

§ 2º A Pré-escola, na Instituição de Educação Infantil, deverá ser ofertada em período parcial para crianças de quatro anos completos ou a completar até 31 de março do ano vigente.

§ 3º Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 2º- A organização da Educação Infantil que integra a Rede Municipal de Ensino de Barra Velha está subordinada à Secretaria Municipal da Educação, localizada na Rua Governador Celso Ramos, 198 – Barra Velha/SC, CEP 88390000, fone (47) 34467734. Possui 08 Centros de Educação Infantil (CEI), 01 Complexo Pré-Escolar e 09 Unidades Escolares que atendem Pré-Escola:

1. **Escola Básica Municipal Manoel Antônio de Freitas** - Rua: Rita de Cássia Coelho Ramos, nº 150 - Bairro Itajuba.
2. **Escola Reunida Municipal Prefeito Bernardo Aguiar** - Rua: José Manoel Basílio, nº 83 – Bairro Itajuba.
3. **Escola Reunida Municipal Judite Bernardina Aguiar** - Rua: Anastácio João Pereira, nº 90 – Bairro Medeiros.
4. **Escola Reunida Municipal Epifânio Manoel Ignácio** - Rua: Epifânio Manoel Ignácio, nº 90 – Bairro Sertãozinho.
5. **Escola Reunida Municipal Professora Maria Tusnelda Bernstorff** - Rua: Guarino de Oliveira Franco, nº 450 - Bairro Vila Nova.
6. **Escola Reunida Municipal Professor João Manoel da Silva** - Rua: Nila Maria da Silva, nº 219 – Bairro Nova Esperança.
7. **Escola Reunida Municipal Professora Maria Lindamir de Aguiar Barros** - Rua: dos Fados, nº 403 – Bairro Quinta dos Açorianos.
8. **Escola Isolada Municipal Perfeito Aguiar** - Estrada Geral Escalvado, s/n.
9. **Escola Isolada Municipal Professor José Miguel Zimmermann** - Estrada Geral Rio Novo, s/n.
10. **Centro de Educação Infantil Madre Paulina** - Rua: Afonso Radun, nº 414, Bairro Centro.
11. **Centro de Educação Infantil Frei Libório Schmitt** - Rua: Zózimo Bittencourt, nº 113, Bairro São Cristóvão.
12. **Centro de Educação Infantil Professora Hilda Batista da Silva** - Rua: Rita de Cássia Coelho Ramos, nº 160, Bairro Itajuba.
13. **Centro de Educação Infantil Professora Marli Hess de Faria** - Rua: José Manoel Basílio, nº 105, Bairro Itajuba.
14. **Centro de Educação Infantil Professora Célia Muller Cubas** - Rua: Nair Borba Maia, nº 366, Bairro Vila Nova.
15. **Centro de Educação Infantil Professora Nadida Michereff** - Rua: Higino Aguiar, s/n – Bairro São Cristóvão.
16. **Centro de Educação Infantil Professora Daniele Ramon Eschholz Schuch** - Rua: 1004, nº 385 – Bairro Itajuba.
17. **Centro de Educação Infantil Professora Porfíria Coelho da Silva** - Rua: Dona Carlota nº 390 – Bairro Quinta dos Açorianos.
18. **Complexo Pré Escolar Franciele e Richelle Torquato Ferreira** - Rua: João Pedro de Oliveira, nº 550 – Bairro São Cristóvão.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 3º São Objetivos da Educação Infantil:



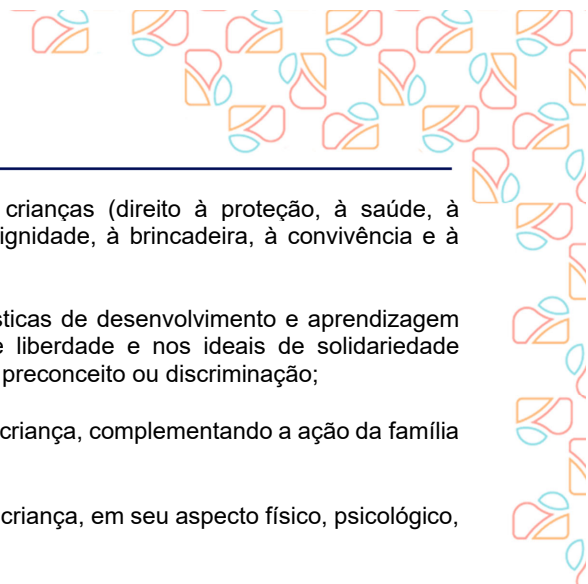
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000

- 
- I. Garantir os direitos fundamentais das crianças (direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças);
 - II. Assegurar as necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem da criança, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e contrário a qualquer forma de preconceito ou discriminação;
 - III. Promover o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade;
 - IV. Promover o desenvolvimento integral da criança, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, social, cultural e ambiental;
 - V. Garantir os direitos de aprendizagem previstos pela BNCC (Conviver – Brincar – Participar – Explorar – Expressar – Conhecer-se);
 - VI. Proporcionar à criança o desenvolvimento de sua autoimagem e o convívio no processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais;
 - VII. Promover processos de ensino e de aprendizagem sistematizados por campos de experiências a fim de garantir o desenvolvimento das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Municipais e os direitos de aprendizagem descritos na BNCC.

CAPÍTULO III

Do Calendário

Art. 4º Deverão ser obedecidas as seguintes orientações:

- I. Ano Letivo - entende-se os dias de funcionamento da Instituição de Educação Infantil;
- II. Dia de efetivo trabalho político-pedagógico é aquele de atividades pedagógicas, isto é, de trabalho efetivo em espaços ou ambientes de aprendizagem e que envolva a participação das crianças e professores com planejamento formalmente estabelecido pela Instituição de Educação Infantil e no Plano Anual de Aprendizagem e Desenvolvimento do Professor;
- III. Recesso Escolar é o período em que o Corpo Técnico, Pedagógico e Administrativo participa de atividades relacionadas com as suas funções, embora sem a presença obrigatória das crianças, na Instituição de Educação Infantil.

Parágrafo Único: Para o Centro de Educação Infantil, admitir-se-á um turno diurno integral, com cinquenta e cinco (55) horas semanais e carga horária anual de duzentos (200) dias de efetivo trabalho educacional.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 5º As Instituição de Educação Infantil, independentemente do ambiente de aprendizagem ou da modalidade e forma adotados, para encerrar o ano letivo e todas as atividades didáticas e pedagógicas, deverá comprovar como efeito de regra comum:

§ 1º O cumprimento dos 200 dias de efetivo trabalho em ambientes de aprendizagem e correspondentes oitocentas (800) horas de aula, efetivamente ministradas, obrigatoriamente para a Pré-escola.

§ 2º O calendário escolar determinado pela Secretaria Municipal de Educação garantirá a adequação às peculiaridades do município, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho político-pedagógico, previstos neste regimento.

§ 3º Nos afastamentos legais do Profissional do Magistério, em exercício na Instituição de Educação Infantil, o cumprimento dos dias de efetivo trabalho político-pedagógico estabelecido é de responsabilidade da respectiva Instituição.

§ 4º O não cumprimento do disposto neste artigo submete a Direção da Instituição de Educação Infantil, com os Profissionais, às atividades complementares para o cumprimento pleno do presente Artigo.

Art. 6º Os períodos de férias de todos os profissionais integrantes da Educação Infantil, ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação e estarão em consonância com a legislação.

Parágrafo único: O período de Recesso Escolar, no mês de julho, deverá ser discutido em Assembleia com os pais e/ou responsáveis, logo no início do ano letivo e, para efeito, deverá ser aprovado pela Assembleia, lavrado em Ata, assinada por todos os presentes.

CAPÍTULO IV

Da Organização e do Funcionamento

Art. 7º A Educação Infantil é oferecida em tempo integral e parcial exclusivos para Centros de Educação Infantil e parcial na Pré-escola.

Art. 8º Fica entendido que o período integral é ofertado das 7h às 18h e parcial, no período matutino, das 7h às 12h e no período vespertino, das 13h às 18h.

- I. Período matutino: entrada das 7h às 8h e saída até às 12h;
- II. Período vespertino: entradas das 13h às 13h30min e saída até às 18h;
- III. Período integral: das 7h às 18h e saída até às 18h.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Parágrafo único: Os horários de entrada e saída das crianças dos Centros de Educação Infantil devem ser rigorosamente seguidos pelos pais e/ou responsáveis legais.

Art. 9º A Pré-escola será oferecida, obrigatoriamente, em período parcial das 7h30min às 11h30min e no período vespertino das 13h15min às 17h15min ou conforme organização da Instituição de Educação Infantil.

Parágrafo único: Os horários de entrada e saída das crianças da Pré-Escola devem ser rigorosamente seguidos pelos pais e/ou responsáveis legais:

- a) Matutino: 07h30min às 11h30min.
- b) Vespertino: 13h15min às 17h15min ou 13h30min às 17h30min.

Art. 10º O atendimento na Educação Infantil, será organizado por grupos que deverá atender aos seguintes critérios de faixa-etária:

- a) Berçário I: de 4 meses até os 11 meses;
- b) Berçário II: de 1 ano a 1 ano e 11 meses;
- c) Maternal I: de 2 anos a 2 anos e 11 meses;
- d) Maternal II: de 3 anos a 3 anos e 11 meses;
- e) Pré-Escola I: de 4 anos a 4 anos e 11 meses;
- f) Pré-Escola II: de 5 anos a 5 anos e 11 meses.

Art. 11º A rotina alimentar nos Centros de Educação Infantil deverá cumprir a oferta de todas as refeições, de acordo com as orientações do Setor de Nutrição e com a fiscalização do CAE – Conselho da Alimentação Escolar conforme previsto na Lei nº 11947/2009, definidas a seguir:

I. Berçários I e II:

- a) Café da manhã: 8h;
- b) Almoço: a partir das 10h;
- c) Lanche 1: a partir das 13h.;
- d) Jantar: a partir das 15h;
- e) Lanche 2: a partir das 17h.

II. Maternais I e II:

- a) Café da manhã: 8h15min;
- b) Hora da fruta 1: 9h30min;
- c) Almoço: a partir das 11h;
- d) Hora da fruta 2: a partir das 13h30min;
- e) Jantar: a partir das 15h;
- f) Hora da fruta 3: a partir das 17h.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



§ 1º Os horários das refeições poderão sofrer alterações, conforme a necessidade de cada Centro de Educação Infantil, tendo a análise e a aprovação do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Na fase Pré-escolar, a refeição ocorre em horário estabelecido conforme definido pelo Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação. As crianças da Pré-Escola, deverão receber uma refeição logo no início da manhã e da tarde, antes do horário do recreio.

§ 3º É de responsabilidade de cada Centro de Educação Infantil, comunicar aos pais e responsáveis acerca dos horários estabelecidos e quaisquer alterações na programação.

CAPÍTULO V

Do Recreio Monitorado

Art. 12º Na Pré-escola serão considerados 15 (quinze) minutos de recreio, nas 04 (quatro) horas de trabalho político-pedagógico efetivo, devidamente monitorado com a participação do Corpo Docente e Especialistas, desde que execute o Projeto de Recreio Monitorado conforme preconiza a Portaria N° 791 de 29 de março de 2019, do Conselho Municipal de Educação e outras legislações.

§ 1º Os professores e equipe diretiva, obrigatoriamente, deverão monitorar as crianças com atividades recreativas durante o recreio.

§ 2º Cada instituição, obrigatoriamente, no projeto do recreio monitorado, deverá constar o horário de cada professor que estiver envolvido nesse ato de monitoramento.

§ 3º Cada instituição deverá ter uma planilha mensal com os dias e os horários determinados de cada professor.

TÍTULO II

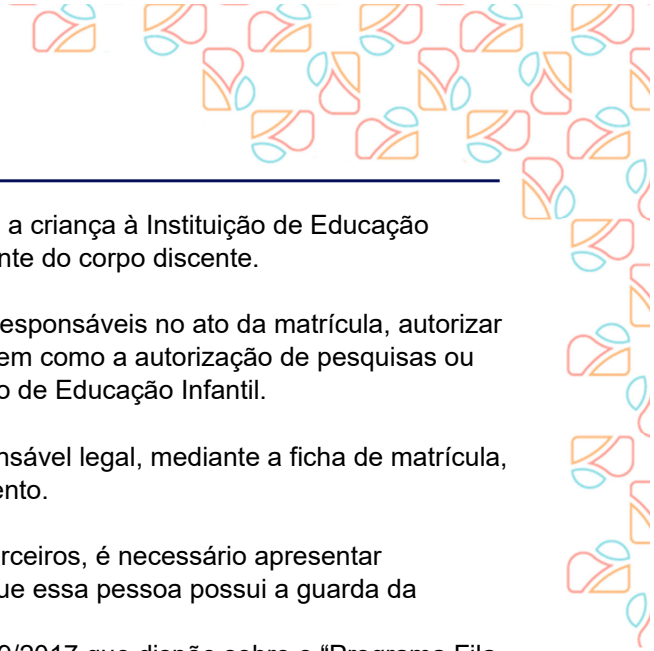
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I

Da Matrícula- 0 a 3 anos



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 13º A matrícula é o ato formal que vincula a criança à Instituição de Educação Infantil, conferindo-lhe a condição de participante do corpo discente.

Art. 14º É de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis no ato da matrícula, autorizar ou não o uso de imagens nas redes sociais, bem como a autorização de pesquisas ou aula de campo, pela proximidade da Instituição de Educação Infantil.

Art. 15º A matrícula será realizada pelo responsável legal, mediante a ficha de matrícula, e implica na aceitação expressa deste Regimento.

Art. 16º Quando a matrícula é realizada por terceiros, é necessário apresentar documento do Conselho Tutelar informando que essa pessoa possui a guarda da criança.

Art. 17º Conforme o Decreto Municipal nº 1159/2017 que dispõe sobre o “Programa Fila Única”, a matrícula da criança de 4 meses a 3 anos e 11 meses nos Centros de Educação Infantil será realizada mediante classificação de inscrição e abertura de vagas, que ocorre entre os meses de fevereiro e novembro.

Parágrafo Único: As crianças com deficiência devidamente comprovada através de Laudo Médico junto a Secretaria Municipal de Educação, têm preferência sobre as demais na ordem de inscrição no “Programa Fila Única”.

§ 1º No mês de dezembro, a Secretaria de Educação ofertará as vagas para matrícula no ano seguinte, também seguindo os critérios no “Programa Fila Única”.

Art. 18º A criança que for matriculada no Centro de Educação Infantil passará por um período de adaptação referente às suas necessidades.

§ 1º Durante o período de adaptação, o tempo de permanência da criança no estabelecimento poderá ser reduzido, mediante avaliação e critérios estabelecidos pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Diretor, Orientador Educacional e Professores da Educação Infantil.

Art. 19º Para as crianças de 0 a 3 anos, não se segue data corte nos Centros de Educação Infantil, devido a transição entre os grupos ocorrer mediante abertura de vagas no decorrer do ano letivo.

Art. 20º A Matrícula compreende:

- I. Rematrícula das crianças já pertencentes na Instituição de Educação Infantil;
- II. Admissão de crianças novas;
- III. Admissão de crianças por transferência.



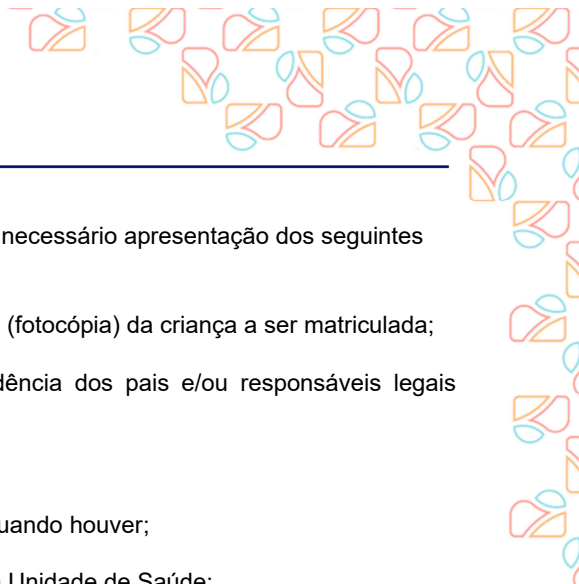
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 21º Para a efetivação da matrícula faz-se necessário apresentação dos seguintes documentos:

- I. Apresentação da certidão de nascimento (fotocópia) da criança a ser matriculada;
- II. Apresentação do comprovante de residência dos pais e/ou responsáveis legais residentes em Barra Velha;
- III. Apresentação do cartão do SUS;
- IV. Apresentação do Cartão Auxílio Brasil, quando houver;
- V. Declaração atualizada de vacinação pela Unidade de Saúde;
- VI. Declaração expressa dos pais e/ou responsáveis de ter ciência e estar de acordo com as normas previstas neste Regimento;
- VII. Declaração de Trabalho do Responsável Legal.

CAPÍTULO II

Da Matrícula da Criança de 4 a 5 anos

Art. 22º Compete à Instituição de Educação Infantil divulgar, amplamente, o horário de atendimento à Matrícula e Rematrícula, no caso de crianças da Pré-escola.

Parágrafo Único: Os pais e/ou responsáveis deverão apresentar documentos atualizados e comprobatórios, que foram apresentados na matrícula inicial, ainda acrescidos de demais documentações que se façam necessárias.

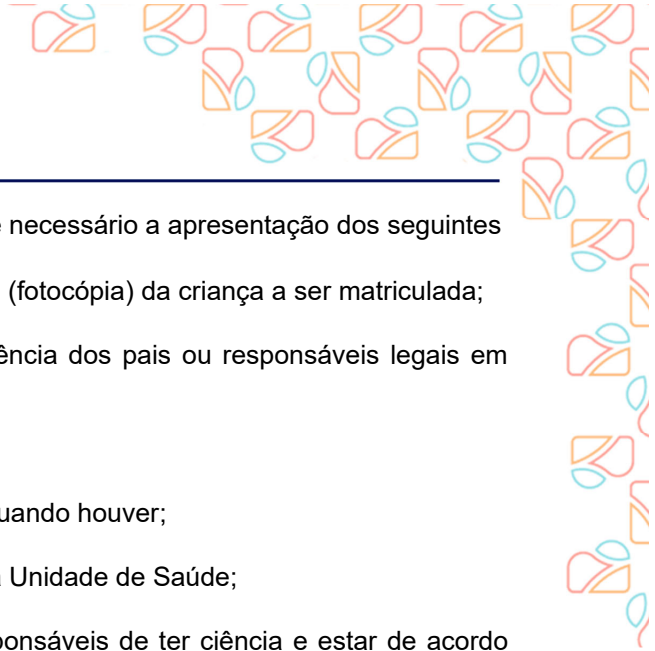
Art. 23º Matrícula nova e rematrícula da criança de 4 anos a 5 anos e 11 meses será realizada no período determinado no Edital de Matrícula expedido pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Legislação Vigente de acordo com o Zoneamento Escolar e com a Lei do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 24º Será exigida, a partir da obrigatoriedade, a frequência mínima de sessenta por cento (60%) do total de horas letivas, conforme Lei Federal N° 12.796/2013, que altera a LDB no artigo 31, para o Pré-Escolar.

Art. 25º De acordo com a Resolução N° 2, de 9 de outubro de 2018, para as crianças da Pré-Escola, quatro (4) e cinco (5) anos, segue-se a data corte de quatro (4) anos completos ou a completar até 31 de março do ano vigente.



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 26º Para a efetivação da matrícula faz-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Apresentação da certidão de nascimento (fotocópia) da criança a ser matriculada;
- II. Apresentação do comprovante de residência dos pais ou responsáveis legais em Barra Velha;
- III. Apresentação do cartão do SUS;
- IV. Apresentação do Cartão Auxílio Brasil, quando houver;
- V. Declaração atualizada de vacinação pela Unidade de Saúde;
- VI. Declaração expressa dos pais e/ou responsáveis de ter ciência e estar de acordo com as normas previstas neste Regimento.

CAPÍTULO III

Da cessação do Direito de Vaga

Art. 27º Será cessado o direito de vaga da criança regularmente matriculada no Centro de Educação Infantil, mediante:

- I. Solicitação dos pais registrada e assinada no Livro de Ocorrências;
- II. Após a realização de Busca Ativa, a vaga da criança poderá ser cessada devido à ausência sem justificativa da criança no CEI, durante sete (7) dias consecutivos;
- III. As crianças de Maternal II, entre a idade de corte, terão a matrícula cessada ao final do ano letivo.

CAPÍTULO IV

Da entrada e saída das crianças

Art. 28º Na hipótese dos pais e/ou responsáveis ficarem impossibilitados de retirar o filho (a) do Centro de Educação Infantil, em qualquer situação, a criança somente será entregue à pessoa autorizada, cujo nome conste na ficha de matrícula. A pessoa terá que se identificar com o documento de identidade na secretaria da Instituição de Educação Infantil, sendo tal fato registrado no Livro de Ocorrências.

- I. Haverá tolerância somente de quinze minutos de atraso para a entrada e saída. Inexiste possibilidade de recorrência de atrasos para a mesma criança, competindo ao professor permitir a entrada da criança mediante entrega de ficha de autorização expedida pela secretaria da Instituição de Educação Infantil, devendo o mesmo



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



procedimento ser adotado em casos em que ocorra necessidade de busca da criança antes do horário.

- II. Havendo intercorrências que impossibilitem os pais e/ou responsáveis da retirada da criança nos horários previamente estabelecidos, a secretaria da instituição de Educação Infantil deverá ser formalmente comunicada.
- III. Saídas antecipadas, só serão permitidas mediante a entrega de ficha de autorização expedida pela secretaria da Instituição de Educação Infantil, desde que constem na ficha de matrícula as pessoas autorizadas pelos responsáveis.
- IV. A criança não poderá ser visitada durante o período em que estiver frequentando a Instituição de Educação Infantil, exceto quando a Equipe Gestora solicitar a presença dos pais e/ou responsáveis ou quando houver uma ordem judicial que autorize essa visita.

Art. 29º Em caso de não cumprimento dos horários, os pais e/ou responsáveis serão advertidos e persistindo a situação, será realizado relatório que deverá ser encaminhado ao Órgão competente – Assistente Social e Coordenação da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 30º A criança será entregue aos pais e/ou responsáveis ou pessoas autorizadas que estiverem com seus nomes na ficha de matrícula e devidamente assinado pelo responsável legal. A autorização será em um documento próprio, anexado à documentação da criança. A criança não será entregue a terceiros que não constem o nome na matrícula.

Art. 31º Após as dezoito horas (18h), o Centro de Educação Infantil, entrará em contato via todos os números telefônicos existentes na ficha de matrícula e caso não seja possível localizar o responsável, será comunicado a Assistente Social e Coordenação da Educação Infantil da Secretaria de Educação.

§ 1º O descumprimento por 3 (três) vezes consecutivas do que consta nos artigos 28º e 31º acarretarão registro no Livro de Ocorrências, sendo os pais e/ou responsáveis legais notificados, devendo comparecer obrigatoriamente no horário estipulado pela Direção do CEI para Reunião de Advertência e, posteriormente, encaminhar o relatório para a Assistente Social da Secretaria de Educação.

§ 2º Persistindo a situação mesmo após as intervenções e estratégias realizadas pela Instituição de Educação Infantil e Secretaria de Educação, configurando-se uma negligência por parte da família, o Conselho Tutelar será comunicado pela Assistente Social para tomar as providências cabíveis para a segurança e proteção da criança.

Art. 32º Nos Centros de Educação Infantil, a saída das crianças da Instituição seguirá orientações conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em que a maioridade civil inicia a partir dos dezoito (18) anos de idade.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



§ 1º Fica expressamente vedada pelos pais e/ou responsáveis, autorizar menores de 18 anos a buscar a criança no Centro de Educação Infantil, bem como autorizar a saída da criança por meio de contato telefônico.

CAPÍTULO V

Do uso de dados e direito de uso imagem

Art. 33º A rede municipal de ensino de Barra Velha se orienta pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei N° 13.709/2018 – promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo.

Art. 34º As Instituições de Educação Infantil agirão, nesse contexto, mediante o cuidado e discrição sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.

§ 1º O direito de uso de imagem (fotos e vídeos de cunho pedagógico - divulgação dos trabalhos realizados), por parte da Instituição, deve ocorrer mediante solicitação de autorização e formalizado no ato da matrícula, bem como, a gravação das crianças nos diversos ambientes da Instituição, por medida de segurança, deve ser registrada em ata mediante aprovação em assembleia de pais, responsáveis e professores.

§ 2º É vedado a todos os profissionais que atuam em instituições de Educação Infantil, fundamentalmente docentes, gestores e especialistas, a publicação de imagens (fotos e vídeos) de ordenamento público autorizado em matrícula, em redes privadas de divulgação audiovisual, a exemplo das redes sociais.

CAPÍTULO VI

Do Estudo de Campo e Saídas

Art. 35º Quando a Instituição de Educação Infantil promover saídas de campo para estudos ou deslocamentos em grupo em ambientes externos, previstos nos Planos de Aprendizagem e Desenvolvimento, deverá solicitar por escrito com antecedência mínima de 48h, uma autorização expressa, assinada pelos pais e/ou responsáveis. Nesses deslocamentos, as crianças serão acompanhadas pelos professores e pais, quando solicitados.

Art. 36º Quando a criança que o pai e/ou responsável não autorizar a participar do passeio ou deslocamento em grupo, poderá permanecer com a criança em casa ou conforme organização da Instituição de Educação Infantil, a criança será assistida por



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



outro professor que ficará incumbido de acompanhá-la enquanto os demais estiverem na atividade externa ou deslocamento em grupo.

CAPÍTULO VII

Da Alimentação

Art. 37º A Alimentação das crianças, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem por objetivos contribuir para a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento, para a formação de bons hábitos alimentares, a suplementação à carência alimentar vivenciada pela criança na família e a redução da evasão escolar.

Art. 38º O Programa será oferecido, pela Unidade de Educação Infantil, conforme o Plano de Ação para a Alimentação, utilizando os recursos financeiros do PNAE e do Poder Público Municipal.

Art. 39º A organização e funcionamento da alimentação deverão obedecer às normas, orientações e programação estabelecida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Educação, com base na Resolução 06/2020 - PNAE.

Art. 40º A alimentação na Instituição de Educação Infantil será estabelecida considerando as diferentes fases do desenvolvimento da criança.

Art. 41º A alimentação das crianças de quatro (4) meses até cinco (5) anos e onze (11) meses, será padronizada em cardápio próprio, elaborado pela equipe de nutricionistas pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação (Setor de Nutrição).

- I. As crianças que possuem restrições alimentares (de qualquer natureza), os pais deverão comprovar por meio de atestado médico, laudo ou documentos afins;
- II. As crianças explicitadas no inciso I, terão direito de serem atendidas com uma dieta correspondente, definida pela Lei N° 12.982/2014 e pela Resolução N° 06/2020, que determina que o cardápio seja elaborado de acordo com as restrições médicas;
- III. Para comemoração de aniversários, não será permitida a entrada de guloseimas e tampouco bolos trazidos pelas famílias, conforme orientações do Setor de Nutrição;
- IV. De acordo com a Resolução N° 06/2020, § 8º do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é proibida a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para crianças de até 3 anos, matriculados nos Centros de Educação Infantil.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 42º A criança que frequenta o Centro de Educação Infantil no período integral e não se alimenta de nenhuma refeição, deverá ser encaminhada para uma avaliação inicial realizada pela Equipe Multidisciplinar, a fim de observar e auxiliar no processo de desenvolvimento da criança.

Parágrafo Único: Durante o processo educacional envolvendo alimentação, os pais e/ou responsáveis participarão de reuniões, com intuito de orientá-los em relação às ações e estratégias para facilitar a adaptação alimentar da criança.

Art. 43º É de responsabilidade do diretor da Instituição de Educação Infantil entregar o cardápio aos pais e/ou responsáveis no início do ano letivo ou sempre que houver uma matrícula nova.

Art. 44º O direito à amamentação é assegurado à criança, conforme o Art. 9º do ECA:

- I. As mães que amamentam, terão o direito de fazê-lo, a qualquer momento durante o tempo de permanência da criança no CEI, com planejamento e organização do horário em conjunto com a Direção da Instituição.
- II. O Centro de Educação Infantil, obrigatoriamente, disponibilizará à mãe um espaço adequado para amamentação.

CAPÍTULO VIII

Da Saúde

Art. 45º Os professores e equipe pedagógica, podem implementar programas sociais e atitudinais, como a prevenção da violência, o anti-bullying, ou outros amparados pela Lei Lucas, Lei Henry Borel e Protocolos para medidas urgentes, como Covid-19 e catástrofes naturais via Defesa Civil e outros setores da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único: Com base no disposto na Lei Federal N° 13.722 de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, se estabelece a obrigatoriedade da formação desses profissionais em conformidade com a legislação estabelecida.

Art. 46º Não será permitida a entrada e permanência de crianças na Instituição de Educação Infantil que apresentem:

- I. Sintomas febris acima de 37.5°C e distúrbios gastrointestinais, (vômitos, diarreias), doenças contagiosas ou não e indisposição;



- II. Assadura grave, situações de alergias e doenças de pele que inspire cuidados especiais;
- III. Quando a criança manifestar qualquer um dos sintomas descritos acima, os pais e/ou responsáveis serão informados imediatamente para que busquem a criança e tomem as providências necessárias.
- IV. Os pais e/ou responsáveis deverão levar a criança ao médico ou especialista para tratar de enfermidades frequentes tais como: sintomas gripais, tosse, alergia, sangramento nasal, entre outros. A criança poderá retornar à frequência normal assim que estiver saudável, devendo apresentar na Instituição de Educação Infantil documento médico que esclareça o que ocasionou a enfermidade e que está apta a frequentar novamente a instituição.
- V. Em caso de Pediculose (piolho) os pais e/ou responsáveis pela criança serão comunicados para que eles tomem as devidas providências. Serão também orientados a aproveitar o final de semana e feriados para os cuidados necessários.
- VI. Após a terceira notificação formalizada aos pais ou responsáveis sobre pediculose (piolho) e devidamente registrada nos protocolos de ocorrência e assinada pelos responsáveis da Instituição de Educação Infantil, ocorrerá comunicação à Assistente Social da Secretaria da Educação para medidas cabíveis.
- VII. Em caso de tratamento para verminose a criança deverá permanecer em casa durante o período de tratamento.
- VIII. Não será permitido a coleta de fezes, urina, entre outros materiais para realização de exames, ficando sob responsabilidade dos pais e/ou responsáveis a coleta em domicílio.
- IX. Os pais e/ou responsáveis deverão comunicar na Instituição de Educação Infantil qualquer problema de saúde, lesão ocorrida no domicílio ou durante o trajeto da criança até a Instituição.
- X. Os pais e/ou responsáveis, devem permanecer com a criança em casa nos dias em que realizar a vacinação ou procedimento odontológico, para observações de possíveis reações.

Parágrafo Único: Compete a Instituição de Educação Infantil possuir procedimentos de documentação que tornem obrigatórias as comunicações dos itens I ao VI aos pais e responsáveis, seja físico ou eletrônico, mantendo o seu registro da notificação armazenada.

Art. 47º No caso de acidente ou doença súbita que necessite de tratamento imediato, serão tomadas as seguintes providências pela equipe da Instituição de Educação Infantil:



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- I. Fazer a comunicação imediata aos pais e/ou responsáveis, que deverão comparecer com a maior brevidade possível no local indicado;
- II. Em caso de muita gravidade ou quando não for possível a comunicação com os pais, chamar os órgãos competentes (Corpo de Bombeiro, Ambulância).
- III. Se a criança tiver que ser removida, deverá ser acompanhada por um profissional da Instituição de Educação Infantil.

Art. 48º As crianças que se encontram em tratamento clínico, e que tenham necessidade de dar continuidade à medicação durante as horas de permanência na Instituição de Educação Infantil, os pais e/ou responsáveis terão a autorização para ir medicar o (a) seu (sua) filho (a), mediante receita médica, procurando organizar esse tempo de forma que não interfira na rotina de descanso das demais crianças.

§ 1º Os profissionais da Instituição de Educação Infantil não se responsabilizarão pela ministração de qualquer tipo de medicação.

§ 2º Fica sob responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, ministrar medicamentos à criança, mediante receita médica e orientações, quando prescritos com hora marcada

CAPÍTULO IX **Da Segurança**

Art. 49º Uma Instituição de Educação Infantil segura deve, no mínimo, proporcionar um ambiente de aprendizagem saudável. Para tanto, a Instituição deve estar apta a atuar na Prevenção, Prontidão, Resposta e Recuperação, bem como, estimular uma comunidade escolar comprometida em promover uma cultura de paz e segurança, conscientes dos seus direitos e deveres.

Art. 50º A equipe gestora deve estar preparada para identificar possíveis riscos e/ou alvos (estrutura e pessoas) e avaliar a eficácia de um plano (conhecimento, preparo, habilidades, equipamentos e processos). A prontidão é uma política que deve envolver todos os servidores da Instituição, estabelecendo metas, avaliando a vulnerabilidade, periodicamente, a criação de canais de comunicação interna e externa e treinamento com a participação de órgãos competentes como polícia e bombeiros militares.

Parágrafo Único: Adequar o prédio da Instituição às normas de segurança de acordo com os planos de segurança dos órgãos de apoio, capacitar os educadores em Defesa Civil, buscar acordos de cooperação com ONGs, formular um Plano de Segurança Escolar, cumprir com as Diretrizes contidas nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil emitido pelo Ministério da Educação e acionar o Conselho Tutelar sempre que necessário.



Secretaria
Municipal de
Administração

SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 51º A Equipe Gestora deve priorizar pela qualidade da manutenção dos ambientes internos e externos à Instituição de modo a facilitar a aplicação dos procedimentos que garantam a segurança. Devendo atentar para:

- I. Ambientes Internos: pátios e outras áreas de uso comum livres de objetos que possam obstruí-los; adequação da iluminação; não permitir o acúmulo de objetos inservíveis em áreas impróprias; manter a capina ou a poda em vegetação de modo rotineiro; atentar para que cercas e muros estejam sempre em bom estado de conservação.
- II. Ambientes Externos: iluminação pública de qualidade; atentar para a coleta de lixo periódica; estar atento à movimentação de pessoas nas proximidades, que não fazem parte da comunidade escolar e exibem atitude suspeita, principalmente no horário de entrada e saída das crianças, providenciando o acionamento da Polícia Militar; proibir a permanência de vendedores ambulantes que fazem ponto nas portarias.
- III. Do acesso à Instituição quanto à entrada de pessoas: cuidar para que o portão externo de acesso à rua e o portão de acesso ao pátio interno da Instituição permaneçam fechados, supervisionado por um servidor designado pela direção para esse fim; nos casos de visitante, este deverá, previamente, dar ciência à coordenação sobre a visita e aguardar a autorização do responsável por sua entrada nas dependências da Instituição; o acesso de pessoas nos horários entre os turnos se dará em conformidade com o procedimento a ser adotado para o funcionamento do registro de acesso.

TÍTULO III FORMAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

CAPÍTULO I Da Gestão Democrática e Participativa

Art. 52º A Rede Municipal de Ensino será pautada pela gestão democrática e participativa, centrada na coletividade, na cooperação, no respeito mútuo e no bem comum.

Parágrafo Único: A gestão democrática e participativa tem por finalidade possibilitar à Instituição de Educação Infantil maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Art. 53º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal ocorrerá nas três esferas da Administração: Espaços de Aprendizagem, Instituição de Educação Infantil e Secretaria de Educação e reger-se-á, na forma da Lei, pelos seguintes preceitos:

I. Nos Espaços de Aprendizagem:



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000

- a) Constituição de comunidade e espírito de cooperação mútua e participação nos projetos socioeducativos;
- b) Respeito às determinações do Regimento da Instituição de Educação Infantil;
- c) Atribuição de responsabilidades individuais e de grupo;
- d) Respeito às liberdades e diferenças individuais e de grupo;
- e) Seguir as orientações recebidas da Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Plano de Ações da Equipe Pedagógica junto aos Professores promovendo a ajuda interpessoal para melhor aprendizagem de todas as crianças;
- f) Exercício democrático da autoridade magistral, sereno e promocional do direito de equidade à aprendizagem para todos;
- g) Conhecimento e participação em planos, programas e projetos de ensino e da Instituição de Educação Infantil;
- h) Observância do processo disciplinar consensualmente aceito, das normas escolares em vigor e desenvolvimento de avaliação constante da ação e dos procedimentos educativos;
- i) Adoção de métodos ativos e participativos para o desenvolvimento e aprendizagem da criança;
- j) Funcionamento participativo do Conselho de Classe e respeito às decisões efetivadas.

II. Nas Instituições de Educação Infantil:

- a) Desenvolvimento de competências responsáveis sobre as ações educativas;
- b) Elaboração do Projeto Político Pedagógico, do Plano Gestor e do Regimento Interno;
- c) Manutenção de clima favorável às boas relações interpessoais e desenvolvimento de competências de respeito e zelo pelo ambiente e pelas ações educativas;
- d) Cumprimento efetivo de responsabilidade individual e institucional;
- e) Adoção de planejamento participativo;
- f) Comunicação e divulgação de planos, projetos, programas, de recursos disponíveis e de resultados alcançados;
- g) Exercício democrático e competente da autoridade institucional e promocional dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças;
- h) Funcionamento da Associação de Pais e Professores e dos Conselhos Escolares;
- i) Envolvimento no processo avaliativo e institucional dos diferentes conjuntos que compõem o campo educacional.

CAPÍTULO II

Da Associação De Pais e Professores



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art.54º A organização e funcionamento de cada uma das Instituições devem estar de acordo com as normas legais vigentes e estabelecidas em Estatuto próprio ou neste Regimento.

Art.55º A Associação de Pais e Professores – APP, é uma entidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e que atua como órgão de representação e se orienta por Estatuto próprio, registrado em Cartório e em consonância com este Regimento.

- I. A APP é constituída de Pais e/ou Responsáveis legais pelo Corpo Docente, Funcionários e Pessoas da Comunidade, quando tiverem sua admissão aprovada em Assembleia, de acordo com o Estatuto próprio.
- II. A APP, anualmente, deverá elaborar juntamente com a Direção da Instituição de Educação Infantil, o Plano Anual de Ação.
- III. Cabe à direção da Instituição de Educação Infantil garantir a articulação e a participação da Associação de Pais e Professores com o Conselho Escolar, de acordo com a Lei 1525, 27 de abril de 2016.
- IV. Quaisquer Ações ou Eventos com fins lucrativos deverão ser apresentados no início do ano letivo pelo Diretor da Instituição de Educação Infantil e APP, em Assembleia Geral, para professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, com o intuito de serem aprovadas ou não, constando em ata a decisão.

CAPÍTULO III

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Art.56º O PDDE consiste na assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação Básica destinado à promoção de melhoria na infraestrutura física e pedagógica, com a consequente melhoria da qualidade da educação.

Art.57º O PDDE tem por fim promover:

- I. Participação e controle social;
- II. Integração do Poder Público/Comunidade/Escola/Família;
- III. Racionalização e simplificação de procedimentos administrativos;
- IV. Autonomia escolar.



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Parágrafo Único – Todos os bens adquiridos com fins referentes aos artigos e parágrafos anteriores na Educação Infantil, juridicamente constituídos serão patrimonializados e sistematicamente atualizados.

CAPÍTULO IV **Da Contribuição Espontânea**

Art.58º A Contribuição Espontânea consiste em alguém que faça por si mesmo sem que seja obrigatório, uma doação no valor que não deve ser pré-estipulado pela Instituição de Educação Infantil.

Art.59º A Contribuição Espontânea será aprovada ou não, no início do ano letivo, através de Assembleia Geral, com a participação dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, constando em Ata.

Art.60º O diretor deve realizar a prestação de contas à comunidade escolar, conforme previsto no Art. 70º da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo único: “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

Parágrafo Único: A prestação de contas deverá ocorrer nos seguintes formatos:

- I. Ser apresentada mensalmente para os professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, APP e Conselho Escolar, através de documentação comprobatória de todas as receitas e despesas do mês vigente;
- II. Arquivar na Instituição de Educação Infantil a documentação comprobatória, por tempo indeterminado;
- III. Apresentar mensalmente para a Secretaria de Educação toda documentação comprobatória dos recursos provenientes das contribuições espontâneas;
- IV. Colocar na agenda da criança a prestação de contas;

CAPÍTULO V **Dos Colegiados**

Art.61º O Conselho Escolar é um Órgão Colegiado, representativo dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, de natureza Deliberativa, Consultiva, Fiscalizadora e Avaliativa sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo, de acordo com a Lei Nº 1525, 27 de abril de 2016.



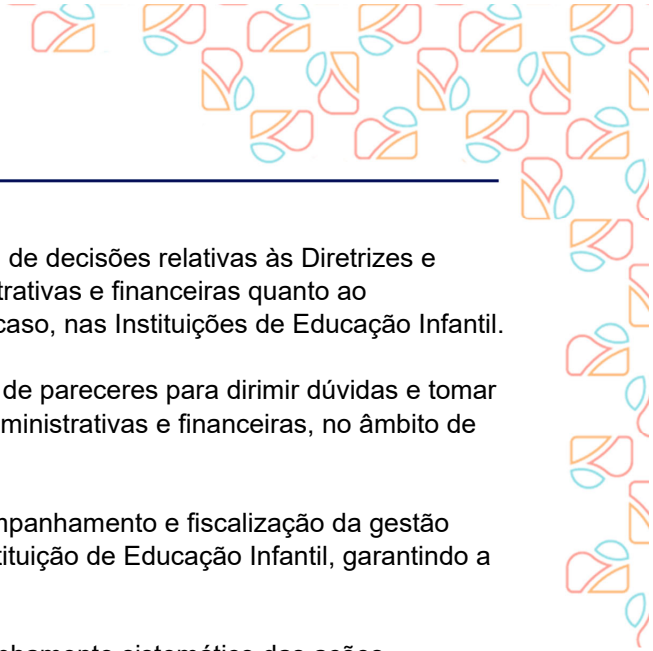
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



§ 1º A Função Deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às Diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao Direcionamento das Políticas Públicas, neste caso, nas Instituições de Educação Infantil.

§ 2º A Função Consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º A Função Fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da Instituição de Educação Infantil, garantindo a legitimidade das ações.

§ 4º A Função Avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela Instituição de Educação Infantil, objetivando a identificação dos problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas e qualidade social.

Art. 62º O Conselho Escolar, anualmente, deverá elaborar e apresentar, para a Direção da Instituição de Educação Infantil, o seu Plano Anual de Ação.

Art. 63º O Conselho Escolar, sendo Órgão Colegiado, não terá fins lucrativos e se orientará por Estatuto próprio, em consonância com este Regimento.

Art. 64º O Conselho Escolar deve ser constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade onde se encontra a Instituição de Educação Infantil (professores, servidores, pais e/ou responsáveis) com composição e atribuições definidas por lei própria, exceto representante de crianças pela faixa etária.

CAPÍTULO VI

Dos Currículos

Art. 65º Conforme Parecer CNE/CEB nº 20/2009, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico.

Art. 66º As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis.



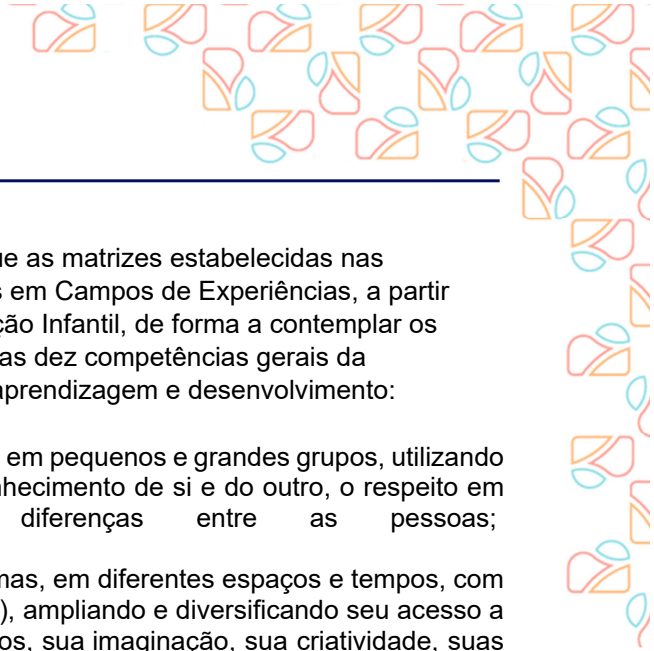
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 67º O currículo da Educação infantil, segue as matrizes estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Municipais organizadas em Campos de Experiências, a partir da Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil, de forma a contemplar os eixos estruturantes interações e brincadeiras, as dez competências gerais da Educação Básica, assim como os direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- II. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- III. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;
- IV. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, nos CEIs, Complexo Pré-escolar e em escolas, e fora dessas instituições, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e tecnologia;
- V. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;
- VI. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição de Educação Infantil e/ou escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Art. 68º Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular municipal para a Educação Infantil, que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes. Nesse contexto, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças estão estruturados em cinco Campos de Experiências, visando corresponder às orientações nacionais para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. O eu, o outro e o nós.



- II. Corpo, gestos e movimentos.
- III. Traços, sons, cores e formas.
- IV. Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- V. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Art. 69º A Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, pela Resolução Nº 008/COMED de 28 de abril de 2020, instituiu a Matriz Curricular da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino como obrigatória aos planejamentos dos processos de ensino e de aprendizagem com orientações pedagógicas.

§ 1º O Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento da Educação Infantil (Planejamento) da Rede Pública Municipal de Ensino está pautado nos campos de experiências e pelos objetivos focais e complementares, ambos equivalentes aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, objetivos específicos; a mais, pelas estratégias, procedimentos conexos às estratégias, rotina, estimulação e vivência livre.

§ 2º Os professores regentes da Educação Infantil deverão construir o Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento diária ou semanalmente.

§ 3º Os professores de linguagens deverão construir o Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento quinzenalmente, respeitando a faixa etária de cada grupo.

§ 4º Ao elaborar o planejamento, é importante que se preze pela clareza e coerência; que tenha conhecimento dos recursos e que aposte em metodologias diversificadas e inovadoras, dando prioridade às particularidades das crianças.

§ 5º O Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento deve se pautar em experiências e vivências.

§ 6º Na Instituição de Educação Infantil, o especialista que é responsável pela prática pedagógica do professor, deve receber o planejamento com antecedência para que ele possa realizar um feedback, já que é papel dele promover momentos de devolutivas quanto aos acompanhamentos das vivências e planejamentos, compartilhando sugestões, ideias e melhorias, sempre que necessário.

CAPÍTULO VII

Da Proposta Pedagógica



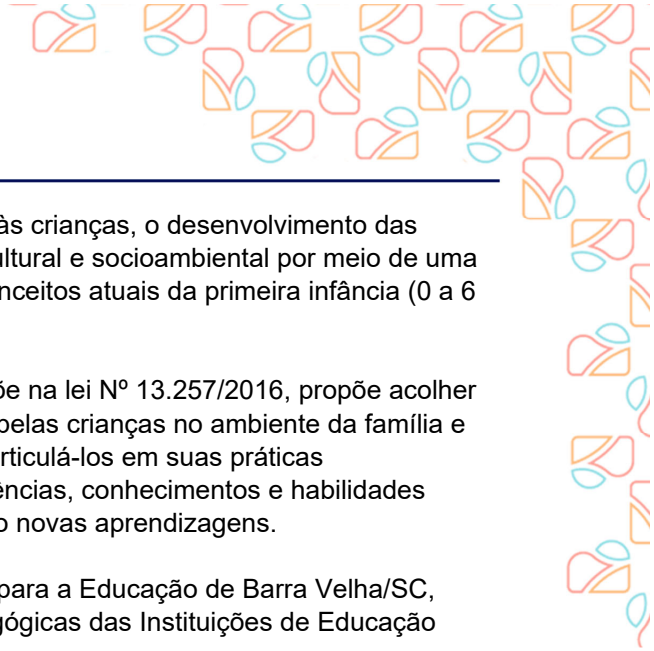
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 70º A Educação Infantil busca assegurar às crianças, o desenvolvimento das necessidades física, afetiva, cognitiva, sociocultural e socioambiental por meio de uma Proposta Pedagógica lúdica e atrelada aos conceitos atuais da primeira infância (0 a 6 anos), conforme Lei N° 13.257/2016.

Parágrafo único: De acordo com o que dispõe na lei N° 13.257/2016, propõe acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, bem como, articulá-los em suas práticas pedagógicas, ampliando o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.

Art. 71º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC, definem os princípios que as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem seguir:

- I. Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 72º A criança é um sujeito histórico e de direitos que interage, brinca, observa, questiona, assimila valores, constrói e se apropria de conhecimentos. Dessa perspectiva, resulta, pois, a compreensão de que as interações e as brincadeiras se configuram como eixos estruturantes dessa etapa da Educação Básica, uma vez que caracterizam o cotidiano da infância e potencializam o desenvolvimento integral das crianças.

Art. 73º Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los e nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Art. 74º Proporcionar uma prática intencional, que considere a criança como um ser integral, favorecendo sua iniciativa com vistas ao desenvolvimento da confiança e a conquista da autonomia.

Art. 75º Desenvolver uma prática pedagógica mobilizadora de aprendizagem por meio de projetos, articulado às competências das crianças e às significações por elas construídas utilizando diferentes linguagens.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 76º A aprendizagem e o desenvolvimento da criança estão estruturados por objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que dialogam com habilidades e competências e possibilitam a formação de conceitos visando que a criança possa lidar construtivamente com as diferentes situações cotidianas: alegria, prazer, medo, ansiedade, perdas etc., encarando-as como desafios e ações embasadas no aprender afetivo e lúdico.

Art. 77º A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CEB de 17 de Dezembro de 2009, Art. 4º, sustenta-se que as Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino organizem os processos político-educativos com base no entendimento de que as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

CAPÍTULO VIII

Da Experiência Pedagógica

Art. 78º As experiências político-pedagógicas devem servir de meio para que o professor atue como mediador dos processos de aprendizagem, a mais, aquele que trabalha com as crianças com vistas a desenvolver uma proposta pedagógica coerente com as concepções propostas que se traduzam em ações que:

- I. Considere a ação do adulto de vital importância no desenvolvimento e construção do conhecimento pela criança;
- II. Ofereça várias oportunidades que desafiem o raciocínio e permitam à criança elaborar hipóteses;
- III. Ofereça oportunidades de fortalecimento de autoestima e construção de identidade;
- IV. Leve em conta que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver a criança nos processos de aprendizagem e desenvolvimento;
- V. Respeite e incorpore a diversidade de expressões culturais; as diferentes formas de linguagem - verbal, musical e plástica; e que todas as formas de comunicação e expressão são básicas para que a criança compreenda, socialize e se estruture na cultura e na sociedade;



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- VI. Propicie vivências que possibilitem o desenvolvimento da fala, do corpo, da arte, da música, da dança, da leitura, da escrita, da ciência e da tecnologia.

CAPÍTULO IX

Dos Projetos Educativos

Art. 79º As Instituições de Educação Infantil desenvolverão, sempre que necessário e dentro das suas possibilidades, projetos abrangendo:

- I.Revitalização do espaço Institucional interno e externo;
- II.Projetos de musicalização na Educação Infantil;
- III.Cultura, lazer, esporte e promoção da saúde e segurança;
- IV.Educação Ambiental, Cultura da Paz e Não Violência;
- V.Leitura;
- VI.Outros de interesse institucional e dos educadores.

Parágrafo Único: Os projetos integrados ao Projeto Político Pedagógico das Instituições deverão ser planejados e desenvolvidos sempre que possível pelos profissionais da Instituições e aprovados nos termos das normas vigentes.

Art. 80º As Instituições de Educação Infantil participarão, conforme objetivos e abrangência do projeto já consolidado na Rede Municipal de Ensino – Porto Literário, conforme regulamentação própria.

CAPÍTULO X

Da Avaliação

Art. 81º De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/1996, na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção.

Art. 82º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC, de acordo com a RESOLUÇÃO N° 007/COMED 2020, ainda definem a documentação de acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliativo na Educação Infantil, que tem por objetivo: interrogar, coletar informações e realizar julgamentos a respeito da qualidade e efetividade das experiências propiciadas às crianças.



Secretaria
Municipal de
Administração

SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 83º Os processos avaliativos estão orientados, nas Instituições de Educação Infantil, pelos seguintes objetivos:

- I. Verificar a adequação do desenvolvimento da criança face aos objetivos propostos, levando-se em consideração as características da faixa etária;
- II. Propor para a criança relações em que ela se desenvolva plenamente, envolvendo-se em situações de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Art. 84º Consideram-se instrumentos de acompanhamento pedagógico e avaliativo que juntos construirão a documentação pedagógica na Educação Infantil e que visam mais qualidade para o trabalho político-pedagógico exercido:

- I. Registro do Perfil da Turma – diagnóstico inicial;
- II. Registro do Período de Adaptação, quando houver necessidade;
- III. Acompanhamento Avaliativo da Experiência - registro no planejamento;
- IV. Indicadores de Aprendizagem e Desenvolvimento;
- V. Parecer Descritivo;
- VI. Portfólio.

Parágrafo Único. Toda Instituição de Educação Infantil oportunizará, aos pais e/ou responsáveis, o acompanhamento do desenvolvimento da criança, mediante emissão de registros de acompanhamento definidos nas Diretrizes Curriculares Municipais, no Projeto Político Pedagógico e especificadas neste Regimento.

Art. 85º Os resultados da avaliação serão apresentados a partir de:

- I. Síntese das observações e registros efetuados e será expressa em forma de parecer descritivo elaborado pelo professor e discutido com a equipe gestora;
- II. Ao término de cada semestre, os pais e/ou responsáveis receberão o parecer descritivo e o portfólio, referente ao processo pedagógico vivenciado pela criança.

Art. 86º A avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação das vivências às diferentes características e necessidades educativas de cada criança.

Art. 87º A avaliação deve ser contínua, qualitativa, com ênfase nos processos de ensino e de aprendizagem, considerando a aprendizagem e o desenvolvimento da criança e respeitando as diferentes faixas-etárias.

CAPÍTULO XI

Do Pré-conselho e Conselho De Classe



Secretaria
Municipal de
Administração

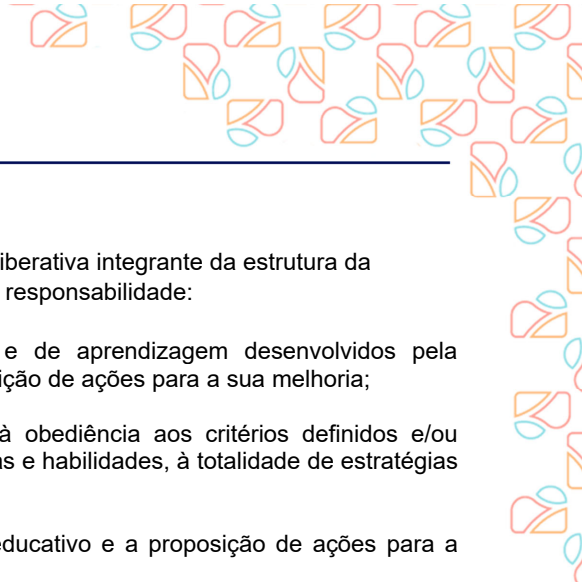
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 88º O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura da Instituição de Educação Infantil e tem sob sua responsabilidade:

- I. A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos pela Instituição de Educação Infantil e a proposição de ações para a sua melhoria;
- II. A avaliação da prática docente quanto à obediência aos critérios definidos e/ou orientados, à metodologia, às competências e habilidades, à totalidade de estratégias e/ou vivências pedagógicas;
- III. A avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;
- IV. A avaliação das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos que substanciam os processos de ensino e de aprendizagem – experiências e vivências político-educativas e de desenvolvimento infantil;
- V. A definição de critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico para a avaliação e sua revisão, bem como outros que possam ser adotados quando necessários;
- VI. Discutir sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e propor ações a partir dos instrumentos de acompanhamento pedagógico e avaliativo.

Art. 89º O Conselho de Classe será composto:

- I. Pelos Professores dos diferentes grupos;
- II. Pela Direção da Instituição de Educação Infantil ou seu representante;
- III. Pela Equipe Pedagógica da Instituição de Educação Infantil;
- IV. Por Pais ou Responsáveis, quando solicitado.

§ 1º A presença dos Professores, da Equipe Pedagógica e Administrativa da Instituição de Educação Infantil é obrigatória nos Conselhos de Classe, face às decisões a serem tomadas, não devendo ser aceitas justificativas.

§ 2º O professor que é lotado em mais de uma Instituição de Educação Infantil participará dos Conselhos de Classe conforme organização das Instituições, priorizando sua presença no local em que possui maior número de grupos de crianças.

§ 3º A representação do Conselho de Classe deverá ser de no mínimo 51% dos professores.



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



§ 4º A Equipe Pedagógica da Instituição de Educação Infantil promoverá a assessoria necessária para o cumprimento das etapas do Pré-Conselho e Conselho de Classe e os devidos registros.

§ 5º O período que antecede ao Conselho de Classe, conforme as Diretrizes Curriculares Municipais, caracterizado como Pré-Conselho, tem como principal função debater assuntos pertinentes ao desenvolvimento global das crianças, de acordo com a faixa-etária.

Parágrafo Único. De acordo com a Lei municipal complementar N° 96/2010, o Orientador Educacional e o Supervisor Escolar devem coordenar, juntamente com o gestor, o Pré-Conselho e o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos.

Art. 90º O Conselho de Classe deverá ser realizado, de forma ordenada, por grupos e, semestralmente, na Educação Infantil.

§ 1º. A responsabilidade do preenchimento dos instrumentos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança, são de competência exclusiva do professor.

§ 2º Cabe à equipe pedagógica e diretiva a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Art. 91º O Conselho de Classe poderá reunir-se, extraordinariamente, convocado pela Direção da Instituição de Educação Infantil, por um terço (1/3) dos professores ou dos pais e/ou responsáveis.

Art. 92º As Reuniões do Conselho de Classe deverão ser lavradas em Ata, assinada por todos os presentes e fará parte do arquivo escolar, por tempo indeterminado.

TÍTULO IV MODALIDADES EDUCATIVAS E TRANSIÇÕES

CAPÍTULO I Da Educação Especial

Art. 93º Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 94º A Lei N° 9394/1996 garante às crianças que os sistemas de ensino tenham currículos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades, eliminando as barreiras pedagógicas de acesso ao ensino e à



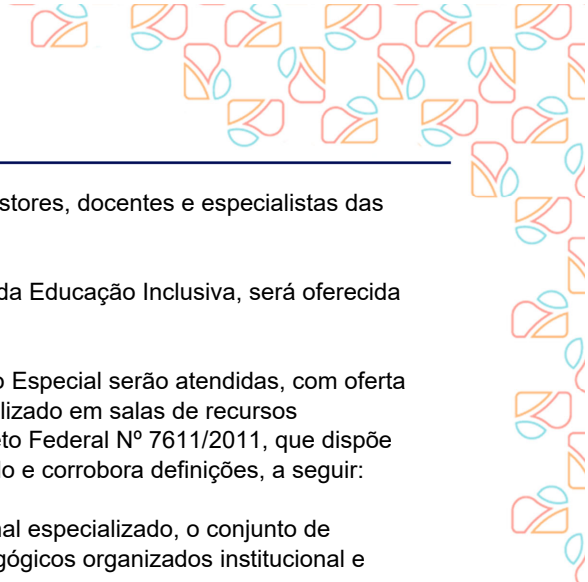
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



aprendizagem – compromisso dos núcleos gestores, docentes e especialistas das Instituições de Educação Infantil.

Art. 95º A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, será oferecida para todas as crianças.

Art. 96º As crianças público-alvo da Educação Especial serão atendidas, com oferta imediata de matrícula de atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais, seguindo orientação do Decreto Federal N° 7611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e corrobora definições, a seguir:

§ 1º Será denominado atendimento educacional especializado, o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I. Complementar à formação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência das crianças às salas de recursos multifuncionais; ou
- II. Suplementar à formação das crianças com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da Instituição, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação das crianças, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas municipais e/ou nacionais e estaduais.

§ 3º O atendimento de que trata este artigo é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria Instituição, no turno inverso ao da matrícula.

Art. 97º As Instituições que não tiverem sala de recursos multifuncionais deverão indicar em qual unidade a família poderá fazer a matrícula para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 98º As crianças que já possuem matrícula para Atendimento Educacional Especializado em outra entidade vinculada às políticas de governo Federal, Estadual e Municipal como APAE, AMA, entre outras, não poderão realizar matrícula para o AEE nas unidades escolares.

Parágrafo Único: De acordo com Decreto Federal N° 7611/2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o cômputo da dupla matrícula, fica vedado o direito a três matrículas, cabendo a família ou responsável legal optar pelo local da segunda matrícula.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 99º A Educação Especial, modalidade de Educação para a criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação será oferecida na Educação Infantil.

Art. 100º A Lei Federal Nº 14.254/2021, dispõe sobre o acompanhamento integral para crianças com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e a Lei Federal Nº 12.765, de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista ou outro transtorno de aprendizagem, obedecendo aos seguintes preceitos:

- I. As Instituições de Educação Infantil, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção à criança com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.
- II. Necessidades específicas no desenvolvimento da criança serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

Art. 101º A Educação Especial articula-se com a Educação Infantil no seu objetivo de garantir oportunidades socioeducacionais à criança, promovendo seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando desta forma, suas experiências, conhecimentos e participação social.

Parágrafo Único: A Instituição de Educação Infantil deve promover situações de aprendizagem diárias onde as crianças cultivem o respeito, cidadania, o cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e tantos outros valores necessários à formação de um cidadão justo.

Art. 102º A coordenação da Educação Especial junto a Equipe Multidisciplinar da SEMEC, são responsáveis por analisar e avaliar a necessidade do auxiliar de educação especial, sempre que houver a matrícula de crianças novas ou no início de cada ano letivo, para crianças já matriculadas. A equipe deverá observar a criança no espaço da Instituição, para avaliá-la no próprio contexto e elaborar um parecer.

Parágrafo Único: Compete ao Auxiliar de Educação Especial executar as atividades de apoio pedagógico a criança com necessidades educativas especiais, atendendo-a nas limitações, em parceria com o Professor Regente e/ou Professor de linguagens, contribuindo com a proposição de estratégias diferenciadas para qualificar a prática pedagógica na Educação Inclusiva.

Art. 103º O Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pelo Decreto Nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, sendo que os sistemas de ensino devem matricular as crianças com deficiência, transtornos globais do



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de acordo com a faixa-etária nas turmas regulares e no atendimento educacional especializado (AEE).

Parágrafo Único: O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação da criança por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento da aprendizagem.

Art. 104º A acessibilidade deve ser garantida, com recursos físicos e pedagógicos que proporcionem condições de aprendizagem.

Art. 105º É reconhecida e assegurada a vaga, em caráter compulsório, para criança com deficiência, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/1989.

CAPÍTULO II

Da Educação em Tempo Integral

Art. 106º É considerada Educação em Tempo Integral quando a criança permanece mais de 07 (sete) horas diárias e 35 (trinta e cinco) horas semanais em uma das Instituições de ensino da rede municipal.

Art. 107º A qualidade da permanência em tempo integral da criança nesses espaços implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica no currículo de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados ao longo de toda a jornada.

§ 1º A Instituição de tempo integral, diante da sua responsabilidade educativa, social e legal, assume a aprendizagem compreendendo-a como ação coletiva conectada com a vida, com as necessidades, possibilidades e interesses das crianças, dos jovens e dos adultos.

§ 2º As orientações pedagógico-didáticas e diretrizes político-educativas para a Educação em Tempo Integral, na Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, serão estabelecidas em documentos próprios – Política Municipal de Educação Integral e Proposta Pedagógica dessa modalidade educativa.

CAPÍTULO III

Da Transição na Educação Infantil

Art. 108º Na Educação Infantil a transição requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Art. 109º Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, na busca de garantir um olhar contínuo sobre os processos vivenciados pela criança, devem ser criadas estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição por elas vividos. As Instituições de Educação Infantil devem assim:

- I. Planejar e efetivar o acolhimento das crianças e de suas famílias quando do ingresso na instituição, considerando a necessária adaptação das crianças e seus responsáveis às práticas e relacionamentos que têm lugar naquele espaço, e visar o conhecimento de cada criança e de sua família pela equipe da Instituição;
- II. Priorizar a observação atenta das crianças e mediar as relações que elas estabelecem entre si, entre elas e os adultos, entre elas e as situações e objetos, para orientar as mudanças de grupos pelas crianças e acompanhar seu processo de vivência e desenvolvimento no interior da instituição;
- III. Prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registro – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças – que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que eles se deram, independentemente dessa transição ser feita no interior de uma mesma instituição ou entre instituições, para assegurar às crianças a continuidade dos processos peculiares de desenvolvimento e a concretização do direito à educação.
- IV. **Art. 110º** Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de matrizes curriculares que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

TÍTULO V GESTÃO DA CONVIVÊNCIA

CAPÍTULO I Das Normas De Gestão Da Convivência

Art. 111º As relações profissionais e interpessoais na Secretaria de Educação e nas Instituições de Educação Infantil, fundamentadas na relação dos direitos e dos deveres, pautar-se-ão pelos princípios da responsabilidade, solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia, gestão democrática e participativa.



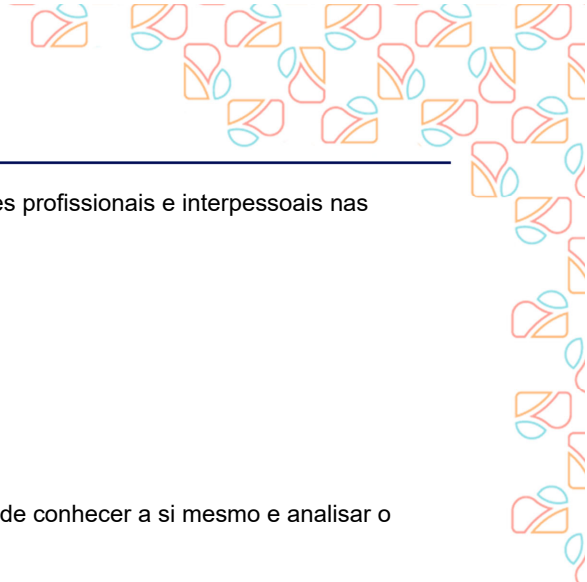
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 112º São princípios que regem as relações profissionais e interpessoais nas instituições de Educação Infantil:

- I. Autoconhecimento;
- II. Empatia/Alteridade;
- III. Comunicação/Assertividade;
- IV. Cordialidade/Trato interpessoal;
- V. Ética;
- VI. Proatividade;
- VII. Afetividade.

§ 1º Autoconhecimento enquanto capacidade de conhecer a si mesmo e analisar o impacto que causa nos outros.

§ 2º Empatia e Alteridade enquanto capacidades de se colocar no lugar do outro; ter consideração pelo outro, por sua opinião, sentimentos e motivações; saber ouvir.

§ 3º Comunicação e Assertividade enquanto capacidades de se comunicar de maneira clara, franca, direta e, acima de tudo, respeitosa;

§ 4º Cordialidade e Trato Interpessoal enquanto capacidades de gerar gentileza, simpatia e solicitude com as pessoas;

§ 5º Ética enquanto capacidade de proceder bem, sem prejudicar os outros, respeitando os combinados e os colegas de trabalho. Ser íntegro e honesto em qualquer situação, com vistas ao bom funcionamento dos processos de trabalho, alcance de metas e objetivos da equipe escolar;

§ 6º Proatividade – Ter a capacidade de resolver problemas de maneira autônoma e antecipada;

§ 7º Afetividade – Acolher as crianças em um ambiente totalmente diferente de sua casa e proporcionar trocas de experiências, estímulos à aprendizagem e promover o despertar para as motivações.

CAPÍTULO II

Do Regime Disciplinar

Art. 113º Aos funcionários quando incorrerem em desrespeito, negligência ou revelem incompetência ou incompatibilidade com a função que exercem, caberão as penas disciplinares previstas na Lei Complementar N° 125/2011.

TÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO



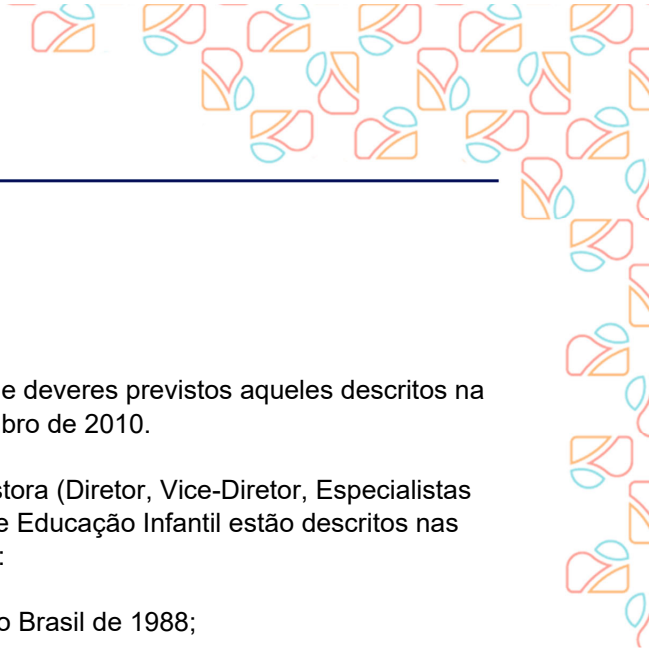
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



CAPÍTULO I

Dos Direitos E Deveres Da Equipe Gestora

Art. 114º Aos funcionários constituem direitos e deveres previstos aqueles descritos na Lei Complementar Nº 96/2010 de 24 de setembro de 2010.

Art. 115º Os direitos e deveres da Equipe Gestora (Diretor, Vice-Diretor, Especialistas em Assuntos Educacionais) das Instituições de Educação Infantil estão descritos nas legislações específicas que tratam do assunto:

- I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394/96);
- III. Lei Complementar nº 96/2010 de 24 de setembro de 2010.

Art. 116º Além das normas descritas nas legislações específicas, também são deveres dos gestores das Instituições:

- I. Estabelecer bons relacionamentos com todos os públicos da Instituição.
- II. Ter conhecimento do público (interno e externo) que é atendido pela Instituição.
- III. Ter conhecimento e aplicar as leis e normas educacionais vigentes: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90, Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Diretrizes Curriculares Municipais, entre outras.
- IV. Acompanhar e orientar os processos pedagógicos que são desenvolvidos na Instituição.
- V. Mobilizar e engajar os pais e/ou responsáveis no acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da criança e na participação no Conselho Escolar.
- VI. Desenvolver o Plano de Gestão Escolar – PAGE, conforme as demandas da gestão democrática estabelecidas na meta 19 do Plano Nacional de Educação e em legislação específica da rede municipal de ensino de Barra Velha, Lei Ordinária Nº 2128/2022.

CAPÍTULO II

Os Direitos E Deveres Dos Professores



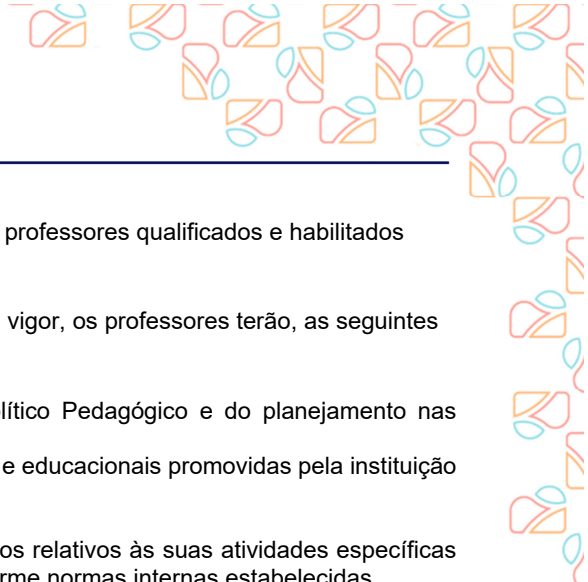
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 117º O corpo docente será constituído de professores qualificados e habilitados de acordo com a legislação vigente.

Art. 118º Além das previstas na legislação em vigor, os professores terão, as seguintes atribuições:

- I. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e do planejamento nas Instituições de Educação Infantil.
- II. Participar de atividades cívicas, culturais e educacionais promovidas pela instituição de Educação Infantil e pela SEMEC.
- III. Executar e manter atualizados os registros relativos às suas atividades específicas e fornecer informações sobre elas, conforme normas internas estabelecidas.
- IV. Participar dos Conselhos de Classe.
- V. Participar de formações, encontros, seminários, proporcionados ou sugeridos pela SEMEC, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional.

Art. 119º Constituem deveres do corpo docente, observado o Art. 13º da LDB, Lei Nº 9.394/96:

- I. Observar e respeitar o disposto neste Regimento.
- II. Zelar pelo bom nome da Instituição dentro e fora dela e ser pontual no cumprimento do horário.
- III. Manter permanente contato com pais e/ou responsáveis pelas crianças juntamente com a direção.
- IV. Participar de atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade.
- V. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Calendário de eventos.
- VI. Elaborar e executar a programação referente à regência e atividades afins.
- VII. Participar das reuniões pedagógicas.
- VIII. Conhecer e respeitar as leis constitucionais e as normas que regem a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
- IX. Manter em dia a escrituração escolar nos diários de classe, retratando fielmente as ocorrências e/ou informações prestadas aos pais ou responsáveis, à Coordenação e à Direção.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- X. Avisar, com antecedência, a Direção da Instituição, quando não puder cumprir seu horário de trabalho.
- XI. Evitar atrasos – caso isso aconteça por mais de quinze (15) minutos, o professor sofrerá o desconto da respectiva hora-aula e não deverá entrar em sala naquele horário.
- XII. Apresentar-se de forma condizente com o ambiente educativo, não sendo permitido o uso de roupas curtas, colantes, decotadas ou outra que possa provocar situações embaraçosas.
- XIII. Levar o material pedagógico necessário ao dirigir-se para os ambientes de aprendizagem, evitando abandonar o grupo ou mandar a criança buscar material na sala dos professores.
- XIV. Apropriar-se das competências e habilidades que ensina buscando aperfeiçoamento de modo a inteirar-se dos avanços mais recentes na sua área de atuação.
- XV. Estar sempre atualizado com relação às questões pedagógicas referentes aos processos de ensino e de aprendizagem.
- XVI. Desenvolver estratégias que estimulem o interesse das crianças.
- XVII. Participar de grupos de estudos em que serão aperfeiçoados e ampliados os conhecimentos, o que contribuirá significativamente para o crescimento como pessoa e como profissional.
- XVIII. Participar e colaborar na criação de eventos especiais, curriculares ou não.
- XIX. Preocupar-se, fundamentalmente, com a formação integral da criança.
- XX. Não utilizar, no planejamento e desenvolvimento das experiências de aprendizagem e desenvolvimento pelas crianças, materiais e/ou recursos didáticos considerados inadequados pela Rede Municipal de Educação.

Art. 120º Será vedado ao Professor:

- I. Reter em seu poder, além dos prazos previstos, documentação ou registros sob sua responsabilidade.
- II. Fazer qualquer tipo de campanha com a finalidade de arrecadar donativos ou contribuições sem a prévia autorização da Direção.
- III. Atender, durante as experiências educativas e/ou de aprendizagem, pessoas estranhas, bem como a telefonemas, a não ser em casos de extrema excepcionalidade.

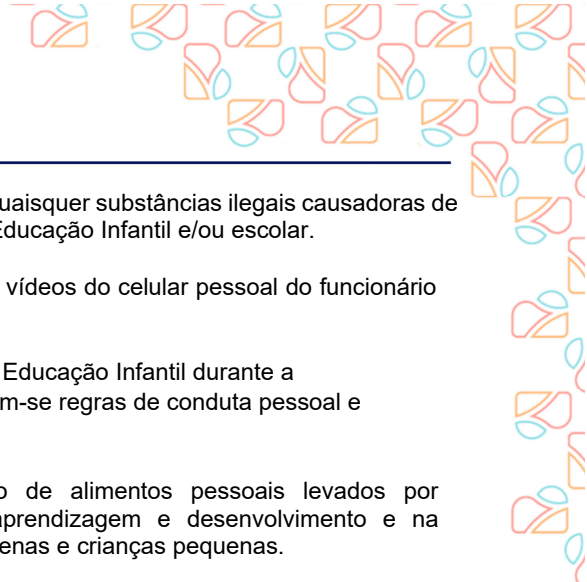


(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



IV. Fumar, consumir bebidas alcoólicas ou quaisquer substâncias ilegais causadoras de dependência no recinto institucional de Educação Infantil e/ou escolar.

V. É expressamente proibido enviar fotos e vídeos do celular pessoal do funcionário para as famílias da Instituição.

Art. 121º Aos funcionários das Instituições de Educação Infantil durante a permanência no horário de expediente, seguem-se regras de conduta pessoal e profissional:

- I. É expressamente proibida a ingestão de alimentos pessoais levados por professoras (es) nos ambientes de aprendizagem e desenvolvimento e na presença dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.
- II. É expressamente proibida a condução de conversas paralelas em ambientes de aprendizagem durante o período de regência, uma vez que o horário deve ser utilizado exclusivamente para a realização de projetos e vivências desenvolvidas a partir dos parâmetros pedagógicos.
- III. É expressamente proibida a permanência em ambientes de aprendizagem, entre eles, as salas, fora do horário de prática pedagógica sem o intuito de apoio pedagógico.
- IV. É responsabilidade fundamental do profissional que conduz a proposta pedagógica garantir afeto, atenção plena coletiva e cuidado individualizado com cada um dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas sob sua responsabilidade.
- V. Promover uma educação de qualidade para todas as crianças sem discriminação de situação familiar, idade, gênero, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência ou outra condição de diferenciação.
- VI. O fator social e humano deve pautar as práticas de convivência em todos os momentos de permanência na Instituição.
- VII. Fica expressamente proibido expor situações das crianças e das famílias que sejam sigilosas ou que venham colocá-los em evidência. Em qualquer situação, o professor deve comunicar apenas para a direção da Instituição.

Art. 122º Para os Professores que incorrerem em transgressões ao disposto no presente Regimento, serão tomadas medidas cabíveis, pelos gestores:

- I. Orientação verbal.
- II. Notificação escrita.
- III. Relatório encaminhado à Secretaria de Educação

Art. 123º A todos será assegurado amplo direito de defesa.



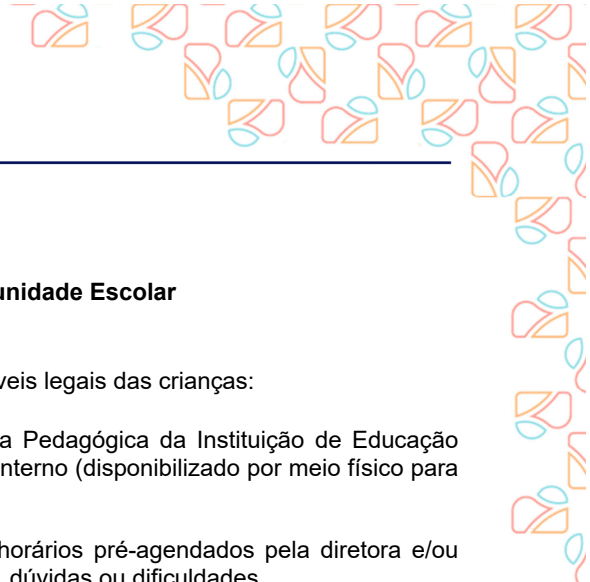
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



CAPÍTULO III

Da Responsabilidade da Família e da Comunidade Escolar

Art. 124º São direitos dos pais e/ou responsáveis legais das crianças:

- I. Receber comunicado sobre a Proposta Pedagógica da Instituição de Educação Infantil, seus projetos e do Regimento Interno (disponibilizado por meio físico para leitura na secretaria).
- II. Ser atendidos pelos professores, em horários pré-agendados pela diretora e/ou Especialistas, para expor suas queixas, dúvidas ou dificuldades.
- III. Visitar a Instituição de Educação Infantil para apresentar reclamações ou sugestões.
- IV. Participar de palestras que colaborem para sua formação como pais e/ou responsáveis.
- V. Receber informações sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança através dos instrumentos de acompanhamento pedagógico.
- VI. Receber informações sobre a infrequência da criança, fato que poderá incorrer em perda da vaga no Centro de Educação Infantil.
- VII. Receber informações sobre a infrequência da criança na Pré-Escola, fato que poderá gerar APOIA.
- VIII. Receber, com antecedência, comunicados escritos de reuniões e comemorações.
- IX. Agendar horário de acordo com hora/atividade do professor, para estabelecer diálogos, retirar e esclarecer dúvidas, entre outros.

Art. 125º São deveres dos pais e/ou responsáveis legais das crianças:

- I. Conhecer e respeitar o Regimento Institucional.
- II. Respeitar todos os professores e profissionais que atuam na instituição, respeitando o Código Penal Decreto Lei Nº 2848/1940, no Art. 331.
- III. Acompanhar toda a vida de desenvolvimento e aprendizagem da criança, em particular sua frequência.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- IV. Atender prontamente a equipe gestora, quando for chamado na Instituição de Educação Infantil.
- V. Comunicar à Instituição de Educação Infantil a ocorrência, em família, de moléstia contagiosa que possa colocar em risco a saúde e o bem-estar dos professores, profissionais que atuam na instituição, os pais e/ou responsáveis e as próprias crianças matriculadas.
- VI. Evitar que os bebês frequentem a instituição com objetos que possam gerar riscos como roupas com pedrinhas, adereços e laços que possam se soltar, tornando-se ameaça para a integridade física dos bebês. É de responsabilidade dos pais e/ou família qualquer situação de risco que venha ocorrer com os bebês.
- VII. Comunicar à equipe gestora sobre a necessidade de falta da criança.
- VIII. Comunicar no ato da matrícula à equipe gestora sobre a(s) pessoa(s) responsável(is) em retirar a criança da Instituição de Educação Infantil.
- IX. Estar sempre atentos aos comunicados da Instituição de Educação Infantil, devolvendo-os datados e assinados.
- X. Manter sempre atualizados os meios de comunicação (e-mail, telefones e endereço) entre a Instituição de Educação Infantil e a família, visando uma rápida comunicação.
- XI. Comparecer às reuniões e assembleias convocadas pela Instituição de Educação Infantil, para que sejam informados e esclarecidos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.
- XII. Comunicar à Instituição de Educação Infantil, no ato da matrícula, sobre possíveis transtornos, déficits de atenção e outras comorbidades que demandem atendimento especializado.
- XIII. Respeitar o espaço físico, zelando pelos bens materiais da Instituição de Educação Infantil colocados à sua disposição.
- XIV. Participar das Associações de Pais e Professores e Conselhos Escolares.
- XV. Participar do processo de avaliação institucional.
- XVI. É de suma responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, manter lenços umedecidos, fraldas e roupas apropriadas na mochila.
- XVII. O vestuário e outros pertences de uso individual da criança deverão conter identificação e em condição de higiene.
- XVIII. Comprometer-se com o processo de desfralde da criança, seguindo orientações:



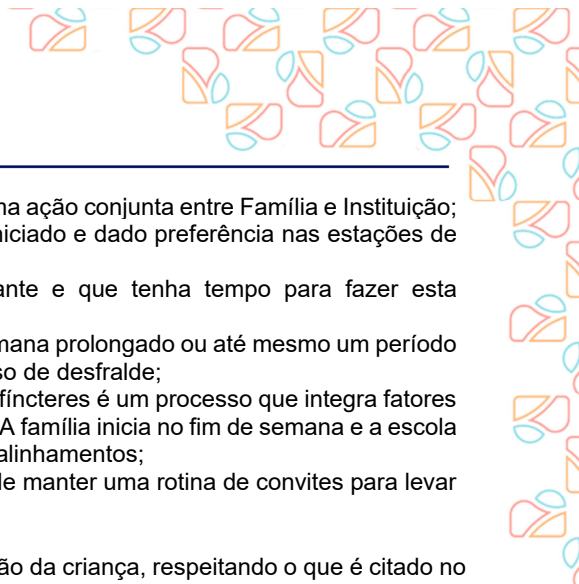
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- a) O processo de desfralde deve ser uma ação conjunta entre Família e Instituição;
 - b) O processo de desfralde deve ser iniciado e dado preferência nas estações de temperatura mais quente;
 - c) Ser paciente, compreensivo, tolerante e que tenha tempo para fazer esta transição;
 - d) Aproveitar um feriado, um fim de semana prolongado ou até mesmo um período de férias para se dedicar ao processo de desfralde;
 - e) O controle das necessidades dos esfíncteres é um processo que integra fatores biológicos, emocionais e cognitivos. A família inicia no fim de semana e a escola dá continuidade, sempre buscando alinhamentos;
 - f) Durante todo o processo do desfralde manter uma rotina de convites para levar a criança ao banheiro.
- XIX. Manter atualizada a carteira de vacinação da criança, respeitando o que é citado no artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que determina, em seu 1º parágrafo a obrigatoriedade da vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- XX. Responsabilizar-se por levar a criança ao atendimento educacional especializado conforme encaminhamento dos especialistas.
- XXI. Comprometer-se em acompanhar a criança nos atendimentos clínicos encaminhados pelos profissionais da Equipe Multidisciplinar.

Art. 126º A Instituição de Educação Infantil não se responsabiliza pelos danos ou extravios de brinquedos pessoais e/ou objetos que a criança possa levar para a instituição.

Art. 127º Os pais e/ou responsáveis deverão efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, estabelecida na Lei Nº 12.796, de 2013 para o ingresso na Pré-escola.

Art. 128º O descumprimento do dever constitucional da obrigatoriedade escolar, na Pré-escola, sujeita os pais e/ou responsáveis às penalidades previstas na Lei.

CAPÍTULO IV

Do Estágio na Educação Infantil

Art. 129º A Rede Municipal de Ensino autorizará os estudantes de cursos de Educação Superior (licenciaturas) para a realização de estágio profissional, a partir da Lei Federal Nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta a realização de processos de estágios.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 130º O estágio profissional será realizado em ambientes específicos, com profissionais devidamente habilitados, será supervisionado pelo Professor responsável e visa assegurar aos estudantes de cursos superiores de licenciatura as condições necessárias à sua integração no mundo do trabalho.

§ 1º O estágio abrangerá atividades de prática profissional orientada, vivenciadas em situações reais de trabalho, de ensino e de aprendizagem com acompanhamento direto de docentes habilitados.

§ 2º As atividades de prática de ensino abrangem a aprendizagem de conhecimentos teóricos e experiências docentes, por meio da execução dos projetos de estágio das Universidades.

Art. 131º As atividades de prática profissional e de estágio supervisionado visam o desenvolvimento das experiências teórico-práticas programadas para a formação profissional pretendida.

Art. 132º A carga horária, sistemática, formas de execução e procedimentos avaliativos da prática profissional e do estágio supervisionado serão definidas pelas Universidades.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

Do início, da vigência e da abrangência do Regimento Interno

Art.133º Os Centros de Educação Infantil, Complexo Pré-Escolar e Pré-Escolas em Instituições de Educação Básica manterão para leitura e consulta, à disposição dos pais, cópia do Regimento Interno devidamente homologado.

- I. O coordenador pedagógico fornecerá informações sobre o Projeto Educativo das unidades citadas no Art. 2º deste regimento, referente às questões do calendário, currículo e desenvolvimento das habilidades e metodologia de aprendizagem utilizadas sempre que for solicitado.
- II. Os direitos e deveres do corpo docente e dos funcionários estão em conformidade com a legislação vigente e este Regimento comum das Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Barra Velha - SC.

Art.134º Esse regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação, tendo como tempo de vigência quatro anos, ou desde que se constate necessidade de revisão. As alterações devem ser propostas mediante apresentação de texto integral, e encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 135° As situações não previstas neste Regimento serão apreciadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 136° O presente Regimento entra em vigor na data da publicação.

Barra Velha, 29 de novembro de 2023



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000

DECRETO Nº 1977 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411148

**DECRETO Nº 1977 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023**

HOMOLOGA a RESOLUÇÃO COMED/BARRA VELHA/SC nº 08 de 29 de novembro de 2023 que Dispõe sobre o Regimento Escolar do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC e dá outras providências.

O **PREFEITO DE BARRA VELHA**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Resolução n. 007, de 29 de novembro de 2023;

DECRETA:

Art.1.º Fica homologada a Resolução nº 08/COMED/BARRA VELHA- SC /2023 de 29 de novembro de 2023, do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha/SC, aprovada por seus membros em 29 de novembro de 2023 e passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art.2.º Revoga-se o Regimento do Ensino Fundamental anterior a esta Resolução.

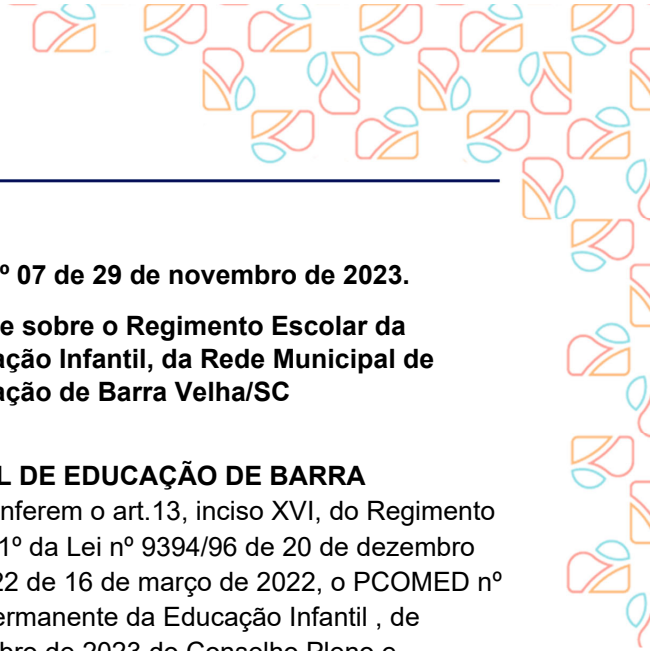
Art.3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de dezembro de 2023.

Douglas Elias da Costa



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



RESOLUÇÃO COMED/BARRA VELHA/SC nº 07 de 29 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o Regimento Escolar da Educação Infantil, da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA VELHA/SC, no uso das atribuições que lhe conferem o art.13, inciso XVI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art.88 § 1º da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, o art.13, inciso III da LC nº 2049/2022 de 16 de março de 2022, o PCOMED nº 03 de 18 de outubro de 2023, da Comissão Permanente da Educação Infantil, de acordo com Parecer nº 07/2023 de 29 de outubro de 2023 do Conselho Pleno e conforme deliberado na Sessão Plenária de 29 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Regimento Escolar da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC.

Art.2º A Unidade Escolar e a respectiva comunidade, devem se adequar as exigências deste Regimento com vigência do ano letivo seguinte a promulgação desta Resolução.

Art.3º Os casos omissos e excepcionais, singulares e/ou diversos da ocorrência comum merecerão análise e providências específicas do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha

Art.4º Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser anexado ao Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares que atendem esta modalidade de Ensino.

Art. 5º Revoga-se a Resolução nº 16/COMED/Barra Velha/SC de 22 de abril de 2021.

Barra Velha, 29 de novembro de 2023

Ruth Neusa Bernardes
Presidente do COMED/Barra Velha/SC



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



ANEXO I

REDE MUNICIPAL DE ENSINO BARRA VELHA/SC

REGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2023



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



REDE MUNICIPAL DE ENSINO
EDUCAÇÃO INFANTIL
REGIMENTO INTERNO
SEMEC - 2023



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000

**Prefeito Municipal**

Douglas Elias da Costa

Secretária Municipal de Educação

Nilcéia Tomaz

Secretária Adjunta

Marta Francez Vieira

Diretora de Ensino

Roseni dos Santos

Coordenadora da Educação Infantil

Ana Paula dos Santos Muller

Coordenadora da Educação Especial

Katia Maria Alves

Comissão Responsável

Ana Carolina de Oliveira

Beatris Maros dos Santos

Cristiane Arbigaus Reinert

Juliana Ramos

Katian da Costa

Luciane Maciel

Sandra Regina Sirena

Úrsula Fagundes Rolin

Vanessa Guilz Marconsini

Assessoria e Consultoria

Ph.D. Valdir Nogueira

INOVERSASUL/UNISUL



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000

SUMÁRIO

TÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	07
CAPÍTULO I	Da caracterização	07
CAPÍTULO II	Dos Objetivos	09
CAPÍTULO III	Do Calendário	09
CAPÍTULO IV	Da Organização e do Funcionamento	11
CAPÍTULO V	Do Recreio Monitorado	13
TÍTULO II	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	13
CAPÍTULO I	Da Matrícula – 0 a 3 anos	13
CAPÍTULO II	Da Matrícula da Criança de 4 a 5 anos	15
CAPÍTULO III	Da cessação do Direito de Vaga	16
CAPÍTULO IV	Da entrada e saída das crianças	16
CAPÍTULO V	Do uso de dados e direito de uso imagem	18
CAPÍTULO VI	Do Estudo de Campo e Saídas	19
CAPÍTULO VII	Da alimentação	19
CAPÍTULO VIII	Da Saúde	21
CAPÍTULO IX	Da Segurança	23
TÍTULO III	FORMAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	24
CAPÍTULO I	Da Gestão Democrática e Participativa	24
CAPÍTULO II	Da Associação De Pais e Professores	26
CAPÍTULO III	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	27
CAPÍTULO IV	Da Contribuição Espontânea	27
CAPÍTULO V	Dos Colegiados	28
CAPÍTULO VI	Dos Currículos	29
CAPÍTULO VII	Da Proposta Pedagógica	32
CAPÍTULO VIII	Da Vivência Pedagógica	33
CAPÍTULO IX	Dos Projetos Educativos	34
CAPÍTULO X	Da Avaliação	35
CAPÍTULO XI	Do Pré-conselho e Conselho De Classe	36
TÍTULO IV	MODALIDADES EDUCATIVAS E TRANSIÇÕES	38
CAPÍTULO I	Da Educação Especial	38
CAPÍTULO II	Da Educação em Tempo Integral	41
CAPÍTULO III	Da Transição na Educação Infantil	42
TÍTULO V	GESTÃO DA CONVIVÊNCIA	43



CAPÍTULO I	Das Normas De Gestão Da Convivência	43
CAPÍTULO II	Do Regime Disciplinar	44
TÍTULO VI	DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO	44
CAPÍTULO I	Dos Direitos E Deveres Da Equipe Gestora	44
CAPÍTULO II	Os Direitos E Deveres Dos Professores	45
CAPÍTULO III	Da Responsabilidade da Família e da Comunidade Escolar	49
CAPÍTULO IV	Do Estágio na Educação Infantil	52
TÍTULO VII	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	53
CAPÍTULO I	Do início, da vigência e da abrangência do Regimento Interno	53



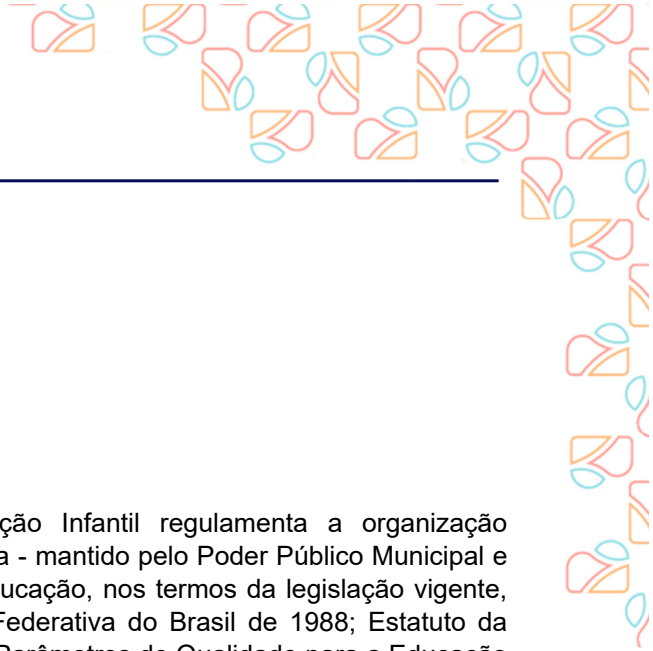
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

Da caracterização

Art. 1º O presente Regimento da Educação Infantil regulamenta a organização pedagógico-administrativa da Primeira Infância - mantido pelo Poder Público Municipal e administrado pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente, em especial, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente Lei N° 8.069/1990; Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/1996; Marco Legal para a Primeira Infância - Lei N° 13.257/2016; Base Nacional Comum Curricular de 20 de dezembro de 2017; Currículo Base do Território Catarinense; Política Nacional de Educação Especial; Lei Brasileira de Inclusão; Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Lei do Sistema Municipal de Ensino N° 096/2010; Lei Complementar Municipal N° 125/2011; Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC-2020, além dos atos normativos dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação.

§ 1º Destarte, os Centros de Educação Infantil, são destinados a oferecer a Educação Infantil em período integral ou parcial para crianças a partir de quatro meses até os três anos e onze meses.

§ 2º A Pré-escola, na Instituição de Educação Infantil, deverá ser ofertada em período parcial para crianças de quatro anos completos ou a completar até 31 de março do ano vigente.

§ 3º Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art. 2º- A organização da Educação Infantil que integra a Rede Municipal de Ensino de Barra Velha está subordinada à Secretaria Municipal da Educação, localizada na Rua Governador Celso Ramos, 198 – Barra Velha/SC, CEP 88390000, fone (47) 34467734. Possui 08 Centros de Educação Infantil (CEI), 01 Complexo Pré-Escolar e 09 Unidades Escolares que atendem Pré-Escola:

- 1. Escola Básica Municipal Manoel Antônio de Freitas** - Rua: Rita de Cássia Coelho Ramos, nº 150 - Bairro Itajuba.



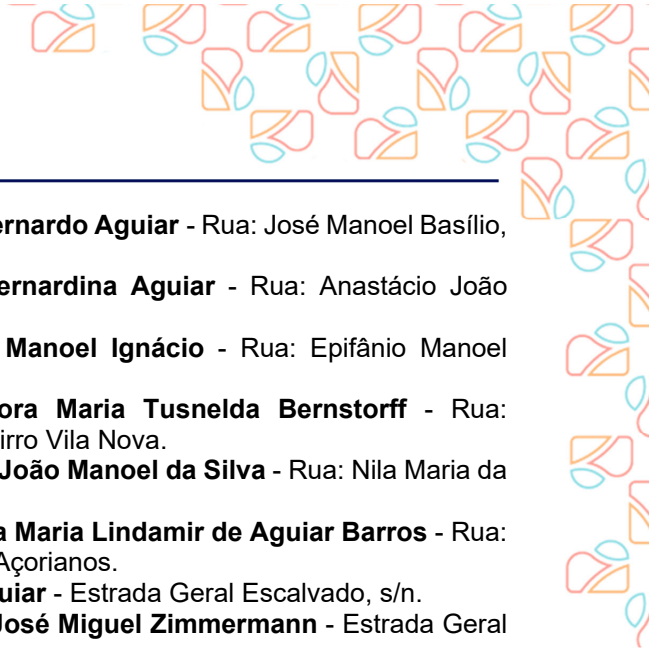
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



2. **Escola Reunida Municipal Prefeito Bernardo Aguiar** - Rua: José Manoel Basílio, nº 83 – Bairro Itajuba.
3. **Escola Reunida Municipal Judite Bernardina Aguiar** - Rua: Anastácio João Pereira, nº 90 – Bairro Medeiros.
4. **Escola Reunida Municipal Epifânio Manoel Ignácio** - Rua: Epifânio Manoel Ignácio, nº 90 – Bairro Sertãozinho.
5. **Escola Reunida Municipal Professora Maria Tusnelda Bernstorff** - Rua: Guarino de Oliveira Franco, nº 450 - Bairro Vila Nova.
6. **Escola Reunida Municipal Professor João Manoel da Silva** - Rua: Nila Maria da Silva, nº 219 – Bairro Nova Esperança.
7. **Escola Reunida Municipal Professora Maria Lindamir de Aguiar Barros** - Rua: dos Fados, nº 403 – Bairro Quinta dos Açorianos.
8. **Escola Isolada Municipal Perfeito Aguiar** - Estrada Geral Escalvado, s/n.
9. **Escola Isolada Municipal Professor José Miguel Zimmermann** - Estrada Geral Rio Novo, s/n.
10. **Centro de Educação Infantil Madre Paulina** - Rua: Afonso Radun, nº 414, Bairro Centro.
11. **Centro de Educação Infantil Frei Libório Schmitt** - Rua: Zózimo Bittencourt, nº 113, Bairro São Cristóvão.
12. **Centro de Educação Infantil Professora Hilda Batista da Silva** - Rua: Rita de Cássia Coelho Ramos, nº 160, Bairro Itajuba.
13. **Centro de Educação Infantil Professora Marli Hess de Faria** - Rua: José Manoel Basílio, nº 105, Bairro Itajuba.
14. **Centro de Educação Infantil Professora Célia Muller Cubas** - Rua: Nair Borba Maia, nº 366, Bairro Vila Nova.
15. **Centro de Educação Infantil Professora Nadida Michereff** - Rua: Higino Aguiar, s/n – Bairro São Cristóvão.
16. **Centro de Educação Infantil Professora Daniele Ramon Eschholz Schuch** - Rua: 1004, nº 385 – Bairro Itajuba.
17. **Centro de Educação Infantil Professora Porfíria Coelho da Silva** - Rua: Dona Carlota nº 390 – Bairro Quinta dos Açorianos.
18. **Complexo Pré Escolar Franciele e Richelle Torquato Ferreira** - Rua: João Pedro de Oliveira, nº 550 – Bairro São Cristóvão.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 3º São Objetivos da Educação Infantil:

- I. Garantir os direitos fundamentais das crianças (direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças);
- II. Assegurar as necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem da criança, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e contrário a qualquer forma de preconceito ou discriminação;



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000

- III. Promover o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade;
- IV. Promover o desenvolvimento integral da criança, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, social, cultural e ambiental;
- V. Garantir os direitos de aprendizagem previstos pela BNCC (Conviver – Brincar – Participar – Explorar – Expressar – Conhecer-se);
- VI. Proporcionar à criança o desenvolvimento de sua autoimagem e o convívio no processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais;
- VII. Promover processos de ensino e de aprendizagem sistematizados por campos de experiências a fim de garantir o desenvolvimento das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Municipais e os direitos de aprendizagem descritos na BNCC.

CAPÍTULO III

Do Calendário

Art. 4º Deverão ser obedecidas as seguintes orientações:

- I. Ano Letivo - entende-se os dias de funcionamento da Instituição de Educação Infantil;
- II. Dia de efetivo trabalho político-pedagógico é aquele de atividades pedagógicas, isto é, de trabalho efetivo em espaços ou ambientes de aprendizagem e que envolva a participação das crianças e professores com planejamento formalmente estabelecido pela Instituição de Educação Infantil e no Plano Anual de Aprendizagem e Desenvolvimento do Professor;
- III. Recesso Escolar é o período em que o Corpo Técnico, Pedagógico e Administrativo participa de atividades relacionadas com as suas funções, embora sem a presença obrigatória das crianças, na Instituição de Educação Infantil.

Parágrafo Único: Para o Centro de Educação Infantil, admitir-se-á um turno diurno integral, com cinquenta e cinco (55) horas semanais e carga horária anual de duzentos (200) dias de efetivo trabalho educacional.

Art. 5º As Instituição de Educação Infantil, independentemente do ambiente de aprendizagem ou da modalidade e forma adotados, para encerrar o ano letivo e todas as atividades didáticas e pedagógicas, deverá comprovar como efeito de regra comum:

§ 1º O cumprimento dos 200 dias de efetivo trabalho em ambientes de aprendizagem e correspondentes oitocentas (800) horas de aula, efetivamente ministradas, obrigatoriamente para a Pré-escola.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



§ 2º O calendário escolar determinado pela Secretaria Municipal de Educação garantirá a adequação às peculiaridades do município, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho político-pedagógico, previstos neste regimento.

§ 3º Nos afastamentos legais do Profissional do Magistério, em exercício na Instituição de Educação Infantil, o cumprimento dos dias de efetivo trabalho político-pedagógico estabelecido é de responsabilidade da respectiva Instituição.

§ 4º O não cumprimento do disposto neste artigo submete a Direção da Instituição de Educação Infantil, com os Profissionais, às atividades complementares para o cumprimento pleno do presente Artigo.

Art. 6º Os períodos de férias de todos os profissionais integrantes da Educação Infantil, ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação e estarão em consonância com a legislação.

Parágrafo único: O período de Recesso Escolar, no mês de julho, deverá ser discutido em Assembleia com os pais e/ou responsáveis, logo no início do ano letivo e, para efeito, deverá ser aprovado pela Assembleia, lavrado em Ata, assinada por todos os presentes.

CAPÍTULO IV **Da Organização e do Funcionamento**

Art. 7º A Educação Infantil é oferecida em tempo integral e parcial exclusivos para Centros de Educação Infantil e parcial na Pré-escola.

Art. 8º Fica entendido que o período integral é ofertado das 7h às 18h e parcial, no período matutino, das 7h às 12h e no período vespertino, das 13h às 18h.

- I. Período matutino: entrada das 7h às 8h e saída até às 12h;
- II. Período vespertino: entradas das 13h às 13h30min e saída até às 18h;
- III. Período integral: das 7h às 8h e saída até às 18h.

Parágrafo único: Os horários de entrada e saída das crianças dos Centros de Educação Infantil devem ser rigorosamente seguidos pelos pais e/ou responsáveis legais.

Art. 9º A Pré-escola será oferecida, obrigatoriamente, em período parcial das 7h30min às 11h30min e no período vespertino das 13h15min às 17h15min ou conforme organização da Instituição de Educação Infantil.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Parágrafo único: Os horários de entrada e saída das crianças da Pré-Escola devem ser rigorosamente seguidos pelos pais e/ou responsáveis legais:

- a) Matutino: 07h30min às 11h30min.
- b) Vespertino: 13h15min às 17h15min ou 13h30min às 17h30min.

Art. 10º O atendimento na Educação Infantil, será organizado por grupos que deverá atender aos seguintes critérios de faixa-etária:

- a) Berçário I: de 4 meses até os 11 meses;
- b) Berçário II: de 1 ano a 1 ano e 11 meses;
- c) Maternal I: de 2 anos a 2 anos e 11 meses;
- d) Maternal II: de 3 anos a 3 anos e 11 meses;
- e) Pré-Escola I: de 4 anos a 4 anos e 11 meses;
- f) Pré-Escola II: de 5 anos a 5 anos e 11 meses.

Art. 11º A rotina alimentar nos Centros de Educação Infantil deverá cumprir a oferta de todas as refeições, de acordo com as orientações do Setor de Nutrição e com a fiscalização do CAE – Conselho da Alimentação Escolar conforme previsto na Lei nº 11947/2009, definidas a seguir:

I. Berçários I e II:

- a) Café da manhã: 8h;
- b) Almoço: a partir das 10h;
- c) Lanche 1: a partir das 13h.;
- d) Jantar: a partir das 15h;
- e) Lanche 2: a partir das 17h.

II. Maternais I e II:

- a) Café da manhã: 8h15min;
- b) Hora da fruta 1: 9h30min;
- c) Almoço: a partir das 11h;
- d) Hora da fruta 2: a partir das 13h30min;
- e) Jantar: a partir das 15h;
- f) Hora da fruta 3: a partir das 17h.

§ 1º Os horários das refeições poderão sofrer alterações, conforme a necessidade de cada Centro de Educação Infantil, tendo a análise e a aprovação do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Na fase Pré-escolar, a refeição ocorre em horário estabelecido conforme definido pelo Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação. As crianças da Pré-Escola, deverão receber uma refeição logo no início da manhã e da tarde, antes do horário do recreio.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



§ 3º É de responsabilidade de cada Centro de Educação Infantil, comunicar aos pais e responsáveis acerca dos horários estabelecidos e quaisquer alterações na programação.

CAPÍTULO V

Do Recreio Monitorado

Art. 12º Na Pré-escola serão considerados 15 (quinze) minutos de recreio, nas 04 (quatro) horas de trabalho político-pedagógico efetivo, devidamente monitorado com a participação do Corpo Docente e Especialistas, desde que execute o Projeto de Recreio Monitorado conforme preconiza a Portaria N° 791 de 29 de março de 2019, do Conselho Municipal de Educação e outras legislações.

§ 1º Os professores e equipe diretiva, obrigatoriamente, deverão monitorar as crianças com atividades recreativas durante o recreio.

§ 2º Cada instituição, obrigatoriamente, no projeto do recreio monitorado, deverá constar o horário de cada professor que estiver envolvido nesse ato de monitoramento.

§ 3º Cada instituição deverá ter uma planilha mensal com os dias e os horários determinados de cada professor.

TÍTULO II

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I

Da Matrícula- 0 a 3 anos

Art. 13º A matrícula é o ato formal que vincula a criança à Instituição de Educação Infantil, conferindo-lhe a condição de participante do corpo discente.

Art. 14º É de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis no ato da matrícula, autorizar ou não o uso de imagens nas redes sociais, bem como a autorização de pesquisas ou aula de campo, pela proximidade da Instituição de Educação Infantil.

Art. 15º A matrícula será realizada pelo responsável legal, mediante a ficha de matrícula, e implica na aceitação expressa deste Regimento.

Art. 16º Quando a matrícula é realizada por terceiros, é necessário apresentar documento do Conselho Tutelar informando que essa pessoa possui a guarda da criança.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 17º Conforme o Decreto Municipal nº 1159/2017 que dispõe sobre o “Programa Fila Única”, a matrícula da criança de 4 meses a 3 anos e 11 meses nos Centros de Educação Infantil será realizada mediante classificação de inscrição e abertura de vagas, que ocorre entre os meses de fevereiro e novembro.

Parágrafo Único: As crianças com deficiência devidamente comprovada através de Laudo Médico junto a Secretaria Municipal de Educação, têm preferência sobre as demais na ordem de inscrição no “Programa Fila Única”.

§ 1º No mês de dezembro, a Secretaria de Educação ofertará as vagas para matrícula no ano seguinte, também seguindo os critérios no “Programa Fila Única”.

Art. 18º A criança que for matriculada no Centro de Educação Infantil passará por um período de adaptação referente às suas necessidades.

§ 1º Durante o período de adaptação, o tempo de permanência da criança no estabelecimento poderá ser reduzido, mediante avaliação e critérios estabelecidos pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Diretor, Orientador Educacional e Professores da Educação Infantil.

Art. 19º Para as crianças de 0 a 3 anos, não se segue data corte nos Centros de Educação Infantil, devido a transição entre os grupos ocorrer mediante abertura de vagas no decorrer do ano letivo.

Art. 20º A Matrícula compreende:

- I. Rematrícula das crianças já pertencentes na Instituição de Educação Infantil;
- II. Admissão de crianças novas;
- III. Admissão de crianças por transferência.

Art. 21º Para a efetivação da matrícula faz-se necessário apresentação dos seguintes documentos:

- I. Apresentação da certidão de nascimento (fotocópia) da criança a ser matriculada;
- II. Apresentação do comprovante de residência dos pais e/ou responsáveis legais residentes em Barra Velha;
- III. Apresentação do cartão do SUS;
- IV. Apresentação do Cartão Auxílio Brasil, quando houver;
- V. Declaração atualizada de vacinação pela Unidade de Saúde;



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- VI. Declaração expressa dos pais e/ou responsáveis de ter ciência e estar de acordo com as normas previstas neste Regimento;
- VII. Declaração de Trabalho do Responsável Legal.

CAPÍTULO II

Da Matrícula da Criança de 4 a 5 anos

Art. 22º Compete à Instituição de Educação Infantil divulgar, amplamente, o horário de atendimento à Matrícula e Rematrícula, no caso de crianças da Pré-escola.

Parágrafo Único: Os pais e/ou responsáveis deverão apresentar documentos atualizados e comprobatórios, que foram apresentados na matrícula inicial, ainda acrescidos de demais documentações que se façam necessárias.

Art. 23º Matrícula nova e rematrícula da criança de 4 anos a 5 anos e 11 meses será realizada no período determinado no Edital de Matrícula expedido pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Legislação Vigente de acordo com o Zoneamento Escolar e com a Lei do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 24º Será exigida, a partir da obrigatoriedade, a frequência mínima de sessenta por cento (60%) do total de horas letivas, conforme Lei Federal N° 12.796/2013, que altera a LDB no artigo 31, para o Pré-Escolar.

Art. 25º De acordo com a Resolução N° 2, de 9 de outubro de 2018, para as crianças da Pré-Escola, quatro (4) e cinco (5) anos, segue-se a data corte de quatro (4) anos completos ou a completar até 31 de março do ano vigente.

Art. 26º Para a efetivação da matrícula faz-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Apresentação da certidão de nascimento (fotocópia) da criança a ser matriculada;
- II. Apresentação do comprovante de residência dos pais ou responsáveis legais em Barra Velha;
- III. Apresentação do cartão do SUS;
- IV. Apresentação do Cartão Auxílio Brasil, quando houver;
- V. Declaração atualizada de vacinação pela Unidade de Saúde;
- VI. Declaração expressa dos pais e/ou responsáveis de ter ciência e estar de acordo com as normas previstas neste Regimento.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



CAPÍTULO III

Da cessação do Direito de Vaga

Art. 27º Será cessado o direito de vaga da criança regularmente matriculada no Centro de Educação Infantil, mediante:

- I. Solicitação dos pais registrada e assinada no Livro de Ocorrências;
- II. Após a realização de Busca Ativa, a vaga da criança poderá ser cessada devido à ausência sem justificativa da criança no CEI, durante sete (7) dias consecutivos;
- III. As crianças de Maternal II, entre a idade de corte, terão a matrícula cessada ao final do ano letivo.

CAPÍTULO IV

Da entrada e saída das crianças

Art. 28º Na hipótese dos pais e/ou responsáveis ficarem impossibilitados de retirar o filho (a) do Centro de Educação Infantil, em qualquer situação, a criança somente será entregue à pessoa autorizada, cujo nome conste na ficha de matrícula. A pessoa terá que se identificar com o documento de identidade na secretaria da Instituição de Educação Infantil, sendo tal fato registrado no Livro de Ocorrências.

- I. Haverá tolerância somente de quinze minutos de atraso para a entrada e saída. Inexiste possibilidade de recorrência de atrasos para a mesma criança, competindo ao professor permitir a entrada da criança mediante entrega de ficha de autorização expedida pela secretaria da Instituição de Educação Infantil, devendo o mesmo procedimento ser adotado em casos em que ocorra necessidade de busca da criança antes do horário.
- II. Havendo intercorrências que impossibilitem os pais e/ou responsáveis da retirada da criança nos horários previamente estabelecidos, a secretaria da instituição de Educação Infantil deverá ser formalmente comunicada.
- III. Saídas antecipadas, só serão permitidas mediante a entrega de ficha de autorização expedida pela secretaria da Instituição de Educação Infantil, desde que constem na ficha de matrícula as pessoas autorizadas pelos responsáveis.
- IV. A criança não poderá ser visitada durante o período em que estiver frequentando a Instituição de Educação Infantil, exceto quando a Equipe Gestora solicitar a presença dos pais e/ou responsáveis ou quando houver uma ordem judicial que autorize essa visita.

Art. 29º Em caso de não cumprimento dos horários, os pais e/ou responsáveis serão advertidos e persistindo a situação, será realizado relatório que deverá ser encaminhado



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



ao Órgão competente – Assistente Social e Coordenação da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 30º A criança será entregue aos pais e/ou responsáveis ou pessoas autorizadas que estiverem com seus nomes na ficha de matrícula e devidamente assinado pelo responsável legal. A autorização será em um documento próprio, anexado à documentação da criança. A criança não será entregue a terceiros que não constem o nome na matrícula.

Art. 31º Após as dezoito horas (18h), o Centro de Educação Infantil, entrará em contato via todos os números telefônicos existentes na ficha de matrícula e caso não seja possível localizar o responsável, será comunicado a Assistente Social e Coordenação da Educação Infantil da Secretaria de Educação.

§ 1º O descumprimento por 3 (três) vezes consecutivas do que consta nos artigos 28º e 31º acarretarão registro no Livro de Ocorrências, sendo os pais e/ou responsáveis legais notificados, devendo comparecer obrigatoriamente no horário estipulado pela Direção do CEI para Reunião de Advertência e, posteriormente, encaminhar o relatório para a Assistente Social da Secretaria de Educação.

§ 2º Persistindo a situação mesmo após as intervenções e estratégias realizadas pela Instituição de Educação Infantil e Secretaria de Educação, configurando-se uma negligência por parte da família, o Conselho Tutelar será comunicado pela Assistente Social para tomar as providências cabíveis para a segurança e proteção da criança.

Art. 32º Nos Centros de Educação Infantil, a saída das crianças da Instituição seguirá orientações conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em que a maioridade civil inicia a partir dos dezoito (18) anos de idade.

§ 1º Fica expressamente vedada pelos pais e/ou responsáveis, autorizar menores de 18 anos a buscar a criança no Centro de Educação Infantil, bem como autorizar a saída da criança por meio de contato telefônico.

CAPÍTULO V

Do uso de dados e direito de uso imagem

Art. 33º A rede municipal de ensino de Barra Velha se orienta pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei N° 13.709/2018 – promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo.

Art. 34º As Instituições de Educação Infantil agirão, nesse contexto, mediante o cuidado e discrição sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital,



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.

§ 1º O direito de uso de imagem (fotos e vídeos de cunho pedagógico - divulgação dos trabalhos realizados), por parte da Instituição, deve ocorrer mediante solicitação de autorização e formalizado no ato da matrícula, bem como, a gravação das crianças nos diversos ambientes da Instituição, por medida de segurança, deve ser registrada em ata mediante aprovação em assembleia de pais, responsáveis e professores.

§ 2º É vedado a todos os profissionais que atuam em instituições de Educação Infantil, fundamentalmente docentes, gestores e especialistas, a publicação de imagens (fotos e vídeos) de ordenamento público autorizado em matrícula, em redes privadas de divulgação audiovisual, a exemplo das redes sociais.

CAPÍTULO VI

Do Estudo de Campo e Saídas

Art. 35º Quando a Instituição de Educação Infantil promover saídas de campo para estudos ou deslocamentos em grupo em ambientes externos, previstos nos Planos de Aprendizagem e Desenvolvimento, deverá solicitar por escrito com antecedência mínima de 48h, uma autorização expressa, assinada pelos pais e/ou responsáveis. Nesses deslocamentos, as crianças serão acompanhadas pelos professores e pais, quando solicitados.

Art. 36º Quando a criança que o pai e/ou responsável não autorizar a participar do passeio ou deslocamento em grupo, poderá permanecer com a criança em casa ou conforme organização da Instituição de Educação Infantil, a criança será assistida por outro professor que ficará incumbido de acompanhá-la enquanto os demais estiverem na atividade externa ou deslocamento em grupo.

CAPÍTULO VII

Da Alimentação

Art. 37º A Alimentação das crianças, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem por objetivos contribuir para a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento, para a formação de bons hábitos alimentares, a suplementação à carência alimentar vivenciada pela criança na família e a redução da evasão escolar.

Art. 38º O Programa será oferecido, pela Unidade de Educação Infantil, conforme o Plano de Ação para a Alimentação, utilizando os recursos financeiros do PNAE e do Poder Público Municipal.



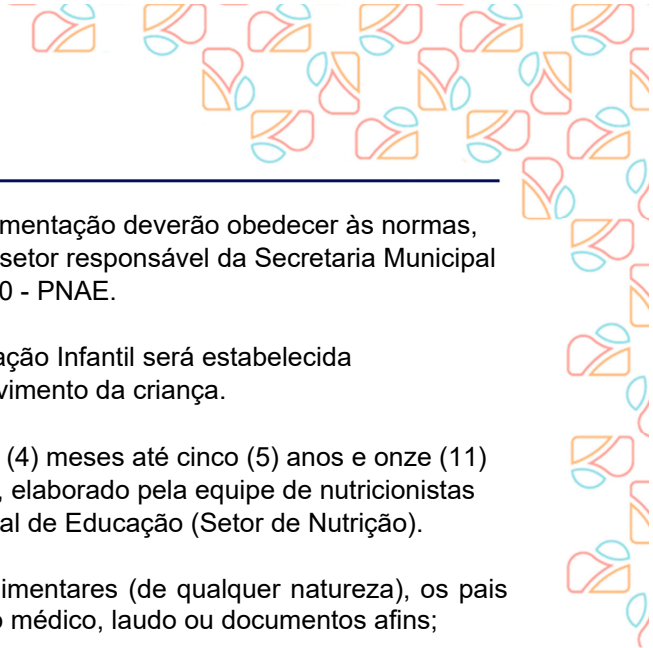
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 39º A organização e funcionamento da alimentação deverão obedecer às normas, orientações e programação estabelecida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Educação, com base na Resolução 06/2020 - PNAE.

Art. 40º A alimentação na Instituição de Educação Infantil será estabelecida considerando as diferentes fases do desenvolvimento da criança.

Art. 41º A alimentação das crianças de quatro (4) meses até cinco (5) anos e onze (11) meses, será padronizada em cardápio próprio, elaborado pela equipe de nutricionistas pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação (Setor de Nutrição).

- I. As crianças que possuem restrições alimentares (de qualquer natureza), os pais deverão comprovar por meio de atestado médico, laudo ou documentos afins;
- II. As crianças explicitadas no inciso I, terão direito de serem atendidas com uma dieta correspondente, definida pela Lei Nº 12.982/2014 e pela Resolução Nº 06/2020, que determina que o cardápio seja elaborado de acordo com as restrições médicas;
- III. Para comemoração de aniversários, não será permitida a entrada de guloseimas e tampouco bolos trazidos pelas famílias, conforme orientações do Setor de Nutrição;
- IV. De acordo com a Resolução Nº 06/2020, § 8º do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é proibida a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para crianças de até 3 anos, matriculados nos Centros de Educação Infantil.

Art. 42º A criança que frequenta o Centro de Educação Infantil no período integral e não se alimenta de nenhuma refeição, deverá ser encaminhada para uma avaliação inicial realizada pela Equipe Multidisciplinar, a fim de observar e auxiliar no processo de desenvolvimento da criança.

Parágrafo Único: Durante o processo educacional envolvendo alimentação, os pais e/ou responsáveis participarão de reuniões, com intuito de orientá-los em relação às ações e estratégias para facilitar a adaptação alimentar da criança.

Art. 43º É de responsabilidade do diretor da Instituição de Educação Infantil entregar o cardápio aos pais e/ou responsáveis no início do ano letivo ou sempre que houver uma matrícula nova.

Art. 44º O direito à amamentação é assegurado à criança, conforme o Art. 9º do ECA:

- I. As mães que amamentam, terão o direito de fazê-lo, a qualquer momento durante o tempo de permanência da criança no CEI, com planejamento e organização do horário em conjunto com a Direção da Instituição.



- II. O Centro de Educação Infantil, obrigatoriamente, disponibilizará à mãe um espaço adequado para amamentação.

CAPÍTULO VIII

Da Saúde

Art. 45º Os professores e equipe pedagógica, podem implementar programas sociais e atitudinais, como a prevenção da violência, o anti-*bullying*, ou outros amparados pela Lei Lucas, Lei Henry Borel e Protocolos para medidas urgentes, como Covid-19 e catástrofes naturais via Defesa Civil e outros setores da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único: Com base no disposto na Lei Federal Nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, se estabelece a obrigatoriedade da formação desses profissionais em conformidade com a legislação estabelecida.

Art. 46º Não será permitida a entrada e permanência de crianças na Instituição de Educação Infantil que apresentem:

- I. Sintomas febris acima de 37.5°C e distúrbios gastrointestinais, (vômitos, diarreias), doenças contagiosas ou não e indisposição;
- II. Assadura grave, situações de alergias e doenças de pele que inspire cuidados especiais;
- III. Quando a criança manifestar qualquer um dos sintomas descritos acima, os pais e/ou responsáveis serão informados imediatamente para que busquem a criança e tomem as providências necessárias.
- IV. Os pais e/ou responsáveis deverão levar a criança ao médico ou especialista para tratar de enfermidades frequentes tais como: sintomas gripais, tosse, alergia, sangramento nasal, entre outros. A criança poderá retornar à frequência normal assim que estiver saudável, devendo apresentar na Instituição de Educação Infantil documento médico que esclareça o que ocasionou a enfermidade e que está apta a frequentar novamente a instituição.
- V. Em caso de Pediculose (piolho) os pais e/ou responsáveis pela criança serão comunicados para que eles tomem as devidas providências. Serão também orientados a aproveitar o final de semana e feriados para os cuidados necessários.
- VI. Após a terceira notificação formalizada aos pais ou responsáveis sobre pediculose (piolho) e devidamente registrada nos protocolos de ocorrência e assinada pelos



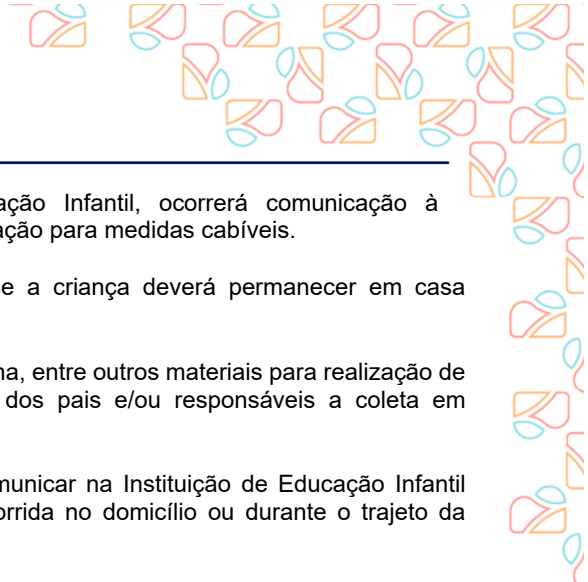
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



responsáveis da Instituição de Educação Infantil, ocorrerá comunicação à Assistente Social da Secretaria da Educação para medidas cabíveis.

- VII. Em caso de tratamento para verminose a criança deverá permanecer em casa durante o período de tratamento.
- VIII. Não será permitido a coleta de fezes, urina, entre outros materiais para realização de exames, ficando sob responsabilidade dos pais e/ou responsáveis a coleta em domicílio.
- IX. Os pais e/ou responsáveis deverão comunicar na Instituição de Educação Infantil qualquer problema de saúde, lesão ocorrida no domicílio ou durante o trajeto da criança até a Instituição.
- X. Os pais e/ou responsáveis, devem permanecer com a criança em casa nos dias em que realizar a vacinação ou procedimento odontológico, para observações de possíveis reações.

Parágrafo Único: Compete a Instituição de Educação Infantil possuir procedimentos de documentação que tornem obrigatórias as comunicações dos itens I ao VI aos pais e responsáveis, seja físico ou eletrônico, mantendo o seu registro da notificação armazenada.

Art. 47º No caso de acidente ou doença súbita que necessite de tratamento imediato, serão tomadas as seguintes providências pela equipe da Instituição de Educação Infantil:

- I. Fazer a comunicação imediata aos pais e/ou responsáveis, que deverão comparecer com a maior brevidade possível no local indicado;
- II. Em caso de muita gravidade ou quando não for possível a comunicação com os pais, chamar os órgãos competentes (Corpo de Bombeiro, Ambulância).
- III. Se a criança tiver que ser removida, deverá ser acompanhada por um profissional da Instituição de Educação Infantil.

Art. 48º As crianças que se encontram em tratamento clínico, e que tenham necessidade de dar continuidade à medicação durante as horas de permanência na Instituição de Educação Infantil, os pais e/ou responsáveis terão a autorização para ir medicar o (a) seu (sua) filho (a), mediante receita médica, procurando organizar esse tempo de forma que não interfira na rotina de descanso das demais crianças.

§ 1º Os profissionais da Instituição de Educação Infantil não se responsabilizarão pela ministração de qualquer tipo de medicação.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



§ 2º Fica sob responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, ministrar medicamentos à criança, mediante receita médica e orientações, quando prescritos com hora marcada

CAPÍTULO IX Da Segurança

Art. 49º Uma Instituição de Educação Infantil segura deve, no mínimo, proporcionar um ambiente de aprendizagem saudável. Para tanto, a Instituição deve estar apta a atuar na Prevenção, Prontidão, Resposta e Recuperação, bem como, estimular uma comunidade escolar comprometida em promover uma cultura de paz e segurança, conscientes dos seus direitos e deveres.

Art. 50º A equipe gestora deve estar preparada para identificar possíveis riscos e/ou alvos (estrutura e pessoas) e avaliar a eficácia de um plano (conhecimento, preparo, habilidades, equipamentos e processos). A prontidão é uma política que deve envolver todos os servidores da Instituição, estabelecendo metas, avaliando a vulnerabilidade, periodicamente, a criação de canais de comunicação interna e externa e treinamento com a participação de órgãos competentes como polícia e bombeiros militares.

Parágrafo Único: Adequar o prédio da Instituição às normas de segurança de acordo com os planos de segurança dos órgãos de apoio, capacitar os educadores em Defesa Civil, buscar acordos de cooperação com ONGs, formular um Plano de Segurança Escolar, cumprir com as Diretrizes contidas nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil emitido pelo Ministério da Educação e acionar o Conselho Tutelar sempre que necessário.

Art. 51º A Equipe Gestora deve priorizar pela qualidade da manutenção dos ambientes internos e externos à Instituição de modo a facilitar a aplicação dos procedimentos que garantam a segurança. Devendo atentar para:

- I. Ambientes Internos: pátios e outras áreas de uso comum livres de objetos que possam obstruí-los; adequação da iluminação; não permitir o acúmulo de objetos inservíveis em áreas impróprias; manter a capina ou a poda em vegetação de modo rotineiro; atentar para que cercas e muros estejam sempre em bom estado de conservação.
- II. Ambientes Externos: iluminação pública de qualidade; atentar para a coleta de lixo periódica; estar atento à movimentação de pessoas nas proximidades, que não fazem parte da comunidade escolar e exibem atitude suspeita, principalmente no horário de entrada e saída das crianças, providenciando o acionamento da Polícia Militar; proibir a permanência de vendedores ambulantes que fazem ponto nas portarias.
- III. Do acesso à Instituição quanto à entrada de pessoas: cuidar para que o portão externo de acesso à rua e o portão de acesso ao pátio interno da Instituição



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



permaneçam fechados, supervisionado por um servidor designado pela direção para esse fim; nos casos de visitante, este deverá, previamente, dar ciência à coordenação sobre a visita e aguardar a autorização do responsável por sua entrada nas dependências da Instituição; o acesso de pessoas nos horários entre os turnos se dará em conformidade com o procedimento a ser adotado para o funcionamento do registro de acesso.

TÍTULO III

FORMAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

CAPÍTULO I

Da Gestão Democrática e Participativa

Art. 52º A Rede Municipal de Ensino será pautada pela gestão democrática e participativa, centrada na coletividade, na cooperação, no respeito mútuo e no bem comum.

Parágrafo Único: A gestão democrática e participativa tem por finalidade possibilitar à Instituição de Educação Infantil maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Art. 53º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal ocorrerá nas três esferas da Administração: Espaços de Aprendizagem, Instituição de Educação Infantil e Secretaria de Educação e reger-se-á, na forma da Lei, pelos seguintes preceitos:

I. Nos Espaços de Aprendizagem:

- a) Constituição de comunidade e espírito de cooperação mútua e participação nos projetos socioeducativos;
- b) Respeito às determinações do Regimento da Instituição de Educação Infantil;
- c) Atribuição de responsabilidades individuais e de grupo;
- d) Respeito às liberdades e diferenças individuais e de grupo;
- e) Seguir as orientações recebidas da Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Plano de Ações da Equipe Pedagógica junto aos Professores promovendo a ajuda interpessoal para melhor aprendizagem de todas as crianças;
- f) Exercício democrático da autoridade magistral, sereno e promocional do direito de equidade à aprendizagem para todos;
- g) Conhecimento e participação em planos, programas e projetos de ensino e da Instituição de Educação Infantil;
- h) Observância do processo disciplinar consensualmente aceito, das normas escolares em vigor e desenvolvimento de avaliação constante da ação e dos procedimentos educativos;
- i) Adoção de métodos ativos e participativos para o desenvolvimento e aprendizagem da criança;



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- j) Funcionamento participativo do Conselho de Classe e respeito às decisões efetivadas.

II. Nas Instituições de Educação Infantil:

- a) Desenvolvimento de competências responsáveis sobre as ações educativas;
- b) Elaboração do Projeto Político Pedagógico, do Plano Gestor e do Regimento Interno;
- c) Manutenção de clima favorável às boas relações interpessoais e desenvolvimento de competências de respeito e zelo pelo ambiente e pelas ações educativas;
- d) Cumprimento efetivo de responsabilidade individual e institucional;
- e) Adoção de planejamento participativo;
- f) Comunicação e divulgação de planos, projetos, programas, de recursos disponíveis e de resultados alcançados;
- g) Exercício democrático e competente da autoridade institucional e promocional dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças;
- h) Funcionamento da Associação de Pais e Professores e dos Conselhos Escolares;
- i) Envolvimento no processo avaliativo e institucional dos diferentes conjuntos que compõem o campo educacional.

CAPÍTULO II

Da Associação De Pais e Professores

Art.54º A organização e funcionamento de cada uma das Instituições devem estar de acordo com as normas legais vigentes e estabelecidas em Estatuto próprio ou neste Regimento.

Art.55º A Associação de Pais e Professores – APP, é uma entidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e que atua como órgão de representação e se orienta por Estatuto próprio, registrado em Cartório e em consonância com este Regimento.

- I. A APP é constituída de Pais e/ou Responsáveis legais pelo Corpo Docente, Funcionários e Pessoas da Comunidade, quando tiverem sua admissão aprovada em Assembleia, de acordo com o Estatuto próprio.
- II. A APP, anualmente, deverá elaborar juntamente com a Direção da Instituição de Educação Infantil, o Plano Anual de Ação.
- III. Cabe à direção da Instituição de Educação Infantil garantir a articulação e a participação da Associação de Pais e Professores com o Conselho Escolar, de



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



acordo com a Lei 1525, 27 de abril de 2016.

- IV. Quaisquer Ações ou Eventos com fins lucrativos deverão ser apresentados no início do ano letivo pelo Diretor da Instituição de Educação Infantil e APP, em Assembleia Geral, para professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, com o intuito de serem aprovadas ou não, constando em ata a decisão.

CAPÍTULO III

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Art.56° O PDDE consiste na assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação Básica destinado à promoção de melhoria na infraestrutura física e pedagógica, com a consequente melhoria da qualidade da educação.

Art.57° O PDDE tem por fim promover:

- I. Participação e controle social;
- II. Integração do Poder Público/Comunidade/Escola/Família;
- III. Racionalização e simplificação de procedimentos administrativos;
- IV. Autonomia escolar.

Parágrafo Único – Todos os bens adquiridos com fins referentes aos artigos e parágrafos anteriores na Educação Infantil, juridicamente constituídos serão patrimonizados e sistematicamente atualizados.

CAPÍTULO IV

Da Contribuição Espontânea

Art.58° A Contribuição Espontânea consiste em alguém que faça por si mesmo sem que seja obrigatório, uma doação no valor que não deve ser pré-estipulado pela Instituição de Educação Infantil.

Art.59° A Contribuição Espontânea será aprovada ou não, no início do ano letivo, através de Assembleia Geral, com a participação dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, constando em Ata.

Art.60° O diretor deve realizar a prestação de contas à comunidade escolar, conforme previsto no Art. 70° da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo único: “Prestará



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

Parágrafo Único: A prestação de contas deverá ocorrer nos seguintes formatos:

- I. Ser apresentada mensalmente para os professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, APP e Conselho Escolar, através de documentação comprobatória de todas as receitas e despesas do mês vigente;
- II. Arquivar na Instituição de Educação Infantil a documentação comprobatória, por tempo indeterminado;
- III. Apresentar mensalmente para a Secretaria de Educação toda documentação comprobatória dos recursos provenientes das contribuições espontâneas;
- IV. Colocar na agenda da criança a prestação de contas;

CAPÍTULO V

Dos Colegiados

Art.61º O Conselho Escolar é um Órgão Colegiado, representativo dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, de natureza Deliberativa, Consultiva, Fiscalizadora e Avaliativa sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo, de acordo com a Lei Nº 1525, 27 de abril de 2016.

§ 1º A Função Deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às Diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao Direccionamento das Políticas Públicas, neste caso, nas Instituições de Educação Infantil.

§ 2º A Função Consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º A Função Fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da Instituição de Educação Infantil, garantindo a legitimidade das ações.

§ 4º A Função Avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela Instituição de Educação Infantil, objetivando a identificação dos problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas e qualidade social.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 62º O Conselho Escolar, anualmente, deverá elaborar e apresentar, para a Direção da Instituição de Educação Infantil, o seu Plano Anual de Ação.

Art.63º O Conselho Escolar, sendo Órgão Colegiado, não terá fins lucrativos e se orientará por Estatuto próprio, em consonância com este Regimento.

Art. 64º O Conselho Escolar deve ser constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade onde se encontra a Instituição de Educação Infantil (professores, servidores, pais e/ou responsáveis) com composição e atribuições definidas por lei própria, exceto representante de crianças pela faixa etária.

CAPÍTULO VI

Dos Currículos

Art. 65º Conforme Parecer CNE/CEB nº 20/2009, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico.

Art. 66º As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis.

Art. 67º O currículo da Educação infantil, segue as matrizes estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Municipais organizadas em Campos de Experiências, a partir da Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil, de forma a contemplar os eixos estruturantes interações e brincadeiras, as dez competências gerais da Educação Básica, assim como os direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- II. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- III. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;

- IV. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, nos CEIs, Complexo Pré-escolar e em escolas, e fora dessas instituições, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e tecnologia;
- V. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;
- VI. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição de Educação Infantil e/ou escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Art. 68º Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular municipal para a Educação Infantil, que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes. Nesse contexto, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças estão estruturados em cinco Campos de Experiências, visando corresponder às orientações nacionais para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. O eu, o outro e o nós.
- II. Corpo, gestos e movimentos.
- III. Traços, sons, cores e formas.
- IV. Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- V. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Art. 69º A Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, pela Resolução N° 008/COMED de 28 de abril de 2020, instituiu a Matriz Curricular da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino como obrigatória aos planejamentos dos processos de ensino e de aprendizagem com orientações pedagógicas.

§ 1º O Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento da Educação Infantil (Planejamento) da Rede Pública Municipal de Ensino está pautado nos campos de experiências e pelos objetivos focais e complementares, ambos equivalentes aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, objetivos específicos; a mais, pelas estratégias, procedimentos conexos às estratégias, rotina, estimulação e vivência livre.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



§ 2º Os professores regentes da Educação Infantil deverão construir o Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento diária ou semanalmente.

§ 3º Os professores de linguagens deverão construir o Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento quinzenalmente, respeitando a faixa etária de cada grupo.

§ 4º Ao elaborar o planejamento, é importante que se preze pela clareza e coerência; que tenha conhecimento dos recursos e que aposte em metodologias diversificadas e inovadoras, dando prioridade às particularidades das crianças.

§ 5º O Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento deve se pautar em experiências e vivências.

§ 6º Na Instituição de Educação Infantil, o especialista que é responsável pela prática pedagógica do professor, deve receber o planejamento com antecedência para que ele possa realizar um feedback, já que é papel dele promover momentos de devolutivas quanto aos acompanhamentos das vivências e planejamentos, compartilhando sugestões, ideias e melhorias, sempre que necessário.

CAPÍTULO VII

Da Proposta Pedagógica

Art. 70º A Educação Infantil busca assegurar às crianças, o desenvolvimento das necessidades física, afetiva, cognitiva, sociocultural e socioambiental por meio de uma Proposta Pedagógica lúdica e atrelada aos conceitos atuais da primeira infância (0 a 6 anos), conforme Lei N° 13.257/2016.

Parágrafo único: De acordo com o que dispõe na lei N° 13.257/2016, propõe acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, bem como, articulá-los em suas práticas pedagógicas, ampliando o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.

Art. 71º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC, definem os princípios que as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem seguir:

- I. Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.



- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 72º A criança é um sujeito histórico e de direitos que interage, brinca, observa, questiona, assimila valores, constrói e se apropria de conhecimentos. Dessa perspectiva, resulta, pois, a compreensão de que as interações e as brincadeiras se configuram como eixos estruturantes dessa etapa da Educação Básica, uma vez que caracterizam o cotidiano da infância e potencializam o desenvolvimento integral das crianças.

Art. 73º Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los e nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Art. 74º Proporcionar uma prática intencional, que considere a criança como um ser integral, favorecendo sua iniciativa com vistas ao desenvolvimento da confiança e a conquista da autonomia.

Art. 75º Desenvolver uma prática pedagógica mobilizadora de aprendizagem por meio de projetos, articulado às competências das crianças e às significações por elas construídas utilizando diferentes linguagens.

Art. 76º A aprendizagem e o desenvolvimento da criança estão estruturados por objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que dialogam com habilidades e competências e possibilitam a formação de conceitos visando que a criança possa lidar construtivamente com as diferentes situações cotidianas: alegria, prazer, medo, ansiedade, perdas etc., encarando-as como desafios e ações embasadas no aprender afetivo e lúdico.

Art. 77º A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CEB de 17 de Dezembro de 2009, Art. 4º, sustenta-se que as Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino organizem os processos político-educativos com base no entendimento de que as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.



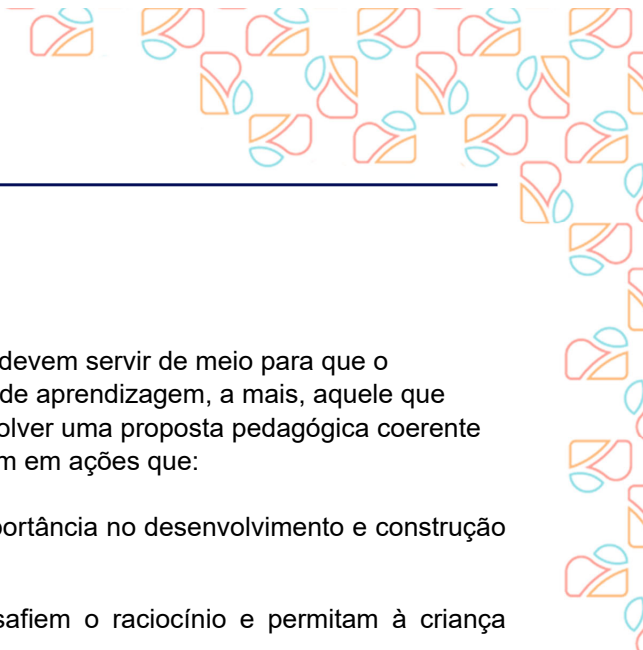
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



CAPÍTULO VIII

Da Experiência Pedagógica

Art. 78º As experiências político-pedagógicas devem servir de meio para que o professor atue como mediador dos processos de aprendizagem, a mais, aquele que trabalha com as crianças com vistas a desenvolver uma proposta pedagógica coerente com as concepções propostas que se traduzam em ações que:

- I. Considere a ação do adulto de vital importância no desenvolvimento e construção do conhecimento pela criança;
- II. Ofereça várias oportunidades que desafiem o raciocínio e permitam à criança elaborar hipóteses;
- III. Ofereça oportunidades de fortalecimento de autoestima e construção de identidade;
- IV. Leve em conta que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver a criança nos processos de aprendizagem e desenvolvimento;
- V. Respeite e incorpore a diversidade de expressões culturais; as diferentes formas de linguagem - verbal, musical e plástica; e que todas as formas de comunicação e expressão são básicas para que a criança compreenda, socialize e se estruture na cultura e na sociedade;
- VI. Propicie vivências que possibilitem o desenvolvimento da fala, do corpo, da arte, da música, da dança, da leitura, da escrita, da ciência e da tecnologia.

CAPÍTULO IX

Dos Projetos Educativos

Art. 79º As Instituições de Educação Infantil desenvolverão, sempre que necessário e dentro das suas possibilidades, projetos abrangendo:

- I.Revitalização do espaço Institucional interno e externo;
- II.Projetos de musicalização na Educação Infantil;
- III.Cultura, lazer, esporte e promoção da saúde e segurança;
- IV.Educação Ambiental, Cultura da Paz e Não Violência;
- V.Leitura;



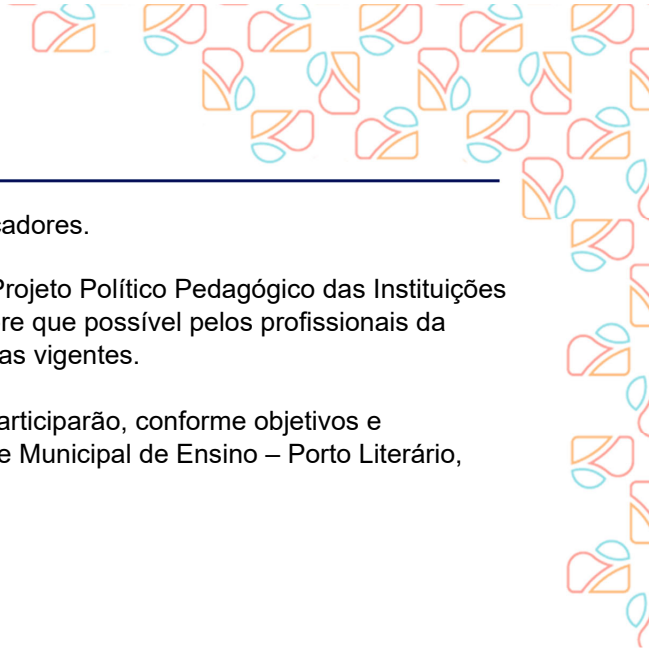
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



VI. Outros de interesse institucional e dos educadores.

Parágrafo Único: Os projetos integrados ao Projeto Político Pedagógico das Instituições deverão ser planejados e desenvolvidos sempre que possível pelos profissionais da Instituições e aprovados nos termos das normas vigentes.

Art. 80º As Instituições de Educação Infantil participarão, conforme objetivos e abrangência do projeto já consolidado na Rede Municipal de Ensino – Porto Literário, conforme regulamentação própria.

CAPÍTULO X **Da Avaliação**

Art. 81º De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/1996, na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção.

Art. 82º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC, de acordo com a RESOLUÇÃO N° 007/COMED 2020, ainda definem a documentação de acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliativo na Educação Infantil, que tem por objetivo: interrogar, coletar informações e realizar julgamentos a respeito da qualidade e efetividade das experiências propiciadas às crianças.

Art. 83º Os processos avaliativos estão orientados, nas Instituições de Educação Infantil, pelos seguintes objetivos:

- I. Verificar a adequação do desenvolvimento da criança face aos objetivos propostos, levando-se em consideração as características da faixa etária;
- II. Propor para a criança relações em que ela se desenvolva plenamente, envolvendo-se em situações de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Art. 84º Consideram-se instrumentos de acompanhamento pedagógico e avaliativo que juntos construirão a documentação pedagógica na Educação Infantil e que visam mais qualidade para o trabalho político-pedagógico exercido:

- I. Registro do Perfil da Turma – diagnóstico inicial;
- II. Registro do Período de Adaptação, quando houver necessidade;
- III. Acompanhamento Avaliativo da Experiência - registro no planejamento;
- IV. Indicadores de Aprendizagem e Desenvolvimento;
- V. Parecer Descritivo;
- VI. Portfólio.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Parágrafo Único. Toda Instituição de Educação Infantil oportunizará, aos pais e/ou responsáveis, o acompanhamento do desenvolvimento da criança, mediante emissão de registros de acompanhamento definidos nas Diretrizes Curriculares Municipais, no Projeto Político Pedagógico e especificadas neste Regimento.

Art. 85º Os resultados da avaliação serão apresentados a partir de:

- I. Síntese das observações e registros efetuados e será expressa em forma de parecer descritivo elaborado pelo professor e discutido com a equipe gestora;
- II. Ao término de cada semestre, os pais e/ou responsáveis receberão o parecer descritivo e o portfólio, referente ao processo pedagógico vivenciado pela criança.

Art. 86º A avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação das vivências às diferentes características e necessidades educativas de cada criança.

Art. 87º A avaliação deve ser contínua, qualitativa, com ênfase nos processos de ensino e de aprendizagem, considerando a aprendizagem e o desenvolvimento da criança e respeitando as diferentes faixas-etárias.

CAPÍTULO XI

Do Pré-conselho e Conselho De Classe

Art. 88º O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura da Instituição de Educação Infantil e tem sob sua responsabilidade:

- I. A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos pela Instituição de Educação Infantil e a proposição de ações para a sua melhoria;
- II. A avaliação da prática docente quanto à obediência aos critérios definidos e/ou orientados, à metodologia, às competências e habilidades, à totalidade de estratégias e/ou vivências pedagógicas;
- III. A avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;
- IV. A avaliação das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos que substanciam os processos de ensino e de aprendizagem – experiências e vivências político-educativas e de desenvolvimento infantil;
- V. A definição de critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico para a avaliação e sua revisão, bem como outros que possam ser adotados quando necessários;



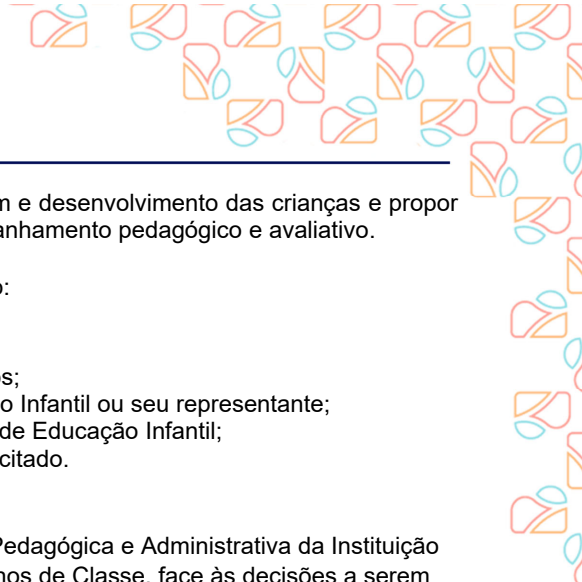
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- VI. Discutir sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e propor ações a partir dos instrumentos de acompanhamento pedagógico e avaliativo.

Art. 89º O Conselho de Classe será composto:

- I. Pelos Professores dos diferentes grupos;
- II. Pela Direção da Instituição de Educação Infantil ou seu representante;
- III. Pela Equipe Pedagógica da Instituição de Educação Infantil;
- IV. Por Pais ou Responsáveis, quando solicitado.

§ 1º A presença dos Professores, da Equipe Pedagógica e Administrativa da Instituição de Educação Infantil é obrigatória nos Conselhos de Classe, face às decisões a serem tomadas, não devendo ser aceitas justificativas.

§ 2º O professor que é lotado em mais de uma Instituição de Educação Infantil participará dos Conselhos de Classe conforme organização das Instituições, priorizando sua presença no local em que possui maior número de grupos de crianças.

§ 3º A representação do Conselho de Classe deverá ser de no mínimo 51% dos professores.

§ 4º A Equipe Pedagógica da Instituição de Educação Infantil promoverá a assessoria necessária para o cumprimento das etapas do Pré-Conselho e Conselho de Classe e os devidos registros.

§ 5º O período que antecede ao Conselho de Classe, conforme as Diretrizes Curriculares Municipais, caracterizado como Pré-Conselho, tem como principal função debater assuntos pertinentes ao desenvolvimento global das crianças, de acordo com a faixa-etária.

Parágrafo Único. De acordo com a Lei municipal complementar Nº 96/2010, o Orientador Educacional e o Supervisor Escolar devem coordenar, juntamente com o gestor, o Pré-Conselho e o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos.

Art. 90º O Conselho de Classe deverá ser realizado, de forma ordenada, por grupos e, semestralmente, na Educação Infantil.

§ 1º. A responsabilidade do preenchimento dos instrumentos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança, são de competência exclusiva do professor.

§ 2º Cabe à equipe pedagógica e diretiva a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.



(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 91º O Conselho de Classe poderá reunir-se, extraordinariamente, convocado pela Direção da Instituição de Educação Infantil, por um terço (1/3) dos professores ou dos pais e/ou responsáveis.

Art. 92º As Reuniões do Conselho de Classe deverão ser lavradas em Ata, assinada por todos os presentes e fará parte do arquivo escolar, por tempo indeterminado.

TÍTULO IV MODALIDADES EDUCATIVAS E TRANSIÇÕES

CAPÍTULO I Da Educação Especial

Art. 93º Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 94º A Lei Nº 9394/1996 garante às crianças que os sistemas de ensino tenham currículos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades, eliminando as barreiras pedagógicas de acesso ao ensino e à aprendizagem – compromisso dos núcleos gestores, docentes e especialistas das Instituições de Educação Infantil.

Art. 95º A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, será oferecida para todas as crianças.

Art. 96º As crianças público-alvo da Educação Especial serão atendidas, com oferta imediata de matrícula de atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais, seguindo orientação do Decreto Federal Nº 7611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e corrobora definições, a seguir:

§ 1º Será denominado atendimento educacional especializado, o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I. Complementar à formação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência das crianças às salas de recursos multifuncionais; ou
- II. Suplementar à formação das crianças com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da Instituição, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



das crianças, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas municipais e/ou nacionais e estaduais.

§ 3º O atendimento de que trata este artigo é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria Instituição, no turno inverso ao da matrícula.

Art. 97º As Instituições que não tiverem sala de recursos multifuncionais deverão indicar em qual unidade a família poderá fazer a matrícula para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 98º As crianças que já possuem matrícula para Atendimento Educacional Especializado em outra entidade vinculada às políticas de governo Federal, Estadual e Municipal como APAE, AMA, entre outras, não poderão realizar matrícula para o AEE nas unidades escolares.

Parágrafo Único: De acordo com Decreto Federal Nº 7611/2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o cômputo da dupla matrícula, fica vedado o direito a três matrículas, cabendo a família ou responsável legal optar pelo local da segunda matrícula.

Art. 99º A Educação Especial, modalidade de Educação para a criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação será oferecida na Educação Infantil.

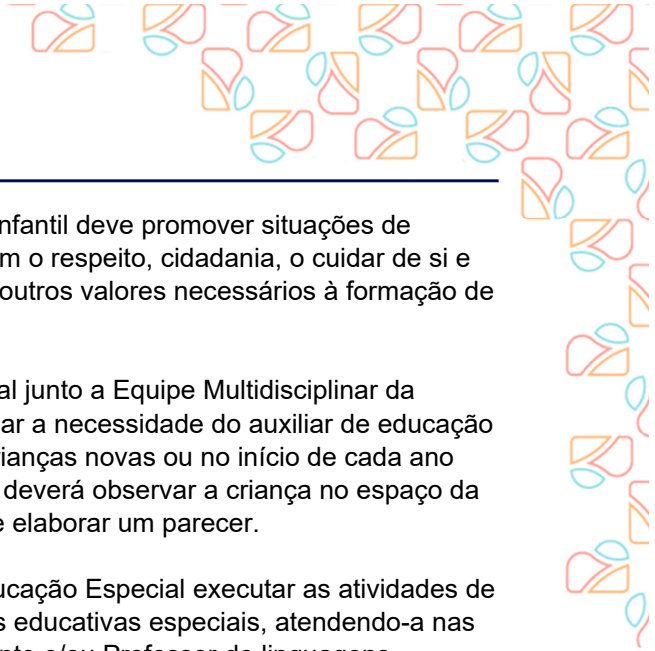
Art. 100º A Lei Federal Nº 14.254/2021, dispõe sobre o acompanhamento integral para crianças com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e a Lei Federal Nº 12.765, de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista ou outro transtorno de aprendizagem, obedecendo aos seguintes preceitos:

- I. As Instituições de Educação Infantil, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção à criança com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.
- II. Necessidades específicas no desenvolvimento da criança serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

Art. 101º A Educação Especial articula-se com a Educação Infantil no seu objetivo de garantir oportunidades socioeducacionais à criança, promovendo seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando desta forma, suas experiências, conhecimentos e participação social.



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Parágrafo Único: A Instituição de Educação Infantil deve promover situações de aprendizagem diárias onde as crianças cultivem o respeito, cidadania, o cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e tantos outros valores necessários à formação de um cidadão justo.

Art. 102º A coordenação da Educação Especial junto a Equipe Multidisciplinar da SEMEC, são responsáveis por analisar e avaliar a necessidade do auxiliar de educação especial, sempre que houver a matrícula de crianças novas ou no início de cada ano letivo, para crianças já matriculadas. A equipe deverá observar a criança no espaço da Instituição, para avaliá-la no próprio contexto e elaborar um parecer.

Parágrafo Único: Compete ao Auxiliar de Educação Especial executar as atividades de apoio pedagógico a criança com necessidades educativas especiais, atendendo-a nas limitações, em parceria com o Professor Regente e/ou Professor de linguagens, contribuindo com a proposição de estratégias diferenciadas para qualificar a prática pedagógica na Educação Inclusiva.

Art. 103º O Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pelo Decreto Nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, sendo que os sistemas de ensino devem matricular as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de acordo com a faixa-etária nas turmas regulares e no atendimento educacional especializado (AEE).

Parágrafo Único: O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação da criança por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento da aprendizagem.

Art. 104º A acessibilidade deve ser garantida, com recursos físicos e pedagógicos que proporcionem condições de aprendizagem.

Art. 105º É reconhecida e assegurada a vaga, em caráter compulsório, para criança com deficiência, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/1989.

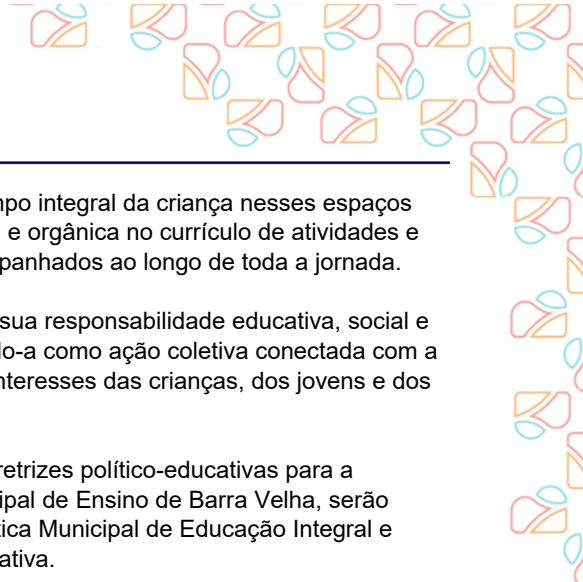
CAPÍTULO II

Da Educação em Tempo Integral

Art. 106º É considerada Educação em Tempo Integral quando a criança permanece mais de 07 (sete) horas diárias e 35 (trinta e cinco) horas semanais em uma das Instituições de ensino da rede municipal.



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



Art. 107º A qualidade da permanência em tempo integral da criança nesses espaços implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica no currículo de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados ao longo de toda a jornada.

§ 1º A Instituição de tempo integral, diante da sua responsabilidade educativa, social e legal, assume a aprendizagem compreendendo-a como ação coletiva conectada com a vida, com as necessidades, possibilidades e interesses das crianças, dos jovens e dos adultos.

§ 2º As orientações pedagógico-didáticas e diretrizes político-educativas para a Educação em Tempo Integral, na Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, serão estabelecidas em documentos próprios – Política Municipal de Educação Integral e Proposta Pedagógica dessa modalidade educativa.

CAPÍTULO III **Da Transição na Educação Infantil**

Art. 108º Na Educação Infantil a transição requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Art. 109º Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, na busca de garantir um olhar contínuo sobre os processos vivenciados pela criança, devem ser criadas estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição por elas vividos. As Instituições de Educação Infantil devem assim:

- I. Planejar e efetivar o acolhimento das crianças e de suas famílias quando do ingresso na instituição, considerando a necessária adaptação das crianças e seus responsáveis às práticas e relacionamentos que têm lugar naquele espaço, e visar o conhecimento de cada criança e de sua família pela equipe da Instituição;
- II. Priorizar a observação atenta das crianças e mediar as relações que elas estabelecem entre si, entre elas e os adultos, entre elas e as situações e objetos, para orientar as mudanças de grupos pelas crianças e acompanhar seu processo de vivência e desenvolvimento no interior da instituição;
- III. Prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registro – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças – que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



eles se deram, independentemente dessa transição ser feita no interior de uma mesma instituição ou entre instituições, para assegurar às crianças a continuidade dos processos peculiares de desenvolvimento e a concretização do direito à educação.

IV.

Art. 110º Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de matrizes curriculares que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

TÍTULO V GESTÃO DA CONVIVÊNCIA

CAPÍTULO I Das Normas De Gestão Da Convivência

Art. 111º As relações profissionais e interpessoais na Secretaria de Educação e nas Instituições de Educação Infantil, fundamentadas na relação dos direitos e dos deveres, pautar-se-ão pelos princípios da responsabilidade, solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia, gestão democrática e participativa.

Art. 112º São princípios que regem as relações profissionais e interpessoais nas instituições de Educação Infantil:

- I. Autoconhecimento;
- II. Empatia/Alteridade;
- III. Comunicação/Assertividade;
- IV. Cordialidade/Trato interpessoal;
- V. Ética;
- VI. Proatividade;
- VII. Afetividade.

§ 1º Autoconhecimento enquanto capacidade de conhecer a si mesmo e analisar o impacto que causa nos outros.

§ 2º Empatia e Alteridade enquanto capacidades de se colocar no lugar do outro; ter consideração pelo outro, por sua opinião, sentimentos e motivações; saber ouvir.

§ 3º Comunicação e Assertividade enquanto capacidades de se comunicar de maneira clara, franca, direta e, acima de tudo, respeitosa;

§ 4º Cordialidade e Trato Interpessoal enquanto capacidades de gerar gentileza, simpatia e solicitude com as pessoas;



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



§ 5º Ética enquanto capacidade de proceder bem, sem prejudicar os outros, respeitando os combinados e os colegas de trabalho. Ser íntegro e honesto em qualquer situação, com vistas ao bom funcionamento dos processos de trabalho, alcance de metas e objetivos da equipe escolar;

§ 6º Proatividade – Ter a capacidade de resolver problemas de maneira autônoma e antecipada;

§ 7º Afetividade – Acolher as crianças em um ambiente totalmente diferente de sua casa e proporcionar trocas de experiências, estímulos à aprendizagem e promover o despertar para as motivações.

CAPÍTULO II

Do Regime Disciplinar

Art. 113º Aos funcionários quando incorrerem em desrespeito, negligência ou revelem incompetência ou incompatibilidade com a função que exercem, caberão as penas disciplinares previstas na Lei Complementar Nº 125/2011.

TÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO

CAPÍTULO I

Dos Direitos E Deveres Da Equipe Gestora

Art. 114º Aos funcionários constituem direitos e deveres previstos aqueles descritos na Lei Complementar Nº 96/2010 de 24 de setembro de 2010.

Art. 115º Os direitos e deveres da Equipe Gestora (Diretor, Vice-Diretor, Especialistas em Assuntos Educacionais) das Instituições de Educação Infantil estão descritos nas legislações específicas que tratam do assunto:

- I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394/96);
- III. Lei Complementar nº 96/2010 de 24 de setembro de 2010.

Art. 116º Além das normas descritas nas legislações específicas, também são deveres dos gestores das Instituições:



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



- I. Estabelecer bons relacionamentos com todos os públicos da Instituição.
- II. Ter conhecimento do público (interno e externo) que é atendido pela Instituição.
- III. Ter conhecimento e aplicar as leis e normas educacionais vigentes: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90, Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Diretrizes Curriculares Municipais, entre outras.
- IV. Acompanhar e orientar os processos pedagógicos que são desenvolvidos na Instituição.
- V. Mobilizar e engajar os pais e/ou responsáveis no acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da criança e na participação no Conselho Escolar.
- VI. Desenvolver o Plano de Gestão Escolar – PAGE, conforme as demandas da gestão democrática estabelecidas na meta 19 do Plano Nacional de Educação e em legislação específica da rede municipal de ensino de Barra Velha, Lei Ordinária Nº 2128/2022.

CAPÍTULO II

Os Direitos E Deveres Dos Professores

Art. 117º O corpo docente será constituído de professores qualificados e habilitados de acordo com a legislação vigente.

Art. 118º Além das previstas na legislação em vigor, os professores terão, as seguintes atribuições:

- I. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e do planejamento nas Instituições de Educação Infantil.
- II. Participar de atividades cívicas, culturais e educacionais promovidas pela instituição de Educação Infantil e pela SEMEC.
- III. Executar e manter atualizados os registros relativos às suas atividades específicas e fornecer informações sobre elas, conforme normas internas estabelecidas.
- IV. Participar dos Conselhos de Classe.
- V. Participar de formações, encontros, seminários, proporcionados ou sugeridos pela SEMEC, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional.



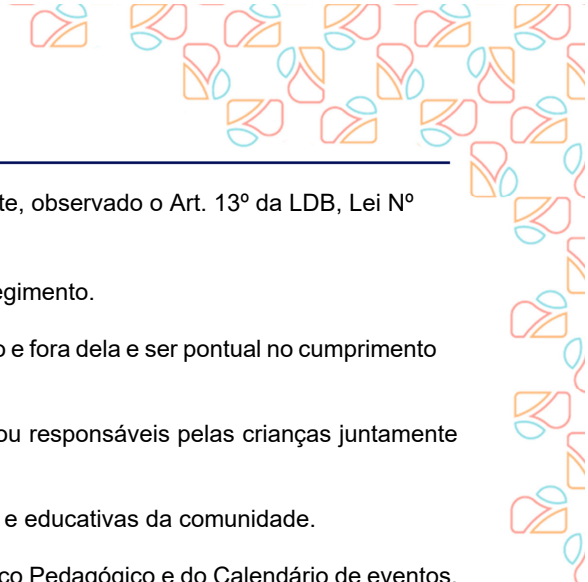
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha – SC | 88 390-000



Art. 119º Constituem deveres do corpo docente, observado o Art. 13º da LDB, Lei N° 9.394/96:

- I. Observar e respeitar o disposto neste Regimento.
- II. Zelar pelo bom nome da Instituição dentro e fora dela e ser pontual no cumprimento do horário.
- III. Manter permanente contato com pais e/ou responsáveis pelas crianças juntamente com a direção.
- IV. Participar de atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade.
- V. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Calendário de eventos.
- VI. Elaborar e executar a programação referente à regência e atividades afins.
- VII. Participar das reuniões pedagógicas.
- VIII. Conhecer e respeitar as leis constitucionais e as normas que regem a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
- IX. Manter em dia a escrituração escolar nos diários de classe, retratando fielmente as ocorrências e/ou informações prestadas aos pais ou responsáveis, à Coordenação e à Direção.
- X. Avisar, com antecedência, a Direção da Instituição, quando não puder cumprir seu horário de trabalho.
- XI. Evitar atrasos – caso isso aconteça por mais de quinze (15) minutos, o professor sofrerá o desconto da respectiva hora-aula e não deverá entrar em sala naquele horário.
- XII. Apresentar-se de forma condizente com o ambiente educativo, não sendo permitido o uso de roupas curtas, colantes, decotadas ou outra que possa provocar situações embaraçosas.
- XIII. Levar o material pedagógico necessário ao dirigir-se para os ambientes de aprendizagem, evitando abandonar o grupo ou mandar a criança buscar material na sala dos professores.
- XIV. Apropriar-se das competências e habilidades que ensina buscando aperfeiçoamento de modo a inteirar-se dos avanços mais recentes na sua área de atuação.
- XV. Estar sempre atualizado com relação às questões pedagógicas referentes aos processos de ensino e de aprendizagem.



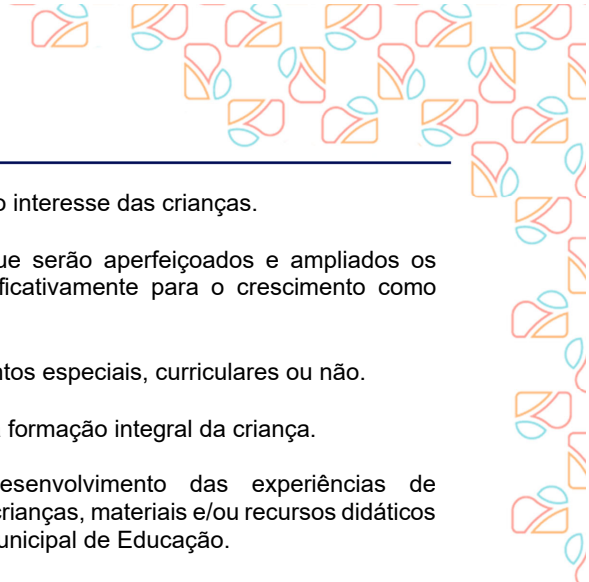
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- XVI. Desenvolver estratégias que estimulem o interesse das crianças.
- XVII. Participar de grupos de estudos em que serão aperfeiçoados e ampliados os conhecimentos, o que contribuirá significativamente para o crescimento como pessoa e como profissional.
- XVIII. Participar e colaborar na criação de eventos especiais, curriculares ou não.
- XIX. Preocupar-se, fundamentalmente, com a formação integral da criança.
- XX. Não utilizar, no planejamento e desenvolvimento das experiências de aprendizagem e desenvolvimento pelas crianças, materiais e/ou recursos didáticos considerados inadequados pela Rede Municipal de Educação.

Art. 120º Será vedado ao Professor:

- I. Reter em seu poder, além dos prazos previstos, documentação ou registros sob sua responsabilidade.
- II. Fazer qualquer tipo de campanha com a finalidade de arrecadar donativos ou contribuições sem a prévia autorização da Direção.
- III. Atender, durante as experiências educativas e/ou de aprendizagem, pessoas estranhas, bem como a telefonemas, a não ser em casos de extrema excepcionalidade.
- IV. Fumar, consumir bebidas alcoólicas ou quaisquer substâncias ilegais causadoras de dependência no recinto institucional de Educação Infantil e/ou escolar.
- V. É expressamente proibido enviar fotos e vídeos do celular pessoal do funcionário para as famílias da Instituição.

Art. 121º Aos funcionários das Instituições de Educação Infantil durante a permanência no horário de expediente, seguem-se regras de conduta pessoal e profissional:

- I. É expressamente proibida a ingestão de alimentos pessoais levados por professoras (es) nos ambientes de aprendizagem e desenvolvimento e na presença dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.
- II. É expressamente proibida a condução de conversas paralelas em ambientes de aprendizagem durante o período de regência, uma vez que o horário deve ser utilizado exclusivamente para a realização de projetos e vivências desenvolvidas a partir dos parâmetros pedagógicos.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- III. É expressamente proibida a permanência em ambientes de aprendizagem, entre eles, as salas, fora do horário de prática pedagógica sem o intuito de apoio pedagógico.
- IV. É responsabilidade fundamental do profissional que conduz a proposta pedagógica garantir afeto, atenção plena coletiva e cuidado individualizado com cada um dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas sob sua responsabilidade.
- V. Promover uma educação de qualidade para todas as crianças sem discriminação de situação familiar, idade, gênero, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência ou outra condição de diferenciação.
- VI. O fator social e humano deve pautar as práticas de convivência em todos os momentos de permanência na Instituição.
- VII. Fica expressamente proibido expor situações das crianças e das famílias que sejam sigilosas ou que venham colocá-los em evidência. Em qualquer situação, o professor deve comunicar apenas para a direção da Instituição.

Art. 122º Para os Professores que incorrerem em transgressões ao disposto no presente Regimento, serão tomadas medidas cabíveis, pelos gestores:

- I. Orientação verbal.
- II. Notificação escrita.
- III. Relatório encaminhado à Secretaria de Educação

Art. 123º A todos será assegurado amplo direito de defesa.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade da Família e da Comunidade Escolar

Art. 124º São direitos dos pais e/ou responsáveis legais das crianças:

- I. Receber comunicado sobre a Proposta Pedagógica da Instituição de Educação Infantil, seus projetos e do Regimento Interno (disponibilizado por meio físico para leitura na secretaria).
- II. Ser atendidos pelos professores, em horários pré-agendados pela diretora e/ou Especialistas, para expor suas queixas, dúvidas ou dificuldades.
- III. Visitar a Instituição de Educação Infantil para apresentar reclamações ou sugestões.



(47) 3446-7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br
Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- IV. Participar de palestras que colaborem para sua formação como pais e/ou responsáveis.
- V. Receber informações sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança através dos instrumentos de acompanhamento pedagógico.
- VI. Receber informações sobre a infrequência da criança, fato que poderá incorrer em perda da vaga no Centro de Educação Infantil.
- VII. Receber informações sobre a infrequência da criança na Pré-Escola, fato que poderá gerar APOIA.
- VIII. Receber, com antecedência, comunicados escritos de reuniões e comemorações.
- IX. Agendar horário de acordo com hora/atividade do professor, para estabelecer diálogos, retirar e esclarecer dúvidas, entre outros.

Art. 125º São deveres dos pais e/ou responsáveis legais das crianças:

- I. Conhecer e respeitar o Regimento Institucional.
- II. Respeitar todos os professores e profissionais que atuam na instituição, respeitando o Código Penal Decreto Lei Nº 2848/1940, no Art. 331.
- III. Acompanhar toda a vida de desenvolvimento e aprendizagem da criança, em particular sua frequência.
- IV. Atender prontamente a equipe gestora, quando for chamado na Instituição de Educação Infantil.
- V. Comunicar à Instituição de Educação Infantil a ocorrência, em família, de moléstia contagiosa que possa colocar em risco a saúde e o bem-estar dos professores, profissionais que atuam na instituição, os pais e/ou responsáveis e as próprias crianças matriculadas.
- VI. Evitar que os bebês frequentem a instituição com objetos que possam gerar riscos como roupas com pedrinhas, adereços e laços que possam se soltar, tornando-se ameaça para a integridade física dos bebês. É de responsabilidade dos pais e/ou família qualquer situação de risco que venha ocorrer com os bebês.
- VII. Comunicar à equipe gestora sobre a necessidade de falta da criança.
- VIII. Comunicar no ato da matrícula à equipe gestora sobre a(s) pessoa(s) responsável(is) em retirar a criança da Instituição de Educação Infantil.
- IX. Estar sempre atentos aos comunicados da Instituição de Educação Infantil, devolvendo-os datados e assinados.



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



- X. Manter sempre atualizados os meios de comunicação (e-mail, telefones e endereço) entre a Instituição de Educação Infantil e a família, visando uma rápida comunicação.
- XI. Comparecer às reuniões e assembleias convocadas pela Instituição de Educação Infantil, para que sejam informados e esclarecidos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.
- XII. Comunicar à Instituição de Educação Infantil, no ato da matrícula, sobre possíveis transtornos, déficits de atenção e outras comorbidades que demandem atendimento especializado.
- XIII. Respeitar o espaço físico, zelando pelos bens materiais da Instituição de Educação Infantil colocados à sua disposição.
- XIV. Participar das Associações de Pais e Professores e Conselhos Escolares.
- XV. Participar do processo de avaliação institucional.
- XVI. É de suma responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, manter lenços umedecidos, fraldas e roupas apropriadas na mochila.
- XVII. O vestuário e outros pertences de uso individual da criança deverão conter identificação e em condição de higiene.
- XVIII. Comprometer-se com o processo de desfralde da criança, seguindo orientações:
 - a) O processo de desfralde deve ser uma ação conjunta entre Família e Instituição;
 - b) O processo de desfralde deve ser iniciado e dado preferência nas estações de temperatura mais quente;
 - c) Ser paciente, compreensivo, tolerante e que tenha tempo para fazer esta transição;
 - d) Aproveitar um feriado, um fim de semana prolongado ou até mesmo um período de férias para se dedicar ao processo de desfralde;
 - e) O controle das necessidades dos esfíncteres é um processo que integra fatores biológicos, emocionais e cognitivos. A família inicia no fim de semana e a escola dá continuidade, sempre buscando alinhamentos;
 - f) Durante todo o processo do desfralde manter uma rotina de convites para levar a criança ao banheiro.
- XIX. Manter atualizada a carteira de vacinação da criança, respeitando o que é citado no artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que determina, em seu 1º parágrafo a obrigatoriedade da vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- XX. Responsabilizar-se por levar a criança ao atendimento educacional especializado conforme encaminhamento dos especialistas.



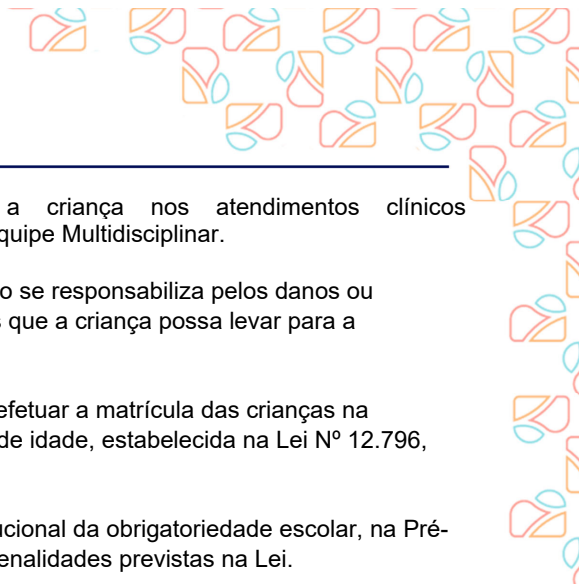
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



XXI. Comprometer-se em acompanhar a criança nos atendimentos clínicos encaminhados pelos profissionais da Equipe Multidisciplinar.

Art. 126º A Instituição de Educação Infantil não se responsabiliza pelos danos ou extravios de brinquedos pessoais e/ou objetos que a criança possa levar para a instituição.

Art. 127º Os pais e/ou responsáveis deverão efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, estabelecida na Lei N° 12.796, de 2013 para o ingresso na Pré-escola.

Art. 128º O descumprimento do dever constitucional da obrigatoriedade escolar, na Pré-escola, sujeita os pais e/ou responsáveis às penalidades previstas na Lei.

CAPÍTULO IV **Do Estágio na Educação Infantil**

Art. 129º A Rede Municipal de Ensino autorizará os estudantes de cursos de Educação Superior (licenciaturas) para a realização de estágio profissional, a partir da Lei Federal N° 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta a realização de processos de estágios.

Art. 130º O estágio profissional será realizado em ambientes específicos, com profissionais devidamente habilitados, será supervisionado pelo Professor responsável e visa assegurar aos estudantes de cursos superiores de licenciatura as condições necessárias à sua integração no mundo do trabalho.

§ 1º O estágio abrangerá atividades de prática profissional orientada, vivenciadas em situações reais de trabalho, de ensino e de aprendizagem com acompanhamento direto de docentes habilitados.

§ 2º As atividades de prática de ensino abrangem a aprendizagem de conhecimentos teóricos e experiências docentes, por meio da execução dos projetos de estágio das Universidades.

Art. 131º As atividades de prática profissional e de estágio supervisionado visam o desenvolvimento das experiências teórico-práticas programadas para a formação profissional pretendida.

Art. 132º A carga horária, sistemática, formas de execução e procedimentos avaliativos da prática profissional e do estágio supervisionado serão definidas pelas Universidades.



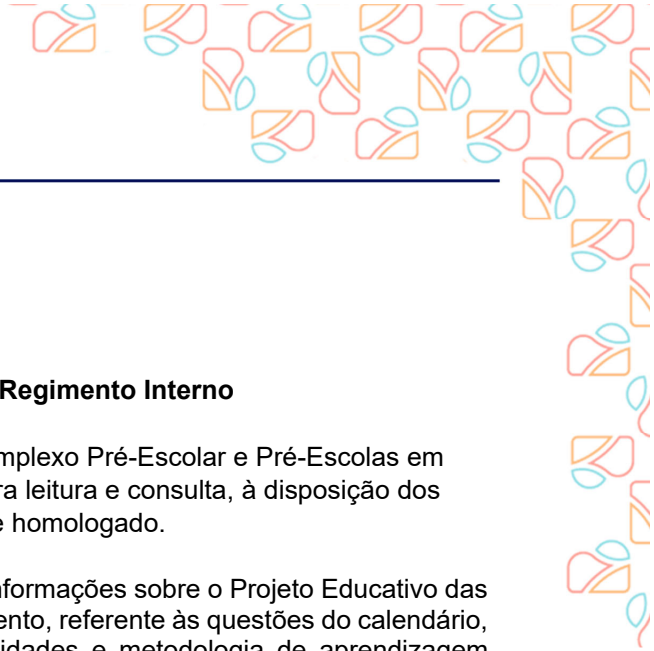
Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000



TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

Do início, da vigência e da abrangência do Regimento Interno

Art.133º Os Centros de Educação Infantil, Complexo Pré-Escolar e Pré-Escolas em Instituições de Educação Básica manterão para leitura e consulta, à disposição dos pais, cópia do Regimento Interno devidamente homologado.

- I. O coordenador pedagógico fornecerá informações sobre o Projeto Educativo das unidades citadas no Art. 2º deste regimento, referente às questões do calendário, currículo e desenvolvimento das habilidades e metodologia de aprendizagem utilizadas sempre que for solicitado.
- II. Os direitos e deveres do corpo docente e dos funcionários estão em conformidade com a legislação vigente e este Regimento comum das Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Barra Velha - SC.

Art.134º Esse regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação, tendo como tempo de vigência quatro anos, ou desde que se constate necessidade de revisão. As alterações devem ser propostas mediante apresentação de texto integral, e encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 135º As situações não previstas neste Regimento serão apreciadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 136º O presente Regimento entra em vigor na data da publicação.

Aprovado em Sessão Plenária em: 29/11/2023

Comissão Permanente da Educação Infantil

Luciane Maciel
Generis Ravizza Pinto
Vanessa Guilz Marconsini
Juliana Ramos

Ruth Neusa Bernardes
Presidente do COMED



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

(47) 3446-7700

leis@barravelha.sc.gov.br

www.barravelha.sc.gov.br | www.conhecabarravelha.com.br

Av. Governador Celso Ramos | 200 | Centro | Barra Velha - SC | 88 390-000

DECRETO Nº 1981 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411482

DECRETO Nº 1981 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o cancelamento de empenhos inscritos em restos a pagar.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as contas a realidade do município e de que existem restos a pagar inscritos até o exercício de 2018 processados que já se encontram prescritos e/ou de que não ocorreu neste período, nenhuma manifestação das empresas prestadoras dos serviços contratados em receber o pagamento;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto Nº20.910/1932 em que dívidas passivas na União, dos Estados e dos Municípios, bem todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem;

CONSIDERANDO o Parecer da SEORI/AUDIN – MPU nº 1.735/2016 em que os restos a pagar processados que já atingiram o prazo prescricional de cinco anos devem ser cancelados;

CONSIDERANDO ainda, despesas empenhadas e não realizadas e/ou não pagas inscritas em restos a pagar,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam canceladas as despesas empenhadas, inscritas em Restos a Pagar, conforme segue:

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA					
Ano Restos	Nº Emp. Restos	Credor	Vínculo	Inscrito	Cancelado
2018	1248	HAVERROTH CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME	150070000000	100,00	100,00
2018	63	BANCO DO BRASIL S.A.	150070000000	19,85	19,85
2016	34	ASSOCIAÇÃO DOS MUNIC. DO VALE DO ITAPOCU - AMVALI	150070000000	31.603,26	31.603,26
2018	1253	ANCORA ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA	150070000000	3.772,50	3.772,50
2018	1239	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	150070000000	183,00	183,00
2018	1242	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	150070000000	42,00	42,00
2018	1827	BANCO DO BRASIL S.A.	150070000000	19,85	19,85
2018	1631	FRANCISCO EDUARDO REBELLO HENRIQUE	150070000000	17.200,00	17.200,00
2018	2690	CSR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA EPP	150070000000	375,55	375,55
2018	6042	MARCOS CESAR RIBEIRO E CIA LTDA ME	150070000000	600,00	600,00
2018	7037	ANTONIO DA FONSECA	150070000000	250,00	
Total				54.166,01	53.916,01
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA					
Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos - SEMEC					
Ano Restos	Nº Emp. Restos	Credor	Vínculo	Inscrito	Cancelado
2016	1801	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	150010010000	6.369,60	6.369,60
2017	2579	GILBERTO DIAS DE MORAES	150010010000	2.456,00	2.456,00
2018	7269	ABASE SISTEMAS E SOLUCOES LTDA	150010010000	2.181,89	2.181,89
2018	7270	ABASE SISTEMAS E SOLUCOES LTDA	150010010000	2.181,89	2.181,89
2018	5420	LCE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA	150010010000	1.361,20	1.361,20
2018		COOPERATIVA DOS AGRICULTORES RURAIS DE BARRA VELHA COOPERBARRA	150070000000	714,76	714,76
Total				15.265,34	15.265,34
Fundo Municipal de Saúde - FMS					
Ano Restos	Nº Emp. Resto	Credor	Vínculo	Inscrito	Cancelado
2018	338 - 0	DARIO CHIODINI	150010020000	1.169,24	1.169,24
2018	2171	DETRAN - SEC. DE SEGURANCA PUBLICA -SC	150010020000	104,13	104,13
2018	178 - 0	YUSMILA DIAZ ORTIZ	160070001000	1.500,00	1.500,00
2018	179 - 0	YUSMILA DIAZ ORTIZ	160070001000	500,00	500,00
2018	1839	COMERCIO DE ALIMENTOS SANTA MARTA LTDA ME	262170002001	3.602,18	3.602,18
Total				6.875,55	6.875,55

Art. 2.º Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser

atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores.

Art. 3.º Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 08 de dezembro de 2023.

Douglas Elias da Costa

DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2023PMBV

Publicação Nº 5411692

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 68219BAE9FC1E47D7F1C354D58B9007C8E9F9F05

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo 162/2023

Dispensa de Licitação 018/2023 68219BAE9FC1E47D7F1C354D58B9007C8E9F9F05

HOMOLOGAÇÃO

4918B375F9CAFC2BC9D42102E6B769C46DC691C4

Contrato nº 081/2023

680529D64ADA73B5761BC942AA4B67D06AC388FA

Contratada: POSTO MAIOCHI BARRA VELHA NORTE LTDA

Objeto Locação de Imóvel para Rodoviária, situado frente para paralela da BR - 101 - Governador Mario Covas - KM84, nº05, Bairro Vila Nova - Barra Velha/SC.

Valor do Contrato: R\$ 60.000,00

Data da assinatura: 08/12/2023

Data do vencimento: 08/12/2024

Barra Velha, 08 de dezembro de 2023

ADRIANO CARDOSO MAIOCHI

Pela Contratada

Douglas Elias da Costa

Prefeito

ERRATA 002 TP 027/2023 PMBV

Publicação Nº 5412273

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A00F7D5FF0FEE7F39F808327BA00E45DF28A4C49

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 157/2023

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 027/2023

ERRATA 002

A00F7D5FF0FEE7F39F808327BA00E45DF28A4C49

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público ALTERAÇÃO da Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global por Item para pavimentação em lajota das Ruas José Antônio de Jesus, Alcebíades Alves e Maria Tusnelda Bernstorff, incluindo material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Contrato de Financiamento: Nº 40/00035-4. Data/horário recebimento envelopes: 08/01/2024 até 13:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 08/01/2024 às 13:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra E SUAS ALTERAÇÕES encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 13:00 às 19:00 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de dezembro de 2023.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito

ERRATA ATA 008/2023FMAS RLV

Publicação N° 5412038

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E96D02A112A56B9B2D60C75BBEE60BC214C83E09

ERRATA 001

ONDE LE-SE

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2023FMAS
PREGÃO ELETRONICO N° 001/2023FMAS
HOMOLOGAÇÃO
E96D02A112A56B9B2D60C75BBEE60BC214C83E09

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2023FMAS
Contratada RLV DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios e outros, para suprir as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos pela Instituição de Acolhimento Vereador Germano Selker. Devendo seguir adequadamente as descrições de cada produto.

Valor do contrato R\$ 198.057,10

Data da assinatura: 23/11/2023

Data do vencimento: 23/11/2024

Barra Velha, 23 de novembro de 2023

ANDERSON LINO VIEIRA
Pela Contratada

Douglas Elias da Costa
Prefeito

LEIA-SE

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2023FMAS
PREGÃO ELETRONICO N° 001/2023FMAS
HOMOLOGAÇÃO
E96D02A112A56B9B2D60C75BBEE60BC214C83E09

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2023FMAS
Contratada RLV DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios e outros, para suprir as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos pela Instituição de Acolhimento Vereador Germano Selker. Devendo seguir adequadamente as descrições de cada produto.

Valor do contrato R\$ 191.681,10

Data da assinatura: 23/11/2023

Data do vencimento: 23/11/2024

Barra Velha, 23 de novembro de 2023

ANDERSON LINO VIEIRA
Pela Contratada

Douglas Elias da Costa
Prefeito

RESOLUÇÃO COMED/BARRA VELHA/SC Nº 07 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410728



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO COMED/BARRA VELHA/SC nº 07 de 29 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o Regimento Escolar da Educação Infantil, da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA VELHA/SC, no uso das atribuições que lhe conferem o art.13, inciso XVI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art.88 § 1º da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, o art.13, inciso III da LC nº 2049/2022 de 16 de março de 2022, o PCOMED nº 03 de 18 de outubro de 2023, da Comissão Permanente da Educação Infantil, de acordo com Parecer nº 07/2023 de 29 de outubro de 2023 do Conselho Pleno e conforme deliberado na Sessão Plenária de 29 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Regimento Escolar da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Barra Velha/SC.

Art.2º A Unidade Escolar e a respectiva comunidade, devem se adequar as exigências deste Regimento com vigência do ano letivo seguinte a promulgação desta Resolução.

Art.3º Os casos omissos e excepcionais, singulares e/ou diversos da ocorrência comum merecerão análise e providências específicas do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha

Art.4º Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser anexado ao Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares que atendem esta modalidade de Ensino.

Art. 5º Revoga-se a Resolução nº 16/COMED/Barra Velha/SC de 22 de abril de 2021.

Barra Velha, 29 de novembro de 2023

Ruth Neusa Bernardes
Presidente do COMED/Barra Velha/SC

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

REDE MUNICIPAL DE ENSINO BARRA VELHA/SC

REGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2023

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REDE MUNICIPAL DE ENSINO
EDUCAÇÃO INFANTIL
REGIMENTO INTERNO
SEMEC - 2023

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeito Municipal

Douglas Elias da Costa

Secretária Municipal de Educação

Nilcéia Tomaz

Secretária Adjunta

Marta Francez Vieira

Diretora de Ensino

Roseni dos Santos

Coordenadora da Educação Infantil

Ana Paula dos Santos Muller

Coordenadora da Educação Especial

Katia Maria Alves

Comissão Responsável

Ana Carolina de Oliveira

Beatris Maros dos Santos

Cristiane Arbigauss Reinert

Juliana Ramos

Katian da Costa

Luciane Maciel

Sandra Regina Sirena

Úrsula Fagundes Rolin

Vanessa Guilz Marconsini

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assessoria e Consultoria

Ph.D. Valdir Nogueira

INOVERSASUL/UNISUL

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

TÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	07
CAPÍTULO I	Da caracterização	07
CAPÍTULO II	Dos Objetivos	09
CAPÍTULO III	Do Calendário	09
CAPÍTULO IV	Da Organização e do Funcionamento	11
CAPÍTULO V	Do Recreio Monitorado	13
TÍTULO II	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	13
CAPÍTULO I	Da Matrícula – 0 a 3 anos	13
CAPÍTULO II	Da Matrícula da Criança de 4 a 5 anos	15
CAPÍTULO III	Da cessação do Direito de Vaga	16
CAPÍTULO IV	Da entrada e saída das crianças	16
CAPÍTULO V	Do uso de dados e direito de uso imagem	18
CAPÍTULO VI	Do Estudo de Campo e Saídas	19
CAPÍTULO VII	Da alimentação	19
CAPÍTULO VIII	Da Saúde	21
CAPÍTULO IX	Da Segurança	23
TÍTULO III	FORMAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	24
CAPÍTULO I	Da Gestão Democrática e Participativa	24
CAPÍTULO II	Da Associação De Pais e Professores	26
CAPÍTULO III	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	27
CAPÍTULO IV	Da Contribuição Espontânea	27
CAPÍTULO V	Dos Colegiados	28
CAPÍTULO VI	Dos Currículos	29
CAPÍTULO VII	Da Proposta Pedagógica	32
CAPÍTULO VIII	Da Vivência Pedagógica	33
CAPÍTULO IX	Dos Projetos Educativos	34
CAPÍTULO X	Da Avaliação	35
CAPÍTULO XI	Do Pré-conselho e Conselho De Classe	36
TÍTULO IV	MODALIDADES EDUCATIVAS E TRANSIÇÕES	38
CAPÍTULO I	Da Educação Especial	38
CAPÍTULO II	Da Educação em Tempo Integral	41
CAPÍTULO III	Da Transição na Educação Infantil	42
TÍTULO V	GESTÃO DA CONVIVÊNCIA	43
CAPÍTULO I	Das Normas De Gestão Da Convivência	43
CAPÍTULO II	Do Regime Disciplinar	44

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TÍTULO VI	DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO	44
CAPÍTULO I	Dos Direitos E Deveres Da Equipe Gestora	44
CAPÍTULO II	Os Direitos E Deveres Dos Professores	45
CAPÍTULO III	Da Responsabilidade da Família e da Comunidade Escolar	49
CAPÍTULO IV	Do Estágio na Educação Infantil	52
TÍTULO VII	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	53
CAPÍTULO I	Do início, da vigência e da abrangência do Regimento Interno	53

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

Da caracterização

Art. 1º O presente Regimento da Educação Infantil regulamenta a organização pedagógico-administrativa da Primeira Infância - mantido pelo Poder Público Municipal e administrado pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente, em especial, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Nº 8.069/1990; Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/1996; Marco Legal para a Primeira Infância - Lei Nº 13.257/2016; Base Nacional Comum Curricular de 20 de dezembro de 2017; Currículo Base do Território Catarinense; Política Nacional de Educação Especial; Lei Brasileira de Inclusão; Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Lei do Sistema Municipal de Ensino Nº 096/2010; Lei Complementar Municipal Nº 125/2011; Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC-2020, além dos atos normativos dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação.

§ 1º Destarte, os Centros de Educação Infantil, são destinados a oferecer a Educação Infantil em período integral ou parcial para crianças a partir de quatro meses até os três anos e onze meses.

§ 2º A Pré-escola, na Instituição de Educação Infantil, deverá ser ofertada em período parcial para crianças de quatro anos completos ou a completar até 31 de março do ano vigente.

§ 3º Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art. 2º- A organização da Educação Infantil que integra a Rede Municipal de Ensino de Barra Velha está subordinada à Secretaria Municipal da Educação, localizada na Rua Governador Celso Ramos, 198 – Barra Velha/SC, CEP 88390000, fone (47) 34467734. Possui 08 Centros de Educação Infantil (CEI), 01 Complexo Pré-Escolar e 09 Unidades Escolares que atendem Pré-Escola:

1. **Escola Básica Municipal Manoel Antônio de Freitas** - Rua: Rita de Cássia Coelho Ramos, nº 150 - Bairro Itajuba.
2. **Escola Reunida Municipal Prefeito Bernardo Aguiar** - Rua: José Manoel Basílio, nº 83 – Bairro Itajuba.
3. **Escola Reunida Municipal Judite Bernardina Aguiar** - Rua: Anastácio João Pereira, nº 90 – Bairro Medeiros.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4. **Escola Reunida Municipal Epifânio Manoel Ignácio** - Rua: Epifânio Manoel Ignácio, nº 90 – Bairro Sertãozinho.
5. **Escola Reunida Municipal Professora Maria Tusnelda Bernstorff** - Rua: Guarino de Oliveira Franco, nº 450 - Bairro Vila Nova.
6. **Escola Reunida Municipal Professor João Manoel da Silva** - Rua: Nila Maria da Silva, nº 219 – Bairro Nova Esperança.
7. **Escola Reunida Municipal Professora Maria Lindamir de Aguiar Barros** - Rua: dos Fados, nº 403 – Bairro Quinta dos Açorianos.
8. **Escola Isolada Municipal Perfeito Aguiar** - Estrada Geral Escalvado, s/n.
9. **Escola Isolada Municipal Professor José Miguel Zimmermann** - Estrada Geral Rio Novo, s/n.
10. **Centro de Educação Infantil Madre Paulina** - Rua: Afonso Radun, nº 414, Bairro Centro.
11. **Centro de Educação Infantil Frei Libório Schmitt** - Rua: Zózimo Bittencourt, nº 113, Bairro São Cristóvão.
12. **Centro de Educação Infantil Professora Hilda Batista da Silva** - Rua: Rita de Cássia Coelho Ramos, nº 160, Bairro Itajuba.
13. **Centro de Educação Infantil Professora Marli Hess de Faria** - Rua: José Manoel Basílio, nº 105, Bairro Itajuba.
14. **Centro de Educação Infantil Professora Célia Muller Cubas** - Rua: Nair Borba Maia, nº 366, Bairro Vila Nova.
15. **Centro de Educação Infantil Professora Nadida Michereff** - Rua: Higino Aguiar, s/n – Bairro São Cristóvão.
16. **Centro de Educação Infantil Professora Daniele Ramon Eschholz Schuch** - Rua: 1004, nº 385 – Bairro Itajuba.
17. **Centro de Educação Infantil Professora Porfíria Coelho da Silva** - Rua: Dona Carlota nº 390 – Bairro Quinta dos Açorianos.
18. **Complexo Pré Escolar Franciele e Richelle Torquato Ferreira** - Rua: João Pedro de Oliveira, nº 550 – Bairro São Cristóvão.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 3º São Objetivos da Educação Infantil:

- I. Garantir os direitos fundamentais das crianças (direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças);
- II. Assegurar as necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem da criança, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e contrário a qualquer forma de preconceito ou discriminação;
- III. Promover o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade;

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- IV. Promover o desenvolvimento integral da criança, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, social, cultural e ambiental;
- V. Garantir os direitos de aprendizagem previstos pela BNCC (Conviver – Brincar – Participar – Explorar – Expressar – Conhecer-se);
- VI. Proporcionar à criança o desenvolvimento de sua autoimagem e o convívio no processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais;
- VII. Promover processos de ensino e de aprendizagem sistematizados por campos de experiências a fim de garantir o desenvolvimento das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Municipais e os direitos de aprendizagem descritos na BNCC.

CAPÍTULO III
Do Calendário

Art. 4º Deverão ser obedecidas as seguintes orientações:

- I. Ano Letivo - entende-se os dias de funcionamento da Instituição de Educação Infantil;
- II. Dia de efetivo trabalho político-pedagógico é aquele de atividades pedagógicas, isto é, de trabalho efetivo em espaços ou ambientes de aprendizagem e que envolva a participação das crianças e professores com planejamento formalmente estabelecido pela Instituição de Educação Infantil e no Plano Anual de Aprendizagem e Desenvolvimento do Professor;
- III. Recesso Escolar é o período em que o Corpo Técnico, Pedagógico e Administrativo participa de atividades relacionadas com as suas funções, embora sem a presença obrigatória das crianças, na Instituição de Educação Infantil.

Parágrafo Único: Para o Centro de Educação Infantil, admitir-se-á um turno diurno integral, com cinquenta e cinco (55) horas semanais e carga horária anual de duzentos (200) dias de efetivo trabalho educacional.

Art. 5º As Instituição de Educação Infantil, independentemente do ambiente de aprendizagem ou da modalidade e forma adotados, para encerrar o ano letivo e todas as atividades didáticas e pedagógicas, deverá comprovar como efeito de regra comum:

§ 1º O cumprimento dos 200 dias de efetivo trabalho em ambientes de aprendizagem e correspondentes oitocentas (800) horas de aula, efetivamente ministradas, obrigatoriamente para a Pré-escola.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 2º O calendário escolar determinado pela Secretaria Municipal de Educação garantirá a adequação às peculiaridades do município, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho político-pedagógico, previstos neste regimento.

§ 3º Nos afastamentos legais do Profissional do Magistério, em exercício na Instituição de Educação Infantil, o cumprimento dos dias de efetivo trabalho político-pedagógico estabelecido é de responsabilidade da respectiva Instituição.

§ 4º O não cumprimento do disposto neste artigo submete a Direção da Instituição de Educação Infantil, com os Profissionais, às atividades complementares para o cumprimento pleno do presente Artigo.

Art. 6º Os períodos de férias de todos os profissionais integrantes da Educação Infantil, ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação e estarão em consonância com a legislação.

Parágrafo único: O período de Recesso Escolar, no mês de julho, deverá ser discutido em Assembleia com os pais e/ou responsáveis, logo no início do ano letivo e, para efeito, deverá ser aprovado pela Assembleia, lavrado em Ata, assinada por todos os presentes.

CAPÍTULO IV **Da Organização e do Funcionamento**

Art. 7º A Educação Infantil é oferecida em tempo integral e parcial exclusivos para Centros de Educação Infantil e parcial na Pré-escola.

Art. 8º Fica entendido que o período integral é ofertado das 7h às 18h e parcial, no período matutino, das 7h às 12h e no período vespertino, das 13h às 18h.

- I. Período matutino: entrada das 7h às 8h e saída até às 12h;
- II. Período vespertino: entradas das 13h às 13h30min e saída até às 18h;
- III. Período integral: das 7h às 8h e saída até às 18h.

Parágrafo único: Os horários de entrada e saída das crianças dos Centros de Educação Infantil devem ser rigorosamente seguidos pelos pais e/ou responsáveis legais.

Art. 9º A Pré-escola será oferecida, obrigatoriamente, em período parcial das 7h30min às 11h30min e no período vespertino das 13h15min às 17h15min ou conforme organização da Instituição de Educação Infantil.

Parágrafo único: Os horários de entrada e saída das crianças da Pré-Escola devem ser rigorosamente seguidos pelos pais e/ou responsáveis legais:

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) Matutino: 07h30min às 11h30min.
- b) Vespertino: 13h15min às 17h15min ou 13h30min às 17h30min.

Art. 10º O atendimento na Educação Infantil, será organizado por grupos que deverá atender aos seguintes critérios de faixa-etária:

- a) Berçário I: de 4 meses até os 11 meses;
- b) Berçário II: de 1 ano a 1 ano e 11 meses;
- c) Maternal I: de 2 anos a 2 anos e 11 meses;
- d) Maternal II: de 3 anos a 3 anos e 11 meses;
- e) Pré-Escola I: de 4 anos a 4 anos e 11 meses;
- f) Pré-Escola II: de 5 anos a 5 anos e 11 meses.

Art. 11º A rotina alimentar nos Centros de Educação Infantil deverá cumprir a oferta de todas as refeições, de acordo com as orientações do Setor de Nutrição e com a fiscalização do CAE – Conselho da Alimentação Escolar conforme previsto na Lei nº 11947/2009, definidas a seguir:

I. Berçários I e II:

- a) Café da manhã: 8h;
- b) Almoço: a partir das 10h;
- c) Lanche 1: a partir das 13h.;
- d) Jantar: a partir das 15h;
- e) Lanche 2: a partir das 17h.

II. Maternais I e II:

- a) Café da manhã: 8h15min;
- b) Hora da fruta 1: 9h30min;
- c) Almoço: a partir das 11h;
- d) Hora da fruta 2: a partir das 13h30min;
- e) Jantar: a partir das 15h;
- f) Hora da fruta 3: a partir das 17h.

§ 1º Os horários das refeições poderão sofrer alterações, conforme a necessidade de cada Centro de Educação Infantil, tendo a análise e a aprovação do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Na fase Pré-escolar, a refeição ocorre em horário estabelecido conforme definido pelo Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação. As crianças da Pré-Escola, deverão receber uma refeição logo no início da manhã e da tarde, antes do horário do recreio.

§ 3º É de responsabilidade de cada Centro de Educação Infantil, comunicar aos pais e responsáveis acerca dos horários estabelecidos e quaisquer alterações na programação.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO V
Do Recreio Monitorado

Art. 12º Na Pré-escola serão considerados 15 (quinze) minutos de recreio, nas 04 (quatro) horas de trabalho político-pedagógico efetivo, devidamente monitorado com a participação do Corpo Docente e Especialistas, desde que execute o Projeto de Recreio Monitorado conforme preconiza a Portaria N° 791 de 29 de março de 2019, do Conselho Municipal de Educação e outras legislações.

§ 1º Os professores e equipe diretiva, obrigatoriamente, deverão monitorar as crianças com atividades recreativas durante o recreio.

§ 2º Cada instituição, obrigatoriamente, no projeto do recreio monitorado, deverá constar o horário de cada professor que estiver envolvido nesse ato de monitoramento.

§ 3º Cada instituição deverá ter uma planilha mensal com os dias e os horários determinados de cada professor.

TÍTULO II
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I
Da Matrícula- 0 a 3 anos

Art. 13º A matrícula é o ato formal que vincula a criança à Instituição de Educação Infantil, conferindo-lhe a condição de participante do corpo discente.

Art. 14º É de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis no ato da matrícula, autorizar ou não o uso de imagens nas redes sociais, bem como a autorização de pesquisas ou aula de campo, pela proximidade da Instituição de Educação Infantil.

Art. 15º A matrícula será realizada pelo responsável legal, mediante a ficha de matrícula, e implica na aceitação expressa deste Regimento.

Art. 16º Quando a matrícula é realizada por terceiros, é necessário apresentar documento do Conselho Tutelar informando que essa pessoa possui a guarda da criança.

Art. 17º Conforme o Decreto Municipal nº 1159/2017 que dispõe sobre o “Programa Fila Única”, a matrícula da criança de 4 meses a 3 anos e 11 meses nos Centros de Educação Infantil será realizada mediante classificação de inscrição e abertura de vagas, que ocorre entre os meses de fevereiro e novembro.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Parágrafo Único: As crianças com deficiência devidamente comprovada através de Laudo Médico junto a Secretaria Municipal de Educação, têm preferência sobre as demais na ordem de inscrição no “Programa Fila Única”.

§ 1º No mês de dezembro, a Secretaria de Educação ofertará as vagas para matrícula no ano seguinte, também seguindo os critérios no “Programa Fila Única”.

Art. 18º A criança que for matriculada no Centro de Educação Infantil passará por um período de adaptação referente às suas necessidades.

§ 1º Durante o período de adaptação, o tempo de permanência da criança no estabelecimento poderá ser reduzido, mediante avaliação e critérios estabelecidos pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Diretor, Orientador Educacional e Professores da Educação Infantil.

Art. 19º Para as crianças de 0 a 3 anos, não se segue data corte nos Centros de Educação Infantil, devido a transição entre os grupos ocorrer mediante abertura de vagas no decorrer do ano letivo.

Art. 20º A Matrícula compreende:

- I. Rematrícula das crianças já pertencentes na Instituição de Educação Infantil;
- II. Admissão de crianças novas;
- III. Admissão de crianças por transferência.

Art. 21º Para a efetivação da matrícula faz-se necessário apresentação dos seguintes documentos:

- I. Apresentação da certidão de nascimento (fotocópia) da criança a ser matriculada;
- II. Apresentação do comprovante de residência dos pais e/ou responsáveis legais residentes em Barra Velha;
- III. Apresentação do cartão do SUS;
- IV. Apresentação do Cartão Auxílio Brasil, quando houver;
- V. Declaração atualizada de vacinação pela Unidade de Saúde;
- VI. Declaração expressa dos pais e/ou responsáveis de ter ciência e estar de acordo com as normas previstas neste Regimento;
- VII. Declaração de Trabalho do Responsável Legal.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO II

Da Matrícula da Criança de 4 a 5 anos

Art. 22º Compete à Instituição de Educação Infantil divulgar, amplamente, o horário de atendimento à Matrícula e Rematrícula, no caso de crianças da Pré-escola.

Parágrafo Único: Os pais e/ou responsáveis deverão apresentar documentos atualizados e comprobatórios, que foram apresentados na matrícula inicial, ainda acrescidos de demais documentações que se façam necessárias.

Art. 23º Matrícula nova e rematrícula da criança de 4 anos a 5 anos e 11 meses será realizada no período determinado no Edital de Matrícula expedido pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Legislação Vigente de acordo com o Zoneamento Escolar e com a Lei do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 24º Será exigida, a partir da obrigatoriedade, a frequência mínima de sessenta por cento (60%) do total de horas letivas, conforme Lei Federal Nº 12.796/2013, que altera a LDB no artigo 31, para o Pré-Escolar.

Art. 25º De acordo com a Resolução Nº 2, de 9 de outubro de 2018, para as crianças da Pré-Escola, quatro (4) e cinco (5) anos, segue-se a data corte de quatro (4) anos completos ou a completar até 31 de março do ano vigente.

Art. 26º Para a efetivação da matrícula faz-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Apresentação da certidão de nascimento (fotocópia) da criança a ser matriculada;
- II. Apresentação do comprovante de residência dos pais ou responsáveis legais em Barra Velha;
- III. Apresentação do cartão do SUS;
- IV. Apresentação do Cartão Auxílio Brasil, quando houver;
- V. Declaração atualizada de vacinação pela Unidade de Saúde;
- VI. Declaração expressa dos pais e/ou responsáveis de ter ciência e estar de acordo com as normas previstas neste Regimento.

CAPÍTULO III

Da cessação do Direito de Vaga

Art. 27º Será cessado o direito de vaga da criança regularmente matriculada no Centro de Educação Infantil, mediante:

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- I. Solicitação dos pais registrada e assinada no Livro de Ocorrências;
- II. Após a realização de Busca Ativa, a vaga da criança poderá ser cessada devido à ausência sem justificativa da criança no CEI, durante sete (7) dias consecutivos;
- III. As crianças de Maternal II, entre a idade de corte, terão a matrícula cessada ao final do ano letivo.

CAPÍTULO IV

Da entrada e saída das crianças

Art. 28º Na hipótese dos pais e/ou responsáveis ficarem impossibilitados de retirar o filho (a) do Centro de Educação Infantil, em qualquer situação, a criança somente será entregue à pessoa autorizada, cujo nome conste na ficha de matrícula. A pessoa terá que se identificar com o documento de identidade na secretaria da Instituição de Educação Infantil, sendo tal fato registrado no Livro de Ocorrências.

- I. Haverá tolerância somente de quinze minutos de atraso para a entrada e saída. Inexiste possibilidade de recorrência de atrasos para a mesma criança, competindo ao professor permitir a entrada da criança mediante entrega de ficha de autorização expedida pela secretaria da Instituição de Educação Infantil, devendo o mesmo procedimento ser adotado em casos em que ocorra necessidade de busca da criança antes do horário.
- II. Havendo intercorrências que impossibilitem os pais e/ou responsáveis da retirada da criança nos horários previamente estabelecidos, a secretaria da instituição de Educação Infantil deverá ser formalmente comunicada.
- III. Saídas antecipadas, só serão permitidas mediante a entrega de ficha de autorização expedida pela secretaria da Instituição de Educação Infantil, desde que constem na ficha de matrícula as pessoas autorizadas pelos responsáveis.
- IV. A criança não poderá ser visitada durante o período em que estiver frequentando a Instituição de Educação Infantil, exceto quando a Equipe Gestora solicitar a presença dos pais e/ou responsáveis ou quando houver uma ordem judicial que autorize essa visita.

Art. 29º Em caso de não cumprimento dos horários, os pais e/ou responsáveis serão advertidos e persistindo a situação, será realizado relatório que deverá ser encaminhado ao Órgão competente – Assistente Social e Coordenação da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 30º A criança será entregue aos pais e/ou responsáveis ou pessoas autorizadas que estiverem com seus nomes na ficha de matrícula e devidamente assinado pelo responsável legal. A autorização será em um documento próprio, anexado à documentação da criança. A criança não será entregue a terceiros que não constem o nome na matrícula.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 31º Após as dezoito horas (18h), o Centro de Educação Infantil, entrará em contato via todos os números telefônicos existentes na ficha de matrícula e caso não seja possível localizar o responsável, será comunicado a Assistente Social e Coordenação da Educação Infantil da Secretaria de Educação.

§ 1º O descumprimento por 3 (três) vezes consecutivas do que consta nos artigos 28º e 31º acarretarão registro no Livro de Ocorrências, sendo os pais e/ou responsáveis legais notificados, devendo comparecer obrigatoriamente no horário estipulado pela Direção do CEI para Reunião de Advertência e, posteriormente, encaminhar o relatório para a Assistente Social da Secretaria de Educação.

§ 2º Persistindo a situação mesmo após as intervenções e estratégias realizadas pela Instituição de Educação Infantil e Secretaria de Educação, configurando-se uma negligência por parte da família, o Conselho Tutelar será comunicado pela Assistente Social para tomar as providências cabíveis para a segurança e proteção da criança.

Art. 32º Nos Centros de Educação Infantil, a saída das crianças da Instituição seguirá orientações conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em que a maioridade civil inicia a partir dos dezoito (18) anos de idade.

§ 1º Fica expressamente vedada pelos pais e/ou responsáveis, autorizar menores de 18 anos a buscar a criança no Centro de Educação Infantil, bem como autorizar a saída da criança por meio de contato telefônico.

CAPÍTULO V

Do uso de dados e direito de uso imagem

Art. 33º A rede municipal de ensino de Barra Velha se orienta pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Nº 13.709/2018 – promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo.

Art. 34º As Instituições de Educação Infantil agirão, nesse contexto, mediante o cuidado e discrição sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.

§ 1º O direito de uso de imagem (fotos e vídeos de cunho pedagógico - divulgação dos trabalhos realizados), por parte da Instituição, deve ocorrer mediante solicitação de autorização e formalizado no ato da matrícula, bem como, a gravação das crianças nos diversos ambientes da Instituição, por medida de segurança, deve ser registrada em ata mediante aprovação em assembleia de pais, responsáveis e professores.

§ 2º É vedado a todos os profissionais que atuam em instituições de Educação Infantil, fundamentalmente docentes, gestores e especialistas, a publicação de imagens

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(fotos e vídeos) de ordenamento público autorizado em matrícula, em redes privadas de divulgação audiovisual, a exemplo das redes sociais.

CAPÍTULO VI
Do Estudo de Campo e Saídas

Art. 35º Quando a Instituição de Educação Infantil promover saídas de campo para estudos ou deslocamentos em grupo em ambientes externos, previstos nos Planos de Aprendizagem e Desenvolvimento, deverá solicitar por escrito com antecedência mínima de 48h, uma autorização expressa, assinada pelos pais e/ou responsáveis. Nesses deslocamentos, as crianças serão acompanhadas pelos professores e pais, quando solicitados.

Art. 36º Quando a criança que o pai e/ou responsável não autorizar a participar do passeio ou deslocamento em grupo, poderá permanecer com a criança em casa ou conforme organização da Instituição de Educação Infantil, a criança será assistida por outro professor que ficará incumbido de acompanhá-la enquanto os demais estiverem na atividade externa ou deslocamento em grupo.

CAPÍTULO VII
Da Alimentação

Art. 37º A Alimentação das crianças, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem por objetivos contribuir para a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento, para a formação de bons hábitos alimentares, a suplementação à carência alimentar vivenciada pela criança na família e a redução da evasão escolar.

Art. 38º O Programa será oferecido, pela Unidade de Educação Infantil, conforme o Plano de Ação para a Alimentação, utilizando os recursos financeiros do PNAE e do Poder Público Municipal.

Art. 39º A organização e funcionamento da alimentação deverão obedecer às normas, orientações e programação estabelecida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Educação, com base na Resolução 06/2020 - PNAE.

Art. 40º A alimentação na Instituição de Educação Infantil será estabelecida considerando as diferentes fases do desenvolvimento da criança.

Art. 41º A alimentação das crianças de quatro (4) meses até cinco (5) anos e onze (11) meses, será padronizada em cardápio próprio, elaborado pela equipe de nutricionistas pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação (Setor de Nutrição).

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- I. As crianças que possuem restrições alimentares (de qualquer natureza), os pais deverão comprovar por meio de atestado médico, laudo ou documentos afins;
- II. As crianças explicitadas no inciso I, terão direito de serem atendidas com uma dieta correspondente, definida pela Lei Nº 12.982/2014 e pela Resolução Nº 06/2020, que determina que o cardápio seja elaborado de acordo com as restrições médicas;
- III. Para comemoração de aniversários, não será permitida a entrada de guloseimas e tampouco bolos trazidos pelas famílias, conforme orientações do Setor de Nutrição;
- IV. De acordo com a Resolução Nº 06/2020, § 8º do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é proibida a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para crianças de até 3 anos, matriculados nos Centros de Educação Infantil.

Art. 42º A criança que frequenta o Centro de Educação Infantil no período integral e não se alimenta de nenhuma refeição, deverá ser encaminhada para uma avaliação inicial realizada pela Equipe Multidisciplinar, a fim de observar e auxiliar no processo de desenvolvimento da criança.

Parágrafo Único: Durante o processo educacional envolvendo alimentação, os pais e/ou responsáveis participarão de reuniões, com intuito de orientá-los em relação às ações e estratégias para facilitar a adaptação alimentar da criança.

Art. 43º É de responsabilidade do diretor da Instituição de Educação Infantil entregar o cardápio aos pais e/ou responsáveis no início do ano letivo ou sempre que houver uma matrícula nova.

Art. 44º O direito à amamentação é assegurado à criança, conforme o Art. 9º do ECA:

- I. As mães que amamentam, terão o direito de fazê-lo, a qualquer momento durante o tempo de permanência da criança no CEI, com planejamento e organização do horário em conjunto com a Direção da Instituição.
- II. O Centro de Educação Infantil, obrigatoriamente, disponibilizará à mãe um espaço adequado para amamentação.

CAPÍTULO VIII

Da Saúde

Art. 45º Os professores e equipe pedagógica, podem implementar programas sociais e atitudinais, como a prevenção da violência, o anti-*bullying*, ou outros amparados

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

pela Lei Lucas, Lei Henry Borel e Protocolos para medidas urgentes, como Covid-19 e catástrofes naturais via Defesa Civil e outros setores da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único: Com base no disposto na Lei Federal Nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, se estabelece a obrigatoriedade da formação desses profissionais em conformidade com a legislação estabelecida.

Art. 46º Não será permitida a entrada e permanência de crianças na Instituição de Educação Infantil que apresentem:

- I. Sintomas febris acima de 37.5°C e distúrbios gastrointestinais, (vômitos, diarreias), doenças contagiosas ou não e indisposição;
- II. Assadura grave, situações de alergias e doenças de pele que inspire cuidados especiais;
- III. Quando a criança manifestar qualquer um dos sintomas descritos acima, os pais e/ou responsáveis serão informados imediatamente para que busquem a criança e tomem as providências necessárias.
- IV. Os pais e/ou responsáveis deverão levar a criança ao médico ou especialista para tratar de enfermidades frequentes tais como: sintomas gripais, tosse, alergia, sangramento nasal, entre outros. A criança poderá retornar à frequência normal assim que estiver saudável, devendo apresentar na Instituição de Educação Infantil documento médico que esclareça o que ocasionou a enfermidade e que está apta a frequentar novamente a instituição.
- V. Em caso de Pediculose (piolho) os pais e/ou responsáveis pela criança serão comunicados para que eles tomem as devidas providências. Serão também orientados a aproveitar o final de semana e feriados para os cuidados necessários.
- VI. Após a terceira notificação formalizada aos pais ou responsáveis sobre pediculose (piolho) e devidamente registrada nos protocolos de ocorrência e assinada pelos responsáveis da Instituição de Educação Infantil, ocorrerá comunicação à Assistente Social da Secretaria da Educação para medidas cabíveis.
- VII. Em caso de tratamento para verminose a criança deverá permanecer em casa durante o período de tratamento.
- VIII. Não será permitido a coleta de fezes, urina, entre outros materiais para realização de exames, ficando sob responsabilidade dos pais e/ou responsáveis a coleta em domicílio.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- IX. Os pais e/ou responsáveis deverão comunicar na Instituição de Educação Infantil qualquer problema de saúde, lesão ocorrida no domicílio ou durante o trajeto da criança até a Instituição.
- X. Os pais e/ou responsáveis, devem permanecer com a criança em casa nos dias em que realizar a vacinação ou procedimento odontológico, para observações de possíveis reações.

Parágrafo Único: Compete a Instituição de Educação Infantil possuir procedimentos de documentação que tornem obrigatórias as comunicações dos itens I ao VI aos pais e responsáveis, seja físico ou eletrônico, mantendo o seu registro da notificação armazenada.

Art. 47º No caso de acidente ou doença súbita que necessite de tratamento imediato, serão tomadas as seguintes providências pela equipe da Instituição de Educação Infantil:

- I. Fazer a comunicação imediata aos pais e/ou responsáveis, que deverão comparecer com a maior brevidade possível no local indicado;
- II. Em caso de muita gravidade ou quando não for possível a comunicação com os pais, chamar os órgãos competentes (Corpo de Bombeiro, Ambulância).
- III. Se a criança tiver que ser removida, deverá ser acompanhada por um profissional da Instituição de Educação Infantil.

Art. 48º As crianças que se encontram em tratamento clínico, e que tenham necessidade de dar continuidade à medicação durante as horas de permanência na Instituição de Educação Infantil, os pais e/ou responsáveis terão a autorização para ir medicar o (a) seu (sua) filho (a), mediante receita médica, procurando organizar esse tempo de forma que não interfira na rotina de descanso das demais crianças.

§ 1º Os profissionais da Instituição de Educação Infantil não se responsabilizarão pela ministração de qualquer tipo de medicação.

§ 2º Fica sob responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, ministrar medicamentos à criança, mediante receita médica e orientações, quando prescritos com hora marcada

CAPÍTULO IX

Da Segurança

Art. 49º Uma Instituição de Educação Infantil segura deve, no mínimo, proporcionar um ambiente de aprendizagem saudável. Para tanto, a Instituição deve estar apta a atuar na Prevenção, Prontidão, Resposta e Recuperação, bem como, estimular uma

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

comunidade escolar comprometida em promover uma cultura de paz e segurança, conscientes dos seus direitos e deveres.

Art. 50º A equipe gestora deve estar preparada para identificar possíveis riscos e/ou alvos (estrutura e pessoas) e avaliar a eficácia de um plano (conhecimento, preparo, habilidades, equipamentos e processos). A prontidão é uma política que deve envolver todos os servidores da Instituição, estabelecendo metas, avaliando a vulnerabilidade, periodicamente, a criação de canais de comunicação interna e externa e treinamento com a participação de órgãos competentes como polícia e bombeiros militares.

Parágrafo Único: Adequar o prédio da Instituição às normas de segurança de acordo com os planos de segurança dos órgãos de apoio, capacitar os educadores em Defesa Civil, buscar acordos de cooperação com ONGs, formular um Plano de Segurança Escolar, cumprir com as Diretrizes contidas nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil emitido pelo Ministério da Educação e acionar o Conselho Tutelar sempre que necessário.

Art. 51º A Equipe Gestora deve priorizar pela qualidade da manutenção dos ambientes internos e externos à Instituição de modo a facilitar a aplicação dos procedimentos que garantam a segurança. Devendo atentar para:

- I. Ambientes Internos: pátios e outras áreas de uso comum livres de objetos que possam obstruí-los; adequação da iluminação; não permitir o acúmulo de objetos inservíveis em áreas impróprias; manter a capina ou a poda em vegetação de modo rotineiro; atentar para que cercas e muros estejam sempre em bom estado de conservação.
- II. Ambientes Externos: iluminação pública de qualidade; atentar para a coleta de lixo periódica; estar atento à movimentação de pessoas nas proximidades, que não fazem parte da comunidade escolar e exibem atitude suspeita, principalmente no horário de entrada e saída das crianças, providenciando o acionamento da Polícia Militar; proibir a permanência de vendedores ambulantes que fazem ponto nas portarias.
- III. Do acesso à Instituição quanto à entrada de pessoas: cuidar para que o portão externo de acesso à rua e o portão de acesso ao pátio interno da Instituição permaneçam fechados, supervisionado por um servidor designado pela direção para esse fim; nos casos de visitante, este deverá, previamente, dar ciência à coordenação sobre a visita e aguardar a autorização do responsável por sua entrada nas dependências da Instituição; o acesso de pessoas nos horários entre os turnos se dará em conformidade com o procedimento a ser adotado para o funcionamento do registro de acesso.

TÍTULO III
FORMAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

CAPÍTULO I
Da Gestão Democrática e Participativa

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 52º A Rede Municipal de Ensino será pautada pela gestão democrática e participativa, centrada na coletividade, na cooperação, no respeito mútuo e no bem comum.

Parágrafo Único: A gestão democrática e participativa tem por finalidade possibilitar à Instituição de Educação Infantil maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Art. 53º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal ocorrerá nas três esferas da Administração: Espaços de Aprendizagem, Instituição de Educação Infantil e Secretaria de Educação e reger-se-á, na forma da Lei, pelos seguintes preceitos:

I. Nos Espaços de Aprendizagem:

- a) Constituição de comunidade e espírito de cooperação mútua e participação nos projetos socioeducativos;
- b) Respeito às determinações do Regimento da Instituição de Educação Infantil;
- c) Atribuição de responsabilidades individuais e de grupo;
- d) Respeito às liberdades e diferenças individuais e de grupo;
- e) Seguir as orientações recebidas da Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Plano de Ações da Equipe Pedagógica junto aos Professores promovendo a ajuda interpessoal para melhor aprendizagem de todas as crianças;
- f) Exercício democrático da autoridade magistral, sereno e promocional do direito de equidade à aprendizagem para todos;
- g) Conhecimento e participação em planos, programas e projetos de ensino e da Instituição de Educação Infantil;
- h) Observância do processo disciplinar consensualmente aceito, das normas escolares em vigor e desenvolvimento de avaliação constante da ação e dos procedimentos educativos;
- i) Adoção de métodos ativos e participativos para o desenvolvimento e aprendizagem da criança;
- j) Funcionamento participativo do Conselho de Classe e respeito às decisões efetivadas.

II. Nas Instituições de Educação Infantil:

- a) Desenvolvimento de competências responsáveis sobre as ações educativas;
- b) Elaboração do Projeto Político Pedagógico, do Plano Gestor e do Regimento Interno;
- c) Manutenção de clima favorável às boas relações interpessoais e desenvolvimento de competências de respeito e zelo pelo ambiente e pelas ações educativas;
- d) Cumprimento efetivo de responsabilidade individual e institucional;
- e) Adoção de planejamento participativo;

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- f) Comunicação e divulgação de planos, projetos, programas, de recursos disponíveis e de resultados alcançados;
- g) Exercício democrático e competente da autoridade institucional e promocional dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças;
- h) Funcionamento da Associação de Pais e Professores e dos Conselhos Escolares;
- i) Envolvimento no processo avaliativo e institucional dos diferentes conjuntos que compõem o campo educacional.

CAPÍTULO II
Da Associação De Pais e Professores

Art.54º A organização e funcionamento de cada uma das Instituições devem estar de acordo com as normas legais vigentes e estabelecidas em Estatuto próprio ou neste Regimento.

Art.55º A Associação de Pais e Professores – APP, é uma entidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e que atua como órgão de representação e se orienta por Estatuto próprio, registrado em Cartório e em consonância com este Regimento.

- I. A APP é constituída de Pais e/ou Responsáveis legais pelo Corpo Docente, Funcionários e Pessoas da Comunidade, quando tiverem sua admissão aprovada em Assembleia, de acordo com o Estatuto próprio.
- II. A APP, anualmente, deverá elaborar juntamente com a Direção da Instituição de Educação Infantil, o Plano Anual de Ação.
- III. Cabe à direção da Instituição de Educação Infantil garantir a articulação e a participação da Associação de Pais e Professores com o Conselho Escolar, de acordo com a Lei 1525, 27 de abril de 2016.
- IV. Quaisquer Ações ou Eventos com fins lucrativos deverão ser apresentados no início do ano letivo pelo Diretor da Instituição de Educação Infantil e APP, em Assembleia Geral, para professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, com o intuito de serem aprovadas ou não, constando em ata a decisão.

CAPÍTULO III
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Art.56º O PDDE consiste na assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação Básica destinado à promoção de melhoria na

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

infraestrutura física e pedagógica, com a consequente melhoria da qualidade da educação.

Art.57º O PDDE tem por fim promover:

- I. Participação e controle social;
- II. Integração do Poder Público/Comunidade/Escola/Família;
- III. Racionalização e simplificação de procedimentos administrativos;
- IV. Autonomia escolar.

Parágrafo Único – Todos os bens adquiridos com fins referentes aos artigos e parágrafos anteriores na Educação Infantil, juridicamente constituídos serão patrimoniados e sistematicamente atualizados.

CAPÍTULO IV
Da Contribuição Espontânea

Art.58º A Contribuição Espontânea consiste em alguém que faça por si mesmo sem que seja obrigatório, uma doação no valor que não deve ser pré-estipulado pela Instituição de Educação Infantil.

Art.59º A Contribuição Espontânea será aprovada ou não, no início do ano letivo, através de Assembleia Geral, com a participação dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, constando em Ata.

Art.60º O diretor deve realizar a prestação de contas à comunidade escolar, conforme previsto no Art. 70º da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo único: “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

Parágrafo Único: A prestação de contas deverá ocorrer nos seguintes formatos:

- I. Ser apresentada mensalmente para os professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, APP e Conselho Escolar, através de documentação comprobatória de todas as receitas e despesas do mês vigente;
- II. Arquivar na Instituição de Educação Infantil a documentação comprobatória, por tempo indeterminado;
- III. Apresentar mensalmente para a Secretaria de Educação toda documentação comprobatória dos recursos provenientes das contribuições espontâneas;

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IV. Colocar na agenda da criança a prestação de contas;

CAPÍTULO V
Dos Colegiados

Art.61º O Conselho Escolar é um Órgão Colegiado, representativo dos professores, profissionais que atuam na instituição e pais e/ou responsáveis pelas crianças, de natureza Deliberativa, Consultiva, Fiscalizadora e Avaliativa sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo, de acordo com a Lei N° 1525, 27 de abril de 2016.

§ 1º A Função Deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às Diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao Direcionamento das Políticas Públicas, neste caso, nas Instituições de Educação Infantil.

§ 2º A Função Consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º A Função Fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da Instituição de Educação Infantil, garantindo a legitimidade das ações.

§ 4º A Função Avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela Instituição de Educação Infantil, objetivando a identificação dos problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas e qualidade social.

Art. 62º O Conselho Escolar, anualmente, deverá elaborar e apresentar, para a Direção da Instituição de Educação Infantil, o seu Plano Anual de Ação.

Art.63º O Conselho Escolar, sendo Órgão Colegiado, não terá fins lucrativos e se orientará por Estatuto próprio, em consonância com este Regimento.

Art. 64º O Conselho Escolar deve ser constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade onde se encontra a Instituição de Educação Infantil (professores, servidores, pais e/ou responsáveis) com composição e atribuições definidas por lei própria, exceto representante de crianças pela faixa etária.

CAPÍTULO VI
Dos Currículos

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 65º Conforme Parecer CNE/CEB nº 20/2009, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico.

Art. 66º As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis.

Art. 67º O currículo da Educação infantil, segue as matrizes estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Municipais organizadas em Campos de Experiências, a partir da Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil, de forma a contemplar os eixos estruturantes interações e brincadeiras, as dez competências gerais da Educação Básica, assim como os direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- II. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- III. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;
- IV. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, nos CEIs, Complexo Pré-escolar e em escolas, e fora dessas instituições, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e tecnologia;
- V. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;
- VI. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição de Educação Infantil e/ou escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 68º Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular municipal para a Educação Infantil, que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes. Nesse contexto, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças estão estruturados em cinco Campos de Experiências, visando corresponder às orientações nacionais para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. O eu, o outro e o nós.
- II. Corpo, gestos e movimentos.
- III. Traços, sons, cores e formas.
- IV. Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- V. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Art. 69º A Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, pela Resolução N° 008/COMED de 28 de abril de 2020, instituiu a Matriz Curricular da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino como obrigatória aos planejamentos dos processos de ensino e de aprendizagem com orientações pedagógicas.

§ 1º O Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento da Educação Infantil (Planejamento) da Rede Pública Municipal de Ensino está pautado nos campos de experiências e pelos objetivos focais e complementares, ambos equivalentes aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, objetivos específicos; a mais, pelas estratégias, procedimentos conexos às estratégias, rotina, estimulação e vivência livre.

§ 2º Os professores regentes da Educação Infantil deverão construir o Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento diária ou semanalmente.

§ 3º Os professores de linguagens deverão construir o Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento quinzenalmente, respeitando a faixa etária de cada grupo.

§ 4º Ao elaborar o planejamento, é importante que se preze pela clareza e coerência; que tenha conhecimento dos recursos e que aposte em metodologias diversificadas e inovadoras, dando prioridade às particularidades das crianças.

§ 5º O Plano de Aprendizagem e Desenvolvimento deve se pautar em experiências e vivências.

§ 6º Na Instituição de Educação Infantil, o especialista que é responsável pela prática pedagógica do professor, deve receber o planejamento com antecedência para que ele possa realizar um feedback, já que é papel dele promover momentos de devolutivas quanto aos acompanhamentos das vivências e planejamentos, compartilhando sugestões, ideias e melhorias, sempre que necessário.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO VII
Da Proposta Pedagógica

Art. 70º A Educação Infantil busca assegurar às crianças, o desenvolvimento das necessidades física, afetiva, cognitiva, sociocultural e socioambiental por meio de uma Proposta Pedagógica lúdica e atrelada aos conceitos atuais da primeira infância (0 a 6 anos), conforme Lei N° 13.257/2016.

Parágrafo único: De acordo com o que dispõe na lei N° 13.257/2016, propõe acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, bem como, articulá-los em suas práticas pedagógicas, ampliando o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.

Art. 71º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC, definem os princípios que as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem seguir:

- I. Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 72º A criança é um sujeito histórico e de direitos que interage, brinca, observa, questiona, assimila valores, constrói e se apropria de conhecimentos. Dessa perspectiva, resulta, pois, a compreensão de que as interações e as brincadeiras se configuram como eixos estruturantes dessa etapa da Educação Básica, uma vez que caracterizam o cotidiano da infância e potencializam o desenvolvimento integral das crianças.

Art. 73º Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los e nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Art. 74º Proporcionar uma prática intencional, que considere a criança como um ser integral, favorecendo sua iniciativa com vistas ao desenvolvimento da confiança e a conquista da autonomia.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 75º Desenvolver uma prática pedagógica mobilizadora de aprendizagem por meio de projetos, articulado às competências das crianças e às significações por elas construídas utilizando diferentes linguagens.

Art. 76º A aprendizagem e o desenvolvimento da criança estão estruturados por objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que dialogam com habilidades e competências e possibilitam a formação de conceitos visando que a criança possa lidar construtivamente com as diferentes situações cotidianas: alegria, prazer, medo, ansiedade, perdas etc., encarando-as como desafios e ações embasadas no aprender afetivo e lúdico.

Art. 77º A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CEB de 17 de Dezembro de 2009, Art. 4º, sustenta-se que as Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino organizem os processos político-educativos com base no entendimento de que as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

CAPÍTULO VIII

Da Experiência Pedagógica

Art. 78º As experiências político-pedagógicas devem servir de meio para que o professor atue como mediador dos processos de aprendizagem, a mais, aquele que trabalha com as crianças com vistas a desenvolver uma proposta pedagógica coerente com as concepções propostas que se traduzam em ações que:

- I. Considere a ação do adulto de vital importância no desenvolvimento e construção do conhecimento pela criança;
- II. Ofereça várias oportunidades que desafiem o raciocínio e permitam à criança elaborar hipóteses;
- III. Ofereça oportunidades de fortalecimento de autoestima e construção de identidade;
- IV. Leve em conta que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver a criança nos processos de aprendizagem e desenvolvimento;
- V. Respeite e incorpore a diversidade de expressões culturais; as diferentes formas de linguagem - verbal, musical e plástica; e que todas as formas de comunicação e expressão são básicas para que a criança compreenda, socialize e se estruture na cultura e na sociedade;

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- VI. Propicie vivências que possibilitem o desenvolvimento da fala, do corpo, da arte, da música, da dança, da leitura, da escrita, da ciência e da tecnologia.

CAPÍTULO IX
Dos Projetos Educativos

Art. 79º As Instituições de Educação Infantil desenvolverão, sempre que necessário e dentro das suas possibilidades, projetos abrangendo:

- I.Revitalização do espaço Institucional interno e externo;
- II.Projetos de musicalização na Educação Infantil;
- III.Cultura, lazer, esporte e promoção da saúde e segurança;
- IV.Educação Ambiental, Cultura da Paz e Não Violência;
- V.Leitura;
- VI.Outros de interesse institucional e dos educadores.

Parágrafo Único: Os projetos integrados ao Projeto Político Pedagógico das Instituições deverão ser planejados e desenvolvidos sempre que possível pelos profissionais da Instituições e aprovados nos termos das normas vigentes.

Art. 80º As Instituições de Educação Infantil participarão, conforme objetivos e abrangência do projeto já consolidado na Rede Municipal de Ensino – Porto Literário, conforme regulamentação própria.

CAPÍTULO X
Da Avaliação

Art. 81º De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/1996, na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção.

Art. 82º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Barra Velha/SC, de acordo com a RESOLUÇÃO N° 007/COMED 2020, ainda definem a documentação de acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliativo na Educação Infantil, que tem por objetivo: interrogar, coletar informações e realizar julgamentos a respeito da qualidade e efetividade das experiências propiciadas às crianças.

Art. 83º Os processos avaliativos estão orientados, nas Instituições de Educação Infantil, pelos seguintes objetivos:

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- I. Verificar a adequação do desenvolvimento da criança face aos objetivos propostos, levando-se em consideração as características da faixa etária;
- II. Propor para a criança relações em que ela se desenvolva plenamente, envolvendo-se em situações de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Art. 84º Consideram-se instrumentos de acompanhamento pedagógico e avaliativo que juntos construirão a documentação pedagógica na Educação Infantil e que visam mais qualidade para o trabalho político-pedagógico exercido:

- I. Registro do Perfil da Turma – diagnóstico inicial;
- II. Registro do Período de Adaptação, quando houver necessidade;
- III. Acompanhamento Avaliativo da Experiência - registro no planejamento;
- IV. Indicadores de Aprendizagem e Desenvolvimento;
- V. Parecer Descritivo;
- VI. Portfólio.

Parágrafo Único. Toda Instituição de Educação Infantil oportunizará, aos pais e/ou responsáveis, o acompanhamento do desenvolvimento da criança, mediante emissão de registros de acompanhamento definidos nas Diretrizes Curriculares Municipais, no Projeto Político Pedagógico e especificadas neste Regimento.

Art. 85º Os resultados da avaliação serão apresentados a partir de:

- I. Síntese das observações e registros efetuados e será expressa em forma de parecer descritivo elaborado pelo professor e discutido com a equipe gestora;
- II. Ao término de cada semestre, os pais e/ou responsáveis receberão o parecer descritivo e o portfólio, referente ao processo pedagógico vivenciado pela criança.

Art. 86º A avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação das vivências às diferentes características e necessidades educativas de cada criança.

Art. 87º A avaliação deve ser contínua, qualitativa, com ênfase nos processos de ensino e de aprendizagem, considerando a aprendizagem e o desenvolvimento da criança e respeitando as diferentes faixas-etárias.

CAPÍTULO XI

Do Pré-conselho e Conselho De Classe

Art. 88º O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura da Instituição de Educação Infantil e tem sob sua responsabilidade:

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- I. A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos pela Instituição de Educação Infantil e a proposição de ações para a sua melhoria;
- II. A avaliação da prática docente quanto à obediência aos critérios definidos e/ou orientados, à metodologia, às competências e habilidades, à totalidade de estratégias e/ou vivências pedagógicas;
- III. A avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;
- IV. A avaliação das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos que substanciam os processos de ensino e de aprendizagem – experiências e vivências político-educativas e de desenvolvimento infantil;
- V. A definição de critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico para a avaliação e sua revisão, bem como outros que possam ser adotados quando necessários;
- VI. Discutir sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e propor ações a partir dos instrumentos de acompanhamento pedagógico e avaliativo.

Art. 89º O Conselho de Classe será composto:

- I. Pelos Professores dos diferentes grupos;
- II. Pela Direção da Instituição de Educação Infantil ou seu representante;
- III. Pela Equipe Pedagógica da Instituição de Educação Infantil;
- IV. Por Pais ou Responsáveis, quando solicitado.

§ 1º A presença dos Professores, da Equipe Pedagógica e Administrativa da Instituição de Educação Infantil é obrigatória nos Conselhos de Classe, face às decisões a serem tomadas, não devendo ser aceitas justificativas.

§ 2º O professor que é lotado em mais de uma Instituição de Educação Infantil participará dos Conselhos de Classe conforme organização das Instituições, priorizando sua presença no local em que possui maior número de grupos de crianças.

§ 3º A representação do Conselho de Classe deverá ser de no mínimo 51% dos professores.

§ 4º A Equipe Pedagógica da Instituição de Educação Infantil promoverá a assessoria necessária para o cumprimento das etapas do Pré-Conselho e Conselho de Classe e os devidos registros.

§ 5º O período que antecede ao Conselho de Classe, conforme as Diretrizes Curriculares Municipais, caracterizado como Pré-Conselho, tem como principal

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

função debater assuntos pertinentes ao desenvolvimento global das crianças, de acordo com a faixa-etária.

Parágrafo Único. De acordo com a Lei municipal complementar N° 96/2010, o Orientador Educacional e o Supervisor Escolar devem coordenar, juntamente com o gestor, o Pré-Conselho e o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos.

Art. 90º O Conselho de Classe deverá ser realizado, de forma ordenada, por grupos e, semestralmente, na Educação Infantil.

§ 1º. A responsabilidade do preenchimento dos instrumentos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança, são de competência exclusiva do professor.

§ 2º Cabe à equipe pedagógica e diretiva a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Art. 91º O Conselho de Classe poderá reunir-se, extraordinariamente, convocado pela Direção da Instituição de Educação Infantil, por um terço (1/3) dos professores ou dos pais e/ou responsáveis.

Art. 92º As Reuniões do Conselho de Classe deverão ser lavradas em Ata, assinada por todos os presentes e fará parte do arquivo escolar, por tempo indeterminado.

TÍTULO IV **MODALIDADES EDUCATIVAS E TRANSIÇÕES**

CAPÍTULO I **Da Educação Especial**

Art. 93º Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 94º A Lei N° 9394/1996 garante às crianças que os sistemas de ensino tenham currículos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades, eliminando as barreiras pedagógicas de acesso ao ensino e à aprendizagem – compromisso dos núcleos gestores, docentes e especialistas das Instituições de Educação Infantil.

Art. 95º A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, será oferecida para todas as crianças.

Art. 96º As crianças público-alvo da Educação Especial serão atendidas, com oferta imediata de matrícula de atendimento especializado em salas de recursos

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

multifuncionais, seguindo orientação do Decreto Federal Nº 7611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e corrobora definições, a seguir:

§ 1º Será denominado atendimento educacional especializado, o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I. Complementar à formação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência das crianças às salas de recursos multifuncionais; ou
- II. Suplementar à formação das crianças com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da Instituição, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação das crianças, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas municipais e/ou nacionais e estaduais.

§ 3º O atendimento de que trata este artigo é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria Instituição, no turno inverso ao da matrícula.

Art. 97º As Instituições que não tiverem sala de recursos multifuncionais deverão indicar em qual unidade a família poderá fazer a matrícula para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 98º As crianças que já possuem matrícula para Atendimento Educacional Especializado em outra entidade vinculada às políticas de governo Federal, Estadual e Municipal como APAE, AMA, entre outras, não poderão realizar matrícula para o AEE nas unidades escolares.

Parágrafo Único: De acordo com Decreto Federal Nº 7611/2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o cômputo da dupla matrícula, fica vedado o direito a três matrículas, cabendo a família ou responsável legal optar pelo local da segunda matrícula.

Art. 99º A Educação Especial, modalidade de Educação para a criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação será oferecida na Educação Infantil.

Art. 100º A Lei Federal Nº 14.254/2021, dispõe sobre o acompanhamento integral para crianças com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e a Lei Federal Nº 12.765, de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista ou outro transtorno de aprendizagem, obedecendo aos seguintes preceitos:

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- I. As Instituições de Educação Infantil, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção à criança com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.
- II. Necessidades específicas no desenvolvimento da criança serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

Art. 101º A Educação Especial articula-se com a Educação Infantil no seu objetivo de garantir oportunidades socioeducacionais à criança, promovendo seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando desta forma, suas experiências, conhecimentos e participação social.

Parágrafo Único: A Instituição de Educação Infantil deve promover situações de aprendizagem diárias onde as crianças cultivem o respeito, cidadania, o cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e tantos outros valores necessários à formação de um cidadão justo.

Art. 102º A coordenação da Educação Especial junto a Equipe Multidisciplinar da SEMEC, são responsáveis por analisar e avaliar a necessidade do auxiliar de educação especial, sempre que houver a matrícula de crianças novas ou no início de cada ano letivo, para crianças já matriculadas. A equipe deverá observar a criança no espaço da Instituição, para avaliá-la no próprio contexto e elaborar um parecer.

Parágrafo Único: Compete ao Auxiliar de Educação Especial executar as atividades de apoio pedagógico a criança com necessidades educativas especiais, atendendo-a nas limitações, em parceria com o Professor Regente e/ou Professor de linguagens, contribuindo com a proposição de estratégias diferenciadas para qualificar a prática pedagógica na Educação Inclusiva.

Art. 103º O Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pelo Decreto Nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, sendo que os sistemas de ensino devem matricular as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de acordo com a faixa-etária nas turmas regulares e no atendimento educacional especializado (AEE).

Parágrafo Único: O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação da criança por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento da aprendizagem.

Art. 104º A acessibilidade deve ser garantida, com recursos físicos e pedagógicos que proporcionem condições de aprendizagem.

Art. 105º É reconhecida e assegurada a vaga, em caráter compulsório, para criança com deficiência, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/1989.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO II

Da Educação em Tempo Integral

Art. 106º É considerada Educação em Tempo Integral quando a criança permanece mais de 07 (sete) horas diárias e 35 (trinta e cinco) horas semanais em uma das Instituições de ensino da rede municipal.

Art. 107º A qualidade da permanência em tempo integral da criança nesses espaços implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica no currículo de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados ao longo de toda a jornada.

§ 1º A Instituição de tempo integral, diante da sua responsabilidade educativa, social e legal, assume a aprendizagem compreendendo-a como ação coletiva conectada com a vida, com as necessidades, possibilidades e interesses das crianças, dos jovens e dos adultos.

§ 2º As orientações pedagógico-didáticas e diretrizes político-educativas para a Educação em Tempo Integral, na Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, serão estabelecidas em documentos próprios – Política Municipal de Educação Integral e Proposta Pedagógica dessa modalidade educativa.

CAPÍTULO III

Da Transição na Educação Infantil

Art. 108º Na Educação Infantil a transição requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Art. 109º Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, na busca de garantir um olhar contínuo sobre os processos vivenciados pela criança, devem ser criadas estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição por elas vividos. As Instituições de Educação Infantil devem assim:

- I. Planejar e efetivar o acolhimento das crianças e de suas famílias quando do ingresso na instituição, considerando a necessária adaptação das crianças e seus responsáveis às práticas e relacionamentos que têm lugar naquele espaço, e visar o conhecimento de cada criança e de sua família pela equipe da Instituição;
- II. Priorizar a observação atenta das crianças e mediar as relações que elas estabelecem entre si, entre elas e os adultos, entre elas e as situações e objetos,

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

para orientar as mudanças de grupos pelas crianças e acompanhar seu processo de vivência e desenvolvimento no interior da instituição;

- III. Prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registro – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças – que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que eles se deram, independentemente dessa transição ser feita no interior de uma mesma instituição ou entre instituições, para assegurar às crianças a continuidade dos processos peculiares de desenvolvimento e a concretização do direito à educação.

IV.

Art. 110º Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de matrizes curriculares que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

TÍTULO V
GESTÃO DA CONVIVÊNCIA

CAPÍTULO I
Das Normas De Gestão Da Convivência

Art. 111º As relações profissionais e interpessoais na Secretaria de Educação e nas Instituições de Educação Infantil, fundamentadas na relação dos direitos e dos deveres, pautar-se-ão pelos princípios da responsabilidade, solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia, gestão democrática e participativa.

Art. 112º São princípios que regem as relações profissionais e interpessoais nas instituições de Educação Infantil:

- I. Autoconhecimento;
- II. Empatia/Alteridade;
- III. Comunicação/Assertividade;
- IV. Cordialidade/Trato interpessoal;
- V. Ética;
- VI. Proatividade;
- VII. Afetividade.

§ 1º Autoconhecimento enquanto capacidade de conhecer a si mesmo e analisar o impacto que causa nos outros.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 2º Empatia e Alteridade enquanto capacidades de se colocar no lugar do outro; ter consideração pelo outro, por sua opinião, sentimentos e motivações; saber ouvir.

§ 3º Comunicação e Assertividade enquanto capacidades de se comunicar de maneira clara, franca, direta e, acima de tudo, respeitosa;

§ 4º Cordialidade e Trato Interpessoal enquanto capacidades de gerar gentileza, simpatia e solicitude com as pessoas;

§ 5º Ética enquanto capacidade de proceder bem, sem prejudicar os outros, respeitando os combinados e os colegas de trabalho. Ser íntegro e honesto em qualquer situação, com vistas ao bom funcionamento dos processos de trabalho, alcance de metas e objetivos da equipe escolar;

§ 6º Proatividade – Ter a capacidade de resolver problemas de maneira autônoma e antecipada;

§ 7º Afetividade – Acolher as crianças em um ambiente totalmente diferente de sua casa e proporcionar trocas de experiências, estímulos à aprendizagem e promover o despertar para as motivações.

CAPÍTULO II
Do Regime Disciplinar

Art. 113º Aos funcionários quando incorrerem em desrespeito, negligência ou revelem incompetência ou incompatibilidade com a função que exercem, caberão as penas disciplinares previstas na Lei Complementar N° 125/2011.

TÍTULO VI
DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO

CAPÍTULO I
Dos Direitos E Deveres Da Equipe Gestora

Art. 114º Aos funcionários constituem direitos e deveres previstos aqueles descritos na Lei Complementar N° 96/2010 de 24 de setembro de 2010.

Art. 115º Os direitos e deveres da Equipe Gestora (Diretor, Vice-Diretor, Especialistas em Assuntos Educacionais) das Instituições de Educação Infantil estão descritos nas legislações específicas que tratam do assunto:

- I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394/96);

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

III. Lei Complementar nº 96/2010 de 24 de setembro de 2010.

Art. 116º Além das normas descritas nas legislações específicas, também são deveres dos gestores das Instituições:

- I. Estabelecer bons relacionamentos com todos os públicos da Instituição.
- II. Ter conhecimento do público (interno e externo) que é atendido pela Instituição.
- III. Ter conhecimento e aplicar as leis e normas educacionais vigentes: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90, Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Diretrizes Curriculares Municipais, entre outras.
- IV. Acompanhar e orientar os processos pedagógicos que são desenvolvidos na Instituição.
- V. Mobilizar e engajar os pais e/ou responsáveis no acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da criança e na participação no Conselho Escolar.
- VI. Desenvolver o Plano de Gestão Escolar – PAGE, conforme as demandas da gestão democrática estabelecidas na meta 19 do Plano Nacional de Educação e em legislação específica da rede municipal de ensino de Barra Velha, Lei Ordinária Nº 2128/2022.

CAPÍTULO II
Os Direitos E Deveres Dos Professores

Art. 117º O corpo docente será constituído de professores qualificados e habilitados de acordo com a legislação vigente.

Art. 118º Além das previstas na legislação em vigor, os professores terão, as seguintes atribuições:

- I. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e do planejamento nas Instituições de Educação Infantil.
- II. Participar de atividades cívicas, culturais e educacionais promovidas pela instituição de Educação Infantil e pela SEMEC.
- III. Executar e manter atualizados os registros relativos às suas atividades específicas e fornecer informações sobre elas, conforme normas internas estabelecidas.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- IV. Participar dos Conselhos de Classe.
- V. Participar de formações, encontros, seminários, proporcionados ou sugeridos pela SEMEC, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional.

Art. 119º Constituem deveres do corpo docente, observado o Art. 13º da LDB, Lei Nº 9.394/96:

- I. Observar e respeitar o disposto neste Regimento.
- II. Zelar pelo bom nome da Instituição dentro e fora dela e ser pontual no cumprimento do horário.
- III. Manter permanente contato com pais e/ou responsáveis pelas crianças juntamente com a direção.
- IV. Participar de atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade.
- V. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Calendário de eventos.
- VI. Elaborar e executar a programação referente à regência e atividades afins.
- VII. Participar das reuniões pedagógicas.
- VIII. Conhecer e respeitar as leis constitucionais e as normas que regem a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
- IX. Manter em dia a escrituração escolar nos diários de classe, retratando fielmente as ocorrências e/ou informações prestadas aos pais ou responsáveis, à Coordenação e à Direção.
- X. Avisar, com antecedência, a Direção da Instituição, quando não puder cumprir seu horário de trabalho.
- XI. Evitar atrasos – caso isso aconteça por mais de quinze (15) minutos, o professor sofrerá o desconto da respectiva hora-aula e não deverá entrar em sala naquele horário.
- XII. Apresentar-se de forma condizente com o ambiente educativo, não sendo permitido o uso de roupas curtas, colantes, decotadas ou outra que possa provocar situações embaraçosas.
- XIII. Levar o material pedagógico necessário ao dirigir-se para os ambientes de aprendizagem, evitando abandonar o grupo ou mandar a criança buscar material na sala dos professores.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- XIV. Apropriar-se das competências e habilidades que ensina buscando aperfeiçoamento de modo a inteirar-se dos avanços mais recentes na sua área de atuação.
- XV. Estar sempre atualizado com relação às questões pedagógicas referentes aos processos de ensino e de aprendizagem.
- XVI. Desenvolver estratégias que estimulem o interesse das crianças.
- XVII. Participar de grupos de estudos em que serão aperfeiçoados e ampliados os conhecimentos, o que contribuirá significativamente para o crescimento como pessoa e como profissional.
- XVIII. Participar e colaborar na criação de eventos especiais, curriculares ou não.
- XIX. Preocupar-se, fundamentalmente, com a formação integral da criança.
- XX. Não utilizar, no planejamento e desenvolvimento das experiências de aprendizagem e desenvolvimento pelas crianças, materiais e/ou recursos didáticos considerados inadequados pela Rede Municipal de Educação.

Art. 120º Será vedado ao Professor:

- I. Reter em seu poder, além dos prazos previstos, documentação ou registros sob sua responsabilidade.
- II. Fazer qualquer tipo de campanha com a finalidade de arrecadar donativos ou contribuições sem a prévia autorização da Direção.
- III. Atender, durante as experiências educativas e/ou de aprendizagem, pessoas estranhas, bem como a telefonemas, a não ser em casos de extrema excepcionalidade.
- IV. Fumar, consumir bebidas alcoólicas ou quaisquer substâncias ilegais causadoras de dependência no recinto institucional de Educação Infantil e/ou escolar.
- V. É expressamente proibido enviar fotos e vídeos do celular pessoal do funcionário para as famílias da Instituição.

Art. 121º Aos funcionários das Instituições de Educação Infantil durante a permanência no horário de expediente, seguem-se regras de conduta pessoal e profissional:

- I. É expressamente proibida a ingestão de alimentos pessoais levados por professoras (es) nos ambientes de aprendizagem e desenvolvimento e na presença dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- II. É expressamente proibida a condução de conversas paralelas em ambientes de aprendizagem durante o período de regência, uma vez que o horário deve ser utilizado exclusivamente para a realização de projetos e vivências desenvolvidas a partir dos parâmetros pedagógicos.
- III. É expressamente proibida a permanência em ambientes de aprendizagem, entre eles, as salas, fora do horário de prática pedagógica sem o intuito de apoio pedagógico.
- IV. É responsabilidade fundamental do profissional que conduz a proposta pedagógica garantir afeto, atenção plena coletiva e cuidado individualizado com cada um dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas sob sua responsabilidade.
- V. Promover uma educação de qualidade para todas as crianças sem discriminação de situação familiar, idade, gênero, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência ou outra condição de diferenciação.
- VI. O fator social e humano deve pautar as práticas de convivência em todos os momentos de permanência na Instituição.
- VII. Fica expressamente proibido expor situações das crianças e das famílias que sejam sigilosas ou que venham colocá-los em evidência. Em qualquer situação, o professor deve comunicar apenas para a direção da Instituição.

Art. 122º Para os Professores que incorrerem em transgressões ao disposto no presente Regimento, serão tomadas medidas cabíveis, pelos gestores:

- I. Orientação verbal.
- II. Notificação escrita.
- III. Relatório encaminhado à Secretaria de Educação

Art. 123º A todos será assegurado amplo direito de defesa.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade da Família e da Comunidade Escolar

Art. 124º São direitos dos pais e/ou responsáveis legais das crianças:

- I. Receber comunicado sobre a Proposta Pedagógica da Instituição de Educação Infantil, seus projetos e do Regimento Interno (disponibilizado por meio físico para leitura na secretaria).
- II. Ser atendidos pelos professores, em horários pré-agendados pela diretora e/ou Especialistas, para expor suas queixas, dúvidas ou dificuldades.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- III. Visitar a Instituição de Educação Infantil para apresentar reclamações ou sugestões.
- IV. Participar de palestras que colaborem para sua formação como pais e/ou responsáveis.
- V. Receber informações sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança através dos instrumentos de acompanhamento pedagógico.
- VI. Receber informações sobre a infrequência da criança, fato que poderá incorrer em perda da vaga no Centro de Educação Infantil.
- VII. Receber informações sobre a infrequência da criança na Pré-Escola, fato que poderá gerar APOIA.
- VIII. Receber, com antecedência, comunicados escritos de reuniões e comemorações.
- IX. Agendar horário de acordo com hora/atividade do professor, para estabelecer diálogos, retirar e esclarecer dúvidas, entre outros.

Art. 125º São deveres dos pais e/ou responsáveis legais das crianças:

- I. Conhecer e respeitar o Regimento Institucional.
- II. Respeitar todos os professores e profissionais que atuam na instituição, respeitando o Código Penal Decreto Lei N° 2848/1940, no Art. 331.
- III. Acompanhar toda a vida de desenvolvimento e aprendizagem da criança, em particular sua frequência.
- IV. Atender prontamente a equipe gestora, quando for chamado na Instituição de Educação Infantil.
- V. Comunicar à Instituição de Educação Infantil a ocorrência, em família, de moléstia contagiosa que possa colocar em risco a saúde e o bem-estar dos professores, profissionais que atuam na instituição, os pais e/ou responsáveis e as próprias crianças matriculadas.
- VI. Evitar que os bebês frequentem a instituição com objetos que possam gerar riscos como roupas com pedrinhas, adereços e laços que possam se soltar, tornando-se ameaça para a integridade física dos bebês. É de responsabilidade dos pais e/ou família qualquer situação de risco que venha ocorrer com os bebês.
- VII. Comunicar à equipe gestora sobre a necessidade de falta da criança.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- VIII. Comunicar no ato da matrícula à equipe gestora sobre a(s) pessoa(s) responsável(is) em retirar a criança da Instituição de Educação Infantil.
- IX. Estar sempre atentos aos comunicados da Instituição de Educação Infantil, devolvendo-os datados e assinados.
- X. Manter sempre atualizados os meios de comunicação (e-mail, telefones e endereço) entre a Instituição de Educação Infantil e a família, visando uma rápida comunicação.
- XI. Comparecer às reuniões e assembleias convocadas pela Instituição de Educação Infantil, para que sejam informados e esclarecidos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.
- XII. Comunicar à Instituição de Educação Infantil, no ato da matrícula, sobre possíveis transtornos, déficits de atenção e outras comorbidades que demandem atendimento especializado.
- XIII. Respeitar o espaço físico, zelando pelos bens materiais da Instituição de Educação Infantil colocados à sua disposição.
- XIV. Participar das Associações de Pais e Professores e Conselhos Escolares.
- XV. Participar do processo de avaliação institucional.
- XVI. É de suma responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, manter lenços umedecidos, fraldas e roupas apropriadas na mochila.
- XVII. O vestuário e outros pertences de uso individual da criança deverão conter identificação e em condição de higiene.
- XVIII. Comprometer-se com o processo de desfralde da criança, seguindo orientações:
- a) O processo de desfralde deve ser uma ação conjunta entre Família e Instituição;
 - b) O processo de desfralde deve ser iniciado e dado preferência nas estações de temperatura mais quente;
 - c) Ser paciente, compreensivo, tolerante e que tenha tempo para fazer esta transição;
 - d) Aproveitar um feriado, um fim de semana prolongado ou até mesmo um período de férias para se dedicar ao processo de desfralde;
 - e) O controle das necessidades dos esfíncteres é um processo que integra fatores biológicos, emocionais e cognitivos. A família inicia no fim de semana e a escola dá continuidade, sempre buscando alinhamentos;
 - f) Durante todo o processo do desfralde manter uma rotina de convites para levar a criança ao banheiro.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- XIX. Manter atualizada a carteira de vacinação da criança, respeitando o que é citado no artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que determina, em seu 1º parágrafo a obrigatoriedade da vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- XX. Responsabilizar-se por levar a criança ao atendimento educacional especializado conforme encaminhamento dos especialistas.
- XXI. Comprometer-se em acompanhar a criança nos atendimentos clínicos encaminhados pelos profissionais da Equipe Multidisciplinar.

Art. 126º A Instituição de Educação Infantil não se responsabiliza pelos danos ou extravios de brinquedos pessoais e/ou objetos que a criança possa levar para a instituição.

Art. 127º Os pais e/ou responsáveis deverão efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, estabelecida na Lei Nº 12.796, de 2013 para o ingresso na Pré-escola.

Art. 128º O descumprimento do dever constitucional da obrigatoriedade escolar, na Pré-escola, sujeita os pais e/ou responsáveis às penalidades previstas na Lei.

CAPÍTULO IV
Do Estágio na Educação Infantil

Art. 129º A Rede Municipal de Ensino autorizará os estudantes de cursos de Educação Superior (licenciaturas) para a realização de estágio profissional, a partir da Lei Federal Nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta a realização de processos de estágios.

Art. 130º O estágio profissional será realizado em ambientes específicos, com profissionais devidamente habilitados, será supervisionado pelo Professor responsável e visa assegurar aos estudantes de cursos superiores de licenciatura as condições necessárias à sua integração no mundo do trabalho.

§ 1º O estágio abrangerá atividades de prática profissional orientada, vivenciadas em situações reais de trabalho, de ensino e de aprendizagem com acompanhamento direto de docentes habilitados.

§ 2º As atividades de prática de ensino abrangem a aprendizagem de conhecimentos teóricos e experiências docentes, por meio da execução dos projetos de estágio das Universidades.

Art. 131º As atividades de prática profissional e de estágio supervisionado visam o desenvolvimento das experiências teórico-práticas programadas para a formação profissional pretendida.

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro - Barra Velha - SC CEP 88390-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA VELHA
COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 132º A carga horária, sistemática, formas de execução e procedimentos avaliativos da prática profissional e do estágio supervisionado serão definidas pelas Universidades.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

Do início, da vigência e da abrangência do Regimento Interno

Art.133º Os Centros de Educação Infantil, Complexo Pré-Escolar e Pré-Escolas em Instituições de Educação Básica manterão para leitura e consulta, à disposição dos pais, cópia do Regimento Interno devidamente homologado.

- I. O coordenador pedagógico fornecerá informações sobre o Projeto Educativo das unidades citadas no Art. 2º deste regimento, referente às questões do calendário, currículo e desenvolvimento das habilidades e metodologia de aprendizagem utilizadas sempre que for solicitado.
- II. Os direitos e deveres do corpo docente e dos funcionários estão em conformidade com a legislação vigente e este Regimento comum das Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Barra Velha - SC.

Art.134º Esse regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação, tendo como tempo de vigência quatro anos, ou desde que se constate necessidade de revisão. As alterações devem ser propostas mediante apresentação de texto integral, e encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 135º As situações não previstas neste Regimento serão apreciadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 136º O presente Regimento entra em vigor na data da publicação.

Aprovado em Sessão Plenária em: 29/11/2023

Comissão Permanente da Educação Infantil

Luciane Maciel
Generis Ravizza Pinto
Vanessa Guilz Marconsini
Juliana Ramos

Ruth Neusa Bernardes
Presidente do COMED

cme@barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200 Centro -Barra Velha - SC CEP 88390-000

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº45/2023 -PREF

Publicação Nº 5410130

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PREFEITURA
TERMO ADITIVO Nº 045/2023 – PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: RDK FLOREST ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.297.784/0001-48, com sede à Avenida dos Expedicionários nº 432, bairro, Campo da Água Verde, Canoinhas- SC, neste ato representada pela Sra. DANIELA ROCHA MOKVA.

DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 01/01/2024 até 30/06/2024.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSÉ GILVANE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°46/2023 -PREF

Publicação N° 5410134

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PREFEITURA
TERMO ADITIVO N° 046/2023 – PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: RDK FLOREST ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.297.784/0001-48, com sede à Avenida dos Expedicionários nº 432, bairro, Campo da Água Verde, Canoinhas- SC, neste ato representada pela Sra. DANIELA ROCHA MOKVA.

DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 01/01/2024 até 31/12/2024.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSÉ GILVANE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2023

Publicação N° 5410937

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2023
Registro de Preços

O objeto do presente edital consiste na aquisição de combustíveis, agente redutor automotivo (arla), bobinas, discos de tacógrafo e palhetas automotivas para todos os veículos alocados nas secretarias municipais do município de Belmonte- SC, com entrega parcelada, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h00min do dia 21/12/2023, no Dpto. De Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08h10min do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 08 de dezembro de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2023

Publicação Nº 5410526

Página 1 de 2



Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Número de Pregão Eletrônico: 130/2023

Nº Ata: 1
Nº Edital: 130/2023
Nº Processo: 130/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE CARNES DE IPTU, BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS E OUTROS, conforme especificação - ANEXO, do Edital.

1			Val. Ref. Total: 9.358,00
Item: 1	Quant.: 3000,00	Unidade: UNIDADE	Val. Ref.: 4.020,00
BOLETOS IPTU - COLOR, PRÉ-NOMINADOS E AUTO-ENVELOPADOS, IMPRESSÃO 4X1 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M² NO FORMATO A4 E CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN			
Item: 2	Quant.: 2300,00	Unidade: UNIDADE	Val. Ref.: 3.128,00
BOLETOS COLETA DE LIXO - COLOR, PRÉ-NOMINADOS E AUTO-ENVELOPADOS, IMPRESSÃO 4X1 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M² NO FORMATO A4 E CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN			
Item: 3	Quant.: 1300,00	Unidade: UNIDADE	Val. Ref.: 1.495,00
BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - P&B, PRÉ-NOMINADOS E AUTO-ENVELOPADOS, IMPRESSÃO DUPLEX FACES EM PRETO MONOCROMÁTICO, PAPEL OFF-SET 75G/M² NO FORMATO A4 E CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN			
Item: 4	Quant.: 1300,00	Unidade: UNIDADE	Val. Ref.: 715,00
AR'S - PRÉ-NOMINADAS, IMPRESSÃO SIMPLEX FACE EM PRETO MONOCROMÁTICO, TAMANHO EQUIVALENTE A 1/3 DE FOLHA A4, PAPEL SULFITE 75G/M², PADRÃO DOS CORREIOS. ALCEAMENTO E APRISIONAMENTO DAS AR'S AOS BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL			

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	9.358,00
Licitante 02	9.358,00
Licitante 03	9.358,00
Licitante 04	9.358,00

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	08/12/2023 09.01.22
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	08/12/2023 09.02.33
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Licitante 01	Último Lance 9.330,59
Licitante 02	Último Lance 9.330,60
Licitante 03	Último Lance 9.338,00
Abertura de Vistas	08/12/2023 09.44.34
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	08/12/2023 09.49.29
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante Grafica e Editora Mundo Ltda pelo motivo: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ESTÃO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL..	
Recurso	08/12/2023 10.12.03
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	08/12/2023 10.12.03
Declaro iniciada a fase de ADJUDICAÇÃO.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 1 para o licitante Grafica e Editora Mundo Ltda com o valor de R\$ 9.318,00.	

Nada mais a tratar, o Pregoeiro encerrou a sessão pública de pregão eletrônico, agradecendo a participação de todos e fez lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai ser assinada pela equipe.

Pregoeiro:Joice Aparecida Costa

Membro da Equipe:Marli Klitzke Schmidt

Membro da Equipe:Sérgio Dário Pasquali

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4512/2023

Publicação Nº 5410743

PORTARIA nº 4512 de 08 de dezembro de 2023

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) LISIANE STEFFENON, detentor do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para exercer a Função de Confiança de COORDENADOR REGIÃO 12 UBS TRÊS RIACHOS, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/12/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4513/2023

Publicação Nº 5410746

PORTARIA nº 4513 de 08 de dezembro de 2023

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 1º, caput da Lei Complementar nº 241/2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) JORDANA DA FONSECA GAUTÉRIO, detentor do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO II para exercer a Função de Confiança de COORDENADOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 1º, caput da Lei Complementar nº 241/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/11/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4514/2023

Publicação Nº 5411380

PORTARIA nº 4514 de 08 de dezembro de 2023

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MAIKON ODILON FRANCISCO, brasileiro (a) para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DE BEM ESTAR ANIMAL, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/12/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4515/2023

Publicação Nº 5411384

PORTARIA nº 4515 de 08 de dezembro de 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 4115/2023, da servidora ELITH GOMES GONÇALVES DE SOUSA, que passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELITH GOMES GONÇALVES DE SOUSA, aprovada no Processo Seletivo nº 026/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no CEIM PROF. Mª DE LOURDES GALLIANI, no período de 11/10/2023 a 22/12/2023, em substituição a servidora efetiva, Cleusa dos Santos matrícula nº 10703-1, que se encontra readaptada no período de 22/09/2023 a 19/03/2024 conforme portaria nº 4479/2023. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4516/2023

Publicação Nº 5411390

PORTARIA nº 4516 de 08 de dezembro de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) BRUNA THOBER PIRES, ocupante do cargo temporário de ODONTOLOGO lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 18/12/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4517/2023

Publicação Nº 5411392

PORTARIA nº 4517 de 08 de dezembro de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) ANDRESSA BRASIL BELMONTE, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE CIRURGIAO DENTISTA DA FAMÍLIA lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 17/12/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4518/2023

Publicação Nº 5411395

PORTARIA nº 4518 de 08 de dezembro de 2023

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), MARCIRENE DA CONCEIÇÃO BRAGA aprovada no Processo Seletivo nº 010/2022 de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – AUXILIAR DE CIRURGIÇÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO, da Secretaria Municipal de Saúde no período de 29/11/2023 a 28/11/2024, para

manter o serviço odontológico em funcionamento na Atenção Básica evitando assim prejuízos no atendimento à população.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/11/2023.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2023.

MAGALI ELIANE PEREIRA PRAZERES
Secretária Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO - 1ª SEMANA - 12.2023 - PMB, FMS E FAMABI

Publicação N° 5410980

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Extrato Contratual

Tipo de Termo de Credenciamento

Nº contrato: Nº 261/2023

Contratado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL CAPOEIRA NA ESCOLA

CNPJ/CPF: 06.124.426/0001-33

Nº processo: Nº 251/2023

Modalidade: Inexigibilidade de licitação

Objeto: ORGANIZAÇÃO DA SEMANA AFRO-BIGUAQUENSE 2023.

Data de assinatura: 21/11/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 30.000,00

Vigência: 21/11/2023 a 19/02/2024

Despesa(s):

206 - 15.001.23.695.0005.2052.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 259/2023

Contratado: PERPHIL FORMATURAS E PRODUÇÕES LTDA

CNPJ/CPF: 24.208.991/0001-60

Nº processo: Nº 238/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E COBERTURA FOTOGRÁFICA, DECORAÇÃO COM UTENSÍLIOS E ORGANIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE GRAU PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 24/11/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 58.750,00

Vigência: 24/11/2023 a 31/12/2023

Despesa(s):

66 - 09.002.12.361.0003.2020.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 263/2023

Contratado: ALIX TECNOLOGIA CORPORATIVA EIRELI

CNPJ/CPF: 07.019.133/0001-59

Nº processo: Nº 262/2023

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PELO PRAZO DE 12 MESES, PARA LOCAÇÃO DE FIREWALL PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. ESTE PROJETO VISA A EFICÁCIA DAS OPERAÇÕES DE TIC (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO) VISANDO A PROTEÇÃO DE DADOS E GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS.

Data de assinatura: 05/12/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 16.023,09

Vigência: 05/12/2023 a 05/12/2024

Despesa(s):

28 - 05.001.04.122.0002.2087.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 264/2023

Contratado: ALIX TECNOLOGIA CORPORATIVA EIRELI

CNPJ/CPF: 07.019.133/0001-59

Nº processo: Nº 250/2023

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS PARA 295 EQUIPAMENTOS, COM GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE E VACINAS POR 12 MESES, COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E TREINAMENTO, DE ACORDO COM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Data de assinatura: 05/12/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 17.405,00

Vigência: 05/12/2023 a 05/12/2024

Despesa(s):

28 - 05.001.04.122.0002.2087.3.3.90.00.00

Tipo de Aditivo de Prazo - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 36/2023 Aditivo: 4

Contratado: SMD EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA E COMERCIO EIRELI

CNPJ/CPF: 11.039.247/0001-38

Nº processo: Nº 11/2023

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E FINALIZAÇÃO DA OBRA DO GINÁSIO DE ESPORTES, LOCALIZADO NA AVENIDA BEIRA-RIO, BAIRRO BEIRA-RIO - BIGUAÇU/SC.

Data de assinatura: 06/12/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 08/12/2023 a 01/07/2024

Despesa(s):

199 - 15.001.27.812.0005.1011.4.4.90.00.00

199 - 15.001.27.812.0005.1011.4.4.90.00.00

199 - 15.001.27.812.0005.1011.4.4.90.00.00

199 - 15.001.27.812.0005.1011.4.4.90.00.00

Tipo de Aditivo de Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 35/2023 Aditivo: 4

Contratado: SOLIDA SERVIÇOS DE MAO DE OBRAS EIRELI

CNPJ/CPF: 18.245.956/0001-19

Nº processo: Nº 34/2023

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO (PAVER), DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA SERVIDÃO JONAS CESCONETO, BAIRRO PRADO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 12/07/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 27.293,13

Vigência: 30/11/2023 a 18/02/2024

Despesa(s):

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

Tipo de Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 214/2022 Aditivo: 1

Contratado: LUAR TURISMO LTDA

CNPJ/CPF: 04.233.538/0001-05

Nº processo: Nº 194/2022

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO, DE FORMA CONTINUA-DA, PARA APOIO AO ENSINO COMO MECANISMO INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NAS UNIDADES ESCOLARES DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 12/07/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 10.144.378,00

Vigência: 12/07/2023 a 12/07/2024

Despesa(s):

Tipo de Aditivo de Prazo - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 24/2023 Aditivo: 2

Contratado: AZIMUTE PAVIMENTACAO EIRELI

CNPJ/CPF: 28.435.911/0001-60

Nº processo: Nº 22/2023

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO DA RUA JORDELINO JOÃO DA ROSA.

Data de assinatura: 25/08/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 25/11/2023 a 24/01/2024

Despesa(s):

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

Nº contrato: 228/2022 Aditivo: 1

Contratado: MED-NUCLEAR - CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIAO LTDA

CNPJ/CPF: 83.850.164/0002-16

Nº processo: 20/2022

Modalidade: Inexigibilidade de licitação

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA A SELEÇÃO DE POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA EM RADIOLOGIA – MAMOGRAFIA, NA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA COMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 04/12/2023

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 39.570,00

Vigência: 15/12/2023 a 15/12/2024

Despesa(s): 33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

Nº contrato: 212/2022 Aditivo: 1

Contratado: MED-NUCLEAR CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIAO LTDA

CNPJ/CPF: 83.850.164/0001-35

Nº processo: 37/2022

Modalidade: Inexigibilidade de licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS EM CARDIOLOGIA CONFORME DESCRIÇÃO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DISPONÍVEL POR MEIO DO SIGTAP PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 04/12/2023

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 38.659,92

Vigência: 06/12/2023 a 06/12/2024

Despesa(s): 33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00

33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

Nº contrato: 211/2022 Aditivo: 1

Contratado: MED-NUCLEAR CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIAO LTDA

CNPJ/CPF: 83.850.164/0001-35

Nº processo: 35/2022

Modalidade: Inexigibilidade de licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS POR RADIOLOGIA DE DENSITOMETRIA ÓSSEA, CONFORME DESCRIÇÃO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DISPONÍVEL POR MEIO DO SIGTAP PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU POR UM PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER RENOVADO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXOS AO PROCESSO.

Data de assinatura: 04/12/2023

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 12.000,00

Vigência: 06/12/2023 a 06/12/2024

Despesa(s): 33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00

33 - 10.001.10.302.0004.2043.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Credenciamento

Nº contrato: Nº 262/2023

Contratado: LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ/CPF: 18.934.959/0001-60

Nº processo: Nº 4/2023

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL 2023, REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO ANO DE 2022 PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – PREVBIGUAÇU.

Data de assinatura: 05/11/2023

Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Valor: R\$ 9.750,00

Vigência: 05/11/2023 a 31/12/2023

Despesa(s):

17.001.04.122.0010.2080.3.3.90.00.00

Biguaçu, 11 de dezembro de 2023.

Salmir da Silva

Prefeito Municipal de Biguaçu

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - INEXIGIBILIDADE Nº 003/2023 – CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Publicação Nº 5411118

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Inexigibilidade nº 003/2023 – Câmara Municipal de Biguaçu

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de kits biométricos (dispositivo de captura de imagem, leitor biométrico e escâner de mesa) para uso na Secretaria do Balcão Cidadão, da Câmara Municipal de Biguaçu.

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU - CNPJ Nº 73.564.064/0001-99.

Contratado: REI DOS REIS COM. ATAC. E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - CNPJ/MF 13.729.372/0001-03.

Valor: R\$ 1.680,00 (mil, seiscentos e oitenta reais).

Assinatura: 23/11/2023.

Vigência: de 23/11/2023 até 19/03/2024.

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2023

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU - CNPJ Nº 73.564.064/0001-99

Contratado: AKIYAMA S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS - CNPJ/MF 02.688.100/0004-20.

Valor: R\$ 6.051,00 (seis mil e cinquenta e um reais).

Assinatura: 23/11/2023.

Vigência: de 23/11/2023 até 19/03/2024.

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2023

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU - CNPJ Nº 73.564.064/0001-99

Contratado: NETSCAN DIGITAL LTDA - CNPJ/MF sob o nº 05.103.620/0005-01

Valor: R\$ 1.560,00 (mil, quinhentos e sessenta reais).

Assinatura: 23/11/2023.

Vigência: de 23/11/2023 até 19/03/2024.

BIGUAÇU/SC, 11 de dezembro de 2023

Vereador Cristyan Silveira Prazeres

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2023

Publicação Nº 5411106

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2023**

Circunstanciado pelo Termo de Dispensa de Licitação apresentada pela Comissão de Licitações da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU CNPJ Nº 73.564.064/0001-99, venho HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, o resultado da licitação na modalidade:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 003/2023.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de kits biométricos (dispositivo de captura de imagem, leitor biométrico e escâner de mesa) para uso na Secretaria do Balcão Cidadão, da Câmara Municipal de Biguaçu

EMPRESAS CONTRATADAS:

a) REI DOS REIS COM. ATAC. E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - CNPJ/MF 13.729.372/0001-03.

Valor: R\$ 1.680,00 (mil, seiscentos e oitenta reais).

b) AKIYAMA S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS - CNPJ/MF 02.688.100/0004-20.

Valor: R\$ 6.051,00 (seis mil e cinquenta e um reais).

c) NETSCAN DIGITAL LTDA - CNPJ/MF 05.103.620/0005-01.

Valor: R\$ 1.560,00 (mil, quinhentos e sessenta reais).

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, no seu art. 74, caput.

Data da homologação: 22 de novembro de 2023

Biguaçu/SC, 11 de dezembro de 2023.

Vereador Cristyan Silveira Prazeres

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

PORTARIA Nº187/2023 - FERIAS LUISA SIQUEIRA BASTIAN

Publicação Nº 5410078

**PORTARIA Nº 187/2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias à servidora **Luisa Siqueira Bastian**, ocupante do cargo comissionado de Assessora Parlamentar I, Chefe de Gabinete do Vereador João Luiz Luz por 15 (quinze) dias. Sendo 12 (doze) dias no período de 11/12/2023 e término em 22/12/2023 e 3 (três) dias no período de 02/01/2024 e término em 04/01/2024. Referente ao período aquisitivo de 06/01/2022 a 05/01/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 11 de dezembro de 2023.

Vereador Cristyan Silveira Prazeres
Presidente

cmb.sc.gov.br

R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152



Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA Nº188/2023 - EXONERAÇÃO WYLIAN RONDINELLI PEREIRA

Publicação Nº 5410856

**PORTARIA Nº 188/2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,




RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 11 de dezembro de 2023, o Sr. **Wyllian Rondinelli Pereira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, Nível II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 11 de dezembro de 2023.

Vereador Cristyan Silveira Prazeres
Presidente

 cmb.sc.gov.br
 R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
 Telefone: (48) 3243-4233

Blumenau

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1207/2023

Publicação Nº 5410848

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0139719-49.2023.1.03.0799-0001 contra , devido a ocorrência: edificação em área privada, ocorrida no endereço SILVANO CANDIDO DA SILVA SENIOR emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 237 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 98 e Observação 4 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <http://processodigitalhml.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

LEI Nº 9.464/2023

Publicação Nº 5411670

LEI Nº 9.464, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I - Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - Blusoft, inscrita no CNPJ sob o nº 81.160.376/0001-65, com foro no Município de Blumenau, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por meio do ato publicado no Diário Oficial da União em 06 de maio de 2005, nº SEI (08071.006918/2011-00), no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), destinados a custear despesas para o programa Entra21 - Blusoft edição 2023/2024, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º A despesa prevista no inciso I do artigo 1º desta Lei, correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

15 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

1502 – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO

Projeto 15.02.11.334.0096.2083 – Apoio Financeiro a Blusoft – Projeto Entra 21

Modalidade 3.3.50 (1254) Transf. a Instit. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.400.000,00

Fonte de Recursos 2500.7000000

Art. 3º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.523/2023

Publicação Nº 5411679

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.523, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.234, DE 06 DE JUNHO DE 2019, QUE “DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Quadro de Funções Gratificadas de Confiança da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, constante do Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 6 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – a denominação, o símbolo e as atribuições específicas da FGC de Assessor de Tesouraria e Contas a Pagar passa a ser a seguinte:

[...]	Coordenador de Tesouraria e Contas a Pagar	60%	Coordenar os pagamentos e conferências da tesouraria e contas a pagar dos recursos próprios e vinculados
-------	--	-----	--

II – o símbolo da FGC de Coordenador de Protestos - DA passa a ser de FGC – 90%;

III – o símbolo da FGC de Coordenador de Gabinete passa a ser de FGC – 80%;

IV – o símbolo da FGC de Coordenador de Apoio Contábil passa a ser de FGC – 90%;

V – o símbolo da FGC de Coordenador dos Parcelamentos do ITBI passa a ser de FGC – 80%;

VI – o símbolo da FGC de Coordenador de Sistemas de Fiscalização de Tributos Mobiliários passa a ser de FGC – 80%;

VII – ficam extintas as FGC's de Assessor de Atendimento e Fiscalização Tributária símbolo 20%, e de Coordenador de Atendimento e Protocolos, símbolo 70%.

Art. 2º O Quadro de Funções Gratificadas de Confiança da Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, constante do Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 6 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – a denominação e as atribuições específicas da FGC de Assessor de Apoio à Fiscalização dos Serviços de Recuperação Asfáltica passa a ser a seguinte:

[...]	Coordenador de Ações Administrativas na Central Funerária	[...]	Coordenar as atividades internas correspondentes a ações administrativas, bem como coordenar as equipes de atendimento da Central Funerária.
-------	---	-------	--

II – a denominação, o símbolo e as atribuições específicas da FGC de Coordenador de Medições passa a ser a seguinte:

[...]	Chefe de Medições (DAF)	100%	Supervisionar e controlar os boletins de medições das empresas contratadas, certificando que os serviços realizados estão sendo medidos conforme as especificações do contrato; emitir as Ordens de Serviços das empresas terceirizadas; supervisionar notas fiscais e empenhos; emitir relatórios dos equipamentos rastreados e serviços mensais das empresas; prestar assessoramento no controle das ordens de serviços.
-------	-------------------------	------	--

III - a denominação, o símbolo e as atribuições específicas da FGC de Coordenador de Recursos Humanos passa a ser a seguinte:

[...]	Chefe de Apoio ao Gabinete (DAF)	100%	Supervisionar as atividades gerais do Gabinete do Secretário; responder pela supervisão e controle das atividades de apoio as demandas administrativas, promovendo a organização das informações e documentos provenientes das diretorias; prestar suporte na gestão das equipes que compõem a Secretaria; supervisionar o Departamento de Recursos Humanos, em especial as folhas de pagamento, as férias e o ponto eletrônico; requisitar e prorrogar os contratos de admissão em caráter temporário(ACT) da Secretaria e atualizar os quadros de vagas daquela.
-------	----------------------------------	------	--

IV - a denominação, o símbolo e as atribuições específicas da FGC de Coordenador de Compras, Suprimentos e Patrimônio passa a ser a seguinte:

[...]	Chefe de Compras, Suprimentos e Patrimônio (DAF)	100%	Supervisionar todas as compras de suprimentos, materiais e serviços elaborando planilhas de controle e emissão de relatórios; supervisionar e controlar notas fiscais e empenhos; controlar a cotação de preços dos materiais e suprimentos e negociá-los; analisar planilhas de custos de materiais; negociar com fornecedores em geral; supervisionar, manter e controlar os bens patrimoniais da Secretaria, incluindo a frota de veículos e gerir toda manutenção predial da secretaria e suas adjacências.
-------	--	------	---

V - a denominação, o símbolo e as atribuições específicas da FGC de Coordenador do Serviço de Recuperação Asfáltica, passa a ser a seguinte:

[...]	Chefe do Serviço de Recuperação Asfáltica (DMB)	100%	Supervisionar as equipes de trabalho envolvidas diretamente com a recuperação da massa asfáltica das vias públicas e o acompanhamento técnico da execução das manutenções e dos serviços a que for designado; avaliar e elaborar documentos e relatórios; analisar planilhas de custos e pareceres judiciais.
-------	---	------	---

VI – ficam extintas uma (01) FGC de Assessor de Fiscalização dos Serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB, símbolo FGC – 50%, e a Coordenador de Serviços de Manutenção de Cemitérios (DSU), símbolo FGC – 40%.

Art. 3º No Quadro de Funções Gratificadas de Confiança da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, constante do Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 6 de junho de 2019:

I - fica recriada a FGC de Assessor do Sistema Pronto, com o seguinte quantitativo, denominação, símbolo e atribuições específicas:

01	Assessor do Sistema Pronto	50%	prestar suporte técnico e assessoramento do Sistema Pronto.
----	----------------------------	-----	---

II - fica extinta uma (01) FGC de Assessor do Sistema de Informação em Vigilância em Saúde.

Art. 4º No Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, constante do Anexo XXIV da Lei Complementar nº 1.234, de 6 de junho de 2019, na redação dada pela Lei Complementar nº 1.521, de 17 de novembro de 2023, a denominação dos cargos em comissão de "Gerência de Gestão do SUAS e de Benefícios e de Transferência de Renda" e de "Gerência de Políticas da Mulher e da Pessoa Idosa e com Deficiência" passa a ser, respectivamente, "Gerente de Gestão do SUAS e de Benefícios e de Transferência de Renda" e "Gerente de Políticas da Mulher e da Pessoa Idosa e com Deficiência".

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.985/2023

Publicação Nº 5411682

DECRETO Nº 14.985, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - Proeb, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

28- FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB
2801 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB
Atividade 28.01.23.695.0033.2138 - Manutenção das Atividades da Proeb
Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 62.500,00
Fonte de Recursos 2500.7000000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.986/2023

Publicação Nº 5411684

DECRETO Nº 14.986, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
0402 - DIRETORIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA
Atividade 04.02.03.092.0019.2007 - Pagamento de Honorários de Sucumbência dos Advogados
Modalidade 3.3.91 (32) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00 Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
0402 – DIRETORIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA
Atividade 04.02.03.092.0019.2007 – Pagamento de Honorários de Sucumbência dos Advogados
Modalidade 3.1.91 (31) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.987/2023

Publicação Nº 5411688

DECRETO Nº 14.987, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 24.478,58 (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
1701 – ADMINISTRATIVO DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
Atividade 17.01.04.122.0034.2122 – Manut. das Ativ. Administrativas da Idivi
Modalidade 3.3.90 (744) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000
Atividade 17.01.15.451.0094.2410 – Manut. das Ativ. de Manut. do Bairro de Vila Itoupava
Modalidade 3.3.90 (747) Aplicações Diretas R\$ 14.478,58
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
1701 – ADMINISTRATIVO DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
Atividade 17.01.04.122.0034.2122 – Manut. das Ativ. Administrativas da Idivi
Modalidade 4.4.90 (746) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000
Atividade 17.01.15.451.0094.2410 – Manut. das Ativ. de Manut. do Bairro de Vila Itoupava
Modalidade 4.4.90 (748) Aplicações Diretas R\$ 14.478,58
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.827/2023

Publicação Nº 5411695

PORTARIA Nº 28.827, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA MAYARA PEREIRA, PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no inciso II, do art. 11 e §1º, do art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, alterada pela Lei Complementar nº 1.513, de 20 de outubro de

2023 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 897/2023, de 06/12/2023 - Processo Digital nº 0142267-51.2023.1.18.0501-0001, resolve:

DESIGNAR, a contar de 29 de novembro de 2023, a servidora pública municipal CAMILA MAYARA PEREIRA, matrícula nº 22817-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Auxiliar de Controle Interno, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, concedendo-lhe a gratificação de FGC-100%, com as atribuições constantes na Lei Complementar nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, alterada pela Lei Complementar nº 1.513, de 20 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.828/2023

Publicação Nº 5411698

PORTARIA Nº 28.828, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANA COELHO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02231/23.04, de 07/12/2023 - Processo Digital nº 0142254-52.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DISPENSAR, no dia 31 de dezembro de 2023,

LUCIANA COELHO, matrícula nº 22894-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Inclusão Produtiva e Inserção ao Mundo do Trabalho - FGC 50%, designada pela Portaria nº 27.997/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.829/2023

Publicação Nº 5411703

PORTARIA Nº 28.829, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ADRIANA PIVA RAULINO, PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES, E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no inciso II, do art. 11 e §1º, do art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, alterada pela Lei Complementar nº 1.513, de 20 de outubro de 2023 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02232/23.04, de 07/12/2023 - Processo Digital nº 0142256-22.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DESIGNAR, a contar de 29 de novembro de 2023, a servidora pública municipal MARIA ADRIANA PIVA RAULINO, matrícula nº 18960-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Auxiliar de Controle Interno, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, concedendo-lhe a gratificação de FGC-100%, com as atribuições constantes na Lei Complementar nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, alterada pela Lei Complementar nº 1.513, de 20 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.830/2023

Publicação Nº 5411709

PORTARIA Nº 28.830, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, de acordo com o Memorando SEDEAD nº 02230/23.04, de 07/12/2023 - Processo Digital nº 0142247-60.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Vento	Padrão Vento	Horas aulas ministradas
RONALDO WEINGARTNER	Psicólogo	30	K2II	K	04 horas
PERLA TORRENS	Assistente Social	30	K3III	F	08 horas
GIZELA LEITE	Terapeuta Ocupacional	40	K3III	G	12 horas
CLAUDIMAR DAS GRACAS PEREIRA	Professor	40	B4I	A	08 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 28.832/2023

Publicação Nº 5411712

PORTARIA Nº 28.832, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELA QUINTINO PEREIRA, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA ESCOLAR DO CEI "OSWALDO BUERGER".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei nº 9.199, de 23/05/2022, e de conformidade com o Processo Digital nº 0142125-47.2023.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 04 de dezembro de 2023, a servidora pública municipal ANGELA QUINTINO PEREIRA, matrícula nº 209295, do exercício da função de Diretora Escolar do CEI "Oswaldo Buerger" e da gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, designada pela Portaria nº 28.6992023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO 1ª CPASD

Publicação Nº 5411722

INTIMAÇÃO 1ª CPASD:

Dr. Nilson dos Santos - OAB/SC nº 16.612

Dr. Antônio Carlos Marchiori - OAB/SC nº 6.102

Dr. Marcelo Schuster Bueno - OAB/SC nº 14.948

Dr. Raul Ribas - OAB/SC nº 38.938

Dr. Célio Hohn - OAB/SC nº 15.004

Dr. Janecler Alberton - OAB/SC nº 36.011

Dr. Rodrigo Biezu - OAB/PR nº 36.244

Dr. Danielle Rodrigues da Silva - OAB/SC nº 19.957

Dr. Bruno Thiago Krieger - OAB/SC nº 37.318

Dr. Júlio Cezar de Souza Silva - OAB/SC nº 28295

Dr. Ricardo Souto Wille - OAB/SC 19.601

Dra. Heloisa Castanheira – Defensora Dativa

DESPACHO: Ficam intimados os Advogados/Defensores Dativos acima, sobre a SUSPENSÃO DOS PRAZOS dos Processos Administrativos Disciplinares que tramitam perante a 1ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar - CPASD, no período de 22 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024, conforme Decreto nº 14.974, de 05 de dezembro de 2023, expedido pelo Sr. Prefeito Municipal.

CONCORRÊNCIA Nº. 52/2023

Publicação Nº 5411727

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº. 52/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de pavimentação e drenagem pluvial para implantação de rotatória entre as Ruas Julio Michel, Hermann Tribess e Fritz Spernau, no bairro Fortaleza, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio da Operação de Crédito – FINISA – Contrato de Financiamento nº. 0600871-57 – SEMOB. Abertura dos envelopes: 31 de janeiro de 2024 às 09h00. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 07/12/2023. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - 67C71A4860BDE4623BAF1E7E62EDD7A8EB3A160C.

PORTARIA SEDEAD Nº 37.571/2023

Publicação Nº 5411734

PORTARIA SEDEAD Nº 37.571/2023

AUTORIZA A EXTENSÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO, EM DEFINITIVO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONI BLASIUS SOMBRI, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, DO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais e regulamentares, nos termos do Edital SEMED n.º 019/2012 para extensão de carga horária semanal de trabalho, considerando a notificação constante do processo administrativo ISSBLU n. 16417/11/2022 e para regularização do ato administrativo realizado à época, resolve:

Art 1º Autorizar a contar de 04 de fevereiro de 2013, a extensão da carga horária semanal de trabalho, em definitivo, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, da servidora pública municipal IVONI BLASIUS SOMBRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, de 10 horas para 20 horas.

Art. 2º Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a contar de 04 de fevereiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 08 de dezembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.535/2023

Publicação Nº 5411746

PORTARIA SEDEAD Nº37.535/2023

AUTORIZA O AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DO CURSO DE SENSIBILIDADE ORAL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

AUTORIZAR, o afastamento com remuneração dos servidores públicos municipais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para participar do Curso de Sensibilidade Oral 1: Impacto das Disfunções na Função Oral e na Alimentação, nos dias 24 e 25 de novembro de 2023:

Matrícula	Nome
221104	GIZELA LEITE
233041	CLAUDIMAR DAS GRACAS PEREIRA

Blumenau, 21 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.536/2023

Publicação Nº 5411752

PORTARIA SEDEAD Nº 37.536/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO

Nos termos do artigos 146, e 151, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme Leis Complementares Federais n.os 173, de 27 de maio de 2020, e 191, de 8 de março de 2022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

MATRICULA	NOME	DECÊNIO	TIPO
228857	AMANDA ROBERTA KOERICH SEMANN	24/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
228832	ANA KARLA PAGNONCELLI BLOEDORN	10/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
229919	AUREA CORREA	12/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
191493	ALEXANDRE PLOTGHER CELVA	23/11/2023/2013	1/3 em pecúnia
210390	FRANCISCO AMERICO	20/11/2013/2023	1/3 em pecúnia

BLUMENAU, 21 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.537/2023

Publicação Nº 5411755

PORTARIA SEDEAD Nº 37.537/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO

Nos termos do artigos 146, e 151, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme Leis Complementares Federais n.os 173, de 27 de maio de 2020, e 191, de 8 de março de 2022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

MATRICULA	NOME	DECÊNIO	TIPO
207667	ADRIANA ALVES RIBEIRO RENGEL	26/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
228722	TANIA APARECIDA CAGLIONI BENNETZ	09/09/2013/2023	1/3 em pecúnia
201022	SILVANA SALETE SACCON DALL IGNA	19/11/2013/2023	1/3 em pecúnia

BLUMENAU, 21 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.538/2023

Publicação Nº 5411759

PORTARIA SEDEAD Nº 37.538/2023
AUTORIZA O AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DA DISCIPLINA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

AUTORIZAR, o afastamento com remuneração dos servidores públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, para participarem da disciplina Drenagem de Águas Pluviais Urbanas (ENS410066), ministrada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGEA/UFSC, de 20 de novembro de 2023 a 24 de novembro de 2023.

Matrícula	Nome
232801	LEANDRO JOSE ISENSEE
230575	LUIS HENRIQUE BEDUSCHI

Blumenau, 21 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.539/2023

Publicação Nº 5411766

PORTARIA SEDEAD Nº 37.539/2023

CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, AOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

CONCEDER EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

de acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, concede extensão de jornada de trabalho de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, em caráter temporário, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, ao(a) servidor(a) público(a) municipal abaixo relacionado(a):

DANDARA DAUANY TRENTINI, matrícula nº 233712, nomeado para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRA, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 20 de novembro de 2023.

Blumenau, 21 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.540/2023

Publicação Nº 5411771

PORTARIA SEDEAD Nº 37.540/2023

DISPENSA EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, AOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

DISPENSA EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

de acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, dispensa extensão de jornada de trabalho de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais, em caráter temporário, com redução proporcional dos respectivos vencimentos, ao(a) servidor(a) público(a) municipal abaixo relacionado(a):

FELIPE AUGUSTO MARTINS, matrícula nº 231752, nomeado para exercer o cargo em provimento efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, a contar de 30 de outubro de 2023.

Blumenau, 21 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.541/2023

Publicação Nº 5411773

PORTARIA SEDEAD Nº 37.541/2023

CONCEDE O BENEFÍCIO DO AUXÍLIO NATALIDADE

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

Nos termos do artigo 266 da Lei Complementar 660 de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais efetivos, e contratados:

Matrícula	Nome	Nome do Filho(a)
229744	GLAUDO GEVARD	LUCCA CORREA GEVARD
233473	GREICE CRISTIANA MATT ZUCHI	THEO EBEL

Blumenau, 22 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD N.º 37.542/2023

Publicação Nº 5411774

PORTARIA SEDEAD N.º 37.542/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS

Nos termos dos artigos 146, e 151, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no agravo de instrumento n.º 5010220-26.2023.8.242022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

Matrícula	Nome	Decênio
229255	NADIA FAVERO BIZ	14/01/2013/2023
227650	LIGIA SCHRUBBE ZIESE	04/10/2010/2020

Blumenau, 22 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.544/2023

Publicação Nº 5411775

PORTARIA SEDEAD Nº 37.544/2023
CONCEDE O BENEFÍCIO DO AUXÍLIO NATALIDADE

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

Nos termos do artigo 266 da Lei Complementar 660 de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais efetivos, e contratados:

Matrícula	Nome	Nome do Filho(a)
229051	DANIELE HORT GRAF	ALAN HORT GRAF
232242	FABIANE DE SA BARBOZA	ISAAC BARBAZO
725538	JULIANA ZARO VENDRUSCULO	VALENTINA ZARO VENDRUSCULO
230800	MARCO ANTONIO REBELLO	MATEUS XAVIER REBELLO
223921	MARTHIAL ALEXANDRE DE MELLO	LUAN GABRIEL DUTRA COSTA

Blumenau, 27 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.545/2023

Publicação Nº 5411778

PORTARIA SEDEAD Nº 37.555/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO

Nos termos dos artigos 146, e 151, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme Leis Complementares Federais n.os 173, de 27 de maio de 2020, e 191, de 8 de março de 2022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

MATRICULA	NOME	DECÊNIO	TIPO
228479	CAROLINE SUELEN NICOSSELLI	21/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
211672	EWERTON FILIPPI DE OLIVEIRA	25/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
229165	LUCAS SOTORIVA	03/09/2012/2022	1/3 em pecúnia
213683	LUIS CARLOS KRIEWall	11/10/2013/2023	180 Dias
227528	MARCIA BACCIN PALMEIRA	20/09/2010/2020	1/3 em pecúnia
228687	MARGARETH MARQUETTI	09/09/2013/2023	180 Dias
228960	PATRICIA SENEM	09/10/2013/2023	1/3 em pecúnia
215678	PATRICIA WROEBEL DE SÃO THIAGO	20/10/2013/2023	1/3 em pecúnia
228654	SOLANGE MARIA PETTINE BREIT	09/09/2013/2023	1/3 em pecúnia
215856	SONIA MARIA PACHECO	12/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
69841	WILSON EFIGENIO STRAUBE	26/10/2013/2023	180 Dias

BLUMENAU, 04 de dezembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.547/2023

Publicação Nº 5411781

PORTARIA SEDEAD Nº 37.547/2023
ALTERA A PORTARIA SEDEAD Nº 33.406/2018
QUE CONCEDEU LICENÇA-PRÊMIO DE 180
DIAS, AO(À) SERVIDOR(A) GIZELA LEITE.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR

A Portaria SEDEAD nº 33.406/2018, que concedeu licença-prêmio de 180 dias consecutivos, referente ao decênio de 21.05.2007 a 21.05.2017, ao(à) servidor(a) público(a) municipal GIZELA LEITE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, para licença-prêmio de conversão de 1/3 (um terço) em pecúnia, e 120 (cento e vinte) dias usufruir, conforme Processo Digital nº 0137566.37.2023.1.04.0598-0000.

Blumenau, 28 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.548/2023

Publicação Nº 5411783

PORTARIA SEDEAD Nº 37.548/2023

CONTA TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.464, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores(as) públicos(as) municipais aprovados para exercer o cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matr.	Nome	Período	Ano/Mês/Dias	Função	Processo
232753	THABATA GLENDA FENILI AMORIM	03/02/2020 a 11/09/2022	02 ANOS 07 MESES E 09 DIAS	Médico	0133473-75.2023.1.04.0648-0000
233707	SAMMYLA LETICIA DA PAZ AMOEDO	03/04/2023 a 16/10/2023	06 meses e 14 dias	Enfermeiro	0121438-83.2023.1.04.0648-0000

Blumenau, 28 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.549/2023

Publicação Nº 5411784

PORTARIA SEDEAD Nº 37.549/2023**CONTA TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.464, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores(as) públicos(as) municipais aprovados para exercer cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Período	Ano/Mês/Dias	Função	Processo
233762	SIRLEI RAMOS CLAUDINO	01/02/2023 a 02/11/2023	09 meses e 02 dias	Professor	0129080-10.2023.1.04.0648-0000
233763	RENATA APARECIDA ZINKE	01/02/2022 A 05/11/2023	01 ano 09 meses e 05 dias	Professor	0129552-11.2023.1.04.0648-0000

Blumenau, 28 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.550/2023

Publicação Nº 5411785

PORTARIA SEDEAD Nº 37.550/2023**CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, AOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) MUNICIPAIS QUE INDICA.**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

CONCEDER EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

de acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, concede extensão de jornada de trabalho de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, em caráter temporário, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, aos(as) servidores(as) públicos(as) municipais abaixo relacionados(as):

WESLEY ROCHA VIEIRA, matrícula 233748, nomeado para exercer o cargo em provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 20 de novembro de 2023;

CHARLENE GARCIA PIRES, matrícula 233742, nomeada para exercer o cargo em provimento efetivo de Enfermeiro(a), da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 13 de novembro de 2023;

GISLAINE ANDRADE DO NASCIMENTO, matrícula 233741, nomeada para exercer o cargo em provimento efetivo de Enfermeiro(a), da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 20 de novembro de 2023.

Blumenau, 29 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD N.º 37.552/2023

Publicação Nº 5411787

PORTARIA SEDEAD N.º 37.552/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS

Nos termos dos artigos 146, e 151, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no agravo de instrumento n.º 5010220-26.2023.8.242022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

Matrícula	Nome	Decênio
198536	CIBELE HEIDEN	25/11/2013/2023

Blumenau, 29 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.553/2023

Publicação Nº 5411789

PORTARIA SEDEAD Nº 37.553/2023
CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, AOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

CONCEDER EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

de acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, concede extensão de jornada de trabalho de 20 (VINTE) para 30 (TRINTA) horas semanais, em caráter temporário, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, ao(a) servidor(a) público(a) municipal abaixo relacionado(a):

FABIANE SMIDERLE, matrícula 233091, nomeada para exercer o cargo em provimento efetivo de Cirurgião Dentista, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 13 de novembro de 2023.

Blumenau, 30 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.554/2023

Publicação Nº 5411790

PORTARIA SEDEAD Nº 37.554/2023
CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, AOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

CONCEDER EXTENSÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

de acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, concede extensão de jornada de trabalho de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, em caráter temporário, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, aos(as) servidores(as) públicos(as) municipais abaixo relacionados(as):

YASMINE LAISA GOULART, matrícula 233767, nomeada para exercer o cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 20 de novembro de 2023;

THAIS CAROLINE SIMAO, matrícula 233755, nomeada para exercer o cargo em provimento efetivo de Enfermeiro(a), da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 17 de novembro de 2023;

AURICELIA SEABRA DA SILVA, matrícula 723371, contratada em caráter temporário para exercer a função de Médico(a), da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 22 de novembro de 2023;

KATRIN ALINE OSTI, matrícula 233178, nomeada para exercer o cargo em provimento efetivo de Enfermeiro(a), da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 10 de dezembro de 2023;

ROSA HELENA LOPES DE OLIVEIRA, matrícula 233745, nomeado(a) para exercer o cargo em provimento efetivo de Enfermeiro(a), da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 20 de novembro de 2023.

Blumenau, 01 de dezembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.555/2023

Publicação Nº 5411791

PORTARIA SEDEAD Nº 37.555/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO

Nos termos dos artigos 146, e 151, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme Leis Complementares Federais n.os 173, de 27 de maio de 2020, e 191, de 8 de março de 2022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

MATRICULA	NOME	DECÊNIO	TIPO
223786	CARLA MARIA BERTOLUCI	24/10/2013/2023	1/3 em pecúnia
187151	JAKES PROBST	07/12/2013/2023	1/3 em pecúnia
208841	JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO	14/10/2013/2023	1/3 em pecúnia
228790	JURANDIR DE FATIMA ALVES DE SOUZA	22/11/2013/2023	1/3 em pecúnia
229770	MARIA HILDA FOGACA	03/12/2013/2023	1/3 em pecúnia
228599	KENIA REGINA SCHMITZ	09/09/2013/2023	1/3 em pecúnia
228534	SABRINA BRUNER	24/08/2013/2023	1/3 em pecúnia

BLUMENAU, 04 de dezembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.556/2023

Publicação Nº 5411793

PORTARIA SEDEAD Nº 37.565/2023
ALTERA A PORTARIA SEDEAD Nº 37.136/2022
QUE CONCEDEU LICENÇA-PRÊMIO DE 180
DIAS, AO(A) SERVIDOR(A) ADRIANA LUIZA BAHR.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR

A Portaria SEDEAD nº 37.136/2022, que concedeu licença-prêmio de 180 dias consecutivos, referente ao decênio de 24/08/2013/2023, ao(à) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA LUIZA BAHR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, para licença-prêmio de conversão de 1/3 (um terço) em pecúnia, e 120 (cento e vinte) dias usufruir, conforme Processo Digital nº 0140096.14.2023.1.04.0598-0000.

Blumenau, 05 de dezembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.563/2023

Publicação Nº 5411804

PORTARIA SEDEAD Nº 37.563/2023.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO(A) SERVIDOR(A) PUBLICO(A) MUNICIPAL EVA COSTA DE OLIVEIRA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento com remuneração do(a) servidor(a) público(a) municipal EVA COSTA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para realizar o Estágio Obrigatório do Curso de Pedagogia, pela UNICESUMAR-Universidade Cesumar, no dia 05 de dezembro de 2023, em jornada parcial de trabalho. Conforme Processo Digital n.º 0139776-85.2023.1.04.0590-0000.

Blumenau, 05 de dezembro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEMUDES Nº 93/2023

Publicação Nº 5411807

PORTARIA SEMUDES Nº 93 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros titulares abaixo elencados, para compor a Comissão de Seleção e Julgamento de projetos apresentados por Órgãos Governamentais, de acordo com Lei Federal nº 13.019 de 2014 e alterações:

VANESSA RAQUEL CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social – Função Chefe de Setor de Gestão do SUAS-SEMUDES;

CRISTIANE BARCELOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo;

VANIA REITER PELLEENSE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Função de Coordenador de Licitações e Contratos - Semudes;

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora Geral da Semudes;

MILENE BARBOSA CRUZ ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, função Chefe de Setor da Proteção Social Básica - SEMUDES;

FERNANDA NUNES ALVES, Conselheira Municipal do Idoso, representando a categoria não-governamental;

SÉRGIO SANCHES, Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a categoria não governamental;

Art. 2º Designar Alana Sieves Wendhausen como membro suplente do(a) conselheiro(a) Sérgio Sanches.

Art. 3º Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar apoio de especialistas e/ou de equipe técnica e/ou administrativa a ser designada pela Gerência de Apoio aos Conselhos a fim de acompanhar o certame.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Semudes nº 25/2023.

Blumenau/SC, 07 de Dezembro de 2023.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

PORTARIA INTERNA IDIVI Nº 18/2023

Publicação Nº 5411811

PORTARIA INTERNA IDIVI Nº 18, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA A SERVIDORA CAMILA DIX, ARQUITETA E URBANISTA, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 510/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA QUANTUM ENGENHARIA LTDA.

LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA, Intendente Distrital de Vila Itoupava, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/cart. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal CAMILA DIX, Arquiteta e Urbanista, matrícula nº 231796, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 510/2023, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Intendência Distrital da Vila Itoupava e a empresa QUANTUM ENGENHARIA LTDA, CNPJ 82.094.460/0001-72, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, manutenção e desinstalação de peças de iluminação e adereço de decoração natalina em vias públicas do Distrito de Vila Itoupava.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 7 de Dezembro de 2023.

Adm. LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA
Intendente Distrital de Vila Itoupava

PORTARIA PROEB Nº 104/2023

Publicação Nº 5411812

PORTARIA PROEB Nº 104/2023, de 08 de dezembro de 2023.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

GUILHERME BENNO GUENTHER, Diretor Geral da PROEB – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o Artigo 8.º, inciso III e IX, da Lei Complementar n. 1.325 de 18 de dezembro de 2020, resolve:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, Adenir Maria Barbieri, cargo Diretora de Eventos, Operações e Promoção do Lazer, matrícula nº 921298, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 501/2023, firmado entre a Fundação Promotora de Exposições de Blumenau e a empresa CENARIUM BRASIL CENÁRIOS EXPOSIÇÕES E ILUMINAÇÕES LTDA, CNPJ nº 45.947.687/0001-05, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA AQUISIÇÃO, REFORMA, LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAL E ADEREÇOS DE ILUMINAÇÃO NATALINA EM VÁRIOS PONTOS NA CIDADE DE BLUMENAU. PARA O EVENTO NATAL EM BLUMENAU 2023. - PROEB.

Conforme licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 128/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Guilherme Benno Guenther
Fundação Promotora de Exposições de Blumenau
Nome: Adenir Maria Barbieri
Ciência do Fiscal: _____
Data da Ciência: ____/____/____

PORTARIA PROEB Nº 103/2023

Publicação Nº 5411814

PORTARIA PROEB Nº 103/2023, de 08 de dezembro de 2023.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

GUILHERME BENNO GUENTHER, Diretor Geral da PROEB – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o Artigo 8.º, inciso III e IX, da Lei Complementar n. 1.325 de 18 de dezembro de 2020, resolve:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, Adenir Maria Barbieri, cargo Diretora de Eventos, Operações e Promoção do Lazer, matrícula nº 921298, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 501/2023, firmado entre a Fundação Promotora de Exposições de Blumenau e a empresa BLUSERVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ nº 33.357.022/0001-62, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de limpeza, com fornecimento de equipamentos para os eventos: Natal em Blumenau 2023, 16ª Sommerfest e

Páscoa em Blumenau 2024, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e anexos - PROEB.
Conforme licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Guilherme Benno Guenther
Fundação Promotora de Exposições de Blumenau
Nome: Adenir Maria Barbieri
Ciência do Fiscal: _____
Data da Ciência: ____/____/____

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD PAD N. 024/2022

Publicação Nº 5411823

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD

PAD N. 024/2022

ACUSADO: F.L.M e R.K.

ADV: NILSON DOS SANTOS – OAB/SC 16.612

Fica intimado o advogado constituído dos acusados para ter ciência dos documentos juntados às fls. 209-346 e para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 57/2023

Publicação Nº 5411826

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 57 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU/SC – CMDCA, BIÊNIO 2023 -2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, na deliberação da Plenária Extraordinária, realizada no dia 08 de dezembro de 2023, conforme Ata CMDCA N.º 21/2023.

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- os Artigos 19, 20 e 21 do Regimento Interno do CMDCA que dispõem sobre a Coordenação Geral e o mandato dos seus membros, especificamente referente às competências do (a) Coordenador (a) Geral;

- a Posse da gestão CMDCA 2023/2025 realizada em 08 de dezembro de 2023, sendo os (as) conselheiros (as) nomeados através da Portaria 28.792 de 28 de novembro de 2023, a partir de 10 de dezembro de 2023;

- a Deliberação em Plenária Extraordinária realizada em 08 de dezembro de 2023, que aprovou a indicação e posse dos novos membros da Coordenação-Geral, considerando a Gestão CMDCA 2023/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os (as) seguintes Conselheiros (as) para compor a Coordenação-Geral do CMDCA, Biênio 2023-2025, a partir do dia 10 de dezembro de 2023, pelo período de um ano.

I – Coordenadora-Geral – Iva Elzi Steinhäuser.

II – Vice-Coordenador – José Carlos Constantino.

III – Secretária-Geral – Maria Augusta Koch Buttendorf.

Art. 2º Revoga-se a Resolução CMDCA N.º 42/2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de dezembro de 2023.

SERGIO SANCHES

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA – Gestão 2021/2023

EXTRATO Nº. 537/2023 - FURB

Publicação Nº 5411835

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 537/2023

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
PRATIKA SOLUÇÕES LTDA.

OBJETO: Aquisição de computadores, switcher de streaming, fonte de servidor e leitores de código de barras para os diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 312/2023 e Contrato nº 226/2023, válido a partir de 11 de dezembro de 2023.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca / Modelo / Referência	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
04	41094	01	Peça	Fonte de alimentação para servidor, com as seguintes características: Potência de saída: 1100 watts Tensão de entrada: Entre 100 e 240 volts, bivolt automático. Frequência da tensão de entrada: 50/60 Hertz Ventilação: cooler original na parte traseira Eficiência mínima: 94,5% Certificação: 80 Plus Platinum Compatibilidade: Compatível e homologada pelo fabricante, para o servidor Dell PowerEdge R730xd Modelo referência: Dell - D1100E-S0, DPS-1100BB B(03F) ou DP/N: 0Y26KX Garantia mínima: 06 (seis) meses	DELL D1100E-S0 1100W	2.089,00	2.089,00
Garantia (em meses)				06 (seis) meses			
Preço Total do (em reais, por extenso)				Dois mil e oitenta e nove reais			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) equipamento(s) desde que esta(s) seja(m) aprovado(s) pela Gestão Contratual e siga(m) acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de transferência bancária (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA), sendo vedada a emissão de boletos bancários, bem como não é autorizada a negociação de títulos relacionados às notas fiscais emitidas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 08/12/2023.

EXTRATO Nº. 527/2023 - FURB

Publicação Nº 5411846

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 527/2023

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
SH INCORPORADORA LTDA.

ADITIVO DE REAJUSTE
TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº. 211/2020

OBJETO: Locação de imóvel para o curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB e para setores de suporte às suas atividades.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 274/2020 e Contrato nº 211/2020, firmado em 30 de outubro de 2020.

CONSIDERANDO QUE:

- A vigência inicial do contrato corresponde ao período de 1º de novembro de 2021 a 30 de outubro de 2022, prorrogado por meio dos aditivos nºs 02 e 03 até 30 de outubro de 2025.
- O valor mensal, atualizado pelo TA nº 002, corresponde à R\$ 25.080,00 (vinte e cinco mil e oitenta reais).
- O Memorando nº 082/2023/CCT, em que o gestor do contrato solicita formalizar o reajuste previsto na cláusula Quarta do Aditivo nº 03, a partir de 1º de novembro de 2023.
- Trata-se do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, cuja variação no mês de outubro/2023 equivale a 4,819250%.
- Aplicando-se o reajuste, o valor mensal a contar de 1º de novembro de 2023 passará a ser R\$ 26.288,67 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos).
- O Pedido de Compra nº 2023/2840, garantindo a dotação orçamentária para tal operação.
- A autorização do Pró-Reitor de Administração, autoridade competente para tal ato, em atendimento ao artigo nº 57, §2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO:

A contar de 1º de novembro de 2023, a Locatária pagará à Locadora o valor mensal de R\$ 26.288,67 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de Dispensa de Licitação nº. 211/2020 e aditivos n.ºs 001 a 003.

Blumenau, 08 de dezembro de 2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1229/2023

Publicação Nº 5413301

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0140385-50.2023.1.03.0799-0000 contra IRADJ ECHRATI, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço FLORIANOPOLIS S/N emitindo:

A Notificação Preliminar nº: 596, pois verificou-se que há capim junto às divisas do lote, devendo providenciar a roçada do capim em uma faixa de 2 metros ao longo da testada e nas divisas com lotes edificadas. Esta solicitação não aplica-se ao corte de árvores. em até 30 dias, sob pena de Multa de 2,00 VRU, conforme Inciso III e §2º do Art. 45 da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração Primário nº: 595, a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <http://processodigitalhml.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1230/2023

Publicação Nº 5413304

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0142948-17.2023.1.03.0799-0000 contra AMV INCORPORAÇÕES LTDA, devido ao tipo de ocorrência: execução de calçada ocorrida no endereço ERICH BELZ S/N emitindo:

A Notificação Preliminar nº: 1364, pois verificou-se que há irregularidades em relação a calçada pública, devendo executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente em até 30 dias, sob pena de Multa de 1,00 VRU, conforme Art. 20 e Inciso III do Art. 26 da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração Primário nº: 1363, a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <http://processodigitalhml.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1231/2023

Publicação Nº 5413306

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0142950-84.2023.1.03.0799-0000 contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS MARA ELLEN LTDA., devido ao tipo de ocorrência: execução de calçada ocorrida no endereço ERICH BELZ 00 emitindo:

A Notificação Preliminar nº: 1371, pois verificou-se que há irregularidades em relação a calçada pública, devendo executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente em até 30 dias, sob pena de Multa de 1,00 VRU, conforme Art. 20 e Inciso III do Art. 26 da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração Primário nº: 1370 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <http://processodigitalhml.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1232/2023

Publicação Nº 5413308

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0142952-54.2023.1.03.0799-0000 contra ASSOCIACAO DOS MORADORES E COLABORADRES DA RUA ERICH BELZ, devido ao tipo de ocorrência: execução de calçada ocorrida no endereço ERICH BELZ 1257 emitindo:

A Notificação Preliminar nº: 1378, pois verificou-se que há irregularidades em relação a calçada pública, devendo executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente em até 30 dias, sob pena de Multa de 1,00 VRU, conforme Art. 20 e Inciso III do Art. 26 da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração Primário nº: 1377 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <http://processodigitalhml.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO 125/2023

Publicação Nº 5411876



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BOM JARDIM DA SERRA
C.N.P.J.: 82.844.754/0001-92
Município: BOM JARDIM DA SERRA

Página : 1 / 2

DECRETO Nº 125/2023, de 7 de Novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BOM JARDIM DA SERRA e autorização contida na Lei Municipal nº 1505/2022, de 17 de Outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 298.500,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC	
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC	
10.001.4.122.2.2060-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$4.000,00
1.500.0000.0004 DOAÇÕES AO FIA	4.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE	
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.5.2020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$20.000,00
1.552.0000.0043 Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	20.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE	
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.5.2021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$5.000,00
1.552.0000.0043 Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	5.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE	
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.5.2022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$9.500,00
1.552.0000.0043 Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	9.500,00
07.000 - SEC. DO MEIO AMB. AGRICULTURA, INFRA-ES - SEMAGISP	
07.001 - DEPTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07.001.15.451.11.1018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$60.000,00
1.710.3210.0079 Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	60.000,00
06.000 - SEC. DE DESENV. ECON. TURISMO E CULTURA - SETUC	
06.001 - DEPTO DE FOMENTO A CULTURA E AO TURISMO	
06.001.23.695.15.1014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$200.000,00
1.710.3210.0079 Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$4.000,00
1.500.0000.0004 DOAÇÕES AO FIA	4.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$60.000,00
1.710.3210.0079 Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	60.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$200.000,00
1.710.3210.0079 Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	200.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE	
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.5.2020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$20.000,00
1.500.1001.0001 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	20.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE	
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BOM JARDIM DA SERRA
C.N.P.J.: 82.844.754/0001-92
Município: BOM JARDIM DA SERRA

Página : 2 / 2

05.001.12.306.5.2021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$5.000,00
1.500.1001.0001 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	5.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE	
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.5.2022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$9.500,00
1.500.1001.0001 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	9.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Novembro de 2023.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 133/2023

Publicação Nº 5411847



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BOM JARDIM DA SERRA
C.N.P.J.: 82.844.754/0001-92
Município: BOM JARDIM DA SERRA

Página : 1 / 1

DECRETO Nº 133/2023, de 28 de Novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BOM JARDIM DA SERRA e autorização contida na Lei Municipal nº 1505/2022, de 17 de Outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 55.727,08, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001 - DEPTO DE APOIO A GESTÃO E FINANÇAS		
03.001.4.123.3.2011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		R\$52.227,08
1.500.0000.0000	Recursos Ordinários	52.227,08
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE		
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.306.5.2020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		R\$3.500,00
1.552.0000.0043	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	3.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE		
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.306.5.2020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		R\$3.500,00
1.500.1001.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.500,00
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001 - DEPTO DE APOIO A GESTÃO E FINANÇAS		
03.001.4.123.3.2011-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		R\$52.227,08
1.500.0000.0000	Recursos Ordinários	52.227,08

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Novembro de 2023.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2023

Publicação Nº 5410378

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 276D63D70B18D48E21A025D01133EACDEC510FC3

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2023
Extrato de Dispensa de Licitação Nº 55/2023
Prefeitura Municipal de Bom Jesus/SC.

Código registro TCE: 276D63D70B18D48E21A025D01133EACDEC510FC3

O Município de Bom Jesus/SC, ADJUDICA e HOMOLOGA a Dispensa de Licitação Nº 55/2023, no dia 08 de dezembro de 2023, referente Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC. Vencedor: ELIS MORGANA GONCALVES DOS SANTOS. Valor Total: R\$ 8.220,00 (oito mil duzentos e vinte reais). Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Bom Jesus/SC, 08 de dezembro de 2023.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023

Publicação Nº 5410552

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FE57BF0F8BAAEF27D346FDCE2531F97C0B319B7D

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
Código registro TCE: FE57BF0F8BAAEF27D346FDCE2531F97C0B319B7D
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023 NOME/RAZÃO SOCIAL:
CNPJ: ENDEREÇO:

CIDADE:	ESTADO:	
TELEFONE:	FAX:	E-MAIL:

PESSOA PARA CONTATO:

Recebi(emos) através do acesso à página www.bomjesus.sc.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

LOCAL:	DATA:
--------	-------

ASSINATURA

Senhor licitante,

Objetivando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Bom Jesus e essa Empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo do Edital supra, à Comissão Permanente de licitação.

Por via postal ou pelo e-mail licitacao@bomjesus.sc.gov.br.

O não encaminhamento do recibo exime a Comissão de Licitação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório como de quaisquer informações adicionais que não interferem nas cotações.

BOM JESUS/SC	DATA:
--------------	-------

Denise Pedott Brandalize - Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023

1 – PREÂMBULO

1.1 - O Município de Bom Jesus, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Pedro Bortoluzzi, 435, através do Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO que irá realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição do objeto indicado no item 2.1 deste Edital. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - HORA, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e regulamentos municipais e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h00 do dia 21 de dezembro de 2023, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, situado no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO dar-se-á a partir das 08h15min do dia 21 de dezembro de 2023, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Bom Jesus, situada no endereço citado no item 1.1.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente processo licitatório tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa para prestação de 1.500h de serviços de Motoniveladora com lâmina e escarificador, peso mínimo de 15ton, com fornecimento de operador e combustível, de acordo com a necessidade do município e conforme especificações constantes no termo de referência, anexo ao edital.

2.2 - A mobilização e desmobilização da máquina será de responsabilidade da proponente vencedora, que deverá disponibilizar o equipamento no Município de Bom Jesus, em local a ser informado pela administração municipal.

2.3 - Os serviços deverão ser executados em conformidade com as determinações da administração municipal e serão fiscalizados diretamente por servidor público municipal.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.1.1 - com falência decretada;

3.1.2 - em consórcio.

3.2 - Poderão participar desta licitação com tratamento diferenciado, as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital;

3.3 - Os licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02, Certidão da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas comprovando essa situação, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, da abertura das propostas.

3.4 - A ausência da comprovação prevista no item anterior impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte no processo licitatório, utilizando-se o critério de tratamento diferenciado.

3.5 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º, §4º, da Lei Complementar 123/2006, consolidada.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações contratuais em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - Deverá apresentar ainda, como condição para participação das fases subsequentes, Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, nos termos do Anexo "C" (caso possua representante credenciado, a declaração poderá ser verbal, devendo constar em ata).

4.4 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais e manifestar-se durante a sessão, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.5 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.6 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicado para protocolo. A Administração Municipal de Bom Jesus e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.7 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento

Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias, da abertura das propostas. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, consolidada, com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias, da abertura das propostas.

4.8 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006, consolidada. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

4.9 - O licitante que por ventura colocar os documentos exigidos para credenciamento dentro de algum dos envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO não possuirá representante credenciado e, portanto, não poderá participar da fase de lances e manifestar-se durante do processo, e caso não apresente neste momento a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, e não tendo representante credenciado para fazê-la verbalmente, estará a licitante impedida de participar do certame.

5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- Número deste Pregão;
- Número do item, descrição dos itens nos termos do "Anexo D" deste Edital, marca, quantidade, unidade de medida, preço unitário e preço total dos itens grafado os algarismos com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, em moeda brasileira corrente;
- Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante;

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com no máximo 2 (duas) casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, transporte, mão de obra especializada, equipamentos, alimentação, uniformes, EPIs, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos serviços, objeto desta licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - A proposta financeira deverá respeitar como limite máximo os valores unitários constantes no termo de referência e serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado.

5.6 - Não será aceita proposta que esteja em desacordo com as especificações exigidas neste edital.

5.7 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.9 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (certificado extraído do site da receita estadual ou documento similar onde conste o número da inscrição) e/ou Municipal (alvará de funcionamento ou documento similar onde conste o número da inscrição), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regular situação perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais e da Dívida ativa da União, abrangendo a previdência social (INSS);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão negativa de débitos trabalhistas – (CNDT);
- Prova de regularidade emitida pelo o Poder Judiciário mediante apresentação de Certidão "Falência e Concordata". Para licitantes com sede em Santa Catarina, a emissão da certidão está disponível através do endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/>.
- Balanço Patrimonial na forma do artigo 31, da Lei 8.666/93, ou, Declaração de Dispensa de Emissão de Balanço Patrimonial para aqueles licitantes isentos por lei da elaboração de Balanço Patrimonial, enquadrados no Simples, conforme Lei LC 123/06 consolidada, emitida por contador habilitado (possuidor de Registro válido no CRC) com firma reconhecida, acompanhada de Declaração/Certidão de optante pelo Simples Nacional extraída do site oficial Simples Nacional, disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- Declarações constantes no Anexo "B" (de não empregabilidade de menores; de que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório; e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores);
- Consulta Consolidada obtida junto ao Tribunal de Contas da União, de que a empresa não está impedida de Contratar com a Administração Pública, disponível no seguinte link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

l) A proponente deverá comprovar a propriedade da máquina, apresentando cópia da Nota Fiscal de aquisição em seu nome, não será aceito contrato.

m) Comprovação por meio de documento que o equipamento a ser utilizado no objeto do contrato possui no máximo 5 (cinco) anos de uso, ou seja, que seu ano de fabricação seja de 2018 acima;

n) Considerando a imediata contratação, a licitante deverá apresentar com a documentação o comprovante de vínculo com a empresa (CTPS ou contrato) do operador da máquina, juntamente com o certificado de operador;

o) A proponente interessada deverá apresentar acervo técnico devidamente registrado no CREA, condizente com o objeto de no mínimo 50% do exigido, ou seja, de 750h de serviços (terraplenagem, recuperação de estradas, etc)

6.1.1 - As certidões negativas de débito expedidas pela Receita Federal poderão ser apresentadas na forma consolidada, em conformidade com regulamentação e procedimentos novos adotados pelo expedidor.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "i" do item 6.1, por Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Bom Jesus.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua autenticidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "c" a "g", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, renegociando valores ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.1.1 - O licitante deverá obrigatoriamente cotar todos os itens do objeto deste certame, visando assim evitar contratemplos e desclassificação.

7.1.2 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.3 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes do item 5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço global, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços global iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço global do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento, sendo que as distribuições de valores internos dar-se-ão logicamente pela proporcionalidade (equivalência).

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada

lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais (declínio), e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - No caso excepcional de participação de empresas normais (as não enquadradas como ME ou EPP) previsto no item 3.6, encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006, consolidada.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto nos itens 7.6 e 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar o último e derradeiro lance no prazo máximo de 1 (um) minuto, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.9 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.10 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.10.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.9, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.13 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.13.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.13.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.14 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.14.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.15 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.16 - O Pregoeiro, ao término da sessão, poderá devolver os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, registrando o procedimento em ata.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o Menor Preço Por Item, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, pelo Menor Preço Por Item, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação poderá ser homologado pela Autoridade Competente.

9 - DA FORMA DE EXECUÇÃO

9.1 - A proponente vencedora prestará os serviços objeto desta licitação através de profissionais vinculados à mesma.

9.2 - A execução do serviço será realizada mediante solicitação da administração pública municipal, que deverá indicar os locais e os serviços a serem realizados, devendo os serviços serem iniciados no prazo máximo de 02 (dois) dias após o recebimento da Ordem de Serviços/Autorização de fornecimento.

9.3 - Todos os serviços serão fiscalizados por servidor público municipal previamente designado.

9.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade materiais, equipamentos e pessoal especializado necessário para execução dos serviços, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

810 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação das respectivas notas fiscais e relatório dos serviços prestados, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

10.2 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 e 2024.

10.3 - Durante todo o prazo de validade do contrato o(s) fornecedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a manter atualizados todos os documentos relacionados nas alíneas "a" a "i" do item 6.1 deste Edital.

11 - DAS RESPONSABILIDADES

11.1 - Dos VENCEDORES:

a) O VENCEDOR assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, bem como por quaisquer danos decorrentes, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

b) Prestar os serviços nos locais que o município designar, com fornecimento de mão de obra, com experiência adequada e devidamente legalizada, nas quantidades, locais, datas e horários previstos conforme cronograma a ser elaborado pelo município;

c) A contratada deverá fornecer a secretaria solicitante, o levantamento dos materiais necessários para a realização dos serviços relacionados no Termo de Referência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

e) Executar os serviços única e exclusivamente nos horários de funcionamento das unidades e/ou excepcionalmente mediante autorização prévia do Secretário responsável;

f) Apresentar a secretaria solicitante, a quantidade de horas trabalhadas e a quantidade de funcionários que executaram o serviço, através do formulário de controle de horas trabalhadas, emitido pela Secretaria solicitante, assinado pela pessoa responsável da unidade onde foi prestado o serviço;

g) Pela contratação e demissão de funcionários necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, pagamento salarial e outros que podem advir da presente prestação de serviços;

h) Fornecer aos empregados todos equipamentos de proteção individual, uniforme e cartão de identificação, em conformidade com a Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, à Segurança e Medicina do Trabalho;

i) Retirar ou substituir qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com os serviços a que se obriga;

j) Disponibilizar alimentação, transportes e outras eventuais despesas com seus funcionários.

k) Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

l) Pelos danos causados a terceiros, em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para o Município;

m) O proponente vencedor do certame se obriga a agir com zelo e prudência na execução dos serviços da contratação, respondendo exclusivamente por seus atos e de seus prepostos, para o caso de sua ação ou omissão resultar em danos materiais ou morais à administração ou a terceiro, garantindo, inclusive, o direito de regresso, caso a municipalidade seja demandada por tais faltas;

n) Atender às normas Federais, Estaduais e Municipais regentes do assunto;

o) Cumprir as determinações da municipalidade;

p) Também correrão à custa da Contratada: despesas com pessoal, encargos sociais, impostos, taxas, obrigações trabalhistas, transporte, alimentação, hospedagem, crachás de identificação dos funcionários, uniformes e tudo mais que faça necessário à prestação do serviço;

q) Refazer, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, contando da comunicação, os serviços que forem rejeitados;

r) Pagar os impostos e taxas incidentes sobre o serviço prestado;

s) O presente edital não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço;

t) Responder por eventuais reclamações trabalhistas interpostas por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços objeto do presente contrato, desonerando a CONTRATANTE da responsabilidade solidária ou subsidiária, e assumindo o dever de indenizar a CONTRATANTE para a hipótese de esta adimplir qualquer débito a que esta não tenha dado causa;

u) Ocorrendo algum incidente que demande atuação efetiva dos funcionários da CONTRATADA, deverá, imediatamente, o funcionário em serviço, comunicar os representantes da CONTRATANTE (ou pessoas por eles indicadas) e, se for o caso, as autoridades competentes, tais como Polícia Civil, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros;

v) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

11.2 - Do Município:

a) Apresentar Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento especificando os serviços a serem prestados, bem como horários e locais;

b) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;

c) Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;

d) Fiscalizar a prestação dos serviços;

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Eventuais impugnações do Edital e os recursos previstos em Lei, os quais deverão estar devidamente fundamentados, somente serão recebidos conforme o prazo especificado no item 12.3, mediante:

a) Protocolo na divisão de licitação do Município de Bom Jesus – SC, Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido das 07h00min às 13h00min.

b) Recebimento via postal, por qualquer forma de entrega contando-se o prazo de recebimento, não o prazo de postagem.

12.2 - As impugnações enviadas vis Fac-símile ou e-mail não serão recebidos, aceitamos apenas impugnações em vias originais e devidamente fundamentadas;

12.3 - O prazo de impugnação do edital é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

12.4 - A impugnação será dirigida a Pregoeiro e Equipe de Apoio desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

12.5 - Tendo a licitante manifestada à intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

12.6 - O recurso deverá ser dirigido ao (à) Pregoeiro (a) que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

12.7 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.8 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

12.9 - Decididos os recursos, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Tendo em vista a modalidade de Sistema de Registro de Preços, será considerado vencedoras as empresas classificadas nos moldes de julgamento ditado anteriormente, no ato datado como fases de proposta e habilitação será lavrada a Ata de Registro de Preços contendo as Cláusulas contratuais, a qual segue como minuta no presente edital.

13.2 - No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, a representante legal da empresa assinará junto com os demais atos do certame. Caso a licitante vencedora de algum item não esteja presente, será intimada pela Comissão Permanente de Licitação para assinar a Ata Contratual dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de desistência dos objetos vencidos.

13.3 - A ata contratual terá prazo de vigência da sua assinatura, até o total de 12 meses, sendo que o participante fica obrigado a manter o Registro nesse período, salvo comprovado fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe, provadas em processo administrativo.

13.4 Por se tratar de futura e eventual contratação, as horas estabelecidas no edital correspondem a uma estimativa de necessidade e não vinculam a total contratação das horas.

14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

14.2 - A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

14.2.3 - judicial, nos termos da legislação.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa administrativa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do presente contrato;

III. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16 - DA ATA DE REGISTRO E DOS PREÇOS

16.1 - A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Autorização de Fornecimento e assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

16.3 - Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irrevogáveis, exceto, a critério do município, nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.3.1 - O contrato poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

16.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

16.5 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - Por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - Quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço;

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

17.2.2.2 - Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.3 - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no respectivo órgão de imprensa oficial do município.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3424-0181, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min ou no site www.bomjesus.sc.gov.br.

18.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

18.3 - A Prefeitura Municipal de Bom Jesus reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

18.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Bom Jesus não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.6 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.7 - As licitantes participantes deste processo desde já declaram, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

18.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Xanxerê - SC, excluído qualquer outro.

19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "A" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO.

b) Anexo "B" – MODELO DE DECLARAÇÕES (PARA FASE HABILITAÇÃO)

c) Anexo "C" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (PARA FASE CREDENCIAMENTO).

d) Anexo "D" – MODELO DE PROPOSTA.

e) Anexo "E" – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

f) Anexo "F" – TERMO DE REFERÊNCIA/ RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO COM VALORES MÁXIMOS.

Bom Jesus/SC, 08 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Cynthia Schneider Pellegrini
Assessor Jurídico
OAB/SC 43.050

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
ANEXO "A"
MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:
À Prefeitura Municipal de Bom Jesus – SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
ANEXO "B"
MODELO DE DECLARAÇÕES

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n. CPF n DECLARA, para fins de participação do Processo Licitatório supra, na modalidade de pregão presencial que:

- a) em relação ao disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- b) que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório;
- c) sob as penas da Lei, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

Carimbo e assinatura do Representante Legal
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
ANEXO "C"
MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2023 do Município de Bom Jesus - SC, que esta empresa, nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei Federal n. 10.520/02, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.

Local e data

Carimbo e assinatura do Representante Legal
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
ANEXO "D"
MODELO DE PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ Nº: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ CEP: _____ ESTADO: _____
FONE DA EMPRESA: _____ Email: _____
BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500h	Horas	Contratação de empresa para prestação de 1.500h de serviços de Motoniveladora com peso operacional mínimo de 15 toneladas, com lâmina e escarificador, com fornecimento de operador devidamente certificado e fornecimento de combustível. O maquinário deve possuir horímetro e ano de fabricação máximo de 05 anos, ou seja, o ano deve ser 2018 acima.		

OBS: A contratação será feita pelo período de 12 meses.

O maquinário deve ser posto em Bom Jesus/SC, sendo que, o transporte interno no município correrá por conta do município.

Valor Total de R\$. (valor por extenso)

Validade da proposta de 60 dias.

Local, ____ de ____ de 2023.

ASSINAR E CARIMBAR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023

ANEXO "E"

MINUTA DA ATA

Ata nº..../2023

PROCESSO n. 105/2023

PREGÃO n.º 21/2023

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa para prestação de 1.500h de serviços de Motoniveladora com lâmina e escarificador, peso mínimo de 15ton, com fornecimento de operador e combustível.

Aos dias do mês de do ano de 2023, autorizado pelo Processo nº 105/2023, Pregão Presencial nº 21/2023, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata:, CNPJ/MF nº, representado pelo seu , Sr. (qualificação), à saber:

1.1. Descrição dos Itens:

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 21/2023.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a prestação dos serviços, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, bem como documentação complementar exigida, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 e 2024.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 21/2023 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 21/2023.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 21/2023, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr., da Secretaria, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº e CPF sob o nº

Bom Jesus - SC, de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal CNPJ nº
Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

.....
CPF nº CPF nº

.....
CPF nº
Fiscal da Ata

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023

ANEXO "F"

TERMO DE REFERÊNCIA/ RELAÇÃO DE ITEM DO PROCESSO COM VALORES MÁXIMOS.

O Objeto da presente licitação busca a futura e eventual contratação de empresa para prestação de 1.500h de serviços de Motoniveladora com lâmina e escarificador, peso mínimo de 15ton, com fornecimento de operador e combustível, conforme as seguintes especificações:

A contratação visa atender as essenciais demandas do município no tocante as vias interioranas em razão das fortes chuvas que vem atingindo e assolando o município.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500h	Horas	Locação de uma Motoniveladora com peso operacional mínimo de 15 toneladas, com lâmina e escarificador, com fornecimento de operador devidamente certificado e fornecimento de combustível. O maquinário deve possuir horímetro e ano de fabricação máximo de 05 anos, ou seja, o ano deve ser 2018 acima.	R\$ 465,00	R\$ 697.500,00

OBS 1: Fica estabelecido como Valor Máximo Total de R\$ 697.500,00 (seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).

Notas:

1. A mobilização e desmobilização da máquina será de responsabilidade da proponente vencedora, que deverá disponibilizar o equipamento no Município de Bom Jesus, em local a ser informado pela administração municipal, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a assinatura do contrato.

2. Deverá a contratada dar toda manutenção necessária ao equipamento contratado/locado pela municipalidade, bem como arcar com todas as despesas decorrentes desta manutenção.

3. A contratada deverá fornecer um maquinário Motoniveladora de no mínimo 15 toneladas, com lâmina e escarificador, com no máximo 05(cinco) anos de uso, ou seja, o ano do maquinário deve ser de 2018 acima.

4. A contratada deverá fornecer o combustível e operador, devendo manter vigente um operador com certificado e devidamente registrado na empresa.

5. Todos os serviços serão fiscalizados por servidor público municipal previamente designado.

6. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade materiais, equipamentos e pessoal especializado necessário para execução dos serviços, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

7. O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação das respectivas notas fiscais e relatório dos serviços prestados, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº270/2023

Publicação Nº 5411172

PORTARIA Nº 270/2023, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor(a) Público Municipal Sr. CLEVIO ANTONIO ROSSI, inscrito(a) na matrícula nº 671-8, lotado(a) na Secretaria Municipal da Agricultura, ocupante do cargo de Operador, período aquisitivo de 16 de maio de 2021 a 15 de maio de 2022, período de concessão de 04 de dezembro de 2023 a 23 de dezembro de 2023.

Art. 2º. Fica convertido em Abono Pecuniário um terço (1/3) da licença, por critério discricionário do Poder executivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de dezembro de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº271/2023

Publicação Nº 5411194

PORTARIA Nº 271/2023, 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR (A) MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença saúde ao Servidor(a) Público(a) Municipal Sr. HARI SCHMIDT, inscrito(a) na matrícula sob nº 353-0, ocupante do cargo de Operador, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e serviços urbanos, conforme Atestado Médico, no período de 05 de dezembro a 30 de dezembro de 2023. Sendo encaminhado para o INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 05 de dezembro de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº272/2023

Publicação Nº 5411473

PORTARIA Nº 272/2023, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE ESTABILIDADE PROVISÓRIA A GESTANTE COM CONTRATO TEMPORÁRIO EM VIGOR.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER estabilidade provisória a Servidora Srª. JAQUELINE MARIA NOGUEIRA, Matrícula nº 930-0, Cargo PROFESSOR I 20H, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte, contrato temporário nº. 061/2023 até o fim do quinto (5º) mês após o parto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 06 de dezembro de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº273/2023

Publicação Nº 5411499

PORTARIA Nº 273/2023, 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR (A) MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença saúde ao Servidor(a) Público(a) Municipal Srª. JAQUELINE MARIA NOGUEIRA, inscrito(a) na matrícula sob nº 930-0, ocupante do cargo de Professor I ACT, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte, conforme Atestado Médico, no período de 07 de dezembro a 04 de fevereiro de 2024. Sendo encaminhada para o INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 07 de dezembro de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO N° 097/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5411424

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E8695CB4DBC8D1D42E8170E7679AB98AD7F3BB7E

**MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO N° 097/2023**

**O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que
firmou o seguinte contrato:**

Contratado: Geraldo Cesar Jung Ltda

CNPJ: 2*.8.8**/0001-1***

Licitação: Processo Licitatório N° 3005/2023 – Tomada de Preços

**Objeto: Obra com fornecimento de materiais e serviços para
Ampliação, Reforma e Acessibilidade junto a edificação de Unidade
Escolar existente, situada na Avenida Cristo Rei nº 180 neste
Município de Bom Jesus do Oeste, nos termos do projeto técnico,
memorial descritivo e demais anexos.**

**Valor: R\$ 238.833,17 (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e trinta e
três reais e dezessete centavos).**

Prazo: 90 dias após ordem de serviços.

Bom Jesus do Oeste (SC), 08 de Dezembro de 2023.

**Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal**

DECRETO Nº 5957/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411060

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE****Decreto nº 5957/2023 de 08 de Dezembro de 2023.**

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 03005/2023, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5709/2022 de 14 de Janeiro de 2.022, sob o Processo de Licitação nº 03005/2023, que tem por objeto Execução de Obra com fornecimento de Materiais e Mão de Obra necessários para Ampliação, Reforma e Adequação, junto a Unidade Escolar, situada na Av. Cristo Rei nº 180, conforme projetos, cronogramas e memorial descritivo.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Geraldo Cesar Jung Ltda ME	Execução de Obra com fornecimento de Materiais e Mão de Obra necessários para Ampliação, Reforma e Acessibilidade Etapa II, junto a Unidade Escolar, situada na Av. Cristo Rei nº 180, conforme projetos, cronogramas e memorial descritivo, parte integrante do presente edital.	1	238.833,17
duzentos e trinta e oito mil oitocentos e trinta e três reais e dezessete centavos			238.833,17	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08/12/2023.

AIRTON ANTÔNIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5958/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411763

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE****Decreto nº 5958/2023 de 08 de dezembro de 2023.**

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 03214/2023 , dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC,
no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5555/2021 de 04 de Fevereiro de 2021, sob o Processo de Licitação nº 03214/2023, que tem por objeto Eventual e parcelada aquisição de Tubos de Concreto para utilização nas atividades diárias nos diversos departamentos da municipalidade.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor Unit.	Valor Total
3	Gilvano Antonio Gonçalves (Metalurgica Gonçalves)	Tubo de Concreto de 1,5 Metro de diâmetro "com armação" com 01 metro de comprimento	60	1.100,00	66.000,00
1	Da Silva Construções Ltda	Tubo de Concreto de 01 Metro de diâmetro "sem armação" com 01 metro de comprimento	60	349,50	20.970,00
2	Da Silva Construções Ltda	Tubo de Concreto de 01 Metro de diâmetro "com armação" com 01 metro de comprimento	60	408,50	24.510,00
sessenta e seis mil reais				66.000,00	
quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta reais				45.480,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08/12/2023.

AIRTON ANTONIO
REINEHR:5695047
0991

Assinado de forma digital
por AIRTON ANTONIO
REINEHR:56950470991
Dados: 2023.12.08
16:38:38 -03'00'

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO N° 3350/2023 - PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2023

Publicação N° 5410123

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0FAB85970F906389C329F32ADB04CB1ACCBFBE50

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 3350/2023**PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2023**

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que no dia 21 de dezembro de 2023, as 08:00 horas, realizará processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, tendo como objeto a Eventual e fracionada aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para ano 2024, conforme demanda.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04 de Dezembro de 2023.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bombinhas

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL PR: 004/2023 - FMAS - PASSAGENS TERRESTRES

Publicação Nº 5411890

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F0AD59ABB5FE5696E9F038AA57AC028FBF26AF28



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 004/2023-FMAS
F0AD59ABB5FE5696E9F038AA57AC028FBF26AF28

Modalidade de licitação: Pregão Presencial
Tipo de licitação: MENOR TAXA DE TRANSAÇÃO
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,” CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO PRESENTE EDITAL E ANEXOS.
Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e sessão de disputa de preço: 20/12/2023 às 13h e 30min.
Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Bombinhas—sala de Licitações – End. Rua Baleia Jubarte, 328, José Amândio, Bombinhas – SC.
Aquisição do Edital: Site: www.bombinhas.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações.
Informações: Telefone: (0XX47) 3393-9500 – Ramal 509 ou 551. Bombinhas, 07 de dezembro de 2023.
LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2023- PMB

Publicação Nº 5410595

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0EC5C9069E65FA0BF0664E07771D10B870FF0AB5



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 041/2023- PMB
0EC5C9069E65FA0BF0664E07771D10B870FF0AB5

O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através do Prefeito Municipal Paulo Henrique Dalago Muller, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS”

Data da Homologação: 07/12/2023.

Vencedor: VULCAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ Nº 03.845.920/0001-07, Av. Prof. João Jose da Cruz Filho, nº 1500, Canto Grande- Bombinhas; GEOLUX MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA, CNPJ nº 25.550.794/0001-13, Rua 220, nº 348, sala 01, Meia Praia, Itapema; ZANCANARO COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI, CNPJ nº 10.659.468/0001-46, Rua Morango, nº 114, Sertãozinho, Bombinhas; COMERCIAL JR FILHOS LTDA -ME, CNPJ nº 24.747.469/0001-57, Rua Seis de Janeiro, nº 307, Paranaguamirim, Joinville.

Bombinhas, 08 de dezembro de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

Braço do Norte

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO POR CONCURSOS PÚBLICOS 01/2019

Publicação Nº 5409866

CONVOCAÇÃO POR CONCURSOS PÚBLICOS 01/2019.

O departamento pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Norte, vem realizar a convocação para preenchimento de vagas em caráter EFETIVO, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital de Concurso Público nº 01/2019.

VAGAS DISDISPONÍVEIS:

POSIÇÃO	NOME	CARGO
06 - PCD	EDNA CUCKER CACHOEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
118	ALINE MARCELINO MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O candidato deverá comparecer no dia 08/12/2023 ou 11/12/2023 das 13:00 as 17:00 no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, localizado na avenida Felipe Schmidt, 2070 – Bairro Centro – Braço do Norte/ SC, na data e horário acima citados, munido de seus documentos pessoais, RG e CPF, em original.

Atenciosamente,

Silvana Walter Beckhauser
Diretor de Departamento

Braço do Norte, 07 de novembro de 2023

CONVOCAÇÃO POR CONCURSOS PÚBLICOS 01/2023

Publicação Nº 5409851

CONVOCAÇÃO POR CONCURSOS PÚBLICOS 01/2023.

O departamento pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Norte, vem realizar a convocação para preenchimento de vagas em caráter EFETIVO, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital de Concurso Público nº 01/2023.

VAGAS DISDISPONÍVEIS:

POSIÇÃO	NOME	CARGO
07º	MILTON DE ARRUDA	AGENTE MOTORISTA CAÇAMBEIRO LASTREADOR - OBRAS

O candidato deverá comparecer no dia 08/12/2023 ou 11/12/2023 das 13:00 as 17:00 no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, localizado na avenida Felipe Schmidt, 2070 – Bairro Centro – Braço do Norte/ SC, na data e horário acima citados, munido de seus documentos pessoais, RG e CPF, em original.

Atenciosamente,

Silvana Walter Beckhauser
Diretor de Departamento

Braço do Norte, 07 de novembro de 2023

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 707, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409813

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 708,
DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

Regulamenta, no âmbito do Município de Braço do Norte, a Lei Federal n. 14.133/2021 no que se refere as atribuições dos agentes públicos e dos agentes de contratação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preenchem os

seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º. A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º. O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de consultoria ou assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

§ 3º. Na inviabilidade do cumprimento ao disposto no inciso I deste artigo 1º, será permitido que tais agentes sejam servidores temporários, servidores celetistas ou estatutários.

I - servidores temporários são aqueles que exercem atividade temporária de excepcional interesse público, pois seu vínculo permanece apenas enquanto durar a necessidade que o fundamentou;

II - servidores celetistas são aqueles que trabalham perante empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações governamentais de direito privado e servidores públicos celetistas do Município de Braço do Norte;

III - servidores estatutários são aqueles que podem ocupar cargos efetivos ou cargos em comissão.

Art. 2º. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 3º. À autoridade máxima do órgão ou da entidade referida no dispositivo anterior, também caberá designar os agentes de contratação que ficarão responsáveis pela condução do procedimento licitatório, sendo que esta nomeação deve atender aos seguintes requisitos:

I - sejam servidores efetivos ou empregados públicos celetistas dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - respondam individualmente pelos atos praticados no procedimento licitatório, inobstante a possibilidade de contarem com equipe de apoio para auxílio em suas atividades;

III - quando se tratar de pregão, que tenha realizado capacitação para exercer a atribuição nos termos definidos em decreto.

§ 1º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 1º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 2º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de consultoria ou assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

§ 3º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 4º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 4º. Durante o período de convivência legislativa previsto no art. 191 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observadas as seguintes regras transitórias:

I - os presidentes das comissões de licitação e os Pregoeiros serão designados Agentes de Contratação quando a Administração optar por licitar de acordo com o novo regime jurídico instituído pela Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II - as atuais comissões de licitação, permanentes ou especiais, serão designadas Comissões de Contratação, para fins de aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na condução dos seguintes procedimentos:

Art. 5º. Os procedimentos auxiliares de credenciamento e de registro de preços serão conduzidos por Agente de Contratação.

Parágrafo único. Na hipótese de o registro de preços ser processado na modalidade concorrência para contratação de bens e serviços especiais, poderá ser conduzido por comissão de contratação.

Art. 6º. A licitação na modalidade diálogo competitivo, prevista no art. 32, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 será conduzida por comissão especial de contratação, que deverá ser integrada por, no mínimo, 03 (três) servidores com vínculo efetivo ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública Municipal.

Art. 7º. Enquanto não implementada a integração do Sistema utilizado pelo Município de Braço do Norte para realização de Licitações Eletrônicas ao Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP a que se refere o art. 174, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a publicação de atos, editais e contratos se dará no Diário Oficial Municipal – DOM, no Sistema Integrado e no Portal da Transparência do Município de Braço do Norte.

§ 1º. O Sistema a ser utilizado pelo Município de Braço do Norte para realização de Licitações Eletrônicas deverá ser aquele que melhor atenda a necessidade do Município, sobretudo, quanto à funcionalidade e à assistência técnica necessárias para publicação das licitações no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§ 2º. O Município de Braço do Norte poderá utilizar-se de Plataformas Digitais Públicas, a exemplo do Compras.gov para realização das licitações eletrônicas ou mesmo poderá utilizar-se de Plataformas Digitais Privadas, na forma do artigo 175, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, a publicação do extrato de edital de licitação deve obedecer ao disposto no artigo 175, § 2º, da Lei 14.133/2021.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Norte, 06 de dezembro de 2023.

ROBERTO KUERTEN MARCELINO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e Publicado no Diário Oficial Municipal

ALLAN LOPES PRUDÊNCIO

Secretário de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 708, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409822

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 708,
DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal n. 305/2014 que dispõe sobre o número de vagas para o cargo de Orientador Social, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescida uma vaga para o cargo de Orientador Social, totalizando 7 (sete) vagas para o referido cargo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os dispositivos em contrário.

Braço do Norte, 06 de dezembro de 2023.

ROBERTO KUERTEN MARCELINO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e Publicado no Diário Oficial Municipal

ALLAN LOPES PRUDÊNCIO
Secretário de Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 259/2023

Publicação Nº 5409788

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 257/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 259/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: BORGIA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA, inscrita no CNPJ nº32.206.038/0001-01.

ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas, nº776, Centro, Trombudo Central/SC.

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, a aquisição de refeições (janta) referente ao mês de novembro/2023 atendendo assim a demanda do Quartel do Corpo de Bombeiros de Trombudo Central.

VALOR TOTAL: de R\$ 526,50 (quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 08.12.2023 até 08.01.2023

ASSINATURA: 08.01.2023

Braço do Trombudo, em 08 de dezembro de 2023.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 260/2023

Publicação Nº 5410129

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6B7AB70DF7AABC4F6D02FA4D5D0EF66D59A0FBA

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 258/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 260/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: TECH-SUL MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº21.831.246/0001-85.

ENDEREÇO: com sede na Rua Nelson Espindola, nº 138, bairro Centro, Barra Velha/SC.

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, a aquisição de colete socorrista para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Trombudo Central/SC.

VALOR TOTAL: de R\$1.680,00(mil, seiscentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 08.12.2023 até 08.01.2023

ASSINATURA: 08.12.2023

Braço do Trombudo, em 08 de dezembro de 2023.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 261/2023

Publicação Nº 5410891

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9F6C3549F0EFF5ED13F899D012A8198840067FA5

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 261/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: CTM ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº42.865.449/0001-62.

ENDEREÇO: na Rua Joao Ledra, nº247, bairro Taboao, Sala 03, Rio do Sul/SC.

OBJETO: Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação, a aquisição de inversor de frequência novo para a Estação de Tratamento de Água - ETA do município de Braço do Trombudo/SC, através da Secretaria de Administração e Finanças de Braço do Trombudo/SC.

VALOR TOTAL: o valor total de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 08.12.2023 até 08.01.2023

ASSINATURA: 08.12.2023.

Braço do Trombudo, em 08 dezembro de 2023

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº262/2023

Publicação Nº 5411089

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1DF0A419A81689B51B8D007F8E77276062419B4D

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 262/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: RIOMAQ MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº29.459.843/0001-32.

ENDEREÇO: Avenida Governador Ivo Silveira – Canta Galo, nº267, Rio do Sul/SC.

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, aquisição de arame para solda através da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo/SC.

VALOR TOTAL: de valor total de R\$572,40 (quinhentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 08.12.2023 até 08.01.2024

ASSINATURA: 08.12.2023.

Braço do Trombudo, em 08 de dezembro de 2023.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº04/2022 FMAS

Publicação Nº 5392265

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2022 FMAS

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CONFEITARIA AMIZADE LTDA

CNPJ nº 11.789.560/0001-93

Valor: R\$ 209.698,20

Licitação: 04/2022 FMAS

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para os encontros da terceira idade, no Clube de Idosos Amigos para Sempre de Braço do Trombudo/SC

Vigência: 09.12.2022 até 09.12.2023.

Braço do Trombudo, 09.12.2022.

Brunópolis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 51/2023 RETIFICADO**

Publicação Nº 5411093

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7E7CF8602F4B648432E6C111AC20124F60A5FA2E

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2023

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para apoio técnico administrativo na operacionalização dos sistemas de gestão do FNDE/MEC da Secretaria Municipal de Educação de Brunópolis/SC

Tipo: Menor Preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço Global.

Entrega dos Envelopes das Propostas de Preços: Até às 09hrs00min. do dia 04 de janeiro de 2024.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 04 de janeiro de 2024 às 09hrs05min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Brunópolis – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Selmo Heck, 2405, Centro. Fone: 49 3556-0020 ou 3556 0019. Endereço eletrônico: www.brunopolis.sc.gov.br

Brunópolis, 22 de novembro de 2023.

VOLCIR CANUTO
PREFEITO MUNICIPAL

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018-2023

Publicação Nº 5411516

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018-2023

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE (SIE) E FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 03.453.030/0001-41

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2023

OBJETO: ACRÉSCIMO QUANTITATIVO. EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM NA BACIA POÇO FUNDO E PRIMEIRO DE MAIO

VALOR R\$2.657,32

SIGNATÁRIOS: RAFAEL KNISS E LUCIANO THIESEN

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018-2023

Publicação Nº 5411530

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018-2023

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE (SIE) E FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 03.453.030/0001-41

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2023

OBJETO: ALTERAÇÃO QUALITATIVA. EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM NA BACIA POÇO FUNDO E PRIMEIRO DE MAIO

VALOR R\$67.399,78

SIGNATÁRIOS: RAFAEL KNISS E LUCIANO THIESEN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGAO EONICO 065-2023-SAMAE

Publicação Nº 5411626

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A6CBEAEFAFB17EAAD364D41D9B6392929A1091D5

EXTRATO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 065/2023

Despacho do Diretor:

Face ao constante dos autos, referente ao Processo Licitatório 065/2023, referente à modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inciso IV do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

Registrado no TCE com a chave: A6CBEAEFAFB17EAAD364D41D9B6392929A1091D5

Adjudicando as empresas: Suprivale Comercio de Equipamentos Ltda, para o lote 01; MDX Comercio de EPI Ltda, para os lote 02 e 03; pelo critério de menor preço por lote, respectivamente.

Brusque, 11 de dezembro de 2023.

Cláudio Adão Pereira

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 2226 -2023

Publicação Nº 5411657

Portaria nº 2226/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) CARINA RAQUEL PODIATSKY, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, por 23 dias, no período compreendido entre 27/11/2023 à 19/12/2023.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/11/2023, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2023.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA N° 2227-2023

Publicação N° 5411660

Portaria nº 2227/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) AN-DREIA SILVEIRA GAMBA KOHLER, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 27/11/2023 à 26/12/2023.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/11/2023, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2023.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA N° 1680-2023-ERRATA

Publicação N° 5411649

ERRATA
PORTARIA N° 1680/2023

A Diretora de Recursos Humanos, nomeada através da Portaria nº 14.843, de 01 de Março de 2023, para responder pelo Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Retificar a PORTARIA N° 1680/2021, publicada em 05 de setembro de 2023, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que reduziu a carga horária da servidora CLEIDE CERCAL REINHOLD matrícula nº 723037

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Reduzir a carga horária da servidora CLEIDE CERCAL REINHOLD matrícula nº 723037, servidora ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, de 8 (oito) horas para 4 (quatro) horas, a cada 4 dias na semana, sem prejuízo da remuneração, e independentemente de compensação de horário, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 03 (três) anos a contar de 31/08/2023.

LEIA-SE:

Art. 1º - Reduzir a carga horária da servidora CLEIDE CERCAL REINHOLD matrícula nº 723037, servidora ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, de 8 (oito) horas para 4 (quatro) horas, 4 dias na semana, sem prejuízo da remuneração, e independentemente de compensação de horário, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 03 (três) anos a contar de 31/08/2023.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de dezembro de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

EDITAL 118 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411016

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 463/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 118/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	RESIDENCIAL RAYNERIO OSWALDO KRIEGER		
CPF/CNPJ:	09.360.547/0001-72	CMC:	90300
Endereço:	RUA MATHILDE SCHAEFFER, 211	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-110
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 508/2023

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 09:31:19 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal** e/ou **Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL PENDENTE DE:

- ESTATUTO E ATA DE ELEIÇÃO DO SÍNDICO

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site **brusque.atende.net**, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site **brusque.atende.net**, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site **brusque.atende.net**, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail **alvara@brusque.sc.gov.br**.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:



PREFEITURA DE
BRUSQUE

SECRETARIA DA
FAZENDA

ASSINATURA:

Cristiano Spanhol Baumgartner

NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner

CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**

MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:

Widman W. Muller Junior

NOME: Widman W. Muller Junior

CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**

MATRÍCULA: 11754

EDITAL 119 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411017

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 464/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 119/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL HORIZONTAL FLANBOYANT		
CPF/CNPJ:	24.967.217/0001-33	CMC:	90308
Endereço:	RUA ORIDES SCHWARTZ, SN	Bairro:	GUARANI
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-500
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 09:54:06 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Informar a Inscrição Imobiliária;
- Deverá solicitar numeração do imóvel junto ao IBPLAN e atualizar os dados com a numeração;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





ASSINATURA:
Cristiano Spanhol Baumgartner
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:
Widman W. Muller Junior
NOME: Widman W. Muller Junior
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 11754

EDITAL 120 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411032

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 465/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 120/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL EMILY V		
CPF/CNPJ:	25.021.702/0001-82	CMC:	90313
Endereço:	TRAVESSA DOM JOAQUIM, 177	Bairro:	CEDRINHO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.358-400
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 09:56:22 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





PREFEITURA DE
BRUSQUE

SECRETARIA DA
FAZENDA

ASSINATURA:

Cristiano Spanhol Baumgartner

NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner

CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**

MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:

Widman W. Muller Junior

NOME: Widman W. Muller Junior

CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**

MATRÍCULA: 11754

EDITAL 121 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411039

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 466/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 121/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL ROBERTA		
CPF/CNPJ:	25.032.807/0001-37	CMC:	90314
Endereço:	RUA ABRAAO DE SOUZA E SILVA, 410	Bairro:	BATEAS
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-570
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 10:07:25 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





ASSINATURA:
Cristiano Spanhol Baumgartner
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:
Widman W. Muller Junior
NOME: Widman W. Muller Junior
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 11754

EDITAL 122 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411043

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 467/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 122/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO EDIFICIO DAIANA		
CPF/CNPJ:	09.662.696/0001-96	CMC:	90348
Endereço:	RUA AUGUSTO KLAPOTH, 367	Bairro:	AGUAS CLARAS
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.357-100
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 10:10:00 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.



2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 428807-6</div>	<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Widman W. Muller Junior</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 11754</div>
---	--

EDITAL 123 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411049

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 468/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 123/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	TATACON CONSTRUTORA LTDA		
CPF/CNPJ:	10.176.566/0003-94	CMC:	90369
Endereço:	TRAVESSA LAGOA DOURADA, S/N	Bairro:	SOUZA CRUZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.359-040
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 512/2023

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 10:13:44 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

ALVARÁ BLOQUEADO PENDENTE DE :

VIABILIDADE

ATESTADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

LICENÇA AMBIENTAL

FAC DE ALTERAÇÃO COM INCLUSÃO DOS SÓCIOS E NÚMERO DA EDIFICAÇÃO

CNPJ ATUALIZADO COM NÚMERO DA EDIFICAÇÃO

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;

Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;

Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;

Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;

Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e

"c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site **brusque.atende.net**, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site **brusque.atende.net**, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, **mediante agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site **brusque.atende.net**, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail **alvara@brusque.sc.gov.br**.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;

b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:



ASSINATURA:
Cristiano Spanhol Baumgartner
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:
Widman W. Muller Junior
NOME: Widman W. Muller Junior
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 11754

EDITAL 124 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411051

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 469/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 124/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	BELLO MONTE ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA		
CPF/CNPJ:	10.404.893/0001-94	CMC:	90414
Endereço:	RUA PREFEITO VICTOR ADEMAR GEVAERD, 197	Bairro:	JARDIM MALUCHE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-330
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 515/2023

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 10:57:47 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Alvará Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

-VIABILIDADE

-ATESTADO DE FUNCIONAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

-LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;

Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;

Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;

Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;

Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e

"c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, **mediante agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;

b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.



2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 428807-6</div>	<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Widman W. Muller Junior</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 11754</div>
---	--

EDITAL 125 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411055

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 470/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 125/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL ROSSI PEREIRA		
CPF/CNPJ:	10.585.614/0001-36	CMC:	90430
Endereço:	RUA GABRIEL ZIMMERMANN, 225	Bairro:	SAO PEDRO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-705
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:12:12 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Alvará Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- ESTATUTO E ATA DE ELEIÇÃO DO SÍNDICO
- CNPJ COM O BAIRRO CORRETO CFM INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





ASSINATURA:
Cristiano Spanhol Baumgartner
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:
Widman W. Muller Junior
NOME: Widman W. Muller Junior
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 11754

EDITAL 126 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411059

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 471/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 126/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	EDIFÍCIO RESIDENCIAL BRUSQUE		
CPF/CNPJ:	10.748.679/0001-55	CMC:	90440
Endereço:	RUA ZENAIDE DOS SANTOS SOUZA, 321	Bairro:	STEFFEN
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-112
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 520/2023

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:22:46 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Alvará Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- ESTATUTO E ATA DE ELEIÇÃO DO SÍNDICO

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.



2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





<div>ASSINATURA:</div>  <div>NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a) MATRÍCULA: 428807-6</div>	<div>ASSINATURA:</div>  <div>NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a) MATRÍCULA: 11754</div>
--	---

EDITAL 127 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411061

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 472/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 127/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL STELLA		
CPF/CNPJ:	27.238.860/0001-14	CMC:	90483
Endereço:	RUA FLORIANOPOLIS, 1378	Bairro:	PRIMEIRO DE MAIO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-501
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:42:18 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.



2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 428807-6</div>	<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Widman W. Muller Junior</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 11754</div>
---	--

EDITAL 128 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411068

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 475/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 128/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	EDIFICIO BRUNA CAROLINA		
CPF/CNPJ:	27.420.782/0001-74	CMC:	90487
Endereço:	RUA HERCILIO BARNI, 275	Bairro:	SOUZA CRUZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-485
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:48:09 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.



2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





<div>ASSINATURA:</div>  <div>NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a) MATRÍCULA: 428807-6</div>	<div>ASSINATURA:</div>  <div>NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a) MATRÍCULA: 11754</div>
--	---

EDITAL 129 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411071

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 474/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 129/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL ANITA		
CPF/CNPJ:	27.527.623/0001-73	CMC:	90501
Endereço:	RUA ANITA GARIBALDI, 120	Bairro:	SAO LUIZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-410
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 800/2023

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:51:14 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.



2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 428807-6</div>	<div>ASSINATURA:</div> <div></div> <div>NOME: Widman W. Muller Junior</div> <div>CARGO: Auditor(a) Fiscal Tributário(a)</div> <div>MATRÍCULA: 11754</div>
---	--

EDITAL 130 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411074

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 475/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 130/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL PANORAMIC		
CPF/CNPJ:	27.716.698/0001-00	CMC:	90520
Endereço:	RUA JOSE DUBIELA, 371	Bairro:	TOMAZ COELHO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.358-500
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:56:27 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- b) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- a) Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





ASSINATURA:
Cristiano Spanhol Baumgartner
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:
Widman W. Muller Junior
NOME: Widman W. Muller Junior
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 11754

EDITAL 131 2023 AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Publicação Nº 5411078

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DA
FAZENDA**

Publicação SEFAZ: 476/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 131/2023 – AUSÊNCIA DE CADASTRO MUNICIPAL

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CONDOMINIO RESIDENCIAL BLOCO CARLOS ANTONIO E GISELE		
CPF/CNPJ:	10.888.874/0001-80	CMC:	90528
Endereço:	RUA HERCILIO LUZ, 05	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-300
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida:

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 7 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 12:59:47 hs, foi emitido o presente Edital para **NOTIFICAR** o contribuinte acima identificado, que foi aberto um prazo de **30 (Trinta) dias** para que efetive os trâmites necessários para promover a Inscrição e/ou Alvará junto ao setor de **Cadastro Mobiliário da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A NOTIFICAÇÃO

Foi constatado, junto ao sistema de acompanhamento e cadastro municipal, que o contribuinte acima identificado está exercendo atividade econômica no Município de Brusque sem a devida **Inscrição Municipal e/ou Alvará de Licença Localização e Funcionamento**.

Atividades sujeitas a Inscrição Municipal, conforme LCM n. 299/2019, e encontra-se pendente de:

- Estatuto Condomínio;
- Ata eleição último Síndico.
- CNPJ com número da edificação atualizado

Mais informações sobre Inscrição/Alvará de Funcionamento, acesse: <https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento>

DAS INFRAÇÕES

Art. 20, da LCM n. 34/94;
Art. 29, da LCF n. 123/06.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 176-A, §3º e 176-B, IV da LCM n. 34/94;
Art. 10 e 12 da LCM n. 299/19;
Art. 28, 33 a 36 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Art. 4º, 18-A da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES

Art. 114, I, a, da LCM n. 34/94 c/c §2º "a" e "c" do mesmo dispositivo legal.

DA DEFESA, DA PRORROGAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL

A regularização deverá ser feita pelo site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Novo** [...].

A defesa e o pedido de prorrogação podem ser feitos no site brusque.atende.net, opção **Emissão de Processo Digital**, selecionando o Assunto: Sec. Fazenda – Fiscalização e Subassunto: **Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**, ou, poderão ser entregues pessoalmente, mediante **agendamento**, na Secretária da Fazenda municipal, no andar térreo da Prefeitura de Brusque.

O agendamento pode ser feito no site brusque.atende.net, na opção **Agendamento SEFAZ**, ou via WhatsApp - **47 3251-1813**, ou via e-mail alvara@brusque.sc.gov.br.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto nos arts. 10 e 12 da LCM n. 299/2019, com fulcro no art. 114, I, a, c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94.

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

- Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal;
- Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

- Aplicação de multa por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

SOLICITE SUA INSCRIÇÃO E/OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, OU, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:





ASSINATURA:
Cristiano Spanhol Baumgartner
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 428807-6

ASSINATURA:
Widman W. Muller Junior
NOME: Widman W. Muller Junior
CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)**
MATRÍCULA: 11754

PORTARIA Nº 2207-2023

Publicação Nº 5411652

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SETOR DE
RECURSOS
HUMANOS - RH****PORTARIA Nº 2207/2023
Remoção por acordo**

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

Considerando o pedido de remoção, bem como anuência da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo a servidora listada abaixo; a Remoção por acordo se dá a pedido do Servidor, bem como com anuência da Administração, conforme o Art. 45 c/c com o Art. 49 da Lei Complementar nº 147/2009.

SERVIDORES	CARGO	CENTRO DE CUSTO ATUAL	CENTRO DE CUSTO DESTINO
RENILDA RISTOW	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	UBS LIMEIRA	UBS PLANALTO

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **08/01/2024**, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

BRENO NUNES NEVES

Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

DECRETO N° 11.261

Publicação N° 5411557

DECRETO N° 11.261, de 7 de dezembro de 2023.

Designa Comissão Especial.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores para compor a comissão especial de análise e julgamento do Chamamento Público nº 001/2023 – Processo Licitatório nº 004/2023 do Fundo de Assistência Social, que tem por objeto locação de imóvel para a sede do CRAS Central, na forma que segue:

I - Carlos Antonio Arruda Wagner;

II - Lilia Capelin;

III - Milene Rodrigues da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 4 de dezembro de 2023.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 7 de dezembro de 2023.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS – PROCESSO DE LICITAÇÃO 134/2023 – TOMADA DE PREÇOS – 006/2023

Publicação Nº 5412566

**PREFEITURA DE
CAÇADOR**
*Desenvolvimento é nosso compromisso***SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2023****TOMADA DE PREÇO Nº 06/2023****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA DESVIO DA TUBULAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL DO TERRENO DA EMEB PADRE JOSE CHAMOT**

Em referência: ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

No dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, na Sala de Pregão da Prefeitura de Caçador-SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 9.471/2021, alterado pelo Decreto 10.863/2023, sob condução da Presidente Srta. Silvana Schmidt e demais membros subscritos, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram propostas as empresas: TERRAMIX PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA e LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ambas empresas deixaram de enviar preposto para representa-las em sessão. Aberta a sessão pública pelo membro da Comissão, foram rubricados pelos seus membros, Envelopes 02 – Proposta das licitantes, verificando-se que os mesmos foram protocolados dentro dos prazos fixados no preâmbulo do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura dos Envelopes 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes presentes. Em consulta ao Portal CEIS verificou-se que as empresas participantes não possuem registros que as impeçam de participar do certame. Prosseguindo aos atos da sessão, as licitantes foram informadas pelo membro da Comissão que a deliberação pelo julgamento dos documentos habilitatórios ocorrerá em sessão reservada com a equipe técnica de engenharia e contábil da Prefeitura, a qual **emitirá parecer conclusivo de conformidade dos documentos apresentados com as exigências editalícias da qualificação técnica e qualificação econômico-financeira**. Após decisão deliberativa da Comissão de Licitação, os licitantes serão informados e os autos do processo licitatório com toda documentação ficará franqueada aos interessados para qualquer arguição futura. **A Presidente da Comissão deu por suspensa a sessão**, sendo que em momento oportuno as

[Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: \(49\) 3666-2433](#)



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**
Desenvolvimento é nosso compromisso

SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

licitantes serão comunicadas através dos e-mails lucas@srvengenharia.com.br e admconstrutorabitencourt@gmail.com, e Publicação da Decisão Comissão de Licitação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina para, posteriormente, ser aberta a fase recursal dos documentos habilitatórios. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e representantes presentes.

Publique-se. Intime-se.

Caçador (SC), 07 de dezembro de 2023.

Silvana Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Lucas Parizotto Rossi
Membro

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: (49) 3666-2433

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº. 275/2023 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413067

DECRETO Nº. 275/2023 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2023.

Designa Servidor Municipal para assinar empenhos da despesa e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, designada interinamente a Servidora Municipal Carina Eloiza Spezia ocupante do Cargo de Chefe de Departamento CC-5, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para assinar empenhos de despesas do Município de Caibi, entre os dias 11 a 14 de dezembro de 2023, tendo em vista a viagem do Prefeito Municipal senhor Eder Picoli e do Secretário Municipal de Administração e Planejamento senhor Miguel Piccoli a Florianópolis SC.

Art. 2º - A designação não caracteriza acúmulo de vencimentos ou vantagens pela função designada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 09 de dezembro de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios

MIGUEL PICCOLI
Secretario Municipal de Administração e Planejamento

Camboriú**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2023 - PMC**

Publicação Nº 5410646

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 134/2023 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 129/2023 PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM MARMITA E BUFFET, INCLUINDO PREPARO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS EM ATIVIDADES COM NECESSIDADE DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE:08/12/2023
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2023 - PMC

Publicação Nº 5410620

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 138/2023 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 128/2023 PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q., COM REMOÇÃO DE SOLO E REQUADRAMENTO DE BURACOS DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS, ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS DE PEDESTRES, ATENDENDO AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA , para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE:08/12/2023
1ª Publicação.

DL 15/2023 FMS

Publicação Nº 5410805

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E7A753817BAAAB112A974CE41921B6C1930BBB2C

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2023 – FMS
Data: 08/12/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE PÁS ADESIVAS DE DESFIBLILADOR PARA ATENDIMENTO DO SAMU - CONSIDERANDO QUE O ITEM FOI FRACASSADO JUNTO AO CONSÓRCIO CINCATARINA . CONSIDERANDO SER ITEM ESSENCIAL AO ATENDIMENTO DOS PACIENTES EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. CONSIDERANDO A FALTA DO PRODUTO NO MERCADO, CONFORME NEGATIVAS EM ANEXO. CONSIDERANDO QUE A EMPRESA YELO POSSUI CARTA DE EXCLUSIVIDADE E FOI A ÚNICA A ENVIAR ORÇAMENTO, SALVO OS ORÇAMENTOS OBTIDOS POR MEIO DA INTERNET E BANCO DE PREÇOS.

Valor total: R\$ 10.327,50 (dez mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Secretaria: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ
Contratada: YELO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso IV, da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 08 de dezembro de 2023

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 16/2023 - FMS

Publicação Nº 5412550

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C82B8C8552EF9512C4818237270DF91E12BE5CA8

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 16/2023 – FMS

Data: 08/12/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE PÁ DE DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO EXTERNO PARA ATENDIMENTO DO SAMU DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ, PELOS MOTIVOS A SEGUIR: CONSIDERANDO QUE O ITEM FOI FRACASSADO JUNTO AO CONSÓRCIO CINCATARINA;; CONSIDERANDO SER ITEM ESSENCIAL AO ATENDIMENTO DOS PACIENTES EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Valor total: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

IL 31/2023 PMC

Publicação Nº 5411799

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 16D6D04F8E838F4447EA4ED6547CF1059E3CD932

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº. 31/2023 – PMC

Data: 08/12/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO NECESSÁRIA DA, "AUTOAR CASCATA", EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA ENCHER COM AR RESPIRÁVEL OS CILINDROS DE COMBATE A INCÊNDIO PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Secretaria: Convênio Bombeiros

Contratada: SAFETY WORLD BRASIL LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PE 149/2023 PMC

Publicação Nº 5410785

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B2C8FD8C8CBE50065AA9F66A5C54A2E793C8F40A

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2023 – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA ME EPP PARA OS LOTES DE 01 AO 05.

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO, para SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Tipo de julgamento: Menor preço por lote.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 15:00 horas do dia 15 (quinze) de Janeiro de 2024, no site www.bnc.org.br

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: <https://camboriu.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1> ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú, 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PE 32/2023-FME

Publicação Nº 5410534

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5A90F3631A3F283D959CA3AA9F771491F4B9F8F1

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2023 - FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"FRACASSADO".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO 04 A 08 DE DEZEMBRO 2023

Publicação Nº 5412773

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO
FME

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 - Processo Administrativo Nº 34/2023

O Sr. Prefeito Municipal ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO EM CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 04/12/2023

Valor total Geral: R\$ 165.600,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: SOBERANA CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023 –Processo Administrativo Nº 54/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA AQUECIMENTO, AUTOMAÇÃO, FILTRAÇÃO E DEMAIS DISPOSITIVOS BÁSICOS PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO AQUÁTICO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 04/12/2023

Valor total Geral: R\$- 494.373,76 (QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS, E SETENTA E SEIS CENTAVOS)

Empresa Vencedora: LM ENERGIA SOLAR LTDA

FMS

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2023 –Processo Administrativo Nº 106/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PORTAS, PORTÕES, JANELAS E CONTRAMARCOS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AOS PRÉDIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 06/12/2023

Valor total Geral: R\$- 70.200,76 (SETENTA MIL, E DUZENTOS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)

Empresas Vencedoras: RDV ALUMINIUM LTDA, SILVEIRA METALÚRGICA

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2023 –Processo Administrativo Nº 116/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÁS ADESIVAS DE DESFIBRILADOR PARA ATENDIMENTO DO SAMU - CONSIDERANDO QUE O ITEM FOI FRACASSADO JUNTO AO CONSÓRCIO CINCATARINA . CONSIDERANDO SER ITEM ESSENCIAL AO ATENDIMENTO DOS PACIENTES EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. CONSIDERANDO A FALTA DO PRODUTO NO MERCADO, CONFORME NEGATIVAS EM ANEXO. CONSIDERANDO QUE A EMPRESA YELO POSSUI CARTA DE EXCLUSIVIDADE E FOI A ÚNICA A ENVIAR ORÇAMENTO, SALVO OS ORÇAMENTOS OBTIDOS POR MEIO DA INTERNET E BANCO DE PREÇOS.

Data: 08/12/2023

Valor total Geral: R\$ 10.327,50 (dez mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Empresa Vencedora: YELO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2023 – Processo Administrativo Nº 117/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÁ DE DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO EXTERNO PARA ATENDIMENTO DO SAMU DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ, PELOS MOTIVOS A SEGUIR: CONSIDERANDO QUE O ITEM FOI FRACASSADO JUNTO AO CONSÓRCIO CINCATARINA;; CONSIDERANDO SER ITEM ESSENCIAL AO ATENDIMENTO DOS PACIENTES EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Data: 08/12/2023

Valor total Geral: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

Empresa Vencedora: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

PMC

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO 130/2023 – Processo Administrativo Nº 215/2023

O Sr. Prefeito Municipal ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELA MUNICIPALIDADE AO LONGO DE 12 MESES. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Data: 06/12/2023

Valor total Geral: R\$- 69.495,33 (SESSENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO CINQUENTA REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

Empresas Vencedoras: BS ÁUDIO SONORIZAÇÕES LTDA, GISLAINE DE SOUZA MENEGAZZO

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2023 – Processo Administrativo Nº 224/2023

O Sr. Prefeito Municipal ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS TRABALHOS DE CONFECÇÃO DE GRELHAS, BOCAS DE LOBO, CAIXAS E TAMPAS DE CONTENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E DEMAIS REPAROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE OBRAS E CEMITÉRIOS MUNICIPAIS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Data: 07/12/2023

Valor total Geral: R\$ 886,900,00 (OITOCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, NOVECIENTOS REAIS).

Empresa Vencedora: J I AMARAL ME E LUIZ EUGENIO BENDOTTI 04392381960

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2023 – Processo Administrativo Nº 210/2023

O Sr. Prefeito Municipal ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q., COM REMOÇÃO DE SOLO E REQUADRAMENTO DE BURACOS DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS, ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS DE PEDESTRES, ATENDENDO AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Data: 08/12/2023

Valor total Geral: R\$- 1.160.800,00 (HUM MILHÃO, CENTO E SESSENTA MIL, E OITOCENTOS REAIS).

Empresa Vencedora: RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2023 – Processo Administrativo Nº 221/2023

O Sr. Prefeito Municipal ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM MARMITA E BUFFET, INCLUINDO PREPARO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS EM ATIVIDADES COM NECESSIDADE DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 08 /12/2023

Valor total Geral: R\$ 674.950,00 (SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS).

Empresa Vencedora: PANIFICADORA E CONFEITARIA ANJINHO LTDA

Processo: INEXIGIBILIDADE Nº 31/2023 - Processo Administrativo Nº 246/2023

O Sr. Prefeito Municipal ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO NECESSÁRIA DA, "AUTOAR CASCATA", EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA ENCHER COM AR RESPIRÁVEL OS CILINDROS DE COMBATE A INCÊNDIO PERTENCENTES AO CORPO DE

BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

Data: 08/12/2023

Valor total Geral: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Empresa Vencedora: SAFETY WORLD BRASIL LTDA

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 023/2023 - PMC

Publicação Nº 5410997

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F2AF1895263DCB00F5C9E93204295B37C9C9F0BF

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços Nº. 023/2023- FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MONTE OLIVARES (TRECHO ENTRE A RUA MONTE AGULHAS NEGRAS E RUA MONTE ACARAÍ) NO BAIRRO MONTE ALEGRE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E PLANILHAS EM ANEXO.

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 11 de janeiro de 2024 , na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC. - INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: <https://camboriu.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1> - Camboriú, 08 de dezembro de 2023 - ELCIO ROGERIO KUHNEN - Prefeito Municipal

2177/2023

Publicação Nº 5411877



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.177/2023***NOMEIA DIRETOR(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, **FRANCIELLE VICENTE DOS SANTOS** no cargo de **DIRETOR(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA**, da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:7675650506
8
Dados: 2023.12.05
15:29:21 -03'00'
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2178/2023

Publicação Nº 5411883



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.178/2023***RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da Secretaria da Educação, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍCULA	NOME	TÉRMINO
21844	5 ADRIANA SINARA BROERING MOREIRA	15/12/2023
24063	2 ALESSANDRA DA CUNHA MELO	15/12/2023
26291	1 ALEX ALEXANDRE COSTA	15/12/2023
17792	4 ALEXSANDRA DE SOUZA BEIRÃO	15/12/2023
25772	2 ALINE CRISTINA DE SOUZA CAETANO	15/12/2023
23830	5 AMANDA IRIS KRENKEL	15/12/2023
26671	1 ANA CAROLINY BRANDAO DOS PASSOS	15/12/2023
25690	2 ANA CLAUDIA DE MORAES MOREIRA	15/12/2023
26643	1 ANA JULIA DE ASSIS	15/12/2023
25746	2 ANDREA CRISTINA ZAVARIZ	15/12/2023
26531	1 ANDREZA JAQUELINE BORBA	15/12/2023
25800	2 ARETUSA LUCIANA DE FREITAS SCHARF	15/12/2023
10286	7 BARBARA LORENZ ANTUNES	15/12/2023
26631	1 BERNADETTE MARIE DA SILVEIRA	15/12/2023
23315	5 CARLA MARINA SLOMSKI	15/12/2023
25787	2 CAROLINE NATALI DE OLIVEIRA	15/12/2023
22813	8 CASSIA FLAVIA DE SOUZA MOREIRA	15/12/2023
21543	10 CLERECI OLIVEIRA DOS SANTOS VARGAS	15/12/2023
23398	5 DAIANA DO CARMO	15/12/2023
23129	7 DAIANE DE OLIVEIRA	15/12/2023
26658	1 DANIEL HIOPPE ALBANUS	15/12/2023
23797	12 DANIELA RAQUEL NUNES	15/12/2023
21129	2 DANIELE DA SILVA FRANCIONE NASCIMENTO	15/12/2023
26232	1 DEBORA BONFANTE CORREA DE SOUZA	15/12/2023
22064	3 DEBORA FERNANDA LEAL	15/12/2023
26432	1 DENISE BURKERT CAMARGO	15/12/2023
26504	1 DIOMAR FELICIANO	15/12/2023
26374	1 EDUART SAMUEL COSTA CORREA	15/12/2023
22778	5 ELAINE CRISTINA DE ABREU	15/12/2023
25287	3 ELISANDRA ROSA	15/12/2023
26640	1 ELIZABETH COELHO DE MORAES DAMASCENO	15/12/2023
23291	6 ELIZIANE ALVES	15/12/2023
26446	1 ELKE GOBI DOS SANTOS CARDOSO	15/12/2023
25450	2 EMERSON ALAN DE OLIVEIRA	15/12/2023

OUVIDORIA 0800-6469500

ouvidoria@camboriu.sc.gov.br

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

22998	5	FRANCIELI CORLETO BORGES	15/12/2023
22967	7	FRANCIELLE TEREZINHA DOS SANTOS MACIEL	15/12/2023
25621	2	GEOVANA ANDREA DOS PASSOS	15/12/2023
17761	4	GERUZA GESSICA DA SILVA	15/12/2023
17761	5	GERUZA GESSICA DA SILVA	15/12/2023
25582	3	GRACE KELLY VAZ ROCHA	15/12/2023
24393	2	HELEN COSTA DA SILVA	07/12/2023
23304	9	IRENE MARIA KLOCK	15/12/2023
21885	4	IZABEL CRISTINA CARVALHO	15/12/2023
25181	3	JANE DE SOUZA SILVA	15/12/2023
24349	5	JANICE VILELA BARBOSA DO CARMO	15/12/2023
23719	4	JAQUELINE LUISA ALVES CUNHA	15/12/2023
26394	1	JEAN SOARES AGAPITO	15/12/2023
25268	3	JESSICA ADRYANNE MONTEIRO DOS SANTOS	15/12/2023
23793	12	JOICE SILVA	15/12/2023
25554	2	JOSE JOAQUIM DE SANTANA NETO	15/12/2023
23969	4	JOYCE CRISTIANE SCHEIFER	15/12/2023
26105	1	JUAN HENRIQUE QUARESMA DE CARVALHO	15/12/2023
21868	7	KARINE FOGAÇA	15/12/2023
20986	17	LEANDRA CARDOSO	15/12/2023
20986	18	LEANDRA CARDOSO	15/12/2023
23417	6	LENIR DOS SANTOS COSTA	15/12/2023
21542	11	LEONICE DOS SANTOS	15/12/2023
25726	1	LUANA REGINA SANDER DE SOUZA	15/12/2023
26646	1	LUCIANE GOMES COSTA	15/12/2023
24972	2	MARGARIDA DE MEDEIROS GOMES	15/12/2023
26682	1	MARIA APARECIDA CAMPOS ALVES	14/12/2023
24122	4	MARIA EDUARDA SOARES DE SOUZA	15/12/2023
23566	14	MARIA LORECI DOS SANTOS SEMAN	15/12/2023
23313	11	MARIA MANGELÓ	15/12/2023
26655	1	MARILANDA THEREZA RIBEIRO VIEIRA	15/12/2023
23798	23	MARILU DA SILVA BATISTA	15/12/2023
25404	3	MARTA REGINA SEPULVIDA CARDOSO	15/12/2023
25026	3	MAURICIO JONHATAN SIRONI	15/12/2023
26332	1	MEL EMANUELLY DA COSTA	15/12/2023
24614	2	MICHELLE APARECIDA DE SOUZA MAASS	15/12/2023
23937	5	MICHELLE RAMOS	15/12/2023
22157	2	MIRIAN VIGORITO DA SILVA DOS SANTOS	15/12/2023
26149	1	MONICA APARECIDA COPPI	15/12/2023
21132	3	PALOMA ZULPO DA SILVA	15/12/2023
18501	2	PAMELA KARINA SEVERINO	15/12/2023
26689	1	PATRICIA FERNANDES NASCIMENTO	15/12/2023
25590	3	PATRÍCIA TESSER DA SILVA	15/12/2023
22944	9	PATRICIA WAGNER	15/12/2023
23348	4	PAULA REGINA BALDUINO	15/12/2023
23135	8	PRISCILLA LOPES DUARTE	15/12/2023
23988	2	RAFAEL APARECIDO DA LUZ	15/12/2023
26654	1	RAYANE SOUSA DAS NEVES CORREA	15/12/2023
25028	3	REJANE SUSETTE CORDOVA	15/12/2023

OUVIDORIA 0800-6469500

ouvidoria@camboriu.sc.gov.br

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

26287	1	RODRIGO BERNARDO	15/12/2023
24542	3	ROSANGELA LIMA DE MOURA	15/12/2023
23751	4	ROSANGELA MARIA DA SILVA SANTOS	15/12/2023
26700	1	SAMARA UHLMANN	15/12/2023
26134	1	SANDRA DA SILVA BONATTI DA SILVA	15/12/2023
11144	5	SANDRA VALERIA SANTOS	15/12/2023
14823	6	SCHEILA RODRIGUES BIER	15/12/2023
24632	3	SHARA ANGELA MEGIER DOS SANTOS GOMES	15/12/2023
25412	2	SHEILA CRISTINE SCHULER	15/12/2023
25412	3	SHEILA CRISTINE SCHULER	15/12/2023
15875	2	SILVANA OLIVEIRA CHAGAS	15/12/2023
24580	4	SIMONE ALVES DA ROSA VIANA	15/12/2023
25685	2	SIMONE BRINQUE DOS SANTOS	15/12/2023
26334	1	SIMONE MARTINS BRAZ	15/12/2023
22392	2	SONIA MARTINS DE ARAUJO ROLIM DE QUADRO	15/12/2023
21975	8	SONIA NEVES	15/12/2023
26261	1	STHEFANY LIMA SCHNEIDER	15/12/2023
25447	5	SUELI MAXIMIANA PEDRO	15/12/2023
26153	2	SUELLEN CAROLINE CHUPEL HOEFLING	15/12/2023
18779	3	TATIANE DE CARVALHO	15/12/2023
25272	2	VANDA MARIA VITAL BARROSO	15/12/2023
9789	4	VILMA FLORENCIANO	15/12/2023
26277	1	VIRGINIA JOSEFA BEROT PIEDRA DE LYNCH	15/12/2023
25810	2	VITORIA DA VEIGA CAMARGO	15/12/2023
24237	4	VITORIA MUNIZ DA SILVA ZANELA	15/12/2023
26167	1	VIVIANI JUSTINO	15/12/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:76756505
068
Dados: 2023.12.06
15:46:46 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2181/2023

Publicação N° 5411891



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 2.181/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria da Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 032/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/12/2023 á 31/12/2024;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALLAN SANTOS SALAZAR	SOLDADOR(A) 40 HORAS	1110/2023	01º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 11/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.12.08
15:17:36 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2182/2023

Publicação Nº 5411899



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.182/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 020/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/12/2023 á 30/03/2024;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ARITUZA LUCIANE JUNGES PEREIRA	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM 40 HORAS	1111/2023	30º
CARLOS RAFAEL SANTOS DE JESUS	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM 40 HORAS	1112/2023	25º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 11/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.12.08
15:34:27 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2183/2023

Publicação Nº 5411902



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.183/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso IX e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 035/2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/12/2023 á 30/11/2024;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DEIVID DOS SANTOS COELHO	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM SOCORRISTA 40 HORAS	1113/2023	07º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 11/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.12.08
15:42:58 -03'00'
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2184/2023

Publicação Nº 5411907



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.184/2023**DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 026/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/12/2023 á 30/11/2024;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SAMANTA ROSA MAIA	RECEPCIONISTA 40 HORAS	1114/2023	02º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 11/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.12.08
15:46:30 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2185/2023

Publicação N° 5411912



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 2.185/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 023/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 18/12/2023 á 15/04/2024;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
GESSICA DAYARA LINO SILVA	VIGIA 40 HORAS	1115/2023	34º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 18/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:7675650506
8
Dados: 2023.12.08
15:57:57 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2186/2023

Publicação Nº 5411915



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.186/2023

**NOMEIA COORDENADOR(A) DO CENTRO DE
APOIO A FAMÍLIA ADAO DA ROSA**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, **MARCELO RODRIGO RAFAEL** no cargo de **COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO A FAMÍLIA ADAO DA ROSA**, da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 18/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.12.08
16:05:53 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

2187/2023

Publicação Nº 5411917



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.187/2023***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 745/2023 de 03/07/2023, firmado entre **LUIZ FERNANDO FORTUNATO** matrícula 26480-1 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE** a partir de 05/12/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 05/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de dezembro de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e24708
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.12.08
16:31:45 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

DECRETO N.º 4.369/2023

Publicação Nº 5410045



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DECRETO N.º 4.369/2023

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 3.459 de 08/12/2022-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.445/2022 de 19/10/2022 - LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)** no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores
Função: 001 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo
Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 150070000000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 128
VALOR: R\$ 90.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do mesmo projeto/atividade, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.459, de 08 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Rua: Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC - CEP: 88340-347 – Tel.: (47) 3365-9500
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores
Função: 001 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo
Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 150070000000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 129
VALOR: R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de dezembro de 2023

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações*

Rua: Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC - CEP: 88340-347 – Tel.: (47) 3365-9500
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadecamboriu.sc.gov.br

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.469 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412237

DECRETO Nº 16.469 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022;

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.710,59 (dez mil, setecentos e dez reais, cinquenta e nove centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, Fonte de Recursos: 1.500.0000.0002– Recursos Ordinários.

23.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CA.	
23.001 -	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA.	
23.001.8.244.71.2061 -	Manutenção das Ações da Secretaria de Assistência Social.	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0002 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.94.00.0002 -	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 10.710,59

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta de Fonte de Recursos: 1.500.0000.0002– Recursos Ordinários.

23.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CA.	
23.001 -	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA.	
23.001.8.244.81.2069 -	Cofinanciamento Municipal e Capacitação da Rede Sócio Assistencial	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0002 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.50.00.00.0002 -	Transferências a Instituições Privadas	
3.3.50.43.00.0002 -	Subvenções Sociais	R\$ 10.710,59

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.470 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412338

DECRETO Nº 16.470 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.271,05 (quatro mil, duzentos e setenta e um reais, cinco centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.540.1070.0101 – Recursos FUNDEB 70%.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002 -	SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
05.002.12.361.7.2.015 -	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.0.00.00.00.0101 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0101 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0101 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.0101 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 4.271,05

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.540.1070.0101 – Recursos FUNDEB 70%.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.003 -	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.003.12.365.8.2.016 -	Manutenção da Educação Infantil	
3.0.00.00.00.0101 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0101 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0101 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.13.00.0101 -	Obrigações Patronais	R\$ 4.271,05

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.leismunicipais.com.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.471 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412615

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 16.471 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.437,42 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais, quarenta e dois centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários.

11.000 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
11.001 -	Serviço de Planejamento e Obras.	
11.001.15.452.50.2038 -	Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0002 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.0002 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.437,42

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários.

11.000 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
11.001 -	Serviço de Planejamento e Obras.	
11.001.15.452.50.2038 -	Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0002 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.30.00.0002 -	Material de Consumo	R\$ 3.437,42

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.472 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412995

DECRETO Nº 16.472 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.584,98 (onze mil, quinhentos e oitenta e quatro reais, noventa oito centavos), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.500.1001.0118 – Receitas Impostos e Transf. de Impostos – Educação.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.003 -	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.003.12.365.8.2.016 -	Manutenção da Educação Infantil	
3.0.00.00.00.0118 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0118 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0118 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.0118 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 11.584,98

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações dos Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.500.1001.0118 – Receitas Impostos e Transf. de Impostos – Educação.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001 -	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.5.2.011 -	Manutenção das Ações de Apoio Administrativo à Educação	
3.0.00.00.00.0118 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0118 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0118 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.14.00.0118 -	Diárias- Civil	R\$ 67,66
3.3.00.00.00.0118 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0118 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.47.00.0118 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.992,62
4.0.00.00.00.0118 -	Despesas Correntes	
4.4.00.00.00.0118 -	Pessoal e Encargos Sociais	
4.4.90.00.00.0118 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.52.00.0118 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.718,53
05.001.12.361.5.2.012 -	Conselho Municipal de Educação	
3.0.00.00.00.0118 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0118 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0118 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.30.00.0118 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
3.3.90.39.00.0118 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 151,40
05.002 -	SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
05.002.12.361.7.1001 -	Construção, Reforma e Adequação de Unid. Escolares de Ensino Fundamental.	
4.0.00.00.00.0118 -	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.0118 -	Investimentos	

4.4.90.00.00.0118 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.0118 -	Obras e Instalações	R\$ 5.554,77
	Total	R\$ 11.584,98

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.473 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412996

DECRETO Nº 16.473 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 428,47 (quatrocentos e vinte e oito reais, quarenta e sete centavos), os Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.540.0000.0103 – Recursos FUNDEB 30%.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001 -	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.5.2.011 -	Manutenção das Ações de Apoio Administrativo à Educação	
3.0.00.00.00.0103 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0103 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0103 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.46.00.0103 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 84,51
05.002 -	SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.7.2.015 -	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.00.00.00.0103 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0103 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.49.00.0103 -	Auxílio-Transporte	R\$ 343,96
	Total	R\$ 428,47

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação parcial o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.540.0000.0103 – Recursos FUNDEB 30%.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002 -	SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.7.2.015 -	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.00.00.00.0103 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0103 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.46.00.0103 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 428,47

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeitura

DECRETO Nº 16.474 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413018

DECRETO Nº 16.474 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 1.955,95 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais, noventa e cinco reais) no Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários.

03.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.	
03.001 -	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO.	
03.001.4.122.3.2006 -	Manutenção das Ações da Secretaria de Administração	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0002 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.0002 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.955,95

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários.

03.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.	
03.001 -	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO.	
03.001.4.122.3.2006 -	Manutenção das Ações da Secretaria de Administração	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas de Capital	
3.3.00.00.00.0002 -	Investimentos	
3.3.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.93.00.0002 -	Indenizações e Restituições	R\$ 771,30
04.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001 -	SERVIÇO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	
04.001.4.123.4.2009 -	Manutenção das Ações da Secretaria de Finanças	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0002 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.49.00.0002 -	Auxílio-Transporte	R\$ 1.184,65
	Total	R\$ 1.955,95

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeitura

DECRETO Nº 16.475 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413019

DECRETO Nº 16.475 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.872,99 (dois mil, oitocentos e setenta e dois reais, noventa e nove centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.540.1070.0101 – Recursos FUNDEB 70%.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.003 -	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.003.12.365.8.2.016 -	Manutenção da Educação Infantil	
3.0.00.00.00.0101 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0101 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0101 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.0101 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 2.872,99

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente à Fonte de Recurso 1.540.1070.0101 – Recursos FUNDEB 70%.

05.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.003 -	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.003.12.365.8.2.016 -	Manutenção da Educação Infantil	
3.0.00.00.00.0101 -	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.0101 -	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.0101 -	Aplicações Diretas	
3.1.90.13.00.0101 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.872,99

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.leismunicipais.com.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.476 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413020

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 16.476 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CMECA.

Considerando o Memorando expedido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC., nº 073/2023/SEDUC, de 08 de dezembro de 2023, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de dezembro de 2023, sob nº 049996;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução de nº 05 de 07 de dezembro de 2023, do Conselho Municipal de Educação – CMECA, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – CMECA
Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92
Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12
Fone 47 3440-0135

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

ALTERA E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, NO ÂMBITO DO SISTEMA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do CMECA - Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, nomeada pelo Decreto Municipal nº 15.833, de 31 de maio de 2023, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 3.897, de 21 de novembro de 2012, que Dispõe sobre a Regulamentação do Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre – CMECA, e com base nos artigos 29, 31, 32, 33, 34 e em especial o §5º do artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Federal nº 9.394/96, em especial os artigos 5 e 11 da Lei Municipal nº 3.825, de 04 de abril de 2012, Plano Municipal de Educação/2015 e demais disposições legais; Resolve:

Art. 1º - Alterar a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar e Regular a Matriz Curricular do Ensino Fundamental - Escola em Tempo Integral dos Estabelecimentos de Ensino integrantes do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC., para atender as adequações a Grade Curricular da Educação Infantil e a Lei Municipal nº 5.116 de 28 de março de 2023, no Ensino Fundamental, Meta 6 do Plano Municipal de Educação deste Município.

Art. 2º O Parecer do CMECA nº 05/2023 de que trata o artigo 1º desta Resolução é parte integrante desta.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de dezembro de 2023.

SONIA BERNADO CORDEIRO
Presidente do Conselho do CMECA

Registrada e publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três.

RITA ZEZOTKO SCHOLZE
Secretária de Assessoria Técnica do Conselho do CMECA
ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

PARECER CMECA Nº 05/2023.

ASSUNTO: ALTERA E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO SISTEMA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

REUNIÃO REALIZADA EM: 07 de dezembro 2023.

RELATORA: Rita Zezotko Scholze.

I – HISTÓRICO

A Secretária Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC, por meio do Ofício nº 066/2023/SEDUC encaminhado em data de 19 de outubro de 2023, solicita Parecer referente a alteração da Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar e a Regulamentação da Matriz Curricular do Ensino Fundamental para Escola em Tempo Integral no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, estabelecendo dentre outras providências a alteração do número de aulas das Turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II e a exclusão da Disciplina da parte diversificada de Turismo e Meio Ambiente das Turmas de Berçário e Maternal e, a redução de aulas da Disciplina de Turismo e Meio Ambiente nas Turmas do Pré Integral da Educação Infantil, do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, respeitando a Lei Federal nº 9.394/96; Lei Municipal nº 3.825 e Resolução nº 02/2019 do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre – CMECA e o Plano Municipal de Educação/2015 e demais disposições legais

II – A ANÁLISE

Conforme as legislações citadas no item anterior, e proposta de alteração da Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, as alterações se fazem necessárias devido a aprovação da Lei Municipal nº 5.116 de 28 de março de 2023 que: Institui "A Inclusão de Conceitos de Empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino", recomendamos a adequação do número nas Turmas do 9º ano nas seguintes Disciplinas: Matemática atualmente com 04 (zero quatro) aulas alterando para 05 (zero cinco) aulas; Ciências atualmente com 04 (zero quatro) aulas alterando para 03 (zero três) aulas, organizando para os próximos anos letivos, motivo este que os conceitos de Empreendedorismo serão abordados na Disciplina de Matemática. Na Matriz Curricular da Educação Infantil para as Turmas do Berçário e Maternal sugerimos a exclusão da Disciplina de Turismo e Meio Ambiente, devido à rotatividade de Professores nas referidas Turmas, sendo que muitas vezes o horário de aula acontece em momentos de rotina de (alimentação, soninho e troca), tornando inviável, o Professor não consegue aplicar o conteúdo planejado. As 04 (zero quatro) aulas da Disciplina de Turismo e Meio Ambiente serão divididas entre as Disciplinas de Artes (02 aulas) e Educação Física 02 (zero duas) aulas, ficando assim: 10 (dez) aulas de Educação Física e 08 (zero oito) aulas de Artes na semana.

A alteração da Matriz Curricular do Ensino Fundamental para Escola em Tempo Integral se faz necessária para melhoria na qualidade de Ensino, visando oportunizar o Educando progredir em seus estudos de forma paralela com as legislações vigentes.

III – VOTO DA RELATORA

Conforme matéria apresentada aos Conselheiros deste Conselho Municipal, voto e Parecer favorável à alteração e Regulamentação da Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar e a Regulamentação da Matriz Curricular do Ensino Fundamental I - Escola em Tempo Integral no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC., e Estabelece Outras Providências., por estarem em conformidades com as Legislações educacionais vigentes.

Campo Alegre/SC, 07 de dezembro de 2023.

_____ em: 07 de dezembro de 2023.

Rita Zetoko Scholze – Assessora Técnica - Administrativa e Relatora do CMECA.

IV – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

Os membros do Conselho Municipal de Campo Alegre – CMECA, nomeados pelo Decreto Municipal nº 13.833, de 31 de maio de 2023, acompanham o voto da Relatora e aprovam por unanimidade o SOLICITADO pela Sra. Marli Terezinha de Souza, Secretária Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, descrito neste PARECER.

_____ em: 07 de dezembro de 2023.

Sonia Bernado Cordeiro – Presidente do CMECA.

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ao 5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	04	05	05	05	05
	ARTES	02	02	02	02	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	03	02	02	02	02
	LÍNGUA INGLESA	02	02	02	02	02
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	04	05	05	05	05
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIENCIAS	03	03	03	03	03
CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	02	02	02	03	03
	HISTÓRIA	02	03	03	02	02
ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01
PARTE DIVERSIFICADA	TURISMO	02	X	X	X	X
	Nº de Aulas semanais	25	25	25	25	25

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EDUCAÇÃO INFANTIL.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR
ÁREAS DE CONHECIMENTO	Integral 32	Parcial 16	Integral 32
EDUCAÇÃO FÍSICA	10	03	08
LÍNGUA INGLESA	X	01	02
ARTES	08	03	06
TURISMO	X	02	02
Nº de Aulas semanais	50	25	50

Turno: Diurno;

Modalidade: Regular;

Carga horária: 04 (zero quatro) horas por período;

Hora aula: 45 (quarenta e cinco) minutos;

Recreio monitorado: 15(quinze) minutos por período;

Dias de aula: mínimo de 200 (duzentos);

Carga horária anual: 800 (oitocentas) horas.

Aprovado em: __/__/____.

Presidente do Conselho Municipal de Educação - CMECA: Sonia Bernado Cordeiro: _____

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – ENSINO FUNDAMENTAL – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	04	04	04	04	04
	ARTES	02	02	02	02	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	03	03	03	03	03
	LÍNGUA INGLESA	02	02	02	02	02
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	04	04	04	04	04
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	03	03	03	03	03
CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	02	02	02	02	02
	HISTÓRIA	02	02	02	02	02
ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01
PARTE DIVERSIFICADA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO	02	02	02	02	02
	ARTES E CULTURA	03	03	03	03	03
	Ciência e tecnologia	03	03	03	03	03
	ESPORTE ESCOLAR	03	03	03	03	03
	DANÇA	02	02	02	02	02
	RECREAÇÃO	02	02	02	02	02
	CIRANDA LITERÁRIA	03	03	03	03	03
	COMUNICAÇÃO E MÍDIAS	02	02	02	02	02
	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO	02	02	02	02	02
	LUDICIDADE MATEMÁTICA	02	02	02	02	02
	INGLÊS - CONVERSAÇÃO	01	01	01	01	01
	ROBÓTICA	02	02	02	02	02
	Nº de Aulas semanais	50	50	50	50	50

Aprovado em: __/__/____.

Presidente do Conselho Municipal de Educação – CMECA: Sonia Bernado Cordeiro: _____

DECRETO Nº 16.477 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413021

DECRETO Nº 16.477 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o art. 11 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários.

11.000 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
11.003 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.	
11.003.15.452.52.2040 -	Vias Públicas e Logradouros.	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0002 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00.0002 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários.

11.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. TRANSPORTE E OBRAS.	
11.003 -	SERVIÇO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.	
11.003.15.452.52.1020 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Urbanas	
4.0.00.00.00.0002 -	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.0002 -	Investimentos	
4.4.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.0002 -	Obras e Instalações	R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.479 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413023

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 16.479 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

Considerando que a Conselheira Tutelar Titular Sra. ELENICE KROLL, registro no sistema sob nº 955977, solicitou exoneração em data de 05 de dezembro de 2023, Decreto nº 16.454, há necessidade de nomeação da Conselheira Tutelar Suplente, Sra. GEOVANA FUCKNER, para substituir a mencionada Conselheira Tutelar "Titular", no período de 11 de dezembro de 2023 a 09 de janeiro de 2024, totalizando 30 (trinta) dias;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Artigo nº 139 da Lei Federal nº 8.069/90, Parágrafo 2º incluído pela Lei Federal nº 12.696/12, Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 5.120 de 28 de março de 2023; Decreta:

Art. 1º Nomear a Sra. GEOVANA FUCKNER, para exercer o Cargo Público e na Função de Conselheira Tutelar, registro no sistema sob o nº 956470, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com vencimentos mensais no valor de 2,25 (dois vírgula vinte e cinco) salários mínimos nacionais vigentes, pelo período de 11 de dezembro de 2023 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º A Conselheira Tutelar nomeada no artigo 1º deste Decreto, foi eleita para o referido Cargo, no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital nº 002/2019 – CMDCA deste Município, Pleito realizado em data de 06 de outubro do ano de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de dezembro de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.334 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413003

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.334 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, DIEGO LUCIANO DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 001079, registro no sistema sob nº 956362, ocupante do Cargo Público de Motorista na Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo: 10 de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 11 de dezembro de 2023 á 15 de dezembro de 2023, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de dezembro de 2023 sob nº 049974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.335 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413004

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.335 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, PATRÍCIA DAIANA PAUL, matrícula funcional nº 000851, registro no sistema sob nº 955550, ocupante do Cargo Público e na Função de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 11 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de dezembro de 2023 sob nº 049981.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.336 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413005

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.336 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SOLANGE SCHLOEGL BAHR, matrícula funcional nº 000907, registro no sistema sob nº 955717, Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 08 de janeiro de 2023 á 27 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de dezembro de 2023 sob nº 049982.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.337 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413006

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.337 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, PAOLA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA, matrícula funcional nº 001058, registro no sistema sob nº 956237, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 = 02 (zero dois) dias; 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 = 08 (zero oito) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 à 05 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de dezembro de 2023 sob nº 050004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.338 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413007

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.330 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal MARIA ADRIANA CORDEIRO DA CRUZ DE MELO, matrícula funcional nº 000669, registro no sistema sob nº 955094, ocupante do Cargo Público, Função de Instrutora de Informática, atualmente exercendo o Cargo de Provimento em Comissão Coordenadora de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção da Servidora Pública Municipal, a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 07 de dezembro de 2023, sob nº 049946.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 07 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.339 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413008

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.339 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA, matrícula funcional nº 000796, registro no sistema sob nº 955459, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção da Servidora Pública Municipal, a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 01 de dezembro de 2023, sob nº 049718.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.340 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413009

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.340 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal CÁTIA MARA NAGEL DOS SANTOS, matrícula funcional nº 000712, registro no sistema sob nº 955202, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção da Servidora Pública Municipal, a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 01 de dezembro de 2023, sob nº 049733.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.341 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413010

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.341 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Assessor de Serviços de Obras e Engenharia LUCAS HEIN CATONI, registro no sistema sob nº 956142, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, férias referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2022 a 01 de agosto de 2023.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 02 de agosto de 2022 a 01 de agosto de 2023, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Assessor de Gabinete, o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 27 de novembro de 2023, sob nº 049428.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.342 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413011

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.342 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, matrícula funcional nº 000773, registro no sistema sob nº 955391, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 14 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de novembro de 2023 sob nº 049537.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.343 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413012

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.343 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Municipal ELÓIA CRISTHINE PRIM, matrícula funcional nº 000701, registro no sistema sob nº 955145, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente aos períodos aquisitivos: 11 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022 = 08 (zero oito) dias; 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 = 08 (zero oito) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 11 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 à 05 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de dezembro de 2023 sob nº 049537.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.344 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413013

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.344 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARIA CLAUDETE DE MELO SANTOS, matrícula funcional nº 000883, registro no sistema sob nº 955612, ao Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 à 14 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de

29 de novembro de 2023 sob nº 049537.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.345 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413014

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.345 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 6º do art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 31 (trinta e um) dias de férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, RUBEN ELIEZER BAHR, registro no sistema sob nº 956075, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 = 20 (vinte) dias; 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 = 11 (onze) dias.

Art. 2º O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 à 26 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de novembro de 2023 sob nº 049537.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de dezembro de 2023.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.346 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413016

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.346 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal GILSON OMAR BRUNNQUELL, matrícula funcional nº 0240, registro no sistema sob nº 475801, ocupante no Cargo Público e na Função de Engenheiro Agrônomo, atualmente exercendo o Cargo de Função

Gratificada de Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, férias referente ao período aquisitivo 01 de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 05 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de novembro de 2023 sob nº 049537.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de dezembro de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413017

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal Contratado JOSÉ EDSON RODRIGUES, registro no sistema sob nº 956424, ocupante no Cargo Público e na Função de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, férias referente ao período aquisitivo 01 de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 17 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º O Servidor Público Municipal Contratado, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 05 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de novembro de 2023 sob nº 049537.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de dezembro de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.348 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413252

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.348 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada ADRIELE CRISTINE STAHELIN, registro no sistema sob nº 956315, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 31 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2023.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 31 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2023.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 à 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.349 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413253

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.349 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias ao Servidor Público Municipal Contratado ALCIMAR LOURENÇO ALVES, registro no sistema sob nº 956426, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 31 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2023.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 31 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2023.

Art. 2º O Servidor Público Municipal Contratado, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 à 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.350 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413254

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.350 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezesete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada ALINE LIMA CABRAL, registro no sistema sob nº 956402, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 29 de maio de 2023 a 28 de maio de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 29 de maio de 2023 a 28 de maio de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.351 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413255

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.351 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada AMANDA FUCKNER PETSCHOW, registro no sistema sob nº 956354, ocupante do Cargo Público de Professor VII, exercendo a Função de Professor de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 16 de março de 2023 a 15 de março de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 16 de março de 2023 a 15 de março de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 30 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.352 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413256

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.352 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 24 (vinte e quatro) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada AMANDA GRAZIELE LEHNERT, registro no sistema sob nº 956444, ocupante do Cargo Público de Professor V, exercendo a Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 30 de agosto de 2023 a 29 de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 30 de agosto de 2023 a 29 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 a 18 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.353 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413257

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.353 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada ANA CAROLINA RANDIG, registro no sistema sob nº 956408, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 05 de junho de 2023 a 04 de junho de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 05 de junho de 2023 a 04 de junho de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 a 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.354 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413258

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.354 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA MELO, registro no sistema sob nº 956466, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 07 de novembro de 2023 a 06 de maio de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 07 de novembro de 2023 a 06 de maio de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.355 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413259

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.355 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 24 (vinte e quatro) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF, registro no sistema sob nº 956404, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.356 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413260

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.356 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada BIANCA KESTERING GREIPEL, registro no sistema sob nº 956389, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 08 de maio de 2023 a 07 de maio de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 08 de maio de 2023 a 07 de maio de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.357 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413261

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.357 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada CAMILA CORREA KIESKI, registro no sistema sob nº 956392, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 17 de maio de 2023 a 16 de maio de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 17 de maio de 2023 a 16 de maio de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.358 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413262

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.358 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada CASSIANE LINZMAYER BEUTHER, registro no sistema sob nº 956361, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 10 de abril de 2023 a 09 de abril de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 10 de abril de 2023 a 09 de abril de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.359 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413263

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.359 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 22 (vinte e dois) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada CHEILA SCHREINER DREFHAL, registro no sistema sob nº 956336, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 a 17 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.360 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413264

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.360 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezesete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, registro no sistema sob nº 956430, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2023 a 31 de janeiro de 2024. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2023 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 a 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.361 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413265

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.361 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH, registro no sistema sob nº 956405, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.362 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413266

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.362 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias ao Servidor Público Municipal Contratado CLEMAIR DA SILVA JUNIOR MROCZKA, registro no sistema sob nº 956407, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 05 de junho de 2023 a 23 de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 05 de junho de 2023 a 23 de fevereiro de 2024.

Art. 2º O Servidor Público Municipal Contratado, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.363 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413267

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.363 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada CLEONICE HAVRELHUK, registro no sistema sob nº 956438, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 24 de agosto de 2023 a 23 de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 24 de agosto de 2023 a 23 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 a 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.364 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413268

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.364 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada DANIELÉ FERREIRA DA SILVA, registro no sistema sob nº 956307, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 19 de setembro de 2023 a 18 de março de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 19 de setembro de 2023 a 18 de março de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 a 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.365 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413269

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.365 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezesete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada DANIELE MICKUS, registro no sistema sob nº 956428, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2023 a 31 de janeiro de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.366 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413270

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.366 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal Contratado EDÉRSO IDALÊNCIO, registro no sistema sob nº 956179, ocupante do Cargo Público de Professor IV, exercendo a Função de Professor de Inglês, lotado na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024.

Art. 2º O Servidor Público Municipal Contratado, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 30 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.367 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413271

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.367 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada ELIANE HEDWIGES MARETH FRAGOSO, registro no sistema sob nº 956343, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.368 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413272

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.368 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias ao Servidor Público Municipal Contratado ERICK FELIPE PRADO, registro no sistema sob nº 956359, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 03 de julho de 2023 a 02 de julho de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2023 a 02 de julho de 2024.

Art. 2º O Servidor Público Municipal Contratado, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 23.369 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413273

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 23.369 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública Municipal Contratada JANE ESTEFANI ZESZOTKO, registro no sistema sob nº 956359, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias referente ao período aquisitivo: 27 de março de 2023 a 26 de março de 2024.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 27 de março de 2023 a 26 de março de 2024.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal Contratada, gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2023 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de dezembro de 2023 sob nº 049902.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413022

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

ALTERA E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, NO ÂMBITO DO SISTEMA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do CMECA - Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, nomeada pelo Decreto Municipal nº 15.833, de 31 de maio de 2023, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 3.897, de 21 de novembro de 2012, que Dispõe sobre a Regulamentação do Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre – CMECA, e com base nos artigos 29, 31, 32, 33, 34 e em especial o §5º do artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Federal nº 9.394/96, em especial os artigos 5 e 11 da Lei Municipal nº 3.825, de 04 de abril de 2012, Plano Municipal de Educação/2015 e demais disposições legais; Resolve:

Art. 1º - Alterar a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar e Regular a Matriz Curricular do Ensino Fundamental - Escola em Tempo Integral dos Estabelecimentos de Ensino integrantes do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC., para atender as adequações a Grade Curricular da Educação Infantil e a Lei Municipal nº 5.116 de 28 de março de 2023, no Ensino Fundamental, Meta 6 do Plano Municipal de Educação deste Município.

Art. 2º O Parecer do CMECA nº 05/2023 de que trata o artigo 1º desta Resolução é parte integrante desta.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de dezembro de 2023.

SONIA BERNADO CORDEIRO
Presidente do Conselho do CMECA

Registrada e publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três.

RITA ZEZOTKO SCHOLZE
Secretária de Assessoria Técnica do Conselho do CMECA

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

PARECER CMECA Nº 05/2023.

ASSUNTO: ALTERA E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR E REGULAMENTA A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO SISTEMA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

REUNIÃO REALIZADA EM: 07 de dezembro 2023.

RELATORA: Rita Zezotko Scholze.

I – HISTÓRICO

A Secretária Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC, por meio do Ofício nº 066/2023/SEDUC encaminhado em data de 19 de outubro de 2023, solicita Parecer referente a alteração da Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar e a Regulamentação da Matriz Curricular do Ensino Fundamental para Escola em Tempo Integral no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, estabelecendo dentre outras providências a alteração do número de aulas das Turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II e a exclusão da Disciplina da parte diversificada de Turismo e Meio Ambiente das Turmas de Berçário e Maternal e, a redução de aulas da Disciplina de Turismo e Meio Ambiente nas Turmas do Pré Integral da Educação Infantil, do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, respeitando a Lei Federal nº 9.394/96; Lei Municipal nº 3.825 e Resolução nº 02/2019 do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre – CMECA e o Plano Municipal de Educação/2015 e demais disposições legais

II – A ANÁLISE

Conforme as legislações citadas no item anterior, e proposta de alteração da Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, as alterações se fazem necessárias devido a aprovação da Lei Municipal nº 5.116 de 28 de março de 2023 que: Institui "A Inclusão de Conceitos de Empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino", recomendamos a adequação do número nas Turmas do 9º ano nas seguintes Disciplinas: Matemática atualmente com 04 (zero quatro) aulas alterando para 05 (zero cinco) aulas; Ciências atualmente com 04 (zero quatro) aulas alterando para 03 (zero três) aulas, organizando para os próximos anos letivos, motivo este que os conceitos de Empreendedorismo serão abordados na Disciplina de Matemática. Na Matriz Curricular da Educação Infantil para as Turmas do Berçário e Maternal sugerimos a exclusão da Disciplina de Turismo e Meio Ambiente, devido à rotatividade de Professores nas referidas Turmas, sendo que muitas vezes o horário de aula acontece em momentos de rotina de (alimentação, soninho e troca), tornando inviável, o Professor não consegue aplicar o conteúdo planejado. As 04 (zero quatro) aulas da Disciplina de Turismo e Meio Ambiente serão divididas entre as Disciplinas de Artes (02 aulas) e Educação Física 02 (zero

duas) aulas, ficando assim: 10 (dez) aulas de Educação Física e 08 (zero oito) aulas de Artes na semana.

A alteração da Matriz Curricular do Ensino Fundamental para Escola em Tempo Integral se faz necessária para melhoria na qualidade de Ensino, visando oportunizar o Educando progredir em seus estudos de forma paralela com as legislações vigentes.

III – VOTO DA RELATORA

Conforme matéria apresentada aos Conselheiros deste Conselho Municipal, voto e Parecer favorável à alteração e Regulamentação da Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Educação Básica Escolar e a Regulamentação da Matriz Curricular do Ensino Fundamental I - Escola em Tempo Integral no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre/SC., e Estabelece Outras Providências., por estarem em conformidades com as Legislações educacionais vigentes.

Campo Alegre/SC, 07 de dezembro de 2023.

_____ em: 07 de dezembro de 2023.

Rita Zezotko Scholze – Assessora Técnica - Administrativa e Relatora do CMECA.

IV – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

Os membros do Conselho Municipal de Campo Alegre – CMECA, nomeados pelo Decreto Municipal nº 13.833, de 31 de maio de 2023, acompanham o voto da Relatora e aprovam por unanimidade o SOLICITADO pela Sra. Marli Terezinha de Souza, Secretária Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino do Município de Campo Alegre/SC, descrito neste PARECER.

_____ em: 07 de dezembro de 2023.

Sonia Bernado Cordeiro – Presidente do CMECA.

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ao 5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	04	05	05	05	05
	ARTES	02	02	02	02	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	03	02	02	02	02
	LÍNGUA INGLESA	02	02	02	02	02
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	04	05	05	05	05
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	03	03	03	03	03
CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	02	02	02	03	03
	HISTÓRIA	02	03	03	02	02
ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01
PARTE DIVERSIFICADA	TURISMO	02	X	X	X	X
	Nº de Aulas semanais	25	25	25	25	25

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EDUCAÇÃO INFANTIL.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR
ÁREAS DE CONHECIMENTO	Integral 32	Parcial 16	Integral 32
EDUCAÇÃO FÍSICA	10	03	08
LÍNGUA INGLESA	X	01	02
ARTES	08	03	06
TURISMO	X	02	02
Nº de Aulas semanais	50	25	50

Turno: Diurno;

Modalidade: Regular;

Carga horária: 04 (zero quatro) horas por período;

Hora aula: 45 (quarenta e cinco) minutos;
 Recreio monitorado: 15(quinze) minutos por período;
 Dias de aula: mínimo de 200 (duzentos);
 Carga horária anual: 800 (oitocentas) horas.

Aprovado em: __/__/____.

Presidente do Conselho Municipal de Educação - CMECA: Sonia Bernado Cordeiro: _____

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – ENSINO FUNDAMENTAL – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	04	04	04	04	04
	ARTES	02	02	02	02	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	03	03	03	03	03
	LÍNGUA INGLESA	02	02	02	02	02
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	04	04	04	04	04
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	03	03	03	03	03
CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	02	02	02	02	02
	HISTÓRIA	02	02	02	02	02
ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01
PARTE DIVERSIFICADA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO	02	02	02	02	02
	ARTES E CULTURA	03	03	03	03	03
	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	03	03	03	03	03
	ESPORTE ESCOLAR	03	03	03	03	03
	DANÇA	02	02	02	02	02
	RECREAÇÃO	02	02	02	02	02
	CIRANDA LITERÁRIA	03	03	03	03	03
	COMUNICAÇÃO E MÍDIAS	02	02	02	02	02
	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO	02	02	02	02	02
	LUDICIDADE MATEMÁTICA	02	02	02	02	02
	INGLÊS - CONVERSACÃO	01	01	01	01	01
	ROBÓTICA	02	02	02	02	02
	Nº de Aulas semanais	50	50	50	50	50

Aprovado em: __/__/____.

Presidente do Conselho Municipal de Educação – CMECA: Sonia Bernado Cordeiro: _____

TERMO DE POSSE Nº 02/2023

Publicação Nº 5413024

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 02/2023

GEOVANA FUCKNER

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Sra. ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a Sra. GEOVANA FUCKNER, para exercer a Função de Conselheira Tutelar, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 5.120 de 28 de março de 2023 e Lei Federal nº 8.069/90, nomeada pelo Decreto Municipal nº 16.479, de 11 de dezembro de 2023, em substituição a Conselheira Tutelar que solicitou a sua exoneração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Conselheira Tutelar ora empossada para o exercício do mandato no período de 11 de dezembro de 2023 á 09 de janeiro de 2024, totalizando 30 (trinta) dias.

A Conselheira Tutelar firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições, constantes na Lei Federal nº 8.069/90 e suas alterações “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Conselheira Tutelar ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
 Prefeita Municipal

GEOVANA FUCKNER
 Conselheira Tutelar

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE 92/2023

Publicação Nº 5410996

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3DD08E0BA6F1BC4F2B751046AFA0622554439FC8

O Município de Campos Novos - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por Lote, no dia 18 de janeiro de 2024 às 14h30min, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E/OU IMPRESSORAS), INSTALAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E/OU DE BILHETAGEM, INVENTÁRIO, CONTABILIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO E REPOSIÇÕES DE INSUMOS ORIGINAIS (EXCETO PAPEL), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

O Edital que está amparado na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, Lei nº 14.035 de 11 de agosto de 2020, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e estará disponível gratuitamente na página no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos Novos na página <http://www.camposnovos.sc.gov.br>, podendo, também, ser requerido junto ao Departamento de Compras e Licitações, Rua Expedicionário, nº. 323, Campos Novos/SC, das 13h15min às 18h45min, telefone: (49) 3541-6200, e-mail pregao.eletronico@camposnovos.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Campos Novos, 11 de dezembro de 2023.

LEI Nº 4.887/2023 DE 08/12/2023 AUTORIZA A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE A RECEBER EM DOAÇÃO EQUIPAMENTO (ESTAÇÃO DE HIDRATAÇÃO), CONFORME ESPECIFICA

Publicação Nº 5411038

LEI Nº 4.887/2023 DE 08/12/2023

AUTORIZA A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE A RECEBER EM DOAÇÃO EQUIPAMENTO (ESTAÇÃO DE HIDRATAÇÃO), CONFORME ESPECIFICA.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica a Autarquia Municipal de Água e Esgoto – SAMAE autorizada a receber em doação, da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – COPERCAMPOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.824/0001-11, Inscrição Estadual nº. 250.167.450, com sede na Rua Rodovia BR 282, Km 342, nº. 23, Bairro Boa Vista, nesta cidade de Campos Novos/SC, o equipamento Estação de Hidratação linha Fit, com água gelada, água natural e água para pets, conforme nota fiscal que se anexa ao presente de nº. 1459.

Art. 2º. A doação é realizada sem encargo, ficando autorizada à Doadora a colocação de identidade visual no equipamento.

Art. 3º. O equipamento doado e descrito nesta Lei será devidamente instalado na Praça Arlindo Bess.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente da Autarquia.

Art. 5º. Após efetivada a doação, as despesas de manutenção e demais relativas ao equipamento serão de inteira responsabilidade da Autarquia.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 08 de dezembro de 2023.

Gilmar Marco Pereira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2001/2023

Publicação Nº 5410762

PORTARIA Nº 2001/2023 DE 14/11/2023

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA AOS (ÀS) SERVIDORES (AS) ANA PAULA DE MATIA GALI E ROSANA DE FATIMA CORDEIRO

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer nº 76 da Secretaria de Educação nos autos de Processo nº 0167.003.0004060/2021, com amparo do disposto no Art. 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder remoção por permuta a partir de 14/11/2023 as servidoras ANA PAULA MATIA GALLI e ROSANA DE FATIMA CORDEIRO. Ficando a servidora ANA PAULA MATIA GALLI lotada 40 horas semanais na escola CEIM Sonho Infantil e a servidora ROSANA DE FATIMA CORDEIRO lotada 40 horas semanais no CEIM PADRE ARMANDO COSTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 14 de novembro de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2045/2023

Publicação Nº 5410812

PORTARIA Nº 2045 de 01/12/2023

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E/OU CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES EFETIVOS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 35 da Lei Complementar nº 10 de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Progressão por Curso de Aperfeiçoamento e/ou Capacitação aos servidores efetivos que menciona:

ADAIR JOSE SPIASSI
ADELAIDE FERREIRA LOURENCI
ADELIR RODRIGUES DE ANDRADE
ADRIANA APARECIDA ALMEIDA DA COSTA
ADRIANA FERREIRA
ADRIANA HELENA ROSSA
ALAN CARRAFA ANDOLFATTO
ALINE SOCOLOVSKI
ANA ELIZA MARA MARCON
ANA LUCIA PINTO
ANA PAULA BITTENCOURT WALTER
ANA PAULA DA SILVA ROVEDA
ANA PAULA DOS SANTOS
ANALINE KUNEN
ANDERSON LUIZ SOARES
ANDRE FABRICIO RAMOS
ANDREIA ALMEIDA
ANDREIA DE FATIMA RIBEIRO ANTUNES
ANDREIA ZANOTTO FAGUNDES
ANTONIO DE JESUS VIATER
ATILIO PINTO
BRUNA LETICIA LOPES MICHELON
BRUNA ZANDONA MARCON
CARLA DENIZE GARBIM

CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA
CATIA MARISTELA VIATER
CATIANE STEFANES SANTOS
CLARICE APARECID FAGUNDES
CLARICE RODRIGUES ARRUDA
CLAUDEMIR DA FONSECA
CLEONICE DE OLIVEIRA FAGUNDES
CLEUSA MARIA MACHADO DE ANDRADE
CRISTIANE CAREZIA
DANIELA CRISINA GONÇALVES ZANOTTO
DANIELA GONÇALVES DA SILVA DALAMICO
DANIELA GUZATTI MARTENDAL
DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO
DEISE SALMORIA PIRES
DILSE BORTOLI
DOMILCIO FERNANDES FONSECA
DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS
DORILDO LOPES DOS SANTOS
EDENILSON PATRICK MORESCO
EDILSON GUSTAVO MASSON
EDMILSON JOSE RODRIGUES
EDSON RICARDO ARMILIATO
ELENITA GRANZOTTO
ELIANE LOPES
ELIANE TORRI FURTADO
ELIZANGELA BUSNELO DALPIVA
ELIZIANE VICENTE SPIRONELO
ELOIR LUIZ FAE
EMANUELLE DE MATTOS
EMERSON HENRIQUE DE MORAES
EVANDERSON CAMPAGNONI
FABIO JUNIOR PASQUALI
FATIMA LORENA DOS SANTOS MATOS
FERNANDA GERMANO DOS SANTOS
FRANCISCO EDARO L. GARCIA
GILVANE APARECIDA PAGANINI
GRAZIELLA LIMA DOS SANTOS
GRAZIELLI CRISTINA KEMER
HAYETT SARKIS KANAAN MILANEZ
HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA
ILDO DA SILVA
INARA SALETE DURIGON SURDI
IVO ARNILDO MOREIRA
IVONETE DE LIMA TOTTI
IVORI ANTONIO TROMBETTA
JAMES ADALCIO DOS SANTOS
JANAINA DE SOUZA
JANE ALVES DE OLIVEIRA
JANETE DE LOURDES DE LIMA
JANETE DE SOUZA
JEAN CARLO PETRY
JHONATAS ISMAEL MARQUES
JOAO CARLOS CORDEIRO
JOAO CARLOS DE LIMA
JOAO FELIPE QUIBEM
JOAO GUILHERME MICHELIN
JOCEANE GONÇALVES WALTER
JOEL ROQUE BITTENCOURT
JORGE ALEX MORAES
JOSE EDUARDO DICK
JOSEMARA GONÇALVES WALTER
JOSIAS KEMER PROENÇA
JOSSUI HELENA NOGUEIRA
JULIANA APARECIDA BERNABE ROSSI

KELLY PALOMA DOS SANTOS PINTO
KELY CRISTINA HARZ
KERLLY JUCIANE WALTER
KLEBER MERCIO NORA
LAIDES DALAZEN LAIDNES
LAIS DA SILVA LESSE
LAURA CAROLINE SALMORIA
LEAMAR DALLAMICO PEREIRA INACIO
LEILA APARECIDA LINS DE LIMA GABRIELLI
LENIR ALVES PINTO
LENIR FERNANDES PADILHA
LETICIA PICCOLI CAIPER
LETICIA SUENY KATO
LINDAMIR SCHEREIBER FERREIRA
LIZIANE DOS SANTOS
LORENA FOSCARINI
LUANA DEBASTIANI
LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA
LUCIANE GOMES DE ALMEIDA
LUCIMAR BALDISSERA WALTER DE DEUS
LUIZ FERNANDO FERREIRA
LURDES CLAUDETE SURDI BERTELLI
MAICOL MICHEL MOREIRA
MARCIA RITA SILVA
MARCIA TEREZINHA FIALHO RIGHES
MARCO AURELIO PADILHA
MARCOS ANTONIO HERMES
MARCOS PINHEIRO
MARCOS PINHEIRO
MARCOS RODRIGUES
MARIA ANGELIZA SOARES
MARIA APARECIDA PEREIRA ROSA
MARIA CRISTINA AVILA
MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA ALMEIDA
MARIA JORDETE VARELA PEIXOTO
MARILEI ED FATIMA MACHADO
MINEIA CECILIA DIEHL BOFF
MIRIAN MACHADO DIAS
MONALISE GRASSI
NILVA DOS SANTOS
NILVA MARIA FABRO SARMENTO
NOBERTO LUIZ MINUSCOLI
OMAR JUNIOR ANTUNES
PAULO CESAR SANTOS
PAULO ROBERTO DE SOUZA
RICARDO DEBASTIANI
ROSALINA RODRIGUES DE LIMA
ROSELI DE FATIMA BEVILAQUA SCHIMITE
ROSIVETE GONÇALVES DIAS
SANDRA PELENTIR DISSEGNA
SEBASTIAO FAGUNDES JUNIOR
SIMONE FERREIRA
SOELI FATIMA DUARTE
SOLANGE APARECIDA NOHATTO
SONEIDE DE FATIMA MOREIRA
SONIA APARECIDA TRUCOLLO
SUSANE DIAS DE DEUS
VALDILENA NICHELLE DE SOUZA
VANESSA APARECIDA TORRES
VIVIANE CRISTINA JUNHO DE OLIVEIRA
VIVIANE KEMER PANDOLPHO MACIEL
WALTER FERNANDO DE SOUZA
WILLIAN PAULO VENTURA DOS SANTOS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de outubro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 01 de dezembro de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2050/2023

Publicação Nº 5410816

PORTARIA Nº 2050 de 05/12/2023

NOMEIA SERVIDORA PARA ATUAR NO EXERCÍCIO DE SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO PROCON.

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; e,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora municipal Marilei de Fátima Machado para atuar no exercício de serviço de fiscalização do PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, 05 de dezembro de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 2044/2023

Publicação N° 5410778

PORTARIA N° 2044/2023 DE 01/12/2023**CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO
MATERNIDADE À SERVIDORA DANIELA TEIXEIRA DA
SILVA**

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora DANIELA TEIXEIRA DA SILVA no período de 27/11/2023 a 25/03/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 27/11/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 01 de Dezembro de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Página: 1 / 8

Exercício de 2023

CÂMARA MUNICIPAL CAMPOS NOVOS

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL CAMPOS NOVOS

Parâmetros: Data Final: 30/11/2023; Data Inicial: 01/01/2023; Entidades: [{"valor": "1763", "descricao": "CÂMARA MUNICIPAL CAMPOS NOVOS"}]; Consolidado: N; Exercício: 2023; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Assinatura: [{"valor": "7178", "descricao": "TC 28"}]; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 29 de 16/10/2023 12:48:51

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1	ATIVO	538.133,68D	4.998.408,39	4.813.221,93	723.320,14D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	114.285,97D	4.931.723,88	4.769.327,33	276.682,52D
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.1.1.1.19	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.1.1.1.19.00.04	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.1.1.1.19.00.04.01	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.1.1.1.19.00.04.01.000002	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA ECONOMICA FEDERAL CTA. 82-1	0,00D	4.898.007,63	4.753.673,47	144.334,16D
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	21.111,63D	15.653,86	15.653,86	21.111,63D
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	21.111,63D	8.200,56	8.200,56	21.111,63D
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	21.111,63D	8.200,56	8.200,56	21.111,63D
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	21.111,63D	0,00	0,00	21.111,63D
1.1.3.1.1.01.02	13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	21.111,63D	0,00	0,00	21.111,63D
1.1.3.1.1.02	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00D	8.200,56	8.200,56	0,00D
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00D	7.453,30	7.453,30	0,00D
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	7.453,30	7.453,30	0,00D
1.1.3.8.1.08	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00D	171,48	171,48	0,00D
1.1.3.8.1.08.00.01	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00D	171,48	171,48	0,00D
1.1.3.8.1.08.00.01.00.000001	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00D	171,48	171,48	0,00D
1.1.3.8.1.09	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	0,00D	7.281,82	7.281,82	0,00D
1.1.3.8.1.09.00.01	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	0,00D	7.281,82	7.281,82	0,00D
1.1.3.8.1.09.00.01.00.000001	SALÁRIO-MATERNIDADE	0,00D	7.281,82	7.281,82	0,00D
1.1.5	ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	91.129,26D	18.062,39	0,00	109.191,65D
1.1.9.1	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	18.753,56D	2.766,59	0,00	21.520,15D
1.1.9.1.1	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	18.753,56D	2.766,59	0,00	21.520,15D
1.1.9.1.1.99	VPD PAGA ANTECIPADAMENTE - OUTROS PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	18.753,56D	2.766,59	0,00	21.520,15D
1.1.9.3	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	72.375,70D	15.295,80	0,00	87.671,50D
1.1.9.3.1	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	72.375,70D	15.295,80	0,00	87.671,50D
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	423.847,71D	66.684,51	43.894,60	446.637,62D
1.2.3	IMOBILIZADO	423.847,71D	66.684,51	43.894,60	446.637,62D
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	535.118,70D	8.184,51	0,00	543.303,21D
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	535.118,70D	8.184,51	0,00	543.303,21D
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	77.343,48D	0,00	0,00	77.343,48D

Sistema Contábil - Belha Sistemas. Usuário: JOELMA. Emissão: 08/12/2023, às 15:30:13. Protocolo: 40c8e328-d928-4ea5-5ef05db7e4b

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	75.293,48D	0,00	0,00	75.293,48D
1.2.3.1.1.01.99.01	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	75.293,48D	0,00	0,00	75.293,48D
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	177.932,80D	3.550,41	0,00	181.483,21D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	177.932,80D	3.550,41	0,00	181.483,21D
1.2.3.1.1.02.01.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	177.932,80D	3.550,41	0,00	181.483,21D
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	137.464,17D	0,00	0,00	137.464,17D
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	5.792,87D	0,00	0,00	5.792,87D
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10.171,40D	0,00	0,00	10.171,40D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	121.499,90D	0,00	0,00	121.499,90D
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	44.568,25D	4.634,10	0,00	49.202,35D
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	44.568,25D	4.634,10	0,00	49.202,35D
1.2.3.1.1.05	VEÍCULOS	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	209.172,60D	58.500,00	0,00	267.672,60D
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	58.500,00	0,00	267.672,60D
1.2.3.2.1.06	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	0,00D	58.500,00	0,00	58.500,00D
1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	0,00D	58.500,00	0,00	58.500,00D
1.2.3.2.1.07	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	320.443,59C	0,00	43.894,60	364.338,19C
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	320.443,59C	0,00	43.894,60	364.338,19C
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS MÓVEIS	320.443,59C	0,00	43.894,60	364.338,19C
1.2.3.8.1.01.01	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E	34.785,53C	0,00	32.487,49	67.273,02C
1.2.3.8.1.01.05	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	83.000,00C	0,00	0,00	83.000,00C
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	202.658,06C	0,00	11.407,11	214.065,17C
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	538.133,68C	10.448,718,65	10.504.284,75	593.699,78C
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	242.035,75C	4.086.609,63	4.142.175,73	297.601,85C
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	242.035,75C	3.034.203,62	3.087.475,81	295.307,94C
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	242.035,75C	2.145.379,81	2.198.652,00	295.307,94C
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	242.035,75C	2.145.379,81	2.198.652,00	295.307,94C
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	242.035,75C	2.145.379,81	2.198.652,00	295.307,94C
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	60.537,85C	2.145.379,81	2.198.652,00	113.810,04C
2.1.1.1.1.01.02	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00C	1.636.216,41	1.636.216,41	0,00C
2.1.1.1.1.01.03	FÉRIAS	0,00C	406.795,98	406.795,98	0,00C
2.1.1.1.1.01.03	PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.537,85C	102.367,42	155.639,61	113.810,04C
2.1.1.1.1.02	PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	181.497,90C	0,00	0,00	181.497,90C
2.1.1.1.1.1.02.01	PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	181.497,90C	0,00	0,00	181.497,90C

Sistema Contábil - Betha Sistemas | Usuário: JOEIMA | Emissão: 08/12/2023 às 15:30:13 | Protocolo: 40c8e328-d928-4ea5-8ced-5eff5db1e4b

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
4.6.4.1.1.03	GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS (PERMANENTE)	0,00C	0,00	13.880,20	13.880,20C
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00D	5.359.980,00	1.620.000,00	3.739.980,00D
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	0,00D	5.359.980,00	1.620.000,00	3.739.980,00D
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00D	5.359.980,00	1.620.000,00	3.739.980,00D
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00D	5.359.980,00	1.620.000,00	3.739.980,00D
5.2.2.1.1	DOTAÇÃO INICIAL	0,00D	5.239.980,00	0,00	5.239.980,00D
5.2.2.1.1.01	CRÉDITO INICIAL	0,00D	5.239.980,00	0,00	5.239.980,00D
5.2.2.1.2	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00D	120.000,00	0,00	120.000,00D
5.2.2.1.2.01	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	0,00D	90.000,00	0,00	90.000,00D
5.2.2.1.2.02	CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL	0,00D	30.000,00	0,00	30.000,00D
5.2.2.1.2.02.02	CRÉDITOS ESPECIAIS REABERTOS	0,00D	30.000,00	0,00	30.000,00D
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00D	0,00	1.620.000,00	1.620.000,00C
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00C	14.721.443,84	18.461.423,84	3.739.980,00C
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00C	14.721.443,84	18.461.423,84	3.739.980,00C
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00C	14.721.443,84	18.461.423,84	3.739.980,00C
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00C	14.721.443,84	18.461.423,84	3.739.980,00C
6.2.2.1.1	CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00C	6.436.256,08	6.883.344,66	447.088,58C
6.2.2.1.2	CRÉDITO INDISPONÍVEL	0,00C	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00C
6.2.2.1.2.01	BLOQUEIO DE CRÉDITO	0,00C	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00C
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	0,00C	6.785.187,76	10.078.079,18	3.292.891,42C
6.2.2.1.3.01	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00C	3.277.130,75	3.319.580,74	42.449,99C
6.2.2.1.3.02	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00C	247.641,60	247.641,60	0,00C
6.2.2.1.3.03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00C	3.257.090,75	3.257.090,75	0,00C
6.2.2.1.3.04	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00C	3.324,66	3.253.766,09	3.250.441,43C
7	CONTROLES DEVEDORES	216.823,20D	5.230.670,20	2.683,41	5.444.809,99D
7.1	ATOS POTENCIAIS	216.823,20D	320.333,37	0,00	537.156,57D
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	216.823,20D	320.333,37	0,00	537.156,57D
7.1.2.3	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	216.823,20D	320.333,37	0,00	537.156,57D
7.1.2.3.1	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	216.823,20D	320.333,37	0,00	537.156,57D
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVIÇOS	58.934,64D	159.168,18	0,00	218.102,82D
7.1.2.3.1.04	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	157.888,56D	161.165,19	0,00	319.053,75D
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00D	4.902.136,27	0,00	4.902.136,27D
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00D	4.902.136,27	0,00	4.902.136,27D
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00D	4.902.136,27	0,00	4.902.136,27D
7.9	OUTROS CONTROLES	0,00D	8.200,56	2.683,41	5.517,15D
7.9.1	RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00D	8.200,56	2.683,41	5.517,15D
7.9.1.2	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00D	8.200,56	2.683,41	5.517,15D
7.9.1.2.1	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	0,00D	8.200,56	2.683,41	5.517,15D
8	CONTROLES CREDORES	216.823,20C	15.325.930,41	20.553.917,20	5.444.809,99C

Sistema Contábil - Betha Sistemas, Usuário: JOELMA, Emissão: 08/12/2023, às 15:30:13, Protocolo: 40c8e328-d928-4ea5-8ced-5eff05db1e4b



CÂMARA MUNICIPAL CAMPOS NOVOS

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL CAMPOS NOVOS

Parâmetros: Data Final: 30/11/2023; Data Inicial: 01/01/2023; Entidades: [{"valor":"","descricao":"","Câmara Municipal Campos Novos"}]; Consolidado: N; Exercício: 2023; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Assinatura: {"valor":"","7178","descricao":"","TC 28"}; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 29 de 16/10/2023 12:48:51

Página: 8 / 8

Exercício de 2023

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
	JOELMA F. FAÉ ASSESSORA CONTÁBIL - CRC 26419/O-6				
	JOÃO BATISTA RAMOS DE ALMEIDA PRESIDENTE DA MESA				

Canelinha

PREFEITURA

4189/2023

Publicação Nº 5410073

LEI Nº. 4189, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de CANELINHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Canelinha, para o exercício de 2024, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2022/2025;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2023 e 2024, de que trata o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterà ainda:

I – Demonstrativo I – Metas Anuais;

II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VII – Demonstrativo da Evolução da Receita;

VIII – Demonstrativo da Evolução da Despesa;

IX – Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

X – Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;

XI – Anexo I.1 – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII – Anexo 1.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

XIII – Anexo II.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV – Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV – Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI – Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII – Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2023

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendido;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2005.

§ 2º. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, Fundação, Autarquia e o Fundo da Saúde, Fundo da Assistência Social, Fundo da Infância e da Adolescência, Fundo da Defesa Civil e Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único. O projeto de Lei Orçamentária de 2024 conterá reservas específicas para atender as demandas individuais impositivas do Legislativo Municipal, em montante correspondente ao previsto no art. 108-A da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seu Fundo, Fundação, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 219/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº.8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no artigo 14 da LRF; (artigo 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; (artigo 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no (artigo 22 da Lei 4.320/64);

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (artigo 165, § 5º da CF).

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (artigo 5º, I da LRF).

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2024 (artigo III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; (artigo 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2024; (artigo 4º, § 1º e 9º da LRF).

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2024; (artigo 8º e 50, I da LRF).

§ 1º. O Orçamento da Fundação Hospitalar, do Serviço Municipal de Água, Infra-Estrutura e Saneamento - SEMAIS e o Fundo Municipal de Saúde que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do

Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência); (artigo 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2022, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência); (artigo 48 da LRF)

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2021 e 2022 e fixada para 2023 e previstas para 2024; (Princípio da Transparência. artigo 48 da LRF)

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência); (artigo 48 da LRF)

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2021 a 2022; (artigo 20 e 48 da LRF)

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (artigo 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (artigo 77 dos ADCT)

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/10/2022; (Princípio da Transparência); (artigo 48 da LRF)

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2021, 2022 e 2023; (Princípio da Transparência. artigo 48 da LRF).

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação 01.0500 – não vinculados de impostos do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2024 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo Fundação, Autarquia e seus Fundos. (artigo 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no artigo 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (artigo 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (artigo 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2024, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (artigo 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 4º, § 2º da LRF).

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII desta Lei. (artigo 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2023.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometido.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2024 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superior a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (artigo 5º, III da LRF)

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, artigo 5º, Portaria STN nº. 163/2001, artigo 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO VII. (artigo 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2024, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (artigo 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (artigo 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (artigo 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (artigo 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2024, constantes do ANEXO VIII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (artigo 4º, § 2º, V e artigo 14, I da LRF)

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (artigo 70, Parágrafo único da CF)

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (artigo 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (artigo 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO IX, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO X desta lei. (artigo 45, parágrafo único da LRF)

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (artigo 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2024, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 e constantes desta lei. (artigo 167, I da CF)

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (artigo 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (artigo 4º, I, "e" da LRF)

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo das Metas Fiscais e Financeiras da Despesa por Programas e Ações – ANEXO XI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2024, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (artigo 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (artigo 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta lei. (artigo 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2024 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 22, § único, V da LRF)

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Canelinha, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes. (artigo 14 da LRF)

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (artigo 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2023.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e contratos de qualquer natureza com o Governo Federal, Estadual e de outros municípios através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2024.

Art. 46. As emendas individuais parlamentares impositivas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA), de que trata o art. 108-A da Lei Orgânica do Município de Canelinha/SC serão aprovadas no limite de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo, no decorrer do exercício financeiro, promoverá a compatibilização da despesa prevista no caput deste artigo com a efetiva arrecadação da receita corrente líquida.

§ 2º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal prevista no Anexo de Metas Fiscais, parte do montante previsto no caput deste artigo poderá ser bloqueado para posterior pagamento.

Art. 47. No decorrer do exercício financeiro, se for verificado crescimento da receita corrente líquida em relação àquela estimada na LOA 2024, da diferença positiva deverá ser destinado 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) para o atendimento das emendas parlamentares impositivas.

§ 1º Até 10 de outubro de 2024, o Poder Executivo deverá informar à Câmara Municipal a reestimativa da receita corrente líquida com base nos 3 (três) primeiros trimestres do exercício.

§ 2º Constatado crescimento da receita corrente líquida, a Câmara Municipal definirá a destinação dos recursos e informará ao Poder Executivo até 31 de outubro de 2024.

§ 3º As execuções das emendas individuais parlamentares impositivas oriundas da reestimativa de receita serão obrigatoriamente executadas no respectivo exercício financeiro.

§ 4º O Prefeito Municipal, logo após a definição da Câmara Municipal sobre a destinação dos recursos, fará a abertura do crédito adicional correspondente por meio de decreto.

Art. 48. As emendas individuais parlamentares impositivas aprovadas pela Câmara Municipal constarão de anexo específico da LOA 2024 e conterão no mínimo:

I – O nome do beneficiário

II - O nome da emenda (objeto);

III - O nome do parlamentar proponente;

IV - O valor da emenda.

Parágrafo único. Fica estabelecido o limite de até 10 (dez) emendas por parlamentar, no valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada.

Art. 49. As emendas parlamentares impositivas destinarão:

I - No mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu limite para as funções de saúde;

II - Até 50% (cinquenta por cento) do seu limite para execução das demais funções.

Art. 50. As emendas individuais parlamentares impositivas apresentadas ao projeto da LOA 2024 poderão ser destinadas:

I - A órgãos e entidades da Administração Pública Municipal constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para execução de ações a serem definidas;

II - A entidades sem fins lucrativos, por meio de transferência voluntária, a título de cooperação para a execução de um objeto de interesse público.

§ 1º A transferência obrigatória do Município, para a execução da programação das emendas individuais parlamentares impositivas de que trata o art. 46 desta Lei, que tenham como beneficiárias entidades da Organização Civil, deverão apresentar o plano de trabalho em até 60 (sessenta) dias, após recebimento de notificação expedida pelo Poder Executivo, sendo que o não atendimento aos requisitos das legislações, ou aos prazos, impedirá a formalização do termo ou convênio.

§ 2º A transferência de recursos de que trata o inciso II do caput deste artigo será efetuada diretamente em conta bancária do beneficiário, devendo o Poder Executivo Municipal editar e publicar portaria discriminando os beneficiados e os valores a serem repassados.

Art. 51. O valor destinado a emenda individual parlamentar impositiva deverá ser suficiente para a execução do objeto proposto no exercício financeiro.

Art. 52. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, manterá em seu sítio eletrônico o acompanhamento da execução financeira das emendas individuais parlamentares impositivas constantes do orçamento anual.

Art. 53. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação referente às emendas individuais parlamentares impositivas constantes da LOA 2024.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, ao longo do exercício financeiro, às emendas individuais parlamentares impositivas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação e o pagamento.

§ 3º As emendas individuais parlamentares impositivas do exercício financeiro de 2024 deverão ser empenhadas, liquidadas e pagas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro trimestre, 25% (vinte e cinco por cento) no segundo trimestre, 25% (vinte e cinco por cento) no terceiro trimestre e 25% (vinte e cinco por cento) no quarto trimestre, respeitando as funções orçamentárias e os percentuais de que trata o art. 46 desta Lei.

Art. 54. Nos casos de impedimento de ordem técnica, no empenho da despesa que integre a programação, serão adotadas medidas de acordo com art. 108-A, § 6º, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Serão considerados impedimentos de ordem técnica:

I - a não indicação do beneficiário;

II - a não realização de ajustes do plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após a comunicação;

III - a desistência da proposta por parte do autor ou a não apresentação dela no prazo de 30 (trinta) dias após comunicação;

IV - a falta de razoabilidade do valor proposto, e a incompatibilidade com a função orçamentária;

V - a não aprovação do plano de trabalho apresentado; e

VI - outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º As emendas parlamentares impositivas serão analisadas pelos setores do Poder Executivo responsáveis pela sua execução e os possíveis impedimentos identificados serão comunicados ao Poder Legislativo para providências.

§ 3º Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida classificação da despesa, ou erros meramente formais, cabendo ao Poder Executivo sanar e realizar os ajustes necessários no orçamento, por meio de ato próprio ou créditos adicionais.

Art. 55. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canelinha (SC), 06 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito do Município

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 168/PMC/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/PMC/2023

Publicação Nº 5410395

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 168/PMC/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/PMC/2023 – Sistema de Registro de Preços

OBJETO: O presente Pregão Eletrônico tem por objeto, o registro de preços para eventual aquisição futura de materiais para confecção de grades para muros, janelas e portas, para atendimento das demandas da rede municipal de ensino do município, de acordo com especificações e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

DATA DE ABERTURA: 21 de dezembro de 2023, às 8h.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 08 de dezembro de 2023.

Fernanda Dias Jacintho
Secretária de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Juventude

Capinzal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 01/2023 AO CONTRATO Nº 07/2023

Publicação Nº 5409842

TERMO ADITIVO 01/2023
CONTRATO Nº 07/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023
DAS PARTES:

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/0001-29, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador Jairo Luiz Hofmann, inscrito no CPF sob nº 020.721.899-42, doravante simplesmente designada contratante.

CONTRATADA:

ENIO OLÍMPIO AZEVEDO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.202.830/0001-58, com sede à Rua dos Almeida, 90, centro, na cidade de Capinzal-SC, representada neste ato pelo seu Administrador Enio Olímpio Azevedo, inscrita no CPF sob número 446.841.299-53, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem alterar o contrato em epígrafe, da forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADIÇÃO CONTRATUAL

Acrescer, ao objeto do Contrato nº 07, de 2023, a quantidade de 25% cm/col, conforme planilha orçamentária abaixo:

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
01	600	cm/col	JORNAL O TEMPO	Contratação de empresa jornalística, com jornal semanal impresso, de circulação na cidade e região de Capinzal, para publicação de atos oficiais, Legislativos (Resumo dos Trabalhos das Sessões), matérias dos Vereadores Jovens do Poder Legislativo do Município de Capinzal e matérias da Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores de Capinzal. Observações: as publicações deverão ser na seguinte modalidade: a) Fonte: Times New Roman b) Tamanho: 10 c) Publicação em página indeterminada "preto e branco"	R\$ 13,10	R\$ 7.860,00
Total						R\$ 7.860,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo do termo aditivo é de 03 (três) meses, findando em 31/03/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

Funcional - 07 – Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores.

3.3.90.39.88.00.00.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda.

CLÁUSULA QUARTA A - DAS CLÁUSULAS ORIGINAIS DO CONTRATO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do contrato original, aqui não alteradas, e do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal, 07 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL
Vereador Jairo Luiz Hofmann
Presidente

ENIO OLÍMPIO AZEVEDO
Enio Olímpio Azevedo
Administrador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/27/2023**

Publicação N° 5409770

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C0111F85E4E93F423BE6254E3E22380F7047C37

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/27/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° CAO/0342/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C0111F85E4E93F423BE6254E3E22380F7047C37

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS (POR HORA TRABALHADA) RETROESCAVADEIRA, MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MINI CARREGADEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE ABERTURA: 21 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, N° 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL LICITACOES@SIMAECOA.SC.GOV.BR OU PELO SITE DO SIMAE WWW.SIMAECOA.SC.GOV.BR.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, N° 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DURANTE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE – 7H30MIN AS 11H30MIN E DAS 13H ÀS 17H

CAPINZAL/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANDRESSA JULY MANTOVANI
PREGOEIRA


Capivari de Baixo

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PR54/2023

Publicação Nº 5410193

Página: 1 / 3

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO CNPJ: 95.780.441/0001-60 Telefone: (48) 3621-4400 Endereço: R. Ernani Cotrin, 187 - Centro CEP: 88745-000 - Capivari de Baixo	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 54/2023
	Processo Adm.: 96/2023 Data do Processo: 31/10/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 96/2023
b) Nr. Licitação: 54/2023 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 13/11/2023
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC

Lote: 1

Participante: JOAO EDUARDO BOTECA EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Abraçadeira de Nylon 150mm X 3,6mm Branca - 100 unidades - 3,000	PCT	10,51	31,53	
2	Abraçadeira de Nylon 250mm X 4,5mm Branca - 100 unidades - 2,000	PCT	21,12	42,24	
3	Abraçadeira nylon 4,8x370mm (pct c/100) - Abraçadeira nylon 2,000	UN	36,315	72,63	
4	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - BASE PARA RELE FOTOELETRICO 100,000	UN	7,7352	773,52	
5	Cabo de cobre flexível PP 2x 2,5mm 1kv- Certificado Inmetro - Cabo 1.000,0	MT	4,0947	4.094,70	
6	Cabo de cobre paralelo flexível 2x 2,5mm - cor: branco. - Cabo de 1.000,0	MT	3,0735	3.073,50	
7	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA LED - CABO DE FORÇA PARA 100,000	MET	11,8025	1.180,25	
8	Cabo Pp 3x1,5 - Fio Flexível 3 Vias 1,5mm² - Cabo Pp 3x1,5 - Fio 300,000	MT	3,783	1.134,90	
9	Chave de comando 1x50A c/disjuntor - Chave de comando 1x50A 12,000	UN	189,7201	2.276,64	
10	Conector cunha tipo III 10-16mm - Conector cunha tipo III 10-150,000	UN	3,4879	523,18	
11	Conector perfurante derivação CDP70 - Conector perfurante 150,000	UN	7,1815	1.077,22	
12	CORDÃO LUMINOSO (VARAL) - CORDÃO LUMINOSO (VARAL) 4.000,0	MT	10,5419	42.167,60	
13	FIO PARALELO 2 X 1,5 MM - FIO PARALELO 2 X 1,5 MM 400,000	MT	1,9758	790,32	
14	Fita isolante preta - 20 metros. - Fita isolante preta - 20 metros. 50,000	UN	5,4526	272,63	
15	Lâmpada bulbo Led 9W 6500k - Lâmpada bulbo Led 9W 6500k 100,000	UN	5,5805	558,05	
16	Lâmpada LED tipo bolinha G45 2,5W - bocal E-27 - 220V - Lâmpada 3.000,0	UN	7,0415	21.124,50	
17	Mangueira Luminosa de LED 13mm 2 fios 3W/mt, 220v, 8.000,0	MT	9,6924	77.539,20	
18	Parafuso 10 mm com bucho - Com 100 unidades - Parafuso 10 mm 1,000	PCT	98,62	98,62	

Página: 2 / 3

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
19	Parafuso 6 mm com bucho - Com 100 unidades - Parafuso 6 mm com bucho - Com 100 unidades	1,000	PCT	31,12	31,12
20	PINO (PLUG TIPO FEMEA 2P 10A - PINO (PLUG TIPO FEMEA 2P 10A	10,000	UN	5,577	55,77
21	PINO (PLUG) MACHO 2P 10A - PINO (PLUG) MACHO 2P 10A	10,000	UN	3,408	34,08
22	PISCA PISCA CORTINA LED BRANCO 400 LAMPADAS, 220V - PISCA PISCA CORTINA LED BRANCO 400 LAMPADAS, 220V	20,000	UN	77,101	1.542,02
23	PISCA PISCA CASCATA LED BRANCO 400 LÂMPADAS, 220V - PISCA PISCA CASCATA LED BRANCO 400 LÂMPADAS, 220V	50,000	UN	89,6353	4.481,76
24	PISCA PISCA LED BRANCO COM 200 LED 8 FUNÇÕES, 220V - PISCA PISCA LED BRANCO COM 200 LED 8 FUNÇÕES, 220V	50,000	UN	45,3055	2.265,28
25	REFLETOR LED 50W COMPLETO - VERDE - REFLETOR LED 50W COMPLETO - VERDE	6,000	UN	52,5283	315,17
26	Rele fotoelétrico 1000W - Rele fotoelétrico 1000W	100,000	UN	19,4357	1.943,57
Total do Participante:				167.500,00	

Lote: 2**Participante: JOAO EDUARDO BOTEGA EIRELI**

27	1 - Mão de obra de instalação e retirada de 200 decorações de Natal em postes. - 1 - Mão de obra de instalação e retirada de 200 decorações de Natal em postes.	1,000	UN	11.096,96	11.096,96
28	2 - Mão de obra de instalação e retirada de varal luminoso na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, no seguinte trecho: início na esquina com a Rua Engenheiro Márcio Portela (esquina da Praça da Bandeira), com término na esquina com a Rua do Caçador Totalizando aproximadamente 600 metros de distância. - 2 - Mão de obra de instalação e retirada de varal luminoso na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, no seguinte trecho: início na esquina com a Rua Engenheiro Márcio Portela (esquina da Praça da Bandeira), com término na esquina com a Rua do Caçador Totalizando aproximadamente 600 metros de distância.	1,000	UN	11.100,80	11.100,80
29	3 - Mão de obra de instalação e retirada de varal luminoso na Rua Machado de Assis, no seguinte trecho: início na esquina com a Rua Santa Lúcia, com término na esquina com a Rua Carlos Chagas. Totalizando aproximadamente 600 metros de distância. - 3 - Mão de obra de instalação e retirada de varal luminoso na Rua Machado de Assis, no seguinte trecho: início na esquina com a Rua Santa Lúcia, com término na esquina com a Rua Carlos Chagas. Totalizando aproximadamente 600 metros de distância.	1,000	UN	11.100,80	11.100,80
30	4 - Mão de obra de instalação e retirada de varal luminoso na Rua João Rodrigues Martins, no seguinte trecho: Rua Nereu Ramos, com termino na esquina da Rua Monteiro Lobato. Totalizando Aproximadamente 500 metros de distância. - 4 - Mão de obra de instalação e retirada de varal luminoso na Rua João Rodrigues Martins, no seguinte trecho: Rua Nereu Ramos, com termino na esquina da Rua Monteiro Lobato. Totalizando Aproximadamente 500 metros de distância.	1,000	UN	8.563,84	8.563,84
31	5 - Mão de obra de instalação e retirada de pisca- pisca cascata led no elevador Brasilino Antônio Alves, compreendendo aproximadamente 100 metros. - 5 - Mão de obra de instalação e retirada de pisca- pisca cascata led no elevador Brasilino Antônio Alves, compreendendo aproximadamente 100 metros.	1,000	UN	2.379,20	2.379,20
32	6 - Mão de obra de instalação e retirada de Mangueira Luminosa de LE na faixa frontal do Ginásio Poliesportivo Juan Manoel dos Santos, compreendendo aproximadamente 200 metros. - 6 - Mão de obra de instalação e retirada de Mangueira Luminosa de LE na faixa frontal do Ginásio Poliesportivo Juan Manoel dos Santos, compreendendo aproximadamente 200 metros.	1,000	UN	4.758,40	4.758,40

Total do Participante: 49.000,00**Total Geral: 216.500,00**

Capivari de Baixo, 13/11/2102

MÁRCIA ROBERG CARGNIN

Assinatura do Responsável

Catanduvras

PREFEITURA

CONTRATO PMC Nº 0159/2023

Publicação Nº 5410011

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0159/2023
PROCESSO LICITATÓRIO PMC Nº 0154/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMC Nº 0009/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO CATANDUVAS - SC
CONTRATADA: L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA
CNPJ: 08.582.779/0001-02

Objeto: Inexigibilidade de licitação para contratação de licenciamento de sistema de software, plano Ligth + tabela orçamentária, pelo período de 12 (doze) meses, com acesso para dez (10) usuários à plataforma online, para referência de valores das peças de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, para veículos leves, médio, pesado, máquinas, motos e equipamentos.

Vigência do Contrato: 08/12/2023 à 08/12/2024

Valor Contratual: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Catanduvras – SC 08 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal de Catanduvras/SC

PE Nº 0062/2023

Publicação Nº 5411152

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0168/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0062/2023

O Município de Catanduvras – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2.651/2020, de 02/09/2020, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 21 de dezembro de 2023, Pregão Eletrônico para Registro de Preços para futura e eventual fornecimento de material gráfico para o exercício 2024, conforme informações constantes no Anexo "I". As propostas e demais documentos solicitados deverão ser encaminhados via Internet pelo site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da disputa das propostas classificadas se dará a partir das 08h40min do dia 21 de dezembro de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvras – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvras – SC, CEP 89670-000. Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.catanduvras.sc.gov.br, ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvras – SC, 08 de dezembro de 2023.

Código de Registro TCE/SC: B20C6E508C804261126684ACEBD860078E8F949A

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0118/2016

Publicação Nº 5410583

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0118/2016
TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, E A EMPRESA ELETROVISION ENGENHARIA ELETRICA LTDA ME, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2016).

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1435 - Centro, Catanduvras - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do RG nº 360.622 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 195.397.549-68, doravante denominada CONCEDENTE.
CONCESSIONÁRIA: ELETROVISION ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA ME, com sede no Distrito Industrial 02, Rua Antônio Luiz Johann, s/n,

Quadra 01, Lote 01, município de Catanduvas – SC, CEP: 89.670-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 26.260.898/0001-20, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Bernardo Zampieron Junior, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 09 de dezembro de 2016, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO a Cláusula Segunda – Dos Critérios para Atendimento ao Objeto, II;

CONSIDERANDO o previsto no decreto nº 2.672/2020, de nove de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Municipal 2.646/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo do contrato supramencionado até a decisão final do Processo Administrativo;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato conforme previsto na Lei Municipal nº 2.359/2012, alterada pela Lei Municipal nº 26.46/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo na Lei Municipal nº 2.672/2020, de 09 de novembro de 2020 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 08 de dezembro de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Testemunhas:

NOME:

CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0122/2016

Publicação Nº 5410588

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0122/2016

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, E A EMPRESA VISION ELETRICA E EMBALAGENS LTDA ME, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2016).

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1435 - Centro, Catanduvas - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do RG nº 360.622 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 195.397.549-68, doravante denominada CONCEDENTE.

CONCESSIONÁRIA: VISION ELÉTRICA E EMBALAGENS LTDA ME, com sede no Distrito Industrial 02, Rua Antônio Luiz Johann, s/n, Barracão, Sala 02, município de Catanduvas – SC, CEP: 89.670-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.776.929/0001-20, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Maicon Rodrigo Forchesatto, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 09 de dezembro de 2016, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO a Cláusula Segunda – Dos Critérios para Atendimento ao Objeto, II;

CONSIDERANDO o previsto no decreto nº 2.672/2020, de nove de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Municipal 2.646/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo do contrato supramencionado até a decisão final do Processo Administrativo;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato conforme previsto na Lei Municipal nº 2.359/2012, alterada pela Lei Municipal nº 26.46/2018, com novo prazo de vigência dia 28/07/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo na Lei Municipal nº 2.672/2020, de 09 de novembro de 2020 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 08 de dezembro de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Testemunhas:

NOME:

CPF:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0107/2022

Publicação Nº 5411282

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0107/2022

TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA NA E.E.B. AUGUSTINHO MARCON, NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA ZELAR CONSTRUTORA LTDA. (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0157/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2022).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portado do RG nº 360.622 e inscrito no CPF/MF sob o nº 195.397.549-68, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: ZELAR CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 27.856.626/0001-50, com sede na Rua Rosa Chiossi, nº 569, Bairro Jacob Biezu, no município de Concórdia – SC, CEP: 89.711-652, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. Anderson Renato Suhre Baptista, portador do RG nº 5.530.002 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 095.518.069-48, doravante denominada CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de dezembro de 2022.

CONSIDERANDO a justificativa da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a obra encontra-se em acabamentos finais, porém devido ao período constante de chuvas nos meses de outubro e novembro os serviços externos e partes dos serviços internos não puderam ser executados, onde podemos destacar, pinturas, pavimentações, jardinagem, entre outros.

CONSIDERANDO que a empresa encontra-se de forma regular perante as suas obrigações com a Legislação Federal, Estadual, Municipal Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato original em 60 (sessenta) dias, com novo prazo iniciando em 15 de dezembro de 2022 e findando em 15 de fevereiro de 2024;

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, § 1º, II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvás – SC, 08 de dezembro de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

Testemunhas:

NOME:

CPF:

TERMO DE FOMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO PMC Nº 160/2023 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 008/2023

Publicação Nº 5411193

TERMO DE FOMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO PMC nº 160/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 008/2023

TERMO DE FOMENTO E CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de direito público interno, com endereço à Rua Felipe Schmidt – nº 1435, CNPJ nº 82.939.414/0001-75, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº 02.228.940/0001-68, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 2836– Centro, de Catanduvás (SC), neste ato representado por MANOEL JOSÉ MEDEIROS, brasileiro, casado, presidente da associação, inscrito no CPF sob o nº 385.676.60119-04, residente e domiciliado em Catanduvás/SC, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Orçamentária Anual 2.791/2022 e na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante justificativa anexa mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O presente termo de fomento, nos termos do art. 31, inciso II, e art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, tem por objeto o repasse financeiro de recursos provenientes da Emenda Individual nº 22100001, relacionadas no Procedimento Administrativo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 0008/2023, conforme detalhado no Plano de Trabalho, anexo ao respectivo processo administrativo, que passa a integrar o presente Termo de Fomento para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DE REFERÊNCIA

2.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à INSTITUIÇÃO o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DESEMBOLSO

3.1 - O pagamento será efetuado em parcela única no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser repassado em até 10 (dez) dias da assinatura do presente termo. O valor repassado deverá ser utilizado pelo COLABORADOR conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho, e com vistas as despesas elencadas na justificativa da emenda individual.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO

4.1 - O presente termo terá vigência até 09 de fevereiro de 2023, podendo ser prorrogado, se necessário ao atendimento do interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e da ASSOCIAÇÃO, mediante requerimento expresso da entidade no prazo de 15 dias antes do término do prazo da parceria.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento vigente, conforme segue:

- Unidade – Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento.
- 4.4.50.00.00.00.00.00 - Transferências Advindas de Emenda Parlamentar
- Projeto Atividade 130

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES**6.1 – DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

6.1.1 - Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do termo de colaboração;

6.1.2 - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo;

6.1.3 - Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 13.019/2014 e Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

6.1.4 - Fornecer dados complementares à Prefeitura sempre que solicitado;

6.1.5 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

6.1.6 – Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no plano de trabalho, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

6.1.7 – Prestar contas dos valores recebidos, no prazo de 60 (sessenta) dias e contas finais dos recursos remanescentes em até 30 (trinta) dias do término da vigência da parceria.

6.1.8 - Dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

6.1.9 – Executar a parceria conforme consta da emenda individual, do plano de trabalho e documentos complementares.

6.2. - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.2.1 O presente termo terá como gestora responsável pela presente parceria a senhora Larissa Silva da Veiga, a qual terá as seguintes incumbências, conjuntamente com a comissão de Monitoramento:

6.2.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

6.2.3 - Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

6.2.4 - Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

6.3 – O Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará, por Portaria, Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual será composta por no mínimo um servidor do quadro da administração pública ocupante de cargo efetivo.

6.3.1 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá redigir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da execução do plano de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

7.2 – Arcar com as despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da ORGANIZAÇÃO no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da entidade, para:

I - finalidade diversa da estabelecida nas emendas impositivas;

II - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

III - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

IV - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei

específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

8.3 - Por ocasião de, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pela gestora da parceria e pela comissão de monitoramento e avaliação nomeada por decreto municipal ou portaria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.2 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.3 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

9.4 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por atos de negligência e declarações falsas dos quais decorram prejuízos para o Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento o objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo, no caso de prorrogação superior a um ano;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.4 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.5 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.6 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.7 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.8 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

10.9 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.2 - A inexecução total ou parcial do presente Termo enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

11.3 - A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

12.1 - advertência;

12.2 - suspensão temporária da participação em chamamento público e

impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.3 - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

12.4. A sanção estabelecida no item 12.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1 - Este Contrato poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas (SC), para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Integram este Termo, para todos os fins de direito, Plano de Trabalho, Justificativa, e demais documentos exigidos pela Lei federal n. 13.019/2014.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no setor de Controle Interno do Município.

Catanduvas, 08 de dezembro de 2023.

Município de Catanduvas (SC)
Dorival Ribeiro Dos Santos

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Manoel José Medeiros

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO Nº 008/2023

Publicação Nº 5411179

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO nº 008/2023

INTERESSADOS

- Municípios de Catanduvas (SC)

CNPJ: 82.939.414/0001-45

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE CATANDUVAS

CNPJ: 02.228.940/0001-68

OBJETO:

Celebração de Termo de Parceria entre o Município de Catanduvas/SC e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Catanduvas (SC), para o estabelecimento de ações de interesse público, mediante transferência de recursos financeiros, com o objetivo de fomentar as atividades desenvolvidas pela organização.

O repasse, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) é proveniente da emenda individual nº 22100001, do orçamento do Ministério da Economia. A emenda foi destinada para a recuperação/substituição da cobertura da sede da APAE, destruída durante uma chuva de granizo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, e art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014 c/c o Decreto Municipal nº 2.255/2017.

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Nº Emenda	Destinação	Valor
22100001	Investimento da recuperação/substituição da cobertura da sede da APAE, destruída durante uma chuva de granizo. Elemento de Despesa: 44.50	R\$ 200.000,00

PERÍODO: Dezembro de 2023 a Fevereiro de 2024, prorrogável, se for necessário.

TIPO DA PARCERIA: Termo de Fomento

JUSTIFICATIVA

Trata-se de repasse de recurso decorrente da Emenda Individual nº 22100001, proveniente de proposta cadastrada no sistema de convênios para investimento na recuperação/substituição da cobertura da sede institucional da APAE de Catanduvas. Os recursos são advindos do orçamento do Ministério da Economia.

Nesse diapasão, dispensa-se o chamamento público. A parceria será por meio de inexigibilidade mediante formalização do Termo de Fomento entre o Município de Catanduvas (SC) e a Organização da Sociedade Civil, nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014, que assim estabelece:

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...)

II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada na lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Outrossim, em atendimento ao art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se **devidamente autorizada por meio da Lei Orçamentária Anual (2.791/2022) e Decreto nº 2.255/2017.**

Nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de cinco dias a contar da publicação.

Publique-se a presente justificativa (art. 32, § 1º, da Lei 13.019/2014).

Catanduvas, 08 de dezembro de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS:19539754968
Assinado de forma digital por
DORIVAL RIBEIRO DOS
SANTOS:19539754968
Dados: 2023.12.08 12:49:52 -03'00'

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 96/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 26/2023

Publicação N° 5410142

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 96/2023
INEXIGIBILIDADE N. 26/2023

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO

Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos seguintes proponente:

Para o item 1, serviços de mão de obra de pedreiro: DIEGO RENGEL e ALCIDES VIEIRA;

Para o item 2, serviços de mão de obra de servente de pedreiro: DILVÂNIO FARIAS e CELSO ANGOLERI;

Dando início a Sessão, iniciou a Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que os mesmos apresentaram a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitados e credenciados: DIEGO RENGEL, ALCIDES VIEIRA, DILVÂNIO FARIAS e CELSO ANGOLERI. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitações, conforme preconiza o art. 74, inciso IV da Lei Federal n. 14.133/2021, declara credenciados os profissionais acima arrolados. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Chapadão do Lageado (SC), 08 de dezembro de 2023.

Comissão:

JAQUELINE FRANCISCO -- AGENTE DE CONTRATAÇÕES

ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA -- AGENTE DE CONTRATAÇÕES SUBSTITUTA

DANIELA SCHMIDT -- MEMBRO

ANA PAULA PAUL -- MEMBRO

DOUGLAS SCHMIDT -- SUPLENTE

LUANA PEREIRA -- SUPLENTE

ATA CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 97/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 27/2023

Publicação N° 5410367

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 97/2023
INEXIGIBILIDADE N. 27/2023

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO

Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos seguintes proponente:

Para o item 1, serviços de mão de obra de pedreiro: DIEGO RENGEL;

Para o item 2, serviços de mão de obra de servente de pedreiro: DILVÂNIO FARIAS;

Dando início a Sessão, iniciou a Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que os mesmos apresentaram a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitados e credenciados: DIEGO RENGEL e DILVÂNIO FARIAS. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitações, conforme preconiza o art. 74, inciso IV da Lei Federal n. 14.133/2021, declara credenciados os profissionais acima arrolados. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão,

cujas atas seguem assinadas pelos presentes.

Chapadão do Lageado (SC), 08 de dezembro de 2023.

Comissão:

JAQUELINE FRANCISCO -- AGENTE DE CONTRATAÇÕES

ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA -- AGENTE DE CONTRATAÇÕES SUBSTITUTA

DANIELA SCHMIDT -- MEMBRO

ANA PAULA PAUL -- MEMBRO

DOUGLAS SCHMIDT -- SUPLENTE

LUANA PEREIRA -- SUPLENTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 97/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 27/2023

Publicação N° 5410428

**MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO**

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 212 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 97 códigoCliente: 212 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Inexigibilidade
Para Contratação de serviços
27/2023****Processo Administrativo: 97/2023**

Ao Sr(a). ABEL DA SILVA tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria 359/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Inexigibilidade nº. 27/2023, o(s) participante(s):

34711 DILVANIA FARIAS					
Sem Lote					
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE SERVENTE DE PEDREIRO, PARA CONSTRUÇÃO DE MURO NA SEDE DA POLICIA MILITAR	SERV	120,00	R\$30,00	R\$3.600,00
4	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE DE PEDREIRO, PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC	HR	80,00	R\$30,00	R\$2.400,00
				Total do Fornecedor:	R\$6.000,00
35050 DIEGO RENGEL					
35050 DIEGO RENGEL					
Sem Lote					
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE PEDREIRO, PARA CONSTRUÇÃO DE MURO NA SEDE DA POLICIA MILITAR	SERV	120,00	R\$42,00	R\$5.040,00
3	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC	HR	80,00	R\$42,00	R\$3.360,00
				Total do Fornecedor:	R\$8.400,00
				Total Geral:	R\$14.400,00

Chapadão do Lageado, 8 de dezembro de 2023.

ABEL DA SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 488/2023

Publicação N° 5410579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 488/2023

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 12.09.2020 à 11.09.2021, a CRISTIANE SOTELI BETTOLY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 11.12.2023 à 09.01.2024, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de dezembro de 2023.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 013/2023

Publicação Nº 5410136

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 013/2023

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC

OBJETO – O presente Termo de Convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre o ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DO OESTE DE SANTA CATARINA – ADEVOSC e o MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, mediante cessão de 01 (um) servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para a prestação de serviços voltados a pessoas com deficiência visual e a seus familiares, com ônus de remuneração, encargos trabalhistas e previdenciários ao CEDENTE.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente Convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2024 e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 06 de dezembro de 2023 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Odete Rizzi Orsolin, Presidente do Cessionário.

DECRETO 46.429

Publicação Nº 5411821

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.429, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.***Dispõe sobre designação de servidor para exercer as funções de Leiloeiro e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 53 da Lei nº [8.666/93](#) e suas alterações posteriores e,

CONSIDERANDO o Decreto nº 46.370, de 21 de novembro de 2023 e, **CONSIDERANDO** o Memorando 1DOC nº 98.161/2023.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Designados, para exercerem as atribuições de Leiloeiros Administrativos, os servidores públicos municipais **RIQUELMO BEDIN FILHO**, matrícula nº 4546, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Administração e **GUILHERME TUSSI AYRES TORRES**, matrícula nº 91115, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, para o fim específico de proceder o Leilão Público nº 136/2023-FMS, em regime de cooperação, sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 2º Os Leiloeiros realizarão o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 14.133/21 e suas alterações e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004857** e o código CRC **B3BAC647**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001570-9

0004857v2

DECRETO 46.430

Publicação Nº 5411824

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.430, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023.***Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso nº 001/2022 e o Edital de Convocação nº 175/2023.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 08 de dezembro de 2023, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: EMILY BRENDA ALVES**CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO****GRUPO: GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES / SAU****CÓDIGO FUNCIONAL: 003512 - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO****CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS****SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004871** e o código CRC **8FDAD23F**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001486-9

0004871v2

DECRETO 46.431

Publicação Nº 5411825

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.431, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.***Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso nº 001/2022 e o Edital de Convocação nº 175/2023.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 08 de dezembro de 2023, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **LIDIANE BAUMGRATZ**

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES / SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 003512 - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004872** e o código CRC **AFF4F891**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001487-7

0004872v2

PORTARIA Nº 0004858

Publicação Nº 5411857

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004858/2023 - GAP.AGP.OGAB***Instaura Processo Administrativo Disciplinar Sumário.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei Complementar nº 617/18.

R E S O L V E:

I – Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, com afastamento, em face da servidora pública municipal, matrícula funcional nº 62889, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, para apurar denúncia em que supostamente deixou de deixar de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; de improbidade administrativa; de cometer incontinência pública ou conduta escandalosa, na repartição; conforme Memorando 1Doc nº 97.811/2023, Memorando 1Doc nº 97.804/2023, Cópia do BO nº 1071623/2023-BO00058.2023.0002881, extratos de cartão de débito, e demais documentos anexos.

II – Designar, de acordo com o artigo 45 da Lei Complementar nº 617, de 26 de março de 2018, os seguintes servidores públicos municipais para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar as responsabilidades que se refere o inciso I desta Portaria:

a) ROSANGELA FERRONATO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Governo e Inovação em Serviços Públicos, matrícula nº 3581 – Presidente.

b) SIMONE SALETE RIBOLI SONAGLIO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Governo e Inovação em Serviços Públicos, matrícula nº 26279 – Membro.

c) NADIESCA BERNARDY – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Governo e Inovação em Serviços Públicos, matrícula nº 55662 – Membro.

III – Determinar, como medida cautelar e a fim de que a servidora não venha a influir na instrução, de ofício, o afastamento do exercício do cargo a servidora pública municipal, matrícula funcional nº 62889, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

IV – Conceder prazo estabelecido no artigo 37 da Lei Complementar nº 617, de 26 de março de 2018, para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, com afastamento, disposto nesta Portaria.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004858** e o código CRC **5A721E98**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

PORTARIA Nº 0004863

Publicação Nº 5411888

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004863/2023 - GAP.AGP.OGAB***Designa defensor dativo para o Processo de Sindicância.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do Art. 77 da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar n.º 617, de 26 de março de 2018.

R E S O L V E:

I – Designar o(a) servidor(a) público(a) municipal **WILSON JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria de Governo e Inovação em Serviços Públicos, matrícula nº 14765, na qualidade de Defensor Dativo da servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Internos, matriculada sob o nº 68217, para acompanhar o Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria SEI nº 0003276, de 31 de outubro de 2023.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004863** e o código CRC **D67CD7BE**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001014-6

0004863v3

PORTARIA Nº 0004864

Publicação Nº 5411905

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004864/2023 - GAP.AGP.OGAB***Prorroga Portaria Municipal.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, e **CONSIDERANDO** o Processo SEI nº 23.0.000001485-0.

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 14 de dezembro de 2023, a Portaria SEI nº 0003273, de 31 de outubro de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, em face do servidor público municipal, matrícula funcional nº 93859, ocupante temporário de Professor Licenciatura Plena, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; de promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; de proceder de forma desidiosa; de constranger alguém com o intuito de obter vantagem de qualquer natureza, prevalecendo-se o agente da sua condição de servidor público ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função; de cometer incontinência pública ou conduta escandalosa, na repartição; conforme Memorando 1Doc nº 82.788/2023, Ofício SEDUC 383/2023, cópia de atas, Relatório Psicossocial Educacional, e demais documentos.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004864** e o código CRC **1BFB1327**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001011-1

0004864v4

PORTARIA Nº 0004865

Publicação Nº 5411911

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004865/2023 - GAP.AGP.OGAB***Prorroga Portaria Municipal.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018.

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 22 de novembro de 2023, a Portaria nº 13.487, de 30 de agosto de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, para apurar os fatos narrados na Notícia de Fato n. 01.2022.00041921-5, da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó e demais documentos.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004865** e o código CRC **B9687182**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000000954-7

0004865v2

PORTARIA Nº 0004866

Publicação Nº 5411930

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004866/2023 - GAP.AGP.OGAB***Prorroga Portaria Municipal.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018.

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 20 de dezembro de 2023, a Portaria SEI nº 0003277, de 31 de outubro de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, para apurar os fatos narrados no Atendimento IDoc n. 4.933/2023 da Ouvidoria Geral do Município, cópia de Receituário de Medicamentos, cópia de e-mail de 26 de setembro de 2023 encaminhado pela Direção Técnica da Secretaria de Saúde, e demais documentos em anexo.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004866** e o código CRC **6CDAA15E**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001013-8

0004866v2

PORTARIA Nº 0004868

Publicação Nº 5411932

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004868/2023 - GAP.AGP.OGAB***Prorroga Portaria Municipal.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018.

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de dezembro de 2023, a Portaria nº 14.257, de 19 de maio de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, em face da servidora pública municipal, matrícula funcional nº 55367, ocupante do cargo efetivo de Vigia, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público; deixou de guardar sigilo sobre assunto da repartição; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; deixou de tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores; deixou de utilizar os equipamentos de proteção individual fornecidos pela administração municipal; de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; de proceder de forma desidiosa; de constranger alguém com o intuito de obter vantagem de qualquer natureza, prevalecendo-se o agente da sua condição de servidor público ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função; de cometer insubordinação grave em serviço; conforme Memorando 1Doc n. 16.051/2023, cópia da ATA/DSP/2023, cópia da convocação datada de 27 de fevereiro de 2023, cópia do MEMO/DSP/CGP/09/2023, Memorando 1Doc nº 17.390/2023, e demais documentos.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004868** e o código CRC **BC0062F3**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001150-9

0004868v3

PORTARIA Nº 0004869

Publicação Nº 5411933

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004869/2023 - GAP.AGP.OGAB***Prorroga Portaria Municipal.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018.

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 10 de dezembro de 2023, a Portaria nº 14.466, de 01 de agosto de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, em face do servidor público municipal, matrícula funcional nº 40294, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado na Diretoria de Segurança Pública, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; de proceder de forma desidiosa; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; de cometer insubordinação grave em serviço; conforme Memorando 1Doc nº 26.971/2023, escala para o mês de abril de 2023, e demais documentos.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004869** e o código CRC **993D9EEF**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001149-5

0004869v2

PORTARIA Nº 0004870

Publicação Nº 5411934

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0004870/2023 - GAP.AGP.OGAB***Prorroga Portaria Municipal.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018..

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 13 de dezembro de 2023, a Portaria nº 14.258, de 19 de maio de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, em face do ex-servidor público municipal, matrícula funcional nº 80418, que ocupava o cargo efetivo de Médico, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; de proceder de forma desidiosa; de exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; de insubordinação grave em serviço; conforme Julgamento do Processo Administrativo de Estágio Probatório, instaurado pela Portaria nº 12.695, de 16 de agosto de 2022 e demais documentos.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 08/12/2023, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0004870** e o código CRC **C244F80C**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000000956-3

0004870v2

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N 695/23

Publicação Nº 5410460

DECRETO SAF/N. 695/23, de 06 de dezembro de 2023.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.748, de 14 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor total de R\$ 585.126,14 (quinhentos e oitenta e cinco mil cento e vinte e seis reais e quatorze centavos) para o exercício de 2023, com a seguinte descrição:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FAZENDA RIA E PLANEJAMENTO		
ÓRGÃO	5	
Manutenção da Secretaria Municipal de Gestão Adm., Fazendária e Planejamento	2.008	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.1.711.7000.5711	Aplicações Diretas	585.126,14

Total R\$ 585.126,14

Art. 2º A abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, se dá por conta do excesso de arrecadação na fonte de recursos 711 – Recursos de demais transferências obrigatórias não decorrentes de Repartições de Receitas, para despesas com pessoal da administração.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,SC, 06 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 696/23

Publicação Nº 5410463

DECRETO SAF/N. 696/23, de 06 de dezembro de 2023.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.748, de 14 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor total de R\$ 5.460.000,00 (cinco milhões quatrocentos e sessenta mil reais) para o exercício de 2023, com a seguinte descrição:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMNETO RURAL		
ÓRGÃO	16	
Pavimentação e Recuperação de vias e Eixos Estruturantes	1.010	
4.4.90.00.00.00.00.00.1.754.0000.5083	Aplicações Diretas	2.230.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00.1.754.000.5083	Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos	680.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FAZENDÁRIA E PLANEJAMENTO		
ÓRGÃO	5	
Aquisições e estruturação de áreas industriais	1.005	
4.4.90.00.00.00.00.00.1.754.0000.5083	Aplicações Diretas	2.550.000,00

Total R\$ 5.460.000,00

Art. 2º A abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, se dá por conta da operação de crédito com recursos FINISA, fonte de recursos 754 – Operações de Crédito Internas – Outros Programas, para aplicação em pavimentação da Rodovia dos Imigrantes e para Revitalização da Av. Fernando Furlan – Bairro Jardim Elizabeth e aquisição da “V área Industrial”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,SC, 06 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2023 – PMC

Publicação Nº 5410589

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC7B037E7D9A3CDBCF0A814DBC9B5197FC9C8F1D

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão Eletrônico Nº 92/2023 - PMC
Aquisição de bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de materiais para uso nas manutenções em diversos pontos de espaço público e vias sob responsabilidade da municipalidade, conforme descrições constantes nos anexos "A" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 08h00min do dia 22/12/2023.

Abertura: dia 22/12/2023 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 13h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Registrado no TCE com a chave: AC7B037E7D9A3CDBCF0A814DBC9B5197FC9C8F1D

Concórdia, SC, 8 de dezembro de 2023.

WAGNER LUIS BEE
Secretário Municipal de Gestão Urbana

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 139/2023

Publicação Nº 5410623

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 139/2023

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2022.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, em exercício, Sr. NEURI COMIN, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado(s):

Nº CPF	Nome	Cargo
***.370.249-**	ALESSANDRA BRINGHENTI	FISCAL SANITARISTA

O(s) candidato(s) acima relacionado(s) deverão, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste, apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido(s) de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme item 14.8 do Edital 2/2022.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na desclassificação automática, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado.

Concórdia, 08 de dezembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 140/2023

Publicação Nº 5410624

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 140/2023

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2020.

O Secretário Municipal de Administração deste Município, Sr. NEURI COMIN, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo

Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado(s):

Nº CPF	Nome	Cargo
***.964.439-**	REGIANE ACKERMANN SIEGA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
***.702.579-**	EMILLE VITORIA SCHIAVINI	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
***.572.929-**	ANDRESSA FIORENTIN DOS SANTOS	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
***.344.179-**	ANDRESSA CRISTIANE RAMILIO	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
***.762.539-**	ADRIANE PEDROZO DE ALMEIDA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
***.174.860-**	CARMEN LUCIA DA SILVA BITENCOURT	AUXILIAR DE BIBLIOTECA

O(s) candidato(s) acima relacionado(s) deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido(s) de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 13.8 do Edital 2/2020.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na desclassificação automática, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado.

Concórdia, 08 de dezembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 191/2023 - PMC

Publicação Nº 5413347

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 97C639714BD1C5F898F77C349F91E3B1B792741E

Contrato Nº : 191/2023

Aditivo Nº : 1TA Ctr 191/2023

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2023

Objeto : Contratação de empresa(s) em regime de empreitada por preços unitários para pavimentação asfáltica de diversas ruas, com recursos Próprios, Federais - Convênio 932181/2022 e Estadual - Emenda Impositiva 2052/2022, conforme item 11.5 do edital, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 10/07/2024 Término: 08/10/2024

Assinatura : 06/12/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 173/2021 - PMC

Publicação Nº 5413339

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 667EF9ECC58470C246E9444CEAC2E4AC2D71712C

Contrato Nº : 173/2021

Aditivo Nº : 6TA Ctr 173/2021

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2021

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia, para execução de obra de duplicação da Rua Tancredo de Almeida Neves, no regime de empreitada por preço unitário, com recursos estaduais oriundos do Programa 2021010410, Proposta SIGEF 25145, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 11/12/2023 Término: 16/12/2024

Assinatura : 04/12/2023

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 7º TA CONTRATO N° 173/2021 - PMC

Publicação N° 5413346

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CA1B4808A1F181F7C93262F5EF50EF19463F7667

Contrato N° : 173/2021

Aditivo N° : 7TA Ctr 173/2021

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2021

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia, para execução de obra de duplicação da Rua Tancredo de Almeida Neves, no regime de empreitada por preço unitário, com recursos estaduais oriundos do Programa 2021010410, Proposta SIGEF 25145, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 08/12/2023 Término: 16/12/2024

Assinatura : 08/12/2023

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 39/2023 – FMS

Publicação N° 5410524

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 33B62525C0D28E96C7302DA71C2732D4EA8B05E9

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 39/2023 – FMS

A Gestora do FMS, torna público que ratificou o ato do Senhor Leandro Boeira Zorzan, Diretor Administrativo e Financeiro, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08/12/2023, para a Contratação de empresas para prestação de serviços médicos profissionais, visando a realização do Programa Estadual de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, conforme Deliberação 70/CIB/2023, nos termos do edital de Credenciamento 05/2023 - FMS, a favor de HOSPITAL DE OLHOS DE CONCÓRDIA LTDA, no valor total de R\$ 1.486.322,45 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos) e NIEDERAUER CLINICA DE OLHOS HOSPITAL DIA LTDA, no valor total de R\$ 812.724,75 (oitocentos e doze mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos)

Código de Registro no TCE: 33B62525C0D28E96C7302DA71C2732D4EA8B05E9

LEIDE MARA BENDER

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 85/2023 - FMS

Publicação N° 5410521

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D51DC53168A496AA6902E5865611C9405C08BCE8

Contrato N° : 85/2023

Aditivo N° : Resc Ctr 85/2023

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FRANZOI SERVICOS MEDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 36/2023

Objeto : Credenciamento de pessoa jurídica visando a prestação de serviços médicos profissionais para o atendimento de necessidade imediata e momentânea, de excepcional interesse público, para auxílio às equipes de saúde do município, em conformidade com o Edital de Credenciamento 04/2023 - FMS.

Vigência : Início: 16/11/2023 Término: 06/12/2023

Assinatura : 06/12/2023

PORTARIA Nº 388/2023, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410288

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 388/2023, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nos Memorandos nºs. 10.000 e 10.004/2023, emitidos pela Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE :

Art. 1º Convocar os servidores, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, na forma abaixo:

I – ADRIANA CARLET, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 4 a 17 de dezembro de 2023;

II – FRANCIELE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 5 a 19 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de dezembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 390/2023, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410292

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 390/2023, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, e considerando:

- o Adendo nº 14/2023, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural – SEMUR;

- o Memorando 9.844/2023, com despacho emitido pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de dezembro de 2023, o Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento), concedido ao servidor ALDAIR DA SILVA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, pela Portaria nº 59/2021, de 19 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

PORTARIA 361/2023

Publicação N° 5410376

PORTARIA N° 361/2023

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR MARAFON, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas competências atribuídas pelo Decreto n° 297/2021 de 11 de agosto de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal FERNANDO LOTHARIO BECKER, ocupante do cargo de Diretor de Engenharia, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10/05/2022 a 09/05/2023 que serão gozadas a partir do dia 02/01/2024.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de dezembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2023.

RUDIMAR MARAFON
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA N° 362/2023

Publicação N° 5413344

PORTARIA N° 362/2023

“CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR MARAFON, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas competências atribuídas pelo Decreto n° 297/2021 de 11 de agosto de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Progressão por tempo de serviço, na ordem de 1% sobre o vencimento base, de acordo com o previsto no artigo 18 da Lei Complementar n. 92/2013 e artigo 19 da Lei Complementar n° 93/2013, ao servidor listado abaixo:

- Alan Fábio Favaretto (13460/2)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/12/2023.

Cordilheira Alta/SC, 11 de dezembro de 2023.

Registrada e publicada em data supra.

RUDIMAR MARAFON
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2023**

Publicação Nº 5413065

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2023

A Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 29, inciso II da Lei Orgânica e artigo 169 do regimento Interno convoca sessão extraordinária da Câmara de Vereadores para o dia 13 de dezembro de 2023 com início às 18h15min, a realizar-se no Plenário da Câmara de Vereadores, com a seguinte finalidade:

- Segunda votação do Projeto de Lei nº 18/2023 que dispõe sobre a revisão e atualização do PPA – Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Cordilheira Alta/SC.

Cordilheira Alta, SC 08 de dezembro de 2023.

Laura Maria Tecchio
Presidente do Legislativo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2023

Publicação Nº 5413066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2023

A Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 29, inciso II da Lei Orgânica e artigo 169 do regimento Interno convoca sessão extraordinária da Câmara de Vereadores para o dia 13 de dezembro de 2023 com início às 18h30min, a realizar-se no Plenário da Câmara de Vereadores, com a seguinte finalidade:

- Segunda votação do Projeto de Lei nº 19/2023 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro do ano de 2024, e dá outras providências.

Cordilheira Alta, SC 08 de dezembro de 2023.

Laura Maria Tecchio
Presidente do Legislativo

PORTARIA Nº 182/2023

Publicação Nº 5410686

PORTARIA Nº 182, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Concede Gratificação de Responsabilidade a servidora pública, para exercer as funções de fiscal de contrato e de formalização de demandas, no âmbito da Câmara Municipal de Cordilheira Alta – SC, até 31 de dezembro de 2024, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 1.359/2022, e;

Considerando a necessidade de designar agentes públicos para desempenho das funções essenciais;

Considerando o princípio da segregação de funções previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando que a Câmara Municipal possui apenas quatro servidores efetivos, dentre os quais um Procurador Legislativo e uma Contadora, os quais, em razão das atribuições de seus cargos, de assessoria jurídica e contábil respectivamente, não poderão exercer outras funções, tendo em vista o princípio da segregação de funções;

Considerando que a Câmara Municipal, então, possui apenas dois servidores efetivos disponíveis para exercer as demais funções essenciais previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

Considerando que a servidora Juliana Guaragni de Vargas, matriculada sob nº 6349/2, possui certificados de cursos de "Nova Lei de Licitações: Sanções ao fornecedor", e "Nova Lei de Licitações: modalidade e seleção de fornecedores", emitidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em conformidade com o inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

Considerando que o "caput" do art. 2º da Lei nº 1.359/2022 prevê que a Gratificação de Responsabilidade pode ser concedida na hipótese de ser designada atividade a servidor público além daquelas previstas para o cargo de que é titular;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação de Responsabilidade, na ordem de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo que ocupa, à servidora Juliana Guaragni de Vargas, matriculada sob nº 6349/2, com fundamento no art. 2º da Lei nº 1.359/2022, para, cumulativamente com suas atribuições originais, exercer, até 31 de dezembro de 2024:

I – a função de fiscal do contrato, nos processos licitatórios e de contratações diretas, dos contratos vigentes e dos contratos que vierem a ser realizados;

II – a formalização de demandas, mediante elaboração do documento de formalização de demanda.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 154, de 10 de julho de 2023.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta – SC, 08 de dezembro de 2023.

LAURA MARIA TECCHIO
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 183/2023

Publicação Nº 5410717

PORTARIA N.º 183, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede licença a servidora para tratamento de saúde, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei orgânica municipal,

Resolve:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora Simone Machado Deon, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de dezembro de 2023.

Art. 3º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Gabinete da Presidente, em 08 de dezembro de 2023.

Laura Maria Tecchio
Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº 184/2023

Publicação Nº 5410719

PORTARIA N.º 184, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede licença a servidora para tratamento de saúde, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei orgânica municipal,

Resolve:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dia de licença para tratamento de saúde a servidora Simone Machado Deon, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de dezembro de 2023.

Art. 3º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Gabinete da Presidente, em 08 de dezembro de 2023.

Laura Maria Tecchio
Presidente da Câmara de Vereadores

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.384/2023

Publicação Nº 5409905

PORTARIA Nº 10.384/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. CAMILLA LUIZA VON STEINKIRCH

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Médico ESF-ACT, da SRA. CAMILLA LUIZA VON STEINKIRCH, estipulado na Portaria nº 10.032/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de março de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CÉSAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 10.392/2023

Publicação Nº 5411341

PORTARIA Nº 10.392/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. CLEIDIMARA MARTINS

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. CLEIDIMARA MARTINS, estipulado na Portaria nº 9.073/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.393/2023

Publicação Nº 5411348

PORTARIA Nº 10.393/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. CLEVERTON FELIPE SICORA FERREIRA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, do SR. CLEVERTON FELIPE SICORA FERREIRA, estipulado na Portaria nº 9.074/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.394/2023

Publicação Nº 5411350

PORTARIA Nº 10.394/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. CRISTIANE MOREIRA DE MORAES

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Psicólogo, da SRA. CRISTIANE MOREIRA DE MORAES, estipulado na Portaria nº 10.228/2023, de 23 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CESAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 10.395/2023

Publicação Nº 5411353

PORTARIA Nº 10.395/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. DANIELE WACKERHAGE

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. DANIELE WACKERHAGE, estipulado na Portaria nº 10.159/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.396/2023

Publicação Nº 5411355

PORTARIA Nº 10.396/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. DEBORA BIANCA HAUFFE KUHL

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. DEBORA BIANCA HAUFFE KUHL, estipulado na Portaria nº 9.083/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.397/2023

Publicação Nº 5411357

PORTARIA Nº 10.397/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. DEBORA TREVISAN

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. DEBORA TREVISAN, estipulado na Portaria nº 10.060/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.398/2023

Publicação Nº 5411359

PORTARIA Nº 10.398/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. DENISE GREFFIN FERNANDES

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. DENISE GREFFIN FERNANDES, estipulado na Portaria nº 9.085/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.399/2023

Publicação Nº 5411361

PORTARIA Nº 10.399/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. EDUARDA PHILADELPHO

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. EDUARDA PHILADELPHO, estipulado na Portaria nº 9.086/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.400/2023

Publicação Nº 5411396

PORTARIA Nº 10.400/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. ELISLEIS GOMES SANTANA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Operador de Máquina (Retroescavadeira) - Act, do SR. ELISLEIS GOMES SANTANA, estipulado na Portaria nº 10.220/2023, de 10 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 10.401/2023

Publicação Nº 5411401

PORTARIA Nº 10.401/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ELIZETE VICENZI BEDIN

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. ELIZETE VICENZI BEDIN, estipulado na Portaria nº 9.089/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.402/2023

Publicação Nº 5411402

PORTARIA Nº 10.402/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. EMERSON GIOVANI KAMKE

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Operador de Escavadeira Hidráulica, do SR. EMERSON GIOVANI KAMKE, estipulado na Portaria nº 9.094/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 10.403/2023

Publicação Nº 5411408

PORTARIA Nº 10.403/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA.
FABIANA FERREIRA HAFEMANN

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. FABIANA FERREIRA HAFEMANN,

estipulado na Portaria nº 10.001/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.404/2023

Publicação Nº 5411409

PORTARIA Nº 10.404/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. FABIELI JUNGLES FIDELIS

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. FABIELI JUNGLES FIDELIS, estipulado na Portaria nº 10.002/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.405/2023

Publicação Nº 5411411

PORTARIA Nº 10.405/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. FRANCIELLE DE PAULA SOUZA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, da SRA. FRANCIELLE DE PAULA SOUZA, estipulado na Portaria nº 10.006/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.406/2023

Publicação Nº 5411414

PORTARIA Nº 10.406/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. FRANCISCO LIMA FERREIRA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, do SR. FRANCISCO LIMA FERREIRA, estipulado na Portaria nº 10.007/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.407/2023

Publicação Nº 5411415

PORTARIA Nº 10.407/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GABRIELI COSTA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. GABRIELI COSTA, estipulado na Portaria nº 10.009/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.408/2023

Publicação Nº 5411418

PORTARIA Nº 10.408/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GABY MORGANA SCHULZE

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. GABY MORGANA SCHULZE, estipulado na Portaria nº 10.013/2023, de 04 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CÉSAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 10.409/2023

Publicação Nº 5411420

PORTARIA Nº 10.409/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GESLAINE PRICILA BUCCI PADILHA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. GESLAINE PRICILA BUCCI PADILHA, estipulado na Portaria nº 10.244/2023, de 07 de novembro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.411/2023

Publicação Nº 5409724

PORTARIA Nº 10.411/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº088/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato nº 088/2022, o senhor PETTER ALEXANDER KINTZEL, matrícula funcional nº 15128-01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, cujo o objeto visa NA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTES PARA RECEBER OS KITS DE TRANSPOSIÇÃO DA DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos e demais anexos que fazem parte integrante deste processo.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de julho de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

VERISSIMO JOSÉ GARCIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL

PETTER ALEXANDER KINTZEL
FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA Nº 10.412/2023

Publicação Nº 5409728

PORTARIA Nº 10.412/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2023.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução da Ata de Registro de Preços nº 088/2023, o senhor JOEL BIANCHINI, matrícula funcional nº 6268-2, ocupante do cargo de Gerente de Obras e Serviços Públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo o objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO PARA REALIZAR MANUTENÇÕES NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, SOB DEMANDA, conforme especificações e quantidades constantes do termo de referência e ANEXO I - quantitativo.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA INTERINO

JOEL BIANCHINI
FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 10.413/2023

Publicação Nº 5411422

PORTARIA Nº 10.413/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GLORIA DE FÁTIMA GRESCHCHEM

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, da SRA. GLORIA DE FÁTIMA GRES-CHECHEM, estipulado na Portaria nº 10.035/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.414/2023

Publicação Nº 5411426

PORTARIA Nº 10.414/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. IRACILDA KOHLS

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, da SRA. IRACILDA KOHLS, estipulado na Portaria nº 10.040/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.415/2023

Publicação Nº 5411428

PORTARIA Nº 10.415/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. IRENE MARIA KARCHIMARSKI KAS-MARSKI

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. IRENE MARIA KARCHIMARSKI, estipulado na Portaria nº 10.141/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.416/2023

Publicação Nº 5411430

PORTARIA Nº 10.416/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ISABELA SCHIESSL KOPSCH

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. ISABELA SCHIESSL KOPSCH, estipulado na Portaria nº 10.043/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.417/2023

Publicação Nº 5411432

PORTARIA Nº 10.417 /2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. IVO KARCHIMARSKY

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, do SR. IVO KARCHIMARSKY, estipulado na Portaria nº 10.046/2023, de 31 d de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 10.418/2023

Publicação Nº 5411435

PORTARIA Nº 10.418/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. JACKSON FELIPE DE SOUZA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, do SR. JACKSON FELIPE DE SOUZA, estipulado na Portaria nº 10.047/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.419/2023

Publicação Nº 5411439

PORTARIA Nº 10.419/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. JAMILTON TEUBER

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, do SR. JAMILTON TEUBER, estipulado na Portaria nº 10.048/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.420/2023

Publicação Nº 5411443

PORTARIA Nº 10.420/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. JASMINE BURGER

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. JASMINE BURGER, estipulado na Portaria nº 10.050/2023, de 05 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.421/2023

Publicação Nº 5411444

PORTARIA Nº 10.421/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. JORDANA ELAINE SILVA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. JORDANA ELAINE SILVA, estipulado na Portaria nº 10.077/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

LORIANO ROGÉRIO COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

PORTARIA Nº 10.422/2023

Publicação Nº 5411449

PORTARIA Nº 10.422/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. JULIA CAROLINE HECK

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. JULIA CAROLINE HECK, estipulado na Portaria nº 10.081/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.423/2023

Publicação Nº 5411446

PORTARIA Nº 10.423/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. JULIA DA CRUZ HAFEMANN

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. JULIA DA CRUZ HAFEMANN, estipulado na Portaria nº 10.082/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de março de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

HEINS GERHARD KOPSCH
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 10.424/2023

Publicação Nº 5411451

PORTARIA Nº 10.424/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA.
JULYA ALEXANDRA DOS SANTOS

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. JULYA ALEXANDRA DOS SANTOS, estipulado na Portaria nº 10.085/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 24 de janeiro de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

HEINS GERHARD KOPSCH
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 10.425/2023

Publicação Nº 5411453

PORTARIA Nº 10.425/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. KASSIA RAYANE DOS SANTOS SILVA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. KASSIA RAYANE DOS SANTOS SILVA, estipulado na Portaria nº 10.088/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.426/2023

Publicação Nº 5411455

PORTARIA Nº 10.426/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA.
KATHLYN DANIELE DA SILVA CARVALHO TERNOSKI ROTHSA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. KATHLYN DANIELE DA SILVA CARVALHO TERNOSKI ROTHSA, estipulado na Portaria nº 10.089/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

LORIANO ROGÉRIO COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

PORTARIA Nº 10.427/2023

Publicação Nº 5411462

PORTARIA Nº 10.427/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. KATRINY BALANITA DE OLIVEIRA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. KATRINY BALANITA DE OLIVEIRA, estipulado na Portaria nº 10.090/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.428/2023

Publicação Nº 5411474

PORTARIA Nº 10.428/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. KELLI MARIANE CUNHA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Agente Comunitário-Act, da SRA. KELLI MARIANE CUNHA, estipulado na Portaria nº 10.091/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CESAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 10.429/2023

Publicação Nº 5411504

PORTARIA Nº 10.429/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. KET LAINE STREHLOW

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. KET LAINE STREHLOW, estipulado na Portaria nº 10.092/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.430/2023

Publicação Nº 5411507

PORTARIA Nº 10.430/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. KÉTORA MARTINS DA COSTA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. KÉTORA MARTINS DA COSTA, estipulado na Portaria nº 10.066/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.431/2023

Publicação Nº 5411519

PORTARIA Nº 10.431/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. LETICIA RECH DA ROSA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. LETICIA RECH DA ROSA, estipulado na Portaria nº 10.098/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.432/2023

Publicação Nº 5411520

PORTARIA Nº 10.432/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. LUANA FREIRE ENGELMANN DA CRUZ

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. LUANA FREIRE ENGELMANN DA CRUZ, estipulado na Portaria nº 10.103/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.433/2023

Publicação Nº 5411525

PORTARIA Nº 10.433/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. LUANA PAHOLSKY

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. LUANA PAHOLSKY, estipulado na Portaria nº 10.105/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.434/2023

Publicação Nº 5411533

PORTARIA Nº 10.434/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. LUCIANE APARECIDA MÜLLER

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. LUCIANE APARECIDA MÜLLER, estipulado na Portaria nº 10.107/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CÉSAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 10.435/2023

Publicação Nº 5411536

PORTARIA Nº 10.435/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. LUZIANE RAMOS DE LIMA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. LUZIANE RAMOS DE LIMA, estipulado na Portaria nº 10.112/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.436/2023

Publicação Nº 5411543

PORTARIA Nº 10.436/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. MARCIA APARECIDA GALANTE DE CARVALHO

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Agente Comunitário-Act, da SRA. MARCIA APARECIDA GALANTE DE CARVALHO, estipulado na Portaria nº 10.118/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CESAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 10.437/2023

Publicação Nº 5411546

PORTARIA Nº 10.437/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. MARCIO PAUST

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Motorista, do SR. MARCIO PAUST, estipulado na Portaria nº 10.122/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 10.438/2023

Publicação Nº 5411552

PORTARIA Nº 10.438/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. MARI DE JESUS DUARTE PEREIRA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Técnico em Enfermagem-ESF, da SRA. MARI DE JESUS DUARTE

PEREIRA, estipulado na Portaria nº 10.125/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CÉSAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 10.439/2023

Publicação Nº 5411556

PORTARIA Nº 10.439/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. MARIA EDUARDA DOS SANTOS CILU-SINSKY

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. MARIA EDUARDA DOS SANTOS CILU-SINSKY, estipulado na Portaria nº 10.129/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.440/2023

Publicação Nº 5411560

PORTARIA Nº 10.440/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. MARLENE TEIXEIRA PADILHA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, da SRA. MARLENE TEIXEIRA PADILHA, estipulado na Portaria nº 10.133/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CÉSAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 10.441/2023

Publicação Nº 5411561

PORTARIA Nº 10.441/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. MAURI FONTANA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, do SR. MAURI FONTANA, estipulado na Portaria nº 10.134/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de março de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 10.442/2023

Publicação Nº 5411563

PORTARIA Nº 10.442/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. NAIARA CRISTINA GONÇALVES

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. NAIARA CRISTINA GONÇALVES, estipulado na Portaria nº 10.140/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.443/2023

Publicação Nº 5411577

PORTARIA Nº 10.443/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. NATALY CAROLINE DE PAULA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. NATALY CAROLINE DE PAULA, estipulado na Portaria nº 9.015/2023, de 29 de setembro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CÍCERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.444/2023

Publicação Nº 5411579

PORTARIA Nº 10.444/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. PAMELA TERRAS

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.
RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. PAMELA TERRAS, estipulado na Portaria nº 10.147/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CÍCERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.445/2023

Publicação Nº 5411583

PORTARIA Nº 10.445/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. PAOLA CIBELE DA SILVA SZEZECH

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.
RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. PAOLA CIBELE DA SILVA SZEZECH, estipulado na Portaria nº 10.148/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CÍCERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.446/2023

Publicação Nº 5410868

PORTARIA Nº 10.446/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº054/2023

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato nº 054/2023, o senhor PETTER ALEXANDER KINTZEL, matrícula funcional nº 15128-01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, cujo o objeto visa a RECONSTRUÇÃO DA PONTE TIFA DOS MILHÕES, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos e demais anexos que fazem parte integrante deste processo, de acordo com o Processo nº59053.009871/2023-11 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

VERISSIMO JOSÉ GARCIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL

PETTER ALEXANDER KINTZEL
FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA Nº 10.447/2023

Publicação Nº 5411584

PORTARIA Nº 10.447/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. PAULA LAIZA GARCIA GAVRON

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. PAULA LAIZA GARCIA GAVRON, estipulado na Portaria nº 10.150/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.448/2023

Publicação Nº 5411589

PORTARIA Nº 10.448/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. POLIANA TEREZINHA FOSSILE

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. POLIANA TEREZINHA FOSSILE, estipulado na Portaria nº 10.152/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.449/2023

Publicação Nº 5411592

PORTARIA Nº 10.449/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. RAQUEL DA SILVA PACHECO

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. RAQUEL DA SILVA PACHECO, estipulado na Portaria nº 10.155/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.450/2023

Publicação Nº 5411595

PORTARIA Nº 10.450/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. RENATA RIBAS ALVES

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. RENATA RIBAS ALVES, estipulado na Portaria nº 10.157/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.451/2023

Publicação Nº 5411597

PORTARIA Nº 10.451/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. RICARDO GABRIEL CASTEDO NAKAMURA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, do SR. RICARDO GABRIEL CASTEDO NAKAMURA, estipulado na Portaria nº 10.159/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

LORIANO ROGÉRIO COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

PORTARIA Nº 10.452/2023

Publicação Nº 5411600

PORTARIA Nº 10.452/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ROSA DE LIMA SILVA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. ROSA DE LIMA SILVA, estipulado na Portaria nº 10.162/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 10.453/2023

Publicação Nº 5411627

PORTARIA Nº 10.453/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ROSEMARI STOCK DE LIMA

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Técnico em Enfermagem-ESF, da SRA. ROSEMARI STOCK DE LIMA, estipulado na Portaria nº 10.172/2023, de 06 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do

serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

CÉSAR ANTONIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 10.454/2023

Publicação Nº 5411671

PORTARIA Nº 10.454/2023

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ROSEMERI MARQUARDT

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, da SRA. ROSEMERI MARQUARDT, estipulado na Portaria nº 10.169/2023, de 09 de outubro de 2023, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 15 de maio de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor somente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de dezembro de 2023

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 109-2023

Publicação N° 5409755

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1C0D7C462EF03E3218E2C0B07E0DAE5E5A65A41A

EXTRATO DO CONTRATO N° 109/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 110/2023
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 4/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.
CONTRATADA: POLO PUBLICIDADE LTDA, CNPJ N°:10.251.355/0001-07
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
ESTIMATIVA DE GASTOS ANUAIS: R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)
AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÕES PODEM SER OBTIDAS NO SITE CUNHAPORA.ATENDE.NET
07/12/2023, CUNHA PORÃ, SANTA CATARINA.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

EXTRATO RESCISÃO AO CONTRATO 84-2021

Publicação N° 5410349

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9DF9091248511E12D18BEA5211C50327A53E98F6

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 4 – RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO N° 84/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 361/2021
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAR E EXECUTAR A CRIAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.
PRIMEIRO DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
SEGUNDA DISTRATANTE: POLO PUBLICIDADE LTDA, CNPJ N°:10.251.355/0001-07
DATA DA RESCISÃO: 08/12/2023
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 79, II, LEI 8.666/93.
INFORMAÇÕES PODEM SER OBTIDAS NO SITE CUNHAPORA.ATENDE.NET
08/12/2023, CUNHA PORÃ, SANTA CATARINA.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 142-2022

Publicação N° 5410384

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 221B84377C06F9BBF8C39433E58AF245E9DACD5F

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 3
CONTRATO N° 142/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 305/2022
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N° 28/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PROFISSIONAL IONE CORTESE PARA MINISTRAR TREINAMENTO, COM O TEMA "ACADEMIA DE LÍDERES", PARA OS SECRE-TÁRIOS E DIRETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC
CONTRATADA: A. SANTIN TREINAMENTO PROFISSIONAL, CNPJ N°:26.147.167/0001-73
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
VIGÊNCIA: ATÉ 10/03/2024
AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.
INFORMAÇÕES PODEM SER OBTIDAS NO SITE CUNHAPORA.ATENDE.NET
08/12/2023, CUNHA PORÃ, SANTA CATARINA.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 521, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5411164

PORTARIA N° 521, de 08 de dezembro de 2023.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL FABIANO DÖRN E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, de 30 (trinta) dias a partir de 11 de dezembro de 2023 até 09 de Janeiro de 2024, ao servidor Municipal FABIANO DÖRN, matrícula nº 44229-1, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 06.06.2016 A 05.06.2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 08 de dezembro de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 191/2023

Publicação Nº 5402145

PORTARIA Nº 191/2023, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

Regulamenta a Concessão de Férias à Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a Concessão de Férias a Servidores Públicos Municipais, estabelecendo o nome do servidor, o período aquisitivo e o período de gozo dos servidores municipais ocupante do cargo de provimento efetivo conforme segue:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
CLAUCIA KERBES WARKEN	15/12/2021 A 14/12/2022	11/12/2023 A 09/01/2024	30
EDI OLINDA SCHAFFER RITTER	04/07/2022 A 03/07/2023	11/12/2023 A 30/12/2023 1/3 Abono Pecuniário	20
JORNEI GERSON RITTER	04/07/2022 A 03/07/2023	11/12/2023 A 30/12/2023 1/3 Abono Pecuniário	20
GIANINA AMABILE WEBER	21/12/2020 A 20/12/2021	13/12/2023 A 11/01/2024	30
FABRICIA MARIA GRAF MUNZLINGER	10/02/2022 A 09/02/2023	14/12/2023 A 12/01/2024	30
CASPAR BOTH	07/04/2022 A 06/04/2023	14/12/2023 A 02/01/2024 1/3 Abono Pecuniário	20
IVANIO SCHWERTZ	15/12/2022 A 14/12/2023	14/12/2023 A 02/01/2024	20

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 06 de dezembro de 2023.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique -se.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Curitibanos

PREFEITURA

ADITIVO Nº 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 432/2023

Publicação Nº 5408617

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F68F1C63B020C93D54D2EA01D28E7BEC95FA273B

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 432/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 432/2023 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA, REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 173/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 432/2023, alterando a cláusula do contrato original, que estabelece o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO JOSÉ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência até 20/02/2024 e o prazo de execução até 27/01/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelos materiais e serviços aditivados, o município pagará a mais o valor de R\$ 19.932,27 (dezenove mil novecentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos). O aditivo de prazo se faz necessário devido a alguns itens que não estavam previstos inicialmente como: geotextil não tecido, cabo de cobre flexível isolado, eletroduto corrugado, mureta de contenção, fabricação de forma para lajes, impermeabilização, plantio de grama e escada de concreto. Conforme justificativa da secretaria de planejamento

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITIVO: 15 DIAS

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.
Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município



ADITIVO N° 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 279/2023

Publicação N° 5408609

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 746A7A9B4680A310B6B33E85CECC57D1BD273483

TERMO ADITIVO N° 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 279/2023

TERMO ADITIVO N° 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 279/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E B&P - CONSTRUTORA EIRELI, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS N° 46/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato n° 279/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Referente a Praça anexa ao Estádio Wilmar Ortigari

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até 16/03/2024 e de execução para 26/02/2024.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o municipio pagará a mais o valor de R\$ 33.426,50 (trinta e tres mil quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos). A solicitação se faz necessaria devido a necessidade de alguns itens não previstos no contrato inicial como: lastro, geotextil não tecido, execução e compactação de base ou sub base para paviemntação, dreno subsuperficial e conjunto de traves, conforme justificativa da secretaria do planejamento em anexo.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato N° 279/2023, na forma do que autoriza o parágrafo 1º. Do Art.65 da Lei Federal N°. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

B&P - CONSTRUTORA EIRELI
Representante Legal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: O presente termo aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°. 8.666/93 e suas alterações, pelo que, de acordo com o Art. 38, parágrafo único da referida lei, o dou como aprovado.
Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 281/2023

Publicação Nº 5408611

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F5CF91121EA777C335DC6DB52549D17B1898BADC

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 281/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 281/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E B&P - CONSTRUTORA EIRELI, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 281/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Referente a Praça Bairro Bom Jesus

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até 16/03/2024 e de execução para 26/02/2024.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o município pagará a mais o valor de R\$ 25.142,49 (vinte e cinco mil cento e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos). A solicitação se faz necessária devido a necessidade de nivelar o terreno ao redor do campo de futebol em execução, a fim de evitar o acúmulo de águas pluviais, conforme justificativa da secretaria do planejamento em anexo.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato Nº 281/2023, na forma do que autoriza o parágrafo 1º. Do Art.65 da Lei Federal Nº. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

B&P - CONSTRUTORA EIRELI
Representante Legal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: O presente termo aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações, pelo que, de acordo com o Art. 38, parágrafo único da referida lei, o dou como aprovado.
Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO N° 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 282/2023

Publicação N° 5408612

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 84D9A15C7A7271410B5570CFE31AA60EF2AABEC6

TERMO ADITIVO N° 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 282/2023

TERMO ADITIVO N° 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 282/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E B&P - CONSTRUTORA EIRELI, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS N° 46/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato n° 282/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Referente a Praça Bairro Getulio Vargas

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até 16/03/2024 e de execução para 26/02/2024.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o município pagará a mais o valor de R\$ 31.984,44 (trinta e um mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). A solicitação se faz necessaria devido a necessidade de alguns itens não previstos no contrato inicial como: lastro, geotextil não tecido, execução e compactação de base ou sub base para pavimentação, dreno subsuperficial e conjunto de traves, conforme justificativa da secretaria do planejamento em anexo.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato N° 282/2023, na forma do que autoriza o parágrafo 1º. Do Art.65 da Lei Federal N°. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

B&P - CONSTRUTORA EIRELI
Representante Legal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: O presente termo aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°. 8.666/93 e suas alterações, pelo que, de acordo com o Art. 38, parágrafo único da referida lei, o dou como aprovado.
Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 387/2022

Publicação Nº 5408599

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C3648862B23518852D9BDC0E584BFBEE49A0B5C

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 387/2022

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 387/2022 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E RIBEIRO E MAFRA SERVIÇOS LTDA, REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 212/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 387/2022, alterando a cláusula do contrato original, que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI VIGENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NÃO DESONERADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o Município pagará a mais o valor de R\$ 1.316,25 (mil trezentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), conforme justificativa anexa.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

RIBEIRO E MAFRA SERVIÇOS LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 2 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 214/2023

Publicação Nº 5408602

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F7FE8381B43CBB021BDF2650C16795EE05553C98

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 214/2023

TERMO ADITIVO Nº 2 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 214/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 214/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE BAIXO CUSTO, NO BAIRRO UNIVERSITARIO, ÁGUA SANTA, BOM JESUS, SÃO JOSE E SÃO LUIZ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO. **(RUA CEL. VIDAL RAMOS)**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica estabelecida a execução do contrato até 14/02/2024 e vigência contratual até 09/03/2024.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o municipio pagará a mais o valor de R\$ 25.885,41 (vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), a solicitação se justifica devido ao período excessivo de chuvas que acarretaram em erosões e serviço de drenagem, conforme justificativa da Secretaria do Planejamento.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 2 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2023

Publicação Nº 5408603

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 44430A1E5453AE96305E4D62C3F67A3C92D88295

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2023

TERMO ADITIVO Nº 2 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E COMÉRCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2023.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 215/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE BAIXO CUSTO, NO BAIRRO UNIVERSITARIO, ÁGUA SANTA, BOM JESUS, SÃO JOSE E SÃO LUIZ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO (RUA IVO DO ESPIRITO SANTO).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica estabelecida a execução do contrato até 14/02/2024 e vigência contratual até 09/03/2024.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o município pagará a mais o valor de R\$ 31.092,14 (trinta e um mil e noventa e dois reais e quatorze centavos), a solicitação se justifica devido ao período excessivo de chuvas que acarretaram em erosões e serviço de drenagem, conforme justificativa da Secretaria do Planejamento.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

COMÉRCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérton Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 2 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/2023

Publicação Nº 5408605

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8DFBC1B5AC2D49204D0854BC25406C3267010004

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/2023

TERMO ADITIVO Nº 2 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No 216/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2023.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 216/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE BAIXO CUSTO, NO BAIRRO UNIVERSITARIO, ÁGUA SANTA, BOM JESUS, SÃO JOSE E SÃO LUIZ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO. **(RUA HUMBERTO DE MATIAS)**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica estabelecida a execução do contrato até 14/02/2024 e vigência contratual até 09/03/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o municipio pagará a mais o valor de R\$ 10.001,02 (dez mil e um reais e dois centavos), a solicitação se justifica devido ao período excessivo de chuvas que acarretaram em erosões e serviço de drenagem, conforme justificativa da Secretaria do Planejamento.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 2 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2023

Publicação Nº 5408606

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9B13D61F8DE684857AFB6357254E6B087E121540

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2023

TERMO ADITIVO Nº 2 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No 217/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 217/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE BAIXO CUSTO, NO BAIRRO UNIVERSITARIO, ÁGUA SANTA, BOM JESUS, SÃO JOSE E SÃO LUIZ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO (RUA EUSTACIO ODORICO PADILHA E RUA ALCIDES GABOARDI).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica estabelecida a execução do contrato até 14/02/2024 e vigência contratual até 09/03/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o municipio pagará a mais o valor de R\$ 18.018,06 (dezoito mil e dezoito reais e seis centavos), a solicitação se justifica devido ao período excessivo de chuvas que acarretaram em erosões e serviço de drenagem, conforme justificativa da Secretaria do Planejamento.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/2023

Publicação Nº 5408601

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 04CC0A601AA1EAEFDEAA6937D3054AF901DEE928

TERMO ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/2023

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No 213/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2023.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 213/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE BAIXO CUSTO, NO BAIRRO UNIVERSITARIO, ÁGUA SANTA, BOM JESUS, SÃO JOSE E SÃO LUIZ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO. **(RUA JOÃO JOAQUIM DA ROSA)**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica estabelecida a execução do contrato até 14/02/2024 e vigência contratual até 09/03/2024.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o município pagará a mais o valor de R\$ 30.645,91 (trinta mil seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e um centavos), a solicitação se justifica devido ao período excessivo de chuvas que acarretaram em erosões e serviço de drenagem, conforme justificativa da Secretaria do Planejamento.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO N° 3 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 278/2023

Publicação N° 5408608

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7335B2C73609ADA0346576C519E395AAD4D86F79

TERMO ADITIVO N° 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 278/2023

TERMO ADITIVO N° 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 278/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E B&P - CONSTRUTORA EIRELI, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS N° 46/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato n° 278/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Referente a Praça Alziro da Motta

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até 20/02/2024 e de execução para 01/02/2024.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Pelos serviços aditivados, o municipio pagará a mais o valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). A solicitação se faz necessaria devido aos itens não previstos inicialmente como: conjunto de traves, conforme justificativa da secretaria do planejamento em anexo.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato N° 278/2023, na forma do que autoriza o parágrafo 1º. Do Art.65 da Lei Federal N°. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

B&P - CONSTRUTORA EIRELI
Representante Legal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: O presente termo aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°. 8.666/93 e suas alterações, pelo que, de acordo com o Art. 38, parágrafo único da referida lei, o dou como aprovado.

Curitibanos (SC), 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 3 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 323/2022

Publicação Nº 5408614

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C1FB379AE8DACEDEEC1AEA30A253801F5B3AD08

TERMO ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 323/2022

TERMO ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 323/2023 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA, REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 118/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 323/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE VALOR PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE PRÉ-FABRICADA DE CONCRETO ARMADO SOB O LAJEADO ESTÂNCIA NOVA NA LOCALIDADE DO TABULEIRO, E PARA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA, IMPLANTAÇÃO DE CERCA, PORTÃO E REFORMA DA CAPELA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pelos serviços a mais a serem prestados, o Município pagará o valor de R\$ 17.374,00 (dezesete mil trezentos e setenta e quatro reais), a solicitação se faz necessária tendo em vista que durante o andamento da obra foram necessárias adequações não previstas no projeto inicial, conforme justificativa anexa.

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITIVO: 10 DIAS

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 4 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 363/2023

Publicação Nº 5408615

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A46F23D7F79E7C7304D11CDDDBC8418654B2B84A

TERMO ADITIVO Nº 4 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 363/2023

TERMO ADITIVO Nº 4 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 363/2023 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E PLANNUS PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA, REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 121/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 363/2023, alterando a cláusula do contrato original, que estabelece o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO COMPLEXO DA 24ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigencia até 05/04/2024 e o prazo de execução até 08/03/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelos materiais e serviços aditivados, o municipio paragará a mais o valor de R\$ 23.664,48 (vinte e tres mil seiscientos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). O aditivo de prazo se faz necessario devido a alguns itens que não estavam no orçamento inicial como: luminarias internas e refletores, execução eletrica e dados, retirada e reinstalação de ar condicionado, louças, metais, espelhos, banheiros, acessibilidades, segurança e instalação de gás. Conforme justificativa da secretaria de planejamento

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Prefeito Municipal

PLANNUS PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA

Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 8 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 255/2022

Publicação Nº 5408598

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 55EF3D006EFFBF9D41AD2B6E386B9089B5246B81

TERMO ADITIVO Nº 8 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 255/2022

TERMO ADITIVO Nº 8 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 255/2022 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E CONSTRUTORA ALBA - EIRELI, REFERENTE AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 126/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 255/2022, alterando a cláusula do contrato original, que estabelece o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O município de Curitiba pagará a mais, o valor de R\$ 10.331,30 (dez mil trezentos e trinta e um reais e trinta centavos), A solicitação se faz necessária tendo em vista algumas melhorias como: reparo nos alamedas, acabamento para meio fio, escadas, caixas de passagem e plantio de grama, conforme justificativa da secretaria do planejamento em anexo.

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITIVO: 30 DIAS

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba, 07 de dezembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

CONSTRUTORA ALBA - EIRELI
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 7 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2022

Publicação Nº 5408631

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 531D705FAFF54F5BE46072D05EC40128F45299AD

TERMO ADITIVO Nº 7 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2022

TERMO ADITIVO Nº 7 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2022 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS E CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS, REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 60/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 124/2022, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE VALOR PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DO NUCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelos serviços aditivados o Fundo pagará a mais o valor de R\$ 195.815,17 (cento e noventa e cinco mil, oitocentos e quinze reais e dezessete centavos), tendo em vista itens que não estavam previstos no projeto inicial da obra, conforme planilha e justificativa da Secretaria do Planejamento em anexo.

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITIVO: 45 DIAS

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

ANDRESSA BOSCARI DE FARIAS
Presidente do Fundo

CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 121/2023 (SEQ. 5014)

Publicação Nº 5408628

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C3C91715775211B4CD958F90A652FCCD2EB49C65

TERMO DE CONTRATO Nº 121/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS E LIGSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que fazem o Fundo Municipal de Educação de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr.^a Andressa Boscari de Farias, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, LIGSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA com sede na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.752.369/0001-72 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA, PARA OS NUCLEOS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS - SC. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA – O PRAZO

O prazo de execução do serviço terá início em 25/07/2023, na sequência da assinatura do contrato e conforme solicitação da Secretaria Municipal da Educação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

9 07.001.12.361.10.2111.3.3.90.39.77.00.00.00

16 07.001.12.365.14.2112.3.3.90.39.77.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão Eletrônico nº **25/2023** conforme descrito abaixo:

O Fundo pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 102.230,40 (cento e dois mil duzentos e trinta reais e quarenta centavos) após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, conforme relatório de prestação de serviço, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **25/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Fundo efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO FUNDO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do FUNDO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

TERMO DE CONTRATO Nº 476/2023 (SEQ. 17082)

Publicação Nº 5408618

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D75B2EDB77C019F220A46C8B1C70016555E14F30

TERMO DE CONTRATO Nº 476/2023

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA com sede em Lages/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 29.728.488/0001-50 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM MÃO DE OBRA, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAL MÍNIMO, EQUIPAMENTOS E PEÇAS, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E ENTIDADES, CONFORME CONDIÇÕES, E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO

Os itens e serviços deverão ser entregues/prestados de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, durante o período de **12 (doze) meses**, em local a ser definido no momento da solicitação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

86 - 02.007.26.781.19.2064.3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **8/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos Reais), após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **8/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado,

a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 8/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 07 de dezembro de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 07 de dezembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****CONTRATO 47-2023 - PREGAO PRESENCIAL 101-2023 - PMDC**

Publicação Nº 5410481

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C7A4140E350774EF7BC5A014F578EE818D0EF54F

Contrato Nº: 47/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: LORENI DE FATIMA MARTINS DA SILVA

Valor: R\$ 14.160,00

Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024

Licitação: 101/2023

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE MOVEIS E EDIFICAÇÕES DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DA 2ªCPM/11º BPM - DIONÍSIO CERQUEIRA.

Dionísio Cerqueira, 08 de Dezembro de 2023

THYAGO W G GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.705/2023

Publicação Nº 5411086

DECRETO Nº 6705/2023

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no orçamento GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 4935/22 de 22 de dezembro de 2022.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964; CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida na Lei Municipal nº. 4.935, de 22 de dezembro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2023.

DECRETA:

Art. 1º – Fica ABERTO um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.935,60 (Cinco mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) segundo classificações abaixo discriminadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unid. Orçam.: 04.002 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.003 – CONSTR. AMP. E AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MATERIAIS PERMANENTES

Elemento: 4.4.90.1.550.0000.0000.00 – Aplicações Diretas (46) R\$ 5.935,60

Art. 2º - Os recursos no valor de R\$ 5.935,60 (Cinco mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), têm como origem o excesso de arrecadação apurado no exercício vigente, nas seguintes fontes de recursos:

1. 1.550.0000.0000.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.935,60

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

VALMOR ESTEVÃO DA SILVA VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 105/2023 - PMDC

Publicação Nº 5411962

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 661E2D84CC3CD5C36C09FB5BA9342D888F6FABF9

EDITAL DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL No 105/2023

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n. 438/2023, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 105/2023, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por LOTE e Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS, SOB REGIME DE ENTREGA PARCELADA, cujo setor interessado é a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 5672/2017, Decreto Municipal 5878/2019, e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Santos Dumont, nº 413, Bairro Centro – DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, CEP 89950-000, até às 14:00 horas do dia 21 dezembro de 2023 de 2023, iniciando-se a Sessão Pública às 14:00 horas do mesmo dia e local.

02. OBJETO

2.1 – REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERCAMENTO COM MOURÕES DE CONCRETO E TELA DE ALAMBRADO NO AEROPORTO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, CONFORME ORÇAMENTO, PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

2.2 - As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.

2.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração deverá atender as seguintes exigências:

2.3.1 Fornecer os produtos quando solicitados mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

2.3.2 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima, para fornecimento do produto.

03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

04 - DA REPRESENTAÇÃO

04.1 - O representante da licitante, munido de documentos que o habilitem a participar deste processo licitatório, deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro antes do início da sessão pública.

04.2 - Cada empresa licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

04.3 - A empresa licitante poderá ser representada na sessão pública de licitação por seus administradores, munido de documento de identidade e do ato constitutivo da empresa (estatuto, contrato social ou alterações vigentes, declaração de firma individual, ou, ainda, do documento de eleição de seus administradores), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

04.4 - Na ausência do administrador, a empresa licitante poderá ser representada por um outorgado, que deverá apresentar conjuntamente os seguintes documentos:

I - documento de identidade;

II - procuração ou carta de credenciamento (modelo Anexo II), que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, com firma reconhecida em cartório.

III – Ato constitutivo da empresa, conforme descrito no item 04.3 deste Edital.

04.5 - A ausência de representante, a falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, impedirá, porém, a manifestação ou apresentação de lances verbais no momento oportuno.

04.6 - A não apresentação ou incorreção dos documentos para o credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão pública.

04.7 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

04.8 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

04.9 - Os documentos mencionados nos Itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial, ou reconhecido firma em Cartório.

05 - DO CREDENCIAMENTO

05.1 - Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo III deste Edital), juntamente com os envelopes n. 1 e 2, porém fora deles.

05.2 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, os representantes de ME/EPP deverão credenciar-se apresentando Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, emitida dentro do ano corrente, e Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com data atual, com assinatura do administrador e contador responsável da empresa.

06 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

06.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

1) PROCESSO LICITATÓRIO N. 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL N. 105/2023
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:
ENVELOPE N. 01 – Proposta de Preços

2) PROCESSO LICITATÓRIO N. 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL N. 105/2023
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:
ENVELOPE N. 02 - Documentação

06.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

07. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 – A proposta deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa em papel tipo ofício, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e ter a assinatura do representante legal da empresa, em todas as páginas e anexos, sempre identificada com carimbo.

7.2 - A proposta deverá fixar preço em moeda corrente nacional, em regime de empreitada GLOBAL por LOTE e deverá ser entregue no prazo fixado nesta Licitação.

7.3 - A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

7.4 - O preço cotado para a execução da obra da presente Tomada de Preços não sofrerá nenhum reajuste.

7.5 - A proposta deverá ser totalmente preenchida, deverá conter todos descritivos das planilhas orçamentárias, e anexos incluídos no PASTA TECNICA, e sub-pastas. É permitido alterar somente os dados que não alterem o princípio do orçamento e da proposta.

7.6 - A proposta deverá ser elaborada com as seguintes discriminações, sob pena de desclassificação, com fundamento no inciso I do artigo 48 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas:

- Todos os materiais e serviços constantes da Planilha Orçamentária Global e Complementares, integrantes do ANEXO PASTA TECNICA, com preços unitários e totais.

- Será necessária a observação do Memorial Descritivo, o qual devesse ser rigorosamente seguido na execução da obra.

- Apresentar os serviços que serão definidos como cessão de mão de obra, para efeito previdenciário, o que será objeto de cláusula contratual específica;

LOTE 01 – serviço de cercamento com mourões de concreto e tela de alambrado no aeroporto municipal, no município de Dionísio Cerqueira – SC., conforme projeto, memorial descrito e orçamento

07.7 - Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital, (conforme modelo Anexo IV deste Edital)

07.8 - O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

08. HABILITAÇÃO

08.1 - No envelope n. 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

08.1.1 - Habilitação Jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; (Dispensado, caso apresentado no credenciamento)

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; (Dispensado, caso apresentado no credenciamento)

c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações; (Dispensado, caso apresentado no credenciamento)

d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

08.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR).

8.1.3 - Qualificação técnica :

- a) Certidão de Pessoa Física, de um Engenheiro, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), VÁLIDA, comprovando o registro e regularidade dos mesmos junto ao órgão.
- b) Certidão de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), VÁLIDA, comprovando o registro e regularidade dos mesmos junto ao órgão.

O vínculo do profissional com a empresa poderá ser comprovado através de:

- Registro profissional na carteira do trabalho acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa; ou
- Contrato de Prestação de Serviço registrado no órgão competente, que comprove a vinculação e responsabilidade; ou
- Certidão de Pessoa Jurídica determinando o responsável técnico pela obra; ou
- Na hipótese do sócio ser também o responsável técnico pela empresa, poderá ser comprovado através do Contrato Social ou Alteração Contratual.

08.2 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de DIONÍSIO CERQUEIRA -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

08.3 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de DIONÍSIO CERQUEIRA devidamente atualizado, substituirá a documentação de habilitação referida nos itens n. 08.1.1 até 08.1.2, no caso de algumas das certidões negativas constantes no Certificado de Registro Cadastral vierem a vencer até a data da realização da Sessão Pública, a licitante deverá apresentá-las juntamente com o Certificado de Registro Cadastral.

8.4 - Os licitantes cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração conjunta, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

8.4.1 - Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,

8.4.2 - Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

8.4.3 - Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.4.4 - Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.4.5 - Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

09. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

09.1 – Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados em atendimento aos itens 04.3 ou 04.4, apresentarão a documentação constante no item 05.1 e entregarão os envelopes n. 01 e 02.

09.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO POR LOTE. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

09.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

09.4 – Preços propostos de valor inferior a 65 % (sessenta e cinco por cento) dos valores máximos definidos por este edital, obrigatoriamente, deverão estar acompanhadas de demonstrativos de custos e despesas específicos e de coeficientes de produtividade, inclusive notas explicativas, comprovando a viabilidade das propostas, firmadas por administrador e contabilista do proponente, sob pena de serem considerados inexecutáveis, conforme inciso II, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e/ ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, a ser apresentada com a proposta ou, mediante compromisso lavrado em ata do credenciado, até a data do recebimento da autorização de fornecimento.

09.5 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados,

individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

09.6 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

09.7 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

09.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, de acordo com as especificações do Anexo I, a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

09.9 - Ocorrendo empate previsto no Art.44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 não será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

09.9.1 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

09.9.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 09.9.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 09.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 09.9.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

09.9.3 – Para as situações previstas nos item 09.9 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

09.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

09.11 - Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

09.12 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.13 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

09.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

09.14.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

09.14.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para entrega dos itens, ou revogar a licitação.

09.15 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.16 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias

consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

11.1 – Das Condições de Entrega – Os Serviços deverão ser executados, conforme solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, conforme a necessidade e solicitação das mesmas, e que deverá ocorrer o início das mesmas em até 05 (Cinco) dias, consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, oportunidade que serão conferidos quanto a quantidade e qualidade.

11.2 – O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados, e de retirar parceladamente.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

12.1 - Da Forma de Pagamento

12.1.1 – O pagamento será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, em até 10 dias após a entrega dos produtos e apresentação da Nota Fiscal, e de acordo com a liberação do recurso, quando for relativo a repasse do Governo Federal ou Estadual, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria.

12.1.2 - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

12.2 - Do controle dos Preços Registrados

12.2.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

12.2.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

12.2.4 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

12.2.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

12.2.7 - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens da presente licitação.

12.2.8 – Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

12.2.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - As despesas decorrentes na execução do presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2023 e 2024.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 - Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, a Autoridade Superior que, após apreciação do recurso adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.3 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços, pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

14.3.1. É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

14.3.2 – O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação enviada pelo Município (correspondência com aviso de recebimento), podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração. Pela recusa em assinar a ATA, dentro do prazo

estabelecido, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto, ao licitante vencedor.

15. DA VENCEDORA

15.1 - RESPONSABILIDADE DA VENCEDORA

15.1.1 – A VENCEDORA assumirá responsabilidade pela entrega dos itens vencedores, nos quantitativos solicitados, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviço/produtos entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da VENCEDORA.

b) efetuar o pagamento à VENCEDORA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 18 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;

17.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

18. PENALIDADES

18.1 - À vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

18.2 – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

19.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho

de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 4.238/2005.

19.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – PASTA TECNICA;

§ ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando que os objetos atendem ao Edital;

§ ANEXO V – Modelo de Declaração conjunta;

§ ANEXO VI – Minuta da ata de registro de preços;

19.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

19.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.9 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.9.1 – Os recursos deverão ser protocolados e dirigidos ao Departamento de Compras e Licitações, junto à Prefeitura Municipal, até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.

19.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

19.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

19.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3644-6700.

19.14 - O município se reserva o direito de descontar/deduzir quaisquer despesas inerentes às tarifas bancárias (DOC/TED) inerentes às operações e/ou pagamentos efetuados aos fornecedores que não possuírem conta bancária naquela Instituição Bancária utilizada para efetuar os pagamentos.

DIONÍSIO CERQUEIRA, 08 de dezembro de 2023.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

RODOLPHO LUIZ VERONA MULLER
Advogado do Município de Dionísio Cerqueira
OAB/SC 33.122

ANEXO I
PASTA TECNICA

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2023

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ e CPF sob n. _____, a participar da licitação instaurada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2023

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 08 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando QUE OS OBJETOS ATENDEM AO EDITAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2023

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N. _____, declara, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2023

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
....., DECLARA que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- não existe fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..
- não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
- não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ____/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2023

No dia ... do mês de do ano de 20XX, compareceram, de um lado Município de Dionísio Cerqueira - SC (Prefeitura Municipal), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.026.773/0001-74, com sede na Rua Santos Dumont, 413, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, doravante denominada ORGÃO GERENCIADOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 105/2023, Processo Licitatório nº. 105/2023.

As empresas DETENTORAS DA ATA resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 5672/2017 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERCAMENTO COM MOUROES DE CONCRETO E TELA DE ALAMBRADO NO AEROPORTO MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC, CONFORME ORÇAMENTO, PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor

Item

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena ☐d☐ do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea ☐d☐ do inciso Estado de Santa Catarina Município de Dionísio Cerqueira II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseq-ente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha

participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços ☐ de ofício ☐ através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral do MUNICÍPIO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital. instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea ☐a☐, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual e Municipal e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira - SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira - SC, xx de xx de 20xx.

THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes: -----

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 100-2023 - PMDC

Publicação Nº 5411704

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF2608FEF208C5EE3B104E65890068CCB55F0E51

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 100/2023

HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA COM DIAGNOSTICO DE FALHAS E CORREÇÃO, SCANNER, ANALISE TECNICA, E COM TECNICO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC

CONTRATADO: CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA

VALOR DA DE DESPESA: R\$ 35.894,00

08/12/2023

THYAGO W G GONÇALVES - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 101-2023 - PMDC

Publicação Nº 5410446

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 006B071DA9136F8F9929D8C9D188F71BF8F271A1

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 101/2023

HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE MOVEIS E EDIFICAÇÕES DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DA 2ªCPM/11º BPM - DIONÍSIO CERQUEIRA.
CONTRATADO: LORENI DE FATIMA MARTINS DA SILVA
VALOR DA DE DESPESA: R\$ 14.160,00
08/12/2023
THYAGO W G GONÇALVES - Prefeito Municipal

Dona Emma

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 09/2021

Publicação N° 5410791

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 09/2021.

Termo de Rescisão do Contrato n° 09/2021, firmado entre Município de Dona Emma – CNPJ n° 83.102.426/0001-83 Cedente; e de outro lado a empresa DURVALINO MIRANDA 02428371908, inscrita no CNPJ sob o n° 28.835.664/0001-90. Objeto: art. 79, inc. II, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato, resolvem as partes de comum acordo Rescindir de Forma Amigável, a partir desta data, o Termo de Contrato n° 09/2021, celebrado no dia 24 de fevereiro de 2021, que tinha como objeto Cessão de Uso (permissão de uso) para a exploração comercial de bar e lanchonete da Cancha Municipal Antônio Pedro Darolt pertencentes ao Município de Dona Emma, localizada na Rua Alberto Koglin, s/n, Centro Município de Dona Emma/SC, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial n° 03/2021. DATA: Dona Emma (SC), 08 de dezembro de 2023. ASSINATURAS: Nerci Barp pelo Município de Dona Emma e Durvalino Miranda pela Cessionária.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2023

Publicação Nº 5410599

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE DONA EMMA CNPJ: 83.102.426/0001-83 Telefone: (47) 3364-2800 Endereço: Rua Alberto Koglin, 3493 - Centro CEP: 89155-000 - Dona Emma	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 76/2023
	Processo Adm.: 76/2023 Data do Processo: 08/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 76/2023
b) **Nr. Licitação:** 76/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE ESPETÁCULO PIROTÉCNICO PARA AS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA, A SER EXECUTADO NAS DEPENDÊNCIAS DA IGREJA MATRIZ CRISTO REI, COM PROJEÇÃO PARA A PRAÇA MUNICIPAL MANOEL MARCHETTI, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2023.

Participante: DISTRIBUIDORA REI DE FOGOS TIRO E COR LTDA

Número	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA SHOW PIROTÉCNICO - KIT DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA SHOW PIROTÉCNICO CONTENDO: 1 GIRANDOLA 60 TBS ¾ CORES, ALTURA 20M, 1 GIRANDOLA 36 TBS 1,5 CORES, ALTURA 38M, 1 GIRANDOLA 36 TBS 1,5 CRAKER COM SHOW DE CORES, ALT 38M, CAKE FJS 2502 25 TBS 1,2 EFEITO FAN SILVER BOUQUET, 1 TORTA 30TBS 1,5" SHOW MIX ALT. 38M, TORTA 70 TBS 1,5 EFEITO CORES EM LEQUE ESPECIAL EXPLOÇÃO ALTURA 38 M, TORTA 84 TBS 1,5 E 1,8 EFEITO RETO/LEQUE SHOW MIX ALTURA 45 M, TORTA 12 TBS 3" EFEITO RETO DIVERSAS CORES ALT. 75M, PLACA DE 10TBS 1,2" ENTREVERO EFEITO LEQUE, VASO E TRAÇANTE, ALT. 31M, INCLUINDO TRANSPORTE RODOVIÁRIO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.	1,000	KIT	10.500,00	10.500,00

Total do Participante: 10.500,00

Total Geral: 10.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E FESTIVIDADES	06.002.13.392.0018.2105.3.3.90.00.00	R\$ 10.500,00

Dona Emma, 08/10/2023

NERCI BARP

PREFEITO MUNICIPAL

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 075, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413295

DECRETO N.º 075, de 04 de dezembro de 2023.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 524/2022, de 21/12/2022 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0035.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 (28) – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

12.365.0025.2.007 – Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 (24) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, ocorreram por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0001 (Transf. Imp. Educação) no valor de R\$ 450.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de dezembro de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA

Publicação Nº 5410609

ERRATA

Na Edição Nº 4396, de 01 de dezembro de 2023, nas páginas 457, 458 e 459, do Jornal Diário Oficial, as portarias nº 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364 e 365, Exonerando Servidores em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências. Onde se lê: 30 de novembro de 2021. leia-se: "30 de novembro de 2023"

PORTARIA Nº 372, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410618

PORTARIA Nº 372, de 06 de dezembro de 2023.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNA GONÇALVES DA SILVA, CPF nº 113.902.509-03 para exercer o Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO, Nível DASU-3, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de dezembro de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 373, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410619

PORTARIA Nº 373, de 06 de Dezembro de 2023.
Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, GABRIELA COELHO ZANATTA, Matrícula nº 1355, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO ESPORTE AMADOR, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº 227, de 21 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de Dezembro de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 374, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410622

PORTARIA Nº. 374, de 07 de dezembro de 2023.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei Complementar nº 039, de 01 de agosto de 2018 e Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 201.

Considerando o Concurso Público nº 01/2023 de 27 de junho de 2023 e sua Homologação em 29 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERENO MATHEUS LOBLEIN, portadora do CPF nº 067.511.979-00, para o cargo de MOTORISTA III, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2023, de 27 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de dezembro de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 375, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410625

PORTARIA Nº. 375, de 07 de dezembro de 2023.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei Complementar nº 039, de 01 de agosto de 2018 e Lei

Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 201.

Considerando o Concurso Público nº 01/2023 de 27 de junho de 2023 e sua Homologação em 29 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SAMUEL DE VARGAS MACHADO, portadora do CPF nº 034.023.599-36, para o cargo de MORISTA I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2023, de 27 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de dezembro de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 376, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410627

PORTARIA Nº. 376, de 07 de Dezembro de 2023.

Concede Função Gratificada aos servidores que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º e Anexo V da Lei Complementar Nº 025, de 16 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MAURICIO MORETTO SALVARO, Matrícula nº 1744, ocupante do cargo efetivo de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, a Função Gratificada de Chefe de Seção Nível - FG - 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 07 de Dezembro de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finança

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 3176/2023

Publicação Nº 5413305

DECRETO 3176, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HILARIO ADEMILSON PIRES, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o Artigo 18 e seguintes da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001; combinado com as disposições do Decreto Municipal nº 869, de 10 de novembro de 2003 e alterações pelo Decreto Municipal nº 1231, de 28 de julho de 2008, combinado com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988 e Decreto Municipal nº 2840 de 17 de novembro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final de avaliação de desempenho do servidor que se encontra em estágio probatório, ficando o mesmo aprovado e considerado estável no serviço público municipal a partir da data em que completar três anos de efetivo exercício:

Nome	Função	Admissão	Média Final
Fernanda Trentin	Técnica em Tesouraria	11/01/2021	363,75

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2023.

HILARIO ADEMILSON PIRES
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 08 de dezembro de 2023.

Taciane Paula Téó
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 4796/2023

Publicação Nº 5409692

PORTARIA 4796, de 07 de dezembro de 2023.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Hilário Ademilson Pires, Prefeito Municipal em exercício do município de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, e em especial o disposto no Processo Seletivo Simplificado nº 013/2023, de 18 de outubro de 2023.

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário o Senhor Darlon da Silva, para ocupar o cargo de Motorista, nível 04 – A, limitando-se até 31 de dezembro de 2024 ou enquanto houver a necessidade, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 07 de dezembro de 2023.

Hilário Ademilson Pires
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Ronaldo Piovesan
Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 04/2023 CONTRATO 06/2021

Publicação Nº 5411868

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7525828576502A718C8A979180F147AA76E984D0



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**TERMO ADITIVO 04
AO CONTRATO 06/2021**

Código registro TCE: 7525828576502A718C8A979180F147AA76E984D0

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, inscrita no CNPJ sob o nº **83.009.910/0001-62**, com sede na Av. Rio Grande do Sul, nº 50, Bairro Centro, CEP 89830-000, Cidade **Faxinal dos Guedes - SC**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Gilberto A. Lazzari**, inscrito no CPF sob o nº 251.***.***-34, e portador da Carteira de Identidade nº 69***08, órgão expedidor SSP SC, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 81 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, neste ato representada por **MARCELO HENRIQUE BASSANI**, inscrito(a) no CPF nº 949.***.***-87 e portador do RG nº 34***39, órgão expedidor SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Xanxerê, CNPJ nº 83.052.191/0033-40, com endereço na Rua Celestino do Nascimento, nº 1011, Bairro Centro, CEP 89820-000, Cidade **Xanxerê - SC**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços**, em conformidade com o artigo 57, II e § 2º, da Lei federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente contrato está fundamentado nos arts. 1º, 25, “caput”, 54 e 55 da Lei federal nº 8.666, de 1993, Lei federal nº 8.171, de 1991 e vinculado à Dispensa de Licitação/Inexigibilidade nº .2/2021 com origem na negociação entre as partes e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Xanxerê - SC, unidade da **CONTRATADA**.

CONTRATO Nº 006/21 TA 04

Página 1 de 3

Código registro TCE: 7525828576502A718C8A979180F147AA76E984D0



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

Parágrafo único. O presente instrumento tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: 06.001.20.606.2001.2052 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela **CONTRATADA** para a **CONTRATANTE**, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante este instrumento.

I – DA ALTERAÇÃO**CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS**

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de *empreitada por preço global*, terá início em **01/01/2024** até **31/12/2024**, facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei federal nº 8.666, de 1993, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O **CONTRATANTE** pagará para a **CONTRATADA** pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de **R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)**, divididos em **08** parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parc.	Valor bruto	ISS a reter	IR a reter	Valor líquido	Vencimento
1ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.01.2024
2ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	28.02.2024
3ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.03.2024
4ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.04.2024
5ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.05.2024
6ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.06.2024
7ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.07.2024
8ª	5.625,00	168,75	270,00	5.186,25	30.08.2024
9ª					
10ª					
11ª					
12ª					

II – DA RATIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 006/21 TA 04

Página 2 de 3

Código registro TCE: 7525828576502A718C8A979180F147AA76E984D0



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

As demais cláusulas, parágrafos e condições do contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Xanxerê – SC , 07/12/2023

Gilberto A. Lazzari
Prefeito Municipal

MARCELO H. BASSANI
Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de
Santa Catarina - Epagri

TESTEMUNHAS:

Nome: Rikelvin Acalan Dall Acqua
CPF: 078.***.***-36

Nome: Ledemir Dos Santos
CPF: 085.***.***-63

CONTRATO N° 006/21 TA 04

Página 3 de 3

Código registro TCE: 7525828576502A718C8A979180F147AA76E984D0

ADITIVO 10 AO CONTRATO 96/2022

Publicação Nº 5411480

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 032DE244A8F61EE2C2CC264FE0541ADF270E92DF



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**TERMO ADITIVO N. 10 AO
CONTRATO Nº 0096/2022**

Código registro TCE: 032DE244A8F61EE2C2CC264FE0541ADF270E92DF

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, cidade que lhe empresa o nome, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **GILBERTO ANGELO LAZZARI**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede Av. Nereu Ramos, n. 3023, bairro Líder, Município de Chapecó, CEP 89.805-103, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n. 04.406.660/0001-28 neste ato representada por seu sócio-administrador, Senhor **EDUARDO LARI ROSETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São João, n. 131D, Apto n. 502, Centro, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n. 030.056.838-00 e, portador da Cédula de Identidade sob n. 10592462, expedida pela SSP/SP, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua no **PROCESSO LICITATÓRIO N. 0050/2022 – CONCORRENCIA PÚBLICA 002/2022**, c/c às normas constantes na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, retificação mediante às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Conforme Justificativa técnica e demonstrativos dos itens da PAVIMENTAÇÃO, da DRENAGEM, da SINALIZAÇÃO e das OBRAS COMPLEMENTARES, a serem aditivos são os abaixo listados, conforme anexos:

PAVIMENTAÇÃO

- 1.1.2- Carga, manobra E descarga de entulho em caminhão basculante 18m³;**
- 1.1.3- Transporte com caminhão basculante de 18m³, em via urbana pavimentada;**
- 1.1.15- Execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica;**
- 1.1.16- Transporte com caminhão tanque de transporte de material asfáltico de 3000L, em via urbana pavimentada;**



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

DRENAGEM

Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 800mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências- fornecimento e assentamento;

2.1.11- Sarjeta Trapezoidal de concreto;

2.1.13- Escavação mecanizada de vala com prof. Maior que 1,50m e até 3,0m, larg. Menor que 1,5m, em solo de 1 categoria, locais com baixo nível de interferência;

Composição 02- Dreno profundo em solo com brita n.02 (0,50x0,50);

SICRO- Boca de BSTC D=0,80m;

SICRO- Caixa coletora de sarjeta – com grelha de ferro;

3.- SINALIZAÇÃO

3.1.3- Pintura de Eixo viário;

4. OBRAS COMPLEMENTARES

4.1- Deslizamento- Estaca 101;

Com base nos itens supracitados, planilha orçamentária e memorial de cálculo anexo o valor total para **aditamento em relação ao Projeto Lote 01** é de R\$ 431.767,79 (quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais com setemta e nove centavos), correspondendo a 8,50%.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

Conforme solicitado pela empresa, e justificativa técnica de Responsável técnica pela fiscalização, o prazo do Contrato n° 0096/2022 até o dia 29/02/2024, devido prestação de contas do financiamento FINISA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

17 - As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Originário e com os demais Termos Aditivos permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo n. 10, em quatro (4) vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 08 de Dezembro de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Testemunhas :

Rikelvin Acalan Dall Acqua
CPF/MF sob n. 078.***.***-36

Ledemir Dos Santos
CPF/MF sob n. 085.***.***-63

ADITIVO 11/2023 CONTRATO 96/2022

Publicação Nº 5411492

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B84F07FFF6F1C084C689E913C61BAEC0647F7C8A



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**TERMO DE SUPRESSÃO N. 11 AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0096/2022**

Código registro TCE: B84F07FFF6F1C084C689E913C61BAEC0647F7C8A

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, cidade que lhe empresa o nome, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **GILBERTO ANGELO LAZZARI**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a **Empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede Av. Nereu Ramos, n. 3023, bairro Líder, Município de Chapecó, CEP 89.805-103, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n. 04.406.660/0001-28 neste ato representada por seu sócio administrador, Senhor **EDUARDO LARI ROSETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São João, n. 131D, Apto n. 502, Centro, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n. 030.056.838-00 e, portador da Cédula de Identidade sob n. 10592462, expedida pela SSP/SP, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do **PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 0050/2022**, na Modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 0002/2022**, homologado em 01/11/2022, levando em consideração expediente do Departamento de Engenharia, parte integrante do presente termo aditivo, o fazendo-o mediante às seguintes cláusulas contratuais:

Conforme Justificativa técnica e demonstrativos os itens a serem SUPRACIDOS são os da PAVIMENTAÇÃO, da DRENAGEM e da SINALIZAÇÃO, sendo eles os abaixo listados, conforme também em anexo:

PAVIMENTAÇÃO

1.1.4- Escavação Horizontal, incluindo escarificação em solo de 2º categoria com trator de esteira;

DRENAGEM

2.1.12- Manutenção de Sarjeta Existente

2.1.14- Dreno longitudinal do pavimento H=1,00m- com geocomposto drenante;

SINALIZAÇÃO

3.1.4- Pintura do Eixo viário



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

Com base nos itens supracitados, o valor total da supressão em relação ao Projeto Lote 01 é de R\$ 97.303,07 (noventa e sete mil, trezentos e três reais e sete centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Originário e com os demais Termos Aditivos permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo n. 11, em duas (2) vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 08 de Dezembro de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TERRAMAX CONSTRUÇÕES LTDA
EDUARDO LARI ROSETTO
CONTRATADA

Testemunhas:

Rikelvin Acalan Dall Acqua
CPF/MF sob n. 078.***.***-36

Ledemir Dos Santos
CPF/MF sob n. 085.***.***-63

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 125/2023

Publicação Nº 5410010

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3E191F17DEC40A0BA8FF595D9F28CB625BAF357E

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 125/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 21/2023

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, OBRAS E AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, EM EMISSORA DE RÁDIO FM.

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 21/12/2023

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 21/12/2023

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 08 de Dezembro de 2023

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Chave relatório TCE-SC: 3E191F17DEC40A0BA8FF595D9F28CB625BAF357E

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2023

Publicação Nº 5410162

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F35E3238FA3777FE83614ED8E90E92C0229D5873

EXTRATO CONTRATUAL Nº 125/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE FORMOSA DO SUL.

CONTRATADO: CARVALHO SOM E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 38.035,00 (trinta e oito mil e trinta e cinco reais)

Vigência: Início: 08/12/2023 Término: 28/02/2024

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 120/2023

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 69/2023

Formosa Do Sul, 08 de Dezembro 2023

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Código TCE: F35E3238FA3777FE83614ED8E90E92C0229D5873

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2023

Publicação Nº 5413327

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2023

EXTRATO DE EDITAL

O Município de Formosa do Sul, com endereço na Av. Getúlio Vargas, Nº 580, Centro, nesta cidade de Formosa do Sul, por seu Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTONIO COMUNELLO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento das Pessoas Jurídicas interessadas, que se encontra aberto EDITAL destinado ao SERVIÇOS DE LAVAGEM E BORRACHARIA PARA FROTA DE VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSA DO SUL. Demais informações, esclarecimentos, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração Finanças e Planejamento do Município de Formosa do Sul, SC, Av. Getúlio Vargas, 580, fone (049) 3343-0043 e e-mail licitacao@formosa.sc.gov.br.

Formosa do Sul, SC, 11 de Dezembro de 2023

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 001/2023

Publicação Nº 5410334

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 001/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: GRACIELA CAUZ CASAGRANDA

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 001/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 20/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 001/2023

Publicação Nº 5410333

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 009/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: DOUGLAS ZILIARSKI

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 009/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 31/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 002/2023

Publicação Nº 5410352

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 002/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: TACIANE RITA MATTIOLO

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 002/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 20/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 003/2023

Publicação Nº 5410340

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 003/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: JULIANA RITA CORREA MACEIESKI

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 003/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 20/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 005/2023

Publicação Nº 5410325

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 005/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA ARDENGHY

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 005/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 20/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 006/2023

Publicação Nº 5410356

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 006/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: LUCAS LANFERDINI DE ABREU

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 006/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 31/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 007/2023

Publicação Nº 5410331

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 007/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: CLEITON COFCEWICZ

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 007/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 31/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 008/2023

Publicação Nº 5410347

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 008/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: IVORI MARCELINO SARTORI

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 008/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 31/12/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 023/2022

Publicação Nº 5410359

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 023/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: JULCILIANE BARPI

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 023/2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 22/08/2024.

FORMOSA DO SUL, 09 DE MARÇO DE 2023.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 024/2022

Publicação N° 5410363

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 024/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: LUCIANO LUNKES

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 024/2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2024 A 12/09/2024

FORMOSA DO SUL, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 01/2023 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2022, FIRMADO EM 16/12/2022

Publicação N° 5409715

TERMO ADITIVO Nº 01/2023 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2022, FIRMADO EM 16/12/2022.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor RUDIMAR CONTE, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.491.805-4, CPF nº 533.519.839-72, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.460.159/0001-05, órgão gerido e pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, doravante denominado SMS/FMS e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO DE QUILOMBO – SC, inscrita no CNPJ/MF N.º 83.506.030/0007-97, com sede na Rua Duque de Caxias, 329, Centro, Município de Quilombo - SC, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representado por OSMAR EUGÊNIO PENSO, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº 1.914.241-SS-P-SC, inscrito no CPF/MF nº 585.076.559-04, Residente e domiciliado na Rua Atalípio Magarinos, 318, cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, resolvem celebrar o presente convênio, com fundamento no art. 116, da Lei Nacional n.º 8.666/93 e inciso IV, art. 3, da Lei Nacional n.º 13.019/14, e da Lei Municipal nº 720, de 20 de junho de 2018, mediante as Cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente aditivo contratual tem por objeto a alteração da qualificação das partes, quanto ao representante legal, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTONIO COMUNELLO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 369.252.330-00, através do Fundo Municipal de Saúde,

inscrito no CNPJ sob o n.º 11.460.159/0001-05, órgão gerido e pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, doravante denominado SMS/FMS e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO DE QUILOMBO – SC, inscrita no CNPJ/MF N.º 83.506.030/0007-97, com sede na Rua Duque de Caxias, 329, Centro, Município de Quilombo - SC, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representado por MATEUS LOCATELLI, brasileiro, solteiro, professor, portador do CPF/MF nº 047.394.789.78, resolvem celebrar o presente convênio, com fundamento no art. 116, da Lei Nacional n.º 8.666/93 e inciso IV, art. 3, da Lei Nacional n.º 13.019/14, e da Lei Municipal nº 720, de 20 de junho de 2018, mediante as Cláusulas e condições que seguem:”

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE ÍNDICE

2.1. O índice de reajuste previsto na cláusula oitava do contrato original passa a ser o IPCA (Índice Nacional De Preços Ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato firmado e que não tenha sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, 07 de Dezembro de 2023.

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

MATEUS LOCATELLI
REPRESENTANTE LEGAL

ANDERSON TISSIANI VEDANA
ADVOGADO OAB/SC 24031

TERMO ADITIVO Nº 02/2023 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2022, FIRMADO EM 16/12/2022

Publicação Nº 5409718

TERMO ADITIVO Nº 02/2023 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2022, FIRMADO EM 16/12/2022.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTONIO COMUNELLO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 369.252.330-00, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.460.159/0001-05, órgão gerido e pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, doravante denominado SMS/FMS e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO DE QUILOMBO – SC, inscrita no CNPJ/MF N.º 83.506.030/0007-97, com sede na Rua Duque de Caxias, 329, Centro, Município de Quilombo - SC, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representado por MATEUS LOCATELLI, brasileiro, solteiro, professor, portador do CPF/MF nº 047.394.789.78, resolvem celebrar o presente convênio, com fundamento no art. 116, da Lei Nacional n.º 8.666/93 e inciso IV, art. 3, da Lei Nacional n.º 13.019/14, e da Lei Municipal nº 720, de 20 de junho de 2018, mediante as Cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DE ÍNDICE

1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula oitava do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO REAJUSTE

2.1. Fica reajustado pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,82% acumulado nos últimos 12 meses, passando de R\$ 18.111,80 (dezoito mil e cento e onze reais com oitenta centavos) mensais para R\$ 18.984,78 (dezoito mil e novecentos e oitenta e quatro reais com setenta e oito centavos), mensais, com vigor a partir de janeiro de 2024.

Nº DA PARCELA	DATA DO PAGAMENTO	VALOR
01	05/02/2024	R\$ 18.984,78
02	05/03/2024	R\$ 18.984,78
03	05/04/2024	R\$ 18.984,78
04	05/05/2024	R\$ 18.984,78
05	05/06/2024	R\$ 18.984,78
06	05/07/2024	R\$ 18.984,78
07	05/08/2024	R\$ 18.984,78
08	05/09/2024	R\$ 18.984,78
09	05/10/2024	R\$ 18.984,78
10	05/11/2024	R\$ 18.984,78
11	05/12/2024	R\$ 18.984,78
12	31/12/2024	R\$ 18.984,78
VALOR TOTAL:		R\$ 227.817,36

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato firmado e que não tenha sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, 07 de Dezembro de 2023.

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

MATEUS LOCATELLI
REPRESENTANTE LEGAL

ANDERSON TISSIANI VEDANA
ADVOGADO OAB/SC 24031

TERMO ADITIVO Nº 03/2023 AO CONTRATO SUPERIOR Nº 47/2021, FIRMADO EM 27/04/2021

Publicação Nº 5409709

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E762B6B83129E41E1D6E7BD6CF790F0D1DB255DE

TERMO ADITIVO Nº 03/2023 AO CONTRATO SUPERIOR Nº 47/2021, FIRMADO EM 27/04/2021.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 580, Centro, cidade de Formosa do Sul, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTÔNIO COMUNELLO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA, com sede na Av. Martin Piaseski nº435, sala 01, centro, Descanso, inscrita no CNPJ sob o nº22.366.517/0001-31, neste ato representada por seu representante legal Senhor LEANDRO CARLOS SILVEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo Nº.38/2021, Dispensa de Licitação Nº 20/2021, homologado em 27/04/2021 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO PRAZO DE VIGÊNCIA

0.1 Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Nona do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato firmado e que não tenha sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, 08 de Dezembro de 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

LEANDRO CARLOS SILVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

ANDERSON TISSIANI VEDANA
Advogado OAB/SC 24031

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 55/2021

Publicação Nº 5413297

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 55/2021
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIGASTRO CLÍNICA MÉDICA LTDA

DO OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento de estabelecimentos de prestadores de serviços de assistência à Saúde, na área ambulatorial no conjunto de procedimentos da tabela SIGTAP/SUS, com complemento de tabela quando houver.

DO VALOR – R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) para o período vigente, distribuído entre os credenciados.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência do Contrato nº 55/FMS/2021 de 31/12/2023 para 31/12/2024 conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

DO ORÇAMENTO – As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: MAC Fundo a Fundo, MAC Emenda Individual, MAC Emenda de Bancada e Próprios conforme disponibilidade financeira.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 05 de dezembro de 2023.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2023 - 310

Publicação Nº 5413332

DECRETO Nº 310/2023

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 519/2005 e 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2019, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Heloisa Isabel Bertuzzi, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regime jurídico estatutário, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de dezembro de 2023.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2023 -311

Publicação Nº 5413335

DECRETO Nº 311/2023

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 519/2005 e 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2019, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Cleonice de Souza Cegato, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regime jurídico estatutário, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de dezembro de 2023.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2023 -312

Publicação Nº 5413337

DECRETO Nº 312/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 998/2022 de 29/11/2022, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento do exercício de 2023 do Município de Galvão-SC, crédito suplementar, no valor de R\$ 53.712,18 (cinquenta e três mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) na seguinte programação de despesa:

04.001 – Departamento de Educação
12.361.1201 – 2036 – 3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 1.543.0000.0000.00 R\$ 53.712,18

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na fonte de recursos 1.543.0000.0000.00, no valor de R\$ 53.712,18 (cinquenta e três mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de dezembro de 2023.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2023 -313

Publicação Nº 5413338

DECRETO Nº 313/2023

NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 199/1997 e 690/2011, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação – CMED, do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, os senhores (as) conforme segue:

I - Representantes governamentais:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular – Zoleide Fatima Marconssoni;
Suplente – Juliane Baldissera.

Representante dos Professores do Ensino Fundamental:
Titular – Alzira Pieta Gabriel;
Suplente – Eduarda Guimarães de Quadros.

Representante dos Professores da Educação Infantil:
Titular – Caroline Fatini Bez Batti;
Suplente – Tatiane Paris.

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular - Janice de Fátima Miglioretto de Marchi;
Suplente – Katia Rebelatto Wosnes.

Representante da Secretaria Municipal de Promoção Social e Esporte:
Titular – Alana Richardo Roza;
Suplente – Adrielle Jaine Bernardo.

II - Representantes não governamentais:

Representante da Escola de Educação Especial “Daiane do Prado”:
Titular – Carmelinda Canonico Caveglion Salini;
Suplente – Olei Campos Santin.

Representante da Associação de Pais e Professores - Ensino Fundamental:
Titular – Luís Felipe de Andrade;
Suplente – Andréia Maria Spricigo Levinski.

Representante da Associação de Pais e Professores - Ensino Infantil:
Titular – Diana Pegorini Bertuzzi;
Suplente – Elizane Pessenti Dalla Santa.

Representante da Câmara Municipal de Vereadores:
Titular – Lauri Morawski;

Suplente – Clair Lucia Argenta Rosiak.

Representante do Conselho Tutelar:

Titular – Sidineia Basi Pedroso;

Suplente – Graciely Getem Artuso Bello.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de dezembro de 2023.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

Vale alimentação

LEIS 2023 - 1019

Publicação N° 5410454

LEI N° 1019/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DECLARAR INSERVÍVEIS BENS PÚBLICOS MÓVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a declarar inservíveis bens públicos móveis em desuso, todos descritos no anexo I desta lei, pertencentes ao patrimônio público do Município de Galvão, bem como a proceder à alienação dos referidos bens.

Art. 2º. A alienação dos referidos bens, ocorrerá nos moldes da Lei de Licitações (nº 8.666/1993; nº 14.133/2021) e suas posteriores alterações.

Art. 3º. A receita obtida com a alienação dos bens móveis públicos inservíveis será classificada contabilmente como receita de capital.

Parágrafo único. Os valores arrecadados, provenientes da alienação dos bens móveis inservíveis constantes nesta Lei, poderão ser destinados ao pagamento das despesas provenientes do Regime Geral de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Galvão-SC, conforme previsto no Artigo nº 44 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente e futuros.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 07 de dezembro de 2023.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

ANEXO I

Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	LOCAL
3491	RETROESCAVADEIRA 4X4, MOD.3C C MARCA JCB, RENAVAL N. 514000, CHASSI 9B9214T54CBTD4204	PREFEITURA
3005	VEÍCULO SEDAN CLASSIC MPFI FLEX, RENAVAL N. 149017, 77CV, MODELO 2010	PREFEITURA
4436	VEÍCULO CLIO EXPRESSION 1.0, 16 VÁLVULAS, RENAVAL N. 164003, BRANCO, MODELO 2014	PREFEITURA
3719	IMPRESSORA HP LASER JET PRO CM1415FN COLOR MFP	CRAS
3379	LAVATÓRIO SALÃO DE BELEZA LAVATÓRIO PARA CURSO DE SALÃO DE BELEZA PARA SUBSIDIAR GRUPO DE FAMILIAS, MULHERES, IDOSOS CONVENIO PAIF	CRAS
2871	RACK LARINE CENTRO REFERENCIA " CRAS "	CRAS

2777	CARTEIRA ESCOLAR COMPLETA LIMPLAST, CADEIRA AZUL ESTOFADA	CRAS
3713	CONJUNTO PARABOLICA COMPLETO ORBISAT 52200 PLUS III	CRAS
3443	APARELHO DVD PLAYER SATELITTE	CRAS
2795	TELEVISOR 20 POLEGADAS CENTURY	CRAS
2590	MESA P/REFEIÇÃO AO LEITO	CRAS
2459	IMPRESSORA HP DESKJET 3845	CRAS

Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	LOCAL
0660	GELADEIRA PROSDOCIMO 340 LITROS	PCA
3283	AR CONDICIONADO SPLIT (CLIMATIZADOR) COM 24000 BTUS CICLO QUENTE E FRIO, CONTROLE REMOTO COM 03 VELOCIDADES. ADMIRAL	ESCOLA
3328 (OU 3438?)	QUADRO DE LOUSA	ESCOLA
3723	COIFA DE PAREDE	ESCOLA
2240	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR BRANCA	ESCOLA
4393	COMPUTADOR INTERATIVO PC3500	ESCOLA
4387	COMPUTADOR INTERATIVO PC3500	ESCOLA
0149	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM MADEIRA	CHECRE
3749	MULTIPROCESSADOR 01 VELOCIDADE	CRECHE
3924	CADEIRAS CRIANÇAS DE 05 A 06 ANOS	CRECHE
3790	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS 130X 60CM	CRECHE
3791	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS 130X 60CM	CRECHE
3792	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS 130X 60CM	CRECHE
3793	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS 130X 60CM	CRECHE
3795	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS 130X 60CM	CRECHE
5801	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS 3,2 LITROS, POTENCIA DE 1400W UTILIZADO NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CRECHE
6155	CONJUNTO REFEITORIO MATERNAL 6 LUGARES UTILIZADO JUNTO AO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO	CRECHE

Nº PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO ITEM	LOCAL
3278	AR CONDICIONADO SPLIT (CLIMATIZADOR) COM 24000 BTUS CICLO QUENTE E FRIO, CONTROLE REMOTO COM 03 VELOCIDADES.	ESCOLA MUNICIPAL
4097	CONJUNTO ESCOLAR ESTRUTURA CINZA FNDE MOD CJA 04 BORDO	ESCOLA MUNICIPAL
2673	CONJUNTO DE CARTEIRA EM FORMICA ADULTO	ESCOLA MUNICIPAL
2633	PURIFICADOR DE ÁGUA PALADIUM	PRE - ESCOLAR
3736	CADEIRA PARA ALIMENTAÇÃO ALTA	CRECHE
3737	CADEIRA PARA ALIMENTAÇÃO ALTA	CRECHE

3738	CADEIRA PARA ALIMENTAÇÃO ALTA	CRECHE
4196	SECADORA DE ROUPAS ELETROLUX 10KG	CRECHE
3770	VENTILADOR DE TETO	CRECHE
3932	CADEIRA ESTOFADAS COM BRAÇO TELECOPY	CRECHE
3761	BEBEDOURO ELETRICO CONJUGADO	CRECHE
659	ARMARIO EM MADEIRA 02 PORTAS COM VIDRO	IDOSOS
307	FORNO ELETRICO MARCA MAGILAR ITC	IDOSOS
289	ESTOFADO EM CORVIN 01 LUGAR	IDOSOS
287	ESTOFADO EM CORVIN 01 LUGAR	IDOSOS
286	ESTOFADO EM CORVIN 01 LUGAR	IDOSOS
302	FOGÃO A GAS INDUSTRIAL 02 BOCAS	IDOSOS
1314	MESA P/COMPUTADOR	PCA/CRAS
2608	BALCÃO REFRIGERADO EXPOSITOR 02 METROS	AGRICULTURA
1489	FOGÃO A GAS 04 BOCAS MARCA GERAL	ADMINISTRATIVO
2919	MONITOR LCD 17" SANSUNG 733 NW	ADMINISTRATIVO
4458	BALANÇA ANTROPOMETRICA ADULTO DIGITAL WELMY	POSTO DE SAÚDE
4694	CONDICINADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS BRANCO COM CONTROLE	POSTO DE SAÚDE
4910	AUTOCLAVE 75 LITROS	POSTO DE SAÚDE
4885	AQUECEDOR VENTISOL QUARTZ	POSTO DE SAÚDE
2854	CADEIRA LONGARINA 03 LUGARES	POSTO DE SAÚDE
4441	IMPRESSORA SAMSUNG MONO SL-M402ND	POSTO DE SAÚDE
2495	GABINETE ODONTOLOGICO MARCA GNATUS COMPLETO	POSTO DE SAÚDE
2527	NEGATOSCOPIO 1 CORPO	POSTO DE SAÚDE
4253	NOBREAK 600VA ENERMAX	POSTO DE SAÚDE
4821	NOBREAK 600 VTS	POSTO DE SAÚDE
2519	NEGATOSCOPIO 1 CORPO	POSTO DE SAÚDE
2500	CAMA HOSPITALAR	POSTO DE SAÚDE
2700	MICROCOMPUTADOR PARA SALA DE ENFERMAGEM	POSTO DE SAÚDE
2703	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUOL CORE E 2160 (PRETO)	POSTO DE SAÚDE
4964	LAVADORA 15KG TURBO ECONOMIA 220 VOLTS BRANCO	POSTO DE SAÚDE
4432	FRAGMENTADOR DE PAPAEL	POSTO DE SAÚDE
1249	TELEVISOR 29 POL. MARCA PHILCO	POSTO DE SAÚDE
2448	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 192 MB	POSTO DE SAÚDE
1263	ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS C/CHAVE	POSTO DE SAÚDE
2927	MICROCOMPUTADOR ATHLON X2	POSTO DE SAÚDE

LEIS 2023 -1020

Publicação Nº 5410458

LEI Nº 1020/2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Departamento de Infraestrutura do Município de Galvão-SC, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Departamento de Agricultura, no valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), no Fundo Municipal de Saúde de Galvão no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no Departamento de Educação na quantia de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Órgão/Unidade: 06.001 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
15.451.1501	2050	MANUT. ATIVIDADES DPTO. INFRAESTRUTURA	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3390	Aplicações Diretas	1.501.0000	100.000,00
Órgão/Unidade: 06.002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.605.2001	2049	MANUT. DE PROGRAMAS DE APOIO AO AGRICULTOR	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3390	Aplicações Diretas	1.501.0000	74.000,00
Órgão/Unidade: 10.001 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190	Aplicações Diretas	1.500.1002	60.000,00
Órgão/Unidade: 10.001 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3393	Aplicação Direta Decorrente de OP. Entre Órgãos	1.500.1002	140.000,00
Órgão/Unidade: 04.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2036	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190	Aplicações Diretas	1.500.1001	220.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito citado no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade: 11.001 FUNDO M. DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.0801	2064	MANUT. DO FUNDO M. DE ASSIST. SOCIAL	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190	Aplicações Diretas	1.501.0000	174.000,00
TOTAL			174.000,00
Órgão/Unidade: 10.001 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	1002	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
4490	Aplicações Diretas	1.500.1002	200.000,00
TOTAL			200.000,00
Órgão/Unidade: 04.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	1003	AMPLICAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
4490	Aplicações Diretas	1.500.1001	220.000,00
TOTAL			220.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 07 de dezembro de 2023.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 085/2023 RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 5410026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 085/2023

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	05/12/23	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	R\$ 2.163,42
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	05/12/23	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 145.849,70
TRANSFERÊNCIA DIRETA	05/12/23	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 29.453,50
TRANSFERÊNCIA DIRETA	06/12/23	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 14.405,11
TRANSFERÊNCIA DIRETA	07/12/23	FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	R\$ 1.207.225,97
TRANSFERÊNCIA DIRETA	07/12/23	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 13.192,27

Garopaba – SC, 08 de dezembro de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 11/12/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

MARCOS ANDRÉ CASCAES
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 357/2023

Publicação Nº 5412559

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 357/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023
PMG

ATA Nº: 357/2023; PROCESSO Nº: 127/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: M. TESTA CONFECÇÃO ME; CNPJ Nº: 23.829.339/0001-09; OBJETO: Registro de preços pelo período de 12 (doze) meses para aquisição de fardamento e material de apoio para o efetivo de Bombeiros Militares e Guarda-vidas Civis nas praias do município de Garopaba, para a Operação Veraneio 2023/2024 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme quantitativos e especificações mínimas constantes no Anexo I – Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 5.061,10; DATA DA ASSINATURA: 06/12/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2023

Publicação Nº 5412196

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2023
PMG

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2FEB6114E9051F8903586BB7195777DAE4482263

PROCESSO Nº: 154/2023; MODALIDADE: IL025/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: LIGA METROPOLITANA DE BASKETBALL; CNPJ Nº: 08.886.816/0001-76; OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação da Liga Metropolitana de Basketball para realizar o evento "Basquete Master Garopaba 60, 70, 80+", etapa final Garopaba/SC, sendo realizado no ginásio Municipal de Garopaba. VALOR: R\$ 4.130,00; DATA DA ASSINATURA: 08/12/2023. FISCAL DO CONTRATO: Vitor Hugo Lopes Goulart – Matrícula nº 9360.



AVISO DE LICITAÇÃO PE116/2023

Publicação Nº 5412754

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6E8F6F81DF2D208DD627A944A5B235040FF2815E

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2023
PROCESSO Nº 149/2023**

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de balsa flutuante para acoplamento à escavadeira hidráulica para uso na limpeza da lâmina d'água de corpos hídricos e lagoas do município, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 14h00min do dia 26/12/2023. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 26/12/2023, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site <https://garopaba.atende.net>, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de dezembro de 2023.

Júnior de Abreu Bento
Prefeito Municipal de Garopaba

Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC – CEP: 88.495-000 – Fone: (48) 3254-8100
<https://garopaba.atende.net/> – CNPJ: 82.836.057/0001-90

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 242/2023

Publicação Nº 5410954

DECRETO Nº 242, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I, da Lei nº 2439, de 07/12/2022,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 92.140,00 (noventa e dois mil e cento e quarenta reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.244.1017.2046 Gestão da Prot. Social Esp. de Média e Alta Compl.	3390	1.661.7000.0002	R\$	92.140,00
--	------	-----------------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação dos recursos do Governo do Estado de Santa Catarina/Assistência Social destinados a Proteção Social Especial.

Art. 3º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.240,00 (dezoito mil e duzentos e quarenta reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.244.1017.2048 Gestão do Progr. Bolsa Família e do Cad Único	3390	1.660.7000.0003	R\$	18.240,00
---	------	-----------------	-----	-----------

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação referente Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social destinados ao Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 08 de dezembro de 2023.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 243/2023

Publicação Nº 5410959

DECRETO Nº 243, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I, da Lei nº 2439, de 07/12/2022,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 99.609,43 (noventa e nove mil, seiscentos e nove reais e quarenta e três centavos), no orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1015.2033 Man. de Repasses/Convênios Diversos	3390	1.569.7000	R\$	69.726,60
07.001.12.361.1015.2033 Man. de Repasses/Convênios Diversos	4490	1.569.7000	R\$	29.882,83

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação referente Transferências do FNDE destinadas para programa de incentivo a Escola em Tempo Integral cujo recurso ingressou em nossa conta corrente 18.675-8 no Banco do Brasil no dia 23/11/2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 08 de dezembro de 2023.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CANDIDATOS PCD EDITAL Nº 10/2023 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5410811



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2023
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL – CANDIDATOS PCD

O MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e a empresa SC Treinamentos, TORNA PÚBLICO a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL – CANDIDATOS PCD do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2023, conforme segue:

Professor de Anos Finais História – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	84174	ALDAIR MULLER DE SOUZA	03/03/1989	0.60	0.60	0.60	1.00	2.80	0.00	3.70	6.50

Professor de Anos Finais Matemática – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	89135	DANIELE DISSENHA DE JESUS	14/10/1996	0.40	0.60	0.40	0.80	2.20	0.00	3.40	5.60

Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	84236	FERNANDA MARCOS BASSAN CANDIDO	12/06/1992	0.20	0.40	0.40	0.80	1.80	1.00	3.70	6.50
2	82855	VANESSA ROSA DO ESPÍRITO SANTO	25/02/1986	0.40	0.20	0.40	0.80	1.80	0.00	3.30	5.10

Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Ética e Cidadania – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	88764	ALDAIR MULLER DE SOUZA	03/03/1989	0.60	0.60	0.60	1.20	3.00	0.00	3.70	6.70



Professor de Educação Infantil – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	84237	FERNANDA MARCOS BASSAN CANDIDO	12/06/1992	0.20	0.40	0.40	0.80	1.80	1.00	3.70	6.50
2	82805	LILIMAR VALSECHI	08/01/1983	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	2.40	5.60
3	82856	VANESSA ROSA DO ESPÍRITO SANTO	25/02/1986	0.40	0.20	0.40	1.20	2.20	0.00	3.30	5.50

Professor Intérprete de Libras – Educação Infantil, Ensino Fundamental – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	86213	LIGIA CLAUDIA TEMOTEO KRUGER	12/05/1975	0.80	0.00	0.20	1.80	2.80	1.00	4.00	7.80

Garuva (SC), 08 de dezembro de 2023.

Lucileide de Fátima Bueno Feldhaus
Presidente da Comissão Coordenadora
Portaria nº. 43/2023

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL EDITAL Nº 10/2023 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5410809



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2023
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e a empresa SC Treinamentos, TORNA PÚBLICO a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2023, conforme segue:

Educação Especial (Segundo Professor) – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	88684	CARLA CRISTINA HARDT	01/06/1983	0.40	0.60	0.40	1.80	3.20	1.00	4.00	8.20
2	86784	AUDREY PINTO MOREIRA SPAGOILLA	14/07/1965	0.40	0.40	0.40	1.20	2.40	1.00	3.70	7.10
3	85303	FERNANDA MENDES MOTA	05/05/1981	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	3.70	6.90
4	82908	SILVANA FATIMA ESSER RIBAS.	22/12/1987	0.20	0.40	0.00	1.40	2.00	1.00	3.80	6.80
5	89445	GABRIELA PETRY PAULI	13/10/1994	0.40	0.60	0.20	1.60	2.80	1.00	3.00	6.80
6	87753	ROSANE PALANDI	29/11/1960	0.20	0.40	0.20	1.00	1.80	1.00	3.70	6.50
7	83217	MARI ESTELLA JARECKI	18/09/1966	0.40	0.20	0.20	1.20	2.00	1.00	3.20	6.20
8	89575	ANE CAROLINE BUENO SOMMER	24/09/1995	0.40	0.40	0.20	1.40	2.40	0.00	3.50	5.90
9	87265	VIVIANE GERCKER LEANDRO	15/06/1984	0.20	0.20	0.40	1.20	2.00	1.00	2.80	5.80
10	82973	KARINA MACHADO	22/02/1996	0.20	0.40	0.20	1.60	2.40	0.00	3.40	5.80
11	86940	VANESSA ROCHINSKI PIZATTO	30/03/1987	0.40	0.40	0.20	1.00	2.00	1.00	2.50	5.50

Educação Especial (Segundo Professor) – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	82614	MARIA FERNANDA DA VEIGA MAIA	11/03/2003	0.60	0.40	0.20	1.60	2.80	1.00	3.60	7.40
2	89359	RAFAELE DOMINGUES SOVERAL DA SILVA	04/04/2001	0.40	0.40	0.40	1.80	3.00	1.00	3.10	7.10
3	86648	FERNANDA DA VEIGA MAIA	23/06/1981	0.20	0.40	0.40	1.20	2.20	1.00	3.40	6.60
4	82873	ANDREZA DA SILVA BENTO	14/02/1985	0.20	0.20	0.20	1.20	1.80	1.00	3.80	6.60



5	89781	MARILI NUNES MARTINS MEDEIROS	14/08/1982	0.20	0.40	0.40	1.20	2.20	0.50	3.80	6.50
6	82581	THAIS MYLLENA SZIELASKO	21/01/1999	0.40	0.60	0.40	1.20	2.60	0.50	3.30	6.40
7	89499	MARGARETE ALVES RAMOS	12/06/1980	0.40	0.40	0.40	0.80	2.00	1.00	3.00	6.00
8	89526	JULIANE APARECIDA UNREIN DOS SANTOS	16/07/1980	0.20	0.60	0.20	1.40	2.40	0.50	3.00	5.90
9	87406	KAYLAINE DEGUES LEITE	28/12/2002	0.20	0.20	0.20	1.00	1.60	1.00	3.20	5.80
10	89146	JACKELINE BUENO SOMMER	21/05/2000	0.20	0.40	0.20	1.40	2.20	0.50	2.90	5.60
11	89616	MELISSA PEREIRA HILLER	13/09/2002	0.20	0.40	0.40	1.60	2.60	0.50	2.40	5.50
12	83449	ALIANDRA DA CUNHA NUNES	19/09/1976	0.40	0.20	0.20	1.20	2.00	0.50	2.90	5.40
13	86484	HELLEN UNREIN DOS SANTOS	20/04/2002	0.20	0.40	0.40	0.40	1.40	0.50	3.50	5.40

Orientador Escolar - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	82617	ANDRÉA CARVALHO SANTOS BORGES	12/07/1974	0.40	0.60	0.20	1.80	3.00	1.00	4.00	8.00
2	83131	DELCEI FERREIRA DE MEDEIROS	01/02/1987	0.60	0.60	0.60	1.40	3.20	1.00	3.80	8.00
3	87591	CAROLAYNE DIAS FERNANDES PEREIRA	24/10/1997	0.40	0.40	0.20	1.60	2.60	1.00	3.80	7.40
4	82516	SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE	05/11/1974	0.40	0.40	0.20	1.40	2.40	1.00	3.50	6.90
5	87482	ANDREIA MARTINHAK FERRAZZA	13/10/1977	0.40	0.20	0.00	1.20	1.80	1.00	3.70	6.50
6	89769	CRISTIANE DA SILVA MIRANDA CARNEIRO	08/05/1980	0.60	0.20	0.40	1.20	2.40	0.00	3.50	5.90
7	88404	ANDREIA APARECIDA BOEGERHAUSEN MIRANDA	22/05/1988	0.00	0.40	0.20	0.80	1.40	1.00	3.50	5.90
8	84197	LUCIA MARILCI LAUFER	02/08/1979	0.60	0.20	0.20	0.60	1.60	1.00	2.50	5.10

Professor de Anos Finais Ciências – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83706	INDIARA CARA RAVADELLI	22/07/1969	0.20	0.20	0.40	1.80	2.60	0.00	3.00	5.60
2	88272	ROSILEIDE LIMA PEREIRA	12/08/1980	0.40	0.60	0.20	1.80	3.00	0.00	2.60	5.60
3	87989	ANDREZA DE MIRANDA MARASCH	12/08/1981	0.40	0.00	0.20	1.60	2.20	0.00	3.00	5.20



Professor de Anos Finais Ciências – Nível I (Não Habilitado)

Não houve candidato(a) aprovado(a) nesta vaga.

Professor de Anos Finais Ensino Religioso – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	86571	RODRIGO LUIZ DA SILVA	14/10/1986	0.20	0.40	0.40	1.60	2.60	0.50	3.70	6.80

Professor de Anos Finais Geografia – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	87381	MARCIO CASNOCA	14/04/1984	0.40	0.60	0.40	1.00	2.40	1.00	3.60	7.00
2	89350	EVANDRO MOREIRA LEITHOLD	27/08/1997	0.40	0.40	0.60	1.60	3.00	0.00	3.70	6.70

Professor de Anos Finais Geografia – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83658	DEUSILEI PLANTES DE MEIRA	20/09/1988	0.40	0.20	0.20	1.00	1.80	1.00	2.20	5.00
2	84217	LUAN DE LIMA FERREIRA DA SILVA	24/03/2003	0.40	0.60	0.40	1.20	2.60	0.50	1.90	5.00

Professor de Anos Finais História – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83147	FRANCISCO MANOEL DOS SANTOS	09/08/1988	0.00	0.40	0.40	1.60	2.40	1.00	3.20	6.60
2	85404	HENDRYL ALSENO WASEM	08/08/1991	0.20	0.60	0.40	2.00	3.20	0.00	3.20	6.40
3	88788	HELOISA TEIXEIRA DA SILVA	15/01/2002	0.60	0.40	0.40	1.00	2.40	0.00	3.40	5.80



Professor de Anos Finais História – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	84174	ALDAIR MULLER DE SOUZA	03/03/1989	0.60	0.60	0.60	1.00	2.80	0.00	3.70	6.50

Professor de Anos Finais Inglês – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83547	NATÁLIA CAROLINE SCHRAMM	06/12/1984	0.60	0.40	0.40	1.40	2.80	0.00	4.00	6.80

Professor de Anos Finais Inglês – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83552	SARA FRANÇA FERRAZ	12/11/1991	0.80	0.40	0.40	1.80	3.40	0.00	4.00	7.40
2	86860	NATHÁLIA TEIXEIRA	06/09/1993	0.60	0.40	0.40	1.00	2.40	0.00	3.90	6.30
3	88559	MATEUS VICENTE DA SILVA	15/02/2005	0.20	0.40	0.40	1.40	2.40	0.00	3.40	5.80

Professor de Anos Finais Língua Portuguesa – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	85383	AGNES TATIANE ALVES	15/02/1991	0.80	0.60	0.40	2.00	3.80	1.00	3.60	8.40
2	88409	CHARLENE APARECIDA DE SOUZA	29/09/1981	0.60	0.40	0.20	1.80	3.00	1.00	3.60	7.60
3	87373	HANNA NICOLE DUMKE	30/08/1999	0.40	0.60	0.60	1.80	3.40	0.00	3.90	7.30
4	83548	NATÁLIA CAROLINE SCHRAMM	06/12/1984	0.60	0.40	0.40	1.60	3.00	0.00	4.00	7.00
5	83996	NAYARA TAINA PETERS BEIER	08/08/1992	0.80	0.40	0.20	1.80	3.20	0.00	3.70	6.90
6	86861	NATHÁLIA TEIXEIRA	06/09/1993	0.60	0.40	0.40	1.40	2.80	0.00	3.90	6.70



Professor de Anos Finais Língua Portuguesa – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	88531	EVERTON RICARDO ALONSO	03/09/2001	0.40	0.60	0.40	1.40	2.80	0.50	3.40	6.70
2	88560	MATEUS VICENTE DA SILVA	15/02/2005	0.20	0.40	0.40	0.80	1.80	0.00	3.40	5.20

Professor de Anos Finais Matemática – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	84105	JOÃO PAULO BORGMANN	31/01/1983	0.40	0.60	0.40	1.40	2.80	1.00	3.90	7.70
2	85950	VANESSA RIBEIRO BORGES	15/05/1984	0.60	0.60	0.20	1.40	2.80	1.00	3.40	7.20
3	88428	MATEUS SCHROEDER DA SILVA	06/09/1996	0.80	0.60	0.40	1.60	3.40	0.00	3.70	7.10
4	89640	GUILHERME DO NASCIMENTO	21/07/2000	0.80	0.60	0.20	1.40	3.00	0.00	4.00	7.00
5	82894	LUCIANO MARCELO PEREIRA DA SILVA	20/11/1975	0.80	0.60	0.40	1.00	2.80	0.00	2.90	5.70
6	89135	DANIELE DISSENHA DE JESUS	14/10/1996	0.40	0.60	0.40	0.80	2.20	0.00	3.40	5.60
7	88886	FELIPE VICENTE FERNANDES	09/04/1969	0.00	0.40	0.20	0.80	1.40	1.00	3.00	5.40

Professor de Anos Finais Matemática – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	82507	MÔNICA MARIANO CAMPOS	09/03/1996	0.40	0.60	0.20	1.00	2.20	0.00	4.00	6.20

Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	88696	CARLA CRISTINA HARDT	01/06/1983	0.40	0.60	0.40	1.60	3.00	1.00	4.00	8.00
2	89704	VICTA OGG JONSON GONÇALVES	15/09/1980	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.50	3.80	7.50
3	83534	GLEICE APARECIDA BARBERINO DE OLIVEIRA	28/04/1980	0.40	0.40	0.20	1.40	2.40	1.00	3.80	7.20
4	89052	ANDREIA DOS SANTOS DA SILVA	10/03/1992	0.40	0.20	0.20	1.20	2.00	1.00	3.80	6.80

5



5	88501	ANA MARIA GONÇALVES RIBAS	27/11/1987	0.40	0.60	0.40	0.40	0.80	2.20	1.00	3.40	6.60
6	89470	ANGELA SIMÕES PINTO	11/07/1968	0.60	0.20	0.20	0.20	1.00	2.00	1.00	3.50	6.50
7	89387	ÉRICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS	04/06/1986	0.40	0.40	0.40	0.40	1.20	2.40	1.00	3.10	6.50
8	89232	ANDRELISA GUIBES PABST	02/01/1987	0.60	0.20	0.40	0.40	1.00	2.20	1.00	3.30	6.50
9	82935	LADIRIZE DE JESUS MEIRA	17/09/1993	0.20	0.60	0.20	0.20	1.60	2.60	1.00	2.90	6.50
10	82706	ADRIANE MARIA MARCHIORATO	23/12/1965	0.00	0.60	0.40	0.40	1.20	2.20	1.00	3.20	6.40
11	89786	NIVIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	07/10/1980	0.60	0.60	0.40	0.40	0.80	2.40	0.00	3.80	6.20
12	89502	RICIELLY BECHERT	11/11/1992	0.20	0.40	0.20	0.20	1.00	1.80	1.00	3.30	6.10
13	86220	ANDRÉSIA DA SILVA SANTOS DAL PRÁ	11/09/1987	0.40	0.00	0.00	0.00	1.20	1.60	1.00	3.40	6.00
14	86187	SANDRA MARA DA SILVA	17/05/1984	0.20	0.20	0.20	0.20	0.60	1.20	1.00	3.70	5.90
15	89675	ARIADNE TEREZA PEREIRA DEGUES	16/10/1991	0.40	0.40	0.20	0.20	1.00	2.00	1.00	2.90	5.90
16	88683	NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER	13/12/1978	0.20	0.40	0.00	0.00	1.40	2.00	1.00	2.80	5.80
17	84305	DANIELLE VOLTOLINI FRUTUOSO	07/09/1982	0.40	0.40	0.60	0.60	0.80	2.20	0.00	3.60	5.80
18	87908	ANDRÉIA CORDEIRO DE SOUZA	03/04/1990	0.40	0.40	0.20	0.20	1.20	2.20	0.00	3.60	5.80
19	82734	AMANDA VENCESLÃO BOCK	05/09/1994	0.20	0.20	0.20	0.20	0.80	1.40	1.00	3.40	5.80
20	87635	MAYRA SANDY SILVA	25/09/1998	0.40	0.60	0.20	0.20	1.40	2.60	0.00	3.20	5.80
21	82754	TAISE LIPINSKI KUAPIS	05/01/1990	0.20	0.20	0.20	0.20	0.60	1.20	1.00	3.50	5.70
22	83003	SANDRA FLORENCIO DE SOUZA	14/01/1970	0.40	0.40	0.40	0.40	0.60	1.80	0.00	3.80	5.60
23	88491	KELLY CRISTINA ANDRADE DE PAULA LIMA	11/11/1972	0.20	0.00	0.20	0.20	0.80	1.20	1.00	3.30	5.50
24	84184	KEILA ALVES DA COSTA	23/04/1993	0.60	0.40	0.20	0.20	1.20	2.40	0.00	3.10	5.50
25	83670	JOAO ELIAS MIRANDA BENEDITO	03/12/1979	0.20	0.60	0.20	0.20	1.20	2.20	0.00	3.20	5.40
26	82709	GLAUCIA ALBERTON VIEIRA	01/04/1980	0.20	0.00	0.40	0.40	1.20	1.80	1.00	2.60	5.40
27	82974	KARINA MACHADO	22/02/1996	0.40	0.40	0.20	0.20	1.00	2.00	0.00	3.40	5.40
28	89457	LARYSSA THAMIRES SOUZA LARA DE LIMA	24/09/1998	0.40	0.40	0.20	0.20	1.00	2.00	0.00	3.40	5.40
29	82572	RENATA MIRANDA	02/12/1973	0.20	0.40	0.20	0.20	1.20	2.00	0.00	3.20	5.20
30	83533	TASMÂNIA BARBARA DA ROCHA	17/05/1994	0.20	0.60	0.20	0.20	0.80	1.80	1.00	2.40	5.20
31	83436	KARINE DE CASSIA BEZERRA LIMA	03/11/1982	0.20	0.40	0.20	0.20	0.80	1.60	0.00	3.50	5.10
32	88543	DERLI PERES	23/07/1986	0.60	0.20	0.20	0.20	0.60	1.60	1.00	2.50	5.10



Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	82780	JESSICA LARISSA FOSSILE PINHEIRO	23/04/1986	0.20	0.60	0.40	1.80	3.00	0.50	3.80	7.30
2	82810	TAUANA RODRIGUES TORRES	16/04/2004	0.60	0.40	0.20	1.40	2.60	1.00	3.70	7.30
3	84515	TATIANA RIBEIRO DOS SANTOS	07/04/1997	0.20	0.40	0.20	1.40	2.20	1.00	3.90	7.10
4	88660	PATRICIA PADILHA DE BRITO PSZYBILSKI	17/11/1977	0.80	0.40	0.20	1.40	2.80	1.00	3.20	7.00
5	82540	MIRIAN ADAO MARQUES	27/08/1978	0.80	0.20	0.20	1.20	2.40	1.00	3.50	6.90
6	83922	ALANA CINTIA SOUZA DA PONTE COSTA	05/09/1996	0.00	0.40	0.40	1.20	2.00	1.00	3.80	6.80
7	88518	MARIANA DANIEL ROSA	21/02/1999	0.20	0.60	0.20	1.20	2.20	1.00	3.50	6.70
8	83972	EMELLY FLÁVIA DUARTE SALES	03/05/2004	0.40	0.60	0.20	1.40	2.60	0.50	3.60	6.70
9	89206	ALCIONE DE SOUZA NUNES DA SILVEIRA	10/04/1981	0.20	0.40	0.20	1.20	2.00	1.00	3.60	6.60
10	88757	RENATA SIMOES ARNDT BORGES	24/01/1982	0.40	0.40	0.40	1.20	2.40	1.00	3.10	6.50
11	87863	VANESSA OLIVEIRA DIAS	16/05/1984	0.40	0.60	0.20	1.00	2.20	0.50	3.80	6.50
12	84500	JOELMA DE BRAGA	15/02/1989	0.60	0.40	0.40	1.60	3.00	0.00	3.50	6.50
13	84236	FERNANDA MARCOS BASSAN CANDIDO	12/06/1992	0.20	0.40	0.40	0.80	1.80	1.00	3.70	6.50
14	88532	EVERTON RICARDO ALONSO	03/09/2001	0.40	0.60	0.40	1.20	2.60	0.50	3.40	6.50
15	84426	IDALINA DA CUNHA NETA	24/10/1999	0.00	0.60	0.20	1.40	2.20	1.00	3.20	6.40
16	85871	VANIA GERMANO DA SILVA LEONEL	30/03/1986	0.60	0.60	0.20	1.80	3.20	0.50	2.50	6.20
17	84157	BIANCA CAVALLI	13/07/2004	0.20	0.60	0.20	1.40	2.40	0.50	3.30	6.20
18	83017	BRENDA DAIANE LIMA	11/05/2002	0.60	0.60	0.20	1.20	2.60	0.00	3.40	6.00
19	87347	GABRIELE KAUANE RIBAS DA CONCEIÇÃO	01/03/2004	0.40	0.40	0.20	1.00	2.00	1.00	3.00	6.00
20	87594	MIZEL DA SILVA	31/08/1988	0.20	0.40	0.40	1.00	2.00	0.50	3.30	5.80
21	83394	FERNANDA WANDERSEE LIPINSKI	09/10/1988	0.20	0.00	0.00	1.00	1.20	1.00	3.50	5.70
22	89500	MARGARETE ALVES RAMOS	12/06/1980	0.40	0.40	0.40	0.40	1.60	1.00	3.00	5.60
23	86485	HELLEN UNREIN DOS SANTOS	20/04/2002	0.40	0.40	0.40	0.40	1.60	0.50	3.50	5.60
24	82613	MARIA FERNANDA DA VEIGA MAIA	11/03/2003	0.60	0.40	0.20	0.80	2.00	0.00	3.60	5.60
25	82676	AMANDA CRISTINA MELO DE OLIVEIRA	09/07/1999	0.80	0.40	0.00	1.00	2.20	0.00	3.30	5.50



26	82636	STEFANNY CASTRO DE GREGORI	03/05/2005	0.40	0.60	0.20	1.00	2.20	0.00	3.30	5.50
27	82582	THAIS MYLLENA SZIELASKO	21/01/1999	0.20	0.40	0.40	1.00	2.00	0.00	3.30	5.30
28	82855	VANESSA ROSA DO ESPÍRITO SANTO	25/02/1986	0.40	0.20	0.40	0.80	1.80	0.00	3.30	5.10
29	83656	CRISTIANE FAGUNDES DA SILVA	25/05/1985	0.20	0.40	0.40	0.60	1.60	0.00	3.40	5.00
30	87565	PATRÍCIA OLMEDEO DIAS	19/01/1991	0.20	0.00	0.20	0.60	1.00	1.00	3.00	5.00
31	82642	RAFAELA DOS SANTOS MOTA	14/01/2005	0.20	0.20	0.40	1.00	1.80	0.00	3.20	5.00

Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Artes – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83020	IARA HARDT	16/07/1992	0.40	0.60	0.20	1.40	2.60	1.00	3.60	7.20

Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Artes – (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	88081	MURIELE JULIANA ZAMBONI	07/06/1975	0.20	0.60	0.20	1.20	2.20	0.50	3.90	6.60

Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Educação Física – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	85800	MICHAEL INÁCIO DOS SANTOS	31/01/1989	0.60	0.40	0.40	1.60	3.00	1.50	4.00	8.50
2	82573	LIDIANE KUCZKA LUCINDA	16/02/1982	0.40	0.60	0.60	1.40	3.00	1.00	4.00	8.00
3	87382	MARCIO CASNOCA	14/04/1984	0.40	0.60	0.40	1.00	2.40	1.00	3.60	7.00
4	87384	ANA MARIA GONÇALVES RIBAS	27/11/1987	0.40	0.60	0.40	1.00	2.40	1.00	3.40	6.80
5	83339	BÁRBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN	26/10/1988	0.40	0.20	0.20	1.00	1.80	1.00	3.50	6.30
6	89522	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA	09/11/1992	0.60	0.60	0.40	0.40	2.00	1.00	3.20	6.20
7	88887	FELIPE VICENTE FERNANDES	09/04/1969	0.00	0.40	0.20	1.20	1.80	1.00	3.00	5.80
8	83829	HENRIQUE DE ALMEIDA MACHADO	21/02/1960	0.00	0.60	0.40	0.40	1.40	1.00	3.00	5.40
9	83259	IURI VENSON	16/03/1997	0.20	0.40	0.40	0.80	1.80	0.00	3.40	5.20



10	87636	MAYRA SANDY SILVA	25/09/1998	0.40	0.60	0.20	0.80	2.00	0.00	3.20	5.20
11	88949	DIRAMAR ALVES RODRIGUES	15/08/1974	0.40	0.40	0.40	0.60	1.80	1.00	2.20	5.00

Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Educação Física – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83944	GABRIELLA FERREIRA DEYNA PENSKY	27/10/1998	0.40	0.60	0.60	1.20	2.80	0.50	3.90	7.20
2	82964	CAMILA MOTA DOS SANTOS	02/10/2001	0.60	0.60	0.20	1.20	2.60	0.00	3.90	6.50
3	83001	EDUARDO MENDES DOS SANTOS	01/08/1990	0.20	0.60	0.20	1.60	2.60	1.00	2.80	6.40
4	83032	GABRIEL ANTONIO DA SILVA	07/01/2005	0.60	0.60	0.40	1.00	2.60	0.50	2.80	5.90
5	82634	GABRIELLY SANTOS BERNARDES	10/10/2002	0.40	0.20	0.00	0.60	1.20	1.00	3.50	5.70
6	88398	EMILY MARTINS DA SILVA CRUZ	20/02/2004	0.00	0.60	0.20	1.00	1.80	0.50	3.00	5.30
7	83354	MARIA EDUARDA GONÇALVES DA SILVA	16/07/2004	0.60	0.40	0.20	0.80	2.00	0.50	2.70	5.20

Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Ética e Cidadania – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	86572	RODRIGO LUIZ DA SILVA	14/10/1986	0.20	0.40	0.40	1.60	2.60	1.00	3.70	7.30
2	89552	RAYRA ZIMMERMANN	03/03/1990	0.20	0.40	0.20	1.60	2.40	1.00	3.90	7.30
3	83632	LAÍS EDUARDA DOMINGOS	16/07/1994	0.60	0.20	0.20	1.40	2.40	1.00	3.70	7.10
4	83554	GABRIEL GAUDERTH	29/09/1997	0.40	0.60	0.20	1.40	2.60	0.00	4.00	6.60
5	89351	EVANDRO MOREIRA LEITHOLD	27/08/1997	0.40	0.60	0.60	1.20	2.80	0.00	3.70	6.50
6	83864	SALVIANE MAGDA NARDES	30/03/1982	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	3.20	6.40
7	85405	HENDRYL ALSENO WASEM	08/08/1991	0.20	0.60	0.40	1.80	3.00	0.00	3.20	6.20
8	87671	CRISTINA COUTO OLIVEIRA	13/02/1967	0.20	0.00	0.20	1.40	1.80	1.00	3.00	5.80



Professor de Anos Iniciais e Anos Finais Ética e Cidadania – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	87586	ANA PAULA SCHULLI DA SILVA	23/01/1994	0.40	0.40	0.20	2.00	3.00	0.50	4.00	7.50
2	83292	CARLA DAVET DE CARVALHO	10/01/2003	0.20	0.40	0.20	1.80	2.60	1.00	3.70	7.30
3	83382	MARCELA ANTUNES JADACH STRUCK	05/09/1983	0.20	0.40	0.40	1.40	2.40	0.50	4.00	6.90
4	85269	CLAUDIA ZVETCH JELONSCHKE	23/02/1986	0.20	0.40	0.60	1.20	2.40	0.50	3.90	6.80
5	89172	JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA	12/01/1996	0.60	0.40	0.60	1.40	3.00	0.00	3.80	6.80
6	88764	ALDAIR MULLER DE SOUZA	03/03/1989	0.60	0.60	0.60	1.20	3.00	0.00	3.70	6.70
7	89529	ALIRIA MARIA DE OLIVEIRA	15/05/1995	0.20	0.40	0.00	1.00	1.60	1.00	4.00	6.60
8	83973	EMELLY FLÁVIA DUARTE SALES	03/05/2004	0.40	0.60	0.20	1.20	2.40	0.50	3.60	6.50
9	85286	STEPHANY CRISTINA GAI	21/03/1996	0.20	0.20	0.20	1.20	1.80	1.00	3.50	6.30
10	85872	VANIA GERMANO DA SILVA LEONEL	30/03/1986	0.60	0.40	0.20	2.00	3.20	0.50	2.50	6.20
11	87595	MIZAE DA SILVA	31/08/1988	0.20	0.40	0.40	1.20	2.20	0.50	3.30	6.00
12	88649	VERONICE SILVA DOS SANTOS	15/05/1983	0.20	0.00	0.40	0.80	1.40	1.00	2.60	5.00
13	82643	RAFAELA DOS SANTOS MOTA	14/01/2005	0.40	0.20	0.40	0.80	1.80	0.00	3.20	5.00

Professor de Educação Infantil – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	87592	CAROLAYNE DIAS FERNANDES PEREIRA	24/10/1997	0.40	0.40	0.20	1.60	2.60	1.00	3.80	7.40
2	83633	LAÍS EDUARDA DOMINGOS	16/07/1994	0.80	0.40	0.20	1.20	2.60	1.00	3.70	7.30
3	84037	HORTENCIA DOS SANTOS	18/07/1977	0.40	0.20	0.20	1.80	2.60	1.00	3.50	7.10
4	85306	FERNANDA MENDES MOTA	05/05/1981	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	3.70	6.90
5	88622	TARCIZIA FERNANDA BRITO DE QUEIROZ	07/07/1986	0.60	0.60	0.40	1.60	3.20	0.00	3.70	6.90
6	89233	ANDRELISA GUIBES PABST	02/01/1987	0.60	0.20	0.40	1.40	2.60	1.00	3.30	6.90
7	82936	LADIRIZE DE JESUS MEIRA	17/09/1993	0.40	0.40	0.20	2.00	3.00	1.00	2.90	6.90
8	85249	ÉRICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS	04/06/1986	0.60	0.40	0.40	1.20	2.60	1.00	3.10	6.70



9	83997	NAYARA TAINA PETERS BEIER	08/08/1992	0.80	0.40	0.20	1.60	3.00	0.00	3.70	6.70
10	86221	ANDRÉSIA DA SILVA SANTOS DAL PRÁ	11/09/1987	0.20	0.20	0.20	1.60	2.20	1.00	3.40	6.60
11	89053	ANDREIA DOS SANTOS DA SILVA	10/03/1992	0.20	0.00	0.20	1.40	1.80	1.00	3.80	6.60
12	89446	GABRIELA PETRY PAULI	13/10/1994	0.40	0.60	0.20	1.40	2.60	1.00	3.00	6.60
13	89739	MAYARA CAROLINE SCHMIDT	09/12/1997	0.00	0.60	0.40	1.60	2.60	0.00	4.00	6.60
14	84169	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	19/05/1983	0.40	0.20	0.00	2.00	2.60	1.00	2.90	6.50
15	88831	GABRIELA STEUCK	10/12/1988	0.40	0.40	0.00	1.60	2.40	1.00	2.90	6.30
16	83218	MARI ESTELLA JARECKI	18/09/1966	0.40	0.20	0.40	1.00	2.00	1.00	3.20	6.20
17	85084	MARISA M C CECATTO	16/09/1981	0.20	0.40	0.20	1.60	2.40	1.00	2.80	6.20
18	87475	ANDREIA MARTINHAK FERRAZZA	13/10/1977	0.40	0.20	0.00	0.80	1.40	1.00	3.70	6.10
19	83209	JOELMA CRISTINA GONÇALVES DIERSCHNABEL	21/01/1981	0.20	0.40	0.20	1.00	1.80	1.00	3.30	6.10
20	86188	SANDRA MARA DA SILVA	17/05/1984	0.20	0.20	0.20	0.80	1.40	1.00	3.70	6.10
21	87904	ANDRÉIA CORDEIRO DE SOUZA	03/04/1990	0.40	0.40	0.20	1.40	2.40	0.00	3.60	6.00
22	82735	AMANDA VENCESLAO BOCK	05/09/1994	0.20	0.20	0.20	1.00	1.60	1.00	3.40	6.00
23	83035	REGIANE SARAMENTO	16/06/1977	0.40	0.40	0.20	1.00	2.00	1.00	2.90	5.90
24	83492	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	24/12/1980	0.40	0.40	0.00	0.80	1.60	1.00	3.30	5.90
25	83437	KARINE DE CASSIA BEZERRA LIMA	03/11/1982	0.60	0.40	0.60	0.80	2.40	0.00	3.50	5.90
26	83539	MARIELLEN DE OLIVEIRA GARCIA	10/06/1992	0.20	0.40	0.20	2.00	2.80	0.00	3.10	5.90
27	83862	ANDRESSA BOERGERSHAUSEN MIRANDA	21/07/1994	0.40	0.60	0.20	0.80	2.00	1.00	2.90	5.90
28	87266	VIVIANE GERCKER LEANDRO	15/06/1984	0.20	0.20	0.40	1.20	2.00	1.00	2.80	5.80
29	87793	LETICIA SARAMENTO DE OLIVEIRA	14/01/1988	0.60	0.40	0.20	1.40	2.60	0.00	3.20	5.80
30	88481	MARA DE ARAÚJO VEIGA	15/07/1989	0.40	0.40	0.00	1.40	2.20	0.00	3.60	5.80
31	88023	CLEUSA DOMINGUES	03/08/1972	0.00	0.40	0.20	1.00	1.60	1.00	3.10	5.70
32	88610	ELIZETE APARECIDA MOREIRA	18/05/1977	0.60	0.40	0.20	1.20	2.40	0.00	3.30	5.70
33	86941	VANESSA ROCHINSKI PIZATTO	30/03/1987	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	2.50	5.70
34	89630	INDIANARA HATTENHAUER	11/01/1990	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	0.00	3.50	5.70
35	82710	GLAUCIA ALBERTON VIEIRA	01/04/1980	0.20	0.00	0.40	1.20	1.80	1.00	2.60	5.40
36	82645	EDILAINE PIEKATOSKI DA SILVA	07/07/1993	0.20	0.20	0.20	1.20	1.80	1.00	2.60	5.40



37	88544	DERLI PERES	23/07/1986	0.60	0.20	0.20	0.80	1.80	1.00	2.50	5.30
38	88105	KETLYN DE SOUZA COSTA	08/06/1988	0.40	0.20	0.20	1.00	1.80	0.00	3.40	5.20
39	84196	MAIKELY APARECIDA CABRAL	27/03/1993	0.20	0.40	0.20	1.80	2.60	0.00	2.40	5.00

Professor de Educação Infantil – Nível I (Não Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	83026	JOSUE LUIZ KASPECHAK ANACLETO	27/04/2001	0.80	0.60	0.40	1.80	3.60	0.50	3.40	7.50
2	82781	JESSICA LARISSA FOSSILE PINHEIRO	23/04/1986	0.00	0.60	0.40	2.00	3.00	0.50	3.80	7.30
3	87587	ANA PAULA SCHULLI DA SILVA	23/01/1994	0.40	0.40	0.20	1.80	2.80	0.50	4.00	7.30
4	84177	BRUNA ESTEVAM	07/07/2002	0.80	0.40	0.20	1.20	2.60	1.00	3.70	7.30
5	85817	VANESSA OLIVEIRA DIAS	16/05/1984	0.40	0.60	0.20	1.60	2.80	0.50	3.80	7.10
6	88519	MARIANA DANIEL ROSA	21/02/1999	0.20	0.60	0.20	1.60	2.60	1.00	3.50	7.10
7	87993	MARIA EDUARDA TEIXEIRA FELIPE	30/12/2003	0.60	0.60	0.40	1.00	2.60	0.50	4.00	7.10
8	88661	PATRICIA PADILHA DE BRITO PSZYBILSKI	17/11/1977	0.80	0.40	0.20	1.40	2.80	1.00	3.20	7.00
9	85270	CLAUDIA ZVETCH JELONSCHECK	23/02/1986	0.20	0.40	0.60	1.40	2.60	0.50	3.90	7.00
10	83923	ALANA CINTIA SOUZA DA PONTE COSTA	05/09/1996	0.00	0.40	0.40	1.40	2.20	1.00	3.80	7.00
11	82475	RÚBIA FERNANDA DA VEIGA	28/11/2003	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	3.40	6.60
12	88758	RENATA SIMOES ARNDT BORGES	24/01/1982	0.20	0.40	0.40	1.40	2.40	1.00	3.10	6.50
13	84237	FERNANDA MARCOS BASSAN CANDIDO	12/06/1992	0.20	0.40	0.40	0.80	1.80	1.00	3.70	6.50
14	85966	ALICE CRISTINE CABRAL PEDROSO	12/06/2003	0.60	0.40	0.40	1.20	2.60	0.00	3.80	6.40
15	87348	GABRIELE KAUANE RIBAS DA CONCEIÇÃO	01/03/2004	0.40	0.40	0.20	1.40	2.40	1.00	3.00	6.40
16	88095	JOCELIA TOBLER DUARTE SILVEIRA	04/02/1983	0.40	0.40	0.20	1.60	2.60	0.50	3.20	6.30
17	82523	GISELLE TEODORO GOMES	02/04/1984	0.20	0.60	0.40	1.40	2.60	0.50	3.20	6.30
18	83395	FERNANDA WANDERSEE LIPINSKI	09/10/1988	0.40	0.00	0.00	1.40	1.80	1.00	3.50	6.30
19	83983	MIRELLA CHRISTINA CARNEIRO	08/12/2004	0.80	0.00	0.20	1.20	2.20	1.00	3.00	6.20
20	89124	SUELEN MARIA PINHEIRO	16/03/1998	0.20	0.40	0.20	1.40	2.20	0.50	3.40	6.10
21	88607	CAROLINE ROCHA	11/02/2004	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	2.90	6.10



22	87355	JANAINA NUNES DA SILVA DE OLIVEIRA	20/10/1986	0.20	0.40	0.40	0.40	1.60	2.60	0.50	2.90	6.00
23	83171	ROSILENE HENRIQUE ADÃO	01/11/1990	0.60	0.20	0.00	0.00	1.40	2.20	0.50	3.20	5.90
24	84218	LUAN DE LIMA FERREIRA DA SILVA	24/03/2003	0.40	0.60	0.40	0.40	1.40	2.80	1.00	1.90	5.70
25	89408	FLÁVIA MARESSA CORREA DA SILVA	09/08/2003	0.20	0.20	0.20	0.20	1.20	1.80	0.00	3.90	5.70
26	82805	LILIMAR VALSECHI	08/01/1983	0.40	0.40	0.20	0.20	1.20	2.20	1.00	2.40	5.60
27	82858	MARILENE DE FÁTIMA DE PAULA	18/03/1983	0.20	0.20	0.20	0.20	1.40	2.00	0.00	3.60	5.60
28	88016	GISLAINE CORDEIRO DE ANDRADES MORENO	02/02/1990	0.40	0.40	0.20	0.20	1.20	2.20	0.50	2.90	5.60
29	82510	ANA PAULA MEIRINHO WACHHOLZ KVITSCHAL	16/04/2001	0.00	0.40	0.00	0.00	1.00	1.40	0.50	3.70	5.60
30	82856	VANESSA ROSA DO ESPÍRITO SANTO	25/02/1986	0.40	0.20	0.40	0.40	1.20	2.20	0.00	3.30	5.50
31	87739	ÉDINA DE FÁTIMA LOURES FAGUNDES	29/01/1990	0.00	0.60	0.20	0.20	0.40	1.20	0.50	3.80	5.50
32	82619	MAIARA CRISTINE DA COSTA CARDOSO	15/04/1992	0.00	0.40	0.40	0.40	1.00	1.80	1.00	2.70	5.50
33	82677	AMANDA CRISTINA MELO DE OLIVEIRA	09/07/1999	0.40	0.40	0.40	0.40	1.00	2.20	0.00	3.30	5.50
34	83525	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	31/03/1982	0.40	0.60	0.20	0.20	1.20	2.40	1.00	2.00	5.40
35	87566	PATRICIA OLMEDE DIAS	19/01/1991	0.20	0.40	0.20	0.20	0.60	1.40	1.00	3.00	5.40
36	88937	KETELIN KATERINE GABRIELA NUNES MOREIRA SOARES	13/07/1993	0.20	0.40	0.20	0.20	1.00	1.80	0.50	3.00	5.30
37	82579	JOSIANE FIUZA DOS SANTOS	01/04/1994	0.40	0.40	0.20	0.20	1.60	2.60	0.00	2.70	5.30
38	82748	TAYNA STEUCK	03/04/1995	0.80	0.20	0.40	0.40	1.20	2.60	0.00	2.70	5.30
39	88594	CAMILA LIMA DA LUZ	22/07/1998	0.40	0.40	0.20	0.20	0.80	1.80	0.00	3.50	5.30
40	82575	LEANDRA BORGES NEITZKE	11/11/1999	0.20	0.00	0.20	0.20	1.20	1.60	0.00	3.70	5.30
41	87407	KAYLAINE DEGUES LEITE	28/12/2002	0.20	0.20	0.20	0.20	1.40	2.00	0.00	3.20	5.20
42	87288	JUCELIA MENDES	09/06/1986	0.00	0.40	0.60	0.60	1.00	2.00	0.50	2.60	5.10
43	89624	ANDRESSA KETLIN GREVENHAGEN	19/11/1999	0.20	0.20	0.20	0.20	0.80	1.40	1.00	2.70	5.10
44	83657	CRISTIANE FAGUNDES DA SILVA	25/05/1985	0.20	0.40	0.40	0.40	0.60	1.60	0.00	3.40	5.00



Professor Intérprete de Libras – Educação Infantil, Ensino Fundamental – Nível II (Habilitado)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	86213	LIGIA CLAUDIA TEMOTEO KRUGER	12/05/1975	0.80	0.00	0.20	1.80	2.80	1.00	4.00	7.80
2	84170	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	19/05/1983	0.40	0.20	0.20	1.60	2.40	1.00	2.90	6.30

Supervisor Escolar - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Redação	Média final
1	86785	AUDREY PINTO MOREIRA SPAGOLLA	14/07/1965	0.20	0.40	0.40	1.00	2.00	1.00	3.70	6.70
2	82517	SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE	05/11/1974	0.40	0.40	0.20	1.20	2.20	1.00	3.50	6.70
3	82854	ANGELA DALLAGRANA	02/07/1979	0.20	0.60	0.40	1.40	2.60	0.00	3.00	5.60
4	88492	KELLY CRISTINA ANDRADE DE PAULA LIMA	11/11/1972	0.20	0.00	0.20	0.40	0.80	1.00	3.30	5.10

Garuva (SC), 08 de dezembro de 2023.

Lucileide de Fátima Bueno Feldhaus
Presidente da Comissão Coordenadora
Portaria nº 43/2023

JULGAMENTO DOS RECURSOS NOTAS E CLASSIFICAÇÃO EDITAL Nº 10/2023 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5410801

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2023

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

O MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e a empresa SC Treinamentos, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2023, conforme segue:

Recurso nº 01. Candidato(a) de inscrição nº 89686.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou documentação válida para pontuação nesta etapa do certame, ou seja, enviou certificado de curso de aperfeiçoamento e não certificado de especialização em nível de pós-graduação, conforme determina o edital na primeira coluna da tabela 'a' do item 7.2. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 02. Candidato(a) de inscrição nº 87941.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou documentação válida para pontuação nesta etapa do certame, ou seja, de acordo com a tabela 'a' do item 7.2. do edital. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 03. Candidato(a) de inscrição nº 88562.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou documentação válida para pontuação nesta etapa do certame, ou seja, de acordo com a tabela 'a' do item 7.2. do edital. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 04. Candidato(a) de inscrição nº 83656.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou, tempestivamente e de acordo com os termos do edital, documentação para esta etapa do certame. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 05. Candidato(a) de inscrição nº 82855.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que a documentação encaminhada não comprova que o(a) candidato(a) está cursando o 8º período do curso, conforme afirma em seu recurso. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 06. Candidato(a) de inscrição nº 89457.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou documentação válida para pontuação nesta etapa do certame, ou seja, de acordo com a tabela 'a' do item 7.2. do edital. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 07. Candidato(a) de inscrição nº 87474.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou documentação válida para pontuação nesta etapa do certame, ou seja, de acordo com a tabela 'a' do item 7.2. do edital. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 08. Candidato(a) de inscrição nº 83657.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que não enviou, tempestivamente e de acordo com os termos do edital, documentação para esta etapa do certame. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 09. Candidato(a) de inscrição nº 82856.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer revisão da pontuação da prova de títulos. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que a documentação encaminhada não comprova que o(a) candidato(a) está cursando o 8º período do curso, conforme afirma em seu recurso. Portanto, recurso improvido.

Recurso nº 10. Candidato(a) de inscrição nº 84236 e 84237.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) se insurge quanto a análise da documentação de PCD. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que a documentação foi analisada, bem como será publicada a classificação final dos candidatos PCD.

Recurso nº 11. Candidato(a) de inscrição nº 82820.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) se insurge quanto a nota da prova objetiva, bem como a nota da redação. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a pontuação da nota da Prova Objetiva condiz com as marcações do cartão-resposta efetuadas pelo(a) candidato(a), ou seja, está correta. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviada ao e-mail do(a) candidato(a) para conferência, em caso de solicitação.

Quanto a nota da redação, constatou-se que ocorreram, ao longo do texto:

22 erros ortográficos, o que ocasionou desconto de 2,2 pontos (0,1 cada erro, conforme edital).

8 erros de coesão e coerência, o que ocasionou desconto de 0,8 pontos (0,1 cada erro, conforme edital).

5 erros de concordância nominal e/ou verbal, o que ocasionou desconto de 0,5 pontos (0,1 cada erro, conforme edital).

No total, foram descontados 3,5 pontos, resultando na nota final 0,5.
Portanto, recurso improvido.

Garuva (SC), 08 de dezembro de 2023.
Lucileide de Fátima Bueno Feldhaus
Presidente da Comissão Coordenadora
Portaria nº. 43/2023

PORTARIA Nº 385/2023

Publicação Nº 5411021

PORTARIA Nº. 385 de 07 de dezembro de 2023.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DO SERVIDOR CARLOS ALBERTO POPPER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98;

CONSIDERANDO, a Portaria de Readaptação nº 110/2009;
CONSIDERANDO, o processo de readaptação funcional nº 2208/2018;
CONSIDERANDO, parecer do médico do trabalho e da junta médica oficial do município;

RESOLVE:

Art. 1o. – Prorrogar a readaptação do servidor público municipal CARLOS ALBERTO POPPER, da função de PROFESSOR, para exercer funções administrativas onde houver necessidade, por mais 180 (cento e oitenta dias), em razão das limitações de sua capacidade laborativa.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 180(cento e oitenta) dias, a contar de 31 de outubro de 2023.

Art. 3o. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 386/2023

Publicação Nº 5411024

PORTARIA Nº. 386 de 08 de dezembro de 2023.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DA SERVIDORA JULIANA BRASSANINI PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

CONSIDERANDO, a Portaria de Readaptação nº. 426/20214;
CONSIDERANDO Processo nº 1974/2014;
CONSIDERANDO, parecer da junta médica do município;

RESOLVE:

Art. 1o. – Prorrogar a readaptação da servidora JULIANA BRASSANINI PEREIRA, para exercer as atribuições funcionais constantes no Processo Administrativo nº 1974/2014, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, sem prejuízo de seus vencimentos anteriores, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 180 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta portaria.

Art. 3o. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 12 de agosto de 2023.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 387/2023

Publicação Nº 5411170

PORTARIA Nº 387 de 08 de dezembro de 2023

"Dispõe sobre Autorização de utilização da de espaços públicos para realização de Evento Evangelístico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

CONSIDERANDO o § 3º do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a autorização de uso de bem público para atividades ou usos específicos e transitórios;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo representante da Igreja Morada Cristã de Garuva – CNPJ 23.856.379/0001-12, neste ato representado por Cristiane Rosa Costa portadora do CPF 010.162.609-62, à Secretaria de Inovação, Comunicação e Turismo;

CONSIDERANDO o posicionamento favorável do Responsável pela Pasta de Turismo quanto à procedência do pedido;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR O USO da Praça Pedro Ivo Campos para a Igreja Morada Cristã de Garuva no dia 03 de janeiro de 2024 das 20h00 às 23h00.

Art. 2º A autorização limita-se ao uso do espaço público e não exime os responsáveis pela obtenção de Alvarás de Autorização, junto às autoridades competentes necessários à realização do evento, não gerando por consequência, qualquer responsabilidade ao Município.

Art. 3º A autorização ora concedida fica condicionada a assinatura pelo representante legal de termo de compromisso e declaração de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem.

Art. 4º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Paço Municipal, comunicando-se o requerente.

Rodrigo Adrian David
Prefeito de Garuva

Gaspar

PREFEITURA

ADITIVO 4 CONTRATO SAF-5/2023

Publicação N° 5409834

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 4 - CONTRATO N° SAF-5/2023

Tomada de preços n°: 32/2022. OBJETO: acréscimo (R\$ 118.612,42) e supressão (R\$ 18.226,80) do contrato para a construção de praça esportiva no Bairro Santa Terezinha. CONTRATADA: CONSTRUTORA SCHROEDER E SCHMIDT LTDA. (43.887.548/0001-08). Carlos Francisco Bornhausen – Secretário de Planejamento Territorial

AVISO CONCORRÊNCIA N° 04/2023

Publicação N° 5410863

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09F484BF2AFB73B0ACD7714902884F4BFF6C1F7E

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Concorrência n° 04/2023

OBJETO: Registro de preços para serviços de jardinagem. ENTREGA ENVELOPES: até às 09 horas do dia 09/02/2024. ABERTURA: dia 09/02/2024 às 09h30min. Integra do Edital no Depto. de Compras, Rua São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br. Roni Jean Muller – Secretário de Obras e Serviços Urbanos do Município de Gaspar.

DECRETO N° 11.406, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5411103

DECRETO N° 11.406, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO GASPAR GRANDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365/41, um imóvel matriculado sob o n° 16.251 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Bonifácio Augusto Isensee, no bairro Gaspar Grande, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Campesina M. Participações LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 27.511.422/0001-88, contendo as seguintes características:

I. PARCELA 3 - A ser desmembrada para a Rua Bonifácio Augusto Isensee: 416,98m²; Iniciando a descrição partindo do vértice VA (Coordenadas X: 698.931,782 Y: 7.017.440,131, Az: 319°34'5") seguindo com ângulo interno 103°37'13" e distância 12,35 metros até chegar ao vértice V0 (Coordenadas X: 698.939,789 - Y: 7.017.430,733, Az: 243°10'2"), confrontando com a Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue partindo com o ângulo interno de 76°19'20" e distância 34,55 metros chega-se ao vértice VE (Coordenadas X: 698.908,548 Y: 7.017.416,003, Az: 317°39'51") confrontando com a Parcela 2. Deste segue partindo com o ângulo interno de 110°35'58" e distância 12,84 metros chega-se ao vértice vértice VD (Coordenadas X: 698.899,898 - Y: 7.017.425,497, Az: 69°40'22") confrontando com a Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue com o ângulo interno de 67°7'17" e distância 35,08 metros chega-se ao vértice VA (Coordenadas X: 698.931,782 Y: 7.017.440,131, Az: 319°34'5") Parcela 01.

Art. 2º A desapropriação ou aquisição dos imóveis descritos no artigo 1º tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para abertura da Rua Bonifácio Augusto Isensee, no bairro Gaspar Grande, nominada pela Lei Municipal n° 1.611, de 1º de julho de 1996.

Art. 3º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 5 de dezembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Proprietário: CAMPESINA M PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 27.511.422/0001-88

Local: Rua Bonifácio Augusto Isensee

Bairro: Gaspar Grande.

Finalidade: Desapropriação Amigável

Matrícula: 16.251

Área a ser Desapropriada: 416,98 m²
Processo: 821-22-GAS-PAR

Terreno Urbano

PARCELA 3 - A ser desmembrada para a Rua Bonifácio Augusto Isensee: 416,98m²;
Iniciando a descrição partindo do vértice VA (Coordenadas X: 698.931,782 Y: 7.017.440,131, Az: 319°34'5") seguindo com ângulo interno 103°37'13" e distância 12,35 metros até chegar ao vértice V0 (Coordenadas X: 698.939,789 - Y: 7.017.430,733, Az: 243°10'2"), confrontando com a Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue partindo com o ângulo interno de 76°19'20" e distância 34,55 metros chega-se ao vértice VE (Coordenadas X: 698.908,548 Y: 7.017.416,003, Az: 317°39'51") confrontando com a Parcela 2. Deste segue partindo com o ângulo interno de 110°35'58" e distância 12,84 metros chega-se ao vértice vértice VD (Coordenadas X: 698.899,898 - Y: 7.017.425,497, Az: 69°40'22") confrontando com a Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue com o ângulo interno de 67°7'17" e distância 35,08 metros chega-se ao vértice VA (Coordenadas X: 698.931,782 Y: 7.017.440,131, Az: 319°34'5") Parcela 01.

Valor do Imóvel:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui a área PARCELA 3 de 416,98m² (Quatrocentos e dezesseis metros e noventa e oito decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 32.292,54 (trinta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Ata:

Em 23 de Novembro de 2023, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento Territorial reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelo Decreto nº. 7910/18, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui duas vias que vai devidamente assinada.

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

Jonas José Schramm
Matricula nº 7589

Giovane Francesco Deschamps
Matricula nº 105

DECRETO Nº 11.407, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411111

DECRETO Nº 11.407, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO GASPAR GRANDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, um imóvel matriculado sob o nº 16.250 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Bonifácio Augusto Isensee, no bairro Gaspar Grande, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Campesina M. Participações LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 27.511.422/0001-88, contendo as seguintes características:

I. PARCELA 3 - A ser desmembrada para a Rua Bonifácio Augusto Isensee: 408,46m²; Iniciando a descrição partindo do vértice V1 (Coordenadas X:698.969,289 Y:7.017.447,729, Az: 318°24'45") seguindo com ângulo interno 79°14'13" e distância 12,24 metros até chegar ao vértice V4 (Coordenadas X:698.961,163 - Y:7.017.456,883, Az: 239°9'17"), confrontando com lado ímpar da Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue com o ângulo interno de 100°45'31" e distância 33,83 metros chega-se ao vértice VA (Coordenadas X:698.931,782 Y:7.017.440,131, Az: 139°44'55") confrontando com Parcela 1; Deste segue com o ângulo interno de 76°31'21" e distância 12,35 metros chega-se ao vértice V0 (Coordenadas X:698.939,789 - Y:7.017.430,733, Az: 61°9'14") confrontando com a parcela 3 de Campesina M. Participações LTDA - M-16251, a desmembrar para a Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue com o ângulo interno de 103°1'59" e distância 34,05 metros chega-se ao vértice V1 (Coordenadas X:698.969,289 Y:7.017.447,729, Az: 318°24'45") confrontando com a Parcela 2.

Art. 2º A desapropriação ou aquisição dos imóveis descritos no artigo 1º tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para abertura da Rua Bonifácio Augusto Isensee, no bairro Gaspar Grande, nominada pela Lei Municipal nº 1.611, de 1º de julho de 1996.

Art. 3º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 5 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Proprietário: CAMPESINA M PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 27.511.422/0001-88
Local: Rua Bonifácio Augusto Isensee
Bairro: Gaspar Grande.
Finalidade: Desapropriação Amigável
Matrícula: 16.250
Área a ser Desapropriada: 408,46 m²
Processo: 822-22-GAS-PAR

Terreno Urbano

PARCELA 3 - A ser desmembrada para a Rua Bonifácio Augusto Isensee: 408,46m²;
Iniciando a descrição partindo do vértice V1 (Coordenadas X:698.969,289 Y:7.017.447,729, Az: 318°24'45") seguindo com ângulo interno 79°14'13" e distância 12,24 metros até chegar ao vértice V4 (Coordenadas X:698.961,163 - Y:7.017.456,883, Az: 239°9'17"), confrontando com lado ímpar da Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue com o ângulo interno de 100°45'31" e distância 33,83 metros chega-se ao vértice VA (Coordenadas X:698.931,782 Y:7.017.440,131, Az: 139°44'55") confrontando com Parcela 1; Deste segue com o ângulo interno de 76°31'21" e distância 12,35 metros chega-se ao vértice V0 (Coordenadas X:698.939,789 - Y:7.017.430,733, Az: 61°9'14") confrontando com a parcela 3 de Campesina M. Participações LTDA – M-16251, a desmembrar para a Rua Bonifácio Augusto Isensee. Deste segue com o ângulo interno de 103°1'59" e distância 34,05 metros chega-se ao vértice V1 (Coordenadas X:698.969,289 Y:7.017.447,729, Az: 318°24'45") confrontando com a Parcela 2.

Valor do Imóvel:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui a área PARCELA 3 de 408,46m² (Quatrocentos e oito metros e quarenta e seis centímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 31.632,72 (trinta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos).

Ata:

Em 23 de Novembro de 2023, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento Territorial reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelo Decreto nº. 7910/18, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui duas vias que vai devidamente assinada.

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

Jonas José Schramm
Matricula nº 7589

Giovane Francesco Deschamps
Matricula nº 105

DECRETO Nº 11.415, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411124

DECRETO Nº 11.415, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e com fundamento no artigo 15 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através do Decreto nº 11.352, de 8 de novembro de 2023, da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2019, para o cargo abaixo descrito, em virtude de não assumir no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
VANESSA GOLFETTO ULIANO	MÉDICO DO TRABALHO	10	4º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 7 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 11.416, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411128

DECRETO Nº 11.416, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2019, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ALESSANDRO NICESIO DE BARROS	MÉDICO DO TRABALHO	10	5º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 7 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 11.417, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411134

DECRETO Nº 11.417, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e com fundamento no artigo 15 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através do Decreto nº 11.404, de 4 de dezembro de 2023, da candidata habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2019, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
DANIELA KELLER	ENFERMEIRA	40	12º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 7 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 11.418, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411136

DECRETO Nº 11.418, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2019, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
RITA DEGGAU SCHMIDT	ENFERMEIRA	40	13º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 7 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 11.422, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411140

DECRETO Nº 11.422, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, em substituição, os membros abaixo identificados, para integrarem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Gestão 2022/2024:

ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal da Saúde	Scheila Regina Boettner Titular	Geovanea Alves de Andrade Zimmermann Titular
	Angela Mara Knyreck Dalagnol Suplente	Scheila Regina Boettner Suplente

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 11.110, de 4 de julho de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 7 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 11.424, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411143

DECRETO Nº 11.424, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.
DESIGNA O SERVIDOR LUIS CESAR HENING PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 1º de dezembro de 2023, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 2 de agosto de 2017, o servidor efetivo LUIS CESAR HENING, inscrito no CPF sob o nº 817.***.559-**, para o exercício de Função Gratificada de Ouvidor de Conduta em Saúde, nível 1, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023.

Gaspar, 8 de dezembro de 2023.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2023

Publicação Nº 5411066

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS.
Da especificação do(s) vencedor (es):

Fornecedor	CNPJ	VALOR GLOBAL
DESENTUPIDORA ITAJAI LTDA.	CNPJ Nº 40.476.219/0001-86	R\$ 47.100,10.

EVOLUTION LOCACOES, CONSTRUCAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA.	CNPJ Nº 13.314.872/0001-76	R\$ 66.460,00.
HB SONORIZACAO E EVENTOS EIRELI.	CNPJ Nº 24.448.705/0001-34	R\$ 7.703.394,86.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ Nº 83.102.244/0001-02).
Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FMEL (CNPJ Nº 05.322.930/0001-85).
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE (CNPJ Nº 82.636.028/0001-84).

Gaspar/SC, 08 de dezembro de 2023.
PABLO RICARDO FACHINI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
EMERSON ANTUNES
Secretário Municipal de Educação
RAFAELE VANCINI
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FMEL
JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

LEI Nº 4.364, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411099

LEI Nº 4.364, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023.

DENOMINA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO RUI JOSÉ HEUSI ZIMMERMANN, O CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO SITUADO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Gaspar aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Centro de Convivência do Idoso Rui José Heusi Zimmermann, o Centro de Convivência do Idoso localizado na Rua Frei Canísio, nº 500, bairro Coloninha, no Município de Gaspar.

Parágrafo único. O Centro de Convivência do Idoso ora denominado possui 900,20m² (novecentos metros e vinte decímetros quadrados) de área edificada.

Art. 2º O histórico do homenageado é parte integrante desta Lei, na forma de Anexo Único.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 1º de dezembro de 2023.
Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

ANEXO ÚNICO HISTÓRICO DO HOMENAGEADO

Rui José Heusi Zimmermann, nascido em 31 de maio de 1944, gasparense nato, amava viver em nossa cidade. Passou sua adolescência com seus pais, morando em frente ao antigo clube "Sociedade Recreativa Alvorada", onde os mesmos eram ecônomos. Nos anos de 1960 foram morar no bairro Pocinho e nesta mesma época fundaram a empresa de doces "Arco-íris" biscoitos amanteigados e caseiros.

Em 1968, Rui se casou com Laura Maria (Nina). Do matrimônio adveio o nascimento de dois filhos, sendo Ivan Patrick Zimmermann e Patrícia Ivana Zimmermann, construindo, assim, sua família.

Em 1983 e 1984, após as terríveis enchentes que assolaram a região, a empresa passou por muitas dificuldades e Rui teve que passar as atividades adiante. A empresa então foi para Jaraguá do Sul.

O homenageado foi diretor social do clube "Sociedade Recreativa Alvorada", presidente dos artesões de Gaspar, integrante e presidente da Associação Brasileira de Bandas e Fanfarras (ABAFVI) do Vale do Itajaí. Ainda, trouxe para nossa cidade o 1º Concurso de Bandas e Fanfarras, que neste ano chegou a sua 35ª edição.

Rui iniciou na Prefeitura de Gaspar durante o mandato do Prefeito Francisco Hostins, na Secretaria de Turismo e Cultura, ausentou-se por alguns anos, retornando à Prefeitura no mandato do Prefeito Bernardo Leonardo Spengler (Nadinho), desempenhando as funções de Coordenador da 3ª Idade.

Anos depois, passou a exercer o cargo de Assessor de Assuntos Para a Melhor Idade. Durante este período, proporcionou vários encontros, atividades, gincanas, concursos de culinária, rei e rainha, viagens, tardes dançantes, dentre outros eventos à comunidade idosa de Gaspar.

Após longos 18 anos de muita dedicação e amor ao que fazia, Rui resolveu se aposentar. Veio a óbito aos 76 (setenta e seis) anos, em 22 de julho de 2020, em sua residência.

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-122/2023

Publicação Nº 5410200

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-122/2023

Início da vigência: 07/12/2023 Vencimento: 06/12/2024. Tomada de Preços nº 13/2023. Objeto: Reforma do ginásio Vereador Gilberto F. Saibel para implantação do centro de ensino e aprendizagem de tecnologias – F ábrica. Contratada: WDF SERVICOS EIRELI (04.924.266/0001-81). Valor: R\$ 2.292.608,90 – Emerson Antunes | Secretário de Educação e Salésio Antonio da Conceição | Secretário de Educação | Secretário de Assistência Social

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018/15 EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 97/2018

Publicação Nº 5410736

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018/15

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO

TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 97/2018

Início da vigência: 30/12/2023. Vencimento: 29/03/2024. OBJETO: Regulamenta, de forma excepcional, com fulcro no §4 do art. 57 da Lei 8.666/1993, a prorrogação, por 03 (três) meses, do presente contrato de prestação de serviços de administração e gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale-refeição. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: EMISSORA E GERENCIADORA DE CARTÕES BRASIL LTDA-ME (CNPJ nº 13.081.547/0001-00). VALOR TOTAL ESTIMATIVO: R\$ 3.769.800,00 (três milhões, setecentos e sessenta e nove mil e oitocentos reais).

Gaspar/SC, 03 de outubro de 2023.

MARCOS ROBERTO DA CRUZ

Secretário da Fazenda e Gestão Administrativa

RONI JEAN MÜLLER

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CLEVERSON FERREIRA DOS SANTOS

Secretário de Agricultura e Aquicultura

SANTIAGO MARTIN NAVIA

Secretário de Saúde

EMERSON ANTUNES

Secretário de Educação

RAFAELE VANCINI

Fundação Municipal de Esportes e Lazer

CARLOS FRANCISCO BORNHAUSEN

Secretário de Planejamento Territorial

PABLO RICARDO FACHINI

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

SALÉSIO ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO

Secretário de Assistência Social

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Diretor Presidente do SAMAE

FELIPE JULIANO BRAZ

Procurador Geral

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Chefia de Gabinete

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2022 EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 172/2022

Publicação Nº 5413334

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO

DO CONTRATO Nº 172/2022

Início da vigência: 14/12/2023. Vencimento: 13/12/2024. Objeto: Promove a renovação por 12 (doze) meses da presente contratação de Software de Gestão Comercial/Operacional/Faturamento e seus Respectivos Módulos. Observação: Os valores atualmente praticados permanem vigentes conforme a seguinte TABELA REFERENCIAL:

Item	Unidade de Medida / Especificação do Serviço	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
03	Mensal Serviço de locação, manutenção e suporte técnico mensal para Sistema de Gestão e seus módulos, ferramenta de inteligência de negócios (B.I.), e para o sistema de informações geográficas (SIG/GIS), incluindo as licenças de uso ao Google Maps, banco de dados e Ferramenta de inteligência de negócios (B.I.). OS SERVIÇOS MENCIONADOS NESTE ITEM DEVERÃO SER ENTREGUES/ PRESTADOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS, EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES, BEM COMO PRAZOS E OBRIGAÇÕES, DESCRITOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.	12	10.500,00	126.000,00
04	Hora(s) Assessoria Operacional e Consultoria para sistema de Gestão e seus módulos, ferramenta de inteligência de negócios (B.I.) e para o sistema de informações geográficas (SIG/GIS). OS SERVIÇOS MENCIONADOS NESTE ITEM DEVERÃO SER ENTREGUES/ PRESTADOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS, EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES, BEM COMO PRAZOS E OBRIGAÇÕES, DESCRITOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.	300	132,00	39.600,00
Valor Total (R\$)				165.600,00

Contratado: J-TECH SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA (CNPJ sob o nº 05.766.304/0001-88). Valor total: R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos).

Gaspar/SC, 01 de dezembro de 2023.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal
de Água e Esgoto (SAMAE)

**MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 82/2022**

Publicação Nº 5410043

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO
DO CONTRATO Nº 82/2022

Início da vigência: 04/05/2022. Vencimento: 03/05/2024. Objeto: O presente Termo Aditivo promove o ACRÉSCIMO do Contrato nº 2022/82 conforme a seguinte TABELA REFERENCIAL:

Lote	Grupo	Item	Descrição dos itens:	Unid. Med.	QT. Original	QT. Aditivo	Aditivo (%)	Valor Unitário (R\$)
01	02	04	UNID. * Impressora Digital a laser, Monocromática, nova (sem utilização anterior) e em linha de produção; * Tamanho do papel padrão: A4; * Funções: impressora; * Entrada de papel: uma gaveta para 250 folhas (mínimo) e uma bandeja multiuso para 50 folhas (mínimo); * Recurso para impressão: frente e verso (duplex) automático; * Velocidade de impressão preto e branco: 40 páginas (A4) por minuto (mínimo); * Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100Mbps; * Compatível com Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 ou Superior de 32 e 64bits; * Com estabilizador ou transformador com tensão de entrada em 220V; * Com toner reserva; * Acompanhar desumidificador de papel para 500 folhas A4 75g/m² (mínimo).	Locação/ Mensal	73	3	4,10	49,00

01	02	05	<p>UNID.</p> <p>* Impressora Digital a laser, Colorida, nova (sem utilização anterior) e em linha de produção;</p> <p>* Tamanho do papel padrão: A4;</p> <p>* Funções: impressora;</p> <p>* Entrada de papel: uma gaveta para 520 folhas (mínimo) e uma bandeja multiuso para 50 folhas (mínimo);</p> <p>* Recurso para impressão: frente e verso (duplex) automático;</p> <p>* Velocidade de impressão colorida: 27 páginas (A4) por minuto (mínimo);</p> <p>* Velocidade de impressão preto e branco: 28 páginas (A4) por minuto (mínimo);</p> <p>* Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100Mbps;</p> <p>* Compatível com Sistemas Operacionais Microsoft Windows de 32 e 64bits;</p> <p>* Com estabilizador ou transformador com tensão de entrada em 220V;</p> <p>* Com toner reserva;</p> <p>* Acompanhar desumidificador de papel para 500 folhas A4 75g/m² (mínimo).</p>	Locação/Mensal	10	1	10,00	172,00
01	02	06	<p>UNID.</p> <p>* Impressora Multifuncional Digital a laser, Colorida, nova (sem utilização anterior) e em linha de produção;</p> <p>* Tamanho do papel padrão: A5 até A3;</p> <p>* Funções: copiadora, impressora e digitalização em rede;</p> <p>* Entrada de papel: duas gavetas para 520 folhas (mínimo) e uma bandeja multiuso para 50 folhas (mínimo);</p> <p>* Sistema de alimentação de originais para cópia e digitalização: de mesa (vidro expositor com tamanho A3) e com alimentador de documentos automático em frente e verso (duplex) com capacidade para 100 folhas de tamanho A3 (mínimo);</p> <p>* Recurso para impressão/cópia: frente e verso (duplex) automático;</p> <p>* Possibilita a cópia de livro aberto;</p> <p>* Velocidade de impressão/cópia: 25 páginas (A4) por minuto (mínimo);</p> <p>* Cópias múltiplas: 1 à 999 (mínimo);</p> <p>* Zoom para cópia de 50 à 200% (mínimo);</p> <p>* Resolução de impressão/cópia: 600x600dpi (mínimo);</p> <p>* Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100Mbps;</p> <p>* Compatível com Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 ou Superior de 32 e 64bits;</p> <p>* Digitalização colorida com resolução de 600x600dpi (mínimo);</p> <p>* Métodos de digitalização: envio para e-mail, em rede para PC;</p> <p>* Formatos de arquivos digitalizados: PDF e JPG;</p> <p>* Com estabilizador ou transformador com tensão de entrada em 220V;</p> <p>* Com toner reserva;</p> <p>* Acompanhar desumidificador de papel para 500 folhas A4 75g/m² (mínimo).</p>	Locação/Mensal	3	1	33,33	410,00

VALOR GLOBAL ADITIVO (R\$)

3.645,00

Observação:

- O equipamento objeto deste aditivo de ACRÉSCIMO deverá ser instalado conforme orientação do representante legal do SAMAE de Gaspar com sede administrativa na Rua João Viêira, 189, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC – CEP nº 89.114-320.

Contratado: A4 DIGITAL PRINT LTDA EPP (CNPJ nº 09.285.968/0001-86). Valor total: R\$ 3.645,00 (três mil e seiscentos e quarenta e cinco reais).

Gaspar/SC, 07 de dezembro de 2023.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 8.082, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410268

PORTARIA Nº 8.082, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA JÚLIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 10106/2023.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 11.384, de 23 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 25 de outubro de 2023, o servidor JÚLIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 346.***.518-**, ocupante do cargo de Diretor de Eletromecânica e Automação, para atuar como Fiscal do Contrato nº 10106/2023, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa AUDAZ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de outubro de 2023.

Gaspar, 4 de dezembro de 2023.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Diretor-Presidente do SAMAE

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 020/2023

Publicação Nº 5410062

Resolução CMDCA nº 020.2023

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PROJETO PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO – OLAKUNDE, APROVADO NA RESOLUÇÃO Nº 003/2023/CMDCA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n.º 1.432/93.

CONSIDERANDO a Resolução nº 003/2023/CMDCA que aprova os Projetos propostos por Organizações da Sociedade Civil – OSC's para o processo previsto no Edital 001/2022 CMDCA/FIA.

CONSIDERANDO decisão em plenária realizada em 07/12/2023, Ata nº 018/2023 - CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o § VIII da Resolução nº 003/2023/CMDCA, cancelando a aprovação do projeto "Preparação para o Mundo do Trabalho", da entidade OLAKUNDE, e conseq-entemente os demais tramites legais para execução do referido projeto.

"VII Preparação Para o Mundo do Trabalho, proposto pela Olakunde: Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã, cujo objeto é: ofertar oficinas profissionalizantes para adolescentes atuarem no mundo do trabalho de forma assertiva, ampliando competências necessárias para sua aprendizagem prática, teórica, comportamental e social, unificando múltiplas habilidades para sua autorrealização profissional. Desta forma os estudantes afetados, estarão preparados para atuar na Contemporaneidade da indústria/comércio 4.0, atendendo as demandas do mundo do trabalho do século XXI. O curso assume a importância de colaborar para formação de jovens conscientes e críticos de seu papel profissional, bem como, para o fortalecimento de atitudes proativas a partir da autonomia e dos princípios de colaboração coletiva. Este projeto abrange o item 2.2.5. Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; 2.3.13. Ações que fomentem a preparação e inserção no mundo do trabalho bem como as inovações e demandas apresentadas pela sociedade, do Edital 001/2022 CMDCA/FIA."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de dezembro de 2023.

Rubiana Azambuja Proença dos Santos

Vice-Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA da Criança e do Adolescente (CMDCA)

CÂMARA MUNICIPAL**PESQUISA PÚBLICA DE PREÇOS – PDL – 025/2023 - CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA A COBERTURA DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR**

Publicação Nº 5411327

PESQUISA PÚBLICA DE PREÇOS – PDL – 025/2023 - CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA A COBERTURA DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara Municipal de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

OBJETO: Contratação de seguro dos bens patrimoniais mobiliários desta Casa de Leis, para a proteção do conteúdo e com as coberturas contra incêndio/ queda de raio/ explosão/ queda de aeronaves/ vendaval e granizo/ quebra de vidros, mármore e luminosos/ roubo e furto mediante arrombamento/ vazamento de tanques e/ou tubulações. A forma de julgamento será pelo menor preço global das propostas apresentadas.

PRAZO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS: Será de 05 (cinco) dias úteis, a partir dessa publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gabinete da Presidência, 08 de dezembro de 2023.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 162/2023

Publicação Nº 5411215

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 162/2023****DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA
REALIZAÇÃO DE DESPESAS SOB REGIME
DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 134, de 28 de setembro de 2023, da Mesa Diretora desta Casa de Leis;

CONSIDERANDO especificamente o teor do §1º do artigo 6º da referida Resolução;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de conta bancária específica, bem como da tomada de providências administrativas pelo servidor designado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado como responsável pela realização de despesas sob regime de adiantamento no âmbito da Câmara de Vereadores de Gaspar o servidor Pedro Paulo Schramm, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo.

§1º O servidor designado deverá tomar as medidas administrativas cabíveis, descritas na Resolução nº 134, de 28 de setembro de 2023, da Mesa Diretora deste Poder Legislativo.

§2º Não haverá adiantamento de nenhum numerário em relação ao exercício de 2023, ao passo que a designação do servidor visa garantir a realização das medidas preparatórias necessárias a fim de que as despesas em regime de adiantamento possam começar a ser realizadas no exercício de 2024.

§3º No ano de 2024 o valor a ser adiantado para aquele exercício será disposto por Resolução específica da Presidência.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 08 de dezembro de 2023.

CIRO ANDRÉ QUINTINO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaraagaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: SLB00-F000-X1BLV-0SY4-CM008





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo N°: 9246**Protocolo Data:** 08/12/2023**Documento N°:** 162/2023**Processo N°:** SN

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 08/12/2023 às 13:32

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

SLB00-F0I0O-X1BLV-0SYY4-CM008

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** Ciro André Quintino**Data** 08/12/2023 14:50**CPF/CNPJ** 895.XXX.XXX-00

RESOLUÇÃO N° 163/2023

Publicação N° 5411795

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução N° 163/2023**

**APLICA EFEITOS DA LEI MUNICIPAL
N.º 1.223/1990, ALTERADA PELA LEI
MUNICIPAL N.º 2.108/2001 À
SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Presidente** da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o teor do Ofício Interno n° 204/2023, firmado pela servidora Camila Sutil Nunes da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativa;

Considerando o teor dos documentos que instruem o referido ofício;

Considerando os termos estritamente previstos no artigo 1º e no inciso II do artigo 2º da Lei Ordinária Municipal n.º 1.223/1990, a qual se encontra em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de bolsa de estudos à servidora Camila Sutil Nunes da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativa, nos termos do artigo 1º da Lei Ordinária Municipal n° 1.223/1990.

§1º A bolsa disposta no *caput* deste artigo diz respeito ao curso “Superior de Bacharelado em Administração”, ofertado pela UNIVALI, na modalidade de educação à distância.

§2º Em razão da concessão da bolsa, a servidora referida no *caput* deste artigo deverá se comprometer a continuar prestando serviços ao Município de Gaspar, após a conclusão do curso, por prazo igual a aquele despendido para o pagamento de todas as mensalidades.

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: NDTXD-7DMTK-3KOJE-MMDUV-D00SD





GASPAR

CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º desta Resolução, fica autorizado, o pagamento mensal de importância correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) dos valores das mensalidades, até a conclusão do curso, bem como de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor correspondente à taxa de matrícula.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 08 de dezembro de 2023.

CIRO ANDRÉ QUINTINO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: NDTXD-7DMTK-3KQJE-MMDUV-DOOSD



AVENIDA DAS COMUNIDADES, 133 – 89110-085 – GASPAR – SC – CP: 29 – FONE/FAX: (47)3332-2028 – CNPJ: 83.543.546/0001-16
www.camaragaspar.sc.gov.br



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo N°: 9260**Protocolo Data:** 08/12/2023**Documento N°:** 163/2023**Processo N°:** SN

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 08/12/2023 às 12:25

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

NDTXD-7DMTK-3KOJE-MMDUV-D0OSD

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** Ciro André Quintino**Data** 08/12/2023 13:18**CPF/CNPJ** 895.XXX.XXX-00

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 180-2023 - ALTERA-SE O DIA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5411058

RESOLUÇÃO Nº 180/2023

“ALTERA-SE O DIA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Governador Celso Ramos/SC, no uso das suas atribuições, faz saber que RESOLVE:

CONSIDERANDO QUE, face determinação na Resolução nº 018/2023, alterada pela Resolução nº 132/2023, que regulamenta sobre o calendário das sessões ordinárias para o ano de 2023, que possibilita quanto a alteração das datas e/ou horários previamente designados, mediante decisão da Mesa Diretora, desde que seja procedida com a devida publicação do ato.

Art. 1º - Fica estabelecido que a Vigésima Quinta Sessão Ordinária, do Sexto Período Legislativo, da Décima Quarta Legislatura, da Câmara Municipal de Vereadores, originalmente designada para o dia 11 (onze) de Dezembro de 2023, segunda-feira, às 18 (dezoito) horas, e posteriormente alterada pela Resolução nº 179/2023 para o dia 12 (doze) de Dezembro de 2023, terça-feira, será novamente transferida para o dia 13 (treze) de Dezembro de 2023, quarta-feira, mantendo-se o mesmo horário das 18 (dezoito) horas.

Art. 2º - Revoga-se a Resolução Legislativa nº 179, de 05 (cinco) de Dezembro de 2023.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 08 (oito) de Dezembro de 2023.

MESA DIRETORA:

PEDRO AUGUSTO DA CUNHA
Presidente

NEDISON NILDO MARTINS
Vice-Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
1º Secretário

MÁRIO CÉSAR DOS PASSOS
2º Secretário

Grão Pará

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 66/2023 - MARIS WIGGERS PONCIANO - PRAZO

Publicação Nº 5410644

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DEF43A24975850EA4D103C72C6C0C6560722D153



PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº. 66/2023, DATADO DE 15 DE JUNHO DE 2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E MARIS WIGGERS PONCIANO, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FACILITADORES DE OFICINAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **MARIS WIGGERS PONCIANO**, empresa estabelecida em Rua Francisco de Oliveira Souza, n. 227, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.49.382.119/0001-65, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº. 66/2023, no que diz respeito à alteração do prazo de vigência, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por igual período, sendo a vigência de 01 de janeiro de 2024 á 15 de julho de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.

Grão-Pará/ SC, 15 de junho de 2023.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARIS WIGGERS PONCIANO

MARIS WIGGERS PONCIANO

CONTRATADA



**TESTEMUNHAS**

Nome: EDMAR KEMPER NANDI

CPF: 046.636.649-38

Nome: LUCAS WIGGERS PONCIANO

CPF: 092.048.789-08

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 55/2023

Publicação Nº 5411838

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DB7076CE471BB56374F97044130B12BDC4FACF0E

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO Nº. 55/2023, DATADO DE 26 DE MAIO DE 2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E ODINEI DA SILVA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FACILITADORES DE OFICINAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, portador do CPF n. 056.885.919-78, doravante denominado **CONTRATANTE** e **ODINEI DA SILVA**, empresa estabelecida em Rua Álvaro de Oliveira Souza, S/N, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 49.172.636/0001-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu titular, Senhor **ODINEI DA SILVA**, brasileiro, inscrito no CNPF n. 045.390.769-67, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº. 55/2023, no que diz respeito à alteração do prazo de vigência, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por igual período, sendo a vigência de 01 de janeiro de 2024 até 15 de agosto de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**HELIO ALBERTON JUNIOR**

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ODINEI DA SILVA**ODINEI DA SILVA**

CONTRATADA



**TESTEMUNHAS**

Nome: EDMAR KEMPER NANDI**CPF: 046.636.649-38**

Nome: NORBERTO SCHLICKMANN**CPF: 753.498.179-49**

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 66/2023

Publicação Nº 5411844

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 29C7EEF16554B815C34762932733CAF7DC4CCD0C

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO Nº. 66/2023, DATADO DE 15 DE JUNHO DE 2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E MARIS WIGGERS PONCIANO, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FACILITADORES DE OFICINAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **MARIS WIGGERS PONCIANO**, empresa estabelecida em Rua Francisco de Oliveira Souza, n. 227, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.49.382.119/0001-65, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº. 66/2023, no que diz respeito à alteração do prazo de vigência, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por igual período, sendo a vigência de 01 de janeiro de 2024 á 15 de julho de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.

Grão-Pará/ SC, 15 de junho de 2023.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**HELIO ALBERTON JUNIOR**

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARIS WIGGERS PONCIANO**MARIS WIGGERS PONCIANO****CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**

Nome: EDMAR KEMPER NANDI

CPF: 046.636.649-38

Nome: LUCAS WIGGERS PONCIANO

CPF: 092.048.789-08

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 21/2023 - VLC ENTULHOS

Publicação N° 5412468

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E49F4684F11B2E67E6E67A8D8ADBA036D17C1CB1

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N° 21/2023, DATADO DE 20 DE MARÇO DE 2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA V. L. C. ENTULHOS LTDA, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE II (ENTULHOS) NÃO ABRANGIDOS PELA COLETA REGULAR DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 22/2023**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 10/2023**

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JÚNIOR**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, **V. L. C. ENTULHOS LTDA**, empresa estabelecida na Avenida Felipe Schmidt N° 2254, Centro, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob N° 04.403.258/0001-90, de ora em diante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu sócio **VALDAIR CEOLIN**, inscrito no CPF sob o N° 862.***.***-04, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o **CONTRATO N° 21/2023**, no que diz respeito à alteração do prazo, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir de 01 de janeiro de 2024, até 31 de dezembro de 2024, o prazo do **CONTRATO N° 21/2023**.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do **CONTRATO N° 21/2023**, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.





MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**HELIO ALBERTON JUNIOR**

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

V. L. C. ENTULHOS LTDA**VALDAIR CEOLIN**

Responsável Legal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI**CPF: 046.***.***-38**

Nome: LUCIMARE VOLPATO BAGGIO**CPF: 868.***.***-20**

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 95/2022 - MECÂNICA SOUZA

Publicação Nº 5412286

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 84C2E03D843CAFFB0520857D32EA8A092F521020

**SEGUNDO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 95/2022, DATADO EM 07 DE DEZEMBRO DE 2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA MECÂNICA SOUZA, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS “IN LOCO”, PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e a empresa/licitante **MECÂNICA SOUZA**, portador CNPJ sob o nº 78.213.626/0001-73, sede na Rua Presidente Getúlio Vargas, 325, Centro, Município de Braço do Norte/SC, neste ato representado por seu sócio, Sr. **LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA**, portador do CPF 223.628.439-04 e RG 258996-6 residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, 726, Centro, Município de Braço do Norte/SC, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº. 95/2022, no que diz respeito ao valor, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a “Cláusula II – Do Valor”, conforme descrito a seguir:

O valor do referido contrato será aditado no valor de **R\$ 8.650,00 (oito mil, seiscentos e cinquenta reais)**, desta forma aumentando 250 horas de serviços prestados, conforme parecer jurídico.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

MURILO KULKAMP NILSEN

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRANTE

MECÂNICA SOUZA

LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA

CONTRATADA



**TESTEMUNHAS**

Nome:**CPF:**

Nome:**CPF:**

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2022 - PROVIAS ENGENHARIA

Publicação Nº 5411919

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E85DE3B2857BA0AB18DACAE395963EE376E27EF

**SEGUNDO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO Nº 58/2022, DATADO EM 03 DE JUNHO DE 2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA, INCLUINDO DOCUMENTOS TÉCNICOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E CUSTOS, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, empresa estabelecida em Rua Padre Mario Labarbuta, Nº 608, Bairro Pinheirinho, Criciúma/SC, CEP: 88.804-690, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 23.529.844/0001-20, representada por sua sócia, Senhora **CAMILA TOMAZZI ZANETTE BUZANELO**, inscrita no CPF sob o Nº 067.***.***-38, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o **CONTRATO Nº 58/2022**, no que diz respeito à alteração do prazo de vigência, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar o prazo de vigência do presente **CONTRATO Nº 58/2022**, até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do **CONTRATO Nº 58/2022**, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.





HELIO
ALBERTON
JUNIOR:0568
8591978

Assinado digitalmente por HELIO
ALBERTON JUNIOR:05688591978
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC,
FODL=SC-ID, OU=822855070001167,
OU=Videoconferencia, OU=Certificado
PF A1, CN=HELIO ALBERTON
JUNIOR:05688591978
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.12.08 15:56:26-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ
HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

PROVIAS ENGENHARIA E
CONSULTORIA LTDA
CAMILA TOMAZZI ZANETTE
BUZANELO

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI
CPF: 046.***.***-38

Nome: JONAS BUZANELO
CPF: 051.***.***-20

HENRIQUE LAPA LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



CONTRATO N 98-2023 - CIM-AMUREL (SINALIZAÇÃO)

Publicação N° 5411400

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FD2F20EDCE298729DF5FBE5870E255F26704E32B

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 97/2023****PROCESSO LICITATÓRIO N° 132/2023****DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 34/2023****TERMO ADMINISTRATIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL – CIM-AMUREL, NOS TERMOS DA DL N° 34/2023.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, estabelecido na Rua Barão do Rio Branco, nº 187, Bairro: Centro, Município de Grão-Pará/SC, CEP: 88.890-000, por seu Poder Executivo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **HELIO ALBERTON JUNIOR**, portador do CPF nº. 436.051.849-87, de ora em diante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL - CIM AMUREL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 28.692.509/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Grão-Pará, o Sr. **HELIO ALBERTON JUNIOR**, neste ato denominado de **CONSÓRCIO**, doravante denominada **CONTRATADA**, por esta e na melhor forma de direito, têm justo e contratado o que adiante segue, mediante as cláusulas e condições descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DISPOSIÇÃO GERAL

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, bem como o atendimento das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, em cumprimento ao processo administrativo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 34/2023**, **PROCESSO LICITATÓRIO N° 132/2023**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

É objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL - CIM- AMUREL, ATRAVÉS DO PROGRAMA DA USINA DE ASFALTO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA/DEMARCAÇÃO/SINALIZAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHOS DE RUAS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC**, conforme quantitativos apresentados abaixo, e cláusulas constantes do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O contrato compreenderá prestação de serviços e será executado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts.6º e 10 da Lei nº 8.666/93.



**CLÁUSULA QUARTA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O presente contrato tem por objeto a contratação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMUREL - CIM- AMUREL, através do programa da usina de asfalto, para prestação de serviços de pintura/demarcação/sinalização asfáltica de trechos de ruas no município de Grão-Pará/SC. Conforme especificações nos dispositivos do presente instrumento. Os serviços serão executados conforme prévia solicitação do Secretário Responsável e pedido emitido pelo Departamento de Compras e Licitações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	UNID.	QTD (m²)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 - RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS				
1.1 Metro quadrado pintura de Sinalização 4mm	M²	95,76	R\$ 18,50	R\$ 1.771,56
1.2 Metro quadrado pintura 4mm (faixas, lombadas, setas..)	M²	66,60	R\$ 30,50	R\$ 2.031,30
2 - RUA ÂNGELO ALBERTON LUIZ				
2.1 Metro quadrado pintura de Sinalização 4mm	M²	0,00	R\$ 18,50	-
2.2 Metro quadrado pintura 4mm (faixas, lombadas, setas..)	M²	144,00	R\$ 30,50	R\$ 4.392,00
3 - RUA BARÃO DO RIO BRANCO				
3.1 Metro quadrado pintura de Sinalização 4mm	M²	139,32	R\$ 18,50	R\$ 2.577,42
3.2 Metro quadrado pintura 4mm (faixas, lombadas, setas..)	M²	24,00	R\$ 30,50	R\$ 732,00
4 - ESTRADA GERAL BRAÇO ESQUERDO				
4.1 Metro quadrado pintura de Sinalização 4mm	M²	176,30	R\$ 18,50	R\$ 3.261,47
4.2 Metro quadrado pintura 4mm (faixas, lombadas, setas..)	M²	0,00	R\$ 30,50	-
5 - ESTRADA GERAL SÃO CAMILO				
4.1 Metro quadrado pintura de Sinalização 4mm	M²	252,00	R\$ 18,50	R\$ 4.662,00
4.2 Metro quadrado pintura 4mm	M²	25,60	R\$ 30,50	R\$ 780,80





(faixas, lombadas, setas..)				
VALOR TOTAL:				R\$ 20.208,55

O valor global do contrato é de R\$20.208,55 (vinte mil, duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

As despesas com operador/motorista e as despesas decorrentes do mesmo ficam a cargo da CONTRATADA.
As despesas com abastecimento do equipamento ficam a cargo da CONTRATADA;

O pagamento será efetuado conforme prestação dos serviços, emissão da nota fiscal e comprovação da execução do serviço por parte do responsável pela execução, através da apresentação de planilha contendo local, data, descrição do equipamento, serviços executados, imagens e demais informações necessárias para comprovação da execução do serviço, devidamente assinada pelo responsável técnico

A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, no campo de Informações Complementares, a indicação do número do Processo Licitatório e do respectivo Contrato.

Parágrafo Único - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, II, letra "d", da Lei n.º 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até 31/12/2023, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

(61) 21.001.06.182.0003.2.006.3.3.90.00.00.00.1.752.7006.0000

CLÁUSULA OITAVA - DAS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Todas as despesas e demais recursos necessários ao fornecimento ora contratados, incluindo-se eventual contratação de pessoal para o desempenho de suas obrigações contratuais, serão de responsabilidade da CONTRATADA, descaracterizando-se, assim, qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE ou obrigação pecuniária de qualquer natureza, além daquelas descritas na CLÁUSULA QUINTA.

CLÁUSULA NONA - DOS DEVERES E DIREITOS DAS PARTES

Cabe ao CONTRATANTE a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização do cumprimento do contrato e, caso não esteja a contento, deverá formalizar reclamação à CONTRATADA, desde já restando estabelecido que o não cumprimento dos termos deste contrato pode ensejar a rescisão contratual.

À CONTRATADA cabe cumprir o contrato, executando-o da melhor forma, primando pela qualidade no fornecimento do serviço, e aceitar, integralmente, a fiscalização do CONTRATANTE.





A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao cumprimento do contrato e suas consequências. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste termo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

A CONTRATADA fica sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência, no caso de falta de presteza e eficiência no fornecimento previsto no contrato;
- b) multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor pago de descumprimento contratual;
- c) suspensão do direito de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de um ano, na hipótese de reiterado descumprimento das obrigações contratuais;
- d) declaração de inidoneidade para participar de licitação junto ao MUNICÍPIO, na hipótese de recusar-se ao cumprimento do contrato.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar do valor estipulado na CLÁUSULA QUINTA o valor de qualquer multa porventura imposta à CONTRATADA em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato e que não sejam determinantes de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrem cabíveis em processo administrativo regular.

Em caso de rescisão antecipada, será pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA o valor proporcional ao que fora cumprido até a rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

São prerrogativas do CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte, sem opção por qualquer outro, para dirimir eventuais dúvidas que possam advir do presente contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente termo, elaborado em duas vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos, na presença de duas testemunhas idôneas.





Grão-Pará/SC, 06 de dezembro de 2023.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal de Grão-Pará

CONTRATANTE

HELIO ALBERTON JUNIOR

Presidente do Consórcio - CIM-AMUREL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI

CPF: 046.636.649-38

RAMON CORRÊA

CPF: 055.473.999-22

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



CONTRATO N 99-2023 - SILVESTRE SALVATO HONORATO

Publicação Nº 5411436

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6D85ECAC836B2141E2DA265CBF36B28CAB916FB2

**CONTRATO N. 99/2023
(08 DE DEZEMBRO DE 2023)**

Pelo presente instrumento de Contrato de Locação, após processo de Dispensa de licitação nº 35/2023, nos termos do art. 24 Inc. X da Lei 8.666/93, entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **SILVESTRE SALVATO HONORATO**, brasileiro, portador do CPF n. 009.312.849-53 e do RG n. 366.663, residente e domiciliado na Nereu Ramos, Centro de Grão-Pará/SC, CEP 88.890-000, doravante denominado **LOCADOR**, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

O LOCADOR, legítimo proprietário de um imóvel medindo aproximadamente 120 m², de edificação, situado na Rua Nereu Ramos, Centro, cidade de Grão-Pará/SC, matriculado sob nº 3.848, para execução dos projetos realizados pela secretaria de assistência social do município de Grão-Pará/SC.

CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, o Locador receberá a importância de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** mensais, totalizando o valor global deste Contrato **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do *caput* da Cláusula II será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado, de acordo com a Lei 8.333/93.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada, e assim restituí-la ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato;

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pelo locatário;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. a alienação do imóvel ora locado fica condicionada a anuência do LOCATÁRIO;
- IV. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.
- V. realizar as benfeitorias necessárias e úteis, conforme necessidade, para o perfeito funcionamento do estabelecimento, sem direito a indenização.

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente do locatário, como segue:

(40) 15.001.08.244.0011.2.047.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.



**CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pelo município, de acordo com sua conveniência, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

§ 1º - Caso o Locador pretenda requer a rescisão imotivada do presente instrumento, a mesma deverá ser realizada mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, quando então incorrerá nas penas da alínea “a” da Cláusula XI;

§ 2º – Em caso de sinistro parcial ou total do prédio, que torne inabitável o imóvel locado, o presente contrato ficará rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial;

§ 3º – Em caso de desapropriação total ou parcial do imóvel locado, ficará rescindido de pleno direito o presente contrato de locação, quando então incorrerá nas penas da alínea “a” da Cláusula XI;

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 133/2023 – Edital de Dispensa de Licitação n. 35/2023-DL, de 08/12/2023.

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global (**CLÁUSULA II**) do objeto do contrato, não impedindo que a LOCATÁRIO rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- Advertência escrita;
- Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o locatário enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente instrumento vincula herdeiros e sucessores,

CLÁUSULA XIX - DO FORO

Para dirimir as dúvidas provenientes deste pacto, as partes elegem desde já o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ressalvando desde já os direitos da Administração previstos no Art. nº 55, inciso IX, da Lei 8666/93.

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.





MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SILVESTRE SALVATO HONORATO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

HENRIQUE LAPA LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



CONTRATO N°100/2023 - EVANDIR MATUCHAKI PERIN

Publicação N° 5411856

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1A75656E578A46C8DD24A8C43EA63283E2774184

**CONTRATO N° 100/2023****(08 DE DEZEMBRO DE 2023)****PROCESSO LICITATÓRIO N° 134/2023****DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2023**

Pelo presente instrumento de Contrato de Locação, após processo de Dispensa de licitação N° 36/2023, nos termos do Art. 24 Inc. X da Lei N° 8.666/93, entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/MF sob o N° 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **EVANDIR MATUCHAKI PERIN**, inscrito no CPF sob o N° 023.***.***-00, doravante denominado **LOCADOR**, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

O **LOCADOR**, legítimo proprietário de um imóvel medindo aproximadamente 480 m², de edificação, situado na Rua Jorge Lacerda, Centro, cidade de Grão-Pará/SC, matriculado sob o N° 19.208, para o funcionamento de parte do CEI Aconchego I, infantil, para atender de forma qualificada às crianças do Município de Grão-Pará/SC.

CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, o Locador receberá a importância de R\$1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais).

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado, de acordo com a Lei N° 8.666/93.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;





- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada, e assim restituí-la ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato;

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pelo locatário;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. a alienação do imóvel ora locado fica condicionada a anuência do **LOCATÁRIO**;
- IV. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.
- V. realizar as benfeitorias necessárias e úteis, conforme necessidade, para o perfeito funcionamento do estabelecimento, sem direito a indenização.

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente do locatário, como segue:

(40) 15.001.08.244.0011.2.047.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pelo município, de acordo com sua conveniência, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

§ 1º – Caso o Locador pretenda requerer a rescisão imotivada do presente instrumento, a mesma deverá ser realizada mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, quando então incorrerá nas penas da alínea “a” da Cláusula XI;

§ 2º – Em caso de sinistro parcial ou total do prédio, que torne inabitável o imóvel locado, o presente contrato ficará rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial;

§ 3º – Em caso de desapropriação total ou parcial do imóvel locado, ficará rescindido de pleno direito o presente contrato de locação, quando então incorrerá nas penas da alínea “a” da Cláusula XI;





Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o **PROCESSO LICITATÓRIO N° 134/2023 – EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2023-DL, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global (CLÁUSULA II) do objeto do contrato, não impedindo que a **LOCATÁRIO** rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b)** Advertência escrita;
- c)** Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o locatário enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente instrumento vincula herdeiros e sucessores,

CLÁUSULA XIX - DO FORO

Para dirimir as dúvidas provenientes deste pacto, as partes elegem desde já o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvando desde já os direitos da Administração previstos no Art. N° 55, inciso IX, da Lei N° 8.666/93.

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.





MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

LOCATÁRIO

EVANDIR MATUCHAKI PERIN

Proprietário do Imóvel

LOCADOR

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

HENRIQUE LAPA LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413

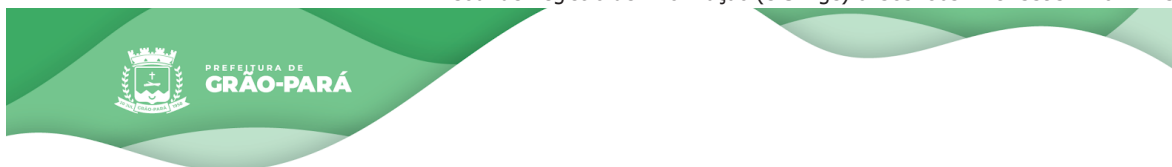
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 35/2023 - SILVESTRE SALVATO HONORATO

Publicação N° 5411211

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 623854863E44923393BEE07ABA3452E4BF29392E

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2023****DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 35/2023**

Considerando a necessidade de locação de espaço físico adequado para execução dos projetos realizados pela Secretaria de Assistência Social; considerando o melhor atendimento aos Municípios, considerando ainda que o espaço oferecido pelo Sr. **SILVESTRE SALVATO HONORATO**: Locação de uma sala de alvenaria, medindo aproximadamente 10m (dez metros) por 12 (doze metros), perfazendo a área total de 120m² (cento e vinte metros quadrados), localizada na Rua Nereu Ramos, Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, inscrita na **matrícula n° 3848**, para execução dos projetos realizados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Grão-Pará/SC; considerando que o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais proposto pelo Sr. **SILVESTRE SALVATO HONORATO**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 788, Centro, Grão-Pará/SC, portador do CPF n. 009.312.849-53, RG n. 366.663, é compatível com os valores de locação de mercado, condiciona-se sua escolha pela localização e pelo atendimento às finalidades, conforme preceitua o **inciso X do art. 24 da Lei n. 8.666/93**.

Vigência: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Justificativa da Contratação:

Esta sala será utilizada como suporte para execução dos projetos realizados pela secretaria de assistência social.

A Secretaria de Assistência Social trabalha hoje com a proposta de desenvolvimento de linhas de projetos de apoio e acesso às políticas públicas, as famílias com graus de vulnerabilidades, trabalha com encontros semanais de mulheres dos grupos geração de renda, onde executa ações em grupos com linhas de artesanatos, linhas produtivas, palestras com referência à saúde e bem estar da mulher, buscando sempre o empoderamento das mesmas, atendemos uma média de 300 mulheres mensalmente.

A Secretaria de Assistência Social também está iniciando o grupo gestante onde vamos desenvolver atividades sobre os cuidados com a gestação, a saúde da mãe e do bebê em uma parceria com a secretaria da Saúde, ensinando as futuras mães na confecção de seus próprios enxovais.

A Secretaria de Assistência Social trabalha hoje com grupos de mães e crianças de 0 a 6 anos, como forma de acompanhar as famílias, na primeira infância, com atividades voltadas às mesmas.

A Secretaria de Assistência Social irá desenvolver oficinas com idosos grupos menores, diariamente com os temas musicalidade, dança, karaokê, bem estar, relaxamento, jogos cognitivos, tradicionais e arte terapia.

A Secretaria de Assistência Social está iniciando ainda um projeto voltado às famílias que recebem os benefícios eventuais com o objetivo de executar atividades profissionalizantes, trabalhando atividades que essas mães possam estar desenvolvendo em suas casas gerando renda, trabalhando formas de administração de suas casas, entre muitos outros temas que virão.

A Secretaria de Assistência Social estará trabalhando ainda neste espaço o projeto restauro de móveis, projeto esse para desenvolver nossos jovens que estão sob pena de medidas sócio educativas.

Dessa forma é de suma importância, ter um espaço físico que traga estrutura para desenvolver todas essas ações de forma grupal.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.





LAILA HONORATO MARTINS
Presidente da Comissão de Licitação

JAQUELINE BERTO BAGIO
Secretária da Comissão de Licitação

OSMAR LUIZ DA COREGIO
Membro da Comissão de Licitação



EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2023 - EVANDIR MATUCHAKI PERIN

Publicação Nº 5411448

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B5EA1CF3392CC134D93DC12B3FE8A6681E6574DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº134/2023
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº36/2023-DL

Considerando a necessidade de espaço físico para o funcionamento de parte do CEI Aconchego I, infantil, para atender de forma qualificada às crianças do **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, e considerando que o Município não tem espaço similar além do oferecido por **EVANDIR MATUCHACKI PERIN**, inscrito no CPF sob o Nº 023.***.***-00, imóvel com área de 480 m2, inscrito na matrícula Nº 19.208, inclusive com os valores de locação compatíveis com os de mercado, considerando que o imóvel já é locado desde o ano de 2008, considerando os investimentos já realizados no local, condiciona-se sua escolha pela localização e pelo atendimento às finalidades, conforme preceitua o inciso X, do Artigo 24, da Lei Nº 8.666/93, ao preço de R\$1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais) mensais, com Dispensa de Licitação, iniciando sua vigência em 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, prorrogando-se sua vigência, automaticamente, independentemente de aditivo contratual, para os anos de 2025 e 2026, no caso de o Locador enviar toda a documentação necessária para celebração contratual nos meses de dezembro de 2024 e dezembro de 2025, respectivamente.

§ 1º. A documentação encaminhada nos meses de dezembro de 2024 e dezembro de 2025 pelo Locador, que servirá de base para prorrogação automática da vigência contratual, será anexada pela Municipalidade ao Processo de Dispensa de Licitação, relativamente a este Contrato.

§ 2º. Porventura o Locador deixar de enviar toda a documentação necessária tratada nesta Cláusula, entenderá a Municipalidade que inexistente intenção de prorrogação automática da vigência contratual, a qual findará, de forma automática, em 31 de dezembro de 2024 ou em 31 de dezembro de 2025, conforme o caso.

Grão-Pará/ SC, 08 de dezembro de 2023.

LAILA HONORATO MARTINS

Presidente da Comissão de Licitação

JAQUELINE BERTO BAGIO

Secretária da Comissão de Licitação

OSMAR LUIZ DA COREGIO

Membro da Comissão de Licitação


**HELIO
ALBERTON
JUNIOR:0568
8591978**

Assinado digitalmente por HELIO
ALBERTON JUNIOR:05688591978
Atribuição: 0568, CN=0568, OU=ACI FCDL
SC, O=056897000197, C=BR
Módulo: 0568, CN=Certificado PF A.1,
OU=HELIO ALBERTON
JUNIOR:05688591978
Resumo: Este é o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.12.08 10:47:36-0300
Formato: PDF/A-1b Versão: 2023.2.0

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 133/2023

Publicação Nº 5411293

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C43261DCBAA04C7C4A2B33153738BB09BFC19531

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ CNPJ: 82.558.149/0001-55 Telefone: (48) 3652-1177 Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 - CENTRO CEP: 88890-000 - Grão Pará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 133/2023
	Processo Adm.: 133/2023 Data do Processo: 08/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 133/2023
b) **Nr. Licitação:** 133/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
SILVESTRE SALVATO HONORATO				
1 - LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. - Marca: SILVESTRE	MES	12,000	1.000,0000	R\$ 12.000,00
Total Fornecedor:				R\$12.000,00
Total geral:				R\$ 12.000,00

Grão Pará, 08/12/2023


HELIO
ALBERTON
JUNIOR:0568859
1978
HELIO ALBERTON JUNIOR

Assinado digitalmente por HELIO
ALBERTON JUNIOR:05688591978
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC FCDL SC
v0, OU=02695970000167, OU=Videokonferencia, OU=Certificado PF A1, CN=HELIO ALBERTON JUNIOR:05688591978
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.12.08 16:28:42-0300'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO N° 134/2023

Publicação N° 5411865

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8E1CF58968107CD5B58D5EC63FA530C73947862A

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ CNPJ: 82.558.149/0001-55 Telefone: (48) 3652-1177 Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 - CENTRO CEP: 88890-000 - Grão Pará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 134/2023
	Processo Adm.: 134/2023 Data do Processo: 08/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 134/2023
b) **Nr. Licitação:** 134/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM ÁREA DE 480 M2 DE EDIFICAÇÃO, SITUADO NA RUA JORGE LACERDA, CENTRO, CIDADE DE GRÃO-PARÁ/SC, COM A MATRÍCULA SOB O N° 19.208, PARA O FUNCIONAMENTO DO CEI ACONCHEGO I - INFANTIL DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
EVANDIR MATUCHACKI PERIN				
1 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL - Marca: PRÓPRIA	M	12,000	1.320,0000	R\$ 15.840,00
Total Fornecedor:				R\$15.840,00
Total geral:				R\$ 15.840,00

Grão Pará, 08/12/2023

.....
HELIO ALBERTON JUNIOR

Gravatal

PREFEITURA

LEI Nº 2.382, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409797



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL
RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO – CEP 88.735-000
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – www.gravatal.sc.gov.br
CNPJ: 82.926.569/0001-47

LEI ORDINÁRIA Nº 2.382, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

“DENOMINA NOME DE RUA BÔRTOLO
ATÍLIO CALEGARI, NO BAIRRO VARZEA
DAS CANOAS, MUNICÍPIO DE
GRAVATAL”

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o seguinte nome de rua:

RUA BORTOLO ATÍLIO CALEGARI, com início na Estrada Geral da Várzea das Canoas, na altura das coordenadas 697602,39 m E e 6860536,66 m S, estendendo-se por 1000m até nas coordenadas 696881,39 m E e 6859914,99 m S.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gravatal/SC, 07 de dezembro de 2023.



Assinado Eletronicamente:
CLEINILS RODRIGUES DA
SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE
GRAVATAL
07/12/2023 15:43:36 -03:00

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 07/12/2023 15:43 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/tp65721269b2f3>.
POR CLEINILS RODRIGUES DA SILVA:03707225909 EM 07/12/2023 15:43



Guaraciaba

PREFEITURA

DECRETO 239 REGULAMENTA NLLC

Publicação Nº 5411522

DECRETO Nº 239/2023

DISPÕE SOBRE NORMAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, BEM COMO CONSOLIDA A REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDECIR DORIGON, Prefeito do município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes

DECRETA:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do município de Guaraciaba/SC, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos, e consolida normas sobre contratações públicas municipais.

Art. 2º O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta do Poder Executivo Municipal de Guaraciaba/SC, exceto as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Parágrafo único. A Administração Municipal, quando executar recursos da União ou do Estado decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, deverá observar a regulamentação pertinente, quando assim determinado.

Art. 3º Na contagem dos prazos considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 4º Além das definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se:

I Administração Municipal: órgão ou entidade que integra a administração municipal direta ou indireta do município de Guaraciaba/SC, exceto as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias;

II Diário Oficial: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC;

III Processo de contratação: processo administrativo que objetiva satisfazer a necessidade da Administração Municipal por meio da contratação de terceiro, seja por intermédio de processo licitatório ou por processo de contratação direta, compreendendo a fase preparatória, a fase de seleção de fornecedor e a execução contratual;

IV Processo licitatório: processo de seleção de fornecedor realizado por meio de procedimento de licitação, com base nos levantamentos e fundamentos legais verificados na fase preparatória;

V Processo de contratação direta: processo administrativo em que, com base nos levantamentos e fundamentos legais verificados na fase preparatória, a contratação se realiza por meio de procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

VI Demandante: secretaria, agente público, órgão ou entidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras, bem como solicitá-la;

VII Requisição: documento de formalização de demandas, elaborado pelo demandante;

VIII Reequilíbrio econômico-financeiro: ajuste econômico de ata de registro de preços, termo de contrato ou instrumento equivalente, destinado a compensar as oscilações financeiras extraordinárias, decorrentes de atos da Administração ou extracontratuais, nas hipóteses de eventos de caso fortuito ou força maior;

IX Sítio eletrônico oficial: portal oficial do município de Guaraciaba/SC na internet, disponível no endereço eletrônico: <https://guaraciaba/SC.atende.net/cidadao>

X Sistema de controle interno: conjunto coordenado de métodos, medidas, mecanismos, processos e estruturas, adotados pela Administração Municipal para a realização de suas atividades, em atendimento aos princípios da gestão pública; e

XI Sistema de Protocolo Eletrônico ou Processo Digital: ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos adotada oficialmente pelo município de Guaraciaba/SC, para a instrução e tramitação dos processos administrativos em geral.

CAPÍTULO III

GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

Seção I

Disposições gerais

Art. 5º O Prefeito do Município de Guaraciaba/SC é responsável pela governança das contratações e deverá implementar processos, estruturas e mecanismos, incluindo os de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos de contratação e as execuções contratuais, com o intuito, dentre outros, de:

I Alcançar os objetivos estabelecidos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021;

II Promover um ambiente íntegro e confiável para as contratações;



III Assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias; e
IV Promover a eficiência, a efetividade e a eficácia nas contratações.

Parágrafo único. A avaliação, o direcionamento e o monitoramento dos processos de contratação devem ocorrer a partir de indicadores objetivamente definidos, destinados a medir a eficiência e a eficácia de todas as fases do processo de contratação, a atuação do contratado no cumprimento das obrigações e os resultados dos contratos e das atas de registro de preços.

Seção II

Práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo

Art. 6º Para o controle das contratações públicas realizadas pela Administração Municipal serão adotados mecanismos de gestão de riscos, estruturados em 3 (três) linhas de defesa, nos termos do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021, da seguinte forma:

I Integram a primeira linha de defesa os agentes públicos que atuam na fase preparatória dos processos de contratação, os agentes de contratação, os pregoeiros ou membros de comissão de contratação e de equipes de apoio, os agentes públicos responsáveis pela condução dos processos de contratação direta, pela gestão e pela fiscalização dos contratos, pela gestão das atas de registro de preços, os secretários municipais, os diretores e as autoridades máximas das administrações indiretas;

II Integra a segunda linha de defesa a unidade de assessoramento jurídico e a controlaria interna;

III Integra a terceira linha de defesa a controladoria interna do Município.

Art. 7º A adoção de mecanismos de gestão de riscos, inclusive para o aperfeiçoamento dos controles preventivos e para a capacitação de agentes públicos, será de responsabilidade e competência:

I do Prefeito Municipal, em relação aos atos praticados por agentes de contratação, por pregoeiros, por membros da comissão de contratação, da equipe de apoio ou agentes públicos que conduzirem processos de contratação direta, bem como os gestores de contrato e os gestores de atas de registro de preços; e

II dos Secretários Municipais e das autoridades máximas das entidades da administração indireta, em relação aos atos praticados por agentes públicos que atuarem na etapa preparatória das contratações, que conduzirem processos de contratação direta e aos atos praticados pelos fiscais dos respectivos contratos.

Parágrafo único. As autoridades competentes serão responsabilizadas pela ausência de providências relacionadas ao controle preventivo de riscos e à capacitação de agentes públicos que atuem no processo de contratação.

Art. 8º Os mecanismos de gestão de riscos e controle preventivo serão desenvolvidos contemplando:

I A adoção de práticas formais e sistemáticas de gerenciamento de riscos, com definição do apetite ao risco, identificação, avaliação, controle, tratamento e mitigação dos riscos relacionados à legalidade, integridade e obtenção dos resultados pretendidos nos processos de contratação;

II A elaboração de matrizes de alocação de riscos, com indicação de medidas preventivas de riscos e de saneamento de irregularidades verificadas no processo de contratação; e

III O aperfeiçoamento dos sistemas de controle interno, observado o princípio da segregação de funções.

§ 1º A adoção de práticas formais e sistemáticas de gerenciamento de riscos deverá considerar a relação econômica entre o risco e o custo do seu tratamento.

§ 2º Os agentes integrantes de qualquer linha de defesa deverão adotar medidas para o saneamento de quaisquer impropriedades que constatarem e para a apuração de responsabilidade e prevenção de nova ocorrência.

Seção III

Atuação da Assessoria Jurídica/Procuradoria

Art. 9º Além do controle prévio de legalidade previsto no art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, incumbe à Assessoria Jurídica/Procuradoria o assessoramento jurídico, por meio de apoio e auxílio às autoridades responsáveis pela tomada de decisões, e aos agentes do processo de contratação.

§ 1º Para fins deste artigo, considera-se:

I Apoio: qualquer orientação jurídica que embase a tomada de decisão ou a prática de ato administrativo; e

II Auxílio: a solução formal de dúvidas jurídicas e o subsídio com informações que previnam riscos.

§ 2º Ato editado pelo Assessor Jurídico ou Procurador do Município definirá as formas e os prazos para apoio e auxílio, considerando a natureza da dúvida, o impacto da resposta no processo de contratação e a política pública relacionada, quando for o caso.

§ 3º Para os fins deste artigo, serão admitidas formas de consulta e resposta simplificadas, com uso de tecnologia da informação e mecanismos de comunicação de uso disseminado.

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no art. 9º deste Decreto, a análise jurídica do processo de seleção de fornecedor será dispensada nos seguintes casos:

I Utilização de minutas padronizadas, previamente analisadas, de editais, instrumentos de contrato, atas de registro de preços, convênio ou outros ajustes;

II Assuntos tratados em pareceres jurídicos referenciais ou padronizados pelo Departamento Jurídico Municipal;

III Contratações com valor de até 2% (dois por cento) do valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, devidamente atualizado por Decreto Federal; e

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, eventuais alterações substanciais nas minutas padronizadas deverão ser novamente analisadas pela Assessoria Jurídica.

§ 2º A análise jurídica é obrigatória em todos os processos de contratação direta, ressalvado o disposto no inciso III do caput deste artigo.

§ 3º Recebido o processo de contratação na assessoria jurídica, sua análise escrita será efetuada em até 03 (três) dias úteis, admitida, em situações excepcionais e justificadas, a prorrogação desse prazo por igual período.

§ 4º Ato do Assessor Jurídico/Procurador poderá estabelecer outras hipóteses de dispensa da análise jurídica da contratação.

§ 5º A Assessoria Jurídica/Procuradoria deverá monitorar os processos de gestão de riscos e controles internos, propondo melhorias sempre que necessárias.

Seção IV Atuação da Controladoria

Art. 11. Competem à Controladoria do Município, dentre outras, as seguintes atribuições relacionadas ao processo de contratação:

- I Atuar como no órgão Controle Interno da Administração Municipal, na segunda e terceira linhas de defesa, conforme previsão do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II Apoiar as demais linhas de defesas no exercício de suas competências de gestão de riscos e de controle preventivo;
- III Promover inspeções e avaliações das práticas contínuas e permanentes de gestão de risco e de controle preventivo nas contratações públicas;
- IV Apoiar o agente de contratação e a equipe de apoio, a comissão de contratação, os fiscais e os gestores de contratos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto neste decreto;
- V Auxiliar na instituição de modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos; e
- VI Auxiliar o fiscal do contrato, dirimindo dúvidas e o subsidiando com informações relevantes, a fim de prevenir riscos na execução contratual.

§ 1º Ato editado pelo Controlador do Município definirá as formas e os prazos para o atendimento de consultas, considerando a natureza da dúvida, o impacto da resposta no processo de contratação e a política pública relacionada, quando for o caso.

§ 2º Para os fins deste artigo, serão admitidas formas de consulta e resposta simplificadas, com uso de tecnologia da informação e mecanismos de comunicação de uso disseminado, conforme regulamentação do inciso V do caput deste artigo.

Art. 12. A Controladoria será responsável por analisar eventuais denúncias sobre irregularidades no cumprimento deste Decreto ou decorrentes de ilícitos cometidos contra a gestão municipal.

§ 1º O Controlador fará a análise da denúncia e, caso consistente, fará os encaminhamentos pertinentes, nos termos da lei, para apuração de responsabilidades.

§ 2º A denúncia poderá ser proposta por qualquer pessoa e meio idôneo, e deverá ser encaminhada, preferencialmente, através do canal da Ouvidoria, disponível no sítio eletrônico do Município.

Seção V Plano de contratações anual

Art. 13. O Plano de Contratações Anual é o documento que consolida as demandas que a Administração Municipal pretende contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração, tendo os seguintes objetivos:

- I Racionalizar as contratações da Administração Municipal;
- II Garantir o alinhamento com o planejamento estratégico do Município de Guaraciaba/SC;
- III Subsidiar a elaboração das leis orçamentárias; e
- IV Apresentar ao setor privado as pretensões contratuais da Administração Municipal para o próximo exercício, para estimular a maior participação de fornecedores nos processos de contratação.

Art. 14. Será elaborado um único Plano de Contratações Anual, envolvendo todas as Secretarias e Fundos Municipais, descrevendo os objetos que pretende contratar no exercício seguinte, informando, para cada um deles:

- I – a descrição sucinta do objeto;
- II – a justificativa para a aquisição ou contratação;
- III – a estimativa preliminar do valor;
- IV - o grau de prioridade da compra ou contratação;
- V - a data pretendida para a compra ou contratação; e
- VI - a existência de vinculação ou dependência com a contratação de outro item para sua execução, visando determinar a sequência em que os respectivos procedimentos licitatórios serão realizados.

§ 1º Na elaboração do Plano de Contratações Anual serão observadas as seguintes diretrizes:

- I - agregação, sempre que possível, de demandas referentes a objetos da mesma natureza;
- II - concepção do calendário de licitação, observado o disposto nos incisos IV a VI do “caput” deste artigo;
- III - adequação financeira e orçamentária.

§ 2º É de responsabilidade do Departamento de Compras e Licitações a elaboração do Plano Anual de Contratações, por meio de mecanismos que permitam a compilação e elaboração de estratégias para suprir as demandas das Secretarias Municipais.

§ 3º O prazo para publicação do Plano Anual de Contratações será dia 20 de dezembro do ano anterior a sua vigência.

Art. 15. O Plano de Contratações Anual apresentará linguagem e formato que facilitem sua compreensão pelo mercado fornecedor e será divulgado no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo da divulgação por outros meios.

§ 1º Para fins da estimativa preliminar de valor, poderá ser adotada metodologia simplificada, com a consulta de um único preço ou do último preço atualizado praticado pela Administração Municipal.

§ 2º Durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual poderá ser alterado no caso de contratações emergenciais, recebimento de emendas parlamentares, transferências voluntárias, ocorrências devidamente justificadas, operações de crédito, Superávit financeiro e excesso de arrecadação.

§ 3º Alterações do Plano de Contratações Anual por motivos distintos do previsto no § 2º deverão ser justificadas pela demandante e dependerão de autorização do Prefeito Municipal.

Art. 16. O Plano de Contratações Anual será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser aditado, a qualquer tempo, mediante decisão justificada da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante.

Art. 17. Para a elaboração do Plano de Contratações Anual serão adotados os seguintes prazos:

- I Os demandantes encaminharão todas as contratações pretendidas à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, através do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo a ser assinalado pela Secretaria de Administração anualmente.
- II O Município de Guaraciaba/SC divulgará no sítio oficial o Plano de Contratações Anual, para o exercício seguinte.
- III O Plano de Contratações Anual será mantido atualizado, com destaques nas mudanças realizadas após a primeira divulgação.

Seção VI

Centralização das contratações e execução do processo administrativo

Art. 18. As contratações da Administração Municipal serão conduzidas pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, que realizará os procedimentos necessários à execução dos processos de contratação.

§ 1º As fases preparatórias dos processos de contratação de objetos de uso geral de toda a Administração Municipal serão executadas pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, a serem executados pelos agentes da fase preparatória da licitação, podendo haver delegação desta competência em situações específicas.

§ 2º As fases preparatórias dos processos de contratação de objetos de uso específico serão executadas preliminarmente nos órgãos e secretarias demandantes ou por técnicos ou empresas contratadas para tal fim, caso não haja no quadro de servidores técnico com competência para tal. Tal processo ocorrerá sem prejuízo da competência de outros agentes públicos sobre as demais fases e do pedido de informações e auxílio aos demandantes.

Art. 19. O processo de contratação é iniciado com a requisição (documento de formalização de demanda), preenchido em sistema administrativo para tal função.

Parágrafo único. A partir da requisição, o processo de contratação será executado observando as seguintes fases:

I Fase preparatória: objetiva caracterizar o problema a ser resolvido, identificar no mercado a(s) melhor(es) solução(ões) disponível(is) e a viabilidade técnica e economicamente. Bem como definir o procedimento e as condições de contratação, gerenciar riscos e produzir as minutas dos documentos necessários ao processo de contratação;

II Fase de seleção de fornecedor: corresponde à etapa de avaliação da proposta e das condições de habilitação dos proponentes, a fim de selecionar o fornecedor a ser contratado; e

III Fase de gestão e fiscalização do contrato: corresponde à execução sistemática de procedimentos que visem o adimplemento contratual, por meio de ferramentas disponibilizadas pelo Município de Guaraciaba/SC, inclusive mediante uso de recursos de tecnologia da informação.

TÍTULO II

FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I

ATUAÇÃO DE AGENTES DA FASE PREPARATÓRIA

Art. 20. Serão considerados agentes da fase preparatória do processo de contratação todos aqueles que desempenharem atividades relacionadas à elaboração dos documentos que a integrarão.

§ 1º O estudo técnico preliminar - ETP, o anteprojeto, o projeto básico ou o termo de referência - TR e os seus respectivos anexos serão elaborados por agente público ou equipe de agentes públicos lotados na Secretaria ou Entidade demandante ou no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme a complexidade.

§ 2º Será admitida a contratação de terceiros para auxiliar na fase preparatória.

§ 3º Serão adotados modelos padronizados e ocorrerão adaptações sempre que necessário, para as contratações, cabendo ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos analisar se as modificações efetuadas no modelo não prejudicam as demais fases subsequentes.

CAPÍTULO II

DOCUMENTOS E ATIVIDADES DA FASE PREPARATÓRIA

Art. 21. A fase preparatória inclui as seguintes atividades:

I - requisição de compras (formalização da demanda);

II - elaboração do estudo técnico preliminar;

III - elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência, incluindo a pesquisa de preços que definirá o valor máximo da contratação, com base na solução indicada no estudo técnico preliminar;

IV - elaboração da matriz de alocação de riscos, se for o caso;

V - autorização para abertura do processo de contratação;

VI - elaboração da minuta do edital, se for o caso;

VII - elaboração da minuta de ata de registro de preços, se for o caso;

VIII - elaboração da minuta de contrato, se for o caso;

IX - análise jurídica do processo de contratação, ressalvado o disposto no art. 10 deste Decreto;

X - autorização para publicação do edital, se for o caso;

XI - inserção de dados do processo de contratação no sítio eletrônico oficial; e

XII - publicação do edital ou do ato que autoriza a contratação direta.

§ 1º Na elaboração dos instrumentos destinados aos fornecedores, não serão realizadas repetições de informações, sendo consideradas parte do edital todas as informações presentes em todos os seus anexos.

§ 2º O anteprojeto, o projeto básico ou o termo de referência elaborados na fase interna serão públicos para acesso de qualquer interessado, e farão parte dos anexos do edital, devendo suas informações serem distribuídas entre o edital, as especificações, o contrato e a ata de registro de preços, quando houver.

Art. 22. O estudo técnico preliminar deverá refletir o resultado dos levantamentos, das pesquisas e das conclusões sobre o problema a ser resolvido e a melhor forma de solucioná-lo, e sua elaboração considerará:

I A natureza do problema a ser resolvido, observando a finalidade e os resultados pretendidos com a contratação;

II As soluções existentes para o problema, observando o modelo já utilizado pela Administração Municipal e por outras administrações, se for o caso, e os seus impactos econômicos; e

III A definição da melhor solução para o problema e sua viabilidade.

§ 1º A elaboração do ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e

II - poderá ser dispensada na hipótese do inciso I, II e III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

§ 2º Nas contratações com valores inferiores a 20% (vinte por cento) dos limites de dispensa de licitação, previstos nos incisos I ou II do

caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o caso, não será exigida a elaboração de estudo técnico preliminar e matriz de alocação de riscos.

§ 3º Quando a simplicidade do objeto ou a forma do seu fornecimento puder dispensar a elaboração do estudo técnico preliminar e a análise de risco, o caso deverá ser devidamente justificado na autorização para abertura do processo de contratação.

§ 4º A observância das soluções já utilizadas anteriormente pela Administração Municipal e por outras administrações não impedirá a adoção de solução inovadora, caso seja a que melhor resolva o problema detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares.

Art. 23. O início da fase preparatória dos processos de contratação será autorizado pelo Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de cada pasta ou por autoridade devidamente nomeada por Portaria para tal função.

Art. 24. Todos os processos de contratação serão publicados no Diário Oficial, no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

§ 1º 1º Será obrigatória a publicação de extrato do edital, em jornal diário de grande circulação, para as contratações cujo valor máximo ultrapasse 5 (cinco) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º Serão considerados jornais de grande circulação aqueles com publicação diária que não sejam direcionados para público específico, disponíveis de forma impressa e distribuídos de forma habitual ou acessível a todos quando disponível na forma digital, de modo que o maior número de pessoas tenha acesso à informação.

CAPÍTULO III

PESQUISA DE PREÇOS E DEFINIÇÃO DE VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

Seção I

Dos Valores de Referência

Art. 25. O valor máximo da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto e, sempre que possível, a realidade do mercado local e/ou regional.

Seção II

Bens e serviços em geral

Art. 26. As pesquisas de preços para aquisições de bens e serviços em geral serão realizadas mediante aplicação das seguintes referências e parâmetros, combinados ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ou banco de preços em saúde, observada a correção do valor pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observada a correção do valor pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por ofício, e-mail, telefone, ou outro meio de comunicação eletrônica desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - preços obtidos em pesquisa na base nacional ou regional de notas fiscais eletrônicas, no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços.

§ 1º A pesquisa de preços deverá contemplar ao menos uma referência relativa aos incisos I, II ou III do caput deste artigo, sendo que eventual impossibilidade de obtenção de quaisquer parâmetros deverá ser registrada no processo.

§ 2º Para a utilização do Banco de Preços em Saúde:

I - deverão ser priorizados os preços de compras praticadas no Estado de Santa Catarina;

II - não havendo histórico de pesquisa do item no período selecionado, a pesquisa poderá ser ampliada para os demais Estados;

III - serão utilizados os preços obtidos de compras realizadas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

IV - se for obtida mais de uma referência no BPS, oriunda de cidades e contratações distintas, tais valores poderão ser utilizados como referências de preços, fazendo-se constar a data da contratação ou licitação, o fornecedor e a cidade correspondente.

§ 4º Quando forem utilizadas referências de preços de sítios eletrônicos da internet, essas referências deverão conter, além do previsto no inciso III do caput deste artigo, o CNPJ e o endereço eletrônico consultado, sendo vedada a utilização de preços promocionais, com descontos condicionais ou com acréscimos em virtude de parcelamento.

§ 5º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 6º Na pesquisa realizada com fornecedores deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço físico, eletrônico se possuir, e telefone de contato;

d) data de emissão;

e) nome completo e identificação do informante da empresa; e

f) identificação do servidor responsável pela solicitação do orçamento.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no § 5º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro no processo interno da contratação, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação, no caso em que não houver 3 preços de referência.

§ 7º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Art. 27. A metodologia para formação do preço máximo na contratação de bens e serviços em geral, por meio de processos licitatórios, deverá observar as seguintes regras:

I - existência de, no mínimo, 3 (três) referências de preço válidas;

II - se alguma(s) das referências não guardar(em) relação de compatibilidade com as demais, destoando consideravelmente das outras, seu(s) preço(s) deverá(ão) ser desconsiderado(s) e/ou substituída(s), considerando o disposto no inciso I deste artigo;

III - serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, e desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados;

IV - para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo;

V - as referências de preços deverão ser analisados de forma crítica, a fim de se verificar a compatibilidade efetiva entre os itens cotados e o descritivo de cada item a ser contratado.

VI - a definição do método a ser utilizado deverá ser justificado.

§ 1º Para a identificação e fixação do preço máximo da contratação deverá ser elaborado o mapa de formação do preço de modo a demonstrar a metodologia utilizada.

§ 2º Não será utilizado mapa comparativo de preços em serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, caso em que deverá ser adotada a planilha de composição de custos.

§ 3º A inviabilidade de cumprimento das regras dispostas no caput deste artigo deverá ser justificada, com demonstração das pesquisas que foram realizadas e o porquê da inviabilidade de cumprimento no caso concreto, vedada justificativa genérica.

Art. 28. Nas contratações diretas por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 26º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 26º deste Decreto, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

Art. 29. Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, a comprovação do preço se dará por meio da apresentação de notas fiscais emitidas ou contratos celebrados pelo fornecedor junto a terceiros, assim como documentos hábeis emitidos em substituição ao contrato, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração Municipal.

§ 1º Nas contratações por inexigibilidade, para participação em cursos ou capacitações, poderão ser utilizados, para comprovação de preço, materiais informativos do organizador do curso, disponíveis publicamente, como folder, página na internet ou outros meios, sem prejuízo da tentativa de negociação do valor, quando houver participação de mais de um servidor municipal.

§ 2º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

Seção III

Obras e serviços de engenharia

Art. 30. No processo de contratação de obras e serviços de engenharia, o valor máximo da contratação será definido por insumo ou serviço da planilha de composição de custos, sendo acrescido o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais cabível pelo custo correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia ou outra tabela oficial compatível com o objeto.

§1º. Os valores dos insumos e serviços que não estiverem disponíveis nas tabelas Sinapi ou Sicro poderão ser obtidos pelos seguintes parâmetros, nesta ordem:

I - dados de outras tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal, estadual, distrital ou municipal;

II - preços de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

IV - preços obtidos em pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo IPCA ou por outro índice que venha a substituí-lo, desde data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços; e

V - preços obtidos em pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo necessária justificativa caso não se alcancem 3 (três) cotações.

§2º. Em decorrência de Convênio firmado ou de obrigação definida pelo órgão repassador dos recursos, poderão ser utilizadas outras tabelas oficiais.

Art. 31. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor máximo da contratação será calculado nos termos do caput deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, nos termos do art. 30 deste Decreto, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada, baseada em outras contratações similares, ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no dispositivo.

Seção IV Processos de aditivos contratuais

Art. 32. As alterações contratuais ensejarão análise da adequação econômica, devendo ser comprovada a compatibilidade dos valores unitários e global com os preços praticados pelo mercado.

Art. 33. Nos contratos de fornecimento e serviços, deverão ser apresentadas, ao menos, 3 (três) referências de preços, conforme estabelecido no art. 26 deste Decreto.

§ 1º Nos casos em que for relevante a consideração da marca do produto para a demonstração da vantajosidade, a pesquisa de preços deverá, preferencialmente, considerar a marca a ser contratada.

§ 2º Em qualquer caso, para análise da vantajosidade econômica serão descartados os preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, no caso de não restarem ao menos duas referências válidas, deverão ser acrescidas novas referências e recalculada a média aritmética.

§ 3º Caberá ao gestor do contrato avaliar, criticamente, se o valor do termo aditivo é coerente com o preço de mercado obtido na pesquisa, bem como negociar melhores condições, quando entender necessário.

Art. 34. No caso de obras e serviços, os preços unitários, eventualmente não contemplados no contrato, serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Nos casos das alterações do caput deste artigo, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

§ 2º No caso de contrato decorrente de licitação com julgamento por maior desconto, o desconto ofertado em relação ao preço global fixado no edital de licitação deverá ser estendido aos termos aditivos.

Art. 35. Não estão enquadradas nesta seção deste Decreto as alterações de preço decorrentes de reajuste e repactuação, que serão realizadas por simples apostilamento, nos termos do inciso I do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Seção V Disposições gerais da pesquisa de preços

Art. 36. As justificativas apresentadas deverão ser claras e objetivas, juntando-se ao processo, sempre que possível, os respectivos documentos comprobatórios, sendo vedadas justificativas genéricas e incapazes de demonstrar a necessidade de se excepcionar as condições estabelecidas.

Art. 37. Casos omissos ou que eventualmente possam frustrar o processo de contratação, no que tange à formação de preços de bens e serviços em geral, serão decididos pela Secretaria de Administração, através do Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

Art. 38. Os valores de bens móveis e imóveis passíveis de avaliação por Comissão Especial ou por profissional tecnicamente habilitado, responsável por apresentar laudo de avaliação não serão analisados quanto à formação de preço pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CAPÍTULO IV ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS COMUM E LUXO

Art. 39. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Administração Municipal deverão ser de qualidade não superior à necessária para cumprir a finalidade à qual se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Será considerado de luxo o artigo cujo valor de mercado seja, significativamente, superior ao valor de outro com características suficientes para cumprir a mesma finalidade.

§ 2º Excepcionalmente, será admitida a aquisição de itens de consumo com características especiais, mesmo que com valor superior a produtos similares, nos casos em que tais características sejam necessárias para o atendimento do interesse público primário e desde que justificadas na fase preparatória do processo de contratação.

CAPÍTULO V PROGRAMA DE INTEGRIDADE DE FORNECEDORES NAS CONTRATAÇÕES DE GRANDE VULTO

Art. 40. Para os fins deste Decreto, o programa de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Municipal.

Parágrafo único. Estão incluídos no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade o incentivo à denúncia de irregularidade, a instituição e a aplicação do código de ética e de conduta e a aplicação e disseminação das boas práticas corporativas.

Art. 41. Nas contratações de obra, serviço e fornecimento superiores a 200 (duzentas) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com previsão obrigatória do edital, o contratado deverá comprovar a existência de programa de integridade em até 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo caracterizará inexecução parcial do contrato e implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

Art. 42. A comprovação da existência do programa de integridade será realizada mediante declaração formal do contratado e compromisso de sua manutenção até o término do contrato.

§ 1º Serão considerados programas de integridade implantados os que preencherem, no mínimo, os seguintes critérios:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, administradores e dirigentes;

II - capacitação, no mínimo anual, para pelo menos 20% (vinte por cento) dos empregados da empresa, sobre temas relacionados ao

programa de integridade:

III - mecanismos voltados para a prevenção de fraudes e atos ilícitos nos processos de contratação ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros;

IV - sanções, prazos e procedimentos para apuração de irregularidades; e

V - canais de denúncia de irregularidades, acessíveis e divulgados a empregados, fornecedores e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé.

§ 2º A Administração Municipal poderá realizar diligência para confirmar a veracidade da declaração de existência de programa de integridade implantado.

CAPÍTULO COTAS E PREFERÊNCIAS

Seção I

Exigência de percentual de mão de obra constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, oriundos ou egressos do sistema prisional

Art. 43. Nas contratações de obras e serviços de engenharia com valor superior a 200 (duzentas) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nas contratações de serviço terceirizado, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com valor superior a 100 (cem) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o edital poderá exigir que até 2% (dois por cento) da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, oriundos ou egressos do sistema prisional.

§ 1º Para os fins deste Decreto, serão consideradas mulheres vítimas de violência doméstica aquelas que assim se declararem.

§ 2º Para os fins de enquadramento na categoria de mulher vítima de violência doméstica, será considerado o gênero declarado da vítima.

§ 3º A identidade dos colaboradores será mantida em sigilo pelo contratado e pela Administração, vedado qualquer tipo de discriminação laboral.

§ 4º Para análise do cabimento da exigência da cota, será considerado como valor da contratação, no caso de serviços contínuos, o valor global correspondente a 1 (um) ano de execução.

Art. 44. Na definição da quantidade mínima de profissionais, necessária para atender à exigência de cota, serão desprezadas as casas decimais.

Art. 45. A cota poderá deixar de ser exigida, mediante justificativa na fase preparatória do processo de contratação.

Seção II

Fixação de margem de preferência para aquisição de bens constituídos de material reciclado, reciclável ou biodegradável

Art. 46. Nas licitações, poderá ser estabelecida margem de preferência de até 10% (dez por cento) para aquisição de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, reciclável ou biodegradável.

§ 1º O edital deverá estabelecer, conforme cada caso, os requisitos para aplicação da margem de preferência referida neste artigo.

§ 2º Para aplicação da margem de preferência, o licitante deverá declarar, sob as penas da lei, o atendimento aos requisitos estabelecidos pelo edital.

CAPÍTULO VII

CICLO DE VIDA DO OBJETO

Art. 47. Entende-se por custo do ciclo de vida do objeto o preço de aquisição do produto, somado ao dispêndio total para a Administração Municipal ao longo da vida do produto, inclusive com a sua disposição final.

Art. 48. A contratação mais vantajosa para a Administração Municipal, quando possível, deverá se dar pelo menor dispêndio, considerando o ciclo de vida do produto a partir de fatores economicamente relevantes, vinculados ao objeto que puder ser objetivamente mensurável, identificado e justificado na fase preparatória da contratação, podendo ser considerados, dentre outros, os custos relativos a:

I - manutenção;

II - utilização;

III - reposição;

IV - depreciação;

V - impacto ambiental; e

VI - descarte ou logística reversa.

§ 1º Poderão ser utilizados no levantamento dos custos relacionados ao ciclo de vida do objeto, dentre outros:

I - histórico de contratos anteriores, conforme ocorrências anotadas e relatórios formalmente produzidos;

II - séries estatísticas disponibilizadas por instituição pública ou privada, com competência técnica compatível;

III - publicações especializadas; e

IV - trabalhos técnicos e acadêmicos.

§ 2º Nos processos de contratação, que considerarem o custo do ciclo de vida do objeto após a sua entrega, deverá ser utilizado, preferencialmente, o regime de contratação de fornecimento e prestação de serviços associado, de forma a garantir que os valores ofertados na proposta para o custo do ciclo de vida sejam executados pelo contratado.

CAPÍTULO VIII

CONTRATAÇÕES DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 49. A gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado na Administração Municipal deverá considerar aspectos como:

I - adaptabilidade;

II - reputação;

III - suporte;

IV - confiabilidade;

V - praticidade;
VI - popularização;
VII - treinamento; e
VIII - relação custo-benefício.

Art. 50. A contratação de licenças deverá ser alinhada às reais necessidades da Administração Municipal, com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

Parágrafo único. Nos casos de desenvolvimento de softwares para utilização pela Administração Municipal, a especificação do edital deverá prever a obrigação de cessão, pelo contratado, dos direitos autorais e de todas as condições necessárias para manutenção do software pela Administração Municipal ou por terceiros.

TÍTULO III

FASE DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

CAPÍTULO I

ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I

Agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação

Art. 51. O agente de contratação, o pregoeiro e os membros da comissão de contratação serão preferencialmente agentes públicos efetivos do Município de Guaraciaba/SC, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 52. A atuação do pregoeiro, em licitações na modalidade pregão, e do agente de contratação e da comissão de contratação, em licitações nas demais modalidades, inclui, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - receber, analisar e responder os pedidos de esclarecimentos;

II - receber, analisar e responder as impugnações ao edital e submeter sua resposta à ratificação do Prefeito Municipal.

III - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

IV - credenciar os interessados;

V - receber e examinar a declaração dos licitantes quanto à regularidade das condições de habilitação;

VI - verificar a conformidade da proposta e da documentação em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

VII - coordenar a sessão pública e o envio de propostas e lances;

VIII - conduzir a etapa competitiva;

IX - classificar os proponentes após encerrada a etapa competitiva;

X - negociar para obtenção de maior vantagem;

XI - verificar e julgar as condições de habilitação;

XII - sanear erros ou falhas;

XIII - indicar o vencedor do certame;

XIV - receber recursos e pedidos de reconsideração e analisar sua admissibilidade;

XV - reconsiderar seus atos diante da interposição de recurso ou pedido de reconsideração, ou encaminhar para decisão do Prefeito Municipal;

XVI - elaborar a ata da sessão da licitação;

XVII - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, para homologação e adjudicação; e

XVIII - propor a revogação ou a anulação da licitação, quando for o caso.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art. 53. O agente de contratação, o pregoeiro e a comissão de contratação poderão consultar e receber o apoio e o auxílio dos agentes da fase preparatória, da Assessoria Jurídica e da Controladoria Interna para o desempenho das suas atribuições.

Art. 54. O agente de contratação e o pregoeiro serão auxiliados, no que couber, por uma equipe de apoio, designada pelo Prefeito Municipal, para subsidiar o desempenho de suas atribuições.

Art. 55. A comissão de contratação atuará em licitações que envolvam bens ou serviços especiais e será formada por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos designados pelo Prefeito Municipal, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico.

§ 1º A comissão de contratação será presidida por um agente público do Município de Guaraciaba/SC.

§ 2º Os membros da comissão de contratação responderão, solidariamente, por todos os atos praticados pela comissão, exceto aquele que expressar posição individual divergente, fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 56. Não é atribuição do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação a condução de processos de contratação direta de baixo valor.

§ 1º Fica estabelecido como baixo valor até valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 2º Fica estabelecido como responsável pela verificação do correto seguimento dos documentos apresentados e trâmites internos a equipe contábil que realizará a classificação orçamentária.

§ 3º Deverá impreterivelmente ser observado o que consta no § 2º, do inciso II, do art. 95 da Lei Federal 14.133, de 2021.

§ 4º Poderá ocorrer a normatização destes processos por meio de Instrução Normativa da Unidade Central de controle Interno.

Art. 57. Compete ao Prefeito Municipal ou a quem ele destinar por Portaria:

I - autorizar a abertura do processo de contratação;

II - assinar os editais de licitação e autorizar a sua publicação e o início da fase de seleção de fornecedor;

III - ratificar ou retificar as respostas do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação às impugnações ao edital;

IV - analisar e julgar os recursos e pedidos de reconsideração recebidos pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação;

V - adjudicar o objeto e homologar o processo licitatório, em ato único;

VI - assinar os contratos e as atas de registro de preços;

VII - julgar recursos administrativos contra decisão de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar;

VIII - designar fiscais e gestores de contratos e de atas de registro de preços;

IX - aplicar declaração de inidoneidade;

X - julgar pedido de reconsideração contra declaração de inidoneidade; e
XI - revogar ou anular a licitação.

CAPÍTULO II CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO

Seção I

Licitações eletrônicas

Art. 58. Todas as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

§ 1º Faculta-se a realização na forma presencial, desde que motivada e autorizada pelo Chefe do Poder Executivo ou Gestor de Fundo Municipal, devendo a sessão pública, nessa hipótese, ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, procedendo-se à anexação dos arquivos no processo administrativo da licitação.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo § 1º deste artigo e desde que previsto no edital, a sessão pública poderá ser transmitida ao vivo em canal do órgão na internet.

§ 3º Nas licitações processadas eletronicamente, serão observadas as regras próprias do sistema eletrônico utilizado, que deverão constar expressamente do edital.

Art. 59. Para realizar licitações eletrônicas, a Administração Municipal utilizará, preferencialmente, a ferramenta informatizada integrante do sistema de compras do Governo Federal, ou o "Portal de Compras Públicas", pois o mesmo encontrasse integrado à Plataforma +Brasil e ao PNCP.

Parágrafo único: O ato praticado em decorrência de regras próprias do sistema eletrônico adotado, que não possam ser configuradas de forma distinta, será considerado válido e não implicará em responsabilização dos agentes públicos, ainda que incompatível com as normas desse Decreto.

Seção II

Dispensas eletrônicas

Art. 60. A Administração Municipal poderá realizar dispensa eletrônica, utilizando, preferencialmente, a ferramenta informatizada integrante do sistema de compras do Governo Federal ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à Plataforma +Brasil e ao PNCP.

Seção III

Licitações presenciais, com uso de videoconferência

Art. 61. Nas licitações presenciais, deverá ser disponibilizado o acesso pelo sistema de videoconferência, cabendo ao Município de Guaraçaba/SC garantir as condições adequadas para a transmissão e a participação dos interessados, que serão previstas no edital de licitação.

Parágrafo único. A participação em sessão pública de licitação transmitida por videoconferência implica na cessão dos direitos de imagem, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 62. É de responsabilidade dos licitantes, que desejarem participar de licitação por meio do sistema de videoconferência, providenciar os equipamentos e a conexão de internet adequados e suficientes para acompanhamento das licitações neste formato.

Parágrafo único. O terceiro interessado em acompanhar a licitação por meio do sistema de videoconferência deverá atender aos mesmos requisitos de conectividade, sendo sua participação admitida como mero espectador.

Art. 63. Os interessados deverão, obrigatoriamente, apresentar seus envelopes contendo os documentos de credenciamento, propostas de preço e documentos de habilitação, até o horário limite estabelecido no edital para recebimento.

Parágrafo único. Os envelopes poderão ser entregues:

I diretamente, mediante protocolo, no Departamento de Compra, Licitações e Contratos, com indicação de que contém documentação e proposta para participação de licitação, bem como o número da licitação, da data e horário da sessão; ou

II por envio postal ou outro meio similar, endereçado ao Departamento de Compra, Licitações e Contrato, com indicação de que se trata de documentação e proposta para participação de licitação, bem como o número do processo licitatório, da data e horário da sessão.

Art. 64. O não comparecimento do licitante, presencialmente ou por videoconferência, no dia e horário previstos no edital para abertura da sessão não inviabiliza sua participação na licitação, independentemente da modalidade ou modo de disputa, desde que tenha entregado os envelopes regularmente.

Parágrafo único. O licitante que não comparecer à sessão participará na condição de não credenciado e perderá o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

Art. 65. Para o uso do sistema de videoconferência, serão observadas as seguintes regras:

I - a abertura da sala virtual ocorrerá 15 (quinze) minutos antes da hora estipulada no edital para início da sessão, para que cada interessado acesse a sala de videoconferência;

II - os interessados em realizar o credenciamento deverão observar o prazo de ingresso na plataforma, especificamente indicado no edital para esta finalidade;

III - as sessões públicas serão gravadas e disponibilizadas posteriormente a qualquer interessado, mediante acesso ao sítio eletrônico onde estiverem armazenadas;

IV - o edital indicará o canal por meio do qual deverão ser reportados eventuais problemas de acesso à sala de videoconferência;

V - caso o licitante, que estiver participando por videoconferência, seja convocado a manifestar-se e apresentar problemas de conexão, será concedido o prazo de 5 (cinco) minutos para que ele retorne à sala virtual e atenda a convocação, registrando-se em ata o ocorrido;

VI - problemas de conexão não inviabilizam a aceitação de propostas;

VII - em caso de problema de conexão durante a fase de lances, se o licitante não conseguir retornar à sala virtual, será considerado o seu último lance ofertado;

VIII - caso o problema de conexão se dê com o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação ou com o sistema em que é realizada a licitação, os licitantes deverão permanecer disponíveis por 15 (quinze) minutos, após o qual será considerada suspensa a sessão até posterior convocação; e

IX - a interação entre o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, a equipe de apoio e os licitantes que participarem da licitação por meio do sistema de videoconferência ocorrerá, exclusivamente, por meio dos recursos de áudio, vídeo e texto disponibilizados pela plataforma, e será compartilhada em tempo real com os licitantes que participarem presencialmente.

Parágrafo único. Os envelopes apresentados pelos licitantes serão abertos somente após iniciada a sessão, cada qual no seu momento oportuno, e serão digitalizados e disponibilizados à consulta pública, no sítio eletrônico oficial.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE DESEMPENHO NAS LICITAÇÕES DO TIPO MELHOR TÉCNICA E TÉCNICA E PREÇO

Art. 66. A metodologia para a pontuação técnica do desempenho do licitante em contratações anteriores será disciplinada em edital, considerando os objetivos e resultados pretendidos com a contratação.

§ 1º Serão admitidas para a pontuação técnica as avaliações de desempenho que se referirem a contratações similares, nas parcelas indicadas pelo edital como de maior relevância para a execução.

§ 2º Somente serão admitidas para a pontuação técnica as avaliações de desempenho com notas que indiquem nível de satisfação do órgão ou entidade avaliadora igual ou superior a 80% (oitenta por cento).

§ 3º A utilização do desempenho pretérito na pontuação técnica deverá estar objetivamente quantificada no edital, limitada a 5% (cinco por cento) do total da pontuação técnica.

§ 4º A análise de desempenho, para os fins da pontuação técnica, em licitações com critério de julgamento melhor técnica e técnica e preço, está condicionada à implantação e à regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CAPÍTULO IV

NEGOCIAÇÃO DE CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 67. Definido o resultado do julgamento, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, convocará o licitante melhor classificado para negociação, cujos parâmetros serão os orçamentos que fundamentaram o valor máximo da contratação e os preços praticados pelo licitante em contratações públicas similares.

§ 1º É vedada a negociação em condições diversas daquelas estabelecidas no edital.

§ 2º A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, de forma presencial ou por meio de sistema de videoconferência, e deverá ser transparente, de fácil acesso ao público e ter suas condições consignadas em ata.

Art. 68. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

§ 1º O valor admissível para a negociação deverá ser igual ou inferior ao valor máximo da contratação.

§ 2º Caso mais de um licitante aceite o valor admissível para a negociação, deverá ser observada a ordem de classificação anterior à negociação.

§ 3º Não havendo licitante que aceite o valor admissível para a negociação, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação poderá fixar novo valor admissível para negociação e realizar nova rodada de negociação.

§ 4º Poderão ser realizadas quantas rodadas de negociação forem convenientes, a critério do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.

§ 5º Será declarada fracassada a licitação que não resultar em negociação satisfatória, salvo se demonstradas a conveniência e a oportunidade na adjudicação pelo menor preço obtido.

Art. 69. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS DE DESEMPATE ENTRE PROPOSTAS OU LANCES

Seção I

Ordem dos critérios de desempate

Art. 70. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na seguinte ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

III - desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 71 deste Decreto; e

IV - desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, nos termos do art. 72 deste Decreto.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; e

IV - empresas que comprovem a prática de ações de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

Seção II

Ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Art. 71. Será considerado o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, utilizada como critério de desempate, quando o licitante adotar, no mínimo, 4 (quatro) das seguintes práticas:

I - política de paridade salarial entre homens e mulheres no exercício da mesma função;

II - política de paridade entre homens e mulheres na ocupação de cargos de liderança;

III - programa para o desenvolvimento de lideranças femininas ou para assegurar que futuros líderes da empresa sejam mulheres;

IV - auxílio-creche;

V - estrutura física adequada para trabalhadoras gestantes e lactantes;

VI - horários flexíveis e opções de home office parcial ou integral para gestantes e lactantes;

VII - canal de denúncias para o combate ao assédio;

VIII - critérios não discriminatórios de recrutamento e seleção; e

IX - canal para recebimento de opiniões, sugestões e demandas de ações de equidade.

§ 1º A comprovação do desenvolvimento das ações de equidade deverá ocorrer por declaração própria do licitante, quando constatado empate, permitida diligência para comprovação das ações implementadas.

§ 2º O licitante que, na data da abertura das propostas, não possuir a quantidade mínima de práticas para ser considerado o desenvolvimento de ações afirmativas de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderá beneficiar-se do critério de desempate declarando o compromisso de implementar, em até 60 (sessenta) dias, o número mínimo daquelas práticas.

§ 3º Caso a empresa não implemente as práticas declaradas, no prazo de 60 (sessenta) dias, será aplicada multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, enquanto persistir a situação de irregularidade, vedada a prorrogação do contrato.

Seção III

Definição de programa de integridade

Art. 72. Para fins da aplicação do critério de desempate, será considerado implementado o programa de integridade que contiver, no mínimo, os requisitos estabelecidos no art. 42 deste Decreto.

CAPÍTULO VI

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO

Seção I

Habilitação de licitante por processo eletrônico

Art. 73. Será permitida, para qualquer fim, a verificação dos documentos apresentados, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente ou com videoconferência, sendo assegurado aos demais licitantes o acesso às informações constantes dos sistemas.

§ 1º Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo nas hipóteses do artigo 64 da Lei 14.133, de 2021.

§ 2º Será admitida a apresentação de cópia simples de documentos, podendo a Administração Municipal diligenciar para aferir a veracidade dos documentos, sendo passível de declaração de inidoneidade a sua falsidade.

§ 3º Os documentos obtidos junto ao SICAF ou outro sistema que vier substituí-lo serão presumidos verdadeiros, sendo aplicada declaração de inidoneidade aos licitantes que inserirem documentos falsos no sistema.

§ 4º A responsabilidade pelo envio dos documentos é do licitante. Caso o sistema de acesso pela internet para a emissão de documento estiver indisponível no momento da sessão, poderão ser realizados novos acessos ou diligência para obtenção do documento.

§ 5º Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.

§ 6º Serão consideradas válidas todas as certidões tributárias que estejam com data de validade dentro do prazo, desde que seja possível verificar a autenticidade da certidão.

Seção II

Admissibilidade de provas alternativas para demonstração da qualificação técnica

Art. 74. Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, a critério da Administração Municipal, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução do objeto de características semelhantes.

§ 1º A admissibilidade de provas alternativas da qualificação técnica deverá ser avaliada na fase preparatória da contratação e os documentos admitidos deverão constar no edital, observadas as peculiaridades do objeto licitado.

§ 2º Poderão ser admitidos como prova de capacidade técnica os documentos que comprovem a execução de objeto semelhante, em decorrência de contrato com pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 3º Poderão ser admitidos como prova de capacidade técnica atestados emitidos em nome de empresa que seja coligada, controlada ou controladora do licitante.

§ 4º Serão admitidos atestados e certidões que comprovem a execução dos serviços na condição de subcontratado ou de consorciado, desde que identificada a parcela executada pelo licitante.

§ 5º No caso de compras, será aceita como prova de capacidade técnica a declaração emitida pelo fabricante de que o licitante possui condições de fornecer o objeto, acompanhada de atestado em nome do fabricante.

§ 6º Nas contratações de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, os atestados de capacidade técnica, quando exigidos, devem comprovar apenas a experiência do licitante em gestão de mão de obra.

Art. 75. A certidão ou o registro de atestado de capacidade técnica por profissional somente serão exigidos nos processos de contratação para obras e serviços de engenharia, salvo justificativa, na fase preparatória, que demonstre a necessidade do registro.

Seção III

Inadmissibilidade de atestados de responsabilidade técnica em nome de profissionais que tenham dado causa à aplicação de sanções

Art. 76. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática ou omissão de ato profissional de sua responsabilidade, devidamente demonstrada a existência de dolo ou erro grosseiro.

§ 1º A inadmissibilidade do atestado poderá decorrer de denúncia, diligência ou outro meio apto a verificar a existência de responsabilização do profissional.

§ 2º A vedação quanto à utilização dos atestados perdurará durante a vigência da sanção aplicada.

§ 3º Em caso de dúvida, deverá ser realizada diligência junto ao órgão ou entidade que aplicou a sanção, levando tais informações a registro nos autos do processo de contratação.

Art. 77. Nos contratos celebrados pela Administração Municipal, assim como na condução das atas de registro de preços, a imputação de responsabilidade ao profissional pela infração dependerá de demonstração, no processo administrativo que apurar a infração e aplicar a sanção, da ocorrência de culpa grave, erro grosseiro ou dolo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo único. O ato que aplicar a sanção deverá fazer referência expressa à imputação da infração à responsabilidade do profissional.

Seção IV

Saneamento de falhas cometidas pelos licitantes no processo de contratação

Art. 78. Durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, deverá sanear erros ou falhas, mediante decisão fundamentada registrada em ata e acessível aos licitantes.

§ 1º O edital deverá prever a possibilidade de inclusão de novo documento comprobatório de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação dos documentos ou da proposta, conforme o caso, que não tenha sido juntado, oportunamente, com os demais documentos de habilitação e/ou com a proposta, por equívoco ou falha.

§ 2º Em atenção ao princípio da celeridade, o saneamento ocorrerá, preferencialmente, na própria sessão.

§ 3º Não sendo possível o saneamento na própria sessão, será concedido o prazo até as 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do mesmo dia, para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, admitido o envio eletrônico.

CAPÍTULO VII

MODALIDADES ESPECIAIS E CONTRATAÇÃO DIRETA

Seção I

Procedimentos operacionais para a modalidade leilão

Art. 79. Nas licitações realizadas na modalidade leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados com base nos seus preços de mercado, levando-se em consideração as condições de conservação e funcionamento em que se encontram, a partir dos quais serão fixados os valores mínimos para arrematação;

II - designação de agente de contratação para atuar como leiloeiro, com o auxílio da equipe de apoio ou, alternativamente, contratação de leiloeiro oficial para conduzir o certame;

III - elaboração do edital contendo descrição dos bens, valor de avaliação, valor mínimo para lance inicial, local e prazo para visitação, condições para participação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, dentre outros; e

IV - realização da sessão pública, na qual serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores.

§ 1º Os lances serão apresentados de forma crescente, observado o valor do lance mínimo fixado pelo edital.

§ 2º Em caso de empate, será considerado vencedor o lance apresentado em primeiro lugar.

§ 3º A sessão pública poderá ser encerrada em caso de desinteresse dos licitantes, caracterizado pela ausência de lances durante o prazo fixados no edital.

§ 4º No caso de pessoas físicas, será exigida para a habilitação apenas documento de identificação e, para as pessoas jurídicas, o documento que comprove a sua existência jurídica.

§ 5º No caso de comprovada inviabilidade de obtenção do preço de mercado dos bens a serem leiloados, poderá ser utilizado como valor de avaliação o seu valor contábil atualizado ou valor recuperável, adotando-se, sempre que possível, os procedimentos contábeis de recuperabilidade ou redução a valor recuperável.

Seção II

Procedimentos operacionais para a modalidade diálogo competitivo

Art. 80. A modalidade diálogo competitivo possibilitará à Administração Municipal realizar um diálogo prévio com os licitantes qualificados, visando identificar a solução que atenderá às suas necessidades e, em seguida, selecionar a proposta mais vantajosa, por meio de uma fase competitiva.

Art. 81. O Prefeito Municipal é competente para decidir sobre a realização do diálogo competitivo, mediante justificativa da vantagem na sua utilização.

§ 1º Para os fins da alínea "a" do inciso I do caput do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, considera-se inovação tecnológica ou técnica a inovação em produtos ou processos, mediante o uso de um novo conjunto de conhecimentos, procedimentos ou recursos, com a finalidade de executar uma atividade ou atingir um objetivo, podendo, por exemplo:

I - envolver novas tecnologias ou combinar tecnologias já existentes;

II - derivar de uso de novo conhecimento; ou

III - representar o aprimoramento de produtos e processos existentes.

§ 2º As condições previstas nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021 deverão ser justificadas e demonstradas por meio de estudo técnico preliminar, dispensada a justificativa das demais condições do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 82. O edital de convocação será divulgado no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas e indicará, conforme levantamentos obtidos na fase preparatória da licitação:

I - o prazo para interessados manifestarem seu interesse em participar da licitação, que deverá ser de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias úteis;

II - os objetivos e o tema do diálogo;

- III - os critérios para a escolha da solução;
- IV - a possibilidade de escolha de mais de uma solução, se for o caso;
- V - a possibilidade de escolha de solução contida em uma única proposta, como também a mescla entre soluções de propostas distintas, sendo tácita a autorização pelos proponentes;
- VI - a cessão dos direitos autorais da solução ofertada para a Administração Municipal, salvo quando o objeto envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação;
- VII a qualificação exigida dos participantes como condição para participação do diálogo, fixada de forma objetiva e com base em critérios técnicos;
- VIII - as diretrizes e formas de apresentação das propostas para o diálogo;
- IX - demais prazos a serem observados pelos interessados;
- X - a metodologia a ser utilizada no diálogo; e
- XI - a disciplina para interposição de impugnações e recursos, com prazo estabelecido de acordo com a complexidade da licitação de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis.

Art. 83. O procedimento da modalidade diálogo competitivo observará as seguintes fases, em sequência:

- I - divulgação do edital de convocação;
- II - qualificação de interessados para o diálogo;
- III - diálogo;
- IV - declaração de conclusão do diálogo;
- V - divulgação do edital da fase competitiva;
- VI - fase competitiva, com apresentação de propostas pelos interessados que participaram do diálogo e seleção da proposta mais vantajosa;
- VII - recursos; e
- VIII - adjudicação e homologação.

Parágrafo único. A modalidade diálogo competitivo será conduzida por comissão especial de contratação composta por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos do Município de Guaraciaba/SC, designados pelo Prefeito Municipal, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Art. 84. Na fase de diálogo, serão realizados diálogos individuais com cada participante, em sessões gravadas em áudio e vídeo, garantido o sigilo das soluções apresentadas.

§ 1º Quando necessário para a evolução do diálogo, e mediante autorização do proponente, o Município de Guaraciaba/SC poderá revelar pontos específicos de uma determinada solução.

§ 2º A fase de diálogo poderá ser subdividida em subfases, conforme critérios estabelecidos em edital, possibilitando a eliminação gradativa de soluções quando necessário.

§ 3º A fase de diálogo será encerrada pela comissão especial de contratação quando obtida uma ou mais soluções que atendam às necessidades da Administração Municipal ou quando verificada a ausência de soluções suficientes.

§ 4º Encerrada a fase de diálogo, as gravações das sessões serão juntadas ao processo de contratação, tornando-as públicas para todos os interessados.

Art. 85. A fase competitiva será pública e o edital fixará o prazo, nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133, de 2021, para apresentação de propostas pelos licitantes que participaram do diálogo, e conterà:

- I - a especificação da solução;
- II - os prazos, as condições de execução e a forma de remuneração do licitante vencedor;
- III - a forma de apresentação das propostas na fase competitiva;
- IV - o critério de julgamento da fase competitiva; e
- V - as condições de habilitação complementares a serem demonstradas pelo licitante vencedor da fase competitiva, se necessárias.

§ 1º Somente os licitantes que apresentaram propostas na fase de diálogo poderão participar da fase competitiva.

§ 2º O edital da fase competitiva será divulgado pelos mesmos meios nos quais foi divulgado o edital de convocação.

§ 3º O julgamento da fase competitiva poderá se dar pelos critérios de melhor técnica ou de técnica e preço.

Seção III

Condução dos processos de contratação direta

Art. 86. Após a fase preparatória, verificado o cabimento de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, o processo será conduzido por agente público ou comissão designada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Os procedimentos para as contratações diretas serão objeto de regulamento próprio.

Seção IV

Dispensa para obras e serviços de engenharia destinadas a pesquisa e desenvolvimento

Art. 87. As obras e serviços de engenharia, para serem dispensadas de licitação, nos termos da alínea "c" do inciso IV do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser imprescindíveis para a instalação dos equipamentos e produtos destinados à pesquisa e desenvolvimento.

Parágrafo único. Deverá estar demonstrado, no estudo técnico preliminar, a necessidade das obras e serviços de engenharia para a realização da pesquisa e desenvolvimento.

Art. 88. A escolha do contratado deve buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitadas as formalidades necessárias à contratação direta.

TÍTULO IV

PROCEDIMENTOS AUXILIARES ÀS LICITAÇÕES

CAPÍTULO I

CREDENCIAMENTO

Art. 89. O credenciamento poderá ser utilizado para formar uma rede de prestadores de serviços e fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos em que a satisfação do interesse público estiver vinculada à possibilidade de contratação de qualquer um, de alguns ou de todos os credenciados, mediante o pagamento de valor previamente estabelecido pela Administração Municipal.

Parágrafo único. O estabelecimento prévio do valor a ser pago pela Administração Municipal poderá, justificadamente, ser dispensado nos casos de mercados fluidos, nos quais a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabilize a seleção de interessado por meio de processo de licitação.

Art. 90. O edital de chamamento público para credenciamento deverá ser elaborado considerando as peculiaridades da respectiva hipótese legal de cabimento, disciplinando, conforme o caso, sobre:

- I - condições gerais de ingresso;
- II - exigências específicas de qualificação técnica;
- III - regras de contratação;
- IV - valores fixados para a remuneração ou forma de cálculo do valor a ser pago;
- V - critério para distribuição de demandas;
- VI - formalização da contratação;
- VII - recusa em contratar e sanções cabíveis;
- VIII - minuta de instrumento de contrato;
- IX - modelos de declarações; e
- X - outros aspectos relevantes.

Parágrafo único. O edital de credenciamento será mantido à disposição para acesso público no sítio eletrônico oficial, sendo admitido, permanentemente, o credenciamento de novos interessados.

Art. 91. As contratações deverão ser formalizadas por meio de instrumento de contrato, que poderá ser substituído por ordem de fornecimento, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, no caso de contratações de valor até os limites de dispensa, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o caso.

§ 1º A relação dos credenciados será divulgada no sítio eletrônico oficial.

§ 2º O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de pedido escrito ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.

§ 3º O credenciado que deixar de cumprir as exigências do edital ou descumprir os contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.

CAPÍTULO II PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 92. A Administração Municipal poderá promover a pré-qualificação destinada a identificar bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pelo demandante.

§ 1º A pré-qualificação de bens poderá ser utilizada por todos os órgãos e entidades municipais, independente de quem a tenha implementado.

§ 2º A Administração Municipal não realizará pré-qualificação de licitantes e de serviços.

Art. 93. O procedimento de pré-qualificação de bens consiste na análise antecipada das especificações para uma aquisição futura, podendo ser utilizado para os bens que sejam frequentemente adquiridos pela Administração Municipal ou para aqueles cujas características demandem análise que possa comprometer a celeridade do processo de contratação.

Parágrafo único. O edital de pré-qualificação deverá informar que os processos de contratação futuros serão realizados com exclusividade para os produtos pré-qualificados, quando houver 3 (três) ou mais produtos pré-qualificados.

Art. 94. Será considerado produto pré-qualificado, o produto específico, com marca e modelo aprovado no processo de pré-qualificação de bens, realizado pela Administração Municipal ou nas condições estabelecidas no art. 97 deste Decreto.

Parágrafo único. Nas licitações destinadas a contratar bens pré-qualificados, qualquer interessado poderá ofertar um produto pré-qualificado, independentemente de quem tenha solicitado a pré-qualificação daquele produto.

Art. 95. O procedimento de pré-qualificação será iniciado com a convocação de interessados, por meio de edital de pré-qualificação de bens, que indicará as especificações mínimas do objeto, as exigências para a pré-qualificação, fixadas em critérios objetivos, e o prazo para aprovação.

§ 1º A Administração Municipal poderá admitir no edital a pré-qualificação, de ofício, de bens, inclusive com o aproveitamento de produtos que já tenham sido aprovados anteriormente pelo Município.

§ 2º O edital de pré-qualificação deverá comunicar aos interessados que os futuros processos de contratação serão exclusivos para bens pré-qualificados.

§ 3º A convocação para o procedimento de pré-qualificação de bens será realizada mediante divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial.

§ 4º Os produtos pré-qualificados serão divulgados no sítio eletrônico oficial.

Art. 96. A Administração Municipal poderá realizar licitação restrita ao fornecimento de produtos pré-qualificados quando houver, no mínimo, 3 (três) produtos pré-qualificados.

§ 1º Na licitação restrita aos produtos pré-qualificados, somente poderá ser ofertado o produto cujo processo de pré-qualificação estiver finalizado até a data de apresentação da proposta.

§ 2º Caso não existam 3 (três) produtos pré-qualificados, o edital deverá admitir a apresentação de amostras, na fase de seleção de fornecedor, para qualificação daqueles que não foram previamente qualificados.

Art. 97. Desde que previsto no edital de chamamento para a pré-qualificação de bens e no edital de licitação para contratação exclusiva de bens pré-qualificados, poderão ser admitidos produtos que tenham sido pré-qualificados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º Para os fins do aproveitamento de pré-qualificação, realizada por outro órgão ou entidade, deverá ser analisado, pelo demandante, se as exigências realizadas para a pré-qualificação do produto são compatíveis com as exigências realizadas pela Administração Municipal.

§ 2º O demandante encaminhará para a aprovação do Município de Guaraciaba/SC pedido de aproveitamento de pré-qualificação, acompanhado de relatório demonstrando a compatibilidade das exigências para a pré-qualificação do produto.

§ 3º Os produtos pré-qualificados por outros órgãos e entidades da Administração Pública também deverão constar da divulgação feita no sítio eletrônico oficial, com a observação de que a pré-qualificação daquele produto foi realizado por outro órgão ou entidade, da identificação do órgão responsável pela pré-qualificação e do número do processo.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO

Seção I

Disposições gerais

Art. 98. Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - procedimento de manifestação de interesse: o procedimento a ser utilizado antes do processo de contratação para obter, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, levantamentos, investigações, estudos ou projetos de soluções que atendam às necessidades específicas da Administração Municipal ou contribuam com questões de relevância pública; e

II - manifestação de interesse privado: apresentação espontânea, por pessoa física ou jurídica, de propostas, projetos, levantamentos, investigações, estudos ou soluções que atendam às necessidades específicas da Administração Municipal ou contribuam com questões de relevância pública.

Parágrafo único. Para a estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, Parceria Público-Privada, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso, deverá ser observado o procedimento disposto na legislação específica.

Art. 99. O pedido de abertura de procedimento de manifestação de interesse será elaborado pelo órgão ou entidade demandante e encaminhada ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos, devendo conter:

I - descrição do escopo do projeto;

II - o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas; e

III - os levantamentos, investigações e estudos necessários à sua implementação.

Seção II

Abertura

Art. 100. O procedimento de manifestação de interesse será aberto mediante a publicação de edital de chamamento público no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial, sendo facultada à Administração Municipal a publicação em outros meios.

Art. 101. O edital de chamamento público deverá conter:

I - escopo do procedimento de manifestação de interesse;

II - diretrizes e premissas que orientem a apresentação dos trabalhos, para atendimento do interesse público;

III - prazo para apresentação do requerimento de autorização para participação no procedimento de manifestação de interesse;

IV - critérios para habilitação e aprovação do requerimento de autorização, para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos;

V - prazo máximo para apresentação dos trabalhos, contado da data de publicação do termo de autorização de participação;

VI - critérios para avaliação e seleção dos trabalhos;

VII - valor nominal máximo para eventual ressarcimento, caso utilizado o trabalho selecionado;

VIII - previsão de cessão dos direitos autorais da solução ofertada para a Administração Municipal, salvo quando o objeto envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação; e

IX - informações disponíveis necessárias à realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos, quando houver.

Parágrafo único. O prazo para entrega dos trabalhos será de, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis, contados da data de publicação do termo de autorização de participação, podendo ser suspenso ou prorrogado de ofício, mediante decisão motivada ou a pedido de interessado, desde que acolhido pela Administração Municipal.

Seção III

Requerimento de autorização

Art. 102. O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado deverá ser endereçado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, protocolado na forma fixada no edital de chamamento público, e deverá conter as seguintes informações:

I - habilitação jurídica, por meio da apresentação dos documentos exigidos pelo edital;

II - demonstração da atuação na área de domínio do projeto e de possuir equipe técnica, com a formação necessária para o desenvolvimento de todas as etapas dos estudos técnicos, nos termos exigidos pelo edital e seus anexos;

III - apresentação de cronograma de realização dos estudos técnicos, com fixação das datas de início e término de cada uma das etapas previstas, devendo ser observado o prazo máximo fixado no edital e seus anexos;

IV - indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de planilha orçamentária com a discriminação dos custos; e

V - declaração de transferência à Administração Pública dos direitos associados aos estudos técnicos selecionados.

Art. 103. Será facultado aos interessados a associação para apresentação de trabalhos em conjunto, que será informada juntamente com o requerimento de autorização, hipótese em que deverá ser feita a indicação da empresa responsável pela comunicação com a Administração Municipal, e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

Parágrafo único. O proponente poderá contratar terceiros para auxiliar na elaboração dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades previstas no edital de chamamento público.

Art. 104. Aprovado o requerimento de autorização pela comissão especial de contratação, o termo de autorização será expedido e publicado, ocasião em que passará a contar o prazo para a apresentação dos estudos previstos no edital.

§ 1º Da decisão de não autorização caberá recurso administrativo direcionado ao Prefeito Municipal, que deverá julgá-lo no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de interposição.

§ 2º O prazo para interposição do recurso é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, que se realizará mediante ciência nos autos do processo administrativo ou da publicação no Diário Oficial.

Art. 105. A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos é pessoal e intransferível e poderá ser:

- I - cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de inobservância de eventual prazo para apresentação ou reapresentação dos estudos;
- II - revogada, em caso de perda de interesse da Administração Municipal nos estudos e/ou desistência por parte da pessoa autorizada, que será manifestada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita à comissão especial de contratação;
- III - anulada, em caso de vício no procedimento, regulado pelo instrumento de autorização, ou por outros motivos dispostos na legislação aplicável; ou
- IV - tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos estudos.

Parágrafo único. Os casos previstos neste artigo não geram direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração dos estudos técnicos.

Art. 106. O autorizado será comunicado da ocorrência das hipóteses previstas no item acima.

Art. 107. Na hipótese de descumprimento dos termos da autorização, caso não haja regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação, o autorizado terá sua autorização cassada.

Seção IV

Recebimento dos trabalhos

Art. 108. Os projetos, levantamentos, estudos ou soluções serão endereçados à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e protocolados na forma fixada no edital, sendo que o envio de trabalhos:

- I - não gerará direito de preferência no processo licitatório;
- II - não obrigará a Administração Municipal a realizar processo de contratação;
- III - não implicará, por si só, em direito ao ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração; e
- IV - será remunerado somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.

Parágrafo único. O proponente poderá, a qualquer tempo, desistir de apresentar os trabalhos, mediante pedido endereçado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, assegurado o ressarcimento na hipótese de aproveitamento dos trabalhos, na proporção do que for utilizado.

Seção V

Avaliação e seleção

Art. 109. A avaliação e seleção dos trabalhos será feita por comissão especial de contratação composta por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos, designados pelo Prefeito Municipal, dentre os quais, pelo menos 1 (um) integrante da Secretaria demandante.

Art. 110. A avaliação e a seleção dos trabalhos serão realizadas em conformidade com os critérios definidos no edital de chamamento público.

Art. 111. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e a Secretaria demandante, quando for o caso, poderão solicitar informações adicionais aos trabalhos apresentados.

Art. 112. Na fase de seleção, os trabalhos poderão ser:

- I - integralmente aproveitados, hipótese em que o autorizado fará jus a possível ressarcimento, observado o disposto no edital de Chamamento Público;
- II - parcialmente aproveitados, hipótese em que o valor do possível ressarcimento será apurado apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual processo de contratação; ou
- III - totalmente rejeitados, hipótese em que, ainda que haja licitação do objeto, não haverá ressarcimento ou qualquer forma de indenização devida ao responsável pelos trabalhos.

§ 1º A comissão especial de contratação realizará a seleção dos trabalhos e aprovará os valores para possível ressarcimento, publicando o resultado da referida seleção no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial.

§ 2º Do resultado da seleção e da apuração dos valores caberá recurso administrativo ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir de sua publicação, sendo intimados os demais interessados para apresentarem contrarrazões em igual prazo.

§ 3º O recurso deverá ser decidido no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º O valor apurado para ressarcimento poderá ser rejeitado pelo interessado, caso em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, ficando facultado à comissão selecionar outros trabalhos dentre aqueles apresentados.

Art. 113. Após comunicados, os proponentes dos trabalhos não selecionados terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a retirada dos documentos apresentados em formato físico, eventualmente encaminhados, que serão descartados após o referido prazo.

Seção VI

Ressarcimento dos valores

Art. 114. O ressarcimento será realizado pelo vencedor da licitação e seu valor deverá ser compatível com os custos de elaboração dos trabalhos selecionados, demonstrados mediante planilha orçamentária, bem como estar de acordo com o preço praticado pelo mercado em trabalhos e projetos similares.

Parágrafo único. O ressarcimento, desde que previsto no edital de chamamento público, poderá estar condicionado à atualização ou à adequação dos levantamentos, investigações, estudos e soluções, até a abertura da licitação, em decorrência, entre outros aspectos, de:

- I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;
- II - recomendações e determinações dos órgãos de controle; ou
- III - outras alterações motivadas pelo interesse público.

Seção VII

Manifestação de interesse privado

Art. 115. A apresentação da manifestação de interesse privado deverá observar o seguinte procedimento:

I - protocolo junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

II - o Departamento de Compras, Licitações e Contratos solicitará, conforme o caso, ao órgão vinculado ao objeto, a emissão de parecer técnico no prazo de 30 (trinta) dias, e após, no prazo sucessivo de 60 (sessenta) dias, decidirá, motivadamente, pela aprovação ou rejeição, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações complementares para a tomada da decisão;

III - poderá ser solicitado ao proponente a adequação da proposta, bem como a juntada de informações e/ou documentos adicionais pertinentes, caso necessário;

IV - atendidos os requisitos, será aberto procedimento de manifestação de interesse ou consulta pública, conforme a complexidade do caso; e

V - não atendidos os requisitos ou as adequações solicitadas, a manifestação de interesse privado será rejeitada, sendo o proponente comunicado da decisão e promovido o devido arquivamento.

Parágrafo único. A manifestação de interesse privado poderá incluir o oferecimento de amostras ou período de testes à Administração Municipal, desde que sem ônus ao Município.

Art. 116. A manifestação de interesse privado deverá conter, quando aplicáveis, os seguintes itens:

I - qualificação completa do proponente, incluindo localização para eventual envio de notificações, informações, erratas, respostas e pedido de esclarecimentos;

II - descrição dos problemas e desafios, bem como das soluções e dos benefícios para a Administração Municipal e para a sociedade;

III - demonstração, ainda que preliminar, da viabilidade econômica, jurídica, técnica e ambiental da proposta; e

IV - declaração de transferência à Administração Municipal dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações ou estudos propostos, sem direito a ressarcimento, salvo quando o objeto envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação.

Art. 117. A manifestação de interesse privado será analisada pelo Prefeito Municipal, que decidirá pela continuidade ou não do processo de contratação.

§ 1º Caso decida pela continuidade, o Prefeito Municipal deverá optar pela realização de procedimento de manifestação de interesse ou consulta pública, de acordo com a complexidade do caso.

§ 2º No caso de rejeição, após comunicado, o proponente terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a retirada dos documentos apresentados em formato físico, eventualmente encaminhados, que serão descartados após o referido prazo.

Art. 118. A Manifestação de Interesse Privado não conferirá ao seu proponente direito a ressarcimento, inclusive nos casos em que a Administração Municipal venha a utilizar os estudos apresentados.

Parágrafo único. Caso a Manifestação de Interesse Privado conduza à realização de um Procedimento de Manifestação de Interesse, o proponente da Manifestação de Interesse Privado poderá ser ressarcido, caso seu projeto seja utilizado no Procedimento de Manifestação de Interesse.

CAPÍTULO IV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Seção I

Sistema de registro de preços

Art. 119. As contratações realizadas pela Administração Municipal poderão ser processadas por sistema de registro de preços, sem prejuízo do dever de planejar, observadas, no que for possível, as exigências pertinentes à fase preparatória do processo de contratação.

Parágrafo único. O sistema de registro de preços poderá ser adotado nos casos de contratação direta, desde que a situação específica esteja enquadrada em uma hipótese que admita a contratação direta.

Art. 120. O edital para o sistema de registro de preços deverá indicar:

I - que a licitação é destinada ao registro de preços;

II - o órgão gerenciador e órgãos participantes, bem como a estimativa de quantidades a serem adquiridas por cada órgão;

III - a possibilidade de registro de mais de um fornecedor;

IV - as regras de convocação dos fornecedores registrados;

V - a possibilidade de ingresso de novos interessados após a assinatura da ata de registro de preços;

VI - a quantidade inicial a ser adquirida, sempre que for possível identificá-la;

VII - as quantidades e a periodicidade estimadas das aquisições, sempre que for possível identificá-las;

VIII - a quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade;

IX - a quantidade mínima para cada contratação, buscando a viabilidade econômica da entrega;

X - que poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação; e

XI - as demais condições de contratação.

Art. 121. A ata de registro de preços é o documento que vincula as partes ao fornecimento nas condições previstas, devendo indicar:

I - os órgãos participantes;

II - as especificações do objeto;

III - os preços registrados e os fornecedores que os ofertaram;

IV - as condições de execução;

V - as condições de alteração e de atualização do preço registrado;

VI - os prazos de vigência e de execução do contrato, se for o caso;

VII - as condições de pagamento e os critérios de atualização financeira;

VIII - as regras para convocação de fornecedores;

IX - as regras sobre a vigência da ata de registro de preços; e

X - as regras sobre o cancelamento do registro de fornecedor.

Art. 122. A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

§ 1º Para prorrogação da ata de registro de preços deverá ser comprovada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada e desde que haja anuência do fornecedor mais bem classificado na

ata de registro de preços.

§ 2º Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

§ 3º Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre as secretarias participantes.

§ 4º A ata de registro de preços deverá ser divulgada no sítio eletrônico oficial, com todas as atualizações, dispensando-se a publicação por outros meios.

Art. 123. O contrato decorrente da ata de registro de preços será regido pelas mesmas regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral.

Parágrafo único. A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive em relação aos acréscimos ou supressões e ao reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 124. Existindo ata de registro de preços vigente do Município que atenda às necessidades da Administração Municipal, somente será autorizada a contratação por outros meios diante de motivo superveniente e suficiente, indicado no respectivo processo de contratação, exigida, em qualquer caso, a demonstração da vantajosidade econômica da contratação.

Parágrafo único. Em caso de igualdade de condições, os signatários da ata de registro de preços terão preferência na contratação por outros meios, observada a ordem de classificação entre os fornecedores.

Art. 125. O Município de Guaraciaba/SC fará alterações na ata de registro de preços e o seu respectivo controle através de sistema informatizado.

Seção II

Possibilidade de ingresso de novos fornecedores

Art. 126. Não será permitido o ingresso de novos fornecedores nas Atas de Registro de Preços do Município de Guaraciaba/SC.

Seção III

Possibilidade de saída de fornecedores e alteração de preços da ata de registro de preços

Art. 127. Somente após decorridos 60 (sessenta) dias do ingresso no sistema de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ata de registro de preços.

§ 1º O pedido deve ser devidamente fundamentado e será analisado pelo Município de Guaraciaba/SC, no prazo de 15 dias úteis.

§ 2º As solicitações de exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos realizados até a data do pedido de exclusão.

Art. 128. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentadas e acolhidas pelo Município de Guaraciaba/SC.

Art. 129. A ata de registro de preços perderá sua vigência ao final de 1 (um) ano, caso não haja a renovação do prazo de vigência nos termos do artigo 122.

Seção IV

Alteração de marca pelo fornecedor

Art. 130. Será admitida a alteração da marca pelo fornecedor sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital, com análise criteriosa devidamente justificada pelo gestor do contrato ou ata de registro de preço.

§ 1º Nos casos de licitações exclusivas para bens pré-qualificados, o fornecedor poderá apresentar marca aprovada no procedimento de pré-qualificação, ainda que a inclusão tenha ocorrido posteriormente à realização do processo licitatório.

§ 2º Nos processos de contratação que envolvam análises complexas de amostras, o edital estabelecerá que a alteração de marca somente ocorrerá para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, devendo o prazo para a análise estar previsto em edital.

§ 3º Nas contratações que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, o edital poderá prever, justificadamente, a impossibilidade de alteração da marca.

§ 4º A regra disposta neste artigo também se aplica aos contratos administrativos.

Seção V

Órgão gerenciador

Art. 131. Cabe ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos, gerenciar as atas de registro de preços de todos os órgãos da Administração Municipal.

§ 1º Compete ao órgão gerenciador:

I - autorizar a instauração e homologar as licitações para registro de preços;

II - registrar a intenção de registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e secretarias municipais;

III - consolidar as informações relativas à pesquisa de preços, estimativa individual e total de consumo;

IV - promover a adequação do objeto visando padronização e racionalização;

V - instruir o processo de contratação, elaborando todos os documentos da fase preparatória, quando for o caso;

VI - realizar a licitação ou a contratação direta;

VII - providenciar a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização às secretarias municipais participantes;

VIII - rejeitar solicitações de novos fornecedores para o ingresso na ata de registro de preços;

IX - cancelar o registro de fornecedor;

X - conduzir os procedimentos para atualização do preço registrado;

XI - aplicar as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, garantida a ampla defesa e o contraditório; e

XII - providenciar o registro, no Portal Nacional de Contratações Públicas, das sanções aplicadas.

§ 2º Sempre que necessário, o setor demandará ao órgão demandante maiores informações para gerir da melhor forma possível as atas vigentes.

Seção VI Intenção de registro de preços

Art. 132. Nos casos das contratações previstas no Plano de Contratações Anual, a divulgação prevista no art. 15 deste Decreto dispensa a publicação de nova intenção de registro de preços para cada processo de registro de preços.

Seção VII Adesão a atas de registro de preços

Art. 133. A Administração Municipal poderá aderir a atas de registro de preços de órgãos e entidades do próprio Município de Guaraciaba/SC, estaduais, distritais ou federais e consórcios.

§ 1º Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do Município de Guaraciaba/SC por órgãos e entidades de outros municípios.

§ 2º A verificação da existência de ata de registro de preços compatível com a necessidade da Administração Municipal deverá ocorrer na fase preparatória do processo de contratação.

§ 3º Para a análise da compatibilidade da ata de registro de preços a ser aderida, deverão ser verificadas todas as regras do termo de referência da licitação correspondente, em especial, as especificações do objeto, as condições de execução e o preço registrado.

§ 4º Quando o estudo técnico preliminar concluir pela compatibilidade da ata de registro de preços, indicando a adesão como solução mais vantajosa, a elaboração do termo de referência poderá ser dispensada, adotando-se, para o processo de adesão, as condições do termo de referência do processo de contratação que gerou a ata.

§ 5º A pesquisa de preços, nos termos do art. 26 e seguintes deste Decreto, é obrigatória no processo de adesão a atas de registro de preços.

Seção VIII Exclusão do fornecedor da ata de registro de preços

Art. 134. O fornecedor poderá ser excluído da ata de registro de preços, sem prejuízo do disposto no art. 127 deste Decreto, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

III - ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado; ou

IV - houver razão de interesse público, devidamente justificada.

Parágrafo único. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Prefeito Municipal e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, dispensando-se a divulgação por outros meios.

CAPÍTULO V REGISTRO CADASTRAL

Art. 135. A Administração Municipal utilizará preferencialmente o registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo único. Não serão realizadas licitações restritas a fornecedores previamente cadastrados, exceto quando o cadastramento for condição de acesso ao portal eletrônico utilizado para a realização da licitação ou para o procedimento eletrônico de contratação direta.

TÍTULO V EXECUÇÃO CONTRATUAL CAPÍTULO I CELEBRAÇÃO ELETRÔNICA DE CONTRATOS E DE TERMOS ADITIVOS

Art. 136. Os contratos, seus termos aditivos e as atas de registro de preços celebrados pela Administração Municipal adotarão a forma eletrônica.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Seção I Gestão e fiscalização de contratos

Art. 137. O Município de Guaraciaba/SC, através do Prefeito Municipal, será responsável pela designação formal do gestor e do fiscal dos contratos celebrados pela Administração Municipal.

Parágrafo único. Na designação do gestor e fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições.

Art. 138. A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.

§ 1º Todo contrato terá, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado responsável pela fiscalização da execução do contrato e outro agente público formalmente designado para a gestão do contrato e da ata de registro de preços, observada a segregação de funções.

§ 2º Os contratos realizados em múltiplos lugares, que demandem acompanhamento constante, deverão ter, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado como fiscal setorial para cada um dos locais de execução.

§ 3º Os agentes relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.

§ 4º Os agentes públicos relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativa.

§ 5º Havendo manifestação do agente público acerca de eventual ausência de condições para o desempenho da função de fiscal, caberá ao agente público, responsável pela indicação, decidir se manterá a designação ou solicitará ao demandante a indicação de outro agente público, sendo vedada a manutenção de agentes públicos que tenham relacionamento direto com o contratado.

§ 6º Os agentes públicos, que atuarem na gestão e fiscalização dos contratos, contarão com o apoio e auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das suas atribuições.

Art. 139. Deverá ser aberto processo específico de gestão e fiscalização do contrato, apartado do respectivo processo de contratação, que será público e poderá ser acessado livremente por qualquer interessado.

Seção II

Respeito aos princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica

Art. 140. A Administração Municipal respeitará, em relação aos seus contratos e atas de registro de preços, os princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica e primará pelo respeito mútuo, boa convivência, transparência, cordialidade, diálogo e pontualidade.

Art. 141. O Município de Guaraciaba/SC disponibilizará canal de atendimento aos contratados, preferencialmente por ferramenta de tecnologia da informação, com o objetivo de manter-se aberta ao reporte de problemas, dificuldades, reclamações e esclarecimento de dúvidas.

Art. 142. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 15 (quinze) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto nos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, que têm prazos diferenciados.

§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo será suspenso em caso de pedido de informações ao contratado pela Administração Municipal, sendo retomado quando obtida a informação.

§ 2º Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta ao seu pedido.

Art. 143. Eventual atraso nos pagamentos devidos deverá ser previamente comunicado ao contratado, indicando motivos e perspectivas para regularização e, quando possível, a data provável do pagamento.

Art. 144. Antes do início da execução contratual, sempre que necessário, em razão da natureza e complexidade do objeto do contrato, o gestor do contrato convocará os fiscais do contrato e o representante do contratado para reunião inicial, com o objetivo de explicar pontos relevantes relacionados ao cumprimento de deveres e obrigações contratuais, em especial, a entrega do objeto, emissão da nota fiscal e pagamento, aplicação de sanções, atividades de gestão e fiscalização e outros que se mostrarem pertinentes, conforme o caso concreto, buscando dirimir as dúvidas existentes e assegurar o bom andamento da execução.

Seção III

Gestão de contrato e atas de registro de preços

Art. 145. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras:

I - conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pela Administração e da indicação formal de preposto pelo contratado;

II - coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

III - providenciar a publicação tempestiva do extrato do contrato e demais documentos necessários;

IV - controlar os prazos de vencimentos dos contratos, dos fornecimentos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 45 dias úteis do término da vigência.

V - manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

VI - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

VII - acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

VIII - notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;

IX - sugerir, a suspensão cautelar da execução contratual;

X - encaminhar pedido para instauração de processo administrativo sancionador;

XI - tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;

XII - tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas; e

XIII - executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

Seção IV

Fiscalização de contrato

Subseção I

Designação e atribuições do fiscal do contrato

Art. 146. Designado o fiscal do contrato, será providenciada sua capacitação ou atualização adequada e suficiente para o desempenho das atribuições, sendo sua obrigação tomar as medidas necessárias para conhecer os documentos que integram o processo de contratação, em especial o edital, o termo de referência e o contrato.

Parágrafo único. Poderá ocorrer a contratação de terceiros para auxiliar o fiscal, necessidade que deverá ser analisada na elaboração do estudo técnico preliminar relativo a cada contratação.

Art. 147. No mesmo ato em que se designar o fiscal do contrato, será designado o seu suplente, que será formalmente convocado na

ausência do fiscal, assumindo, a partir de então e até o retorno do fiscal, a responsabilidade pela fiscalização do contrato.

§ 1º Quando a suplência decorrer de férias, licença ou outro evento de duração estendida, o demandante deverá comunicar, formalmente, a ausência ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Aplicam-se aos suplentes as mesmas regras aplicáveis aos fiscais.

Art. 148. São atribuições do fiscal de contrato, entre outras:

I - fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;

II - apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;

III - nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas;

IV - explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;

V - realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;

VI - avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;

VII - determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;

X - registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;

XI - manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;

XII - manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;

XIII - verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;

XIV - requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XV - conferir as notas fiscais emitidas;

XVI - receber provisoriamente o objeto do contrato; e

XVII - comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contratada.

§ 1º Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.

§ 2º Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.

§ 3º Para aplicação do inciso III, nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva comuns a mais de uma demandante a fiscalização administrativa será realizada pela gestão de contratos.

Subseção II

Fiscalização dos contratos com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva

Art. 149. Os contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva poderão adotar o regime de conta vinculada, vedada a utilização do regime de pagamento pelo fato gerador.

Art. 150. Nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com valor anual superior a 10 (dez) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, as atividades de fiscalização da Secretaria demandante serão preferencialmente divididas entre fiscalização técnica e fiscalização administrativa.

§ 1º Nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva comuns a mais de uma demandante a fiscalização administrativa será realizada pela gestão de contratos.

§ 2º A fiscalização administrativa nos contratos com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva corresponderá à verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte do contratado, tais como:

I - pagamento de salários;

II - recolhimento dos encargos trabalhistas;

III - regularidade na concessão de férias e 13º salário; e

IV - comprovantes de pagamento de FGTS e INSS.

§ 3º O cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas será verificado apenas em relação aos empregados do contratado, que estiverem executando os serviços.

§ 4º A fiscalização administrativa poderá ser realizada por amostragem, a cada mês, garantindo-se que, ao final de um ano, todos os funcionários alocados no contrato tenham sido objeto de, pelo menos, uma verificação, sendo vedado cientificar previamente ao contratado acerca de quais funcionários passarão por verificação mensal.

Art. 151. A fiscalização técnica será responsável pela fiscalização das obrigações do contratado, ligadas diretamente à execução do objeto contratual.

Art. 152. Quando não houver risco de prejuízo à correta execução das suas atribuições, a fiscalização técnica e a fiscalização administrativa poderão ficar a cargo do mesmo agente público.

Subseção III

Fiscalização das obras e serviços de engenharia

Art. 153. No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições descritas no art. 148 deste Decreto, também são atribuições do fiscal:

I - manter pasta atualizada, com os projetos, os alvarás, as Anotações de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Engenharia

e Agronomia e/ou Registros de Responsabilidade Técnica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo referente aos projetos arquitetônicos e complementares, aos orçamentos e à fiscalização, o edital da licitação e o respectivo contrato, o cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

II - verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

III - alimentar o sistema de informação de acompanhamento de obras; e

IV - outras atividades compatíveis com a função.

Parágrafo único. O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 154. O Município de Guaraciaba/SC implantará sistema informatizado para acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo, tendo como parâmetros a eficiência na fiscalização e o custo-benefício da tecnologia a ser utilizada.

§ 1º O sistema informatizado para acompanhamento de obras deverá trazer, de forma amigável, os seguintes dados do contrato:

I - nome do contratado;

II - valor total do contrato;

III - planilha quantitativa de serviços e seus preços unitários;

IV - prazo de execução;

V - cronograma físico financeiro;

VI - ordens de início, de paralisação e de retomada;

VII - fotos e vídeos do andamento da obra, atualizados, no mínimo, quinzenalmente; e

VIII - demais informações pertinentes ao andamento das obras.

§ 2º O acesso ao sistema informatizado para acompanhamento de obras deve estar disponível no sítio eletrônico oficial, para acompanhamento da população, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de cadastro ou identificação do interessado para a disponibilização das informações.

§ 3º Até que o sistema informatizado para acompanhamento de obras esteja totalmente operacional, os fiscais dos contratos de obras deverão anexar aos seus relatórios, no Sistema Eletrônico de Informação, as fotografias e/ou vídeos que demonstrem o andamento da execução.

Seção V

Modelo de gestão e fiscalização do contrato

Art. 155. O modelo de gestão e fiscalização do contrato, descreverá o modo como a execução do objeto será fiscalizada pelos agentes públicos responsáveis e deverá definir:

I - as atribuições e a rotina de fiscalização, sistemática e periódica, conforme a natureza do objeto contratado;

II - o método de avaliação para fins dos recebimentos provisório e definitivo, conforme a natureza do objeto e as obrigações do contratado;

III - o protocolo de comunicação entre o contratante e o contratado;

IV - a forma de pagamento; e

V - as hipóteses de glosa de pagamento, considerando as características da contratação.

§ 1º A glosa deverá ser realizada antes da emissão da nota fiscal.

§ 2º Sendo identificada a necessidade de glosa após a emissão da nota fiscal, a nota fiscal deverá ser cancelada e reemitida com a devida correção, ou, não sendo possível, deverá ser feita a compensação no faturamento da medição subsequente.

Art. 156. Na avaliação do cumprimento das obrigações para o recebimento do objeto, deverão ser consideradas as obrigações contratualmente estabelecidas que:

I - forem relevantes para o resultado buscado com a contratação;

II - objetivem garantir o estrito cumprimento da proposta apresentada pelo contratado; e

III - objetivem aferir o cumprimento de disposições legais ou equivalentes, relacionadas à execução contratual.

Parágrafo único. A avaliação do cumprimento das obrigações pelo contratado poderá ocorrer mediante instrumento de medição de resultado, lista de verificação ou outra ferramenta que aponte os descumprimentos de forma detalhada e que possibilite a identificação do valor a ser pago ao contratado.

Art. 157. O pagamento conforme o resultado deverá ser adotado sempre que o objeto permitir a avaliação da qualidade dos serviços por meio de indicadores objetivos.

§ 1º Na hipótese de pagamento conforme o resultado, o modelo de fiscalização do contrato deverá contemplar instrumento de medição de resultados que contenha:

I - a qualidade mínima aceitável para os serviços contratados;

II - os critérios e indicadores para a avaliação e a medição dos resultados entregues, que deverão considerar a natureza do objeto e os resultados pretendidos pelo demandante, com indicadores relacionados à qualidade dos serviços entregues;

III - os parâmetros para a aferição do valor a ser pago, que deverá ser proporcional aos resultados medidos; e

IV - as sanções cabíveis em caso de qualidade inferior à mínima fixada, bem como as condições para sua aplicação.

§ 2º Após cada medição de resultado, o contratado deverá ser formalmente cientificado e poderá manifestar-se no prazo de 2 (dois) dias úteis, devendo o fiscal do contrato responder em igual prazo.

§ 3º A ocorrência de caso fortuito ou força maior, que implique na redução da qualidade do serviço entregue, afasta a aplicação de sanção, mas não autoriza o pagamento integral de valores.

Art. 158. Será admitida a fiscalização pelo público usuário, mediante o estabelecimento no contrato, de regras para sua realização e de consequências para o contratado.

Parágrafo único. A fiscalização pelo público usuário, quando utilizada como instrumento de medição de resultado, será limitada a 10% (dez por cento) da avaliação.

Art. 159. Durante a execução dos contratos e das atas de registro de preços, o Gestor geral dos Contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado pelo intermédio de autodeclaração, cabendo ao contratado informar, se houver, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente sanção.

§ 1º A ausência de declaração por parte do contratado presume a manutenção das condições de habilitação.

§ 2º Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

I - o contratado deverá providenciar a regularização, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da

condição de habilitação; e

II - será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade, aumentando a multa para 2% (dois por cento), caso o não atendimento das condições de habilitação persista por mais de 60 (sessenta) dias.

§ 3º A Administração Municipal poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e, obedecido o devido processo administrativo para apuração de responsabilidade, aplicar sanção pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação, conforme previsão contratual.

Art. 160. A regularidade fiscal, social e trabalhista será condição para a assinatura e prorrogação do prazo de execução do contrato ou da ata de registro de preços.

Parágrafo único. Quando, por motivo não imputável ao contratado, comprovadamente, não for possível obter, diretamente do órgão ou entidade responsável, documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo preposto, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, devendo o contratado providenciar as certidões, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura ou prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços.

Art. 161. Verificada cobrança indevida de quaisquer valores por parte do contratado, incluindo custos unitários imotivadamente divergentes daqueles constantes da proposta, o pagamento deverá ser glosado, proporcionalmente, assegurada a prévia manifestação do contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 162. A comunicação entre o fiscal de contrato e o representante do contratado será formal e ocorrerá por meio eletrônico, salvo em situações excepcionais.

Parágrafo único. No caso da utilização de comunicação por instrumentos eletrônicos de mensagens, deverá ser informada ao contratado a conta que será utilizada na comunicação entre o fiscal e o preposto, sendo preferencial a utilização da funcionalidade de comprovante automático de recebimento da mensagem pelo destinatário, devendo ser juntadas as informações mais relevantes ao relatório de acompanhamento do contrato.

CAPÍTULO III

SUBCONTRATAÇÃO

Art. 163. Será permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto do contrato, sem prejuízo da responsabilidade do contratado pela entrega do objeto como um todo.

§ 1º Poderá ser adotado outro percentual como limite à subcontratação, devidamente justificado na etapa preparatória.

Art. 164. A subcontratação deverá ser comunicada pelo contratado ao Município de Guaraciaba/SC, que avaliará a prova da capacidade técnica da empresa a ser subcontratada, quando houver, relativa à sua parcela de execução.

§ 1º Para os fins de comprovação da capacidade técnica da empresa a ser subcontratada, poderá ser apresentado atestado de capacidade técnica emitido em data posterior à data da licitação.

§ 2º Nos casos de exigência de capacidade técnica do subcontratado, poderá ser admitida a substituição do subcontratado, mediante comprovação da capacidade técnica do subcontratado substituto para executar a parcela subcontratada.

Art. 165. A vedação, a restrição e o estabelecimento de condições para a subcontratação deverão estar previstas em edital e decorrer de razões técnicas, mediante justificativa elaborada na fase preparatória da contratação.

Art. 166. Será vedada a subcontratação:

I - em licitações para fornecimento de bens, exceto para serviços acessórios vinculados ao fornecimento;

II - quando for inviável, sob o aspecto técnico;

III - quando for desvantajosa para a Administração Municipal; ou

IV - quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Art. 167. A subcontratação não transferirá ao subcontratado a responsabilidade contratual pela execução, nem eximirá o contratado de entregar o objeto integralmente executado, sob pena de extinção contratual e aplicação das sanções cabíveis.

CAPÍTULO IV

RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 168. O objeto do contrato será recebido:

I - em caso de obras e serviços especiais de engenharia:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados do término da execução, pelo fiscal do contrato, mediante lista de verificação que demonstre a conformidade da execução com as exigências de caráter técnico; e

b) definitivamente, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório pelo fiscal do contrato e Secretário Municipal demandante por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

II - em caso de serviços, inclusive os serviços comuns de engenharia:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias contados da entrega do objeto, pelo fiscal do contrato, mediante lista de verificação que demonstre a conformidade do bem ou serviço com as exigências contratuais; e

b) definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato e Secretário demandante, para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

III - em caso de compras:

a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, assim que o objeto for entregue, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

b) definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato e pelo secretário demandante, para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

§ 1º O recebimento definitivo poderá ser realizado diretamente pelo fiscal, nos contratos de valor inferior a 20 (vinte) vezes os limites de dispensa de licitação, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o caso, salvo previsão em sentido contrário no contrato.

§ 2º Os procedimentos para recebimento provisório e definitivo deverão constar no instrumento de contrato, assim como o prazo para sua

realização, que poderá ser inferior ao prazo máximo estabelecido neste artigo.

§ 3º Excepcionalmente poderá ser constituída comissão especial formada pelo fiscal do contrato e no mínimo 2 (dois) servidores públicos efetivos, para proceder o recebimento definitivo de obras, bens ou serviços.

Art. 169. A emissão dos termos de recebimentos provisório e definitivo, dentro dos prazos estabelecidos, é dever do fiscal do contrato, e seu descumprimento ensejará apuração de responsabilidade.

§ 1º Caso o recebimento provisório não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado recebido provisoriamente de forma tácita, com o início da contagem do prazo para o recebimento definitivo a partir da notificação formal do contratado de que o objeto foi entregue ou executado.

§ 2º O recebimento tácito, descrito no parágrafo anterior, também poderá ocorrer no recebimento definitivo.

§ 3º A ocorrência de recebimento tácito será imputada ao fiscal, que responderá pelo atendimento às especificações previstas no contrato.

Art. 170. O recebimento provisório do objeto, expresso ou tácito, confere ao contratado o direito aos valores devidos pela execução do contrato.

Parágrafo único. O recebimento definitivo do objeto, expresso ou tácito, confere ao contratado o direito à devolução da garantia contratual prestada, quando cabível, em até 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V

PAGAMENTO DOS CONTRATOS

Seção I

Disposições gerais

Art. 171. Será vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida pelo contratado, mesmo nos casos de não manutenção das condições de habilitação.

Parágrafo único. No caso de contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra em regime de exclusividade, é permitida a retenção proporcional dos valores correspondentes a salários e outras verbas exigíveis do contratado a seus empregados e não adimplidos, para os fins de realizar o pagamento direto, quando previsto em contrato, ou para depósito em conta vinculada, conforme o caso.

Art. 172. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado.

§ 1º Para os contratos de fornecimento, serão consideradas como adimplemento da obrigação pelo contratado, a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou o último dia do ciclo de medição, conforme o caso.

§ 2º O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado, pelo fiscal do contrato, o não cumprimento total da obrigação contratual.

§ 3º Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela executada.

Art. 173. Caberá ao Município de Guaraciaba/SC disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação do sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Seção II

Remuneração variável

Art. 174. Nos contratos da Administração Municipal poderá ser estabelecida remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade e prazos de entrega.

§ 1º Os fatores determinantes para estabelecer o valor da remuneração variável devem ser objetivos e quantitativamente definidos no contrato.

§ 2º Poderão ser aplicados fatores redutores da remuneração quando a qualidade da entrega for inferior à fixada e estabelecidas bonificações para o caso de entrega em qualidade superior ou com antecipação do prazo de entrega.

Art. 175. Quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, a remuneração poderá ser ajustada em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários.

Art. 176. Para a contratação que tenha previsão de remuneração variável, a dotação orçamentária empenhada deverá ser suficiente para arcar com a remuneração máxima possível do contratado.

Seção III

Reajuste e repactuação

Art. 177. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, de acordo com os índices e data-base indicados no contrato, formalizado mediante apostila.

Art. 178. A repactuação deverá ser solicitada pelo contratado ou por qualquer dos signatários da ata de registro de preços e devidamente instruída com a documentação necessária para o cálculo do valor repactuado.

§ 1º O gestor do contrato ou da ata de registro de preços deverá responder o pedido de repactuação de preços em até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação.

§ 2º Na hipótese de não cumprimento do prazo de resposta, indicado neste artigo, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual, até que sobrevenha resposta ao seu pedido.

§ 3º A formalização da repactuação se dará mediante apostila.

Seção IV

Reequilíbrio econômico-financeiro

Art. 179. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será instruído nos moldes do decreto municipal regulamentar ou outra normativa que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO VI

ANOTAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E CADASTRO DE ATESTO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Art. 180. A Administração Municipal utilizará o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações do registro cadastral unificado, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Art. 181. A anotação do cumprimento de obrigações de contratos e atas de registro de preços celebrados pela Administração Municipal observará as regras estabelecidas, pelo Governo Federal, para a utilização do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

TÍTULO VI

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

CAPÍTULO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Art. 182. A advertência prevista no inciso I do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicada diretamente pelo fiscal do contrato ou da ata de registro de preços, cabendo recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços, contados a partir da notificação da sanção, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade.

Art. 183. Será aplicada multa moratória, nos casos de atraso na execução, e multa compensatória, nas hipóteses de inexecução contratual, vedada a cumulação de multa moratória e compensatória sobre o mesmo fato gerador.

Art. 184. Nos casos de atraso, a prorrogação do prazo de execução somente será realizada se a Administração Municipal concordar com a sua concessão de prorrogação do prazo de execução, sendo vedada a multa moratória nos casos em que houver a concessão de prorrogação do prazo de execução, desde que respeitado o prazo concedido.

Parágrafo único. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

Art. 185. Nos contratos por escopo fracionados em etapas com cronograma físico-financeiro, será aplicada multa moratória em todas as etapas que forem entregues em atraso, sejam elas utilizáveis ou não, respeitado o processo sancionatório.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, serão consideradas:

I - etapa utilizável: a etapa do cronograma que, após concluída, já é passível de utilização pela Administração Municipal, independentemente da conclusão das etapas subsequentes do contrato; e

II - etapa não utilizável: a etapa do cronograma que, mesmo quando concluída, não possibilita a sua utilização pela Administração Municipal, pois ainda depende da execução de etapas futuras para serem transformadas em etapas utilizáveis.

§ 2º Nos casos de etapas não utilizáveis que tiverem sido objeto de multa, a multa será devolvida ao contratado, caso nas etapas subsequentes, antes de concluir a etapa utilizável do contrato, o contratado recupere o atraso, alcançando o prazo inicialmente estabelecido pelo cronograma.

Art. 186. As sanções de multa, de impedimento de licitar e contratar com o Município de Guaraciaba/SC e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos.

§ 1º O Prefeito Municipal é competente para designar os agentes públicos para compor a comissão processante e para normatizar o processo administrativo para apuração de responsabilidade.

§ 2º O pregoeiro, o agente de contratação, o presidente da comissão de contratação, o fiscal e o gestor do contrato ou ata de registro de preços não poderão compor a comissão processante do processo administrativo relacionado à licitação, registro de preços ou contrato em que estiverem atuando.

Art. 187. O interessado deverá ser notificado, sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade, para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.

§ 1º Todos os atos do processo administrativo para apuração de responsabilidade, praticados pela Administração Municipal e pelo licitante ou contratado, ocorrerão por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico/ Processo Digital.

§ 2º O processo administrativo para apuração de responsabilidade tramitará em ambiente aberto, com disponibilidade de informação permanente ao processado, ressalvados os casos em que houver necessidade de sigilo, devidamente justificado.

§ 3º A indisponibilidade do Sistema de Protocolo Eletrônico/Processo Digital, durante o período de expediente da Administração Municipal não prejudicará o direito do licitante à devida manifestação, sendo suspensa a contagem do prazo enquanto perdurar a indisponibilidade.

Art. 188. O pedido de produção de provas deverá ser formalmente analisado e a comissão processante poderá rejeitá-lo, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

Parágrafo único. Caso seja aceito o pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo, de 15 (quinze) dias úteis, ao processado para alegações finais.

Art. 189. A comissão processante do processo administrativo para apuração de responsabilidade poderá, ao final do processo administrativo, arquivar o processo administrativo ou aplicar a penalidade de multa ou impedimento de licitar com o Município de Guaraciaba/SC.

§ 1º Da decisão que aplicar o impedimento de licitar com o Município de Guaraciaba/SC caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O recurso será dirigido à comissão processante que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 190. Nos casos em que a conclusão da comissão processante for pela aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade, deverá ser encaminhado parecer conclusivo ao Prefeito Municipal, que decidirá pela aplicação da penalidade ou seu arquivamento, podendo devolvê-lo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais.

Parágrafo único. Da decisão do Prefeito Municipal, que aplicar a declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, à mesma autoridade, que deverá decidir no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 191. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até sua decisão final pelo Prefeito Municipal, e sua utilização não poderá gerar reforma mais gravosa ao recorrente que a decisão recorrida.

Art. 192. As sanções aplicadas, de impedimento de licitar e contratar com o Município de Guaraciaba/SC e de declaração de inidoneidade

para licitar e contratar, deverão ser levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União, e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O registro da sanção ocorrerá somente depois de proferida a decisão final da autoridade competente, em relação a eventual recurso.

Art. 193. O processo administrativo para apuração de responsabilidade, que não for concluído dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, tramitará com prioridade, inclusive para julgamento de eventuais recursos administrativos, e deverá ser concluído em, no máximo, 4 (quatro) anos, sob pena de prescrição da pretensão punitiva.

Parágrafo único. Caberá à Controladoria Interna a apuração de responsabilidade dos agentes públicos, nos casos de prescrição da pretensão punitiva.

Art. 194. O edital, o termo de contrato e a ata de registro de preços deverão disciplinar a aplicação de sanções relativas à licitação e ao contrato, com indicação das infrações e respectivas sanções, levando em consideração a natureza, os prazos de execução do objeto e o princípio da proporcionalidade.

Art. 195. Na hipótese de um mesmo licitante ou contratado ser sancionado com mais de 3 (três) multas pela Administração Municipal, mesmo que em contratos distintos, o Prefeito Municipal deverá, considerando as informações dos gestores dos contratos, avaliar a conveniência da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade mais gravosa e extinção dos contratos vigentes.

Art. 196. Sobrevindo novas condenações, no curso do período de vigência da sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, será somado ao período remanescente da sanção aplicada o tempo fixado nas novas decisões condenatórias, com o prazo total limitado a:

I - 6 (seis) anos, no caso de impedimento de licitar e contratar; e

II - 12 (doze) anos, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo único. A regra prevista no caput deste artigo é válida para as sanções aplicadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública e somente para contratos oriundos de licitações distintas.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 197. Enquanto não estiver completamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas, os procedimentos deverão ser adaptados às condições possíveis, com publicidade garantida no sítio eletrônico oficial.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 198. Os processos de contratação, publicados antes da vigência deste normativo, permanecerão regulados pelos dispositivos revogados até o encerramento do contrato, nos termos do art. 190 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 199. Enquanto não estiver completamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas, os procedimentos deverão ser adaptados às condições possíveis, com publicidade garantida no sítio eletrônico oficial.

Art. 200. Os órgãos, entidades, seus dirigentes e servidores que utilizem os sistemas de informação para compras públicas responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata este Decreto, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

§ 2º O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública Municipal observará o disposto no Capítulo IV (arts. 23 a 30) da Lei Federal nº 13.709/2018, e nas demais disposições legais pertinentes.

§ 3º O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante nos sistemas de informação adotados pelo município, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotores do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Art. 201. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 065/2005, que regulamenta o Pregão; Decreto nº 082/2012, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e Decreto nº 005/2013, que altera o inciso I do Decreto 065/2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

VANDECIR DORIGON

Prefeito do Município

EXTRATO ADITIVO 02.2023 AO CONTRATO 133.2023 - PMGBA

Publicação Nº 5411714

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B5B06C5C74AC36F86756FCAD82C8337ECFAEE7CD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: Ad02/23Cont133

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA

Vigência: Início: 08/12/2023 Término: 31/01/2024

Licitação: Tomada de Preços p/ Contratação de Serviços Nº.: 6/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA GIUSEPPE PALU E EXECUÇÃO DE DECK DE MADEIRA, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO. TAL OBRA SERÁ NECESSÁRIA PARA REVITALIZAR ESPAÇOS DA PRAÇA QUE SE ENCONTRAM DETERIORADOS E PARA GERAR MAIOR INCLUSÃO E EMBELEZAMENTO DO ESPAÇO, UMA VEZ QUE É A ÚNICA PRAÇA EXISTENTE NO MUNICÍPIO. VANDECIR DORIGON

Prefeito

RESOLUÇÃO CMC Nº 4.2023

Publicação Nº 5411161

RESOLUÇÃO CMC Nº 04/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3008/2017, tendo em vista a deliberação por unanimidade dos presentes na reunião ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar plano de ação da Lei Aldir Blanc II, sendo

- a) Processos públicos de seleção para a execução de ações que visem ao fomento cultural de que trata o Art, 8º do Decreto nº 11.453, de 2023, valor de R\$ 11.749,27 (onze mil e setecentos e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos);
- b) Parcerias com organizações da sociedade civil para consecução de finalidade de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação com entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto da lei 13019/2014, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- c)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba/SC, 08 de dezembro de 2023.

Carolina Brustolin

PRESIDENTE DO CMC

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 193/2023 – PMG

Publicação Nº 5401114

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 949376AED6468EF785677EC92CDC9C89D41D6392

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 193/2023 – PMG

Processo Licitatório: 193/2023 – PMG

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC

Plataforma: Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

Envio das Propostas: até 18/01/2024 às 08h59

Abertura da Sessão Pública: 18/01/2024 às 09h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de dezembro de 2023.

OSVALDO DEVIGILI

Prefeito Municipal em exercício

OSVO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2020 – FMS

Publicação Nº 5411254

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2020 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES RT-PCR DE DETECÇÃO DO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC), através do seu Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

O PRAZO PARA CREDENCIAMENTO fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de dezembro de 2023.

Oswaldo Devigili

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 54/2019 – FMS

Publicação Nº 5411305

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 54/2019 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS INTERESSADOS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC), através do seu Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

O PRAZO PARA CREDENCIAMENTO fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de dezembro de 2023.
Osvaldo Devigili
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90/2020 – FMS

Publicação Nº 5411283

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90/2020 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS ENQUADRADOS NO GRAU III.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC), através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

O PRAZO PARA CREDENCIAMENTO fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de dezembro de 2023.
Osvaldo Devigili
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 1870/2023

Publicação Nº 5410229

DECRETO Nº. 1870/2023

Abre crédito especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Abre um crédito especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), aprovado pela lei nº. 5071/2023, a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura
001 - Secretaria de Infraestrutura
0015.0542.0007.2049 - Manutenção dos Serviços da Coleta de Lixo
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33371000000000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos – R\$ 90.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do presente crédito especial provêm da anulação das dotações abaixo:

08 - Secretaria de Infraestrutura
001 - Secretaria de Infraestrutura
0015.0542.0007.2049 - Manutenção dos Serviços da Coleta de Lixo
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos – R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2023.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 015/2023/SPDU

Publicação Nº 5411753

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 015/2023

O FISCAL DE CONSTRUÇÕES E POSTURAS Matheus Montanha matrícula 30484537, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do município de Guaramirim, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 9º da Lei nº 4411/2017, depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica o(s) contribuinte(s) abaixo citado(s), da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a limpeza de terreno(s) em mau estado de conservação, conforme previsto no artigo 1º e artigo 3º da Lei nº 4411/2017:

Art. 1º Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou outros meios adequados.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:

I - A capinação mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno;

II - Remoção de detritos, entulhos e lixo que estejam depositados no terreno baldio.

Parágrafo único. Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vegetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá entrar em contato com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano no telefone (47) 33373-0247.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 10 (dez) dias corridos da data da publicação do edital, conforme o disposto artigo 7º da Lei nº 4411/2017.

Constatado o não cumprimento das medidas determinadas, no prazo estipulado, será lavrado contra o notificado o auto de infração, sujeitando-o à aplicação de multas e outras penalidades cabíveis, em conformidade com o Artigo 11 da Lei nº 4411/2017, sem prejuízo das demais obrigações e da ação das demais autoridades competentes. Valor da Multa: 10 UFM (Unidade Fiscal Municipal). Valor da UFM em 2023: R\$ 123,70 (cento e vinte e três reais e setenta centavos). Valor total em reais: R\$ 1237,00.

Guaramirim (SC), 08/12/2023.
MATHEUS MONTANHA
Fiscal de Construções e Posturas
Matrícula 30484537

Nº Notificação	Inscrição Imobiliária	Contribuinte	CPF
200/2023	01.01.003.1190	DENISE BEATRIZ BEBER DE BEM	472.183.399-72

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2023 – FMS

Publicação Nº 5411834

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2023 – FMS
Processo Licitatório nº 44/2020 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratado: INSTITUTO SANTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.776.971/0005-63, estabelecida na Rua João Butschardt, nº 05, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024

Guaramirim (SC), 11 de dezembro de 2023.
OSVALDO DEVIGILI
Prefeito Municipal

LEI Nº. 5071/2023

Publicação Nº 5410226

LEI Nº. 5071/2023

Autoriza a abertura de crédito especial no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura
001 - Secretaria de Infraestrutura
0015.0542.0007.2049 - Manutenção dos Serviços da Coleta de Lixo
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33371000000000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos – R\$ 90.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do presente crédito especial provêm da anulação das dotações abaixo:

08 - Secretaria de Infraestrutura
001 - Secretaria de Infraestrutura
0015.0542.0007.2049 - Manutenção dos Serviços da Coleta de Lixo
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos – R\$ 90.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2023.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 617/2023

Publicação Nº 5410913

PORTARIA Nº. 617/2023

Instaura processo administrativo nº. 14/2023 para apurar suposto descumprimento do Edital de Pregão Eletrônico nº. 63/2022/PMG e da Ata de Registro de Preços nº. 84/2022/PMG.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o Decreto nº. 78/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo nº. 14/2023 em face da empresa ISRAEL CORREA JACOMO, CNPJ nº. 40.743.082/0001-89, para apuração de suposto descumprimento do disposto na cláusula 4.1 (quanto ao prazo de entrega) da Ata de Registro de Preços nº. 84/2022/PMG, item 17.1.7 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 63/2022/PMG, bem como as condutas previstas no art. 78, I, II, III e IV da Lei nº 8.666/93, podendo ensejar na aplicação das sanções previstas nas cláusulas 10.1.1, "a" e "c", 11, da mesma Ata, itens 17.2 e 18 do edital, e no art. 87 da Lei nº 8666/93.

Art. 2º Designo a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria nº. 203/2021, alterada pela Portaria nº. 418/2023, para a prática dos atos documentais do processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de dezembro de 2023.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Cláudia Roberta Chiodini
Secretária de Educação

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 94 E 95

Publicação Nº 5409902

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 94/2023 - Tomada de Preço Nº. 08/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de ampliação e reforma do centro municipal poliesportivo, recreativo e cultural - bloco 02 (etapa 2), município de Guarujá do Sul, através de recursos provenientes do Processo SCC 14612/2023, vinculado a Portaria Conjunta SGG/SEF nº 011/2023, de 23/11/2023, estado de Santa Catarina/FESPORTE.

Habilitação e Propostas: 27.12.2023 (Documentação 08:15 e Abertura as 08:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados na Prefeitura Municipal ou informações no email comprasguarujadosul@gmail.com ou no site <https://guarujadosul.atende.net>

Guarujá do Sul, SC, 08 de dezembro de 2023.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 95/2023 - Tomada de Preço Nº. 09/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em trecho da Rua Afonso Dinom, município de Guarujá do Sul, através de Recursos provenientes do PROCESSO SCC 10462/2023, vinculado a PORTARIA CONJUNTA SGG/SEF Nº 011/2023, de 23/11/2023.

Habilitação e Propostas: 27.12.2023 (Documentação 10:15 e Abertura as 10:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados na Prefeitura Municipal ou informações no email comprasguarujadosul@gmail.com ou no site <https://guarujadosul.atende.net>

Guarujá do Sul, SC, 08 de dezembro de 2023.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2021

Publicação Nº 5412311

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2021 (CONTRATO SUPERIOR), QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU E A EMPRESA BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, inscrita no CNPJ sob o nº 01.646.168/0001-31, com endereço na Av. João Moreira Filho, 555, Centro, cidade de Guatambu, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Valdecir de Arruda, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.814.330/0001-50, com sede na Rua AV. JOSÉ ROCHA BOMFIM 214, BLOCO C UNIDADES 131 E 132, LOTEAMENTO SANTA GENEBRA, CAMPINAS/SP, neste ato representada pelo seu SÓCIO/ADMINISTRADOR, Senhor DANILO AUGUSTO TONIN ELENA, doravante CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2021, com amparo na Lei nº 8.666/93, em especial o art. 65, inciso I c/c §1º, tendo em vista a justificativa apresentada pela Fiscal do Contrato, que segue anexa, sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente aditivo tem por objeto o acréscimo de valores ao contrato referido, diante do reajuste no vale alimentação, concedido pela Lei nº 1235/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor do presente termo aditivo é de R\$ 1.653,21 (mil seissentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

5.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guatambu/SC, 01 de dezembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU

Valdecir de Arruda Danilo

Presidente

BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

Augusto Tonin Elena

Sócio/Administrador

Ibiam**PREFEITURA****PORTARIA Nº 294/2023**

Publicação Nº 5409947

PORTARIA Nº 294, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

"CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 186, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 297, de 24.11.2005, bem como o requerimento do servidor protocolado em 23.06.2023, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor GELSON LUIZ TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 24.07.2014 a 17.12.2019.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 148 (cento e quarenta e oito) dias, conforme determina os §§ 2º e 4º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 04 a 13 de dezembro de 2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 295/2023

Publicação Nº 5409949

PORTARIA Nº 295, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Agustinho Cecatto	28.02.2022 a 27.02.2023	04.12.2023 a 18.12.2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE DEZEMBRO DE 2023.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº 109/2019 - ADITIVO Nº 11/2023

Publicação Nº 5411399

Contrato Nº : 109/2019

Aditivo Nº : 11/2023

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

Cnpj : 83.073.536/0001-64

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 93/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL PARA REALIZAR A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COMPACTÁVEIS E RECICLÁVEIS, PRODUZIDOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA-SC

Vigência : Início: 01/01/2024 Término: 01/03/2024

Assinatura : 06/12/2023

Valor R\$: 246.156,26 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil, Cento e Cinquenta e Seis Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação : 58 - 05.001.2019.3339039280000000000.150070000000 - Coleta de lixo e demais resíduos

Dotação : 272 - 05.001.2019.3339039280000000000.175370000000 - Coleta de lixo e demais resíduos

FISCAL: ANDERSON FOZINA KRUGER

CONTRATO Nº 172/2020 - ADITIVO Nº 07/2023

Publicação Nº 5411403

Contrato Nº : 172/2020

Aditivo Nº : 7/2023

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA

Cnpj : 09.377460/0001-08

Licitação : Inexigibilidade 169/2020

Objeto : Serviço Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional em Instituição de Longa Permanência para Idosos, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo. Objetivo de cooperação na manutenção de vagas para idosos oriundos do Município de Ibirama.

Vigência : Início: 07/12/2023 Término: 07/12/2024

Assinatura : 04/12/2023

Valor R\$: 36.432,00 (Trinta e Seis Mil e Quatrocentos e Trinta e Dois Reais)

Dotação : 252 - 10.001.2055.3339039530000000000.150070000000 - Serviços de assistência social

FISCAL: FABIANI TENFEN SOBERANSKI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 149/2023

Publicação Nº 5410518

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 MUNICÍPIO DE IBIRAMA | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) **Processo Nr.:**149 / 2023

b) **Licitação Nr.:**149 / 2023

c) **Modalidade:** Pregão

d) **Data Homologação:** 08/12/2023

e) **Data da Adjudicação:** 08/12/2023

f) **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para eventual e futura aquisição de leites de fórmula e suplementos para os Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais.

g) **Fornecedores e Itens Vencedores:**

607835 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, com DHA e ARA, e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Aptamil SL ProExpert).	Unidade	APTAMIL SL - DANONE	25	R\$105,00	R\$2.625,00
4	Fórmula infantil para lactentes até os 6 meses de vida com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Aptamil Premium 1).	Unidade	APTAMIL PREMIUM 1 - DANONE	100	R\$55,00	R\$5.500,00
5	Fórmula infantil para lactentes a partir do 6º mês de vida com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Aptamil Premium 2).	Unidade	APTAMIL PREMIUM 2 - DANONE	100	R\$55,00	R\$5.500,00
7	Fórmula infantil de seguimento para crianças de primeira infância, desenvolvida para as necessidades das crianças brasileiras (1 a 3 anos). Com prebióticos DHA, ARA e prebióticos (GOS/FOS). Latas de 800g (Referência: Aptanutri Premium 3).	Unidade	APTANUTRI PREMIUM 3 - DANONE	25	R\$54,00	R\$1.350,00
8	Fórmula infantil para lactentes, de seguimento, para lactentes, com proteínas lácteas parcialmente hidrolisadas, com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Aptamil Proexpert Active).	Unidade	APTAMIL SENSITIVE ACTIVE - DANONE	25	R\$96,00	R\$2.400,00
9	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas (anti refluxo), espessada com goma jataí. Latas de 800g (Referência: Aptamil AR Proexpert).	Unidade	APTAMIL AR - DANONE	25	R\$68,00	R\$1.700,00
11	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância com proteínas lácteas extensamente hidrolisadas, com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Aptamil Pepti).	Unidade	APTAMIL PEPTI - DANONE	25	R\$135,00	R\$3.375,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 MUNICIPIO DE IBIRAMA | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
 Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
 e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

22	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância (0 - 3 anos) destinada a necessidades dietoterápicas específicas a base de aminoácidos livres, com DHA e ARA, taurina e nucleotídeos, com restrição de lactose. Latas de 400g (Referência: Neocate LCP).	Unidade	NEOCATE LCP - SUPPORT	78	R\$147,40	R\$11.497,20
23	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças que apresentem alergia a proteína do leite de vaca e/ou soja, com comprometimento do trato gastrointestinal, sem glúten. Latas de 400g (Referência: Pregomin Pepti).	Unidade	PREGOMIN PEPTI - DANONE	50	R\$75,61	R\$3.780,50
24	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral para crianças (3 a 10 anos), com alta densidade energética, isento de lactose, com 29 vitaminas e minerais, sem sabor, pode ser usado em preparações doces ou salgadas. Latas de 400g (Referência: Fortini Plus).	Unidade	FORTINI PLUS sem sabor - DANONE	25	R\$43,47	R\$1.086,75

Total do Fornecedor: R\$38.814,45

62433245 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
12	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, em pó, indicada para lactentes até 6 meses com prebióticos (GOS/FOS). Latas de 800g (Referência: Nestogeno 1).	Unidade	NESTLÉ/NES	250	R\$55,40	R\$13.850,00
13	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, em pó, indicada para lactentes a partir de 6 meses com prebióticos (GOS/FOS). Latas de 800g (Referência: Nestogeno 2).	Unidade	NESTLÉ/NES	300	R\$55,90	R\$16.770,00
14	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, com DHA e ARA, nucleotídeos e prebióticos. Contém derivado de soja, peixe, leite e derivados, contém lactose. Não contém glúten. *Fonte Proteica: soro de leite desmineralizado, leite desnatado. Latas de 800g (Referência: Nan Comfor 1).	Unidade	NESTLÉ/NES	100	R\$68,63	R\$6.863,00
15	Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 meses, com DHA e ARA, nucleotídeos e prebióticos. Contém derivado de soja, peixe, leite e derivados, contém lactose. Não contém glúten. *Fonte Proteica: soro de leite desmineralizado, leite desnatado. Latas de 800g (Referência: Nan Comfor 2).	Unidade	NESTLÉ/NES	125	R\$69,97	R\$8.746,25
16	Fórmula infantil para lactente de 0 a 6 meses de idade, com 2FI e LNnT, DHA, ARA e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Nan Supreme 1).	Unidade	NESTLÉ/NES	100	R\$89,49	R\$8.949,00
17	Fórmula infantil para lactente a partir de 6 meses de idade até 12 meses, com 2FI e LNnT, DHA, ARA e nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Nan Supreme 2).	Unidade	NESTLÉ/NES	125	R\$108,12	R\$13.515,00
18	Fórmula infantil especial para lactentes e de seguimento para lactentes de 0 a 12 meses, com DHA, ARA e nucleotídeos e prebióticos. Latas de 800g (Referência: Nan Sensitive).	Unidade	NESTLÉ/NES	50	R\$141,05	R\$7.052,50
19	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, com DHA e ARA	Unidade	NESTLÉ/NES	150	R\$77,33	R\$11.599,50



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 MUNICIPIO DE IBIRAMA | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

	e nucleotídeos. Latas de 400g (Referência: Nan Science Pro Sem Lactose).					
21	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes, com amido, probióticos, DHA e ARA e Nucleotídeos. Latas de 800g (Referência: Nan Science Pro EspessAR).	Unidade	NESTLÉ/NES	25	R\$68,49	R\$1.712,25
Total do Fornecedor:						R\$89.057,50
Total da Homologação:						127.871,95

Ibirama, 8 de dezembro de 2023.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

CPF: 834.460.799-04

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 153/2023

Publicação Nº 5411705

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 MUNICIPIO DE IBIRAMA | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) **Processo Nr.:**153 / 2023

b) **Licitação Nr.:**153 / 2023

c) **Modalidade:** Dispensa de Licitação

d) **Data Homologação:** 08/12/2023

e) **Data da Adjudicação:** 08/12/2023

f) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para realização de levantamento planialtimétrico para uma jazida de aproximadamente 04 ha (quatro hectares).

g) **Fornecedores e Itens Vencedores:**

62491725 - Jonathan Costa da Silva						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Levantamento Planialtimétrico em área com aproximadamente 04 hectares, com: realização em campo do levantamento topográfico planialtimétrico do imóvel georreferenciado com auxílio do aparelho adequado; entrega dos projetos (mapa cadastral topográfico planialtimétrico), sendo todos devidamente assinados pelo profissional técnico ao contratante; envio dos arquivos do levantamento topográfico planialtimétrico em formatos SHP, DWG, KML, KMZ e PDF; emissão da ART (anotação de responsabilidade técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do projeto.	SERVIÇO		1	R\$1.300,00	R\$1.300,00
Total do Fornecedor:						R\$1.300,00

Total da Homologação:	1.300,00
-----------------------	----------

Ibirama, 8 de dezembro de 2023.

JUCELIO JOSE DE ANDRADE
Prefeito em Exercício
CPF: 834.460.799-04

Içara

PREFEITURA

DECRETO N.º 246/2023, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410291

DECRETO N.º 246/2023, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito suplementar

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.792, de 2 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa:

04 PROCURADORIA GERAL

01 PROCURADORIA GERAL

2.011 Pagamento de Precatórios

24 3.1.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 200.000,00

08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

58 4.4.90.00.00.00.00.00 0209 Aplicacoes Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2.º O crédito a que se refere o Art. 1.º correrá por conta da anulação parcial dos seguintes elementos de despesa:

04 PROCURADORIA GERAL

01 PROCURADORIA GERAL

2.011 Pagamento de Precatórios

26 4.4.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 200.000,00

08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

54 3.3.90.00.00.00.00.00 0209 Aplicacoes Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 20 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 20 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretora de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 250/2023, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410296

DECRETO N.º 250/2023, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito suplementar

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.792, de 2 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa:

20 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.065 Manutenção e Implementação da Atenção Básica no Município

01 3.1.90.00.00.00.00.00 .0127 Aplicacoes Diretas R\$ 130.000,00

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta do excesso de arrecadação no recurso 127 – Atenção Básica.

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 27 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 27 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretora de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 251/2023, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410311

DECRETO N.º 251/2023, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito suplementar

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.792, de 2 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa:

08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.026 Manutenção do Ensino Médio

60 3.3.90.00.00.00.00.00 .0218 Aplicacoes Diretas R\$ 24.774,33

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta do excesso de arrecadação no recurso 218 – FNDE-PNATE/MÉDIO.

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 27 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 27 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretora de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 252/2023, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410305

DECRETO N.º 252/2023, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito suplementar

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.792, de 2 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.004 Manter e Equipar o PROCON

16 3.3.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 90.000,00

08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

46 3.1.90.00.00.00.00.00 0202 Aplicacoes Diretas R\$ 400.502,47

08 FUNREBOM

01 FUNREBOM

2.075 Manutenção do FUNREBOM - Bombeiros

91 3.3.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 100.000,00

30 SECR ASSIST SOCIAL HABIT TRABALHO E RENDA

01 SECR ASSIST SOCIAL HABIT TRABALHO E RENDA

2.012 Manut. Progr. Fomento Atividades Inclusivas

105 3.1.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 20.000,00

33 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.106 Manut. Deptos Compras, Licitações, Contratos e Convênios

169 3.1.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 20.000,00

37 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.077 Manutenção das Atividades Esportivas

05 3.3.90.00.00.00.00.00 0025 Aplicacoes Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2.º O crédito a que se refere o Art. 1.º correrá por conta da anulação parcial dos seguintes elementos de despesa:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.004 Manter e Equipar o PROCON

14 3.1.91.00.00.00.00.00 0200 Aplic. Dir. - Oper.Intra-Orç R\$ 40.000,00

15 3.3.50.00.00.00.00.00 0200 Transf. a Inst. Priv. sem Fins R\$ 50.000,00

08 SECR. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

49 3.1.91.00.00.00.00.00 0202 Aplic. Dir. - Oper.Intra-Orç R\$ 400.502,47

08 FUNREBOM

01 FUNREBOM

2.075 Manutenção do FUNREBOM - Bombeiros

92 4.4.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 100.000,00

30 SECR ASSIST SOCIAL HABIT TRABALHO E RENDA

01 SECR ASSIST SOCIAL HABIT TRABALHO E RENDA

2.012 Manut. Progr. Fomento Atividades Inclusivas

107 3.3.50.00.00.00.00.00 0200 Transf. a Inst. Priv. sem Fins R\$ 20.000,00

33 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.106 Manut. Deptos Compras, Licitações, Contratos e Convênios

172 4.4.90.00.00.00.00.00 0200 Aplicacoes Diretas R\$ 20.000,00

37 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.077 Manutenção das Atividades Esportivas

07 3.3.50.00.00.00.00.00 0025 Transf. a Inst. Priv. sem Fins R\$ 30.000,00

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 28 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 28 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretora de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 253/2023, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410300

DECRETO N.º 253/2023, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
Abre crédito suplementar

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.792, de 2 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa:

20 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.061 Manutenção da Assistência Farmacêutica Municipal
128 3.3.71.00.00.00.00.00 .3144 Transf. a Cons. Públicos R\$ 200.000,00
2.062 Manutenção dos Serviços Próprios, Contratualizados e Conveniados de MAC
129 3.3.71.00.00.00.00.00 .3144 Transf. a Cons. Públicos R\$ 110.000,00
130 3.3.90.00.00.00.00.00 .3144 Aplicacoes Diretas R\$ 100.000,00
2.066 Manter e Implementar as Ações do FMS
131 3.3.90.00.00.00.00.00 .3144 Aplicacoes Diretas R\$ 70.000,00
2.096 Manter e Implementar os Serviços Especializados em Odontologia
132 3.3.71.00.00.00.00.00 .3144 Transf. a Cons. Públicos R\$ 20.000,00

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta da TEV Nº SCC 13944/2023.

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 28 de novembro de 2023.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 28 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretora de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 254/2023, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410293

DECRETO N.º 254/2023, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
Abre crédito suplementar

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei N.º 4.792, de 2 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto um crédito para suplementar no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa:

35 SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 SECRETARIA DE AGRICULTURA
2.071 Manter e Equipar Depto Administrativo e de Apoio ao Agricultor
203 3.3.90.00.00.00.00.00 .0736 Aplicacoes Diretas R\$ 132.320,00

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta do excesso de arrecadação no recurso 736 – FEP.

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 28 de novembro de 2023.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 28 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretora de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.708/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410266

PORTARIA Nº GP/1.708/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0848/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar a prática de condutas vedadas por D.G., T.F. e G.D., candidatas ao Conselho Tutelar de Içara, consistente na publicação de pedido de voto pelas redes sociais no dia das eleições, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00045708-0.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.709/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410270

PORTARIA Nº GP/1.709/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.910, de 29 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Colocar à disposição da Delegacia de Polícia da Comarca de Içara, a servidora Aldrei Fernandes da Silva Marchiori, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Escritório do Serviços Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, matrícula 28.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.710/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410277

PORTARIA Nº GP/1.710/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0850/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar a prática de condutas vedadas por C.C.R.C e D.G., candidatas ao Conselho Tutelar de Içara, consistente em abuso de poder político partidário e boca de urna no dia das eleições, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00045703-5.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.711/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410282

PORTARIA Nº GP/1.711/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0851/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar a prática de condutas vedadas por T.F. e D.G., candidatas ao Conselho Tutelar de Içara, consistente em abuso de poder político partidário e boca de urna no dia das eleições, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00045707-9.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.712/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410285

PORTARIA Nº GP/1.712/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0854/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar a prática de condutas vedadas por A.M., candidata ao Conselho Tutelar de Içara, consistente em transporte de eleitores no dia das eleições, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00045706-8.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.713/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410289

PORTARIA Nº GP/1.713/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0856/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar a prática de condutas vedadas por T.F., candidata ao Conselho Tutelar de Içara, consistente em propaganda irregular e aliciamento de eleitores, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00045704-6.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.714/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410275

PORTARIA Nº GP/1.714/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0858/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar a prática de condutas vedadas (abuso do poder religioso) em favor de C.R., candidata ao Conselho Tutelar de Içara, consistente na realização de propaganda por líder religioso em templo de religião, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00045702-4.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.715/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410280

PORTARIA Nº GP/1.715/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,

CONSIDERANDO o Ofício n. 0863/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar suposta propaganda eleitoral irregular envolvendo a C.R., candidata ao Conselho Tutelar de Içara, decorrente do apoio político recebido de um líder político, por intermédio de suas redes sociais, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00041732-1.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.716/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410272

PORTARIA Nº GP/1.716/23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura processo administrativo, e dá outras providências.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 4.337, de 3 de abril de 2019, e com a Lei Nº 4.838, de 30 de março de 2023,
CONSIDERANDO o Ofício n. 0865/2023/01PJ/ICA, encaminhado pelo Ministério Público Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1.º Instaura Processo Administrativo, para apurar suposta prática de condutas vedadas por H.N., candidata ao Conselho Tutelar de Içara, consistente em possível abuso de poder religioso, tendo em conta o registrado na Notícia de Fato n. 01.2023.00041734-3.

Art. 2.º Ficam designadas os servidores Ângela Maria Salvador, Fernando Dagostin Spilere e Ana Paula Zanini Bunn, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial responsável para analisar sanções cabíveis e apurar os fatos.

Art. 3.º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início, a empresa, para, querendo, apresentar sua defesa, podendo se fazer representar por advogado regularmente constituído.

Art. 5.º A Decisão Administrativa é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Içara.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 30 de novembro de 2023.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 30 de novembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

RESOLUÇÃO COMAM 005/2023

Publicação Nº 5409965

Içara/SC, 05 de dezembro de 2023.
RESOLUÇÃO COMAM 005/2023

TORNA SEM EFEITO A RESOLUÇÃO COMAM 004/2023.

A Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, por deliberação de seus membros e tendo em vista as atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 1.806, de 01 de julho de 2002.

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a RESOLUÇÃO COMAM 004/2023, datada de 14 de novembro de 2023, que aprovou a ATA n. 03/2023, referente a reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente realizada em 31 de outubro de 2023, tendo em vista a constatação posterior por parte da secretaria do COMAM em minutar equivocadamente a referida Resolução naquela data, bem como o seu encaminhamento à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC – edição n. 4396.

VIVIANA MARTINS
Presidente do COMAM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 023.SAMAE.2023 - PP.030.SAMAE.2023

Publicação Nº 5410742

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ICARA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2023

Número do Registro de Preços: 23/2023 Data do Registro: 08/12/2023 Válido até: 08/12/2024						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS E MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário
1	FORNECIMENTO DE INSUMOS - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA). (6888)	UN	BIF COMERCIO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6023)		12,6000	600.000,0000
2	EF MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)				12,5000	600.000,0000
1	FORNECIMENTO DE INSUMOS - MATERIAIS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS EM GERAL, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA). (6889)	UN	BIF COMERCIO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6023)		10,1000	70.000,0000
2	EF MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)				10,0000	70.000,0000
1	FORNECIMENTO DE INSUMOS - MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA). (6890)	UN	EF MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		10,7000	30.000,0000
2	BIF COMERCIO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6023)				10,6000	30.000,0000
1	FORNECIMENTO DE INSUMOS - MADEIRAS EM GERAL, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA). (6891)	UN	EF MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		11,3000	60.000,0000
2	BIF COMERCIO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6023)				11,1000	60.000,0000
1	FORNECIMENTO DE INSUMOS - AREIA E PEDRAS EM GERAL, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA). (6894)	UN	EF MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		11,5000	150.000,0000
2	BIF COMERCIO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6023)				11,4000	150.000,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ICARA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2023

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 23/2023		Data do Registro: 08/12/2023		Válido até: 08/12/2024			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS E MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	FORNECIMENTO DE INSUMOS - REVESTIMENTO CERÂMICO, NA FORMA ESTABELECID A EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA); (6893)	UN	EF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		10,7000	70.000,0000	1
7	FORNECIMENTO DE INSUMOS - FERRAMENTAS ELÉTRICAS E OU A GASOLINA, NA FORMA ESTABELECID A EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA); (6894)	UN	EF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		10,5000	70.000,0000	2
					10,0000	100.000,0000	1
8	FORNECIMENTO DE INSUMOS - TINTAS, PINCEIS, ROLOS DE PINTURA, LIXAS, MASSA CORRIDA, NA FORMA ESTABELECID A EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA); (6891)	UN	EF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		10,0000	100.000,0000	2
					11,5000	150.000,0000	1
9	FORNECIMENTO DE INSUMOS - FERRAMENTAS PARA JARDIM, CARPINTARIA, OFICINAS EM GERAL, NA FORMA ESTABELECID A EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA); (6892)	UN	EF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		11,4000	150.000,0000	2
					11,2000	100.000,0000	1
10	FORNECIMENTO DE INSUMO - CIMENTO NA FORMA ESTABELECID A EM PLANILHAS DE INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SINAPI (NÃO DESONERADA); (6893)	UN	EF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7300)		11,0000	100.000,0000	2
					10,0000	100.000,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ICARA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2023

Número do Registro de Preços: 23/2023		Data do Registro: 08/12/2023		Válido até: 08/12/2024			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRAULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS E MATERIAIS ELÉTRICOS; CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BIF COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6023)		10,0000	100,000 0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ICARA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2023

Número do Registro de Preços: 23/2023		Data do Registro: 08/12/2023		Válido até: 08/12/2024	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS E MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2023
PROCESSO Nº 30/2023
(6023) - BIF COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
(7300) - EF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Içara, 8 de Dezembro de 2023.

JOÃO LUIZ NUNES

LEI COMPLEMENTAR Nº 231 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412121



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Secretaria

LEI COMPLEMENTAR Nº 231, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera o artigo 41 da lei complementar nº 3/99 para instituir a substituição para servidores efetivos.

Eu, Max Luiz, Presidente da Câmara Municipal de Içara, com base no art. 49, § 3º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Art. 202, § 3º do Regimento Interno deste Poder, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Promulgo a presente Lei.

Art. 1º. Alterar o art.41 da lei complementar nº3/99, conforme segue:

“Art.41. Os servidores efetivos, os servidores investidos em função gratificada e os servidores ocupantes de cargos em comissão terão substitutos indicados no Regimento Interno ou, no caso de omissão, previamente designados pela autoridade competente, desde que o substituto tenha capacidade técnica para o desempenho das funções a serem substituídas.”

Art. 2º. Acrescentar o parágrafo terceiro ao art.41 da lei complementar nº3/99, conforme segue:

“§ 3º. O substituto fará jus ao vencimento pelo exercício do cargo que passará a ocupar, sendo pago na proporção dos dias de efetiva substituição, ressalvado o caso de opção.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: 7WHFL-R4VU6-4XQA-8OMHT-PT3XN



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Secretaria

Câmara Municipal de Içara, 08 de dezembro de 2023

VER. MAX LUIZ
Presidente

VER. MOACYR FRANCISCO
Secretário

Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: 7WHFL-R4VU6-I4XQA-80MHT-PT3XN

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.





CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Lei - Ordinária

Protocolo N°: 7987

Protocolo Data: 08/12/2023

Documento N°: 231/2023

Processo N°: SN



Gerado por Joadilson Brasil Rocha na repartição Secretaria dia 08/12/2023 às 16:26

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

7WHFL-R4VU6-I4XQA-8OMHT-PT3XN

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Nome Max Luiz
Data 08/12/2023 16:56
CPF/CNPJ 493.XXX.XXX-09



Nome Moacyr Francisco
Data 08/12/2023 16:44
CPF/CNPJ 754.XXX.XXX-78

LEI Nº 4.912 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412068



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

LEI Nº 4.912, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Efetivos do Poder Legislativo do Município de Içara – SC estabelece perspectivas de desenvolvimento funcional e dá outras providências.

Eu, Max Luiz, Presidente da Câmara Municipal de Içara, com base no art. 49, § 3º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Art. 202, § 3º do Regimento Interno deste Poder, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Promulgo a presente Lei.

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 1º O Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo do Município de Içara obedece ao regime estatutário e estrutura-se em dois Quadros de Pessoal, um Permanente com os respectivos cargos efetivos previstos no Anexo I e um Suplementar com os cargos em extinção, constituintes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único: O presente Plano de Cargos e Carreiras está fundamentado na qualificação e habilitação profissional e no desempenho de atribuições com exaço, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e o aprimoramento e eficiência do serviço público da Câmara Municipal Içara.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - quadro de pessoal é o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas existentes na Câmara Municipal de Içara;

II – cargo público é a designação do conjunto de atribuições e responsabilidades atribuídas a um servidor, identificando-se pela característica de

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

criação por Lei, com denominação e lotação próprias e pagamento pelos cofres públicos do Município;

III - servidor público é toda pessoa física legalmente investida no exercício de cargo ou função pública;

IV - classes são os graus dos cargos, hierarquizados em carreira, que representam as perspectivas de desenvolvimento funcional, representadas por letras do alfabeto brasileiro;

V - carreira é a estruturação dos cargos em classes, reunindo os cargos de mesma denominação e idêntica natureza, segundo os níveis de atribuições e respectivas faixas de vencimento padrões e de acesso;

VI - grupo ocupacional é o conjunto de cargos de carreira com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de escolaridade exigido para seu desempenho;

VII - nível é o símbolo atribuído ao conjunto de cargos equivalentes quanto ao grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade, visando determinar as faixas de vencimentos a eles correspondente, representado por algarismos romanos;

VIII - vencimento ou vencimento-base é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em Lei, vedada a sua vinculação ou equiparação;

IX - faixa de vencimentos é a escala de padrões de vencimento atribuídos a um determinado grupo de vencimento e sua respectiva classe;

X - padrão de vencimento é a letra que identifica o vencimento atribuído ao servidor dentro da faixa de vencimentos do cargo que ocupa, representado por números ordinais;

XI - vencimentos correspondem ao somatório do vencimento do cargo e as vantagens de caráter permanente adquiridas pelos servidores;

XII - remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, estabelecidas em Lei;

XIII - interstício é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão ou à promoção;

XIV - progressão é o desenvolvimento horizontal do servidor estatutário efetivo, dentro de um mesmo nível, por tempo de serviço e mérito, mediante avanço de um padrão para o padrão imediatamente seguinte, ou por titulação, com percentual incidindo sobre o vencimento base;

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

XV – promoção é o desenvolvimento vertical do servidor estatutário efetivo, dentro de um mesmo nível, mediante passagem de uma classe para a classe imediatamente superior, pelos critérios de merecimento e titulação.

XVI - cargo em comissão é o posto de trabalho declarado no ato normativo que o criou, de livre nomeação e exoneração, destinado exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo de dedicação exclusiva, ficando o servidor proibido de exercer cumulativamente outro cargo, emprego ou função pública ou atividade particular incompatível;

XVII - função gratificada é o conjunto de atribuições de direção, chefia e assessoramento conferidas privativamente ao servidor ocupante de cargo efetivo, sem prejuízo das atribuições típicas do cargo de origem;

Art. 3º Os cargos do Quadro Permanente de Pessoal, com a carga horária, os quantitativos e níveis de vencimento estão distribuídos por grupos ocupacionais no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os cargos de que trata o caput deste artigo integram os seguintes grupos ocupacionais:

- I – Serviços Gerais;
- II – Apoio Financeiro;
- III – Apoio Legislativo;
- IV – Técnico;
- V – Superior.

§ 2º Os cargos do Quadro Suplementar de Pessoal são os constantes do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO II
DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 4º Os cargos classificam-se em cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I desta Lei, serão preenchidos:

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

I - pelo enquadramento dos atuais servidores, conforme as normas estabelecidas no Capítulo XI desta Lei;

II - por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 6º Para provimento dos cargos efetivos, serão rigorosamente observados os requisitos básicos e específicos estabelecidos para cada cargo, constantes do Anexo V desta Lei, sob pena de nulidade do ato correspondente.

§ 1º Nenhum servidor efetivo poderá desempenhar atribuições que não sejam próprias do seu cargo, ficando expressamente vedado qualquer tipo de desvio de função.

§ 2º Excetuam-se do disposto no §1º e no caput deste artigo os casos de readaptação previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Içara.

Art. 7º Os provimentos dos cargos integrantes do Anexo I desta Lei serão autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal de Içara, mediante requisição das unidades interessadas, desde que haja vaga e dotação orçamentária para atender às despesas.

§ 1º Da requisição deverão constar:

- I – denominação e grupo de vencimento do cargo;
- II – quantitativo de cargos a serem providos;
- III – justificativa para a solicitação de provimento.

§ 2º O provimento referido no caput deste artigo só se verificará após o cumprimento do preceito constitucional que o condiciona à realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de cada cargo, observados a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.

Art. 8º Na realização do concurso público poderão ser aplicadas provas escritas, complementadas ou não por provas orais, teóricas ou práticas, de títulos, entre outras modalidades, conforme as características do cargo a ser provido.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 10 O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos para inscrição dos candidatos serão fixados em edital que será divulgado de modo a atender o princípio da publicidade.

Art. 11 Não se realizará novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado, para os mesmos cargos.

Art. 12 A aprovação em concurso, dentro do número de vagas ofertado por cargo, gera direito à nomeação, que se dará durante a validade do concurso público, respeitada a ordem de classificação e após a realização do exame admissional de saúde.

Art. 13 Serão reservadas, para cada cargo, o percentual de 6% (seis por cento) para pessoas com deficiências, conforme a legislação específica.

Art. 14 Serão reservadas, para cada cargo, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos aos negros e índios.

Art. 15 É vedado, a partir da data de publicação desta Lei, o provimento dos cargos em extinção que integram o Quadro Suplementar de Pessoal da Câmara Municipal de Içara, estabelecidos no Anexo II desta Lei.

Art. 16 Compete ao Presidente da Câmara Municipal expedir os atos de provimento dos cargos do Poder Legislativo do Município de Içara.

Parágrafo único. O ato de provimento deverá, necessariamente, conter as seguintes indicações, sob pena de nulidade:

- I - fundamento legal;
- II - denominação do cargo;
- III - forma de provimento;
- IV - grupo de vencimento do cargo;
- V - nome completo do servidor;
- VI - indicação de que o exercício do cargo se fará cumulativamente com outro cargo, obedecidos aos preceitos constitucionais;
- VII- declaração de bens.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 17 Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público municipal, é permitida a contratação por tempo determinado nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e inciso V do artigo 43 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Içara.

CAPÍTULO III
DA PROGRESSÃO

Seção I
Progressão por Mérito

Art. 18 Progressão é o desenvolvimento horizontal do servidor estatutário, dentro de um mesmo nível, com o avanço de uma padrão para outro, imediatamente seguinte, pelo critério de merecimento, tempo de serviço e titulação.

§1º Para fazer jus à progressão por mérito, o servidor deverá, cumulativamente:

I – cumprir 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo ou função gratificada no padrão em que se encontra;

II – obter, pelo menos, 60% (sessenta por cento) do total de pontos na média de suas avaliações de desempenho funcional no respectivo interstício do inciso I deste parágrafo, observadas as normas dispostas nesta Lei;

III – não ter no interstício de três anos:

- a) duas ou mais penalidades de advertência;
- b) pena de suspensão disciplinar;
- c) cinco ou mais faltas injustificadas consecutivas ou intercaladas;
- d) suspensão da contagem do tempo de serviço do servidor efetivo, ou sempre que o mesmo for enquadrado naquelas hipóteses em que a lei expressamente estabeleça tal efeito interruptivo e/ou suspensivo; infringido disposição de lei que expressamente comine os efeitos da interrupção.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§2º Para o servidor em estágio probatório, a 1ª (primeira) Progressão será concedida concomitantemente à aquisição da estabilidade deste servidor no serviço público.

§3º. Uma vez cumprido todos os requisitos do §1º deste artigo, o servidor progredirá automaticamente, reiniciando-se a contagem de tempo, para efeito de nova apuração de merecimento.

§4º. Caso não alcance um dos critérios estabelecido no §1º deste artigo, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir o novo interstício de 3 (três) anos exigido como efetivo exercício no seu padrão.

Seção II
Disposições Gerais

Art. 19. As progressões serão processadas anualmente pela Câmara Municipal de Içara e os efeitos financeiros decorrente delas serão pagos no mês subsequente a sua aprovação, sem efeitos retroativos.

§1º. A progressão por mérito do servidor será aprovada após o cumprimento dos requisitos previstos no §1º do art. 18 desta Lei.

§2º. A aprovação da progressão por mérito resultará ao servidor o avanço de um padrão imediatamente superior a que pertence, dentro de um mesmo nível.

§3º. A progressão por titulação será aprovada após avaliação do departamento competente e a Comissão de Desenvolvimento Funcional, conforme estabelece o §2º do art. 22 desta Lei.

§4º. A aprovação da progressão por titulação resultará ao servidor a passagem de um nível percentual para outro.

Art. 20. Os títulos apresentados para a promoção por titulação, previstos no art. 29 e no §1º do art. 31 desta Lei, não serão considerados para a progressão por titulação.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§1º. A requerimento do servidor poderão ser apresentados novos cursos, desde que cumprido os requisitos da Seção II do Capítulo IV desta Lei.

§2º. A aprovação dos novos cursos realizar-se-á pelo setor de recursos humanos ou departamento competente e pela Comissão de Desenvolvimento Funcional, garantido que o(s) título(s) estejam dentro das atividades técnicas, legislativas, jurídicas ou contábeis da Câmara Municipal, e de correlação direta à carreira do servidor.

Art. 21. A Câmara Municipal de Içara incluirá no orçamento os recursos financeiros indispensáveis à implementação da progressão.

CAPÍTULO IV
DA PROMOÇÃO

Seção I
Promoção por Mérito

Art. 22. Promoção é o provimento derivado do servidor para a classe do cargo imediatamente superior àquela a que pertence, dentro de um mesmo nível, desde que comprovada, mediante avaliação prévia, sua capacidade para exercício das atribuições da classe correspondente, observadas as normas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. O servidor promovido ocupará o mesmo padrão de vencimento da classe imediatamente superior àquela a que pertence, observada uma diferença de 4% (quatro por cento) sobre o valor do vencimento base atual.

Art. 23. Para concorrer à promoção por mérito, o servidor deverá, cumulativamente:

I - cumprir 6 (seis) anos de efetivo exercício no cargo ou função gratificada na classe em que se encontra;

II – obter, pelo menos, 70% (setenta por cento) do total de pontos na média de suas avaliações de desempenho funcional no respectivo interstício do inciso I deste artigo, observadas as normas dispostas nesta Lei;

III – não ter no interstício de seis anos:

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

a) três ou mais penalidades de advertência;
b) pena de suspensão disciplinar;
c) dez ou mais faltas injustificadas consecutivas ou intercaladas;
d) infringido disposição de lei que expressamente comine os efeitos da interrupção e/ou suspensão da contagem do tempo de serviço do servidor efetivo, ou sempre que o mesmo for enquadrado naquelas hipóteses em que a lei expressamente estabeleça tal efeito interruptivo e/ou suspensivo;

§2º. A promoção será concedida mediante disponibilidade orçamentária na forma da legislação vigente e da existência de vagas na classe subsequente.

§3º. Uma vez cumprido todos os requisitos deste artigo, o servidor será promovido automaticamente, reiniciando-se a contagem de tempo, para efeito de nova apuração de merecimento.

§4º. Caso não alcance um dos critérios estabelecidos no caput deste artigo, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir o interstício de 3 (três) anos para efeito de nova apuração objetivando a promoção por mérito.

Seção II
Promoção por Titulação

Art. 24. Ao servidor que tiver obtido pelo menos 70% (setenta por cento) do total de pontos na sua última avaliação de desempenho, estará habilitado à promoção por titulação.

Art. 25. A promoção por titulação dar-se-á como uma alternativa à promoção por mérito, sendo também o provimento derivado do servidor para a classe do cargo imediatamente superior àquela a que pertence, dentro de um mesmo nível, desde que o servidor estatutário efetivo estável comprove:

I – conclusão de curso superior ou de pós-graduação, desde que a conclusão do mesmo seja compatível com a área de atuação do servidor no cargo público provido;

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

II – aprovação em curso de aperfeiçoamento e/ou especialização, em instituição voltada à formação e/ou aperfeiçoamento dos servidores públicos, cuja carga horária somadas atinja 200 horas/aulas, cuja carga horária mínima de cada curso não seja inferior a 20 (vinte) horas/aula, com área de conteúdo programático pertinentes às atribuições do cargo efetivo, ou funções exercidas pelo servidor estatutário efetivo estável, sendo ainda de interesse e reconhecido pela Câmara Municipal de Içara.

Art. 26. A promoção por titulação não está limitada ao interstício mínimo de 6 (seis) anos previsto para a promoção por mérito, sujeitando-se, entretanto, cumulativamente aos limites máximos:

- I – de um avanço de classe a cada seis meses;
- II – do número máximo de classes de desenvolvimento funcional previsto para o respectivo nível do cargo.

Art. 27. A concessão da promoção por titulação somente se efetivará por requerimento do interessado que consta no Anexo VII, protocolando a solicitação no departamento de recursos humanos da Câmara Municipal.

§1º. Os cursos realizados pelos institutos ICON/TCE, IGAM, IBAM, UVESC, ALESC-EAD, Senado Federal, Câmara Federal, e escolas dos legislativos municipais poderão ser apresentados com carga horária inferior à prevista no inciso II do art. 29, respeitadas as demais exigências;

§2º. Para fins do art. 29 cada titulação aprovada será considerada uma única vez, não estando habilitada para novo processo de promoção por titulação.

§3º. Serão designados em regulamento específico o departamento competente e a Comissão de Desenvolvimento Funcional julgadora para avaliar a conclusão e as entregas do(s) título(s).

Seção III
Disposições Gerais

Art. 28. As promoções não são cumulativas entre si, não sendo possível conceder a promoção por titulação no mesmo ano da promoção por mérito.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 29. As promoções serão processadas anualmente pela Câmara Municipal de Içara e os efeitos financeiros decorrente delas serão pagos no mês subsequente a sua aprovação, sem efeitos retroativos.

§1º. A promoção por mérito do servidor será aprovada após o cumprimento dos requisitos previstos no art. 27 desta Lei.

§2º. A promoção por titulação será aprovada após a avaliação do departamento competente e a Comissão de Desenvolvimento Funcional, conforme estabelece o §3º do art. 31.

§3º. A aprovação da promoção por mérito ou da promoção por titulação resultará ao servidor o avanço de uma classe imediatamente superior a que pertence, dentro de um mesmo nível.

§4º. A promoção por titulação será concedida ao servidor estatutário efetivo estável que tiver o seu requerimento aprovado, desde que não tenha obtido a promoção por mérito.

Art. 30. As linhas de promoção estão representadas graficamente no Anexo III desta Lei.

Art. 31. A Câmara Municipal de Içara incluirá no orçamento os recursos financeiros indispensáveis à implementação da promoção.

CAPÍTULO V DO INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO

Art. 32. Ao servidor que tiver obtido pelo menos 60% (sessenta por cento) do total de pontos na sua última avaliação de desempenho estará habilitado à concessão do incentivo à qualificação por nova titulação, visando o seu crescimento acadêmico e a sua permanência no serviço público.

Art. 33. A concessão do incentivo à qualificação por nova titulação ao servidor estatutário efetivo será devido com base em percentual calculado sobre o atual padrão

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

de vencimento, correspondente à especialidade ocupada pelo servidor, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

I – a aquisição de título em área de conhecimento para concessão do incentivo à qualificação por nova titulação deverá guardar correlação com as atividades técnicas, legislativas, jurídicas ou contábeis da Câmara Municipal, combinadas com as atividades da carreira do servidor estatutário efetivo, sendo consideradas de correlação direta, e desde que dentro das competências e da missão institucional da Câmara Municipal, verificadas, em todo caso, pelo departamento competente e pela Comissão de Desenvolvimento Funcional;

II – entende-se por Missão Institucional da Câmara Municipal de Içara:

a) missão é legislar, fiscalizar e prestar serviços públicos com ética, respeito, eficiência e transparência, de forma integrada, visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores do município de Içara, com foco no crescimento econômico e bem estar social;

b) visão é ser referência em legislação, fiscalização e gestão dos recursos públicos no âmbito do Estado;

c) valores são comprometimento, confiança, credibilidade, ética, moralidade, respeito, honestidade e transparência.

Art. 34. Os percentuais utilizados para à concessão do incentivo à qualificação por nova titulação serão calculados de acordo com o nível de escolaridade superior ao requisito mínimo de ingresso na carreira do servidor efetivo, da seguinte forma:

I – o certificado de conclusão do ensino fundamental completo corresponde à 4% (quatro por cento) do atual padrão de vencimento;

II – o certificado de conclusão do ensino médio completo corresponde à 6% (seis por cento) do atual padrão de vencimento;

III – o certificado de conclusão do ensino médio técnico completo corresponde à 8% (oito por cento) do atual padrão de vencimento;

IV – o certificado de conclusão do curso de graduação em nível superior completo corresponde à 10% (dez por cento) do atual padrão de vencimento;

V – o certificado de conclusão da especialização, em curso de pós-graduação lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, corresponde à 12% (doze por cento) do atual padrão de vencimento;

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

VI – o certificado de conclusão do mestrado corresponde à 19% (dezenove por cento) do atual padrão de vencimento;

VII – o certificado de conclusão do doutorado corresponde à 21% (vinte e um por cento) do atual padrão de vencimento;

§1º. As qualificações correspondentes ao ensino fundamental completo, médio completo e médio técnico completo serão consideradas como sendo de correlação direta com a área de atuação do servidor estatutário efetivo.

§2º. Os percentuais do incentivo à qualificação por nova titulação previstos nos incisos do caput deste artigo não são cumuláveis entre si em linha vertical e o servidor fará jus apenas ao percentual indicado na mais alta titulação em que se encontrar.

§3º. A apresentação de títulos para a concessão do incentivo à qualificação por nova titulação, limitar-se-ão a apresentação de:

I – até 1 (um) título de qualificação de nível fundamental, médio ou médio-técnico;

II – até 2 (dois) títulos de graduação, cumuláveis em linha horizontal;

III – até 3 (três) títulos de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, cumuláveis em linha horizontal;

IV – até 2 (dois) títulos de mestrado, cumuláveis em linha horizontal;

V – até 2 (dois) títulos de doutorado, cumuláveis em linha horizontal.

§4º. Os títulos de nível médio-técnico, graduação e pós-graduação (especialização lato sensu, mestrado e doutorado) devem guardar correlação direta com as atividades técnicas, legislativas, jurídicas ou contábeis da Câmara Municipal, e correlação direta à carreira do servidor;

§5º. Ao servidor, cujo requisito mínimo de ingresso na carreira seja o nível superior, que comprovar ter concluído outro curso de graduação, do tipo bacharelado, que guarde correlação direta com as atividades técnicas, legislativas, jurídicas ou contábeis da Câmara Municipal, limitado a 1 (um) título não utilizado para ingresso no cargo, será aplicado o disposto no inciso IV do art. 34 desta Lei, cumulativo com os títulos de que trata os incisos III, IV e V do §3º deste artigo, respeitada a não cumulatividade vertical entre os mesmos.

§6º. Ao servidor em estágio probatório é permitido a concessão do incentivo à qualificação por nova titulação, respeitadas as regras constantes neste capítulo.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§7º. As escolaridades exigidas dos servidores como pré-requisito para seu cargo público não lhes darão direito ao benefício previsto no caput deste artigo, exceto a previsão do §5º.

Art. 35. O comprovante de curso que habilita o servidor à percepção do incentivo mencionado neste capítulo é o diploma ou certificado de conclusão de curso expedido pela instituição formadora, registrado na forma da legislação em vigor, verificado o prazo de validade do certificado.

§1º. O servidor deverá anexar o diploma ou certificado de conclusão de curso junto ao requerimento que consta no Anexo VII desta Lei, mediante protocolo.

§2º. Serão designados em regulamento específico o departamento competente e a Comissão de Desenvolvimento Funcional para avaliar a conclusão das entregas do(s) título(s).

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Seção I
Do Sistema de Avaliação de Desempenho

Art. 36. O Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) é um processo permanente de análise das atividades desenvolvidas pelo servidor com os objetivos de subsidiar as diversas atividades da gestão de pessoas, valorizar os servidores públicos no seu desenvolvimento funcional e melhorar a eficiência e a eficácia das tarefas executadas pela Câmara Municipal de Içara.

§1º. A gestão do SAD é competência da Comissão de Desenvolvimento Funcional, que deverá manter todas as informações relativas ao processo de avanço funcional registradas e arquivadas no setor responsável.

§2º. A Avaliação de Desempenho é apurada anualmente em instrumento próprio, regulamentado em legislação específica, e utilizada para fins de evolução funcional da Progressão e Promoção.

Art. 37. A forma do preenchimento dos instrumentos da Avaliação de Desempenho e os seus prazos serão estabelecidos por meio de Portaria específica.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 38. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar e consultar a qualquer tempo os procedimentos que tenham por objeto as avaliações do SAD, sendo-lhe garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§1º. Fica assegurado ao servidor que discordar o direito de interpor recurso contra o resultado da sua avaliação de desempenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua ciência, utilizando o instrumento disponibilizado em legislação específica, apresentando os argumentos e provas pertinentes.

§2º. Os recursos deverão ser apresentados ao avaliador, a quem compete, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, analisar o pedido e manifestar-se, fundamentadamente, a sua posição diante das alegações do avaliado e, em seguida, encaminhar à Comissão de Desenvolvimento Funcional.

§3º. Os recursos deverão ser analisados e decididos pela Comissão de Desenvolvimento Funcional no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, admitida apenas uma prorrogação por igual prazo, em face de circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas.

§4º. Não será conhecido o recurso que for interposto fora do prazo, precluindo-se o direito do avaliado de questionar os critérios avaliados.

Seção II

Da Contagem do Tempo de Efetivo Exercício

Art. 39. A contagem do tempo efetivamente trabalhado será feita com base nos assentamentos funcionais dos servidores.

Parágrafo único. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 40. Serão considerados como dias de efetivo exercício os períodos concedidos para os afastamentos e licenças previstos no capítulo que delimita o tempo de serviço na legislação municipal que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Içara/SC.

Parágrafo único. Também serão contabilizados como dias de efetivo exercício o período no qual os servidores efetivos ocuparem função gratificada.

Art. 41. Não serão considerados como dias de efetivo exercício:

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

- I – faltas injustificadas ao serviço;
- II – afastamentos do servidor para ocupar cargo de provimento em comissão ou cessão.
- III – as licenças e os afastamentos quando gozadas pelo servidor estatutário sem direito à remuneração e as hipóteses que não estão previstos no capítulo que delimita o tempo de serviço na legislação municipal que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Içara/SC.

CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 42. A Comissão de Desenvolvimento Funcional (CDF) é composta por 03 (três) servidores efetivos estáveis, sendo 02 (dois) indicados pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal de Içara, preferencialmente da área de recursos humanos, e 01 (um) indicado pelos servidores efetivos do Poder Legislativo do Município de Içara, mediante votação.

§1º. No ato de designação da CDF, o Chefe do Poder Legislativo Municipal de Içara deve indicar o servidor que irá presidir a referida Comissão, sendo escolhido entre os 03 (três) participantes que a compõe.

§2º. Na eventual ausência do Presidente, a presidência da Comissão será exercida por servidor por ele indicado, dentre os membros titulares da Comissão.

§3º. Para cada 1 (um) dos servidores designados como membro da Comissão será indicado pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal de Içara 1 (um) suplente que substituirá o servidor nos casos de impedimento, suspeição e renúncia, devendo apresentar justificativa consubstanciada aos demais integrantes da Comissão, arquivando-a no setor responsável.

§4º. No caso de o membro da CDF ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau do servidor avaliado, ou de sua chefia, deverá ser substituído por um dos membros em observância às disposições previstas no §3º deste artigo.

§5º. O membro da CDF não poderá atuar em sua própria avaliação, quando for diretamente interessado no resultado da avaliação, em avaliações nas quais é uma das partes envolvidas e quando existir conflito de interesses

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§6º. O desempenho das funções na Comissão dar-se-á sem prejuízo das demais atribuições funcionais de seus integrantes.

Art. 43. Os membros constituintes da CDF serão renovados alternadamente na razão de um terço a cada 05 (cinco) anos de participação, não cabendo a indicação dos membros que compuseram a mesma Comissão no exercício anterior.

§1º. Para as duas primeiras renovações, os membros que deixarão de fazer parte da Comissão serão determinados pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal de Içara.

§2º. A renovação verificar-se-á, obrigatoriamente, com a remoção do membro mais antigo.

Art. 44. A Comissão de Desenvolvimento Funcional terá sua organização e forma de funcionamento estabelecidas em regulamento específico.

Parágrafo único. O cumprimento dos prazos e das regras estabelecidos nos Capítulos V e VI desta Lei e em regulamento específico são obrigatórios, passível de apuração de responsabilidade, mediante processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO VIII DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 45. O vencimento ou vencimento-base dos cargos públicos do Poder Legislativo do Município de Içara somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica assegurada a revisão geral anual aplicada a todos os servidores do município, sempre na mesma data e sem distinção de índices e desde que não ultrapasse os limites da despesa com pessoal previstas na Lei Federal no 101/2000 e no art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1º O vencimento dos cargos públicos do Poder Legislativo do Município de Içara é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, de acordo com o nível, a classe e o padrão e serão reajustados periodicamente de forma a lhe preservar o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação ou equiparação para qualquer fim, conforme o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§2º O valor pecuniário do vencimento base de cada cargo de provimento efetivo é calculado através da multiplicação do coeficiente respectivamente fixado para cada cargo no Anexo VI Lei, pelo Valor Referencial de Vencimento vigente.

§3º O vencimento-base dos cargos públicos, acrescidos das vantagens de caráter permanente, são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

§4º A fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores do Poder Legislativo do Município de Içara observará:

- I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem seu Quadro;
- II – os requisitos de escolaridade e experiência para a investidura nos cargos;
- III – as peculiaridades dos cargos.

Art. 46. Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Içara estão hierarquizados por níveis de vencimento no Anexo IV desta Lei.

Art. 47. O aumento do vencimento respeitará a política de remuneração definida em lei específica, bem como seu escalonamento e respectivos distanciamentos percentuais entre as classes e padrões.

§1º. As classes relativas às promoções alcançadas serão diferenciadas entre si, através de evolução de vencimento, com uma variação percentual não cumulativa correspondente a 04% (quatro) por cento entre cada classe de desenvolvimento funcional.

§2º. As classes serão designadas em ordem alfabética, sendo cada letra o código referencial para cada classe correspondente, representando a letra "A" a classe inicial e a letra "H" a classe final de desenvolvimento, possibilitando até sete promoções por merecimento funcional.

§3º. Os padrões relativos às progressões por mérito atingidas serão diferenciados entre si, através da evolução de vencimentos, com uma variação percentual não cumulativa correspondente a 04% (quatro por cento) entre cada padrão, a partir do padrão inicial até o último padrão de desenvolvimento funcional.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§4º. Os padrões serão designados em ordem numérica, sendo cada número o código referencial para cada padrão correspondente, representando o número "01" o padrão inicial e o número "11" o padrão final de desenvolvimento, permitindo até 10 progressões por mérito.

Art. 48. Os proventos dos servidores inativos e o benefício dos pensionistas observarão o disposto na Constituição Federal e legislação específica.

Art. 49. A Câmara Municipal de Içara publicará anualmente os valores da remuneração dos seus cargos públicos, conforme dispõe o art. 39, § 6º da Constituição Federal.

CAPÍTULO IX DA LOTAÇÃO

Art. 50. A lotação representa a força de trabalho, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, necessária ao desempenho das atividades gerais e específicas do Poder Legislativo do Município de Içara.

Art. 51. O órgão responsável pela política de Recursos Humanos na Câmara Municipal de Içara, em conjunto com demais órgãos do Poder Legislativo Municipal, providenciará a cada 02 (dois) anos, o estudo do dimensionamento e da lotação de pessoal em todas as unidades em face dos programas e projetos de trabalho a executar.

§ 1º. Partindo das conclusões do estudo referido no caput deste artigo, a chefia titular do órgão responsável pela política de Recursos Humanos apresentará ao Presidente da Câmara proposta de dimensionamento e lotação geral do Poder Legislativo, da qual deverão constar:

I - a lotação atual, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos existentes em cada unidade organizacional;

II - a lotação proposta, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos efetivamente necessários ao pleno funcionamento de cada unidade organizacional;

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

III - relatório indicando e justificando o provimento ou extinção de cargos existentes, bem como a criação de novos cargos indispensáveis ao serviço.

§ 2º. As conclusões do estudo deverão ser efetuadas com a devida antecedência, para que se preveja, no orçamento, as modificações sugeridas.

CAPÍTULO X
DA MANUTENÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 52. Novos cargos poderão ser incorporados ao Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Içara, observadas as disposições deste Capítulo.

Parágrafo único. Novas áreas de atuação, especialização e formação poderão ser incorporadas aos cargos previstos no Anexo I desde que sejam aprovadas por Lei específica.

Art. 53. Os órgãos do Poder Legislativo Municipal poderão, quando da realização do estudo anual de suas lotações, propor a criação de novos cargos.

§ 1º. Da proposta de criação de novos cargos deverão constar:

- I - denominação dos cargos;
- II - descrição das atribuições e requisitos de instrução e experiência para o provimento;
- III - justificativa de sua criação;
- IV - jornada de trabalho;
- V - número de vagas;
- VI - nível de vencimento dos cargos.

§ 2º. O nível dos cargos deve ser definido considerando o disposto no §4º do art. 45 desta Lei.

Art. 54. Caberá ao órgão responsável pelo setor de Recursos Humanos analisar a proposta e verificar:

- I - se foi realizado o impacto financeiro da criação do novo cargo;
- II- se há dotação orçamentária para a criação do novo cargo;

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

III - se suas atribuições estão implícitas ou explícitas nas descrições dos cargos já existentes.

Art. 55. Aprovada pelo órgão responsável, a proposta de criação do novo cargo será enviada ao Presidente da Câmara para a apresentação de projeto de Lei, de acordo com a sua apreciação.

Parágrafo único. Se o parecer for desfavorável, o responsável pelo órgão de Recursos Humanos do Poder Legislativo Municipal encaminhará cópia da proposta ao Presidente da Câmara e ao proponente, com relatório e justificativa do indeferimento.

CAPÍTULO XI DA CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Art. 56. A qualificação profissional, como base de valorização do servidor estatutário efetivo, compreenderá programas de formação, aperfeiçoamento ou de especialização profissionais, constituídos de segmentos teóricos e práticos, voltados para os fins de aprimoramento do Serviço Público e de desenvolvimento funcional desse servidor.

Parágrafo único. A Administração da Câmara, para assegurar a qualificação profissional de seus servidores efetivos, manterá, periodicamente, programas e cursos internos de aperfeiçoamento e aprimoramento desses servidores, observando as seguintes diretrizes:

I - promover a formação permanente e a capacitação do servidor, visando a sua qualificação nas competências pessoais e institucionais requeridas;

II - incentivar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências pessoais e organizacionais;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV – realizar cursos introdutórios, de formação e capacitação para os servidores recém-admitidos;

V - promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de chefia, direção e assessoramento;

VI - avaliar permanentemente os resultados e investimentos das ações de capacitação;

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

VII – garantir a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;

VIII – aprimorar a capacidade técnica e social dos servidores;

IX – conscientizar o servidor para o exercício pleno de sua cidadania, visando propiciar ao munícipe um serviço de qualidade;

X - promover a integração organizacional;

XI - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 57. A qualificação profissional será planejada, organizada, executada e aplicada pela Administração da Câmara, ou outros órgão públicos ou entidades por ela credenciados, realizando-se de forma integrada às categorias e carreiras funcionais, e atenderá quanto a:

I – formação inicial com a finalidade de promover a integração no ambiente de trabalho, preparando os servidores estatutários efetivos admitidos por concurso público, para o exercício das atribuições dos cargos correspondentes, transmitindo-lhes os conhecimentos teóricos e práticos pertinentes, métodos, técnicas e regulamento adequado, em grau compatível com as necessidades básicas de eficiência, dedicação e correção no desempenho das respectivas atribuições e responsabilidades;

II – programas regulares de aperfeiçoamento ou especialização, objetivando a complementação e a atualização da formação inicial, habilitando e qualificando os servidores estatutários efetivos para o desempenho aprimorado das atribuições inerentes à respectiva categoria funcional, cargo ou função exercidos.

Parágrafo único. A execução dos cursos de qualificação profissional também poderá ser realizada com a utilização de monitores locais, preferencialmente servidores efetivos, por intermédio da contratação de especialistas ou instituições especializadas, com a devida justificativa para a contratação, ou por meio de convênio com outras entidades.

Art. 58. A Administração da Câmara, mediante regulamentação própria, fixará os meios, critérios, condições e demais elementos e pressupostos pertinentes aos programas de qualificação profissional, respeitados, em todo caso, os limites previstos na Lei que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Içara, na Lei que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Içara e a Lei Orgânica Municipal.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 59. Para os programas de qualificação profissional poderá ser autorizado o afastamento de servidor estatutário efetivo, sem prejuízo da respectiva remuneração, a critério da Administração, para:

I – realizar cursos de formação, aperfeiçoamento atualização ou especialização profissional inexistentes na região de Içara, desde que com conteúdos programáticos idênticos aos cargos ou funções exercidos pelos servidores beneficiados;

II – participar em seminários, congressos, encontros, jornadas e outros eventos congêneres, pertinentes às categorias funcionais integrantes do Serviço Público Municipal, desde que com conteúdo programático idêntico aos cargos ou funções exercidos pelos servidores beneficiados.

Art. 60. Mediante processo de seleção, e a critério da Administração da Câmara, poderão ser concedidas bolsas de estudo a servidores estatutários efetivos da Câmara Municipal, representadas por auxílios pecuniários destinados a custear parcialmente as despesas e encargos de aperfeiçoamento e especialização profissionais, junto a órgãos públicos ou entidades credenciadas pela Administração, desde que observadas as seguintes premissas:

I – as grades curriculares dos cursos deverão guardar correlação com as atividades técnicas, legislativas, jurídicas ou contábeis da Câmara Municipal, combinadas com as atividades da carreira dos servidores estatutários efetivos beneficiados;

II – as bolsas de estudo poderão ser concedidas aos servidores em estágio probatório, desde que, a fim de se preservar o interesse público, comprometam-se ao ressarcimento dos valores aos cofres públicos, no caso de não aprovação do servidor no estágio probatório;

III – as bolsas de estudo terão caráter eminentemente temporário e precário, não se incorporando ou sendo consideradas para quaisquer fins e efeitos na remuneração dos servidores, e poderão ser suprimidas, reduzidas ou canceladas a qualquer tempo pela Administração com as devidas motivações do ato ensejador da redução ou cancelamento;

IV – terão preferência sobre os demais aqueles servidores estatutários efetivos que, comprovadamente, não possuem recursos próprios suficientes para o custeio integral desses cursos.

Art. 61. As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento, sendo responsáveis por:

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

I - identificar e analisar, no âmbito de cada órgão, as necessidades de capacitação e treinamento, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos;

II - facilitar a participação de seus subordinados nos programas de capacitação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade;

III - desempenhar, dentro dos programas de treinamento e capacitação aprovados, atividades de instrutor;

IV – participar de programas de treinamento e capacitação relacionados às suas atribuições.

Art. 62. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá com suas equipes atividades de desenvolvimento de competências e treinamento em serviço, em consonância com o programa de capacitação estabelecido pela Administração, por meio de:

I - reunião para estudo e discussão de assuntos de serviço;

II - divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução;

III - discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo;

IV - utilização de rodízio e de outros métodos de capacitação em serviço, adequados a cada caso.

CAPÍTULO XII DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 63. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Geral dos Servidores da Câmara Municipal de Içara serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei, cujas atribuições sejam da mesma natureza, mesmo grau de complexidade e responsabilidade dos cargos para os quais fizeram concurso público e que estiverem ocupando na data de vigência desta Lei, observadas as disposições deste Capítulo.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 64. O servidor será enquadrado no atual padrão de vencimento e no nível fixado para o seu cargo de provimento efetivo, de acordo com os Anexos I e IV desta Lei.

§1º. Nenhum servidor será enquadrado com base em cargo que ocupa em comissão, em desvio de função, em substituição ou em acumulação ilegal.

§2º. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento, acrescidos das vantagens permanentes adquiridas, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

§3º. O enquadramento para promoção, progressão e titulação alcançará servidores efetivos do município, e servidores efetivos estáveis de outros municípios, aprovados em concurso público deste Poder Legislativo, respeitada as demais regras desta Lei.

Art. 65. No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

- I – nomenclatura e descrição das atribuições do cargo para o qual o servidor foi admitido ou reclassificado, se for o caso;
- II – vencimento dos cargos;
- III – grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- IV – habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada;
- V – cargo e suas particularidades anteriormente ocupado nos municípios.

Art. 66. O setor encarregado pela política de recursos humanos do Poder Legislativo de Içara ficará responsável pela execução do enquadramento, devendo:

- I – elaborar normas complementares de enquadramento e submetê-las à aprovação do Presidente da Câmara Municipal de Içara, que poderá revisá-las;
- II – elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Chefe do Poder Legislativo Municipal de Içara.

§ 1º Para cumprir o disposto no inciso II deste artigo e no inciso V do artigo 65, a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às chefias dos órgãos onde estavam lotados.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§ 2º. Os atos coletivos de enquadramento serão regulamentados por ato do Presidente da Câmara Municipal de Içara, sob a forma de listas nominais e publicados até 30 (trinta) dias após a data de publicação desta Lei.

Art. 67. O servidor que entender que seu enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, dirigir ao Presidente da Câmara Municipal de Içara petição de revisão de enquadramento, devidamente fundamentada e protocolada.

§1º. O setor responsável pela política de recursos humanos deverá decidir sobre o requerido, nos 10 (dez) dias úteis que se sucederem à data de recebimento da petição, ao fim dos quais será dada ao servidor ciência do despacho.

§2º. Sendo o pedido deferido, a ementa da decisão deverá ser publicada na forma oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do término do prazo fixado no § 1º deste artigo e os efeitos financeiros decorrentes da revisão do enquadramento serão retroativos.

§3º. No caso de indeferimento do pedido, o setor responsável pela política de recursos humanos dará conhecimento dos motivos, solicitando a assinatura do servidor no documento pertinente.

§4º. Havendo recusa por parte do servidor em assinar o documento que atesta o indeferimento, deverá ser solicitada a assinatura de duas testemunhas, também servidores efetivos e estáveis.

CAPÍTULO XIII DAS GRATIFICAÇÕES POR FUNÇÕES

Art. 68. As gratificações por funções são aquelas que, para atender encargos de maior responsabilidade ou maior grau de dificuldade ou extraordinária dedicação em razão das funções cometidas ou atribuições afetas e que pela natureza da fidúcia inerente à função tem caráter provisório quanto ao exercício e precária quanto ao desempenho; definidas com base na estrutura organizacional do Poder Legislativo e/ou Poder Executivo, cometidas a servidor ocupante de cargo efetivo.

§1º. A gratificação por função será concedida pelo Presidente do Poder Legislativo de acordo com as atribuições do Quadro I e as remunerações do Quadro II,

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

ambas do anexo VIII, sendo concedidas respeitando o enquadramento nos seguintes critérios:

- a) Membros de Comissão Permanente ou Temporária, Ouvidor, Encarregado de Dados e Membro da CIPA, Legística, sendo funções enquadradas na gratificação GF-1 do Anexo VIII desta Lei;
- b) Presidente de Comissões Permanentes ou Temporárias, Chefe de Secretaria, sendo funções enquadradas na gratificação GF-2 do Anexo VIII desta Lei;
- c) Agente de Contratações, de que trata a Lei federal n. 14.133/2021, sendo função enquadrada na gratificação GF-3 do Anexo VIII desta Lei;
- d) Agente designado temporariamente como responsável por ministrar aulas e cursos; fiscalizar concurso público; e examinar provas para processo seletivo, sendo funções enquadradas na gratificação temporária GF-4 do Anexo VIII desta Lei.

§2º. O valor das gratificações de que trata as alíneas a, b e c do §1º do caput, correspondem ao resultado da multiplicação do coeficiente do Quadro II do anexo VIII, em relação ao piso referencial (VR) atual da Câmara Municipal de Içara, não podendo ser percebidas cumulativamente pela participação simultânea do servidor em mais de uma comissão ou função, exceto a gratificação temporária de que trata a alínea d do §1º do caput.

§3º. O valor da gratificação temporária de que trata a alínea d do §1º do caput, corresponde ao resultado da multiplicação do coeficiente do Quadro II do anexo VIII, em relação ao menor vencimento do quadro de salários do município.

CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 69. Os cargos do Quadro Suplementar de Pessoal, previstos no Anexo II desta Lei, manterão as suas atribuições e cargas horárias e serão extintos na medida que vagarem.

§1º. Ficam garantidos os vencimentos integrais até o desligamento ou inativação do servidor, conforme o cálculo do §3º do art. 45 desta Lei.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-OVRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

§2º. A presença dos cargos no Quadro Suplementar não implicará na descontinuidade do serviço prestado ou em prejuízos de direitos e garantias assegurados aos ocupantes do cargo que foram contratados por processo seletivo.

Art. 70. A Progressão e a Promoção previstas nos Capítulos III e IV, respectivamente, serão extensivas aos servidores ocupantes dos cargos constantes do Quadro Suplementar de Pessoal da Câmara Municipal de Içara, estabelecido no Anexo II desta Lei.

Art. 71. As disposições, direitos e vantagens da presente Lei somente são aplicáveis e se estendem àqueles servidores estatutários efetivos da Câmara Municipal de Içara submetidos aos preceitos e demais normas reguladoras desta Lei, sujeito ao regime jurídico único estatutário, de conformidade com os princípios constitucionais e com a legislação municipal que institui o Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 72. Ficam garantidas as vantagens já conquistadas pelos servidores efetivos ativos até a publicação desta Lei.

Art. 73. A jornada de trabalho e o quantitativo de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Içara estão previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 74. A primeira Progressão por mérito, prevista no Capítulo IV desta Lei, somente será concedida após 03 (três) anos da última Progressão horizontal, considerando para essa contagem o tempo de serviço efetivo no cargo anterior a data de aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo os servidores que ocupam o padrão de vencimento correspondente a número "10", devendo, nesta ocasião, cumprir os critérios previstos no Capítulo IV desta Lei.

Art. 75. A primeira Promoção por mérito, prevista no Capítulo IV desta Lei, somente será concedida após 06 (seis) anos da última Promoção Vertical, considerando para essa contagem o tempo de serviço efetivo no cargo anterior a data de aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo os servidores que ocupam a classe correspondente a letra "G", devendo, nesta ocasião, cumprir os critérios previstos no Capítulo IV desta Lei.

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Gabinete Ver. Max Luiz

Art. 76. As titulações apresentadas até a data de aprovação da presente Lei, para efeito de avanço funcional, não poderão ser consideradas novamente para as promoções por titulação.

Art. 77. As despesas decorrentes da implantação da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento, suplementada se necessário, de acordo com a disponibilidade financeira da Câmara.

Art. 78. Até 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Legislativo Municipal de Içara regulamentará, por ato próprio, a Progressão e a Promoção.

Art. 79. A cada ano, definida a proposta orçamentária do Município de Içara, serão expedidos pela Administração Direta do Poder Legislativo Municipal a concessão de Progressões e Promoções, informando os quantitativos de progressões por mérito e título e promoções por mérito e título e a sua distribuição por cargo, tendo em vista as disponibilidades orçamentárias

Art. 80. Os vencimentos aprovados e constantes no Anexo VI desta Lei serão devidos a partir do dia 01 de janeiro de 2024, sem efeitos retroativos.

Art. 81. São partes integrantes da presente Lei os Anexos do I ao VIII que a acompanham.

Art. 82. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as leis nº 1.608/2000, nº 4454/2019, nº 4472/2019 e demais disposições em contrário.

Câmara Municipal de Içara, 08 de dezembro de 2023.

VER. MAX LUIZ
Presidente

VER. MOACYR FRANCISCO
Secretário

Rua Henrique Lage, 155 – Centro – Fone: (48) 3468-7150
Caixa Postal 98 – CEP: 88820-000 – IÇARA – Santa Catarina
www.camaraicara.sc.gov.br - Email: camara@camaraicara.sc.gov.br

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita.*



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-QVRDN-Q50FH

ANEXO I

**CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

**ANEXO I – CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA-SC**

GRUPO OCUPACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSES	NÍVEL	QUANTITATIVO DE CARGOS POR CLASSE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Serviços Gerais	Agente Operacional	A a H	III	02	30h
	Auxiliar de Telefonia e Recepção	A a H	II	01	30h
Apoio Financeiro	Auxiliar Financeiro	A à H	V	01	30h
Apoio Legislativo	Auxiliar Legislativo	A à H	IV	01	30h
Técnico	Técnico de Informática e Audiovisual	A à H	VII	01	30h
	Técnico Legislativo	A à H	VI	02	30h
Superior	Advogado	A à H	XI	01	30h
	Analista Administrativo Financeiro	A à H	IX	01	30h
	Analista de Recursos Humanos e Almoxarifado	A à H	IX	01	20h
	Auditor de Controle Interno Legislativo	A à H	X	01	30h
	Contador Legislativo	A à H	IX	01	30h
	Comunicador Social	A à H	VIII	01	30h



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AUJJK-0VRDN-Q50FH

ANEXO II

**CARGOS DO QUADRO SUPLEMENTAR DE PESSOAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA - SC**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraiçara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

**ANEXO II – CARGOS DO QUADRO SUPLEMENTAR DE PESSOAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA - SC**

DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSES	NÍVEL	QUANTITATIVO DE CARGOS POR CLASSE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ATRIBUIÇÕES TÍPICAS
Agente de Apoio	A a H	I	02	30h	<ul style="list-style-type: none">- execução dos serviços de copa e cozinha, providenciando o material e produtos necessários;- recepcionar membros da comunidade e visitantes procurando identificá-los para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-los à pessoa ou setores desejados;- atender ao público em geral que procure a Câmara Municipal catalogando e controlando o cadastro de visitantes;- recepcionar e representar a instituição em eventos e programações institucionais;- atender chamadas telefônicas eventuais, anotar recados, registrar as visitas e os telefonemas recebidos;- auxiliar em pequenas tarefas de apoio administrativo, operacional ou braçal sob supervisão,- executar outras tarefas destinadas a preservar a segurança do prédio e dos bens;- fiscalizar a entrada e saída de pessoas estranhas no setor a que serve;- executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

ANEXO III

**REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL – PROMOÇÃO**

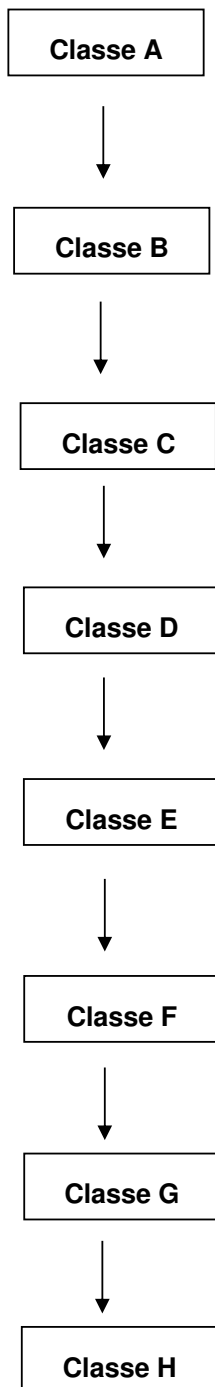


Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

ANEXO III – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL – PROMOÇÃO

Cargos do Quadro Permanente: Agente Operacional, Auxiliar de Telefonia e Recepção, Auxiliar Financeiro, Auxiliar Legislativo, Técnico de Informática e Audiovisual, Técnico Legislativo, Advogado, Analista Administrativo Financeiro, Analista de Recursos Humanos e Almoxarifado, Auditor de Controle Interno Legislativo, Contador Legislativo e Comunicador Social

Cargos do Quadro Suplementar: Agente de Apoio.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaracara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-OVRDN-Q50FH

ANEXO IV

**CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL ORGANIZADOS POR
NÍVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA-SC**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

**ANEXO IV - CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL
ORGANIZADOS POR NÍVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA-SC**

Nível	Antiga Nomenclatura do Cargo	Denominação dos Cargos
I	Agente de Apoio	Agente de Apoio
II	Auxiliar de Telefonia e Recepção	Auxiliar de Telefonia e Recepção
III	Agente Operacional	Agente Operacional
IV	Auxiliar Legislativo	Auxiliar Legislativo
V	Auxiliar Financeiro	Auxiliar Financeiro
VI	Técnico Legislativo	Técnico Legislativo
VII	Operador de Audiovisual e Informática	Técnico de Informática e Audiovisual
VIII	Coordenador de Comunicação Social	Comunicador Social
IX	Analista Administrativo Financeiro	Analista Administrativo Financeiro
	Cargo Novo	Analista de Recursos Humanos e Almoxarifado
	Contador Legislativo	Contador Legislativo
X	Auditor de Controle Interno Legislativo	Auditor de Controle Interno Legislativo
XI	Advogado	Advogado



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

ANEXO V

**DESCRIÇÃO DOS CARGOS DO QUADRO
PERMANENTE DE PESSOAL**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

**GRUPO OCUPACIONAL
SERVIÇOS GERAIS**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: AGENTE OPERACIONAL

2. Descrição sintética: compreende os cargos que se destinam a dirigir veículos automotores para transporte de passageiros, bem como na execução de pequenos reparos nas instalações da Câmara Municipal.

3. Atribuições típicas:**Quando em atividade de Motorista:**

- dirigir automóveis, motocicletas e utilitários de pequeno porte;
- verificar diariamente as condições do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de pressão de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, direção, faróis, entre outros;
- realizar a entrega e distribuição de documentos e materiais concernentes às atividades da Câmara Municipal;
- fazer pequenos reparos de emergência, bem como troca de pneus, quando necessário;
- anotar e comunicar ao chefe imediato quaisquer defeitos que necessitem dos serviços de mecânica para reparo ou conserto;
- registrar a quilometragem do veículo no começo e no final do serviço, anotando o horário de saída e chegada;
- preencher mapas e formulários sobre utilização diária do veículo, assim como sobre o abastecimento de combustível;
- comunicar à chefia imediata, tão rapidamente quanto possível, qualquer enguiço ou ocorrência extraordinária;
- transportar e recolher funcionários em local e hora determinados, conduzindo-os conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;
- zelar pela segurança dos passageiros transportados, verificando, inclusive, a utilização de cinto de segurança;
- zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente, para garantir a segurança dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos;
- recolher periodicamente o veículo à oficina para revisão e lubrificação;
- manter a boa aparência do veículo interna e externamente;
- recolher o veículo após o serviço, deixando-o em local apropriado, com portas e janelas trancadas, e entregar as chaves ao responsável pela guarda do veículo;
- executar outras atribuições afins.

Quando em atividade de serviços gerais:

- identificar e encaminhar para reparo, sempre que necessário, problemas nas instalações da Câmara Municipal, como reparos elétricos, hidráulicos, carpintaria, pintura, entre outros;
- coletar e utilizar ferramentas e materiais adequados para a realização de reparos;
- garantir que as áreas comuns estejam em boas condições de uso para funcionários e visitantes;
- executar outras atribuições afins.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** - Ensino Fundamental Incompleto, acrescido de carteira de habilitação de motorista profissional, categoria AB;
- **Outros requisitos** – Qualificação para o exercício da função de Agente Operacional, conforme instruções reguladoras do edital de concurso público.

5. Recrutamento:

- **Externo** - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

- **Progressão por mérito** - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.
- **Promoção por mérito** - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIWI3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: AUXILIAR DE TELEFONIA E RECEPÇÃO

2.Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a operar mesa telefônica, manuseando chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, locais, interurbanas e internacionais. Destinam-se também a recepcionar funcionários e visitantes da Câmara Municipal;

3. Atribuições Típicas:

- atender às chamadas telefônicas internas e externas, conectando as ligações com os ramais solicitados;
- atender visitantes ou funcionários, indagando suas pretensões, para informá-lo conforme seus pedidos;
- atender chamadas telefônicas, para prestar informações e anotar recados;
- registrar as visitas e os telefonemas atendidos, anotando dados pessoais e comerciais do funcionário ou visitante, para possibilitar o controle dos atendimentos diários;
- efetuar ligações locais, interurbanas e internacionais, conforme solicitação;
- efetuar prontamente, quando solicitado, ligações para o corpo de bombeiros, hospitais, polícia e outros órgãos;
- anotar dados sobre ligações interurbanas e internacionais completadas, registrando nome do solicitante e do destinatário, duração da chamada e tarifa correspondente;
- manter atualizada lista de ramais existentes da Câmara Municipal, correlacionando-os com as unidades e seus servidores, bem como consultar lista telefônica, para auxiliar na operação da mesa e prestar informações aos usuários internos e externos;
- atender com urbanidade a todas as chamadas telefônicas para a Câmara Municipal e procurar prestar informações de caráter geral aos interessados;
- anotar recados, na impossibilidade de transferir a ligação ao ramal solicitado, para oportunamente transmiti-los aos seus respectivos destinatários;
- comunicar imediatamente à chefia imediata quaisquer defeitos verificados no equipamento, a fim de que seja providenciado seu reparo;
- impedir aglomeração de pessoas junto à mesa telefônica, a fim de que as operações não sejam perturbadas;
- recepcionar e atender visitantes, funcionários e autoridades que chegam à Câmara Municipal;
- fornecer informações básicas sobre a instituição, sua estrutura e funcionamento;
- manter um registro de visitantes e, quando necessário, promover a sua identificação;
- receber correspondências e entregas, distribuindo-a para os departamentos ou pessoas responsáveis;
- auxiliar na organização de eventos, reuniões e audiências públicas, incluindo a reserva de salas e apoio logístico necessário;
- realizar agendamentos e marcações de compromissos para os membros da Câmara ou outros funcionários;
- fornecer suporte administrativo básico, como a atualização de listas de contatos, preenchimento de formulários e outras tarefas relacionadas;
- prestar assistência aos visitantes com mobilidade reduzida garantido que tenham acesso adequado às instalações;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

- seguir protocolos de segurança e garantir que os visitantes estejam cientes das políticas de segurança da instituição;
- manter sigilo e discrição em relação a informações confidenciais;
- manter a recepção limpa e organizada;
- zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza;
- executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Fundamental Completo; Qualificação com habilitação legal para o exercício das funções do cargo;
- **Outros requisitos** – Qualificação para o exercício da função de Auxiliar de TelefoniaRecepção, conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento básico de processador de textos, planilhas eletrônicas e internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

**GRUPO OCUPACIONAL
APOIO ADMINISTRATIVO**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: AUXILIAR FINANCEIRO

2.Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a executar tarefas administrativas que envolvam as rotinas de compras de materiais, bens e equipamentos e a contratação de serviços, observando a legislação vigente, acompanhando o processo de licitação, compra e contratação até sua liquidação.

3. Atribuições Típicas:

- Encaminhar os orçamentos de compras diretas ao setor competente para o seu devido arquivamento.
- operar e manter o portal eletrônico de compras, assim como o portal das publicações legais em matéria de compras;
- alimentar sistema eletrônico de compras, executando todos os procedimentos necessários para aquisição de materiais e serviços compreendendo compras diretas, registro de preço, pregão presencial e eletrônico;
- elaborar e manter atualizado o cadastro de fornecedores da Câmara Municipal;
- conferir a documentação dos fornecedores, solicitar sua atualização quando necessário e verificar a legitimidade das informações e documentos;
- recepcionar os pedidos de aquisições e protocolá-los para encaminhamento ao agente de contratações.
- identificar o gênero de cada item dos pedidos de compras de acordo com a natureza e especificação do material, bem, equipamento ou serviço;
- auxiliar no processo licitatório, quando solicitado, observada a legislação pertinente;
- preencher minuta de contrato de acordo com as normas em vigor;
- auxiliar no procedimento de dispensa de licitação, quando solicitado;
- providenciar a divulgação do edital de licitação;
- encaminhar os processos licitatórios para aprovação do setor jurídico e dos ordenadores de despesa competentes, na falta do agente de contratações;
- providenciar a publicação dos editais e dos demais procedimentos necessários em veículo de divulgação do Município;
- encaminhar os processos de compras para parecer prévio da auditoria interna e do Tribunal de Contas, quando couber;
- orientar sobre os procedimentos para realização de compras;
- emitir e encaminhar as autorizações de fornecimento para ordenadores de despesa e, depois de autorizados, entrega-los aos fornecedores ou contratados;
- acompanhar a entrega dos materiais verificando o cumprimento de prazos, fiscalizando quantidades e qualidade do material entregue;
- atestar o recebimento dos materiais e serviços submetendo-o à autoridade competente;
- solicitar, em caso de materiais e serviços especiais, que os gestores responsáveis ou técnicos por estes designados atestem a qualidade e o cumprimento das especificações dos materiais ou serviços;
- encaminhar a liquidação para lançamento do setor contábil;
- emitir relatórios mensais, sob demanda, informando o estágio dos processos de compras ou contratações sob sua responsabilidade e outros dados de interesse da administração;
- emitir, mensalmente, os relatórios a serem encaminhados ao Tribunal de Contas bem como outros que sejam solicitados pela auditoria interna;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaracara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

- fornecer atestados às firmas fornecedoras ou empresas contratadas quanto ao cumprimento de prazos e qualidade dos materiais e serviços fornecidos, encaminhando-os à apreciação e autorização do ordenador de despesa ou gestor responsável;
- arquivar os processos concluídos e mantê-los em ordenamento apropriado;
- orientar, em caso de solicitação, fornecedores sobre o processo de compras.
- atender as unidades solicitantes dos materiais e serviços sempre que se fizer necessário;
- participar de cursos, seminários e treinamentos que objetivem a melhoria de conhecimentos em sua área de atuação, notadamente os relacionados com as áreas de compras, licitações e legislações que regem as matérias;
- participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
- elaborar quadros, tabelas e coletar dados e estatísticas de interesse em sua área de atuação;
- elaborar manuais de serviço e outros projetos em sua área de atuação;
- classificar, registrar e conservar processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, de acordo com normas e orientações pré-estabelecidas;
- aplicar as leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral e particularmente em sua área de atuação, para fins de orientação e assessoramento;
- controlar o trâmite de processos sob sua responsabilidade, para exame, despacho e baixa;
- auxiliar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da unidade administrativa;
- preparar tabelas, quadros, mapas e outros documentos de demonstração do desempenho da unidade ou da administração; tesa
- organizar e manter atualizada a legislação da sua área de atuação bem como propor aos órgãos competentes a alteração de normas, procedimentos, regulamentos e outros que se façam necessários à atualização e modernização do setor;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- observar as normas de segurança e higiene do trabalho;
- outras atividades inerentes à função.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Médio Completo;
- **Outros requisitos** – Qualificação para o exercício da função de Auxiliar Financeiro, conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicaara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: AUXILIAR LEGISLATIVO

2.Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a executar atividades de apoio aos trabalhos legislativo e de rotina administrativa da Câmara Municipal.

3. Atribuições Típicas:**a) na qualidade de responsável pelas atividades de apoio aos trabalhos da legislativos:**

- lavrar as atas das sessões plenárias e das comissões;
- organizar, controlar e executar a publicação de informações e publicações legais em portais e diários oficiais, seja de forma impressa ou eletrônica;
- participar no desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
- digitar documentos, pareceres, relatórios, protocolos, referentes ao seu departamento, bem como encaminhá-los para assinatura, quando for o caso;
- auxiliar na regularidade de documentos apreciados pelo seu departamento;
- realizar levantamentos e preparar síntese das proposições que tramitaram e da atuação dos Vereadores, para elaboração de relatório anual das atividades da Câmara;
- organizar e manter atualizada a legislação da sua área de atuação bem como propor aos órgãos competentes a alteração de normas, procedimentos, regulamentos e outros que se façam necessários à atualização e modernização do setor;
- atender ao público interno e externo, prestando informações, consultando documentos e/ou prestar orientação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- executar outras tarefas afins;

b) na qualidade de responsável pelas atividades de apoio aos trabalhos de arquivo e documentação:

- participar do processo seletivo de documentos que deverão ser arquivados ou, mediante determinação da autoridade superior, incinerados, de acordo com as normas que regem a matéria;
- colecionar leis, resoluções, decretos, moções, atos normativos, pareceres e outros, mantendo-os arquivados de modo a facilitar sua pesquisa;
- informar aos interessados, a respeito de processos, documentos e papéis e outros documentos arquivados e realizar empréstimos, sob autorização da autoridade competente, se for o caso, mediante recibo;
- Na falta de sistema eletrônico, auxiliar na classificação, catalogação e conservação todas as publicações da Câmara, bem como manter de forma completa as coleções de publicações;
- localizar documentos arquivados para a juntada ou anexação em projetos de lei;
- auxiliar na pesquisa em bibliotecas, arquivos ou compêndios informações sobre legislação municipal, estadual ou federal e jurisprudências;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- executar outras tarefas afins.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Médio Completo;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

• **Outros requisitos** – Qualificação para o exercício da função de Auxiliar Legislativo, conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: TÉCNICO DE INFORMÁTICA E AUDIOVISUAL

2.Descrição Sintética: consiste nos cargos encarregados de operar e cuidar dos equipamentos de áudio, vídeo e sistemas de informática utilizados nas atividades legislativas. Sua função inclui garantir a qualidade do som e imagem em sessões plenárias, reuniões e eventos, bem como oferecer suporte técnico para sistemas de informática, contribuindo para o bom funcionamento e a eficiência das atividades do órgão legislativo.

3. Atribuições Típicas:**a) na área de tecnologia da informação:**

- configurar e operar os sistemas de informática utilizados na câmara municipal, como computadores, redes e servidores;
- auxiliar na implementação de soluções tecnológicas que melhorem o funcionamento e a eficiência dos processos na câmara;
- auxiliar na segurança das informações e sistemas da câmara municipal;
- realizar o suporte técnico para os usuários da câmara, incluindo vereadores e funcionários.
- configurar, manter e otimizar redes de computadores, servidores e sistemas operacionais, garantindo sua estabilidade e segurança.
- fornecer suporte técnico aos usuários da Câmara Municipal, solucionando problemas de hardware e software, respondendo a perguntas e auxiliando na resolução de questões relacionadas à tecnologia da informação;
- implementar medidas de segurança cibernética para proteger os dados e a rede da instituição contra ameaças digitais;
- manter e atualizar bancos de dados, realizar backups regulares e garantir a integridade e a disponibilidade dos dados da Câmara Municipal;
- executar pequenos trabalhos de manutenção dos equipamentos, quando possível, ou encaminhá-los para assistência;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;

b) na área de operador de audiovisual:

- configurar e operar equipamentos de áudio durante as sessões plenárias, reuniões e eventos realizados na câmara municipal.
- garantir a qualidade do som durante as transmissões ao vivo ou gravações das sessões e reuniões.
- controlar o volume dos microfones dos vereadores e outras fontes de áudio no plenário.
- realizar mixagem de áudio para as transmissões ao vivo e gravações.
- fazer a gravação e o arquivamento das sessões e reuniões para fins de documentação.
- operar sistemas de vídeo para captura de imagens durante as sessões plenárias e reuniões.
- verificar o correto funcionamento das câmeras de vídeo e dos sistemas utilizados nas transmissões e/ou gravações.
- ajustar os enquadramentos das câmeras para obter imagens adequadas dos vereadores e demais participantes das sessões.
- colaborar para que a produção de audiovisual possa ter uma transmissão de qualidade.
- garantir o correto funcionamento dos sistemas de transmissão e gravação de áudio e vídeo.
- verificar o correto funcionamento e localização de alto-falantes e microfones, e a correta ligação nas mesas e placas de áudio, testando as instalações;
- supervisionar a instalação de equipamentos de áudio visual por empresas terceirizadas, quando em eventos internos ou externos;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

- manejar equipamento audiovisual para eventual projeção de imagens;
- manter e conservar os equipamentos sob sua responsabilidade;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Médio Completo acrescido de curso técnico na área de Informática;
- **Outros requisitos** – Qualificação para o exercício da função de Operador de Audiovideo, conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: TÉCNICO LEGISLATIVO

2.Descrição Sintética: compreende os cargos, cujas atribuições abrangem orientação, coordenação e execução de tarefas de apoio técnico-legislativo, desenvolvendo atividades que requeiram maior grau de autonomia e que envolvam coordenação e supervisão.

3. Atribuições Típicas:

- participar ou desenvolver estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
- redigir ou participar da redação de anteprojetos de resoluções, moções, pareceres, relatórios, documentos legais e outros, mediante solicitação;
- revisar requerimentos, indicações e outros documentos apresentados pelos Vereadores e aprovados em Plenário;
- revisar, quando solicitado, as emendas apresentadas aos projetos de leis em discussão ou em estudo nas Comissões;
- digitar, conferir ou supervisionar a digitação de documentos e encaminhá-los para assinatura, quando for o caso;
- orientar o Presidente da Câmara, Vereadores e demais funcionários sobre as normas do protocolo de registro de documentos, assim como manter relação atualizada de autoridades federais, estaduais, municipais e outras;
- pesquisar em bibliotecas, arquivos ou compêndios informações sobre legislação municipal, estadual ou federal e jurisprudências estabelecidas nos vários níveis de decisão;
- interpretar, com a supervisão da Consultoria Jurídica, planos, regulamentos e instruções relativos a assuntos de administração geral, para fins de aplicação, orientação e assessoramento;
- manter atualizado arquivo de documentos, analisando conteúdo e processando sua classificação, catalogação e registro para subsidiar pesquisas legislativas;
- auxiliar no preparo de pautas e ordens do dia, organizando as matérias de acordo com a resenha fornecida e redigindo sumários;
- organizar, coordenar ou executar os controles de eventos no Plenário, controlando o tempo dos oradores, anotando resultados de votações, registrando questões de ordem, para apoiar a coordenação dos trabalhos;
- executar o registro e controle de tramitação das proposições, analisando ementas, observando prazos, anotar dados, para auxiliar no cumprimento dos prazos regimentais;
- realizar levantamentos, e na falta de sistema eletrônico, preparar síntese das proposições que tramitaram e da atuação dos Vereadores, para elaboração de relatório anual das atividades da Câmara;
- manter atualizado o registro das atividades da unidade em que serve para a elaboração de relatórios;
- orientar a elaboração de quadros demonstrativos, dados estatísticos, tabelas, relações e outros, coordenando os levantamentos ou registros necessários;
- orientar os funcionários que o auxiliam na execução de tarefas típicas da classe;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Médio Completo;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

• **Outros requisitos** – Qualificação para o exercício da função de Técnico Legislativo, conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

1. Cargo: ADVOGADO

2. Descrição Sintética: compreende os cargos, cujas atribuições estão relacionadas



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

assistência jurídica e ao assessoramento à Mesa Diretora, às Comissões Parlamentares, aos Vereadores e às chefias dos órgãos internos da Câmara nas questões legais do processo parlamentar.

3. Atribuições Típicas:

- prestar assistência jurídica à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores, emitindo pareceres sobre assuntos em tramitação no Plenário, através de pesquisas de legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares;
- estudar e emitir parecer sobre minutas de projetos de lei da área legislativa, assim como elaborar minutas de resoluções e de atos internos ou externos em geral, bem como documentos contratuais de toda espécie da área administrativa, em conformidade com as normas legais;
- elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Judiciário em mandados de segurança requeridos contra a Câmara, na pessoa de seu Presidente, ou contra as demais autoridades integrantes de sua estrutura administrativa;
- interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas dos interessados, na Câmara;
- estudar questões de interesse da Câmara que apresentem aspectos jurídicos específicos;
- assistir a Câmara na negociação de contratos, convênios e acordos com outras entidades públicas ou privadas;
- representar judicialmente a Câmara, nas ações, em qualquer juízo ou tribunal;
- estudar os processos de aquisição, transferência ou alienação de bens, em que for interessada a Câmara, examinando toda a documentação concernente à transação;
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Superior Completo em Direito, acrescido de habilitação legal para o exercício da profissão;
- **Outros requisitos** – Qualificação conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábado



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: ANALISTA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

2.Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a executar as atividades de finanças, orçamento, tesouraria e atividades de licitações permitindo a administração dos recursos financeiros da Câmara Municipal.

3. Atribuições Típicas:**a) Quando em atividades de Tesouraria:**

- controlar os saldos bancários, as aplicações financeiras e resgates, as obrigações financeiras, os registros das contas de créditos e débitos;
- administrar juntamente com a autoridade competente e contabilidade, as disponibilidades financeiras, controlando os valores;
- enviar à autoridade competente e contabilidade boletins sobre o comportamento das receitas e despesas;
- responsabilizar-se juntamente com o Presidente pelos pagamentos e recebimentos, custódia de bens, valores e operações de câmbio e seguros, controlando datas de vencimentos, garantias e afins;
- assegurar a concretização das orientações financeiras definidas legalmente;
- receber, pagar, entregar e guardar valores;
- efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas, empenhadas, liquidadas;
- elaborar pagamento dos empenhos para fornecedores e outros, verificando créditos e débitos, aplicando o dinheiro disponível, de acordo com os preceitos legais e regimentais de administração financeira e orçamentária de finanças públicas;
- providenciar o aceite de títulos, recolhimentos de impostos, taxas e encargos sociais;
- emitir cheques, ordens de pagamentos, borderôs e controlar pagamentos; - efetuar conciliação de contas, destinando, mensalmente, cópia a controladoria interna da Câmara;
- controlar saldos bancários e executar serviços bancários externos de depósito e/ou retirada, elaborando relatórios de controle, apresentados bimestralmente à controladoria interna da Câmara;
- dar pareceres e encaminhar processos relativos às competências da tesouraria, aos Gestores e a controladoria interna;
- interpretar quadros e levantamentos de dados relacionados à administração financeira e orçamentária; - elaborar propostas da Tesouraria e submetê-la a apreciação superior;
- assinar cheques, transações bancárias e outros documentos relacionados à gestão financeira, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal, seja de forma documental ou digital;
- acompanhar a prestação de contas de diárias encaminhando-as à apreciação da Controladoria Interna para emissão de parecer;
- preparar e remeter dados financeiros e de gestão financeira à controladoria;
- auxiliar a administração no preparo do relatório de prestação de contas de gestão, conforme IN 20/2015 do TCE/SC;
- auxiliar, nas atribuições do auxiliar financeiro, quando ausente por férias, licenças, dentre outras;
- auxiliar o contabilista da Câmara no que tange a alimentação de dados no Sicon assim como assinar conjuntamente com o Presidente, Contador e a Controlador



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIWI3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

Interna, relatórios de gestão fiscal e a sua regular publicação tempestiva das informações;

- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira

b) Quando em atividades de Licitações e Contratos:

- operar os sistemas de licitações;
- analisar e manter atualizada a documentação das empresas cadastradas e que mantém contratos e convênios com a Câmara;
- confeccionar editais, contratos e suas alterações, prorrogações, aditamentos, apostilamentos, rescisões, bem assim providenciar os procedimentos que envolvem sua elaboração, submetendo a conferência destes;
- submeter ao parecer jurídico e contábil da Câmara, os processos licitatórios, compreendendo: os editais, contratos e suas alterações, prorrogações, aditamentos, apostilamentos, rescisões e etc, para elaboração de pareceres;
- elaborar todas as fases dos processos licitatórios, em todas as modalidades, respeitando a legislação vigente;
- acompanhar e direcionar, quando necessário, os trabalhos da Comissão de Licitações e Pregão;
- proceder à organização e arquivamento dos processos licitatórios;
- realizar o arquivamento de toda a documentação relativa aos processos licitatórios;
- realizar a gestão de contratos;
- controlar os prazos referentes aos contratos e suas alterações;
- dirigir os trabalhos relativos à sua área de atuação, procurando solucionar as questões controversas, encaminhando-as, quando assim o exigir, ao superior hierárquico;
- operacionalizar e realizar o controle e gestão dos contratos de telefonia fixa e móvel, assim como operacionalizar o sistema gestor on-line das operadoras fixa/móvel;
- zelar pelo patrimônio da Câmara;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- manter-se atualizado no que tange as leis, regulamentos, etc, referente à matéria de seu cargo.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Curso de nível Superior em qualquer área de formação acrescido de registro no respectivo conselho de classe quando necessário;
- **Outros requisitos** – Qualificação conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIWI3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS E ALMOXARIFADO

2. Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a conceber e executar análises organizacionais e formular medidas objetivando a otimização do desempenho administrativo da Câmara Municipal.

3. Atribuições Típicas:**a) Quando em atividades de Recursos Humanos/Pessoal:**

- manter-se atualizado quanto às leis e os regulamentos em matéria de pessoal e recursos humanos;
- acompanhar e manter atualizado os dados relativos à adicional por tempo de serviço e demais vantagens previstas na legislação dos servidores;
- coordenar a revisão do Plano de Cargos da Câmara;
- supervisionar todas as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, concurso público ou processo seletivo de acordo com as deliberações da Mesa Diretora;
- elaborar, analisar e encaminhar para publicação os atos de pessoal relativos à: concursos, nomeação, posse, férias, licenças, progressões, exonerações e outros, com o devido encaminhamento à controladoria interna para emissão de parecer;
- elaborar e controlar a movimentação de pessoal, escala de férias, frequência e licenças regulares, assim como o banco de horas;
- acompanhar e manter atualizada a pasta funcional dos servidores, estagiários e vereadores;
- requisitar, anualmente ao contador, demonstrativo de imposto de renda, dos servidores e vereadores, conforme instrução normativa do Tribunal de Contas e Leis Municipal, Estadual e Federal;
- elaborar a confecção da folha de pagamento dos Vereadores, Servidores e Estagiários;
- coordenar, conjuntamente com o Gestor, a execução das atividades de bem estar social para os servidores;
- encaminhar para a contabilidade a documentação comprobatória da prestação das informações anuais dos Servidores e dos Vereadores, como RAIS, DIRF, e-Social e outras;
- realizar a organização e atualização dos registros de pessoal;
- acompanhar e supervisionar os atos referentes a estágio probatório dos servidores;
- remeter para conferência do Auxiliar Financeiro ou a quem a autoridade superior designar, todos os lançamentos que se referem à folha de pessoal, dentre outras que assim definir o gestor, através de regulamento próprio;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- manter-se atualizado no que tange as leis, regulamentos, etc., referente à matéria de seu cargo.

b) Quando em atividade de Almojarifado:

- gerir e organizar o controle de estoque do almoxarifado da Câmara;
- realizar o levantamento de gastos, conjuntamente com o auxiliar financeiro, das compras necessárias para o exercício corrente até o dia 15 de fevereiro de cada ano;
- receber e controlar as requisições de materiais por parte dos gabinetes departamentos administrativos da Câmara;
- gerar relatório das necessidades de materiais do almoxarifado da Câmara;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraira.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

- requisitar, pós autorização da autoridade competente, itens necessários a manutenção do expediente da Câmara;
- supervisionar/atestar o recebimento dos materiais, serviços, etc, conjuntamente com o Diretor Legislativo;
- realizar controle de gastos por centro de custo (bancada/gabinete/departamento) do consumo de materiais, produtos e serviços, no âmbito da Câmara;
- realizar, por conta própria, ou em auditorias, a contagem física no almoxarifado, assim como a prestação de contas conjuntamente com a autoridade competente;
- responsabilizar-se pela gestão do monitoramento interno do sistema de câmeras de vigilância da câmara municipal, atendendo aos pedidos de liberação de filmagens necessárias às auditorias internas e externas, pós autorização da autoridade competente;
- abrir chamados para reparo do equipamento do sistema de monitoramento junto ao setor de informática, para manutenção e/ou para gravação de informações necessárias ao atendimento, desde que autorizado, das demandas internas e externas, se for o caso;
- prestar contas, em matéria patrimonial, às auditorias realizadas no controle patrimonial no âmbito da Câmara;
- executar outras tarefas da área de competência do almoxarifado, definidas em regulamento;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- executar outras atividades correlatas e afins a sua área de atuação, seja por determinação legal, atualização da legislação ou determinação da autoridade competente;

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Ensino Superior Completo em Administração, acrescido de habilitação legal para o exercício da profissão;
- **Outros requisitos** – Qualificação conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO LEGISLATIVO

2.Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a realizar trabalhos de auditoria interna nas áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, tributária e fiscal visando resguardar, avaliar, reduzir riscos, identificar irregularidades no cumprimento das normas, legislações e procedimentos.

3. Atribuições Típicas:

- executar a verificação, acompanhamento e providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos órgãos e autoridades no âmbito do Poder Legislativo, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da economicidade e da razoabilidade;
- atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei (federal) n. 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução n. TC-06/2001), as Instruções Normativas do Tribunal de Contas; as Leis Federais, e do Município de Içara que tratem de Licitações e Contratos; demais legislações relacionadas à Administração Pública no que se referem à área de atuação do Órgãos de Controle Interno e Externo;
- dentre outros, executar especificamente o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares; o controle e a guarda de bens patrimoniais da Câmara; o controle e guarda dos bens materiais no almoxarifado da Câmara; os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens; acompanhar o controle e a elaboração das folhas de pagamento dos vereadores, servidores ativos, contratados e estagiários; acompanhar o controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is);
- auditar o uso da telefonia fixa e móvel de planos corporativos da Câmara, os termos do prejulgado 1820 do Tribunal de Contas do Estado;
- execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara;
- assinar conjuntamente com o Presidente e Membros da Mesa Diretora, com o Contador dentre outros, o Relatório de Gestão Fiscal;
- assinar conjuntamente com o Presidente, o Contador e o responsável pela Administração Financeira da Câmara, os relatórios de gestão fiscal junto ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Governo Federal (Siconfi/STN).
- alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo;
- executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

- comunicar ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pelos Gestores, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa n. TC-02/2006 do TCE/SC;
- realizar auditorias concomitantes, ou posteriores, nos editais de licitações;
- realizar auditorias nos contratos, convênios, ajustes e congêneres de que a Câmara seja subscritora, assim como nos controles e na sua regular guarda;
- realizar auditorias no setor contábil, inclusive no que se refere à remessa de dados ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazos e condições estabelecidas pela legislação vigente;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- assessorar o Presidente e Membros da Mesa Diretora, Vereadores Presidentes das Comissões, assim como respectivo Relator de projetos, no que diz respeito às questões orçamentárias e, a fiscalização financeira do Município;
- atentar para o cumprimento das normas exaradas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo e, no que couber também as normativas do Sistema de Controle Interno Municipal, respeitado, em todo caso, a harmonia e separação dos poderes;
- emitir alertas às Autoridades Competentes da Câmara e Município, ao que se refere no art. 59 da LRF.
- orientar e fiscalizar os serviços de atendimento ao cidadão, encorajando-os à atuação fiscalizatória dos Poderes Municipais;
- auxiliar a Presidência e demais membros da Mesa Diretora na promoção da transparência;
- analisar conjuntamente com a Presidência as demandas de denúncia recebidas pela ouvidoria;
- planejar, programar e realizar inspeções, exames, inspeções e auditorias;
- realizar a certificação dos atos de gestão, com e sem o parecer prévio, concomitante ou posterior;
- auditor, por iniciativa própria ou por solicitação da Mesa Diretora, os atos administrativos e da administração;
- examinar os cálculos efetuados, no que tange à administração orçamentária e financeira da Câmara, baseando-se nos índices históricos e oficiais;
- analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento dos controles internos;
- elaborar pareceres, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades do Poder Legislativo, no que tange às áreas de sua atuação;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

– realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Curso Superior em Contabilidade, Administração, Economia ou Direito acrescido de registro no respectivo conselho de classe;
- **Outros requisitos** – Qualificação conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: CONTADOR LEGISLATIVO

2. Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros da Câmara Municipal

3. Atribuições Típicas:**a) Atividades de execução qualificada, abrangendo Contabilidade:**

- organizar e desempenhar os serviços de contabilidade em geral da Câmara Municipal;
- organizar e elaborar os controles contábeis;
- elaborar as propostas orçamentárias da Câmara;
- revisar, a pedido da autoridade competente e/ou comissões, as propostas orçamentárias de iniciativa do poder Executivo, e delas emitir parecer técnico, se for o caso;
- controlar a execução orçamentária da Câmara, emitindo alerta aos gestores e a Controladoria Interna;
- executar o processamento da despesa com a sua regular contabilização;
- executar e controlar a contabilização orçamentária, financeira, patrimonial e de custos;
- executar o levantamento e controle patrimonial, com a regular depreciação, e quando for o caso, cálculos de amortização, e exaustão;
- efetuar cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de bens móveis e imóveis da Câmara;
- auxiliar na elaboração dos relatórios de execução e de gestão fiscal, bimestral, quadrimestral, inclusive os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro dos prazos legais;
- assinar, mesmo que digitalmente e conjuntamente com o Presidente, Mesa Diretora, responsável Financeiro e Órgão de Controle Interno, os relatórios de execução e de gestão fiscal;
- assinar, mesmo que digitalmente e juntamente com o Presidente toda a documentação contábil, submetida à contabilização;
- alimentar e assinar, mesmo que digitalmente e conjuntamente com o Presidente, responsável financeiro e Órgão de Controle Interno, os relatórios de gestão fiscal junto ao Siconfi;
- orientar e supervisionar as tarefas de escrituração;
- controlar o saldo das dotações orçamentárias;
- promover a abertura de créditos adicionais, suplementares, e especiais quando necessários;
- elaborar as demonstrações contábeis e todas as prestações de contas de gestão do Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Interna e Órgãos similares;
- efetuar o envio das contas da Câmara Municipal, necessárias a consolidação às contas do Município;
- efetuar os lançamentos contábeis dos saldos de estoque do almoxarifado;
- elaborar, manter e aperfeiçoar o sistema de informações contábeis;
- organizar e manter sistemas de custos;
- assessorar as áreas técnicas na construção e manutenção do Portal de Transparência da Câmara Municipal com as informações contábeis necessárias a publicação;
- guardar e supervisionar o arquivo físico ou digital de documentos contábeis;
- executar a escrituração analítica de atos ou fatos administrativos;
- escriturar contas correntes diversas;



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

- organizar boletins de receita e despesas;
- elaborar "slips" de caixa para conferência;
- escriturar livros contábeis;
- levantar balancetes patrimoniais e financeiros;
- conferir balancetes auxiliares e "slips" de arrecadação;
- examinar processos de prestação de contas;
- operar equipamento tecnológico para os fins de contabilização em geral;
- empenhar despesas e examinar empenhos, verificando a classificação e a existência de saldo nas dotações;
- analisar e informar processos relativos à despesa e seus limites, alertando a autoridade competente e comunicando ao Órgão de Controle Interno da Unidade, e ao Órgão de Controle Externo, quando for o caso;
- manter o controle dos depósitos e movimentação bancária, conferindo os extratos de contas correntes, conciliando-as e propondo as providências que se fizerem necessárias para eventuais acertos, mantendo registro e alerta ao Órgão de Controle Interno;
- interpretar a legislação referente à contabilidade pública e geral;
- organizar relatórios relativos às atividades contábeis, custos, centros de custos, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- prestar assessoramento ao Presidente, à Mesa, às Comissões e aos Vereadores sobre matéria contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de custos;
- realizar revisão e/ou auditorias por solicitação da autoridade competente e Comissão de Finanças no que concernem as contas do poder Executivo, ou por iniciativa própria no que concernem as auditorias preventivas na sua área de atuação, apresentando-as a Autoridade Competente, Órgão de Controle Interno da Unidade, ou quando solicitado, ao Tribunal de Contas;
- proceder a estudos e emitir pareceres técnicos sobre matéria contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e de custos, submetido a sua apreciação;
- conferir toda a documentação submetida à contabilização, inclusive relativa a empenhamento e pagamento da folha de servidores, estagiários e edilidade, alertando a autoridade competente e a controladoria interna no caso de irregularidades;
- alertar a autoridade competente e ao órgão de controle interno quanto as divergências encontradas na conferência do controle de jornada (ponto), faltas, compensações de horários, férias, vantagens adicionais pagas indevidas, contratações irregulares, cálculos rescisórios errados, e outras irregularidades verificadas antes ou após pagamentos inerentes a área de recursos humanos e folha de pagamento;
- elaborar planos de contas e preparar normativas em sua área de atuação, e plano de trabalho;
- padronizar, normatizar e regulamentar juntamente com a autoridade competente os processos de sua área de atuação;
- participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno, apoiando e zelando pelo trabalho em equipe;
- participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira e orçamentária da administração;
- manter estreito relacionamento com o setor de prestação de contas do Município, enviando-lhes os arquivos com os dados necessários à consolidação das contas para prestação de contas, mensal, bimestral, quadrimestral e anual;
- auxiliar a autoridade competente da Câmara Municipal na elaboração do relatório de gestão para prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- manter-se atualização na legislação pertinente à área de sua atuação, às instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

b) Quando em Atividade de Controle Patrimonial:

- responsabilizar-se pelo registro e controle patrimonial com emissão e colagem de etiqueta patrimonial;
- presidir a comissão de avaliação e reavaliação patrimonial;
- responsabilizar-se por emitir e guardar os termos de responsabilidade patrimonial por departamento, gabinete, etc;
- executar outras atividades correlatas e afins a sua área de atuação, seja por determinação legal, atualização da legislação ou determinação da autoridade competente.
- analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
- planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditagens, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais;
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Câmara Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município
- realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Curso Superior em Ciências Contábeis, acrescido de registro no respectivo conselho de classe;
- **Outros requisitos** – Qualificação conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

1. Cargo: COMUNICADOR SOCIAL

2.Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a planejar, executar, coordenar ou supervisionar as atividades de jornalismo, coletando informações e divulgando mensagens escritas e faladas, para promoção e/ou esclarecimento dos serviços prestados pela Câmara Municipal.

3. Atribuições Típicas:

- elaborar e divulgar boletins informativos aos órgãos de imprensa, encaminhando matérias para publicação em órgão de circulação externa ou interna, para promoção dos serviços prestados pela Câmara de caráter institucional;
- orientar e supervisionar as matérias no site oficial e em outros meios de comunicação, físico e/ou eletrônicos, de maneira a aumentar o poder de comunicação das mensagens;
- realizar editoração e revisão de originais e provas de matérias a serem impressas, lendo, corrigindo erros gramaticais e tipográficos, para assegurar a correção dos textos publicados sob responsabilidade da Câmara;
- elaborar sinopses de matérias do noticiário regional de interesse da Câmara, lendo, ouvindo, vendo, analisando, selecionando e classificando textos, gravações, ilustrações, fotos e filmes, para utilização futura, realizando clipagens de assuntos de interesse da Câmara.
- acompanhar as programações da Câmara, recolhendo informações para documentação ou publicação de notícias sobre os eventos;
- assistir ao Presidente da Câmara, aos Vereadores e demais servidores em suas funções de representação, orientando-os nos contatos com os meios de comunicação;
- elaborar informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- gravação das reuniões e distribuição de som aos equipamentos eletrônicos da Câmara, na impossibilidade de realização de tais atividades pelo Operador de Audiovisual e Informática;
- realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

4. Requisitos para provimento:

- **Instrução** – Curso Superior em Comunicação Social ou Jornalismo, acrescido de registro no respectivo conselho de classe;
- **Outros requisitos** – Qualificação conforme instruções reguladoras do edital de concurso público; conhecimento intermediário de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet.

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão por mérito - para o padrão de vencimento imediatamente superior na faixa de vencimento a que pertence, podendo chegar até ao 11.

Promoção por mérito - da classe A para classe B. Podendo chegar até a classe H.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIWI3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

7. Condições de Trabalho

Especial: O exercício do cargo poderá exigir prestação de Serviços a noite, aos Sábados, Domingos e feriados.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

ANEXO VI**TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA
DO QUADRO DE PESSOAL DACÂMARA
MUNICIPAL DE IÇARA**

Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaralcara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJY JK-0VRDN-Q50FH

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

Tabela de Valor de Referência													
Cargos: Agente de Apoio													
Nível I													
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
	A	3,00	3,12	3,24	3,36	3,48	3,60	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	
4%	B	3,12	3,24	3,36	3,48	3,60	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	
8%	C	3,24	3,36	3,48	3,60	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	4,44	
12%	D	3,36	3,48	3,60	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	4,44	4,56	
16%	E	3,48	3,60	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	4,44	4,56	4,68	
20%	F	3,60	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	4,44	4,56	4,68	4,80	
24%	G	3,72	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	4,44	4,56	4,68	4,80	4,92	
28%	H	3,84	3,96	4,08	4,20	4,32	4,44	4,56	4,68	4,80	4,92	5,04	

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICARA

Tabela de Valor de Referência												
Cargos: Auxiliar de Telefonia e Recepção												
Nível II												
			4%	8%	12%	16%	20%	24%	28%	32%	36%	40%
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	A	3,20	3,33	3,46	3,58	3,71	3,84	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48
4%	B	3,33	3,46	3,58	3,71	3,84	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61
8%	C	3,46	3,58	3,71	3,84	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61	4,74
12%	D	3,58	3,71	3,84	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61	4,74	4,86
16%	E	3,71	3,84	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61	4,74	4,86	4,99
20%	F	3,84	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61	4,74	4,86	4,99	5,12
24%	G	3,97	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61	4,74	4,86	4,99	5,12	5,25
28%	H	4,10	4,22	4,35	4,48	4,61	4,74	4,86	4,99	5,12	5,25	5,38

Para confirmar a autenticidade acesse www.camara municipal.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

Tabela de Valor de Referencia												
Cargos: Agente Operacional												
Nível III												
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	A	3,50	3,64	3,78	3,92	4,06	4,20	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90
4%	B	3,64	3,78	3,92	4,06	4,20	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04
8%	C	3,78	3,92	4,06	4,20	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04	5,18
12%	D	3,92	4,06	4,20	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04	5,18	5,32
16%	E	4,06	4,20	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04	5,18	5,32	5,46
20%	F	4,20	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04	5,18	5,32	5,46	5,60
24%	G	4,34	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04	5,18	5,32	5,46	5,60	5,74
28%	H	4,48	4,62	4,76	4,90	5,04	5,18	5,32	5,46	5,60	5,74	5,88

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICARA

Tabela de Valor de Referência												
Cargos: Auxiliar Legislativo												
Nível IV												
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	A	4,50	4,68	4,86	5,04	5,22	5,40	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30
4%	B	4,68	4,86	5,04	5,22	5,40	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48
8%	C	4,86	5,04	5,22	5,40	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48	6,66
12%	D	5,04	5,22	5,40	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48	6,66	6,84
16%	E	5,22	5,40	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48	6,66	6,84	7,02
20%	F	5,40	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48	6,66	6,84	7,02	7,20
24%	G	5,58	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48	6,66	6,84	7,02	7,20	7,38
28%	H	5,76	5,94	6,12	6,30	6,48	6,66	6,84	7,02	7,20	7,38	7,56

Para confirmar a autenticidade digitalmente acesse www.camaraatcara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIHW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

Tabela de Valor de Referencia												
Cargos: Auxiliar Financeiro												
Nível V												
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	A	5,00	5,20	5,40	5,60	5,80	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00
4%	B	5,20	5,40	5,60	5,80	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20
8%	C	5,40	5,60	5,80	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40
12%	D	5,60	5,80	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40	7,60
16%	E	5,80	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40	7,60	7,80
20%	F	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40	7,60	7,80	8,00
24%	G	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40	7,60	7,80	8,00	8,20
28%	H	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40	7,60	7,80	8,00	8,20	8,40

Para confirmar a autenticidade digitalmente acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICARA

Tabela de Valor de Referencia												
Cargos: Técnico Legislativo												
Nível VI												
	Classe	1	4%	8%	12%	16%	20%	24%	28%	32%	36%	40%
	A	5,50	5,72	5,94	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70
4%	B	5,72	5,94	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92
8%	C	5,94	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14
12%	D	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36
16%	E	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58
20%	F	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58	8,80
24%	G	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58	8,80	9,02
28%	H	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58	8,80	9,02	9,24

Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



Tabela de Valor de Referencia												
Cargos: Técnico de Informática e Audiovisual												
Nível VII												
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
		5,50	5,72	5,94	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70
4%	A	5,72	5,94	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92
8%	B	5,94	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14
12%	C	6,16	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36
16%	D	6,38	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58
20%	E	6,60	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58	8,80
24%	F	6,82	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58	8,80	9,02
28%	G	7,04	7,26	7,48	7,70	7,92	8,14	8,36	8,58	8,80	9,02	9,24

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

Tabela de Valor de Referência												
Cargos: Comunicador Social												
Nível VIII												
			4%	8%	12%	16%	20%	24%	28%	32%	36%	40%
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	A	6,50	6,76	7,02	7,28	7,54	7,80	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10
4%	B	6,76	7,02	7,28	7,54	7,80	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36
8%	C	7,02	7,28	7,54	7,80	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36	9,62
12%	D	7,28	7,54	7,80	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36	9,62	9,88
16%	E	7,54	7,80	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36	9,62	9,88	10,14
20%	F	7,80	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36	9,62	9,88	10,14	10,40
24%	G	8,06	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36	9,62	9,88	10,14	10,40	10,66
28%	H	8,32	8,58	8,84	9,10	9,36	9,62	9,88	10,14	10,40	10,66	10,92

Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

Tabela de Valor de Referência												
Cargos: Analista Administrativo Financeiro, Contador Legislativo e Analista de Recursos Humanos e Almojarifado*												
Nível IX												
			4%	8%	12%	16%	20%	24%	28%	32%	36%	40%
Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A	7,50	7,80	8,10	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80
B	7,80	8,10	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10
C	8,10	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40
D	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70
E	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00
F	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	12,30
G	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	12,30	12,60
H	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	12,30	12,60	

*O VRV deste cargo é para a carga horária de 30 horas semanais. Caso a carga horária seja diferente, o VRV será proporcional.

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicarara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

Este documento é assinado digitalmente



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

Tabela de Valor de Referência													
Cargos: Auditor de Controle Interno													
Nível X													
	Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	40%
	A	7,80	8,10	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	
4%	B	8,10	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	
8%	C	8,40	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	
12%	D	8,70	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	
16%	E	9,00	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	
20%	F	9,30	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	12,30	
24%	G	9,60	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	12,30	12,60	
28%	H	9,90	10,20	10,50	10,80	11,10	11,40	11,70	12,00	12,30	12,60	12,90	

Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



ANEXO VI – TABELA DE VALOR DE REFERÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICARA

Tabela de Valor de Referência												
Cargos: Advogado												
Nível XI												
	Classe	1	4%	8%	12%	16%	20%	24%	28%	32%	36%	40%
	A	8,00	8,32	8,64	8,96	9,28	9,60	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20
4%	B	8,32	8,64	8,96	9,28	9,60	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52
8%	C	8,64	8,96	9,28	9,60	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52	11,84
12%	D	8,96	9,28	9,60	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52	11,84	12,16
16%	E	9,28	9,60	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52	11,84	12,16	12,48
20%	F	9,60	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52	11,84	12,16	12,48	12,80
24%	G	9,92	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52	11,84	12,16	12,48	12,80	13,12
28%	H	10,24	10,56	10,88	11,20	11,52	11,84	12,16	12,48	12,80	13,12	13,44

ANEXO VII

**REQUERIMENTO DE INCENTIVO À
QUALIFICAÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO**



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaracara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

ANEXO VII – REQUERIMENTO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO**CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA****REQUERIMENTO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO PARA PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Içara,

_____, inscrito no CPF sob o nº _____, RG nº _____, ocupante do cargo de provimento efetivo de _____, requer a Vossa Excelência a concessão do Adicional de Incentivo à Qualificação por Nova Titulação na forma da Lei nº ____/2023, no percentual de ____% em face da conclusão do curso abaixo identificado.

Dispositivo Legal (Lei nº ____/2023): _____.

Curso: _____.

Curso na Área de Interesse da Câmara - Correlação direta.

Nível:

- ☐ Ensino Fundamental Completo.
- ☐ Ensino Médio Completo.
- ☐ Ensino Médio Técnico Completo.
- ☐ Curso Superior Completo.
- ☐ Pós-graduação Especialização mínima de 360 horas.
- ☐ Mestrado.
- ☐ Doutorado.

Instituição de Ensino: _____.

Data de Certificado/Titulação: ____/____/____.

Comprovações anexadas: _____.

Nestes termos, pede deferimento.

Içara/SC, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Requerente

Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraiçara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

**ANEXO VII – REQUERIMENTO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO POR NOVA
TITULAÇÃO****CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA****REQUERIMENTO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO PARA PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Içara,

_____, inscrito no CPF sob o nº _____, RG nº _____, ocupante do cargo de provimento efetivo de _____, requer a Vossa Excelência a concessão do Adicional de Incentivo à Qualificação por Nova Titulação na forma da Lei nº ____/2023, no percentual de ____% em face da conclusão do curso abaixo identificado.

Dispositivo Legal (Lei nº ____/2023): _____.

Curso: _____.

Curso na Área de Interesse da Câmara - Correlação direta.

Nível:

- ☐ Curso de Aperfeiçoamento.
- ☐ Curso Superior Completo.
- ☐ Pós-graduação Especialização mínima de 360 horas.
- ☐ Mestrado.
- ☐ Doutorado.

Instituição de Ensino: _____.

Data de Certificado/Titulação: ____/____/____.

Comprovações anexadas: _____.

Nestes termos, pede deferimento.

Içara/SC, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIW3-AJYJK-0VRDN-Q05FH

ANEXO VIII

QUADRO I - ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS GRATIFICAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO DE IÇARA			
NOMENCLATURA	CÓDIGO	NÍVEL	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Agente de Contratações	GF-3	III	I. Atividades designadas ao Agente de Contratações, nos termos da Lei federal nº 14.133/21 e atualizações, mediante Resolução ou Portaria Regulamentar;
			II. Orientar, fiscalizar e executar os procedimentos relacionados as licitações e pregão, atividades de que trata as Leis federal ns. 8.666/93 10.520/02 e 14.133/21, de acordo com a normatização interna deste Poder Legislativo;
			III. Auxiliar a Presidência nos processos licitatórios de contratações e pregão, de que trata as Leis federais de nº. 8.666/93, 10.520/02 e 14.433/2021;
			IV. Exaurir dúvidas relacionadas aos processos licitatórios e pregão junto aos departamentos jurídico e controle interno, com os respectivos pareceres de que trata a Lei 14.133/21;
			V. Executar demais atribuições inerentes a função que lhe for atribuída pelo Presidente da Câmara, ou pelo Diretor Legislativo, no que tange às atribuições do Agente de Contratações, mediante regulamentação interna.
Presidentes das Comissões: Permanentes, Temporárias ou Especiais.	GF-2	II	I. Coordenar e Presidir a Comissão de que for designado, mediante Portaria Regulamentar;
			II. Executar os procedimentos relacionados as atribuições da Comissão, nos termos da Legislação e Portaria Regulamentar;
			III. Coordenar a equipe, a consolidação dos documentos necessários à designação da Comissão, e atribuições a esta imposta pela Portaria Regulamentar;
			IV. Exaurir dúvidas suscitadas pela autoridade competente, na esfera de suas competências, nos termos da Portaria Regulamentar;
			V. Executar demais atribuições inerentes a função que lhe forem atribuídas pelo Presidente da Câmara, ou pelo Diretor Legislativo, no rol das atribuições da Portaria Regulamentar, com respectivo amparo legal.



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIWI3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

Chefe de Secretaria	GF-2	II	<p>I. Organizar e coordenar a Secretaria Geral, inclusive as questões relacionadas ao Plenário;</p> <p>II. Responsabilizar-se pelo patrimônio do plenário e plenarinho, mantendo-os fechado, abertos somente para as reuniões e sessões protocolares;</p> <p>III. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas protocolares em qualquer tipo de reunião promovido pela Câmara, inclusive orientando terceirizados contratados para às Sessões de Solenidade;</p> <p>IV. Executar demais atribuições inerentes a função que lhe for atribuída pelo Presidente da Câmara, ou pelo Diretor Legislativo, na Portaria Regulamentar da Designação.</p>
Responsável pelo Tratamento de Dados – Encarregado de Dados	GF-1	I	<p>I. Coordenar o Comitê LGPD, mediante Portaria Regulamentar;</p> <p>II. Na Coordenação do Comitê:</p> <p>a) Observar no todo a Lei federal n. 13.709/2018;</p> <p>b) Orientar, fiscalizar e executar os procedimentos relacionados as atividades de que trata a Lei federal n. 13.709/2018, com a geração de planilhas e atualizações;</p> <p>c) Exaurir dúvidas suscitadas pelos Gestores, no que tange as competências e atribuições de que trata a Lei n. 13.709/2018;</p> <p>III. Quando na Condição de Responsável pelo Tratamento de Dados:</p> <p>d) Atuar como titular Encarregado pelo Tratamento de Dados no âmbito do Poder Legislativo;</p> <p>e) Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências, nos termos da Lei federal nº 13.709/18;</p> <p>f) Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências necessárias no âmbito do Poder Legislativo;</p> <p>g) Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem seguidas em relação à proteção de dados pessoais.</p> <p>IV. Executar demais atribuições, atividades, inerentes a função que lhe forem atribuídas pelo Presidente da Câmara, ou pelas Autoridades de que trata a Lei nº 13.709/18,</p>



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HI1W3-AJYJK-0YRDN-Q50FH

			quando atuante como responsável pelo Tratamento de Dados.
Membro da CIPA/SIPAT/TMST/ SESMT	GF-1	I	<p>I – Instituir e Coordenar, por meio de normas de saúde, higiene, e segurança do trabalho, a redução dos riscos inerentes ao trabalho (Art. 7º, XXII, c/c Art. 39º, §3º da CF/88);</p> <p>II – Coordenar e acompanhar, conjuntamente com a CIPA Municipal e SESMT (Técnico Municipal de Seg. Trabalho), programa de redução de riscos inerentes ao trabalho;</p> <p>III – Realizar, quando houver denúncia de risco ou por iniciativa própria, inspeção no prédio sede da Câmara e ambiente de trabalho, dando conhecimento dos riscos encontrados ao Chefe do Legislativo, CIPA, e ao órgão responsável pelo SESMT;</p> <p>IV – Realizar inspeções nos respectivos ambientes de trabalho, visando à detecção de riscos ocupacionais, inclusive no que se refere a manutenção dos equipamentos de ar condicionado, reportando-os, em relatório, de ofício à administração e departamento pessoal;</p> <p>V – Promover a divulgação das normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pela CIPA/TMST/SESMT e órgãos afins, zelando pela sua observância;</p> <p>VI – Promover anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT;</p> <p>VII - Executar demais atribuições e atividades, inerentes a função e que não conflitem com as atribuições do Analista de RH; que lhe forem atribuídas pelo Presidente da Câmara, mediante Portaria Regulamentar.</p>
Membros das Comissões Permanentes, Temporárias ou Especiais.	GF-1	I	<p>I. Auxiliar o Agente de Contratações Pregoeiro, nos procedimentos relacionados as licitações e pregão, atividades de que trata as Leis federal ns. 8.666/93, 10.520/02 e 14.133/21, e atualizações;</p> <p>II. Executar demais atribuições, atividades, inerentes a função que lhe forem atribuídas pelo Agente de Contratações Pregoeiro, Presidente da Câmara, ou pelo Diretor Legislativo, de acordo com a normatização interna deste Poder Legislativo.</p>



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

Ouvidor	GF-1	I	<p>I. Auxiliar o Gabinete da Presidência nas questões relacionadas à Ouvidoria, mediante Portaria Regulamentar das Leis Federais, Estaduais, Municipal e Resoluções da Câmara, no que tange a Ouvidoria e Transparência relacionada às Ouvidorias;</p> <p>II. Executar demais atribuições, atividades, inerentes a função que lhe for atribuída na Portaria Regulamentar, com a geração anual de relatório circunstanciado das informações das Ouvidorias recepcionadas no âmbito interno, respeitando o rito de que trata as normativas.</p>
Legística	GF-1	I	<p>I. Realizar correções em textos de lei, com base nas normas de ortografia, gramática e redação oficial;</p> <p>II. Auxiliar na elaboração da legislação local, quanto à matéria pré-existente;</p> <p>III. Auxiliar nos trabalhos de pesquisa legislativa, consultando legislação pertinente, para subsidiar a elaboração de pareceres e projetos.</p>
Agente designado como responsável temporário por ministrar aulas e cursos; fiscalizar concurso público; e examinar provas para processo seletivo	GF-4	IV	<p>I. Ministrar aulas e palestras;</p> <p>II. Auxiliar na fiscalização de concursos públicos;</p> <p>III. Realizar a confecção da prova escrita objetiva para processos seletivos;</p> <p>IV. Aplicar a prova e fiscalizar a correta aplicação das regras do edital durante a sua realização para processos seletivos;</p> <p>V. Corrigir as provas e elaborar a lista de classificação conforme pontuação obtida, para processos seletivos;</p> <p>VI. Executar demais atribuições inerentes a função que lhe for atribuída pelo Presidente da Câmara, ou pelo Diretor Legislativo, na Portaria Regulamentar da Designação, podendo ser designado servidor efetivo do poder legislativo ou do poder executivo.</p>



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIWI3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

QUADRO II – Gratificações (Quantitativo e Coeficiente)				
Nível	Quantidade	Descrição Simplificada	Código	Tabela de Coeficiente
I	8	Gratificação por Função	GF-1	0,5
II	4	Gratificação por Função	GF-2	1
III	1	Gratificação por Função	GF-3	1,5
IV	3	Gratificação por Função	GF-4	0,5



Este documento é assinado digitalmente
Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: JS3QV-HIIV3-AJYJK-0VRDN-Q50FH



CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Lei - Ordinária

Protocolo N°: 7988

Protocolo Data: 08/12/2023

Documento N°: 4912/2023

Processo N°: SN



Gerado por Joadilson Brasil Rocha na repartição Secretaria dia 08/12/2023 às 16:15

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

JS3QV-HIIW3-AJYJK-0VRDN-Q50FH

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Nome Max Luiz
Data 08/12/2023 16:56
CPF/CNPJ 493.XXX.XXX-09



Nome Moacyr Francisco
Data 08/12/2023 16:45
CPF/CNPJ 754.XXX.XXX-78

PROCESSO COMPRA DIRETA 48/2023

Publicação N° 5412990



Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina
Agente de Contratação

AVISO DE DISPENSA PROCESSO DE COMPRA DIRETA N° 48/2023. 1) Objeto: Processo de Compra Direta para aquisição de prestação de serviço de conectividade - internet. 2) Setor Solicitante: Câmara Municipal de Içara. 3) Data limite para apresentação da proposta e documentação: 13/12/2023, até às 17h, via email ou entregues no Setor de Licitação. 4) Endereço eletrônico para envio da proposta e documentação: licitacao@camaraicara.sc.gov.br ou www.camaraicara.sc.gov.br/protocolo-externo. 5) Mais informações em www.camaraicara.sc.gov.br.

*Combater à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever de todos, sem exceção.
DENUNCIE! A sua atitude salvará vidas. Disque 100 para denúncias – A ligação é anônima e gratuita*

1



CÂMARA MUNICIPAL DE IÇARA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Cotação de Preços

Protocolo N°: 7948

Protocolo Data: 08/12/2023

Documento N°: 1/2023

Processo N°: 667/2023



Gerado por Rodnei Mazzorana na repartição Agente de Contratação dia 08/12/2023 às 06:55

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

N16EG-3GBNE-O24JZ-29L6C-071FR

Para confirmar a autenticidade acesse www.camaraicara.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Nome Rodnei Mazzorana

Data e hora 08/12/2023 07:02

IP 177.66.143.177

Tipo Eletrônica

RESOLUÇÃO Nº 03 05 DE DEZEMBRO DE 2023 CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE IÇARA – CMHIS

Publicação Nº 5409999

**Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Içara/SC – CMHIS****RESOLUÇÃO Nº 03
05 de dezembro de 2023**

Dispõe sobre a nova composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, do Município de Içara/SC para a gestão 2023-2025

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Içara – CMHIS, em cumprimento as suas atribuições legais, que estabelecem Diretrizes e Normas da Política Municipal de Habitação – PMH e cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme Lei municipal nº 2.551 de 08 de fevereiro de 2008 e alterações posteriores e,

CONSIDERANDO,

A Lei nº 2.551, de 08 de fevereiro de 2008, que cria o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social – CMHIS, órgão com caráter normativo, consultivo e deliberativo, que objetiva acompanhar, avaliar e propor políticas públicas municipais de habitação;

Que a gestão atual foi empossada em 14 de dezembro de 2021, havendo a necessidade de substituição dos representantes governamentais e não governamentais para gestão 2023/2025 a fim de validar seu funcionamento;

Que a Lei Municipal supracitada não especifica a composição do Conselho e alguns dos órgãos que compuseram a atual gestão não vinham mais se fazendo presentes nas plenárias;

A aprovação das deliberações em Sessão Plenária Ordinária ocorrida na data de 05 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a nova composição do CMHIS para a gestão 2023-2025, levando em consideração setores do governo municipal, entidades e grupos organizados de forma paritária que podem, DE FATO, contribuir para o aprimoramento e controle social das Políticas Públicas de Habitação de Interesse Social no município, ficando assim composta, onde farão indicação de membro titular e seu respectivo suplente:

Governamentais	Não-Governamentais
Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda	Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Içara
Diretoria de Gestão de Recursos (vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda)	União das Associações Comunitárias de Içara – UACI
Procuradoria Geral do Município	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA



Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Içara/SC – CMHIS

Governamentais	Não-Governamentais
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Ordem dos Advogados do Brasil/ Subseção Criciúma
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	Conselho Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Içara – SAMAE	Entidades ou Associações Religiosas

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da Plenária.

Içara, 05 de dezembro de 2023.

Eduardo Geovane Soratto da Silva
Presidente do CMHIS

RESOLUÇÃO Nº 21 12 DE JULHO DE 2023 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA/SC

Publicação Nº 5409991

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE IÇARA****RESOLUÇÃO Nº 21
12 de julho de 2023**

Dispõe sobre a aprovação de renovação de inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais desenvolvidos no âmbito do município de Içara/SC, exercício 2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Içara/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, de acordo com o disposto no artigo 2º, inciso I e VII, da Lei Municipal nº 3.849, de 10 de maio de 2016 e,

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 12 de julho de 2023;

Considerando a necessidade de orientar as entidades e atualizar os procedimentos administrativos neste Conselho;

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 145, de 28 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS;

Considerando o Decreto nº. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA

Considerando o disposto na Lei Federal nº12.101, de 30 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social, regula os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 16, de 05 de maio de 2010 que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando o Decreto nº. 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei federal nº. 12.101, de 30 de novembro de 2009;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando a Resolução do CNAS nº 14 de 15 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, revogando a Resolução CNAS nº 16/2010;

Considerando o Relatório Síntese Preliminar de Análise do Processo de Renovação de Inscrição de Entidades e/ou Organizações elaborado pelas Comissões responsáveis,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação de inscrição no CMAS das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais desenvolvidos no âmbito do município de Içara/SC, no exercício de 2023.

Art. 2º Emitir relatório individual de Análise do Processo de Renovação de Inscrição de Entidades e/ou Organizações com seus respectivos serviços, programas, projetos e



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA

benefícios socioassistenciais contendo as considerações e sugestões a serem cumpridas, que ficará arquivada para consulta na Secretaria Executiva dos Conselhos.

Art. 3º Relacionar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no quadro situacional no anexo I.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da data da aprovação em Plenária.

Içara, 12 de julho de 2023.

Cristiane Levati de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Içara/SC
CMAS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA

Anexo I

RENOVAÇÕES DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

EXERCÍCIO 2023

Nº de Inscrição	Entidade Executora	Situação da inscrição/renovação Entidade/2023
01/2012	Entidade Executora: Associação Beneficente Família Feliz Inscrição atualizada em 2023 na Modalidade de Benefícios Assistenciais: Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária CNPJ: 04.510.596/0001-20 Endereço: Rua Paulino Búrigo, 72, sala 02 1º andar, Centro. Município: Içara/SC	Aprovada
08/2012	Entidade Executora: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara - APAE Inscrição atualizada em 2023 Modalidade de Programa: Habilitação e Reabilitação para pessoa com deficiência CNPJ: 83.852.350/0001-03 Endereço: Rua: Amaro Mauricio Cardoso, 915 – Centro Município: Içara/SC	Aprovada
09/2012	Entidade Executora: Associação Deus Está Aqui – Comunidade Terapêutica Feminina Inscrição atualizada em 2023 na Modalidade de Projeto: Ressocialização e Preparação para o mundo do Trabalho CNPJ: 09.505.468/0001-02 Endereço: Rodovia ICR 351, s/nº, Coqueiros Município: Içara/SC	Aprovada com ressalvas

Ilhota

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2023 - EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 5412753

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua Bertoldo Simon, 98
Centro - Ilhota - SC
CEP: 88.320-000
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail licitacao@camarailhota.sc.gov.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2023
CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC

CONTRATADO Jonathan Correa 01010898903 porte ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 34.250.483/0001-02, com sede à Rua Modesto Vargas 429 sala3 cidade de Ilhota Bairro Centro, Estado de Santa Catarina.

OBJETO - A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA – SC.

VALOR – O valor global no valor total de R\$ 3775,10 (três mil setecentos e setenta e cinco reais e dez centavos).

VIGÊNCIA – 12 meses.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº08/2023, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

01.031.0001.2.001.000 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

3.3.90.30.22.00.00.00 – Material de Limpeza e Produção de Higieneização

Ilhota, 08 de dezembro de 2023.

JUAREZ ANTÔNIO DA CUNHA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

JONATHAN CORREA 01010898903
CONTRATADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº07-2023 - EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 5412997

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua Bertoldo Simon, 98
Centro - Ilhota - SC
CEP: 88.320-000
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail licitacao@camarailhota.sc.gov.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2023
CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC

CONTRATADO Mercado Enio Ltda pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 00.685.848/0001-00, com sede à Rua Silvio Garzewski 55 bairro Poço Grande cidade Gaspar, Estado de Santa Catarina.

OBJETO - A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA – SC.

VALOR – O valor global de R\$ 12.734,13 (doze mil setecentos e trinta e quatro reais e treze centavos).

VIGÊNCIA – 12 meses.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº07/2023, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

01 – CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

01.031.0001.2.001.000 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

3.3.90.30.07.00.00.00 – Gêneros de Alimentação



3.3.90.30.21.00.00.00 – Material de Copa e Cozinha

Ilhota, 08 de dezembro de 2023.

JUAREZ ANTÔNIO DA CUNHA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

Mercado Enio Ltda
CONTRATADA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 1/2023 – VINCULADO AO CONTRATO N°18-2022

Publicação N° 5412413

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 1/2023 – VINCULADO AO CONTRATO N°18-2022.

Data: 08/12/2023

Objeto:

Locação de imóvel, que entre si celebram a Câmara Municipal de Ilhota e Antônio dos Santos inscrito no CPF sob o nº 291.106.029-68 e do C.I 565.900, imóvel locado com sede na Rua Bertoldo Simon 98 CEP: 88320000, bairro Centro, cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

O contratante pagará à contratada o mensal de \$ 9108,61 (nove mil cento e oito reais e sessenta e um centavos).

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2024 e com término em 31/12/2024.

Juarez Antônio da Cunha
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

RESOLUÇÃO DE MESA N° 51/2023

Publicação N° 5410803

RESOLUÇÃO DE MESA N° 51/2023

HOMOLOGA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O ANO DE 2024.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no art. 37, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no art. 48, do Regimento Interno, faz saber:

CONSIDERANDO o resultado da eleição realizada em 04 de dezembro do corrente ano, a qual foi procedida em cumprimento aos termos regimentais, em sessão extraordinária que ocorreu no plenário desta Casa de Leis;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a seguinte composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ilhota para o ano de 2024:

I – Presidente: Roseméri de Souza;

II – Vice-Presidente: Jonatas de Oliveira Jacó;

III – Primeiro Secretário: Idalete Richarts Werner;

IV – Segundo Secretário: Sidney Carlos Tomé.

Art. 2º. A posse dos membros eleitos para a nova Mesa Diretora, ocorrerá em 01 de janeiro de 2024, conforme dispõe o §2º, do art. 39 do Regimento Interno.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 06 de dezembro de 2022.

Juarez Antônio da Cunha Presidente da Câmara Municipal de Ilhota	Francisco Domingos Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota
Roberto Carlos da Cunha 1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota	Jonatas de Oliveira Jacó 2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO N°22/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°15/2023 - SEMUSA

Publicação N° 5407312

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEMUSA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 22/2023
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 15/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 98CA6E93ED5B5182781602536196B69E0C2C9145

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica que realizará às 14:00 horas, do dia 09 de JANEIRO de 2024, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006 atualizada pela Lei Complementar n° 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para a possível "AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS, PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC". O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de dezembro de 2023.
Emanoel Matos
Secretário Municipal de Saúde.

Imbuia

PREFEITURA

DECRETO Nº 77, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410946

DECRETO Nº 77, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o art. 70, inciso VII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, entre os dias 26 de dezembro de 2023 ao dia 02 de janeiro de 2024, voltando com as atividades normais na quarta-feira dia 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbuia, 8 de dezembro de 2023.

DENY SCHEIDT

Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

LEI Nº 1.832, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410953

LEI Nº 1.832, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a denominação da Posto da Polícia Militar de Imbuia.

O PREFEITO MUNICIPAL: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica nomeado o Posto da Polícia Militar de Imbuia – PMSC, localizado na Avenida Bernardino de Andrade, com o nome de “Sargento Juarez Peixe”, em homenagem à sua coragem, dedicação e serviços prestados à comunidade e à segurança pública.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbuia, 7 de dezembro de 2023.

DENY SCHEIDT

Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI Nº 1.833, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410963

LEI Nº 1.833, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Fixa o subsídio dos Vereadores para a Legislatura 2025/2028 e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2025/2028 será de R\$ 3.027,75 (três mil, vinte e sete reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º O Presidente da Câmara Municipal receberá o subsídio mensal, no valor de R\$ 3.730,49 (três mil, setecentos e trinta reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º A ausência de vereadores em reunião ordinária ou extraordinária de comissão legislativa a qual seja titular, sem justificativa legal, implicará em desconto em seu subsídio, em valor correspondente a 50% de uma sessão plenária ordinária do mês.

Art. 5º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência,

sob a forma de requerimento.

Art. 6º Os Vereadores e o Presidente da Câmara farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º e 2º desta Lei, e o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Vereador ou do Presidente da Câmara, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício da vereança ou da Presidência da Câmara, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vereador suplente em caso de licença do Vereador titular ou o substituto do Presidente da Câmara terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 7º A partir de 01/01/2026, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 18-A da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 8º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 10. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Imbuia, 8 de dezembro de 2023.

DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI Nº 1.834, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410995

LEI Nº 1.834, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Fixa o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para a legislatura 2025/2028 e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2025/2028 ficam fixados em:

I – Prefeito: R\$ 15.599,80 (quinze mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ 5.575,83 (cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

III – Secretário Municipal: R\$ 6.244,92 (seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º A partir de 01/01/2026, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 18-A da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 3º O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a Chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º O Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Imbuia, 8 de dezembro de 2023.

DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Indaial

PREFEITURA

PORTARIA 3631/23

Publicação Nº 5411872

PORTARIA Nº 3631/23
08 de dezembro de 2023

Nomeia para provimento de cargo em caráter temporário/Educador de Abrigo-12X36h Processo Seletivo 09/2023 / Vinícius Rossi

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Art. 37, Inciso IX da CF, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, Lei 4.724/12, e, considerando resultado do Processo Seletivo nº 009/2023, homologado pelo Decreto nº 5838/23, de 29 de março de 2023, Decreto 5966/23 de 12 de maio de 2023 e considerando Parecer 60/2023 de 21 de novembro de 2023 confeccionado pelo Gabinete, e-mail de 28 de novembro de 2023 e solicitação de final de fila do 1º colocado, RESOLVE:

Nomear para contratação por tempo determinado, sob o Regime Jurídico Especial Administrativo previsto na Lei Municipal 4.724/12, no cargo de Educador de Abrigo-12X36h, Vinícius Rossi, classificado(a) em 2º lugar masculino no Processo Seletivo 009/2023.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3632/23

Publicação Nº 5411875

PORTARIA Nº 3632/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /
Maria de Fátima da Rosa

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, considerando a solicitação de férias confeccionada pela servidora em 07 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023 da servidora Maria de Fátima da Rosa, admitida em 09 de abril de 2007, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023
-30 (trinta) dias de férias usufruídas de 29 de janeiro de 2024 a 27 de fevereiro de 2024.

Município de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZUEL ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3633/23

Publicação Nº 5411878

PORTARIA Nº 3633/23
08 de dezembro de 2023
Exonera /
Jeniffer Rosa Martins

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 05 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Jeniffer Rosa Martins, ocupante do cargo de Cirurgião-dentista Odontopediatra, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 04 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de dezembro de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretário(a) de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3634/23

Publicação Nº 5411881

PORTARIA Nº 3634/23

08 de dezembro de 2023

Declara vacância do cargo de Cirurgião-dentista Odontopediatra – 20H

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e conforme Portaria nº 3633/23 de 08 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 12 de dezembro de 2023, o cargo de Cirurgião-dentista Odontopediatra – 20H, em virtude de pedido de exoneração, do(a) servidor(a): Jeniffer Rosa Martins – Mat. nº 114862052-1

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de dezembro de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretário(a) de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3635/23

Publicação Nº 5411885

PORTARIA Nº 3635/23

08 de dezembro de 2023

Declara vacância do cargo de Agente Educacional – 40h

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e conforme Portaria/INDAPREV 43/23 de 06 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 11 de dezembro de 2023, o cargo de Agente Educacional – 40h, em virtude de pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, do(a) servidor(a) Izaira Ferreira da Silva da Luz – Mat. nº 30171-00

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de dezembro de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretário(a) de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3636/23

Publicação N° 5411892

PORTARIA N° 3636/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /
Cassandra da Silva Silveira

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, em seu artigo 93, considerando a solicitação de férias confeccionada pela servidora em 20 de novembro de 2023, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023 da servidora Cassandra da Silva Silveira, admitida em 01 de novembro de 2022, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 05 de fevereiro de 2024 a 24 de fevereiro de 2024.
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Município de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZUEL ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3637/23

Publicação N° 5411896

PORTARIA N° 3637/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Valdecir Adécio Warth

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 28 de novembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 e 2022/2023 ao servidor Valdecir Adécio Warth, admitido em 10 de julho de 2003, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 30 de dezembro de 2021 a 18 de janeiro de 2022;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 12 de fevereiro de 2024 a 21 de fevereiro de 2024;

Período 2022/2023

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 22 de fevereiro de 2024 a 12 de março de 2024;
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário Municipal de Urbanização e Meio Ambiente

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3638/23

Publicação Nº 5411901

PORTARIA Nº 3638/23
08 de dezembro de 2023

Nomeia para provimento de cargo em caráter temporário/Educador de Abrigo-12X36h Processo Seletivo 09/2023 / David de Oliveira

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Art. 37, Inciso IX da CF, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, Lei 4.724/12, e, considerando resultado do Processo Seletivo nº 009/2023, homologado pelo Decreto nº 5838/23, de 29 de março de 2023, Decreto 5966/23 de 12 de maio de 2023 e considerando Parecer 60/2023 de 21 de novembro de 2023 confeccionado pelo Gabinete, e-mail de 28 de novembro de 2023 e desistência do 2º colocado, RESOLVE:

Nomear para contratação por tempo determinado, sob o Regime Jurídico Especial Administrativo previsto na Lei Municipal 4.724/12, no cargo de Educador de Abrigo-12X36h, David de Oliveira, classificado(a) em 3º lugar masculino no Processo Seletivo 009/2023.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3639/23

Publicação Nº 5411903

PORTARIA Nº 3639/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Solange Pazini

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Comunicação Interna confeccionada pela servidora em 04 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativo ao período aquisitivo 2022/2023 à servidora Solange Pazini, admitida em 21 de setembro de 1995, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

-15 (quinze) dias de férias usufruídas de 08 de janeiro de 2024 a 22 de janeiro de 2024;

-15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário Municipal de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3640/23

Publicação Nº 5411906

PORTARIA Nº 3640/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Karithia Noriler

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 07 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2020/2021 e 2021/2022 à servidora Karithia Noriler, admitida em 15 de abril de 2008, ocupante do cargo de Clínica Médica II, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2020/2021

- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 11 de setembro de 2023 à 15 de setembro de 2023.
- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 19 de janeiro de 2023 à 02 de fevereiro de 2023.
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 08 de janeiro de 2024 à 17 de janeiro de 2024.

Período 2021/2022

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 18 de janeiro de 2024 à 27 de janeiro de 2024.
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3641/23

Publicação Nº 5411910

PORTARIA Nº 3641/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias

Nayara Elmisan Zolet

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Comunicação confeccionada pela servidora em 29 de novembro de 2023, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023, da servidora Nayara Elmisan Zolet, admitida em 05 de maio de 2008, ocupante do cargo de Educador de Atividade Física II, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

- 30 (trinta) dias de férias usufruídas de 07 de fevereiro de 2024 a 07 de março de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário Municipal de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3642/23

Publicação Nº 5411914

PORTARIA Nº 3642/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Sabrina de Vargas Souza

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 27 de novembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 à servidora Sabrina de Vargas Souza, admitida em 07 de abril de 2014, ocupante do cargo de Enfermeira IV, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

-20 (vinte) dias de férias usufruídos de 05 de fevereiro de 2024 até 24 de fevereiro de 2024;
-10 (dez) dias de férias a serem usufruídos em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBROCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTÔNIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3643/23

Publicação N° 5411916

PORTARIA N° 3643/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias

Vilma Rodrigues França

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação de férias confeccionada pela servidora em 09 de novembro de 2023, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023, da servidora Vilma Rodrigues França, admitida em 01 de abril de 2014, ocupante do cargo de Técnica de Laboratório de Análises Clínicas do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

-20 (vinte) dias de férias usufruídas de 19 de fevereiro de 2024 à 09 de março de 2024;
-10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBROCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3644/23

Publicação N° 5411918

PORTARIA N° 3644/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /
Joacir da Silva

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Comunicação Interna confeccionado pelo servidor em 06 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 ao servidor Joacir da Silva, admitida em 02 de julho de 2007, ocupante do cargo de Encanador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

-15 (quinze) dias de férias usufruídas de 08 de janeiro de 2024 a 22 de janeiro de 2024;

- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 24 de julho de 2023 a 28 de julho de 2023;
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário Municipal de Urbanização e Meio Ambiente

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3645/23

Publicação N° 5411924

PORTARIA N° 3645/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Mara Salvador Petris
(1215754375-01)

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 06 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 à servidora Mara Salvador Petris, admitida em 14 de junho de 2018, ocupante do cargo de Psicóloga (1215754375-01), do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 24 de janeiro de 2024 a 12 de fevereiro de 2024.
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 24 de julho de 2023 a 28 de julho de 2023.
- 05 (cinco) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAEL ROSENBROCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3646/23

Publicação N° 5411926

PORTARIA N° 3646/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Mara Salvador Petris
(1215754375-04)

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 06 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 à servidora Mara Salvador Petris, admitida em 02 de setembro de 2014, ocupante do cargo de Psicóloga (1215754375-04), do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 24 de janeiro de 2024 a 07 de fevereiro de 2024.
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3647/23

Publicação Nº 5411928

PORTARIA Nº 3647/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias

Cintia Elisa Grohs de Araujo

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Comunicação de Férias confeccionada pela servidora em 07 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2021/2022 e 2022/2023, da servidora Cintia Elisa Grohs de Araujo, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem II, admitida em 15 de maio de 2019, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2021/2022

- 13 (treze) dias usufruídas de 03 de abril de 2023 à 15 de abril de 2023;
- 12 (doze) dias usufruídas de 19 de setembro de 2022 à 30 de setembro de 2022;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 08 de janeiro de 2024 à 12 de janeiro de 2024;

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 13 de janeiro de 2024 à 22 de janeiro de 2024;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3648/23

Publicação Nº 5411935

PORTARIA Nº 3648/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /
Melita Gunther Kalk

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 07 de dezembro de 2023, RESOLVE:
Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 à servidora Melita Gunther Kalk, admitida em 01 de junho de 2010, ocupante do cargo de Fiscal de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

- 30 (trinta) dias de férias usufruídas de 08 de janeiro de 2024 a 06 de fevereiro de 2024;

Prefeitura de Indaial, 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3650/23

Publicação N° 5411931

PORTARIA N° 3650/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias

Sandra Mara dos Santos Lunardi

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação de férias confeccionada pela servidora em 24 de outubro de 2023. RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023, da servidora Sandra Mara dos Santos Lunardi, admitida em 13 de janeiro de 2015, ocupante do cargo de Técnica de Laboratório de Análises Clínicas do quadro de pessoa desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 05 de fevereiro de 2024 à 19 de fevereiro de 2024;
- 15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAEL ROSENBROCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3651/23

Publicação N° 5411947

PORTARIA N° 3651/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias

Odemir José Agostinho

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n°227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar N°105/10, em seu artigo 93, considerando Comunicação confeccionada pela servidora em 08 de janeiro de 2023 e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativo ao período 2022/2023 ao servidor Odemir José Agostinho, admitido em 01 de outubro de 2022, ocupante do cargo de Gerente de Projetos de Administração e Finanças, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 16 de outubro de 2023 à 25 de outubro de 2023;
- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 08 de janeiro de 2024 à 27 de janeiro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3652/23

Publicação Nº 5411950

PORTARIA Nº 3652/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /

Luci Marques

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 08 de dezembro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 e 2022/2023 à servidora Luci Marques, admitida em 01 de julho de 2003, ocupante do cargo de Técnico Sanitarista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 05 de fevereiro de 2024 a 19 de fevereiro de 2024;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 16 de outubro de 2023 a 25 de outubro de 2023;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 12 de junho de 2023 a 16 de junho de 2023;

Período 2022/2023

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 20 de fevereiro de 2024 a 05 de março de 2024;
- 15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA 3653/23

Publicação Nº 5411954

PORTARIA Nº 3653/23
08 de dezembro de 2023
Concede Férias /
Wilson Pedro Sampaio Junior
(1215754505-02)

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretário(a) de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 24 de outubro de 2023, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 ao servidor Wilson Pedro Sampaio Junior, admitido em 02 de setembro de 2011, ocupante do cargo de Bioquímico II (1215754505-02), do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 05 de fevereiro de 2024 até 09 de fevereiro de 2024;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 24 de julho de 2023 até 02 de agosto de 2023;
- 15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2023
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretário(a) de Administração e Finanças

JONATAS MIZAELO ROSENBRUCK
Secretário de Saúde

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

RELATÓRIO FINAL - ALDIR CERUTTI

Publicação Nº 5411012

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53186/2023

Servidor (a): ALDIR CERUTTI

CPF nº 433.338.509-15

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 01/04/1987

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 30/04/2000PORTARIA Nº 1645/04), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANA PRUSSEK

Publicação Nº 5411023

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53197/2023

Servidor (a): ANA PRUSSEK

CPF nº 384.146.359-20

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 01/09/1989

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 29/02/2000PORTARIA Nº 1581/2004), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANDREIA GARBARI TESSMANN - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411031

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53240/2023

Servidor (a): ANDREIA GARBARI TESSMANN

CPF nº 003.751.919-09

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 03/02/2014

Período sob análise: 06/10/2010 a 01/09/2011 (LC nº 113/2011).

Total de referências: 0.

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015.

A partir do termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento (06/10/2010 – art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) até a data na qual passou a ser regida pelos efeitos da LC nº 113/2011 (01/09/2011), não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Vale ressaltar que, nos termos do art. 12, da Lei Ordinária nº 6.085/2022, "Ficam limitados a 1º de setembro de 2011 os efeitos da Lei Ordinária nº 1983/1990 quanto aos ocupantes dos cargos abrangidos pelo avanço horizontal previsto na Lei Complementar nº 113, de 23 de agosto de 2011."

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, ante a existência de legislação específica incidente à situação funcional do(a) servidor(a), não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi Presidente da Comissão	
Rômulo Fischer Membro da Comissão	
Edgar Ribeiro de Oliveira Membro da Comissão	Adalberto Salviano Castellain Filho Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANDREIA MARIA KRUEGER TOMELIN - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411042

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53250/2023

Servidor (a): ANDREIA MARIA KRUEGER TOMELIN

CPF nº 060.480.849-60

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 02/02/2018

Período sob análise: 06/10/2010 a 01/09/2011 (LC nº 113/2011).

Total de referências: 0.

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015.

A partir do termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento (06/10/2010 – art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) até a data na qual passou a ser regida pelos efeitos da LC nº 113/2011 (01/09/2011), não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Vale ressaltar que, nos termos do art. 12, da Lei Ordinária nº 6.085/2022, "Ficam limitados a 1º de setembro de 2011 os efeitos da Lei Ordinária nº 1983/1990 quanto aos ocupantes dos cargos abrangidos pelo avanço horizontal previsto na Lei Complementar nº 113, de 23 de agosto de 2011."

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, ante a existência de legislação específica incidente à situação funcional do(a) servidor(a), não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi Presidente da Comissão	
---	--

Rômulo Fischer Membro da Comissão	
Edgar Ribeiro de Oliveira Membro da Comissão	Adalberto Salviano Castellain Filho Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANDRESSA TAIS DOS SANTOS - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411052

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53255/2023

Servidor (a): ANDRESSA TAIS DOS SANTOS

CPF nº 005.427.629-27

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 15/06/2010

Período sob análise: 06/10/2010 a 01/09/2011 (LC nº 113/2011).

Total de referências: 0.

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015.

A partir do termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento (06/10/2010 – art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) até a data na qual passou a ser regida pelos efeitos da LC nº 113/2011 (01/09/2011), não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Vale ressaltar que, nos termos do art. 12, da Lei Ordinária nº 6.085/2022, "Ficam limitados a 1º de setembro de 2011 os efeitos da Lei Ordinária nº 1983/1990 quanto aos ocupantes dos cargos abrangidos pelo avanço horizontal previsto na Lei Complementar nº 113, de 23 de agosto de 2011."

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, ante a existência de legislação específica incidente à situação funcional do(a) servidor(a), não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi Presidente da Comissão	
Rômulo Fischer Membro da Comissão	
Edgar Ribeiro de Oliveira Membro da Comissão	Adalberto Salviano Castellain Filho Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANELISE FEUZER - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411065

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53266/2023

Servidor (a): ANELISE FEUZER

CPF nº 824.212.349-72

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 11/02/2008

Período sob análise: 06/10/2010 a 01/09/2011 (LC nº 113/2011).

Total de referências: 0.

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015.

A partir do termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento (06/10/2010 – art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) até a data na qual passou a ser regida pelos efeitos da LC nº 113/2011 (01/09/2011), não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Vale ressaltar que, nos termos do art. 12, da Lei Ordinária nº 6.085/2022, "Ficam limitados a 1º de setembro de 2011 os efeitos da Lei Ordinária nº 1983/1990 quanto aos ocupantes dos cargos abrangidos pelo avanço horizontal previsto na Lei Complementar nº 113, de 23 de agosto de 2011."

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, ante a existência de legislação específica incidente à situação funcional do(a) servidor(a), não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi
Presidente da Comissão

Rômulo Fischer
Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira
Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho
Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANGELA HOESCHL - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411077

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53276/2023

Servidor (a): ANGELA HOESCHL

CPF nº 453.746.789-49

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 01/03/1988

Período sob análise: 06/10/2010 a 01/09/2011 (LC nº 113/2011).

Total de referências: 0.

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015.

A partir do termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento (06/10/2010 – art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) até a data na qual passou a ser regida pelos efeitos da LC nº 113/2011 (01/09/2011), não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Vale ressaltar que, nos termos do art. 12, da Lei Ordinária nº 6.085/2022, "Ficam limitados a 1º de setembro de 2011 os efeitos da Lei Ordinária nº 1983/1990 quanto aos ocupantes dos cargos abrangidos pelo avanço horizontal previsto na Lei Complementar nº 113, de 23 de agosto de 2011."

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, ante a existência de legislação específica incidente à situação funcional do(a) servidor(a), não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi
Presidente da Comissão

Rômulo Fischer
Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira
Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho
Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANGELA MARIA KLEMMANN - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411386

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53395/2023

Servidor (a): ANGELA MARIA KLEMMANN

CPF nº 919.032.899-04

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 21/04/2010

Período sob análise: 06/10/2010 a 01/09/2011 (LC nº 113/2011).

Total de referências: 0.

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015.

A partir do termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento (06/10/2010 – art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) até a data na qual passou a ser regida pelos efeitos da LC nº 113/2011 (01/09/2011), não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Vale ressaltar que, nos termos do art. 12, da Lei Ordinária nº 6.085/2022, "Ficam limitados a 1º de setembro de 2011 os efeitos da Lei Ordinária nº 1983/1990 quanto aos ocupantes dos cargos abrangidos pelo avanço horizontal previsto na Lei Complementar nº 113, de 23 de agosto de 2011."

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, ante a existência de legislação específica incidente à situação funcional do(a) servidor(a), não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 27 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi Presidente da Comissão	
Rômulo Fischer Membro da Comissão	
Edgar Ribeiro de Oliveira Membro da Comissão	Adalberto Salviano Castellain Filho Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANICIA MARIA STOLF

Publicação Nº 5411336

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53286/2023

Servidor (a): ANICIA MARIA STOLF

CPF nº 701.738.429-68

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 16/03/1987

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 30/04/199PORTARIA Nº 1235/98), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi
Presidente da Comissão

Rômulo Fischer
Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira
Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho
Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ANTONIO JOSE DIOGO CORREA

Publicação N° 5411345

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53307/2023

Servidor (a): ANTONIO JOSE DIOGO CORREA

CPF nº 419.209.459-20

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 09/04/1990

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 30/04/1990 (PORTARIA Nº 1234/98), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ARNO HARBS

Publicação N° 5411369

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53384/2023

Servidor (a): ARNO HARBS

CPF nº 154.440.749-15

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 21/02/1983

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 31/01/PORTARIA Nº 2451/00), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 27 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ARTUR CORREA DE NEGREIROS

Publicação Nº 5411371

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53386/2023

Servidor (a): ARTUR CORREA DE NEGREIROS

CPF nº 304.361.179-91

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 01/06/1976

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 01/05/2000 (PORTARIA Nº 01/2006), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 27 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - ASTRID REITER

Publicação Nº 5411376

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53389/2023

Servidor (a): ASTRID REITER

CPF nº 435.920.909-68

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme determinação judicial emanada do processo judicial nº 0302366-75.2015.8.24.0031, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Indaial, determinando "que mantido o reconhecimento da prescrição quinquenal, seja reconhecida a legitimidade passiva do município réu e, no mérito, que este proceda à avaliação de desempenho dos servidores segundo os critérios da Lei Municipal n. 1.983/90, devendo o direito à promoção por merecimento ser aferido posteriormente pela Administração Municipal."

Data de admissão: 01/06/1983

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que a ação judicial foi proposta em 06/10/2015. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 06/10/2010 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 31/10/2000 (PORTARIA Nº 1441/03), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 27 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

RELATÓRIO FINAL - UDIMAR HAFERMANN

Publicação Nº 5411087

RELATÓRIO FINAL

Processo administrativo nº 53282/2023

Servidor (a): UDIMAR HAFERMANN

CPF nº 382.843.169-00

Trata-se de relatório de conclusão da avaliação para progressão por merecimento do(a) servidor(a) em epígrafe, conforme requerimento administrativo com data de protocolo em 26/09/2023.

Considerando que houve a regulamentação do direito por meio da Lei Ordinária nº 6.085/2022, passa-se à análise.

Data de admissão: 22/04/1991

Total: 0% (0 referências).

Conclusão: Verifica-se que o requerimento administrativo foi protocolado em 26/09/2023. Considerando que o termo inicial a que teria direito à avaliação para progressão por merecimento seria a partir de 26/09/2018 (art. 3º, § 10, LO nº 6.085/2022) e que a data da concessão da aposentadoria foi em 01/06/2019 (PORTARIA Nº 874/14), conclui-se que não transcorreu o período mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício a ensejar o direito à avaliação e eventual progressão.

Diante do exposto, a Comissão manifesta-se pela não concessão da progressão por merecimento, não havendo, outrossim, avaliações a serem realizadas por não estar presente o requisito temporal.

Assim, remetemos o presente relatório para apreciação da autoridade competente.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2023.

Roberto Mathiussi

Presidente da Comissão

Rômulo Fischer

Membro da Comissão

Edgar Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão

Adalberto Salviano Castellain Filho

Membro da Comissão

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ALDIR CERUTTI

Publicação Nº 5411014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 53186/2023

SERVIDOR(A): ALDIR CERUTTI

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53186/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Aldir Cerutti, lotado(a) na Secretaria de Obras deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANA PRUSSEK

Publicação Nº 5411027

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53197/2023
SERVIDOR(A): ANA PRUSSEK

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53197/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Ana Prussek, lotado(a) na Secretaria de Obras deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.
Indaial, 04 de dezembro de 2023.
Rafael Nagel
Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANDREIA GARBARI TESSMANN

Publicação Nº 5411035

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53240/2023
SERVIDOR(A): ANDREIA GARBARI TESSMANN

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53240/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Andreia Garbari Tessmann, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.
Indaial, 04 de dezembro de 2023.
Rafael Nagel
Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANDREIA MARIA KRUEGER TOMELIN

Publicação Nº 5411046

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53250/2023
SERVIDOR(A): ANDREIA MARIA KRUEGER TOMELIN

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53250/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Andreia Maria Krueger Tomelin, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANDRESSA TAIS DOS SANTOS

Publicação Nº 5411056

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 53255/2023

SERVIDOR(A): ANDRESSA TAIS DOS SANTOS

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53255/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Andressa Tais Dos Santos, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANELISE FEUZER

Publicação Nº 5411069

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 53266/2023

SERVIDOR(A): ANELISE FEUZER

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53266/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Anelise Feuzer, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANGELA HOESCHL

Publicação Nº 5411082

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53276/2023
SERVIDOR(A): ANGELA HOESCHL

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53276/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Angela Hoeschl, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.
Indaial, 04 de dezembro de 2023.
Rafael Nagel
Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANGELA MARIA KLEMANN

Publicação Nº 5411388

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53395/2023
SERVIDOR(A): ANGELA MARIA KLEMANN

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53395/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Angela Maria Klemann, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.
Indaial, 04 de dezembro de 2023.
Rafael Nagel
Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANICIA MARIA STOLF

Publicação Nº 5411340

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53286/2023
SERVIDOR(A): ANICIA MARIA STOLF

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53286/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Anicia Maria Stolf, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ANTONIO JOSE DIOGO CORREA

Publicação Nº 5411346

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 53307/2023

SERVIDOR(A): ANTÔNIO JOSÉ DIOGO CORREA

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53307/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Antônio José Diogo Correa, lotado(a) na Secretaria de Educação deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ARNO HARBS

Publicação Nº 5411370

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 53384/2023

SERVIDOR(A): ARNO HARBS

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53384/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Arno Harbs, lotado(a) na Secretaria de Planejamento deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ARTUR CORREA DE NEGREIROS

Publicação Nº 5411374

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53386/2023
SERVIDOR(A): ARTUR CORREA DE NEGREIROS

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53386/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Artur Correa de Negreiros, lotado(a) na Secretaria de Obras deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.
Indaial, 04 de dezembro de 2023.
Rafael Nagel
Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ASTRID REITER

Publicação Nº 5411378

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53389/2023
SERVIDOR(A): ASTRID REITER

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53389/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Astrid Reiter, lotado(a) na Secretaria de Administração e Finanças deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.
Indaial, 04 de dezembro de 2023.
Rafael Nagel
Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - UDIMAR HAFERMANN

Publicação Nº 5411090

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: 53282/2023
SERVIDOR(A): UDIMAR HAFERMANN

Na data de 04/12/2023 recebi da comissão especial de avaliação para progressão por merecimento, instituída pelo decreto 3853/2021 e suas alterações, o processo administrativo 53282/2023 contendo a avaliação do superior imediato e relatório final da comissão, referentes ao pedido de avaliação do(a) servidor(a) Udimar Hafemann, lotado(a) na Secretaria de Obras deste Município. Com fulcro na Lei Ordinária 6.085 de 2022 que dispõe sobre avaliação dos servidores para fins de progressão por merecimento e dá outras providências, e no Decreto Municipal 6481/2023 homologo o referido processo.

Da homologação, abre-se o prazo comum de 30 dias para manifestação dos interessados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 105/2010, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente no artigo 92. Decorrido o prazo anteriormente citado, considera-se precluso o prazo para quaisquer manifestações.

Informamos que o presente termo de homologação encerra a análise de mérito da avaliação efetuada pelo Secretário responsável, tendo o presente ato cunho meramente administrativo de impulso processual.

Decorrido o prazo, encaminha-se o processo ao Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças para os procedimentos administrativos atinentes ao pagamento da verba devida.

Assim decido e homologo.

Indaial, 04 de dezembro de 2023.

Rafael Nagel

Coordenador de Atos Administrativos e Legislativos.

Iomerê

PREFEITURA

LEI Nº 1078, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410895

LEI Nº 1078, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aprova e institui a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Iomerê/SC, anexo à presente Lei, que atualiza diretrizes, objetivos, metas e ações a serem adotadas pelo Município na área de saneamento básico municipal, conforme o plano vigente aprovado pela Lei nº 1.042, de 7 de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 8 de dezembro de 2023.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

LEI Nº 1079, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410918

LEI Nº 1079, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera o art. 3º da Lei nº 756, de 25 de novembro de 2013, e dá outras providências.

Art. 1º Altera o art. 3º da Lei nº 756, de 25 de novembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Estado de Santa Catarina deverá cumprir o encargo, às suas expensas, até o prazo máximo de 31 de dezembro de 2027, sendo que, em caso de não cumprimento no prazo assinalado, o patrimônio reverterá em favor da Municipalidade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 8 de dezembro de 2023.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

Ipira

PREFEITURA

152/2023

Publicação Nº 5409667

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
EXTRATO CONTRATUAL

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará contratando através do contrato nº 152/2023 a empresa 27.164.026 DIEGO MAIQUEL DE FREITAS, no valor de R\$8.379,00 (oito mil, trezentos e setenta e nove reais), para contratação de empresa para fornecimento de grama tipo sempre-verde em metros, para plantio no Complexo Esportivo Adão Willibaldo Stein. Informações, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (49) 3558 0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 08 de dezembro de 2023.
IVAN KÖHLER SCHULTE
Secretário Municipal de Educação e Desporto

153/2023

Publicação Nº 5409737

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
EXTRATO CONTRATUAL

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará contratando através do contrato nº 153/2023 a empresa INDUSTRIA MUSICAL - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para realização de show musical com som e luzes da Banda Indústria Musical para o dia 01/02/2024, em comemoração aos 104ª, edição do Kerb de Ipira-SC. Informações, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (49) 3558 0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 08 de dezembro de 2023.
CLAUDINEIA KOCH MORAES
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio

EDITAL 217/2023

Publicação Nº 5409660

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 217/2023
Dispensa de Licitação nº 083/2023 – PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação, para contratação de empresa para fornecimento de grama tipo sempre-verde em metros, para plantio no Complexo Esportivo Adão Willibaldo Stein. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 08 de dezembro de 2023.
IVAN KÖHLER SCHULTE
Secretário Municipal de Educação e Desporto

EDITAL 218/2023

Publicação Nº 5409730

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 218/2023
Inexigibilidade de Licitação nº 064/2023 – PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, para contratação de show musical com som e luzes da Banda Indústria Musical para o dia 01/02/2024, em

comemoração aos 104^a, edição do Kerb de Ipira-SC. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 08 de dezembro de 2023.
CLAUDINEIA KOCH MORAES
Secretaria Municipal de Cultura Turismo Industria e Comercio

EDITAL 219/2023

Publicação N° 5410259

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 219/2023
Pregão Presencial nº 045/2023

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de hora máquina de escavadeira hidráulica, trator de esteira, rolo compactador e outros, para a secretaria de infraestrutura e urbanismo, em conformidade com as especificações constantes no termo de referência deste Edital. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira, SC, 08 de dezembro de 2023.
Celso da Mota
Secretario Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

EDITAL 220/2023

Publicação N° 5411147

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 220/2023
Pregão Presencial nº 046/2023

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de construção para atender as necessidades das secretarias, em relação a reformas e pequenas manutenção, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo A deste Edital. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira, SC, 08 de dezembro de 2023.
Marcelo Baldissera
Prefeito Municipal

EDITAL 221/2023

Publicação N° 5411687

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 221/2023 - PMI
Pregão Eletrônico nº 025/2023 - PMI

A Prefeitura Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspúblicas.com.br para REGISTRO DE PREÇOS para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de óleos lubrificantes e fluídos conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira e da Frota do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0423 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 08 de Dezembro de 2023.
MARCELO BALDISSERA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO 217/2023

Publicação N° 5409665

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 217/2023 - PMI
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 083/2023 – PMI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Ipira nos termos dos relatórios finais apresentado, referente ao Edital de Dispensa de Licitação nº 083/2023, que objetiva a contratação de empresa para fornecimento de grama tipo sempre-verde em metros, para plantio no Complexo Esportivo Adão Willibaldo Stein. ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa: 27.164.026 DIEGO MAIQUEL DE FREITAS, no valor de R\$ 8.379,00 (oito mil, trezentos e setenta e nove reais).

Ipira (SC), 08 de dezembro de 2023.
IVAN KÖHLER SCHULTE
Secretário Municipal de Educação e Desporto

HOMOLOGAÇÃO 218/2023

Publicação N° 5409734

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 218/2023 - PMI
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 064/2023 – PMI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Ipira nos termos dos relatórios finais apresentado, referente ao Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 064/2023, que objetiva a Contratação de show musical com som e luzes da Banda Indústria Musical para o dia 01/02/2024, em comemoração aos 104ª, edição do Kerb de Ipira-SC. ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa: INDUSTRIA MUSICAL - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Ipira (SC), 08 de dezembro de 2023.
CLAUDINEIA KOCH MORAES
Secretaria Municipal de Cultura Turismo Industria e Comercio

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 272/2023

Publicação Nº 5409742

DECRETO MUNICIPAL Nº 272 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ANO DE 2022 E POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 2.003/2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, na administração centralizada, no valor de R\$ 66.800,00 (sessenta e seis mil e oito-centos reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE E OBRAS
Unidade:	07.01	Fundo Munic.desenvolv.rural- FMDR
Proj./Ativ.	0020.0606.0016.1011	Aquisição De Equipamentos, Máquinas E Veículos
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
1.500.7000.0000		Recursos Ordinários 61.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E CULTURA
Unidade:	05.01	Departamento de Educação
Proj./Ativ.	0012.0361.0025.2023	Manutenção Das Ações Do Departamento De Educação
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
1.543.7000.0020		Transferências do FUNDEB - VAAR 1.000,00
Proj./Ativ.	0012.0365.0012.2035	Manutenção Das Atividades Do Fundeb - Pré-Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
1.543.7000.0020		Transferências do FUNDEB - VAAR 1.000,00
Proj./Ativ.	0012.0365.0012.2063	Manutenção Das Atividades Do Fundeb - Creche
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
1.543.7000.0020		Transferências do FUNDEB - VAAR 2.000,00
1.500.1001.0000		Recursos de Imp e Transf de Impostos - Educação 1.800,00
		Total 66.800,00

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, na administração descentralizada – Fundo municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 7.656,70 (sete mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA
Unidade:	10.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
Proj./Ativ.	0010.0304.0008.2025	Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária e Ambiental
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
2.753.7000.0507		Rendimentos Taxa de Fiscalização Sanitária 7.656,70
		Total 7.656,70

Art. 3º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o provável excesso de arrecadação no exercício de 2023 no valor de:

I - de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 1.500.7000.0000 – Recursos Ordinários. Conta Receita: 41721500100000000000.

II - de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 1.543.7000.0020 – Transferências do FUNDEB - VAAR. Conta Receita: 41715520100000000000.

III - de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), oriundos da Fonte de Recursos 1.500.1001.0000 – Recursos de Imp e Transf de Impostos - Educação. Conta Receita: 41721500100000000000.

Art. 5º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 2º, o superávit financeiro verificado no exercício de 2022, nas seguintes contas bancárias:

I. Banco do Brasil Conta 9689-X:

1. Valor de R\$ 263,00 na Fonte de Recursos 2.753.7000.0507 – Rendimentos Taxa de Fiscalização Sanitária;

2. Valor de R\$ 7.393,70 na Fonte de Recursos 2.753.7000.0507 – Rendimentos Taxa de Fiscalização Sanitária;

Art. 6º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2022/2025 - Lei Municipal nº 1.949/2021, da LDO 2022 - Lei Municipal nº 1.954/2021 e da LOA 2022 - Lei Municipal nº 1.965/2021, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 75.456,70 (setenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 08 de dezembro de 2023.

Registre-se e publique-se

ADELIO MARX

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO - CONTRATO 095-2023

Publicação Nº 5410144

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC

EXTRATO CONTRATO Nº 095/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0136/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2023

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Tapa Buraco – Retirado na Usina de Asfalto do CONDER.

DO VALOR TOTAL: R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 23.773.012/0001-54

DA VIGÊNCIA:

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 11 de dezembro de 2023.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 094-2023

Publicação Nº 5406624

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC

EXTRATO CONTRATO nº 094/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0114/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2023

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente contrato consiste na "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERICIAL, DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC

DO VALOR TOTAL: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil. Reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC - CNPJ nº 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: SEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ sob 11.685.926/0001-84

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura

DO FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 11 de dezembro de 2023.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

MINUTA PL 147 DISPENSA ELETRÔNICA 1 - 2023 - MÁQUINAS DE COSTURA

Publicação Nº 5411001

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 242D07F0E2BBBC66D88AC6AAA1ABC6A66A07F68B

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
ESTADO DE SANTA CATARINA
MINUTA EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 1/2023
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 147/2023

HILÁRIO REFFATTI, PREFEITO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal Nº 2.793/2023, de 20 de julho de 2023, com entrega das propostas das 14h30min, do dia 08/12/2023 às 23h59min do dia 13/12/2023, e lances das 08h00 às 15h00 do dia 14/12/2023, exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. O objeto da licitação é: Aquisição de 05(cinco) máquinas de costura para serem utilizadas no Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes dos anexos integrantes do processo, que poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br/licitacoes ou no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital serão disponibilizadas nos endereços eletrônicos acima mencionados, cabendo às licitantes interessadas acompanhar o andamento da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438-3429, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h00 em dias considerados úteis.

Ipumirim, 08/12/2023
HILÁRIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 670-2023 - LICENÇA PREMIO MOACIR

Publicação Nº 5410732

PORTARIA Nº. 670/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Hilário Reffatti, Prefeito do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:
A Moacir Elias Tomazoni, matrícula 2012, Licença Premio de 30 (trinta) dias, a partir do dia 18 de Dezembro a 16 de Janeiro de 2024.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2023.

Ipumirim - SC, 08 de Dezembro de 2023.
HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Ipumirim

Prefeitura Municipal de Ipumirim

Concorrência por Menor Preço - PL 138 CE 2 - 2023

Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação	Julgamento
0001							
	0001	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ORGÂNICOS. COLETA URBANA. 05 COLETAS POR SEMANA.	54.791,15	60	MÊS	Aceito	Menor Preço
	0002	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (SELETIVA). COLETA URBANA. 01 COLETA POR SEMANA, NA QUINTA-FEIRA.	10.658,35	60	MÊS	Aceito	Menor Preço
	0003	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (SELETIVA). COLETA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. 01 COLETA POR SEMANA, NA SEGUNDA-FEIRA.	13.089,78	60	MÊS	Aceito	Menor Preço
	0004	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE ENTULHOS PROVENIENTES DA PODA DE ÁRVORES E DESCARTE DE MÓVEIS, COM UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO EQUIPADO COM BAÚ OU CAÇAMBA COLETORA/COMPACTADORA. 01 COLETA POR SEMANA, NA TERÇA-FEIRA.	11.327,34	60	MÊS	Aceito	Menor Preço
		VALOR TOTAL ESTIMADO	5.391.997,20				
0002							
	0001	VARRIÇÃO MANUAL E USO DE SOPRADOR MECÂNICO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PAVIMENTADOS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO. APROXIMADAMENTE 4,0 KM/DIA DE RUA E LIMPEZA DAS LIXEIRAS PÚBLICAS. 06 VEZES POR SEMANA.	7.650,61	60	MÊS	Deserto	Menor Preço
		VALOR TOTAL ESTIMADO	459.036,60				
0003							
	0001	COLETA, TRANSPORTES, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DE LIXO PATOLÓGICO GRUPOS A, B E E.	1.906,00	60	MÊS	Aceito	Menor Preço
		VALOR TOTAL ESTIMADO	114.360,00				

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
21/11/2023 - 14:04	PL 138 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 2 - 2023 - COLETA DE RESIDUOS.doc
21/11/2023 - 14:04	138-2023-ANEXOS.pdf

Mensagens Enviadas pelo Presidente de Comissão

Data	Assunto	Frase
08/12/2023 - 08:43:38	Negociação aberta para o processo PL 138 CE 2 - 2023	Você recebeu um novo pedido de negociação no lote 1 do processo PL 138 CE 2 - 2023. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
08/12/2023 - 08:43:38	Negociação aberta para o processo PL 138 CE 2 - 2023	Você recebeu um novo pedido de negociação no lote 3 do processo PL 138 CE 2 - 2023. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 14:50:48.
Código verificador: 76ACE9



08/12/2023 - 13:27:33

Envio de Propostas Readequadas PL 138 CE 2 - 2023

A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0001 foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 17:00.

Itens marcados com **** estão cancelados.

Vencedores

CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA - Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 26.522.047/0001-09 - Endereço: RUA TAPAJOS, 280E - CEP: 89814150 - UF: SC - Município: - Telefone: (49) 3322-3565

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0003		LOTE 3					
	0001	Coleta, transportes, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, de lixo patológico Grupos A, B e E.	Próprio	Própria	60 MÊS	1.900,00	114.000,00
TOTAL DO LOTE							R\$ 114.000,00
TOTAL DO VENCEDOR						R\$ 114.000,00	

CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA - Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 00.239.339/0001-45 - Endereço: ROD SC 154 KM 90, SN - CEP: 89790000 - UF: SC - Município: - Telefone: (49) 99958-6371

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		LOTE 1					
	0001	Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares orgânicos. Coleta Urbana. 05 coletas por semana.	n/a	n/a	60 MÊS	54.790,00	3.287.400,00
	0002	Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis (Seletiva). Coleta Urbana. 01 coleta por semana, na Quinta-feira.	n/a	n/a	60 MÊS	10.657,00	639.420,00
	0003	Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis (Seletiva). Coleta no interior do Município. 01 coleta por semana, na Segunda-feira.	n/a	n/a	60 MÊS	13.088,00	785.280,00
	0004	Coleta, transporte e destinação final de Entulhos provenientes da poda de árvores e descarte de móveis, com utilização de veículo equipado com baú ou caçamba coletora/compactadora. 01 coleta por semana, na Terça-feira.	n/a	n/a	60 MÊS	11.326,00	679.560,00
TOTAL DO LOTE							R\$ 5.391.660,00
TOTAL DO VENCEDOR						R\$ 5.391.660,00	

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 14:50:48.
Código verificador: 76ACE9



Propostas Enviadas

LOTE 0001 - ITEM 0001 - Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares orgânicos. Coleta Urbana. 05 coletas por semana.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	00.239.339/0001-45	07/12/2023 - 10:47:50	n/a	n/a	60	R\$54.790,00	R\$ 3.287.400,00	Não

LOTE 0001 - ITEM 0002 - Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis (Seletiva). Coleta Urbana. 01 coleta por semana, na Quinta-feira.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	00.239.339/0001-45	07/12/2023 - 10:48:43	n/a	n/a	60	R\$10.657,00	R\$ 639.420,00	Não

LOTE 0001 - ITEM 0003 - Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis (Seletiva). Coleta no interior do Município. 01 coleta por semana, na Segunda-feira.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	00.239.339/0001-45	07/12/2023 - 10:50:59	n/a	n/a	60	R\$13.088,00	R\$ 785.280,00	Não

LOTE 0001 - ITEM 0004 - Coleta, transporte e destinação final de Entulhos provenientes da poda de árvores e descarte de móveis, com utilização de veículo equipado com baú ou caçamba coletora/compactadora. 01 coleta por semana, na Terça-feira.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	00.239.339/0001-45	07/12/2023 - 10:51:30	n/a	n/a	60	R\$11.326,00	R\$ 679.560,00	Não

LOTE 0002 - ITEM 0001 - Varrição manual e uso de soprador mecânico em vias e logradouros públicos pavimentados, no perímetro urbano do Município. Aproximadamente 4,0 km/dia de rua e limpeza das lixeiras públicas. 06 vezes por semana.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

LOTE 0003 - ITEM 0001 - Coleta, transportes, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, de lixo patológico Grupos A, B e E.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Servioeste Soluções Ambientais Ltda	03.392.348/0001-60	07/12/2023 - 10:19:06	Próprio	Propria	60	R\$1.906,00	R\$ 114.360,00	Não
CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA	26.522.047/0001-09	07/12/2023 - 11:46:23	Próprio	Própria	60	R\$1.900,00	R\$ 114.000,00	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Servioeste Soluções Ambientais Ltda	03.392.348/0001-60	90 dias
CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA	26.522.047/0001-09	90 dias
CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	00.239.339/0001-45	90 dias

Lances Enviados

0001 - LOTE 1

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/12/2023 - 10:51:30	5.391.660,00 (proposta)	00.239.339/0001-45 - CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	Válido

Página 3 de 5



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 14:50:48.
Código verificador: 76ACE9



0003 - LOTE 3

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/12/2023 - 10:19:06	114.360,00 (proposta)	03.392.348/0001-60 - Servioeste Soluções Ambientais Ltda	Válido
07/12/2023 - 11:46:23	114.000,00 (proposta)	26.522.047/0001-09 - CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA	Válido

Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Dt. de Validade	Arquivo
CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	07/12/2023 - 10:29	BRUNA KLEIN	-	-	-	-	Documentos de habilitação conforme edital (arquivo único)
CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA	07/12/2023 - 14:49	Evandro Roberto Rosset	-	-	-	-	Documentos de habilitação conforme edital (arquivo único)

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
08/12/2023 - 14:30	- -	- -

Classificação Parcial

LOTE 0001 - LOTE 1

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA	00.239.339/0001-45	Arrematante	5.391.660,00

¹ Arrematante; Desclassificado; Inabilitado, Classificado e Rejeitado.

LOTE 0003 - LOTE 3

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA	26.522.047/0001-09	Arrematante	114.000,00
2º	Servioeste Soluções Ambientais Ltda	03.392.348/0001-60	Classificado	114.360,00

¹ Arrematante; Desclassificado; Inabilitado, Classificado e Rejeitado.

Chat

Data	Apelido	Frase
21/11/2023 - 14:10:54	Sistema	Justificativa para aplicação da lei complementar 123/2006 no processo: A licitação possui lotes cujo valor global não extrapola garantidamente a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte..
08/12/2023 - 08:31:17	Presidente da Comissão	Bom dia Senhores Licitantes!
08/12/2023 - 08:31:21	Presidente da Comissão	Agradecemos a participação de todos.
08/12/2023 - 08:31:30	Presidente da Comissão	Neste momento eu e a equipe de apoio iremos efetuar uma breve análise das propostas, e em seguida abriremos o item para envio de lances, por favor aguardem!
08/12/2023 - 08:31:39	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
08/12/2023 - 08:32:53	Sistema	O lote 0002 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo presidente de comissão.
08/12/2023 - 08:32:53	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
08/12/2023 - 08:32:54	Sistema	Conforme 2.793/2023 No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 14:50:48.
Código verificador: 76ACE9



08/12/2023 - 08:32:54	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R\$ 500,00. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
08/12/2023 - 08:33:09	Sistema	O lote 0001 foi aberto pelo presidente de comissão.
08/12/2023 - 08:33:11	Sistema	O lote 0003 foi aberto pelo presidente de comissão.
08/12/2023 - 08:33:11	Sistema	O lote 0003 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
08/12/2023 - 08:33:24	Presidente da Comissão	Senhores licitantes, por favor ofertem seus melhores lances.
08/12/2023 - 08:43:09	Sistema	O lote 0001 foi encerrado.
08/12/2023 - 08:43:12	Sistema	O lote 0003 foi encerrado.
08/12/2023 - 08:43:38	Sistema	O lote 0001 teve como arrematante CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA - Ltda/Eireli com lance de R\$ 5.391.660,00.
08/12/2023 - 08:43:38	Sistema	O lote 0003 teve como arrematante CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA - EPP/SS com lance de R\$ 114.000,00.
08/12/2023 - 08:43:38	Sistema	Iniciada a fase de negociação.
08/12/2023 - 08:43:58	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 10:45.
08/12/2023 - 08:44:11	Presidente da Comissão	Senhores arrematantes, solicito que neste período de negociação seja avaliado a possibilidade de redução dos lances ofertados.
08/12/2023 - 08:44:18	Presidente da Comissão	E após a avaliação, seja anexada a proposta final documentada (proposta readequada), dentro dos requisitos habilitatórios editalícios, com os valores atualizados.
08/12/2023 - 08:44:23	Presidente da Comissão	Após o horário definido para negociação, desde que a proposta readequada seja enviada, analisaremos a documentação.
08/12/2023 - 09:02:33	Sistema	A proposta readequada do lote 0001 foi anexada ao processo.
08/12/2023 - 09:19:51	Sistema	A proposta readequada do lote 0003 foi anexada ao processo.
08/12/2023 - 09:21:48	Sistema	O lote 0003 recebeu uma nova proposta readequada.
08/12/2023 - 10:47:17	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 11:15.
08/12/2023 - 10:47:18	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 11:15.
08/12/2023 - 11:25:36	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0003 foi aprovada pelo Presidente de Comissão.
08/12/2023 - 11:25:52	Sistema	Para o lote 0003 foi habilitado o fornecedor CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA.
08/12/2023 - 13:27:33	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0001 foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 17:00.
08/12/2023 - 13:33:59	Sistema	O lote 0001 recebeu uma nova proposta readequada.
08/12/2023 - 13:43:18	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0001 foi aprovada pelo Presidente de Comissão.
08/12/2023 - 13:43:29	Sistema	Para o lote 0001 foi habilitado o fornecedor CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA.
08/12/2023 - 13:43:31	Sistema	A habilitação do lote 0001 foi encerrada.
08/12/2023 - 13:43:36	Sistema	A habilitação do lote 0003 foi encerrada.
08/12/2023 - 13:44:05	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 14:30.
08/12/2023 - 13:44:05	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo presidente de comissão para 08/12/2023 às 14:30.
08/12/2023 - 14:50:18	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.

Iago José Petrechen

Presidente de Comissão

Página 5 de 5



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 14:50:48.
Código verificador: 76ACE9



Publicação Nº 5410104



LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação revogadas.

Ipumirim, aos 07dias do mês de dezembro de 2023.

**HILARIO
REFFATTI**
2778233091

Assinado digitalmente por HILARIO
REFATTI: 2778233091
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RECEITA FEDERAL DO BRASIL, OU=ICP-
BR, OU=ARQUITETURA DE SOLUÇÕES DIGITAIS,
OU=Infraestrutura de Serviços Públicos,
1.15679750000.18, CN=HILARIO
REFATTI: 2778233091
Data: 2023.12.08 09:47:42-03'00'
Localidade:
Data: 2023.12.08 09:47:42-03'00'
Font: PDF Reader Version: 12.1.2

Hilário Reffatti
Prefeito de Ipumirim

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC - CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PL 145 IL 26 - 2023 - ELÉTRICA JLB LTDA

Publicação Nº 5409992

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F62FD0D1AE0D318D7A35E687FDCBBD425364430C

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 Telefone: (49) 3438-3400 Endereço: RUA DOM PEDRO II, 230 - CENTRO CEP: 89790-000 - Ipumirim	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 26/2023
	Processo Adm.: 145/2023 Data do Processo: 07/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 25, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 145/2023
b) **Nr. Licitação:** 26/2023 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** a contratação da empresa **ELÉTRICA JLB LTDA** para prestação de serviços especializados de eletricista, destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do Município de Ipumirim-SC, tudo conforme edital de chamamento público 3/2023, Termo de Referência e seus anexos.

Participante: ELETRICA JLB LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços de eletricista	1,000	H	42,00	42,00
2	Prestação de serviços de assistente de eletricista.	1,000	H	30,00	30,00
Total do Participante:					72,00
Total Geral:					72,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Gestão das Ações do Departamento de Administração	03.001.04.122.0003.2003.3.3.90.00.00	R\$ 72,00

Ipumirim, 08/12/2023

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 099 2023

Publicação Nº 5409839

DECRETO Nº 099/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

Descreve imóveis isentos de IPTU e taxa de coleta de lixo, por estarem cedidos para estacionamento conforme Lei Municipal 1582/2023 e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto, listados os imóveis isentos de IPTU e a taxa de coleta de lixo para o ano de 2024, conforme descreve a Lei Municipal 1582/2023 de 11 de julho de 2023:

- Nº Matrícula: 17.428
- Proprietário: Norlei Luiz Bertoldo CPF 589.785.939-68
- Informações do lote: Zona 001, setor 1, quadra 12, lote10, Rua Dona Paulina, SN.

Art. 2º - O imóvel descrito acima ficara isento da cobrança de IPTU e a taxa de coleta de lixo para o ano de 2024, por se enquadrar nos requisitos da presente Lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, e ficam revogadas as disposições em contrario.

Iraceminha (SC), 07 de dezembro de 2023.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 746/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409751

PORTARIA Nº 746/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, Rosilei Cursel, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 1º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 747/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409753

PORTARIA Nº 747/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, Suzane Longo Peruzzo, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 2º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 748/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409758

PORTARIA Nº 748/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, Juliana Maria Griza de Oliveira, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 3º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 749/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409763

PORTARIA Nº 749/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, José Noel Santos Menezes, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 4º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 750/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409781

PORTARIA Nº 750/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, Crisley Maciel Dalla Costa, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 5º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse

do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 751/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409785

PORTARIA Nº 751/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, Rosemar Botega Fabris, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 6º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 752/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409787

PORTARIA Nº 752/2023, de 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, Juliana das Neves Sarturi, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado ao quadro do Magistério Público do Município de Irani, em razão da sua aprovação, em 7º lugar, no Concurso Público nº 01/2023, devendo tomar posse do cargo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta data.

Art. 2º - A posse somente será validada, mediante a entrega de toda a documentação e comprovantes dos requisitos exigidos no Edital nº 01/2023 do citado concurso público.

Art. 3º - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido no Art. 1º, prosseguindo-se na nomeação dos demais candidatos na ordem de classificação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 753/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409792

PORTARIA Nº. 753/2023 de 06 de dezembro de 2023.
"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 29, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR a servidora Sandra Camila Blotz, ocupante do cargo em caráter temporário de Professor, carga horária de 20 horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 5762, contratada através da Portaria nº 666/2023 de 14 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 05 de dezembro de 2023.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 754/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409793

PORTARIA Nº. 754/2023 de 06 de dezembro de 2023.
"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 29, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR a servidora Josiane Rosa dos Santos, ocupante do cargo em caráter temporário de Professor, carga horária de 20 horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 5760, contratada através da Portaria nº 665/2023 de 13 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 05 de dezembro de 2023.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 755/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409795

PORTARIA Nº 755/2023 de 06 de dezembro de 2023.
"NOMEIA CHEFE DO EQUIPE (IV) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 156/2023, de 23 de fevereiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. Clione Ferrasso, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de equipe (IV), carga horária de 40 horas semanais, atribuições previstas no Anexo II- IX.5 da Lei Complementar nº 156/2023 de 23 de fevereiro de 2023, com vencimentos previstos no Nível: CC4, da presente Lei.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 06 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 4557 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411839

Decreto 4.557 de 08 de dezembro de 2023

Concede a permissão de uso de bens públicos do Município de Irineópolis a diversas Associações de Agricultores em atividade no Município de Irineópolis.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo 3º do Artigo 98 da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Artigo 1º: Fica permitido, a título precário e gratuito, por tempo determinado, mediante termo, o uso os seguintes bens públicos, devidamente registrados no patrimônio municipal, as seguintes associações:

I. A Associação de Agricultores Amigos da Terra Boa, inscrita no CNPJ 10.814.787/0001-89, com sede na Localidade de Pé da Serra, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 6317, Placa 5690: Um Botijão criogênico MVE XC 20/20;
- b. Patrimônio 9482: Uma Colhedora de Forragem, Marca/Modelo Pecus 9004 geração 4, série PP.PP.ES.04693;
- c. Patrimônio 10079: Uma Roçadeira Marca/Modelo Costal FS 220 com faca 3P;
- d. Patrimônio 10802, Placa 9903: Um Botijão Criogênico Cryofarm YDS-20, 20 Litros;
- e. Patrimônio 12733, Placa 11590: Um Distribuidor de Adubo e Calcário Marca/Modelo Budny 2500Kg, série 043469020001;
- f. Patrimônio 13900: Uma Caçamba Carregadeira Traseira, Marca/Modelo Almeida, série 20162153;
- g. Patrimônio 13918: Uma Lâmina Niveladora Hidráulica, Marca/Modelo LNR Scarabelot, ano 2016, série 000.772,;
- h. Patrimônio 16417: Um distribuidor de fertilizantes pendular, marca/modelo Triton Rotax Pendular 650, série 89110.
- i. Patrimônio 16426, Um distribuidor de Calcário, marca/modelo Kohler DC3000, série 20/2927.

II. A Associação de Pequenos Agricultores Ecológicos e Orgânicos de Irineópolis (APAECO), inscrita no CNPJ 04.999.226/0001-07, com sede na Localidade de Colônia Escada, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 5813, placa 5326: Uma Depenadeira para Frangos, marca/modelo Frigomaq;
- b. Patrimônio 5814, placa 5327: Uma Mesa Para Evisceração em Inox marca/modelo Frigomaq;
- c. Patrimônio 5828, placa 5330: Uma Nórea Elétrica em Aço Galvanizado
- d. Patrimônio 5977, placa 6039: Um Triturador Elétrico tipo facas;
- e. Patrimônio 6325, placa 5691: Um Computador com as seguintes características:
 - i. Processador 3.0GHz 2MB Cache;
 - ii. Placa-mão com chipset I865;
 - iii. 1Gb memória DDR RAM ;
 - iv. Disco Rígido HD 160GB/7200RPM;
 - v. Monitor LCD 17" AOC 1280x1024@75Hz
 - vi. Gravador de DVD
 - vii. Caixas de Som
 - viii. Teclado e Mouse
- f. Patrimônio 6328, placa 5694: Uma Nórea Manual em Aço Galvanizado;
- g. Patrimônio 7057, placa 6469: Uma Mesa Para embalagem de Frangos em aço Inox;
- h. Patrimônio 7103: Um Silo Subterrâneo em PEAD, 12,80x12,80m;
- i. Patrimônio 7104, placa 6499: Uma Máquina de Fabricação de Ração;
- j. Patrimônio 7105, placa 5041: Uma Serra Fita, marca/modelo Hidro Monofásico 220v;
- k. Patrimônio 7106, placa 6506: Uma Balança Eletrônica, marca/modelo Digipesa 150kg;
- l. Patrimônio 7107, placa 6507: Uma Lavadora de Alta Pressão, marca/modelo Karcher 200w;
- m. Patrimônio 7108, placa 6508: Um Esterilizador Elétrico para facas, marca/modelo Cimapi;
- n. Patrimônio 7109: 150 Caixas Plásticas, marca/modelo Mercoplasa;
- o. Patrimônio 7110, placa 6500: Um Chiller Helicóide, Marca/Modelo Machnews;
- p. Patrimônio 7111, placa 6509: Uma câmara Fria Estacionária, 4x4 metros, 2.30 altura, Marca/Modelo Caiçara;
- q. Patrimônio 9480, distribuidor de adubo orgânico com esteira(calcareadeira) marca/modelo Daosiers Mepel 3 Ton, série 11.26.608;

III. A Associação de Agricultores de Campo do Meio, inscrita no CNPJ 26.979.839/0001-07, com sede na Localidade de Campo do Meio, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 13972: Uma Colhedora de Forragens com Plataforma de Colheita, marca/modelo Nogueira NewPecus, ano 2016, série BCVG-024530/AHBF-0060, cor predominante vermelha;
- b. Patrimônio 14039: Uma Lâmina Traseira Hidráulica marca/modelo São José 2,4m, série 2907/17;
- c. Patrimônio 16424: Um distribuidor de calcário/adubo(calcareadeira), marca/modelo: IAC 1.6m³, série 1058;

IV. A Associação de Agricultores e Fruticultores de Irineópolis, inscrita no CNPJ 02.568.591/0001-23, com sede na Localidade de Colônia Escada, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 3800, Placa 4075: Um conjunto de inseminação artificial bovino, contendo:

- i. Um Botijão criogênico MVE Volta 20;
- ii. Um Aplicador Universal
- iii. Um Termômetro Digital;
- iv. Um estojo
- v. Uma Pinça de Metal
- b. Patrimônio 4707, Placa 4580: Uma Plaina Traseira, marca/modelo Tatu PTI, 2,30m;
- c. Patrimônio 7437, Placa 6740: Uma Colhedora Forrageira, marca/modelo Pecu 9004 geração 4; inclui: roda, bica; série MP/PN/ESA 1731;
- d. Patrimônio 7439, Placa 6742: Uma Caçamba Carregadeira Traseira, marca/modelo Becker, ano 2009, série 2412, cor predominante: Amarela;
- e. Patrimônio 7440, Placa 6743: Uma Semeadeira Adubadeira marca/modelo Royalflow-600MN, série NP/PN/OG/2024;
- f. Patrimônio 7444, Placa 6744: Um Cortador para Cebolas, marca/modelo Chamm 006-E, série 364;
- g. Patrimônio 10912: Uma Lâmina Niveladora, marca/modelo Scarabelot 2,50m 30012013, série 00.264;
- h. Patrimônio 12122: Uma Plaina Agrícola Niveladora de Arrasto, marca/modelo GTS Planner 310HD, Ano 2014, série 1001468, cor predominante: Prata;
- i. Patrimônio 13901: Um Distribuidor de Calcário e Adubo(calcareadeira), marca/modelo Budny, série 0564190-001EW;
- j. Patrimônio 14284: Uma Enxada Rotativa com Encanteirador, marca/modelo Agroprata, série 1127, cor predominante: Verde;
- k. Um imóvel com área total de 7.034,50 m² (sete mil e trinta e quatro metros quadrados e cinquenta centímetros quadrados), com edificação de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados), onde está localizada a Escola Isolada Colônia Escada;
- l. Patrimônio 18379: Colhedora da Forragens/Ensiladeira com Coletor: Marca Modelo: Pinheiro Max Gold Premier, Série 0392/000706/22, Cor Predominante: Verde, Ano/Fabricação: 2022;
- m. Patrimônio 18471: Concha Traseira Manual, Marca/Modelo: Dcomaq PCD Série/Chassi 1186, Ano 2022;
- n. Patrimônio 18473: Distribuidor de Adubo e Calcário(Calcareadeira), Marca/Modelo Algor DAS 4000, Série/Chassi 821, Ano 2022, cor predominante: Cinza;

V. A Associação de Agricultores Comunidades Unidas de Km 13, inscrita no CNPJ 11.556.122/0010-85, com sede na Localidade de Km 13, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 8683: Um Arado Subsolador 5 hastes sem discos;
- b. Patrimônio 10094: Uma Plaina Traseira, marca/modelo Kohler PL285 2,5m LT 1641;
- c. Patrimônio 12721, Placa 11574: Uma Grade Aradadora Pesada, marca/modelo Cervo 16x26 Série 05370;
- d. Um imóvel com área de 6400 m² (seis mil e quatrocentos metros quadrados), onde se encontra edificada a escola isolada do Km 12 (hoje extinta), Localidade de Km 13, Município de Irineópolis/SC;
- e. Patrimônio 18109: Distribuidor de Esterco - Capacidade de 4000 Litros, marca Lumeco LMO 4000L com 4 Pneus Novos, Série: 444/2022;

VI. A Associação de Agricultores Ipê da Comunidade do Km 20, inscrita no CNPJ 10.848.961/0001-04, com sede na Localidade de Km 20, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 10090: Uma Plaina Traseira, marca/modelo Kohler PL285 2,5m, LT 1637;
- b. Patrimônio 10096: Um Distribuidor de Calcário marca/modelo IAC 3000kg, série 2255;
- c. Patrimônio 10785: Uma Roçadeira Costal marca/modelo Stihl FS 220 com faca 3P,.
- d. Patrimônio 10800, placa 9901: Um Botijão criogênico, marca/modelo YDS-20 600DS, 20 Litros;
- e. Patrimônio 12120: Uma Plaina Agrícola Niveladora de Arrasto, marca/modelo GTS Planner 310HD, ano 2014, série 1001434, cor predominante: prata;
- f. Patrimônio 16450: Um Distribuidor de Fertilizantes Pendular marca/modelo Triton Rotax Pendular 650, Ano 2020, série 89112, cor predominante: Amarelo/Verde;
- g. Patrimônio 18474: Guincho Manual(Pescoço de Ganso) Marca/Modelo: Dcomaq GHD 1000, Série 1232, Ano 2022, Cor predominante: Verde;
- h. Patrimônio 18375: Grade Aradora com controle remoto Marca/Modelo: Cervo APC MR 14x26 ESP 240mm, Cor Predominante: Vermelho, Série 05668, Chassi 11347, Ano/Fabricação 2022;
- i. Patrimônio 18476: Rachador de Lenha Movido a Pistão Marca/Modelo: Dcomaq RLH 1000 Série/Chassi 1231, ano 2022, cor predominante: Verde.

VII. A Associação dos Produtores de Leite de Irineópolis, inscrita no CNPJ 11.556.122/0010-85, com sede na Localidade de Vila Nova, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 6872, Placa 5114: Um Botijão criogênico MVE, Volta 20;
- b. Patrimônio 7749, Placa 6966: Um Botijão criogênico MVE XC 20/20;
- c. Patrimônio 7750, Placa 6967: Um Botijão criogênico MVE XC 20/20;
- d. Patrimônio 7751, Placa 6968: Um Botijão criogênico MVE XC 20/20;
- e. Patrimônio 7752, Placa 6969: Um Botijão criogênico MVE XC 20/20;
- f. Patrimônio 9777, Placa 8593: Um Botijão de Sêmen CRV 17 Litros;
- g. Patrimônio 12701, Placa 11555: Um conjunto de Inseminação artificial contendo:
- i. Um Botijão se Semen com capacidade nominal para 720 doses de Semen e 20 Litros de Nitrogênio Líquido;
- ii. 6 Canisters;
- iii. Um Aplicador Universal;
- iv. Um Termômetro Digital;
- v. Uma Caixa Inseminadora;
- vi. Uma Pinça.
- h. Patrimônio 16415, Distribuidor de Esterco Líquido, marca/modelo Triton DEL 4000, série/chassi 15376, um eixo rodado, capacidade de 4000L.

VIII. A Associação de Desenvolvimento de Moradores Novo Horizonte, inscrita no CNPJ 11.061.548/0001-68, com sede na Localidade de

Colônia Serra de Boa Vista, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 3958, placa 4102: Uma batedeira, marca/modelo Triton TR-791 H p/ hidráulico com alimentador, ano 2003, série 336;
- b. Patrimônio 9477: Uma Plaina Agrícola Traseira, marca/modelo PTPL 2300;
- c. Patrimônio 16447: Um Classificador de Sementes, marca/modelo CIMISA Micro CS 3B, série 1311
- d. Patrimônio 16449: Um distribuidor de fertilizantes pendular, marca/modelo Rotax, Triton 650, série 89111.
- e. Patrimônio 18376: Grade Aradora com controle remoto Marca/Modelo: Cervo APC MR 14x26 ESP 240mm, Cor Predominante: Vermelho, Série 5669, Chassi 11348, Ano/Fabricação 2022;
- f. Patrimônio 18468: Roçadeira Agrícola Mecânica, Marca/Modelo Metal Freitas RTE 200, Série/Chassi 134, ano 2022, cor predominante: verde,.
- g. Patrimônio 19370: Picadeira Ensiladeira com coletor, 12 facas. marca mfw modelo fh65100 ano 2022, número de série 2553.

IX. A Associação Força da Natureza, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.575.432/0001-56, com sede na Localidade de Pé da Serra, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 3317: Um terreno rural medindo 2760m² (dois mil setecentos e sessenta metros quadrados) onde se encontra localizada a escola isolada do Pé da Serra da Boa vista, transcrito no registro de imóveis da Comarca de Porto União, sob o número 22834 na data de 28/07/1970;
- b. Patrimônio 3961, placa 4105: Uma Forrageira/Ensiladeira marca/modelo IBL FS 30S, série 129313/129314, com acessórios para trator, ano 2003;
- c. Patrimônio 6832: Uma lâmina Niveladora reversível 2,50m;
- d. Patrimônio 8682: Um Arado Subsolador de 5 hastes sem discos;
- e. Patrimônio 10078: Uma Roçadeira Costal marca/modelo FS220 com faca 3p;
- f. Patrimônio 10803: Um Distribuidor de Calcário marca/modelo IAC 3000kg, série 2258;
- g. Patrimônio 14278: Um Raspo Transportador hidráulico marca/modelo Manja PT2, série 512, ano 2017;
- h. Patrimônio 14280: Uma caçamba carregadeira traseira, marca/modelo Almeida 180 kg, ano 2017, série 2017/3850;
- i. Patrimônio 14283: Uma roçadeira mecânica, marca/modelo Agoprata, série 1138, ano 2017;
- j. Patrimônio 16452: Distribuidor de fertilizantes marca/modelo Triton Rotax Pendular, série 89114, ano 2020, cor: amarelo/verde
- k. Patrimônio 18475: Batedor de Cereais Marca/Modelo: Maqtron B380, Série/Chassi: 24476, Ano 2022 Cor predominante: Azul.
- l. Patrimônio 18357: Plantadeira/Adubadeira de Quatro Linhas Marca/Modelo: Planter Linea PH6005/4L, Ano de Fabricação: 2022 Chassi: 3802, cor: Vermelha/Amarela;

X. A Associação Pedra Branca, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.121.932/0001-67, com sede na Localidade de Pedra Branca, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 3977, placa 4121: Um distribuidor de Calcário marca/modelo Jumil JM LD 2050TT;
- b. Patrimônio 4728, placa 4591: Um conjunto de Inseminação artificial contendo:
 - i. Um Botijão criogênico MVE Volta 20;
 - ii. Um Aplicador Universal;
 - iii. Um termômetro Digital;
 - iv. Um Estojo;
 - v. Uma Pinça de Metal;
- c. Patrimônio 9475: Uma Plaina Agrícola traseira marca/modelo PTPL 2300;
- d. Patrimônio 9484: Uma Colhedora de Forragem marca/modelo Nogueira Pecu 9004, geração 4, série 99.99.ES.04688;
- e. Patrimônio 10072: Uma Roçadeira Costal marca/modelo FS 220 com faca 3P;
- f. Patrimônio 14038: Uma Lâmina Traseira Hidráulica, marca/modelo São José 2,4m, série 2905/17;
- g. Patrimônio 14040: Um distribuidor de fertilizantes, marca/modelo JF, série BCBG 025300;
- h. Patrimônio 14043: Um raspo transportador traseiro, marca/modelo série 011891;
- i. Patrimônio 16428: Um Distribuidor de Calcário, marca modelo DC3000, série 2929.
- j. Patrimônio 19369: Grade Aradora de arrasto, marca/fabricante: fortsul - modelo: ga14dcr - série/chassi: 00730 - ano de fabricação: 2023 - cor: cinza.

XI. A Associação de Agricultores das Comunidades de Esperança do Rio Branco e São José do Timbozinho, inscrita no CNPJ 06.964.023/0001-00, com sede na Localidade de São José do Timbozinho, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 4704, placa 4577: Uma Plaina Traseira, marca/modelo Tatu PTL 2,30m;
- b. Patrimônio 7112, placa 6513: Um Botijão Criogênico MVE, marca/modelo Volta 20 -;
- c. Patrimônio 9479: Um Distribuidor de Adubo e Calcário(calcareadeira), marca/modelo Daosiers Mepel 3Ton, aro 16';
- d. Patrimônio 12119: Uma Plaina Agrícola Nivelador de Arrasto, marca/modelo GTS Planner 310HD, ano 2014, série: 1001433, cor predominante prata.
- e. Patrimônio 16423: Um Distribuidor de Calcário, marca/modelo IAC 1,6m³, série 1057, cor predominante: vermelho;
- f. Patrimônio 18467: Carreta Basculante Hidráulica, Marca/Modelo: Metal Freitas MFME 6T, série/chassi 991, Ano 2022 Cor predominante: Verde;
- g. Patrimônio 18470: Roçadeira Agrícola Mecânica, Marca/Modelo Metal Freitas RTE 200, Série/Chassi 136, ano 2022, cor predominante: verde;
- h. Patrimônio 19373: Distribuidor de fertilizante do tipo Pendular, marca pinheiro máquinas, modelo dpp 600, serie 0440/002421/23, novo, cor verde.

XII. A Agricultores do Rio Vermelho, inscrita no CNPJ 07.378.769/0001-97, com sede na Localidade de Rio Vermelho, Município de Irineópolis/SC:

- a. Patrimônio 7113, Placa 6514: Um Botijão criogênico MVE Volta 20;
- b. Patrimônio 9478: Uma Batedeira de Cereais marca/modelo Triton TR 385, série TR385/7540, Ano 2011.
- c. Patrimônio 10095: Uma Plaina Traseira, marca/modelo Kohler PL285 2,5m, série 1642;
- d. Patrimônio 18378: Colhedora da Forragens/Ensiladeira com Coletor: Marca Modelo: Pinheiro Max Gold Premier, Série 0392/000705/22,

Cor Predominante: Verde, Ano/Fabricação: 2022.

e. Patrimônio 18107: Distribuidor de esterco - Capacidade de 4000 Litros, marca Lumeco LMO 4000L com 4 Pneus Novos, Série: 446/2022;

XIII. A Associação de Moradores e Agricultores de São José do Timbozinho, inscrita no CNPJ 10.848.961/0001-04, com sede na Localidade de São José do Timbozinho, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 14041: Um Distribuidor de Fertilizantes, marca/modelo FS, série BCBG 025302;

b. Patrimônio 16411: Um Distribuidor de Calcário, marca/Modelo IAC, 1.6m³ 350kg, série 2054, cor vermelho;

c. Patrimônio 19368: Plantadeira de arrasto com 5 linhas, marca/fabricante: knapik - modelo: h5I - série/chassi: tt037/23 - ano de fabricação: 2023 - cor: cinza/azul/laranja.

XIV. A Associação de Moradores de São Pascoal, inscrita no CNPJ 02.935.829/0001-01, com sede na Localidade de São Pascoal, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 3976, Placa 4120: Um distribuidor de calcário marca/modelo Jumil JM LD 2050TT;

b. Patrimônio 4706, placa 4579: Uma Plaina traseira, marca/modelo Tatu PLT 2,30m;

c. Patrimônio 7070: Uma grade Aradora 14x26x6,00 com controle remoto, 14 discos;

d. Patrimônio 14721: Distribuidor de calcário e adubo marca/modelo Tatu DCA 2 2500, ano 2018, cor: verde;

e. Patrimônio 18355: Raspo transportador, Marca/Modelo: FOLMAQ PFC Ano de fabricação 2022, modelo dpp 600, série/chassi 863, cor vermelha.

XV. A Associação de Agricultores de São Sebastião do Timbozinho, inscrita no CNPJ 18.382.794/0001-60, com sede na Localidade de São Sebastião do Timbozinho:

a. Patrimônio 14281: Um Distribuidor de Calcário e Adubo, marca/modelo Budny, ano 2014, capacidade 2500kg, série 14203, cor predominante: laranja.

b. Patrimônio 16413: Uma Plaina traseira Mecânica, marca/modelo Budny PBN 3000, Série 17436.

c. Patrimônio 16448: Concha traseira marca/modelo Folmaq CTBF série 783 2020 Verde;

d. Patrimônio 18377: Grade Aradora com controle remoto Marca/Modelo: Cervo APC MR 14x26 ESP 240mm, Cor Predominante: Vermelho, Série 5670, Chassi 11349, Ano/Fabricação 2022.

e. Patrimônio 18469: Roçadeira Agrícola Mecânica, Marca/Modelo Metal Freitas RTE 200, Série/Chassi 135, ano 2022, cor predominante: verde;

XVI. A Associação de Agricultores Colina Verde da Comunidade de Serra Chata, inscrita no CNPJ 05.543.575/0001-74, com sede na Localidade de Serra Chata, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 3960: Uma Forrageira/Ensiladeira, Marca/Modelo IBL FE-30, ano 2003, com alimentador, cardã e acessórios para trator;

b. Patrimônio 3978: Um Distribuidor de calcário, Marca/Modelo Jumil JM LD 2050TT, 2500kg, com esteira de 50cm, rodas/pneus 7,50x16;

c. Patrimônio 4705: Uma Plaina traseira, Marca/Modelo Tatu PLT 2.30m;

d. Patrimônio 10083: Uma Roçadeira Marca/Modelo Costal FS220 com faca 3P;

e. Patrimônio 16416: Distribuidor de Fertilizantes Pendular, marca/modelo Triton Rotax 650, série 89109.

f. Patrimônio 16427: Distribuidor de Calcário e Fertilizante(calcareadeira), marca/modelo DC3000, série 2928.

g. Patrimônio 18478: Plaina Traseira Manual: Marca/Modelo PTSR 2300, Série/Chassi 5750, ano 2022, cor predominante Cinza.

XVII. A Associação de Agricultores da Serrinha, inscrita no CNPJ 07.863.267/0001-51, com sede na Localidade de Serrinha, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 3979, placa 4123: Um distribuidor de Calcário marca/modelo Jumil JM LD 2055TT;

b. Patrimônio 9481, Uma Colhedora de Forragem, marca/modelo Nogueira Pecu 9004, Geração 4, série PN.PP.ES.04587, ano 2011;

c. Patrimônio 10092, Uma Plaina Traseira marca/modelo Kohler LT 1639;

d. Patrimônio 10801, placa 9902: Um botijão criogênico, marca/modelo Cryofarm YDS-20 600DS;

e. A fração do Patrimônio 4.147 consistindo em: prédio com 200 m² onde funcionava o antigo posto de saúde da Localidade de Serrinha,, localizado ao lado do prédio da creche da Serrinha dos Gonsalves(atualmente desativada), edificado em terreno registrado na matrícula 3.347, do registro de imóveis de Porto União, situado na Localidade de Serrinha dos Gonçalves, Município de Irineópolis/SC com as seguintes confrontações e medidas: ao norte com o Posto de Saúde de Serrinha na extensão de 50 metros, ao sul com a Igreja da Localidade de Serrinha na extensão de 50 metros, ao oeste com a estrada Municipal na extensão de 50 metros, ao leste com terreno particular na extensão de 50 metros

f. Os seguintes móveis que guarnecem o edifício:

g. 10(dez) conjuntos de carteira/cadeira estudantil em plástico amarelo;

h. 5(cinco) conjuntos de carteira/cadeira estudantil em plástico azul;

i. Uma mesa de reuniões com as medidas de 0,80 m de largura por 2,75 m de comprimento;

j. 2(duas) escrivaninhas em formica, cor bege;

XVIII. A Associação de Agricultores da Comunidade de Vila Nova do Timbó, inscrita no CNPJ 00.848.808/0001-23, com sede na Localidade de Vila Nova do Timbó, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 9476: Uma Plaina Agrícola Traseira, Marca/Modelo PTPL 2300;

b. Patrimônio 9483: Uma Colhedora de Forragem, Marca/Modelo Pecu 9004 geração 4, sem rosa com bica comum, série PP.PP.ES.04693;

c. Patrimônio 10080: Uma Roçadeira Costal Marca/Modelo FS 220 com faca 3P;

d. Patrimônio 12121: Uma Plaina Agrícola Niveladora de Arrasto Marca/Modelo GTS Planner 310HD, Ano 2014, cor predominante: Prata, série 1001435;

e. Patrimônio 14044: Distribuidor de Fertilizante e Calcário, marca/modelo Budny 5500, ano 2017, série: 14192;

f. Patrimônio 16414: Um Classificador de Sementes marca/modelo CIMISA Micro Série 1082;

g. Patrimônio 16425: Distribuidor de Fertilizante e Calcário, marca/modelo IAC DAS 1,6m³, série: 1059;

h. Patrimônio 18108: DISTRIBUIDOR DE ESTERCO - Capacidade de 4000 Litros, marca Lumeco LMO 4000L com 4 Pneus novos, Série:

443/2022;

i. Patrimônio 9776: Placa MLB 3951, Veículo Automotor; marca/modelo: Fiat Strada Working; ano/modelo: 2013; cor: Branca, Chassi 9BD-27805MD7623144, Renavan 00508164389.

j. Patrimônio 19452: Arado Subsolador de arrasto novo, com desarme automático, com no mínimo 5 hastes, com controle remoto, disco de corte e rolo. n de serie 965

XIX. A AMAST – Associação de Moradores e Agricultores Segredo do Tempo, inscrita no CNPJ 30.816.834/0001-30, com sede na Comunidade de Geriza, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 18106: Distribuidor de Fertilizante Líquido, Marca/Modelo Lumeco LMO 4000L, com capacidade de 4000 litros, 4 Pneus, número de Série 445/2022;

b. Patrimônio 10093: Uma Plaina Traseira marca/modelo Kohler PL 285 2,5 m LT1640;

c. Patrimônio 14042: Distribuidor de calcário 2500 kg IAC serie 5532;

d. Patrimônio 10093: Plaina traseira pl285 2,5m kohler, lt 1640

XX. A Associação Desportiva, Cultural e Assistencial Juventude Unida de Santo Antonio, inscrita no CNPJ 02.935.841/0001-16, com sede na Localidade de Santo Antonio, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 18466: Carreta Basculante Hidráulica, Marca/Modelo: Metal Freitas MFME 6T, série/chassi 991, Ano 2022 Cor predominante: Verde;

b. Patrimônio 18472: Concha Traseira Manual, Marca/Modelo: Dcomaq PCD Série/Chassi 1187, Ano 2022;

c. Patrimônio 10085: Roçadeira Costal, FS220 com faca de 3 pontas;

d. Patrimônio 3975, Placa 4119: Distribuidor de calcário e fertilizante (Calcareadeira) marca/modelo: Jumil JM LD2050TT;

e. Patrimônio 3957, Placa 4576: Plaina Traseira Mecânica marca/modelo Tatu PTL 2.30m;

f. Patrimônio 13903, Plataforma basculante marca folmaq numero de série 416;

g. Patrimônio 19419, Distribuidor de adubo e calcário, marca/fabricante: budny - modelo: dcab 3/4t - ano de fabricação: 2023 - série/chassi: 21162 - cor: laranja/preto.

XXI. A Associação de Pacientes Oncológicos de Irineópolis, inscrita no CNPJ 10.825.325/0001-67, com Rua Paraná, 150, Esquina com rua Minas Gerais, Centro, Município de Irineópolis/SC:

a. Patrimônio 12124: Veículo Automotor; marca/modelo: Fiat Uno Mille Way Economy; ano/modelo: 2013; cor: Branca, Chassi 9BD15844AD6862575, Renavan 558839487, placas MKG 0425.

XXII. A Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC – COMSOL, inscrita no CNPJ 08.375.640/0001-98, com sede na Rua Mato Grosso, 288, Sala 3, Irineópolis/SC

a. Patrimônio 6078 – Veículo Automotor, marca/modelo FIAT Strada Fire CC.1.4 FX, Chassi 9BD27803A87037209, Motor 7868186, Renavam 222415 Cor predominante Vermelho, Placas MPV 9859.

b. Patrimônio 6104 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros.

c. Patrimônio 6105 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

d. Patrimônio 6106 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

e. Patrimônio 6107 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

f. Patrimônio 6108 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

g. Patrimônio 6109 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

h. Patrimônio 6110 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

i. Patrimônio 6111 – Pulverizador Agrícola Manual Marca/Modelo Kapnic com tanque de 20 Litros

j. Patrimônio 7441, Placa 6802 – Carreta Reboque Marca Modelo RI Carregar CK CG 69930, Capacidade 4 Ton, Fabricação 2010, Chassi: 9A9PRC6MCA1DK7002, Cor Predominante Prata

XXIII. A Associação Agroecológica Preservação da Vida, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 21.890.630/0001-59, com sede na Localidade de Km 4, Município de Irineópolis/SC

a. Patrimônio 8849, Placas MJN 4038: Um Veículo marca/modelo Fiat Strada Fire, 1.4 Flex, cor Branco;

b. Patrimônio 9073, Placa 8098: Uma Balança de Bancada eletrônica marca/modelo Lider B520, série 23943;

c. Patrimônio 10082: Uma Roçadeira Costal marca/modelo FS220 com Faca 3p;

d. Patrimônio 12974, Placa 11776: Uma Carreta Agrícola marca/modelo Triton TR-668 4 Toneladas, ano 2015, série 58759;

e. Patrimônio 12975, Placa 11751: Uma Enxada Rotativa com encanteirador marca/modelo Mex-rul ESP 150 B, série 1506-24897, ano 2015;

f. Patrimônio 13584: Um Trator Agrícola marca/modelo Valtra A750 4x4, ano 2015;

g. Patrimônio 13585: Um moinho de Bola para moer Pedras em aço carbono;

h. Patrimônio 13586: Um moinho de Bola para moer Pedras em aço carbono;

i. Patrimônio 14279: Uma Grade Niveladora com 32 discos, marca/modelo Folmaq 75cv, série 354, ano 2017;

j. Patrimônio 19398: Grade niveladora de arrasto nova, movida a trator, com no mínimo 28 discos de 20 polegadas, 32d20" - série/chassi: 20550 - cor: laranja/preto;

k. Patrimônio 19368: Plantadeira de arrasto com 5 linhas nova marca/fabricante: knapik - modelo: h5l - série/chassi: tt037/23, cor: cinza/azul/laranja;

l. Patrimônio 19399: Pulverizador agrícola novo marca/fabricante: kuhn montana - modelo: gardien c - série/chassi: 16b1116116 - cor: branco/vermelho;

m. Patrimônio 19395: Plataforma agrícola hidráulica/raspo basculante nova 2m Terra Viva, cor cinza;

n. Patrimônio 19396: Arado subsolador ASHT 5 hastes Terra Viva;

o. Patrimônio 19419: Distribuidor de adubo e calcário marca/fabricante: Budny - modelo: DCAB 3/4t - série/chassi: 21162 - cor: laranja/preto;

p. Patrimônio 18475: Batedor de Cereais marca maqtron, número de serie0636808.

XXIV. A Associação de Agricultores São Brás da Serrinha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 47.384.436/0001-95, com sede na Comunidade de Serrinha dos Gonçalves, Município de Irineópolis/SC,

a. Patrimônio 18356: Plantadeira/Adubadeira de Cinco Linhas Marca/Modelo: Planter Linea PH6005/5L, Ano de Fabricação: 2022 Chassi: 3801, cor: Vermelha/Amarela;

- b. Patrimônio 18142: Batedeira de Cereais: Série Chassi BC 88000-04.22.605;
c. Patrimônio 16410: Um Distribuidor de Calcário marca/modelo IAC, 1.3m³ com esteira de aço;
d. Patrimônio 16412: Uma Concha traseira mecânica, marca/modelo Algor PCTA, 500kg, série 0097, cor verde;

Artigo 2º: Os bens elencados no Artigo anterior deverão ser utilizados pelos Permissionários, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Artigo 3º: Os Bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser mantidos em iguais condições pelo período da cessão de uso ou até serem devolvidos ao Município.

Artigo 4º: As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelos Permissionários e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças desta Prefeitura;

Artigo 5º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º: Revogam-se as disposições em contrário e os Decretos de Cessão de Uso abaixo relacionados:

I. Decreto 4.465 de 12 de julho de 2023 – Permissão de uso a diversas associações em atividade no município;

Irineópolis, 08 de dezembro de 2023.

Lademir Fernando Arcari

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.551/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410362

D E C R E T O Nº 4.551/23

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um imóvel urbano Lote 49, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 3.748, com a área de 864,00 (oitocentos sessenta e quatro metros quadrados), localizado na Rua Paraná, quadra nº 29, Centro, município de Irineópolis - SC, de propriedade de RENE DARIF PALHANO, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO “A”, da quadra 29, com área de 360,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.0029.00.0288.000000: Frente: 10,00 metros com a Rua Paraná; Lado Direito: 36,00 metros com Hilda Kroll Schafaschek; Lado Esquerdo: 36,00 metros com a Fração “B”; Fundos: 10,00 metros com Mario Kochan; FRAÇÃO “B”, da quadra 29, com área de 504,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.0029.00.0278.000000: Frente: 14,00 metros com a Rua Paraná; Lado Direito: 36,00 metros com a Fração “A”; Lado Esquerdo: 36,00 metros com o Igor Knoll Rugisnki; Fundos: 14,00 metros com Mario Kochan.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 360 (trezentos e sessenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Em especial o Decreto nº 4.525/2023.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.554/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410366

D E C R E T O Nº 4.554/23

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um imóvel urbano Lote 04, na Quadra 02, do Loteamento Carmem Osowski matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 24.345, com a área de 877,92 (oitocentos setenta e sete metros, noventa e dois decímetros quadrados), localizado na Rua Vereador Estanislau Jurek, quadra nº 3264, Bairro Nossa Senhora Aparecida, município de Irineópolis - SC, de propriedade de ALLAN AZEVEDO DE OLIVEIRA, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO “A”, da quadra 3264, com a área de 295,12 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.3264.00.0048.000000: Para quem olha para a Fração A, inicia-se a descrição

na coordenada X: 521.172,4647 Y: 7.097.940,6622, no azimuth de 324°22'12" a uma distância de 12,08 m de frente até a coordenada X: 521.165,4320 Y: 7.097.950,4745, confrontando com RUA VEREADOR ESTANISLAU JUREK, daí deflete à direita no azimuth de 55°39'54" a uma distância de 24,48 m do lado esquerdo até a coordenada X: 521.185,6367 Y: 7.097.964,2754, confrontando com Lote 05 de INGRIT OSOSWISKI, daí deflete à direita no azimuth de 143°21'19" a uma distância de 5,10 m ao fundo até a coordenada X: 521.188,6785 Y: 7.097.960,1862, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete à direita no azimuth de 144°56'41" a uma distância de 6,98 m de fundo até a coordenada X: 521.192,7030 Y: 7.097.954,4711, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete a direita a uma distância de 24,50 m do lado direito até a coordenada X: 521.172,4647 Y: 7.097.940,6622, confrontando com Fração B; FRAÇÃO "B", da quadra 3264, com área de 292,80 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.3264.00.0060.000000: Para quem olha para a Fração B, inicia-se a descrição na coordenada X: 521.179,4589 Y: 7.097.930,9046, no azimuth de 324°22'12" a uma distância de 12,00 m de frente até a coordenada X: 521.172,4647 Y: 7.097.940,6622, confrontando com RUA VEREADOR ESTANISLAU JUREK, daí deflete à direita a uma distância de 24,50 m do lado esquerdo até a coordenada X: 521.192,7030 Y: 7.097.954,4711, confrontando com FRAÇÃO A, daí deflete à direita no azimuth de 144°56'41" a uma distância de 3,39 m ao fundo até a coordenada X: 521.194,6415 Y: 7.097.951,6876, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete à direita no azimuth de 145°21'43" a uma distância de 2,56 m de fundo até a coordenada X: 521.196,0940 Y: 7.097.949,5851, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete à direita no azimuth de 145°21'43" a uma distância de 1,39 m de fundo até a coordenada X: 521.196,8831 Y: 7.097.948,4429, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete à direita no azimuth de 145°48'30" a uma distância de 4,66 m de fundo até a coordenada X: 521.199,4050 Y: 7.097.944,5144, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete a direita a uma distância de 24,27 m do lado direito até a coordenada X: 521.179,4589 Y: 7.097.930,9046, confrontando com Fração C; FRAÇÃO "C", da quadra 3264, com área de 290,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.3264.00.0072.000000: Para quem olha para a Fração C, inicia-se a descrição na coordenada X: 521.186,4488 Y: 7.097.921,1510, no azimuth de 324°22'12" a uma distância de 12,00 m de frente até a coordenada X: 521.179,4589 Y: 7.097.930,9046, confrontando com RUA VEREADOR ESTANISLAU JUREK, daí deflete à direita no azimuth a uma distância de 24,27 m do lado esquerdo até a coordenada X: 521.199,4050 Y: 7.097.944,5144, confrontando com FRAÇÃO B, daí deflete à direita no azimuth de 145°48'30" a uma distância de 6,32 m ao fundo até a coordenada X: 521.203,0522 Y: 7.097.939,3625, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete à direita no azimuth 147°00'45" a uma distância de 5,68 m de fundo até a coordenada X: 521.206,1485 Y: 7.097.934,5923, confrontando com MIGUEL RODRIGUES DE LIMA, daí deflete à direita no azimuth 235°41'38" a uma distância de 23,85 m de fundo até a coordenada X: 521.186,4488 Y: 7.097.921,1510, confrontando com Lote 03 de WILLE E LTDA.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 360 (trezentos e sessenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 4.555/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410439

DECRETO Nº 4.555, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Suspende a contagem dos prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos administrativos, durante o período de Férias Coletivas dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º No período de férias coletivas, concedidas aos servidores públicos municipais no período de 18/12/2023 à 01/01/2024, ficam suspensos o expediente, e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, em trâmite no Município de Irineópolis, os prazos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares em trâmite, como também os prazos para atendimento aos requerimentos relacionados ao fornecimento de cópias, certidões e outros serviços considerados não essenciais.

Parágrafo único. Ficam excluídos dos efeitos da suspensão, os prazos inerentes ao trâmite dos atos essenciais, procedimentos e processos relativos às licitações e contratos em andamento e prazos relativos ao término do exercício financeiro, os quais fluirão regularmente durante o período de férias coletivas, cabendo às suas secretarias adotar as medidas necessárias ao seu efetivo cumprimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 4.558/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411925

DECRETO Nº 4.558/2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO - COMTUR.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e pelo Decreto nº 4.547 de 04/12/2023.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para fazer parte da composição do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, para um mandato de 02 (dois) anos, os membros a seguir nominados:

I. Órgãos Governamentais:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Turismo e Juventude:

Efetivo – Eliane Cardoso Nogara;

Suplente – Andrieli Krzewinski.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Efetivo – Elton Alessandro Nicoluzzi;

Suplente – Everli Baggenstoss.

c) Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

Efetivo – Carlos Roberto Rodrigues da Silva;

Suplente – Cleusa Clarice de Lima.

II. Entidades não Governamentais:

a) Representantes dos Meios de Hospedagem:

Efetivo – Carla Schaicoski;

Suplente – Lea Luiza Unterstell Corrêa

b) Representantes do Grupo de Turismo Rural:

Efetivo – Laureci Maier;

Suplente – Elton Suski;

c) Representantes da EPAGRI:

Efetivo – Eduardo Neves Vieira;

Suplente – Alex Caitan Skolaude.

d) Representantes dos Meios de Comunicação:

Efetivo – Karol Caroline dos Santos Opalczak;

Suplente – Lúcio Luiz Colombo.

e) Representantes de Museus:

Efetivo – Roberto Domit de Oliveira;

Suplente – Marília Metzler de Oliveira.

f) Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais:

Efetivo – Eleni Baum;

Suplente – Thaís Maydel Pedro.

g) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Efetivo – Eviane Altmann;

Suplente – Daniel Appel.

h) Representante da área de Gastronomia:

Efetivo: Vanderlei Schaicoski;

Suplente: Helmuth Knoll Júnior.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.038/2021.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 08 de dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 597/2023

Publicação Nº 5410879

PORTARIA N.º 597/2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e com amparo no item 3.2 do TAC firmado com o MP/SC, no Inquérito Civil nº 06.2017.00000778-1,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LOURIVAL FROGUEL, portador do CPF nº ***.688.989-**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor da Infraestrutura, integrante do Quadro de Pessoal Comissionado da Lei Complementar N.º 007/2001 de 15/10/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 158/2020, vinculada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/12/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 598/2023

Publicação Nº 5410896

PORTARIA N.º 598/2023.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 02/01/2024 à 31/01/2024, à servidora efetiva ANA PAULA COLAÇO DE MOURA BOSSOW.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 599/2023

Publicação Nº 5410897

PORTARIA N.º 599/2023.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 02/01/2024 à 31/01/2024, à servidora efetiva ROSANA MARCIA PERCIAK PEREIRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 600/2023

Publicação Nº 5410898

PORTARIA Nº. 600/2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o gozo de férias coletivas de 01/12/2023 à 30/12/2023 aos servidores abaixo relacionados:

ACIOMAR ROSA	GLAUCIR ALVES MACHADO
ACIR ALVES VIEIRA	JOAO LEONIDES STASZKOVIAN
ADEMIR SENFF	JOAO PEDRO DA SILVA RESENE
AILTON GONÇALVES	JULIANO LEANDRO
BERNARDINO PAITRA	JURANDIR RODOLFO MALLMANN
DARCI KOZOWSKI	OSMANI REICHARDT
DENILSON DA ROCHA	OSMARIO NIGRIN
EDEN FRANCISCO LOHSE	REICHARDT WAGNER
EVERSON LUIZ MOISSA	SILVIO GEVIESKI
GEORGE JOSEMAR BINDER	VANDERLEI DE ANHAIA
GILBERTO SZEWCZUK	WILLIAN PADILHA DOS SANTOS
GILSON BRAND	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 601/2023

Publicação Nº 5410901

PORTARIA Nº. 601/2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o gozo de férias coletivas de 18/12/2023 à 01/01/2024 aos servidores abaixo relacionados:

ADEMIR SAMPAIO	JAIME JUNIOR GRISANG
ALBERTO WOIDALESKI DA SILVA	JOSILAINE MONTOSKI
ANA MARIA ONEVETCH	JULIANA SAN MARTIM PORTES
ANA PAULA COLAÇO DE MOURA BOSSOW	JULIO CESAR QUADROS
ANDRESSA BENDLIN	LADEMIR FERNANDO ARCARI
ANDRESSA TESKA	LARISSA STOBERL
ANDRIELI KRZEWINSKI	LETICIA ELAINE CHAVES
ANGELITA DE CASSIA ANTUNES MELO LEITE	LILLIAN ELIANE BATSCHAUER
BERNADETE SCHUSTER LONGO	MARCELA ADELEVA CIARINI
BRUNO GONCALVES PADILHA	MARCELO GIROTTO DE CARVALHO
CRISTIANO BACK	PAULA SILVA FRANÇA
EDSON MARCOS CHAVES	PAULO HIPÓLITO CHIARENTIN BIDA
ELIANE CARDOSO NOGARA	PEDRO KOSTULSKI
ELTON ALESSANDRO RUCKL NICOLUZZI	PORFIRIO FERREIRA
EVERLI BAGGENSTOSS	REINALDO STASIAK
FERNANDO MARAFIGO	ROSANA MARCIA PERCIAK PEREIRA
FERNANDO RUCKL	ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA
GILIANDRA DE CÁSSIA BRAND	SUZANE FURHMANN
GIULIANNIO DE LIMA PINTO DE LIMA	TAIS ALINI KERSCHER
GUSTAVO GUILHERME MANSANI	VALDIR MARAFIGO
IRIS VANESSA BAY	ZEOMAR OLESCOVICZ
IVETE CARDOSO FRONCZAK	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 602/2023

Publicação Nº 5410904

PORTARIA N.º 602/2023.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o gozo de férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	DATA INICIAL		DATA FINAL
ADELAIR DA APARECIDA FLORENCIO GEVIESKI	01/12/2023	A	30/12/2023
ADRIANA MICHAHOUSKI DENKE	04/12/2023	A	02/01/2024
ALECSANDRA DE CACIA BENDLIN	18/12/2023	A	16/01/2024
ALINE BARBARA LOPES	18/12/2023	A	16/01/2024
CARLOS GUILHERME SILVA DO AMARAL	18/12/2023	A	16/01/2024
CAROLINE HOLUB	18/12/2023	A	16/01/2024
CASSIANA LAÍS BRAND RODRIGUES	18/12/2023	A	16/01/2024
CHAIANE BORUCH	18/12/2023	A	16/01/2024
CLAUDETE TILGNER BENDLIN	18/12/2023	A	16/01/2024
CLAUDIA HELOISA KUCHLA	04/12/2023	A	02/01/2024
CLAUDIO VINICIO BENDLIN	18/12/2023	A	16/01/2024
CLEITON GRESCECHEN	18/12/2023	A	16/01/2024
CLICERIO JOSE NIEJELSKI	18/12/2023	A	16/01/2024
CRISTIANA FIGURA FUCK	18/12/2023	A	16/01/2024
CRISTIANO MICHAHOUSKI	04/12/2023	A	02/01/2024
CHRISTOPHER NIGRIN	18/12/2023	A	16/01/2024
DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG	27/12/2023	A	25/01/2024
DANIELE DE ALMEIDA MUDRI	04/12/2023	A	02/01/2024
DEBORA APARECIDA KOZOSKI GONCHORK	18/12/2023	A	16/01/2024
DENISE JORGINA CARVALHO DA ROCHA	04/12/2023	A	02/01/2024
DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK	04/12/2023	A	02/01/2024
ELIANE CHAVES	18/12/2023	A	16/01/2024
ELIVELTON MAZUR	04/12/2023	A	02/01/2024
ELIZETE COLAÇO	18/12/2023	A	16/01/2024
ERITON BUENO CARDOSO	18/12/2023	A	16/01/2024
ESENILDA TEREZINHA MIRANDA	04/12/2023	A	02/01/2024
FABIO BERTE LEHR	18/12/2023	A	16/01/2024
GABRIELI HALABURA	18/12/2023	A	16/01/2024
GÉSSICA GRESCECHEN	18/12/2023	A	16/01/2024
GISELE CRISTINA BARTH	18/12/2023	A	16/01/2024
JACI BAGGENSTOSS BINDER	18/12/2023	A	16/01/2024
JEAN CARLO VOIGT	04/12/2023	A	02/01/2024
JOSE DANIEL JAVORISKI	18/12/2023	A	16/01/2024
JOSEMERI MELNISKI	04/12/2023	A	02/01/2024
KARLA ADRIANA MORAIS	04/12/2023	A	02/01/2024
KELI SOSTAK COLLAÇO	04/12/2023	A	02/01/2024
LEONARDO FELIPE BRAND	04/12/2023	A	02/01/2024

LIRIA DE FATIMA THEIS	18/12/2023	A	16/01/2024
LIZIANE JOSINO	04/12/2023	A	02/01/2024
LUIS CARLOS PASQUALLI	04/12/2023	A	02/01/2024
MARCIA HELENA CRISTOFOLINI AZAMBUJA	18/12/2023	A	16/01/2024
MARCIA MARIA KERSCHER	18/12/2023	A	16/01/2024
MARIA TANIA FERREIRA	18/12/2023	A	16/01/2024
MICHELI APARECIDA FERNANDES	18/12/2023	A	16/01/2024
NEUSA HENNING	18/12/2023	A	16/01/2024
PATRICIA SENN PINTO	18/12/2023	A	16/01/2024
PATRICK RICHARD FLEITH	04/12/2023	A	02/01/2024
PAULO HIPÓLITO CHIARENTIN BIDA	18/12/2023	A	16/01/2024
RODRIGO ANTONIO JURCK	18/12/2023	A	16/01/2024
ROSANI APARECIDA NOGATH	18/12/2023	A	16/01/2024
ROMULO ANTONIO AZAMBUJA	18/12/2023	A	16/01/2024
SANDRA MICHELI HERBST	18/12/2023	A	16/01/2024
SANDRO BORGES	01/12/2023	A	30/12/2023
SELETE PAVARIN PRUST	04/12/2023	A	02/01/2024
SILVANA DE MATIAS KAMPMANN	18/12/2023	A	16/01/2024
SIMONI GOMES DOS SANTOS	04/12/2023	A	02/01/2024
TANIA REGINA RUCKL PEREIRA	18/12/2023	A	16/01/2024
VANDERLEI DA COSTA JUNIOR	26/12/2023	A	30/12/2023
VALDIRENE CRISTINA BENDLIN	18/12/2023	A	16/01/2024
VERA LUCIA PIOTROWSKI CUBAS	18/12/2023	A	16/01/2024
VINICIUS MARQUES KINGERSKI	04/12/2023	A	02/01/2024
WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS	26/12/2023	A	24/01/2024
WILLIAN VICENTE PINTO GALM	04/12/2023	A	02/01/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/12/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 603/2023

Publicação Nº 5410907

PORTARIA N.º. 603/2023.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO POLÍTICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido LAUDAIR MOREIRA, do cargo político de Secretario Municipal de Urbanismo e Obras, para o qual foi nomeado em 07/02/2023, através da Portaria nº 055/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 604/2023

Publicação Nº 5410909

PORTARIA N.º. 604/2023.

"PRORROGA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica, e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga, a contar de 12/12/2023 até a data de 21/02/2024, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora efetiva ELIANE APARECIDA PRETO SKUDLAREK, de acordo com as condições previstas no Art. 112 da LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/12/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2023 - PM

Publicação Nº 5411358

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E7607D13EA5329D015D87D75790AC2CB26E2AAC5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 68/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

CÓDIGO TCE Nº E7607D13EA5329D015D87D75790AC2CB26E2AAC5

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 11 de janeiro de 2024, às 13:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA TIPO MARMITEIX, PARA O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 08 de dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 11/2023

Publicação Nº 5410369

RESOLUÇÃO Nº 11/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

aprova O TERMO DE ACEITE PARA O COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA A OFERTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, de Irineópolis na forma da Lei 1600/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, em reunião ORDINÁRIA no dia 07 de dezembro de 2023, registrada na Ata de nº 16/2023, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - APROVAR o Termo de Aceite para o cofinanciamento federal do Piso Variável de Alta Complexidade – PVAC para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, previsto na Resolução nº 109/2009 do SUAS.

Artigo 2º - Fica este Conselho Municipal responsável por acompanhar, avaliar, e fiscalizar a gestão dos recursos.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 07 de dezembro de 2023.

Kelly Alamara Kochan Ruckl

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 12/2023

Publicação Nº 5410430

RESOLUÇÃO Nº 12/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

aprova o plano de ação para cofinanciamento federal para a execução dos serviços socioassistenciais referente ao exercício de 2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, de Irineópolis na forma da Lei 1600/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, em reunião ORDINÁRIA no dia 07 de dezembro de 2023, registrada na Ata de nº 16/2023, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - APROVAR o Plano de Ação para cofinanciamento federal para a execução dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS referente ao exercício de 2024.

Artigo 2º - Fica este Conselho Municipal responsável por acompanhar, avaliar, e fiscalizar a gestão dos recursos.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 07 de dezembro de 2023.

Kelly Alamara Kochan Ruckl

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 065/2023

Publicação Nº 5410910

RESOLUÇÃO N.º 065/2023.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã VIVIANE RENATA OPAUTCHAK, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que lhe confere o inciso VII do artigo 105 da Lei Complementar N.º 007/2001 de 15/10/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de férias regulamentares a servidora abaixo relacionada:

SERVIDOR	DATA INICIAL		DATA FINAL
MARIA LAURA BINDER LIMA	18/12/2023	A	01/01/2024

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Dezembro de 2023.

VIVIANE RENATA OPAUTCHAK

Presidente HMBJ

Itá

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 173/2023

Publicação Nº 5410455

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9CBA16D59DB73E5F13C56DAABA602F90BFB674BE



MUNICÍPIO DE ITÁ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 179 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Obras e Serviços de Engenharia
76/2023
Processo Administrativo: 173/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTONIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 76/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

917656 - VALDIR SEBEN & CIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS	Metros Lineares		2.000	R\$99,00	R\$198.000,00
2	PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS	Metros Lineares		2.000	R\$85,00	R\$170.000,00
Total do Fornecedor:						R\$368.000,00

Itá, 8 de dezembro de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3101/2023

Publicação Nº 5409945

DECRETO Nº 3.101, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, incisos I e II, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022.

Considerando a necessidade de remanejamento orçamentário para adequação do pagamento de décimo terceiro salário do exercício financeiro de 2023, parcela integral:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.079.000,00 (um milhão e setenta e nove mil reais), destinado a reforçar as seguintes dotações do orçamento vigente:

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

07.001 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

7 – Educação Básica

2.037 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.1.90.00.00 (115) – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de recurso – 1180 – Transferências do FUNDEB – 70% – 1.540.1070

2.036 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS

3.1.90.00.00 (111) – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Fonte de Recurso: 1010 – Receitas de Imp. e transf. de Impostos - Educação – 1.500.1001

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

07.002 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

12 – Educação

365 – Ensino Infantil

7 – Educação Básica

2.110 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ENSINO INFANTIL – FUNDEB – PRÉ-ESCOLA

3.1.90.00.00 (130) - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de recurso – 1180 – Transferências do FUNDEB – 70% – 1.540.1070

2.117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ENSINO INFANTIL – FUNDEB – CRECHE

3.1.90.00.00 (134) - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Fonte de recurso – 1180 – Transferências do FUNDEB – 70% – 1.540.1070

11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

9 – Saúde para Todos

2.094 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00 (5) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1020 – Receitas de Imp. e de Transf. de Impostos – 1.500.1002 R\$ 378.000,00

Fonte de Recurso: 1000 – Recursos Ordinários – Próprios – 1.500.0000 R\$ 180.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à suplementação mencionada no artigo anterior fica autorizada a dedução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

07.001 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

7 – Educação Básica

2.037 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.3.90.00.00 (117) – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de recurso – 1190 – Transferências do FUNDEB – 30% – 1.540.0000

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

07.002 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

12 – Educação

365 – Ensino Infantil

7 – Educação Básica

2.110 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ENSINO INFANTIL – FUNDEB – PRÉ-ESCOLA

3.3.90.00.00 (132) - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de recurso – 1190 – Transferências do FUNDEB – 30% – 1.540.0000

2.117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ENSINO INFANTIL – FUNDEB – CRECHE

4.4.90.00.00 (137) - Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Fonte de recurso – 1190 – Transferências do FUNDEB – 30% – 1.540.0000

Art.3º Para suprimimento da abertura do crédito adicional suplementar fica autorizado o uso de recursos apurados pelo excesso de arrecadação nas receitas provenientes do Imposto de Renda Retido na Fonte – Trabalho – Principal (1.1.1.3.03.1.1.00.00.00) e Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos – Principal (1.1.1.3.03.4.1.00.00.00) sobre a especificação da fonte de recursos 1010 – Receitas de Imp. e transf. de Impostos – Educação no valor de R\$ 220.000,00; 1020 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde no valor de R\$ 378.000,00 e sobre a fonte de recursos 1000 – Recursos Ordinários - Próprios no valor de R\$ 180.000,00 apurados no período de 01/01/2023 à 30/11/2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 07 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

AMAURI GELBCKE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 3102/2023

Publicação Nº 5411742

DECRETO Nº 3.102, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova Projeto de Desmembramento do imóvel que menciona e dá outras providências.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 007-A, de 07 de janeiro de 2008, Lei Municipal nº 246, de 30 de abril de 2008, Lei Municipal nº 269, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 270, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 271, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 1067, de 30 de maio de 2023 e ainda;

Considerando o Parecer Técnico nº 215/2023, exarado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura do Município de Itaiópolis, em 08 de dezembro de 2023:

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado Projeto de Desmembramento do imóvel urbano com área de 5.786,09 m² (cinco mil setecentos e oitenta e seis metros quadrados e nove centésimos de metro quadrado), situado na Rua Presidente Costa e Silva, Bairro Lucena, Município de Itaiópolis, registrado no livro nº 2, ficha 01, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Itaiópolis, sob a matrícula nº 21.258, pertencente ao Espólio de Filomena Jastrzombek Kosmala, neste ato representado pelo inventariante David Kosmala, ficando o imóvel fracionado em 02 (dois) lotes, com as seguintes dimensões LOTE 1 com área de 4.132,93 m² (quatro mil cento e trinta e dois metros quadrados e noventa e três centésimos de metro quadrado) e a LOTE 2 com área de 1.653,16 m² (um mil seiscentos e cinquenta e três metros quadrados e dezesseis centésimos de metro quadrado).

Art. 2º Os Lotes descritas no Art. 1º, possuem seus limites e confrontações especificados na Planta e Memorial Descritivo, anexos ao processo protocolado sob nº 1564/2023 junto à Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 1º de dezembro de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 08 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

AMAURI GELBCKE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2023

Publicação Nº 5409767

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4F3E380A2819B784243C9F7C4C38F2BD20CC22BB

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 188/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

CONTRATADA: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado até 30 de dezembro de 2024, a contar de 31 de dezembro de 2023.

Itaiópolis, 06 de dezembro de 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 364/2022

Publicação Nº 5409846

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF0B4CA6763CDE6BD7471386593428DDF16650A3

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 364/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

Nº ADITIVO: 2º

Nº CONTRATO: 364/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2024, iniciando-se em 01 de janeiro de 2024 e reajustados os valores dos itens no percentual de 4,141880%

Itaiópolis, 06 de dezembro de 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2022

Publicação Nº 5409744

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5C61FCB92A99BCC8EA2F965E1B4851D91274AD05

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2022

CONCORRÊNCIA Nº 01/2021

Nº ADITIVO: 4º

Nº CONTRATO: 149/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

CONTRATADA: VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2024, podendo ser rescindido antes desse prazo, quando da conclusão do novo Processo Administrativo nº 35/2023, na modalidade de Concorrência nº 01/2023, o que vier a ocorrer primeiro, sem prévia notificação, a contar de 01 de janeiro de 2024.

Itaiópolis, 06 de dezembro de 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2023

Publicação Nº 5409794

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2023

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de placas de sinalização de trânsito e insumos para Gerência de Trânsito (GETRAN) vinculada à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Proponente: DX DISTRIBUIDORA LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Valor: R\$ 1.030.000,00

Prazo: 12 meses.

Itaiópolis, 05 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2023

Publicação Nº 5409802

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2023

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de placas de sinalização de trânsito e insumos para Gerência de Trânsito (GETRAN) vinculada à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Proponente: SIMONI INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Valor: R\$ 235.000,00

Prazo: 12 meses.

Itaiópolis, 05 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2023

Publicação Nº 5409807

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2023

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de placas de sinalização de trânsito e insumos para Gerência de Trânsito (GETRAN) vinculada à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Proponente: SINAL CITY SINALIZACAO LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Valor: R\$ 79.000,00

Prazo: 12 meses.

Itaiópolis, 05 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2023

Publicação Nº 5409814

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2023

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de placas de sinalização de trânsito e insumos para Gerência de Trânsito (GETRAN) vinculada à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Proponente: VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELLI - EPP

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Valor: R\$ 320.000,00

Prazo: 12 meses.

Itaiópolis, 05 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2023

Publicação Nº 5409819

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2023

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de placas de sinalização de trânsito e insumos para Gerência de Trânsito (GETRAN) vinculada à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Proponente: USIBRAS IND E COM DE VIDROS LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Valor: R\$ 34.600,00

Prazo: 12 meses.

Itaiópolis, 05 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1509/2023

Publicação Nº 5411765

PORTARIA Nº 1.509, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira, e nos incisos II, III, e IX, do art. 78, da Lei Complementar nº 16, de 13 de dezembro de 2011, nos termos

da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023;

Considerando o Processo Seletivo Simplificado nº 023/2022, homologado em 24 de janeiro de 2023; e

Considerando que a agente pública municipal Juliana Veiga, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, permanece em auxílio-doença:

RESOLVE

Prorrogar até 21 de dezembro de 2023, os efeitos da Portaria nº 1.155, de 03 de agosto de 2023, que admitiu ROSELINA DROSDÉK DENK, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Semeando o Saber, em substituição a agente pública municipal Juliana Veiga, que se encontra em auxílio-doença.

Itaiópolis, 08 de dezembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 220/2023

Publicação Nº 5411057

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DE158CCB7CB44D80364289CFB0907234D36B82DA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 220/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXPOSITIVOS, EDUCATIVOS E DE CONCIENTIZAÇÃO PARA OS USUÁRIOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento de Propostas: até 14h00min do dia 21/12/2023.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 08 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

PREFEITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA Nº 05/2023

Publicação Nº 5409658

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA Nº 05/2023.

O CHEFE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria Municipal da Saúde de Itapiranga, no uso de suas atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 186 e inciso II do art. 194 da Lei Complementar Municipal Nº 63/2013, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado.

Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetiva notificação, na forma dos artigos 190 e 191 da Lei Complementar Municipal Nº 63/2013. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Vigilância Sanitária, na Rua São José, 735, sala 1, Centro, Itapiranga/SC.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Itapiranga, 07 de dezembro de 2023.

ALCENIR BENACHIO – Chefe da Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO:

1. AUTUADO: DEDETIZAÇÃO SÃO JOÃO LTDA

CNPJ: 29.694.328/0001-37

PROCESSO: 024.2023/SMS/VS

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 6469302414/23

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2021

Publicação Nº 5410962

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89B46A2289FD8D0270EEB9689B70EA4240B91DEE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 053/2021
Aditivo Nº: 10 T.A 053/2021
Tipo Aditivo: Supressão
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA



Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 85/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE TIPO 2 - PAC2 Nº 10671/2014, LOCALIZADA NA LINHA SANTA FE, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EM CONFORMIDADE AO TERMO DE COMPROMISSO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/MEC/FNDE, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO.

Vigência: Início: 08/12/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura: 08/12/2023

Valor R\$: 34.024,15 (Trinta e Quatro Mil, Vinte e Quatro Reais e Quinze Centavos)

Itapiranga, 08 de dezembro de 2023

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2023

Publicação Nº 5409690

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0C9C19F269E0C20050013CA09FAF4F7A1E786845

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 007/2023

Aditivo Nº: 1 T.A 007/2023

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: TRSIS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 196/2022

Objeto: PRORROGAÇÃO DO FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA CONTROLE DO MOVIMENTO AGROPECUÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.

Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024

Assinatura: 08/12/2023

Valor R\$: 3.703,08 (Três Mil, Setecentos e Três Reais e Oito Centavos)

Dotação: 67 - 04.001.2012.3339040010000000000.150070000000 - Locação de equipamentos e softwares

Itapiranga, 08 de dezembro de 2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2023/RH

Publicação Nº 5410379

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2023/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JOICE RODEN SCHLICKMANN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2022

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 31/2023 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2023 para 26/05/2024, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil - Series Iniciais, em 40 horas semanais.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 08/12/2023 a 26/05/2024

Itapiranga – SC, 08 de dezembro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2023/RH

Publicação Nº 5410387

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2023/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ANA CLADIR SCHNEIDER STULP.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2022

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 60/2023 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2023 para 13/04/2024, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil – Educação Infantil, em 20 horas semanais.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 08/12/2023 a 13/04/2024

Itapiranga – SC, 08 de dezembro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO DISTRATO N° 170/2023/RH

Publicação N° 5409666

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D3FD3DC130758F9593052E995286582523986272

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO N° 170/2023/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLEISON ARIEL BACK.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 43/2023/RH, como Professor de Educação Física-Bacharelado, em 30 horas mensais.

Itapiranga – SC, 01 de dezembro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas – Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 3.715, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411190

LEI MUNICIPAL Nº 3.715, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.**INCLUI ÁREA DE TERRA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no perímetro urbano do município de Itapiranga, o Lote Rural nº 18-D, da Linha Santa Fé, situado no município de Itapiranga - SC, perfazendo uma área total de 32.318,00 m² (trinta e dois mil, trezentos e dezoito metros quadrados), sem benfeitorias, objeto da matrícula nº 14.684 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga - SC, de propriedade de SC PRIME INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., confrontando: ao NOROESTE, em 485,85 metros, com o Lote Rural nº 18-C, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda, registrado na matrícula nº 19.481; ao LESTE, em 43,75 metros, com a Faixa de Domínio da SC-163; ao SUDESTE, em 791,30 metros, com Parte do Lote Rural nº 17, de propriedade de Artefatos de Cimentos Itapiranga, registrado na matrícula nº 8.693 e com Parte do Lote Rural nº 17, de propriedade de Ademir Rossa, registrado na matrícula nº 8.694; ao SUDOESTE, em 42,80 metros, com Parte do Lote Rural nº 11, de propriedade de Rosa Jungbluth Teloeken e outros, registrado na matrícula nº 9.911; novamente ao NOROESTE, em 325,65 metros com o Lote Rural nº 18-A1, de propriedade de Município de Itapiranga, registrado na Matrícula nº 19.478 e com o Lote Rural nº 18-C, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda, registrado na Matrícula nº 19.481; novamente ao LESTE, em 7,05 metros, com o Lote Rural nº 18-C, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda, registrado na matrícula nº 19.481.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 8 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

LEI MUNICIPAL Nº 3.716, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411201

LEI MUNICIPAL Nº 3.716, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.**INCLUI ÁREA DE TERRA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no perímetro urbano do município de Itapiranga, o Lote Rural nº 18-C, da Linha Santa Fé, situado no município de Itapiranga - SC, perfazendo uma área total de 32.000,00 m² (trinta e dois mil metros quadrados), sem benfeitorias, objeto da matrícula nº 19.481, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga - SC, de propriedade de CONKIST LOTEAMENTOS LTDA., confrontando: ao NOROESTE, do ponto 1 ao ponto 2, em 491,80 metros e Azimute 65°38'39", com o Lote Urbano nº 15, de propriedade de Fernando Luiz Staub, registrado na Matrícula nº 12.609, Lote Urbano nº 14, de propriedade de Roque Afonso Stuermer, registrado na Matrícula nº 12.608, Lote Urbano nº 13, de propriedade de Dora Fernandes e outros, registrado na Matrícula nº 12.607, Lote Urbano nº 12, de propriedade de Jessica Laube Pacheco e outros, registrado na Matrícula nº 12.606, Lote Urbano nº 11, de propriedade de Ivan Rodrigo Ullrich, registrado na Matrícula nº 12.605, Lote Urbano nº 10, de propriedade de Clodoaldo Menezes, registrado na Matrícula nº 12.604, Lote Urbano nº 9, de propriedade de Adriana Nunes Panno, registrado na Matrícula nº 12.603, Lote Urbano nº 8, de propriedade de Sueli Altenhofen, registrado na Matrícula nº 12.602, Lote Urbano nº 7, de propriedade de Sandro Inácio Reckziegel, registrado na Matrícula nº 12.601, Lote Urbano nº 6, de propriedade de Gilvane Kern, registrado na Matrícula nº 12.600, Lote Urbano nº 5, de propriedade de Gilmar Kern, registrado na Matrícula nº 12.599, Lote Urbano nº 4, de propriedade de Daniela Paula Foletto, registrado na Matrícula nº 12.598, Lote Urbano nº 3, de propriedade de André Ricardo Gering, registrado na Matrícula nº 12.597, Lote Urbano nº 2, de propriedade de Jucilane Elisabete De Castro, registrado na Matrícula nº 12.596, Lote Urbano nº 1, de propriedade de Juliane Colling, registrado na Matrícula nº 12.595, todos da Quadra nº 5, com uma Viela, passagem de água Pluvial, com o Lote Urbano nº 6, de propriedade de Rosa Kessler Flach, registrado na Matrícula nº 12.594, Lote Urbano nº 5, de propriedade de Simone Aparecida Lacheski Teixeira, registrado na Matrícula nº 12.593, Lote Urbano nº 4, de propriedade de Everaldo José Hermes, registrado na Matrícula nº 12.592, Lote Urbano nº 3, de propriedade de Jair Alves de Lima, registrado na Matrícula nº 12.591, Lote Urbano nº 2, de propriedade de Salete Sausen, registrado na Matrícula nº 12.590, Lote Urbano nº 1, de propriedade de Cleiton Boufleur, registrado na Matrícula nº 12.589, todos da Quadra nº 4, com a Rua Canarinho, Lote Urbano nº 18, de propriedade de Alexander Giehl, registrado na Matrícula nº 12.588, Lote Urbano nº 17, de propriedade de Vianeí Clem, registrado na Matrícula nº 12.587, Lote Urbano nº 16, de propriedade de Valdoir Bieseck do Canto, registrado na Matrícula nº 12.586, Lote Urbano nº 15, de propriedade de Charles Roden, registrado na Matrícula nº 12.585, Lote Urbano nº 14, de propriedade de Astor José Giehl, registrado na Matrícula



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

nº 12.584, Lote Urbano nº 13, de propriedade de Tiago Reichert de Lima, registrado na Matrícula nº 12.583, Lote Urbano nº 12, de propriedade de Celi Rodrigues Prestes, registrado na Matrícula nº 12.582, Lote Urbano nº 11, de propriedade de Valdir Aloisio Walker, registrado na Matrícula nº 12.581, Lote Urbano nº 10, de propriedade de Irene Eidt, registrado na Matrícula nº 12.580, Lote Urbano nº 9, de propriedade de Ivo Fengler, registrado na Matrícula nº 12.579, Lote Urbano nº 8, de propriedade de Lucia Edi Kich, registrado na Matrícula nº 12.578, Lote Urbano nº 7, de propriedade de Diego Stein, registrado na Matrícula nº 12.577, Lote Urbano nº 6, de propriedade de Cassiano Roberto Konrad, registrado na Matrícula nº 12.576, Lote Urbano nº 5, de propriedade de Ezequiel José de Oliveira, registrado na Matrícula nº 12.575, Lote Urbano nº 4, de propriedade de Cristiane Thums, registrado na Matrícula nº 12.574, Lote Urbano nº 3, de propriedade de Eduardo Roden, registrado na Matrícula nº 12.573, Lote Urbano nº 2, de propriedade de Marlise Elisa Blomer, registrado na Matrícula nº 12.572, Lote Urbano nº 1, de propriedade do Município de Itapiranga, registrado na Matrícula nº 14.446, todos da Quadra nº 3; ao LESTE, do ponto 2 ao ponto 3, em 66,85 metros e Azimute 178°56'4", com a Faixa de Domínio da SC 163; ao SUDESTE, do ponto 3 ao ponto 4, em 485,85 metros e Azimute 245°38'39", com o Lote Rural nº 18-D, de propriedade de SC Prime Investimentos Imobiliários Ltda, registrado na Matrícula nº 14.684; ao OESTE, do ponto 4 ao ponto 5 em 7,05 metros e Azimute 354°1'29", com o Lote Rural nº 18-D, de propriedade de SC Prime Investimentos Imobiliários Ltda, registrado na Matrícula nº 14.684; novamente ao SUDESTE, do ponto 5 ao ponto 6, em 14,93 metros e Azimute 245°46'50", com o Lote Rural nº 18-D, de propriedade de SC Prime Investimentos Imobiliários Ltda, registrado na Matrícula nº 14.684; ao SUDOESTE, do ponto 6 ao ponto 7, em 73,31 metros e Azimute 335°38'42", com o Lote Rural nº 18-A1, de propriedade do Município de Itapiranga, registrado na Matrícula nº 19.478; novamente ao NOROESTE, do ponto 7 ao ponto 8, em 39,37 metros e Azimute 65°46'32", com o Lote Rural nº 18-A1, de propriedade de Município de Itapiranga, registrado na Matrícula nº 19.478; novamente ao LESTE, do ponto 8 ao ponto 1, em 19,56 metros e Azimute 174°5'23", com o Lote Urbano nº 15, de propriedade de Fernando Luiz Staub, da Quadra nº 5, registrado na Matrícula nº 12.609.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 8 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

LEI MUNICIPAL Nº 3.717, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411210

LEI MUNICIPAL Nº 3.717, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.**INCLUI ÁREA DE TERRA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no perímetro urbano do município de Itapiranga, a Chácara nº 35-F, da Linha Itapiranga, situada no município de Itapiranga-SC, perfazendo uma área total de 182.324,80 m² (cento e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro metros e oitenta decímetros quadrados), sem edificações, objeto da matrícula nº 17.896, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga - SC, de propriedade de CONKIST LOTEAMENTOS LTDA, confrontando: ao NORDESTE, do ponto 2 ao ponto 3, em 93,00 metros e Azimute 161º 00' 35'', com a Chácara nº 37-B, registrado na matrícula nº 15.112, de propriedade da Metalúrgica Industrial Agromac Eireli – ME e com a Chácara nº 37-A, registrado na matrícula nº 15.111, de propriedade da Montasul Serviços de Montagens Industriais Ltda; ao SUDESTE, do ponto 3 ao ponto 4, em 425,37 metros e Azimute 244º 11' 58'', com Parte da Chácara nº 38, registrado na matrícula nº 12.786, de propriedade da Visual Empreendimentos Imobiliários Ltda, com a Chácara nº 38-A1, registrado na matrícula nº 18.646, de propriedade da Visual Empreendimentos Imobiliários Ltda e com a Chácara nº 38-B, registrado na matrícula nº 18.647, de propriedade de Lisete Inês Royer Bedendo e outros; ao SUDOESTE, do ponto 4 ao ponto 5, em 394,55 metros e Azimute 334º 56' 37'', com Parte das Chácaras nº 50 e nº 51, registrado na matrícula nº 5.765, de propriedade do Município de Itapiranga e com Parte da Chácara nº 56, registrado na matrícula nº 10.774, de propriedade de Roseli Gass e outros; ao NOROESTE, do ponto 5 ao ponto 6, em 450,90 metros e Azimute 64º 43' 15'', com Parte das Chácaras nº 13, nº 32 e nº 33, registrado na matrícula nº 9.766, de propriedade de Bruno Toillier e outros; novamente ao NORDESTE, do ponto 6 ao ponto 7, em 115,67 metros e Azimute 158º 11' 25'', com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck; novamente ao NOROESTE, do ponto 7 ao ponto 8, em 60,00 metros e Azimute 68º 11' 25'', com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck; pela terceira vez ao NORDESTE, do ponto 8 ao ponto 9, em 60,00 metros e Azimute 165º 09' 06'', com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck; ao LESTE, do ponto 9 ao ponto 10, em 34,00 metros e Azimute 189º 10' 3'', com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck; pela quarta vez ao NORDESTE, do ponto 10 ao ponto 11, em 71,40 metros e Azimute 165º 1' 6'', com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck; pela segunda vez ao SUDESTE, do ponto 11 ao ponto 12, em 23,00 metros e Azimute 247º 44' 17'', com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck; pela quinta vez ao NORDESTE, do ponto 12 ao ponto 2, em 31,00 metros e Azimute 161º 4' 49'',



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

com a Chácara nº 34-F, registrada na matrícula nº 17.895, de propriedade de João Averbeck.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 8 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito



Município de
Itapiranga
SANTACATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

LEI MUNICIPAL Nº 3.718, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411212

LEI MUNICIPAL Nº 3.718, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.**INCLUI ÁREA DE TERRA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no perímetro urbano do município de Itapiranga, a área total de 31.102,73 m² (trinta e um mil, cento e dois metros e setenta e três decímetros quadrados), em duas partes, na seguinte forma:

I - PARTE A, com 9.394,65 m² (nove mil, trezentos e noventa e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, inicia-se a descrição deste perímetro no vértice mais ao Norte, denominado P190, de coordenadas N 7.002.408,7893m e E 226.911,9997m; deste, segue confrontando ao nordeste, pela Estrada Municipal ITG-4310, com os seguintes azimutes e distâncias: 106°17'41" e 61,27 m até o vértice P191, de coordenadas N 7.002.391,5984m e E 226.970,8078m; 196°17'41" e 5,50 m até o vértice P56, de coordenadas N 7.002.386,3193m e E 226.969,2646m; deste, segue confrontando ao leste, por linha seca, com Parte do Lote Rural nº 24, matrícula nº 12.882, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 181°10'41" e 15,92 m até o vértice P57, de coordenadas N 7.002.370,3991m e E 226.968,9372m; deste, segue confrontando ao sul, por linha seca, com Parte do Lote Rural nº 24, matrícula nº 12.882, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 267°50'24" e 2,44 m até o vértice P58, de coordenadas N 7.002.370,3073m e E 226.966,5030m; deste, segue confrontando ao leste, por linha seca, com Parte do Lote Rural nº 24, matrícula nº 12.882, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 178°43'44" e 39,84 m até o vértice P59, de coordenadas N 7.002.330,4768m e E 226.967,3868m; deste, segue confrontando ao sul, por linha seca, com Parte do Lote Rural nº 24, matrícula nº 16.016, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 270°04'05" e 48,35 m até o vértice P60, de coordenadas N 7.002.330,5343m e E 226.919,0371m; 270°04'05" e 28,01 m até o vértice P61, de coordenadas N 7.002.330,5676m e E 226.891,0273m; deste, segue confrontando ao sul, por linha seca, com a área Remanescente, matrícula nº 16.015, de José Fank e Maria Alzira Fank, e Guido Konrad e Marta Glaci Korbes Konrad, com os seguintes azimutes e distâncias: 270°04'05" e 12,65 m até o vértice P62, de coordenadas N 7.002.330,5827m e E 226.878,3731m; 268°26'28" e 66,79 m até o vértice P63, de coordenadas N 7.002.328,7659m e E 226.811,6098m; deste, segue confrontando ao noroeste, pela Estrada Municipal ITG-4320, com os seguintes azimutes e distâncias: 236°46'06" e 38,66 m até o vértice P122, de coordenadas N 7.002.307,5806m e E 226.779,2743m; 309°34'08" e 5,54 m até o vértice P212, de coordenadas N 7.002.311,1095m e E 226.775,0040m; 56°45'24" e 39,53 m até o



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

vértice P211, de coordenadas N 7.002.332,7782m e E 226.808,0628m; 40°16'33" e 39,47m até o vértice P210, de coordenadas N 7.002.362,8918m e E 226.833,5793m; 48°58'49" e 32,74m até o vértice P209, de coordenadas N 7.002.384,3818m e E 226.858,2835m; 54°43'55" e 31,06m até o vértice P208, de coordenadas N 7.002.402,3181m e E 226.883,6458m; 78°18'59" e 24,30m até o vértice P207, de coordenadas N 7.002.407,2397m e E 226.907,4454m; 71°12'32" e 4,81 m até o vértice P190, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso - 22, datum SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

II - PARTE B, com 21.708,08 m² (vinte e um mil, setecentos e oito metros e oito decímetros quadrados), sem benfeitorias, inicia-se a descrição deste perímetro no vértice mais ao Norte, denominado P192, de coordenadas N 7.002.383,2144m e E 227.019,5647m; deste, segue confrontando ao norte, pelo eixo da Estrada Municipal ITG-4310, com os seguintes azimutes e distâncias: 94°20'00" e 30,27 m até o vértice P193, de coordenadas N 7.002.380,9275m e E 227.049,7446m; 82°43'29" e 21,12 m até o vértice P194, de coordenadas N 7.002.383,6021m e E 227.070,6948m; deste, segue confrontando ao nordeste, pelo eixo da Estrada Municipal ITG-4310, com os seguintes azimutes e distâncias: 105°29'58" e 42,93 m até o vértice P195, de coordenadas N 7.002.372,1311m e E 227.112,0597m; deste, segue confrontando ao nordeste, pelo eixo da Estrada Municipal ITG-070, com os seguintes azimutes e distâncias: 99°11'18" e 13,59 m até o vértice P196, de coordenadas N 7.002.369,9610m e E 227.125,4756m; 134°32'40" e 38,19 m até o vértice P197, de coordenadas N 7.002.343,1691m e E 227.152,6970m; 136°30'37" e 37,82 m até o vértice P198, de coordenadas N 7.002.315,7284m e E 227.178,7279m; 138°27'01" e 31,79 m até o vértice P199, de coordenadas N 7.002.291,9337m e E 227.199,8166m; 140°20'23" e 26,34m até o vértice P200, de coordenadas N 7.002.271,6525m e E 227.216,6305m; deste, segue confrontando ao sudeste, pela Estrada Municipal ITG-070, com os seguintes azimutes e distâncias: 231°33'46" e 8,00 m até o vértice P105, de coordenadas N 7.002.266,6781m e E 227.210,3628m; deste, segue confrontando ao sudeste, por linha seca, com Lote Urbano nº 01 - Quadra nº 06, de Erno Luiz Winter e Roseli Niehues Winter, oriundo da Matrícula nº 4.240, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°09'00" e 30,40 m até o vértice P106, de coordenadas N 7.002.255,3629m e E 227.182,1442m; deste, segue confrontando ao sudeste, por linha seca, com área Remanescente 01, Matrícula nº 4.240, de Daniel Mahl e Roger Mahl, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°09'00" e 20,39 m até o vértice P107, de coordenadas N 7.002.247,7753m e E 227.163,2217m; deste, segue confrontando ao sudeste, pela Rua da Fronteira, com os seguintes azimutes e distâncias: 259°22'11" e 12,92 m até o vértice P78, de coordenadas N 7.002.245,3913m e E 227.150,5207m; 248°09'00" e 39,54 m até o vértice P79, de coordenadas N 7.002.230,6740m e E 227.113,8177m; 241°57'08" e 23,23 m até o vértice P180, de coordenadas N 7.002.219,7499m e E 227.093,3138m; deste, segue confrontando ao sudeste, por linha seca, com área Remanescente 02, matrícula nº 4.240, de Daniel Mahl e Roger Mahl, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°08'22" e 33,42 m até o vértice P96, de



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

coordenadas N 7.002.207,3041m e E 227.062,2925m; deste, segue confrontando ao sudoeste, por linha seca, com a área Remanescente, Matrícula nº 16.015, de José Fank e Maria Alzira Fank, e Guido Konrad e Marta Glaci Korbes Konrad, com os seguintes azimutes e distâncias: 344°06'30" e 50,86 m até o vértice P95, de coordenadas N 7.002.256,2206m e E 227.048,3659m; deste, segue confrontando ao noroeste, por linha seca, com a área Remanescente, Matrícula nº 16.015, de José Fank e Maria Alzira Fank, e Guido Konrad e Marta Glaci Korbes Konrad, com os seguintes azimutes e distâncias: 74°06'30" e 3,00 m até o vértice P82, de coordenadas N 7.002.257,0421m e E 227.051,2512m; deste, segue confrontando ao sudoeste, por linha seca, com a área Remanescente, matrícula nº 16.015, de José Fank e Maria Alzira Fank, e Guido Konrad e Marta Glaci Korbes Konrad, com os seguintes azimutes e distâncias: 344°06'30" e 40,86 m até o vértice P83, de coordenadas N 7.002.296,3446m e E 227.040,0618m; deste, segue confrontando ao sudeste, por linha seca, com a área Remanescente, matrícula nº 16.015, de José Fank e Maria Alzira Fank, e Guido Konrad e Marta Glaci Korbes Konrad, com os seguintes azimutes e distâncias: 232°51'58" e 45,38 m até o vértice P91, de coordenadas N 7.002.268,9509m e E 227.003,8853m; deste, segue confrontando ao noroeste, por Linha Seca, com Parte do Lote Rural nº 24, Matrícula nº 16.016, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 14°04'07" e 26,48 m até o vértice P90, de coordenadas N 7.002.294,6351m e E 227.010,3218m; deste, segue confrontando ao leste, por Linha Seca, com Parte do Lote Rural nº 24, matrícula nº 16.016, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 0°14'35" e 34,84 m até o vértice P89, de coordenadas N 7.002.329,4797m e E 227.010,4696m; deste, segue confrontando ao sul, por Linha Seca, com Parte do Lote Rural nº 24, Matrícula nº 12.882, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 88°59'32" e 9,27 m até o vértice P88, de coordenadas N 7.002.329,6427m e E 227.019,7356m; deste, segue confrontando ao leste, por Linha Seca, com Parte do Lote Rural nº 24, matrícula nº 12.882, da Associação Esportiva, Cultural e Assistencial Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 359°18'05" e 48,09 m até o vértice P68, de coordenadas N 7.002.377,7301m e E 227.019,1491m; deste, segue confrontando ao leste, pela Estrada Municipal ITG-4310, com os seguintes azimutes e distâncias: 4°20'00" e 5,50 m até o vértice P192, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, datum SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

§ 1º As áreas de terras objeto do caput deste artigo integram Parte do Lote Rural nº 24 da Linha Santo Antônio, com 56.552,00 m², e Parte do Lote Rural nº 25, da Linha Coqueiro, com 5.160,00 m², situado no município de Itapiranga - SC, perfazendo a área total de 61.682,00 m², objeto da matrícula nº 16.015 do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga - SC, de propriedade de José Fank e outros.

Art. 2º Fica autorizado o parcelamento da área de terras que trata o art. 1º desta Lei, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, e Lei Municipal nº 3.296,



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

de 27 de novembro de 2019, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - REURB.

Art. 3º Ficam oficializadas e passam a integrar o sistema viário urbano do município de Itapiranga as ruas existentes sobre o imóvel, denominadas de:

I - ITG 070;

II - ITG 4320;

III - ITG 4310;

IV - Rua Henz; e

V - Rua Orlando Mahl.

Art. 4º O parcelamento do solo da área de que trata a presente lei, é de uso predominantemente residencial (Zona de Interesse Residencial 2- ZIR-2) e para fins de cálculo do Valor Venal dos imóveis, fica enquadrado na 6ª Zona, de acordo com o art. 110, inciso I, alínea "e", da Complementar Municipal nº 25, de 29 de setembro de 2009.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 8 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

LEI MUNICIPAL Nº 3.719, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411223

LEI MUNICIPAL Nº 3.719, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga - SC, nas seguintes dotações orçamentárias:

03.001 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos

0004.0122.0002.2007 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração

31.90.00.00.00.00.00.1500.7000.0000 – Aplicações Diretas.....R\$ 13.000,00

05.001 – Sistema de Abastecimento de Água

0017.0512.0011.2016 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

31.90.00.00.00.00.00.1500.7000.0000 – Aplicações Diretas.....R\$ 58.000,00

31.90.00.00.00.00.00.1753.7000.0000 – Aplicações Diretas.....R\$ 60.000,00

Total: R\$ 131.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

03.002 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Urbanismo

0015.0452.006.1011 – Construção e Manutenção de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.00.1500.7000.0000 – Aplicações Diretas.....R\$ 50.000,00

14.001 – Fundo Munic. Meio Amb. Reconstit. de Bens Lesados

0018.0541.0024.1039 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.1500.7000.0000 – Aplicações Diretas.....R\$ 21.000,00

44.90.00.00.00.00.00.1753.7000.0000 – Aplicações Diretas.....R\$ 60.000,00

Total: R\$ 131.000,00

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 8 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

LEI MUNICIPAL Nº 3.720, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411230

LEI MUNICIPAL Nº 3.720, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.**DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO E O RECEBIMENTO DE PATROCÍNIO PELO PODER PÚBLICO A EVENTOS REALIZADOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais sobre a concessão e o recebimento de patrocínio pelo Poder Público do Município de Itapiranga.

Art. 2º Para efeito desta Lei considera-se:

I. patrocinador: o órgão ou entidade integrante da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal, pessoa física, pessoa jurídica que transfere recursos para realização e/ou participação de eventos;

II. proponente: a pessoa física ou jurídica que detém a titularidade ou os direitos reais de realizar e/ou comercializar um projeto de patrocínio e que, ao celebrar o contrato com o órgão ou entidade, se torna patrocinado;

III. projeto de patrocínio: o documento de iniciativa de um proponente utilizado para apresentar proposta a potenciais patrocinadores contendo informações que detalhem uma ação, evento ou objeto a ser patrocinado, tais como justificativas, objetivos, características, públicos envolvidos, metodologias de execução, condições financeiras, cotas de participação, contrapartidas, dentre outras;

IV. contrato de patrocínio: o instrumento jurídico para formalização de acordo, condições e termos estabelecidos entre patrocinador e patrocinado, que descreve os direitos e as obrigações entre as partes, em decorrência de um patrocínio; e,

V. contrapartida: a obrigação contratual do patrocinado, em decorrência do patrocínio recebido, que expressa os direitos adquiridos pelo patrocinador do projeto, tais como:

- a) divulgações da marca/nome do patrocinador e/ou de seus programas, produtos e serviços no âmbito do projeto patrocinado;
- b) benefícios de natureza negocial oriundos do tipo de ação patrocinada;
- c) permissão para atuação institucional e/ou mercadológica do patrocinador junto aos públicos envolvidos na ação patrocinada;
- d) cota de convites, ingressos, credenciais e/ou liberação de acessos virtuais, dentre outros, destinados ao público de interesse do patrocinador;



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

e) autorização para uso de nomes, marcas, símbolos, slogans, conceitos e imagens da ação patrocinada, pelo patrocinador;

f) adoção pelo patrocinado de práticas voltadas ao desenvolvimento social e ambiental, dentre outras passíveis de negociação.

§1º A aplicação da marca/nome do patrocinador em materiais promocionais ou em peças de divulgação da ação patrocinada configura dever mínimo do patrocinado e direito básico do patrocinador.

§2º A publicidade dos atos objeto de patrocínio deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§3º Havendo cotas de convite, ingressos ou acesso virtuais aos eventos e ações objeto do patrocínio, fica vedada a cessão gratuita aos agentes públicos, servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou comissionado.

Art. 3º O patrocínio poderá ser concedido para uma ou várias pessoas, físicas ou jurídicas conforme o interesse público devidamente justificado.

§1º O patrocínio ou apoio poderá ser parcial ou integral do evento ou ações específicas de interesse público do Município, como festivais, campeonatos esportivos, congressos, feiras, seminários, festas comunitárias, programas, bens e serviços e outros que gerem desenvolvimento socioeconômico.

§2º O Poder Executivo Municipal poderá atuar como patrocinador do evento de interesse público do Município, realizados por terceiros, ou como beneficiário, quando houver interesse de particulares em alocar recursos na realização de eventos públicos.

§3º Não serão objeto de patrocínio concedido pelo Poder Executivo Municipal os eventos:

I. organizados por servidores públicos municipais, estaduais ou federais ou pelas respectivas associações;

II. relacionados a entidades político-partidárias ou religiosas;

III. que agredam o meio ambiente, a saúde ou violem normas de posturas do Município;

VI. de iniciativa de pessoas jurídicas que explorem atividade empresarial ligada à organização ou realização de eventos, promoções, atividades publicitárias, editoriais ou similares, cuja finalidade seja a obtenção de lucro;

V. organizados por pessoas jurídicas de direito privado que possuam em sua diretoria servidor público municipal em cargo de gestão ou agente político municipal, incluindo-se vereadores, seus cônjuges ou parentes, consanguíneos ou por afinidade, até o segundo grau.



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

Art. 4º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se patrocínio, o repasse de valores, a concessão de uso de bens móveis e imóveis ou disponibilização de servidores do quadro pessoal do Município para a realização do evento.

Parágrafo único. São formas de patrocínio:

- I. o repasse financeiro de valores;
- II. a concessão de uso de bens móveis e imóveis;
- III. a contratação de prestação de serviço para o evento;
- IV. a aquisição e distribuição temporárias de bens móveis para o evento.

Art. 5º O patrocinador e patrocinado devem pautar suas atuações com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e nas seguintes diretrizes, de acordo com as características de cada patrocínio:

- I. afirmação dos valores e princípios da Administração Pública e Constituição Federal do Brasil;
- II. atenção ao caráter educativo, informativo e de orientação social;
- III. preservação da identidade municipal;
- IV. valorização da diversidade étnica e cultural e respeito à igualdade;
- V. reforço das atitudes que promovam o desenvolvimento humano e o respeito ao meio ambiente;
- VI. valorização dos elementos simbólicos da cultura municipal;
- VII. vedação do uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VIII. adequação das mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público;
- IX. uniformização do uso de marcas, conceitos e identidade visual utilizados na comunicação de governo;
- X. observância da eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;
- XI. transparência dos procedimentos; e,
- XII. promoção do Município de Itapiranga no Estado de Santa Catarina, no Brasil e no exterior.



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

Art. 6º O Poder Executivo publicará edital de chamamento público informando o prazo, as condições e os documentos de habilitação para as entidades interessadas em obter patrocínio do Município em eventos de interesse público.

Parágrafo único. As entidades interessadas poderão apresentar projetos de captação de patrocínio a Administração para que esta avalie o interesse público e a possibilidade de sua realização, necessidade ou não de edital de chamamento, hipótese de inexigibilidade e dispensa, e posterior celebração de contrato.

Art. 7º As entidades interessadas em obter patrocínio do Município deverão comprovar a sua regularidade jurídica e fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos da entidade no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial do Estado;
- b) ata ou outro documento formal de designação da diretoria em exercício;
- c) apresentação do estatuto, regulamento ou compromisso da entidade, devidamente registrados em cartório;
- d) cópia do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da entidade, responsável pela assinatura do contrato de patrocínio;
- e) alvará de funcionamento da entidade;
- f) no caso de entidade de utilidade pública ou de interesse público, comprovação da qualificação, através de certificado ou declaração de que, na área de sua atuação, é reconhecida por órgão ou entidade federal, estadual ou municipal, nos termos da legislação pertinente;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, mediante a apresentação das respectivas certidões;
- h) certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- i) cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- j) declaração de que o evento não tem fins lucrativos;
- k) formulário de Solicitação de Patrocínio, conforme modelo constante em regulamento e decreto municipal; e
- l) outros, que a Administração Pública entender necessários em razão dos objetivos do evento.



Município de
Itapiranga
SANTACATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

Parágrafo único. A entidade patrocinada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração do ajuste.

Art. 8º Só serão admitidos os pedidos de patrocínio apresentados pelas pessoas jurídicas que detenham – isolada ou conjuntamente – a responsabilidade legal pela iniciativa do evento.

Parágrafo único. É vedada a contratação de patrocínios por intermédio de agências de propaganda.

Art. 9º Os pedidos serão avaliados por uma comissão multidisciplinar constituída por 3 (três) servidores efetivos e 3 pessoas da sociedade civil designados pelo Prefeito, com base nos seguintes critérios:

- I. o objeto do evento não poderá contrariar o disposto no art. 3º desta Lei;
- II. a credibilidade e capacidade gerencial do patrocinado em realizar o evento;
- III. a contribuição do evento para o desenvolvimento socioeconômico do Município e o impacto social;
- IV. viabilidade técnico-financeira do evento;
- V. resultados previstos com a realização do evento, e
- VI. coerência e uniformidade de critérios no patrocínio a projetos de natureza, características e finalidades similares.

Parágrafo único. A composição, organização e funcionamento da comissão serão estipulados e definidos em regulamento e decreto municipal.

Art. 10. Nos eventos patrocinados pelo Município, o Poder Público fará a divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas que entender pertinente, observadas as disposições do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

Art. 11. Em sendo aprovada a solicitação de patrocínio pelo Poder Executivo, a entidade beneficiária será convocada a assinar o respectivo contrato de patrocínio.

Art. 12. O repasse dos valores obedecerá o cronograma de desembolso constante do contrato de patrocínio.

Art. 13. O Poder Executivo designará servidor público para atuar como fiscal na aplicação dos recursos concedidos a título de patrocínio.

Art. 14. O patrocinado que receber recursos financeiros, a título de patrocínio, do Município para realização de evento está obrigado a prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados:



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

I. do prazo final para a aplicação de cada parcela, quando o objeto do contrato de patrocínio for executado em etapas, hipótese em que a prestação de contas de etapa anterior é condição necessária para a liberação da etapa seguinte, conforme período e condições determinados no contrato de patrocínio;

II. do prazo final para conclusão do objeto, quando o contrato de patrocínio for executado em uma única etapa;

III. da formalização da extinção do contrato de patrocínio, se esta ocorrer antes do prazo previsto no termo; e

IV. da aplicação da última parcela, quando deverá comprovar a conclusão do objeto.

Parágrafo único. A prestação de contas, referida no *caput*, deverá também ser enviada ao Controle Interno, preferencialmente por meio eletrônico, para emissão de parecer de regularidade.

Art. 15. A prestação de contas formará processo administrativo próprio e conterá os seguintes documentos:

I. ofício ou carta de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do órgão ou entidade municipal, onde constem os dados identificadores do contrato de patrocínio;

II. cópia do contrato de patrocínio e respectivas alterações;

III. plano de trabalho;

IV. relatório da execução físico-financeira, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes a conta de cada contratante;

V. demonstrativo da execução da receita e da despesa do contrato;

VI. relação de pagamentos, evidenciando o nome do credor, o número e valor do documento fiscal e/ou equivalente, em ordem cronológica e classificados em materiais e serviços, acompanhada das respectivas notas fiscais e recibos, na via original;

VII. relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos por conta do contrato de patrocínio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no contrato, se houver;

VIII. demonstrativo do resultado das aplicações financeiras que se adicionarem aos recursos iniciais com os respectivos documentos comprobatórios, se houver;

IX. comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados, inclusive rendimentos financeiros, à conta do erário municipal;

X. outros documentos expressamente previstos no Termo de Patrocínio.

Art. 16. Os eventos de interesse público realizados pelo Município poderão receber patrocínio de pessoas jurídicas de direito privado.



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

Art. 17. O recebimento, pelo Poder Executivo, de patrocínio de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, será mediante a publicação de edital de chamada pública de patrocinadores.

§ 1º O edital conterá, no mínimo, a data de realização do evento, as formas e condições de patrocínio.

§ 2º O edital de chamada pública será publicado com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência à realização do evento público.

Art. 18. É permitida a divulgação dos patrocinadores de eventos públicos, por áudio ou mídia impressa, nos espaços disponíveis e previamente definidos pela Administração Pública.

§ 1º Para os patrocínios de valores equivalentes, a divulgação dos apoiadores do evento se dará de igual forma, no mesmo espaço de tempo, se ocorrer por áudio, ou com ocupação de espaço físico de igual tamanho, se for mídia impressa.

§ 2º Poderá haver tratamento diferenciado aos patrocinadores e destinação de espaço para mídia diferenciada, de acordo com o montante de recursos destinado à realização do evento público.

§ 3º A definição e fiscalização da aplicação da marca do Município ficará a cargo da Administração Pública.

Art. 19. Todos os projetos, incentivados ou não, deverão apresentar as propostas de contrapartidas oferecidas ao Município de Itapiranga de forma detalhada e com cotas explícitas. De acordo com a especificidade do projeto proposto e com a cota a ser patrocinada, as contrapartidas deverão ser:

I. a ampla divulgação do Município de Itapiranga, com a inserção da logomarca, de forma padronizada, em todas as peças promocionais de divulgação do projeto, peças gráficas (folders, banners, cartazes, etc.), releases de imprensa, peças de comunicação para mídia eletrônica, mídias digitais, sites, CDs, DVDs, dentre outras possibilidades;

II. veiculação da logomarca em todos os exemplares físicos e digitais;

III. citação do patrocínio recebido em todas as entrevistas concedidas;

IV. exibição de vídeo institucional, quando for o caso, a ser fornecido pelo Município de Itapiranga;

V. nos projetos em que, na contrapartida, houver cessão de estande, obrigatoriamente, os custos de montagem, desmontagem e ambientação, deverão estar inclusos no valor do patrocínio, com *layout* e mobiliários personalizados a serem especificados pela Administração do Município de Itapiranga. O tamanho da área cedida deverá ser proporcional ao valor do patrocínio e sua utilização será acordada previamente entre as partes; e



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

VI. todas as despesas atinentes às contrapartidas oferecidas ao Município ficarão a cargo do patrocinado.

Art. 20. As especificações para a aplicação das logomarcas deverão ser rigorosamente observadas pelo proponente, não podendo o mesmo utilizá-las sem prévia e expressa autorização, nem sem o devido acompanhamento por parte da patrocinadora. O material deverá ser previamente encaminhado à Administração do Município de Itapiranga para análise e, somente após a aprovação, será permitida a produção de peças gráficas.

Art. 21. Caso haja contestação de terceiros em relação a qualquer questão e, em especial, propriedade intelectual, o proponente ficará responsável civil e criminalmente, isentando o Município de Itapiranga de qualquer responsabilidade.

Art. 22. O deferimento ou não dos projetos fica a critério único e exclusivo do Município de Itapiranga, não cabendo recursos ou reclamações posteriores aos proponentes não atendidos.

Art. 23. Caso seja constatada alguma divergência nas informações bancárias prestadas pelo proponente, o pagamento ficará suspenso, sem que o Município de Itapiranga incorra em qualquer penalidade ou custo, até que as informações corretas sejam repassadas pelo proponente.

Art. 24. No valor do patrocínio estão incluídos todos os custos diretos e indiretos do proponente, sua administração, imprevistos, encargos fiscais, sociais e previdenciários, sem a estes se limitarem, não sendo devido pelo Município de Itapiranga nenhum outro valor, sob nenhuma hipótese.

Art. 25. O proponente deverá possuir a autoria ou ser o único titular dos direitos autorais patrimoniais do projeto, responsabilizando-se judicialmente e extrajudicialmente pelas informações prestadas ao Município de Itapiranga.

Art. 26. Não sendo o titular do direito autoral e/ou patrimonial, o proponente obriga-se a obter todas as autorizações e cessões de direitos de terceiros necessárias para a proposição e realização do projeto, bem como a celebração do contrato, comprometendo-se, ainda, a obter a cessão por prazo indeterminado e a título gratuito, quando aplicável, de imagem e expressão oral dos artistas para divulgação em gravações, filmagens, sites, informativos, livros e em todos os meios de publicidade e divulgação que achar necessários.

Art. 27. O uso da marca fica restrito ao projeto patrocinado, não podendo ser utilizada em outras edições. O uso indevido da marca implicará em sanções legais. O patrocínio contratado não obriga o Município a patrocinar edições futuras do mesmo projeto ou proponente, bem como novas tiragens de produtos.

Art. 28. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, por Decreto.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Município de
Itapiranga
SANTA CATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

Itapiranga/SC, 8 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito



Município de
Itapiranga
SANTACATARINA

Praça das Bandeiras, 200 - Itapiranga - SC
CEP: 89896-000 | CNPJ: 82.821.208/0001-36
E-mail: itapiranga@itapiranga.sc.gov.br
Site: itapiranga.atende.net
Fone: 49.3678-7700

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO N° 154/2023/PMI PREGÃO ELETRÔNICO N° 77/2023/PMI

Publicação N° 5413323

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D3CE67AD3578D7357C14E6CBC1CFD2CB89BDC60

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO N° 154/2023/PMI PREGÃO ELETRÔNICO N° 77/2023/PMI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE SHOWS E MONTAGEM DE ESTRUTURAS, COM OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ÁREA DA ARENA DE SHOWS, SITUADA NO PARQUE NACIONAL DA CEBOLA, NA LOCALIDADE DE CERRO NEGRO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 27ª EDIÇÃO DA EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA QUE SERÁ REALIZADA DE 04 À 07 DE ABRIL DE 2024, POR CONTA E RISCO DA LICITANTE, EM CONFORMIDADE COM O ESTABELECIDO NO EDITAL DE PREGÃO TIPO ELETRÔNICO. PD 24.401/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA - CNPJ: 83.102.640/0001-30

CONTRATADA: E3 EVENTOS LTDA – CNPJ 10.607.178/0001-59

Total homologado: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Data da Homologação: 11 de dezembro de 2023

Gervásio José Maciel – Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º 717/2023**

Publicação N° 5410195

**Estado de Santa Catarina****CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA****Poder Legislativo Municipal****PORTARIA N° 717/2023**

Informa fim do afastamento provisório do servidor público
G. C. M.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso II, do artigo 25, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, bem como o artigo 34, III, "f", do Regimento Interno e ainda, de acordo com o artigo 189, da Lei Complementar n.º 089, de 24 de junho de 2021, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ituporanga/SC",

Considerando a proximidade do decurso de prazo previsto na Portaria n.º 704/2023, que prorrogou o afastamento provisório do agente público em tela pelo prazo de 30 (trinta) dias;

Considerando a desnecessidade prevista no Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Ituporanga, Santa Catarina (Lei Complementar n.º 089, de 23 de junho de 2021) quanto a conclusão de processo para retorno do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Informar fim do afastamento provisório previsto na Portaria n.º 679/2023 e prorrogado pela Portaria n.º 704/2023 do servidor público efetivo G. C. M., determinando o retorno do agente público no dia 18/12/2023 (segunda-feira).

Art. 2º Ao Setor de Recursos Humanos para que proceda comunicação ao servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Ituporanga/SC, 8 de dezembro de 2023.

Angela Maria Machado Stinghen
Presidente

O poder unido é mais forte

Centro Administrativo Antônio Carlos Konder Reis, n° 40, Centro - CEP: 88400-00, Ituporanga/SC
E-mail: camara@camaraituporanga.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por Angela Maria Machado Stinghen (016.***-**-60)
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camaraituporanga.sc.gov.br/ceer> e informe o código: 23120809161656A51

PORTARIA Nº 718/2023

Publicação Nº 5410607



Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA
Poder Legislativo Municipal

PORTARIA Nº 718/2023

Dispõe sobre a Nomeação do Gestor e Fiscal do Contrato celebrado entre a Câmara de Ituporanga e a empresa SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, e:

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização dos contratos;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento;
- IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Câmara Municipal;
- V - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- VI - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- VII - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

CONSIDERANDO, ainda, que as principais atribuições dos Fiscais de Contratos são:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a

O poder unido é mais forte

Centro Administrativo Antônio Carlos Konder Reis, nº 40, Centro - CEP: 88400-00, Ituporanga/SC
E-mail: camara@camaraituporanga.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA
Poder Legislativo Municipal

assegurar os melhores resultados para a Câmara Municipal, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

CONSIDERANDO, no mais, que com essas disposições, serão normatizados os procedimentos relativos à gestão e fiscalização dos contratos, no âmbito desta Câmara, contrato a contrato;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como Gestora e Fiscal de Contrato, exercendo todas as funções designadas em legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito da Câmara Municipal de Ituporanga, Santa Catarina, as servidoras abaixo especificadas, nas respectivas funções:

I – Mônica Horst – Gestora do Contrato;

II – Érica Fernandes Vicente – Fiscal do Contrato;

Art. 2º As servidoras designadas atuarão no âmbito do Contrato nº 08/2023 decorrente da Dispensa Eletrônica nº 35/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se E Comunique-se.

Ituporanga, 08 de dezembro de 2023.

Angela Maria Machado Stinghen
Presidente

O poder unido é mais forte

Centro Administrativo Antônio Carlos Konder Reis, nº 40, Centro - CEP: 88400-00, Ituporanga/SC
E-mail: camara@camaraituporanga.sc.gov.br

Jaguaruna

PREFEITURA

PL N° 106/2023 INEX N° 09/2023

Publicação N° 5410309

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 29BEC7C37AF86B9AFA840FF5D2DD4B482CD4A608

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JAGUARUNAAvenida Duque de Caxias - 490 Predio | Jaguaruna - SC | Cep 88.715-000
Fone: (48) 3624-0138 | CNPJ: 82.928.698/0001-74
e-mail: administracao@jaguaruna.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO N° 56/2023/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2023

DATA CONTRATO: 4 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, n° 490, inscrito no CNPJ/MF n° 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG n° 5335671, CPF/MF n° 061.661.769-02.

CONTRATADO: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF n° 75.104.422/0008-82, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JULIANO JORGE FAVORITO, Administrador, portador do RG/CI n° 09200804 e no CPF/MF n° 026.938.029-97, com endereço à RUA Senador Accioly Filho, 431, cidade Industrial - 81.310-000, Curitiba - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JAGUARUNA.

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$1.075.473,60 (um milhão, setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. n° 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTEJULIANO JORGE FAVORITO
GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA
CONTRATADA

PL Nº 112/2023 DL Nº 15/2023

Publicação Nº 5409804

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EEA7757037F89110E2C4571C8A95CDE75D11D995

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JAGUARUNA**

Avenida Duque de Caxias - 490 Predio | Jaguaruna - SC | Cep 88.715-000
Fone: (48) 3624-0138 | CNPJ: 82.928.698/0001-74
e-mail: administracao@jaguaruna.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2023/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 112/2023

DATA CONTRATO: 8 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: MARIA GORETI SANTANA RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 540.663.109-82, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MARIA GORETI ALFREDO BONETTI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 503.510.879-15, com endereço à ESTRADA GERAL DE CAMACHO, 442, Endereço não informado - 88.715-000, Jaguaruna - SC.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NO BALNEÁRIO CAMACHO PARA INSTALAÇÃO DE ALOJAMENTO DA POLICIA MILITAR DE JAGUARUNA-SC..

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 4 (quatro) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARIA GORETI ALFREDO BONETTI
MARIA GORETI SANTANA RAMOS
CONTRATADA

PL Nº 77/2021 CC Nº 02/2021

Publicação Nº 5413318

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 11A47427FFB2E7839B562A407AC09CE31A33F57E

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2022-7/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 77/2021**DATA CONTRATO:** 11 de dezembro de 2023.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.**CONTRATADO:** **CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 75.534.974/0001-54, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. DANIEL MAZZUCO MARIOT, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 050.303.469-02, com endereço à RUA SENADOR PAULO SARASATE, 179, Michel - 88.803-120, Criciúma - SC.**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA EXECUTAR A OBRA DE ENROCAMENTO E DRAGAGEM - DESASSOREAMENTO DA BARRA DO CAMACHO NO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA/SC, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 2021TR000757, TUDO DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA FINANCEIRA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ANEXOS AO EDITAL."**VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.**EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será de até 3 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.**VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 3 (três) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DANIEL MAZZUCO MARIOT
CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
CONTRATADA

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 359/2023

Publicação Nº 5410561

EXTRATO DO CONTRATO 359/2023

Processo: Dispensa de Licitação nº 210/2023; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: RT Tecnologia em Saneamento Ltda.; Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços com mão de obra, fornecimento de equipamentos e materiais para execução de soldas termo/eletofusão em tubos e conexões de PEAD – Alteração de trecho de rede de abastecimento de água.; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 39.600,18 (trinta e nove mil, seiscentos reais e dezoito centavos); O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2023 e as que vierem substituí-la nos próximos exercícios na específica dotação orçamentária correlata, a saber:

Classif. Funcional Progra-mática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.4420	Ampliação e substituição de redes e ramais de água	4.4.90 - Aplicações Diretas	33	Próprios

Data da assinatura: 08/12/2023; Prazo de Fornecimento: O prazo de execução do contrato será de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento.; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Rosana Pereira.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

CONTRATO Nº 376/2023

Publicação Nº 5410564

EXTRATO DO CONTRATO 376/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 195/2023; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Plastiart Comercial Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA – CARVÃO ATIVADO; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 283.000,00 (duzentos e oitenta e três mil reais). O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta do Orçamento de 2024 (conforme mensagem nº 155/2023 de encaminhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024), do Samae:

Classif. Funcional Progra-mática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.4406	Manutenção patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	Exercício 2024	Arrecadados pelo Samae

Data da assinatura: 08/12/2023; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2024 até 31/12/2024; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Daniele Bugdanovicz.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

CONTRATO Nº 377/2023

Publicação Nº 5410566

EXTRATO DO CONTRATO 377/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 195/2023; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Projesan Saneamento Ambiental Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ESGOTO – CLORETO FÉR-RICO E POLÍMERO CATIÔNICO; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.260.111,60 (hum milhão, duzentos e sessenta mil, cento e onze reais e sessenta centavos). O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta do Orçamento de 2024 (conforme mensagem nº 155/2023 de encaminhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024), do Samae:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.4406	Manutenção patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	Exercício 2024	Arrecadados pelo Samae

Data da assinatura: 08/12/2023; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2024 até 31/12/2024; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: João Eduardo Vieira.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

DECRETO Nº 17.809/2023

Publicação Nº 5410491

D E C R E T O Nº 17.809/2023

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.231/2022, de 13/12/2022, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.231/2022, de 13 de dezembro de 2022,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.122.300.2.511 - Manutenção das Atividades Administrativas - FMHIS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.001.385 3.3.90 - Aplicações Diretas

1.899.0000.0060 - Recursos de Amortização R\$ 1.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), proveniente de recursos vinculados aos Recursos de Amortização, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2023.
JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.811/2023

Publicação Nº 5411690

D E C R E T O Nº 17.811/2023

Dispõe Sobre a Compatibilização entre a Realização da Receita e a Execução da Despesa, o Cronograma da Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo para o Exercício de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 71, inciso IX, da LOM, bem como o artigo 46, da Lei Municipal Nº 9.324/2023, de 16 de maio de 2023,

DECRETA :

Art.1º A movimentação e o empenho de despesas nas dotações orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo ficam limitados aos valores constantes dos Anexos IV e VII, deste Decreto.

§1º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados:

I - as ordens bancárias ou depósitos em conta corrente do contratado, cujo débito na conta corrente do Município (Administração Direta e Indireta), mantido em bancos oficiais, se efetue no exercício de 2024;

II - a emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais no Sistema da Administração Financeira do Município;

III - as aquisições de bens e serviços realizados mediante operações de crédito; e

IV - outras formas de pagamento que vierem a ser utilizadas.

§2º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as demonstrações referentes às transferências financeiras dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais.

§3º Fazem parte do cronograma as despesas relacionadas nas alíneas deste parágrafo, no entanto, excluem-se do controle de cotas financeiras, não se aplicando o disposto no caput às dotações relativas aos grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida; e
- c) amortização da dívida.

Art.2º A realização de despesa à conta de recursos vinculados neste Decreto deverá, ainda, atender e somente poderá ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes, sendo permitida sua alteração para suplementação através de Lei ou Decreto.

Art.3º Os órgãos e unidades da Administração Municipal encaminharão à Diretoria de Orçamento e Gestão, ou outra que a suceder, nova distribuição por ação, por programa e pela natureza da despesa, sempre que houver alteração das metas ou valores fixados, decorrente de Decreto, através de comunicado interno ou memorando, ou de necessidade de reprogramação, via sistema informatizado.

Art.4º Fazem parte deste Decreto os seguintes Anexos:

I - Anexo I: Cronograma de Realização das Receitas Estimadas Consolidado e por Entidade;

II - Anexo II: Demonstrativo por Fonte de Recursos do Tesouro Municipal por Entidade;

III - Anexo III: Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Municipal Distribuídos por Entidade;

IV - Anexo IV: Demonstrativo das Cotas de Despesas - Administração Direta e Indireta;

V - Anexo V: Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade;

VI - Anexo VI: Cronograma Mensal de Desembolso por Natureza da Despesa; e

VII - Anexo VII: Demonstrativo das Metas de Resultados Fiscais Consolidado.

Art.5º O pagamento dos Restos a Pagar observará as disponibilidades financeiras a que estão vinculadas, e não compõe os desembolsos deste Decreto, tendo característica própria.

Art.6º Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, a transferência financeira corresponderá ao limite para o repasse, o total de créditos descentralizados e o montante de recursos a serem liberados pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, de comum acordo com o órgão beneficiário do crédito descentralizado, respeitadas as disponibilidades financeiras do Tesouro Municipal.

§1º A transferência financeira deverá ser feita através das Variações Ativas e Passivas no sistema compensado.

§2º As transferências financeiras aos órgãos, decorrentes de créditos orçamentários descentralizados, sempre que houver suplementação destes créditos por conta de recursos do Tesouro Municipal, serão objeto de atualização e/ou readequação da programação.

Art.7º O Chefe do Poder Executivo, em conjunto com o Secretário Municipal da Fazenda e o Secretário Municipal da Administração, ou outros que os sucederem, poderão, no âmbito de suas competências, proceder ao remanejamento dos limites entre:

I - órgãos, respeitadas os montantes dos respectivos Anexos;

II - projetos, atividades e operações especiais ou entre Programas, no âmbito do mesmo órgão.

Art.8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos no exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o §2º, do artigo 1º, deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo ajustará os Anexos deste Decreto em decorrência dos créditos adicionais que vierem a ser abertos no exercício de 2024 à conta das respectivas fontes de recursos, quando houver remanejamentos entre os órgãos da Administração ou das entidades referente a alteração das transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal.

Art.9º Os Coordenadores ou Responsáveis de Programas deverão informar, na forma solicitada pela Secretaria Municipal da Administração e pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou outras que vierem a substituí-las, os dados referentes à execução financeira das ações dos respectivos Programas, com vistas a subsidiar a administração orçamentária e financeira de que trata este Decreto, bem como os relatórios de Gestão Fiscal.

Art.10. Os limites destinados aos Programas correspondem àqueles sujeitos ao controle da gestão do fluxo de recursos.

§1º A Secretaria Municipal da Administração, ou outra que vier à substituí-la, disponibilizará aos demais órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta, exceto às Autarquias, por meio eletrônico, a distribuição, por órgão e fonte, dos limites referidos no caput, a serem liberados mês a mês, em caso de alteração nos Anexos.

§2º Quando a entrada das receitas não atingir o programado no bimestre, o Poder Executivo atenderá o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.11. Os Secretários, Diretores, Diretores Presidentes de Autarquias, Fundações e os Gestores de Fundos e os Ordenadores de Despesa são responsáveis pela observância, nas execuções orçamentária e financeira das dotações liberadas na forma deste Decreto, inclusive

quanto aos Programas, do cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à matéria, especialmente a Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações; e as Leis Municipais Nºs 9.324/2023, de 16 de maio de 2023; e 9.505/2023, de 27 de novembro de 2023; e na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. As autoridades citadas no caput deverão comunicar oficialmente, por escrito, à Secretaria Municipal da Administração, ou outra que a suceder, das dotações orçamentárias constantes na Lei Orçamentária, cujas ações dependam de procedimentos complementares que viabilizem a sua execução em consonância com a legislação mencionada no caput.

Art.12. A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Poder Executivo no exercício de 2024 observará, na medida do possível, em cada mês, ao cronograma de desembolso financeiro do sistema de controle gerencial.

Art.13. Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária para 2024, e em seus créditos adicionais, ao Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, em obediência ao disposto no artigo 168, da Constituição, e à Lei Municipal Nº 9.324/2023, de 16 de maio de 2023.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao fixado no Anexo IV, para o Poder Legislativo, representam a demonstração do montante da peça orçamentária fixada para aquele Poder e demonstram aqui o equilíbrio na consolidação do cronograma.

Art.14. Os Coordenadores e/ou Responsáveis por Programas e Ordenadores de Despesas deverão indicar, obrigatoriamente, na ordem de compra e no empenho, o elemento de despesa, o número do Programa, bem como o código do local da despesa, a fonte de recursos e o saldo de dotação orçamentária, bem como os meses correspondentes do desembolso.

Art.15. A Diretoria Financeira e Contábil, a Diretoria de Orçamento e Gestão e os órgãos ordenadores/executores de despesa deverão observar:

I - a precedência para a execução de Programas, assim como para a execução de ações governamentais de natureza contínua e permanente; e

II - as vinculações de pagamento conforme definição na Contabilidade e Orçamento.

Art.16. A Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que vier à substituí-la, no âmbito de suas respectivas competências, adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art.17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2024.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

DECRETO Nº 17.811/2023 - ANEXOS (LINK)

Publicação Nº 5411697

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.811/2023

ANEXOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 17.811/2023

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os anexos do Decreto Municipal Nº 17.811/2023 encontram-se disponíveis no link abaixo:

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=27698>

DECRETO Nº 17.812/2023

Publicação Nº 5411701

D E C R E T O Nº 17.812/2023

Autoriza Permissão Temporária de Uso de Espaço Público Municipal à PREDDITA TELECOM LTDA., e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017,

DECRETA :

Art.1º Fica autorizada a permissão temporária de uso de espaço público, qual seja, as dependências do Parque da Inovação, em caráter precário, gratuito e sem ônus, em regime de SANDBOX REGULATÓRIO, à empresa PREDDITA TELECOM LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob Nº 46.108.670/0001-27.

Art.2º A permissão temporária de uso tem por finalidade disponibilizar à Permissionária um espaço destinado à instalação de uma Estação Meteorológica, para a realização de prova de conceito/teste de protótipo (equipamentos e software).

Art.3º A vigência da permissão temporária de uso de que trata o presente Decreto será pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do Termo de Permissão Temporária de Uso de Espaço Público, com eficácia a contar da sua publicação no órgão de publicações oficiais do Município.

Parágrafo único. O Termo de Permissão Temporária de Uso de Espaço Público poderá ser prorrogado por igual período, ficando sua prorrogação a encargo do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação ou do Conselho Municipal de Inovação (CMI), ocorrendo interesse de ambas as partes.

Art.4º A permissão temporária de uso poderá ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à Permissionária, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.5º O Termo de Permissão Temporária de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Permissão, a Permissionária deverá restituir o espaço público permitido em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.6º As construções ou benfeitorias que forem lançadas no espaço público incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.7º A conservação, zelo e segurança do espaço público constituem obrigação indeclinável e permanente da Permissionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.8º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

DECRETO Nº 17.813/2023

Publicação Nº 5411706

D E C R E T O Nº 17.813/2023

Autoriza Permissão Temporária de Uso de Bem Público Municipal à SALUTHO COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA SAÚDE LTDA., e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017,

DECRETA :

Art.1º Fica autorizada a permissão temporária de uso de bem público, qual seja, as dependências da Unidade Básica de Saúde - UBS Vila Nova - Adilson Bassani, localizada na Rua 25 de Julho, Nº 576, no bairro Vila Nova, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, em caráter precário, gratuito e sem ônus, em regime de SANDBOX REGULATÓRIO, à empresa SALUTHO COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA SAÚDE LTDA., CNPJ Nº 37.076.911/0001-02.

Art.2º A permissão temporária de uso tem por finalidade disponibilizar à Permissionária um bem público para ser instalado um sistema de monitoramento através de uma plataforma digital de saúde a ser utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde em prol da saúde humana, com foco no período gestacional e nos primeiros dois anos de vida das crianças, denominada SALUTHO 1000 DIAS.

Art.3º A vigência da permissão temporária de uso de que trata o presente Decreto será pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do Termo de Permissão Temporária de Uso de Bem Público, com eficácia a contar da sua publicação no órgão de publicações oficiais do Município.

Parágrafo único. O Termo de Permissão Temporária de Uso de Bem Público poderá ser prorrogado por igual período, ficando sua prorrogação a encargo do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico ou do Conselho Municipal de Inovação (CMI), ocorrendo interesse de ambas as partes.

Art.4º A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à Permissionária, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.5º O Termo de Permissão de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Permissão, a Permissionária deverá restituir o bem público permitido em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.6º As construções ou benfeitorias que forem lançadas no bem público incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.7º A conservação, zelo e segurança do bem público constituem obrigação indeclinável e permanente da Permissionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.8º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 57/2023

Publicação N° 5411279

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 57/2023

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica o(s) contribuinte(s) abaixo citado(s), da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Setor de Protocolo Geral, a solicitação de baixa ou suspensão no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto nos artigos 99 e 100 da Lei Complementar Municipal 281/2021 (Código Tributário Municipal) e alterações.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá entrar em contato como setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 (trinta) dias corridos da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto Parágrafo 7º do Artigo 1º do Decreto 13622/2020 incluído através do Decreto 14535/2020.

Constatado o não cumprimento das medidas determinadas, no prazo estipulado, será lavrado contra o notificado o auto de infração, sujeitando-o à aplicação de multas e outras penalidades cabíveis, em conformidade com o Inciso I do Artigo 102 da Lei Complementar Municipal 281/2021 (Código Tributário Municipal), sem prejuízo das demais obrigações e da ação das demais autoridades competentes. Valor da Multa: 10 UPM's (Unidade Padrão Municipal) sendo o total R\$ 2.348,90 (Dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa centavos). Valor da UPM em 2023: R\$ 234,89 (Duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Jaraguá do Sul, 08/12/2023.

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributarista

Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
110/2023	28584	JOSÉ ALBERTO MILLEO COSTA	31/10/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 58/2023

Publicação N° 5411313

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 58/2023

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da tentativa de ciência por meio de remessa postal resultar infrutífera, notifica o contribuinte abaixo citado, da imposição do Auto de Infração por descumprimento de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral, conforme previsto nos artigos 99 e 100 da Lei Complementar Municipal 281/2021 e alterações.

O Auto de Infração foi emitido conforme previsto no Inciso I do art. 102 da Lei Complementar Municipal 281/2021 e alterações.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O contribuinte poderá interpor recurso em grau de primeira instância administrativa perante a Unidade de Julgamento Singular, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 71/2007.

Jaraguá do Sul, 08/12/2023.

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributarista

Matrícula 7089-1

Nº Auto de Infração	Nº da Notificação Preliminar	Data da Emissão	Inscrição Municipal/Cadastro	Contribuinte/Responsável	Valor R\$
2491/2023	92/2023	30/11/2023	215824	LENIR GONSALVES MORAES	2.348,90

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 - FMAS - REGISTRO DE PREÇOS - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 5411568

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 FMAS****REGISTRO DE PREÇOS****SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Tipo: Menor Preço Por Item**

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 14.160/2020, Lei Complementar 147/2014 e Lei Federal nº 8.666/1993.

Código registro TCE: 584995E27C3DBDCAEEA42F469D6353580CCB6BDE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para contratação de serviços de Fornecimento lanches, marmitex e de refeições prontas transportadas em Hot Box Isotérmico para serem servidas em buffet térmico, destinadas a alimentação das pessoas abrigadas na Casa de Passagem ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas previstas no Anexo I - Termo de Referência e Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços do edital.

DIA/HORÁRIOS:**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 21/12/2023 – Horas 08:10:00****INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 21/12/2023 – Horas 08:15:00**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

RETIRADA DO EDITAL www.portaldecompraspublicas.com.br e www.jaraguadosul.sc.gov.br**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (ESCLARECIMENTOS):****E-mail:** pedidos.social@jaraguadosul.sc.gov.br (Jeniffer)**VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: R\$ 730.320,00 (Setecentos e trinta mil e trezentos e vinte reais)**

Jaraguá do Sul (SC), 04 de dezembro de 2023.

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO

Secretário de Administração

SADI TERRES DA SILVA

Secretário Municipal da Assistência Social e Habitação

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 316/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5411675

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 316/2023****SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO****Tipo: Menor Preço Por Item**

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão, Decreto Federal nº 10.024/2019 Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 4.150/2006 alterada pela Lei Municipal nº 9.208/2022 e Lei Municipal nº 8.766/2021.

Código registro TCE: B7B7908942867751F3AC7FCAB83418CA24B82C70

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, para a contratação de pessoa jurídica, especializada na realização de Transporte Escolar de Alunos da Rede Municipal de Ensino, dentro dos limites geográficos do município de Jaraguá do Sul - SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

DIA/HORÁRIOS:**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 21/12/2023 – Horas 13:00:00****INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 21/12/2023 – Horas 13:15:00**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

RETIRADA DO EDITAL www.portaldecompraspublicas.com.br/ e www.jaraguadosul.sc.gov.br**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (ESCLARECIMENTOS):****E-mail:** luidirysza@edu.jaraguadosul.sc.gov.br (Luidi).**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.742.254,80 (Um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)**

Jaraguá do Sul (SC), 20 de novembro de 2023.

DOUGLAS ANTÔNIO CONCEIÇÃO

Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 68/2023 - COMUNICADO

Publicação Nº 5411668

**JARAGUÁ DO SUL**
PREFEITURAESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**EDITAL**
PREGÃO PRESENCIAL N.º 68/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**COMUNICADO**

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira, designada pelo Decreto nº 14.631/2021, comunica aos participantes do Pregão Presencial supracitado, que no dia 07/12/2023 as 16:00 horas, encerrou o prazo SEM apresentação de recursos. Sendo assim, na prerrogativa concedida pelos itens 6.10, 7.1.2 e 21.1 do edital, a Pregoeira informa que a licitante melhor classificada na disputa de preços e devidamente habilitada, qual seja a empresa FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, está apta a realizar a Prova de Conceito, sendo que será realizada oportunamente convocação específica pelo Presidente de Comissão de Avaliação, para o cumprimento do prazo e conforme prerrogativa estabelecida no item 81 do Anexo XVI do edital (Prova de Conceito), e será devidamente informada todas as licitantes.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de dezembro de 2023.

Rosinei A.G. Dias
Pregoeira – Decreto nº 14.631/2021

1 “8. A empresa licitante terá **o prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis** para implantação dos sistemas, equipamentos, infraestruturas e qualquer aparelhamento necessário, **contados a partir da data da ciência da respectiva convocação pelo Presidente da Comissão de Avaliação.**”
(Anexo XVI – Termo de Referência do Edital Pregão Presencial n.º 68/2023)

EDITAL VERSÃO II PREGÃO ELETRÔNICO Nº 315/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

Publicação Nº 5411576

EDITAL
VERSÃO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 315/2023
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Tipo: Menor Preço Por Item

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO
Código registro TCE: 46EA173F31506A691FDB3E8AAB3011A92DB4CA44

O Município de Jaraguá do Sul, SC através do Secretário de Administração, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET torna público, que está promovendo alterações na descrição dos itens 53, 54, 55, 56 e 57, constantes no Anexo IX do Edital, excluindo a exigência de conservantes e incluindo embalagem de vidro. O Município disponibilizará o Edital Versão II, com as informações alteradas. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados o novo dia e horário da sessão pública, como segue:
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 22/01/2024 – Horas 08:00:00
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 22/01/2024 – Horas 08:10:00
As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de dezembro de 2023.
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO
Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 362/2023

Publicação Nº 5409789

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 362/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 191/2023; Órgão Gerenciador: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Beneficiária da ATA: BMI Prosper Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PARA COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
01	Embalagem plástica para coleta seletiva de materiais recicláveis	UN	3.168.000	0,87	2.756.160,00
02	Embalagem plástica para coleta seletiva de materiais recicláveis	UN	32.000	0,87	27.840,00

Forma de Pagamento: O pagamento se dará até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal e Certificação de que atendeu as exigências do Edital. O prazo para certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da nota fiscal; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta do Orçamento de 2024 (conforme mensagem nº 155/2023 de encaminhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024), do Samae:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.004.17.512.1401.4405	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Resíduos Sólidos	3.3.90 - Aplicações Diretas	Exercício 2024	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; Data da assinatura: 07/12/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC. Signatários: Pela Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Bruna Dalcanale Corona.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

LEI COMPLEMENTAR Nº 324/2023

Publicação Nº 5413281

LEI COMPLEMENTAR Nº 324/2023
Concede Remissão Para os Créditos Tributários Relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e à Taxa de Remoção de Lixo Doméstico Incidentes Sobre os Imóveis Integrantes do Loteamento Irregular Alcebiades de Souza e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica o Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, autorizado a reemitir os créditos tributários relativos ao

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e à Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar incidentes sobre os imóveis regularizados integrantes do Loteamento Irregular Alcebiades de Souza, Matrículas Imobiliárias N° 1.496, N° 9.850 e N° 16.809, até o exercício de 2019.

Art.2º O Secretário Municipal da Fazenda fica autorizado a conceder, em caráter geral, a remissão total dos créditos tributários descritos no artigo 1º.

Art.3º O disposto nesta Lei Complementar não autoriza nem confere direito à restituição ou compensação de impostos pagos ou parcelados ou recolhidos judicialmente, devidamente autorizados pelo Poder Judiciário, nem alcança eventuais custas processuais devidas dos contribuintes.

Art.4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

LEI N° 9.512/2023

Publicação N° 5413283

LEI N° 9.512/2023
Denomina Palco.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Palco da Praça Ângelo Piazeria, localizada na Rua 18 - Quintino Bocaiuva, no Centro de Jaraguá do Sul, passa a denominar-se de "PERY DO PANDEIRO".

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

LEI N° 9.513/2023

Publicação N° 5413284

LEI N° 9.513/2023
Dispõe Sobre a Comunicação dos Atos Processuais nos Processos Eletrônicos Administrativos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Âmbito da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A comunicação de atos processuais nos processos eletrônicos administrativos que tramitam no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) se darão mediante transmissão eletrônica.

§1º A transmissão eletrônica se operará preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) mediante opção de "Gerar Intimação Eletrônica" direcionado a endereço eletrônico cadastrado.

§2º A intimação eletrônica através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pressupõe a criação de usuário e assinatura eletrônica externos a ser realizado previamente nos moldes da Instrução Normativa SEI N° 03/2023/SEMAD/SEI.

Art.2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento, tráfego de documentos, arquivos digitais e dados;

II - transmissão eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - endereço eletrônico: toda forma de identificação individualizada para recebimento e envio de comunicação/mensagem digital, tal como o correio eletrônico (e-mail), aplicativos de mensagens e perfis em redes sociais.

Art.3º O usuário interno do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ao verificar a necessidade de comunicação dos atos processuais, procederá à intimação do usuário externo interessado para ciência dos atos praticados, bem como, se for o caso, para manifestação ou juntada de documentos no prazo assinalado.

Art.4º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§1º Nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§2º A consulta referida no caput deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada a data do término desse prazo.

§3º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do §4º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§4º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinação da autoridade administrativa.

§5º As intimações feitas na forma deste artigo serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Art.5º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§1º No caso do caput deste artigo, se o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§2º Os órgãos municipais deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais.

Art.6º Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Art.7º O cumprimento da intimação dos atos processuais de que trata esta Lei, poderá se dar através de aplicativo de mensagens, mediante contato informado pela parte interessada no instrumento do requerimento administrativo.

§1º Ao realizar o requerimento administrativo a parte interessada informará meio em que poderá receber intimações.

§2º No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo de mensagens a imagem do pronunciamento (despacho ou decisão), alertando que a entrega da mensagem serve como intimação processual.

§3º Considerar-se-á realizada a intimação no momento em que a parte manifestar expressamente o recebimento da intimação via aplicativo.

§4º Se a confirmação da entrega e leitura da intimação, na forma do §3º deste artigo, não ocorrer no prazo de 3 (três) dias, o ato será realizado por outro meio idôneo.

§5º A intimação poderá se dar através do endereço eletrônico, no endereço residencial ou, por último, mediante edital a ser publicado no Diário Oficial do Município.

§6º Competirá ao setor da Administração Pública Municipal, gerenciador do processo, certificar nos autos digitais a realização da intimação por qualquer meio, nos termos desta Lei.

Art.8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

LEI Nº 9.514/2023

Publicação Nº 5413285

LEI Nº 9.514/2023

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão Nº 422, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, na Vila Lenzi, passa a denominar-se HILÁRIO KLEIN.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

LEI Nº 9.515/2023

Publicação Nº 5413286

LEI Nº 9.515/2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Convênio Com o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por Intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, Visando o Estabelecimento de Relações Para Realização dos Serviços de Bombeiros Estabelecidos no Artigo 108, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, para a realização dos serviços de Bombeiros estabelecidos pelo artigo 108, da Constituição Estadual, especificamente os relacionados:

I - ao planejamento, à coordenação e à execução do serviço de prevenção de sinistros ou catástrofes;

II - a análise prévia dos projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem;

III - a manipulação e o transporte de produtos perigosos, acompanhando e fiscalizando sua execução;

IV - imposição das sanções administrativas correlatas a eventuais infrações devidamente comprovadas;

V - realização de perícias de incêndio e de áreas sinistradas.

Art.2º Os recursos arrecadados no cumprimento do Convênio serão depositados diretamente na conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR de Jaraguá do Sul.

Art.3º O Convênio a ser celebrado terá vigência de 05 (cinco) anos, contada da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Art.4º Fica também autorizado o Município de Jaraguá do Sul a celebrar atinentes Termos Aditivos ao Convênio, objetivando o seu aprimoramento ou prorrogação do seu prazo de vigência.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

LEI Nº 9.516/2023

Publicação Nº 5413287

LEI Nº 9.516/2023

Denomina Palco Cultural Alceste Berri.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominado de "Palco Cultural Alceste Berri", o palco principal do Parque Linear Via Verde, Ilha da Figueira.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 04/2023/SEMASH

Publicação Nº 5409695

PORTARIA Nº 04/2023/Semash

Instaura Sindicância Administrativa em face de Afonso Nichetti Filho

Comissão Processante: QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelos servidores públicos municipais VANESSA SCHWIRKOWSKY, matrícula 9450, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, VIVIANE STOLF, matrícula 8220, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e VANTUIR MARTINS, matrícula 11254, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública

, para, sob a presidência do primeira, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(eis) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

O servidor investigado terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 06 de dezembro de 2023.

SADI TERRES DA SILVA

Secretário Municipal da Assistência Social e Habitação

Portaria nº 1299/2023

PORTARIA SAMAE Nº 1.364/2023

Publicação Nº 5411241

PORTARIA SAMAE Nº 1.364/2023

Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 2.048/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente autorizadas, do período aquisitivo de 14 de março de 2003 a 10 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 26 de dezembro de 2023, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal DERLI GONÇALVES RIBEIRO, matrícula 386, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.365/2023

Publicação Nº 5411242

PORTARIA SAMAE Nº 1.365/2023

Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 2.608/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente autorizadas, do período aquisitivo de 5 de junho de 2006 a 1º de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 26 de dezembro de 2023, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal EVERSON DONALDO BORGES, matrícula 441, ocupante do cargo efetivo de Jardineiro.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.366/2023

Publicação Nº 5411244

PORTARIA SAMAE Nº 1.366/2023
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 2.170/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente autorizadas, do período aquisitivo de 1º de março de 2012 a 1º de março de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 26 de dezembro de 2023, 20 (vinte) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal JOÃO GRAPPER, matrícula 525, ocupante do cargo efetivo de Motorista.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 15 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.367/2023

Publicação Nº 5411247

PORTARIA SAMAE Nº 1.367/2023
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 1.057/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente autorizadas, do período aquisitivo de 1º de março de 2012 a 1º de março de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 26 de dezembro de 2023, 30 (trinta) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal BRUNO MENDES SOBIECKI, matrícula 528, ocupante do cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 25 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.368/2023

Publicação Nº 5411249

PORTARIA SAMAE Nº 1.368/2023
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 2.393/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente autorizadas, do período aquisitivo de 19 de março de 2012 a 19 de março de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 26 de dezembro de 2023, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal EDSON JOSÉ LOURENÇO, matrícula 531, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2023.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.369/2023

Publicação Nº 5411250

PORTARIA SAMAE Nº 1.369/2023
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 2.263/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente autorizadas, do período aquisitivo de 9 de janeiro de 2013 a 8 de janeiro de 2023

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 26 de dezembro de 2023, 30 (trinta) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal GILSON ANTONIO DOS SANTOS, matrícula 550, ocupante do cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 25 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2023.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.377/2023

Publicação Nº 5411251

PORTARIA SAMAE Nº 1.377/2023
Retifica a Portaria SAMAE nº 1.345/2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o art. 202, da Lei Complementar nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 1.345/2023;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAMAE nº 1.345/2023, na forma que segue:

ONDE SE LÊ:

“Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar nº 101/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAE-JSU nº 605/2023, de 25 de maio de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o art. 202, da Lei Complementar nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 101/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 605/2023, de 25 de maio de 2023;”

LEIA-SE:

“Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 101/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 605/2023, de 25 de maio de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o art. 202, da Lei Complementar nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 101/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 605/2023, de 25 de maio de 2023;”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de novembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 4 de dezembro de 2023.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.378/2023

Publicação Nº 5411256

PORTARIA SAMAE Nº 1.378/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 15/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 136/2023, de 9 de fevereiro de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 15/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 136/2023, de 9 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.189/2023, de 10 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.543/2023, de 29 de novembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 11 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 136/2023 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.189/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 4 de dezembro de 2023.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.39/2023

Publicação Nº 5409855

PORTARIA SAMAE Nº 1.394/2023

Designa Servidores para Exercerem as Funções de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais LEONARDO FELIPE WEHMUTH, matrícula 833, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil e na condição de Coordenador de Eletromecânica e Automação, para desempenhar a função de GESTOR; e ANTÔNIO ORIEL DA ROCHA JUNIOR matrícula 548, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Segurança no Trabalho; E ADEMAR ALCIDES PACHECO NETO matrícula 860, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenador de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, para desempenharem a função de FISCAL do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 367/2023 de 4 de dezembro de 2023, que tem como origem Dispensa de Licitação, objetivando Contratação de serviços de manutenção e conservação preventiva de elevadores e/ou plataformas elevatórias da Sede do Samae.	Paletrac Manutenção e Comércio de Peças Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 5 de dezembro de 2023.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.398/2023

Publicação Nº 5409856

PORTARIA SAMAE Nº 1.398/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais ANA CAROLINE FERRARI matrícula 770, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e na condição Supervisor de Estação de Tratamento de Água, para desempenhar a função de GESTOR; e ADRIANO PEREIRA matrícula 454, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e KLEUBER REI MARQUES matrícula 742, ocupante cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e na condição de Supervisores de Estação de Tratamento de Água, para desempenharem a função de FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO nº 370/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de PAC – Policloreto de Alumínio. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Ambientaly Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (Filial)
CONTRATO nº 371/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Ácido Fluo silício. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Avanex Indústria e Comércio Ltda
CONTRATO nº 372/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Sal moído médio sem Iodo. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Caldas Comércio de Produtos Químicos Ltda
CONTRATO nº 373/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Cloro Liquefeito. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Hidromar Indústria Química Ltda
CONTRATO nº 376/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Carvão Ativado (itens 12 e 13). Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Plastiart Comercial Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.399/2023

Publicação Nº 5409857

PORTARIA SAMAE Nº 1.399/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2017 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e na condição de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto, e ANA CAROLINE FERRARI matrícula 770, ocupante do cargo efetivo de

Técnico em Operação de ETA/ETE e na condição Supervisor de Estação de Tratamento de Água para desempenharem a função de GESTOR; e, ADRIANO PEREIRA matrícula 454, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e KLEUBER REI MARQUES matrícula 742, ocupante cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e na condição de Supervisores de Estação de Tratamento de Água; e EDER CORDEIRO DUTRA, matrícula nº 620, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e ALESSANDRO ROSÁ, matrícula 552, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e na condição de Supervisores de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 374/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Hipoclorito de Sódio. Sendo: 35.000 kg para ETA e 103.600 kg para ETE. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Multcloro Indústria Química Eireli

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.400/2023

Publicação Nº 5409860

PORTARIA SAMAE Nº 1.400/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2017 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e na condição de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar a função de GESTOR; e, EDER CORDEIRO DUTRA, matrícula nº 620, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e SIRO BENEDITO PINHEIRO, matrícula 458, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e na condição de Supervisores de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenharem a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 375/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Polímero Granular Não-Iônico. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Ordep Produtos Saneantes Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.401/2023

Publicação Nº 5409861

PORTARIA SAMAE Nº 1.401/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2017 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e na condição de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar a função de GESTOR; e, EDER CORDEIRO DUTRA, matrícula nº 620, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE e na condição de Supervisor de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenharem a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 377/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Cloreto Férrico e Polímero Catiônico. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Projesan Saneamento Ambiental Ltda.
CONTRATO Nº 378/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Antiespumante. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Química Nova Brasil Ltda

Art. 2º DESIGNAR os servidores públicos municipais CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e na condição de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar a função de GESTOR; e, SIRO BENEDITO PINHEIRO, matrícula 458, e HERCULIS VASSELAI, matrícula 443, ocupantes do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE e na condição de Supervisores de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenharem a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO Nº 377/2023 de 5 de dezembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 195/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE de Polímero Catiônico. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Projesan Saneamento Ambiental Ltda.
---	-------------------------------------

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.402/2023

Publicação Nº 5409863

PORTARIA SAMAE Nº 1.402/2023

Torna sem efeito portaria de designação interina

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO, a Portaria SAMAE nº 1.360/2023 de 30 de novembro de 2023, que dispõe sobre a designação interina de INDIA NARA PELLIS MILBRATZ, matrícula 322.

Art. 2º TORNAR SEM EFEITO, a Portaria SAMAE nº 1.361/2023 de 30 de novembro de 2023, que dispõe sobre a designação interina de GABRIEL LIEBL, matrícula 878.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.403/2023

Publicação Nº 5409864

PORTARIA SAMAE Nº 1.403/2023

Prorroga Licença à Gestante

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220, de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

CONSIDERANDO a certidão de Nascimento matrícula 107383 01 55 2023 1 00263 170 0130743 37;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR LICENÇA À GESTANTE, no período de 23 de dezembro de 2023 a 20 de fevereiro de 2024, à Servidora Pública Municipal, Senhora LEONICE FUNK, matrícula 556, ocupante do cargo efetivo de Escriurário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.404/2023

Publicação Nº 5409867

PORTARIA SAMAE Nº 1.404/2023

Dispensa Servidor Público Municipal da Função Gratificada

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220, de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o teor do memorando nº 1.610/2023 de 6 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir do dia 7 de dezembro de 2023, INDIA NARA PELLIS MILBRATZ, matrícula nº 322, da Função Gratificada de SUPERVISOR DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria SAMAE nº 1.009/2023, de 28 de agosto de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.405/2023

Publicação Nº 5409870

PORTARIA SAMAE Nº 1.405/2023

Designa Servidor Público Municipal para Função Gratificada

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220, de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o teor do memorando nº 1.610/2023, de 6 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir do dia 7 de dezembro de 2023, LUIZ ANTONIO DE FRANÇA, matrícula nº 845, ocupante do cargo efetivo de Vistoriador de Redes e Ramais, para a Função Gratificada de SUPERVISOR DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.406/2023

Publicação Nº 5409873

PORTARIA SAMAE Nº 1.406/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais DEVERSON SIMIONI matrícula 486, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista e na condição de Gerente de Manejo de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de GESTOR; e LUIZ ANTONIO DE FRANÇA matrícula 845, ocupante do cargo efetivo de Vistoriador de Redes e Ramais e na condição de Supervisor de Manejo de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de FISCAL dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 413/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 295/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	Recicla Já – Cooperativa de Trabalho de Recicladores
CONTRATO nº 408/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 287/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	Cooperativa de Trabalho dos Recicladores Norte Catarinense
CONTRATO nº 127/2021 - 2º Termo Aditivo Contrato 014/2022 - CREDENCIAMENTO de associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperativa de Trabalho de Reciclagem do Vale do Itapocu
CONTRATO nº 411/2019 - 6º Termo Aditivo Contrato 114/2023 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperlima Cooperativa de Trabalho de Recicladores
CONTRATO nº 056/2022 - 1º Termo Aditivo Contrato 297/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperativa de Trabalho dos Recicladores - Reciclar pela Vida
CONTRATO nº 068/2022 - 1º Termo Aditivo Contrato 286/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperativa de Trabalho de Reciclagem de Jaraguá do Sul
CONTRATO nº 425/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 296/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Keller
CONTRATO nº 407/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 284/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	Cooperativa de Trabalho dos Recicladores Petverde
CONTRATO nº 409/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 316/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperativa de Trabalho dos Recicladores Paulista
CONTRATO nº 412/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 270/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	JV Cooperativa de Reciclagem
CONTRATO nº 405/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 293/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperativa de Trabalho de Reciclagem RBP de Nereu Ramos
CONTRATO nº 404/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 299/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	Abecan – Cooperativa de Trabalho de Recicladores
CONTRATO nº 410/2019 - 3º Termo Aditivo Contrato 262/2022 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.	Cooperativa de Trabalho de Recicladores Jaraguenses JVS
CONTRATO nº 411/2019 - 6º Termo Aditivo Contrato 144/2023 - CREDENCIAR associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município	Cooperlima Cooperativa de Trabalho de Recicladores

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 148/2023 de 25 de maio de 2023 - Edital de Chamamento Público nº 026/2022 - Constitui objeto do presente procedimento administrativo de Chamamento Público, o credenciamento de entidades beneficentes para a realização da coleta, transporte e destinação de móveis e eletrodomésticos em condições de uso recebidos no ponto de entrega voluntária – PEV no município de Jaraguá do sul/SC, com a finalidade de destiná-los à famílias de baixa renda, conforme especificações do Anexo I e Termo de Referência (Anexo III) deste Edital	Grupo Mãos Solidárias
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 219/2023 de 4 de agosto de 2023 - Edital de Chamamento Público nº 100/2023 - Constitui objeto do presente procedimento administrativo de Chamamento Público, o credenciamento de entidades privadas para a realização de coleta, transporte e destinação final dos resíduos coletados no ponto de entrega voluntária, conforme especificações do Anexo I e Termo de Referência (Anexo III) do Edital	Transpezia LTDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2023 de 28 de março de 2023, que tem como origem o Pregão para Registro de Preços Nº 022/2023, objetivando o fornecimento da Embalagem plástica para coleta seletiva de materiais recicláveis. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Azeplast Indústria e Comércio Ltda
CONTRATO Nº 379/2022 de 21 de dezembro de 2022, que tem como origem a Dispensa de Licitação nº 168/2022, objetivando a Confecção de carnês de cobrança para a área rural do município, incluindo: impressão, corte das páginas, montagem dos boletos, impressão e detalhamento da capa dos boletos.	Gráfica Régis Ltda
CONTRATO Nº 346/2022 de 13 de dezembro de 2022, que tem como origem o Pregão nº 155/2022, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços continuados para execução das atividades de recepcionista, para atuar diretamente no Ponto de Coleta Voluntária PEV. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo X deste Edital).	Orbenk Administração e Serviços Ltda

Art. 2º Em consequência revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.407/2023

Publicação Nº 5409874

PORTARIA SAMAE Nº 1.407/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais DEVERSON SIMIONI matrícula 486, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista e na condição de Gerente de Manejo de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de GESTOR; e LUIZ ANTONIO DE FRANÇA matrícula 845, ocupante do cargo efetivo de Vistoriador de Redes e Ramais e na condição de Supervisor de Manejo de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 279/2023 de 3 de outubro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 172/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO de Empresa para Fornecimento de Carnês de Cobrança para a área rural do município, incluindo: impressão, corte das páginas, montagem dos boletos, impressão e detalhamento da capa dos boletos. Conforme o Termo de Referência. Mais informações, vide Termo de Referência	Gráfica e Editora Mundo Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.408/2023

Publicação Nº 5409876

PORTARIA SAMAE Nº 1.408/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais DEVERSON SIMIONI matrícula 486, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista e na condição de Gerente de Manejo de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de GESTOR; e LUIZ ANTONIO DE FRANÇA matrícula 845, ocupante do cargo efetivo de Vistoriador de Redes e Ramais e na condição de Supervisor de Manejo de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 362/2023 de 30 de novembro de 2023, que tem como origem o Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 191/2023, objetivando o Fornecimento ao SAMAE de Embalagem plástica para coleta seletiva de materiais recicláveis, Item 01 e 02. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital	BMI Prosper Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.411/2023

Publicação Nº 5411523

PORTARIA SAMAE Nº 1.411/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 07/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 343/2022, de 27 de abril de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 07/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 343/2022, de 27 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.297/2023, de 8 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.597/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 343/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.297/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.412/2023

Publicação Nº 5411528

PORTARIA SAMAE Nº 1.412/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 08/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 344/2022, de 27 de abril de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 08/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 344/2022, de 27 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.298/2023, de 8 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.598/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 344/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.298/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.413/2023

Publicação Nº 5411529

PORTARIA SAMAE Nº 1.413/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 09/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 345/2022, de 27 de abril de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 09/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 345/2022, de 27 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.299/2023, de 5 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.599/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 345/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.299/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.414/2023

Publicação Nº 5411532

PORTARIA SAMAE Nº 1.414/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 10/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 346/2022, de 27 de abril de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 10/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 346/2022, de 27 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.300/2023, de 8 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.600/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 346/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.300/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.415/2023

Publicação Nº 5411535

PORTARIA SAMAE Nº 1.415/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 11/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 347/2022, de 27 de abril de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 11/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 347/2022, de 27 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.301/2023, de 8 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.601/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 347/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.301/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.416/2023

Publicação Nº 5411537

PORTARIA SAMAE Nº 1.416/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 15/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 360/2022, de 29 de abril de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 15/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 360/2022, de 29 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.302/2023, de 5 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.602/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 360/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.302/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.417/2023

Publicação Nº 5411541

PORTARIA SAMAE Nº 1.417/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 16/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 371/2022, de 9 de maio de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 16/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 371/2022, de 9 de maio de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.303/2023, de 8 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.603/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 371/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.303/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.418/2023

Publicação Nº 5411544

PORTARIA SAMAE Nº 1.418/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 57/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 391/2023, de 5 de abril de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 57/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 391/2023, de 5 de abril de 2023.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.304/2023, de 8 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.604/2023, de 5 de dezembro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de dezembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 391/2023 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.304/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.419/2023

Publicação Nº 5411547

PORTARIA SAMAE Nº 1.419/2023

Designa Servidor para exercer interinamente cargo em comissão

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018, suas alterações; e,

CONSIDERANDO o teor do memorando nº 1.551/2023, de 30 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR INTERINAMENTE, o Servidor Público Municipal EDER CORDEIRO DUTRA matrícula 620, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO de 28 de dezembro de 2023 a 16 de janeiro de 2024, durante o período de férias do servidor Cesar Decker.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.420/2023

Publicação Nº 5411549

PORTARIA SAMAE Nº 1.420/2023

Designa Servidor para exercer interinamente cargo em comissão

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018, suas alterações; e,

CONSIDERANDO o teor do memorando nº 1.616/2023, de 8 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR INTERINAMENTE, a Servidora Pública Municipal PAULA MARIANA STAHELIN matrícula 625, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Laboratorista, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE LABORATÓRIOS de 8 a 27 de janeiro de 2024, durante o período de férias do servidor Rafael Jungton.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de janeiro de 2024.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.421/2023

Publicação Nº 5411551

PORTARIA SAMAE Nº 1.421/2023

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018, e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 119/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8509/2012, que estabelece regras para a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores públicos do município de Jaraguá do Sul, da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais;

CONSIDERANDO que os servidores nomeados para cargo efetivo do quadro de pessoal das Autarquias Municipais ficam sujeitos a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o transcurso do prazo do estágio probatório;

CONSIDERANDO que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de servidor em estágio probatório, devidamente constituída por meio da Portaria SAMAEJSU nº 29/2023;

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, que embasaram o parecer final da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, a qual considerou o servidor MARCOS ROBERTO BARABAS "APTO" para o exercício do cargo público de Agente de Operações Hidráulicas;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor "APTO" para o exercício do cargo público de Agente de Operações Hidráulicas.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado conclusivo da Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 13 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2023, do Servidor Público Municipal MARCOS ROBERTO BARABAS, matrícula nº 772, considerando o mesmo APTO para o exercício do cargo público de Agente de Operações Hidráulicas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência outubro de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 232/2023

Publicação Nº 5411271

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 232/2023

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob no 14.284.430/0001-97, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS EM ÂMBITO ESTADUAL, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através de Inexigibilidade de Licitação, ao valor de R\$ 35.395,00 (trinta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais). Fundamento Legal: do Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou <https://samaejs.1doc.com.br/atendimento>.

Onésimo José Sell

Diretor Presidente

Registrado no TCE com a chave: 34ED60E2B69A7CF5969CA8743E1444A30EA7BBB4

SAMAE - CONCURSO Nº 056/2023 - ATA 5319

Publicação Nº 5411294

ATA DE REALIZAÇÃO DO CONCURSO Nº 056/2023

ATA 5319

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, com início às nove horas e trinta minutos, realizou-se, no auditório da Estação de Tratamento de Água Central do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae, situado na Rua Erwino Menegotti, 478 – Bairro Água Verde, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão, relativa ao Concurso nº 056/2023, intitulado "O impacto do saneamento básico em nossas vidas", com a presença da Comissão Especial Organizadora, servidores Cassio Amaral, Deborah Melo Alflen e Tamires Ana Altini, designados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.296/2022. Compilamos as notas de avaliações recebidas da Comissão Julgadora e relacionamos abaixo as 10 inscrições que obtiveram as melhores pontuações finais, sendo assim declaradas vencedoras do concurso.

Classificação	Pontuação	Aluno	Nº de Inscrição
1º lugar	138,5	ANA BEATRIZ VICENZI	07.2023
2º lugar	137,0	DAVI ZIEHLSORFF FRANCENER	17.2023
3º lugar	134,5	EMILLY KLEINUBING DOTTA	20.2023

4º lugar	132,5	ERICK MELO TALAYER	24.2023
5º lugar	130,0	ANA LUIZA LIEIRA GRAFF	08.2023
6º lugar	129,5	SOFIA POLONIO ROSSI	66.2023
7º lugar	129,0	DAVI BUGUE CHAVES	14.2023
8º lugar	126,5	HENRIQUE DE MEDEIROS DOMINGOS	34.2023
9º lugar	126,5	ADRYAN MATHEUS ALVES DE OLIVEIRA	78.2023
10º lugar	126,0	SOFIA ERSCHING HERMANN	65.2023

Nada mais havendo digno de registro, encerra-se a presente Ata.

Comissão Organizadora: Cassio Amaral, Deborah Melo Alflen, Tamires Ana Altini

SAMAE - LICITAÇÃO Nº 207/2023 - AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 5411214

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Código Registro TCE: 4AFE5BC09AD1B9BA23C413681B26A2E66D5D43CE

Diante da solicitação e exposições da Comissão de Licitação, declaro inexigível a Licitação nº 207/2023 – Samae, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, AUTORIZANDO e HOMOLOGANDO o processo para a AQUISIÇÃO DE SENSOR COMPLETO COM BASE TRIPÉ EM ALUMÍNIO PARA GEOFONE Xmic E DXmic, por meio da empresa LWS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA. , CNPJ 02.407.726/0001-79, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), e recomendo a observância das demais providências pertinentes. Publique-se.

Jaraguá do Sul/SC, 07 de dezembro de 2023.

ONÉSimo José Sell

Diretor Presidente

Samae de Jaraguá do Sul

SAMAE - RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 207/2023

Publicação Nº 5411220

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 207/2023
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL

Objeto: AQUISIÇÃO DE SENSOR COMPLETO COM BASE TRIPÉ EM ALUMÍNIO PARA GEOFONE Xmic E DXmic;

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93;

Código Registro TCE: 4AFE5BC09AD1B9BA23C413681B26A2E66D5D43CE

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE Jaraguá do Sul/SC

Contratada: LWS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA. - CNPJ 02.407.726/0001-79

Valor e Forma de Pagamento: Pelo fornecimento do objeto avençado, a CONTRATADA receberá do Samae o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais); O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a data de certificação na Nota Fiscal, em conformidade com as especificações e orçamento previamente aprovados, em anexo a este Edital, e exigências deste Edital. O prazo para certificação da Nota Fiscal será de até 05 (cinco) dias úteis.

Dotação orçamentária: As despesas resultantes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.4429	Adoção de medidas para o controle de perdas	3.3.90. Aplicações Diretas	49	Arrecadados pelo Samae

Prazo de Fornecimento: até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento

Jaraguá do Sul/SC, 07 de dezembro de 2023.
Enio Evandro Luchtenberg
Presidente Comissão de Licitação
Portaria Samae JSU nº 1050/2023

Onésimo José Sell
Diretor Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

SAMAE - RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

Publicação Nº 5411229

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

A Pregoeira, designada pela Portaria 602/2023, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 152/2023, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, que teve como objeto a AQUISIÇÃO DE CONTENTORES PLÁSTICOS, teve o seguinte resultado:

Item	P. Vencedora	Quant.	Descrição do Item	Valor uni-tário
01 AMPLA DISPUTA	CONTEMAR AMBIENTAL COMÉRCIO DE CONTAINERS LTDA	69 UN	Contentor plástico (contêiner) para acondicionamento de resíduos sólidos domiciliares (orgânicos, rejeitos e recicláveis), e similares aos domiciliares, com coleta mecanizada por caminhão com sistema de elevação por carga traseira, capacidade para 1.100 litros e 440 kg. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital). Código SAMAE: 148729	R\$ 1.890,00
02 COTA ME/EPP	LIFE CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	01 UN	Contentor plástico (contêiner) para acondicionamento de resíduos sólidos domiciliares (orgânicos, rejeitos e recicláveis), e similares aos domiciliares, com coleta mecanizada por caminhão com sistema de elevação por carga traseira, capacidade para 1.100 litros e 440 kg. Detalhes técnicos, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital). Código SAMAE: 148729	R\$ 2.700,00

Valor total: R\$ 133.110,00 (Cento e trinta e três mil e cento e dez reais). Adjudicação por item.
Jaraguá do Sul/SC, 01 de dezembro de 2023.

Madeline D. Tesser Espanhol
Pregoeira – Portaria 602/2023
Samae Jaraguá do Sul

TERMO ADITIVO Nº 343/2023

Publicação Nº 5409784

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 343/2023
2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 068/2022

Processo: Chamamento Público nº 020/2022; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLAGEM DE JARAGUÁ DO SUL; Da Prorrogação do prazo e vigência: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de execução e vigência do Termo de Credenciamento nº 068/2022, originário do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2022, deflagrado com o objetivo de credenciar associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; O prazo de execução e vigência do Termo de Credenciamento será prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2024 e término em 31/12/2024, nos moldes pactuados no termo de credenciamento original e termo aditivo firmado anteriormente; A presente prorrogação não consiste em modificação das condições para o credenciamento, além do que a Credenciada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Chamamento Público, conforme atestado pelo Gestor e Fiscal do referido credenciamento; A presente prorrogação independe de dotação orçamentária, bem como disponibilidade financeira com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa, haja vista a ausência de despesas com a execução do referido Credenciamento; Fundamento Legal: A prorrogação do prazo de execução e vigência tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item 5.1 da Cláusula Quinta do Termo de Credenciamento e na justificativa do Gestor e Fiscal, constante no Memorando nº 1440/2023; Ratificação: Permanecem válidas e plenamente vigentes todas as demais cláusulas e estipulações do TERMO DE CREDENCIAMENTO não expressamente alteradas por este TERMO ADITIVO ou em decorrência dele; Data da assinatura: 21/11/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC. Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Credenciada: Setembrino do Nascimento.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

TERMO ADITIVO Nº 368/2023

Publicação Nº 5410322

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 368/2023
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 305/2022

Processo: Pregão Eletrônico nº 131/2022; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Gente Seguradora S.A.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA TERCEIROS E SEGURO TOTAL PARA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO SAMAE; Da prorrogação do prazo de execução e vigência: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato nº 305/2022 por mais 12 (doze) meses, com início em 08/12/2023 e término em 07/12/2024, nos moldes pactuados no contrato original e termo aditivo firmado anteriormente; O prazo de vigência será igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias; Do Acréscimo: O presente termo aditivo também objetiva o acréscimo de 05 (cinco) veículos placas RYQ-1D07, RYQ-1D77, RYQ-1E07, RYQ-1E87 e RYQ-1H87, ao rol de coberturas constantes da Apólice de Seguro, para o período de vigência de 08/12/2023 até 07/12/2024, correspondente a 4,6984%% (quatro inteiros, seis mil, novecentos e oitenta e quatro décimos de milésimos percentuais) do valor contratado, totalizando R\$ 3.260,69 (três mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos); Fundamento Legal: A prorrogação do prazo de execução é firmada com base na justificativa do Gestor do Contrato, constante do Memorando nº 1.574/2023 e tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, bem como no item 6.1 da Cláusula Sexta c/c item 12.1 da Cláusula Décima Segunda do contrato original; O acréscimo ao valor do contrato é firmado com base na justificativa do Gestor do contrato constante do Memorando nº 1.574/2023, e encontra amparo legal no art. 65, inciso I, alínea "b", c/c §1º, da Lei 8.666/93, bem como no item 8.2 da Cláusula Oitava do contrato original; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto do termo aditivo correrão por conta do Orçamento de 2023 como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.001.17.122.0300.4401	Manutenção das Atividades Administrativas	3.3.90 – Aplicações Diretas	05	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 06/12/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC. Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Marcelo Wais.

Onésimo Sell
Diretor Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 5409689

TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA**EDITAL Nº:****CADASTRO Nº:** 115669**CONTRATADO (A):** MARINA DE FREITAS SOUZA GUALBERTO**CPF Nº:** 106.865.566-66**RG Nº:** 16.741.329-29 - SSP/MG**FUNÇÃO:** ENGENHEIRO - REDA**PERÍODO: DE** 04/11/2023 **A** 04/05/2024**SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459/0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, BRASILEIRO, CASADO, INSCRITO NO CPF Nº 138.905.358-01, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O (A) CONTRATADO (A), ACIMA IDENTIFICADO (A), RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, CELEBRAR O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE SITUAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, FIRMADO NA DATA SUPRACITADA, TENDO POR OBJETO PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL NA FORMA DO ART. 4º DA Lei COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PELO PERÍODO ACIMA ESPECIFICADO.

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2023


**CONTRATANTE****MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL****CNPJ:** 83.102.459/0001-23**CONTRATADO****MARINA DE FREITAS SOUZA GUALBERTO****106.865.566-66****TESTEMUNHAS:**_____
NOME_____
NOME

Parâmetros: Matrícula(s):: [{"valor":"22854840","descricao":"115669 / MARINA DE FREITAS SOUZA GUALBERTO / TRABALHANDO"}]; Data Inicial da consulta (Contratos

SAMAE - CONCURSO Nº 056/2023 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Publicação Nº 5411301

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 Endereço: Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde CEP: 89254-000 - Jaraguá do Sul	CONCURSO Nr.: 56/2023
	Processo Adm.: 56/2023 Data do Processo: 16/03/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 22, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 56/2023
b) **Nr. Licitação:** 56/2023 - CP
c) **Modalidade:** Concurso
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** *CONCURSO FOTOGRÁFICO Com a temática "O impacto do saneamento básico em nossas vidas"*

Participante: ADRYAN MATHEUS ALVES DE OLIVEIRA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: ANA BEATRIZ VICENZI

10	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: ANA LUIZA LIEIRA GRAFF

7	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: DAVI BUGUE CHAVES

5	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: DAVI ZIEHLSORFF FRANCENER

9	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: EMILLY KLEINUBING DOTTA

1	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: ERICK MELO TALAYER

8	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: HENRIQUE DE MEDEIROS DOMINGOS

4	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: SOFIA ERSCHING HERMANN

2	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: SOFIA POLONIO ROSSI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	Concurso Fotográfico	1,000	UN	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01
Total Geral:					0,10


Jaraguá do Sul, 08/12/2023

.....
ONESIMO JOSE SELL
Diretor Presidente

SAMAE - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 207/2023 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Publicação Nº 5411225

Página: 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 84.438.381/0001-85
Telefone: (47) 2106-9100
Endereço: Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde
CEP: 89254-000 - Jaraguá do Sul

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 207/2023

Processo Adm.: 207/2023
Data do Processo: 10/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 25, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 207/2023
- b) Nr. Licitação:** 207/2023 - IL
- c) Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
- d) Data de Homologação:** 07/12/2023
- e) Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE SENSOR COMPLETO COM BASE TRIPÉ EM ALUMÍNIO PARA GEOFONE Xmic E DXmic.

Participante: LWS COM. E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SENSOR COMPLETO COM BASE TRIPÉ EM ALUMÍNIO PARA GEOFONE Xmic/DXmic/Lmic	2,000	UN	9.500,00	19.000,00
Total do Participante:					19.000,00
Total Geral:					19.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Adoção de medidas para o controle das perdas	25.003.17.512.1400.4429.3.3.90.00.00	R\$ 19.000,00


Jaraguá do Sul, 07/12/2023

.....
ONESIMO JOSE SELL
Diretor Presidente

SAMAE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

Publicação Nº 5411231

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 Endereço: Rua Erwin Menegotti, 478 - Água Verde CEP: 89254-000 - Jaraguá do Sul	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 152/2023
	Processo Adm.: 152/2023 Data do Processo: 18/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 15, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 152/2023
b) **Nr. Licitação:** 152/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 07/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE CONTENTORES PLÁSTICOS.

Participante: CONTEMAR AMBIENTAL COMERCIO DE CONTAINERS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Aquisição de contentores plásticos (contêineres) para acondicionamento de resíduos sólidos domiciliares	69,000	UN	1.890,00	130.410,00
Total do Participante:					130.410,00

Participante: LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

2	Aquisição de contentores plásticos (contêineres) para acondicionamento de resíduos sólidos domiciliares	1,000	UN	2.700,00	2.700,00
Total do Participante:					2.700,00
Total Geral:					133.110,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Resíduos Sólidos	25.004.17.512.1401.4405.3.3.90.00.00	R\$ 0,00

Jaraguá do Sul, 07/12/2023

.....
ONESIMO JOSE SELL
Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.006 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411025

DECRETO Nº 7.006 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 5.551 DE 23/12/2022 (LOA), QUE SE REFERE AO ARTIGO 33, V, DA LEI MUNICIPAL 5.529 DE 30/09/2022 (LDO).”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais) proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.069 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RPPS - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-25

Valor: R\$ 7.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0000-12

Valor: R\$ 50.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-13

Valor: R\$ 85.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0000-16

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de dezembro de 2023.

DIOCLELIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 7.007 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412200

DECRETO Nº 7.007 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELOS ARTIGOS 15 E 21 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.551 DE 23/12/2022 (LOA), E PELO ARTIGO 33, V DA LEI MUNICIPAL 5.529 DE 29/09/2022 (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), destinado à suplementação da dotação abaixo descrita, por conta do excesso de arrecadação de Recursos Vinculados de Transferências Voluntárias - Estado ao Município, bem como aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) de excesso de arrecadação de Recursos Próprios do Município:

Órgão 08. - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária 001 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO

Projeto/Atividade 1.207 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE

Mod. Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00. 1.701.0000.0370– 123

Valor: R\$ 39.000,00

Projeto/Atividade 1.207 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE

Mod. Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00. 1.501.0000.0000– 123

Valor: R\$ 160.000,00

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 83.883,15 (oitenta e três mil oitocentos e oitenta e três reais e quinze centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos Vinculados de Transferências Voluntárias do Estado ao município:

Órgão 08. - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
Unidade Orçamentária 001 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO
Projeto/Atividade 1.207 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE
Mod. Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00. 2.701.0000.0370– 123
Valor: R\$ 83.883,15

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de dezembro de 2023.
DIOCLELIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2023/PMJ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2023/PMJ

Publicação Nº 5412639

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 182/2023/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2023/PMJ

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio (CBUQ), embalada em sacos de 25kg, destinada a reparos de pavimentação existente em diversas ruas do Município de Joaçaba/SC.

DETENTORA(S):
Ata de Registro de Preços nº 229/2023/PMJ
Empresa: SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI
Valor total da Ata: R\$ 100.800,00
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FISCAIS: Luciano Osmar da Silva, Marcos Aurélio Dallapria, Mariana Beloto Moreira e Valmor João Reisdorfer
GESTOR: Luan Marcon

Joaçaba (SC), 08 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
MICHEL CARLESSO AVILA - Secretário

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 04/2023 SECRETARIA DE SAÚDE

Publicação Nº 5412292

**CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2023**

CHAMADA PÚBLICA DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL, ENFERMEIRO(A), MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM E TÉCNICO(A) EM LABORATÓRIO, POR PRAZO DETERMINADO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 469/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 469/2022, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições da Chamada Pública para contratação de pessoal por prazo determinado, em caráter emergencial, por se tratar de serviços essenciais compondo assim o quadro de pessoal faltante na Secretaria de Saúde e para formação de Cadastro de Reserva – CR.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO, a necessidade de continuidade das atividades da atenção básica e demais serviços oferecidos pela saúde municipal;

CONSIDERANDO, que a Secretaria de Saúde não dispõe de lista para contratações temporárias com quantidade suficiente para atender suposta necessidade emergencial;

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE lança a presente Chamada Pública, para contratação temporária, de forma excepcional, na forma do art. 37, IX da CF, desde que inexistente listagem decorrente de teste seletivo, a fim de evitar a paralisação de prestação de serviços de saúde.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Chamada Pública será regida pelo presente Edital, coordenada por Comissão, designada pelo Secretário Municipal de Saúde.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site joacaba.sc.gov.br.

1.3. A Chamada Pública destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter emergencial para atuar no Programa Estratégia de Saúde da Família, Unidades de Saúde e Cadastro Reserva – CR, em contrato temporário, pelo período máximo de um ano conforme Lei Complementar 469/2022.

1.4. O Cadastro de Reserva objetiva a continuidade no serviço

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

público, em caso de surgimento de vagas temporárias e inexistência de listagem de teste seletivo.

1.5. O período do contrato temporário destinado à reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público e da motivação que ensejou a contratação.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações pelo prazo descrito na contratação;

1.9. O prazo para chamamento desta Chamada Pública será de 06 (seis) meses.

1.10. Os profissionais de saúde trabalharão nos serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

2. INSCRIÇÕES E LISTA DE DOCUMENTOS

2.1 As inscrições poderão ser efetuadas **a partir do dia 08.12.2023 até o dia 15.12.2023 das 8:30h às 11:00h das 13:30 às 16h**, no Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria de Saúde de Joaçaba – SC, situada à Rua Getúlio Vargas, 205- Sala 01- Edifício Trevisan - Centro – Joaçaba ou pela WEB, por meio do “Betha Protocolo”. Cadastro por meio do site: <https://www.joacaba.sc.gov.br/>, em “Protocolo on-line”.

2.1.1 A Prefeitura de Joaçaba não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço de e-mail inválidos, congestionamento das linhas de comunicação, inscrições no limite do término do prazo estipulado, bem como outros fatores que impossibilitem a efetivação e é de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.1.2 A forma de cadastro e envio de documentos consta no ANEXO III desse edital.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer **cópias** dos documentos que comprovem os requisitos específicos referente ao cargo e os documentos a seguir:

- RG;
- CPF;
- Cópia dos requisitos específicos listados no item 3;
- Cópia dos títulos que deseja apresentar;

2.3 **ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br



qual o cargo a que pretende concorrer. **A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição.**

- 2.4 A autenticidade dos documentos entregues (para fins de inscrição e pontuação) são de inteira responsabilidade do candidato, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal, de acordo com o art. 299 da Código Penal.

O Candidato poderá se inscrever em apenas um cargo descrito no item 3 deste edital. Sendo que se inscrito em mais de um cargo, a primeira inscrição será automaticamente excluída.

3. VAGAS

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS ESPECÍFICOS
Auxiliar em Saúde Bucal	40h	CR	R\$ 1.865,74	Ensino Médio completo e Curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.
Enfermeiro	40h	CR	R\$ 5.052,97	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.
Motorista socorrista SAMU	36h (escala)	CR	R\$ 1.836,58	Ensino Médio Completo; Experiência mínima comprovada de dois anos de trabalho como motorista; Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D". Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva. Estar uniformizado em todo o período de trabalho no SAMU. Cumprir escala de serviço estabelecida na forma 12/36.

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Secretaria
de SaúdePREFEITURA DE
Joaçaba

Técnico em enfermagem	40h	CR	R\$ 2.410,11	Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Técnico em laboratório	35h	CR	R\$ 2.108,84	Ensino Médio completo e curso técnico profissionalizante na área, com habilitação legal para o exercício da profissão.

Somente ocorrerá a nomeação de classificados em chamada pública nos casos de contratação temporária, na forma da lei municipal, e quando ausentes classificados em teste seletivo.

4. CLASSIFICAÇÃO

4.1 O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de validade da Chamada pública.

4.2 A classificação final e o chamamento dos candidatos consistirão obedecendo à ordem de classificação conforme seguinte tabela de pontuação:

CARGO: Auxiliar em Saúde Bucal

Títulos para cargo Auxiliar de Saúde Bucal	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação - atendimento em saúde	1,0 a cada 4 (quatro) meses	5,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 40 horas de cursos	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		7,0

OBS.: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que **relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.**

CARGO: Enfermeiro

Títulos para cargo Enfermeiro	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação - atendimento em saúde.	1,0 a cada 4 (quatro) meses	2,0

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Pós-graduação na área da Saúde / Saúde Pública / Saúde da Família e Comunidade.	1,0 cada certificado	3,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 40 horas de cursos	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		7,0

OBS.: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que **relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.**

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Curso em Urgência e Socorrismo com carga mínima de 10 horas	0,2 (cada 10 horas)	1,0
Curso de Capacitação Inicial do SAMU	1,0	1,0
Suporte Básico de Vida (SBV) ou Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e/ou Atendimento Prévio Hospitalar (APH)	1,0	3,0
Tempo de Serviço como Motorista em atendimento médico pré-hospitalar (UTI Móvel / USB Móvel) na atividade de motorista Socorrista	0,5 (cada ano)	1,0
Curso de condutor de veículo de emergência regulamentado pelo DETRAN	1,0	1,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		7,0

OBS.: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que **relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.**

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Títulos para cargo Técnico em Enfermagem	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação - atendimento em saúde.	1,0 a cada 4 (quatro) meses	5,0

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 40 horas de cursos	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		7,0

OBS.: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que **relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.**

CARGO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO

Títulos para cargo Técnico em Laboratório	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação - atendimento em laboratório de análises clínicas.	1,0 a cada 4 (quatro) meses	3,0
Tempo de atuação - atendimento em laboratório de análises clínicas(específico em coleta).	1,0 a cada 4 (quatro) meses	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 40 horas de cursos	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		7,0

OBS.: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que **relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.**

O tempo de serviço poderá ser comprovado, por meio de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável do setor de recursos humanos.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que apresentarem a documentação requisitada no ato da inscrição bem como os requisitos específicos;

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate: - maior tempo de trabalho na área, permanecendo o empate, maior idade. Persistindo o empate entre candidatos será realizado sorteio.

5.5 A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no Anexo II desse edital e será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>).

6. DA CHAMADA PÚBLICA

6.1 A Chamada Pública dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e documentos;

6.2 Entendem-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora e sem o número da carga horária total.

6.3 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado por meio de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração, em papel com timbre, da instituição/empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

6.4 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

6.5 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente conforme Anexo II no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

6.6 Para efeito de início da contagem do prazo de validade da Chamada Pública será considerada a data da publicação da homologação do resultado final.

5. DOS RECURSOS

7.1 Os recursos poderão ser interpostos até o dia subsequente, a

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

contar da divulgação resultado final, conforme anexo II do edital.

7.2 Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde ou poderão ser feitas pela WEB, por meio do “Betha Protocolo” (Cadastro por meio do site: <https://www.joacaba.sc.gov.br/>, em “Protocolo on-line”), no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº da Chamada Pública;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos;
- d) Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Encerrada a fase de inscrições, a Secretaria Municipal de Saúde tornará pública a classificação dos candidatos que atenderam os requisitos, conforme ordem de classificação, por meio de Edital que será publicado no Diário Oficial do Município de Joaçaba e disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.joacaba.sc.gov.br>

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e ficará condicionada à comprovação dos seguintes requisitos:

- a) Classificação da Chamada Pública;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c) Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar (se for o caso);
- d) Escolaridade em conformidade com habilitação exigida;
- e) Apresentar registro no respectivo órgão de classe – registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.
- f) Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;
- g) Conta corrente individual em banco designado pelo Município.
- h) Demais documentos exigidos pelo setor de recursos humanos para cumprimento das exigências de contratação perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE;
- i) O candidato que for convocado terá prazo máximo de **02 (dois) dias úteis para assumir ou desistir da vaga sendo o contato feito por meio do e-mail indicado pelo candidato na ficha de inscrição**. Serão convocados os candidatos para nomeação, devendo os mesmos se manifestarem acerca do interesse no cargo em até 02 (dois) dias úteis. Será de até 05 (cinco) dias o prazo para apresentação dos documentos e tomar posse. Passados estes prazos, o candidato passará automaticamente para o final da lista.

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto desta Chamada pública são as constantes no **Anexo I**.

10.2 A homologação do resultado preliminar da chamada pública será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site www.joacaba.sc.gov.br;

10.3 Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

10.4 Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão da Chamada Pública.

10.5 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas da presente Chamada Pública.

10.6 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 08 de dezembro de 2023.

DIOCLESIO
RAGNINI:42
395984949

Assinado de forma
digital por DIOCLESIO
RAGNINI:42395984949
Dados: 2023.12.08
14:00:29 -03'00'

Dioclésio Ragnini
Prefeito municipal

VALMOR JOAO
REISDORFER:2
4983152920

Assinado de forma digital
por VALMOR JOAO
REISDORFER:24983152920
Dados: 2023.12.08
13:46:21 -02'00'

Valmor João Reisdorfer
Secretário Municipal de Saúde

Secretaria
de SaúdePREFEITURA DE
Joaçaba**ANEXO I**

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	<ul style="list-style-type: none"> · Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos. · Adaptar o paciente ao ambiente e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento. · Auxiliar em rotinas administrativas do serviço de odontologia. · Levar aos serviços de diagnóstico e tratamento, o material e os pedidos de exames complementares e tratamentos. · Receber e conferir os prontuários do setor competente e distribuí-los nos consultórios. · Agendar consultas, tratamentos e exames, chamar e encaminhar pacientes. · Organizar e executar atividades de higiene bucal. · processar filme radiográfico. · Preparar o paciente para o atendimento. · Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares. · Manipular materiais de uso odontológico. · Selecionar moldeiras. · Preparar modelos em gesso. · Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal. · Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho. · Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal. · Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos. · Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; · Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal. · Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção. · Executar outras tarefas afins. 	Ensino Médio completo e Curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão..
ENFERMEIRO	RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> · Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. · Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão. 	Formação: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Secretaria
de SaúdePREFEITURA DE
Joaçaba

	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a Unidade de Saúde - US. • Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso. • No nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária. • Realizar ações de saúde em todos os ambientes, na US e, quando necessário, no domicílio. • Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica e Secundária de acordo com os protocolos e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde. • Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva. • Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, entre outros que forem necessários. • Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções. • Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidos pela instituição, possibilitando a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. • Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado. • Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos. • Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde. • Participar das atividades de vigilância epidemiológica. • Fazer notificação de doenças transmissíveis. • Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e comunidade, de acordo com os programas estabelecidos pela instituição. • Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e de calamidade pública. • Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades. • Emissão de laudos e pareceres na área afim. • Executar outras tarefas afins. 	
MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	<p>Profissional de nível básico, habilitado a conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário e pela portaria Ministerial MS 2048/GM de 5 de novembro de 2002, como ambulância, obedecendo aos padrões de capacitação e atuação previstos nesta Portaria.</p> <p>Requisitos Gerais: disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole e disposição para</p>	<p>Ensino Médio Completo; Experiência mínima comprovada de dois anos de trabalho como motorista;</p>

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

	<p>cumprir ações orientadas; Obrigações do motorista-socorrista:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; 2. Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; 3. Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; 4. Conhecer a malha viária local; 5. Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; 6. Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; 7. Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; 8. Realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica; 9. Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde; 10. Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto; <p>item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o motorista-socorrista poderá solicitar a substituição no local do atendimento;</p> <p>item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante autorização previa pela coordenação e frente justificativa plausível.</p> <p>item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência; 12. tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo; 13. utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso; 14. manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel; 15. Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas; 16. Participar das reuniões convocadas pela direção, coordenação; 	<p>Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D".</p> <p>Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva. Estar uniformizado em todo o período de trabalho no SAMU.</p> <p>Cumprir escala de serviço estabelecida na forma 12/36.</p>
--	---	--

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

	<p>17. Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;</p> <p>18. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;</p> <p>19. Acatar as deliberações da direção técnica;</p> <p>20. Acatar e seguir cronograma de atividades previamente estabelecidas pela coordenação.</p>	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	<p>RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Lavar, acondicionar e esterilizar material, segundo técnicas adequadas. · Administrar sangue e plasma, controlar pressão venosa. · Monitorar e aplicar respiradores artificiais. · Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal ao pacientes. · Aplicar gasoterapia, instilações, lavagens estomacais e vesicais e outros tratamentos, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos para proporcionar o maior grau possível de bem-estar físico, mental e social aos pacientes. · Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos. · Fazer curativos, imunizações, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos de emergência. · Adaptar o paciente ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento. · Prestar cuidados no post-mortem como enfeixamentos e tamponamentos, utilizando algodão, gaze e outros materiais para evitar a eliminação de secreções e melhorar a aparência do cadáver. · Realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às família de risco, conforme planejamento da US. · No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária. · Realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico bem como de gestantes e crianças para imunização. · Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da US, garantindo o controle de infecção. · Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes da US e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe. · Executar outras tarefas afins. 	<p>Formação: Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.</p>
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	<p>RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Realizar coletas de material para exames laboratoriais diversos, observando as requisições médicas e utilização de materiais e instrumentais adequados. · Proceder a execução e análise de exames laboratoriais 	<p>Ensino Médio completo e curso técnico profissionalizante na área, com</p>

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Secretaria
de SaúdePREFEITURA DE
Joaçaba

	<p>de natureza simples, tais como: lâminas e cortes histológicos, semeadura e isolamento de germes.</p> <ul style="list-style-type: none">• Executar análise de exames laboratoriais, tratando as amostras através da utilização de aparelhos, reagentes e outros que vêm em auxílio da obtenção de diagnósticos clínicos.• Prestar auxílio em análises de amostras de escarro, urina, sangue e secreções entre outras, utilizando seus conhecimentos e obedecendo orientações de seu superior, a fim de obter resultados mais rapidamente.• Proceder o registro e arquivar cópias de resultados de exames.• Observar técnicas específicas para preparo de material e instrumental para esterilização, além da desinfecção de ambientes e equipamentos usados no laboratório.• Controlar entrada, saída e estoque de materiais em seu local de trabalho.• Usar equipamentos de proteção individual, providenciando a substituição sempre que houver algum dano.• Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho.• Respeitar o código de ética profissional.• Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde.• Realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico.• Executar outras tarefas afins.	<p>habilitação legal para o exercício da profissão.</p>
--	--	---

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 04/2023

Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc:	
CPF:	Estado Civil:	
e-mail:		
Telefone Residencial: ()		Celular: ()

Data de entrega da documentação: ____/____/____

Assinatura do responsável pela entrega da documentação:

Recebido por: _____ em: _____

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

ANEXO II – CRONOGRAMA

ITEM	ATO	DATAS
1.	Divulgação e publicação do edital	08/12/2023
2.	Período de inscrições Horário das (08:30 as 11h das 13:30h as 16h)	08/12/2023 a 15/12/2023
3.	Divulgação da classificação preliminar dos candidatos	18/12/2023
4.	Prazo para recursos quanto à classificação preliminar dos candidatos	20/12/2023
5.	Divulgação da classificação final dos candidatos	21/12/2023

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Secretaria
de SaúdePREFEITURA DE
Joaçaba**ANEXO III****MANUAL PARA ACESSAR O BETHA PROTOCOLO E ENVIAR OS
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO****COMO SOLICITAR OS
SERVIÇOS PARA INSCRIÇÃO
PASSO A PASSO**

1

Acesse:**www.joacaba.sc.gov.br**

2

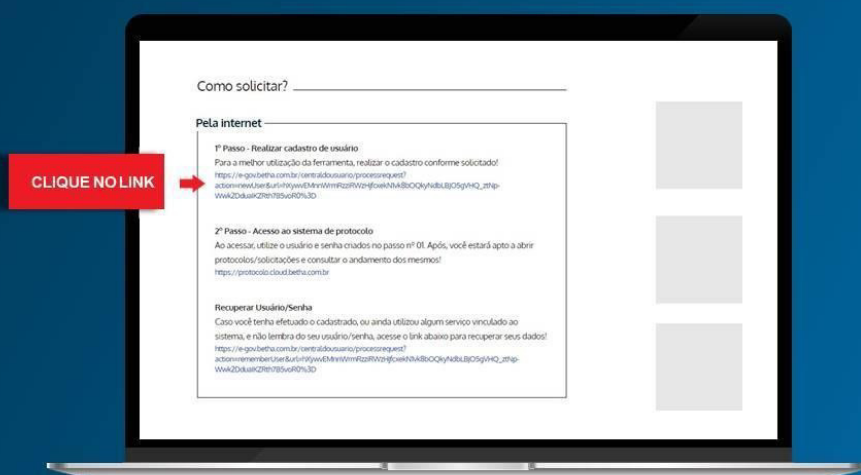
R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

1-Na página principal localize: Protocolo Online



3

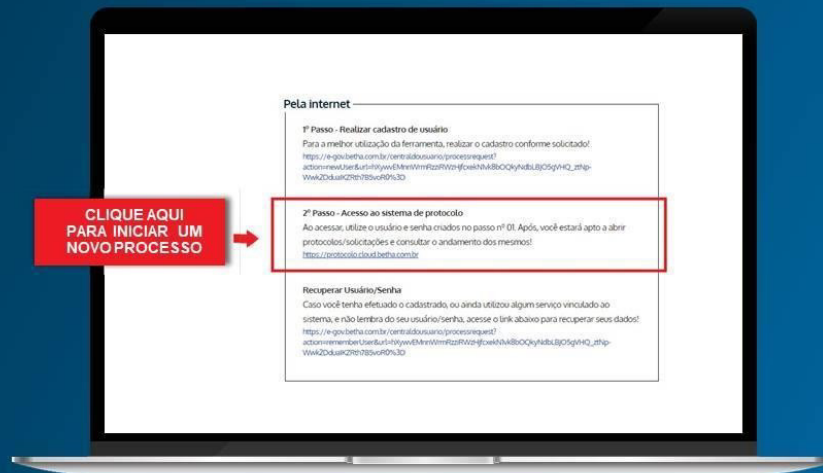
2- Cadastre-se na plataforma Betha para iniciar um processo online



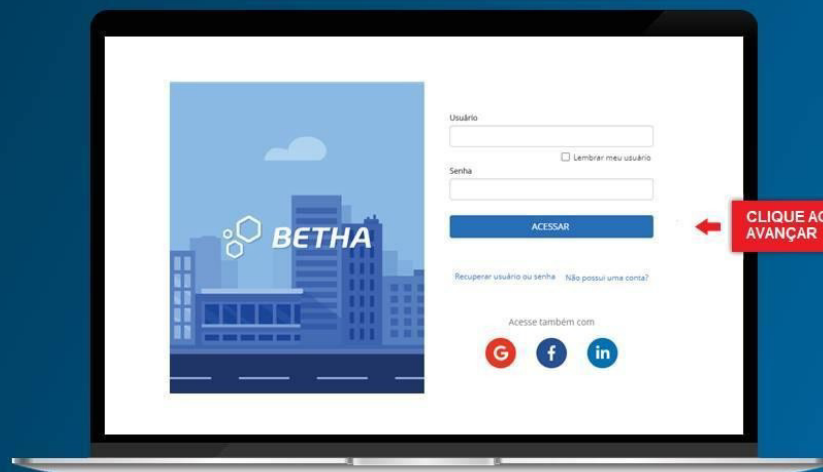
4

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

3 - Após a conclusão e confirmação do cadastro, siga para 2º passo, na mesma página onde fez o cadastro

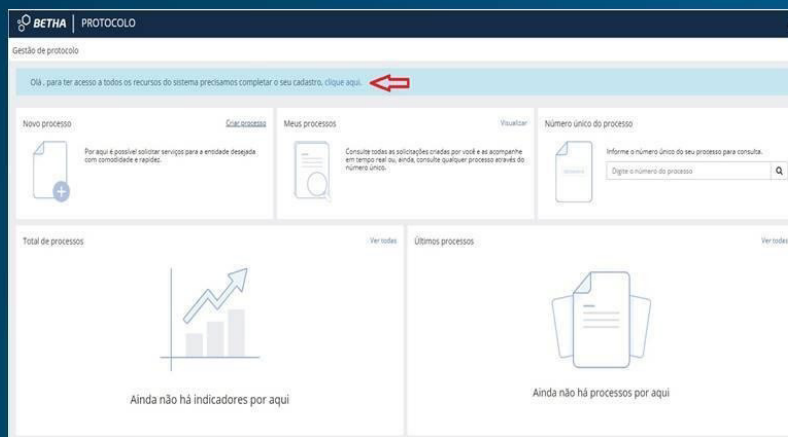


4- Para fazer o login no Betha Protocolo, utilize o mesmo usuário e senha cadastrados



R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

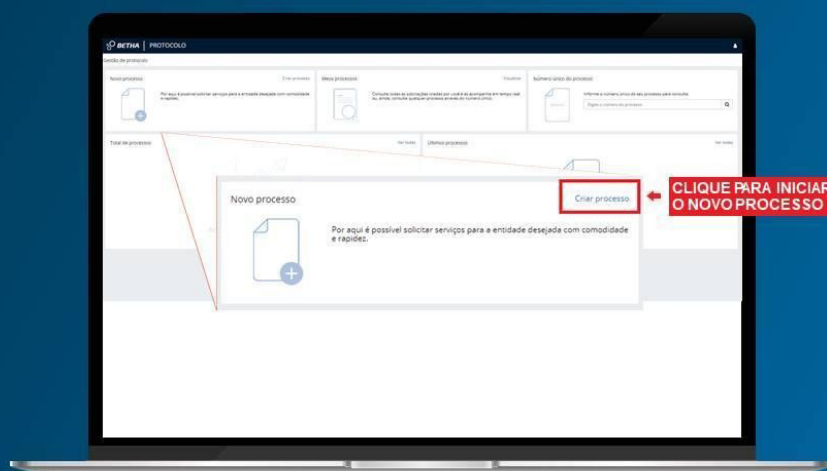
5 – Complete seu cadastro com seu CPF



8

6 - Inicie um novo processo

No Protocolo Betha você terá acesso a todos os demais processos que estão em análise nos diversos municípios atendidos por este sistema.



9

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

Secretaria
de SaúdePREFEITURA DE
Joaçaba

7 - Para cadastrar o processo preencha todos os campos obrigatórios

EM: "TIPO DE SOLICITAÇÃO" ESCOLHER QUAL TIPO DE PROCESSO DESEJA PROTOCOLAR.

NESTE CASO:
Chamada Pública Saúde

10

8 - Preencha todos os dados solicitados

BETHA | PROTOCOLO

Página inicial > Novo processo

Cadastrando processo

Informações gerais 2 Dados pessoais 3 Documentos 4 Confirmação

Tipo de pessoa
☒ Física ☐ Jurídica

Nome completo * CN * Data de nascimento Sexo
 ☐ Feminino ☐ Masculino

RG Órgão emissor Data de emissão UF de emissão

E-mail * Confirmação do e-mail *
 Obrigatório Obrigatório

Celular Telefone

ENDEREÇO
CEP Estado * Município *

CLIQUE PARA AVANÇAR

VOLTAR AVANÇAR

11

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

9 – Anexe os documentos obrigatórios

BETHA

PROTOCOLO

Página inicial

Novo processo

Cadastrando processo

1

Informações gerais

2

Dados pessoais

3

Documentos

4

Confirmação

Anexe os documentos obrigatórios

DOCUMENTO

DOCUMENTOS - compactados/zipados

Anexe todos os documentos listados como obrigatórios

É OBRIGATORIO?

ANEXO

Sim

Você deverá anexar em um único arquivo (compactado) todos os documentos solicitados no Edital.

CLIQUE PARA AVANÇAR

AVANÇAR

10 - Confira as informações e corrija eventuais erros.

Após confirmar a solicitação do processo o setor responsável irá analisar as informações encaminhadas.

The image shows a laptop screen with a web application interface. At the top, there are three tabs: 'Dados pessoais', 'Dados bancários', and 'Dados de contato'. The 'Dados pessoais' tab is active. Below the tabs, there is a message in a red-bordered box: 'Obrigamos a todos os usuários. É importante que você verifique os dados abaixo antes de clicar em Confirmar, e caso tenha alguma informação preenchida de forma incorreta, você poderá retomar a etapa correspondente a qualquer momento.' Below this message, there is a section titled 'Informações gerais' with fields for 'Nome em português', 'CPF', 'Data de nascimento', 'Sexo', 'Endereço', 'Cidade', and 'Estado'. To the right of these fields, there is a 'Confirmar' button. Below the 'Informações gerais' section, there is a 'Dados pessoais' section with a 'Confirmar' button. On the right side of the screen, there is a large red button labeled 'CLIQUE PARA CONFIRMAR'. Below this button, there is a grey box with the text 'antes de confirmar, verifique os dados pessoais e corrija-os caso necessário' and a red arrow pointing down.

R. Getúlio Vargas, 205 - Sala 101, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel. (49) 3521-1555 - www.joacaba.sc.gov.br

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023/PMJ - APAS

Publicação Nº 5411321

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA****INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023-PMJ****1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA:**

A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a **Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS**, CNPJ 75.439.653/0001-70, fundada em 06 de janeiro de 1983, por meio de formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme Art. 31, inciso II e Art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

2. JUSTIFICATIVA:

A finalidade da Administração Pública é a realização do bem comum, ou seja, aquilo que beneficia a sociedade como um todo.

De acordo com o que preceitua Hely Lopes Meirelles¹: “Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Diante do fato de que a Administração Pública engloba a realização de todos os interesses da sociedade, por vezes o Estado não consegue atender a todas as necessidades da população, necessitando desta forma, formar parcerias com Entidades capazes de realizar tais serviços.

Neste contexto, ensina Paulo Modesto²:

Não prover diretamente o serviço não quer dizer tornar-se irresponsável perante essas necessidades sociais básicas. Não se trata de reduzir o Estado a mero ente regulador. O Estado apenas regulador é o Estado Mínimo, utopia conservadora insustentável ante as desigualdades das sociedades atuais. Não é este o Estado que se espera resulte das reformas em curso em todo o mundo. O Estado deve ser regulador e promotor dos serviços sociais básicos e econômicos estratégicos.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: RT, 1985.

² MODESTO, Paulo. Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 214, p. 55-68, out./ dez., 1998.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Município de Joaçaba
planejamento@joacaba.sc.gov.br
(49) 3527-8800



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Portanto, se o Estado não consegue suprir a todas as necessidades de sua sociedade, o mesmo continua sendo responsável por elas, devendo regular e promover, junto a outras Entidades, a realização destas necessidades.

Para isso, surgem as entidades de Terceiro Setor, ou seja, as Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as quais atuam com a finalidade de garantir serviços que deveriam ser prestados pelo Estado. Neste cerne, inclui-se a Organização de Sociedade Civil que atua nas áreas de saúde e assistência através do atendimento especializado aos cidadãos com deficiência auditiva no Município de Joaçaba.

Diante disso, é possível observar que Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS é uma organização sem fins lucrativos, que desenvolve suas atividades em diversas cidades e Estados do país, promovendo atendimento especializado ao seu público alvo.

No Município de Joaçaba, a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS é a única entidade a prestar atendimento aos cidadãos com deficiência auditiva, garantindo aos seus usuários aulas de português escrito, estruturação de linguagem, aulas de libras, oficinas de informática e atendimento especializado com fonoaudiologia.

A Organização da Sociedade Civil além de realizar atendimento à usuários com deficiência auditiva, dispõe de programas educacionais e assistenciais, bem como, realiza testes de otoemissões acústicas (teste da orelhinha).

Desta forma, é possível concluir que restam demonstrados os objetivos e finalidades, bem como a capacidade técnica de atendimento da Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS, demonstrando a viabilidade de aplicação do valor a ser destinado por este município, de acordo com o cronograma físico a ser proposto no plano de trabalho.

Diante do acima exposto, este Município celebra Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS, de acordo com a Lei 13.019/2014, estando presentes todos os requisitos indispensáveis à Inexigibilidade de Chamamento Público.

3. OBJETO DA PARCERIA:

Firmar Termo de Fomento para contratação de Organização da Sociedade Civil, no exercício de 2024, com o fulcro no atendimento especializado a pessoas com deficiência auditiva e seus familiares a fim de possibilitar aos mesmos uma melhoria da qualidade de vida, coexistindo com a possibilidade de evolução nas diversas áreas adaptativas, dar oportunidade a essas pessoas com deficiência à inclusão escolar e integração na sociedade.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Município de Joaçaba
planejamento@joacaba.sc.gov.br
(49) 3527-8800



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover a interação entre as diversas áreas do conhecimento, dando ênfase aos aspectos da vida cidadã;
- Desenvolvimento da Língua Portuguesa e de Sinais;
- Garantir a melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos;
- Inclusão escolar dos usuários com deficiência auditiva e a integração na sociedade;
- Atendimento especializado com fonoaudiologia;
- Testes de otoemissões acústicas (teste da orelhinha).

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO:

O orçamento estimado para execução do projeto é R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

6. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO:

Parcela	Valor	Data de Liberação	Data Prestação de Contas
01	R\$ 14.000,00	22/01/2024	24/06/2024
02	R\$ 14.000,00	22/07/2024	30/12/2024

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão 02- GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 001 - GABINETE DO PREFEITO

Projeto/Atividade 2.020 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Modalidade Aplicação/Recurso 2 – 3.3.50.00.00.00.00.1.500.0000.0000

Os recursos necessários para garantir a continuidade da execução da parceria serão indicados nos orçamentos dos exercícios seguintes.

8. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverá ser registrada em sistema informatizado.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Município de Joaçaba
planejamento@joacaba.sc.gov.br
(49) 3527-8800



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE JOAÇABA

As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas de acordo com a Lei Municipal nº 5.250/2019.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO:

O prazo de execução será de 22 de janeiro até 30 de dezembro de 2024.

Joaçaba (SC), 08 de dezembro de 2023.

DIOCLELIO
RAGNINI:42
395984949

Assinado de forma
digital por DIOCLELIO
RAGNINI:42395984949
Dados: 2023.12.08
14:32:38 -03'00'

DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DE JOAÇABA - SC


Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Município de Joaçaba
planejamento@joacaba.sc.gov.br
(49) 3527-8800

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 179/2023 PE 53/23

Publicação Nº 5412476

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 51F2044E00098D24BE06C848BDB9DAA2F2151D9B

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 53/2023
	Processo Adm.: 179/2023 Data do Processo: 26/10/2023

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 179/2023
b) Nr. Licitação: 53/2023 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 07/12/2023
e) Objeto da Licitação: *Contratação eventual e futura de transporte descontinuado destinado a levar delegações que participam dos eventos esportivos e demais viagens especiais pelo estado de Santa Catarina.*

Participante: DANIEL DE OLIVEIRA TRANSPORTES

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	VIAGENS ESPECIAIS	29.500,	KM	5,79	170.805,00
2	VIAGENS ESPECIAIS	16.200,	KM	7,39	119.718,00
4	VIAGENS ESPECIAIS	18.950,	KM	8,29	157.095,50
5	VIAGENS ESPECIAIS	22.000,	KM	6,89	151.580,00
6	VIAGENS ESPECIAIS	19.650,	KM	10,69	210.058,50
9	VIAGENS ESPECIAIS	20.500,	KM	11,29	231.445,00
Total do Participante:					1.040.702,00
Total Geral:					1.040.702,00

Joaçaba, 07 de Dezembro de 2023

Assinatura do Responsável



Data de criação do documento: 07/12/2023 às 18:57:46

Assinantes

**TANIA APARECIDA DURIGON**

Assinou em 08/12/2023 às 11:41:37 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, TANIA APARECIDA DURIGON, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

MGR

WM6

2VE

L7W

PLASS**RESOLUÇÃO N. 12/2023/PLASS - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicação N° 5412730



**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
JOAÇABA(SC) – PLASS**
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
Joaçaba (SC)
(49) 3527-8804
www.plass.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 12/2023/PLASS

**“ADOTA NOVA TABELA DE
PROCEDIMENTOS E VALORAÇÃO PARA
EXAMES LABORATORIAIS E DÁ
OUTRAS PROVIDENCIAS”.**

O Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 24 de OUTUBRO de 2023, conforme Ata nº 429

RESOLVE:

- Art. 1º Adotar a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM Edição 2016, para a codificação e quantificação de unidade de custo operacional dos exames laboratoriais a serem pagos pelo PLASS.
- Art. 2º Adotar o valor de R\$ 10,20 (dez reais e vinte centavos) por unidade de custo operacional.
- Art. 3º Fica autorizado o pagamento de novos exames incluídos em edições posteriores à 2016, com valor do custo operacional calculado na forma do art. 2º desta Resolução.
- Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 20 de novembro de 2023.

Joaçaba - SC, 20 de novembro de 2023.

RAFAEL MARTINI VEIGA
Presidente

RESOLUÇÃO N. 13/2023/PLASS

Publicação Nº 5412748



PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
JOAÇABA(SC) – PLASS
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
(49) 3527 8804
plassjba@gmail.com
www.plass.sc.gov.br

RESOLUÇÃO n.º 13/2023/PLASS**“ADOA OS VALORES DE REFERÊNCIA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 28 de novembro de 2023, conforme Ata nº 430/2023,

RESOLVE:

- Art. 1º. Adotar os seguintes VALORES DE REFERÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS HOSPITALARES/MEDICAMENTOS/TAXAS E OPMEs a serem praticados pelo PLASS a partir de 01 de dezembro de 2023:

PROCEDIMENTOS	VALOR (R\$)
Consulta em Pronto-Socorro	158,00
DIÁRIA	
Diária - Quarto com Banheiro	264,25
Diária – Quarto com banheiro, fracionada na saída do paciente.	74,04
Diária de U.T.I. – Unidade de Terapia Intensiva.	875,00
Taxa de Refeição de Acompanhante – Almoço ou Jantar	R\$ 24,00
Taxa de Refeição de Acompanhante – Café da Manhã ou Café da Tarde	R\$ 15,00
Hospital Dia	122,72
Berço Aquecido – por dia	30,52
Plantão 12 horas – UTI	210,48
SALA DE CIRURGIA OU PARTO	
Porte 0 - Uso	55,33
Porte 1 - Uso	98,46
Porte 2 - Uso	152,53
Porte 3 - Uso	264,15
Porte 4 - Uso	362,26
Porte 5 - Uso	425,16
Porte 6 - Uso	465,71
Porte 7 – Uso	542,96
Porte 8 - Uso	827,17

Porte 9 - Uso	944,60
Porte 10 - Uso	1.063,42
Porte 11 - Uso	1.299,78
SALA DE OBSERVAÇÃO	
Ambulatório/Pronto-Socorro até 6 horas	40,21
Sala de Gesso	40,21
SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS ANESTESIA CENTRO CIRÚRGICO	
Local - Uso	7,02
Sedação - Uso	13,66
Bloqueio de Plexos - Uso	20,87
Peridural e/ou Raquiana - Uso	27,64
Geral - Uso	34,72
Taxa de Quimioterapia	76,61
TAXAS DIVERSAS	
Curativo pequeno – unidade	14,85
Curativo médio – unidade	26,89
Curativo grande – unidade	33,95
Curativo especial – unidade	42,76
Nebulização	10,67
Taxa de monitor por dia – UTI	52,56
Taxa de monitor por Uso – centro cirúrgico	44,78
Taxa de bisturi	22,98
Taxa de Torre de Vídeo – Centro Cirúrgico	296,13
OXIGÊNIO	
UTI, Centro Cirúrgico, Quarto e Ambulatório litros/minuto, conforme consumo.	0,042
Ozoto (gás anestésico), litro/minuto, conforme consumo.	0,25
Ar comprimido por hora	5,67
Gás Carbônico por hora	18,63
Intensificador de imagens – nas cirurgias	156,08
TAXA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OPME	
Taxa de OPME	12%

Art. 2º. As consultas realizadas em caráter de urgência ou emergência terão um acréscimo de 30% (trinta por cento) do valor previsto nas seguintes eventualidades:

- I - No período compreendido entre as 19h e 7h do dia seguinte;
- II - Em qualquer horário aos sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único. Os valores das consultas seguem os valores praticados junto aos demais credenciados conforme deliberação do Conselho de Administração, conforme Resolução n. 04/2023.

Art. 3º. Estão incluídos no preço da diária:

- I - Aposentos;
- II - Os registros hospitalares;
- III - Dieta normal progressiva (líquida, branda e normal) de acordo com o cardápio.

§ 1º. Não estão inclusos no valor da diária:

- I - Refeições de acompanhantes e pedidos extras;
- II - Sangue, medicamentos, materiais descartáveis e outros;
- III - Uso de salas especiais cirúrgicas, obstétricas;
- III - Honorários médicos;
- IV - Exames complementares de diagnósticos e terapêuticos;
- V - Ligações telefônicas;

VI - Outros serviços extras.

§ 2º. A diária vence às 12:00 horas do dia seguinte ao internamento.

§ 3º. No caso de transferência do paciente para UTI ou CTI, os familiares que optarem pelo uso continuado da unidade normal de internação deverão fazê-lo formalmente, responsabilizando-se pelo pagamento, o qual será efetuado em separado.

Art. 4º. Os medicamentos ministrados no ambiente hospitalar serão cobrados de acordo com o valor previsto na tabela Brasíndice, preço de fábrica com acréscimo de 22% (vinte e dois por cento).

Art. 5º. Os materiais descartáveis utilizados em ambiente hospitalar serão cobrados de acordo com o valor previsto na tabela Brasíndice.

Parágrafo único. Caso não haja codificação dos materiais descartáveis na tabela Brasíndice o valor cobrado será o constante da nota fiscal de aquisição pelo hospital com acréscimo de 10% (dez por cento).

Art. 6º. O pagamento de órteses, próteses e materiais especiais somente será efetivado com prévia autorização do PLASS, conforme orçamento prévio realizado e autorizado pelo PLASS.

Art. 7º. Os honorários médicos serão pagos diretamente aos médicos conveniados e/ou ao hospital, de acordo com a tabela utilizada pelo PLASS.

Art. 8º. As contas serão entregues pelo hospital credenciado ao PLASS, mensalmente, até o dia 18, com os valores expressos em reais.

Art. 9º. Nos casos de falecimento do segurado e/ou dependente internado, o prazo do hospital credenciado será de 60 (sessenta) dias para fechamento e faturamento total das despesas, que devem ser encaminhadas ao PLASS.

Art. 10. Fica revogada a Resolução nº 01/2022.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 01 de dezembro de 2023.

Joaçaba, SC, 30 de novembro de 2023.

Rafael Martini Veiga
Presidente

RESOLUÇÃO N. 14/2023/PLASS

Publicação Nº 5412752



**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
JOAÇABA(SC) – PLASS**
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
(49) 3527-8804
plass@joacaba.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 14/2023/PLASS

O Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 452 de 06 de julho de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 6.927 de 02 de outubro de 2023 e de acordo com a deliberação ocorrida na Reunião ordinária do dia 28 de novembro 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar os seguintes critérios para a colocação do balão intragástrico os quais deverão ser observados pelos segurados quando da consulta médica e informados mediante laudo circunstanciado pelo profissional habilitado.

§ 1º. Somente será autorizada a colocação do balão intragástrico em segurados/dependentes que apresentarem cumulativamente os seguintes requisitos:

I - IMC igual ou superior a 35;

II - Comprovação de que, no mínimo, no período de 01 (um) ano não correspondeu ao tratamento clínico para emagrecer, por meio de declaração expedida por nutricionista ou endocrinologista que acompanha o paciente.

§ 2º. A colocação do balão intragástrico será realizada somente por estabelecimentos e profissionais credenciados ao PLASS.

Art. 2º. As despesas referentes ao procedimento de colocação do balão intragástrico serão custeadas na razão de 30% (trinta por cento) pelo segurado e 70% (setenta por cento) pelo PLASS, sendo autorizada a cobertura para uma única colocação.

Art. 3º. As despesas decorrentes do procedimento serão custeadas pelo PLASS e lançadas na conta do segurado para desconto em folha de pagamento.

§ 1º. A aquisição do balão deverá ser realizada diretamente pelo segurado com o fornecedor, podendo ser requerido ressarcimento da referida despesa mediante a apresentação, ao PLASS, da nota fiscal.

§ 2º. O ressarcimento do valor pago pelo segurado/dependente na aquisição do balão, na forma deste artigo será no limite de até duas vezes o menor piso salarial do Município.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 de dezembro de 2023.

Rafael Martini Veiga
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0040/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5411202

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0040/2023

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, ESPECIALIZADA, ELETRICIDADE, FUNILARIA E PINTURA, DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEUS, CONserto DE PNEUS E RODAS PARA AS MOTOCICLETAS DO SIMAE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E A AQUISIÇÃO DE CÂMARAS E BATERIAS PARA AS MOTOCICLETAS DE PROPRIEDADE DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0050/2023, PROCESSO JHL Nº 0066/2023, PROTOCOLO JHL Nº 1115/2023.

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora-Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado "SIMAE" e a empresa Brandão Moto Peças Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0066/2023, Pregão Presencial JHL nº 0050/2023, homologado em 08/12/2023, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Brandão Moto Peças Ltda
	ENDEREÇO:	Av. Santa Terezinha, nº 774, Bairro Menino Deus, em Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	85.227.718/0001-78
	REPRESENTANTE LEGAL:	Luiz Carlos Ferreira Brandão
	CPF:	46x.xxx.x09-87
	RG:	1.xxx.xx2

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços em mecânica de motocicletas, conserto de pneus e rodas, montagem e desmontagem de pneus e aquisição de câmaras e baterias para motocicletas e pneus novos para carrinho de mão, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos/serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, ESPECIALIZADA, ELETRICIDADE, FUNILARIA E PINTURA PARA MOTOCICLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS.	H	200	56,96	11.392,00
2	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU DE MOTO	SV	120	29,67	3.560,40
3	CONserto DE RODA PARA MOTOS	UN	60	85,71	5.142,60
4	CONserto DE PNEU DE MOTO	SV	100	41,21	4.121,00
5	TROCA DE ÓLEO, COM FORNECIMENTO DE ÓLEO RECOMENDADO PELO FABRICANTE	SV	100	51,91	5.191,00
6	CONserto DE PNEU 3.25/8 (CARRINHO DE MÃO)	SV	20	29,66	593,20
7	CÂMARA PARA PNEU 110/90 R-17, TRASEIRO PARA MOTO BROS	UN	30	45,85	1.375,50
8	CÂMARA PARA PNEU 90/90 R-19, DIANTEIRO PARA MOTO BROS	UN	30	44,18	1.325,40
9	CÂMARA PARA PNEU 3.25/8, CARRINHO DE MÃO	UN	10	29,91	299,10

10	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO, COMPLETO 3.25/8 (ARO E EIXO)	UN	10	170,00	1.700,00
11	BATERIA 5 AMPERES PARA MOTOCICLETA, 12 VOLTS, SELADA COM SELO DO INMETRO, COM 06 MESES DE GARANTIA	UN	10	196,50	1.965,00
12	BATERIA 6 AMPERES, PARA MOTOCICLETA, 12 VOLTS, SELADA, COM SELO DO INMETRO, COM 6 MESES DE GARANTIA	UN	10	196,50	1.965,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0050/2023 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 11 de dezembro de 2023

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 A gestora dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Heloisa Zagonel, lotado no Setor Contábil do Simae, e-mail: contratos@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Claiton D. Martini, lotado no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: smtp@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os produtos e serviços deverão ser, respectivamente, realizados conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

7.2 O SIMAE, por intermédio de servidor autorizado, procederá à entrega das motocicletas no estabelecimento da DETENTORA, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

7.2.1 Nos casos em que a motocicleta fura pneu ou danifica uma peça, impossibilitando o deslocamento do veículo ao estabelecimento da Detentora, a Detentora deverá prestar socorro no local do incidente ou providenciar o deslocamento da motocicleta até a oficina.

7.3 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a

DETENTORA deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a:

a) 10 (dez) quilômetros do prédio sede Administrativa do SIMAE, localizado na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC para a manutenção das motocicletas, constantes no Anexo I do Edital;

7.4 Caso a DETENTORA não se enquadre nas condições previstas no subitem 7.3 deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, das motocicletas até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Joaçaba, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados, para o lote 01.

7.5 As motocicletas contemplados nesta licitação, bem como, as especificações do objeto, estão descritas no Anexo I do Edital.

15.5.1 Poderá ocorrer, a critério do SIMAE, alteração nas motocicletas descritos em cada categoria (Anexo I), em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.

PARA O ITEM 01:

7.6 A manutenção prevista no Edital consiste no conjunto de atividades com a finalidade de conservar ou recolocar as motocicletas em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenção preventiva (periódica) e corretiva, sendo:

a) manutenção preventiva (periódica): sistemática regular de revisão com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho da motocicleta no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, contemplando a prevenção de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Deverá obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante;

b) manutenção corretiva: atividade que visa tornar operacional da motocicleta ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso ou falha no processo fabril.

7.7 Os serviços de mecânica especializada compreendem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

7.8 Os serviços de mecânica geral e de eletricidade, basicamente, consistirão de:

a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico das motocicletas;

b) Substituição de peças;

c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;

d) Testes de funcionamento e segurança;

e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;

f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura das motocicletas.

7.9 Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura das motocicletas;

b) Reforma ou substituição de partes;

c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;

d) Testes de funcionamento e segurança;

e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;

f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;

g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;

h) Testes de secagem e resistência da pintura;

i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nas motocicletas pintados.

7.10 Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT, NBR 15831:2010 e NBR 13.032, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes.

7.11 As peças a serem utilizadas na prestação dos serviços deverão ser novas, genuínas ou originais.

7.11.1 Considera-se, para este Ata de Registro de Preços, peça genuína aquela fornecida por concessionária autorizada da marca do veículo e, peça original aquela comercializada com o nome do fabricante e fornecida por empresas vendedoras de autopeças.

7.12 Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas à parte, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do SIMAE, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

7.12.1 A DETENTORA deverá elaborar antes de cada manutenção o orçamento com a indicação das peças e acessórios que precisam de substituição, bem como a estimativa de horas/trabalhadas.

7.12.2 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

a) nome, código do fabricante do equipamento e quantidade de peças;

b) número de horas dos serviços a serem executados;

c) prazo para realização dos serviços;

d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

7.13 A DETENTORA deverá enviar ao SIMAE o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento das motocicletas.

7.14 O SIMAE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a DETENTORA a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte.

7.14.1 Não sendo aprovado o orçamento dos serviços, a motocicleta será retirada pelo responsável do SIMAE, com todas as peças pertencentes ao mesmo, sem o pagamento de qualquer valor.

7.15 As peças, componentes, acessórios e materiais originais e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção da motocicleta, devendo a detentora se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

7.16 O SIMAE reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela DETENTORA sejam superiores aos cotados pelo SIMAE com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

7.17 Os serviços, quando autorizados pelo gestor da frota do SIMAE, deverão ser iniciados em até 12 (doze) horas úteis, contadas do e-mail autorizando.

7.18 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelas motocicletas entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao SIMAE ou a terceiros, enquanto as motocicletas estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

7.19 As peças substituídas deverão ser devolvidas ao SIMAE após a execução dos serviços, salvo para os casos onde por lei, a oficina seja obrigada a realizar o descarte ou devolver o material ao fabricante.

7.20 A DETENTORA deverá fornecer a garantia mínima do fabricante ou de 03 (três) meses para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 (três) meses ou 3.000 (três mil) quilômetros para os serviços executados.

7.20.1 A retífica, montagem e colocação de motor completo devem ter, no mínimo, garantia de 06 (seis) meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

PARA OS ITENS 2 a 12:

7.21 Os pneus, as câmaras e as baterias deverão ser entregues na Sede Administrativa do SIMAE, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC. Os serviços devem ser realizados nas dependências DETENTORA.

7.22 Os serviços de desmontagem e montagem de pneus, consertos de pneus e de rodas deverão serão executados em um dos municípios de atuação do SIMAE, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC.

7.22.1 Após o recebimento da motocicleta, a DETENTORA deverá executar os serviços de desmontagem/montagem dos pneus em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.22.2 Após o recebimento da motocicleta, a DETENTORA deverá executar os serviços de conserto de pneu e de roda em um prazo máximo de 04 (quatro) horas.

7.22.3 Após o encaminhamento e o recebimento por parte da DETENTORA da Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho dos pneus e câmaras, estes deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis contados do envio da Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho ao e-mail informado na proposta da DETENTORA em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

7.23 Os pneus deverão:

a) ser novos e de primeira linha;

b) estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido alteração das características originais;

c) ter data de fabricação de até 12 meses da entrega.

7.24 A DETENTORA deverá efetuar os serviços ou a entrega dos produtos mediante:

a) Apresentação da Ordem de Serviço numerada, indicando o tipo de serviço a ser executado, informando o nome do motorista e veículo (placa e modelo) autorizado;

b) Apresentação da Autorização de Fornecimento/Empenho, indicando o tipo e a quantidade do pneu ou câmara de ar a ser entregue.

7.25 A DETENTORA deverá fornecer os produtos, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio.

7.26 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto do Edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.27 Paralelamente a montagem, a DETENTORA deverá providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação, procedendo o adequado descarte, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, sem ônus para o SIMAE, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

PARA TODOS OS ITENS:

7.28 O SIMAE reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumprido os termos contratuais, não se excluindo a DETENTORA da responsabilidade por qualquer irregularidade.

7.29 Constatado o fornecimento de materiais ou serviços de má qualidade, o SIMAE poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.070/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.30 A DETENTORA deverá facilitar o acesso dos servidores do SIMAE, aos locais em que estiverem sendo executados os serviços, para fins de acompanhamento e auditoria.

7.31 A DETENTORA deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

7.32 No ato da entrega dos produtos ou serviços a DETENTORA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – Nfe correspondente às quantias entregues ou executadas, que serão submetidas à aprovação do Fiscal responsável.

7.33 Fica aqui estabelecido que os produtos e serviços serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue ou executada, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do produto ou serviço com a especificação e a consequente aceitação.

7.34 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto ou serviço.

7.35 Os produtos ou serviços recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo), a contar da notificação expedida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, com anuência da Diretoria, sem qualquer ônus para o SIMAE, deverão ser substituídos, preferencialmente, em até 2 (dois) dias corridos.

7.35.1 Os produtos ou serviços entregues em substituição deverão estar livres das causas a rejeição.

7.36 Se a substituição do produto ou serviço recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a DETENTORA do registro estará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

7.37 A rejeição total ou parcial dos produtos ou serviços pelo SIMAE sujeitará a DETENTORA às sanções previstas no item 13 desta Ata de Registro de Preços e a devolução da nota fiscal/fatura.

7.38 O aceite dos produtos ou serviços não exclui a responsabilidade civil da DETENTORA por vícios de quantidade, de qualidade ou técnicos dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

7.39 Caso a nova remessa, entregue em substituição à rejeitada, seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da DETENTORA de entregar o produto ou executar o serviço nas condições pactuadas e poderá sujeitá-la à multa e a suspensão de licitar e contratar com o SIMAE, conforme previsto no item 13 desta Ata de Registro de Preços, bem como a sua rescisão unilateral pelo SIMAE para os itens recusados.

7.40 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos, incluindo as situações onde houver a necessidade de troca ou devolução dos materiais recusados por não atendimento ao Edital.

7.41 Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços somente poderá ser efetuado pela(s) empresa(s) registrada(s).

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após o recebimento ou execução do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de produtos ou serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail simae@cofrenfe.com.br e tesouraria@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o produto ou serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do produto ou serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega dos produtos ou prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2023 e 2024, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028/ 17.522.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060/ 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00/ 3.3.90.30.39.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços ou fornecer os produtos nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações dos Anexos I do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

11.7 Providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega do produto ou na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não entregar os produtos ou não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 08 de dezembro de 2023.

Patrícia Callegari Warken
Diretora-Presidente

Luiz Carlos Ferreira Brandão
Sócio Administrador


Testemunhas:

Helôisa Zagonel
Encarregada de Serviços

Claiton D. Martini
Encarregado de Serviços

HOMOLOGAÇÃO PR 0050/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5410457

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Pregão presencial 50/2023
	Processo Adm.: 66/2023 Data do Processo: 08/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 66/2023
b) Nr. Licitação: 50/2023 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data Homologação: 08/12/2023

OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MECÂNICA DE MOTOCICLETAS, CONserto DE PNEUS E RODAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS E AQUISIÇÃO DE CÂMARAS E PNEUS NOVOS PARA MOTOCICLETAS E PNEUS NOVOS PARA CARRINHO DE MÃO.

Lote: 1

Fornecedor: BRANDAO MOTO PECAS LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, ESPECIALIZADA EM ELETRICIDADE, FUNILARIA E PINTURA PARA MOTOCICLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS	HORA	BRANDÃO	200,000	56,9600	11.392,00
2	Desmontagem e montagem de pneu de moto	SVÇ	BRANDÃO	120,000	29,6700	3.560,40
3	CONserto DE RODA PARA MOTOS	UNIDADE	BRANDÃO	60,000	85,7100	5.142,60
4	CONserto DE PNEU DE MOTO	SERVIÇO	BRANDÃO	100,000	41,2100	4.121,00
5	TROCA DE ÓLEO COM FORNECIMENTO DE ÓLEO RECOMENDADO PELO FABRICANTE	SERVIÇOS	BRANDÃO	100,000	51,9100	5.191,00
6	Conserto de pneu	SVÇ	BRANDÃO	20,000	29,6600	593,20
Valor total do lote:						30.000,20

Lote: 2

Fornecedor: BRANDAO MOTO PECAS LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
7	CÂMARA PARA PNEU 110/90 R-17, TRASEIRO	UNIDADE	BRANDÃO	30,000	45,8500	1.375,50
8	CÂMARA PARA PNEU 90/90 R-19, DIANTEIRO	UNIDADE	BRANDÃO	30,000	44,1800	1.325,40
9	CÂMARA PARA PNEU 3.25/8, CARRINHO DE MÃO	UN	BRANDÃO	10,000	29,9100	299,10
Valor total do lote:						3.000,00

Lote: 3

Fornecedor: BRANDAO MOTO PECAS LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
10	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO, COMPLETO 3.25/8 (ARO E EIXO)	UN	BRANDÃO	10,000	170,0000	1.700,00
Valor total do lote:						1.700,00

Lote: 4

Fornecedor: BRANDAO MOTO PECAS LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
11	BATERIA 5 AMPERES PARA MOTOCICLETA, 12 VOLTS, SELADA COM SELO DO INMETRO, COM 06 MESES DE GARANTIA	UN	BRANDÃO	10,000	196,5000	1.965,00
12	BATERIA 6 AMPERES, PARA MOTOCICLETA, 12 VOLTS, SELADA, COM SELO DO INMETRO, COM 6 MESES DE GARANTIA'	UN	BRANDÃO	10,000	196,5000	1.965,00
Valor total do lote:						3.930,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE	14.001.17.122.0028.2060.3.3.90.00.00
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00

Joaçaba, 08/12/2023

.....
Patricia Callegari Warken
Diretor Presidente

Jupirá

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO Nº 4360/23 DE 08/12/2023

Publicação Nº 5410183

DECRETO Nº 4.360/23 de 08/12/2023.

EFETUA MOVIMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá – SC, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o Art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal, e em especial o Art. 5º. da Lei Municipal nº. 0823/22 de 13/12/2022,

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam transferidos os seguintes valores das dotações orçamentárias, contidas nos projetos atividades a seguir identificados:

ÓRGÃO 01.000 Câmara Municipal de Vereadores
UNIDADE 03.001 Câmara Municipal de Vereadores
PROJETO ATIVIDADE Manutenção do Poder Legislativo Municipal
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 01.031.0001.2.001
ELEMENTO 3190(01)
FONTE 1.500.000.0000 VALOR R\$ 500,00(quinhetos reais);

Para o mesmo projeto:

ELEMENTO: 3390(03)
FONTE 1.500.0000.0000 VALOR R\$ 500,00(quinhetos reais);

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá – SC, 08 de Dezembro de 2023.
VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N º 284/23 DE 07/12/2023

Publicação Nº 5409799

PORTARIA N.º 284/23 de 07/12/2023.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 20 (vinte) dias de férias ao servidor municipal FERNANDO ANTUNES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/02/2022 a 09/02/2023 que serão gozadas no período 18/12/2023 a 06/01/2024, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá - SC, 07 de dezembro de 2023.
VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 5411417

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a aprovação e a classificação em concurso público, nos termos do art. 12 da Lei n. 9 de 29 de outubro de 2001 ("dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lacerdópolis"), convoco o candidato(a) citado abaixo para apresentar-se ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis/SC, na Rua 31 de março, nº 1050, Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste documento no Diário Oficial dos Municípios (DOM), em horário de expediente (das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min), para que, havendo interesse, apresente-se e comprove através de documentos os requisitos exigidos no edital do referido certame.

O não comparecimento no prazo estipulado acima implicará na sua eliminação automática do Concurso Público.

Lacerdópolis, 08 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Analú Scapini Antonelo
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

A(o) Senhor(a)
Candidato: Eliziane Maristela Muller
Cargo: Auxiliar de Turma 40 Horas
CPF: 0**.6**.6**-01
Concurso Público Edital Nº 01/2023

PROCESSO LICITATORIO 35-2023

Publicação Nº 5411517

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 35/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 24/2023
DATA DE EMISSÃO: 08/12/2023

OBJETO: contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal, a ser cumprida de forma remota (sem limite de horas) e presencial (no mínimo 16 horas por mês), nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO, conforme documentos anexos, cuja descrição, valor máximo e condições estão no tópico 02 (OBJETO) e no Termo de Referência (ANEXO I deste edital):

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min de 22/12/2023, para abertura da Seção às 08h30min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 08 de dezembro de 2023.
DELCIMERI SCAPINI BRANDINI
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 35/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 24/2023
DATA DE EMISSÃO: 08/12/2023

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, do item relacionado no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 09h00min de 22 de dezembro de 2023.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal, a ser cumprida de forma remota (sem limite de horas) e presencial (no mínimo 16 horas por mês), nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO, cuja descrição, valor máximo e condições estão abaixo e no Termo de Referência (ANEXO I deste edital):

ITEM	QNT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	12	Mês	Contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO.	R\$ 8.250,00	R\$ 99.000,00

2.2 – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Assessoria presencial, de no mínimo 16 (dezesesseis) horas mensais, durante o expediente da contratante, por profissionais da empresa, com capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades, mediante realização de reunião e instruções no local de trabalho, conforme livre demanda da contratante.

b) Assessoria a distância com atendimento ilimitado da demanda do município, com orientações via aplicativos de mensagens instantâneas, e-mail e telefone, acesso remoto e outros meios eletrônicos, todos os dias da semana, orientando e acompanhando o envio dos dados. Assessoria com produção de materiais atendendo a demanda do objeto e prestando apoio técnico aos servidores da contratante.

2.3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores responsáveis pelo patrimônio imobilizado: Treinamento e suporte aos servidores públicos municipais, com assessoramento na gestão do patrimônio imobilizado.

b) Serviço de assessoria e apoio técnico a contabilidade, envolvendo: Assessoria na análise dos balancetes bimestrais e ajustes necessários; Assessoria e orientação de contabilização de atos e fatos contábeis. Assessoria na elaboração no processo de prestação de contas ao TCE/SC, de acordo com critérios da Decisão Normativa C 06/2008; Assessoria na análise dos anexos do balanço no processo de encerramento de exercício e na elaboração das Notas Explicativas do Balanço. Orientação quanto aos corretos procedimentos com ênfase nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Assessoria nos índices constitucionais em saúde e educação, bem como limites e exigências da LRF. Assessoria nos sistemas SIOPS, SIOPE, SADIPEM e Matriz dos Saldos Contábeis. Assessoria em outros assuntos conforme demanda do Município. Assessoria em sistemas: SIOPS, SIOPE, e-Sfinge, Matriz de Saldos Contábeis. Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

c) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores do setor de tesouraria: Treinamento e suporte nas rotinas e procedimentos do setor de tesouraria, incluindo as novas fontes de recursos do Tribunal de Contas de Santa Catarina, as novas rubricas de receitas definidas no ementário da receita, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Outros procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão.

d) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores no ESOCIAL: Treinamento e suporte no envio dos dados aos Servidores Públicos Municipais, referentes obrigações como E-SOCIAL, e-Sfinge, EEFD-REINF; PERD/COMP; DCTFWEB. Acompanhamento junto ao Sistema

Informatizados, possíveis testes de envio de dados e orientações na solução dos erros; Orientação e acompanhamento no envio dos dados conforme cronograma de envio do e-Social, assessorando na identificação das mensagens de erros do sistema e correções/ajustes; outros procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão, realizando todo o suporte para o correto envio dos dados.

e) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores envolvendo a lei geral de proteção de dados – LGPD:

e.1) Adequação do Município quanto a regulamentação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD: Reuniões in loco no Município, com a equipe técnica envolvida no processo, para orientação e apresentação do desenvolvimento do trabalho. Assessoria na adequação regulamentar e legal da LGPD no Município, com modelos de documentos como, cláusulas padrão de proteção de dados para contratos, convênios, termos de consentimentos envolvendo Servidores Públicos, Crianças e Adolescentes, Decretos de regulamentação e designação de servidores públicos responsáveis, Termos de acordos de confidencialidade e sigilo com prestadores de serviço e servidores entre outros documentos.

e.2) Mapeamento dos processos, fluxos, políticas públicas e serviços: In loco, no Município, identificar e realizar o mapeamento de todos os processos, fluxos, políticas públicas e serviços, executados pelo Município, que necessitam de conformidade a LGPD, buscando o relacionamento com a Carta de Serviço ao Usuário (Lei 13.460/2017), do Município; O Mapeamento envolve identificar: Dado pessoal coletado; os Agentes de tratamento de dados; Área e processo que o utiliza; Fluxo(s) de tratamento(s) relacionado(s); Indicação se o dado pessoal em questão é sensível; Finalidade; Hipóteses legais de tratamento de dados (leis municipais, decretos, carta de serviço, que regulamentam serviços e políticas públicas); Descrição do tratamento efetuado; Compartilhamentos realizados; Prazo de retenção; Onde é armazenado (indicação do sistema ou local físico); Como é realizado o descarte de dados; Controles de segurança e proteção de dados implementados; Dados pessoais de um mesmo fluxo de tratamento ou coleta poderão ser agrupados em um mesmo detalhamento. Orientação e conscientização dos Técnicos/Servidores Públicos responsáveis pelo tratamento dos dados.

e.3) Análise da Adequação: Com base no mapeamento do tratamento de dados disposto no item anterior, elaboração de Relatório de Diagnóstico visando a identificação das não conformidades (necessidade de adequação) no tratamento de dados pessoais, apontando se há desvios entre o cenário atual e as exigências da Lei Federal nº 13.709/2018, como identificação de eventuais dados pessoais que não atendam aos critérios de finalidade de processamento ou do mínimo necessário, necessidades de alteração de processos dentro de cada estrutura organizacional, entre outros.

e.4) Revisão das Políticas de Privacidade e de Segurança da Informação: Revisão de políticas e procedimentos. Revisão das políticas que garantem os Direitos dos Titulares dos dados. Documentos destinados a informar quais dados são coletados, para qual finalidade são coletados e de que forma os titulares podem exercer seus direitos, cumprindo o requisito legal; políticas de privacidade, controle de acesso e de acesso remoto; orientação em boas práticas e treinamento para segurança da informação, reduzindo riscos.

e.5) Elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados com base na análise de riscos: Estruturação e elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados – RIPD, do Município, documento utilizado como ferramenta de gestão de riscos no legítimo interesse e em tratamentos de alto risco, documentando e mensurando medidas de mitigações de risco, evitando violações de dados pessoais, com o objetivo de proteger o titular.

e.6) Elaboração do Plano de Governança e Guia de Boas Práticas do Município: Elaboração do Plano de Governança e Guia de Boas Práticas do Município; Documentos destinados a informar quais são os processos de adequação teórica e prática da LGPD, apresentando de forma sucinta, um roteiro de atividades que devem ser realizadas para a implementação de um Programa de Governança em Privacidade, baseado em boas práticas, levando em consideração a estrutura organizacional do Município, de forma a construir uma lista de atividades/procedimentos necessários, que se adeque à realidade deste Ente. Reuniões de capacitação da equipe técnica envolvida no processo.

f) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo, em licitações, compras em contratos: Assessoria aos servidores responsáveis, em licitações, compras e contratos, com foco principal na Lei n. 14.133/2021. Realização de reuniões e capacitações sobre o assunto, elaboração e envio de modelos de materiais. Implantação da Lei n. 14.133/2021 no âmbito municipal. Pregão Eletrônico.

g) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo ouvidoria, carta de serviço ao usuário e pesquisa de satisfação: Treinamento e suporte; Assessoria nos procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão, com objetivo de dar apoio técnico aos servidores para cumprimento das exigências da legislação.

h) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico ao controle interno envolvendo: Assessoria em auditoria: assessoramento de auditorias técnicas e operacionais nos diversos setores e departamentos do Município. Assessoria em transparência e Acesso a Informação: abrangendo análise da alimentação de dados no Portal do Município e respostas às solicitações de informações de cidadãos e órgãos de controle externo. Assessoria na normatização de setores e procedimentos: Normatização de procedimentos e controles internos que demonstram fragilidade e necessidade de normatização. Assessoria em relatórios e processos de prestação de contas: Assessoramento na formação do processo de prestação de Contas, e na elaboração e divulgação dos relatórios da Instrução Normativa TC 20/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, envolvendo relatório de gestão do titular de unidade jurisdicionada (art. 14, § 1º), relatório do órgão de controle interno sobre a prestação de contas de gestão (art. 16) e relatório do órgão central do sistema de controle interno do poder executivo que acompanha a prestação de contas do prefeito (art. 8º). Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

i) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo repasse a entidades: Treinamento e suporte; Assessoria na formação do processo de concessão de recursos e de prestação de contas, com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e Instrução Normativa nº 14/2012, do TCE/SC.

j) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo almoxarifado: Treinamento e suporte aos servidores públicos municipais, com assessoramento na gestão do almoxarifado, controle de estoque, fiscalização de contratos e recebimento das compras públicas.

k) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo plano de cargos e salários e estrutura administrativa: Assessoria aos servidores responsáveis, na revisão da estrutura administrativa e do plano de cargos e salários do Município. Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

2.4 - A contratada deverá emitir, mensalmente, no mínimo 01 (um) relatório físico detalhado das atividades realizadas.

2.5 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.6 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;

b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

03 - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

UNIDADE 01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS

Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT. SERV. ADMINSTR. PESSOAL E MAT.

Compl.Elem. 3.3.90.35.01.00.00.00 – Assessoria e Consul. Técnica ou jur. (9)

Recurso 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos 04 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

4.2 – Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante/ relatório de prestação dos serviços, sem rasuras. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

4.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

4.5.1 - Os valores serão reajustados pelo INPC a cada 12 (dozes) meses, no caso de renovação contratual.

4.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

4.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

4.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

4.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

4.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

4.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

4.12 - Por força do Decreto Municipal n. 41 de 13 de setembro de 2023, que adota a IN/RFB nº 1.234/2012, para fins de imposto de renda retido na fonte (IRRF), nas contratações de bens e na prestação de serviços realizados pelo Município de Lacerdópolis, na nota fiscal emitida terá que ser descontado o IRRF. IMPORTANTE: PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E MEI NÃO ESTARÃO SUJEITAS À RETENÇÃO DE IR.

05 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

06 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

6.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

6.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

6.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

07 – CREDENCIAMENTO

7.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 7.2 e 7.3.

7.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO II como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

7.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

7.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

7.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

7.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

08 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 09h00min do dia 22/12/2023, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

8.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

8.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.24/2023
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

8.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional o preço unitário, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

8.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

8.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

8.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

8.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

09 – HABILITAÇÃO

9.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 24/2023
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

9.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO IV.
- k) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante. ATENÇÃO: os licitantes sediados no Estado de Santa Catarina deverão apresentar a certidão emitida através do sistema e-proc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).
- l) Consulta Consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (TCU), cujo link de acesso é: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- m) Certidão de pessoa jurídica do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) relativas a débitos imputados e/ou multas aplicadas a empresa a ser contratada, cujo link de acesso é: <https://www.tcesc.tc.br/content/certid%C3%B5es>;
- n) Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

9.3 – A comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será da seguinte forma:

- a) Apresentação de pelo menos 02 (dois) atestados de Capacidade Técnica, emitidos há, no máximo, 03 (três) anos e em nome da pessoa jurídica licitante, fornecido por 02 (duas) pessoas jurídicas de direito público distintas, comprovando a aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Na conferência dos atestados serão como prestados os serviços de assessoria nas áreas de: PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, CONTROLE INTERNO e LEI DE FOMENTO.
- b) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro funcional no mínimo 01 (um) profissional de cada área do objeto licitado, sendo 01 (um) contador e 01 (um) Administrador, todos com inscrição ativa nos seus conselhos de classe (CRC e CRA);
- c) Comprovação de que os profissionais indicados no tópico anterior pertencem ao quadro de empregados da licitante na data fixada para recebimento dos envelopes da licitação, através de apresentação do seguinte:
 - c.1) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro, a qualificação civil e contrato de trabalho);
 - c.2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;
 - c.3) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

9.4 - A comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será da seguinte forma:

- a) Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por Cartório Distribuidor da sede da licitante ou expedida via internet, juntamente com a Certidão de Registros cadastrados no Sistema EPROC (para estados que seja exigida);
- b) Balanço Patrimonial relativo ao último exercício encerrado, apresentado na forma da Lei (vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios), o qual será utilizado para a análise da boa situação financeira da licitante;

c) A comprovação da boa situação financeira mencionada na alínea "b" será baseada no cálculo (que deverá ser apresentado pela licitante, assinado pelo seu contador) dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), demonstrados a seguir, sendo que, serão julgadas inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer um dos índices referidos:

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

d) No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar o Balanço Patrimonial da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também Contador ou Técnico em Contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional.

e) Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial do Estado.

f) As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

g) As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

h) As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, arquivo DIGITAL, apresentar cópia do recibo de entrega de livro digital junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Observação: O balanço patrimonial deverá estar devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado, conforme disposto no artigo 10, IV do Código Comercial Brasileiro e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

9.5 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

9.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

9.5.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.6- Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

9.6.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

9.6.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9.7 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

9.8 – Salvo exceções legais, serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO).

10.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

11 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 07 (CREDENCIAMENTO).

11.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

11.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

11.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

11.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

11.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

11.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

11.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

11.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

11.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

11.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 11.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 11.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

11.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

11.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

11.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

11.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

11.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

11.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

11.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

12 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13 - CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) o contrato (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.2. O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

13.3 - VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

13.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração Olides Rita Dall' Orsoletta Vettorazi.

14.2 - A fiscalização do objeto deste processo licitatório ou administrativo de dispensa ou inexigibilidade de licitação ocorrerá conforme Decreto Municipal n. 30 de 06 de junho de 2019.

14.3 - Pelo menos 01 (um) servidor do setor onde estão sendo executados os serviços deverá assinar junto com a comissão de recebimento para certificar o cumprimento do objeto.

15 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 – Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

15.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

15.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

16 – OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

16.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

16.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16.3 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

16.4 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

16.5 - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações da CONTRATANTE.

16.6 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, durante toda a execução do contrato.

16.7 - Entregar os serviços cotados, em estrita observância ao Edital, ao termo de referência e sua proposta.

16.8 - Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas e civis com a realização dos serviços.

16.9 - Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Administração ou a terceiros, quando da entrega do objeto deste Edital.

16.10 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

16.11 - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

16.12 - Comunicar à contratante, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.

16.13 - Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.

16.14 - Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.

17 - GARANTIA

17.1 - O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelo(s) produto(s) fornecido(s) e/ou pelo(s) serviço(s) prestado(s), respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata e/ou contrato.

17.2 - A empresa ficará obrigada a corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício ou incorreção.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

18.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

18.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

18.7 – São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Procuração;
- c) ANEXO III - Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de que não emprega menor de idade;
- e) ANEXO V – Minuta do contrato.

Lacerdópolis/SC, 08 de dezembro de 2023.

Município de Lacerdópolis Sérgio Luiz Calegari Prefeito	Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi Secretária Municipal de Administração
---	--

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Documento anexo.

ANEXO II

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> ,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) ____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em ____ (ENDEREÇO COMERCIAL)____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) ____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em ____ (ENDEREÇO COMERCIAL)____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) ____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.../...

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à rua _____, No município de _____, representada por seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório n. 35/2023, na modalidade de Pregão Presencial n. 24/2023, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - Contratação, contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal, a ser cumprida de forma remota (sem limite de horas) e presencial (no mínimo 16 horas por mês), nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO, cuja descrição, valor máximo e condições estão abaixo e no Termo de Referência (ANEXO I do edital):

ITEM	QNT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	12	Mês	Contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO.	R\$...	R\$...

1.2 – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Assessoria presencial, de no mínimo 16 (dezesesseis) horas mensais, durante o expediente da contratante, por profissionais da empresa, com capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades, mediante realização de reunião e instruções no local de trabalho, conforme livre demanda da contratante.

b) Assessoria a distância com atendimento ilimitado da demanda do município, com orientações via aplicativos de mensagens instantâneas, e-mail e telefone, acesso remoto e outros meios eletrônicos, todos os dias da semana, orientando e acompanhando o envio dos dados. Assessoria com produção de materiais atendendo a demanda do objeto e prestando apoio técnico aos servidores da contratante.

1.3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores responsáveis pelo patrimônio imobilizado: Treinamento e suporte aos servidores públicos municipais, com assessoramento na gestão do patrimônio imobilizado.

b) Serviço de assessoria e apoio técnico a contabilidade, envolvendo: Assessoria na análise dos balancetes bimestrais e ajustes necessários; Assessoria e orientação de contabilização de atos e fatos contábeis. Assessoria na elaboração no processo de prestação de contas ao TCE/SC, de acordo com critérios da Decisão Normativa C 06/2008; Assessoria na análise dos anexos do balanço no processo de encerramento de exercício e na elaboração das Notas Explicativas do Balanço. Orientação quanto aos corretos procedimentos com ênfase nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Assessoria nos índices constitucionais em saúde e educação, bem como limites e exigências da LRF. Assessoria nos sistemas SIOPS, SIOPE, SADIPEM e Matriz dos Saldos Contábeis. Assessoria em outros assuntos conforme demanda do Município. Assessoria em sistemas: SIOPS, SIOPE, e-Sfinge, Matriz de Saldos Contábeis. Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

c) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores do setor de tesouraria: Treinamento e suporte nas rotinas e procedimentos do setor

de tesouraria, incluindo as novas fontes de recursos do Tribunal de Contas de Santa Catarina, as novas rubricas de receitas definidas no ementário da receita, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Outros procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão.

d) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores no ESOCIAL: Treinamento e suporte no envio dos dados aos Servidores Públicos Municipais, referentes obrigações como E-SOCIAL, e-Sfinge, EFD-REINF; PERD/COMP; DCTFWEB. Acompanhamento junto ao Sistema Informatizados, possíveis testes de envio de dados e orientações na solução dos erros; Orientação e acompanhamento no envio dos dados conforme cronograma de envio do e-Social, assessorando na identificação das mensagens de erros do sistema e correções/ajustes; outros procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão, realizando todo o suporte para o correto envio dos dados.

e) Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores envolvendo a lei geral de proteção de dados – LGPD:

e.1) Adequação do Município quanto a regulamentação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD: Reuniões in loco no Município, com a equipe técnica envolvida no processo, para orientação e apresentação do desenvolvimento do trabalho. Assessoria na adequação regulamentar e legal da LGPD no Município, com modelos de documentos como, cláusulas padrão de proteção de dados para contratos, convênios, termos de consentimentos envolvendo Servidores Públicos, Crianças e Adolescentes, Decretos de regulamentação e designação de servidores públicos responsáveis, Termos de acordos de confidencialidade e sigilo com prestadores de serviço e servidores entre outros documentos.

e.2) Mapeamento dos processos, fluxos, políticas públicas e serviços: In loco, no Município, identificar e realizar o mapeamento de todos os processos, fluxos, políticas públicas e serviços, executados pelo Município, que necessitam de conformidade a LGPD, buscando o relacionamento com a Carta de Serviço ao Usuário (Lei 13.460/2017), do Município; O Mapeamento envolve identificar: Dado pessoal coletado; os Agentes de tratamento de dados; Área e processo que o utiliza; Fluxo(s) de tratamento(s) relacionado(s); Indicação se o dado pessoal em questão é sensível; Finalidade; Hipóteses legais de tratamento de dados (leis municipais, decretos, carta de serviço, que regulamentam serviços e políticas públicas); Descrição do tratamento efetuado; Compartilhamentos realizados; Prazo de retenção; Onde é armazenado (indicação do sistema ou local físico); Como é realizado o descarte de dados; Controles de segurança e proteção de dados implementados; Dados pessoais de um mesmo fluxo de tratamento ou coleta poderão ser agrupados em um mesmo detalhamento. Orientação e conscientização dos Técnicos/Servidores Públicos responsáveis pelo tratamento dos dados.

e.3) Análise da Adequação: Com base no mapeamento do tratamento de dados disposto no item anterior, elaboração de Relatório de Diagnóstico visando a identificação das não conformidades (necessidade de adequação) no tratamento de dados pessoais, apontando se há desvios entre o cenário atual e as exigências da Lei Federal nº 13.709/2018, como identificação de eventuais dados pessoais que não atendam aos critérios de finalidade de processamento ou do mínimo necessário, necessidades de alteração de processos dentro de cada estrutura organizacional, entre outros.

e.4) Revisão das Políticas de Privacidade e de Segurança da Informação: Revisão de políticas e procedimentos. Revisão das políticas que garantem os Direitos dos Titulares dos dados. Documentos destinados a informar quais dados são coletados, para qual finalidade são coletados e de que forma os titulares podem exercer seus direitos, cumprindo o requisito legal; políticas de privacidade, controle de acesso e de acesso remoto; orientação em boas práticas e treinamento para segurança da informação, reduzindo riscos.

e.5) Elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados com base na análise de riscos: Estruturação e elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados – RIPD, do Município, documento utilizado como ferramenta de gestão de riscos no legítimo interesse e em tratamentos de alto risco, documentando e mensurando medidas de mitigações de risco, evitando violações de dados pessoais, com o objetivo de proteger o titular.

e.6) Elaboração do Plano de Governança e Guia de Boas Práticas do Município: Elaboração do Plano de Governança e Guia de Boas Práticas do Município; Documentos destinados a informar quais são os processos de adequação teórica e prática da LGPD, apresentando de forma sucinta, um roteiro de atividades que devem ser realizadas para a implementação de um Programa de Governança em Privacidade, baseado em boas práticas, levando em consideração a estrutura organizacional do Município, de forma a construir uma lista de atividades/procedimentos necessários, que se adequem à realidade deste Ente. Reuniões de capacitação da equipe técnica envolvida no processo.

f) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo, em licitações, compras em contratos: Assessoria aos servidores responsáveis, em licitações, compras e contratos, com foco principal na Lei n. 14.133/2021. Realização de reuniões e capacitações sobre o assunto, elaboração e envio de modelos de materiais. Implantação da Lei n. 14.133/2021 no âmbito municipal. Pregão Eletrônico.

g) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo ouvidoria, carta de serviço ao usuário e pesquisa de satisfação: Treinamento e suporte; Assessoria nos procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão, com objetivo de dar apoio técnico aos servidores para cumprimento das exigências da legislação.

h) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico ao controle interno envolvendo: Assessoria em auditoria: assessoramento de auditorias técnicas e operacionais nos diversos setores e departamentos do Município. Assessoria em transparência e Acesso a Informação: abrangendo análise da alimentação de dados no Portal do Município e respostas às solicitações de informações de cidadãos e órgãos de controle externo. Assessoria na normatização de setores e procedimentos: Normatização de procedimentos e controles internos que demonstram fragilidade e necessidade de normatização. Assessoria em relatórios e processos de prestação de contas: Assessoramento na formação do processo de prestação de contas, e na elaboração e divulgação dos relatórios da Instrução Normativa TC 20/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, envolvendo relatório de gestão do titular de unidade jurisdicionada (art. 14, § 1º), relatório do órgão de controle interno sobre a prestação de contas de gestão (art. 16) e relatório do órgão central do sistema de controle interno do poder executivo que acompanha a prestação de contas do prefeito (art. 8º). Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

i) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo repasse a entidades: Treinamento e suporte; Assessoria na formação do processo de concessão de recursos e de prestação de contas, com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e Instrução Normativa nº 14/2012, do TCE/SC.

j) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo almoxarifado: Treinamento e suporte aos servidores

públicos municipais, com assessoramento na gestão do almoxarifado, controle de estoque, fiscalização de contratos e recebimento das compras públicas.

k) Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo plano de cargos e salários e estrutura administrativa: Assessoria aos servidores responsáveis, na revisão da estrutura administrativa e do plano de cargos e salários do Município. Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

1.4 - A contratada deverá emitir, mensalmente, no mínimo 01 (um) relatório físico detalhado das atividades realizadas.

1.5 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

UNIDADE 01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS

Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT. SERV. ADMINSTR. PESSOAL E MAT.

Compl.Elem. 3.3.90.35.01.00.00.00 – Assessoria e Consul. Técnica ou jur. (9)

Recurso 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos CLÁUSULA TERCEIRA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 – Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante/ relatório de prestação dos serviços, sem rasuras. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.5.1 - Os valores serão reajustados pelo INPC a cada 12 (dozes) meses, no caso de renovação contratual.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

3.12 - Por força do Decreto Municipal n. 41 de 13 de setembro de 2023, que adota a IN/RFB nº 1.234/2012, para fins de imposto de renda retido na fonte (IRRF), nas contratações de bens e na prestação de serviços realizados pelo Município de Lacerdópolis, na nota fiscal emitida terá que ser descontado o IRRF. IMPORTANTE: PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E MEI NÃO ESTARÃO SUJEITAS À RETENÇÃO DE IR.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

4.1 - O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

4.2 - VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUINTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02, à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração Olides Rita Dall' Orsoletta Veto-razi.

6.2 – A fiscalização do objeto deste processo licitatório ou administrativo de dispensa ou inexigibilidade de licitação ocorrerá conforme Decreto Municipal n. 30 de 06 de junho de 2019.

6.3 – Pelo menos 01 (um) servidor do setor onde estão sendo executados os serviços deverá assinar junto com a comissão de recebimento para certificar o cumprimento do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- c) Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto do edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) do edital.

8.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

8.3 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

8.4 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8.5 - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações da CONTRATANTE.

8.6 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, durante toda a execução do contrato.

8.7 - Entregar os serviços cotados, em estrita observância ao Edital, ao termo de referência e sua proposta.

8.8 - Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas e civis com a realização dos serviços.

8.9 - Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Administração ou a terceiros, quando da entrega do objeto do Edital.

8.10 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas nesta licitação.

8.11 - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

8.12 - Comunicar à contratante, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.

8.13 - Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.

8.14 - Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA

9.1 - O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelo(s) produto(s) fornecido(s) e/ou pelo(s) serviço(s) prestado(s), respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata e/ou contrato.

9.2 - A empresa ficará obrigada a corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício ou incorreção.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, conforme o prazo estabelecido na notificação, a inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, mediante notificação prévia, das seguintes penalidades ao CONTRATADO:

- a) advertência;
b) multa de 20% sobre o valor total do contrato;
c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 10.2 - Poderá, ainda, ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando o CONTRATADO:
- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
b) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
d) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 - O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

11.3 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

12.2 - A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

12.3 - Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC ... de... 20...

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	
CONTRATANTE	CONTRATADA

Olides Rita Dall' Orsoletta Vetorazi
Secretária Municipal de Administração e Finanças
FISCAL E GESTORA DO CONTRATO

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente documento tem por objetivo estabelecer condições gerais para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados por empresa, de natureza singular nas atividades-meios no âmbito da gestão pública municipal.

01 - SECRETARIA INTERESSADA E RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO

1.1. O responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo é Olides Rita Dall' Orsoletta Vetorazi, cujo telefone é (49) 9 9967-3744, endereço de e-mail: administracao@lacerdopolis.sc.gov.br. Esta secretaria ficará responsável pelas informações técnicas necessárias para fiel cumprimento do objeto desta contratação/aquisição e fiscalização.

1.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

02 - OBJETO

2.1 - Contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO.

2.2 – Tabela:

ITEM	QNT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
01	12	Mês	Contratação, através da Secretaria Municipal de Administração, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica mensal nas áreas de Contabilidade e Administração ao Município de Lacerdópolis/SC, contemplando dentre outras, as áreas de PATRIMÔNIO, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, TESOURARIA, E-SOCIAL, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, OUVIDORIA, CONTROLE INTERNO, LEI DE FOMENTO, ALMOXARIFADO E SERVIDOR PÚBLICO.

2.2 - A licitação para contratação deste objeto em item com vários seguimentos da Administração Pública Municipal, se justifica pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que realizar de forma individualizada poderia ocasionar transtornos para a administração, ainda, a possibilidade de ter vários contratos ao mesmo tempo para a execução do objeto pode ocasionar em dificuldade técnica de comunicação entre equipes de áreas diferentes para a resolução de divergência em comum e não atendimento do princípio da eficiência. A administração busca contratar empresas do segmento que tenham o conhecimento amplo da administração pública e não em uma área distinta, uma vez que se trata de uma união de setores e que necessário se faz a “conversa” entre ambos. O parcelamento do objeto, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, não se demonstra técnica e economicamente viável. A licitação para contratação deste objeto da forma em que foi definida não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação. Nestes parâmetros, a administração visa tão somente, garantir a condução segura da contratação, e principalmente, promover ampla competição necessária em um processo licitatório. Outrossim, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as mais diversas necessidades da Administração Pública.

03 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Justifica-se a presente licitação necessidade de contratação, pois é imprescindível ao bom desempenho das obrigações legais, disponibilizando-se pessoal capacitado que possa apoiar, treinar e capacitar servidores públicos municipais, com ênfase nas áreas de Contabilidade e Administração. Assim, a administração municipal busca fortalecer os setores assessorados para garantir o atendimento da legislação dentro dos prazos estabelecidos.

A municipalidade na eminente busca pela modernização, atualização, melhoria continuada dos processos existentes na administração pública e atendimento as novas legislações que passam a vigorar, tem por objetivo a contratação de profissional técnico através de pessoa jurídica que fará

um acompanhamento de todos os setores e atendimento aos procedimentos a fim de evitar erros/vícios ou, então, corrigi-los.

Sentimos uma necessidade grande de uma assessoria nas diversas áreas dentro da administração pública, tendo em vista que principalmente no último ano, ocorreram muitas mudanças nas legislações, onde mesmo com treinamentos a equipe técnica precisa de um suporte especializado.

Podemos citar inúmeras leis que estão vigentes e que precisam de atenção e regulamentação, assim como padronização de procedimentos internos, como a nova lei de licitações, LGPD, e-social, Siafic, entre outros.

A assessoria visa estruturar a equipe de trabalho, trazendo treinamentos e atualizações, visando o correto desenvolvimento dos trabalhos e um melhor aproveitamento.

04 - ESCOPO DOS TRABALHOS

4.1. Os serviços serão prestados pela contratada da seguinte forma:

a) Assessoria presencial, de no mínimo 16 (dezesesseis) horas mensais, durante o expediente da contratante, por profissionais da empresa, com capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades, mediante realização de reunião e instruções no local de trabalho, conforme livre demanda da contratante.

b) Assessoria a distância com atendimento ilimitado da demanda do município, com orientações via aplicativos de mensagens instantâneas, e-mail e telefone, acesso remoto e outros meios eletrônicos, todos os dias da semana, orientando e acompanhando o envio dos dados. Assessoria com produção de materiais atendendo a demanda do objeto e prestando apoio técnico aos servidores da contratante.

05 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores responsáveis pelo patrimônio imobilizado: Treinamento e suporte aos servidores públicos municipais, com assessoramento na gestão do patrimônio imobilizado.

5.2 - Serviço de assessoria e apoio técnico a contabilidade, envolvendo: Assessoria na análise dos balancetes bimestrais e ajustes necessários; Assessoria e orientação de contabilização de atos e fatos contábeis. Assessoria na elaboração no processo de prestação de contas ao TCE/SC, de acordo com critérios da Decisão Normativa C 06/2008; Assessoria na análise dos anexos do balanço no processo de

encerramento de exercício e na elaboração das Notas Explicativas do Balanço. Orientação quanto aos corretos procedimentos com ênfase nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Assessoria nos índices constitucionais em saúde e educação, bem como limites e exigências da LRF. Assessoria nos sistemas SIOPS, SIOPE, SADIPEM e Matriz dos Saldos Contábeis. Assessoria em outros assuntos conforme demanda do Município. Assessoria em sistemas: SIOPS, SIOPE, e-Sfinge, Matriz de Saldos Contábeis. Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

5.3 - Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores do setor de tesouraria: Treinamento e suporte nas rotinas e procedimentos do setor de tesouraria, incluindo as novas fontes de recursos do Tribunal de Contas de Santa Catarina, as novas rubricas de receitas definidas no ementário da receita, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Outros procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão.

5.4 - Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores no ESOCIAL: Treinamento e suporte no envio dos dados aos Servidores Públicos Municipais, referentes obrigações como E-SOCIAL, e-Sfinge, EEFD-REINF; PERD/COMP; DCTFWEB. Acompanhamento junto ao Sistema Informatizados, possíveis testes de envio de dados e orientações na solução dos erros; Orientação e acompanhamento no envio dos dados conforme cronograma de envio do e-Social, assessorando na identificação das mensagens de erros do sistema e correções/ajustes; outros procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão, realizando todo o suporte para o correto envio dos dados.

5.5 - Serviço de assessoria e apoio técnico aos servidores envolvendo a lei geral de proteção de dados – LGPD:

1) Adequação do Município quanto a regulamentação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD: Reuniões in loco no Município, com a equipe técnica envolvida no processo, para orientação e apresentação do desenvolvimento do trabalho. Assessoria na adequação regulamentar e legal da LGPD no Município, com modelos de documentos como, cláusulas padrão de proteção de dados para contratos, convênios, termos de consentimentos envolvendo Servidores Públicos, Crianças e Adolescentes, Decretos de regulamentação e designação de servidores públicos responsáveis, Termos de acordos de confidencialidade e sigilo com prestadores de serviço e servidores entre outros documentos.

2) Mapeamento dos processos, fluxos, políticas públicas e serviços: In loco, no Município, identificar e realizar o mapeamento de todos os processos, fluxos, políticas públicas e serviços, executados pelo Município, que necessitam de conformidade a LGPD, buscando o relacionamento com a Carta de Serviço ao Usuário (Lei 13.460/2017), do Município; O Mapeamento envolve identificar: Dado pessoal coletado; os Agentes de tratamento de dados; Área e processo que o utiliza; Fluxo(s) de tratamento(s) relacionado(s); Indicação se o dado pessoal em questão é sensível; Finalidade; Hipóteses legais de tratamento de dados (leis municipais, decretos, carta de serviço, que regulamentam serviços e políticas públicas); Descrição do tratamento efetuado; Compartilhamentos realizados; Prazo de retenção; Onde é armazenado (indicação do sistema ou local físico); Como é realizado o descarte de dados; Controles de segurança e proteção de dados implementados; Dados pessoais de um mesmo fluxo de tratamento ou coleta poderão ser agrupados em um mesmo detalhamento. Orientação e conscientização dos Técnicos/Servidores Públicos responsáveis pelo tratamento dos dados.

3) Análise da Adequação: Com base no mapeamento do tratamento de dados disposto no item anterior, elaboração de Relatório de Diagnóstico visando a identificação das não conformidades (necessidade de adequação) no tratamento de dados pessoais, apontando se há desvios entre o cenário atual e as exigências da Lei Federal nº 13.709/2018, como identificação de eventuais dados pessoais que não atendam aos critérios de finalidade de processamento ou do mínimo necessário, necessidades de alteração de processos dentro de cada estrutura organizacional, entre outros.

4) Revisão das Políticas de Privacidade e de Segurança da Informação: Revisão de políticas e procedimentos. Revisão das políticas que garantem os Direitos dos Titulares dos dados. Documentos destinados a informar quais dados são coletados, para qual finalidade são coletados e de que forma os titulares podem exercer seus direitos, cumprindo o requisito legal; políticas de privacidade, controle de acesso e de acesso remoto; orientação em boas práticas e treinamento para segurança da informação, reduzindo riscos.

5) Elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados com base na análise de riscos: Estruturação e elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados – RIPD, do Município, documento utilizado como ferramenta de gestão de riscos no legítimo interesse e em tratamentos de alto risco, documentando e mensurando medidas de mitigações de risco, evitando violações de dados pessoais, com o objetivo de proteger o titular.

6) Elaboração do Plano de Governança e Guia de Boas Práticas do Município: Elaboração do Plano de Governança e Guia de Boas Práticas do Município; Documentos destinados a informar quais são os processos de adequação teórica e prática da LGPD, apresentando de forma sucinta, um roteiro de atividades que devem ser realizadas para a implementação de um Programa de Governança em Privacidade, baseado em boas práticas, levando em consideração a estrutura organizacional do Município, de forma a construir uma lista de atividades/procedimentos necessários, que se adeque à realidade deste Ente. Reuniões de capacitação da equipe técnica envolvida no processo.

5.6 - Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo, em licitações, compras em contratos: Assessoria aos servidores responsáveis, em licitações, compras e contratos, com foco principal na Lei n. 14.133/2021. Realização de reuniões e capacitações sobre o assunto, elaboração e envio de modelos de materiais. Implantação da Lei n. 14.133/2021 no âmbito municipal. Contratações diretas e licitações eletrônicas (assessoramento in loco em todos os certames, quando solicitado).

5.7 - Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo ouvidoria, carta de serviço ao usuário e pesquisa de satisfação: Treinamento e suporte; Assessoria nos procedimentos necessários para o completo atendimento da demanda do Município no objeto em questão, com objetivo de dar apoio técnico aos servidores para cumprimento das exigências da legislação.

5.8 - Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico ao controle interno envolvendo: Assessoria em auditoria: assessoramento de auditorias técnicas e operacionais nos diversos setores e departamentos do Município. Assessoria em transparência e Acesso a Informação: abrangendo análise da alimentação de dados no Portal do Município e respostas às solicitações de informações de cidadãos e órgãos de controle externo. Assessoria na normatização de setores e procedimentos: Normatização de procedimentos e controles internos que demonstram fragilidade e necessidade de normatização. Assessoria em relatórios e processos de prestação de contas: Assessoramento na formação do processo de prestação de Contas, e na elaboração e divulgação dos relatórios da Instrução Normativa TC 20/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, envolvendo relatório de gestão do titular de unidade jurisdicionada (art. 14, § 1º), relatório do órgão de controle

interno sobre a prestação de contas de gestão (art. 16) e relatório do órgão central do sistema de controle interno do poder executivo que acompanha a prestação de contas do prefeito (art. 8º). Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

5.9 - Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo repasse a entidades: Treinamento e suporte; Assessoria na formação do processo de concessão de recursos e de prestação de contas, com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e Instrução Normativa nº 14/2012, do TCE/SC.

5.10 - Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo almoxarifado: Treinamento e suporte aos servidores públicos municipais, com assessoramento na gestão do almoxarifado, controle de estoque, fiscalização de contratos e recebimento das compras públicas.

5.11 - Serviço de assessoria administrativa e apoio técnico aos servidores envolvendo plano de cargos e salários e estrutura administrativa: Assessoria aos servidores responsáveis, na revisão da estrutura administrativa e do plano de cargos e salários do Município. Assessoria e apoio técnico aos servidores nas demais demandas do Município.

06 – RELATÓRIOS

6.1. A contratada deverá emitir, mensalmente, no mínimo 01 (um) relatório físico detalhado das atividades realizadas.

07 - FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante/ relatório de prestação dos serviços, sem rasuras. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

7.2. Os valores serão reajustados pelo INPC a cada 12 (dozes) meses, no caso de renovação contratual.

7.3. Por força do Decreto Municipal n. 41 de 13 de setembro de 2023, que adota a IN/RFB nº 1.234/2012, para fins de imposto de renda retido na fonte (IRRF), nas contratações de bens e na prestação de serviços realizados pelo Município de Lacerdópolis, na nota fiscal emitida terá que ser descontado o IRRF. IMPORTANTE: PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E MEI NÃO ESTARÃO SUJEITAS À RETENÇÃO DE IR.

08 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Conforme setor de contabilidade, há recursos financeiros e a dotação a ser usada é:

ORGAO 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS
UNIDADE 01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS
Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT. SERV. ADMINSTR. PESSOAL E MAT.
Compl.Elem. 3.3.90.35.01.00.00.00 – Assessoria e Consul. Técnica ou jur. (9)
Recurso 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos 09 – OBRIGAÇÕES

9.1 - Obrigações da contratada:

- Entregar os serviços cotados, em estrita observância ao Edital, ao termo de referência e sua proposta.
- Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas e civis com a realização dos serviços.
- Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Administração ou a terceiros, quando da entrega do objeto deste Edital.
- Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.
- Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.
- Comunicar à contratante, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.
- Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.
- Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.

9.2 - Obrigações do contratante:

- Efetuar o pagamento na data avençada no Contrato.
- Fiscalizar a execução contratual.
- Fornecer as informações, documentos e condições necessários à execução dos serviços, objeto do contrato.
- A fiscalização exercida pela Secretaria de Administração e Finanças, terá em especial, poderes para suspender a execução os serviços que estejam em desacordo com a discriminação.

10 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 – A comprovação da qualificação técnica da licitante deverá ocorrer da seguinte forma:

a) Apresentação de pelo menos 02 (dois) atestados de Capacidade Técnica, emitidos há, no máximo, 03 (três) anos e em nome da pessoa jurídica licitante, fornecido por 02 (duas) pessoas jurídicas de direito público distintas, comprovando a aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Na conferência dos atestados serão como prestados os serviços de assessoria nas áreas de: PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, LGPD, LICITAÇÕES E CONTRATOS, CONTROLE INTERNO e LEI DE FOMENTO.

b) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro funcional no mínimo 01 (um) profissional de cada área do objeto licitado, sendo 01 (um) contador e 01 (um) Administrador, todos com inscrição ativa nos seus conselhos de classe (CRC e CRA);

c) Comprovação de que os profissionais indicados no tópico anterior pertencem ao quadro de empregados da licitante na data fixada para recebimento dos envelopes da licitação, através de apresentação do seguinte:

c.1) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro, a qualificação civil e contrato de trabalho);

c.2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;

c.3) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

11 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1 – A comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante deverá ocorrer da seguinte forma:

a) Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por Cartório Distribuidor da sede da licitante ou expedida via internet, juntamente com a Certidão de Registros cadastrados no Sistema EPROC (para estados que seja exigida);

b) Balanço Patrimonial relativo ao último exercício encerrado, apresentado na forma da Lei (vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios), o qual será utilizado para a análise da boa situação financeira da licitante;

c) A comprovação da boa situação financeira mencionada na alínea "b" será baseada no cálculo (que deverá ser apresentado pela licitante, assinado pelo seu contador) dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), demonstrados a seguir, sendo que, serão julgadas inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer um dos índices referidos:

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

d) No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar o Balanço Patrimonial da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também Contador ou Técnico em Contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional.

e) Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial do Estado.

f) As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

g) As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

h) As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, arquivo DIGITAL, apresentar cópia do recibo de entrega de livro digital junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Observação: O balanço patrimonial deverá estar devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado, conforme disposto no artigo 10, IV do Código Comercial Brasileiro e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

12.2 - VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

12.3 - Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante/

relatório de prestação dos serviços, sem rasuras. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS. A empresa contratada deverá reter o ISS referente aos serviços prestados no Município de Lacerdópolis/SC. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

12.4 - Caberá a empresa contratada manter contato com os servidores da municipalidade para saber de todos os detalhes e demais ajustes necessários até a data entrega definitiva do objeto.

12.5 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos, deslocamento, estadia, etc.

12.6 - A fiscalização do objeto deste processo licitatório ou administrativo de dispensa ou inexigibilidade de licitação ocorrerá conforme Decreto n. 30 de 06 de junho de 2019.

12.7 - PRAZO INÍCIO DOS TRABALHOS: imediato, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou da Ordem de Serviço (OS).

Olides Rita Dall' Orsoletta Vetorazi
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Termo de referência revisado e aprovado em 08 de dezembro de 2023.

Sérgio Luiz Calegari
Prefeito

TA 01 CONTRATO 30-2023

Publicação Nº 5409908



Estado de Santa Catarina

Município de
Lacerdópolis

TERMO ADITIVO N. 01
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 30/2023
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 19/2023
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 02/2023

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, doravante simplesmente designada contratante.

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.223.659/0001-81, com sede na Rodovia BR 282 s/n, km 382, interior Linha Pacífico, na cidade de Herval D'Oeste -SC, representada neste ato pelo seu sócio administrador Marcos Fernandes Gaspar de Lima, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Contratação, contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Lacerdópolis, de empresa especializada para prestação de serviços e o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a realização de obra consistente na pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. na Linha Santa Bárbara, interior do Município de Lacerdópolis/SC, CEP 89660-00, sendo a área de 4.163,00m² (quatro mil, cento e sessenta e três metros quadrados), extensão da via de 691,01 m (seiscentos e noventa e um metros e um centímetro), conforme documentos que fazem parte integrante do edital e contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de quantidades e valores, conforme documentos do setor de engenharia anexos.

A(o) Engenheira(o) Civil Max Mooshammer (CREA/CAU 139.164-0) que pertence a AMMOC, órgão técnico do setor de engenharia que presta serviços ao município, é a(o) responsável técnica(o) pelos projetos e orçamentos que compõem o preço final dos serviços. Tal profissional e órgão também será, juntamente com servidores do município, o responsável pela fiscalização.

Rua 31 de março, n. 1.050, Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89666-000.
(049) 3552-0187 / 3552-0188 / www.lacerdopolis.sc.gov.br
Página 1 de 3



Estado de Santa Catarina

Município de
Lacerdópolis

Tal profissional e órgão também é, juntamente com servidores do município, o responsável pela fiscalização das obras.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALORES

O valor global, inicial e total da obra corresponde a **R\$ 403.980,02 (quatrocentos e três mil, novecentos e oitenta reais e dois centavos).**

O valor total do acréscimo atual corresponde à **R\$ 81.490,51 (oitenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e um centavos)**, que corresponde a quantia aproximada de mais **20,17% (vinte vírgula dezessete por cento)** do valor total do contrato.

Com esse aditivo, o valor total e atual do contrato passa a ser **R\$ 485.470,53 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).**

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA — PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Os prazos de execução e vigência matem-se aqueles previstos inicialmente no contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE empenhará as despesas decorrentes deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

ORGAO 05-SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
UNIDADE 01-SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Proj/At. 26.782.1005.1009 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Modalidade 4.4.90.51.98.00.00.00 - Obras Contratadas (31)
Recursos 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
4.4.90.51.98.00.00.00 - Obras Contratadas (170)
701 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS
CONGÊNERES DOS ESTADOS)

CLÁUSULA SEXTA– AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

Rua 31 de março, n. 1.050, Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89666-000.
(049) 3552-0187 / 3552-0188 / www.lacerdopolis.sc.gov.br

Página 2 de 3



Estado de Santa Catarina

Município de
Lacerdópolis

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do Secretário Municipal de Transportes e Obras (Fiscal e Gestor do contrato) e pela Fiscal de Obras do Município, além de encontrar amparo legal no art. 57 da Lei n. 8.666/93, além da cláusula nona do contrato.

A empresa contratada apresentou toda a documentação comprovando a regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, os quais estão anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Município de Lacerdópolis/SC, 05 de dezembro de 2023.

Município de Lacerdópolis/SC
Sérgio Luiz Calegari
Prefeito
CONTRATANTE
FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

Viga Pavimentação e Obras Ltda
Marcos Fernandes Gaspar de Lima
Sócio Administrador
CONTRATADA

Claudio da Cas
Secretário Municipal de Transportes e Obras
FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Rua 31 de março, n. 1.050, Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89666-000.
(049) 3552-0187 / 3552-0188 / www.lacerdopolis.sc.gov.br

Página 3 de 3

Lages

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE GESTORE FISCAL DO CONTRATO 84/2023 OFICIO Nº 0437/2023/SEMASA

Publicação Nº 5411239

ALTERAÇÃO DE GESTORE FISCAL DO CONTRATO 84/2023 OFICIO Nº 0437/2023/SEMASA

Designa-se o servidor Sr. Ricardo Fontana Sirtoli como Gestor do Contrato e a servidora Sra. Emilly Rachel de Marco como Fiscal do contrato nº 84/2023 cujo objeto é a "Contratação de Empresa Especializada para Inspeção, Laudo Técnico Estrutural e plano de Reforço das estruturas civis existentes na Captação de água da SEMASA no Rio Caveiras ERAB-03(captação de Água Bruta do Município de Lages".

Lages, 08 de dezembro de 2023.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

LEI Nº 4705/2023

Publicação Nº 5410111

LEI Nº 4705

De 06 de dezembro de 2023.

Denomina Mercado Público Municipal Osvaldo Uncini.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º. Fica denominado Mercado Público Municipal Osvaldo Uncini, o patrimônio histórico localizado à Rua Hercílio Luz, nº 959, Centro, no município de Lages.

Art. 2º. A placa indicativa conterá os seguintes dizeres:

Mercado Público Municipal Osvaldo Uncini

Cidadão ilustre

Art. 3º. A Lei nº 4441 de 21 de julho de 2020, passa a vigorar acrescida da denominação desta Lei .

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 06 de dezembro de 2023; 257º ano da Fundação e 163º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

NOTIF. LIBERAÇÃO RECURSOS 004/2023

Publicação Nº 5410215

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O Município de Lages/SC, em cumprimento ao Disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97 e à cláusula contratual e ao artigo 7º da Portaria Interministerial nº 424/2016 – NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede em Lages/SC, da liberação de recursos financeiros:

Ministério do Desenvolvimento Regional

R\$ 481.104,00, os quais tem como objeto a adequação de via urbana no município – conforme Convênio 912503/2021.

Lages, 08 de dezembro de 2023

Antonio Ceron

Prefeito

NOTIF. LIBERAÇÃO RECURSOS 005/2023

Publicação Nº 5411139

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O Município de Lages/SC, em cumprimento ao Disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97 e à cláusula contratual e ao artigo 7º da Portaria Interministerial nº 424/2016 – NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede em Lages/SC, da liberação de recursos financeiros:

Ministério do Esporte

R\$ 716.250,00, os quais tem como objeto a construção e quadras esportivas nos Bairros Guarujá, Santa Helena, Cristal, Pró-Morar, Gralha Azul e Novo Milênio e modernização/ampliação de quadras esportivas nos Bairros Vila Mariza, Loteamento Nadir, Guarujá, Cidade Alta, São Luiz e Santa Catarina – conforme Convênio 898858/2020.

Lages, 08 de dezembro de 2023
Antonio Ceron
Prefeito

PE 180/2023 PML

Publicação Nº 5410141

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C45F0F20050180AA046B88093D7AECC559B4F86

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 180/2023 PML

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de roçada mecanizada costal, por hora trabalhada, com fornecimento de todo equipamento necessário, a serem executados nas vias do quadro urbano e nos próprios públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente, em Lages/SC.

Abertura: 21/12/2023 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 2.075.200,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 11 de dezembro de 2023.
Alexandre dos Santos Martins
Secretário da Administração e Fazenda

PE 181/2023 PML

Publicação Nº 5410139

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D6044EE9585AB65EC13FB75370BFAE641FB2FB6A

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 181/2023 PML

Objeto: Aquisição de cessão de direito de uso software 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para gerenciamento eletrônico, para emissão de alvarás de obras, consulta previa, licenciamentos de obras e loteamentos, vinculados à Secretaria Municipal de Planejamento e Mobilidade Urbana de Lages/SC.

Abertura: 21/12/2023 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 256.000,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 11 de dezembro de 2023.
Alexandre dos Santos Martins
Secretário da Administração e Fazenda

PE 182/2023 PML

Publicação Nº 5410147

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EF631423A0273AA62A7EAE31046A195F7B6C776A

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 182/2023 PML

Objeto: Registro de preços para aquisição de galerias pré-moldadas em concreto armado para a Secretaria de Obras.

Abertura: 01/02/2024 às 14:00h

Valor Estimado: R\$ 1.245.471,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 11 de dezembro de 2023.
Alexandre dos Santos Martins
Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023**

Publicação Nº 5411168

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023 DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA.

ALDORI ANTONIO FREITAS, Presidente da Câmara do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2023, de 20 de abril de 2023.

Considerando os resultados apresentados pela Comissão do Concurso Público, designada pela Resolução Administrativa nº 022/2023 e a coordenação técnico/administrativa do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal;

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA o resultado do Concurso Público nº 001/2023 da Câmara do Município de Lages, para provimento dos cargos relacionados nas referidas classificações finais.

O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período (item 8.3. do Edital).

As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Câmara do Município de Lages, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Segue abaixo, nominata em ordem de classificação, dos candidatos aprovados, por cargo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE, afixando cópia no Mural da Câmara do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, e no DOM – Diário Oficial do Municípios.

Esta Homologação entra em vigor em 20/12/2023.

Câmara do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2023.

ALDORI ANTONIO FREITAS

Presidente

Superior completo

001 - ADMINISTRADOR

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JANARA DA SILVA RIBEIRO BONISSONI	000371070-6	1	23/09/1987	390.00	0.000	390.000
2	GUILHERME SANTOS MADEIRO	000365697-6	0	26/05/1987	370.00	0.000	370.000
3	CRISTIANO MUNSLINGER	000366335-1	0	14/12/1993	370.00	0.000	370.000
4	YVELISE GIACOMELLO PICCININ	000368266-1	0	16/01/1994	370.00	0.000	370.000
5	ARTHUR GUSTAVO DELMONEGO	000366085-0	0	10/07/1991	360.00	0.000	360.000
6	ADRIANA PAOLI	000370697-0	0	23/05/1986	360.00	0.000	360.000
7	MAURICIO DE OLIVEIRA	000366863-2	0	30/08/1989	350.00	0.000	350.000
8	RAPHAEL NARDELLI E LOPES	000365780-5	0	05/01/1985	350.00	0.000	350.000
9	JOSE FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS	000368694-5	0	31/12/1991	350.00	0.000	350.000
10	JANAINA DA ROSA CAVALHEIRO	000370501-9	0	15/12/1988	350.00	0.000	350.000
11	LUCAS KLUMB COLVARA	000365535-0	0	10/02/1998	350.00	0.000	350.000
12	RAFAEL GONCALVES	000370940-0	2	11/06/1977	340.00	0.000	340.000
13	THAMIRY SAMPAIO DA ROCHA	000370182-5	0	28/09/1992	340.00	0.000	340.000
14	FRANCISCO WESLEY DE OLIVEIRA PINHEIRO	000367922-3	1	25/01/1991	340.00	0.000	340.000
15	MARIANA GARCIA	000371149-9	0	14/04/1999	340.00	0.000	340.000
16	FABIO DE OLIVEIRA CRUZ	000370939-2	0	19/08/1975	340.00	0.000	340.000
17	JULIANO DO NASCIMENTO PINTO	000371365-0	2	04/07/1980	340.00	0.000	340.000
18	FABIOLA DA COSTA PASTRO	000371107-6	0	01/02/1987	340.00	0.000	340.000
19	ALEX DE ALMEIDA	000370519-7	1	07/05/1987	340.00	0.000	340.000
20	DYANA CAROLINA DE OLIVEIRA	000370955-9	0	30/06/1989	340.00	0.000	340.000
21	LUIZ ANTONIO SCHIMINSKY	000365989-0	1	04/10/1991	340.00	0.000	340.000
22	NELCE ANDRADE SALAMAN	000371295-7	1	07/01/1984	340.00	0.000	340.000
23	JULIANA MOREIRA GUIMARAES	000365441-0	2	13/04/1990	340.00	0.000	340.000
24	FABIO AGUILAR PEREIRA	000370113-8	0	16/11/1984	340.00	0.000	340.000
25	ANNA CAROLINE PIRES	000370642-9	0	21/05/1993	340.00	0.000	340.000
26	NUBIA SOUZA LIMA ALESSANDRINI	000370493-5	3	25/12/1978	330.00	0.000	330.000
27	LUNARA STOLLMEIER PANDINI	000366125-9	0	18/11/1996	330.00	0.000	330.000
28	VALTER ALTEMAR ORTIZ DOS SANTOS	000371298-7	3	30/11/1982	330.00	0.000	330.000
29	GABRIEL PINHEIRO CARNEIRO	000365354-1	0	14/05/1986	330.00	0.000	330.000

30	CAROLINI OLIVEIRA MELO	000366407-4	0	10/01/1987	330.00	0.000	330.000
31	NATACHA FERREIRA DE VARGAS	000371354-1	0	31/10/1991	330.00	0.000	330.000
32	ANDY JOSE SILVEIRA	000371054-0	0	04/10/1984	330.00	0.000	330.000
33	GISELI SCHULTZ	000365407-8	1	19/07/1987	330.00	0.000	330.000
34	LIGIA TIEMI OTANI	000367929-3	0	20/07/1989	330.00	0.000	330.000
35	CINTHIA WUNDERVALD PIMENTEL MAFRA	000370350-5	0	18/03/1995	330.00	0.000	330.000
36	ANIELE PIRES DA SILVA PRADO	000366809-3	1	14/01/1986	330.00	0.000	330.000
37	FRANCK PIERRE RENE DELCROIX	000370791-7	0	20/11/1971	330.00	0.000	330.000
38	JANINE DE OLIVEIRA	000366245-2	0	08/05/1975	330.00	0.000	330.000
39	KEYSSIANE LEKKI	000370745-6	1	01/08/1990	330.00	0.000	330.000
40	BRUNA ZILIOOTTO DA SILVA	000371305-0	0	12/12/1993	330.00	0.000	330.000

Superior completo

001 - ADMINISTRADOR

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	ARIANE DA SILVA LUIS	000368145-8	0	16/09/1996	330.00	0.000	330.000
42	DIOGENES RIGO SILVA	000365579-2	0	01/08/1985	330.00	0.000	330.000
43	PRISCILA MENEGHINI RAIMANN	000370568-8	0	08/06/1987	330.00	0.000	330.000
44	DIONIR DE CASTRO GUTERRES	000365646-5	1	18/12/1985	320.00	0.000	320.000
45	DANIEL SANTANA	000366371-4	0	05/01/1991	320.00	0.000	320.000
46	ADRIANO LOPES DE CORDOVA	000370387-0	0	15/12/1981	320.00	0.000	320.000
47	TAMARA DA CRUZ	000370554-0	0	23/01/1988	320.00	0.000	320.000
48	FABIELA APARECIDA STEDILLE	000366019-3	0	21/09/1988	320.00	0.000	320.000
49	LUANA DOS SANTOS LOPES	000370750-4	0	14/08/1993	320.00	0.000	320.000
50	FRANCIELE ASSIS DE SOUSA SALVADOR	000370548-1	1	03/01/1981	320.00	0.000	320.000
51	CRISTIANE AYUMI SHEGUTI	000366176-0	0	22/12/1987	320.00	0.000	320.000
52	STEPHANIE FONSECA	000370333-9	0	01/11/1991	320.00	0.000	320.000
53	MAIKSAN TUON	000365913-2	0	17/08/1981	320.00	0.000	320.000
54	CAMILA KERICH	000370244-0	3	18/02/1986	320.00	0.000	320.000
55	CAIO FERNANDO LIMA DOS SANTOS	000366013-3	0	28/02/1992	320.00	0.000	320.000
56	LETICIA MACEDO	000365751-0	0	24/09/1996	310.00	0.000	310.000
57	RITA DANIELLA MANENTI	000368406-7	2	07/04/1983	310.00	0.000	310.000
58	MONICA MABU ANICETO NAGATA	000370593-2	2	26/12/1985	310.00	0.000	310.000
59	LECHAN COLARES SANTOS	000370794-7	1	17/07/1980	310.00	0.000	310.000
60	MICHARD FREITAS GOULART	000371233-8	2	22/06/1980	310.00	0.000	310.000
61	VICTORIA FIGUEIRA DA SILVA	000366404-4	0	20/02/1985	310.00	0.000	310.000
62	ANDERSON DE ALMEIDA SILVA	000371074-6	0	22/02/1995	310.00	0.000	310.000
63	JUNIOR POEGERE	000368069-7	0	26/06/1974	310.00	0.000	310.000
64	MARLON JUNIOR MOROSINI	000365991-8	0	17/02/1988	310.00	0.000	310.000
65	VICTOR BURIGO SOUZA	000370279-4	0	22/03/1988	310.00	0.000	310.000
66	BERNARD WILSON SCHINAIDER LEITE	000370420-8	1	18/04/1996	310.00	0.000	310.000
67	PAULO VITOR TAVARES THOME	000366319-5	0	10/09/1987	310.00	0.000	310.000
68	JHONATA VIEIRA STEFEN	000371152-7	0	07/04/1992	310.00	0.000	310.000
69	ISABELA DUARTE BORGES DE OLIVEIRA	000370358-5	0	27/07/1998	310.00	0.000	310.000
70	MARCEL WOLFART	000370196-3	1	09/06/1983	310.00	0.000	310.000
71	ANDRESSA DARIF	000370700-3	1	08/08/1992	310.00	0.000	310.000
72	LARISSA BOTTEGA	000371322-7	0	01/05/1994	310.00	0.000	310.000
73	ANDRE LUIZ BOCELLI SILVA	000366231-4	0	02/07/1990	310.00	0.000	310.000
74	VANESSA DE CASTRO MENDES	000365853-8	0	26/02/1993	310.00	0.000	310.000
75	JOSIANE SOUZA DE JESUS	000367698-9	0	06/02/1990	310.00	0.000	310.000
76	WILLIAN FRANCKLIN RITTA	000371284-9	3	08/11/1978	300.00	0.000	300.000
77	VANUSA ALVES DOS SANTOS	000365620-9	0	04/11/1993	300.00	0.000	300.000
78	ALESSANDRA TRAGANCIN CENATTI	000366188-8	1	22/04/1992	300.00	0.000	300.000
79	GISELE BOLL RIBEIRO HANAUER	000365501-5	1	31/05/1983	300.00	0.000	300.000
80	FERNANDA DA SILVA GUIMARAES ZERBINATTI	000368493-0	0	13/10/1986	300.00	0.000	300.000
81	ELISANGELA SILVA DE OLIVEIRA	000368020-4	1	25/12/1972	300.00	0.000	300.000

Superior completo

001 - ADMINISTRADOR

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Ins.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	ENEDIR DE FATIMA FORTUNA	000365753-0	1	24/05/1982	300.00	0.000	300.000
83	ALBA CELESTE BELEN CAPRIZ	000365653-3	1	26/02/1978	300.00	0.000	300.000
84	SIMONE BORTOLOZZI	000370874-8	0	28/06/1981	300.00	0.000	300.000
85	MAICO AEXANDRE DEMATE	000370344-7	1	29/06/1983	300.00	0.000	300.000
86	MARCELO VITOR DE SOUZA OLIBONI	000370907-8	0	05/09/1996	300.00	0.000	300.000
87	MARCOS JOSE BARBOSA	000370815-9	2	06/05/1967	300.00	0.000	300.000
88	PAULO VITOR DONATTO AGERT	000365463-7	0	21/10/1987	300.00	0.000	300.000
89	VERA MATHEUS DE CASTRO	000371219-1	1	24/11/1982	300.00	0.000	300.000
90	GUILHERME SOARES DE AVILA	000366855-4	0	25/03/1993	300.00	0.000	300.000
91	LETICIA MAGARAO ALVES DE FRANCA	000365781-5	1	11/06/1977	300.00	0.000	300.000
92	DIELLE JOSIANE SIPP	000367566-7	2	23/02/1988	290.00	0.000	290.000
93	FERNANDO FREITAS	000371291-7	1	29/06/1976	290.00	0.000	290.000
94	MAURICIO TOMI KOBAYASHI	000368942-6	1	14/07/1977	290.00	0.000	290.000
95	LUIZ CLAUDIO RAMOS GRAMLICH	000370518-7	0	17/04/1981	290.00	0.000	290.000
96	LUIZ PAULO COLOMBO DE SOUZA	000371212-1	0	21/03/1989	290.00	0.000	290.000
97	TAIANE PEREIRA DA SILVA	000366217-8	1	16/04/1992	290.00	0.000	290.000
98	RAFAEL MOURA	000370565-8	3	15/01/1985	290.00	0.000	290.000
99	JULIANO BECKER	000365350-1	0	26/09/1977	290.00	0.000	290.000
100	EDUARDO HIDEKI NAGANO	000371096-2	1	14/03/1978	290.00	0.000	290.000
101	ANDRE GALLI ALBERTO	000371132-0	0	22/07/1982	290.00	0.000	290.000
102	CRISLAINE BORGES	000370636-0	0	14/11/1988	290.00	0.000	290.000
103	FERNANDO CLEMENTE CUNHA BASTOS	000370783-9	0	10/03/1978	290.00	0.000	290.000
104	SANDRA ELISABETH LIMA	000365396-4	1	01/07/1970	290.00	0.000	290.000
105	ANDERSON DA SILVA MOTTA	000370579-6	1	28/04/1992	290.00	0.000	290.000
106	PRISCILLA FELIX SCHNEIDER	000365891-0	1	20/01/1985	290.00	0.000	290.000
107	ALBERTO GRANZOTTO	000365527-1	0	09/10/1995	290.00	0.000	290.000
108	FELIPE GONCALVES VENANCIO	000370964-7	0	27/08/1988	280.00	0.000	280.000
109	CIRO ANTONIO FERNANDES	000371100-6	3	18/04/1965	280.00	0.000	280.000
110	MATEUS SILVA DA ROSA	000368582-0	0	24/04/2000	280.00	0.000	280.000
111	CRENDI MELO RIBEIRO	000370770-0	0	15/11/1979	280.00	0.000	280.000
112	TATIANA DE ALMEIDA ESPINOZA	000370595-2	0	19/01/1976	280.00	0.000	280.000
113	KELLY CANDATEN SILVA	000369251-0	0	15/01/1986	280.00	0.000	280.000
114	DIEGO VETTER	000370938-2	0	15/03/1982	280.00	0.000	280.000
115	CARLO ROGER CLEMENTE DA SILVA	000371283-9	2	15/11/1972	280.00	0.000	280.000
116	RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS	000365911-2	2	21/05/1983	280.00	0.000	280.000
117	PAULO HENRIQUE GUIMARAES DE SOUZA	000371318-9	0	07/06/1990	280.00	0.000	280.000
118	MARJORIE CAROLINE COSTA LIMA GRIMM	000370624-2	0	07/03/1994	280.00	0.000	280.000
119	ALINE CARDOSO SOUZA	000365394-4	0	25/01/1978	280.00	0.000	280.000
120	DANIEL GOMES BERNARDO	000366287-5	1	14/04/1981	280.00	0.000	280.000
121	MONIQUE WOLNIEWICZ CAMPOS	000369686-3	0	03/08/1986	280.00	0.000	280.000
122	KATHIELE SANTOS DA CRUZ	000366045-8	0	27/12/1994	280.00	0.000	280.000

Superior completo

001 - ADMINISTRADOR

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Ins.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
123	LUCAS MARCHIORI CAMARGO	000370616-4	0	02/08/1991	280.00	0.000	280.000
124	EDEMILSON XAVIER DE OLIVEIRA	000365379-8	1	12/12/1985	270.00	0.000	270.000
125	LIEGE BEILFUSS	000369108-1	0	19/11/1989	270.00	0.000	270.000
126	SILMARA TOMELIN	000369466-2	0	22/03/1993	270.00	0.000	270.000
127	ANDRE WALTRICK SOUZA	000365349-3	0	23/09/1986	270.00	0.000	270.000
128	NATASHA FINOKETTI MALICHESKI	000368507-4	2	05/02/1989	270.00	0.000	270.000
129	ROGE GETULIO DE ANDRADE PEREIRA	000370407-1	1	18/04/1991	270.00	0.000	270.000
130	LUIZ FELIPE ANDRIANI	000371380-6	0	18/03/1994	270.00	0.000	270.000
131	JANAINA ANDRADE ZANOTTO	000370524-5	1	21/02/1977	270.00	0.000	270.000
132	ONEIDE NUNES MACIEL	000371090-2	0	29/06/1977	260.00	0.000	260.000
133	JHENYFFER MACHADO	000365539-0	1	18/12/1989	260.00	0.000	260.000
134	IDIMILSON DE SOUZA MORAIS	000369149-4	0	03/06/1987	260.00	0.000	260.000
135	HENRIQUE GOMES PEREIRA	000370444-4	0	11/04/1994	260.00	0.000	260.000
136	ROBERTO GALNARES	000365374-8	2	01/10/1973	250.00	0.000	250.000
137	JEFFERSON MATHEUS VIECELLI	000371222-0	0	21/07/1992	250.00	0.000	250.000
138	VIVIANI MARIA VALIM VIEIRA	000367598-1	1	22/04/1996	250.00	0.000	250.000

139	DIEGO ANDERSON MACHADO	000371187-1	1	06/09/1985	240.00	0.000	240.000
140	ADRIANA ROSA DE ARAUJO	000366357-8	1	18/08/1977	230.00	0.000	230.000
141	ISRAEL AREAS PAROBOCZ	000365603-2	0	26/02/1983	230.00	0.000	230.000
142	LUCIANI PADILHA MACEDO	000370101-0	2	22/06/1985	230.00	0.000	230.000
143	BRUNO DOS SANTOS	000371271-0	0	14/02/1989	230.00	0.000	230.000
144	ISAC BALASSA DINIZ	000370666-5	0	08/03/1990	210.00	0.000	210.000
145	CRISTIANE MOTA DE OLIVEIRA	000371227-0	0	07/02/1982	210.00	0.000	210.000
146	ALINE BORSATO CORREA COELHO	000365556-6	0	24/02/1997	200.00	0.000	200.000
147	LETICIA CRACCO KAZIEMARCZAH	000368362-9	0	10/08/1999	200.00	0.000	200.000

Superior completo 002 - ECONOMISTA

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MILENE FERRER UBER	000365787-5	0	15/03/1986	360.00	0.000	360.000
2	JAMES DALLA SANTA DA SILVA	000370965-7	2	02/04/1964	340.00	0.000	340.000
3	ANA LETICIA PALDES DA COSTA	000365762-9	0	26/12/1987	340.00	0.000	340.000
4	FELICIO DE AMARAL	000371377-8	0	29/10/1989	340.00	0.000	340.000
5	VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA	000365442-0	0	12/06/1987	340.00	0.000	340.000
6	FELIPE SEGATELI KOHLE PAULINO	000367364-2	0	26/05/1994	340.00	0.000	340.000
7	MATHEUS ANTONIO OURIQUE	000366433-9	0	09/08/1995	330.00	0.000	330.000
8	FRANKLIN CARLOS ZUMMACH	000371344-3	0	15/09/1991	330.00	0.000	330.000
9	RAFAEL SCHAFFER VARGAS	000369120-8	0	22/09/1983	330.00	0.000	330.000
10	DIEGO PESSIN	000365489-3	0	03/02/1989	320.00	0.000	320.000
11	JOSUE LOPES	000370735-8	4	05/10/1965	320.00	0.000	320.000
12	DOUGLAS PAZ	000367371-0	1	17/02/1987	320.00	0.000	320.000
13	ADRIANA YAMASAKI STUMPF	000370235-1	0	23/09/1975	320.00	0.000	320.000
14	CARLOS EDUARDO NORONHA	000370581-4	1	11/02/1982	320.00	0.000	320.000
15	GUSTAVO AREDE ALMEIDA	000365866-6	0	23/11/1990	320.00	0.000	320.000
16	CLEVERTON LUIZ PEREIRA	000370772-0	0	22/07/1991	320.00	0.000	320.000
17	PEDRO PAULO FIGUEIREDO FRAGOSO PIRES	000365631-7	0	23/07/1992	320.00	0.000	320.000
18	DAVI BENTES MONTEIRO DIAS	000365700-0	0	30/07/1997	320.00	0.000	320.000
19	GABRIEL PEREIRA DO NASCIMENTO	000370816-9	0	18/06/1999	320.00	0.000	320.000
20	LUAN MOROSINI	000365793-3	0	05/07/1993	310.00	0.000	310.000
21	PEDRO OLIVEIRA HOMRICH	000367158-0	0	18/10/1994	310.00	0.000	310.000
22	MOISES DE MEDEIROS	000370719-1	1	07/03/1964	310.00	0.000	310.000
23	MARILINE BUREI KURT	000370694-0	0	24/02/1994	310.00	0.000	310.000
24	LAIS CAPOANI DA SILVA	000366543-4	0	21/06/1993	300.00	0.000	300.000
25	RAFAEL SAMPAIO GOMES	000371190-0	2	05/07/1981	300.00	0.000	300.000
26	GISELE MENDES DA CONCEICAO	000365842-0	0	16/02/1994	300.00	0.000	300.000
27	ANDRE VINICIUS CARDOSO ROCHA	000371378-8	0	26/08/1992	290.00	0.000	290.000
28	DANIEL MACIEL MENDES	000371201-3	0	27/11/1994	290.00	0.000	290.000
29	JOSE LAFAYETTE REUTER PORTAS	000365498-1	3	04/01/1982	280.00	0.000	280.000
30	JOHN MAIKEL CORREA DE FREITAS	000365701-0	2	24/12/1980	280.00	0.000	280.000
31	FLAVIO LOPES GABRIEL	000366907-0	2	21/10/1977	280.00	0.000	280.000
32	THIAGO RODRIGUES BARBOSA	000365480-3	0	29/04/1989	270.00	0.000	270.000
33	ALINE DOS SANTOS PREMOLI	000370899-4	0	07/09/1993	270.00	0.000	270.000
34	AMANDA MACIEL DA SILVA	000365482-3	0	18/07/1989	260.00	0.000	260.000
35	MAICON TELES DO AMARAL	000370417-0	1	05/03/1983	260.00	0.000	260.000
36	THIAGO GASTALDELLO	000365371-8	0	28/04/1983	260.00	0.000	260.000
37	JOEL DA SILVA	000368163-4	2	16/01/1961	250.00	0.000	250.000
38	BRUNA LAISA MACEDO	000371089-4	0	23/02/1995	250.00	0.000	250.000
39	CLODOALDO ANDERSON RIBEIRO	000366321-3	0	30/10/1986	250.00	0.000	250.000
40	ELIZANDRA CRISTINA SOUZA	000366556-2	0	15/10/1991	240.00	0.000	240.000

Superior completo 002 - ECONOMISTA

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	JOSEANE MADRUGA	000370311-2	1	04/04/1984	240.00	0.000	240.000
42	LEANDRO DO VALE DA SILVA	000371252-4	1	28/06/1987	240.00	0.000	240.000
43	BENHUR MOUSQUER MARTINS	000365921-0	1	12/02/1980	240.00	0.000	240.000
44	ROGERIO PIRES DA SILVA	000365952-5	1	30/12/1972	230.00	0.000	230.000
45	NELI CITATIN	000370691-0	2	17/11/1966	230.00	0.000	230.000
46	ADILSON MARQUES MENDONCA	000365940-7	0	09/08/1984	230.00	0.000	230.000

Laguna

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 59/2023 - PML

Publicação Nº 5412747

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9611D6074AB05094A121592E9A0C13F20B9F083B

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO -
PREGÃO ELETRÔNICO 59/2023 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com que estabelece a lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério menor preço global para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de ruas, logradouros, praias, faixas de areia e demais espaços públicos, com fornecimento de equipamentos, insumos e ferramentas no município de Laguna, no dia 21 de Dezembro de 2023 as 8:30 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail licitacao@laguna.sc.gov.br telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à Av. Colombo Machado Salles – 145 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 08 de Dezembro de 2023.
SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 60/2023 - PML

Publicação Nº 5412756

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D9BCB9A8A0895F4B002FD25F8B714F06CE8B5FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO -
PREGÃO ELETRÔNICO 60/2023 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com que estabelece a lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério menor preço global para Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de mobiliários urbanos (bancos, lixeiras e floreiras) para o município de Laguna no dia 21 de Dezembro de 2023 as 16:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail licitacao@laguna.sc.gov.br telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à Av. Colombo Machado Salles – 145 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 08 de Dezembro de 2023.
SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 6/2023 - FLC

Publicação Nº 5412206

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26B6C4751C25B06213B1508B556ABA3E51E1F0BB



Travessa João Manoel Pinho, s/n
Casa Candemil
Centro Histórico - CEP 88790-000
Laguna-SC
☎ 48 3646-2542
@lagunacultura
fundaçãolagunensedecultura

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**Código registro TCE: 26B6C4751C25B06213B1508B556ABA3E51E1F0BB**

O Município de Laguna, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.928.706/0001-82, com sede à rua Colombo Machado Salles, nº 145, Centro, Laguna/SC, representado no presente instrumento pela Senhora Vanere Almeida da Rocha Pires, vem por meio desta, tornar público que está realizando Inexigibilidade de Chamamento Público em conformidade com o artigo 31, caput, da Lei Federal 13019/2014, que tem como objeto a celebração de Termo de Fomento entre o Município de Laguna/SC por intermédio da Fundação Lagunense de Cultura com a Sociedade Musical Carlos Gomes, tendo como objetivo o repasse financeiro através de Termo de Fomento para “Aquisição de Instrumentos Musicais de Sopro”.

Considerando que o artigo 31, caput da Lei nº 13019/14 estabelece condições para os termos de colaboração ou fomento que dispõe:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Trata-se de que deve ocorrer durante 10 meses, a aquisição de instrumentos musicais de sopro para garantir a composição instrumental da banda do município de Laguna/SC.

De acordo com o que foi discutido em toda a elaboração do Plano Municipal de Cultura, o município de Laguna deve fomentar as manifestações artísticas em suas mais variadas formas.

Sendo assim, a dispensa de chamamento público referente ao protocolo nº 9.328/2023 com a Sociedade Musical Carlos Gomes, CNPJ: 83.710.608/0001-37 se justifica conforme a lei mencionada acima. O Termo de Fomento será celebrado no valor de R\$ 50.000,00. (cinquenta mil reais) para parceria singular e de reciprocidade, consiste em fomentar a valorização do Patrimônio Imaterial através da Banda Centenária do município de Laguna, promovendo apresentações culturais durante todo o ano.

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Shopping Tordesilhas - Centro / Laguna-SC
www.laguna.sc.gov.br @prefeituradelaguna
comunicacao@laguna.sc.gov.br @prefeituradelaguna
48 3644-0334



PREFEITURA DE
LAGUNA





Travessa João Manoel Pinho, s/n
Casa Candemil
Centro Histórico - CEP 88790-000
Laguna-SC
☎ 48 3646-2542
@lagunacultura
fundaçãolagunensedecultura

Oportuno registrar que as despesas decorrentes da presente Inexigibilidade ocorrerão da seguinte dotação orçamentária, conforme documento que encontra-se anexo ao processo:

FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
15.001 – FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA / FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA 50.000,00
1.402 – INCENTIVO CONVÊNIO BANDAS - CARLOS GOMES 50.000,00
1 - 3.3.50.00.00.00.00.00 – TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM 1.500.0000.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS / NÃO UTILIZAR 50.000,00

Indico o servidor **Silvano Ferreira Barbosa**, Assessor de Projetos Culturais da FLC, para ser o gestor da parceria.

Laguna, 04 de dezembro de 2023.

Vanere Almeida da Rocha Pires
Presidente da Fundação Lagunense de Cultura

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Shopping Tordesilhas - Centro / Laguna-SC
www.laguna.sc.gov.br @prefeituralaguna
comunicacao@laguna.sc.gov.br @prefeituralaguna
48 3644-0334



PREFEITURA DE
LAGUNA



Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 014.2023 DE 07/12/2023 "CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES DE CARREIRA DO PODER LEGISLATIVO E PROMOVE A ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS CONSTANTES DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR N. 26/2013 E ALTERAÇÕES POSTERIORES"

Publicação Nº 5410176



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

Decreto Legislativo n. 014.2023
De 07/12/2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES DE CARREIRA DO PODER LEGISLATIVO E PROMOVE A ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS CONSTANTES DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR N. 26/2013 E ALTERAÇÕES POSTERIORES"

INELVE T. M. DIERINGS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o art. 9º da Lei Complementar 026/2013, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e disposições da Lei Municipal n. 730/2018,

D E C R E T A:

Art. 1º - De acordo com a análise dos certificados de cursos de aperfeiçoamento obtidos (Saldo controle horas curso), conforme art. 12 da Lei Complementar 26/2013, fica concedido ao Servidor Reinaldo Valentini o acréscimo de uma Referências, conforme tabela de vencimentos, passando do Nível/Referencia do Nível/Referencia 20 – C para 20 – D., conforme anexo I deste Decreto.

Art. 2º - De acordo com a análise dos certificados de cursos de aperfeiçoamento obtidos (Saldo controle horas curso), conforme art. 12 da Lei Complementar 26/2013, fica concedido a Servidora Poliana Rissi o acréscimo de duas Referências, conforme tabela de vencimentos, passando do Nível/Referencia 12 – A para 12 – C conforme anexo II deste Decreto .

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, 07 de dezembro de 2023.

INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

RONALDO GREINER
Primeiro Secretário

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

Anexo I:

ESTADO DE SANTA CATARINA						
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
CONTROLE DE HORAS/CURSO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL						
SERVIDOR : Reinaldo Valentini						
DATA	DESCRIÇÃO DO EVENTO	INSTITUIÇÃO	HORAS CREDITO	HORAS DEBITO	INSTRUMENTO BAIXA	SALDO HORAS
	Saldo remanescente da última concessão					5:05:00
30/06/2023	Curso: EFD-Reinf 2023 - 100% Prático	meta	15:00			20:05:00
13/07/2023	Atos de Pessoal	tribunal	3:30:00			23:35:00
13/07/2023	Prestações de Contas Sob a Ótica da Lei nº13.019/2014	tribunal	03:30			27:05:00
13/07/2023	Aspectos Destacados da Nova Lei de Licitação e Suas Regulamentações	tribunal	03:30			30:35:00
14/09/2023	Formação com o INSS voltada a profissionais de RH	Amai	03:30			34:05:00
29/11/2023	Curso: DCTF-Web e EFD-Reinf na Administração Pública	meta	16:00			50:05:00
07/12/2022	Baixa Conforme Concessão de Progressão Funcional 14/2023			40:00:00		10:05:00
Lajeado Grande, 07 de dezembro de 2023						
Reinaldo Valentini - Contador						
Inelve T. M. Dierings - Presidente						
Poliana Rissi - Agente Administrativo						

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

Anexo II:

ESTADO DE SANTA CATARINA						
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
CONTROLE DE HORAS/CURSO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL						
SERVIDOR : Poliana Rissi						
DATA	DESCRIÇÃO DO EVENTO	INSTITUIÇÃO	HORAS CREDITO	HORAS DEBITO	INSTRUMENTO BAIXA	SLDO HORAS
	Saldo remanescente da última concessão					23:20:00
07/03/2023	Workshop Dominando o eSocial	nith	04:00			27:20:00
19/06/2023	Curso de Licitações e contratos	Meta	21:00:00			48:20:00
13/06/2023	Workshop Dominando o eSocial	nith	4:00:00			52:20:00
27/07/2023	"Oficina Prática no Portal de Compras do Governo Federal - GOV.BR/COMPRAS	ceap	16:00:00			68:20:00
09/08/2023	Contratos Administrativos	Tribunal de contas	30:00:00			98:20:00
15/09/2023	Workshop Dominando o eSocial	nith	4:00:00			102:20:00
14/09/2023	Formação com o INSS voltada aos profissionais do RH	AMAI	3:30:00			105:50:00
30/11/2023	"Ouvidorias: diagnóstico, dúvidas e soluções"	Tribunal de contas	3:00:00			108:50:00
09/12/2023	Baixa Conf. Decreto nº 14/2023			80:00:00		28:50:00
Lajeado Grande, 07 de dezembro de 2023						
Poliana Rissi - Agente Administrativo						
Inelve T. M. Dierings - Presidente			Poliana Rissi - Agente Administrativo			

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
 CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina

DECRETO LEGISLATIVO N. 014.2023 DE 07/12/2023 "CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES DE CARREIRA DO PODER LEGISLATIVO E PROMOVE A ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS CONSTANTES DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR N. 26/2013 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

Publicação Nº 5410050

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE****Decreto Legislativo n. 014.2023
De 07/12/2023****"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES DE CARREIRA DO PODER LEGISLATIVO E PROMOVE A ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS CONSTANTES DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR N. 26/2013 E ALTERAÇÕES POSTERIORES"**

INELVE T. M. DIERINGS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o art. 9º da Lei Complementar 026/2013, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e disposições da Lei Municipal n. 730/2018,

D E C R E T A:

Art. 1º - De acordo com a análise dos certificados de cursos de aperfeiçoamento obtidos (Saldo controle horas curso), conforme art. 12 da Lei Complementar 26/2013, fica concedido ao Servidor Reinaldo Valentini o acréscimo de uma Referência, conforme tabela de vencimentos, passando do Nível/Referência do Nível/Referência 20 – C para 20 – D., conforme anexo I deste Decreto.

Art. 2º - De acordo com a análise dos certificados de cursos de aperfeiçoamento obtidos (Saldo controle horas curso), conforme art. 12 da Lei Complementar 26/2013, fica concedido a Servidora Poliana Rissi o acréscimo de duas Referências, conforme tabela de vencimentos, passando do Nível/Referência 12 – A para 12 – C conforme anexo II deste Decreto .

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, 07 de dezembro de 2023.

INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

RONALDO GREINER

Primeiro Secretário

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

Anexo I:

ESTADO DE SANTA CATARINA						
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
CONTROLE DE HORAS/CURSO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL						
SERVIDOR : Reinaldo Valentini						
DATA	DESCRIÇÃO DO EVENTO	INSTITUIÇÃO	HORAS CREDITO	HORAS DEBITO	INSTRUMENTO BAIXA	SALDO HORAS
	Saldo remanescente da última concessão					5:05:00
30/06/2023	Curso: EFD-Reinf 2023 - 100% Prático	meta	15:00			20:05:00
13/07/2023	Ato de Pessoal	tribunal	3:30:00			23:35:00
13/07/2023	Prestações de Contas Sob a Ótica da Lei nº13.019/2014	tribunal	03:30			27:05:00
13/07/2023	Aspectos Destacados da Nova Lei de Licitação e Suas Regulamentações	tribunal	03:30			30:35:00
14/09/2023	Formação com o INSS voltada a profissionais de RH	Amai	03:30			34:05:00
29/11/2023	Curso: DCTF-Web e EFD-Reinf na Administração Pública	meta	16:00			50:05:00
07/12/2022	Baixa Conforme Concessão de Progressão Funcional 14/2023			40:00:00		10:05:00
Lajeado Grande, 07 de dezembro de 2023						
Reinaldo Valentini - Contador						
Inelve T. M. Dierings - Presidente						
Poliana Rissi - Agente Administrativo						

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeado grande.sc.gov.br
 CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

Anexo II:

ESTADO DE SANTA CATARINA						
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
CONTROLE DE HORAS/CURSO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL						
SERVIDOR : Poliana Rissi						
DATA	DESCRIÇÃO DO EVENTO	INSTITUIÇÃO	HORAS CREDITO	HORAS DEBITO	INSTRUMENTO BAIXA	SLDO HORAS
	Saldo remanescente da última concessão					23:20:00
07/03/2023	Workshop Dominando o eSocial	nith	04:00			27:20:00
19/06/2023	Curso de Licitações e contratos	Meta	21:00:00			48:20:00
13/06/2023	Workshop Dominando o eSocial	nith	4:00:00			52:20:00
27/07/2023	"Oficina Prática no Portal de Compras do Governo Federal - GOV.BR/COMPRAS	ceap	16:00:00			68:20:00
09/08/2023	Contratos Administrativos	Tribunal de contas	30:00:00			98:20:00
15/09/2023	Workshop Dominando o eSocial	nith	4:00:00			102:20:00
14/09/2023	Formação com o INSS voltada aos profissionais do RH	AMAI	3:30:00			105:50:00
30/11/2023	"Ouvidorias: diagnóstico, dúvidas e soluções"	Tribunal de contas	3:00:00			108:50:00
09/12/2023	Baixa Conf. Decreto nº 14/2023			80:00:00		28:50:00
Lajeado Grande, 07 de dezembro de 2023						
Poliana Rissi - Agente Administrativo						
Inelve T. M. Dierings - Presidente			Poliana Rissi - Agente Administrativo			

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
 CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina

DECRETO LEGISLATIVO N.15/2023 DE 08/12/2023 "DECRETA A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 5410179

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE**

Decreto Legislativo n.15/2023

De 08/12/2023**"DECRETA A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica transferido o ponto facultativo correspondente ao dia 11 de dezembro de 2023 para o dia de dezembro de 2023.

Parágrafo primeiro - Em virtude da transferência do ponto facultativo o funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores no dia 11 de dezembro permanece nos horários habitualmente trabalhados, mantendo-se, inclusive, a realização da sessão ordinária.

Parágrafo segundo - O ponto facultativo fica transferido para o dia de dezembro de 2023, sendo assim, os serviços da Câmara estarão suspensos neste dia, retornando normalmente no dia de dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,
em 08 de dezembro de 2023.

INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

RONALDO GREINER

Primeiro Secretário

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

Rua Vitória, 410 – Centro – Fone (49) 3355-0057 – camara@camaralajeadogrande.sc.gov.br
CNPJ nº 06.122.891.0001-35 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina

Lauro Muller**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO NOVEMBRO/2023 - FHHL**

Publicação Nº 5410294

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER – FHHL
EXTRATO DE CONTRATO NOVEMBRO/2023

ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº01 ao Contrato Nº 024/FHHL/2022

Objeto: Prorrogação de Prazo e Aditivo de Valor Contratual por mais 12 meses. Fica alterada a Cláusula Quarta "DA VIGÊNCIA", prorrogando seu prazo contratual de duração para até 01/09/2024, conforme justificativa e parecer jurídico favorável.

Contratante: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Contratada: OPTIX IMAGENS MÉDICAS LTDA

Modalidade: Compra Direta nº 60/2022

Assinatura: 22/11/2023

Valor: R\$ 9.600,00

CONTRATOS

CONTRATO Nº. 009/FHHL/2023

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços exclusivos da física médica aplicada ao radiodiagnóstico para atender as demandas no desenvolvimento das atividades praticadas pela Fundação Hospitalar Henrique Lage do Município de Lauro Muller/SC.

Contratante: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Contratado: SAFETY SOLUÇÕES EM RADIOPROTEÇÃO LTDA

Modalidade: Compra Direta nº 731/2023

Vigência: 10/11/2024

Assinatura: 09/11/2023

Valor: R\$6.054,00

CONTRATO Nº. 010/FHHL/2023

Objeto: Que a COMODANTE empresta para a Comodatária, mediante outorga gratuita, o seguinte bem móvel: Ferramenta de uso exclusivo para teste de controle de qualidade em equipamento de RAIO-X convencional e intervencionista, composta por 2 (duas) placas de PMMA de 4mm de espessura, 1 (uma) placa de PMMA desenhada e cortada a laser de 2mm de espessura, 1 (um) dispositivo de teste para resolução espacial em alumínio (corte a laser) e 2 (duas) chapas de cobre (de dimensões de 1mm e 2mm ambas com corte a laser);.

Comodatária: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Comodante: SAFETY SOLUÇÕES EM RADIOPROTEÇÃO LTDA

Modalidade: -

Vigência: 10/11/2024

Assinatura: 09/11/2023

CONTRATO Nº. 011/FHHL/2023

Objeto: O objeto deste contrato é a contratação de serviços de plantão médico presencial para a Fundação Hospitalar Henrique Lage por meio de credenciamento.

Contratante: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Contratado: ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

Modalidade: Credenciamento 02/2023

Vigência: 31/12/2023

Assinatura: 10/11/2023

Valor anual: R\$672.000,00 *divididos entre todos os credenciados.

CONTRATO Nº. 012/FHHL/2023

Objeto: O objeto deste contrato a contratação de serviços de plantão médico presencial para a Fundação Hospitalar Henrique Lage por meio de credenciamento.

Contratante: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Contratado: ROSA E LEAL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Modalidade: Credenciamento 02/2023

Vigência: 31/12/2023

Assinatura: 17/11/2023

Valor anual: R\$672.000,00 *divididos entre todos os credenciados.

Lebon Regis**PREFEITURA****EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2023 PREGÃO PRESENCIAL NºPE22/2023_RP28 PROCESSO LICITATÓRIO Nº67/2023**

Publicação Nº 5411494

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2023

PREGÃO PRESENCIAL NºPE22/2023_RP28 PROCESSO LICITATÓRIO Nº67/2023

OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de carga de gás liquefeito de petróleo – GLP, bem como botijão de gás (cilindro vazio), para manutenção das atividades dos diversos departamentos do Município de Lebon Régis, suas Secretarias, Fundos e Fundações conforme descrição detalhada do Anexo I – Termo de Referência. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços do seguinte fornecedor: 969 - COMERCIO DE GAS CONFIANÇA LTDA-ME (07.269.452/0001-12) Valor total de R\$R\$ 222.800,00. Vigência a partir de 08/12/2023 até 08/12/2024.

Lebon Regis, 08/12/2023.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº CR03/2023. PROCESSO Nº 43/2023

Publicação Nº 5411457

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº CR03/2023. PROCESSO Nº 43/2023.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas, para prestação de Serviços de Análises Clínicas Laboratoriais elencados na TABELA SUS anexo I deste edital.. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 26/07/2023

LICITANTES HOMOLOGADOS:

G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 78.491.172/0001-00

J&F ANÁLISES CLÍNICAS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 08.542.283/0001-05

Lebon Régis, 27 de julho de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PE22/2023_RP28. PROCESSO Nº 67/2023

Publicação Nº 5411491

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº PE22/2023_RP28. PROCESSO Nº 67/2023.

OBJETO: A presente licitação visa à Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de carga de gás liquefeito de petróleo – GLP, bem como botijão de gás (cilindro vazio), para manutenção das atividades dos diversos departamentos do Município de Lebon Régis, suas Secretarias, Fundos e Fundações conforme descrição detalhada do Anexo I – Termo de Referência. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023.

LICITANTES HOMOLOGADOS: COMERCIO DE GAS CONFIANÇA LTDA-ME - CNPJ: 07.269.452/0001-12, com o valor total de R\$ 222.800,00.

Lebon Régis, 8 de dezembro de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº I CONTRATO Nº 40/2023. LICITAÇÃO: CC01/2023

Publicação Nº 5411466

TERMO ADITIVO Nº I

CONTRATO Nº 40/2023. LICITAÇÃO: CC01/2023.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada o ITEM 1.3 do contrato, para ser prorrogado conforme art. 111 da lei 14.133/2021, passando sua vigência para 10/08/2024. CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: JFR ENGENHARIA LTDA CNPJ 31.959.900/0001-94. Início de vigência: 07/12/2023.

Término: 31/12/2024. Lebon Régis, 7 de dezembro de 2023.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº I CONTRATO Nº 41/2023. LICITAÇÃO: CC01/2023

Publicação Nº 5411468

TERMO ADITIVO Nº I

CONTRATO Nº 41/2023. LICITAÇÃO: CC01/2023.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada o ITEM 1.3 do contrato, para ser prorrogado conforme art. 111 da lei 14.133/2021, passando sua vigência para 31/12/2024. CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas.

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: JFR ENGENHARIA LTDA CNPJ 31.959.900/0001-94. Início de vigência: 07/12/2023.

Término: 31/12/2024. Lebon Régis, 7 de dezembro de 2023.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 224/2023

Publicação Nº 5409736

DECRETO Nº 224/2023
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Processo de Inexigibilidade 128/2023 em 08 de dezembro de 2023, pelo Presidente da Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, que tem como objeto CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO DE BARRACAS PARA VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS PARA O EVENTO NATAL NA PRAÇA, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 08/12/2023. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 08 de dezembro de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

DECRETO Nº 225/2023

Publicação Nº 5410063

DECRETO Nº 225/2023
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 001/2023.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o § I do art. 29 da Lei Complementar nº 11 de 12 de maio de 2003;
CONSIDERANDO o Decreto nº 167 de 26 de outubro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado da avaliação de progressão funcional dos membros do magistério público municipal, Edital nº 001/2023, de acordo com o anexo único deste decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras/SC, 08 de dezembro de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

ANEXO ÚNICO

NOME	NÍVEL
ADRIANE KUEHL	3-H – 3-I
ADRIELLE MARIA CAMBRUSSI	3E – 3F
ALAÍDES KAHL	3I – 3J
ALICE STRELOW	3D -3E
ANA CLAUDIA KONS MORLO	2A – 2B
ANA PAULA SOBIERANSKI COELHO	3D – 3E
ANDREA CUNHA CARVALHO	3E – 3F
ANELORE MARCIA GIELOW	3E – 3F
ANICIA SCHWABE PARIS	1E – 1F
BARBARA VANESSA PEREIRA SPERANDIO	3A – 3B
CARMELITA KLITZKE	3E – 3F
DANIELA CIPRIANI	3A – 3B
DANIELA FERREIRA MARQUES RIBAS	3A – 3B
DEISE WESSEL	3E – 3F

EDUARDO AGRA DA SILVA	3A – 3B
ELIANA GIOVANELLA MAZERA	3A – 3B
ELIANE MARIA WERNER CZIECELSKI	3C – 3D
ELISANGELA PETRY	3E – 3F
GIOVANA TEREZINHA SANDRI	3E – 3F
GLADEMIR FILAGRANA	3D – 3E
INACILA MARTINS	3I – 3J
IVONE ROPELATO BATISTA	3E – 3F
JANELITO ROMAR PASSOLD	3D – 3E
JAQUELINE JANAINA VARGAS ZUCATELLI	3A – 3B
JEAN CARLOS GIELOW	3F – 3G
JESSICA WEISS	3A – 3B
JOANA PAULA KUHL DE CAMPOS	3A – 3B
JOCELI FARIAS	3A – 3B
JOICE BUZZI SUCHARA	3E – 3F
JULIANA KLAUMANN	3A – 3B
JULIANA NATALINA ROSEMANN	3E – 3F
KARIN CRISTIANE GIELOW	3A – 3B
KATIANE RODRIGUES DE SOUZA	3A – 3B
LEID DAIANA WAGENKNECHT CLAUDINO	3E – 3F
LETICIA DE FARIAS	3A – 3B
LETICIA SCHAFER EYNG	3A – 3B
LIANA DE SOUZA	3A – 3B
LUANA FERNANDA GIRARDI ROSSETTI	3A – 3B
LUCIANA DE MELO	3A – 3B
LUCIANA ESPIN DOLA BITTENCOURT	3A – 3B
LUCIANE SCHMOELLER BRANDT	3I – 3J
MARCELA EIFLER	3F – 3G
MARCIA CRISTINA KONS	3A – 3B
MARIA DE FATIMA RAMOS SANTANA	3D – 3E
MARINA LENZI DUARTE	3A – 3B
MARISTELA REGINALDA MARCELINO	3A – 3B
MICHELI CRISTINA KISNER	3A – 3B
MICHELE FERNANDA RASSWEILLER	3A – 3B
MILENA MAIARA POLINI	3A – 3B
ROSANA MATHIUSSI CLAUDINO	3E – 3F
ROSELEIA DE OLIVEIRA DA SILVA	3E – 3F
ROSEMAR DOS SANTOS BANCKI	3E – 3F
ROSEMERI FATIMA SILVEIRA	3E – 3F
ROSEMERY LEHMKUHL	3A – 3B
ROSIANI SCHMITZ	3A – 3B
ROSILENE MARIA DA MOTTA DE SOUZA	3A – 3B
ROSIMERI SCHMIDT	3A – 3B
ROZANE SCHULZ	3E – 3F
SABRINA KNOFF	3A – 3B
SCHIRLEI APARECIDA KREUSCH SCHLICKMANN	3A – 3B
SONIR LUZIA WEISS	3E – 3F
TATIANE HANG CHRISTEN	3C – 3D
URSULA SCHNEIDER DALLOLMO	3E – 3F
VALERIA DOS SANTOS	3I – 3J
VANESSA ANTON ATANASIO	3E – 3F
VANUSA KUHN GIELOW	3A – 3B

EXTRATO DE CONTRATO 1063/2023

Publicação Nº 5410052

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 1063/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTA GARRAFAS DE TINTA PARA IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Fornecedor: PLUS PRINT CARTUCHOS E TONERS, inscrito no CNPJ 29.345.979/0001-11, com endereço na Rua José Bonifácio, nº 174, Canoas, Rio do Sul/SC. Valor: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais). Prazo: até 31/12/2023. Lontras, 08 de dezembro de 2023. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.



EXTRATO DE CONTRATO 1064/2023

Publicação Nº 5411125

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 1064/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TOLDOS PARA PROTEÇÃO DAS JANELAS DO CEI OLINDA BARBOSA. Fornecedor: TOLDOS INDAIAL FEA LTDA, inscrito no CNPJ 47.910.525/0001-281, com endereço na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 8808, Warnow, Indaial/SC. Valor: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Prazo: até 31/12/2023. Lontras, 08 de dezembro de 2023. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 142/2023

Publicação Nº 5410326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
CHAMADA PÚBLICA Nº 142/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE COLABORAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONJUNÇÃO DE ESFORÇOS DO MUNICÍPIO E DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ALTO SUBIDA – ACOAS, VISANDO FOMENTAR A DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS PARA AUXILIAR NA AQUISIÇÃO DE TRATOR, inscrita no CNPJ Nº 03.630.527/0001-98, com sede na localidade de Alto Subida, Lontras, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marcelo da Silva Ferreira. Valor: R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais). Prazo: até 31/12/2022. Lontras, 08 de dezembro de 2023. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 2317/2023

Publicação Nº 5409773

DECRETO Nº 2317 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

REGULAMENTA RESPONSÁVEL PELA ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE TEMPO DE SER FELIZ DE MACIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014 que prevê o Estatuto dos servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação de responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Macieira.

DECRETA

Art. 1º Fica determinado como responsável perante o CNPJ 01.970.190/0001-32 do Associação da Terceira Idade Tempo de Ser Feliz, EDGARD FARINON- PREFEITO MUNICIPAL.

Art. 2º Terá plenos poderes em relação à qualquer documentação ou movimentação referente ao CNPJ 01.970.190/0001-32 (Associação da Terceira Idade Tempo de Ser Feliz).

Art. 3º Fica estabelecido EDGARD FARINON como pessoa física responsável do CNPJ CNPJ 01.970.190/0001-32 (Associação da Terceira Idade Tempo de Ser Feliz) junto à Receita Federal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 2311/2023.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira SC, em 08 de Dezembro de 2023.

EDGARD FARINON

Prefeito Municipal

PORTARIA 5425/2023

Publicação Nº 5409711

PORTARIA Nº 5425/2023

EXONERA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE ESPECIFICA.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 68/2014 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor VALMIR ANTONIO DOS SANTOS do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de Dezembro de 2023, revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 08 de Dezembro de 2023.

EDGARD FARINON

Prefeito Municipal

PORTARIA 5426/2023

Publicação Nº 5410468

PORTARIA Nº 5426/2023

SUSPENDE EFEITOS DA PORTARIA 5215/2023 A QUAL DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E CONCEDE GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a portaria 5422/2023, a qual concede licença para tratamento de saúde ao servidor municipal que especifica:

RESOLVE

Art. 1º SUPENDER efeitos da Portaria 5215/2023, a qual designa o servidor ALENCAR CASTANHEIRO, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, para o desempenho da Função Gratificada de coordenar os diários de bordo da frota da Secretaria de Educação.

Art. 2º. A função gratificada ficará suspensa pelo período no qual o servidor estiver afastado.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando seus dispositivos em contrário

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 08 de Dezembro de 2023.

EDGARD FARINON

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023

Publicação Nº 5411833

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8C6118FA925E561A54336B6739AE0246D953BCB3

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que fará realizar no dia 06/02/2024 às 09h05min, no Departamento de Licitações, situado na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, licitação modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA para contratação de empresa especializada para realizar as obras de pavimentação asfáltica ecológica e sinalização das Ruas Teixeira de Freitas, João Batista Pigatto e Antônio Procopiak, no bairro Jardim América, pavimentação asfáltica ecológica, drenagem e sinalização da Rua Dr. Ovide do Amaral, no bairro Jardim América, Pavimentação asfáltica ecológica, drenagem e sinalização da Rua Paulo Heyse Filho, no bairro Jardim América e pavimentação asfáltica ecológica, drenagem e Sinalização da Rua Rivadavia Haymussi, no bairro Jardim América, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, com recursos do Financiamento CAIXA/FINISA Contrato nº 0600793-00. O processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em especial pelo contido no Edital. Poderão participar da licitação, quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto. As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações, encerrando-se o prazo de entrega às 09h00min do dia 06/02/2024. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelo Fone (47) 3642-4009.

Chave TCE:8C6118FA925E561A54336B6739AE0246D953BCB3

Mafra (SC), 08 de dezembro de 2023.

Emerson Maas
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023

Publicação Nº 5411412

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E7C54BC894F53B9B964D0DE01CFEF1284BD89111

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO ELETRÔNICO para contratação de Instituição para agenciamento de estágio junto ao município, para estudantes do Ensino Superior, Ensino Profissional, Ensino Médio, Educação Especial e anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, dando efetividade à política pública de inserção social, estabelecida pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 3.962, de 20 de novembro de 2013 e suas alterações, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h00min, do dia 18/01/2024. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 18/01/2024. Início da disputa 09h00min do dia 18/01/2024. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Chave TCE:E7C54BC894F53B9B964D0DE01CFEF1284BD89111

Mafra (SC), 08 de dezembro de 2023.

Emerson Maas
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2023

Publicação Nº 5411609

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D3D31A52E05A48BD705F2EBE9E102069DFE695D

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2023

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para fornecimento parcelado de porções (marmitas) nos tamanhos "M" e "G" contendo alimentos preparados/refeições servidas em embalagens de isopor ou alumínio a serem entregues no Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h00min, do dia 16/01/2024. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 16/01/2024. Início da disputa 09h00min do dia 16/01/2024. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bl.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Chave TCE: 8D3D31A52E05A48BD705F2EBE9E102069DFE695D

Mafra (SC), 08 de dezembro de 2023.

Emerson Maas
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2023

Publicação Nº 5410914

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2023

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.620.927/0001-12

Objeto: O presente aditivo tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar as obras de pavimentação asfáltica em CBUQ da Rua Benemérito Alamir Marés, bairro Vila das Flores/Solidariedade, com recursos do convênio nº 912588/2021, pavimentação em lajotas da Rua Campos Novos e São João Maria, Centro II- Alto de Mafra, com recursos do convênio nº 891664/2019, pavimentação em lajotas da Rua Expedicionário João Liebel Sobrinho, bairro Vila Nova, com recursos do convênio nº 923232/2021, firmados entre o Município de Mafra e União e pavimentação asfáltica em CBUQ da Rua Benemérito Alamir Marés, TRECHO 2, bairro Vila das Flores, recursos Próprios da Prefeitura Municipal de Mafra, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, resolvem as partes alterar o prazo inicialmente contratado, conforme Proc. Administrativo nº 2.151/2023, Ofício Nº 0769/2023/SMADU, Parecer Jurídico nº 712/2023.

Data de Assinatura: 06 de dezembro de 2023.

Prazo: Fica prorrogado o presente contrato por mais 180 dias (01/01/2024 à 30/06/2024), a contar da data de vencimento do contrato de Prestação de Serviços nº 109/2023.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato firmado entre as partes em 21 de julho de 2023.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2023

Publicação Nº 5411828

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2023.**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2023.**

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: TATICA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

CNPJ 29.219.648/0001-35

Objeto: O presente aditivo tem por objetivo a aquisição via contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de vigilância (vigia ou controlador de acesso) na rede de Ensino do Município de Mafra. Justificado a necessidade da contratação emergencial até que tramite o projeto de lei para a contratação de vigia temporária, através da Secretaria Municipal de Educação de Mafra - SC, visa alterar o prazo inicialmente contratado, conforme Proc. Administrativo 2.386/2023, Ofício nº. 941/2023/GAB/SME, Parecer Jurídico nº. 771/2023.

ADITIVO	Descrição	VIGÊNCIA
CONTRATO Nº 060/2023	ASSINATURA 04/05/2023	04/11/2023
1º	VALOR - R\$ 10.204,32	04/11/2023
2º	PRAZO	15/12/2023

Data de Assinatura: 08 de dezembro de 2023.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 203/2022

Publicação Nº 5410919

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 203/2022

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.620.927/0001-12

Objeto: O presente aditivo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obra de Pavimentação asfáltica, do eixo de ligação a BR 116 - Rua Germano Neundorf, bairros Vila Nova e São Lourenço, conforme Transferência Especial - SCC 00005541/2022, publicado no Diário Oficial - SC - nº 21.783 e conforme memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Proc. Administrativo 2.211/2023, OFÍCIO Nº 0777/2023/SMADU, e PARECER JURÍDICO Nº. 710/2023, resolvem as partes de comum acordo, aditar o contrato no valor de R\$ 1.457.620,57 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos). Os saldos orçamentários referentes a este aditivo, serão pagos pela seguinte dotação: 626 - Fonte 1.706.3110.1 - Emenda Parlamentar Individual - Transf Especial.

Data de Assinatura: 05 de dezembro de 2023.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato firmado entre as partes em 15 de setembro de 2022.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 132/2021

Publicação Nº 5410917

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 132/2021

Contrato nº: 132/2021

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A

CNPJ: 02.255.187/0001-08

Objeto: O presente aditivo tem por objeto contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de rede de Internet por fibra óptica, destinado as Secretarias Municipais de Mafra e o Corpo de Bombeiros Militar, resolvem as partes alterarem de comum acordo o prazo do contrato, conforme Proc. Administrativo 1.953/2023, Ofício nº 135/2023/SADM, Parecer Jurídico Nº 713/2023, estabelecendo a vigência até a data de 25/10/2024.

Pregão Presencial nº 066/2021; Processo Licitatório n.º 276/2021.

Data de Assinatura: 05 de dezembro de 2023.

Prazo: Fica prorrogado o presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de vencimento do 1º termo aditivo do contrato de prestação de serviços nº 132/2021.

Foro: Comarca de Mafra.

PORTARIA Nº 1244/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410089

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1244/23 em 06.12.2023.

CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 3795 de 04.04.2012 e Lei nº 4438 de 23.10.2019, com base no Processo Seletivo(SME)-Edital 006/2022 de 20.09.2022 e Memorando nº 14244/2023-SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar a Servidora Pública Municipal ANDRESSA MINIKOVSKI BECKER matrícula funcional 5832709, portadora do CPF 073.xxx.xxx-xx, para atuar como Professora contratada por prazo determinado com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na disciplina de MATEMÁTICA, com turmas do 6º e 7º ano nas séries finais do ensino fundamental, no período matutino, na E.M.E.B. Avencal de São Sebastião, em substituição a Professora efetiva Jessica Augustin Schifler, que se encontra afastada em licença maternidade.

Período do contrato temporário de 20.11.2023 a 15.12.2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 20 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAC

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1245/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410093

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
PORTARIA Nº 1245/23 em 06.12.2023.
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 3795 de 04.04.2012 e Lei nº 4438 de 23.10.2019, com base no Processo Seletivo(SME)-Edital 006/2022 de 20.09.2022 e Memorando nº 14244/2023-SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar a Servidora Pública Municipal ELENISE DE FATIMA PETERS, matrícula funcional 254904802, portadora do CPF 003.xxx.xxx-xx, para atuar como Professora contratada por prazo determinado com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com a turma do 3º ano do ensino fundamental, período vespertino, no C.E.M. Beija Flor, em substituição a Professora efetiva Sonia Maria do Nascimento, que se encontra afastada em licença tratamento de saúde.
Período do contrato temporário de 1º.11.2023 a 15.12.2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 1º de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.
EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1246/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410098

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
PORTARIA Nº 1246/23 em 06.12.2023.
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 3795 de 04.04.2012 e Lei nº 4438 de 23.10.2019, com base no Processo Seletivo(SME)-Edital 006/2022 de 20.09.2022 e Memorando nº 14244/2023-SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar a Servidora Pública Municipal JOANITA CACIA MORO, matrícula funcional 254857403, portadora do CPF 047.xxx.xxx-xx, para atuar como Professora contratada por prazo determinado, na disciplina de LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo: 25 (vinte e cinco) horas semanais, com as turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no período matutino/vespertino, no C.E.M. Beija Flor e 05 (cinco) horas semanais com as turmas do 6º ano do ensino fundamental, no período matutino/vespertino, em substituição ao Professor Raony Peters de Amorim, que solicitou rescisão de contrato.
Período do contrato temporário de 27.11.2023 a 15.12.2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 27 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.
EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1247/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410102

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
PORTARIA Nº 1247/23 em 06.12.2023.
NOMEIA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 16/2005 de 28.12.2005, Lei Nº 3197 de 19.06.2007, Decreto de Homologação nº 4726 de 30 de Novembro de 2021 e Memorando nº 14227/2023 - SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear GIANE APARECIDA PASDIORA, inscrita no CPF sob nº 042.xxx.xxx-xx, através de Concurso Público Nº 001/2020, para exercer o cargo de PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 20 de Novembro de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 20 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1248/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410107

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1248/23 em 06.12.2023.

NOMEIA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 16/2005 de 28.12.2005, Lei Nº 3197 de 19.06.2007, Decreto de Homologação nº 4726 de 30 de Novembro de 2021 e Memorando nº 14227/2023 - SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear JAQUELINE CONCEIÇÃO KOPER, inscrita no CPF sob nº 006.xxx.xxx-xx, através de Concurso Público Nº 001/2020, para exercer o cargo de PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 20 de Novembro de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 20 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1249/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410110

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1249/23 em 06.12.2023.

NOMEIA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 16/2005 de 28.12.2005, Lei Nº 3197 de 19.06.2007, Decreto de Homologação nº 4726 de 30 de Novembro de 2021 e Memorando nº 14227/2023 - SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear JESSICA ALESSANDRA HEIDE SALDANHA, inscrita no CPF sob nº 108.xxx.xxx-xx, através de Concurso Público Nº 001/2020, para exercer o cargo de PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 27 de Novembro de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 27 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1250/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410114

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1250/23 em 06.12.2023.
NOMEIA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 16/2005 de 28.12.2005, Lei Nº 3197 de 19.06.2007, Decreto de Homologação nº 4726 de 30 de Novembro de 2021 e Memorando nº 14227/2023 - SME de 04 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear MARCIA REGINA FRANCK DEVILLA, inscrita no CPF sob nº 628.xxx.xxx-xx, através de Concurso Público Nº 001/2020, para exercer o cargo de PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 20 de Novembro de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 20 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1251/23 EM 06.12.2023

Publicação Nº 5410117

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1251/23 em 06.12.2023.
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE CONTRATOS E EDITAIS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar nº 44 de 03 de Março de 2017 e Memorando nº 14100/2023 de 1º de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. MIKE HERBERT BERMEL, inscrito no CPF sob o nº 009.xxx.xxx-xx, matrícula nº 254913501, para exercer o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE CONTRATOS E EDITAIS, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, a partir de 1º(primeiro) de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 1º de Dezembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 06 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1253/23 EM 07.12.2023

Publicação Nº 5411782

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1253/23 em 07.12.2023.
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 3795 de 04.04.2012 e Lei nº 4438 de 23.10.2019, com base no Processo Seletivo(SME)-Edital 006/2022 de 20.09.2022 e Memorando nº 14374/2023-SME de 06 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar a Servidora Pública Municipal LILIANE MULLER, matrícula funcional 254808305, portadora do CPF 108.xxx.xxx-xx, para atuar como Professora contratada por prazo determinado com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na disciplina de INGLÊS, sendo: 07(sete) aulas dadas com as turmas Pré-escolar I e II na educação infantil, período matutino/vespertino, no C.E.I.M. Anjo da Guarda, em substituição a Professora efetiva Carolina Fernandes, que se encontra em atribuição de exercício em outra unidade escolar e 02(duas) aula dadas com as turmas do Pré-escolar I e II na educação infantil, período matutino/vespertino, no C.E.I.M. Gunther Werner, aulas excedentes da Professora efetiva Mary Elen Daudt Loures Menin e 09 (nove) aulas dadas com as turmas 1º a 5º ano nas séries iniciais do ensino fundamental, período matutino/vespertino na E.M.E.B. Mario de Oliveira Goeldner, em substituição a Professora efetiva Luciana Steffens que se encontra na função gratificada de Diretora em outra unidade escolar.
Período do contrato temporário de 21.11.2023 a 15.12.2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 21 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 07 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1254/23 EM 07.12.2023

Publicação Nº 5411788

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1254/23 em 07.12.2023.

CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 3795 de 04.04.2012 e Lei nº 4438 de 23.10.2019, com base no Processo Seletivo(SME)-Edital 006/2022 de 20.09.2022 e Memorando nº 14374/2023-SME de 06 de Dezembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar a Servidora Pública Municipal PATRICIA GRABOVSKI JUCK RAPUCKNA, matrícula funcional 254889402, portadora do CPF 048.xxx.xxx-xx, para atuar como Professora contratada por prazo determinado com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com a turma do 1º ano do ensino fundamental, período vespertino, na E.M.E.B. Mario de Oliveira Goeldner, em substituição a Professora efetiva Lucia Komochena Bossi, que se encontra afastada em licença prêmio.
Período do contrato temporário de 10.11.2023 a 15.12.2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 10 de Novembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 07 de Dezembro de 2023.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal de Administração

Major Gercino

PREFEITURA

PORTARIA Nº 230, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410445

PORTARIA Nº 230, de 07 de dezembro de 2023

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias e de 1/3 constitucional, no período de 07/12/2023 a 05/01/2024, a funcionária JOELMA SMANIOTTO PEREIRA, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 14, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 07 de dezembro de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410452

PORTARIA Nº 231, de 07 de dezembro de 2023

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias e de 1/3 constitucional, no período de 07/12/2023 a 05/01/2024, a funcionária MARIA SOLANGE SILVEIRA DALL AGNOL, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL, matrícula nº 900079, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 07 de dezembro de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410635

PORTARIA Nº 232, de 08 de dezembro de 2023

"Exonera Por Término de Contrato de Trabalho e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - EXONERAR, por término de contrato de trabalho no dia 08 de dezembro de 2023, a funcionária TAINARA BEPLER OTTO, ocupante do cargo de ORIENTADOR SOCIAL - ACT, matrícula nº 901058 do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 08 de dezembro de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

Major Vieira

PREFEITURA

DECRETO Nº 3051 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411343

DECRETO Nº 3051 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDSON SIDNEI SCHROEDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$17.200,00(dezessete mil e duzentos reais) no orçamento do exercício de 2023 conforme as seguintes aberturas de crédito autorizadas na Lei 2666 de 08 de dezembro de 2023:

03 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

03.01.04.122.0003.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$17.200,00

Art. 2º Para atendimento do crédito adicional suplementar que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

03 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

03.01.04.122.0003.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$2.400,00

03.01.04.122.0003.2.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$14.800,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, SC, 08 de Dezembro de 2023.

EDSON SIDNEI SCHROEDER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3052 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411352

DECRETO Nº 3052 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDSON SIDNEI SCHROEDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais) no orçamento do exercício de 2023 conforme as seguintes aberturas de crédito autorizadas na lei 2665 de 08 de dezembro de 2023:

02 - GOVERNO MUNICIPAL

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0002.2.002-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

03 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

03.01.28.843.0003.0.002-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$60.000,00

03.01.28.845.0003.0.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$130.000,00

03.01.28.846.0003.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$150.000,00

03.01.04.122.0003.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$2.000,00

03.01.28.843.0003.0.002-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$200.000,00

Art. 2º Para atendimento do crédito adicional suplementar que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

02 - GOVERNO MUNICIPAL

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0002.2.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

03 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

03.01.28.843.0003.0.002-3.2.91.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida - Op.Intra Orçamentária R\$132.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR**06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR**

06.01.12.361.0005.1.003-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$150.000,00

06.01.12.365.0005.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$300.000,00

07 - SECRETARIA MUN.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**07.01 - SECRETARIA MUN.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

07.01.15.452.0006.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$60.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, SC, 08 de Dezembro de 2023.

EDSON SIDNEI SCHROEDER

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 075/2023

Publicação Nº 5410088

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 075.2023

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 075.2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) MESAS DE ATENDIMENTO EM MDF PARA O USO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC; Valor: R\$ 8.994,00 (Oito mil e novecentos e noventa e quatro reais); Órgão Gerenciador: Município de Major Vieira; Detentor da Ata: PARQUINHO ARAUCARIA LTDA; Origem: Pregão Eletrônico nº 039/2023 Processo Licitatório nº 051/2023; Vigência: 12 (doze) meses;
Edson Sidnei Schroeder - Prefeito Municipal de Major Vieira/SC.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 040/2023

Publicação Nº 5410149

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071.2023

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 071.2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, GALERIA DE CONCRETO, LAJOTAS SEXTAVADA, PAVER E MEIO FIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC; Valor: R\$ 191.500,00 (Cento e noventa e um mil e quinhentos reais); Órgão Gerenciador: Município de Major Vieira; Detentor da Ata: BRAS TUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM LTDA; Origem: Pregão Eletrônico nº 040/2023 Processo Licitatório nº 052/2023; Vigência: 12 (doze) meses;

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 072.2023

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 072.2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, GALERIA DE CONCRETO, LAJOTAS SEXTAVADA, PAVER E MEIO FIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC; Valor: R\$ 221.192,50 (Duzentos e vinte e um mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos); Órgão Gerenciador: Município de Major Vieira; Detentor da Ata: CIMENTELA INDUSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETOS LTDA; Origem: Pregão Eletrônico nº 040/2023 Processo Licitatório nº 052/2023; Vigência: 12 (doze) meses;

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073.2023

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 073.2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, GALERIA DE CONCRETO, LAJOTAS SEXTAVADA, PAVER E MEIO FIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC; Valor: R\$ 63.457,00 (Sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais); Órgão Gerenciador: Município de Major Vieira; Detentor da Ata: KPM CONSTRUÇÕES LTDA; Origem: Pregão Eletrônico nº 040/2023 Processo Licitatório nº 052/2023; Vigência: 12 (doze) meses;

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 074.2023

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 074.2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, GALERIA DE CONCRETO, LAJOTAS SEXTAVADA, PAVER E MEIO FIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC; Valor: R\$ 126.732,50 (Cento e vinte e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos); Órgão Gerenciador: Município de Major Vieira; Detentor da Ata: PSI INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS LTDA; Origem: Pregão Eletrônico nº 040/2023 Processo Licitatório nº 052/2023; Vigência: 12 (doze) meses;

Edson Sidnei Schroeder - Prefeito Municipal de Major Vieira/SC.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 017/2023

Publicação Nº 5410558

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 17F417CC3E6F481D80771FD793F3B193AA389864

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2023

Espécie: Renovação termo de Contrato nº 017/2023; Vigência: que era até 31/12/2023 passará a ser até 31/12/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, NO ANO LETIVO DE 2023; Valor: R\$ 16.464,00 (Dezesseis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais); Contratante: Município de Major Vieira/SC; Contratada: WAGNER ALLAN CAGLIUMI; Origem: Processo Licitatório nº 002.2023 Dispensa de Licitação nº 001.2023; Edson Sidnei Schroeder - Prefeito Municipal de Major Vieira/SC.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 029/2023

Publicação Nº 5410269

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F6769449591255212FCA5729EFF02AD4C9CA7769

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

Espécie: Renovação termo de Contrato nº 029/2023; Vigência: que era até 31/12/2023 passará de ser até 31/12/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA DE ENGENHARIA CIVIL, SENDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVOS NA ÁREA DE ARQUITETURA E ENGENHARIA (PROJETOS ARQUITETÔNICOS E PROJETOS COMPLEMENTARES) BEM COMO O ORÇAMENTO REFERENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC; Valor: R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais); Contratante: Município de Major Vieira/SC; Contratada: PROPOR ENGENHARIA LTDA; Origem: Processo Licitatório nº 002.2023 Pregão Eletrônico nº 001.2023 FMS; Edson Sidnei Schroeder - Prefeito Municipal de Major Vieira/SC.

LEI COMPLEMENTAR Nº 98 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411372

LEI COMPLEMENTAR Nº 98 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"CRIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE ASSESSOR JURÍDICO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDSON SIDNEI SCHROEDER, Prefeito do MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na estrutura organizacional do Município de Major Vieira/SC, o cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, de Assessor Jurídico do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Major Vieira/SC, com uma vaga de 10 horas semanais e vencimento inicial de R\$ 2.697,22 (dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos).

Parágrafo único. A habilitação necessária para o ocupante do cargo descrito no caput deste artigo deverá ser formação nível superior em Direito e registro no órgão da classe.

Art. 2º São atribuições do Assessor Jurídico do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Major Vieira/SC:

- Assessorar o Gestor-Presidente e o Conselho Municipal de Previdência em matéria jurídica de interesse do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
- Realizar análise e emissão de parecer acerca de pedidos de aposentadoria e pensão apresentados ao Regime Próprio de Previdência Social - geridos pelo Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
- Auxiliar no pedido de aposentadoria quanto ao embasamento legal a ser apresentado pelo requerente;
- Representar a autarquia em juízo ou fora dele, quando designado, defendendo os legítimos direitos e interesses do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
- Propor o estabelecimento de normas legais e regulamentares relacionadas com os serviços a serem prestados pelo Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
- Manifestar-se sobre matéria jurisdicional e atos normativos de interesse do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
- Orientar os casos de alienação, transferência ou locação de bens móveis e imóveis do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
- Dar ciência aos órgãos do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC de quaisquer matérias jurídicas de seu interesse, alertando

sobre alterações da legislação;

- i) Acompanhar o andamento das demandas jurídicas de qualquer natureza do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
 - j) Emitir parecer sobre a conveniência e legalidade dos contratos e convênios de interesse do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
 - k) Cooperar com os órgãos encarregados de licitação, na elaboração de editais;
 - l) Apreçar, orientar sindicâncias e inquéritos administrativos determinados pelo Gestor-Presidente;
 - m) Consultar a Procuradoria Geral do Município sobre matérias que não haja orientação normativa ou pronunciamento oficial.
 - n) Acompanhar e pronunciar-se sobre todos os processos de interesse do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC, oriundos do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e Federal e do Ministério da Fazenda;
 - o) Apreçar recursos interpostos de atos de prepostos ou empregados do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC;
 - p) Exercer outras atividades que se coadunem com os princípios, normas do Fundo Municipal de Previdência de Major Vieira/SC em conformidade com as determinações do Gestor-Presidente;
 - q) Emitir pareceres e estudos técnicos de ordem jurídica;
- R) Executar outras atividades correlatas.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar serão usados recursos dos 2% (dois) por cento da taxa administrativa destinada ao Regime Próprio de Previdência do Município de Major Vieira/SC, prevista no orçamento do Fundo de Previdência do Município de Major Vieira, da dotação própria, rubrica 3.1.90.11.00.00.00 - vencimentos e salários.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Major Vieira, 08 de Dezembro de 2023.

EDSON SIDNEI SCHROEDER

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 2665 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411360

LEI MUNICIPAL Nº 2665 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDSON SIDNEI SCHROEDER, Prefeito do MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o poder executivo municipal a abertura de crédito adicional suplementar de despesa no valor total de até R\$952.000,00(-novecentos e cinquenta e dois mil), no orçamento do exercício de 2023 conforme as seguintes aberturas de crédito:

Art. 2º Fica autorizado abertura ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$952.000,00(novecentos e cinquenta e dois mil) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

Entidade: Prefeitura Municipal de Major Vieira

02.01- Gabinete do Prefeito

04.122.0002. 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

03.01- Secretaria Mun. De Administração e Gestão

28.843.0003. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00 (aplicações diretas – Juros e encargos da dívida)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

28.843.0003. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00 (aplicações diretas –Amortização da dívida)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 200.000,00

28.846.0003. 0.004 – Precatório

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 150.000,00

28.846.0003. 0.003 – Contribuição ao PASEP

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 130.000,00

04.122.0003. 2.003 – Manutenção da Sec. de Administração e Gestão

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 60.000,00

04.122.0003. 2.022 – Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Entidade: Hospital Municipal de Major Vieira

16.01- Hospital Municipal de Major Vieira

10.302.0008. 2.037 – Manutenção do Hospital

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 (aplicações diretas – Pessoal e encargos)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 300.000,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior no valor de R\$952.000,00(novecentos e cinquenta e dois mil), fica o Poder Executivo autorizado a suplementar exclusivamente dentro do respectivo projeto atividade e modalidade de aplicação previsto no art. 2º, sendo que o valor será oriundo da anulação das seguintes dotações:

Entidade: Prefeitura Municipal de Major Vieira

02.01- Gabinete do Prefeito

04.122.0002. 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 (aplicações diretas – Investimento)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

03.01- Secretaria Mun. De Administração e Gestão

28.843.0003. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00 (aplicações diretas – Juros e encargos da dívida)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 132.000,00

06.01- Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto

12.365.0005. 1.002 – Construções, ampliações e reformas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 (aplicações diretas – Investimentos)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 300.000,00

12.361.0005. 1.003 – Aquisição de Veículo

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 (aplicações diretas – Investimentos)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 150.000,00

07.01- Secretaria Mun. De Viação e Obras Públicas

15.452.0006. 1.009 – Aquisição de Terreno

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 (aplicações diretas – Investimentos)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 60.000,00

Entidade: Hospital Municipal de Major Vieira

16.01- Hospital Municipal de Major Vieira

10.302.0008. 2.037 – Manutenção do Hospital

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)

Fonte de Recurso: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 300.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 08 de Dezembro de 2023.
EDSON SIDNEI SCHROEDER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 2666 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411368

LEI MUNICIPAL Nº 2666 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDSON SIDNEI SCHROEDER, Prefeito do MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o poder executivo municipal a abertura de crédito adicional suplementar de despesa no valor total de até R\$17.200,00(-dezessete mil e duzentos reais), no orçamento do exercício de 2023 conforme a seguinte abertura de crédito:

Art. 2º Fica autorizado abertura ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$17.200,00(dezessete mil e duzentos reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

Entidade: Prefeitura Municipal de Major Vieira
03.01- Secretaria de Administração e Gestão
04.122.0003. 2.015 – Manutenção do Corpo de Bombeiros
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 (aplicações diretas – Outras despesas correntes)
Fonte de Recurso: Recursos Ordinários
Valor: R\$ 17.200,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior no valor de R\$17.200,00(dezessete mil e duzentos reais), fica o Poder Executivo autorizado a suplementar exclusivamente dentro do respectivo projeto atividade e modalidade de aplicação previsto no art. 2º, sendo que o valor será oriundo da anulação das seguintes dotações:

Entidade: Prefeitura Municipal de Major Vieira
03.01- Secretaria de Administração e Gestão
04.122.0003. 2.015 – Manutenção do Corpo de Bombeiros
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 (aplicações diretas –Pessoal e Encargos)
Fonte de Recurso: Recursos Ordinários
Valor: R\$ 2.400,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 (aplicações diretas –Investimento)
Fonte de Recurso: Recursos Ordinários
Valor: R\$ 14.800,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 08 de Dezembro de 2023.
EDSON SIDNEI SCHROEDER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001/2023

Publicação Nº 5409916

Prefeitura Municipal de Major Vieira
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.392/0001-2PORTARIA Nº 001/2023

NORMATIZA A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E CARGA HORÁRIA DOS DOCENTES NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MAJOR VIEIRA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o que estabelece a Lei Municipal nº 072/2017, RESOLVE:

CAPÍTULO I – DIRETRIZES GERAIS

Artigo 1º A jornada de trabalho do membro do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte pedagógico à docência e outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério (hora/atividade).

§1º As outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se:

- I – preparação de aula, estudos, pesquisas e demais atividades formativas;
- II – participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;
- III – orientação e acompanhamento de estudantes;

- IV – avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
 V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados de classe;
 VI – participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
 VII – atividades de desenvolvimento profissional;
 VIII – outras atividades da natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

§2º O tempo destinado às outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério deverá contemplar as atividades no próprio local de trabalho ou espaços definidos pela Direção da Unidade Educativa, atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e as atividades individuais realizadas em locais a critério do próprio profissional, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Educação.

§3º Por orientação e acompanhamento de estudantes descrita no item III do §1º deste Artigo, compreende-se as atividades extraclasses que não são caracterizadas como aulas/atividades curriculares envolvendo professores e estudantes.

§4º A ausência não justificada em cursos e eventos, reuniões, colegiado de classe e/ou no tempo destinados às outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério no próprio local de trabalho, definidos pela Direção da Unidade Educativa e/ou Secretaria Municipal de Educação, será considerada falta não justificada.

§5º A organização das outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério deverá respeitar as diretrizes e o calendário de atividades na Unidade Educativa e da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º As atividades de docência dos professores e professores auxiliares, no efetivo exercício da função, nas Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino da Major Vieira, será organizada semanalmente consoante tabela abaixo:

4 horas diárias = 48 min X 5 = 240 min. / 60 = 4 horas

45 min/aula + 15 min. Recreio = 45 min. X 5 + 15 min = 4 horas

Carga Horária	Atividades de interação com alunos Aula 48 min.	Atividades de interação com alunos Aula 48 min.	Atividades docentes na escola (hora atividade) Horas (60 min.)	Atividades docentes na escola (hora atividade) Aula 48 min.
40 horas 50 aulas	26,8 horas 27 horas	33,5 aulas 34 aulas	13,2 horas 13 horas	17,5 aulas/atividades 17 aulas
30 horas 37 aulas	20,1 horas 20 horas	25 aulas 25 aulas	9,9 aulas 10 horas	12 aulas/atividades 12 aulas
20 horas 25 aulas	13,2 horas 13 horas	16,5 aulas 17 aulas	6,8 horas 7 horas	8,5 aulas/atividades 08 aulas
10 horas 12 aulas	6,7 horas 7 horas	8,3 aulas 8 aulas	3,3 horas 3 horas	4,2 aulas/atividades 04 aulas

40 HORAS: 26,8 horas X 60 min = 1.608 / 48 = 33,5 aulas dadas + 17,5 aulas (hora atividade) = 50 aulas.

30 HORAS: 20,1 horas X 60 min = 1.206 / 48 = 25,1 aulas dadas + 11,87 aulas (hora atividade) = 37 aulas.

20 HORAS: 13,2 horas X 60 min = 804 / 48 = 16,75 aulas dadas + 8,25 aulas (hora atividade) = 25 aulas.

10 HORAS: 6,7 horas X 60 min = 402 / 48 = 8,3 aulas dadas + 4,2 aulas (hora atividade) = 12,5 aulas.

§1º Nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 os profissionais do magistério deverão garantir 2/3 (dois terços) da jornada semanal para o desempenho das atividades de interação com os estudantes.

§2º Os professores de áreas/componentes curriculares específicos com números de aulas inferior ao teto estabelecido no caput deste artigo, deverão complementar a carga horária de atividade docente em atividades complementares, definidas por meio de plano de trabalho/projetos educativos articulado com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educativa, devidamente autorizado pela respectiva Diretoria de Educação.

Artigo 3º - Conforme o Art. 12º da Lei de Diretrizes e Base da Educação:

“Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidos”

A carga horária mínima de cada disciplina durante o ano letivo na rede municipal de ensino corresponderá a tabela abaixo:

AULAS PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE MUNICIPAL)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	3 X 40 = 120	90 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	3 X 40 = 120	90 HORAS
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	1 X 40 = 40	30 HORAS
MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
PROFESSOR REGENTE	17 X 40 = 680	510 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

AULAS PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ I E PRÉ II)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	2 X 40 = 80	60 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	3 X 40 = 120	90 HORAS
PRÁTICAS EXPERIMENTAIS	1 X 40 = 40	30 HORAS

MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	1 X 40 = 40	30 HORAS
PROFESSOR REGENTE	17 X 40 = 680	510 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

AULAS PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL I (1º, 2º E 3º ANO)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	2 X 40 = 80	60 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	3 X 40 = 120	90 HORAS
LETRAMENTO E MATEMÁTICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	1 X 40 = 40	30 HORAS
PROFESSOR REGENTE	17 X 40 = 680	510 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

AULAS PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL I (4º E 5º ANO)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	2 X 40 = 80	60 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	3 X 40 = 120	90 HORAS
INGLÊS	1 X 40 = 40	30 HORAS
MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
LETRAMENTO E MATEMÁTICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
PROFESSOR REGENTE	17 X 40 = 680	510 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

AULAS PROFESSORES ANOS FINAIS (6º ANO)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	2 X 40 = 80	60 HORAS
CIÊNCIAS	2 X 40 = 80	60 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	3 X 40 = 120	90 HORAS
ENSINO RELIGIOSO	1 X 40 = 40	30 HORAS
GEOGRAFIA	2 X 40 = 80	60 HORAS
HISTÓRIA	2 X 40 = 80	60 HORAS
INGLÊS	2 X 40 = 80	60 HORAS
MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
LÍNGUA PORTUGUESA	5 X 40 = 200	150 HORAS
MATEMÁTICA	5 X 40 = 200	150 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

AULAS PROFESSORES ANOS FINAIS (7º ANO)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	2 X 40 = 80	60 HORAS
CIÊNCIAS	2 X 40 = 80	60 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	3 X 40 = 120	90 HORAS
ENSINO RELIGIOSO	1 X 40 = 40	30 HORAS
GEOGRAFIA	3 X 40 = 120	90 HORAS
HISTÓRIA	3 X 40 = 120	90 HORAS
INGLÊS	2 X 40 = 80	60 HORAS
MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
LÍNGUA PORTUGUESA	4 X 40 = 160	120 HORAS
MATEMÁTICA	4 X 40 = 160	120 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

AULAS PROFESSORES ANOS FINAIS (8º E 9º ANO)

DISCIPLINA	AULA / ANO POR TURMA	HORA RELÓGIO
ARTES	2 X 40 = 80	60 HORAS
CIÊNCIAS	3 X 40 = 120	90 HORAS
EDUCAÇÃO FÍSICA	2 X 40 = 80	60 HORAS
ENSINO RELIGIOSO	1 X 40 = 40	30 HORAS
GEOGRAFIA	3 X 40 = 120	90 HORAS
HISTÓRIA	3 X 40 = 120	90 HORAS
INGLÊS	2 X 40 = 80	60 HORAS
MÚSICA	1 X 40 = 40	30 HORAS
LÍNGUA PORTUGUESA	4 X 40 = 160	120 HORAS
MATEMÁTICA	4 X 40 = 160	120 HORAS
TOTAL DAS AULAS	1000 X 45 MIN = 45.000 / 60 MIN =	750 HORAS
RECREIO MONITORADO	15 MIN X 40 SEM X 5 DIAS = 3.000/60	50 HORAS
TOTAL DE HORAS ANUAIS		800 HORAS

Artigo 4º - O recreio monitorado para efetivo exercício da carga horária dos servidores do magistério, será considerado quando; munido de planejamento, registro de frequência e visar valorizar a diversidade cultural e o potencial educativo nas práticas de lazer, com novas possibilidades de práticas para as crianças e adolescentes vivenciarem esses momentos, contemplando, por exemplo:

- a) Práticas físicas – pega-pega, pular corda, duro ou mole;
- b) Práticas artísticas – teatro, músicas, dança, artes plásticas;
- c) Práticas manuais – confecção de objetos, modelagens, colagens;
- d) Práticas de raciocínio lógico - jogos de tabuleiro, jogos matemáticos;
- e) Práticas literárias – leitura, composição de poemas, músicas, paródias;
- f) Outros...

§ 1º - Será passivo de falta o profissional que deixar de monitorar o recreio em sua escala.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se a Portaria 001/2019.

Major Vieira, 06 de dezembro 2023

Marilda Rodecz

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

PORTARIA Nº486 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5413319

PORTARIA Nº 486, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Indica membros para compor o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.”

EDSON SIDNEI SCHROEDER, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 79, VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. INDICAR e/ou RECONDUZIR as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Major Vieira/SC.

I- REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL:

Titular: Tabata de Assis

Suplente: Maria Isabel R. Sudoski

Titular: Marisa Ferraz Ribeiro

Suplente: Ligiany Schemczack

II- REPRESENTANTES DE PAIS DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL:

Titular: Silvana Aparecida Gonçalves Padilha Malacoski

Suplente: Tayne Elvira Semke

Titular: Simone Wesolovski

Suplente: Aline Martins Bueno

III- REPRESENTANTE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 5º ANO:

Titular: Elizabete Regina Wesolovski Becker

Suplente: Josefa Sebastiana Cardoso Muller

IV- REPRESENTANTE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO:

Titular: Andreia Krauss de França

Suplente: Marizete Xavier dos Santos

V- REPRESENTANTE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ENSINO:

Titular: Maick Regina dos Santos

Suplente: Andrieli Alves de Lima Morante

Titular: Leila Aparecida Grein
Suplente: Marilze Becker

VI- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Juliana Herbst Nagano
Suplente: Eliane Aparecida Morante

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Major Vieira, 05 de dezembro de 2023.
EDSON SIDNEI SCHROEDER
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 002/2023

Publicação Nº 5409924

RESOLUÇÃO 002/2023

“Dispõe sobre a Organização, funcionamento e o Cumprimento da Hora Atividade nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, no Município de Major Vieira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da gestão responsável, no uso das suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar e disciplinar o funcionamento e o cumprimento da hora atividade, nas escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A hora-atividade é direito exclusivo do professor em efetivo exercício em sala de aula e deve ser cumprida integralmente no local de trabalho do professor, com atividades didáticas de interação com os estudantes, conforme:

I. deve corresponder proporcionalmente a 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasses;

II. As atividades extraclasses correspondem ao processo de planejamento, estudo, preparação e a avaliação do trabalho didático, projetos, a colaboração com a Equipe Gestora da Escola e do Sistema Municipal de Ensino, as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, a articulação com a comunidade, tais como atendimento aos pais ou responsáveis e a formação continuada, em serviço e o aperfeiçoamento profissional.

III. A hora-atividade deve ser cumprida em sua totalidade, no ambiente de trabalho.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Major Vieira, 06 de dezembro de 2023.
MARILDA RODECZ
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO 003/2023

Publicação Nº 5409927

RESOLUÇÃO 003/2023

“Dispõe sobre a Organização e funcionamento de Classes Multisseriadas nas Unidades Escolares que especifica, vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Major Vieira/SC, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da gestão responsável, no uso das suas atribuições, e

CONSIDERANDO a necessidade de se assegurar a oferta de educação pública e gratuita para alunos de educação infantil e ensino fundamental no Sistema Municipal de Ensino, nos termos do Art. 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que de acordo com o inciso II do Art. 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Municípios têm competência para “exercer ação redistributiva em relação às suas escolas”;

CONSIDERANDO que o Art. 23 da LDB também disciplina que “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 02/2008 que “Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.”,

CONSIDERANDO os esforços para ampliação da oferta de oportunidades educacionais apropriadas a demanda de alunos residentes nas áreas rurais do Município e otimização dos recursos existentes;

CONSIDERANDO que o principal fator que motiva a criação de turmas multisseriadas em algumas escolas da Rede Municipal de Ensino é a

baixa densidade populacional na zona rural do município;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar turmas multisseriadas, uma vez que o município de Major Vieira/SC possui na Rede Municipal de Ensino 02 (duas) Unidades Escolares na zona urbana e 02 (duas) unidades escolares na zona rural com distribuição do quantitativo de alunos de 933 alunos, sendo 550 alunos na zona urbana e 383 na zona rural, sendo que do alunado na zona rural, temos turmas com 11 (onze) alunos.

CONSIDERANDO que o principal caminho para organizar o ensino nessa modalidade é abordar a diferença como vantagem pedagógica e realizar uma intervenção pedagógica compartilhada com a classe;

CONSIDERANDO que estudantes de idades e saberes diferentes têm a oportunidade de aprender uns com os outros.

RESOLVE:

Art.1º. Nas unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino e localizadas nas áreas rurais ficam autorizadas a organização e funcionamento de classes multisseriadas de alunos de educação infantil e classes multisseriadas de alunos de Ensino Fundamental.

§1º As classes multisseriadas poderão ser organizadas quando houver demanda reduzida de alunos para a respectiva faixa etária, sendo esta caracterizada sempre que o número de inscrições de alunos for abaixo do número de vagas existentes, não atendendo aos referenciais e normas que disciplinam a organização e a composição de classes/turma.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art.2º. As classes multisseriadas caracterizam-se por apresentar organização didática diferenciada, constituída por agrupamentos de alunos de níveis diversos de aprendizagem, implicando em um processo de ensino com ajustes curriculares especiais e com atendimento metodológico e estratégico próprios, e na observância da seguinte composição pedagógica:

I – A organização do horário das disciplinas deve ocorrer, preferencialmente, com duas aulas sequenciais;

II – O professor deverá:

- a) organizar a turma em grupos de alunos do mesmo termo de estudos e com competências cognitivas próximas, quando se tratar de conteúdos articulados às competências e habilidades do Currículo;
- b) privilegiar avaliações diagnósticas e processuais que auxiliem as estratégias diversificadas de aprendizagem.

Art.3º. A equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e da Unidade Escolar deverão orientar e acompanhar as classes multisseriadas, e inserir na programação das orientações técnicas o atendimento aos respectivos docentes.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Major Vieira, 06 de dezembro de 2023.

MARILDA RODECZ

Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO 004/2023

Publicação Nº 5409930

RESOLUÇÃO 004/2023

“Dispõe sobre o Regramento do quantitativo mínimo e máximo de alunos nas salas de aulas das Escolas da Rede Municipal de Ensino, no Município de Major Vieira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da gestão responsável, no uso das suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar 032/2011-Sistema Municipal de Ensino, artigo 155, prevê que o número mínimo e máximo de alunos por professor será definido por meio de Resolução, do CME.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar 072/2017, que em seus art. 52 e 53 estabelece quantitativo mínimo e máximo de alunos por turma e o critério de nova constituição de turma quando a existente contar com 30% (trinta por cento) a mais do quantitativo máximo de estudantes, previsto, e estabelece, ainda em seu art. 54:

Art. 54. Quando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto constatar a existência de turmas com quantitativo de estudantes aquém do estabelecido, independente de turno e de localização da unidade escolar, estas serão agrupadas.

RESOLVE:

Art. 1º. Regrar o quantitativo mínimo e máximo de alunos nas salas de aula, nas escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, conforme:

I- De 4 a 12 meses – mínimo de 10 (dez) alunos e máximo de 12 (doze) crianças 01 professor e 01 monitor na Creche;

II- De 13 a 24 meses – mínimo de 13 (treze) crianças e máximo de 15 (quinze) crianças/ 01 (um) professor e 01 (um) monitor na creche;

- III- De 25 a 36 meses – mínimo de 13 (treze) crianças, e máximo de 15 (quinze) crianças/ 01 (um) professor e 01 (um) monitor na creche;
IV- De 37 a 48 meses mínimo de 13 (treze) crianças e máximo 16 (dezesseis) crianças/ 01 (um) professor na creche;
V- De 49 a 60 meses – máximo de 25 (vinte e cinco) 01 (um) professor na Pré-escola
VI- Mínimo 25 (vinte e cinco) alunos e máximo 30 (trinta) alunos por professor no Ensino Fundamental I - Anos Iniciais;
VII- mínimo 25 (vinte e cinco) alunos e máximo 35 (trinta e cinco) alunos por professor no Ensino Fundamental II - Anos Finais.

Art. 2º. Só poderá ser constituída nova turma no mesmo ano, quando a existente contar com 30% (trinta por cento) a mais do quantitativo máximo de estudantes previsto nesta Resolução.

Art. 3º. Poderão ser incluídos até 02 (DOIS) alunos com deficiência na sala, desde que com a mesma necessidade educacional especial.

Art. 4º. Quando a Secretaria Municipal de Educação, constatar a existência de turmas aquém do estabelecido nesta Resolução, independente de turno e de localização da Unidade Escolar, estas serão agrupadas.

Art. 5º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Major Vieira, 06 de dezembro de 2023.

MARILDA RODECZ

Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO 005/2023

Publicação Nº 5409932



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

**RESOLUÇÃO 005/2023**

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL/ESCOLA MUNICIPAL DEGRAUS DO CONHECIMENTO, COM MATRÍCULAS E ETAPAS GRADATIVAS A PARTIR DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I, COM INÍCIO NO ANO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da gestão responsável, no uso das suas atribuições,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que prevê em seus Artigos 205 e 224 que a Educação é um direito de absoluta prioridade da criança, devendo ser garantido pelo Estado, Sociedade e Família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF/1988)

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF/1988)

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, que dispõe em seu artigo 34:

“A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

(...)

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. (LDB/1996)

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, que em seu artigo 53º, define que *a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



qualificação para o trabalho, assegurando-lhes, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...).

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB Nº 7/2010, de 07/04/2010 e a Resolução nº 04, de 13/07/2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, também enfatizam a importância da ampliação do tempo escolar. Destaca-se da referida Resolução, o parágrafo 1º do seu art. 12º:

Art. 12. Cabe aos sistemas educacionais, em geral, definir o programa de escolas de tempo parcial diurno (matutino ou vespertino), tempo parcial noturno, e tempo integral (turno e contra-turno ou turno único com jornada escolar de 7 horas, no mínimo, durante todo o período letivo), tendo em vista a amplitude do papel socioeducativo atribuído ao conjunto orgânico da Educação Básica, o que requer outra organização e gestão do trabalho pedagógico.

§ 1º Deve-se ampliar a jornada escolar, em único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens. (Resolução CNE 04/2010)

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), assim como o Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 2257 de 23 de junho de 2015), que definem claramente o aumento na oferta da Educação em tempo integral nas unidades educacionais:

META 6 do PNE: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. (13.005/2014)

META 6 do PME: Lei Municipal nº 2257 de 23 de junho de 2015

CONSIDERANDO a Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, que visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.

CONSIDERANDO a Portaria 1.495, de 02 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, estabelece:

Art. 6º No ato de pactuação das matrículas, os entes federativos comprometem-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, junto ao seu respectivo Conselho de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3045 de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre a criação de escola de Ensino Fundamental com matrículas em Tempo Integral de forma gradativa, a partir do 1º ano do Ensino Fundamental.

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a ampliação da jornada escolar para o mínimo de 07 (sete) horas diárias;

CONSIDERANDO a necessidade de construção de políticas públicas que contribuam para a garantia da oferta de educação em tempo integral de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir dos estudantes;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a promoção de um modelo que visa corresponsabilidade pela gestão do tempo educativo nas escolas do município, mediante ação Intersectorial das áreas sociais, em articulação com as escolas, a fim de estruturar estratégias na busca do desenvolvimento sustentável;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar e disciplinar o funcionamento das ações da Escola de Educação em Tempo Integral na Escola de Ensino Fundamental Degraus do Conhecimento da Rede Municipal de Ensino do município de Major Vieira, estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A organização e funcionamento da unidade escolar que atende a Educação em Tempo Integral observará o disposto nesta Resolução.

Art. 3º. As ações educacionais da Educação em Tempo Integral deverão estar em conformidade com as Diretrizes e Documentos Norteadores e contempladas na grade curricular (ANEXO I), podendo a grade sofrer alterações no decorrer de sua implementação, se houver necessidade.

Art. 4º. A ampliação da jornada escolar no contraturno poderá ser cumprida/ministrada em outros espaços, além da escola ou em outra Escola da Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º. Para a composição do quadro de professores/Agentes de Apoio Educacional que irão atuar na Educação em Tempo Integral, a Secretaria Municipal de Educação deverá verificar o número de profissionais necessários para o desenvolvimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



de suas ações, devendo proceder, prioritariamente, à distribuição de turmas ou das aulas entre os professores em excedência total ou parcial na escola, como extensão de carga horária ou, se necessário, proceder à contratação de professores/ Agentes de Apoio Educacional, respeitando a listagem do Processo Seletivo vigente e o quantitativo de aulas necessárias para o desenvolvimento das ações e atentar para as habilidades específicas para o trabalho com as turmas de Tempo Integral.

Art. 6º. As ações da Educação em Tempo Integral podem ser desenvolvidas por professores regentes de turmas ou de áreas específicas, de acordo com as necessidades dos estudantes e das orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. Nas ações da Educação em Tempo Integral, devem ser propiciadas aos estudantes oportunidades educativas diferenciadas, contribuindo para seu pleno desenvolvimento.

Art. 8º. As matrizes curriculares da turma de Educação em Tempo Integral contemplarão 35 (trinta e cinco) horas, distribuídas na seguinte conformidade:

- a) 20 (horas semanais, destinadas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum e Currículo Regional); e,
- b) 15 horas semanais, destinadas aos componentes curriculares do contraturno;

Art. 9º. A avaliação do desempenho escolar dos estudantes de Educação em Tempo Integral se processará centrada no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes em seu processo de desenvolvimento integral e os resultados alcançados nas expectativas de aprendizagem requisitadas pelo processo de construção dos conhecimentos. A avaliação dos componentes curriculares ofertados no contraturno serão expressos em relatórios qualitativos elaborados pelos docentes, devidamente formalizados em relatórios descritivos.

§1º. Os registros formais das avaliações de desempenho escolar dos componentes curriculares ofertados no contraturno poderão constituir insumos norteadores da avaliação final/global do educando, que, entretanto, isoladamente não poderão definir a continuidade ou não do estudante no ano subsequente.

Parágrafo único. Os casos omissos referentes ao parágrafo anterior serão tratados especificamente pela Secretaria Municipal de Educação, pela Equipe Gestora da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



Unidade Escolar e Professores/ Agentes de Apoio Educacional.

Art. 10º. Poderão atuar no contraturno das turmas da Educação em Tempo Integral os profissionais:

- a) docentes efetivos, para completar carga horária do cargo;
- b) docentes excedentes, para composição da jornada de trabalho na própria instituição, e/ou de carga horária suplementar, de outra instituição da rede municipal, sem descaracterizar a sua condição de excedência;
- c) docentes que manifestarem opção por extensão de carga horária, observando a legislação específica;
- d) docentes contratados para suprir as vagas ainda existentes, obedecendo a ordem classificatória de Processo Seletivo vigente;
- e) Agentes de Apoio Educacional com curso de Magistério ou cursando Licenciatura na área da Educação, compatível com a área de atuação, a partir da 2ª fase, contratados para suprir as vagas ainda existentes, obedecendo a ordem classificatória de Processo Seletivo vigente;

§2º. No decorrer do ano letivo, o docente que, por qualquer motivo, deixar de corresponder às expectativas do desenvolvimento das atividades dos componentes curriculares do contraturno, cujas aulas lhe tenham sido atribuídas ou atribuídas por extensão, perderá essas aulas, a qualquer tempo, por decisão da equipe gestora da unidade escolar, ouvido a gestão da Secretaria Municipal de Educação e assegurado ao docente o direito de defesa.

Art. 11º. A Secretaria Municipal de Educação poderá baixar instruções que se façam necessárias ao cumprimento do disposto na presente resolução.

Art. 12º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir do primeiro dia letivo de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 06 de dezembro de 2023.

MARILDA RODECZ
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



Anexo I
GRADE CURRICULAR/HORÁRIOS
Atividades contraturno

HORARIO JORNADA AMPLIADA- ESCOLA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL			
TURNO MATUTINO			
Horário	2ª Feira	3ª Feira	4ª feira
07:45 as 08:30	Desenvolvimento Socioemocional	Inglês	Arte Mão na Massa
08:30 as 09:15	Raciocínio Lógico e Matemática	Práticas Literárias	Arte Mão na Massa
09:15 as 10:00	Maker Tecnologia e Robotica Kids	Práticas Experimentais	Inglês
10:00 as 10:15	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10:15 as 11:00	Maker Tecnologia e Robotica Kids	Práticas Experimentais	Psicomotricidade e Práticas Esportivas
11:00 as 11:45	Maker Tecnologia e Robotica Kids	Musicalização	Tecnologia/Informática
11:45 as 13:00	Almoço e Convivência	Almoço e Convivência	Almoço e convivência
TURNO VESPERTINO			
Horário	2ª Feira	3ª Feira	4ª feira
11:45 as 13:00	Almoço e Convivência	Almoço e Convivência	Almoço e Convivência
13:00 as 13:45	Maker Tecnologia e Robotica Kids	Inglês	Arte Mão na Massa
13:45 as 14:30	Maker Tecnologia e Robotica Kids	Práticas Literárias	Arte Mão na Massa
14:30 as 15:15	Maker Tecnologia e Robotica Kids	Musicalização	Inglês
15:15 as 15:30	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15:30 as 16:15	Desenvolvimento Socioemocional	Práticas Experimentais	Psicomotricidade e Práticas Esportivas
16:15 as 17:00	Experiencias Matematicas	Práticas Experimentais	Tecnologia/Informática

Matos Costa

PREFEITURA

DECRETO Nº 145/2023 SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 5411945

DECRETO N.º 145/2023 – de 06 de dezembro de 2023.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal autorização contida na Lei Municipal 002376/2022 de 25 de outubro de 2022:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.817,35 (Dez mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROJ/ATIV	2.057		Manutenção da Atenção Primária Básica	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1.605.0000		Aplicações Diretas – 11	10.817,35

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo excesso de arrecadação ref. assistência financeira complementar dos profissionais da enfermagem portaria 2015 R\$ 4.802,61 de 27/11/2023 e 2031 R\$ 6.014,74 de 28/11/2023.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 06 de dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

DECRETO Nº 146/2023 SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 5410653

DECRETO N.º 146/2023 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002.376/2022 de 25 de setembro de 2022:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
UNIDADE	10.02	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
PROJ/ATIV	1.016		Apoio ao Sistema Habitacional	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.2.500.0000		Aplicações Diretas 74	28.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado o superávit financeiro.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 08 de dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES

Assistente Administrativo I

LEI MUNICIPAL Nº 2.426/2023 ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.399/2023

Publicação Nº 5410462

Lei Municipal Nº 2.426/2023 – de 06 de dezembro de 2023.

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 2.399/2023 outras providencias.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito Municipal de Matos Costa, Estado de Santa Catarina faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Lei

Art. 1º. Os artigos 7º e 9º da Lei nº 2.399/2023 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Considerando a necessidade de análise dos critérios e cada situação particular, a concessão dos benefícios eventuais caracteriza-se atividade a ser realizada por profissionais de nível superior que compõem as equipes do órgão gestor Secretaria Municipal de Assistência Social e o obrigatório registro em conselhos de classe, (conforme resolução CNAS nº 17/2011) mediante Parecer Técnico.

§ 1º Quanto ao documento contábil pode ser utilizado recibo, termo de entrega ou ainda listas assinadas pelos beneficiários.

Art. 9º O benefício natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, a ser ofertado em bens materiais, para atender às necessidades advindas do nascimento de membro da família.

§ 1º Os bens materiais consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e itens de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiada.

§ 2º o valor concedido na forma bens materiais corresponderá ao valor de um salário-mínimo nacional em parcela única.

§ 3º O benefício pode ser solicitado a qualquer momento desde que comprovada a gestação e em até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 4º O benefício eventual em razão de nascimento deve ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 5º A morte da criança não inabilita a família a receber o benefício eventual em razão de natalidade.

§ 6º Em caso de parto múltiplo, o benefício será concedido a cada uma das crianças.

§ 7º Em caso de natimorto ou morte do recém-nascido, a família poderá requerer o benefício para suprir necessidades decorrentes.

§ 8º REVOGADO.

Art. 2º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Paço do Contestado, 06 de dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES

Assistente Administrativo I

PORTARIA 634/2023

Publicação Nº 5411181

PORTARIA Nº 634/2023 – De 04 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
558	Eliane Aparecida Castilho	Auxiliar Administrativo I	20 Dias	2022/2023	04/12/2023 a 23/12/2023

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 635/2023

Publicação Nº 5411187

PORTARIA Nº 635/2023 – De 05 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSANI KOCAN, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 636/2023

Publicação Nº 5411192

PORTARIA Nº 636/2023 – De 05 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 09 (nove) dias de afastamento remunerado a servidora GABRIELA CAROLINA MISSAU ROSA, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional do PROFISSIONAL na categoria funcional de NUTRICIONISTA, por motivo de matrimônio, conforme estabelecido no art. 157, inciso IV, alínea “B”, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012, de 26 de junho de 2012

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 637/2023

Publicação Nº 5411197

PORTARIA Nº 637/2023 – De 05 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora GABRIELE APARECIDA BENDLIN, investida no cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional ADMINISTRATIVO, na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, de conformidade com o insculpido no art. 149 da Lei Complementar Municipal nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 638/2023

Publicação N° 5411199

PORTARIA N° 638/2023 – De 06 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REINTEGRAR a pedido da servidora DENISE STEFANIAK SENN, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL, na categoria funcional de ENFERMEIRO SOCORRISTA, a qual estava afastada para tratamento de Saúde, junto ao INSS.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 06 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 639/2023

Publicação N° 5411205

PORTARIA N° 639/2023 – De 06 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
910	Denise Stefaniak Senn	Enfermeiro Socorrista	30 Dias	2021/2022	06/12/2023 a	04/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 06 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005-2023 (SAUDE)

Publicação Nº 5411120

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 21AE5CE1C67F5C5FDDDD7218A9EA8DE1E26EF3313

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIROAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2023

O Município de MELEIRO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 21/12/2023, às 07hs30min estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2023, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2024, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.

A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 as 11 30 horas e das 13:00 as 17 horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone (48) 3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Código TCE: 21AE5CE1C67F5C5FDDDD7218A9EA8DE1E26EF3313

Meleiro/SC, 08 de dezembro de 2023.

EDER MATTOS - Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 75-2023

Publicação Nº 5410320

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2023.

TRATA DA ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO BASE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O anexo III, quadro de cargos de provimento efetivo, grupo II, atividades operações de administração geral – OAG, da Lei Complementar nº 034/2011, especificamente ao cargo de agente administrativo, passa a ter a redação do anexo I da presente Lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 08 de dezembro de 2023.

Eder Mattos

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTO
AGENTE ADMNISTRATIVO	40H	R\$ 2.500,00

LEI COMPLEMENTAR Nº 76-2023

Publicação Nº 5410327

LEI COMPLEMENTAR Nº 76/2023.

TRATA DA ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO BASE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O anexo II, quadro de cargos de provimento efetivo, grupo II, atividades operações de administração geral – OAG, da Lei Complementar nº 037/2013, especificamente ao cargo de agente administrativo, passa a ter a redação do anexo I da presente Lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 08 de dezembro de 2023.

Eder Mattos

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTO
AGENTE ADMINISTRATIVO	40H	R\$ 2.500,00

PORTARIA N° 455-2023

Publicação N° 5409882

PORTARIA n.º 455/2023

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, determina:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora DIANDRA HOINATZ DE AGUIAR, ocupante do cargo de Professor Act, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/12/2023.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de dezembro de 2023.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 456-2023

Publicação N° 5410737

PORTARIA n.º 456/2023

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações e Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002 e suas alterações, determina:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora LUCIANA DOS SANTOS MOTA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de dezembro de 2023.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Mirim Doce

PREFEITURA

CONTRATO 55/2023

Publicação Nº 5410321

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A9E714BA17BFDD87F9A221ABA88C8B413598BB59

CONTRATO

CT 0055/2023 / PMMD/SEC

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 55/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE Mirim Doce/SC E A EMPRESA TERRA-PLANAGEM MOTTA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 40/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 06/2023

O MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. BERNARDO PERON, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.952.248/0001-69, com sede administrativa na Rua Alfredo Cordeiro, n.º 220, Centro doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa TERRAPLANAGEM MOTTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 48.081.415/0001-63, com sede à Rua Dorvalino Gonzaga, n.º 84, Bairro independência, município de Pouso Redondo/SC, neste ato representado pelo Sr. GEOVANI MOTTA, inscrito no CPF sob o n. 090.891.899-20, doravante denominada CREDENCIADA, tudo de conformidade com o processo de inexigibilidade/credenciamento, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a Prestação de Serviços de SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, PESO OPERACIONAL DE 8 A 20 TONELADAS e SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE, CAPACIDADE DE CARGA DE 16 TONELADAS, TRAÇÃO SIMPLES 6 X 4, conforme autorização da Secretaria Municipal e o edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 06/2023.

0.0.1 As especificações da prestação de serviços para execução do objeto do presente contrato, encontram-se definidas no Anexo I – Termo de Referência, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integram o presente Termo de Contrato.

1. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

1.1. A CREDENCIADA prestará os serviços a CONTRATANTE conforme as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência), comprometendo-se a CREDENCIADA a executá-los durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do CONTRATANTE.

1.2. Qualquer serviço prestado apresente qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a CREDENCIADA, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as especificações deste contrato e seu Anexo I, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o CONTRATANTE.

1.3. A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor JIAN PAULO CARDOSO e pelo servidor VALDIR DA SILVA designados pela Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos o qual será, também, responsável pela sua avaliação em relação a qualidade dos serviços prestados.

1.4. A CREDENCIADA deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.

1.5. A CREDENCIADA deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, relativas à execução do objeto deste Contrato.

1.6. A CREDENCIADA se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo CONTRATANTE, sejam estas:

2.6.1. Prestar o serviço de exames, consultas e/ ou outros procedimentos que contemplam este edital de credenciamento de acordo com o previsto neste instrumento, com atendimento de qualidade a todas as pessoas que precisarem dos serviços;

2.6.2. Atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal pré-definido;

2.6.3. Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou ordem de serviço devidamente assinada pelo representante do Município;

1.5.4. Preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;

1.5.5 Registrar todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas às consultas formuladas pelo contratado;

1.5.5. Apresentar o documento hábil para cobrança, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado;

2.6.7. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, devendo as consultas e os laudos serem realizados e assinados pela própria Credenciada;

2.6.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CREDENCIADA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;

2.6.9. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria solicitante, cujas reclamações deve se obrigar a atender;

2.6.10. Manter durante toda a vigência deste credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, bem como atualizar junto ao setor de licitações, quando houver modificação, os dados cadastrais, endereço, telefones, e-mails;

- 2.6.11. Comunicar a mudança de endereço do estabelecimento comercial, indicando novo endereço e apresentando cópia do alvará de funcionamento;
- 2.6.12. Comunicar, por mensagem eletrônica ou outro meio de comunicação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria de Serviços urbanos (garagem@mirimdoce.sc.gov.br), a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do serviço, sugerindo as medidas para corrigir a situação;
- 2.6.13. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do serviço.
- 2.7. A prestação de serviços executada pela CREDENCIADA estará sujeita à aceitação do CONTRATANTE, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo I, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.
- 2.8. O aceite do serviço será formalizado pelo CONTRATANTE, através da aposição de Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.
- 2.9. A CREDENCIADA ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo I (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite emitido pelo CONTRATANTE.
- 2.10. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do CONTRATANTE para com a CREDENCIADA, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no Credenciamento e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.
- 2.11. A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do CONTRATANTE, mediante autorização do CONTRATANTE.
- 2.12. A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do CONTRATANTE salvo se de outra forma for determinado pelo CONTRATANTE, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à CREDENCIADA.

2. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 2.1. Importa o presente Contrato para a execução de serviço de escavadeira hidráulica sobre esteira, peso operacional de 8 a 20 toneladas o valor de R\$300,00 (trezentos reais) por hora máquina trabalhada e para serviço de caminhão basculante, capacidade de carga de 16 toneladas, tração simples 6 x 4 o valor de R\$200,00 (duzentos reais) por hora máquina trabalhada, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda e Decreto Municipal.
- 2.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CREDENCIADA, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.
- 2.2.1. O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado e aceito pelo CONTRATANTE.
- 2.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela CREDENCIADA, instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo CONTRATANTE na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste Contrato.
- 3.3.1 A CREDENCIADA poderá encaminhar a fatura por e-mail ao CONTRATANTE, que deverá confirmar seu recebimento, para efeito do item 3.3 desta cláusula.
- 2.2.2 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item 3.3 acarretará a interrupção do pagamento à CREDENCIADA até que seja suprida a exigência.
- 2.4. A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à CREDENCIADA (artigo 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/21).
- 2.5. Será descontado de pagamento devido pelo CONTRATANTE o valor de eventual multa imposta à CREDENCIADA em razão de infração ocorrida durante o contrato.
- 2.6. O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de atualização por meio de Decreto Municipal.
- 2.7. Poderá ser revisado, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n.º 14.133/2021 para reduzi-los ou aumentá-los; a alteração ocorrerá após a publicação de Decreto ou outro documento equivalente;
- 2.8. Também poderá ser atualizado através de índice oficial, podendo ser aplicado o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
- 2.9. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às CREDENCIADAS, em caso de redução.

3. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA ENTREGA

- 3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, de 04 de dezembro de 2023 a 03 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 14.133/21, através de termo aditivo.
- 3.2. As condições de fornecimento do objeto são aquelas previstas no edital e Anexo I (Termo de Referência).
- 3.2.1. O ônus de prestar os serviços é exclusivo da CREDENCIADA. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não execução dos serviços ou para a execução além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros.

4. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1. Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao CONTRATANTE, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.
- 4.2. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da CREDENCIADA que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.
- 4.2.1. A CREDENCIADA deverá acatar a fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas as solicitações de informações.

4.3. O acompanhamento efetuado pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz as responsabilidades da CREDENCIADA perante o CONTRATANTE e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da CREDENCIADA no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

4.4. Qualquer comunicação do CONTRATANTE à CREDENCIADA deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a CREDENCIADA, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

5. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O presente Contrato poderá, a critério do CONTRATANTE e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

6. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CREDENCIADA encontram-se estabelecidas neste contrato, no edital de credenciamento e no Anexo I (Termo de Referência), que fazem parte integrante do presente contrato.

6.2. O custo decorrente do fornecimento dos serviços, inclusive o seu deslocamento e demais despesas, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CREDENCIADA.

6.3. Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo estipulado na notificação administrativa à CREDENCIADA, sob pena de multa.

6.4. Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, ficará a CREDENCIADA obrigada a garantir a perfeita execução do objeto do Contrato, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência).

6.5. A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21).

6.5.1. O Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE ou os órgãos do CONTRATANTE responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da CREDENCIADA.

7. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

7.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, a CREDENCIADA ficará sujeita às sanções administrativas descritas abaixo, além daquelas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21:

I - advertência;

II - multa que não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2. As multas previstas no item 8.1 têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

8. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

8.1.1. Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, o fato de a CREDENCIADA:

a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;

b) quebrar o sigilo profissional;

c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;

d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

8.2. Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2º, sem que haja culpa da CREDENCIADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

8.3. A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

9. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

9.1. O CONTRATANTE e a CREDENCIADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de PROCESSO ADMINISTRATIVO ou ser contratado pela Administração.

9.1.1. As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei n.º 13.709/2018).

9.2. O eventual acesso, pela CREDENCIADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a CREDENCIADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.

9.2.1. Qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CREDENCIADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados, acarretará a imposição de pena de multa de até 2 % (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da Lei n.º 13.709/18.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS, DAS DESPESAS E DO DOCUMENTO FISCAL

10.1. Constituirá encargo exclusivo da CREDENCIADA o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

10.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Mirim Doce/SC, CNPJ sob o n.º 95.952.248/0001-69 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.

10.3. Quando for emitido o documento fiscal, a CREDENCIADA deverá enviar e-mail garagem@mirimdoce.sc.gov.br do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo.

10.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CREDENCIADA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

11.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do orçamento do exercício de 2023, conforme a seguinte dotação:

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

12.1. O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

13.2. Após a publicação do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do município de Mirim Doce/SC.

13.2.1. Se houver, a via física original da CREDENCIADA ficará disponível para retirada no Departamento de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. O presente termo de contrato é ajustado na forma de contratação direta, com fundamento no art. 79 da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Taió/SC, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Mirim Doce/SC, 04 de dezembro de 2023.

PREFEITO BERNARDO PERON
CONTRATANTE

TERRAPLANAGEM MOTTA LTDA
CREDENCIADA

Testemunhas:

Nome: Micheli Dos Santos
CPF: 109.364.959-36

Nome: Morgana Gardini
CPF: 082.595.929-24

CONTRATO 56/2023

Publicação Nº 5410355

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4A33F20CF4D4F699F1D9DB97D8FE00CE80B22277

CONTRATO

CT 0056/2023 / PMMD/OBRAS

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE OBJETO N. 56/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE (SC), E A EMPRESA RECUPERADORA DE MOTORES ALTO VALE LTDA.

O MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. BERNARDO PERON, com sede à Rua Alfredo Cordeiro,

220, inscrito no CNPJ/MF n. 95.952.248/0001-69, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa RECUPERADORA DE MOTORES ALTO VALE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.23.304.061/0001-48 estabelecida na Rodovia BR470, Bairro Canta Galo, no Município de Rio do Sul neste ato representada pelo Sr. LUCIO FLAVIO GIRARDI, portador da Carteira de Identidade n. 1.670.906 e CPF n. 719.083.409-59 residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei n. 8.666/93 e alterações, e o PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 37/2023, instaurado através do Edital de Pregão Presencial n.20/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DO MOTOR E EMBREAGEM DA CAMINHONETE TOYOTA HILUX, UTILIZADA NA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

1.1 O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, de 07 de dezembro de 2023 a 06 de junho de 2024, podendo ser prorrogado por conveniência da Administração nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.O objeto deverá ser fornecido de acordo com a solicitação da contratante, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega dos mesmos conforme solicitação do setor requisitante, devidamente autorizado pela Secretaria responsável, sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Anexo I do presente Edital.

2.O objeto deverá ser entregue e realizado de acordo com a necessidade da Administração, seguindo os critérios definidos no termo de referência.

3.A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelas despesas de deslocamento, pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, de execução do objeto, seguindo a legislação vigente.

4.Por ocasião do recebimento dos serviços, a Secretaria responsável, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

5.A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca dos serviços, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma se encontra com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

6.O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

7.Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

1. O valor total contratado é de R\$ 45.000,00(quarenta e cinco mil reais) pelo serviço prestado, de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 37/2023, PREGÃO PRESENCIAL 20/2023, importando os valores por itens vencedores, identificados pela cópia da Autorização de Fornecimento em anexo ao presente contrato, a qual é parte integrante do presente instrumento.

2. Nos preços contratados já estão inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos, quando for o caso, bem como todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação.

3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante a apresentação do documento fiscal atestado por Servidor Municipal competente.

4. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do artigo 31, da Lei n. 9.032, de 28 de abril de 1995, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

5. Os preços não serão reajustados.

6. Os preços somente serão revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações, mediante requerimento, devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO DOCUMENTO FISCAL

1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido à Prefeitura Municipal de Mirim Doce, localizada na Rua Alfredo Cordeiro, 220, Centro de Mirim Doce (SC), em dias de expediente, das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas. CNPJ: 95.952.248/0001-69 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo licitatório.

2. Quando for emitido o documento fiscal, referente ao objeto licitado, a CONTRATADA deverá enviar ao e-mail garagem@mirimdoce.sc.gov.br o referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Secretaria de Administração e Finanças, aos cuidados do Setor de Contabilidade (Fone/Fax: (47) 3565-0026).

3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

a) Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da contratante, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega

dos mesmos conforme solicitação do setor requisitante, de acordo com as especificações do Anexo I do presente Edital.

b) A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

c) Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria responsável, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

d) A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma se encontra com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

e) O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

f) Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

g) A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

h) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

i) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

j) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

k) Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

a) A definição do objeto deste Contrato;

b) Tomar todas as providências necessárias à execução do presente Contrato;

c) Fiscalizar a execução do contrato;

d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento;

e) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

f) Providenciar a publicação resumida do contrato até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

g) Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos itens objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93, n. 10.520/02 e Decreto Municipal, aplicar as seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do Edital PP n. 20/2023 ou do presente contrato;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3. O atraso injustificado no fornecimento dos materiais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso.

4. A multa referida acima não impede que a CONTRATANTE aplique as outras sanções previstas em Lei.

5. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações, sem que

assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei n. 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

1. Fica eleito o foro da cidade de Taió (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes, a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Mirim Doce, 07 de dezembro de 2023.

Contratante	Contratada
Município De Mirim Doce	Recuperadora De Motores Alto Vale LTDA
Bernardo Peron	Lucio Flavio Girardi

Testemunhas:

Micheli Dos Santos
109.364.959-36

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2022

Publicação Nº 5410884

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8B208B4D99CDA2474A20CDE826A37E667600E444

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº56/2022

Pelo presente instrumento de termo aditivo, o MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.952.248/0001-69, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro, neste ato representado pelo Sr. BERNARDO PERON, brasileiro, casado, portador do RG nº 345.935 SSP/SC, inscrito no CPF nº 380.295.969-87, residente e domiciliado à Rua Frederico Westphal, nº 268, bairro Centro, Mirim Doce/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Princesa Isabel, na cidade de Ibirama/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 05.898.011/0001-54, neste ato representada pelo Sr. VILMAR VENDRAMI, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução da obra abaixo indicada, que se regerá pelo disposto neste Contrato, no PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 39/2022, Tomada de Preços n. 02/2022, celebram entre si o presente termo aditivo conforme as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

O presente termo aditivo tem como fulcro as disposições da Lei 8.666/93 e devido ao Convênio 875359/2018 entre o Ministério Da Integração e Do Desenvolvimento Regional e o Município de Mirim Doce/SC, sendo que não ocorreu o repasse do recurso pelo ministério, deste modo o Município fica impossibilitado de iniciar a execução da obra, portanto, há necessidade da prorrogação de vigência para que após o repasse dos recursos pelo Ministério ocorra a liberação da ordem de serviço e a execução da obra pela empresa Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogado o prazo do contrato 56/2022, pelo prazo de 12 meses de 17/12/2023 até 16/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 56/2022, constante da Tomada de Preços n. 02/2022. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Mirim Doce – SC, 08 de dezembro de 2023.

BERNARDO PERON
MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE/SC
CONTRATANTE

VILMAR VENDRAMI
JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: MICHELI DOS SANTOS
CPF: 109.364.959-36

REPUBLICAÇÃO EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 21/2023

Publicação Nº 5410499

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B2728A3027C003DC4CF6272D4C5D7C568BB6F602

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

EXTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 39/2023

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de relocação de postes, na Estrada Geral Voltapinho, no município de Mirim Doce/SC, conforme o Anexo I - termo de referência e demais especificações deste edital.

Tipo de Julgamento: Menor Preço Global.

Credenciamento e entrega dos envelopes de habilitação e proposta: até às 09:00 (nove horas) do dia 21/12/2023. Abertura da sessão às 09:15(nove horas e quinze minutos), do mesmo dia, na sede da prefeitura, sito à Rua Alfredo Cordeiro, n.º 220, Centro, Mirim Doce/SC.

Maiores informações sobre o edital poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@mirimdoce.sc.gov.br , telefone para contato (47)3565-0026 com o setor de licitações.

Registrado no TCE chave: B2728A3027C003DC4CF6272D4C5D7C568BB6F602

Mirim Doce/SC, 08/12/2023.

Bernardo Peron – Prefeito Municipal.

Modelo

PREFEITURA

EDITAL DE SUBSTITUIÇÕES Nº 002/2023

Publicação Nº 5410849

EDITAL DE SUBSTITUIÇÕES Nº 002/2023

ABRE INSCRIÇÕES PARA INTERESSADOS(AS) EM SUBSTITUIÇÕES NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA ANO DE 2024.

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO (SC), faz saber, que se encontram abertas as inscrições para os professores interessados em substituições nas escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme Decreto nº 093/2022, de 11 de março de 2022, que dispõe sobre regulamentação das substituições de professores(as) no âmbito do Departamento de Educação em caso de afastamento temporário.

I - DAS INSCRIÇÕES:

0.1. Estão abertas as inscrições para suprir licenças, afastamentos e férias de professores e auxiliares Educacionais em afastamentos, da Rede Municipal de Ensino, na forma do disposto no Decreto nº 093/2022, de 11 de março de 2022.

0.2. Os interessados deverão efetuar sua inscrição a partir de 11.12.2023, no horário das 7h 30min às 11h 30min e das 13h às 17h, na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller. Salienta-se que o presente Edital permanecerá aberto para inscrições, podendo os interessados credenciarem-se a qualquer tempo.

0.3. Para as inscrições os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia do Diploma de Licenciatura
- Ficha de Inscrição (Anexo I);
- Fotocópia da Identidade.
- Fotocópia cartão bancário

II - DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO:

1.1. Os critérios para classificação obedecerão ao seguinte:

I - Poderão se inscrever na presente seleção os professores habilitados interessados;

II - Os inscritos comporão lista própria conforme disponibilidade de dias e horas do professor;

III - Terão preferência às vagas primeiramente os inscritos classificados no processo seletivo vigente;

IV - A ordem de classificação dos aprovados no processo seletivo vigente permanecerá conforme aquela classificação, enquanto para os que não constam da lista de Classificados do Processo Seletivo será por títulos nos seguintes termos:

- a) Especialização = 3 pontos, limitado a um título;
- b) Graduação = 2 pontos, limitado a um título;

V - O candidato chamado deverá atender todas as substituições possíveis no período de 30 (trinta) dias, recebendo remuneração de acordo com os dias trabalhados, sendo definido o valor de R\$ 90,00 (noventa reais) por turno de trabalho.

1.2. Para casos de desempate serão respeitados os seguintes critérios:

- a) Habilitação na área de atuação;
- b) Especialização na área de atuação;
- c) Idade;
- d) Sorteio;

1.3. Considerando que num mesmo período vários professores são necessários e, muitos não tem disponibilidade para atuar na vaga, a ordem de chamada poderá ser alterada a fim de pronto atender a unidade escolar.

III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

3.1. Os casos omissos serão resolvidos por Comissão de Substituições, designada pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.

Modelo SC, em 08 de dezembro de 2023.

RAQUEL STOCKER

Diretora de Educação de Modelo - SC

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Candidato: _____

CPF: _____

Telefones para contato: _____

Habilitado em: _____

ou Cursando: _____

Dias da semana e turnos disponíveis para substituição:

<input type="checkbox"/> 2ª feira	<input type="checkbox"/> Matutino	<input type="checkbox"/> Vespertino
<input type="checkbox"/> 3ª feira	<input type="checkbox"/> Matutino	<input type="checkbox"/> Vespertino
<input type="checkbox"/> 4ª feira	<input type="checkbox"/> Matutino	<input type="checkbox"/> Vespertino
<input type="checkbox"/> 5ª feira	<input type="checkbox"/> Matutino	<input type="checkbox"/> Vespertino
<input type="checkbox"/> 6ª feira	<input type="checkbox"/> Matutino	<input type="checkbox"/> Vespertino

Disciplinas para substituição:

- ☐ Educação Infantil
☐ Ensino Fundamental
☐ Inglês
☐ Arte
☐ Educação Física

Está classificado no Processo Seletivo 2022:

☐ SIM ☐ NÃO

Classificação na Ed. Infantil: _____

Classificação no Ens. Fundam: _____

Classificação na Disciplina: _____

Modelo, SC, _____ de dezembro de 2023.

Assinatura do candidato:

PORTARIA Nº 233/2023 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409727

PORTARIA Nº 233/2023 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2607/2023 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando requerimento dos servidores.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas aos Servidores Público Municipais lotados no departamento de Educação, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
ADRIANA F. RAUBER 20583-3	09.02.2023 A 08.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
ANDREIA VALERA 27057-2	01.03.2023 A 29.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
CAMILA FACCO 27030-3	01.03.2023 A 29.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
CAROLAI FACCO 24520-2	04.02.2023 A 03.02.2024	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)
CLAIRTON J. BEVILAQUA 27970-1	16.02.2023 A 15.02.2024	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)
DIRLEI A. DIAS 27963-1	13.02.2023 A 12.02.2024	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)
DONISETE EUZÉBIO 18872-1	13.02.2022 A 12.02.2023	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
GLACI B. SIEBAUER 20940-5	24.03.2022 A 23.03.2023	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)
JAINE A. ALBANI 24511-2	23.01.2023 A 22.01.2024	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)
JOCIANE T. KESSLER 27933-2	08.02.2023 A 07.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
JOSIANE E. STRECK 27964-1	13.02.2023 A 12.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
KAUANA C. DE OLIVEIRA 27966-1	14.02.2023 A 13.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
MARLI CARDOZO 27931-2	08.02.2023 A 07.02.2024	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
MARLENE F. OLDENBURG 21997-4	01.07.2022 A 30.06.2023	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)
ROSELI M. A. DEMBINSKI 20532-1	08.01.2022 A 07.01.2023	21.12.2023 A 09.01.2024 (20 dias)
VILMAR DA SILVA 25739-2	11.11.2022 A 10.11.2023	21.12.2023 A 19.01.2024 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 07 de dezembro de 2023.

DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

LIZETE RINTZEL
COORDENADOR GERAL DE DEPARTAMENTO

PORTARIA Nº 234/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409929

PORTARIA Nº 234/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2607/2023 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando requerimento dos servidores.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas aos Servidores Público Municipais férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
ADRIANA G. STRECK 25984-2	04.01.2023 A 03.01.2024	21.12.2023 A 04.01.2024 (15 dias)
ANA M. E. DEBUS 24090-1	08.03.2022 A 07.03.2023	20.12.2023 A 08.01.2024 (20 dias)
IRMA A. R. CONRADO	05.02.2022 A 04.02.2023	20.12.2023 A 29.12.2023 (10 dias)
PATRICIA GIARETTA 24015-1	19.02.2022 A 18.02.2023	20.12.2023 A 29.01.2024 (10 dias)
VANESSA J. MACIEL 27618-1	17.02.2022 A 16.02.2023	21.12.2023 A 04.01.2024 (15 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 08 de dezembro de 2023.

DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

LIZETE RINTZEL
COORDENADOR GERAL DE DEPARTAMENTO

Mondaí

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO 34/2023

Publicação Nº 5409740

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 34 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 011/2023.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, os seguintes aprovados no Concurso Público Edital nº 011/2023.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

NOME DO CANDIDATO(A):	CLASSIF.
Meridiane Fatima Pedan	4º

Os candidatos acima relacionados, deverão se apresentar até o dia 07 de janeiro de 2024, às 08:00 horas no Setor de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento dos cargos se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Concurso Público nº 011/2023.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 08 de dezembro de 2023.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

EDITAL CHAMAMENTO 35/2023

Publicação Nº 5409743

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 35 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 011/2022.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, os seguintes aprovados no Concurso Público nº 011/2022.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (40h):

NOME DO CANDIDATO(A):	CLASSIF.
Neusa Ione Luedtke Hermes	17º
Claudete Maria Grassi Henkel	18º

Os(as) candidatas(as) acima relacionados(as), deverão se apresentar até o dia 07 de janeiro de 2024, às 08:00 horas no Setor de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento dos cargos se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Concurso Público nº 011/2022.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 08 de dezembro de 2023.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

PORTARIA 774/2023

Publicação Nº 5411676

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 774 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 20 dias a ANA PAULA GOLDMEIER, matrícula nº 4466, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 18/12/2023 a 06/01/2024, correspondente ao período aquisitivo de 02/01/2023 a 01/01/2024,

devendo a funcionária retornar aos trabalhos normais no dia 07/01/2024.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 08 de dezembro de 2023.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

GINTHER OTTO DREHER
Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA 775/2023

Publicação N° 5411681

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 775 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 15 dias a servidora Sra. SILVEDIA BECKER MAYER, matrícula nº 2370, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período de 26/12/2023 a 09/01/2024, correspondente ao período aquisitivo de 02/01/2022 a 01/01/2023, devendo a servidora retornar aos trabalhos normais no dia 10/01/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 08 de dezembro de 2023.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal.

GINTHER OTTO DREHER
Secretário Municipal de Saúde.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL NO. 103/2023

Publicação Nº 5410146

DECRETO Nº 103/2023

TRATA DE REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSFERÊNCIA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLELIO DANIEL OLIVO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 27, parágrafo único da Lei Municipal n. 1028/2022 e artigo 8º, da Lei Municipal n. 1034/2022,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada, por transferência, no valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) com a seguinte classificação:

27.00 – SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA.

27.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA.

2.014 – MANUTENÇÃO DO ESPORTE.

3.3.90.00.00.00.00.0100 (077) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada.

27.00 – SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA.

27.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA.

2.014 – MANUTENÇÃO DO ESPORTE.

4.4.90.00.00.00.00.0100 (078) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 08 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 469 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410172

DECRETO Nº 469 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15 e art. 19 da Lei nº 3.690 de 20/12/2022 (LOA/2023):

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 1.605.0000.0000.0000 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem, até a importância de R\$ 173.817,80 (cento e setenta e três mil oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

UNIDADE: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0007 – Caminho do Desenvolvimento da Saúde

2.058 – Grupos de Financiamentos da Gestão do SUS

Fonte de Recursos – 1.605.0000.0000.0000 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

27 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 173.817,80

T O T A LR\$ 173.817,80

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

PREFEITO

PORTARIA 3880 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411467

PORTARIA Nº 3880 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei a Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a FABIANA LUIZ EGIDIO PAULO, matrícula 63432305 ocupante do cargo de PROFESSOR com carga horária de 20 horas semanais. Pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início em 08.12.2023 e término em 05.04.2024, conforme art.82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art.1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088/2007

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08.12.2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA

Médico do Trabalho

PORTARIA 3881 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411518

PORTARIA Nº 3881 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, MARILZA PEÇANHA LOUZADA DE SOUZA matrícula 228803 ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 40 (quarenta) dias consecutivos, com início em 30.10.2023 e término em 08.12.2023, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08.12.2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA Nº 3878 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411471

PORTARIA Nº 3878 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO CONTÁBIL

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR para exercer as atividades de COORDENAÇÃO CONTÁBIL, o (a) servidor (a) EDINEIA BETT SANTIAGO, matrícula 215403, cargo de CONTADOR, com 40 horas semanais
Art. 2º. O servidor designado fará jus a gratificação prevista no Artigo 40, da Lei Complementar nº.426/2023, regulamentada por meio do Decreto nº.391 de 27 de outubro de 2023, o qual aprovou a Instrução Normativa nº 002/2023.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
NATHALIA ZABEL
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 3882 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411472

PORTARIA Nº 3882 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 42 de 06 de Março de 2023, e de acordo com a lei complementar nº 07/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO Nº 031/2023, para exercer o cargo de efetivo de FISCAL DE POSTURAS, com 12X36 horas semanais, BRUNO FRANCISCO FERNANDES
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 11/12/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2023.
NATHALIA ZABEL
DIRETORA DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 3563/2023

Publicação Nº 5409918

PORTARIA Nº 3563/2023

DESIGNA SERVIDORES AUTORIZADOS A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, os servidores abaixo relacionados, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) NATALIA CRISTINA SOARES DE MELLO – matrícula nº 63731901;

II) MARLON ROSA – matrícula nº 63730101;

III) MARCOS ROGERIO BRADACZ – matrícula nº 63729601.

Art. 2º Os servidores públicos autorizados a dirigir deverão obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

a) Ceder à direção do veículo a terceiros;

b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º Os servidores públicos autorizados a dirigir veículos oficiais deverão cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 28 de novembro de 2023.

RODRIGO LEONARDO VARGAS SILVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

PORTARIA Nº 3693/2023

Publicação Nº 5409961

PORTARIA Nº 3693/2023

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo relacionado, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) ADILSON JOSE PATATT JUNIOR – matrícula nº 63571501.

Art. 2º O servidor público autorizado a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

a) Ceder à direção do veículo a terceiros;

b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 05 de dezembro de 2023.

ROBERTO MELENTINO FERREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

PORTARIA Nº 3794/2023

Publicação Nº 5411938

PORTARIA Nº 3794/2023

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo relacionado, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) LUCIANO DA COSTA – matrícula nº 63387301.

Art. 2º O servidor público autorizado a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia,

não podendo:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 07 de dezembro de 2023.

NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

PORTARIA Nº 3795/2023

Publicação Nº 5410023

PORTARIA Nº 3795/2023

DESIGNA SERVIDORA AUTORIZADA A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, a servidora abaixo relacionada, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) CAMILA KERICH – matrícula nº 316901.

Art. 2º A servidora pública autorizada a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 07 de dezembro de 2023.

RICARDO ARTY ECHELMEIER

SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 3796/2023

Publicação Nº 5411944

PORTARIA Nº 3796/2023

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo relacionado, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – matrícula nº 63728001.

Art. 2º O servidor público autorizado a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 07 de dezembro de 2023.

RODRIGO SABINO SOARES

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 3797/2023

Publicação Nº 5411884

PORTARIA Nº 3797 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E REVOGA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão Permanente Responsável pela Avaliação de Bens Móveis e Semoventes do Município, cujos integrantes são os seguintes:

I - Membro-Presidente: Tatiana de Alencar Carlini – matrícula: 63315701;

II - Membro: Michael Jackson Miranda – matrícula: 63579501;

III - Membro: Givanildo Antoninho Rosseti – matrícula: 63583901;

IV – Membro: Romário Augusto da Silva – matrícula: 63490002;

V – Membro: Gustavo Garcia dos Santos – matrícula: 6220403.

Art. 2º São atribuições da Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Semoventes:

I – Definir a forma de alienação dos bens considerados inservíveis, em conjunto com o Departamento de Gestão Patrimonial;

II – Definir a forma de reversão de doação, permuta, inutilização, abandono dos bens, móveis ou semoventes;

III – Verificar a possibilidade de recuperação dos bens, quando for financeiramente viável e de aplicação útil para o Município;

IV – Verificar a possibilidade de remanejamento de bens que estejam ociosos em um local e que possa ser útil em outro órgão.

§ 1º A presente comissão poderá convocar outros servidores para colaborar na execução do presente trabalho, por meio de formalização de pareceres e laudos técnicos específicos.

§ 2º Os trabalhos da presente comissão poderão ser deliberados a partir de decisão de três integrantes da comissão.

Art. 3º Os servidores designados farão jus a gratificação prevista no artigo 27 da Lei Complementar nº 426/2023, com regulamentação através da Instrução Normativa SAL nº 002/2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se a Portaria nº 802, de 07 de abril de 2023, publicada na Edição 4165 do Diário Oficial dos municípios.

NAVEGANTES/SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2023**

Publicação Nº 5410748

Extrato Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2023

Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 03/2023

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: LMS EDUCAÇÃO LTDA

CNPJ: 28.934.790/0001-00

Objeto: Primeiro termo aditivo para alteração da vigência do contrato original, cujo objeto é o WORKSHOP DE CAPACITAÇÃO DE GESTORES, SERVIDORES E CONSELHEIROS PARA IMPLANTAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Vigência: Início 31/12/2023 – Término 30/06/2024

Navegantes, 08 de dezembro de 2023.

Igor Fretta Nogueira de Lima

Diretor Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

ERRATA N° 01 DO PROCESSO N° 131/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 88/2023

Publicação N° 5410656

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D677EC2FAADFB2808EB7BE28A8D58F58F97947A

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTOERRATA N° 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 131/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO
N° 088/2023 de 23 de novembro de 2023.

A Prefeitura de Nova Trento, através da comissão permanente de licitações, vem a público retificar o edital n° 131/2023 de 23/11/2023, CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA, INCLUSIVE SOB A FORMA DE COOPERATIVA DE CRÉDITO, AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE 100% DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, ABRANGENDO OS EFETIVOS, COMISSIONADOS, AGENTES POLÍTICOS, CONSELHEIROS TUTELARES E ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, INCLUSIVE AQUELES QUE VENHAM A SER ADMITIDOS, CONTRATADOS OU NOMEADOS DURANTE A VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, RESPEITADO O PRINCÍPIO DE PORTABILIDADE DAS CONTAS, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL.

Onde se lê, no termo de referência item 14

5.7. A Pirâmide Salarial (valor e quantidade de funcionários por faixa salarial), referente a OUTUBRO/2023, é definida da seguinte forma:

Faixa Salarial (Salário Bruto)	Nº de Servidores	Percentual
R\$ 0,01 à R\$ 500,00	0	0%
R\$ 500,01 à R\$ 1.000,00	04	0,5%
R\$ 1.000,01 à R\$ 2.000,00	260	33,21%
R\$ 2.000,01 à R\$ 3.000,00	238	30,40%
Acima de R\$ 3.000,01	281	35,89%

5.8. Fonte: Departamento de Recursos Humanos

5.9. Valor da folha de pagamento (base salarial mês 10/2023):

5.10. Total Bruto: R\$ 2.791.885,35 (Dois milhões, setecentos e noventa e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

5.11. Total Líquido: R\$ 2.186.070,39 (Dois milhões, cento e oitenta e seis mil, setenta reais e trinta e nove centavos).

Leia-se,

5.7. A Pirâmide Salarial (valor e quantidade de funcionários por faixa salarial), referente a OUTUBRO/2023, é definida da seguinte forma:

Faixa Salarial (Salário Bruto)	Nº de Servidores	Percentual
R\$ 0,01 à R\$ 500,00	0	0%
R\$ 500,01 à R\$ 1.000,00	01	0,18%
R\$ 1.000,01 à R\$ 2.000,00	197	32,94%
R\$ 2.000,01 à R\$ 3.000,00	222	37,12%
Acima de R\$ 3.000,01	178	29,76%

5.8. Fonte: Departamento de Recursos Humanos

5.9. Valor da folha de pagamento (base salarial mês 10/2023):

5.10. Total Bruto: R\$ 2.170.100,12 (Dois milhões, cento e setenta mil, cem reais e doze centavos).

5.11. Total Líquido: R\$ 1.751.308,90 (Um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e oito reais e noventa centavos).

A PRESENTE RETIFICAÇÃO, POR NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS FICA MANTIDA A DATA DE ABERTURA PARA O DIA 13/12/2023, DATA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO.

Nova Trento/SC, 08 de dezembro de 2023.

FERNANDO SENS
Pregoeiro

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO GP N.º 079, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410047

DECRETO GP N.º 079, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

"NOMEIA MEMBROS DO GRUPO CONSULTIVO E DELIBERATIVO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA (SIM) DE NOVA VENEZA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.695, de 14 de junho de 2019 e o art. 517 do Decreto Municipal n.º 467, de 03 de setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, os membros do Grupo Consultivo e Deliberativo do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária, conforme abaixo discriminados:

I – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: Edgar Preis.

II – Representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente:

Titular: João Paulo Gava Just.

III – Representante da Vigilância Sanitária:

Titular: Celvir Buzanelo.

IV – Representante de Empresa de Pesquisa e Extensão Rural - EPAGRI:

Titular: Daniel Mendonça.

V – Representantes do CIM-AMREC:

Titular: Bruna Corrêa Viel.

Art. 2º - As nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto GP n.º 042, de 03 de agosto de 2021.

Nova Veneza, SC, 07 de dezembro de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 07 de dezembro de 2023.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO LEGISLATIVO NO 0004, 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411298

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA****DECRETO LEGISLATIVO Nº 0004, 05 DE DEZEMBRO DE 2023****CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO
VENEZIANO BENEVOLENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que os vereadores desta Casa Legislativa aprovaram e nós PROMULGAMOS o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que os vereadores desta Casa Legislativa aprovaram e nós PROMULGAMOS o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o DIPLOMA DE CIDADÃO VENEZIANO BENEVOLENTE, conforme o Decreto Legislativo nº. 011/2009, de 22 de maio de 2009, às seguinte pessoas:

1. Claudionir da Costa Roman
2. Egle Vitalli
3. Enio Milanez
4. Fernando Gava
5. Laercio Mondardo
6. Maria Elisa Netto Ghislandi
7. Valdenir José de Mattia
8. Valmir de Mattia
9. Marciano Baldessar
- 10.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2023.

Maykon Minatto Michels
Presidente

Elisabete Teresa Bortolotto
Vice-Presidente

Elton Nuernberg
1º Secretário

Zelindo Moretto
2º Secretário

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 05 de dezembro de 2023.

Rua Natal Coral, 400 - CEP: 88865-000, Elisa, Nova Veneza/SC

Fone: (48) 3436-1741 | (48) 3436-2401 - E-mail: secretaria@cvnv.sc.gov.br

Página 1

www.cvnv.sc.gov.br

Protocolo: 1285/2023

Documento assinado digitalmente por 5 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cvnv.sc.gov.br/cei> e informe o código: 231205203836457163



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

DAIANA DA SILVA
Secretária Executiva



Rua Natal Coral, 400 - CEP: 88865-000, Elisa, Nova Veneza/SC
Fone: (48) 3436-1741 | (48) 3436-2401 - E-mail: secretaria@cvnv.sc.gov.br
Página 2 www.cvnv.sc.gov.br Protocolo: 1285/2023

Documento assinado digitalmente por 5 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.cvnv.sc.gov.br/cei> e informe o código: 231205203836457163

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.008 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413309



ESTADO DE SANTA CATARINA Município de Novo Horizonte

DECRETO Nº 4.008 de 11 de dezembro de 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pela **Lei Municipal Nº 697 de 05 de dezembro de 2023**.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no orçamento do Município de Novo Horizonte/SC, crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de **R\$ 1.110.000,00 (um milhão cento e dez mil reais)** para o seguinte programa:

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSPORTES OBRAS E M. AMBIENTE
50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.028 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Elemento de Despesa–4.4.90.00.00.00.0000 - 1.754.0000.0000 -Aplicações diretas **R\$ 1.110.000,00**

TOTAL.....R\$ 1.110.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º inciso IV, serviram como recurso para abertura de crédito Suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela **Lei nº 697 de 05 de dezembro de 2023**.

Parágrafo 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Fica revogado o Decreto nº 4.005 de 05 de dezembro de 2023.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Novo Horizonte

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.
Em 11 de dezembro de 2023.

VANDERLEI

SANAGIOTTO:7676134
7904

Assinado de forma digital por

VANDERLEI

SANAGIOTTO:76761347904

Dados: 2023.12.11 07:18:47 -03'00'

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 71/2023-3 PREFEITURA

Publicação N° 5410273

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo N° 71/2023-3 - Contrato N°: 71/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: COLINA JARDINAGEM E COMERCIO DE PLANTAS LTDA

Vigência: Início: 08/12/2023 Término: 08/02/2024

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia N° 4/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA TROCA DO GRAMADO E REFORMA DA PARTE ELÉTRICA DAS ESTRUTURAS AUXILIARES DO ESTÁDIO MUNICIPAL OSMUNDINO MATHEUS CONFORME ANEXOS.

Orleans, 08 de Dezembro de 2023

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

Otacílio Costa

PREFEITURA

DECRETO Nº 3563/2023

Publicação Nº 5411850

DECRETO Nº 3.563/2023
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 3.014 de 30 de novembro de 2022,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$181.265,66 (cento e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	15.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência hospitalar e ambulatorial
PROGRAMA	64	Atendimento a saúde
ATIVIDADE	2057	Manutenção do fundo municipal de saúde
DESPESA	3.3.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.500.1002.0119	Rec. De impostos e transf. De impostos – saúde 151.265,66
TOTAL	23	151.265,66

ÓRGÃO	10.001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNÇÃO	18	Gestão ambiental
SUBFUNÇÃO	541	Preservação e conservação ambiental
PROGRAMA	54	Proteção ao meio ambiente
ATIVIDADE	2016	Manutenção das atividades da secretaria municipal de meio ambiente
DESPESA	3.1.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.500.0000.0117	Recursos próprios 30.000,00
TOTAL	105	30.000,00

Art. 4º. Para atendimento da abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	15.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência hospitalar e ambulatorial
PROGRAMA	64	Atendimento a saúde
ATIVIDADE	2057	Manutenção do fundo municipal de saúde
DESPESA	3.3.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.500.0000.0117	Recursos próprios 1.265,66
TOTAL	23	1.265,66

ÓRGÃO	15.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência hospitalar e ambulatorial
PROGRAMA	64	Atendimento a saúde
ATIVIDADE	2057	Manutenção do fundo municipal de saúde
DESPESA	3.1.91	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.500.1002.0119	Rec. De impostos e transf. De impostos – saúde 150.000,00
TOTAL	20	150.000,00

ÓRGÃO	10.001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNÇÃO	18	Gestão ambiental
SUBFUNÇÃO	541	Preservação e conservação ambiental
PROGRAMA	54	Proteção ao meio ambiente

ATIVIDADE	2016	Manutenção das atividades da secretaria municipal de meio ambiente
DESPESA	3.1.91	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.500.0000.0117	Recursos próprios 30.000,00
TOTAL	106	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 13 de julho de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 13 de julho de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

DECRETO Nº 3695/2023

Publicação Nº 5411859

DECRETO Nº 3.695/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 3.014 de 30 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	21	IPAM – Inst. Previdência Municipal
FUNÇÃO	001	IPAM – Plano Financeiro
ATIVIDADE	2.081	Previdência Social a Segurados – Fundo Financeiro
DESPESA	3.1.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.801.2111.0004	RPPS – FINANCEIRO 70.000,00
TOTAL	7	70.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	21	IPAM – Inst. Previdência Municipal
FUNÇÃO	001	IPAM – Plano Financeiro
ATIVIDADE	2.081	Previdência Social a Segurados – Fundo Financeiro
DESPESA	3.3.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.801.2111.0004	RPPS – FINANCEIRO 70.000,00
TOTAL	8	70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 07 de dezembro de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 07 de dezembro de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

DECRETO Nº 3696/2023

Publicação Nº 5411862

DECRETO Nº 3.696/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 3.014 de 30 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.345.000,00 (dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	21	IPAM – Inst. Previdência Municipal
FUNÇÃO	001	IPAM – Plano Financeiro
ATIVIDADE	2.081	Previdência Social a Segurados – Fundo Financeiro
DESPESA	3.1.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	1.801.2111.0004	RPPS – FINANCEIRO 2.345.000,00
TOTAL	7	2.345.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.345.000,00 (dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil reais), da fonte de recurso 1.801.2111.0004 – RPPS – FINANCEIRO.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 07 de dezembro de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 07 de dezembro de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito (*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PL_125_CCE_003_RUA PEDRO PEREIRA

Publicação Nº 5412245

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4526FC646D6453834F3F73DF8870FDCCFC4653E9

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2023**

O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 75.326.066/0001-75, com sede na Av. Vidal Ramos Junior, 228, na cidade de Otacílio Costa – SC, que por meio do Agente de Contratação (Pregoeiro), Sra. Roveni de Lurdes Hamann e sua equipe de apoio comunicam aos interessados que farão realizar licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, REDE DE DRENAGEM E PASSEIOS DA RUA PEDRO PEREIRA DE ALBUIS EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS EM ANEXO, ARQUIVOS E CARACTERÍSTICAS NELE DESCRITAS." A sessão de disputa ocorrerá no dia 09/01/2024. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 11 de dezembro de 2023, nos endereços eletrônicos: <http://www.bll.org.br> e <http://www.otaciliocosta.sc.gov.br>. Otacílio Costa/SC, 08 de dezembro de 2023. FABIANO BALDESSAR DE SOUZA – Prefeito.

PORTARIA Nº 357/2023

Publicação Nº 5411843

PORTARIA Nº 357/2023

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 348/2023.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 113, inciso II, "c", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria nº 348/2023,

CONSIDERANDO o disposto no art. 101 da Lei Complementar nº 45/2003 e o art. 9º da Lei nº 1.570/2005,

CONSIDERANDO que ainda não foi possível a conclusão dos trabalhos pela comissão processante,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão processante do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 348/2023, por 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 101 da Lei Complementar nº 45, de 23 de junho de 2003, e o art. 9º da Lei nº 1.570 de 19 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. Prorroga o afastamento preventivo disposto do art. 3º da Portaria nº 126/2023, por 15 (quinze) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 28 de novembro de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 28 de novembro de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Ouro

PREFEITURA

PR Nº 0102/2023

Publicação Nº 5411363

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0102/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3CEC9941567B3111AF009FC1AB5528ECB04EF12B

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 22/12/2023, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0159/2023, na modalidade Pregão, na forma Presencial N. 0102/2023, do tipo menor preço por item, com entrega imediata. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas, conforme especificações no Anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 08/12/2023. Denio Cesar Viganó, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Registro no TCE: 3CEC9941567B3111AF009FC1AB5528ECB04EF12B

PR Nº 0103/2023

Publicação Nº 5411367

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0103/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C5A84C3DDBF04D497F582A13F4A8DFB690C9A920

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 26/12/2023, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0160/2023, na modalidade Pregão, na forma Presencial N. 0103/2023, do tipo menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação com participação exclusiva de MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI e COOPERATIVAS, tem por objeto o Registro de Preços, para a aquisição de material esportivo e recreativo, conforme especificações no Anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 08/12/2023. Edineia Rech Schlindwein, Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Registro no TCE: C5A84C3DDBF04D497F582A13F4A8DFB690C9A920

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 054/2023

Publicação Nº 5410608

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A7FC0E44DE327851A97E5FDB4331D7A193B3E06E

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO 083/2023
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 054/2023

O Município de Ouro Verde inscrito no CNPJ sob. nº 80.913.031/0001-72 com sede na Rua João Maria Conrado nº 425 Centro, Ouro Verde/SC, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Infraestrutura, Agricultura, assistência social, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde -SC. Conforme Edital. Entrega dos Envels: Até as 08h15min 22/12/2023. Cred. lances e Habilitação: Às 08h30min dia 22/12/2023. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 08 de dezembro de 2023. Moacir Mottin Prefeito Municipal.

DECRETO Nº4076

Publicação Nº 5410557

DECRETO N.º 4076/2023

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com Lei Complementar n.º 019/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. MARCIA JUSSARA DE ANDRADE, para exercer o Cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 05 de dezembro de 2023.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice Prefeita Municipal

DECRETO Nº4077

Publicação Nº 5410559

DECRETO N.º 4077/2023

“DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, ATRAVÉS DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei 1199/2023.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado abrir crédito suplementar no valor de até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) destinados para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA

Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural
Ação	2.33	Manut. das Atividades, Desenvolvimento de Ações e Proj. Agropecuários
Fonte	100	Recursos Ordinários
Elemento	3390	Aplicações Diretas
Valor	R\$	15.000,00

Art. 2º. – O crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de remanejamento parcial da seguinte dotação:

Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural
Ação	2.33	Manut. das Atividades, Desenvolvimento de Ações e Proj. Agropecuários
Fonte	100	Recursos Ordinários
Elemento	3190	Aplicações Diretas
Valor	R\$	15.000,00

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 05 de dezembro de 2023.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº4078

Publicação Nº 5410560

DECRETO N. 4078/2023

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei N. 1211/2023.

Decreta:
Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado abrir crédito suplementar no valor de até R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais) destinados para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural
Ação	2.33	Manut. das Atividades, Desenvolvimento de Ações e Proj. Agropecuários
Fonte	100	Recursos Ordinários
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa – 46
Valor	R\$	70.000,00
Órgão Orçament.	20000	SECRETARIA COORD. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

Unidade Orçam.	20001	SECRETARIA COORD. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	402	Administração Geral
Ação	2.82	Manut. das Atividades da Sec/Coord de Adm, Planejamento e Gestão
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa – 7
Valor	R\$	70.000,00
Órgão Orçament.	11000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçam.	11001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	1001	Saúde para todos
Ação	2.50	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Fonte	102	Recursos Ordinários
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa – 100
Valor	R\$	50.000,00
Total da Suplementação	R\$	190.000,00

Art. 2º - Parte dos créditos aberto por este Decreto ocorrerá por conta da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA COORD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA COORD. DE INFRAESTRUTURA
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	2601	Estradas Vicinais
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa – 64
Valor	R\$	190.000,00
Total da Anulação	R\$	190.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de dezembro de 2023.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

O Presente Decreto foi registrado e publicado em data supra

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº4079

Publicação Nº 5410565

DECRETO N.º 4079/2023

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com Lei Complementar n.º 019/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. DANGLE FERNANDA RODRIGUES, para exercer o Cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de dezembro de 2023.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice Prefeita Municipal

DECRETO Nº4080

Publicação Nº 5410569

DECRETO N.º 4080/2023

“DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Moacir Mottin, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 10º da Lei Municipal nº. 1.178/2022.

DECRETA:

Art. 1º. – Remanejar Dotação Orçamentária no valor de R\$ 100.000,00 (vinte mil reais) para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	1201	Educação para Todos
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte	0118	Transferências do FUNDEB
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa - 22
Valor	R\$	100.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do Remanejamento da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	1201	Educação para Todos
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte	0119	Transferências do FUNDEB – Aplic. em Outras Despesas de Educação
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa - 23
Valor	R\$	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 08 de dezembro de 2023.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 311/2023 RP 521/2023

Publicação Nº 5410638



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.
FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900
Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 311/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 521/2023
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios de produtos de panificação para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todos os alunos atendidos pela Secretaria de Educação de Palhoça no ano de 2024 PREGÃO REGISTRO DE PREÇO. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2024., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE PALHOÇA, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:
VALOR: R\$1.705.514,00 (um milhão, setecentos e cinco mil e quinhentos e quatorze reais).
DATA: 22/11/2023 a 21/11/2024.

Fornecedor: 3583295 - PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	PÃO DE CACHORRO - QUENTE MULTIGRÃOS Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, fibra de trigo, farinha de centeio, semente de linhaça, aveia em flocos, semente de girassol, gergelim, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto.Cada unidade de pão deve apresentar em média 50 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	9000	36,25	326.250,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

2	<p>PÃO DE CACHORRO - QUENTE Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 50 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01kg, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.</p>	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	9000	35,28	317.520,00
3	<p>PÃO FATIADO Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico e água. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 450 gramas.</p>	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	900	16,86	15.174,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

4	<p>PÃO FATIADO COM GERGELIM Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, gergelim e água. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 450 gramas.</p>	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	8100	19,29	156.249,00
5	<p>PÃO SOVADO FATIADO COM FIBRA Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fibra de trigo fina, fermento biológico e água. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 450 gramas.</p>	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	8100	19,88	161.028,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

6	<p>PÃO DE FATIA INTEGRAL Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento. Observação: sem adição de açúcar. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Não deve conter gordura vegetal e corante artificial.</p> <p>Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade.</p> <p>Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega.</p> <p>Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 400 gramas.</p>	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	180	19,72	3.549,60
7	<p>PÃO DOGUINHO INTEGRAL Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral (mínimo 30%), óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 35 gramas.</p> <p>Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01 kg, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega.</p> <p>Rotulagem conforme legislação vigente.</p>	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	9000	36,07	324.630,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

8	<p>PÃO DOGUINHO Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 35 gramas.</p> <p>Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01 kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.</p>	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	4500	35,88	161.460,00
9	<p>PÃO DE HAMBÚRGUER COM GERGELIM Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal, fermento biológico e gergelim. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 60 gramas.</p> <p>Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01 kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.</p>	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	1800	38,39	69.102,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

10	PÃO DE CACHORRO - QUENTE MULTIGRÃOS Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, fibra de trigo, farinha de centeio, semente de linhaça, aveia em flocos, semente de girassol, gergelim, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 50 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	1000	36,25	36.250,00
11	PÃO DE CACHORRO - QUENTE Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 50 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	1000	35,28	35.280,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

12	PÃO FATIADO Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico e água. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 450 gramas.	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	100	16,86	1.686,00
13	PÃO FATIADO COM GERGELIM Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, gergelim e água. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 450 gramas.	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	900	19,29	17.361,00
14	PÃO SOVADO FATIADO COM FIBRA Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fibra de trigo fina, fermento biológico e água. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	900	19,88	17.892,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

	dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 450 gramas.					
15	PÃO DE FATIA INTEGRAL Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento. Observação: sem adição de açúcar. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Não deve conter gordura vegetal e corante artificial. Embalagem plástica atóxica, transparente, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente. Pacotes de 400 gramas.	PCT	CASEIROS KREMER/DANIPAN	20	19,72	394,40
16	PÃO DOGUINHO INTEGRAL Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral (mínimo 30%), óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 35 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01 kg, lacrada e com etiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	1000	36,07	36.070,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3220-0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 132-900

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

17	PÃO DOGUINHO Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal e fermento biológico. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 35 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01 kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	500	35,88	17.940,00
18	PÃO DE HAMBÚRGUER COM GERGELIM Características técnicas: produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal (óleo de soja ou óleo de girassol ou óleo de canola), sal, fermento biológico e gergelim. Não deve conter gordura vegetal, gordura hidrogenada, gordura trans, margarina, corante artificial e edulcorantes. Deve conter quantidade de açúcar somente para o processo de fermentação do produto. Cada unidade de pão deve apresentar em média 60 gramas. Embalagem plástica atóxica, transparente, de 01 kg, lacrada e cometiqueta constando identificação do fabricante, tabela com informação nutricional, data de fabricação e de validade. Data de fabricação no máximo no dia anterior ao ato de entrega. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CASEIROS KREMER/DANIPAN	200	38,39	7.678,00
Total do Fornecedor:						R\$1.705.514,00

ATO N° 398/2023

Publicação N° 5410844

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3859A4D0FAAA06925EA85A65BE3025AEBC54838C

ATO N°. 398/2023.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FABIO COELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo de Serviços Regionais, Nível EXE Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2023.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

EDSON GHIZONI
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO N° 422/2023 PE N° 512/2023

Publicação N° 5412159

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2EC6A5282E8DB8B3571378696779DBCF85D17F8C

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N° 422/2023. Partes: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento e a empresa PRÁTICA ENGENHARIA E, CONSULTORIA E PERICIAS LTDA.

OBJETO: 1.1. O presente contrato tem como objeto Contratação de empresa de engenharia, com profissional habilitado para atuar como "Auditor independente", para acompanhamento técnico e supervisão de recursos para as obras da Prefeitura Municipal de Palhoça, financiadas pelo BADESC.

Valor do Contrato: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

DATA: 06/12/2023.

PORTARIA N° 7134/2023

Publicação N° 5410817

PORTARIA N°. 7134/2023.

JEFERSON RAMOS BATISTA, Presidente da Fundação de Esportes, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta e Indireta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
João Gabriel	2502346945

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

JEFERSON RAMOS BATISTA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 7135/2023

Publicação Nº 5410826

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 943CF3C19714D3D3AE2313A38FAD74926DC9E45A

PORTARIA Nº. 7135/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THAIS KARINE AMARAL MANGRICH, cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3766881-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2023.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 7136/2023

Publicação Nº 5410827

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 612B67888E25B54A67F12995EF546DB6152C923F

PORTARIA Nº. 7136/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JUCELIA SEBASTIÃO CORREA, titular do cargo de Professor (ACT), Matrícula nº. 3765401-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2023.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 7137/2023

Publicação Nº 5410829

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6CA9F567E1F03BD65DF3E9636CCBF5B378FE2266

PORTARIA Nº. 7137/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GRAZIANE CRISTINA DA ROSA, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3762878-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2023.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 7138/2023

Publicação Nº 5410831

PORTARIA Nº. 7138/2023.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCD4F5B0AFA1029C8F3EC524BF0191FFA98434CA

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANIER FIDEL ALVAREZ MESA, de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Simplificado 012/PMP/2023, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento do Sul, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/12/2023 a 08/12/2025.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº. 7139/2023

Publicação Nº 5410833

PORTARIA Nº. 7139/2023.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 606EBBFFFA871682465BEAA670EC525F4DC40558

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ITUO TESHIMA FILHO, de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Simplificado 012/PMP/2023, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento do Sul, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/12/2023 a 08/12/2025.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº. 7140/2023

Publicação Nº 5411750

PORTARIA Nº. 7140/2023.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D6FCA6DBDFFC1EA3FFBB5DCAD6D2AD641F6C243E

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ALMECI FERREIRA, cargo de Guarda Patrimonial, Matrícula nº. 3764450-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2023.

Palhoça, SC, em 08 de dezembro de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE N° 602/2023**

Publicação N° 5411269

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AF2583E88D9A93EE5AB6B5B7F899F0891492D905

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 602/2023 – PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CLÍNICA MED IMAGEM PALHOÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.647.938/0001-73. OBJETO: Prestação de serviços de saúde para realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica de Ultrassonografias aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos. VALOR: De acordo com os valores máximos estipulados no Edital de credenciamento nº 200/2019. Valor total máximo: R\$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais).

DATA: 07/12/2023.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 371/2023

Publicação Nº 5410640

Decreto 371/2023, de 06 de dezembro de 2023
Abre Crédito Suplementar e dá outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 2153/2022, de 10 de novembro de 2022.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 149.276,07 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e seis reais e sete centavos), para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 Secretaria de Administração

2036 Manutenção/Ampliação/Instalação Informática e Telefonia

150070000000 Recursos Ordinários

33190000000000000000 Aplicações Dietas R\$ 3.000,00

03.002 Secretaria da Fazenda

2086 Pagamento de Sentenças Judiciais

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

03.003 Gestão, Administração e Planejamento

2005 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Planejamento

150070000000 Recursos Ordinários

33190000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

2068 Departamento de Engenharia Civil

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.004 Secretaria de Educação

2031 Transporte Escolar Ensino Fundamental

155070000000 Salário – Educação

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.003 Fundo Municipal de Saúde

2018 Vigilância em Saúde

160070000000 Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União

33990000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 7.176,07

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

2006 Segurança Pública

275270040000 Recursos Vinculados ao Trânsito – Militar

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

07.001 Diretoria de Obris e Serviços Urbanos

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

07.002 Secretaria de Infraestrutura e Transporte

2014 Gestão Administrativa da Secretaria de Infraestrutura e Transporte

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

08.00 FUNREBOM – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DE BOMBEIROS

08.001 FUNREBOM

2060 Manutenção e Funcionamento do FUNREBOM

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2060 Manutenção e Funcionamento do FUNREBOM

250070000000 Recursos Não Vinculados de Impostos

34490000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00



10.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.003 Fundo Municipal de Direitos do Idoso

2007 Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, susterávit financeiro do exercício anterior e anulação da seguinte dotação:

99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99.099 Reserva de Contingência

2024 Reserva de Contingência

150070000000 Recursos Ordinários

33390000000000000000 Reserva de Contingência R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Palma Sola SC, 06 de dezembro de 2023.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 374/2023

Publicação Nº 5410048

Decreto 374/2023, de 08 de dezembro de 2023.

Homologa Resolução 006/2023, de 08 de dezembro de 2023, que aprova a Proposta Cadastrada no Ministério da Cidadania para o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na 8.742, de 07 de dezembro de 1993, lei Municipal 1129/96, de 16 de junho de 1996.

Decreta:

Art. 1º - Fica homologada, como homologada está a Resolução CMAS 006/2023, que aprova Proposta cadastrada no Ministério da Cidadania, tendo como unidade beneficiária o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 08 de dezembro de 2023.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

RESOLUÇÃO nº 06/2023.

Dispõe sobre a aprovação do Pleito nº 55901421200202302, disponível no sistema SIGTV do Ministério da Cidadania para cadastro de proposta destinado para atender o Fundo Municipal da Assistência Social de Palma Sola - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião extraordinária, realizada em 08 de dezembro de 2023, ata 08/2023, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e pela Lei Municipal nº 1.129/96 de 16 de junho de 1996 que constituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Palma Sola CMAS e de outras providências;

Considerando o inciso X do art. 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos conselhos de assistência social de

aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Pleito nº 55901421200202302, no valor de R\$ 100.000,00, proposta esta com o Número de programação nº 421200720230003, cadastrada no SIGTV do Ministério da Cidadania, tendo como Unidade beneficiária o Fundo Municipal da Assistência Social do município de Palma Sola – SC e será utilizado para custeio das ações realizadas na Atenção Básica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola , 08 de dezembro de 2023.

Nadia Calegari Folador
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

DECRETO 375/2023

Publicação Nº 5410514

Decreto 375/2023, de 08 de dezembro de 2023

Concede Abono aos Servidores do Poder Executivo, Ativos, Inativos, Pensionistas. Agentes Políticos e Comissionados no Mês de Dezembro/2023 e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei orgânica Municipal e disposições contidas na lei 1995/2017, de 19 de dezembro de 2017,

Decreta:

Art.1º. Concede abono aos Servidores do Poder Executivo Municipal ativos, inativos, pensionistas, agentes políticos e comissionados no mês de dezembro de 2023.

Art. 2º O abono concedido será no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) conforme preceitua o artigo 2º da Lei 1995/2017

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 08 de Dezembro de 2023.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

EXTRATO DA DISPENSA Nº. 02/2023 - FUNDAÇÃO CULTURAL

Publicação Nº 5410770

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A243FD712A673547B24BD51F613F0FB1B5A6FA0

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 10/2023

DISPENSA Nº. 02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC/FUNDAÇÃO CULTURAL

CONTRATADO: MARCIO JUNIOR DOS SANTOS CHARAO 07469450947

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO "NATAL ILUMINADO" 2023. INCLUSOS LOCAÇÃO DE PALCO, SOM E LUZES NOS EVENTOS DOS DIAS 08 DE DEZEMBRO, 10 DE DEZEMBRO E 15 DE DEZEMBRO.

VALOR TOTAL: 12.561,00

ASSINATURA: 07/12/2023

FIM DA VIGÊNCIA: 10/01/2024

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL DE PALMA SOLA

Palmitos

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2023

Publicação Nº 5409989

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 502060C781839B2A74092C2A863A98985BE0A958

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Contrato Nº: 1/2023 Seq.: 1 Tipo: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) Contratante: MUNICÍPIO DE PALMITOS - PREFEITURA Contratada: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO Valor: R\$ 5325.24 Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024 Licitação: 1/2023 Objeto da Contratação: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC; A HOSPEDAGEM DA BASE DE DADOS, DAS IMAGENS DIGITALIZADAS NO FORMATO PDF E DAS REDAÇÕES NO FORMATO DOC E OU HTML DAS LEIS MUNICIPAIS (ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES), DECRETOS E PORTARIAS; E, A MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DAIR JOCELY ENGE PREFEITO.

1º TERMO ADITIVO Nº 6/2023

Publicação Nº 5409713

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 98E789FAA9A0394951FDA6A83B1C4B0AF59EB486

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo nº 6/2023. Objeto: Cessão de direito de uso temporário e Suporte Premier (remoto) de 1 licença(s) do GBS Biometric Capture Component (GBS BCC) para uso com o sistema do IGP/SC. Vigência: 19/01/2024 A 19/01/2025 Palmitos-SC, 08/12/2023. DAIR JOCELY ENGEL – PREFEITO MUNICIPAL.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2023

Publicação Nº 5409805

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D3B5E32032C46F248E63063953EEB1877B852260

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Contrato Nº: 47/2023 Seq.: 2 Tipo: Aditivo de Prazo Contratante: MUNICÍPIO DE PALMITOS - PREFEITURA Contratada: R3 PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Valor: R\$ 0,00 Vigência: Início: 20/12/2023 Término: 20/02/2024 Licitação: 10/2023 Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO NA LINHA PINHALZINHO - TRECHO I E II - ETAPA I E AMPLIAÇÃO DE PONTE NA DIVISA LINHA PINHALZINHO / CARAVÁGIO, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS Palmitos, 08 de Dezembro de 2023 DAIR JOCELY ENGE PREFEITO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2023

Publicação Nº 5410416

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC4F6520E58E30FE1F266AA44CDF9029494E6E3E

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Nº: 68/2023 Contratante: MUNICÍPIO DE PALMITOS - PREFEITURA Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA Valor: R\$ 12.816,96 Vigência: Início: 08/12/2023 Término: 07/12/2024 Licitação: 20/2023 Objeto da Contratação: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrada, compreendendo sistemas de: a) Sistema de Gestão Educacional – SGE (manutenção, suporte técnico e licenças), Portal do Professor, Portal do Estudante e Lista de Espera, conforme características técnicas e descrições definidas no anexo deste edital. DAIR JOCELY ENGE PREFEITO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2023

Publicação Nº 5410398

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A92041B24F470F3D97562B1D95BF6DBEBA6636DA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 112/2023 HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITOS - PREFEITURA OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrada, compreendendo sistemas de: a) Sistema de Gestão Educacional – SGE (manutenção, suporte técnico e licenças), Portal do Professor, Portal do Estudante e Lista de Espera, conforme características técnicas e descrições definidas no anexo deste edital.

CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA VALOR DA DE DESPESA: R\$ 12.816,96 08/12/2023 DAIR JOCELY ENGE - Prefeito Municipal

TERMOS DE COLABORAÇÃO

Publicação Nº 5409914

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Termo de Colaboração: nº 33/2023. Objeto: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) OBJETIVANDO A DESTINAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REFORMA DO PISO DO SALÃO. Entidade Beneficiada: SOCIEDADE CULTURAL E ESPORTIVA UNIDOS DA CENTRAL. Valor Total de R\$ 18.167,51. Vigência: 06/12/2023 a 06/12/2024. Palmitos-SC, 06/12/2023. Dair Jocely Enge – Prefeito.

Termo de Colaboração: nº 34/2023. Objeto: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) OBJETIVANDO A DESTINAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE REFRIGERADOR E FREEZER. Entidade Beneficiada: SOCIEDADE ESPORTIVA TIRO AO ALVO E BOLÃO TELL. Valor Total de R\$ 5.000,00. Vigência: 06/12/2023 a 06/12/2024. Palmitos-SC, 06/12/2023. Dair Jocely Enge – Prefeito.

Termo de Colaboração: nº 35/2023. Objeto: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) OBJETIVANDO A DESTINAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÕES QUE O CLUBE NECESSITA PARA MANUTENÇÃO DE SUAS ATIVIDADES. Entidade Beneficiada: CLUBE COMUNITÁRIO E CULTURAL DE LINHA LAMBARI. Valor Total de R\$ 18.167,51. Vigência: 06/12/2023 a 06/12/2024. Palmitos-SC, 06/12/2023. Dair Jocely Enge – Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 017/2023

Publicação Nº 5412333

EXTRATO CONTRATO Nº 022/2023

OBJETO: Contratação de Serviço de Telefonia via Internet

CONTRATADO: Ultraweb Telecomunicações Ltda
sessenta e nove reais e noventa centavos) mensais.

VALOR TOTAL: R\$ 838,80 (oitocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).

Processo: Licitatório nº 017/2023.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 012/2023.

VIGÊNCIA: 10/12/2024.

Palmitos/SC, 08 de dezembro de 2023.

Caciano Sartori
Presidente da Câmara Vereadores de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149-2023 - SCHEILA APARECIDA WEISS

Publicação Nº 5410232

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2023

Objeto: Extrato do Contrato nº 149/2023 - Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva - Contratada: SCHEILA APARECIDA WEISS. Valor total de R\$ R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) - Base legal: Lei 8.666/92 e demais legislações vigentes e pertinentes. Papanduva, 05 de dezembro de 2023 – Jeferson Chupele – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089-2023

Publicação Nº 5411235

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2023.

OBJETO: Aos oito dias do mês de dezembro de 2023, o Sr. JEFERSON CHUPELE, Prefeito Municipal, resolve Homologar o PREGÃO ELETRÔNICO 089/2023 – qual teve como vencedores: ÁGIL EIRELI. Valor total de R\$ 2.004.998,28 (dois milhões e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos). Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: compras@papanduva.sc.gov.br e/ou diretamente na Sede da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:00hs, situada na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de dezembro de 2023 – JEFERSON CHUPELE - PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108-2023

Publicação Nº 5410260

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2023.

OBJETO: Aos cinco dias do mês de dezembro de 2023, o Sr. JEFERSON CHUPELE, Prefeito Municipal, resolve Homologar o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2023 – qual teve como vencedores: SCHEILA APARECIDA WEISS. Valor total de R\$ R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais). Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: compras@papanduva.sc.gov.br e/ou diretamente na Sede da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:00hs, situada na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de dezembro de 2023 – JEFERSON CHUPELE - PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 138-2023 - MÁRCIA DOS SANTOS DA ROSA

Publicação Nº 5410227

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 138/2023

Objeto: Rescisão do contrato nº 138/2023. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: MÁRCIA DOS SANTOS DA ROSA. Base legal: lei 8666/93. Papanduva, 04 de dezembro de 2023. JEFERSON CHUPELE – Prefeito Municipal.

Passos Maia**PREFEITURA****CLASSIFICAÇÃO - SC MAIS MORADIAS**

Publicação Nº 5410900

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

Dispõe sobre a classificação das candidatas do programa SC Mais Moradia.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, no uso de suas atribuições legais, e:
CONSIDERANDO a análise dos recursos interpostos;
CONSIDERANDO o disposto no item 4.1 "c" do edital principal

RESOLVE:

1 - Publicar a relação de candidatas classificadas no Programa SC Mais Moradias:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CLASSIF.	NOME	PONTUAÇÃO
1.	MARIZA ALVES DOS SANTOS	48 PONTOS
2.	MARISTELA BRIZOLA DA LUZ	45 PONTOS
3.	SHEILA FONSECA DE BRITO	42 PONTOS
4.	ALEXANDRA RESS DOS REIS	36 PONTOS
5.	SAYONARA WOLOCH	36 PONTOS
6.	MARLISE DOS SANTOS	36 PONTOS
7.	NOELI DE FATIMA DIAS	35 PONTOS
8.	TATIANE OLIVEIRA SIQUEIRA	35 PONTOS
9.	ANA PAULA PAUL BLEUTEW	33 PONTOS
10.	ROSE MARI DOS SANTOS	32 PONTOS
11.	CARLA BRIZOLA LIRIA	31 PONTOS
12.	MARCIA SOARES DA SILVA	29 PONTOS
13.	PRISCILA APARECIDA PIEROG PEREIRA	29 PONTOS
14.	MARIA ALESSANDA MIGUEL MARIANO	29 PONTOS
15.	PRISCILA SANTOS	29 PONTOS

2 – Nos termos do item 2.2.2 do edital principal, este edital será publicado no mural publico da Prefeitura, no Diário oficial do Município e também no site do município, abrindo-se prazo para interposição de recursos ou impugnação da lista de classificação. Caso não concordem com a ordem de classificação, os classificados poderão interpor recursos ou impugnação, apresentando as razões de recursos e também os documentos que comprovem as suas alegações.

4 – Os recursos ou impugnações deverão ser protocolados junto a Secretaria de Assistência Social do município, localizada na Rua Judite Romanini, Centro de Passos Maia -SC, com horário de atendimento das 08:00 às 11:30 e das 13:30 as 16:30 horas.

Passos Maia – SC, 08 de dezembro de 2023.

RAFAELA DAL BOSCO

Presidente do Conselho-gestor do Fhis

RESULTADO DOS RECURSOS

Publicação Nº 5410902

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

Dispõe sobre o resultado dos recursos interpostos em razão da divulgação de inscrições deferidas e indeferidas ao programa SC Mais Moradia.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, no uso de suas atribuições, e:
CONSIDERANDO a ata da reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
CONSIDERANDO a análise dos documentos e do recurso interposto;
CONSIDERANDO a necessidade de publicação dos resultados;

RESOLVE:

1 - Publicar a relação de recursos interpostos e o seu resultado:

Recursos e resultado

Nº	Recurso interposto por:	Resultado
1.	Jessica dos Santos Tomé	Indeferido

Passos Maia – SC, 08 de dezembro de 2023.

RAFAELA DAL BOSCO

Presidente do Conselho-gestor do Fhis

TERMO ADITIVO AO CON 15/2021

Publicação Nº 5409934

TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0015/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, sediado na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Osmar Tozzo, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 559.969.069-53 e BELLACATARINA VIAGENS E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na AV. Padre João Bottero, 702 – SALA 102, na cidade de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 18.417.571/0001-91, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Castilho da Silva, inscrita no CPF/MF sob nº 938.154.259-72 e portador da cédula de identidade nº 3343078, denominado CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo de Licitação n. 05/2021, na modalidade de Pregão Presencial sob o n. 02/2021, nos termos das Cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que o aditivo do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO

Ficam aditivados os itens abaixo descritos.

Item	Quat. Aditivada	Descrição	R\$ Unit.	R\$ Total
1	3.600	Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Período matutino e vespertino, com o seguinte trajeto: Saindo da escola as 06:30 horas, passando pelo interior do Assentamento União do Oeste indo até a divisa com Palmas-PR, retornando pelo Assentamento Sadi Padilha, residência do Prof. Álvaro até a Escola Duque de Caxias – Indumel, as 11:45 horas, retornando pelo mesmo trajeto até a escola. As 17:00 horas refaz o trajeto retornando até o ponto inicial. Percorrendo 120 km dia. Veículo necessário: Tipo de ônibus urbano com capacidade mínima para 27 passageiros sentados, em ótimo estado de trafegabilidade	5,81	20.916,00
Total				20.916,00

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 04 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
Osmar Tozzo
Contratante

BELLACATARINA VIAGENS E TURISMO LTDA
Contratada

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2022**

Publicação N° 5410626

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 24/2022, conforme Processo Licitatório 46/2022 – Tomada de Preço n° 13/2022. Tendo como CONTRATANTE a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e a CONTRATADA ISRAEL GONÇALVES EIRELI CNPJ n° 17.349.871/0001-18. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato n°. 24/2022 a partir de 01/01/2024 até 30/06/2024.

Data da assinatura: 08/12/2023.

Código: E815681873BA076FE87C15C43EE88B1457655AA6

EXTRATO AO CONTRATO 39/2023

Publicação N° 5409966

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO Contrato N° 39/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 168/2023 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 40/2023

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada: KONICA MINOLTA HEALTHCARE BRASIL IND. EQUIP. MÉDICO LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

Vigência: 08/12/2023 a 08/12/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de soluções em serviço de UPGRADE no equipamento de Raio X - Altus ST 125 KV – NS: SWA0295 / SWA 0356G.

Data da assinatura: 08/12/2023.

Código: 4F2C0C17873D4748BCEC9B56D6530C1C73834F5F

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 035/2023 FMS

Publicação Nº 5410042

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9BB8E27A2CA8FF97D5E88B9CFDC50EFC048522A1

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**1º TERMO ADITIVO Nº 035/2023-FMS
AO CONTRATO Nº027/2023-FMS****Licitação:** PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2023 - FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023 - FMS

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos clínicos gerais e do trabalho destinados ao projeto saúde do pescador do município de Penha, por meio do Fundo Municipal de Saúde Penha/SC, conforme requisição ao compras nº 094/2023, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo Sr. **RODRIGO RENAN MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG 5.101.943 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.037.479-95, residente e domiciliado na Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 1.536, ap. 303 – Centro – Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **JDN MEDICAL GROUP LTDA** estabelecida à Rua Visconde do Rio Branco, nº 1630, bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.420-210 contato: 41 3527-8797, e-mail: rodrigo@jdnclinicamedica.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.262.241/0001-62, representada, neste ato pelo Sr. **RODRIGO DE OLIVEIRA DIAS**, CPF sob o nº 029.671.309-07, Cargo/Função Sócio Diretor, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os valores conforme a cláusula primeira e segunda do contrato 027/2023 – FMS, serão reajustados conforme o novo Termo Aditivo, esse tem por objeto o Acréscimo Quantitativo de 25% do valor inicial do contrato principal, acrescentando o valor de 4.050,00 (Quatro Mil e Cinquenta Reais), totalizando o valor de R\$ 20.250,00 (Vinte Mil e Duzentos e Cinquenta Reais), conforme pedido encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde através do Memorando nº 16.519/2023 e deferido através do Parecer Jurídico nº 249/2023PGM, documentos anexos a este Termo.

Item	Descrição do Material	Preço Total Contrato Inicial	Preço com aditivo de 25%
1	consulta em clínico geral	7.200,00	9.000,00
2	consulta em médico do trabalho	9.000,00	11.250,00

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2109 - Funcional: 0010.0301.0014 - Ações em Saúde - APS - Atenção Primária à Saúde

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas - 194

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 06 de Dezembro de 2023.

RODRIGO RENAN MEDEIROS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

JDN MEDICAL GROUP LTDA
RODRIGO DE OLIVEIRA DIAS
CONTRATADO

FISCAL DE CONTRATO
CAMILA SCHEFFER Portaria nº 2042/2022

T E S T E M U N H A S

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DE ACORDO:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLADORA INTERNA

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA Nº 055/2023 FMS

Publicação Nº 5410219



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2023 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 055/2023 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo Sr. **RODRIGO RENAN MEDEIROS**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 068.037.479-95, RG nº 5.101.943, residente e domiciliado à Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 1.536, ap. 303 – Centro – Penha/SC, nomeado por meio da portaria nº 1.664/2021, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA**, estabelecida à Estrada Boa Esperança nº 2320, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89163-554 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, representada, neste ato pelo Sr. **MAICON CORDOVA PEREIRA**, CPF sob o nº 015.886.939-70, Cargo/Função Representante Legal, Email: licitacoes6@altermed.com.br, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 024/2023-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 848/2023, anexa ao processo, tudo de acordo com as condições e quantitativos estabelecidos no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao **ORGÃO** a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

1979370 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA 25MM, CÂNULA FINA COM TRATAMENTO ESPECIAL, SILICONADA, EM AÇO INOX DE ALTA FLEXIBILIDADE, PONTA TRIBISELADA COM INDICADOR DE BISEL FACILITA A VISUALIZAÇÃO, ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, TESTADAS UMA A UMA ELETRONICAMENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA	SR	50	R\$27,20	R\$1.360,00
7	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, COM CADA ML CONTENDO 20MG DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA (ADRENALINA), ISENTO DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE CRISTAL COM 1,8 ML E ÊMBOLOS SILICONADOS, ALOJADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA. TUBETES PROTEGIDOS POR ADESIVO DE SEGURANÇA, COM 50 TUBETES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. / ANVISA.	CAIXA	DFL	100	R\$96,12	R\$9.612,00
26	CREME DENTAL COM FLÚOR 1500 PPM, EMBALADO EM TUBO PLÁSTICO 90 GRAMAS.COMBATE AS BACTÉRIAS, O MAU HÁLITO, PREVINA CÁRIE, PROTEJA A GENGIVA E PREVINA A FORMAÇÃO DE TÁRTARO E PLACA BACTERIANA. PROTEÇÃO DE MÍNIMA DE 12H. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN	ICE FRESH	3.000	R\$1,49	R\$4.470,00
31	ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS COM INDICADOR DE ESTERILIDADE E AUTO SELANTES, CAIXA COM 200 ENVELOPES, TAMANHO 150X250 MM. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. AMOSTRA.	CAIXA	HOSPFLEX	10	R\$68,00	R\$680,00
Total do Fornecedor:					R\$16.122,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A prestação dos serviços deverá ser realizada pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As prestações dos serviços registrados neste instrumento serão executadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao contratado que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do contratado/prestador do serviço, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade;

III - Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Compras bem como no Edital;

IV - Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);

V - Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias, todos os materiais recusados na fase de recebimento e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

VI - Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos/entregues, bem como se responsabilizar pelo custo do frete e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos materiais;

VII - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;

VIII - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

IX - Garantir a entrega dos materiais com pontualidade na forma estabelecida no instrumento contratual;

X - Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão fornecimento/entrega dos materiais;

XI - Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Penha/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual;

XII - Os materiais deverão ser fornecidos/entregues em perfeitas condições de utilização;

XIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Contrato, inclusive o frete para transporte dos materiais;

XIV - Executar o fornecimento e entrega parcial ou total do material (de acordo com a solicitação da CONTRATANTE), inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada pela Prefeitura Municipal de Penha/SC;

XV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no Contrato;

XVI - Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do material em questão;

XVII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XVIII - O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados;

XIX - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12, 13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078 de 1990).

XX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

XXI - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XXII – Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os serviços, recusados na fase de recebimento;

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

XXIII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XXIV – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria Solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;

7.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;

7.3 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93;

7.4 As contribuições sociais e os eventuais danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora;

7.5 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Penha/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;

7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;
- b) efetuar o pagamento dos materiais fornecidos na época de sua exigibilidade;

8.1. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2. Aplicar à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

8.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de paralisação dos serviços, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para execução dos serviços.

13.3. No caso de paralisação dos serviços por mais de 05 (cinco) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 06º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de profissionais ou epi's não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 06 de Dezembro de 2023.

RODRIGO RENAN MEDEIROS
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA
MAICON CORDOVA PEREIRA
CONTRATADO

FISCAL DA ATA: ALINE FRANCIELE ALVES
PORTARIA N.º 1.681/2022

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

A presente ATA encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
Controle Interno

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA Nº 056/2023 FMS

Publicação Nº 5410473



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2023 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 056/2023 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo Sr. **RODRIGO RENAN MEDEIROS**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 068.037.479-95, RG nº 5.101.943, residente e domiciliado à Av. Antônio Joaquim Tavares, n.º 1.536, ap. 303 – Centro – Penha/SC, nomeado por meio da portaria nº 1.664/2021, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa **DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, estabelecida à Rua José Bonifácio nº343, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul, bairro Centro, CEP 99.740-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.596.355/0001-65, e-mail dentax@dentaxodonto.com.br, telefone 54 3523-2272, representada, neste ato pelo Sra. **ELAINE BIEDACHA**, CPF sob o nº 005.576.880-60, Cargo/Função Representante legal, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 024/2023-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 848/2023, anexa ao processo, tudo de acordo com as condições e quantitativos estabelecidos no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

2025957 - DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
11	BABADOR DESCARTÁVEL, CAMADA DUPLA (UMA DE PLÁSTICO E UMA DE PAPEL), CONFECCIONADO COM FILME PLÁSTICO QUE IMPEDE VAZAMENTOS, CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, COMPOSTO DE FIBRAS VIRGENS SEM CONTAMINANTES E FILME DE POLIETILENO ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, SEM ADESIVO. DIMENSÕES: MÍNIMO 30X40 E MÁXIMO 35CM X 50CM. BABADOR BRANCO COM 100 FOLHAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	MAX CLEAN	300	R\$12,97	R\$3.891,00
2025957 - DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
32	ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS COM INDICADOR DE ESTERILIDADE E AUTO SELANTES, CAIXA COM 200 ENVELOPES, TAMANHO 90X260 MM. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. AMOSTRA.	CAIXA	MEDSTERIL	400	R\$37,20	R\$14.880,00
56	HEMOSTÁTICO PRODUZIDO COM 100% DE COLÁGENO (GELATINA) PORCINO LIOFILIZADO; MATERIAL LEVE: CERCA DE 10 MG; ABSORVE 40-50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL; COMPLETAMENTE REABSORVIDO PELO ORGANISMO EM 15 DIAS; BIOCOMPATÍVEL; MATERIAL ATÓXICO E NÃO PIROGÊNICO, SEM RISCOS DE INTOLERÂNCIA OU CONTRA INDICAÇÕES; PODE SER APLICADA SECA OU SATURADA COM SOLUÇÃO SALINA ESTÉRIL OU COM ANTIBIÓTICOS; BLISTERS INDIVIDUAIS PREVINEM A CONTAMINAÇÃO CRUZADA; ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA.	FRASCO	MAQUIRA	20	R\$46,69	R\$933,80
97	SUGADOR DESCARTÁVEL PLÁSTICO 40 UNIDADES CORES SORTIDA COM TUBO E PONTEIRA ATÓXICOS; ARAME EM AÇO ESPECIAL; FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA PELO PROFISSIONAL. PONTEIRA MACIA E AROMATIZADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	MAX CLEAN	500	R\$6,86	R\$3.430,00
Total do Fornecedor:					R\$23.134,80	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos.
- 2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A prestação dos serviços deverá ser realizada pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
- 5.1. As prestações dos serviços registrados neste instrumento serão executadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.
- 5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao contratado que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:
- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.1. São obrigações do contratado/prestador do serviço, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:
- I - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade;
- III - Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Compras bem como no Edital;
- IV - Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- V - Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias, todos os materiais recusados na fase de recebimento e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;
- VI - Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos/entregues, bem como se responsabilizar pelo custo do frete e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos materiais;
- VII - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;
- VIII - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortúnica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- IX - Garantir a entrega dos materiais com pontualidade na forma estabelecida no instrumento contratual;
- X - Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão fornecimento/entrega dos materiais;
- XI - Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Penha/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual;
- XII - Os materiais deverão ser fornecidos/entregues em perfeitas condições de utilização;
- XIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Contrato, inclusive o frete para transporte dos materiais;
- XIV - Executar o fornecimento e entrega parcial ou total do material (de acordo com a solicitação da CONTRATANTE), inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada pela Prefeitura Municipal de Penha/SC;
- XV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no Contrato;
- XVI - Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do material em questão;
- XVII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVIII - O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados;
- XIX - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12, 13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078 de 1990).
- XX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- XXI - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XXII – Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os serviços, recusados na fase de recebimento;
- XXIII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

XXIV – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria Solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;

7.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;

7.3 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93;

7.4 As contribuições sociais e os eventuais danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora;

7.5 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Penha/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;

7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter pessoalíssimo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;
- b) efetuar o pagamento dos materiais fornecidos na época de sua exigibilidade;

8.1. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2. Aplicar à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

8.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de paralisação dos serviços, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para execução dos serviços.

13.3. No caso de paralisação dos serviços por mais de 05 (cinco) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 06º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de profissionais ou epi's não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 06 de Dezembro de 2023.

RODRIGO RENAN MEDEIROS
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
ELAINE BIEDACHA
CONTRATADO

FISCAL DA ATA: ALINE FRANCIELE ALVES
PORTARIA N.º 1.681/2022

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

A presente ATA encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
Controle Interno

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças



:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA Nº 057/2023 FMS

Publicação Nº 5410546



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2023 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 057/2023 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo Sr. **RODRIGO RENAN MEDEIROS**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 068.037.479-95, RG nº 5.101.943, residente e domiciliado à Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 1.536, ap. 303 – Centro – Penha/SC, nomeado por meio da portaria nº 1.664/2021, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **JULIANO DE COSTA LTDA**, estabelecida à Av. União da Vitória nº 37, na cidade de Francisco Beltrão, CEP 85.605-586, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.150.550/0001-06, e-mail dentalsolsulfb@gmail.com, telefone 46 3057-1881, representada, neste ato pelo Sr. **JULIANO DE COSTA**, CPF sob o nº 066.745.959-69, Cargo/Função Representante, doravante denominados **"FORNECEDORA"** ou **"BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 024/2023-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 848/2023, anexa ao processo, tudo de acordo com as condições e quantitativos estabelecidos no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

3656039 - JULIANO DE COSTA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ABRIDOR DE BOCA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE À 134°C. COR AZUL. DESENVOLVIDO COM 100% DE SILICONE. DIMENSÕES: 1 ADULTO: 40 X 30 X 20 MM. 2. INFANTIL: 30 X 25 X 18 MM.	UN	LYSANDA	50	R\$6,50	R\$325,00
10	APLICADORES PARA CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (DUPLO).	UN	GOLGRAN	30	R\$12,30	R\$369,00
18	CARIOSTATICO - SOLUÇÃO DE DIAMINO FLUORETO DE PRATA A 30% EM MEIO AMONÍACAL, FRASCO 5ML.	FRASCO	IODONTOSUL	20	R\$21,12	R\$422,40
25	CORRENTES PARA PRENDER GUARDANAPO. AMOSTRA.	UN	PREVEN	60	R\$4,80	R\$288,00
33	ENXAGUANTE BUCAL SOFT MINT - 2L BENEFÍCIOS PERMANECER POR 12 HORAS E PROGRESSIVAMENTE PODE AJUDAR A COMBATER E REDUZIR SIGNIFICATIVAMENTE O ÍNDICE DE PLACA BACTERIANA. REDUZ ATÉ 99% DOS GERMES; HALITO FRESCO; SABOR SUAVE; SEM ALCOOL; EMBALAGEM COM 2 LITROS; COM PUMPER. AMOSTRA	FRASCO	REYMER	50	R\$57,00	R\$2.850,00
37	ESCOVA DE ROBSON	UN	PREVEN	300	R\$1,57	R\$471,00
45	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 COM 24 UNIDADES, AGULHA CT 1/2 -1,7CM.CONJUNTO DE AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL E FIO DE SEDA, EMBALADOS EM ENVELOPE CIRÚRGICO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA	MEDIX	300	R\$38,90	R\$11.670,00
47	FLUOR GEL 2% NEUTRO 200ML, SABOR MENTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO	IODONTOSUL	50	R\$9,60	R\$480,00
70	KIT SILICONE DE CONDENSACAO, CATALIZADOR 60ML COR VERMELHA, SILICONE LEVE(LIGHT) HIDRÓFILO E ALTAMENTE FLUIDO, 140ML COR AMARELO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	KIT	VIGODENT	5	R\$349,90	R\$1.749,50



:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

0656039 - JULIANO DE COSTA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
71	LIMA FLEXOFIL 1 SERIE 21 E 25 MM CAIXA COM 6 UNIDADES. MANUAL A012C EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4310, ELETRO-POLIDA, NA CLASSIFICAÇÃO AISI 302, COM APROXIMADAMENTE 17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL FABRICADA POR TORÇÃO. CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO DO TIPO POLIAMIDA DE ESPECIFICAÇÃO PA 6.6. SÉRIÇÃO ISO NOS NÚMEROS 15 AO 40. SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA TRIANGULAR COM PONTA INATIVA. COM STOPS DE SILICONE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. AMOSTRA.	CAIXA	TDK/ EURODONT	30	R\$17,00	R\$510,00
74	MATERIAL DE MOLDAGEM ALGINATO INDICADO PARA PRÓTESES FIXAS, REMOVÍVEIS, MODELO DE ESTUDO, COM PRESA RÁPIDA, CERCA DE 2 MINUTOS, COMPATIBILIDADE COM O GESSO REPRODUÇÃO DE FINOS DETALHES, PROPRIEDADES DE TIXOTROPIA, ESCOAMENTO E ELASTICIDADE. ISENTO DE POEIRA, TEMPO DE PRESA DE 1,30 A 2 MINUTOS, BAIXOS ÍNDICES DE DISTORÇÃO E MAIOR ESTABILIDADE DIMENSIONAL, LONGA CONSERVABILIDADE DO MOLDE, EMBALADO EM ATMOSFERA MODIFICADA, GARANTIA DE 5 ANOS, COR LILÁS ALTA RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO E COMPRESSÃO. PACOTE COM 453 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. AMOSTRA.	PACOTE	DENTSPLY	50	R\$78,90	R\$3.945,00
75	MATRIZ DE POLIÉSTER 10X120X0,05MM COM 50 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	PREVEM	50	R\$1,60	R\$80,00
82	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20 ML (PMCF). A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO	BIO DINAMICA	10	R\$7,00	R\$70,00
94	SERINGA GEL DE ÁCIDO FOSFÓRICO 37%, ESPESANTE, CORANTE AZUL E ÁGUA DEIONIZADA, EMBALAGEM CONTENDO 3 SERINGAS COM 3 GRAMAS E 3 BICOS APLICADORES METÁLICOS AUTOCALVÁVEIS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	KIT	IODONTOSUL	200	R\$3,62	R\$724,00
104	TRICRESOL FORMALINA 10ML. MATERIAL PARA DESINFECÇÃO DE CANAL RADICULAR, ANTISSEPTICO, DESINFETANTE PARA CANAIS RADICULARES, QUE ALIA AS PROPRIEDADES DO FORMALDEÍDO COM ORTO-CRESOL, ALTO TEOR DE PUREZA.	FRASCO	BIO DINAMICA	30	R\$5,19	R\$155,70
105	VERNIZ COM FLÚOR PARA FLUORETAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO, 6%, PROFILAXIA DA CÁRIE DENTAL, TRATAMENTO DESSENSIBILIZANTE DE COLOS DENTINÁRIOS, USO NAS SUPERFÍCIES DENTÁRIAS DESCALCIFICADAS E FISSURAS DESCOLORADAS. MÉTODO PREVENTIVO DA CÁRIE EM DENTES COM APARELHOS ORTODÔNTICO, EMBALAGEM COM 10ML DE VERNIZ E UM SOLVENTE COM 10ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN	FGM	30	R\$26,24	R\$787,20
					Total do Fornecedor:	R\$24.896,80

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos.

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A prestação dos serviços deverá ser realizada pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As prestações dos serviços registrados neste instrumento serão executadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao contratado que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do contratado/prestador do serviço, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

- I - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade;
- III - Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Compras bem como no Edital;
- IV - Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- V - Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias, todos os materiais recusados na fase de recebimento e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;
- VI - Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos/entregues, bem como se responsabilizar pelo custo do frete e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos materiais;
- VII - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;
- VIII - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- IX - Garantir a entrega dos materiais com pontualidade na forma estabelecida no instrumento contratual;
- X - Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão fornecimento/entrega dos materiais;
- XI - Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Penha/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual;
- XII - Os materiais deverão ser fornecidos/entregues em perfeitas condições de utilização;
- XIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Contrato, inclusive o frete para transporte dos materiais;

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

- XIV - Executar o fornecimento e entrega parcial ou total do material (de acordo com a solicitação da CONTRATANTE), inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada pela Prefeitura Municipal de Penha/SC;
- XV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no Contrato;
- XVI - Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do material em questão;
- XVII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVIII - O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados;
- XIX - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12,13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078 de 1990).
- XX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- XXI - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XXII – Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os serviços, recusados na fase de recebimento;
- XXIII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XXIV – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria Solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;

7.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;

7.3 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93;

7.4 As contribuições sociais e os eventuais danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora;

7.5 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Penha/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;

7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;
- b) efetuar o pagamento dos materiais fornecidos na época de sua exigibilidade;

8.1. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2. Aplicar à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

8.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de paralisação dos serviços, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para execução dos serviços.

13.3. No caso de paralisação dos serviços por mais de 05 (cinco) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 06º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de profissionais ou epi's não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 06 de Dezembro de 2023.

RODRIGO RENAN MEDEIROS
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

JULIANO DE COSTA LTDA
JULIANO DE COSTA
CONTRATADO

FISCAL DA ATA: ALINE FRANCIELE ALVES
PORTARIA N.º 1.681/2022

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

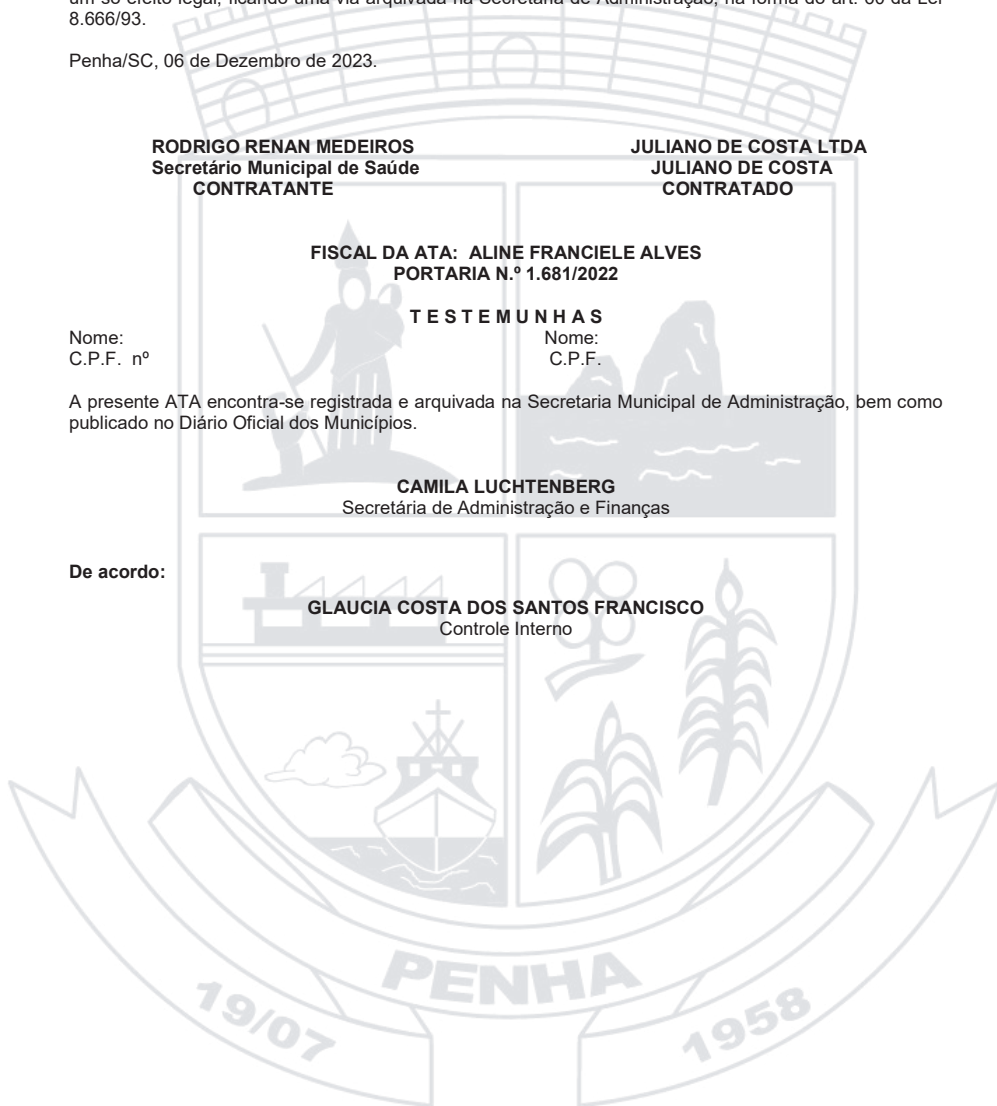
Nome:
C.P.F.

A presente ATA encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
Controle Interno



:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças



:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA Nº 22/2023 - CMAS

Publicação Nº 5410597

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**CMAS - PENHA/SC****ATA 022/2023**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2023 às onze horas, reuniram-se de forma online pela plataforma do *google meet*, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para reunião extraordinária. Se fizeram presentes os seguintes conselheiros: Sra. **Ana Paula da Silva Dionizio** (representante titular da Secretaria de Assistência Social e vice-presidente), Sra. **Merci Teresinha do Nascimento** (representante titular da entidade APAE e presidente do Conselho), Sra. **Maria Bernadete Canuto** (representante suplente da Secretaria de Assistência Social), Srta. **Priscila dos Santos Gomes** (representante titular do CMBA), Sra. **Kelly Emelly Correia de Freitas** (representante suplente do ADM) Sr. **André Rebelo** (representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita), Sra. **Juliana da Silva Santana** (titular e representante da Saúde), **Sra Maria Claudete Fuchter** (representante titular Usuário), Presentes na reunião como convidados, o **Sr. Sérgio de Mello** (Secretário da SEMAS), e a **Sra Patrícia Isabel dos Santos** (diretora do CRAS), **Sra Dulce Dulcilene do Nascimento** (Coordenadora do CREAS), A Presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e dissertou sobre a primeira pauta do dia que será a aprovação da capacitação dos técnicos do Serviço da Família Acolhedora, sendo a Sra Maria Bernadete Canuto - Assistente Social e Coordenadora, Sra Fernanda Veiga – Psicóloga e Sra Dulcinéia S. Gerhards - Assistente Social. A capacitação será realizada nos dias 11 e 12 de dezembro de 2023 de forma online, pelo google meet, com o **tema Metodologia de Trabalho nos Serviços de Acolhimento Institucional e Família Acolhedora**. O valor da capacitação para as três técnicas ficará no total de R\$1.050,00 (um mil e cinquenta reais). Aberta a discussão, houve questionamentos referentes aos valores por ser online e também houve o questionamento da participação da técnica, Sra. Dulcineia, tendo em vista que seu contrato está para vencer e sem expectativa de renovação. Após sanadas todas as dúvidas sobre os apontamentos feitos pelos conselheiros pela Sra. Maria Bernadete Canuto e o Secretário Senhor Sérgio Mello, o Conselho decidiu pela aprovação da capacitação, considerando ser necessária para a continuação das atividades a serem desenvolvidas no serviço da Família Acolhedora. Em seguida a Sra Emelly solicitou a palavra para falar sobre os recursos vindos através de emendas e inseridos no Sistema SIGTV aprovados pelo Conselho no ano de 2021 para a compra de três veículos, sendo 1 veículo para o CRAS, 1 veículo para CREAS e 1 veículo para a APAE de Penha, onde relatou que em contato com o órgão gerenciador em Brasília foi dilatado o prazo para a compra dos veículos até abril de 2024, pois não será possível comprar esses veículos neste ano de 2023. Confirmou ainda que os recursos estão em conta aplicada tendo o saldo de R\$223.674,36 atualmente. A Sra. Emelly informou que em reunião com a Secretária de

Administração e Finanças Camila Luchtemberg juntamente com o Senhor Sérgio Mello (Gestor do FMAS) foi acordado que a compra dos veículos será realizada no mês de março/2024. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, **Olinda Rodrigues da Silva Santos, Secretária Executiva** deste Conselho, lavrei e assino a presente ata juntamente com os Conselheiros e convidados.

ATA Nº 23/2023 - CMAS

Publicação Nº 5410598

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMAS - PENHA/SC

ATA 023/2023

Aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três, às onze horas, reuniram-se de forma online pela plataforma do google meet, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para reunião ordinária. Se fizeram presentes os seguintes conselheiros: a Sra. Merci Teresinha do Nascimento (representante titular da entidade APAE e presidente do Conselho), Sra Maria Bernadete Canuto (representante suplente da Secretaria de Assistência Social), Srta. Priscila dos Santos Gomes (representante titular do CMBA), Sra. Cláudia Aparecida Hansen dos Santos (Titular do Corpo de Bombeiros Voluntários de Penha), Sr. André Rebelo (representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita). Sra Maria Claudete Fuchter (representante titular Usuário), a Presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e dissertou sobre a primeira pauta do dia: a apresentação e aprovação da prestação de contas da quarta parcela do Termo de Fomento nº 002/2023 - FMAS, que foi disponibilizada em formato PDF um dia antes da reunião no grupo WhatsApp dos Conselheiros. Analisada a prestação de contas pelos Conselheiros, a mesma foi aprovada por unanimidade. A Sra Olinda informou que será preciso fazer uma última reunião para apreciação do Conselho sobre o demonstrativo financeiro de 2021, o qual foi preenchido pela gestão mas não foi apresentado para o conselho. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Olinda Rodrigues da Silva Santos, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei e assino a presente ata juntamente com os Conselheiros e convidados.

CONTRATO Nº 040/2023 FMEDUC

Publicação Nº 5410074

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1DAE9212DB4286EDFEFCBD6DDF7EA586BB521F0A



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ALCA ALIMENTOS LTDA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

CONTRATO Nº 040/2023- FMEDUC de 28/11/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2022 – FMEDUC
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022 – FMEDUC
Contrato de Conversão do Saldo da ATA 035/2022 FMEDUC
Memorando nº 16.189/2023 - Parecer Jurídico nº 243/2023PGM

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Prefeito José João Batista, nº 115, inscrita no CNPJ sob nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. **THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4987073 e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.255.039-55, residente e domiciliada à Avenida Aníbal de Lara Cardoso, nº. 844 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa **ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP**, estabelecida à Avenida Progresso, nº 90, na cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.825.952/0001-46, representada, neste ato pelo Sra. **MARIALMA DA ROSA ROSAR**, CPF sob o nº 939.198.679-04, Cargo/Função Sócia Administradora, email: licitacao@rosardistribuidora.com.br doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de mantimentos (frios) objetivando a alimentação dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Penha/SC durante o ano letivo, conforme requisição ao compras nº 239/2022, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Fornecedor: 1996770 - ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP								
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível	
2	13494 - CARNE MOÍDA	KG	3.985	43	R\$26,00	R\$1.118,00	R\$103.610,00	
3	37756 - CORTES CONGELADOS DE COXAS E SOBRECOXAS DE FRANGO SEM OSSO E SEM PELE. DESCRITIVO CONFORME O EDITAL.	KG	6.246	69	R\$14,39	R\$992,91	R\$89.879,94	
9	35179 - CARNE SUÍNA (LOMBO). DESCRITIVO CONFORME EDITAL.	KG	7.388	80	R\$16,40	R\$1.312,00	R\$121.163,20	
10	23773 - FILÉ DE PEITO DE FRANGO	KG	15.418	38	R\$16,00	R\$608,00	R\$246.688,00	
Saldo Disponível na Licitação:							R\$1.525.653,86	

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 1.525.653,86 (Um milhão e Quinhentos e Vinte e Cinco Mil e Seiscentos e Cinquenta e Três Reais e Oitenta e Seis Centavos)**.

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria Educação e Cultura, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

2.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela **CONTRATADA**, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 80 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2118 - Funcional: 0008.0306.0009 -

Funcionamento e manutenção do PNAE - Ensino Fundamental

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas - 79

Órgão: 80 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2118 - Funcional: 0008.0306.0009 -

Funcionamento e manutenção do PNAE - Ensino Fundamental

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas - 80

Órgão: 80 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2119 - Funcional: 0008.0306.0009 -

Funcionamento e Manutenção do PNAE - Infantil

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas - 81

Órgão: 80 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2119 - Funcional: 0008.0306.0009 -

Funcionamento e Manutenção do PNAE - Infantil

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas - 82

CLÁUSULA QUINTA

5 - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, respondendo o **CONTRATANTE** apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A **CONTRATADA** deverá fornecer o objeto de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras,

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 - Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria de Educação e Cultura.

7.1 – O presente contrato terá **vigência de 12 meses** a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir a data da entrega, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO e toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto;
- l) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações.
- m) seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria de Educação e Cultura, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

- I - Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
- II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **CONTRATANTE** para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Penha/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 28 de novembro de 2023

THYRCIANE F. DE SANTANA DA COSTA
Gestora do Fundo Municipal de Educação
CONTRATANTE

ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP
MARIALMA DA ROSA ROSAR
CONTRATADO

FISCAIS DE CONTRATO
ELEN JOICE LUZ SOUZA - PORTARIA N.º 1.289/2022

T E S T E M U N H A S

Nome:

Nome:

C.P.F.

C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
Controle Interno

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

DECRETO Nº 4186/2023 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

Publicação Nº 5409745



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

DECRETO Nº 4186/2023**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR NO
ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 64, inciso VI da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.964.631,10 (Dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e dez centavos), conforme art. 14 da Lei Municipal nº 3343 de 05 de dezembro de 2022, para a suplementação das seguintes dotações:

Entidade: Prefeitura Municipal de Penha

Órgão: 16 – Secretaria Municipal da Administração e Finanças

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Recursos Humanos

Funcional: 04.0122.0004

Atividade: 2.145 – Funcionamento e Manutenção do Departamento do Departamento de Recursos Humanos

Fonte de Recursos: 150070000 – Recursos Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00(469) – Aplicações Diretas.....R\$ 2.964.631,10

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/SC - CEP: 88385-000
Tel: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do art.1º da presente Lei de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.964.631,10 (Dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e dez centavos), correrá por conta do Superávit apurado no exercício anterior, referente aos recursos específicos da Fonte de recursos 0150070000 – Recursos Próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/SC - CEP: 88385-000
Tel: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023 - FMS

Publicação Nº 5410610

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 78766FFDF3970495AB8C1D6E70DEFBA4CE59955D

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023 - FMS

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada na confecção e instalação de material de comunicação visual (adesivo e placas), visando atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, conforme requisição ao compras nº 897/2023, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo.

Início de Entrega das Propostas: 08/12/2023 às 12:00h.
Término do Recebimento das Propostas: 21/12/2023 às 08:55h.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 21/12/2023 às 09:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 3, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2023.
CAMILA LUCHTENBERG
Secretária da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 2101/2023

Publicação Nº 5411585

PORTARIA N.º 2.101/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. IONARA ELIZA SANTANA DO NASCIMENTO, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 301/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 169/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Paloma Cristina da Silva (30 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2102/2023

Publicação Nº 5411588

PORTARIA N.º 2.102/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. EDILENI ERONDINA ANACLETO, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 302/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 12/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Walquiria Jacinta Germano (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Centro de Educação Infantil "Laci Simão Corrêa" conforme Portaria 318/2022, e em substituição da servidora efetiva Fabrícia Inocêncio

de Melo (20 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.
Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2103/2023

Publicação N° 5411591

PORTARIA N.º 2.103/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. FERNANDA FREIRE DA SILVA SOARES, com efeito a partir 21/12/2023 a 11/07/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 303/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 484/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Josiane dos Santos (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade escolar na Escola Municipal "Horacina Soares Francisco" conforme Portaria 416/2021, e em substituição da servidora efetiva Regiane Aparecida Severino (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade escolar na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EJA conforme Portaria 422/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2104/2023

Publicação N° 5411593

PORTARIA N.º 2.104/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. MANUELA VICENTE CORDOVA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 304/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 48/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Izonete Bernardina da Costa de Souza (40 horas) está atuando na função de Coordenadora do Abrigo Anjo Gabriel junto da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme Portaria 1805/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.
Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2105/2023

Publicação N° 5411596

PORTARIA N.º 2.105/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. VILMA PEREIRA DE OLIVEIRA, com efeito a partir 15/12/2023 a 10/07/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 305/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 478/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Monica Thaise Fischer Lima (30 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2106/2023

Publicação N° 5411598

PORTARIA N.º 2.106/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ARIANE CIPRIANO LEITE, com efeito a partir 21/12/2023 a 16/07/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 306/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 09/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Marcia Regina dos Santos (20 horas) está readaptada conforme a Portaria 1.437/2023, em substituição da servidora efetiva Dirlene Janete de Mello Vitorino (20 horas) está readaptada conforme a Portaria 1.418/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2107/2023

Publicação Nº 5411599

PORTARIA N.º 2.107/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. KATIUSCIA LEITE FRANCISCO FERMINO, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 307/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 45/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Elizane Aparecida Francisco (40 horas) está em cargo comissionado na função de Secretária de Unidade Escolar na Escola Básica Municipal "João Batista da Cruz" conforme Portaria 439/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2108/2023

Publicação Nº 5411602

PORTARIA N.º 2.108/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. BRUNA DA COSTA E COUTO, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 308/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 128/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Nair Aparecida dos Santos de Oliveira (40 horas) na escola de período integral de acordo com o PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015 - meta 6, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2109/2023

Publicação Nº 5411605

PORTARIA N.º 2.109/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ADRIANA LEONARDO DOS SANTOS, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 309/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 29/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Lenir Celina dos Santos (20 horas) e a servidora Regiane Aparecida Severino (20 horas) na escola de período integral de acordo com o PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015 - meta 6, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2110/2023

Publicação Nº 5411607

PORTARIA N.º 2.110/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. KARINA MARTINS DE AZEVEDO LEISKOSKY ZANIBONI XAVIER, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 310/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 130/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Cristiane Aparecida Araujo Vezu (30 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2111/2023

Publicação Nº 5411610

PORTARIA N.º 2.111/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. DEBORA PEREIRA DA ROCHA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 311/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 116/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Mabel Rosane Campos (20 horas matutino) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar na Escola Municipal "Maria Emília da Costa" conforme Portaria 417/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2112/2023

Publicação Nº 5411612

PORTARIA N.º 2.112/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. DEBORA PEREIRA DA ROCHA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 312/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 117/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Mabel Rosane Campos (20 horas vespertino) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar na Escola Municipal "Maria Emília da Costa" conforme Portaria 417/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2113/2023

Publicação Nº 5411615

PORTARIA N.º 2.113/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. PATRICIA PERES GONÇALVES, com efeito a partir 15/12/2023 a 22/06/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 313/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 461/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Fabiula Hermida Cao (30 horas) está responsável pelo controle e acompanhamento do Uniforme e material escolar junto a Secretaria Municipal de Educação conforme a Portaria 377/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2114/2023

Publicação Nº 5411618

PORTARIA N.º 2.114/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. WOLLACE NASCIMENTO MACIEL DA SILVA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 314/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 121/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Sandra Maria Pereira (40 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar na Escola Básica Municipal “Rubens João de Souza” conforme Portaria 412/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2115/2023

Publicação Nº 5411619

PORTARIA N.º 2.115/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. TATIANA HARDT, com efeito a partir 21/12/2023 a 08/08/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 315/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 501/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Gilda da Graça Custódio (40 horas) está em cargo comissionado na função Secretária de Unidade Escolar no Grupo Escolar Municipal “Raquel Figueredo de Assis” conforme Portaria 449/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2116/2023

Publicação Nº 5411622

PORTARIA N.º 2.116/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. MARIA ISABEL DE SOUZA RITA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 316/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 129/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Janaina Neide de Souza (40 horas) está em cargo comissionado de Auxiliar de Coordenação na Secretaria Municipal de Educação conforme a Portaria 703/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2117/2023

Publicação N° 5411623

PORTARIA N.º 2.117/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. GISLENE DILZE VIEIRA, com efeito a partir 15/12/2023 a 01/06/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 317/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 452/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Tatiana Lopes Gabriel (30 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2118/2023

Publicação N° 5411625

PORTARIA N.º 2.118/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. MICHELLE DE JESUS PEREIRA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 318/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 23/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Elisabete Sueli Vicente da Costa (40 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade escolar na Escola Municipal "Maria Emília da Costa" conforme Portaria 252/2022, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2119/2023

Publicação Nº 5411628

PORTARIA N.º 2.119/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ANDRESSA RAFAELLA VIEIRA BONATO, com efeito a partir 15/12/2023 a 12/09/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 319/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 22/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Selma Sebastião Correa (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Grupo Escolar Municipal "Raquel Figueredo de Assis" conforme Portaria 833/2023, e em substituição da servidora efetiva Mirta Sueli da Silva Correa (20 horas) está readaptada conforme a Portaria 1.707/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2120/2023

Publicação Nº 5411633

PORTARIA N.º 2.120/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. JANINI PINHEIRO, com efeito a partir 21/12/2023 a 01/06/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 320/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 433/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Gertrudes Rogalsky (40 horas) está em cargo comissionado na função de Diretora de Unidade Escolar no Grupo Escolar Municipal "Antônio José Tiago" conforme Portaria 420/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2121/2023

Publicação Nº 5411634

PORTARIA N.º 2.121/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. PAULO DE TARCIO DUARTE SIQUEIRA JUNIOR, com efeito a partir 21/12/2023 a 01/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 321/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 511/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Bruna Rafaela Netto (20 horas) está em cargo comissionado na função Secretária de Unidade Escolar na Escola Básica Municipal "João Antônio Pinto" conforme Portaria 1.298/2023, e em substituição do servidor efetivo Pablo

Edney Sturmer Professor no Projeto Contar turno Escolar PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2122/2023

Publicação Nº 5411636

PORTARIA N.º 2.122/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. RODRIGO FILIPE DA SILVA, com efeito a partir 15/12/2023 a 05/12/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 322/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 621/2022 – PMP, em substituição do servidor efetivo Cley Anderson da Silva Professor no Projeto Contar turno Escolar PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2123/2023

Publicação Nº 5411640

PORTARIA N.º 2.123/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. MERIELI DA COSTA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 323/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 166/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Rita de Cassia Vicente (40 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e

três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2124/2023

Publicação Nº 5411643

PORTARIA N.º 2.124/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ANDRESSA FATIMA DE SOUZA, com efeito a partir 21/12/2023 a 17/05/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 324/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 415/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Araci das Neves (40 horas) está em cargo comissionado na função de Diretora de Unidade Escolar na Escola Municipal "Rosália Valentina D'Allago" conforme Portaria 418/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2125/2023

Publicação Nº 5411644

PORTARIA N.º 2.125/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. TATIANY REGINA FABENI, com efeito a partir 21/12/2023 a 13/06/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 325/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 458/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Arlete Flores (40 horas) está responsável pelo sistema de convênio na Secretaria Municipal de Educação conforme a Portaria 469/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2126/2023

Publicação Nº 5411647

PORTARIA N.º 2.126/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. FABIO RENATO MARTINS NUNES, com efeito a partir 15/12/2023 a 15/09/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 326/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 533/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Jociane Thibes de Paula (20 horas matutino) está desempenhando funções de secretária da Junta Militar conforme a Portaria 306/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2127/2023

Publicação Nº 5411650

PORTARIA N.º 2.127/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. FABIO RENATO MARTINS NUNES, com efeito a partir 21/12/2023 a 15/09/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 327/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 534/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Jociane Thibes de Paula (20 horas vespertino) está desempenhando funções de secretária da Junta Militar conforme a Portaria 306/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2128/2023

Publicação Nº 5411653

PORTARIA N.º 2.128/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ESTER DA SILVA RITA, com efeito a partir 15/12/2023 a 18/05/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 328/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 422/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Patrícia Maria Inocêncio (30 horas) está em cargo comissionado de Auxiliar de Coordenação junto a Secretaria Municipal de Educação conforme a Portaria 396/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2129/2023

Publicação Nº 5411655

PORTARIA N.º 2.129/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. RITA RASSWEILER, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 329/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 160/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Joelma Aparecida Ferreira (40 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Centro de Educação Infantil “Professora Orlandina Bento Mendes” conforme Portaria 1.366/2022, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2130/2023

Publicação Nº 5411659

PORTARIA N.º 2.130/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. NILZA GARCIA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 330/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 176/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Rosiane Cipriano Brunner Leite (20 horas) está auxiliando no atendimento da Biblioteca conforme a Portaria 385/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2131/2023

Publicação Nº 5411662

PORTARIA N.º 2.131/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. EUNIDIO LUIS RANNOV, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 331/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 164/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Cristiani Soraia do Nascimento (20 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2132/2023

Publicação Nº 5411663

PORTARIA N.º 2.132/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. SIMONI VALÉRIA ROMÃO MARKOSKI, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 332/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 170/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Maria de Fátima da Costa Ferreira (20 horas Vespertino) está desempenhando funções técnicas administrativas Na Secretaria Municipal de Educação conforme a Portaria 709/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2133/2023

Publicação Nº 5411667

PORTARIA N.º 2.133/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. KEITIANE ALVES DA SILVA IZING, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 333/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 113/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Selma Sebastião Correa (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Grupo Escolar Municipal “Raquel Figueredo de Assis” conforme Portaria 833/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2134/2023

Publicação Nº 5411669

PORTARIA N.º 2.134/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. PRISCILA CASSOL MARINO, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 334/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 24/2023 – PMP, em substituição do servidor efetivo Dorival Basílio (20 horas) está responsável pela Biblioteca Municipal conforme Portaria 703/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2135/2023

Publicação Nº 5411672

PORTARIA N.º 2.135/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. CIRO RENATO MIRANDA, com efeito a partir 15/12/2023 a 08/08/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 335/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 499/2022 – PMP, em substituição do servidor efetivo Sérgio Orêncio Vieira (40 horas) responsável pelo contra-turno da Secretaria Municipal de Saúde conforme Portaria 973/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2136/2023

Publicação N° 5411673

PORTARIA N.º 2.136/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. GIOVANA CLEIA PEREIRA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 336/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 21/2023 – PMP, em substituição do servidor efetivo Dorival Basílio (20 horas) está responsável pela Biblioteca Municipal conforme Portaria 703/2021, e em substituição da servidora efetiva Dirlene Janete de Mello Vitorino (20 horas) está Readaptada conforme Portaria 1.418/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2137/2023

Publicação N° 5411678

PORTARIA N.º 2.137/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. PAULA CRISTINA RITA DA SILVEIRA, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 337/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 13/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Rita de Cassia Marquetti (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar na Escola Básica Municipal "João Antônio Pinto" conforme Portaria 413/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2138/2023

Publicação Nº 5411680

PORTARIA N.º 2.138/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. JORGE ANDERSON SANTANA SANTOS, com efeito a partir 21/12/2023 a 20/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 338/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 135/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Fernanda de Oliveira Professora no Projeto Contar turno Escolar PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2139/2023

Publicação Nº 5411683

PORTARIA N.º 2.139/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ROSIMERI RAMOS GODOY, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 339/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 03/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Sueli dos Santos Cardoso (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Centro de Educação Infantil "Maria de Lourdes Francisco Gonçalves" conforme Portaria 1576/2023, e em substituição da servidora efetiva Celimar Geremias (20 horas) está auxiliando nos assuntos administrativos da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura conforme a Portaria 1393/2022, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2140/2023

Publicação Nº 5411686

PORTARIA N.º 2.140/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. JULIANA CUSTÓDIO DA SILVA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 340/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 17/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Edna Ana Galdino Ferreira (20 horas) está em cargo comissionado na função de Auxiliar de Coordenação

na Secretaria Municipal de Educação conforme Portaria 400/2021, e em substituição da servidora efetiva Vivian Prust Gadotti (20 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2141/2023

Publicação Nº 5411689

PORTARIA N.º 2.141/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. JOSIANE D'AVILA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 341/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 31/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Susana Celistá Policarpo (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar na Escola Municipal "Cipriano Silvino Custódio" conforme Portaria 415/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2142/2023

Publicação Nº 5411693

PORTARIA N.º 2.142/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária do Sr. PAULO SÉRGIO GOMES, com efeito a partir 21/12/2023 a 15/09/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 342/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 527/2022 – PMP, em substituição do servidor efetivo Michael David da Costa (20 horas) Professor no Projeto Contar turno Escolar PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015, e em substituição do servidor efetivo Ilson Soares (20 horas) Professor no Projeto Contar turno Escolar PME de Penha Lei Municipal nº 2.769/2015 solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2143/2023

Publicação Nº 5411696

PORTARIA N.º 2.143/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ANA PAULA RAUTT, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 343/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 30/2023 – PMP, em substituição da servidora Francieli Fortes Ribeiro (20 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2144/2023

Publicação Nº 5411699

PORTARIA N.º 2.144/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. JULIANA PORTO DE BARROS, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 344/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 37/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Cladeci Maria Kuzma (40 horas) está a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2145/2023

Publicação Nº 5411700

PORTARIA N.º 2.145/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ODIVANIA ELISA SCARIOT, com efeito a partir 15/12/2023 a 17/03/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 345/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 294/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Marlene Pereira Siqueira (40 horas) está atuando como Conselheira Tutelar conforme a Portaria 108/2020, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2146/2023

Publicação Nº 5411702

PORTARIA N.º 2.146/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 346/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 02/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Celimar Geremias (20 horas) está auxiliando nos assuntos administrativos da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura conforme a Portaria 1393/2022, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2147/2023

Publicação Nº 5411707

PORTARIA N.º 2.147/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. GABRIELA MARCELINO, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 347/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 183/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Vitoria Spencer do Nascimento Fernandes (30 horas) está em cargo comissionado de Diretora de Sistemas junto a Secretaria Municipal de Educação conforme a Portaria 1.579/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2148/2023

Publicação N° 5411710

PORTARIA N.º 2.148/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. CAROLAINE SILVEIRA KOSKUR, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 348/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 198/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Rosalva Maria Anhaia Nusda (20 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2149/2023

Publicação N° 5411713

PORTARIA N.º 2.149/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. CHANAISA MONTEIRO SPIESS, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 349/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 42/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Sueli dos Santos Cardoso (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Centro de Educação Infantil "Maria de Lourdes Francisco Gonçalves" conforme Portaria 1576/2023, e em substituição da servidora efetiva Luanda Severino (20 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Centro de Educação Infantil "Professora Mara Lucia de Souza Melo" conforme a Portaria 248/2022, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2150/2023

Publicação Nº 5411716

PORTARIA N.º 2.150/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. LUCIANE BANINSKI, com efeito a partir 21/12/2023 a 23/07//2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 350/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 120/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Rosane de Almeida (20 horas) está readaptada conforme a Portaria 1.442/2023, em substituição da servidora efetiva Luciane Pereira Albino (20 horas) está no Projeto Banda Municipal, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2151/2023

Publicação Nº 5411718

PORTARIA N.º 2.151/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. CINTIA ZORAIA DE CAMPOS PICININI, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 351/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 04/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Nelyana Kottwitz (40 horas) está em cargo comissionado na função Diretora de Unidade Escolar no Grupo Escolar Municipal "Antônio José Tiago" conforme Portaria 448/2021, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2152/2023

Publicação Nº 5411723

PORTARIA N.º 2.152/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. LETICIA DE OLIVEIRA MENDES, com efeito a partir de 21/12/2023 a 29/06/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 352/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 221/2022 – PMP, conforme requerida a estabilidade provisória através do protocolo nº 12.173/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2022.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2153/2023

Publicação Nº 5411726

PORTARIA N.º 2.153/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. CLAUDENICE COSTA DA SILVA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 353/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 421/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Alicia Bento (30 horas) está readaptada conforme a Portaria 1545/2022, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2154/2023

Publicação Nº 5411728

PORTARIA N.º 2.154/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. IRACI DA CONCEIÇÃO, com efeito a partir 15/12/2023 a 17/05/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 354/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 412/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Ana Claudia Wilbert (30 horas) está em cargo comissionado na função de Diretora de Unidade Escolar no Centro de Educação Infantil "João Batista da Cruz" conforme Portaria 827/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2155/2023

Publicação N° 5411730

PORTARIA N.º 2.155/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. AGATHA LUANA PAULINO NOGUEIRA, com efeito a partir 15/12/2023 a 13/12/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 355/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 172/2023 – PMP, em substituição da servidora efetiva Gabrielly Joelma Floriano (30 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2156/2023

Publicação N° 5411733

PORTARIA N.º 2.156/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. GIULIANA FERREIRA, aprovada em Concurso Público, Edital N° 01/2023, para ocupar o cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 11/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2157/2023

Publicação N° 5411735

PORTARIA N.º 2.157/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. MARIZETE DA SILVA, com efeito a partir 15/12/2023 a 01/06/2024, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 356/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 440/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Ariane da Silva Vicente (30 horas) está em auxílio doença pelo INSS, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2158/2023

Publicação Nº 5411736

PORTARIA N.º 2.158/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ANDREA DE CASSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA, com efeito a partir 21/12/2023 a 10/05/2024, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 357/2023 – PMP ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 393/2022 – PMP, em substituição da servidora efetiva Teresinha Aparecida da Costa Alves (20 horas) está Readaptada conforme Portaria 1.446/2023, solicitado através do memorando 1doc 14.498/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2159/2023

Publicação Nº 5411739

PORTARIA N.º 2.159/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. RAYSA MANUELLY LANA OLIVEIRA ANDRADE MARTINS, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2023, para ocupar o cargo de ENFERMEIRO – 30 HORAS, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 12/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2160/2023

Publicação N° 5411741

PORTARIA N.º 2.160/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. MAYRA REGINA RODRIGUES DE SOUZA, aprovada em Concurso Público, Edital N° 01/2023, para ocupar o cargo de ENFERMEIRO – 30 HORAS, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 11/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2161/2023

Publicação N° 5411743

PORTARIA N.º 2.161/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. MARGARIDA ABUGOCHE DE SÁ PORTELLA, aprovada em Concurso Público, Edital N° 01/2023, para ocupar o cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 11/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 2162/2023

Publicação N° 5411744

PORTARIA N.º 2.162/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. DEISE ALVES BARROS, aprovada em Concurso Público de Emprego Público - ESF, Edital N° 01/2022, para ocupar o cargo de ENFERMEIRA - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 11/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2163/2023

Publicação Nº 5411745

PORTARIA N.º 2.163/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. RUTH LEA PEIXOTO DE FREITAS SILVA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 02/2022, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 11/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2164/2023

Publicação Nº 5411749

PORTARIA N.º 2.164/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 43/2023 PMP, onde era contratada a Sra. MARI LUCIA HEIDEN, da função de Professora Habilitada de Anos Iniciais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 248/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2165/2023

Publicação Nº 5411751

PORTARIA N.º 2.165/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Termo de Compromisso de Estágio nº 28/2023, onde era contratada a Sra. MAÍRA COSTA DE SOUZA, da função de Estagiária, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1606/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2166/2023

Publicação Nº 5411756

PORTARIA N.º 2.166/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a Sra. TATIANE DE AMORIM TOMIO do cargo efetivo de Professora de Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 67/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RESOLUÇÃO Nº 31/2023 - CMAS

Publicação Nº 5410600

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

Resolução Nº 31/2023 de 29 de novembro de 2023

Dispõe sobre a aplicação do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social – IGDSUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, e pela Lei Municipal nº. 2.545 de 09 de abril de 2012, nos termos das deliberações deste Conselho registradas na Ata nº. 22/2023 datada de 29 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a aplicação dos recursos federais repassados pelo IGD-SUAS, no valor de R\$1.050,00 (mil e cinquenta reais) conforme disponibilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, para pagamento das inscrições das técnicas do Serviço da Família Acolhedora

Sra. Maria Bernadete Canuto - Assistente Social, Sra. Fernanda Veiga – Psicóloga e Sra. Dulcineia S. Gerhards - Assistente Social, que farão Capacitação de forma online pelo Google Meet nos dias 11 e 12 de dezembro de 2023.

Art. 2º - A capacitação terá como tema as metodologias de trabalho nos Serviço de Acolhimento Institucional e Família Acolhedora conforme Cronograma Encaminhado pelo (CAIROS) e ministrada pelas docentes Me. Dayse Cesar Franco Bernardi e Me. Janice Merigo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 29 de novembro de 2023.

Merci Teresinha do Nascimento
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Penha/SC

RESOLUÇÃO Nº 32/2023 - CMAS

Publicação Nº 5410603

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

Resolução Nº 032/2023 de 05 de Novembro de 2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, pela Lei Municipal nº. 2.545 de 09 de abril de 2012, e nos termos das deliberações desse Conselho registrada em Ata nº. 023/2023 datada de 05 de Novembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Parecer Técnico nº. 001/2023, referente ao Termo de Fomento nº. 002/2023 - FMAS, nos termos abaixo.

Data Recebimento da Prestação de Contas: 01/12/2023.

☒ (X) Prestação de Contas Parcial – Parcela nº 04 de 06

☐ () Prestação de Contas Final

Número da Parceria: 002/2023

Período a que se refere a prestação de contas: 24/11/2023 a 30/11/2023.

Período de Vigência: 06 (seis) meses

Nome da organização: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Penha.

Objeto da parceria: Celebração em regime de mútua cooperação de parceria com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades.

Valor total da parceria: R\$ 180.000,00

Valor da parcela repassado: R\$ 30.000,00

Valor da parcela comprovadamente utilizado: R\$30.063,37

Valor da aplicação financeira: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$: 56,67

Devoluções efetuadas FMAS: R\$ 6,50

Rendimentos: R\$ 0,20

Devolução valor tarifa MSG mês anterior: R\$ 6,50

Relação detalhada das atividades e metas estabelecidas

Em reunião realizada nesta data, o Conselho Municipal de Assistência Social de Penha analisou todas as despesas apresentadas na prestação de contas. Este Conselho considerando que as despesas realizadas estão vinculadas às atividades da Apae e consequentemente as suas atribuições institucionais cumprindo assim as metas as metas estabelecidas

Em relação a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas:

☒ (X) De acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado

☐ () Parcialmente de acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique.

☐ () Em desacordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique.

☒ (X) De acordo com as normas da Instrução Normativa,

☐ () Parcialmente de acordo com as normas da Instrução Normativa,

☐ () Em desacordo com as normas da Instrução Normativa, Justifique.

Relação de bens ou serviços adquiridos

Foram realizadas auditorias? ☐ () Sim ☒ (X) Não

No caso de realização de auditorias, faça uma análise dos relatórios das mesmas, bem como das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias.

Conclusão Final:

Considerando que as despesas cumprem com o objeto contratado;

Considerando que as despesas vem de encontro às atribuições da entidade;

Considerando que os serviços prestados pela entidade contribuem para uma mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante as atividades desenvolvidas, bem como da execução do projeto previamente estabelecido;

Deste modo, recomendamos a:

(X) aprovação

() aprovação com ressalvas

() reprovação da presente prestação de contas.

Penha/SC, 05 de Novembro de 2023.

Merci Teresinha do Nascimento

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Pescaria Brava

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410105

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	3º	KAROLINE MONTEIRO VARGAS

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5º	MAYRA BARBOSA SERAFIM

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410072

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	6º	ELIANE PERPETUA FLORENTINO

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410116

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E PRÉ-ESCOLA	7º	MARILIA DA SILVA ELIAS GERMANO

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410006

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
assistente social	3º	GIOVANA DA SILVA HERCULANO

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5409778

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
assistente de educação	3º	ALESANDRA CAMILO MENDES

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410094

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2º	ABNER FELIPE VARGAS

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410140

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS	6º	ESTER VALÉRIO

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410127

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS	5º	HELTON SEBASTIÃO FERNANDES

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Publicação Nº 5410079

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal em exercício de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca a aprovada no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2023, conforme lista abaixo, no prazo de 30 dias, a contar do dia 08 de dezembro de 2023, a comparecer na sede do Simplifica e Administração e Finanças, situada a Rodovia SC 437, nº 280, na sala 02 e 201, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Cargo	Classificação	Candidato
PROFESSOR DE ARTES	2º	ROSIANE DE OLIVEIRA ALMEIDA

INFORMATIVO: A partir do dia 25/12/2023 ao dia 05/01/2023 os setores estarão em recesso, não havendo expediente do respectivo período.

Pescaria Brava/SC, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14 2023 PMPB- PL Nº. 30 2023 PMPB PE 16 2023 PMPB

Publicação Nº 5409705

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, CNPJ Nº: 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: BRASIL RECYCLE LTDA, CNPJ Nº 39.598.250/0001-00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 30/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 16/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRATAMENTO, DISPOSIÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE 1.300 M³ DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CLASSE "A" EM ATERRO LICENCIADO ESPECÍFICO PARA ESSE FIM.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 32.500,00.

DATA DO CONTRATO: 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº. 17/2021 PMPB

Publicação Nº 5410350

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL- AO CONTRATO Nº. 17/2021 PMPB – ART. 79 I, IV, V, VII, E 79, I DA LEI 8666/93

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2021 PMPB

TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2021 PMPB

RESCINDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA- CNPJ Nº 16.780.795/0001-38

RSCINDIDA: TORRES & MEDEIROS- CNPJ Nº 80.735.780/0001-57

OBJETO: RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 17/2021 PMPB

ASSINATURA DO TERMO: 08/12/2023

EXTRATO PL Nº. 45 2023 PMPB TOMADA DE PREÇOS Nº. 09 2023 PMPB PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5410593

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2023 PMPB

TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2023 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo "menor preço global", objetivando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM BLOCO DE CONCRETO (LAJOTAS) E PASSEIO PÚBLICO EM CONCRETO NA RUA CECÍLIO JOÃO CARDOSO, BAIRRO SERTÃO DE CIMA, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.", conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida pelos termos da Lei Federal nº. 8.666/93. Data de Abertura: 11/01/2024 às 09h00min. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br(site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Secretaria de Administração e Finanças situada a Rod. SC 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PL Nº. 47 2023 PMPB TOMADA DE PREÇOS Nº. 10 2023 PMPB PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5410590

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0A63E860AF4AB8D7549F7EC4B9729859F76EACF0

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2023 PMPB
TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2023 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo “menor preço global”, objetivando a “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM BLOCOS DE CONCRETOS (LAJOTAS) NAS RUAS ALBINO ANTÔNIO BORGES E PAULO GONÇALVES VIEIRA, BAIRRO SANTIAGO, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.”, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida pelos termos da Lei Federal nº. 8.666/93. Data de Abertura: 12/01/2024 às 09h00min. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br(site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Secretaria de Administração e Finanças situada a Rod. SC 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PL Nº. 50 2023 PMPB TOMADA DE PREÇOS Nº. 11 2023 PMPB PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5410587

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0366931D465DF07AD12202E0D8124C4762BC6D11

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2023 PMPB
TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2023 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo “menor preço global”, objetivando a “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM BLOCO DE CONCRETO (LAJOTAS) NA RUA RONCO D’ ÁGUA, BAIRRO BARREIROS, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.”, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida pelos termos da Lei Federal nº. 8.666/93. Data de Abertura: 15/01/2024 às 09h00min. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br(site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Secretaria de Administração e Finanças situada a Rod. SC 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 08 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 386/2023

Publicação Nº 5410332

PORTARIA Nº 386/2023

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar as servidoras do cargo de natureza “CONTRATADA”, de acordo com tabela abaixo:

SERVIDOR(A)	CARGO(S)
ELAINE MEDEIROS SABINO COSTA	PROFESSOR - ACT
GISELLE DE MEDEIROS SOUZA BLASIU	PROFESSOR – ACT

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 11 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 083/FC- DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409716

PORTARIA nº. 83/FC - de 04 de dezembro de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal de Contrato oriundo do Processo de Licitação nº. 30/2023 PMPB – Pregão eletrônico nº. 16/2023 PMPB, cujo objeto é contrato de empresa especializada para tratamento, disposição e destinação final de 1.300m³ (um mil e trezentos metros cúbicos), de resíduos de construção civil classe "A" em aterro licenciado específico para esse fim, a Servidora Samara dos Santos, matrícula nº. 1519.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designado como Gestor do Contrato ao Secretário de Transporte, Obras e Planejamento, Sr. Miguel da Silva, autor do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 04 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 085/FC- DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409685

PORTARIA nº. 85/FC - de 06 de dezembro de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal de Contrato oriundo do Processo de Licitação nº. 26/2023 PMPB – Pregão Eletrônico nº. 13/2023, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de guarda-corpos tubulares em aço galvanizado para as rampas da Escola Educação Básica Neri Mendonça, no bairro Laranjeiras – Pescaria Brava/Santa Catarina, a Servidora Cassia Goulart Nogueira, matrícula nº. 1828.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designado como Gestora do Contrato a Secretária Municipal de Educação, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 06 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 086/FC- DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409733

PORTARIA nº. 86/FC - de 07 de dezembro de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal da ata de registro de preço, oriundo do Processo de Licitação nº. 35/2023 PMPB – Pregão eletrônico nº. 19/2023 PMPB, cujo objeto é Prestação de serviços de publicação e de atos oficiais, tais como, editais, avisos e outros não previstos em lei, ou seja, notas oficiais, comunicados e correlatos em jornal de grande circulação diária no estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, da Lei 8.666/93, e ainda para processos regidos pela Lei 14.133/2021, art. 54, para o município de Pescaria Brava, a Servidora Gabriela de Medeiros Rodrigues Vargas, matrícula nº. 1523.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designado como Gestor do Contrato ao Secretário de Administração e finanças, Sr. Jaisson Castro de Souza, autor do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 07 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE N° 52/2023 DA SRA.SIMONE COMIN

Publicação N° 5409777

TERMO DE POSSE DA SRA. SIMONE COMIN PARA O CARGO DE ENFERMEIRO 20 HORAS.

Aos sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, na sede da Secretaria de Administração e Finanças, compareceu a Sra. Simone Comin, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 046.644.479-65, residente e domiciliada no Município de Pescaria Brava/SC, a fim de tomar posse no cargo de Enfermeiro 20 horas, uma vez que aprovada no Concurso Público n. 001/2023, Edital de convocação publicado no DOM/SC, Ato nº 5370922.

Declaro que estou tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirei a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pescaria Brava/SC.

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

Pescaria Brava/SC, 07 de dezembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

SIMONE COMIN
Empossada

Petrolândia

PREFEITURA

4 ADITIVO CONTRATO 52 2021 - ANTINHAS FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

Publicação Nº 5411005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2021

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2021

4º Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a Empresa ANTINHAS FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30.583.319/0001-58. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL COM ÁREA TOTAL DE 1.248,06m², NA RUA FÉLIX ZIMMERMANN, CENTRO, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME PLANILHAS E PROJETOS EM ANEXO. Data: 08/12/2023. Aditivo de Prazo. Vigência: 11/12/2023 a 10/06/2024. Petrolândia, 08 de dezembro de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

CONTRATO 84 2023 - S&S PAVIMENTAÇÕES LTDA

Publicação Nº 5409790

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6D28A59D57CE0D4DF6ABA271A568F5169222B886

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2023

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a Empresa S&S PAVIMENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.948.109/0001-81. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE VIA - RUA WEBER, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS DO EDITAL. Data: 08/12/2023. Valor: R\$ 287.844,47. Vigência: 06 meses. Petrolândia, 08 de dezembro de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 07 2023 - PAVIMENTAÇÃO RUA WEBER

Publicação Nº 5409729

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1D7ECF6C2ABBA1A73C381D359E76DB3EEDB6AF31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público que nesta data homologa e adjudica o Edital de Licitação nº 111/2023, Tomada de Preços nº 07/2023, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE VIA - RUA WEBER, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS DO EDITAL, na qual declara vencedora a empresa S&S PAVIMENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.948.109/0001-81, com o valor de R\$ 287.844,47. Data: 08/12/2023. Petrolândia, 08 de dezembro de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 495/2023

Publicação Nº 5411953

PORTARIA Nº 495/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONCEDER

pagamento de 01 mês de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora CAROLINA SILVA SCHAEFER ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Grupo I do anexo III, Nível ANS I, código 1.02 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, referente ao período aquisitivo de 08/08/2018 a 07/08/2023, com base no artigo 98 da Lei Complementar 001/90 de 01/11/1990. PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 08 de dezembro de 2023.

IRONE DUARTE

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 496/2023

Publicação N° 5411941

PORTARIA N° 496/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

ALTERAR

a Portaria N.º 199/2023 que contrata KARIN ALICE SENEM, para exercer o cargo de Professor - CH 20 horas, grupo I nível I, anexo III, V e VI da Lei Complementar 002/2002 de 21/05/2002, quando o período de contratação deverá ser 14/03/2023 a 19/12/2023.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 08 de dezembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 50 2023 - SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA

Publicação N° 5410051

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B26FB66DA1A9C5B52C83DCE1FA355B02C40662EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 120/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO N° 120/2023 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 21/12/2023, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou no site www.petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 08 de dezembro de 2023. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 404.2023 - PMP

Publicação Nº 5411854

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n. 404/2023
Processo Licitatório n. 246/2023
Modalidade: Tomada de Preços nº 015/2023 - PMP

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA MULTIUSO, EM ALVENARIA E CONCRETO ARMADO, COM TELHAS EM FIBROCIMENTO, COM ÁREA DE 207M², A FIM DE ADEQUAR A ESTRUTURA DO EDIFÍCIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL."

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Contratado: MP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CNPJ: 10.987.211/0001-13
Valor Total: R\$ 509.006,79
Prazo Vigência: 08/12/2023 a 07/12/2024.
Assinatura: 08 de dezembro de 2023.

Pinhalzinho/SC
Mario Afonso Woitexem
Prefeito

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 660, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410404

PORTARIA Nº 660, DE 08 de dezembro de 2023.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR ANTÔNIO CARLOS MÂNICA.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 2.323/2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ANTÔNIO CARLOS MÂNICA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/06/2020 a 01/06/2021, cujo gozo se dará de 11/12/2023 a 30/12/2023, devendo retornar as suas atividades em 02/01/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 11 de dezembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal, 08 de dezembro de 2023.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 661, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410409

PORTARIA Nº 661, DE 08 DE DEZEMBRO de 2023.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA PAOLA VOLPATO.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 2.614/2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora PAOLA VOLPATO, ocupante do cargo efetivo de Engenheira Civil, 5 (cinco) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/12/2022 a 30/11/2023, cujo gozo se dará de 11/12/2023 a 15/12/2023, devendo retornar as suas atividades em 18/12/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 11 de dezembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal, 08 de dezembro de 2023.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO SERVIDOR

Publicação Nº 5413302

Processo Seletivo 02/2022 Piratuba, 11 de dezembro de 2023

Convocação

Prezado(a) Senhor(a) JESSÉ RIBEIRO BUENO

Diante do resultado da Seleção para Preenchimento de Cargo do Processo Seletivo Nº 02/2022 do Município de Piratuba, cujo resultado foi homologado pelo Decreto Nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022 e prorrogado pelo Decreto Nº 2064/2023, de 10 de novembro de 2023; tem o presente, a finalidade de CONVOCAR Vossa Senhoria, classificado em 4º lugar, para tomar posse, no cargo de PSICÓLOGO EDUCACIONAL com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 22/01/2024 até 13/12/2024.

O Candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, quando for o caso, para autenticação, conforme prazo estabelecido pelo Edital.

Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- *Ficha de Inclusão de Funcionário
- *Atestado de Saúde Admissional (Médico do Trabalho)
- Certidão de Antecedentes Criminais (<https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>)
- Certidão de Quitação Eleitoral
- Comprovante de Endereço
- Comprovante de Escolaridade
- Comprovante de Regularidade com Órgão Profissional(conforme o cargo)
- Comprovante Vacina Rubéola (obrigatório para o cargo de professor)
- Consulta CPF dependentes
- Consulta CPF Funcionário
- Conta bancária em seu nome
- Cópia Carteira Identidade (RG)
- Cópia Carteira Motorista (obrigatório para o cargo de motorista);
- Cópia Carteira Reservista ou Alistamento Militar
- Cópia carteira trabalho: PIS/PASEP
- Cópia Certidão Nascimento dos Dependentes
- Cópia Certidão Nascimento/Casamento
- Cópia CPF
- Cópia Título Eleitor
- *Declaração de Bens ou IRRF
- *Declaração de não acúmulo de cargos públicos
- *Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios
- Qualificação Cadastral
- Uma foto 3 x 4 recente
- Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e eu estabelecidos em Lei. 12.2.2

As fichas "a","b", "t","u" e "v" devem ser retiradas junto à Secretaria.

• Edital do Processo Seletivo 02/2022 – 13.9 – É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento dos editais, comunicados e demais publicações referentes a este Processo Seletivo, através da internet, nos endereços eletrônicos anunciados no item anterior. Os resultados de cada uma das fases serão publicados através de Editais que receberão numeração específica. 13.10 – Os candidatos que recusarem o provimento de vagas deste Processo Seletivo, manifestando sua desistência por escrito, irão automaticamente para o final da lista, podendo ser chamados novamente, caso necessário. O Candidato que não se manifestar em 2 dias úteis (publicação no DOM), estará automaticamente desclassificado

• A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato, sendo assim o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

A desatenção à presente convocação, sem justa causa, presume na desistência do direito à posse, conforme a classificação determinada pelo resultado do Processo Seletivo 002/2022.

Atenciosamente, Recebi: ____/____/____

Magrid Auler / Sec Mun. Educação e Esportes _____

CONVOCAÇÃO SERVIDOR

Publicação Nº 5413303

Processo Seletivo 02/2022 Piratuba, 11 de dezembro de 2023

Convocação

Prezado(a) Senhor(a) PAULA DAMKE BERWALDT

Diante do resultado da Seleção para Preenchimento de Cargo do Processo Seletivo Nº 02/2022 do Município de Piratuba, cujo resultado foi homologado pelo Decreto Nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022 e prorrogado pelo Decreto Nº 2064/2023, de 10 de novembro de 2023; tem o presente, a finalidade de CONVOCAR Vossa Senhoria, classificado em 5º lugar, para tomar posse, no cargo de NUTRICIONISTA

com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 02/01/2024 até 30/12/2024.

O Candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, quando for o caso, para autenticação, conforme prazo estabelecido pelo Edital.

Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- a) *Ficha de Inclusão de Funcionário
- b) *Atestado de Saúde Admissional (Médico do Trabalho)
- c) Certidão de Antecedentes Criminais (<https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>)
- d) Certidão de Quitação Eleitoral
- e) Comprovante de Endereço
- f) Comprovante de Escolaridade
- g) Comprovante de Regularidade com Órgão Profissional(conforme o cargo)
- h) Comprovante Vacina Rubéola (obrigatório para o cargo de professor)
- i) Consulta CPF dependentes
- j) Consulta CPF Funcionário
- k) Conta bancária em seu nome
- l) Cópia Carteira Identidade (RG)
- m) Cópia Carteira Motorista (obrigatório para o cargo de motorista);
- n) Cópia Carteira Reservista ou Alistamento Militar
- o) Cópia carteira trabalho: PIS/PASEP
- p) Cópia Certidão Nascimento dos Dependentes
- q) Cópia Certidão Nascimento/Casamento
- r) Cópia CPF
- s) Cópia Título Eleitor
- t) *Declaração de Bens ou IRRF
- u) *Declaração de não acúmulo de cargos públicos
- v) *Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios
- w) Qualificação Cadastral
- x) Uma foto 3 x 4 recente
- y) Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e eu estabelecidos em Lei. 12.2.2

As fichas "a","b", "t","u" e "v" devem ser retiradas junto à Secretaria.

• Edital do Processo Seletivo 02/2022 – 13.9 – É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento dos editais, comunicados e demais publicações referentes a este Processo Seletivo, através da internet, nos endereços eletrônicos anunciados no item anterior. Os resultados de cada uma das fases serão publicados através de Editais que receberão numeração específica. 13.10 – Os candidatos que recusarem o provimento de vagas deste Processo Seletivo, manifestando sua desistência por escrito, irão automaticamente para o final da lista, podendo ser chamados novamente, caso necessário. O Candidato que não se manifestar em 2 dias úteis (publicação no DOM), estará automaticamente desclassificado

• A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato, sendo assim o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

A desatenção à presente convocação, sem justa causa, presume na desistência do direito à posse, conforme a classificação determinada pelo resultado do Processo Seletivo 002/2022.

Atenciosamente, Recebi:___/___/___

Magrid Auler / Sec Mun. Educação e Esportes _____

PORTARIA N. 487/2023

Publicação Nº 5409656

PORTARIA Nº487/2023

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

LUANA MARQUES DE AZEREDO, matrícula nº4.591, servidora desta municipalidade em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº057/2023, de 23 de janeiro de 2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo que este dia não foi trabalhado.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de dezembro de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017

Em 07 de dezembro de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2023

Publicação N° 5411957

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8094CEDFEDFD6E9ED5089A452A290046A377A6B9

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2023

Objeto: Registro de Preços a aquisição de gasolina comum e diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota de veículos e máquinas do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Piratuba.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20min do dia 21/12/2023.

Abertura: às 08h30min do dia 21/12/2023.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 08 de dezembro de 2023.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2023

Publicação Nº 5409854

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85F4973B79933B2C52D26BAB818E5E68F2D94627

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE CONTRATO
Processo Adm. Nº. 101/2023
Edital: Pregão Presencial Nº. 101/2023
Contrato Administrativo Nº. 61/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO EM RADIODIFUSÃO PARA TRANSMISSÃO DE FINAL DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, EDIÇÃO 2023, COM TRANSMISSÃO EM RÁDIO SISTEMA "FM", COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL, BEM COMO TRANSMISSÃO VIA YOU TUBE, ALÉM DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA TRANSMISSÃO.
Contratada: RADIODIFUSÃO ÍNDIO CONDÁ LTDA CNPJ: 82.943.275/0001-23 Valor contratado: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) Vigência: 07/12/2023 à 31/12/2023
Planalto Alegre, 07 de dezembro de 2023.
SADI DALLACORTTE
Prefeito

PORTARIA 203/2023

Publicação Nº 5409719

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 0203/2023
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISA KLAUS ROANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 47 (quarenta e sete) dias de licença remunerada por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal Sra. MARISA KLAUS ROANI, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do dia 13/11/2023 a 28/12/2023, conforme atestado médico apresentado.

Paragrafo Único. De acordo com o que prevê a legislação, a Licença será concedida até 30 (trinta) dias podendo ser prorrogada mediante parecer da junta médica. Desta forma deveser apresentado novo atestado médico para prorrogação da licença.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 08 de Dezembro de 2023.

SADI DALLACORTTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 006/2023/COMAD

Publicação Nº 5411637

RESOLUÇÃO Nº 006/2023/COMAD

Dispõe sobre as organizações não governamentais eleitas para composição do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas-COMAD, biênio 2024-2025.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 342 de 22 de março de 2019, e em conformidade com a Assembléia de Eleição realizada no dia 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º - INFORMAR as organizações não governamentais eleitas para composição do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas-COMAD, biênio 2024-2025:

Colégio Nossa Senhora de Fátima
Igreja Luterana Congregação São João
Hospital e Maternidade Rio do Testo
Casa da Solidariedade
Ordem dos Advogados do Brasil –OAB – Subseção Blumenau
SENAI Pomerode

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 08 de dezembro de 2023.

Hilbert Wendler Júnior
Coordenador do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD

LEI COMPLEMENTAR Nº 0524/2023

Publicação Nº 5413296

**LEI COMPLEMENTAR Nº 0524/2023**

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO ART. 430, RENUMERA PARÁGRAFO DO ART. 433-A, ACRESCE O INCISO VII E O PARÁGRAFO 2º AO ART. 433-A NA LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o inciso VII ao artigo 433-A da Lei Complementar nº 75/2001, com a seguinte redação:

Art. 433-A ...

(...);

VII - área, limitada em 30m (trinta metros) da testada do imóvel que o proprietário utilize como residência, tendo este renda até 5 (cinco) salários mínimos declarados, provenientes de aposentadoria ou pensão, que sejam portadores das seguintes doenças: AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), alienação mental, cardiopatia grave, cegueira (inclusive monocular), contaminação por radiação, doença de Paget em estados avançados (osteíte deformante), doença de Parkinson, esclerose múltipla, espondiloartrose anquilosante, fibrose cística (mucoviscidose), hanseníase, nefropatia grave, hepatopatia grave, neoplasia maligna, paralisia irreversível e incapacitante, tuberculose ativa.

Art. 2º Onde se lê parágrafo único no artigo 433-A da Lei Complementar nº 75/2001, leia-se §1º, com a seguinte redação:

Art. 433-A...

(...).

§ 1º Para comprovação do inciso I, necessário apresentar, dos 5 (cinco) anos anteriores ao requerimento de isenção:

Art. 3º Fica acrescido o § 2º ao artigo 433-A da Lei Complementar nº 75/2001, com a seguinte redação:

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000
Fone (47) 3387-7200 | CNPJ 83.102.251/0001-04
www.pomerode.sc.gov.br

Sempre
alles
Gut



Art. 433-A...

(...).

§ 2º Os aposentados e pensionistas relacionados no inciso VII deverão fazer seu requerimento dirigido à Municipalidade, requerendo a isenção, anexando a documentação necessária à prova do seu direito, cabendo ao órgão competente diligenciar acerca da veracidade e autenticidade das informações prestadas, para deferir o benefício.

Art. 4º Fica alterado o inciso II do artigo 430 da Lei Complementar nº 75/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 430...

(...);

II - extraordinário, quando referente a obras de interesse geral, solicitadas por no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) dos contribuintes situados na zona em que se realizar a obra.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 11 de dezembro de 2023.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito de Pomerode

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000
Fone (47) 3387-7200 | CNPJ 83.102.251/0001-04
www.pomerode.sc.gov.br

Sempre
alles
Gut

PORTARIA 1661/2023

Publicação Nº 5409910



PORTARIA Nº 1.661/2023

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA VIVIANE REGINA BALK HERRMANN.

A Secretária Interina de Turismo e Cultura e Desenvolvimento Econômico **Karoline Fernandes Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1º De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, a servidora **VIVIANE REGINA BALK HERRMANN**, ocupante do cargo de Bibliotecário - Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Turismo e Cultura e Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 22.03.2020 a 22.04.2023, no a partir de 15 a 29 de janeiro de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.


Município de Pomerode, em 05 de dezembro de 2023.

Karoline Fernandes Pinto
Secretária Interina de Turismo e Cultura e Desenvolvimento Econômico

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 08:37:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p657300009e51e>
POR KAROLINE FERNANDES PINTO - (997.744.700-44) EM 08/12/2023 08:37



Assinado digitalmente por:
KAROLINE FERNANDES PINTO
08/12/2023 08:37:35



Assinatura digital avançada com certificado digital não IC Brasil.

PORTARIA 1678/2023

Publicação Nº 5410441

**PORTARIA Nº 1.678/2023****CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR JOSE CARLOS RODRIGUES.**

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, ao servidor **JOSE CARLOS RODRIGUES**, ocupante do cargo de Médico Ortopedista-Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04.02.2005 a 05.02.2008, a partir de 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, em 07 de dezembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
LIGIA HOEPFNER
08/12/2023 10:30:11

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LIGIA HOEPFNER
Secretária de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 10:30:11-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p65731a6830809>
POR LIGIA HOEPFNER - (087.997.629-00) EM 08/12/2023 10:30



Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000
Fone (47) 3387-7200 | CNPJ 83.102.251/0001-04
www.pomerode.sc.gov.br

Sempre
alles
Gut

PORTARIA 1679-2023

Publicação Nº 5410429



PORTARIA Nº 1679/2023

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA SONIA DE LIMA SILVA BENZ

A Secretária de Saúde, **LIGIA HOEPFNER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º Nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 454/2022, **CONCEDER** a gratificação de função do inciso XV do art. 4º, a servidoras **SONIA DE LIMA SILVA BENZ** ocupante do cargo de Técnico em enfermagem, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, a serem desempenhadas na **Secretaria de Saúde**, a partir de **1º de dezembro de 2023**, em **15% (quinze por cento)** da referência 231 da Lei Complementar nº 291, de 9 de março de 2016, observado o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 454/2022.

Parágrafo Único. A gratificação não é cumulável com outra instituída pela Lei Complementar nº 454/2022, não se incorpora aos vencimentos ou proventos e só é devida enquanto todas as suas condicionantes legais forem atendidas concomitantemente, mesmo que o ato administrativo que a concedeu não tenha sido especificamente revogado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor no dia da sua publicação com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de dezembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
LIGIA HOEPFNER
08/12/2023 10:49:55

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 10:50:03 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p657310a22b7>
POR LIGIA HOEPFNER - (987.997.629-00) EM 08/12/2023 10:50



Sempre
Alles
gut

PORTARIA 1680/2023

Publicação N° 5410143

**PORTARIA 1.680/2023****CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR HONORIO DOS SANTOS JUNIOR.**

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, **GENRADO RIEMER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 3364/18, em seu artigo 1°, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1° De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar n° 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, ao servidor **HONORIO DOS SANTOS JUNIOR**, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho - Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, referente ao período aquisitivo de 11.06.2017 a 10.06.2020, a partir de 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de dezembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
GENRADO
RIEMER:41917782934
08/12/2023 09:38:17

GENRADO RIEMER

Secretário da Gestão Administrativa e Fazendária

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 09:38:03-03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atalia.net/p65730e412465>



Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000
Fone (47) 3387-7200 | CNPJ 83.102.251/0001-04
www.pomerode.sc.gov.br

Sempre
alles
Gut

Ponte Alta

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 112/2023

Publicação Nº 5409735

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9217CD7F16D31A73B01619EB0186A6BDC45D7A17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTEALTA/SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 112/2023
Processo Administrativo nº 123/2023

O Município de Ponte Alta/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.755.850/0001-27, representados pelo Prefeito Municipal, **EDSON JULIO WOLINGER**, baseado no artigo 24 art. II da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público como requisito para sua eficácia, que foi instaurado o processo de Dispensa supra mencionada, nos termos que segue:

Dispensa de Licitação nº 112/2023 - Processo Administrativo nº 123/2023. Contratante:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTEALTA – SC (CNPJ n. 83.755.850/0001-27)

Contratada: GUSTAVO COUTO DA SILVA OLIVEIRA, CNPJ Nº 15.520.162/0001-28

Objeto: Contratação de empresa fotografia para cobertura completa de 04 (quatro) , eventos sendo, Noite de autografo, Formatura do PROERD, Formatura do Pré-Escolar/Ensino Fundamental, Educação Infantil, Formatura do 9º ano/Ensino Fundamental anos finais, sendo 25 horas de cobertura fotográfica, 04 (quatro) álbuns capa dura para 40 fotos, 160 fotos impressoras 15x21 cm.

A íntegra do edital e maiores esclarecimentos podem ser obtidos através do site oficial do município www.pontealta.sc.gov.br e ou e-mail licitacao@pontealta.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3248—0141.

Fundamento legal: Lei 8666/1993, art.24, inciso II

Valor da Contrato: R\$:11.963,50 (onze mil novecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias da emissão AF.

Vigência: Assinatura do Termo à 31/12/2023.

Ponte Alta, 07 de dezembro de 2023.

EDSON JULIO WOLINGER
Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO N° 64/2023 P.M.P.A

Publicação N° 5409701

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BB4C89C6CD89958D3B26B5FCAD1DD3575E504BAF

Página: 1 / 1

Contrato N° 64/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA

Contratada: MATIAS BRASIL ENGENHARIA LTDA

Valor: 573.648,66

Vigência: Início: 20/11/2023

Término: 31/12/2023

Licitação: 91/2023

Objeto da Contratação: Pavimentação com lajotas sextavadas e drenagem pluvial das Ruas Belarmino Rodrigues de Abreu, Rua nº 01, Rua nº 02, Rua nº 03 e Rua 510.

Ponte Alta, 08 de Dezembro de 2023

BRUNA

Diretor de Compras

HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO Nº 105 E 106

Publicação Nº 5410434

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE PONTE ALTA****CAPITAL DA MORANGA****HOMOLOGAÇÃO FINAL DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS****EDITAL 105 E 106 DE 2023**

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO FINAL DO **EDITAL 105/2023** DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS FEDERAIS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022- LEI PAULO GUSTAVO E **EDITAL 106/2023** DEMAIS ÁREAS DA CULTURA COM PRÊMIO DE RECONHECIMENTO POR TRAJETÓRIA CULTURAL. DE ACORDO COM ITEM 4.2 EDITAL 105 E ITEM 3.2 EDITAL 106, NÃO HOUE PROPOSTAS PARA AS COTAS, AS MESMAS SEGUEM PARA AMPLA CONCORRÊNCIA NOS DOIS EDITAIS.

EDITAL 105/2023- CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS- LEI PAULO GUSTAVO- AUDIOVISUAL.

CATEGORIA A- PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

MODALIDADE CURTA OU MÉDIA METRAGEM E MODALIDADE VÍDEO

Modalidade Curta ou média-metragem			
Nº	Proponente	Nota	SITUAÇÃO
1	ALESSANDRA LURDES PEREIRA	93,5	APROVADO
2	MISAEAL PAULO COSTA DA SILVA	92,5	APROVADO
3	DAIANA HENKEMAIER POFFO	76,0	SUPLENTE
4	LUCIANA COELHO SHARDUZIN GASNHER	72,0	SUPLENTE
Modalidade vídeo-clip			
1	JOSIANE GARCIA	72,9	APROVADO

EDITAL 106/2023 MULTILINGUAGEM – DEMAIS ÁREAS DA CULTURA COM PRÊMIO DE RECONHECIMENTO POR TRAJETÓRIA CULTURAL.

PRÊMIO TRAJETÓRIA CULTURAL			
Nº	Proponente	Nota	SITUAÇÃO
1	MARLENE DE GODOY SOMBRIIO	99,30	APROVADO
2	LUCI BECKER	98,5	APROVADO
3	NILCEIA DOS SANTOS PIRES DO AMARAL	80,0	APROVADO
4	NATALI COELHO BENINCA	78,0	APROVADO
5	ANDRESSA MACIEL FOGAÇA	73,3	APROVADO
6	BRUNA KOCIAN	69,8	APROVADO
7	MISAEAL PAULO COSTA DA SILVA	60,8	APROVADO
8	GABRIEL BASTOS DUARTE	58,8	APROVADO

9	EVA RUBIANE BARTESEN DE MELO FAÉ	36,8	SUPLENTE
10	ANTONIO ADENIR	36,0	SUPLENTE

PONTE ALTA 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

EDSON JULIO
WOLINGER:907743
45934

Assinado de forma digital por
EDSON JULIO
WOLINGER:90774345934
Dados: 2023.12.08 10:38:55
-03'00'

PREFEITO DE PONTE ALTA

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 902/2023

Publicação N° 5410761

DECRETO N° 902/2023 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. KRISLEY ENISA KARCH, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria de Assistência Social, com 40 horas semanais, por um período 15 dias, referente ao período aquisitivo de 16/09/2020 a 15/09/2021 para serem gozadas de 02/01/2024 a 16/01/2024.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 903/2023

Publicação N° 5410767

DECRETO N° 903/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO 001/2023”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERADO a publicação da classificação final;

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo, concernente ao Edital n. 001/2023, conforme a respectiva classificação divulgada pela empresa WE DO CONCURSOS, realizadora do Processo Seletivo para preenchimento de cargos vagos ao quadro de provimento temporário.

Art. 2º. O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º. – Este Decreto entrara em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

LEI COMPLEMENTAR 276/2023

Publicação Nº 5409969

LEI COMPLEMENTAR Nº 276/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

“AMPLIA NÚMERO VAGAS DO CARGO DE ENFERMEIRO CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 081/2007, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME ESPECIFICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto do artigo 17, da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam criadas novas vagas de servidores do Município de Ponte Serrada, instituído pela Lei Complementar n. 081/2007, com redação atualizada pela Lei Complementar n. 107/2010 e Lei Complementar Nº 262/2022, de acordo com a seguinte especificação:

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS
ENFERMEIRO	40 horas semanais	06	02

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA (SC), EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA 2572/2023

Publicação Nº 5409994

LEI Nº 2.572/2023 DE 06 DE DEZEMBRO 2023.

“ALTERA ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.336/2018, CONFORME ESPECIFICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto do artigo 17, da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

O Art. 4º da LEI MUNICIPAL Nº 2.336/2018 – INSTITUI POLITICA DE INCENTIVO DE ESPORTE DENOMINADA “ LEI ISIDORO OLTRAMARI” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.4º - Para a concessão dos benefícios da Lei ISIDORO OLTRAMARI, o atleta amador, profissional ou paratleta deverá residir no município de Ponte Serrada, e comprovar, através de meio idôneo, aptidão para o desempenho da modalidade esportiva a qual pretendem representar.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA (SC), EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA 2573/2023

Publicação Nº 5410000

LEI Nº 2.573/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO, EDIFICAÇÕES, FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto do artigo 17, da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Os cemitérios horizontais ou verticais, em geral, são parques de utilidade pública, e a localização e instalação dependem de licenciamento conforme o disposto nesta Lei.

Art. 2º Os cemitérios podem ser municipais, de associações sem fins lucrativos, de ordens religiosas, de particulares, de empreendimentos.

I - os municipais são os mantidos e administrados pelo Município;

II - os de associações são os mantidos por entidades constituídas e legalmente registradas, tendo personalidade jurídica e sem fins lucrativos;

III - os religiosos são os pertencentes às ordens religiosas, e às comunidades-igreja;

IV - os de empreendimentos, concedidos pelo Município, são aqueles que têm fins lucrativos; e

V - os particulares são os que têm finalidade de sepultamento apenas de familiares.

Art. 3º Os cemitérios podem ser horizontais, verticais, parques ou jardins.

I - horizontais - assim compreendidos os localizados em áreas descobertas, sendo enquadrados os tradicionais, com construções tumulares na superfície;

II - verticais - os edificadas com um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos; e

III - parques ou jardins - aqueles predominantemente recobertos por jardins, isentos de construções tumulares na superfície e cujas sepulturas são identificadas por lápides ao nível do solo e de pequenas dimensões.

Art. 4º Os cemitérios municipais e os de empreendimentos são livres a todos os cultos, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único - Nos demais cemitérios, o estatuto, ou regulamento próprio devem definir quanto a este particular.

Art. 5º O horário de visitação pública e de sepultamentos nos cemitérios municipais é diário e das seis às vinte horas, ininterruptamente.

Parágrafo Único - Nos demais cemitérios os horários e os sepultamentos ficam a critério das deliberações de suas administrações.

Art. 6º Para a aprovação de licença visando à localização, implantação e funcionamento de novos cemitérios devem ser observados os seguintes critérios:

- I - áreas destinadas para ruas e alamedas e corredores entre sepulturas construídas sobre lotes; espaços para a construção da sede da administração e ossuário;
- II - exame da viabilidade de localização de acordo com o disposto no Plano Diretor;
- III - área para estacionamento;
- IV - instalação sanitária independente, para ambos os sexos;
- V - rede de água e esgoto e iluminação;
- VI - divisão em quadras e lotes nos cemitérios com capacidade acima de cem sepulturas;
- VII - muros com altura de, no mínimo, um metro, ou qualquer mecanismo de segurança equivalente como cercas em tela ou arame liso, circundando a área do cemitério;
- VIII - acesso facilitado para portadores de deficiência física, com rampas onde não houver outra facilidade, e elevadores nos verticais; e
- IX - a reserva, nos novos cemitérios, de cinco por cento da área, destinada a sepultamentos de indigentes ou para uso da Prefeitura como melhor lhe aprouver.

§ 1º É facultativa a construção de capela mortuária e enfermaria nos cemitérios em geral.

§ 2º Nos cemitérios particulares, nos religiosos, nos de comunidades-igreja, são facultativas as exigências de área de administração e ossuário.

Art. 7º As inumações ou sepultamentos, as exumações e os translados obedecem às normas previstas em legislação própria, bem como pelas disposições expressas na presente lei e sua regulamentação.

Parágrafo Único - Não se faz sepultamento sem a Certidão de Óbito fornecida pelo Oficial do Registro Civil do local do falecimento, ou sem solicitação por escrito de autoridade policial ou judicial. Na impossibilidade da obtenção de um desses documentos o sepultamento pode ser realizado mediante solicitação, por escrito, de familiar do falecido, ficando esse com a obrigação do registro posterior do óbito, em cartório, e da remessa de cópia da referida certidão ao cemitério em que se deu o sepultamento no prazo de setenta e duas horas.

Art. 8º A ocupação máxima, com a construção de gavetas e sepulturas em geral, é de oitenta por cento em relação a toda a área do cemitério, salvo comprovado atendimento das obras de infraestrutura, arruamento e outras necessárias ao perfeito funcionamento dos serviços.

Art. 9º Os cemitérios em geral são considerados parques de utilidade pública, sendo-lhes conferidas as vantagens decorrentes dessa situação.

Parágrafo Único - Não são abrangidos no disposto acima os cemitérios de empreendimentos conforme disposto nesta lei.

Art. 10 Os cemitérios, por sua natureza, são locais de respeito e devem ser conservados limpos e tratados com zelo.

Art. 11 Os projetos de implantação de novos cemitérios no Município de Ponte Serrada devem tramitar nas seguintes Secretarias:

- a) Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços;
- b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças; e
- c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 12 A implantação de novos cemitérios deve receber parecer favorável da Secretaria Municipal Agricultura e Meio Ambiente, devendo seguir também as normas estabelecidas em legislação federal e estadual, relativas à matéria.

Art. 13 Além do cumprimento dos dispositivos previstos nesta Lei, o Município pode, como fiscalizador do funcionamento de todos os cemitérios, solicitar o exame:

- I - do Estatuto social da entidade; e
- II - do número de sócios a serem atendidos pela entidade.

Art. 14 Nos cemitérios públicos municipais e nos de empreendimentos, os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos, ou ideologia política do falecido.

Parágrafo Único - Nos demais cemitérios, de acordo com o estatuto ou vinculação religiosa.

Art. 15 As autorizações para reformas e construções de túmulos nos cemitérios públicos municipais são fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças através do órgão competente, a partir da apresentação de projeto simplificado; nos demais cemitérios, a licença é de responsabilidade de suas administrações.

Parágrafo Único - As autorizações de que trata o caput deste artigo serão emitidas mediante o prévio pagamento da taxa correspondente estabelecida no Código Tributário Municipal.

a) - As construções de sepulturas, como túmulos, capelas e gavetas verticais, obedecerá o espaçamento de 50 cm (cinquenta centímetros) dos jazigos já existentes, confrontantes do lote.

b) - A cedência do terreno deverá ser por ordem cronológica obedecendo a numeração do mapa dos lotes disponíveis.

c) - O requerente terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do deferimento pelo setor responsável, para dar início a construção da obra. Decorrido este prazo, o lote volta a ser disponível para os próximos interessados e assim sucessivamente.

Art. 16 É defeso fazer sepultamento antes de decorrido o prazo mínimo de doze horas, contado do momento do falecimento, salvo:

I - quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - quando, pelas características do evento que provocou o óbito, não houver condições de manter insepulto o corpo pelo tempo mínimo necessário; e

III - quando o cadáver apresentar inequívocos sinais de putrefação.

Art. 17 Nenhum cadáver pode permanecer insepulto nos cemitérios por mais de trinta e seis horas, contadas do momento em que se verificou o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado, ou se houver ordem expressa:

I - de autoridade judicial;

II - de autoridade policial competente; ou

III - do Departamento Estadual de Saúde.

Art. 18 Nenhuma exumação ou transferência interna pode ser feita antes de decorrido o prazo de dois anos, contados da data do sepultamento, salvo em virtude de requisição, por escrito, de autoridade judicial ou policial, ou com licença do Departamento Estadual de Saúde.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, a exumação ou transferência interna de local para outro dentro do cemitério, poderá ser solicitada por familiares ou parentes, antes do prazo fixado no "caput" do presente artigo, desde que por imperiosa necessidade comprovada, atendidas as exigências administrativas de ordem legal.

Art. 19 Os translados de cadáveres humanos, destinados à inumação fora do território do Município, dependerão de autorização expressa emitida por autoridade competente.

Art. 20 Ao Município, nos cemitérios públicos, compete construir, zelar e conservar os túmulos comuns e as gavetas para inumações, que sejam destinadas a abrigar os restos mortais de indigentes e/ou em vulnerabilidade social.

Art. 21 Os cadáveres de indigentes, ou de outras pessoas, não reclamados ou remetidos pelas autoridades policiais, serão enterrados gratuitamente nos cemitérios públicos municipais, nas sepulturas para esse fim destinadas, ou nas áreas de outros cemitérios reservadas ao Município, conforme o previsto no Art. 6º, IX.

Art. 22 Os cemitérios que atingirem o limite da saturação de matérias orgânicas podem ser interditados, situação em que estarão impedidos, por prazo de dez anos, de neles procederem a inumações salvo se, em menor prazo, for constatada a volta à normalidade.

Art. 23 Para todos os efeitos legais, o adquirente de lotes ou áreas destinadas a inumações nos cemitérios públicos municipais serão considerados concessionários de terrenos.

§ 1º As concessões terão duração de 10 (dez) anos, renováveis sucessivamente por iguais períodos, mediante o pagamento da taxa correspondente estabelecida no "ANEXO I" da presente Lei.

§ 2º Para os atuais concessionários, o prazo estabelecido no parágrafo anterior terá início a partir da regulamentação desta lei, para fins de prorrogação da concessão e pagamento da respectiva taxa.

§ 3º Fica expressamente vedada a transmissão dos direitos de concessão de uso do concessionário para terceiros, cabendo unicamente ao Município a atribuição de nova concessão do lote cuja concessão anterior tenha sido, independente da motivação, rescindida.

§ 4º Em caso de falecimento ou qualquer outro motivo que impossibilite a renovação da concessão com o seu detentor, a mesma poderá ser feita em nome do cônjuge ou convivente ou, ainda, com ascendente ou descendente de primeiro grau.

§ 5º A rescisão ou cancelamento da concessão, independente da sua motivação, não dará ao concessionário direito à indenização sobre qualquer tipo de benfeitoria feita no respectivo lote.

Art. 24 Os concessionários de terrenos ou seus representantes, nos cemitérios públicos municipais onde forem edificados jazigos, capelas, túmulos ou gavetas, são obrigados a fazer o serviço de limpeza, obras de construção, reparação no que tiverem construído e aquelas que forem necessárias para estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

Art. 25 Os concessionários que não atenderem ao disposto no artigo anterior, e os que não demonstrarem mais interesse em utilizar o espaço público, assim entendido o abandono do local, perdem o direito de concessão, sem qualquer direito a indenização por parte do Município.

§ 1º Os concessionários ou qualquer representante da entidade familiar correspondente, que não cumprirem o disposto no artigo 24 devem, antes da perda da concessão, ser notificados para, no prazo de 90 (noventa) dias, com prorrogação justificada de mais 30 (trinta) dias, executarem os serviços necessários, além de reafirmarem expressamente o interesse pela continuidade da concessão.

§ 2º Não encontrado o concessionário ou qualquer membro da entidade familiar, a notificação far-se-á mediante edital a ser publicado em jornal de circulação local, para os mesmos efeitos do disposto no parágrafo anterior.

§ 3º Terminado o prazo legal fixado no parágrafo primeiro, após a tolerância de mais trinta dias, não se manifestando os interessados, os restos mortais serão transferidos das sepulturas para o ossuário comum, com a devida identificação do sepulto ou do local onde se

encontravam os restos mortais, retornando a posse do lote para o Município, para que promova nova concessão.

§ 4º Compõem a "Seção de Ossuário" as gavetas individuais e a vala comum, destinadas ao acondicionamento de ossos removidos das sepulturas ou carneiras, após decorridos os prazos estabelecidos pela presente Lei.

§ 5º Serão acondicionados em gaveta individual, devidamente identificada, os ossos removidos das sepulturas ou carneiras cujos concessionários não manifestem interesse em manter a concessão do lote, se assim o desejarem, mediante concessão de uso no ossuário.

§ 6º A concessão de uso temporário de gaveta individual pelo prazo de dois (2) anos será gratuita.

§ 7º A concessão de uso de gaveta será de 5 anos, mediante pagamento de preço público, estabelecido na "TABELA ANEXO I".

§ 8º O depósito de ossos na vala comum será gratuito.

§ 9º A Administração do ossuário fica sob responsabilidade da Diretoria de Obras e Serviços.

Art. 26 Objetivando obter espaço para garantir rotatividade da demanda de sepultamento, contribuir para a formação de profissionais na área de saúde, o Poder Executivo, através de convênio firmado com universidades, poderá fazer doações de ossos removidos de sepulturas para o ossuário comum.

Art. 27 Com o mesmo objetivo consignado no artigo anterior, o Poder Executivo, através de convênio firmado com crematórios legalmente autorizados, poderá encaminhar para cremação os ossos removidos de sepulturas.

Parágrafo Único - Para que sejam devidamente dispostas, as cinzas originárias de procedimento crematório serão acondicionadas em urna cinerária e retornarão para o cemitério, devidamente identificadas, a fim de serem guardadas em local próprio.

Art. 28 Todo cemitério, horizontal ou vertical, deve ter local para destinação das cinzas provenientes do forno crematório, a partir de sua efetiva implantação.

Art. 29 Nos cemitérios públicos municipais, exceto as pequenas construções sobre sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção pode ser feita, nem mesmo iniciada, sem aprovação pela municipalidade.

Art. 30 Além das empresas funerárias cadastradas e autorizadas no município poderão executar obras nos cemitérios municipais quaisquer pessoas físicas ou jurídicas habilitadas e devidamente cadastradas no órgão competente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, cumpridas também as exigências de ordem legal no tocante ao recolhimento dos tributos devidos.

Art. 31 As infrações ao disposto nesta lei serão punidas com multas 10 (dez) UFRM, podendo ser duplicada na reincidência.

Art. 32 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado pela presente lei a realizar as obras necessárias mediante procedimentos legais, de construção de gavetas e ossuário comum, bem como, de forno crematório caso necessário, nos cemitérios públicos municipais.

Art. 33 O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data da vigência desta Lei, deverá proceder a sua regulamentação no que for pertinente, através de Decreto.

Art. 34 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA (SC), EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA 2574/2023

Publicação Nº 5410004

LEI Nº 2.574/2023 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto do artigo 17, da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no orçamento do exercício de 2023 no valor de até R\$ 117.000,00 (Cento e Dezessete Mil Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 06.05 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0801.2.054 – MANUTENÇÃO DO FIA

Modalidade de Aplicação: 33.50.00.00

Fonte de Recursos: 2.500.0000.1300.00 – R\$ 117.000,00

Art. 2º. Para abertura do crédito especial no orçamento de até R\$ 117.000,00 (Cento e Dezessete Mil Reais) destinados a suplementar as dotações orçamentárias que tratam o artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão: 06.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 06.05 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
08.243.0801.2.054– MANUTENÇÃO DO FIA
Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00
Fonte de Recursos: 2.500.0000.1300.00– 72 – R\$ 117.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA (SC), EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 029/2023

Publicação Nº 5410934

PORTARIA Nº 029/2023, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e,

CONSIDERANDO que o Sr. Delvil Pavelski ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Transportes e Obras em encontra-se em auxílio-doença benefício n. 22297976894;

CONSIDERANDO a necessidade de o município constituir novo Secretário de Obras para fins de acompanhar e gerenciar o andamento dos trabalhos atendendo ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado que a partir desta data, o servidor AGLEMAR ANTONIO BERTÉ ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO com 40 horas semanais, passará a responder pela SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 356/2023

Publicação Nº 5410840



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ROSANGELA NUNES DE ALMEIDA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DE Nº: 356/2023.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2022-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **ROSANGELA NUNES DE ALMEIDA**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 3147026 e inscrita no CPF sob o nº: 987.881.089-53, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde à CONTRATANTE.

As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 11/12/2023

Término: 09/12/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Página 1 de 3

Termo de Contrato nº: 356/2023

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Rua José Guerreiro Filho, Nº 265 – Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000 – Fone: (47) 33694111



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública. O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho à CONTRATADA, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

A CONTRATADA estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- b) rescisão contratual;
- c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa da Administração Pública; e
- III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Página 2 de 3
Termo de Contrato nº: 356/2023

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Rua José Guerreiro Filho, Nº 265 – Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000 – Fone: (47) 33694111



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 11 de dezembro de 2023.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ROSANGELA NUNES DE ALMEIDA
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E
SANEAMENTO BÁSICO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.862/2023

Publicação Nº 5411003

DECRETO Nº 1.862, de 08 de dezembro de 2023.
Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.829, de 12 de julho de 2022 (LDO) e 4.855, de 09 de novembro de 2022 (LOA),

DECRETA:
Art. 1º Ficam suplementadas no Orçamento do Município as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	104	200.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	107	50.000,00
ATIVIDADE	2107 – Vigilância Epidemiológica		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	116	50.000,00
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	116	60.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		360.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação nas respectivas fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de dezembro de 2023.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI MUNICIPAL Nº 4.958/2023

Publicação Nº 5410510

LEI Nº 4.958, de 07 de dezembro de 2023.

Institui a criação do Programa de Capacitação sobre o Transtorno do Espectro Autista no município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado, no âmbito Municipal, o Programa de Capacitação de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Porto União, bem como de pais e responsáveis, sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Art. 2º A presente Lei visa contribuir na capacitação de pais e responsáveis por pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, bem como Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Porto União, buscando a inclusão, integração e orientação nos serviços abarcados.

Art. 3º As diretrizes do programa são:
I– Trazer informações sobre as necessidades de atendimento;
II– Incentivar a capacitação, bem como a formação de profissionais no atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA;
III– Incentivar a capacitação, trazer informações e prestar auxílio aos pais ou responsáveis por pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA;
IV– Criar rodas de interação periódicas com servidores, pais e responsáveis, para obtenção de informações e aprendizado com profissionais

que detenham conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA;
V– Mapear e quantificar todos que possuem o Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Art. 4º O programa contará com as seguintes ações diretas:

- I– Palestras e debates com profissionais capacitados, realizados de forma periódica;
- II– Realização de eventos de conscientização;
- III– Realização e divulgação de cursos de capacitação disponibilizados no Município sobre o tema;

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar convênios com as outras esferas do Poder Público a fim de garantir a eficácia do Programa.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo Municipal a regulamentação necessária a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de dezembro de 2023.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 08 2023 - 11º ADITIVO PMPG

Publicação N° 5413360

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 111/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2022

CONTRATO N°. 08/2023 – 11º ADITIVO

CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTÍVEL B.B. LTDA.

DO OBJETO: A SUPRESSÃO do valor da Gasolina Comum para R\$ 5,62 (CINCO REAIS E seSENTA E DOIS CENTAVOS) ao valor do contrato firmado entre as partes em 09/01/2023, tendo em vista a supressão do preço de compra pelo fornecedor do combustível acima citado, baseados na política de preços praticados pela ANP.

DO VALOR: R\$ 5,62

DA VIGENCIA: 05/12/2023 À 31/12/2023.

PRAIA GRANDE - SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 75 2023 - TERMO DE RESCISÃO PMPG

Publicação N° 5413329



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º59/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º04/2023
CONTRATO N° 75/2023 – TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE**, já qualificado no contrato original, ora denominado CONTRATANTE e por outro lado Sr. **ITAMAR ANTÔNIO FERRIGO**, também qualificado no contrato original, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente Termo de Rescisão de Contrato, com base no art. 79, II, da Lei nº 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato N° 75/2023, por problemas com o cultivo de pêssego orgânico, ocasionados por adversidades climáticas durante o ciclo de produção, celebrado em 30 de Novembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de interesse a municipalidade, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santa Rosa do Sul-SC, renunciando a outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Praia Grande/SC, 30 de Novembro de 2023.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ITAMAR ANTÔNIO FERRIGO
CONTRATADO

Página 1 de 1

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2023

Publicação Nº 5409990

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2023

Código registro TCE: 0BD9C68F2DF9B8DBE28232B46009F3731D9B7EC1
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

OBJETO: Contratação de empresa autorizada para prestação de serviço de revisão programada, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do equipamento Retro Escavadeira JCB XC3 ano 2022/2023, pertencente à frota de veículos da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Presidente Castello Branco/SC.

CONTRATADA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 6.020,65 (seis mil, vinte reais e sessenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24 inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023

VIGÊNCIA: 31/12/2023

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº 275, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411189

DECRETO Nº 275, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 3.471/2022, de 6 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 171170000100 – Demais Transferências da União – Auxílio Financeiro, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	06.01	SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transporte e Obras
ATIVIDADE	2023	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	171170000100	Demais Transf. da União – Aux. Financeiro 300.000,00
TOTAL		300.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), em 6 de dezembro de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411191

DECRETO Nº 276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023

Cria destinação de recursos e autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 3.471/2022, de 6 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada e suplementada, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 171170000100 – Demais Transferências da União – Auxílio Financeiro, no valor de R\$ 5.851,26 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO	11	Trabalho
SUBFUNÇÃO	331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
PROJETO	2006	Contribuição ao PASEP
DESPESA	3.3.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	171170000100	Demais Transf. da União – Aux. Financeiro 5.851,26
TOTAL		5.851,26

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), em 6 de dezembro de 2023.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023

Publicação Nº 5409871

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5332847BD68269FABF662CACED04FDF69855023B

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO (PRAZO) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023

DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INTALAÇÃO DE FORROS E EXECUÇÃO DE PISO NAS CRECHES E ESCOLAS DO MUNICÍPIO

CONTRATADA: BCD PROJETOS E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

VIGÊNCIA: 13/06/2024

Presidente Getúlio, 8 de dezembro de 2023.

Nelson Virtuoso - Prefeito

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 126/2023

Publicação Nº 5410243

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**DECRETO Nº 126/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**DISPÕE SOBRE RECESSO NO SERVIÇO
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA:**

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e

CONSIDERANDO as festividades natalícias e de final de ano;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços públicos considerados de natureza essencial;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a boa e regular continuidade de serviços do âmbito administrativo que se fizerem necessários,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo, caracterizado como Recesso no Serviço Público, no período de 20 de dezembro de 2023 à 02 de janeiro de 2024, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e Final de Ano.

Art. 2º Os serviços considerados de natureza essenciais e de necessidades indispensáveis e de urgência serão mantidos no período de recesso.

Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais elaborar a escala de plantão dos serviços públicos essenciais durante o período do recesso administrativo, em especial àqueles voltados à Saúde e serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo Único: Fica determinado que os Funcionários poderão ser convocados para o desempenho de serviços necessários durante o período de recesso, em horários a serem estabelecidos pelas respectivas chefias, configurando jornada extraordinária ou crédito para compensação por meio de banco de horas, mediante autorização prévia.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 08 de dezembro de 2023.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 04 ADT 70/2022-PM LAUX E LAUX

Publicação Nº 5410506



CNPJ 01.612.836/0001-00
princesa.atende.net
Rua Rio Grande do Sul esq. com a
Rua Nossa Senhora de Fátima, 545,
Centro, Princesa/SC

Termo Aditivo 04 ADT 70/2022-PM, de 08 de dezembro de 2023

Quarto Termo Aditivo para prorrogação do prazo do Contrato 70/2022-PM que tem como *objeto* "AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL RÚSTICO EM MADEIRA ROLIÇA E TÁBUAS, COM DETALHES EM CORDA, CORRENTE METÁLICA E PLÁSTICO, PARA A PRAÇA MUNICIPAL DE PRINCESA/SC. A AQUISIÇÃO COMPREENDE A ELABORAÇÃO DO DESENHO DO PARQUE INFANTIL (DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA), CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO".

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2022

Pelo presente **Termo Aditivo**, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.836/0001-00, com sede à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Edilson Miguel Volkweis**, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Princesa/SC, inscrito no CPF sob o nº 066.***.***-89, e de outro lado a empresa **LAUX E LAUX** com endereço na Rua Joao Luis Da Rocha Moreira, S/N, Coxilha Velha, Triunfo/RS, CEP 95840000 e CNPJ 94.099.041/0001-20, neste ato representado pelo Senhor **MAURO IVAN LAUX**, brasileiro, inscrito no CPF 529.***.***-87, doravante denominado **CONTRATADO**, decidem prorrogar o **contrato nº 70/2022-PM**, para constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

- 1.1 Tendo em vista o término da vigência contratual em **11 de dezembro de 2023** resolvem as partes prorrogar o respectivo contrato por mais **2 (dois) meses**.
- 1.2 Efetivada a prorrogação, o Contrato passará a ter vigência de **12 de dezembro de 2023 a 11 de fevereiro de 2024**.

Cláusula Segunda – DOS VALORES

- 2.1 Com a prorrogação do prazo de execução os valores contratuais permanecem inalterados.

Cláusula Terceira – DA MOTIVAÇÃO

- 3.1 A prorrogação contratual foi solicitada pela Arquiteta fiscal da obra Sra Ruti Freese, a mesma justifica que, considerando que a instalação durou praticamente um mês e que durante esse período algumas madeiras já precisaram ser substituídas devido ao fato de terem envergado, a mesma solicita que o contrato seja prorrogado para que possamos observar como a estrutura irá se comportar ao menos pelos próximos 60 dias.

Cláusula Quarta – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1 A prorrogação do objeto deste termo aditivo tem seu fundamento na Lei 8.666/93, especificamente no **art. 57, incisos I e II**:

Cláusula Quinta – Da vigência e da prorrogação do contrato

Página 1 de 2



CNPJ 01.612.836/0001-00
princesa.atende.net
Rua Rio Grande do Sul esq. com a
Rua Nossa Senhora de Fátima, 545,
Centro, Princesa/SC

5.2 – Este contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado pelos prazos previstos na legislação que o rege, desde que detectadas necessidades, oportunidade e conveniência do Contratante.

Cláusula Quinta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Todas as demais Cláusulas não especificamente modificadas pelas alterações decorrentes deste Termo Aditivo permanecem em vigor, inalteradas e obrigando as Partes conforme originalmente pactuadas.

Por fim, para atestar a regularidade da relação contratual, bem como, para que possa se tornar eficaz e válido juridicamente, o contrato em tela será firmado por ambas as partes.

Princesa/SC, 08 de dezembro de 2023.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal
Contratante

MAURO IVAN LAUX
Representante Legal
Contratada

Maico Felipe Lopes Machado
OAB/SC 62.509A
Assessor Jurídico

Quilombo

PREFEITURA

PORTARIA Nº.1630/2023 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413345



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1630/2023 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
GENORIDE CRACO DIAS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Genoride Craco Dias** (1775), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 07 de dezembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17757/2023, de 06 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 24h51min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de dezembro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/12/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1631/2023 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413362



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1631/2023 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI
TEREZINHA CORIOLETTI PAZINATO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Marli Teresinha Corioletti Pazinato** (20194/1691), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 11 de dezembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17758/2023, de 06 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 09h45min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de dezembro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/12/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA N.1734/SEA

Publicação N° 5411433

PORTARIA N.1734/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento nos artigos 49 a 54, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao(a) servidor(a) JONAS HENRIQUE SALVADOR, matrícula n.236470-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública, no processo n.225615/2023, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 28/10/2023, de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1735/SEA

Publicação N° 5411542

PORTARIA N.1735/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento nos artigos 49 a 54, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao(a) servidor(a) HEIDI KESKE ANTUNES, matrícula n.260070-1, ocupante do cargo de provimento efetivo NUTRICIONISTA, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu em Nutrição aplicada à Estética, no processo n.225273/2023, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 23/10/2023, de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1736/SEA

Publicação N° 5411715

PORTARIA N.1736/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos artigos 40 a 47, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao (a) servidor (a) HEIDI KESKE

ANTUNES, matrícula n.260070-1, ocupante do cargo de provimento efetivo NUTRICIONISTA, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n.225274/2023, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01/11/2023, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.521, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 4.322, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE ALDO SBRAVATI E AMARY ROGERIO SBRAVAT

Publicação Nº 5411100

DECRETO Nº 3.521, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 4.322, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE ALDO SBRAVATI E AMARY ROGERIO SBRAVATI, e dá outras providências.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a Rodovia Municipal RCD – 512 e Rodovia Municipal RCD – 410, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de ALDO SBRAVATI, CPF. Nº006.145.309-97, brasileiro, industrial, e AMARY ROGERIO SBRAVATI, de nacionalidade brasileira, separado judicialmente, empresário, nascido em 01/03/1943, filho de Maria Vieira de Liz Sbravati e Aldo Sbravati, portador da cédula de identidade nº 3.481.140 SSP/SC, expedida em 31/12/1993 e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.484.909-00, residente e domiciliado na Localidade de Alto dos Cedros, Alto dos Cedros, Rio dos Cedros, deste Estado.

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rodovia Municipal RCD – 512 e Rodovia Municipal RCD – 410, tratando-se, portanto, de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), Lei Ordinária 2.218/2022, e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PUBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da Matrícula nº4.322, Livro 02, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

Área desapropriada para integração do patrimônio público municipal: ÁREA DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-512: 10.568,00 m2 (dez mil, quinhentos e sessenta e oito metros quadrados.)

1,0568 ha (Sistema Geodésico Local)

PERÍMETRO: 1.549,06 m

LOCALIZAÇÃO: A área da Rodovia Municipal RCD-512, situado no interior do imóvel, distando pelo lado direito (vértice BRN – M – 0744) em 3.010,00 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-469, Bairro Mergulhão/ Alto Cedros.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

COORDENADAS: Latitude, longitude e altitude geodésicas – Sistema Local

AZIMUTES: Azimutes geodésicos

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BRN-M-1693, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W de (Longitude: -49°25'01,401", Latitude: -26°34'31,764" e Altitude: 871,68 m); situado na interseção da frente com lado esquerdo, pela frente, ao NORTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 134°09' e 23,99 m até o vértice BRN-M-0744, (Longitude: -49°25'00,779", Latitude: -26°34'32,307" e Altitude: 874,59 m); deste segue pelo lado direito, à NORDESTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 172°40' e 5,65 m até o vértice BRN-V-3748, (Longitude: -49°25'00,753", Latitude: -26°34'32,489" e Altitude: 872,05 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 161°31' e 15,03 m até o vértice BRN-V-3749, (Longitude: -49°25'00,581", Latitude: -26°34'32,952" e Altitude: 871,35 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 143°28' e 46,23 m até o vértice BRN-V-3750, (Longitude: -49°24'59,587", Latitude: -26°34'34,159" e Altitude: 869,01 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 156°11' e 37,31 m até o vértice BRN-V-3751, (Longitude: -49°24'59,043", Latitude: -26°34'35,268" e Altitude: 867,86 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 169°35' e 36,30 m até o vértice BRN-V-3752, (Longitude: -49°24'58,806", Latitude: -26°34'36,428" e Altitude: 866,05 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 182°30' e 20,30 m até o vértice BRN-V-3753, (Longitude: -49°24'58,838", Latitude: -26°34'37,087" e Altitude: 865,14 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 196°11' e 29,17 m até o vértice BRN-V-3754, (Longitude: -49°24'59,132", Latitude: -26°34'37,997" e Altitude: 863,62 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 192°23' e 22,44 m até o vértice BRN-V-3755, (Longitude: -49°24'59,306", Latitude: -26°34'38,709" e Altitude: 862,61 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 180°45' e 16,68 m até o vértice BRN-V-3756, (Longitude: -49°24'59,314", Latitude: -26°34'39,251" e Altitude: 861,11 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 165°17' e 79,24 m até o vértice BRN-V-3757, (Longitude: -49°24'58,587", Latitude: -26°34'41,741" e Altitude: 856,56 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 166°43' e 14,58 m até o vértice BRN-V-3758, (Longitude: -49°24'58,466", Latitude: -26°34'42,202" e Altitude: 836,46 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 175°31' e 17,41 m até o vértice BRN-V-3759, (Longitude: -49°24'58,417", Latitude: -26°34'42,766"

e Altitude: 856,26 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 184°29' e 43,84 m até o vértice BRN-V-3760, (Longitude: -49°24'58,541", Latitude: -26°34'44,186" e Altitude: 855,67 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 175°45' e 31,05 m até o vértice BRN-V-3761, (Longitude: -49°24'58,458", Latitude: -26°34'45,192" e Altitude: 853,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 164°40' e 16,02 m até o vértice BRN-V-3762, (Longitude: -49°24'58,305", Latitude: -26°34'45,694" e Altitude: 852,85 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 146°32' e 13,65 m até o vértice BRN-V-3763, (Longitude: -49°24'58,033", Latitude: -26°34'46,064" e Altitude: 852,52 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 136°06' e 26,95 m até o vértice BRN-V-3764, (Longitude: -49°24'57,358", Latitude: -26°34'46,695" e Altitude: 852,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 136°09' e 26,97 m até o vértice BRN-V-3765, (Longitude: -49°24'56,683", Latitude: -26°34'47,327" e Altitude: 852,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 144°49' e 19,70 m até o vértice BRN-V-3766, (Longitude: -49°24'56,273", Latitude: -26°34'47,850" e Altitude: 852,97 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 153°43' e 20,63 m até o vértice BRN-V-3767, (Longitude: -49°24'55,943", Latitude: -26°34'48,451" e Altitude: 854,37 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 127°57' e 8,81 m até o vértice BRN-V-3768, (Longitude: -49°24'55,692", Latitude: -26°34'48,627" e Altitude: 855,63 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 104°54' e 11,60 m até o vértice BRN-V-3769, (Longitude: -49°24'55,287", Latitude: -26°34'48,724" e Altitude: 857,83 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 86°40' e 15,94 m até o vértice BRN-V-3770, (Longitude: -49°24'54,712", Latitude: -26°34'48,694" e Altitude: 858,96 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 82°51' e 33,92 m até o vértice BRN-V-3771, (Longitude: -49°24'53,496", Latitude: -26°34'48,557" e Altitude: 863,15 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 78°49' e 25,90 m até o vértice BRN-V-3772, (Longitude: -49°24'52,578", Latitude: -26°34'48,394" e Altitude: 865,02 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 87°47' e 17,56 m até o vértice BRN-V-3773, (Longitude: -49°24'51,944", Latitude: -26°34'48,372" e Altitude: 866,04 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 90°22' e 56,13 m até o vértice BRN-V-3774, (Longitude: -49°24'49,916", Latitude: -26°34'48,384" e Altitude: 872,30 m); todos confrontando com o imóvel matriculado sob nº 4.322, Livro 2, propriedade de Amary Rogerio Sbravati e Aldo Sbravati, com os seguintes azimutes e distâncias: 89°15' e 23,80 m até o vértice BRN-M-1689, (Longitude: -49°24'49,056", Latitude: -26°34'48,374" e Altitude: 973,22 m); deste segue pelos fundos, à LESTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 158°37' e 14,81 m até o vértice BRN-M-0743, (Longitude: -49°24'48,861", Latitude: -26°34'48,822" e Altitude: 874,68 m); deste segue pelo lado esquerdo, à SUDOESTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 267°31' e 5,01 m até o vértice BRN-V-3803, (Longitude: -49°24'49,042", Latitude: -26°34'48,829" e Altitude: 872,96 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 269°11' e 24,16 m até o vértice BRN-V-3746, (Longitude: -49°24'49,915", Latitude: -26°34'48,840" e Altitude: 872,30 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 270°24' e 55,91 m até o vértice BRN-V-3745, (Longitude: -49°24'51,935", Latitude: -26°34'48,827" e Altitude: 866,35 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 267°49' e 16,17 m até o vértice BRN-V-3744, (Longitude: -49°24'52,519", Latitude: -26°34'48,847" e Altitude: 865,02 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 258°50' e 25,28 m até o vértice BRN-V-3743, (Longitude: -49°24'53,415", Latitude: -26°34'49,006" e Altitude: 863,15 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 262°51' e 34,89 m até o vértice BRN-V-3742, (Longitude: -49°24'54,666", Latitude: -26°34'49,147" e Altitude: 858,96 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 266°41' e 18,66 m até o vértice BRN-V-3741, (Longitude: -49°24'55,339", Latitude: -26°34'49,182" e Altitude: 857,83 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 284°57' e 16,70 m até o vértice BRN-V-3740, (Longitude: -49°24'55,922", Latitude: -26°34'49,042" e Altitude: 855,63 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 307°59' e 14,85 m até o vértice BRN-V-3739, (Longitude: -49°24'56,345", Latitude: -26°34'48,745" e Altitude: 854,37 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 333°41' e 22,73 m até o vértice BRN-V-3738, (Longitude: -49°24'56,709", Latitude: -26°34'48,083" e Altitude: 852,97 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 324°47' e 17,52 m até o vértice BRN-V-3737, (Longitude: -49°24'57,074", Latitude: -26°34'47,618" e Altitude: 852,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 316°10' e 27,10 m até o vértice BRN-V-3736, (Longitude: -49°24'57,752", Latitude: -26°34'46,983" e Altitude: 852,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 316°07' e 27,07 m até o vértice BRN-V-3735, (Longitude: -49°24'58,430", Latitude: -26°34'46,349" e Altitude: 852,52 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 326°31' e 17,16 m até o vértice BRN-V-3734, (Longitude: -49°24'58,772", Latitude: -26°34'45,884" e Altitude: 852,85 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 344°41' e 19,59 m até o vértice BRN-V-3733, (Longitude: -49°24'58,959", Latitude: -26°34'45,270" e Altitude: 853,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 355°46' e 33,49 m até o vértice BRN-V-3732, (Longitude: -49°24'59,048", Latitude: -26°34'44,185" e Altitude: 855,67 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 04°29' e 43,81 m até o vértice BRN-V-3731, (Longitude: -49°24'58,924", Latitude: -26°34'42,766" e Altitude: 856,26 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 355°25' e 15,25 m até o vértice BRN-V-6130, (Longitude: -49°24'58,968", Latitude: -26°34'42,272" e Altitude: 856,46 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 346°51' e 13,15 m até o vértice BRN-V-6129, (Longitude: -49°24'59,076", Latitude: -26°34'41,856" e Altitude: 856,56 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 345°16' e 81,12 m até o vértice BRN-V-6128, (Longitude: -49°24'59,821", Latitude: -26°34'39,307" e Altitude: 861,11 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 00°47' e 20,01 m até o vértice BRN-V-6127, (Longitude: -49°24'59,811", Latitude: -26°34'38,657" e Altitude: 862,61 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 12°21' e 24,33 m até o vértice BRN-V-6126, (Longitude: -49°24'59,623", Latitude: -26°34'37,885" e Altitude: 863,62 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 16°11' e 27,98 m até o vértice BRN-V-6125, (Longitude: -49°24'59,341", Latitude: -26°34'37,012" e Altitude: 865,14 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 02°30' e 17,04 m até o vértice BRN-V-6124, (Longitude: -49°24'59,314", Latitude: -26°34'36,459" e Altitude: 866,04 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 349°34' e 33,05 m até o vértice BRN-V-6123, (Longitude: -49°24'59,530", Latitude: -26°34'35,403" e Altitude: 867,86 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 336°12' e 34,11 m até o vértice BRN-V-6122, (Longitude: -49°25'00,027", Latitude: -26°34'34,389" e Altitude: 869,01 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 323°29' e 47,26 m até o vértice BRN-V-6121, (Longitude: -49°25'01,043", Latitude: -26°34'33,155" e Altitude: 871,35 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 344°34' e 23,82 m até o vértice BRN-V-6120, (Longitude: -49°25'01,272", Latitude: -26°34'32,409" e Altitude: 872,04 m); todas confrontando com o imóvel matriculado sob nº 4.322, Livro 2, propriedade de Amary Rogerio Sbravati e Aldo Sbravati, com os seguintes azimutes e distâncias: 349°48' e 20,17 m até o vértice BRN-M-1693, ponto inicial da descrição deste perímetro de 1.549,06 metros.

ÁREA DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-410: 44.602,00 m2 (quarenta e quatro mil, seiscentos e dois metros quadrados)

4,4602 ha (Sistema Geodésico Local)

PERÍMETRO: 6.406,38 m

LOCALIZAÇÃO: A área da Rodovia Municipal RCD-410, situado no interior do imóvel, distando pelo lado esquerdo (vértice BRN – M – 1931) em 7.792,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-512, Bairro Alto Cedros.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

COORDENADAS: Latitude, longitude e altitude geodésicas – Sistema Local

AZIMUTES: Azimutes geodésicos

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BRN-V-4047, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000,

MC-51°W de (Longitude: -49°27'50,491", Latitude: -26°35'52,420" e Altitude: 685,88 m); situado na interseção dos fundos com lado esquerdo, pelo lado esquerdo, ao NORTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 93°14' e 2,92 m até o vértice BRN-V-4046, (Longitude: -49°27'50,386", Latitude: -26°35'52,426" e Altitude: 685,88 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 101°22' e 16,85 m até o vértice BRN-V-4045, (Longitude: -49°27'49,789", Latitude: -26°35'52,534" e Altitude: 685,30 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 107°15' e 17,50 m até o vértice BRN-V-4044, (Longitude: -49°27'49,185", Latitude: -26°35'52,702" e Altitude: 682,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 82°59' e 8,09 m até o vértice BRN-V-4043, (Longitude: -49°27'48,895", Latitude: -26°35'52,670" e Altitude: 682,10 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 93°39' e 13,18 m até o vértice BRN-V-4042, (Longitude: -49°27'48,419", Latitude: -26°35'52,698" e Altitude: 682,15 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 107°00' e 37,86 m até o vértice BRN-V-5173, (Longitude: -49°27'47,111", Latitude: -26°35'53,058" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 106°56' e 5,22 m até o vértice BRN-V-7003, (Longitude: -49°27'46,931", Latitude: -26°35'53,107" e Altitude: 674,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 112°44' e 63,68 m até o vértice BRN-V-7004, (Longitude: -49°27'44,808", Latitude: -26°35'53,907" e Altitude: 675,26 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 106°04' e 42,27 m até o vértice BRN-V-7005, (Longitude: -49°27'43,341", Latitude: -26°35'54,287" e Altitude: 673,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 110°37' e 21,82 m até o vértice BRN-V-7006, (Longitude: -49°27'42,603", Latitude: -26°35'54,537" e Altitude: 673,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 124°49' e 17,09 m até o vértice BRN-V-7007, (Longitude: -49°27'42,096", Latitude: -26°35'54,854" e Altitude: 676,40 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 128°26' e 26,28 m até o vértice BRN-V-7008, (Longitude: -49°27'41,352", Latitude: -26°35'55,385" e Altitude: 676,40 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 113°32' e 17,18 m até o vértice BRN-V-7009, (Longitude: -49°27'40,783", Latitude: -26°35'55,608" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 103°02' e 19,25 m até o vértice BRN-V-7010, (Longitude: -49°27'40,105", Latitude: -26°35'55,749" e Altitude: 677,90 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 89°29' e 39,73 m até o vértice BRN-V-7011, (Longitude: -49°27'38,669", Latitude: -26°35'55,738" e Altitude: 679,80 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 96°16' e 73,28 m até o vértice BRN-V-6041, (Longitude: -49°27'36,037", Latitude: -26°35'55,998" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 96°19' e 12,38 m até o vértice BRN-V-6040, (Longitude: -49°27'35,592", Latitude: -26°35'56,042" e Altitude: 678,64 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 92°10' e 48,07 m até o vértice BRN-V-6039, (Longitude: -49°27'33,856", Latitude: -26°35'56,102" e Altitude: 679,52 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 108°16' e 15,82 m até o vértice BRN-V-6038, (Longitude: -49°27'33,313", Latitude: -26°35'56,263" e Altitude: 681,25 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 118°31' e 53,27 m até o vértice BRN-V-6037, (Longitude: -49°27'31,622", Latitude: -26°35'57,089" e Altitude: 680,27 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 118°45' e 22,27 m até o vértice BRN-V-6036, (Longitude: -49°27'30,916", Latitude: -26°35'57,438" e Altitude: 679,73 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 102°17' e 18,22 m até o vértice BRN-V-6035, (Longitude: -49°27'30,273", Latitude: -26°35'57,564" e Altitude: 680,20 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 103°30' e 20,91 m até o vértice BRN-V-6034, (Longitude: -49°27'29,538", Latitude: -26°35'57,722" e Altitude: 680,75 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 131°26' e 17,65 m até o vértice BRN-V-6033, (Longitude: -49°27'29,060", Latitude: -26°35'58,102" e Altitude: 680,65 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 170°04' e 17,58 m até o vértice BRN-V-6032, (Longitude: -49°27'28,950", Latitude: -26°35'58,665" e Altitude: 681,13 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 192°48' e 29,81 m até o vértice BRN-V-6031, (Longitude: -49°27'29,189", Latitude: -26°35'59,609" e Altitude: 677,58 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 176°58' e 11,26 m até o vértice BRN-V-6030, (Longitude: -49°27'29,168", Latitude: -26°35'59,974" e Altitude: 677,24 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 145°27' e 10,32 m até o vértice BRN-V-6029, (Longitude: -49°27'28,956", Latitude: -26°36'00,250" e Altitude: 678,30 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 119°44' e 9,34 m até o vértice BRN-V-6028, (Longitude: -49°27'28,663", Latitude: -26°36'00,401" e Altitude: 679,19 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 98°22' e 14,27 m até o vértice BRN-V-6027, (Longitude: -49°27'28,153", Latitude: -26°36'00,469" e Altitude: 680,29 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 106°14' e 20,61 m até o vértice BRN-V-6026, (Longitude: -49°27'27,438", Latitude: -26°36'00,656" e Altitude: 680,92 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 138°14' e 16,62 m até o vértice BRN-V-6025, (Longitude: -49°27'27,038", Latitude: -26°36'01,059" e Altitude: 680,50 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 178°08' e 25,12 m até o vértice BRN-V-6024, (Longitude: -49°27'27,008", Latitude: -26°36'01,874" e Altitude: 679,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 203°13' e 23,68 m até o vértice BRN-V-6023, (Longitude: -49°27'27,346", Latitude: -26°36'02,581" e Altitude: 679,03 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 215°32' e 18,60 m até o vértice BRN-V-6022, (Longitude: -49°27'27,737", Latitude: -26°36'03,073" e Altitude: 678,62 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 204°53' e 19,85 m até o vértice BRN-V-6021, (Longitude: -49°27'28,039", Latitude: -26°36'03,658" e Altitude: 678,33 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 185°46' e 14,75 m até o vértice BRN-V-6020, (Longitude: -49°27'28,092", Latitude: -26°36'04,135" e Altitude: 678,34 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 181°26' e 86,42 m até o vértice BRN-V-6019, (Longitude: -49°27'28,171", Latitude: -26°36'06,941" e Altitude: 678,29 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 198°55' e 16,98 m até o vértice BRN-V-6018, (Longitude: -49°27'28,370", Latitude: -26°36'07,463" e Altitude: 678,31 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 234°16' e 17,20 m até o vértice BRN-V-6017, (Longitude: -49°27'28,874", Latitude: -26°36'07,789" e Altitude: 678,57 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 255°48' e 17,61 m até o vértice BRN-V-6016, (Longitude: -49°27'29,491", Latitude: -26°36'07,930" e Altitude: 678,67 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 247°34' e 13,80 m até o vértice BRN-V-6015, (Longitude: -49°27'29,953", Latitude: -26°36'08,101" e Altitude: 679,12 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 223°41' e 13,28 m até o vértice BRN-V-6014, (Longitude: -49°27'30,284", Latitude: -26°36'08,413" e Altitude: 680,25 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 204°14' e 15,09 m até o vértice BRN-V-6013, (Longitude: -49°27'30,508", Latitude: -26°36'08,860" e Altitude: 681,47 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 188°48' e 28,12 m até o vértice BRN-V-6012, (Longitude: -49°27'30,664", Latitude: -26°36'09,763" e Altitude: 681,60 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 168°20' e 13,94 m até o vértice BRN-V-6011, (Longitude: -49°27'30,562", Latitude: -26°36'10,206" e Altitude: 681,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 133°38' e 9,59 m até o vértice BRN-V-6010, (Longitude: -49°27'30,311", Latitude: -26°36'10,421" e Altitude: 680,59 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 102°43' e 7,24 m até o vértice BRN-V-6009, (Longitude: -49°27'30,056", Latitude: -26°36'10,473" e Altitude: 680,51 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 69°01' e 11,25 m até o vértice BRN-V-6008, (Longitude: -49°27'29,676", Latitude: -26°36'10,342" e Altitude: 681,29 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 60°51' e 24,40 m até o vértice BRN-V-6007, (Longitude: -49°27'28,906", Latitude: -26°36'09,956" e Altitude: 682,02 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 74°24' e 16,10 m até o vértice BRN-V-6006, (Longitude: -49°27'28,346", Latitude: -26°36'09,815" e Altitude: 680,64 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 88°15' e 13,60 m até o vértice BRN-V-6005, (Longitude: -49°27'27,855", Latitude: -26°36'09,802" e Altitude: 680,58 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 83°51' e 22,93 m até o vértice BRN-V-6004, (Longitude: -49°27'27,031", Latitude: -26°36'09,722" e Altitude: 680,44 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 101°58' e 41,90 m até o vértice BRN-V-6003, (Longitude: -49°27'25,550", Latitude: -26°36'10,004" e Altitude: 679,92 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 79°36' e 10,27 m até o vértice BRN-V-6002, (Longitude: -49°27'25,185", Latitude: -26°36'09,944" e Altitude: 679,80 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 66°29' e 41,67 m até o vértice BRN-V-6001, (Longitude: -49°27'23,804", Latitude: -26°36'09,404" e Altitude: 678,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 63°58' e 9,12 m até o vértice BRN-V-6077, (Longitude: -49°27'23,507", Latitude: -26°36'09,275" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 63°59' e 26,81 m até o

vértice BRN-V-6076, (Longitude: -49°27'22,637", Latitude: -26°36'08,893" e Altitude: 674,71 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 104°12' e 22,59 m até o vértice BRN-V-6075, (Longitude: -49°27'21,845", Latitude: -26°36'09,073" e Altitude: 677,98 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 152°03' e 21,94 m até o vértice BRN-V-6074, (Longitude: -49°27'21,474", Latitude: -26°36'09,703" e Altitude: 677,94 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 175°21' e 19,89 m até o vértice BRN-V-6073, (Longitude: -49°27'21,415", Latitude: -26°36'10,347" e Altitude: 678,20 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 186°52' e 25,85 m até o vértice BRN-V-6072, (Longitude: -49°27'21,527", Latitude: -26°36'11,180" e Altitude: 679,62 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 189°16' e 18,66 m até o vértice BRN-V-6071, (Longitude: -49°27'21,636", Latitude: -26°36'11,779" e Altitude: 680,39 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 169°08' e 22,16 m até o vértice BRN-V-6070, (Longitude: -49°27'21,485", Latitude: -26°36'12,486" e Altitude: 681,47 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 156°28' e 34,49 m até o vértice BRN-V-6069, (Longitude: -49°27'20,988", Latitude: -26°36'13,513" e Altitude: 679,95 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 170°54' e 28,96 m até o vértice BRN-V-6068, (Longitude: -49°27'20,822", Latitude: -26°36'14,442" e Altitude: 684,18 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 184°06' e 26,68 m até o vértice BRN-V-6067, (Longitude: -49°27'20,891", Latitude: -26°36'15,307" e Altitude: 685,73 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 189°57' e 21,38 m até o vértice BRN-V-6066, (Longitude: -49°27'21,025", Latitude: -26°36'15,991" e Altitude: 686,41 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 167°18' e 17,26 m até o vértice BRN-V-6065, (Longitude: -49°27'20,888", Latitude: -26°36'16,538" e Altitude: 686,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 141°10' e 28,05 m até o vértice BRN-V-6064, (Longitude: -49°27'20,252", Latitude: -26°36'17,248" e Altitude: 689,17 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 137°19' e 26,40 m até o vértice BRN-V-6063, (Longitude: -49°27'19,605", Latitude: -26°36'17,878" e Altitude: 689,50 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 156°05' e 19,67 m até o vértice BRN-V-6062, (Longitude: -49°27'19,317", Latitude: -26°36'18,463" e Altitude: 688,81 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 171°38' e 59,06 m até o vértice BRN-V-6061, (Longitude: -49°27'19,007", Latitude: -26°36'20,361" e Altitude: 685,43 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 145°56' e 15,02 m até o vértice BRN-V-6060, (Longitude: -49°27'18,703", Latitude: -26°36'20,765" e Altitude: 684,80 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 122°42' e 17,68 m até o vértice BRN-V-6059, (Longitude: -49°27'18,165", Latitude: -26°36'21,076" e Altitude: 684,82 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 114°57' e 85,51 m até o vértice BRN-V-6058, (Longitude: -49°27'15,364", Latitude: -26°36'22,248" e Altitude: 684,34 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 109°27' e 21,75 m até o vértice BRN-V-6057, (Longitude: -49°27'14,623", Latitude: -26°36'22,483" e Altitude: 684,06 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 91°36' e 21,69 m até o vértice BRN-V-6056, (Longitude: -49°27'13,839", Latitude: -26°36'22,503" e Altitude: 684,72 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 83°07' e 30,53 m até o vértice BRN-V-6055, (Longitude: -49°27'12,743", Latitude: -26°36'22,384" e Altitude: 687,02 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 85°57' e 44,45 m até o vértice BRN-V-6054, (Longitude: -49°27'11,141", Latitude: -26°36'22,283" e Altitude: 688,40 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 91°10' e 33,02 m até o vértice BRN-V-6053, (Longitude: -49°27'09,948", Latitude: -26°36'22,305" e Altitude: 691,34 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 95°18' e 25,00 m até o vértice BRN-V-6052, (Longitude: -49°27'09,048", Latitude: -26°36'22,380" e Altitude: 692,03 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 83°18' e 36,48 m até o vértice BRN-V-6051, (Longitude: -49°27'07,739", Latitude: -26°36'22,242" e Altitude: 692,44 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 93°01' e 12,52 m até o vértice BRN-V-6050, (Longitude: -49°27'07,287", Latitude: -26°36'22,263" e Altitude: 692,43 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 116°25' e 17,11 m até o vértice BRN-V-6049, (Longitude: -49°27'06,733", Latitude: -26°36'22,511" e Altitude: 691,20 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 137°30' e 12,76 m até o vértice BRN-V-6048, (Longitude: -49°27'06,421", Latitude: -26°36'22,816" e Altitude: 690,51 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 153°24' e 38,84 m até o vértice BRN-V-6047, (Longitude: -49°27'05,793", Latitude: -26°36'23,945" e Altitude: 688,17 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 170°23' e 30,00 m até o vértice BRN-V-6046, (Longitude: -49°27'05,612", Latitude: -26°36'24,905" e Altitude: 686,64 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 179°53' e 70,94 m até o vértice BRN-V-6045, (Longitude: -49°27'05,607", Latitude: -26°36'27,210" e Altitude: 683,52 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 168°28' e 18,68 m até o vértice BRN-V-6044, (Longitude: -49°27'05,472", Latitude: -26°36'27,805" e Altitude: 681,47 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 147°53' e 21,25 m até o vértice BRN-V-6043, (Longitude: -49°27'05,064", Latitude: -26°36'28,389" e Altitude: 678,93 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 128°43' e 10,27 m até o vértice BRN-V-6042, (Longitude: -49°27'04,775", Latitude: -26°36'28,598" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 128°43' e 31,30 m até o vértice BRN-V-7012, (Longitude: -49°27'03,892", Latitude: -26°36'29,234" e Altitude: 675,65 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 131°58' e 35,92 m até o vértice BRN-V-7013, (Longitude: -49°27'02,927", Latitude: -26°36'30,015" e Altitude: 675,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 133°13' e 17,90 m até o vértice BRN-V-7014, (Longitude: -49°27'02,456", Latitude: -26°36'30,413" e Altitude: 675,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 134°03' e 24,28 m até o vértice BRN-V-2715, (Longitude: -49°27'01,825", Latitude: -26°36'30,961" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 130°58' e 47,22 m até o vértice BRN-V-2714, (Longitude: -49°27'00,537", Latitude: -26°36'31,967" e Altitude: 676,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 131°05' e 22,82 m até o vértice BRN-V-2713, (Longitude: -49°26'59,915", Latitude: -26°36'32,455" e Altitude: 676,95 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 147°19' e 20,47 m até o vértice BRN-V-2712, (Longitude: -49°26'59,516", Latitude: -26°36'33,014" e Altitude: 677,19 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 162°58' e 19,21 m até o vértice BRN-V-2711, (Longitude: -49°26'59,313", Latitude: -26°36'33,611" e Altitude: 677,48 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 147°05' e 15,22 m até o vértice BRN-V-2710, (Longitude: -49°26'59,014", Latitude: -26°36'34,026" e Altitude: 677,67 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 124°29' e 19,84 m até o vértice BRN-V-2709, (Longitude: -49°26'58,423", Latitude: -26°36'34,391" e Altitude: 677,36 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 117°32' e 25,45 m até o vértice BRN-V-2708, (Longitude: -49°26'57,607", Latitude: -26°36'34,774" e Altitude: 676,99 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 112°52' e 27,96 m até o vértice BRN-V-2707, (Longitude: -49°26'56,676", Latitude: -26°36'35,127" e Altitude: 676,41 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 104°42' e 19,47 m até o vértice BRN-V-2706, (Longitude: -49°26'55,996", Latitude: -26°36'35,287" e Altitude: 676,25 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 101°18' e 29,91 m até o vértice BRN-V-2705, (Longitude: -49°26'54,935", Latitude: -26°36'35,478" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 103°44' e 56,87 m até o vértice BRN-V-2721, (Longitude: -49°26'52,939", Latitude: -26°36'35,917" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 111°13' e 22,18 m até o vértice BRN-V-2720, (Longitude: -49°26'52,192", Latitude: -26°36'36,178" e Altitude: 677,10 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 118°41' e 23,60 m até o vértice BRN-V-2719, (Longitude: -49°26'51,444", Latitude: -26°36'36,546" e Altitude: 676,83 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 126°15' e 12,84 m até o vértice BRN-V-2718, (Longitude: -49°26'51,069", Latitude: -26°36'36,793" e Altitude: 676,56 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 133°41' e 30,61 m até o vértice BRN-V-2717, (Longitude: -49°26'50,269", Latitude: -26°36'37,480" e Altitude: 676,06 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 144°57' e 13,21 m até o vértice BRN-V-2716, (Longitude: -49°26'49,995", Latitude: -26°36'37,831" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 137°33' e 21,42 m até o vértice BRN-V-7015, (Longitude: -49°26'49,473", Latitude: -26°36'38,345" e Altitude: 675,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 126°23' e 14,02 m até o vértice BRN-V-7016, (Longitude: -49°26'49,065", Latitude: -26°36'38,615" e Altitude: 675,46 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 117°12' e 25,78 m até o vértice BRN-V-6081, (Longitude: -49°26'48,236", Latitude: -26°36'38,998" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 124°41' e 12,45 m até o vértice BRN-V-6080, (Longitude: -49°26'47,866", Latitude: -26°36'39,228"

e Altitude: 675,76 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 132°29' e 4,25 m até o vértice BRN-V-2729, (Longitude: -49°26'47,753", Latitude: -26°36'39,321" e Altitude: 675,76 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 132°28' e 3,99 m até o vértice BRN-V-2728, (Longitude: -49°26'47,646", Latitude: -26°36'39,409" e Altitude: 675,90 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 146°08' e 15,21 m até o vértice BRN-V-2727, (Longitude: -49°26'47,340", Latitude: -26°36'39,819" e Altitude: 676,25 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 169°41' e 11,38 m até o vértice BRN-V-2726, (Longitude: -49°26'47,266", Latitude: -26°36'40,183" e Altitude: 676,60 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 175°07' e 31,18 m até o vértice BRN-V-2725, (Longitude: -49°26'47,171", Latitude: -26°36'41,192" e Altitude: 677,20 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 153°27' e 19,16 m até o vértice BRN-V-2724, (Longitude: -49°26'46,861", Latitude: -26°36'41,749" e Altitude: 676,78 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 140°21' e 7,92 m até o vértice BRN-V-2723, (Longitude: -49°26'46,679", Latitude: -26°36'41,947" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 140°21' e 21,62 m até o vértice BRN-V-7017, (Longitude: -49°26'46,180", Latitude: -26°36'42,488" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 128°55' e 34,60 m até o vértice BRN-V-6089, (Longitude: -49°26'45,207", Latitude: -26°36'43,195" e Altitude: 677,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 121°16' e 28,88 m até o vértice BRN-V-6088, (Longitude: -49°26'44,315", Latitude: -26°36'43,682" e Altitude: 679,80 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 134°28' e 22,92 m até o vértice BRN-V-6087, (Longitude: -49°26'43,724", Latitude: -26°36'44,203" e Altitude: 681,08 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 149°12' e 20,68 m até o vértice BRN-V-6086, (Longitude: -49°26'43,342", Latitude: -26°36'44,781" e Altitude: 681,00 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 156°06' e 40,01 m até o vértice BRN-V-6085, (Longitude: -49°26'42,756", Latitude: -26°36'45,969" e Altitude: 680,09 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 141°07' e 21,87 m até o vértice BRN-V-6084, (Longitude: -49°26'42,260", Latitude: -26°36'46,522" e Altitude: 679,73 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 112°46' e 11,25 m até o vértice BRN-V-6083, (Longitude: -49°26'41,885", Latitude: -26°36'46,664" e Altitude: 679,64 m); todos confrontando com o imóvel matriculado sob nº 4.322, Livro 2, de propriedade de Amary Rogerio Sbravati e Aldo Sbravati, com os seguintes azimutes e distâncias: 94°24' e 10,79 m até o vértice BRN-M-1931, (Longitude: -49°26'41,496", Latitude: -26°36'46,691" e Altitude: 678,69 m); deste segue pela frente, à LESTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 184°03' e 14,00 m até o vértice BRN-V-4009, (Longitude: -49°26'41,532", Latitude: -26°36'47,144" e Altitude: 679,64 m); deste segue pelo lado direito, ao SUL, com os seguintes azimutes e distâncias: 274°24' e 13,13 m até o vértice BRN-V-4008, (Longitude: -49°26'42,005", Latitude: -26°36'47,112" e Altitude: 679,64 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 292°46' e 17,05 m até o vértice BRN-V-4007, (Longitude: -49°26'42,574", Latitude: -26°36'46,897" e Altitude: 679,74 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 321°06' e 27,26 m até o vértice BRN-V-4006, (Longitude: -49°26'43,192", Latitude: -26°36'46,208" e Altitude: 680,08 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 336°06' e 41,00 m até o vértice BRN-V-4005, (Longitude: -49°26'43,792", Latitude: -26°36'44,990" e Altitude: 681,00 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 329°12' e 18,03 m até o vértice BRN-V-4004, (Longitude: -49°26'44,126", Latitude: -26°36'44,487" e Altitude: 681,08 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 314°30' e 19,48 m até o vértice BRN-V-4003, (Longitude: -49°26'44,628", Latitude: -26°36'44,043" e Altitude: 679,81 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 301°15' e 28,20 m até o vértice BRN-V-4002, (Longitude: -49°26'45,499", Latitude: -26°36'43,568" e Altitude: 677,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 308°53' e 32,57 m até o vértice BRN-V-4001, (Longitude: -49°26'46,415", Latitude: -26°36'42,903" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 309°11' e 4,37 m até o vértice BRN-V-7051, (Longitude: -49°26'46,537", Latitude: -26°36'42,814" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 320°21' e 23,02 m até o vértice BRN-V-7052, (Longitude: -49°26'47,068", Latitude: -26°36'42,238" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 320°21' e 9,53 m até o vértice BRN-V-7053, (Longitude: -49°26'47,288", Latitude: -26°36'41,999" e Altitude: 676,78 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 333°28' e 23,45 m até o vértice BRN-V-7054, (Longitude: -49°26'47,666", Latitude: -26°36'41,318" e Altitude: 677,20 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 355°07' e 33,20 m até o vértice BRN-V-7055, (Longitude: -49°26'47,768", Latitude: -26°36'40,243" e Altitude: 676,60 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 349°41' e 7,79 m até o vértice BRN-V-7056, (Longitude: -49°26'47,819", Latitude: -26°36'39,994" e Altitude: 676,25 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 326°08' e 10,62 m até o vértice BRN-V-7057, (Longitude: -49°26'48,033", Latitude: -26°36'39,708" e Altitude: 675,90 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 312°25' e 5,62 m até o vértice BRN-V-7058, (Longitude: -49°26'48,183", Latitude: -26°36'39,584" e Altitude: 675,90 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 304°43' e 10,58 m até o vértice BRN-V-7059, (Longitude: -49°26'48,497", Latitude: -26°36'39,389" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 297°13' e 4,91 m até o vértice BRN-V-4000, (Longitude: -49°26'48,655", Latitude: -26°36'39,316" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 297°10' e 21,07 m até o vértice BRN-V-3999, (Longitude: -49°26'49,332", Latitude: -26°36'39,003" e Altitude: 675,46 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 306°22' e 16,51 m até o vértice BRN-V-3998, (Longitude: -49°26'49,813", Latitude: -26°36'38,685" e Altitude: 675,68 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 317°33' e 23,70 m até o vértice BRN-V-3997, (Longitude: -49°26'50,391", Latitude: -26°36'38,117" e Altitude: 675,78 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 324°59' e 12,74 m até o vértice BRN-V-3996, (Longitude: -49°26'50,655", Latitude: -26°36'37,778" e Altitude: 676,06 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 313°41' e 28,31 m até o vértice BRN-V-3995, (Longitude: -49°26'51,395", Latitude: -26°36'37,142" e Altitude: 676,56 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 306°12' e 11,01 m até o vértice BRN-V-3994, (Longitude: -49°26'51,716", Latitude: -26°36'36,931" e Altitude: 676,83 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 298°42' e 21,76 m até o vértice BRN-V-3993, (Longitude: -49°26'52,406", Latitude: -26°36'36,591" e Altitude: 677,00 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 291°13' e 20,36 m até o vértice BRN-V-3992, (Longitude: -49°26'53,091", Latitude: -26°36'36,352" e Altitude: 676,64 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 283°44' e 55,66 m até o vértice BRN-V-3991, (Longitude: -49°26'55,046", Latitude: -26°36'35,922" e Altitude: 676,43 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 281°18' e 30,02 m até o vértice BRN-V-3990, (Longitude: -49°26'56,110", Latitude: -26°36'35,731" e Altitude: 676,25 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 284°43' e 20,89 m até o vértice BRN-V-3989, (Longitude: -49°26'56,840", Latitude: -26°36'35,558" e Altitude: 676,99 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 292°53' e 29,53 m até o vértice BRN-V-3988, (Longitude: -49°26'57,823", Latitude: -26°36'35,185" e Altitude: 676,40 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 297°30' e 12,93 m até o vértice BRN-V-3987, (Longitude: -49°26'58,237", Latitude: -26°36'34,991" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 297°33' e 10,78 m até o vértice BRN-V-6105, (Longitude: -49°26'58,583", Latitude: -26°36'34,829" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 297°34' e 3,17 m até o vértice BRN-V-6104, (Longitude: -49°26'58,684", Latitude: -26°36'34,782" e Altitude: 677,36 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 304°28' e 23,48 m até o vértice BRN-V-6103, (Longitude: -49°26'59,384", Latitude: -26°36'34,350" e Altitude: 677,67 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 327°05' e 19,97 m até o vértice BRN-V-6102, (Longitude: -49°26'59,776", Latitude: -26°36'33,805" e Altitude: 677,48 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 342°56' e 19,24 m até o vértice BRN-V-6101, (Longitude: -49°26'59,980", Latitude: -26°36'33,208" e Altitude: 677,19 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 327°20' e 16,55 m até o vértice BRN-V-6100, (Longitude: -49°27'00,303", Latitude: -26°36'32,755" e Altitude: 676,95 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 311°05' e 20,80 m até o vértice BRN-V-6099, (Longitude: -49°27'00,869", Latitude: -26°36'32,311" e Altitude: 676,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 310°59' e 47,57 m até o vértice BRN-V-6098, (Longitude: -49°27'02,167", Latitude: -26°36'31,297" e Altitude: 675,88 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 314°02' e 24,57 m até o vértice BRN-V-6097, (Longitude: -49°27'02,805", Latitude: -26°36'30,742"

e Altitude: 675,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 313°13' e 17,64 m até o vértice BRN-V-6096, (Longitude: -49°27'03,270", Latitude: -26°36'30,350" e Altitude: 675,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 311°59' e 8,56 m até o vértice BRN-V-6095, (Longitude: -49°27'03,500", Latitude: -26°36'30,164" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 311°58' e 26,81 m até o vértice BRN-V-7060, (Longitude: -49°27'04,220", Latitude: -26°36'29,581" e Altitude: 675,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 308°43' e 19,04 m até o vértice BRN-V-3902, (Longitude: -49°27'04,757", Latitude: -26°36'29,194" e Altitude: 675,65 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 308°44' e 24,49 m até o vértice BRN-V-3901, (Longitude: -49°27'05,448", Latitude: -26°36'28,696" e Altitude: 678,27 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 327°53' e 26,15 m até o vértice BRN-V-3900, (Longitude: -49°27'05,950", Latitude: -26°36'27,977" e Altitude: 680,24 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 348°29' e 22,93 m até o vértice BRN-V-3899, (Longitude: -49°27'06,115", Latitude: -26°36'27,247" e Altitude: 680,93 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 359°56' e 70,82 m até o vértice BRN-V-3897, (Longitude: -49°27'06,118", Latitude: -26°36'24,946" e Altitude: 684,89 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 350°22' e 26,80 m até o vértice BRN-V-3896, (Longitude: -49°27'06,280", Latitude: -26°36'24,087" e Altitude: 687,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 333°24' e 34,79 m até o vértice BRN-V-3895, (Longitude: -49°27'06,842", Latitude: -26°36'23,077" e Altitude: 687,92 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 317°28' e 8,19 m até o vértice BRN-V-3894, (Longitude: -49°27'07,042", Latitude: -26°36'22,880" e Altitude: 689,15 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 296°28' e 11,61 m até o vértice BRN-V-3893, (Longitude: -49°27'07,418", Latitude: -26°36'22,712" e Altitude: 689,16 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 272°58' e 8,44 m até o vértice BRN-V-3892, (Longitude: -49°27'07,723", Latitude: -26°36'22,698" e Altitude: 688,75 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 263°19' e 36,75 m até o vértice BRN-V-3891, (Longitude: -49°27'09,042", Latitude: -26°36'22,837" e Altitude: 688,06 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 275°17' e 25,97 m até o vértice BRN-V-3890, (Longitude: -49°27'09,976", Latitude: -26°36'22,759" e Altitude: 685,12 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 271°09' e 31,88 m até o vértice BRN-V-3889, (Longitude: -49°27'11,128", Latitude: -26°36'22,738" e Altitude: 683,74 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 265°58' e 43,45 m até o vértice BRN-V-3888, (Longitude: -49°27'12,695", Latitude: -26°36'22,837" e Altitude: 681,44 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 263°07' e 31,24 m até o vértice BRN-V-3887, (Longitude: -49°27'13,816", Latitude: -26°36'22,959" e Altitude: 680,78 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 271°36' e 24,93 m até o vértice BRN-V-3886, (Longitude: -49°27'14,716", Latitude: -26°36'22,936" e Altitude: 681,06 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 289°27' e 24,62 m até o vértice BRN-V-3885, (Longitude: -49°27'15,555", Latitude: -26°36'22,670" e Altitude: 681,54 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 294°57' e 87,12 m até o vértice BRN-V-3884, (Longitude: -49°27'18,410", Latitude: -26°36'21,475" e Altitude: 681,52 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 302°43' e 21,50 m até o vértice BRN-V-3883, (Longitude: -49°27'19,064", Latitude: -26°36'21,097" e Altitude: 682,15 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 325°53' e 21,09 m até o vértice BRN-V-3882, (Longitude: -49°27'19,491", Latitude: -26°36'20,530" e Altitude: 685,53 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 351°39' e 60,35 m até o vértice BRN-V-3881, (Longitude: -49°27'19,808", Latitude: -26°36'18,590" e Altitude: 686,22 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 336°05' e 15,43 m até o vértice BRN-V-3880, (Longitude: -49°27'20,034", Latitude: -26°36'18,132" e Altitude: 685,89 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 317°19' e 24,57 m até o vértice BRN-V-3879, (Longitude: -49°27'20,636", Latitude: -26°36'17,545" e Altitude: 683,42 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 321°10' e 31,76 m até o vértice BRN-V-3878, (Longitude: -49°27'21,355", Latitude: -26°36'16,741" e Altitude: 683,13 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 347°16' e 23,31 m até o vértice BRN-V-3877, (Longitude: -49°27'21,541", Latitude: -26°36'16,002" e Altitude: 682,45 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 9°57' e 23,49 m até o vértice BRN-V-3876, (Longitude: -49°27'21,394", Latitude: -26°36'15,251" e Altitude: 680,90 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 4°05' e 24,33 m até o vértice BRN-V-3875, (Longitude: -49°27'21,331", Latitude: -26°36'14,462" e Altitude: 679,67 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 350°55' e 25,57 m até o vértice BRN-V-3874, (Longitude: -49°27'21,477", Latitude: -26°36'13,642" e Altitude: 678,19 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 336°29' e 34,27 m até o vértice BRN-V-3873, (Longitude: -49°27'21,971", Latitude: -26°36'12,621" e Altitude: 677,11 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 349°07' e 26,21 m até o vértice BRN-V-3872, (Longitude: -49°27'22,150", Latitude: -26°36'11,785" e Altitude: 676,34 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 9°17' e 20,84 m até o vértice BRN-V-3871, (Longitude: -49°27'22,028", Latitude: -26°36'11,117" e Altitude: 674,92 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 6°52' e 24,15 m até o vértice BRN-V-3870, (Longitude: -49°27'21,924", Latitude: -26°36'10,338" e Altitude: 674,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 355°22' e 15,59 m até o vértice BRN-V-3869, (Longitude: -49°27'21,969", Latitude: -26°36'09,833" e Altitude: 674,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 332°03' e 12,85 m até o vértice BRN-V-3868, (Longitude: -49°27'22,187", Latitude: -26°36'09,464" e Altitude: 674,71 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 284°11' e 11,26 m até o vértice BRN-V-3867, (Longitude: -49°27'22,581", Latitude: -26°36'09,375" e Altitude: 674,79 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 243°59' e 34,72 m até o vértice BRN-V-3866, (Longitude: -49°27'23,709", Latitude: -26°36'09,869" e Altitude: 676,53 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 246°43' e 40,00 m até o vértice BRN-V-3865, (Longitude: -49°27'25,037", Latitude: -26°36'10,383" e Altitude: 676,64 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 259°37' e 14,62 m até o vértice BRN-V-3864, (Longitude: -49°27'25,557", Latitude: -26°36'10,468" e Altitude: 676,92 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 282°01' e 20,08 m até o vértice BRN-V-3863, (Longitude: -49°27'26,266", Latitude: -26°36'10,332" e Altitude: 677,16 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 281°55' e 22,35 m até o vértice BRN-V-3862, (Longitude: -49°27'27,057", Latitude: -26°36'10,182" e Altitude: 684,30 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 263°50' e 21,23 m até o vértice BRN-V-3861, (Longitude: -49°27'27,820", Latitude: -26°36'10,256" e Altitude: 677,36 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 268°14' e 12,43 m até o vértice BRN-V-3860, (Longitude: -49°27'28,269", Latitude: -26°36'10,269" e Altitude: 678,74 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 254°25' e 12,74 m até o vértice BRN-V-3859, (Longitude: -49°27'28,712", Latitude: -26°36'10,380" e Altitude: 683,33 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 240°51' e 23,73 m até o vértice BRN-V-3858, (Longitude: -49°27'29,461", Latitude: -26°36'10,755" e Altitude: 677,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 249°00' e 13,86 m até o vértice BRN-V-3857, (Longitude: -49°27'29,929", Latitude: -26°36'10,916" e Altitude: 678,13 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 262°06' e 5,03 m até o vértice BRN-V-3856, (Longitude: -49°27'30,109", Latitude: -26°36'10,939" e Altitude: 677,31 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 284°40' e 13,06 m até o vértice BRN-V-3855, (Longitude: -49°27'30,566", Latitude: -26°36'10,831" e Altitude: 678,41 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 313°37' e 17,58 m até o vértice BRN-V-3854, (Longitude: -49°27'31,026", Latitude: -26°36'10,437" e Altitude: 680,19 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 348°21' e 20,84 m até o vértice BRN-V-3853, (Longitude: -49°27'31,178", Latitude: -26°36'09,774" e Altitude: 678,19 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 8°48' e 32,54 m até o vértice BRN-V-3852, (Longitude: -49°27'30,998", Latitude: -26°36'08,729" e Altitude: 676,97 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 24°14' e 19,40 m até o vértice BRN-V-3851, (Longitude: -49°27'30,710", Latitude: -26°36'08,154" e Altitude: 675,84 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 43°43' e 18,64 m até o vértice BRN-V-3850, (Longitude: -49°27'30,244", Latitude: -26°36'07,717" e Altitude: 675,39 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 67°34' e 17,77 m até o vértice BRN-V-3849, (Longitude: -49°27'29,651", Latitude: -26°36'07,497" e Altitude: 675,29 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 75°49' e 15,95 m até o vértice BRN-V-3848, (Longitude: -49°27'29,092", Latitude: -26°36'07,370" e Altitude: 675,03 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 54°17' e 10,08 m até o vértice BRN-V-3847, (Longitude: -49°27'28,796", Latitude: -26°36'07,179" e Altitude: 675,01 m); com os seguintes azimutes e distâncias:

18°56' e 10,36 m até o vértice BRN-V-3846, (Longitude: -49°27'28,675", Latitude: -26°36'06,860" e Altitude: 675,07 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 1°26' e 84,79 m até o vértice BRN-V-3845, (Longitude: -49°27'28,598", Latitude: -26°36'04,106" e Altitude: 675,05 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 5°45' e 17,65 m até o vértice BRN-V-3844, (Longitude: -49°27'28,534", Latitude: -26°36'03,536" e Altitude: 675,35 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 24°54' e 23,51 m até o vértice BRN-V-3843, (Longitude: -49°27'28,176", Latitude: -26°36'02,843" e Altitude: 675,75 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 35°30' e 18,39 m até o vértice BRN-V-3842, (Longitude: -49°27'27,790", Latitude: -26°36'02,357" e Altitude: 676,42 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 23°15' e 19,05 m até o vértice BRN-V-3841, (Longitude: -49°27'27,518", Latitude: -26°36'01,788" e Altitude: 677,22 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 358°09' e 16,92 m até o vértice BRN-V-3840, (Longitude: -49°27'27,538", Latitude: -26°36'01,239" e Altitude: 677,84 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 318°11' e 7,53 m até o vértice BRN-V-3839, (Longitude: -49°27'27,719", Latitude: -26°36'01,056" e Altitude: 677,01 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 286°14' e 15,63 m até o vértice BRN-V-3838, (Longitude: -49°27'28,261", Latitude: -26°36'00,914" e Altitude: 675,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 278°23' e 15,95 m até o vértice BRN-V-3837, (Longitude: -49°27'28,832", Latitude: -26°36'00,839" e Altitude: 675,02 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 299°45' e 15,18 m até o vértice BRN-V-3836, (Longitude: -49°27'29,308", Latitude: -26°36'00,594" e Altitude: 673,96 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 325°27' e 17,47 m até o vértice BRN-V-3835, (Longitude: -49°27'29,666", Latitude: -26°36'00,126" e Altitude: 674,30 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 357°00' e 17,16 m até o vértice BRN-V-3834, (Longitude: -49°27'29,698", Latitude: -26°35'59,570" e Altitude: 677,85 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 12°48' e 28,93 m até o vértice BRN-V-3833, (Longitude: -49°27'29,466", Latitude: -26°35'58,653" e Altitude: 677,37 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 350°05' e 9,86 m até o vértice BRN-V-3832, (Longitude: -49°27'29,528", Latitude: -26°35'58,337" e Altitude: 679,47 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 311°25' e 9,26 m até o vértice BRN-V-3831, (Longitude: -49°27'29,779", Latitude: -26°35'58,138" e Altitude: 676,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 283°31' e 17,27 m até o vértice BRN-V-3830, (Longitude: -49°27'30,386", Latitude: -26°35'58,007" e Altitude: 676,45 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 282°16' e 20,10 m até o vértice BRN-V-3829, (Longitude: -49°27'31,095", Latitude: -26°35'57,868" e Altitude: 676,99 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 298°44' e 24,28 m até o vértice BRN-V-3828, (Longitude: -49°27'31,865", Latitude: -26°35'57,489" e Altitude: 677,97 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 298°32' e 51,99 m até o vértice BRN-V-3827, (Longitude: -49°27'33,515", Latitude: -26°35'56,682" e Altitude: 676,24 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 288°14' e 12,58 m até o vértice BRN-V-3826, (Longitude: -49°27'33,947", Latitude: -26°35'56,554" e Altitude: 675,36 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 272°11' e 46,59 m até o vértice BRN-V-3825, (Longitude: -49°27'35,630", Latitude: -26°35'56,496" e Altitude: 683,79 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 276°16' e 85,33 m até o vértice BRN-V-3824, (Longitude: -49°27'38,695", Latitude: -26°35'56,193" e Altitude: 679,80 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 269°30' e 40,56 m até o vértice BRN-V-3823, (Longitude: -49°27'40,161", Latitude: -26°35'56,204" e Altitude: 677,97 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 283°01' e 4,26 m até o vértice BRN-P-3528, (Longitude: -49°27'40,311", Latitude: -26°35'56,173" e Altitude: 674,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 283°03' e 9,51 m até o vértice BRN-V-3822, (Longitude: -49°27'40,646", Latitude: -26°35'56,103" e Altitude: 646,40 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 283°03' e 8,42 m até o vértice BRN-V-3821, (Longitude: -49°27'40,942", Latitude: -26°35'56,041" e Altitude: 676,40 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 293°31' e 20,29 m até o vértice BRN-V-3820, (Longitude: -49°27'41,614", Latitude: -26°35'55,778" e Altitude: 673,23 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 308°26' e 27,67 m até o vértice BRN-V-3819, (Longitude: -49°27'42,398", Latitude: -26°35'55,219" e Altitude: 673,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 304°50' e 14,91 m até o vértice BRN-V-3818, (Longitude: -49°27'42,840", Latitude: -26°35'54,943" e Altitude: 675,26 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 290°38' e 19,52 m até o vértice BRN-V-3817, (Longitude: -49°27'43,500", Latitude: -26°35'54,719" e Altitude: 674,91 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 286°04' e 42,53 m até o vértice BRN-V-3816, (Longitude: -49°27'44,977", Latitude: -26°35'54,337" e Altitude: 675,38 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 292°44' e 63,80 m até o vértice BRN-V-3815, (Longitude: -49°27'47,103", Latitude: -26°35'53,536" e Altitude: 682,10 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 287°01' e 40,74 m até o vértice BRN-V-3814, (Longitude: -49°27'48,511", Latitude: -26°35'53,148" e Altitude: 682,15 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 273°37' e 10,22 m até o vértice BRN-V-3813, (Longitude: -49°27'48,880", Latitude: -26°35'53,127" e Altitude: 682,10 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 262°59' e 9,80 m até o vértice BRN-V-3812, (Longitude: -49°27'49,231", Latitude: -26°35'53,166" e Altitude: 682,66 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 287°16' e 19,79 m até o vértice BRN-V-3811, (Longitude: -49°27'49,914", Latitude: -26°35'52,975" e Altitude: 685,30 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 281°21' e 15,14 m até o vértice BRN-V-3810, (Longitude: -49°27'50,450", Latitude: -26°35'52,878" e Altitude: 685,88 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 273°19' e 12,16 m até o vértice BRN-V-3809, (Longitude: -49°27'50,889", Latitude: -26°35'52,855" e Altitude: 686,08 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 280°07' e 10,03 m até o vértice BRN-V-3808, (Longitude: -49°27'51,246", Latitude: -26°35'52,798" e Altitude: 685,70 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 304°46' e 3,59 m até o vértice BRN-V-3807, (Longitude: -49°27'51,353", Latitude: -26°35'52,732" e Altitude: 686,15 m); confrontando com o imóvel matriculado sob nº 4.322, Livro 2, propriedade de Amary Rogerio Sbravati e Aldo Sbravati, com os seguintes azimutes e distâncias: 68°06' e 25,69 m até o vértice BRN-V-4047, ponto inicial da descrição deste perímetro de 6.406,38 metros. Nesta Rodovia encontra-se Áreas de Preservação Permanente, constituída da faixa de 30,00 metros de ambas as margens dos córregos, 30,00 metros da margem direita do Rio Salinho e a distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima maximorum, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012.

Art. 2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2023.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 05 de dezembro de 2023.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de dezembro de 2023.

MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.524, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 4.269, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE MARIO ZANGHELINI E NELZA MARIA ZANGHE

Publicação Nº 5411123

DECRETO Nº 3.524, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 4.269, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE MARIO ZANGHELINI e NELZA MARIA ZANGHELINI, e dá outras providências.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a Rodovia Municipal RCD - 507, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de MARIO ZANGHELINI, era brasileiro, nascido em 10/05/1940, filho de Antonio Zanghelini e de Ida Zanghelini, agricultor aposentado, portador da cédula de identidade nº 335.152-1, órgão emissor SESP-SC, expedida em 02/08/2000, inscrito no CPF sob o nº 162.285.889-15, residia e era domiciliado na estrada geral da localidade de Rio Ada, s/nº, bairro Rio Ada, nesta cidade, e era casado NELZA MARIA ZANGHELINI, de nacionalidade brasileira, nascida em 18/05/1952, filha de Dário Ricieri Busarello e de Maria Luiza Busarello, viúva nos termos do registro de casamento objeto da matrícula nº 106476 01 55 1974 2 00012 117 0002259 65 desta serventia, lavradora aposentada, portadora da cédula de identidade nº 3.402.231, órgão emissor SESP-SC, expedida em 12/07/2017, inscrita no CPF sob o nº 657.276.579-20, residente e domiciliada na estrada geral da localidade de Rio Ada, s/nº, bairro Rio Ada, na cidade de Rio dos Cedros, deste Estado.

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rodovia Municipal RCD - 507, tratando-se, portanto, de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), Lei Ordinária 2.218/2022, e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da Matrícula nº 4.269, Livro 02, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

Área desapropriada para integração do patrimônio público municipal: Rodovia Municipal RCD – 507.

ÁREA 01 DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-507: 3.866,00M2 (três mil, oitocentos e sessenta e seis metros quadrados). 0,3866 ha

PERÍMETRO: 714,57 metros

LOCALIZAÇÃO: A área da Rodovia Municipal RCD-507, situada no interior do imóvel, dista pelo lado ímpar da mesma em 1.697,40 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-422.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

COORDENADAS: Latitude, longitude e altitude geodésicas – Sistema Local

AZIMUTES: Azimutes geodésicos

MUNICÍPIO: Rio dos Cedros U.F: Santa Catarina

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BRN-V-7850, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como DATUM o SIRGAS2000, MC-51ºW, de coordenadas (Longitude: -49º13'21,853", Latitude: -26º39'19,856" e Altitude: 508,92 m); situado na interseção do lado direito, com a frente do imóvel, deste segue pelo lado direito, à LESTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 98º28' e 9,81 m até o vértice BRN-V-7849, (Longitude: -49º13'21,502", Latitude: -26º39'19,903" e Altitude: 511,17 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 110º07' e 53,40 m até o vértice BRN-V-7848, (Longitude: -49º13'19,689", Latitude: -26º39'20,500" e Altitude: 517,79 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 129º58' e 14,04 m até o vértice BRN-V-7847, (Longitude: -49º13'19,300", Latitude: -26º39'20,793" e Altitude: 519,81 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 149º07' e 39,99 m até o vértice BRN-V-7846, (Longitude: -49º13'18,558", Latitude: -26º39'21,908" e Altitude: 525,64 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 138º26' e 46,73 m até o vértice BRN-V-7845, (Longitude: -49º13'17,437", Latitude: -26º39'23,044" e Altitude: 532,51 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 163º49' e 13,30 m até o vértice BRN-V-7844, (Longitude: -49º13'17,303", Latitude: -26º39'23,459" e Altitude: 534,29 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 175º49' e 15,99 m até o vértice BRN-V-7843, (Longitude: -49º13'17,261", Latitude: -26º39'23,977" e Altitude: 538,34 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 160º02' e 4,78 m até o vértice BRN-V-7842, (Longitude: -49º13'17,202", Latitude: -26º39'24,123" e Altitude: 535,57 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 124º03' e 7,31 m até o vértice BRN-V-7841, (Longitude: -49º13'16,983", Latitude: -26º39'24,256" e Altitude: 535,54 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 93º12' e 12,08 m até o vértice BRN-V-7840, (Longitude: -49º13'16,547", Latitude: -26º39'24,278" e Altitude: 536,70 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 89º25' e 39,55 m até o vértice BRN-V-7839, (Longitude:

-49°13'15,117", Latitude: -26°39'24,265" e Altitude: 538,12 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 77°46' e 10,61 m até o vértice BRN-V-7838, (Longitude: -49°13'14,742", Latitude: -26°39'24,192" e Altitude: 538,22 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 53°30' e 12,32 m até o vértice BRN-V-7837, (Longitude: -49°13'14,384", Latitude: -26°39'23,954" e Altitude: 538,61 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 42°58' e 28,69 m até o vértice BRN-V-7836, (Longitude: -49°13'13,677", Latitude: -26°39'23,272" e Altitude: 541,84 m); 75°12' e 10,73 m até o vértice BRN-V-7835, (Longitude: -49°13'13,302", Latitude: -26°39'23,183" e Altitude: 542,77 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 103°53' e 2,31 m até o vértice BRN-M-1713, (Longitude: -49°13'13,221", Latitude: -26°39'23,201" e Altitude: 542,95 m) todos confrontando com a parcela 01 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; deste segue pelos fundos, ao SUL, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 222°11' e 56,54 m até o vértice BRN-M-1712, (Longitude: -49°13'14,594", Latitude: -26°39'24,562" e Altitude: 539,30 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 257°42' e 13,44 m até o vértice BRN-V-7862, (Longitude: -49°13'15,069", Latitude: -26°39'24,655" e Altitude: 538,12 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 269°26' e 41,15 m até o vértice BRN-V-7861, (Longitude: -49°13'16,557", Latitude: -26°39'24,668" e Altitude: 536,70 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 273°14' e 15,76 m até o vértice BRN-V-7860, (Longitude: -49°13'17,126", Latitude: -26°39'24,639" e Altitude: 535,54 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 303°58' e 14,54 m até o vértice BRN-V-7859, (Longitude: -49°13'17,562", Latitude: -26°39'24,375" e Altitude: 535,57 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 340°08' e 10,34 m até o vértice BRN-V-7858, (Longitude: -49°13'17,689", Latitude: -26°39'24,059" e Altitude: 538,34 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 355°44' e 16,39 m até o vértice BRN-V-7857, (Longitude: -49°13'17,733", Latitude: -26°39'23,528" e Altitude: 534,29 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 343°52' e 9,36 m até o vértice BRN-V-7856, (Longitude: -49°13'17,827", Latitude: -26°39'23,236" e Altitude: 532,51 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 318°25' e 45,14 m até o vértice BRN-V-7855, (Longitude: -49°13'18,910", Latitude: -26°39'22,139" e Altitude: 525,64 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 329°06' e 39,06 m até o vértice BRN-V-7854, (Longitude: -49°13'19,635", Latitude: -26°39'21,050" e Altitude: 519,81 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 309°57' e 9,92 m até o vértice BRN-V-7853, (Longitude: -49°13'19,910", Latitude: -26°39'20,843" e Altitude: 517,79 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 290°07' e 50,08 m até o vértice BRN-V-7852, (Longitude: -49°13'21,610", Latitude: -26°39'20,283" e Altitude: 511,17 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 278°29' e 7,30 m até o vértice BRN-V-7851, (Longitude: -49°13'21,871", Latitude: -26°39'20,248" e Altitude: 508,92 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 266°24' e 7,87 m até o vértice BRN-V-7910, (Longitude: -49°13'22,155", Latitude: -26°39'20,264" e Altitude: 507,43 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 247°24' e 15,55 m até o vértice BRN-V-7909, (Longitude: -49°13'22,674", Latitude: -26°39'20,458" e Altitude: 505,17 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 237°05' e 4,65 m até o vértice BRN-M-1710, (Longitude: -49°13'22,815", Latitude: -26°39'20,540" e Altitude: 509,17 m), todos confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; deste segue pela frente, ao NORTE, confrontando com a própria Rodovia com os seguintes azimutes e distâncias: 41°15' e 27,31 m até o vértice BRN-M-1711, (Longitude: -49°13'22,164", Latitude: -26°39'19,873" e Altitude: 507,74 m); deste segue pelo lado direito, à LESTE, confrontando com a parcela 01 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini, com os seguintes azimutes e distâncias: 86°31' e 8,62 m até o vértice BRN-V-7850, ponto inicial da descrição deste perímetro de 714,57 metros.

Neste imóvel fica reservada a área de 790,63m², constituída da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente – APP1, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A Área De Preservação Permanente – APP1, faz frente ao NORTE, em linha reta em 39,04 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; fundos ao SUL, em linha reta em 22,84 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; lado esquerdo, à OESTE, em linha reta em 35,32 m, confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; e, lado direito à LESTE, em segmentos de reta, em 36,03 m, em 46,72 m, e, em 9,92 m, confrontando com a parcela 01 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini.

Neste imóvel fica reservada a área de 698,90m², constituída da faixa de 30,00 metros de ambas margens do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente – APP2, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A Área De Preservação Permanente – APP2, faz frente ao OESTE, em linha irregular em 13,59 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; fundos ao LESTE, em segmentos de reta, em 10,52 m e em 39,46 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; lado esquerdo, ao SUL, em segmentos de reta em 13,42 m, e em 15,88 m, confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; e, lado direito ao NORTE, em segmentos de reta, em 19,45 m, em 10,63 m, em 12,32 m, e em 28,67 m, confrontando com a parcela 01 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini.

ÁREA 02 DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-507: 980,00 M2 (novecentos e oitenta metros quadrados) 0,098 ha

PERÍMETRO: 190,92 metros

LOCALIZAÇÃO: A área da Rodovia Municipal RCD-507, situada no interior do imóvel, dista pelo lado ímpar da mesma em 1.328,57 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-422.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

COORDENADAS: Latitude, longitude e altitude geodésicas – Sistema Local

AZIMUTES: Azimutes geodésicos

MUNICÍPIO: Rio dos Cedros U.F: Santa Catarina

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BRN-M-1703, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como DATUM o SIRGAS2000, MC-51°W, de coordenadas (Longitude: -49°13'28,933", Latitude: -26°39'26,791" e Altitude: 477,10 m); situado na interseção dos fundos, com lado esquerdo do imóvel, deste segue pelo lado esquerdo, à LESTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 164°45' e 29,45 m até o vértice BRN-V-7908, (Longitude: -49°13'28,653", Latitude: -26°39'27,714" e Altitude: 473,23 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 186°03' e 17,83 m até o vértice BRN-V-7907, (Longitude: -49°13'28,721", Latitude: -26°39'28,290" e Altitude: 472,68 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 222°20' e 11,87 m até o vértice BRN-V-7906, (Longitude: -49°13'29,010", Latitude: -26°39'28,575" e Altitude: 473,46 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 259°01' e 18,59 m até o vértice BRN-V-7905, (Longitude: -49°13'29,670", Latitude: -26°39'28,690" e Altitude: 468,40 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 292°00' e 14,62 m até o vértice BRN-V-7904, (Longitude: -49°13'30,160", Latitude: -26°39'28,512" e Altitude: 467,30 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 266°45' e 7,09 m até o vértice BRN-V-7903, (Longitude: -49°13'30,416", Latitude: -26°39'28,525" e Altitude: 465,69 m), todos confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; deste segue pela frente, à OESTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 21°41' e 13,25

m até o vértice BRN-M-1708, (Longitude: -49°13'30,239", Latitude: -26°39'28,125" e Altitude: 467,00 m); deste segue pelo lado direito, ao NOROESTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 86°39' e 4,21 m até o vértice BRN-V-7915, (Longitude: -49°13'30,087", Latitude: -26°39'28,117" e Altitude: 467,30 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 112°04' e 13,76 m até o vértice BRN-V-7914, (Longitude: -49°13'29,626", Latitude: -26°39'28,285" e Altitude: 468,40 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 78°55' e 11,05 m até o vértice BRN-V-7913, (Longitude: -49°13'29,234", Latitude: -26°39'28,216" e Altitude: 473,46 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 42°49' e 3,95 m até o vértice BRN-V-7912, (Longitude: -49°13'29,137", Latitude: -26°39'28,122" e Altitude: 472,68 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 06°00' e 11,64 m até o vértice BRN-V-7911, (Longitude: -49°13'29,093", Latitude: -26°39'27,746" e Altitude: 473,23 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 344°40' e 19,24 m até o vértice BRN-M-1709, (Longitude: -49°13'29,277", Latitude: -26°39'27,143" e Altitude: 474,19 m), todos confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; deste segue pelos fundos, ao NORTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 41°17' e 14,42 m até o vértice BRN-M-1703, ponto inicial da descrição deste perímetro de 190,92 metros.

Neste imóvel fica reservada a área de 958,02m², constituída da faixa de 30,00 metros de ambas margens do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente – APP3, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A Área De Preservação Permanente – APP3, faz frente ao OESTE, em linha reta em 11,02 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; fundos ao NORTE, em linha reta, em 9,50 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; lado esquerdo, ao SUL, em segmentos de reta em 20,08 m, em 17,84 m, em 11,85 m, em 18,59 m, 14,62 m, e em 4,24 m, confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; e, lado direito ao NOROESTE, em segmentos de reta, em 4,20 m, em 13,76 m, em 11,05 m, em 3,95 m, em 11,63 m, e em 19,24 m, confrontando com a parcela 03 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini.

ÁREA 03 DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-507: 7.736,00 M2 (Sete mil, setecentos e trinta e seis metros quadrados). 0,7736 ha
PERÍMETRO: 1.325,84 metros

LOCALIZAÇÃO: A área da Rodovia Municipal RCD-507, situada no interior do imóvel, dista pelo lado ímpar da mesma em 2.330,63 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-422.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

COORDENADAS: Latitude, longitude e altitude geodésicas – Sistema Local

AZIMUTES: Azimutes geodésicos

MUNICÍPIO: Rio dos Cedros U.F: Santa Catarina

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BRN-V-7866, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como DATUM o SIRGAS2000, MC-51°W, de coordenadas (Longitude: -49°13'20,161", Latitude: -26°39'27,706" e Altitude: 592,94 m); situado na interseção da frente, com o lado esquerdo do imóvel, deste segue pelo lado esquerdo, ao NORTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 101°05' e 16,32 m até o vértice BRN-V-7865, (Longitude: -49°13'19,582", Latitude: -26°39'27,808" e Altitude: 590,21 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 92°56' e 21,63 m até o vértice BRN-V-7864, (Longitude: -49°13'18,801", Latitude: -26°39'27,844" e Altitude: 586,87 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 113°46' e 11,45 m até o vértice BRN-V-7863, (Longitude: -49°13'18,422", Latitude: -26°39'27,994" e Altitude: 585,23 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 119°42' e 7,64 m até o vértice BRN-M-1707, (Longitude: -49°13'18,182", Latitude: -26°39'28,117" e Altitude: 582,63 m), todos confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; deste segue pela frente, à LESTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 221°56' e 12,25 m até o vértice BRN-M-1706, (Longitude: -49°13'18,478", Latitude: -26°39'28,413" e Altitude: 589,37 m); deste segue pelo lado direito, ao SUL, com os seguintes azimutes e distâncias: 299°15' e 4,41 m até o vértice BRN-V-7919, (Longitude: -49°13'18,617", Latitude: -26°39'28,343" e Altitude: 585,23 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 293°44' e 8,64 m até o vértice BRN-V-7918, (Longitude: -49°13'18,903", Latitude: -26°39'28,230" e Altitude: 586,87 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 272°57' e 20,30 m até o vértice BRN-V-7917, (Longitude: -49°13'19,636", Latitude: -26°39'28,196" e Altitude: 590,21 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 281°09' e 14,80 m até o vértice BRN-V-7916, (Longitude: -49°13'20,161", Latitude: -26°39'28,103" e Altitude: 592,94 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 258°47' e 11,08 m até o vértice BRN-V-7948, (Longitude: -49°13'20,554", Latitude: -26°39'28,173" e Altitude: 594,96 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 239°42' e 22,71 m até o vértice BRN-V-7947, (Longitude: -49°13'21,263", Latitude: -26°39'28,545" e Altitude: 599,52 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 208°16' e 5,49 m até o vértice BRN-V-7946, (Longitude: -49°13'21,357", Latitude: -26°39'28,702" e Altitude: 601,07 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 172°51' e 17,59 m até o vértice BRN-V-7945, (Longitude: -49°13'21,278", Latitude: -26°39'29,269" e Altitude: 603,90 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 189°35' e 12,95 m até o vértice BRN-V-7944, (Longitude: -49°13'21,356", Latitude: -26°39'29,684" e Altitude: 605,70 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 203°47' e 21,73 m até o vértice BRN-V-7943, (Longitude: -49°13'21,673", Latitude: -26°39'30,330" e Altitude: 611,59 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 192°03' e 21,97 m até o vértice BRN-V-7942, (Longitude: -49°13'21,839", Latitude: -26°39'31,028" e Altitude: 614,08 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 185°21' e 25,72 m até o vértice BRN-V-7941, (Longitude: -49°13'21,926", Latitude: -26°39'31,860" e Altitude: 617,92 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 192°17' e 62,75 m até o vértice BRN-V-7940, (Longitude: -49°13'22,409", Latitude: -26°39'33,852" e Altitude: 625,83 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 179°50' e 10,03 m até o vértice BRN-V-7939, (Longitude: -49°13'22,408", Latitude: -26°39'34,178" e Altitude: 626,60 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 177°25' e 30,16 m até o vértice BRN-V-7938, (Longitude: -49°13'22,359", Latitude: -26°39'35,157" e Altitude: 628,47 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 227°03' e 14,51 m até o vértice BRN-V-7937, (Longitude: -49°13'22,743", Latitude: -26°39'35,478" e Altitude: 628,71 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 253°00' e 28,75 m até o vértice BRN-V-7936, (Longitude: -49°13'23,737", Latitude: -26°39'35,751" e Altitude: 632,97 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 220°19' e 9,49 m até o vértice BRN-V-7935, (Longitude: -49°13'23,959", Latitude: -26°39'35,986" e Altitude: 634,49 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 200°16' e 13,32 m até o vértice BRN-V-7934, (Longitude: -49°13'24,126", Latitude: -26°39'36,392" e Altitude: 636,08 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 181°10' e 44,30 m até o vértice BRN-V-7933, (Longitude: -49°13'24,159", Latitude: -26°39'37,831" e Altitude: 643,09 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 150°14' e 10,14 m até o vértice BRN-V-7932, (Longitude: -49°13'23,977", Latitude: -26°39'38,117" e Altitude: 645,39 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 161°34' e 14,70 m até o vértice BRN-V-7931, (Longitude: -49°13'23,809", Latitude: -26°39'38,570" e Altitude: 646,62 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 179°00' e 12,75 m

até o vértice BRN-V-7930, (Longitude: -49°13'23,801", Latitude: -26°39'38,984" e Altitude: 647,52 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 192°41' e 10,19 m até o vértice BRN-V-7929, (Longitude: -49°13'23,882", Latitude: -26°39'39,307" e Altitude: 648,95 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 206°47' e 14,72 m até o vértice BRN-V-7928, (Longitude: -49°13'24,122", Latitude: -26°39'39,734" e Altitude: 650,36 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 212°31' e 22,38 m até o vértice BRN-V-7927, (Longitude: -49°13'24,557", Latitude: -26°39'40,347" e Altitude: 653,17 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 194°45' e 12,16 m até o vértice BRN-V-7926, (Longitude: -49°13'24,669", Latitude: -26°39'40,729" e Altitude: 654,97 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 185°28' e 25,51 m até o vértice BRN-V-7925, (Longitude: -49°13'24,757", Latitude: -26°39'41,554" e Altitude: 655,63 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 186°58' e 22,30 m até o vértice BRN-V-7924, (Longitude: -49°13'24,855", Latitude: -26°39'42,273" e Altitude: 655,86 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 177°21' e 28,22 m até o vértice BRN-V-7923, (Longitude: -49°13'24,808", Latitude: -26°39'43,189" e Altitude: 655,68 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 168°44' e 25,08 m até o vértice BRN-V-7922, (Longitude: -49°13'24,631", Latitude: -26°39'43,988" e Altitude: 655,31 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 167°48' e 19,52 m até o vértice BRN-V-7921, (Longitude: -49°13'24,482", Latitude: -26°39'44,608" e Altitude: 655,32 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 182°45' e 4,04 m até o vértice BRN-V-7920, (Longitude: -49°13'24,489", Latitude: -26°39'44,739" e Altitude: 655,15 m), todos confrontando com a parcela 04 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; deste segue pelos fundos, à OESTE, confrontando com a própria Rodovia, com os seguintes azimutes e distâncias: 219°41' e 23,00 m até o vértice BRN-M-1704, (Longitude: -49°13'25,020", Latitude: -26°39'45,314" e Altitude: 653,05 m); deste segue pelo lado esquerdo, ao NORTE, com os seguintes azimutes e distâncias: 12°35' e 10,66 m até o vértice BRN-V-7895, (Longitude: -49°13'24,936", Latitude: -26°39'44,976" e Altitude: 655,15 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 02°45' e 10,35 m até o vértice BRN-V-7894, (Longitude: -49°13'24,918", Latitude: -26°39'44,640" e Altitude: 655,32 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 347°46' e 18,02 m até o vértice BRN-V-7893, (Longitude: -49°13'25,056", Latitude: -26°39'44,068" e Altitude: 655,31 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 348°45' e 26,11 m até o vértice BRN-V-7892, (Longitude: -49°13'25,240", Latitude: -26°39'43,236" e Altitude: 655,68 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 357°22' e 30,10 m até o vértice BRN-V-7891, (Longitude: -49°13'25,290", Latitude: -26°39'42,259" e Altitude: 655,86 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 06°59' e 23,17 m até o vértice BRN-V-7890, (Longitude: -49°13'25,188", Latitude: -26°39'41,512" e Altitude: 655,63 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 05°25' e 26,31 m até o vértice BRN-V-7889, (Longitude: -49°13'25,098", Latitude: -26°39'40,661" e Altitude: 654,97 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 14°47' e 15,06 m até o vértice BRN-V-7888, (Longitude: -49°13'24,959", Latitude: -26°39'40,188" e Altitude: 653,17 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 32°30' e 23,62 m até o vértice BRN-V-7887, (Longitude: -49°13'24,500", Latitude: -26°39'39,541" e Altitude: 650,36 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 26°52' e 12,66 m até o vértice BRN-V-7886, (Longitude: -49°13'24,293", Latitude: -26°39'39,174" e Altitude: 648,95 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 12°45' e 7,26 m até o vértice BRN-V-7885, (Longitude: -49°13'24,235", Latitude: -26°39'38,944" e Altitude: 647,52 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 358°49' e 9,45 m até o vértice BRN-V-7884, (Longitude: -49°13'24,242", Latitude: -26°39'38,637" e Altitude: 646,62 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 341°38' e 11,68 m até o vértice BRN-V-7883, (Longitude: -49°13'24,375", Latitude: -26°39'38,277" e Altitude: 645,39 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 330°19' e 12,29 m até o vértice BRN-V-7882, (Longitude: -49°13'24,595", Latitude: -26°39'37,930" e Altitude: 643,09 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 01°10' e 49,63 m até o vértice BRN-V-7881, (Longitude: -49°13'24,558", Latitude: -26°39'36,318" e Altitude: 636,08 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 20°17' e 17,46 m até o vértice BRN-V-7880, (Longitude: -49°13'24,339", Latitude: -26°39'35,786" e Altitude: 634,49 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 40°18' e 15,09 m até o vértice BRN-V-7879, (Longitude: -49°13'23,986", Latitude: -26°39'35,412" e Altitude: 632,97 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 73°01' e 29,52 m até o vértice BRN-V-7878, (Longitude: -49°13'22,965", Latitude: -26°39'35,132" e Altitude: 628,71 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 47°04' e 6,19 m até o vértice BRN-V-7877, (Longitude: -49°13'22,801", Latitude: -26°39'34,995" e Altitude: 628,47 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 357°23' e 24,90 m até o vértice BRN-V-7876, (Longitude: -49°13'22,842", Latitude: -26°39'34,187" e Altitude: 626,60 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 359°52' e 11,57 m até o vértice BRN-V-7875, (Longitude: -49°13'22,843", Latitude: -26°39'33,811" e Altitude: 625,83 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 12°17' e 63,35 m até o vértice BRN-V-7874, (Longitude: -49°13'22,355", Latitude: -26°39'31,800" e Altitude: 617,92 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 05°18' e 25,69 m até o vértice BRN-V-7873, (Longitude: -49°13'22,269", Latitude: -26°39'30,969" e Altitude: 614,08 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 12°05' e 23,89 m até o vértice BRN-V-7872, (Longitude: -49°13'22,088", Latitude: -26°39'30,210" e Altitude: 611,59 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 23°43' e 21,45 m até o vértice BRN-V-7871, (Longitude: -49°13'21,776", Latitude: -26°39'29,572" e Altitude: 605,70 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 09°38' e 9,74 m até o vértice BRN-V-7870, (Longitude: -49°13'21,717", Latitude: -26°39'29,260" e Altitude: 603,90 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 352°53' e 19,67 m até o vértice BRN-V-7869, (Longitude: -49°13'21,805", Latitude: -26°39'28,626" e Altitude: 601,07 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 28°24' e 12,67 m até o vértice BRN-V-7868, (Longitude: -49°13'21,587", Latitude: -26°39'28,264" e Altitude: 599,52 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 59°40' e 28,10 m até o vértice BRN-V-7867, (Longitude: -49°13'20,710", Latitude: -26°39'27,803" e Altitude: 594,96 m); deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 78°52' e 15,47 m até o vértice BRN-V-7866, todos confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini, ponto inicial da descrição deste perímetro de 1.325,84 metros.

Neste imóvel fica reservada a área de 1.596,74m², constituída da faixa de 30,00 metros de ambas margens do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente – APP4, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A Área De Preservação Permanente – APP4, faz frente ao NORTE, em linha irregular em 13,10 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; fundos ao SUDESTE, em linha reta, em 13,10 m, confrontando com a Rodovia Municipal RCD - 507; lado esquerdo, a NOROESTE, em segmentos de reta em 19,35 m, em 6,19 m, em 24,89 m, em 11,59 m, 63,34 m, e em 10,52 m, confrontando com a parcela 02 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini; e, lado direito ao SUL, em segmentos de reta, em 56,98 m, em 10,03 m, em 30,18 m, em 14,51 m, e em 16,87 m, confrontando com a parcela 04 do imóvel matriculado sob nº 4.269, Livro 2 de propriedade de Mario Zanghelini

Art. 2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2023.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 07 de dezembro de 2023.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de dezembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

Rio Fortuna

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2023

Publicação Nº 5410641

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3DA338DD3E918C84E93747155E5160B8A2807D20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2023

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de castração e microchipagem de animais no município de RIO FORTUNA/SC.

CONTRATADO: UNIVINTE CENTRO TECNOLÓGICO LTDA

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 17.190,00 (Dezessete mil, cento e noventa reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 08/12/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2023

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de castração e microchipagem de animais no município de RIO FORTUNA/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC.

CONTRATADO: UNIVINTE CENTRO TECNOLÓGICO LTDA.

VALOR: R\$ 17.190,00 (Dezessete mil, cento e noventa reais)

DATA DO CONTRATO: 08/12/2023

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Rio Fortuna/SC, 08 de Dezembro de 2023.

NERI VANDRESEN

Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO N° 15581 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5413353

APROVA PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO URBANO INFORMAL - LOTEAMENTO VILA OLSEN, DE PROPRIEDADE DE DANIEL OLSEN E OLINDA HAJDUTSKI OLSEN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no artigo 137 da Lei Orgânica Municipal, e na forma da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018, Lei Complementar nº 156/2019 e Decreto nº 13.530/2019, demais disposições legais e, considerando a aprovação técnica exarada para o requerimento interno da Secretaria de Habitação e Promoção Social;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de regularização fundiária do Núcleo Urbano Informal, com a denominação "LOTEAMENTO VILA OLSEN", situado à Rua Sebastião Ferreira da Veiga, no bairro Campo Lençol, conforme planta do projeto urbanístico, memorial descritivo, estudos técnicos e cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, documentos estes em poder desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º O núcleo urbano informal LOTEAMENTO VILA OLSEN, de propriedade de Daniel Olsen e Olinda Hajdutski Olsen, matriculado sob o nº 2.212 no Cartório de Registro de Imóveis de Rio Negrinho, com área total de 25.727,48 m², distribuída da seguinte forma:

Zoneamento		CEU CSDNA
Área loteada - NUI		25.727,48 m²
Nº total de lotes residenciais		9
Área total de lotes residenciais		25.303,00 m²
Área total de sistema viário		424,48m²
Área total de destinação pública	1,65%	424,48m²

Art. 3º Ficam integrados ao domínio público municipal, desde a data de registro do núcleo urbano informal LOTEAMENTO VILA OLSEN no Cartório de Registro de Imóveis, nos termos da Lei Complementar nº 74/2012, Lei Complementar nº 35/2006, Lei Complementar nº 156/2019, Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018 e Lei Complementar nº 156/2019, a área de terra destinada ao sistema de circulação, a seguir mencionada:

I - área de terra com 424,48m², conforme projeto e memorial descritivo, destinada ao SISTEMA DE ARRUAMENTO E CIRCULAÇÃO identificado como Rua A;

II - Constatou-se que imóvel já foi totalmente parcelado, sem área residual para destinação pública e entorno já atendido pelos equipamentos públicos e comunitários essenciais para a população. Desta forma, adotou-se a compensação pecuniária de uma área complementar de 3.002,69m² de acordo com o Artigo 13 da Lei Complementar nº 156/2019 e suas alterações.

Art. 4º O projeto de regularização fundiária do núcleo urbano informal LOTEAMENTO VILA OLSEN ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Procedido com o registro, deverá ser entregue ao Município, através da SEHAB, a comprovação de registro do parcelamento, com a apresentação de Certidão atualizada do imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 6º São partes do processo de aprovação do projeto de regularização fundiária do núcleo urbano informal LOTEAMENTO VILA OLSEN além deste Decreto, todos os projetos e documentos mencionados e devidamente aprovados, Decreto de Modalidade nº 14.824, Parecer Técnico de Aprovação Final, CRF (Certidão de Regularização Fundiária) e as Certidões nº 14/2023, nº 15/2023, nº 16/2023, nº 17/2023 e nº 18/2023.

Art. 7º A aprovação do projeto de regularização fundiária e a emissão da CRF não exime o proprietário pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018, Lei Complementar nº 156/2019 e Decreto nº 13.530/2019 e demais disposições legais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAC - Secretária de Administração e Recursos Humanos

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT - Secretária de Habitação e Promoção Social

DECRETO N° 15582 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5413356

EXTINGUE E CRIA FUNÇÕES GRATIFICADAS
DE CONFIANÇA QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo inciso VII e XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal, consoante o disposto na alínea "b", inciso I do art. 142 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei no 1202/1999;

DECRETA

Art. 1º FICAM EXTINTAS, nos termos da Lei Complementar nº 16/2000 c/c o art. 28 da Lei nº 1202/1999, no Quadro de Funções Gratificadas de Confiança do Poder Executivo Municipal do Grupo Chefia e Assistência Subalterna - CAS, as funções gratificadas de confiança a seguir mencionadas:

Auxiliar, para Coordenação dos Serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, da Secretaria da Assistência Social, Classe I; Auxiliar na realização de Cirurgias Eletivas da Secretaria Municipal de Saúde, Classe I;

Art. 2º FICA CRIADA, nos termos da Lei Complementar nº 16/2000 c/c o art. 28 da Lei nº 1202/1999, no Quadro de Funções Gratificadas de Confiança do Poder Executivo Municipal do Grupo Chefia e Assistência Subalterna - CAS, a função gratificada de confiança de Assistente, para Coordenação dos Serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Classe II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
MATHEUS HENRIQUE GUCKERT – Secretário de Assistência Social

DECRETO N° 15583 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5413359

APROVA PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO URBANO INFORMAL - LOTEAMENTO CELESTE E BREY (REMANESCENTE), DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no artigo 137 da Lei Orgânica Municipal, e na forma da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018, Lei Complementar nº 156/2019 e Decreto nº 13.530/2019, demais disposições legais e, considerando a aprovação técnica exarada para o requerimento interno da Secretaria de Habitação e Promoção Social;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de regularização fundiária do Núcleo Urbano Informal, com a denominação "LOTEAMENTO CELESTE E BREY (REMANESCENTE)", situado à Rua Henrique Hatschbach, no bairro Ceramarte, conforme planta do projeto urbanístico, memorial descritivo e estudos técnicos, documentos estes em poder desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º O núcleo urbano informal LOTEAMENTO CELESTE E BREY (REMANESCENTE), de propriedade do Município de Rio Negrinho, matriculado sob o nº 192 no Cartório de Registro de Imóveis de Rio Negrinho, com área total de 250,00 m² m², distribuída da seguinte forma:

Zoneamento	ZEU UPR
Área loteada - NUI	250,00 m²
Nº total de lotes residenciais	1
Área total de lotes residenciais	250,00m²
Área total de sistema viário	0
Área total de destinação pública	0

Art. 3º Constatou-se que imóvel já foi totalmente parcelado, sem área residual para destinação pública e entorno já atendido pelos equipamentos públicos e comunitários essenciais para a população e que o NUI é dotado de infraestrutura essencial.

Art. 4º O projeto de regularização fundiária do núcleo urbano informal LOTEAMENTO CELESTE E BREY (REMANESCENTE) ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º São partes do processo de aprovação do projeto de regularização fundiária do núcleo urbano informal LOTEAMENTO CELESTE E BREY (REMANESCENTE), além deste Decreto, todos os projetos e documentos mencionados e devidamente aprovados, Decreto de Modalidade nº 15.448, Parecer Técnico de Aprovação Final, CRF (Certidão de Regularização Fundiária) e as Certidões nº 10/2023, nº 11/2023, nº 12/2023 e nº 13/2023.

Art. 6º A aprovação do projeto de regularização fundiária e a emissão da CRF não exime o cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018, Lei Complementar nº 156/2019 e Decreto nº 13.530/2019 e demais disposições legais.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos
MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT - Secretária de Habitação e Promoção Social

DECRETO Nº 15586 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413364

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1757 de 22 de novembro de 2005, e considerando:

- O requerimento do servidor Jaime Junkes, com opção expressa de permanecer em suas respectivas atividades laborativas, embora já tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária;
- A simulação de aposentadoria expedida pelo IPRERIO.

DECRETA

Art. 1º Fica concedido abono de permanência nos termos da Lei Municipal nº 1757 de 22/11/2005, equivalente ao valor de sua respectiva contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria, ao servidor JAIME JUNKES, matrícula nº 141-1, ocupante do cargo de Técnico Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

DECRETO Nº 15584 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410314

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo inciso IV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 4º da Lei nº 3737 de 13 de dezembro de 2022;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	11 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Unidade	001 – DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.2138	
Programa	001 – ESTRADAS VICINAIS E URBANIZAÇÃO DE VIAS	
Projeto/Atividade	2138 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
Despesa	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 55.000,00
Fonte/Recurso	150070000001 – Recursos Próprios – Ordinários	

Art. 2º Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4320/1964, o excesso de arrecadação na fonte: Recursos Próprios – Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIÁK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
FLAVIA ODORIZZI HACKE – Secretária Municipal de Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang - Diretora do Departamento Administrativo da
Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

DECRETO Nº 15585 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410317

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo inciso IV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 4º da Lei nº 3737 de 13 de dezembro de 2022;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:	19.001.0010.0122.0019.2213	
Programa	0019 – SAÚDE É PRIORIDADE	
Projeto/Atividade	2213 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS	
Despesa	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 100.000,00
Fonte/Recurso	150010020003 – Recursos Ordinários Impostos - Saúde	

Art. 2º Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4320/1964, o excesso de arrecadação na fonte: Recursos Ordinários Impostos - Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIÁK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
FLAVIA ODORIZZI HACKE – Secretária Municipal de Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang - Diretora do Departamento Administrativo da
Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

DECRETO Nº 15587 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410324

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo inciso IV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 4º da Lei nº 3737 de 13 de dezembro de 2022;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	08 – SECRETARIA DE FINANÇAS	
Unidade	005 – POLÍCIA MILITAR	
Funcional Programática:	08.005.0006.0181.0020.2221	
Programa	0020 – SEGURANÇA PARA TODOS	
Projeto/Atividade	2221 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR	
Despesa	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 22.000,00
Fonte/Recurso	175270040221 – Multas Trânsito – Polícia Militar	

Art. 2º Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4320/1964, o excesso de arrecadação na fonte: Multas Trânsito – Polícia Militar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
FLAVIA ODORIZZI HACKE – Secretária Municipal de Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang - Diretora do Departamento Administrativo da
Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 014/2022

Publicação Nº 5411776

ESPÉCIE: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CREDENCIADOR: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CREDENCIADA: SUPERA DIAGNÓSTICOS LTDA

I – DO OBJETO: O termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato firmado entre as partes no dia 07 de Novembro de 2022, com base na cláusula XVIIi do contrato originário.

II - DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato até 06 de Novembro de 2024.

III - DOS DEMAIS TERMOS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial e seus aditivos, firmado entre as partes.

PORTARIA Nº 28116 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410330

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO
DE SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 72, de 10 de abril de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 75/2013, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, e considerando o Ofício nº 565/2023 da Secretaria de Educação;

RESOLVE

RESCINDIR o contrato temporário de trabalho do servidor LUIZ SWIRKOWSKI FILHO, matrícula nº 45183-2, admitido pela portaria nº 25958/2022, na função de Professor II – Nível 2 – Educação Física, para atuar no CMEI Mundo Encantado, do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 22 de dezembro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 28118 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410335

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO AOS PROFESSORES ALFABETIZADORES QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do inciso IX, art. 37 da Constituição Federal e na forma do disposto do § 4º do art. 78 da Lei Complementar nº 59/2010 e do Ofício nº 566/2023;

RESOLVE

CONCEDER nos termos do § 4º do art. 78 da Lei Complementar nº 59/2010, gratificação de estímulo ao professor alfabetizador, equivalente a 15% (quinze por cento), sobre o respectivo vencimento, referente ao mês de dezembro de 2023, aos servidores abaixo relacionados:

MAT.	NOME	CARGA HORÁRIA	UNIDADE ESCOLAR
9814-3	Aline Buchinger	40h	EMEBI Prof. Irene Olinda Teifke Ribeiro
45587-3	Aline Thrun de Moura	40h	EMEB Pioneiro Marcelino Stoeberl
3530-6	Andréa Granemann Miranda	20h	EMEB Prof. Aurora Siqueira Jablonski
46593-1	Andreia Schroeder Pruss	20h	EMEB Prof. Quiliano Martins
45749-2	Andressa De Oliveira	40h	EMEBI Padre Claudio Longen
4179-5	Ciliane Aparecida Kolbeck Kupicki	40h	EMEB Pioneiro Marcelino Stoeberl
4183-3	Cintia Maria Tureck Linzmayer	20h	EMEB Prof. Aurora Siqueira Jablonski
4183-3	Cintia Maria Tureck Linzmayer	20h	EMEB Prof. Selma Teixeira Graboski
10455-2	Claudete da Cruz Fernandes	20h	EMEB Prof. Pedro Henrique Berkenbrock
2566-1	Cleide Gilvane Streit Ruher	20h	EMEB Prof. Quiliano Martins
1413-2	Elaine Anton Levenberger	40h	EMEB Prof. Selma Teixeira Graboski
45586-3	Eliana Godoy Schroeder	40h	EMEB Prof. Aurora Siqueira Jablonski
10450-12	Fabiane Vicente Belli	40h	EMEBI Prof. Elias Graboski
732-1	Gizele Brusky	40h	EMEB Prof. Lucinda Maros Pscheidt
9389-5	Ione Maria Tascheck Liebl	40h	EMEB Prof. Pedro Henrique Berkenbrock
2599-11	Ivonete Terezinha Bona	40h	EMEB Prof. Pedro Henrique Berkenbrock
493-1	Iza Terezinha Stoeberl Beckert	40h	EMEB Prefeito Henrique Liebl
45461-2	Juliana Kormann Branco	20h	EMEB Prof. Pedro Henrique Berkenbrock
9510-7	Lícia Kuchner Lopes	40h	EMEBI Prof. Irene Olinda Teifke Ribeiro
9553-5	Maria Ivone Wischral Madruga	40h	EMEB Prof. Lucinda Maros Pscheidt
45368-3	Marli Ribeiro Da Silva	40h	EMEBI Padre Claudio Longen
10441-4	Matilde Aparecida Baechtold	20h	EMEJA Prof. Alberto Tomelin
45460-2	Michele Schroeder	40h	EMEB Menino Jesus
3646-1	Patricia Francielle Biletski	40h	EMEBI Prof. Arnaldo de Almeida Oliveira
8284-7	Pricila Maria Dolla Gomes	40h	EMEBI Padre Doutor Tomas Gasser
46610-1	Renata Schaadt	40h	EMEB Menino Jesus
9682-3	Ricardo Buchinger	40h	EMEB Prefeito Frederico Lampe
3547-6	Rosane Terezinha Anton Buggenhausen	40h	EMEB Prof. Selma Teixeira Graboski
5015-6	Savana Goreski	20h	EMEB Prof. Selma Teixeira Graboski
46516-2	Silvia Aparecida Pereira Oliveira	20h	EMEB Prof. Aurora Siqueira Jablonski
4576-1 4576-2	Solange Dutra dos Santos Xavier	40h	EMEBI Prof. Elias Graboski
45525-2	Solange Milde dos Santos	40h	EMEB Prefeito Frederico Lampe
4590-3	Tatiana Hubner Neitzke	40h	EMEB Prefeito Henrique Liebl
9467-5	Tatiane Anton Felisbino	40h	EMEBI Prof. Irene Olinda Teifke Ribeiro

7411-12	Vanderléia Bueno do Prado Luz	40h	EMEBI Prof. Irene Olinda Teifke Ribeiro
45338 -3	Vanessa Pires	40h	EMEBI Prof. Arnaldo de Almeida Oliveira

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 2023.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE - Secretária de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.

Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Rio Rufino

PREFEITURA

DECRETO Nº 695 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411802

DECRETO Nº 695
de 8 de dezembro de 2023.

“PRORROGA VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a publicação da homologação do resultado final dos
Processos Seletivos, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 16 e 27 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO, o disposto no item 10.1 do Edital de Processo Seletivo sobre prazo de validade e a possibilidade de prorrogação a critério da Administração;

CONSIDERANDO, a supremacia do interesse público, a continuidade
das atividades desempenhadas e a garantia da prestação dos serviços
de responsabilidade do ente municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado pelo período de 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivos nº 01/2022, homologado em 16 de janeiro de 2023.

Artigo 2º. A Municipalidade através da Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para anotação funcional dos servidores já

convocados em pleno exercício e garantirá a ordem de classificação para chamada futura, nos termos do edital.

PARAGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo poderá rescindir até o final do exercício os contratos temporários de trabalho, exceto aqueles necessários ao andamento de serviços essenciais ou devidamente fundamentado pelos Secretários.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino/SC, 8 de dezembro de 2023.

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

DECRETO Nº 696 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411808

DECRETO Nº 696
de 8 de dezembro de 2023.

“PRORROGA VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a publicação da homologação do resultado final dos
Processos Seletivos, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 16 e 27 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO, o disposto no item 10.1 do Edital de Processo Seletivo sobre prazo de validade e a possibilidade de prorrogação a critério da Administração;

CONSIDERANDO, a supremacia do interesse público, a continuidade
das atividades desempenhadas e a garantia da prestação dos serviços

de responsabilidade do ente municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado pelo período de 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivos nº 02/2022, homologado em 16 de janeiro de 2023.

Artigo 2º. A Municipalidade através da Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para anotação funcional dos servidores já

convocados em pleno exercício e garantirá a ordem de classificação para chamada futura, nos termos do edital.

PARAGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo poderá rescindir até o final do exercício os contratos temporários de trabalho, exceto aqueles necessários ao andamento de serviços essenciais ou devidamente fundamentado pelos Secretários.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral Rio Rufino/SC, 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

DECRETO Nº 697 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411815

DECRETO Nº 697

de 8 de dezembro de 2023.

“PRORROGA VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a publicação da homologação do resultado final dos Processos Seletivos, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 16 e 27 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO, o disposto no item 10.1 do Edital de Processo Seletivo sobre prazo de validade e a possibilidade de prorrogação a critério da Administração;

CONSIDERANDO, a supremacia do interesse público, a continuidade das atividades desempenhadas e a garantia da prestação dos serviços de responsabilidade do ente municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado pelo período de 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivos nº 03/2022, homologado em 16 de janeiro de 2023.

Artigo 2º. A Municipalidade através da Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para anotação funcional dos servidores já

convocados em pleno exercício e garantirá a ordem de classificação para chamada futura, nos termos do edital.

PARAGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo poderá rescindir até o final do exercício os contratos temporários de trabalho, exceto aqueles necessários ao andamento de serviços essenciais ou devidamente fundamentado pelos Secretários.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino/SC, 8 de dezembro de 2023.

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

DECRETO Nº 698 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411820

DECRETO Nº 698
de 8 de dezembro de 2023.

“PRORROGA VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a publicação da homologação do resultado final dos
Processos Seletivos, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 16 e 27 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO, o disposto no item 10.1 do Edital de Processo Seletivo sobre prazo de validade e a possibilidade de prorrogação a critério da Administração;

CONSIDERANDO, a supremacia do interesse público, a continuidade das atividades desempenhadas e a garantia da prestação dos serviços de responsabilidade do ente municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado pelo período de 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivos nº 04/2022, homologado em 27 de janeiro de 2023.

Artigo 2º. A Municipalidade através da Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para anotação funcional dos servidores já convocados em pleno exercício e garantirá a ordem de classificação para chamada futura, nos termos do edital.
PARAGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo poderá rescindir até o final do exercício os contratos temporários de trabalho, exceto aqueles necessários ao andamento de serviços essenciais ou devidamente fundamentado pelos Secretários.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino/SC, 8 de dezembro de 2023.

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

DECRETO Nº 699 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411832

DECRETO Nº 699
de 8 de dezembro de 2023.

“PRORROGA VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a publicação da homologação do resultado final dos
Processos Seletivos, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 16 e 27 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO, o disposto no item 10.1 do Edital de Processo Seletivo sobre prazo de validade e a possibilidade de prorrogação a critério da Administração;

CONSIDERANDO, a supremacia do interesse público, a continuidade das atividades desempenhadas e a garantia da prestação dos serviços de responsabilidade do ente municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado pelo período de 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivos nº 05/2022, homologado em 27 de janeiro de 2023.

Artigo 2º. A Municipalidade através da Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para anotação funcional dos servidores já

convocados em pleno exercício e garantirá a ordem de classificação para chamada futura, nos termos do edital.

PARAGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo poderá rescindir até o final do exercício os contratos temporários de trabalho, exceto aqueles necessários ao andamento de serviços essenciais ou devidamente fundamentado pelos Secretários.

Encaminhado para publicação no DOM em
6/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino/SC, 6 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

DECRETO Nº 700 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411842

DECRETO Nº 700
de 8 de dezembro de 2023.

“PRORROGA VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a publicação da homologação do resultado final dos
Processos Seletivos, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 16 e 27 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO, o disposto no item 10.1 do Edital de Processo Seletivo sobre prazo de validade e a possibilidade de prorrogação a critério da Administração;

CONSIDERANDO, a supremacia do interesse público, a continuidade
das atividades desempenhadas e a garantia da prestação dos serviços
de responsabilidade do ente municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado pelo período de 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivos nº 06/2022, homologado em 27 de janeiro de 2023.

Artigo 2º. A Municipalidade através da Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para anotação funcional dos servidores já

convocados em pleno exercício e garantirá a ordem de classificação para chamada futura, nos termos do edital.

PARAGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo poderá rescindir até o final do exercício os contratos temporários de trabalho, exceto aqueles necessários ao andamento de serviços essenciais ou devidamente fundamentado pelos Secretários.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino/SC, 8 de dezembro de 2023.

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

PORTARIA Nº 494, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412010

PORTARIA Nº 494,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento.
CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA matrícula nº 2764 e 2787, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 495, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412015

PORTARIA Nº 495,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), ANA PAULA PESSOA matrícula nº 2774, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 496, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412018

PORTARIA Nº 496,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), ANDREIA LIMA ZANELLA matrículas nº 2786 e 2809, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 497, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412023

PORTARIA N° 497,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), CLEIDE CABRAL SARTOR matrículas n° 2759 e 2778, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 498, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412025

PORTARIA N° 498,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), ERLITA FRACETTO BANCK matrícula n° 2751, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 499, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412029

PORTARIA N° 499,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), HÉRICA APARECIDA DA CRUZ matrículas n° 2780 e 2808, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 500, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412034

PORTARIA Nº 500,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JOSIANE WALTER matrículas nº 2775 e 2785, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 501, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412037

PORTARIA Nº 501,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JULIANA FELIPE COPETI SARTOR matrícula nº 2749, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 502, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412039

PORTARIA N° 502,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), KATIA ROZANGELA MACHADO CABRAL matrículas nº 2760 e 2781, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 503, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412040

PORTARIA N° 503,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LAYANE COSTA DE ANDRADE matrícula nº 2779, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 504, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412041

PORTARIA N° 504,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LETICIA MIGUEL matrículas nº 2750 e 2807, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 505, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412042

PORTARIA Nº 505,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LIZETE ARENT WILLEMANN PICKLER matrícula nº2766, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 506, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412043

PORTARIA Nº 506,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LUANA DOS SANTOS HASCKEL matrícula nº2755, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 507, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412045

PORTARIA Nº 507,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LUCIANE DE LIZ MELO matrículas nº 2776 e 2805, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 508, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412047

PORTARIA Nº 508,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LUZIANE PICKLER WILLEMAM matrícula nº2758, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 509, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412050

PORTARIA Nº 509,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), MARIA ISABEL WIGGERS matrícula nº2769, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 510, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412053

PORTARIA Nº 510,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), MAYARA COPETTI FELIPE matrícula nº 2762, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 511, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412058

PORTARIA Nº 511,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), TATIANA ARRUD CAVALHEIRO matrícula nº 2771 e 2784, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 512, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412062

PORTARIA N° 512,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), SUSANA ZAMBAM CIRINO matrícula nº 2753 e 2783, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 513, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412066

PORTARIA N° 513,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), TAYLANA MARCOS RICKEN matrícula nº 2768, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA N° 514, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5412070

PORTARIA N° 514,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), VANDERLEI CORDOVA DE LIZ matrícula nº 2752, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 515, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412073

PORTARIA Nº 515,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento.
CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), PAULA PADILHA DE OLIVEIRA matrícula nº 2830, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 516, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412076

PORTARIA Nº 516,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento.
CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), MARIZETE ANDRADE LORENZETTI matrícula nº 2725, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 517, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412081

PORTARIA Nº 517,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), VALERIA DA SILVA SOARES matrícula nº 2727, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 518, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412084

PORTARIA Nº 518,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JANETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS matrícula nº 2729, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 519, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412088

PORTARIA Nº 519,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), MARIELE SILVA DA ROSA matrícula nº 2763, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 520, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412102

PORTARIA Nº 520,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), GISELE RODRIGUES matrícula nº 2724, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 521, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412105

PORTARIA Nº 521,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JULIA CABRAL COELHO matrícula nº 2719, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 522, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412110

PORTARIA Nº 522,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), RENATA CRISTINA LIMA matrícula nº 2721, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 523, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412115

PORTARIA Nº 523,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JESSICA DA SILVA matrícula nº 2722, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 524, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412118

PORTARIA Nº 524,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JUCEMARA TEREZINHA DA ROSA matrícula nº 2772, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 525, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412124

PORTARIA Nº 525,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), TAIZ NANDI BERGER matrícula nº 2720, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 526, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412126

PORTARIA Nº 526,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), SIMONI APARECIDA DE JESUS matrícula nº 2723, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 527, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412127

PORTARIA Nº 527,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), CRISTIANE APARECIDA SOUZA matrícula nº 2795, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 528, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412128

PORTARIA Nº 528,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), JOSIELE DA SILVA matrícula nº 2863, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 529, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412132

PORTARIA Nº 529,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), ALINE DE SOUZA matrícula nº 2744, ocupante do cargo de Monitora de sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 530, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412134

PORTARIA Nº 530,

de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), MARIA EDUARDA DA SILVA DE JESUS matrícula nº 2740, ocupante do cargo de Monitora de sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 531, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412137

PORTARIA Nº 531,

de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), FERNANDA VAZ MACCARINI matrícula nº 2746, ocupante do cargo de Monitora de sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 532, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412139

PORTARIA Nº 532,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento. CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), GEOVANA AUGUSTA RIBAS MARTINS matrícula nº 2803, ocupante do cargo de Monitora de sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 533, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412140

PORTARIA Nº 533,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento; CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA matrícula nº 2814, ocupante do cargo de Monitora de sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 534, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5412143

PORTARIA Nº 534,
de 8 de dezembro de 2023.

“EXONERA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que o (a) servidor(a) foi contratado (a) em caráter temporário e a necessidade do serviço público se esgotou no momento; CONSIDERANDO o requerimento solicitado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar servidor(a), GENIFER ARCENIO matrícula nº 2862, ocupante do cargo de Monitora de sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 8 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
8/12/2023

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 021/2023

Publicação N° 5412998

Portaria nº 021/2023

Ementa: "NOMEIA SERVIDORA EFETIVA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE ASSESSORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO RUFINO, SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Rufino, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 37, incisos II, XXV, XXVII e artigo 265 do Regimento Interno, artigo 37 da Resolução 002/2013, e demais disposições vigentes:

RESOLVE:

Artigo 1º. DESIGNAR a senhora KARINI OSELAME VIEIRA COSTA, matrícula nº 30, ocupante do cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, portadora do RG. 4.168.580 e inscrita no CPF 057.835.719-46, para exercer a função de ASSESSORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES da Câmara de Vereadores de Rio Rufino, Santa Catarina, nos termos do disposto no Regimento Interno e Resolução 003/2013 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único. Fica concedida a Servidora nomeada no artigo 1º a gratificação de 10% (dez por cento) estabelecida no artigo 37 da Resolução 002/2012 com redação dada pela Resolução nº 002/2013 e Resolução 001/2023.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Registre-se e publique-se no local de praxe.

Rio Rufino, 05 de dezembro de 2023.

Leandro Roberto Lima

Presidente

PORTARIA 022/2023

Publicação N° 5410574

Portaria nº 022/2023

Ementa: "ESTABELECE PONTO FACULTATIVO EM FUNÇÃO DO FERIADO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Rufino, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 37, incisos II e XI, do Regimento Interno e demais dispositivos vigentes e,

Considerando, o feriado alusivo à emancipação o Município que se dará no dia 12 de dezembro, terça-feira:

RESOLVE:

Artigo 1º. Estabelecer ponto facultativo no dia 11 do mês de dezembro de 2023, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. Os órgãos da Câmara Municipal de Rio Rufino/SC deverão retornar às suas atividades normais no dia 13/12/2023.

Artigo 2º. Em razão do feriado e ponto facultativo a Sessão Ordinária será realizada na próxima segunda-feira dia 18 de dezembro de 2023.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Registre-se e publique-se no local de praxe.

Rio Rufino, 08 de dezembro de 2023

Leandro Roberto Lima

Presidente

RESOLUÇÃO 001.2023

Publicação N° 5410572

RESOLUÇÃO N° 001/2023
De 02 de outubro de 2023

“MODIFICA O ARTIGO 37 E O ANEXO I DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 002/2013”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Rufino, Santa Catarina, após a devida aprovação do Egrégio Plenário, no uso de suas atribuições legais DECRETA, a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º - O artigo 37 do Projeto de Resolução nº 002/2013 que “Dispõe sobre O quadro de pessoal, classificação e remuneração dos cargos e funções da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Rufino/SC e dá outras providências” passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. Às funções de confiança de tesouraria, controle interno e assessoria de compras e licitações, privativas dos ocupantes de cargos da Câmara de Vereadores de Rio Rufino, corresponderão Gratificação de Função de acordo com o anexo I da Presente resolução, sobre a remuneração de Secretário Executivo.

Art. 2º - O quadro de Função de Confiança constante no Anexo I do Projeto de Resolução nº 002/2023, Classe de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal, passa a vigorar com a seguinte redação:

De função de Confiança

Dominação Das Classes	Quantitativo De Cargos	Vencimento R\$	Grupo
Tesouraria	01	(10%)	Administrativo
Controle Interno	01	(10%)	Administrativo
Assessoria de Compras e Licitações	01	(10%)	Administrativo

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino/SC 27 de novembro de 2023.

Leandro Roberto Lima
Presidente

João Paulo Oliveira
Vice-presidente

Amanda Marcelino Basquerotti
1ª Secretária

Leandro Lopes
2º Secretário

Riqueza

PREFEITURA

DECRETO Nº 4836

Publicação Nº 5412991



Estado de Santa Catarina

Página 1 de 2

Município de Riqueza

DECRETO N.º 4836/2023, DE 08/12/2023.

"Adjudica e Homologa a Licitação n.º. 2255/2023, realizada pela Tomada de Preços n.º. 18/2023 emitida em 10/11/2023, tendo como objeto a Contratação de empresa para execução de projeto de drenagem pluvial, meio fio pré-moldado, sinalização e calçamento, a terraplenagem será executada pelo município, na Rua Amizade, Rua Martinho Lutero e Rua 7 de Setembro, localizadas no Distrito de Cambucica, com área de intervenção de 2.962,02m² de acordo com projeto, memorial e orçamento anexo ao edital".

RENALDO MUELLER, Prefeito de Riqueza, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas e autorizadas no Inciso VII do artigo 64 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal n.º 8666/93 consolidada;

DECRETA:

Art. 1º. Fica ADJUDICADA E HOMOLOGADA a licitação realizada pela Tomada de Preços n.º 18/2023 de 10/11/2023 tendo como vencedora a empresa abaixo mencionada:

Nome do Proponente	Item	Produto/Serviço	Qtde.	Vlr. Unit	Total Item
CAPOANI PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	1	Execução de projeto de drenagem pluvial, meio fio pré-moldado, sinalização e calçamento, a terraplenagem será executada pelo município, na Rua Amizade, Rua Martinho Lutero e Rua 7 de Setembro, localizadas no Distrito de Cambucica, com área de intervenção de 2.962,02m² de acordo com projeto, memorial e orçamento anexo ao edital.	1,00	287.564,35	287.564,35

Fornecedor	Total Geral
CAPOANI PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	287.564,35

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/12/2023, revogadas as disposições em contrário.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48
Fone/Fax: 49 3675-3200 – E-mail: tributacao@riqueza.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA

2

Riqueza/SC, 08/12/2023.

Renaldo Mueller
Prefeito

Claudecir Cecato
Secretário Municipal de Transportes,
Obras e Serviços Públicos

Registro informatizado nesta data
Município de Riqueza/SC, 08/12/2023.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 - Fone/Fax: 49 3675-0033 - E-mail: juridico.riqueza@cpnet.com.br

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE PREGAO ELETRONICO 15/2023

Publicação N° 5411438

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9B85B4F3AB1483267A81D89970AA57E572C1BFD9

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de Licitação - Pregão eletrônico nº 15/2023 - menor preço por lote. Objeto: registro de preço para aquisição de materiais de cama para atendimento dos alunos das escolas de tempo integral do município. Fim da entrega de propostas: às 08h00min do dia 22/01/2024. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail licitacao@rodeio.sc.gov.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 8 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

Salete

PREFEITURA

PORTARIA N° 262/2023

Publicação N° 5410274

PORTARIA N.º 262/2023

Demite servidora.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o inciso VIII, do artigo n.º 78 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR a partir do dia 20 de novembro de 2023, a servidora FRANCIELE CRISTINA ROECKER PASSOS, matrícula nº 1075667-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Admitida em Caráter Temporário – ACT, regido pelo Regime Estatutário, contratada através do Contrato nº 138/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 20 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 263/2023

Publicação N° 5410278

PORTARIA N.º 263/2023

Requisita retorno da servidora ao trabalho.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o inciso VIII, do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - REQUISITAR, a contar de 16 de novembro de 2023, retorno às suas funções para a servidora, JUSSARA MOREIRA PAZ BILK, matrícula n.º 155160-01, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições na Secretaria de Assistência Social, conforme Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, de retorno ao trabalho, emitido em 24/11/2023 pelo Dr. Vitor Rausis Lima, CREMESC 2294, Medicina do Trabalho RQE 0038.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 24 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 264/2023

Publicação N° 5410281

PORTARIA N° 264/2023

Concede Licença para Tratamento de Saúde.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 80 da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993,

RESOLVE :

Art. 1º - CONCEDER, continuidade da licença para tratamento de saúde, pelo período de 17 de novembro de 2023 a 25 de março de 2024 (conforme Laudo de Exame Médico Pericial n.º 03, de 24 de novembro de 2023), para a servidora ANILSE MICHELS, matrícula nº 1006770-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 24 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 265/2023

Publicação N° 5410284

PORTARIA N° 265/2023
Concede Licença para Tratamento de Saúde.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 80 da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993,

RESOLVE :

Art. 1º - CONCEDER, licença para tratamento de saúde, pelo período de 03 de novembro de 2023 a 07 de dezembro de 2023 (conforme Laudo de Exame Médico Pericial n.º 01, de 24 de novembro de 2023), para o servidor PAULO ROBERTO GORGES, matrícula nº 20982-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, com carga horária de 44 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 24 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 266/2023

Publicação N° 5410287

PORTARIA N.º 266/2023

Requisita retorno do servidor ao trabalho.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o inciso VIII, do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - REQUISITAR, a contar de 26 de novembro de 2023, retorno às suas funções para o servidor, RIVELINO SCHLICKMANN, matrícula n.º 18848-01, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, com carga horária de 44 horas semanais, com atribuições na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, conforme Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, de retorno ao trabalho, emitido em 24/11/2023 pelo Dr. Vitor Rausis Lima, CREMESC 2294, Medicina do Trabalho RQE 0038.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 24 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 267/2023

Publicação N° 5411509

PORTARIA N.º 267/2023

Exonera servidor por falecimento e declara vacância de cargo público.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente nos termos do artigo 37, inciso V, da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, na data de 27 de novembro de 2023, por motivo de falecimento em 25/11/2023, conforme declaração de óbito, o servidor AGOSTINHO ESSER, inscrito no CPF n.º 523.xxx059-91, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de veículo, nível 82, matrícula n.º 1002163-03, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 37, inciso V, da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993.

Prefeitura do Município de Salete, 27 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 268/2023

Publicação N° 5411513

PORTARIA N.º 268/2023

Revoga Portaria n.º 122/2021.
Determina Local de Trabalho.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o inciso VIII, do artigo n.º 78, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º - REVOGAR, a contar de 16 de novembro de 2023, a Portaria n.º 122/2021, de 21 de maio de 2021, da servidora JUSSARA MOREIRA PAZ BILK, matrícula n.º 155160-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, nível 69, com carga horária de 40 horas semanais, que Concede gratificação salarial.

Art. 2º - DETERMINAR, a partir de 20 de novembro de 2023, o local de trabalho da servidora JUSSARA MOREIRA PAZ BILK, matrícula n.º 155160-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, nível 69, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer funções no Programa Bolsa Família do Município, junto ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Salete.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 16 de novembro de 2023, ficando revogada a portaria n.º 122/2021.

Prefeitura do Município de Salete, 25 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

PORTARIA N° 269/2023

Publicação N° 5411515

PORTARIA N° 269/2023

Concede Licença para Tratamento de Saúde.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 80, da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993,

RESOLVE :

Art. 1º - CONCEDER, licença para tratamento de saúde, pelo período de 01 de novembro de 2023 a 10 de dezembro de 2023, (conforme Laudo de Exame Médico Pericial n.º 02, de 27 de novembro de 2023), para a servidora DEISE FERNANDES DAUFENBACH, matrícula nº 1033107-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 25 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING

Prefeita do Município de Salete

PORTARIA Nº 261/2023

Publicação Nº 5410267

PORTARIA Nº 261/2023

Concede Licença para Tratamento de Saúde.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 80, da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993,

RESOLVE :

Art. 1º - CONCEDER, licença para tratamento de saúde, pelo período de 07 de novembro de 2023 a 26 de novembro de 2023, (conforme Laudo de Exame Médico Pericial n.º 01, de 14 de novembro de 2023), para o servidor RIVELINO SCHLICKMANN, matrícula nº 18848-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, com carga horária de 44 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de novembro de 2023.

Prefeitura do Município de Salete, 19 de novembro de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING

Prefeita do Município de Salete

Santa Cecilia

PREFEITURA

CONTRATO 025/2023 - FMS

Publicação Nº 5411156

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BB1CE13603978879B01C3FD333E937E8A6DE0FD8

Contrato Nº 49/2023
Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SANTA CECÍLIA
Contratada: CENTRO MEDICO GAYA LTDA
Valor: 144.000,00
Vigência: Início: 27/06/2023 Término: 27/06/2024
Licitação: 3/2023
Objeto da Contratação: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de consultas médicas especializadas e exames de alta complexidade, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Santa Cecilia/SC.
Santa Cecilia, 08 de Dezembro de 2023

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO 10/2023

Publicação N° 5409869

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 58/2023

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N° 10/2023

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PASSAGIÓRIOS PÚBLICOS, TERRAPLENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LINDOLFO ASSING – SANTA ROSA DE LIMA/SC.

Data, Horário e Local de Abertura: 16 de dezembro de 2023, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 07 de dezembro de 2023.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

ATA DA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 10/2023

Publicação Nº 5409862

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA CNPJ: 82.926.593/0001-86 RUA 10 DE MAIO, 80 C.E.P.: 88763-000 - Santa Rosa de Lima - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2023 - TP
	Processo Administrativo: 58/2023 Processo de Licitação: 58/2023 Data do Processo: 17/11/2023
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COM FORNECIMENTO DOS MATÉRIAS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIOS PÚBLICOS, TERRAPLENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LINDOLFO ASSING – SANTA ROSA DE LIMA/SC.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 9/2023 (Sequência: 1)

Ao(s) 7 de Dezembro de 2023, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 89/2022, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 58/2023, Licitação nº. 10/2023 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Compareceu ao certame de abertura do Processo de Licitação nº 41/2023, Edital de Tomada de Preços nº 10/2023, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50 e a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.895.635/0001-18, as empresas não se fizeram presente ao certame de abertura da licitação, mas encaminharam, antecipadamente, os envelopes para apreciação.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Rubricados todos os envelopes, a Comissão de Licitação abriu os envelopes contendo a habilitação das empresas interessadas, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50 e a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.895.635/0001-18, cumpre com os requisitos de habilitação estabelecidos na Cláusula do Edital de Tomada de Preços nº 10/2023, sendo declaradas, por isso, habilitadas apresentar suas propostas de preços. As empresas não encaminharam o Termo de Renúncia ao prazo recursal que trata o art. 109 da Lei nº 8.666/93, a Comissão de Licitação decide abrir as propostas de preço no prazo legal. Santa Rosa de Lima/SC, 07 de dezembro de 2023.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Rosa de Lima, 7 de Dezembro de 2023

COMISSÃO:

KATHIOR JOSE MACHADO	- - Presidente da Comissão de Licitação
HENRIQUE BOEING	- - Secretário
CLEIMAR SCHMIDT SCHNEIDER	- - Membro
MARIA EDUARDA LOCH DREON	- - Suplente
IVO SCHMIDT	- - Suplente

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 293/2023

Publicação Nº 5410662

PORTARIA Nº 293, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 73 da Lei N.º 117, de 30/06/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor,
SILNEI MELOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, conforme Atestado Médico por 120 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de novembro de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

PORTARIA 294/2023

Publicação Nº 5410664

PORTARIA N.º 294, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o capítulo V, art. 071 e seus incisos, da lei nº117/92 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias por 30 (vinte) dias aos Servidores conforme período relacionado abaixo.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Antônio de Souza Trajano	03/12/2021 a 02/12/2022	04.12.2023 a 02/01/2024
Antônio Cândido	05/01/2021 a 04/01/2022	04.12.2023 a 02/01/2024
Anselmo Cabral	07/11/2021 a 06/11/2022	04.12.2023 a 02/01/2024
Viviane De Lima	01/10/2022 a 30/09/2023	04.12.2023 a 02/01/2024
Pietra de Borba Triches	01/07/2022 a 30/06/2023	04.12.2023 a 02/01/2024
Marcia Rosane Bitencourt Percyak	04/05/2022 a 03/05/2023	04.12.2023 a 02/01/2024
Diego Luiz Percyak	25/05/2022 a 24/05/2023	04.12.2023 a 02/01/2024
Juliano Peres Pereira	01/11/2022 a 31/10/2023	04.12.2023 a 02/01/2024
Vinicius Lima Dias	10/06/2022 a 09/06/2023	04.12.2023 a 02/01/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de dezembro de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoa

PORTARIA 297/2023

Publicação Nº 5410659

PORTARIA N.º 297, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDORA QUE MENCIONA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º, anexo V, da Lei nº 045, de 20/08/1990 e alterações Posteriores, e Lei nº 500, de 01/07/2002, e Artigo 52, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora efetiva Sra. TACILIA FERRAZ DE MATOS, Inscrita no CPF: 066.087.519-58 matrículas nº 1739, ocupante do Cargo Efetivo de Farmacêutica, Admitida Pela portaria nº 175, de 01/11/2021, para exercer a função do Cargo em Comissão de Secretaria Municipal da Saúde, do Grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de dezembro de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

TERMO ADITIVO 211/2023

Publicação Nº 5411081

TERMO DE CONTRATO Nº 211/2023

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 343/2021, que entre si celebram o Município de Santa Rosa do Sul e Jovana Rodrigues Bez Fontana.

Primeiro Termo Aditivo que entre sé celebram, O MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL e Jovana Rodrigues Bez Fontana, já qualificadas no contrato de origem, através de seus representantes, também já qualificados no contrato de origem, para aditarem o contrato nº 343/2021, que tem por objeto a prestação de serviços temporários de Enfermeira, de conformidade com as Cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de contratação temporária do CONTRATO, prevista na cláusula quarta do contrato de origem, fica encerrado em 21 de novembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento de contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Santa Rosa do Sul, 21 de novembro de 2023.

Almides Roberg Silva da Rosa Prefeito Municipal	Jovana Rodrigues Bez Fontana Contratado

TERMO ADITIVO 213/2023

Publicação N° 5411085

TERMO DE CONTRATO N° 213/2023

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 166/2023, que entre si celebram o Município de Santa Rosa do Sul e Jeferson Antônio da Silva Dias.

Primeiro Termo Aditivo que entre sé celebram, O MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL e Jeferson Antônio da Silva Dias, já qualificadas no contrato de origem, através de seus representantes, também já qualificados no contrato de origem, para aditarem o contrato nº 166/2023, que tem por objeto a prestação de serviços temporários de Auxiliar de Serviços Gerais I, de conformidade com as Cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de contratação temporária do CONTRATO, prevista na cláusula quarta do contrato de origem, fica encerrado em 30 de novembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento de contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Santa Rosa do Sul, 30 de novembro de 2023.

Almides Roberg Silva da Rosa Prefeito Municipal	Jeferson Antônio da Silva Dias Contratado

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº422/2023 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410862

Concede Licença por Motivo de Pessoa Doente da Família ao Servidor Público Municipal LUIS ANGELO TOAZZA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 009/2001 dispõe que: Art. 70. Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional. § 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por mais trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração;

CONSIDERANDO que o servidor apresentou novo requerimento de afastamento por motivo de doença em pessoa da família pelo período de 90 (noventa dias).

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, sem remuneração, ao Servidor Público Municipal LUIS ANGELO TOAZZA, ocupante do Cargo de ODONTÓLOGO, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 90 (noventa dias), ou seja, a partir do dia 13 de dezembro de 2023 até 11 de março de 2024, conforme atestado médico.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.487

Publicação Nº 5410950

DECRETO Nº 8.487, de 01 de Dezembro de 2023.
EXONERA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR :

À pedido, HEVERLYN ANGÉLICA DA SILVA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 30 horas semanais, a partir de 01/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.488

Publicação Nº 5410952

DECRETO Nº 8.488, de 04 de Dezembro de 2023.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar nº 060/09, resolve

NOMEAR :

JESSICA DOS SANTOS, brasileira, solteira, CPF nº 090.917.529-20, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, ANMEF-B-I-A, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.489

Publicação Nº 5410958

DECRETO Nº 8.489, de 01 de Dezembro de 2023.
EXONERA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR :

À pedido, RAFAEL PEREIRA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Artífice, com 30 horas semanais, a partir de 01/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.494

Publicação Nº 5410960

DECRETO Nº 8.494, de 05 de Dezembro de 2023.
EXONERA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

À pedido, ZÉLIA NASCIMENTO DE LIMA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Psicólogo, com 20 horas semanais, a partir de 05/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 05 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.496

Publicação Nº 5410964

DECRETO Nº 8.496, de 06 de Dezembro de 2023.
EXONERA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

À pedido, DEBORA SCALABRIN NASCIMENTO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Monitora Escolar, com 30 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 05/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.497

Publicação Nº 5410968

DECRETO Nº 8.497, de 06 de Dezembro de 2023.

CONCEDE PROGRESSÕES À SERVIDOR DE ACORDO COM O ARTIGO 62, § 1º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, de acordo com o disposto nos artigos 62, § 1º, da Lei Complementar nº 59, de 17 de Dezembro de 2009 e de acordo com o disposto no artigo 11 da Lei Complementar nº 90, de 25 de Outubro de 2011

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder Progressão relativa ao período aquisitivo de 2020/2021 com efeitos retroativos a partir de 01/02/2022 ao seguinte servidor:

MATRICULA	N O M E S	CARGO	NÍVEL/REFERÊNCIA QUE SE ENCONTRAVA	NÍVEL/REFERÊNCIA A QUE TEM DIREITO
1440	Lorenzo Gottfried Sacchis	Professor da Educação Básica	A-IV-J	A-IV-L

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.709-A

Publicação Nº 5411009

PORTARIA Nº 20.709 - A, de 01 de Novembro de 2023.

DESIGNA BOLSISTAS

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

D E S I G N A R:

ANA CLARA SILVEIRA e CAUA RICARDO DA SILVA, brasileiros, estudantes, para desempenhar atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto as Secretarias da Administração, Finanças e Planejamento e Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual à quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 01/11/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.811

Publicação Nº 5411011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.811, de 27 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 39 (trinta e nove) dias para tratamento de saúde a servidora GIOVANA MARCIA DOS SANTOS GUIMARÃES, matrícula nº 2759, ocupante do cargo de Nutricionista, com efeitos retroativos a partir de 17/11/2023 à 25/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 27 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.812

Publicação Nº 5411088

PORTARIA Nº 20.812, de 27 de Novembro de 2023.
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº 060/09, resolve

R E A D A P T A R :

MARCIA REGINA LEONEL LOFI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar nas mesmas funções com restrição de tarefas, respeitadas as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 90 (cento e noventa) dias, com efeitos retroativos a partir de 22/11/2023 à 19/02/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 27 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.813

Publicação Nº 5411092

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.813, de 27 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 87 (oitenta e sete) dias para tratamento de saúde a servidora ANDRÉIA MARIA LOPES, matrícula nº 5179, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 27/11/2023 à 21/02/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 27 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.815

Publicação Nº 5411096

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.815, de 28 de Novembro de 2023.

RETIFICA A PORTARIA Nº 20.424, DE 13/09/2023

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E T I F I C A R :

A Portaria nº 20.424/2023 da licença da servidora GEIZA RUBIA DOS PRAZERES SILVA onde constou a partir de 23/09/2023 à 20/03/2024 leia-se a partir de 23/09/2023 à 20/01/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.816

Publicação Nº 5411104

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.816, de 28 de Novembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a ANDRÉIA MARIA LOPES

RESOLVE :

Prorrogar até 21/12/2023 a designação da servidora IVORETE BARBOSA PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 20.417/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.817

Publicação Nº 5411110

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.817, de 28 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 137 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder licença de 10 (dez) dias por motivo de doença em pessoa da família a servidora FABIANI DA SILVA, matrícula nº 7453, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 24/11/2023 à 03/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.818

Publicação Nº 5411113

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.818, de 28 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 86 (oitenta e seis) dias para tratamento de saúde a servidora SOLANGE FARIAS, matrícula nº 5665, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 25/11/2023 à 18/02/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.819

Publicação Nº 5411117

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.819, de 28 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 30 (trinta) dias para tratamento de saúde ao servidor MARIO CESAR GUESSER, matrícula nº 10595, ocupante do cargo de Operador de Maquinas e Equipamentos, com efeitos retroativos a partir de 18/11/2023 à 17/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.820

Publicação Nº 5411119

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.820, de 28 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 25 (vinte e cinco) dias para tratamento de saúde a servidora GRACIANE ZIMMERMANN GRAH, matrícula nº 590, ocupante do cargo de Técnico Pedagógico, a partir de 03/12/2023 a 27/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.821

Publicação Nº 5411121

PORTARIA Nº 20.821, de 28 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio ao servidor FRANCISCO LAURI DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Motorista, com efeitos retroativos a partir de 16/11/2023 a 15/12/2023, relativa ao período aquisitivo de 2018/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.822

Publicação Nº 5411127

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.822, de 28 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 91 (noventa e um) dias para tratamento de saúde a servidora ADULCIARA VALÉRIO FERNANDES DA SILVA, matrícula nº

9579, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 28/11/2023 à 26/02/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.823

Publicação Nº 5411133

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.823, de 28 de Novembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a ADULCIARA VALÉRIO FERNANDES DA SILVA

RESOLVE:

Prorrogar até 21/12/2023 a designação da servidora DINAMAR DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 20.551/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 28 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.824

Publicação Nº 5411218

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.824, de 30 de Novembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 54 (cinquenta e quatro) dias para tratamento de saúde a servidora ROSINÉIA MEDEIROS, matrícula nº 2369, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 30/11/2023 à 22/01/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 30 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.825

Publicação Nº 5411222

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.825, de 30 de Novembro de 2023.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 07 (sete) dias para tratamento de saúde ao servidor ROBERTO MARAFIGO PADILHA, matrícula nº 6000, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica, a partir de 01/12/2023 a 07/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 30 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 20.826

Publicação N° 5411234

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA N° 20.826, de 30 de Novembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a ROSINÉIA MEDEIROS

RESOLVE:

Prorrogar até 21/12/2023 a designação da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE SOUSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 20.732/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 30 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 20.827

Publicação N° 5411237

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA N° 20.827, de 30 de Novembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida ao servidor ROBERTO DE MARAFIGO PADILHA

RESOLVE :

Prorrogar até 07/12/2023 a designação da servidora LUCIANA SANTOS DE ARAUJO SCHMITZ, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 20.618/2023).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 30 de Novembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.828

Publicação Nº 5411240

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 20.828, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE PROMOÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 309, da Lei Complementar nº 060/09
RESOLVE :

Conceder Promoção Vertical de 5% sobre o valor do vencimento inicial da carreira para as seguintes servidoras:

Matrícula	Nomes
7415	Camila Beatriz de Souza
2463	Lucélia Naside da Silva
0110	Tânia Luci de Campos Hrstmann

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.829

Publicação Nº 5411246

PORTARIA Nº 20.829, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09
RESOLVE :
Conceder Licença Prêmio ao servidor MESSIAS VIEIRA, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 01/12/2023 a 30/12/2023, relativa ao período aquisitivo de 2018/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.830

Publicação Nº 5411252

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.830, de 01 de Dezembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Comunicação Interna nº 26/2023 expedida pela Secretaria da Educação e Esportes

RESOLVE :
Prorrogar até 21/12/2023 a designação do servidor ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA, ocupante do cargo de Motorista (Portarias nº 19.907/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.832

Publicação Nº 5411255

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.832, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 07 (sete) dias para tratamento de saúde a servidora JANAINA MARIA DA SILVA, matrícula nº 10298, ocupante do cargo de Monitor Escolar, com efeitos retroativos a partir de 22/11/2023 à 28/11/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.833

Publicação Nº 5411259

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.833, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 15 (quinze) dias para tratamento de saúde a servidora JANAINA MARIA DA SILVA, matrícula nº 10298, ocupante do cargo de Monitor Escolar, com efeitos retroativos a partir de 29/11/2023 à 13/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.834

Publicação Nº 5411261

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.834, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 07 (sete) dias para tratamento de saúde a servidora SUSIMARI TEREZINHA VIEIRA, matrícula nº 3411, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 29/11/2023 a 05/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.835

Publicação Nº 5411262

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.835, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 28 (vinte e oito) dias para tratamento de saúde a servidora SIMERE APARECIDA DA SILVA, matrícula nº 9042, ocupante do cargo de Assistente Social, com efeitos retroativos a partir de 29/11/2023 à 26/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.836

Publicação Nº 5411265

PORTARIA Nº 20.836, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº 060/09, resolve

R E A D A P T A R :

THAYSE FERNANDA LAURINDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar nas mesmas funções com restrição de tarefas, respeitadas as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 13/12/2023 à 09/06/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 20.837

Publicação N° 5411266



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA N° 20.837, de 01 de Dezembro de 2023.

**CONCEDE ADICIONAL POR
TEMPO DE SERVIÇO**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 129 da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Adicional por Tempo de Serviço (quinqüênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de Dezembro de 2018 à Dezembro de 2023 aos seguintes servidores:

Matricula	Nome
2569	Alecsandra da Cunha
1972	Eduardo Raicik Zluhan
4782	Hélio Bussolo Filho
7433	Sandro José Longen

egistre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 20.838

Publicação N° 5411267

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA N° 20.838, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 07 (sete) dias para tratamento de saúde ao servidor CICERO CLÓVIS DA SILVA, matrícula nº 2693, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 27/11/2023 a 03/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.839

Publicação Nº 5411268

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.839, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 118 (cento e dezoito) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA TEREZA DA SILVA GOULART, matrícula nº 1432, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 02/12/2023 a 28/03/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.840

Publicação Nº 5411275

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.840, de 01 de Dezembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARIA TEREZA DA SILVA GOULART

RESOLVE :

Prorrogar até 21/12/2023 a designação do servidor FLAVIO ROBERTO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica (Portaria nº 19.986/2023).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.841

Publicação Nº 5411276

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.841, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIA GESTANTE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 138 da lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder licença com vencimento, à funcionária MICHELE HEMSING MEURER, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, pelo

período de 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos retroativos a partir de 27.11.2023 à 24.05.2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.842

Publicação Nº 5411277

PORTARIA Nº 20.842, de 01 de Dezembro de 2023.

RESCINDE CONTRATO
DE ESTÁGIO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE :
Rescindir o Contrato de Estágio firmado entre o Município e a estudante NAIARA RIBEIRO JUSTEN, a partir de 04/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.843

Publicação Nº 5411278

PORTARIA Nº 20.843, de 01 de Dezembro de 2023.
DISPENSA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D I S P E N S A R :
À pedido, JESSICA DOS SANTOS, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 30 horas semanais, a partir de 02/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.844

Publicação Nº 5411281

PORTARIA Nº 20.844, de 01 de Dezembro de 2023.
DISPENSA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D I S P E N S A R :
À pedido, TIAGO RODRIGUES VIOLA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica - lecionando aulas no 5º ano de Educação Especial da Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, com 30 horas semanais, a partir de 01/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.845

Publicação Nº 5411286

PORTARIA Nº 20.845, de 01 de Dezembro de 2023.

DESIGNA BOLSISTA

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

D E S I G N A R:

VINICIUS MACEU ANTUNES LOPES, brasileiro, estudante, para desempenhar atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, com jornada de Trabalho/Estágio igual à quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 04/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.846

Publicação Nº 5411288

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.846, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 173 (cento e setenta e três) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA DE FRAGA DA ROSA, matrícula nº 2953, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 07/12/2023 à 27/05/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.847

Publicação Nº 5411290

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.847, de 01 de Dezembro de 2023.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 165 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 21 (vinte e um) dias por motivo de doença em pessoa da família a servidora ISABELA BEATRIZ VIEIRA, matrícula nº 7385, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 27/11/2023 à 17/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.848

Publicação Nº 5411292

PORTARIA Nº 20.848, de 04 de Dezembro de 2023.

RESCINDE CONTRATO DE BOLSISTA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E S C I N D I R :

À pedido, o Contrato de Bolsista firmado entre o Município e a estudante MARIA LUIZA RAUPP, com efeitos retroativos a partir de 01/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.849

Publicação Nº 5411296

PORTARIA Nº 20.849, de 04 de Dezembro de 2023.

DISPENSA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D I S P E N S A R :

À pedido, JÉFITA CRISTINA SPERBER, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 30 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 01/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.853

Publicação Nº 5411299

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.853, de 04 de Dezembro de 2023.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde a servidora IZETE TEREZINHA PEREIRA, matrícula nº 10579, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 27/11/2023 à 25/01/2024.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.854

Publicação Nº 5411303

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.854, de 04 de Dezembro de 2023.

**AMPLIA PERÍODO DE DESIG-
NAÇÃO DE SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora IZETE TEREZINHA PEREIRA

RESOLVE :
Prorrogar até 21/12/2023 a designação da servidora CLAUDIA LIVERIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 20.734/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.855

Publicação Nº 5411306

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.855, de 04 de Dezembro de 2023.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :
Conceder licença 14 (quatorze) dias para tratamento de saúde a servidora ANDRÉIA ZENIR COELHO, matrícula nº 10455, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 06/12/2023 à 19/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.856

Publicação Nº 5411310

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.856, de 04 de Dezembro de 2023.
**CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 137 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :
Conceder licença de 25 (vinte e cinco) dias por motivo de doença em pessoa da família a servidora FRANCISCA AMÉLIA DOS SANTOS BARCELOS, matrícula nº 7320, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 24/11/2023 à 18/12/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.858

Publicação Nº 5411315

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.858, de 04 de Dezembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a MARIA APARECIDA FRAGA DA ROSA

RESOLVE :
Prorrogar até 21/12/2023 a designação da servidora BRUNA BERLATTO BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 20.733/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.859

Publicação Nº 5411319

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.859, de 04 de Dezembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a JULIA DE SOUZA QUINT

RESOLVE :
Prorrogar até 15/12/2023 a designação da servidora JULIANA APARECIDA GARCIA MACHADO, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 20.294/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.860

Publicação Nº 5411322

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.860, de 04 de Dezembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

NAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Súmula nº 244 do Tribunal Superior do Trabalho sobre estabilidade provisória gestante

RESOLVE :

Prorrogar até 02/01/2024 a designação da servidora MARIA RITA LOHN ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 19.508/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 20.861

Publicação N° 5411325

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA N° 20.861, de 04 de Dezembro de 2023.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORAS

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a MARIA RITA LOHN

RESOLVE :

Prorrogar até 17/12/2023 a designação das servidoras DEBORA ESPÍNDOLA DA SILVA e ELOISA MACHADO SEEMANN, ocupantes do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 20.294/23).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N° 11, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023**

Publicação N° 5410673

RESOLUÇÃO N° 11, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a suspensão do expediente no Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica suspenso, no Poder Legislativo de Santo Amaro da Imperatriz, o expediente, no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro de cada ano.

Art. 2º - No período de 7 a 30 de janeiro e de 16 de julho a 31 de julho de cada ano, o atendimento ao público e o expediente será das 13h00min até às 17h00min.

Art. 3º - Durante o período a que se referem os artigos anteriores, os vereadores, os servidores comissionados e os servidores efetivos manterão estrutura necessária a atender os serviços da Câmara Municipal, excluindo-se os atos considerados urgentes ou cujos prazos necessitam ser praticados no período ou quando houver convocação pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 8 de dezembro de 2023.

ROSANGELA PASSIG TURNES
Presidente

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 271/2023

Publicação Nº 5411180

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B6481D1FA963EC1C038C3549EFC9DBC0FBAFC637

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 271/2023

A Prefeitura de São Bento do Sul, através do Secretário abaixo assinado, torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 271/2023, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO, VIA REGISTRO DE PREÇOS, DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO SAIBRO (RETIRADO E ENTREGUE), ARENITO E PEDRA BRUTA (MATAÇA) PARA MANUTENÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, para as empresas EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, vencedora dos itens 1, 3 e 4, totalizando R\$ 4.304.000,00 e PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, vencedora do item 2, totalizando R\$ 1.370.400,00. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2023.

LUIZ NERI PEREIRA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 290/2023

Publicação Nº 5410034

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B8B5A9420AC5FD1F3AE1094DC00520D15BEBD066

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 290/2023
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE INFORMÁTICA E FOTOGRAFIA PARA OPERAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO GABINETE DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 09h00min do dia 11/01/2024

Início da sessão: dia 11/01/2024, às 08h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47) 36316125.

São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2023.

JOSE DORIVAL DUMS
CHEFE DE GABINETE

DECRETO Nº 2445/2023

Publicação Nº 5410981

DECRETO Nº 2445, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PEDIDO DE PATROCÍNIO DE CLAUDIR PAES

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 4815/2023 e o no que consta no Processo Digital nº 30385/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final do patrocínio postulado por Claudir Paes para realização de evento Velocross, parte integrante do presente, devidamente aprovado pela Comissão Especial de Avaliação designada pelo Decreto nº 2208/2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PARECER

Processo Digital Nº 30385/2023

Referente a Lei 4.815, de 27 de julho de 2023 que, DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO E A DESTINAÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE PATROCÍNIO A EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prezados,

Levando em consideração o Art. 9º da lei supracitada, a comissão analisou a documentação na data de hoje 10/11/2023 e esta está de acordo com a legislação.

Porém a solicitação de Recurso Financeiro citado no Pedido de Patrocínio, objeto: no valor de 35.000,00, não é forma de recurso prevista no Art. 2 da lei 4.815 de 27 de julho de 2023.

Considerando o parágrafo quarto do Art. 3 o proponente oferece contrapartida de R\$ 1. 000, 00 a ser destinada a Associação de Pais e Amigos dos Autistas de São Bento Sul, que deverá ser analisada pelo Secretário das pastas correspondentes Saúde e Agricultura pela viabilidade ou não da concretização do patrocínio ou apoio, e pelo interesse público da contrapartida.

São Bento do Sul/SC, 10 de novembro de 2023.

JOSÉ TADEU SANTANA JÚNIOR	ANA CLAUDIA MUNHOZ	DENISE THOMAS
---------------------------	--------------------	---------------

Membros da Comissão Especial de Avaliação - Decreto Nº 2208, de 3 de agosto de 2023.

DECRETO Nº 2446/2023

Publicação Nº 5410985

DECRETO Nº 2446, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 88.700,00 (oitenta e oito mil e setecentos reais) e com base em superávit financeiro no valor de R\$ 8.451,71 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos).

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.684/2022 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 88.700,00 (oitenta e oito mil e setecentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 das seguintes dotações orçamentárias:

Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete do Prefeito

Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0002.2002

Atividade: Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 17.000,00

Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete do Prefeito

Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0002.2002

Atividade: Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil

Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete do Prefeito

Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0002.2002

Atividade: Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3390460000 - Auxílio-alimentação
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete do Prefeito
Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0002.2002
Atividade: Manutenção do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa: 3191130000 - Obrigações patronais
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 05.001 - Administração Geral
Funcional Programática: 05.001.0004.0122.0005.2008
Atividade: Manutenção da Secretaria Municipal de Administração
Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Fonte de Recurso: 250070000100 - Recursos Ordinários - Superavit Financeiro
Valor: R\$ 10.000,00

Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade Orçamentária: 08.001 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
Funcional Programática: 08.001.0015.0122.0008.2014
Atividade: Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Elemento de Despesa: 3190130000 - Obrigações patronais
Fonte de Recurso: 250070000100 - Recursos Ordinários - Superavit Financeiro
Valor: R\$ 3.000,00

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 09.001 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0009.2029
Atividade: Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 4.000,00

Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.001 - Assistência Social
Funcional Programática: 10.001.0008.0122.0010.2037
Atividade: Gestão Administrativa da SEMAS
Elemento de Despesa: 3191130000 - Obrigações patronais
Fonte de Recurso: 250070000100 - Recursos Ordinários - Superavit Financeiro
Valor: R\$ 20.000,00

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade Orçamentária: 11.001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0011.2016
Atividade: Manutenção da Casa do Empreendedor de São Bento do Sul e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 25.000,00

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade Orçamentária: 11.001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0011.2016
Atividade: Manutenção da Casa do Empreendedor de São Bento do Sul e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Elemento de Despesa: 3190130000 - Obrigações patronais
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade Orçamentária: 11.001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0011.2016
Atividade: Manutenção da Casa do Empreendedor de São Bento do Sul e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Elemento de Despesa: 3390460000 - Auxílio-alimentação
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.500,00

Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade Orçamentária: 13.001 - Agricultura
Funcional Programática: 13.001.0020.0122.0013.2017
Atividade: Gestão do Departamento de Agricultura
Elemento de Despesa: 3391470000 - Obrigações tributárias e contributivas
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 200,00

Encargos Gerais do Município
Unidade Orçamentária: 12.002 - Encargos Especiais
Funcional Programática: 12.002.0004.0846.0012.0099
Atividade: Devoluções de Saldo
Elemento de Despesa: 3390930000 - Indenizações e restituições
Fonte de Recurso: 270170000025 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
Valor: R\$ 8.451,71

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14, na especificação da fonte 701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados (não relacionados à educação/saúde/assistência social), no valor de R\$ 8.451,71 (oito mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos) e anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete do Prefeito
Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0002.2002
Atividade: Manutenção do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 24.000,00

Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 05.001 - Administração Geral
Funcional Programática: 05.001.0004.0122.0005.2008
Atividade: Manutenção da Secretaria Municipal de Administração
Elemento de Despesa: 3191130000 - Obrigações patronais
Fonte de Recurso: 250070000100 - Recursos Ordinários - Superavit Financeiro
Valor: R\$ 10.000,00

Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Unidade Orçamentária: 08.001 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
Funcional Programática: 08.001.0015.0122.0008.2014
Atividade: Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Fonte de Recurso: 250070000100 - Recursos Ordinários - Superavit Financeiro
Valor: R\$ 3.000,00

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Unidade Orçamentária: 09.001 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0009.2029
Atividade: Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 4.000,00

Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 10.001 - Assistência Social
Funcional Programática: 10.001.0008.0122.0010.2037
Atividade: Gestão Administrativa da SEMAS
Elemento de Despesa: 3190130000 - Obrigações patronais
Fonte de Recurso: 250070000100 - Recursos Ordinários - Superavit Financeiro
Valor: R\$ 20.000,00

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Unidade Orçamentária: 11.001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0011.2016
Atividade: Manutenção da Casa do Empreendedor de São Bento do Sul e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Elemento de Despesa: 3390360000 - Outros serviços terceiros - pessoa física
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 27.500,00

Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade Orçamentária: 13.001 - Agricultura
Funcional Programática: 13.001.0020.0122.0013.2017
Atividade: Gestão do Departamento de Agricultura
Elemento de Despesa: 3390330000 - Passagens e despesas com locomoção
Fonte de Recurso: 150070000100 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

EDITAL COMDIM N° 02/2023 - DIVULGAÇÃO FINAL DAS ENTIDADES

Publicação N° 5410661

EDITAL N° 02/2023

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO FINAL DAS ENTIDADES CANDIDATAS QUE PARTICIPARÃO DO FÓRUM DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Bento do Sul, com base no Art. 5º do Edital N° 01/2023 do referido Conselho, torna pública a divulgação final das entidades candidatas que participarão do Fórum de Escolha das Entidades Não Governamentais do COMDIM para o biênio 2023/2025, sendo:

- I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul – APAE;
- II – Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul - CDL;
- III - JCI São Bento do Sul;
- IV - Rotary Clube de São Bento do Sul – Cidade dos Móveis;
- V– Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul e Região;
- VI – Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ / UNIVILLE de São Bento do Sul.

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2023.

Mirela Carolina Fix
Presidente da Comissão Eleitoral

EXTRATO DO CONTRATO N° 304/2023

Publicação N° 5411550

EXTRATO DO CONTRATO N° 304/2023

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e Sra. ANGELA THAIS WOLFF HACK.
DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de Coordenador(a) para implantação do projeto Criar Educamaker aprovado pelo CMDCA, com recursos do FIA através do Banco Santander, o qual será executado pela Secretaria Municipal de Educação na EBM Adelia Lutz, com previsão de atender aproximadamente 450 crianças e adolescentes nas aulas de robótica em laboratório com toda a estrutura necessária para a execução do projeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital de Dispensa de Licitação nº 279/2023.

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
01	COORDENADOR (A) PARA O LABORATÓRIO MAKER, FORMAÇÃO COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS NA EBM ADELIA LUTZ.	8	MÊS	R\$ 4.000,00	R\$ 32.000,00
Total					R\$ 32.000,00

DO VALOR: R\$ 32.000,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de 10 (dez) meses, contados de 04 de dezembro de 2023 até 04 de outubro de 2024.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2023.

ASS: GILMAR LUIS POLLUM, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ANGELA THAIS WOLFF HACK, como Contratada.

PORTARIA Nº 10000/2023

Publicação Nº 5410987

PORTARIA Nº 10.000, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede Função Gratificada

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853/2017 e considerando o que consta no Processo Administrativo nº

º 33828/2023,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 8 de dezembro de 2023, conceder à servidora ADELAIDE MARIA CRISPI DE MORAES, ocupante do cargo efetivo de Economista, no Gabinete do Prefeito, a Função Gratificada de Membro da Comissão Processante Especial, com gratificação pecuniária de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		
--	---	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10001/2023

Publicação Nº 5410990

PORTARIA Nº 10.001, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede Função Gratificada

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853/2017 e considerando o que consta no Processo Administrativo nº

º 34023/2023,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 8 de dezembro de 2023, conceder ao servidor BERTOLDO SCHOEFFEL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a Função Gratificada de Coordenador de manutenção em canteiros e jardins de responsabilidade do Município, com gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		
--	---	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 10002/2023

Publicação N° 5410992

PORTARIA N° 10.002, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JEFERSON JOCELON CHAVES, do Departamento de Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/COBALT, placas MKK4G28;
- FIAT/PALIO, placas MHI8J23;
- Caminhonete L200 TRITON, placas RLM6D94.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA

PORTARIA N° 9999/2023

Publicação N° 5410986

PORTARIA N° 9999, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.
Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 2966/2012,

Considerando o que consta no Processo nº 32020/2023,

Considerando que a redução da carga horária da servidora DANIELE BONETT foi devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo,

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir, a pedido, a carga horária de trabalho de DANIELE BONETT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 11 de dezembro de 2023.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5016, de 5 de junho de 2022.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de dezembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo			

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESOLUÇÃO N.º 019/2023 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA DOMICILIAR OFERTADO PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Publicação N° 5411413

**Prefeitura de São Bento do Sul - SC**
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

Ref. RESOLUÇÃO n.º 019/2023

RESOLUÇÃO n.º 019/2023

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a Aprovação do Protocolo de funcionamento do serviço de fisioterapia domiciliar ofertado pelo Sistema Único de Saúde no município de São Bento do Sul.

O Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal N° 8080 de 19 de Setembro de 1990, pela Lei Federal N° 8142 de 28 de Dezembro de 1990, pela Lei Municipal N° 60, de 29 de Maio de 2001 e ainda;

CONSIDERANDO,

A ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul de 29/11/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Protocolo de funcionamento do serviço de fisioterapia domiciliar ofertado pelo Sistema Único de Saúde no município de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARQUES

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 11:24 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p6573272d8ab49>
POR MARCELO MARQUES: 67282229953 - (672.822.299-53) EM 08/12/2023 11:24

Assinado digitalmente por:
MARCELO MARQUES
08/12/2023 11:24:43

1 de 1

Rua Capitão Ernesto Nunes, 51 – Centro, 89280-355 - São Bento do Sul – SC - Fone: (47) 3631-0400
e-mail: semus@saobentodosul.sc.gov.br / conselhosaud@saobentodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 020/2023 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE LASERTERAPIA BUCAL, TLBI (TERAPIA COM LASER DE BAIXA INTENSIDADE), UTILIZADO NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Publicação N° 5411421

**Prefeitura de São Bento do Sul - SC**
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

Ref. RESOLUÇÃO n.º 020/2023

RESOLUÇÃO n.º 020/2023

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a Aprovação do Protocolo de Laserterapia Bucal, TLBI (Terapia com Laser de Baixa Intensidade), utilizado no centro de especialidades odontológicas do Sistema Único de Saúde no município de São Bento do Sul.

O Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal N° 8080 de 19 de Setembro de 1990, pela Lei Federal N° 8142 de 28 de Dezembro de 1990, pela Lei Municipal N° 60, de 29 de Maio de 2001 e ainda;

CONSIDERANDO,

A ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul de 29/11/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o protocolo de Laserterapia Bucal, também conhecido como TLBI (Terapia com Laser de Baixa Intensidade), que será utilizado no CEO (centro de especialidades odontológicas) do Sistema Único de Saúde no município de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARQUES

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

Assinado digitalmente por:
MARCELO MARQUES
08/12/2023 11:24:43

1 de 1

Rua Capitão Ernesto Nunes, 51 – Centro, 89280-355 - São Bento do Sul – SC - Fone: (47) 3631-0400
e-mail: semus@saobentodosul.sc.gov.br / conselhosaud@saobentodosul.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 11:24 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p6573272f425d6>
POR MARCELO MARQUES: 67282229953 - (672.822.299-53) EM 08/12/2023 11:24



RESOLUÇÃO N.º 021/2023 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO REFERENTE À EMENDA INDIVIDUAL DA SENADORA IVETE DA SILVEIRA – PROPOSTA N° 36000.5736492/02-300, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00

Publicação N° 5411429

**Prefeitura de São Bento do Sul - SC**
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

Ref. RESOLUÇÃO n.º 021/2023

RESOLUÇÃO n.º 021/2023

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Trabalho referente à Emenda Individual da Senadora Ivete da Silveira – Proposta n° 36000.5736492/02-300, no valor de R\$ 1.000.000,00.

O Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal N° 8080 de 19 de Setembro de 1990, pela Lei Federal N° 8142 de 28 de Dezembro de 1990, pela Lei Municipal N° 60, de 29 de Maio de 2001 e ainda;

CONSIDERANDO,

A ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul de 29/11/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho referente à Emenda Individual da Senadora Ivete da Silveira – Proposta n° 36000.5736492/02-300, sendo o tipo de proposta de incremento ao MAC para Custeio direcionada para o Hospital e Maternidade Sagrada Família – CNES 2521792, no valor de R\$ 1.000.000,00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARQUES

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/12/2023 11:24 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p657327311c529>
POR MARCELO MARQUES:67282229953 - (672.822.299-53) EM 08/12/2023 11:24

Assinado digitalmente por:
MARCELO MARQUES
08/12/2023 11:24:43

1 de 1

Rua Capitão Ernesto Nunes, 51 – Centro, 89280-355 - São Bento do Sul – SC - Fone: (47) 3631-0400
e-mail: semus@saobentodosul.sc.gov.br / conselhosaude@saobentodosul.sc.gov.br

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA 38/2023**

Publicação Nº 5411564

PORTARIA Nº 38 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Autoriza dirigir veículos oficiais"

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor Maurício Maia, lotado na Fundação Cultural de São Bento do Sul, a dirigir eventualmente e quando necessário, o veículo abaixo especificado:

Renault/Sandero MJY 1988

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2023.

BARBARA SIMONE DA SILVA
DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 93/2023**

Publicação Nº 5410438

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8171881C2BA65B895CC8677EFF5D5CC10577742B
EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO ELETRÔNICO Nº 93/2023

OBJETO: Registro de Preços para aquisição, de Materiais elétricos para eventual compra conforme a necessidades venham surgir, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 26/12/2023

Início da sessão: dia 26/12/2023, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.samaesbs.sc.gov.br . Quaisquer informações poderão ser obtidas na Divisão de Estratégias para Inovação de Materiais – do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul, situado à Rua João Wenceslau Pscheidt, 811, Bairro Brasília, das 07h30 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-3918.

São Bento do Sul, 08/12/2023.

OSVALCIR PETERS
DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

EDELSON ILG
PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 82/2023

Publicação Nº 5409964

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE
Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE
Pregão Eletrônico - 82/2023

Resultado da Homologação**0001 - Total Geral dos Itens - Unidade: Unidade - Valor Referência: 509.893,46**

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
GLC CONSTRUÇOES E SANEAMENTO LTDA	N/C	1,00 Unidade	445.000,00	445.000,00	Homologado em 07/12/2023 15:36:19 Por: Osvalcir Peters

Osvalcir Peters
Autoridade Competente



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 09:12:10.
Código verificador: 7690F2

Página 1 de 1



São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 250/2023

Publicação Nº 5409726



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**CONTRATO Nº 250/2023****TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2023, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA PRE MOLDADOS MARAVILHA EIRELI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **DALVIR LUIZ LUDWIG**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa **PRE MOLDADOS MARAVILHA EIRELI**, pessoa jurídica, de direito privado, sito a Rua RUA NEREU RAMOS, 63 na Cidade de São Bernardino-SC Maravilha, inscrita no CNPJ sob nº 86739364000103, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. , brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Maravilha, doravante denominado **FORNECEDOR**, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2023, ATRAVÉS DO QUAL O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO AQUI DENOMINADO MUNICÍPIO, AMPLIA OS QUANTITATIVOS E PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 172/2023 O QUAL TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, TIPO MACHO E FÊMEA, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 8890/2020, PARA ATENDER AS FRENTES DE TRABALHO EXISTENTES NO MUNICÍPIO, AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL DAS ESTRADAS VICINAIS, BEM COMO SUPRIR OS ESTOQUES QUANDO NECESSÁRIOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO E MELHORIAS E PROPORCIONAR BOAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO A POPULAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 72/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 172/2023.

VALOR – O valor do Contrato nº 172/2023 permanece inalterado.

VIGÊNCIA – A vigência do Contrato nº 172/2023, passa a ser até o dia 30/06/2024 .

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 72/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 172/2023, prorrogam a vigência do mesmo, o qual tinha as quantidades inicialmente contratadas, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
2	150,00	Und	TUBO EM CONCRETO DN 400MM PS-1 S/ARMAÇÃO . CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 8890/2020	PRÓPRIA	47,50	7.125,00
3	150,00	Und	TUBO EM CONCRETO DN 600MM PS-1 S/ARMAÇÃO . CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 8890/2020	PRÓPRIA	95,00	14.250,00
4	150,00	Und	TUBO EM CONCRETO DN 800MM PS-1 S/ARMAÇÃO . CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 8890/2020.	PRÓPRIA	215,00	32.250,00
					Total	53.625,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam a vigência do Contrato nº 172/2023, que passa a ser até 30/06/2024.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 72/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 172/2023.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. FERNANDO ALVES PAIANO, portador do CPF nº 081.356.179-50, Secretário Municipal de Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 172/2023.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 8 de Dezembro de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal Contratado

JOÃO CLOVIS DA SILVA
Contratada

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

LUIZ HENRIQUE MASETTOZANOVELLO
OAB-SC 33076
ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

CPF:

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.

Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

CPF:

CONTRATO Nº 251/2023

Publicação Nº 5410297



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**CONTRATO Nº 251/2023****TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 66/2023, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA DEIVID HASS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **DALVIR LUIZ LUDWIG**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa **DEIVID HASS**, inscrita no 15414015000173, localizada na Rua THEOFILO JOSÉ DE FREITAS N. 272, na Cidade de Palmeira – PR, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo Sr. DEIVID HASS, brasileiro, residente e domiciliado na Rua THEOFILO JOSÉ DE FREITAS N. 272, na cidade de Palmeira – PR, inscrito no CPF sob nº 048.417.099-67, doravante denominado **FORNECEDOR**, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2023, ATRAVÉS DO QUAL O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO AQUI DENOMINADO MUNICÍPIO, AMPLIA OS QUANTITATIVOS E PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 66/2023 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA SOLAR PARA INSTALAR O SISTEMA COM FORNECIMENTO DO MATERIAL CONFORME PROJETO, JUNTO A EMPRESA CREDENCIADA BELLA SALA ESTOFADOS LTDA ME, LOCALIZADA NA RUA 12 DE OUTUBRO, BAIRRO SCHEID, A QUAL FOI A VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 80/2022 CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO E OU PERMISSÃO N.4/2022 PARA USO DE SISTEMA DE ENERGIA SOLAR, CONFORME COM A LEI MUNICIPAL N. 1398/2022..

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 5/2023, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 66/2023.

VALOR – O valor contratual permanece inalterado.

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 08/12/2023 até o dia 30/07/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 5/2023, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 66/2023, prorrogam a vigência do mesmo o qual teve inicialmente contratado as quantidades e valores, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

Item	Quant.	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	1,00	Und	KIT GERADOR FOTOVOLTAICO 16.32 KWP OU SUPERIOR, COM 32 PAINÉIS FOTOVOLTAICOS MONOCRISTALINOS, HALF CELL, EFICIÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 20%, SENDO NO MÍNIMO DE 510W, COM GARANTIAS MÍNIMAS DE 10 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E 25 ANOS COM POTÊNCIA DE SAÍDA DE GERAÇÃO EM 80%; INVERSOR SOLAR DE NO MÍNIMO 15KW, TRIFÁSICO, 380V, COM GARANTIA MÍNIMA DE 10 (DEZ) ANOS, CONTENDO TROCA EXPRESSA/RÁPIDA (EM CASO DE DEFEITO O EQUIPAMENTO DEVE SER SUBSTITUÍDO EM NO MÁXIMO 10 DIAS CORRIDOS, PARA POSTERIOR ANÁLISE DO PROCESSO DE GARANTIA DE FÁBRICA); FORNECIMENTO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO VIA WEB COM MONITORAMENTO EM TEMPO REAL; ESTRUTURA DE FIXAÇÃO DOS PAINÉIS COM DISTRIBUIÇÃO SOBRE O TELHADO METÁLICO EXISTENTE; MATERIAIS ELÉTRICOS NORMATIZADOS; HOMOLOGAÇÃO JUNTO À CELESC COM ART DE PROJETO E EXECUÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	54.000,00	54.000,00
				TOTAL	54.000,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo a vigência contratual e mantém contratado os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 66/2023.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 5/2023, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 66/2023.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. FERNANDO ALVES PAIANO, portador do CPF nº 081.356.179-50, Secretário Municipal de Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**CLAUSULA QUINTA DO FORO**

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 66/2023.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 8 de Dezembro de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal
Município

DEIVID HASS
Fornecedor

Analísado e aprovado por:

LUIZ HENRIQUE MAZETTO ZANOVELLO
Assessor Jurídico
OAB-SC 33.076

Testemunhas: _____

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

CONTRATO Nº 252/2023

Publicação Nº 5410392



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**CONTRATO Nº 252/2023****TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2023,
REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO
BERNARDINO-SC E A EMPRESA EMKTPLACE
LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **DALVIR LUIZ LUDWIG**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa **EMKTPLACE LTDA**, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a R DOUTOR ORMINDO MAIA, 1505, *****, na cidade de Juiz de Fora - MG, inscrita no CNPJ sob nº 20292663000134, aqui denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste Ato representada pelo Sr. **PEDRO AUGUSTO RODRIGUES MARQUES**, brasileiro, portador do CPF nº 077.113.506-86, residente e domiciliado na R DOUTOR ORMINDO MAIA, 1505, *****, na Cidade de Juiz de Fora - MG, doravante denominado **FORNECEDOR**, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2023, ATRAVÉS DO QUAL O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO AQUI DENOMINADO MUNICÍPIO, PRORROGA VIGENCIA DO CONTRATO Nº 180/2023, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDITORIAIS COMPREENDENDO CRIAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO, REVISÃO E CORREÇÃO ORTOGRÁFICA, CRIAÇÃO DA CAPA, ASSESSORIA NO PROJETO EDITORIAL, DIAGRAMAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE ISBN (INTERNATIONAL STANDARD BOOK NUMBER/ PADRÃO INTERNACIONAL DE NUMERAÇÃO DE LIVRO) E FICHA CATALOGRÁFICA JUNTO A CBL (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO). ESTA CONTRATAÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA DAR SEQUENCIA AO LIVRO VOLTANDO AS ORIGENS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC COM ATÉ 200 PÁGINAS, EM TAMANHO FECHADO DE 21,5CM X 23,5CM.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 76/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 180/2023.

VALOR – O valor do Contrato nº 180/2023 permanece inalterado.

VIGÊNCIA – A vigência do Contrato nº 180/2023 passa a ser até o dia 30/10/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 76/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 180/2023, mantém contratado as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	1,00	SER	CRIAÇÃO DO PROJETO GRAFICO	Própria	170,00	170,00
2	1,00	SER	CRIAÇÃO DE CAPA	Própria	170,00	170,00
3	1,00	SER	ASSESSORIA NO PROJETO EDITORIAL	Própria	150,00	150,00
4	200,00	Und	DIAGRAMAÇÃO	Própria	14,00	2.800,00
5	1,00	SER	ENCAMINHAMENTO DE ISBN E FICHA CATALOGAFIAC JUNTO A CBL	Própria	110,00	110,00
6	200,00	Und	CORREÇÃO E REVISÃO	Própria	7,00	1.400,00
					Total	4.800,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam a vigência contratual mantendo contratado os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 180/2023.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 76/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 180/2023.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. Jair dos Santos, Diretor do Departamento da Cultura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 180/2023.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 8 de Dezembro de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

PEDRO AUGUSTO RODRIGUES MARQUES
Contratado

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica:

LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO
OAB-SC 33076
ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas.....

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

DECRETO 479/2023

Publicação Nº 5413352

DECRETO Nº 479/2023 DE 11/12/2023

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, POR FALECIMENTO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, por falecimento, o servidor público municipal Sr. LINDEMAR CONTE, ocupante do cargo de Vigia - Temporário, matrícula 679/02, carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo à 08/12/2023.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, 11 de dezembro de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Resp. Sec. Mun. de Administração e Fazenda

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2023 TP11/2023

Publicação Nº 5410383

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C429E7647982AFDB4D8213DFD3E07F681EDDA697

**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO****EDITAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2023**

MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 11/2023

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Prefeitura: Prefeitura Municipal de São Bernardino
Endereço: Rua Verônica Scheid, S/N - CEP – 89.982-000
Cidade: São Bernardino, SC
CNPJ: 01612812/0001-50
Secretaria interessada: ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. PREÂMBULO

- 1.1 O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará certame licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.854/99, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e em especial pelo contido neste Edital.
- 1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia **08/01/2024**, até às **09:00** horas, o qual deverá ser entregue na Sala da Comissão Permanente de Licitações mediante protocolo. **Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.**
- 1.3 Será aceita a remessa dos envelopes pelos Correios ou transportadora, desde que entregues no Município até a data e hora estipuladas para a entrega. Neste caso, os envelopes deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Município de São Bernardino - SC, Comissão de Licitações, Rua Verônica Scheid, n. 1008, Centro São Bernardino-SC CEP 89.982-000.
- 1.4 O início da abertura dos envelopes ocorrerá às **09:15** horas, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

2. OBJETO

2.1 O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE IDOSOS COM ÁREA TOTAL DE 110,05 M2, LOCALIZADO NA ESQUINA DA RUA SANTO ANTÔNIO COM A RUA FRANCISCO XAVIER, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA. ESTA AMPLIAÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA REALIZAR MELHORIAS NA ESTRUTURA LOCAL, ONDE PERMITIRÁ QUE MAIS IDOSOS SEJAM ATENDIDOS E TENHAM ACESSO A ATIVIDADES DE LASER, PROGRAMAS E SERVIÇOS QUE PROMOVAM SEU BEM-ESTAR FÍSICO, EMOCIONAL E SOCIAL.

1

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49) 36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

2.2 JUSTIFICATIVA

Esta contratação torna-se necessário tendo em vista que empresas do ramo tem equipes qualificadas para realizar a construção de forma eficiente e dentro dos padrões de qualidade.

Ampliar o centro de idosos é uma forma de valorizar e respeitar a terceira idade, reconhecendo a importância e as contribuições dos idosos para a sociedade. Ao oferecer um espaço físico adequado e acolhedor, a comunidade demonstra seu compromisso em proporcionar uma vida digna e de qualidade para seus idosos.

2.3 ITENS E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,50	306,70	766,75
2	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA ATRAVES DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALEADAS COM REAPROVEITAMENTO	M	47,15	72,59	3422,62
3	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA SEM PREVISÃO DE FORMA COM RETROESCAVADEIRA	M3	3,072	99,32	305,11
4	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE SEM FLUIDO ESTABILIZANTE COM 25CM DE DIAMETRO CONCRETO LANÇADO COM CAMINHAO BETONEIRA	M	15,20	60,80	924,16
5	CONCRETAGEM PARA FUNDAÇÃO SAPATA OU BLOCO FCK 30MPA COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	3,072	674,76	2072,86
6	ARMAÇÃO DE BLOCO OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6.3MM	KG	83,50	17,61	1470,44
7	ARMAÇÃO DE BLOCO, OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8MM	KG	53,09	16,35	868,02
8	REATERRO MANUAL APOLOADO COM SOQUETE	M3	22,53	45,57	1026,69
9	CONCRETAGEM DAS BROCAS FCK 30 MPA COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	1,08	674,76	728,74
10	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5.00MM	KG	16,63	15,53	258,26
11	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10.0MM	Und	62,19	12,75	792,92
12	CONCRETAGEM DE PILARES FCK 30 MPA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	1,91	639,67	1221,77
13	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5.00MM	KG	38,96	15,53	605,05
14	ARMAÇÃO DE UM PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10.00MM	KG	79,00	12,75	1007,25
15	MONTAGEM DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, 12 UTILIZAÇÕES E=25MM	M2	32,00	152,47	4879,04
16	ESCAVAÇÃO MANUAL DO SOLO PROF. ATÉ 1,30 M	M3	3,85	75,16	289,37
17	CAMADA DRENANTE DE BRITA 1, ESPESSURA 5CM.	M3	0,41	153,76	63,04
18	CONCRETAGEM DE VIGA BALDRAME, FCK 30MPA, USO DE BOMBA, LANÇAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	5,45	667,40	3637,33
19	ARMAÇÃO DE BLOCO VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5MM	KG	80,00	15,53	1242,40
20	ARMAÇÃO DE BLOCO VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10MM	KG	238,40	14,53	3463,95

2

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

21	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES	M2	41,32	104,13	4302,65
22	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES FCK 30 MPA COM USO DE BOMBA, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	2,48	641,82	1591,71
23	ARMAÇÃO DE PILAR,VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARAMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,00MM	KG	45,25	15,53	702,73
24	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,00MM	KG	135,98	14,19	1929,56
25	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA.	M2	33,06	174,71	5775,91
26	FABRICAÇÃO DE ESCORAS PARA AS VIGAS TIPO PONTALETE EM MADEIRA PARA PÉ DIREITO DUPLO DIAMETRO 15CM COM REAPROVEITAMENTO 5 UTILIZAÇÕES	M	165,30	19,23	3178,72
27	VERGAS E CONTRAVERGAS DE CONCRETO P/ PORTAS E JANELAS	M	35,70	134,81	4812,72
28	IMPERMEABILIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFALTICA,DUAS DEMÃOS (VIGAS BALDRAMES)	M2	41,32	42,05	1737,51
29	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CERAMICA(COBOGÔ) DE 7X20X20CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M2	4,50	178,25	802,13
30	ALVENRIA DE TIJOLO CERAMICO 11,5X19X19CM- 1 VEZ DE PAREDES COM AREAS LIQUIDAS MAIOR OU IGUAL A 6M2 SEM VÃO E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M2	114,43	94,59	10823,93
31	CHAPISCO 1: 3 E 0,5 CM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS	M2	228,84	4,37	1000,03
32	EMBOÇO 1:2:8 (PAREDES INTERNAS/EXTERNAS), PREPARO MECANICO COM BETONEIRA, APLICADA MANUALMENTE E REBOCADA	M2	228,84	52,42	11995,79
33	JALENAS DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA, EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR O CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2	4,80	629,82	3023,14
34	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSORIOS	Und	1,00	1.731,81	1731,81
35	CONCRETAGEM DE PISO DE CONCRETO 10CM DE ESPESSURA, FCK 30MPA, LANÇAMENTO ADENÇAMENTO E ACABAMENTO.	M3	11,00	615,50	6770,50
36	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR CAMADA DRENANTE DE BRITA #1, APLICADO EM PISOS OU LAJE SOBRE O SOLO, ESPESSURA 3CM.	M3	3,30	153,76	507,41
37	TELA DE AÇO SOLDADA NERVUDA CA-60, Q-92, (2,20KG/M2), DIAMETRO DO FIO =4.2MM. LARGURA 2.45 MALHA 10X10	M2	110,00	20,64	2270,40
38	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO.	M2	228,84	12,20	2791,85
39	PINTURA LATEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	228,84	11,57	2647,68
40	ESTRUTURA METALICA PARA COBERTURA, COMPOSTA DE TESOURAS, TERÇAMENTO E CONTRAVENTAMENTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	110,00	106,36	11699,60
41	PARAFUSO DE AÇO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75MM	Und	12,00	3,42	41,04
42	COBERTURA EM TELHA TRAPEZOIDAL ALUZINC TP40 0,50MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2	124,65	77,90	9710,24
43	LUMINARIA DE SOBREPOR TIPO PERFIL,COM 2 LÂMPADAS 18W 6500K, 1850 LM CADA-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Und	4,00	177,14	708,56
44	INTERRUPTOR SIMPLES 10A EM CONDULETE DE PVC SOLDAVEL DN 25MM,(3/4") APARENTE- INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und	1,00	48,90	48,90

3

Rua Verônica Scheid, Nº 1008,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

45	TOMADA 2P+T 20A EM CONDULETE DE PVC, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25MM(3/4") APARENTE - INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Und	1,00	52,24	52,24
46	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25MM (3/4"), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE COM ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4"- INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	45,00	15,32	689,40
47	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 1,5MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V- PARACIRCUITOS TERMINAIS- INCLUINDO FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO AF 12/2015	M	60,00	2,90	174,00
48	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 4,0MM ² , ANTI-CHAMA 450/750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	35,00	6,37	222,95
49	Limpeza da obra	M2	120,00	1,89	226,80
			Total		121.015,68

Valor total estimado de acordo com o projeto de engenharia **R\$ 121.015,68** (Cento e vinte e um mil, quinze reais e sessenta e oito centavos)

OBS:

- A Proposta que apresentar valores unitários acima do máximo estabelecido no Edital e ou deixar de cotar itens do quantitativo, será desclassificada, independente se for ou não a menor proposta.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação os fornecedores cadastrados no Município de: São Bernardino, bem como aqueles cadastrados em outras entidades Federais, Estaduais ou outros Municípios do Estado de Santa Catarina, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, expresso no estatuto ou contrato social.

3.2 Poderão ainda participar os interessados que atenderem todas as condições exigidas para o cadastramento e que se cadastrarem até o terceiro dia anterior ao do recebimento das propostas.

3.3 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.3.1 SERÃO CONSIDERADOS OBRIGATÓRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Tipo de Habilitação	Descrição do Documento
CRC, DECLARAÇÕES e CONSULTA CONSOLIDADA	<p>- CRC – Certificado de Registro Cadastral, podendo ser: do município de São Bernardino/SC, e ou da esfera federal - SICAF, e ou da esfera estadual/SC e ou de outros municípios de SC.</p> <p>- Comprovar obrigatoriamente a situação: Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), com: Certidão da Junta Comercial ou Certidão de Cartório de Pessoa Jurídica, com data de emissão não superior a 90(noventa) dias.(Documento obrigatório para ter o direito ao tratamento diferenciado e favorecido de que dispõe a Lei n. 123/2006, se não apresentar o</p>

4

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

	<p>tratamento será de acordo com o padrão das demais)</p> <p>- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei. – (Modelo sugestivo Anexo I).</p> <p>-Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Licitante. (Modelo sugestivo Anexo II).</p> <p>-Declaração da empresa proponente, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista(Modelo sugestivo Anexo III)</p> <p>- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao TCU - Tribunal de Contas da União referente (Inidôneos – Licitantes Inidôneos; CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas, consulta obtida no endereço:https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/ OBS: baixar a referida consulta consolidada e anexar junto com a habilitação.</p>
HABILITAÇÃO JURÍDICA	<p>- Registro comercial, no caso de empresa individual;</p> <p>- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em Cartório ou Junta Comercial, em se tratando de sociedades civis e/ou comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;</p> <p>- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;</p> <p>- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.</p> <p>– Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;</p> <p>- Cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda do administrador que está representando a empresa no certame; e caso seja representada por procurador, este deverá apresentar também procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do</p>

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

5



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

	Outorgante (podendo ser assinatura digital) Sendo dispensado se já apresentado no credenciamento.
REGULARIDADE FISCAL	<p>-Certidão Conjunta de regularidade para com a Fazenda Pública Federal de Tributos e Contribuições Federais, Contribuições Sociais e Quanto a Dívida Ativa da União;</p> <p>– Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;</p> <p>- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;</p> <p>– Prova de regularidade junto ao FGTS;</p> <p>- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT</p>
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	<p>- Comprovação através de seu(s) Profissional(is) Técnico(s) com vínculo na empresa proponente, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente – no CRT, CAU e/ou CREA e ou órgão competente, na data prevista para entrega da proposta, de ter executado serviços de características técnicas similares às do objeto da presente Licitação, mediante atestado de capacidade técnica, com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedido pelo no CRT, CAU e/ou CREA, e ou órgão competente de acordo com a legislação de cada órgão.</p> <p>- Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA ou CAU, ou órgão competente, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos.</p> <p>- Prova de inscrição ou registro dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) ou CAU ou órgão competente .</p> <p>- Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o(s) Profissional(is) Técnico(s) detentor(es) da Certidão de Acervo Técnico pertença(m) ao quadro permanente da empresa proponente</p> <p>-Em conformidade ao artigo 30, inciso III, da Lei n.8.666/93, Atestado de visita fornecida pelo responsável técnico ou do administrador da empresa (Engenheiro e/ou Arquiteto), comprovando de que recebeu os documentos, e, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; (Modelo sugestivo Anexo IV).</p>
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA	--Balanço patrimonial detalhado e demonstrações contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei , devidamente registrado na Junta Comercial do Estado,

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

sede da licitante, apresentando também o demonstrativo de lucros e perdas, e comprovação de que possui patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total orçado pela Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC para esta licitação, devidamente certificado por Contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando expressamente o número do Livro Diário e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito, com fotocópia da página de abertura e de fechamento do respectivo Livro Diário.

- Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.3 – Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas, e deverão ser apresentados em fotocópias original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por tabelião de notas, ou digitalmente ou por membro da Comissão de Licitações do Município, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão de Licitação se julgar necessário poderá fazer a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante responsável pela veracidade das informações.

3.3.1- Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

3.3.2– Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

4. DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

4.1 Envelope de Habilitação:

ENVELOPE N.º 001 - HABILITAÇÃO
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023
MODALIDADE: Tomada de Preços Nr. 11/2023
PROPONENTE(razão social)
CNPJ N.
ABERTURA: 08/01/2024, 09:15 HS

4.2 Envelope de Proposta:

ENVELOPE N.º 002 - PROPOSTA
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

MODALIDADE: Tomada de Preços Nr. **11/2023**

PROPONENTE (razão social)

CNPJ N.

ABERTURA: **08/01/2024 09:15, HS**

5.1 No envelope de proposta o proponente deverá apresentar:

5.1.1 A proposta propriamente dita, datilografada, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal e rubricada nas demais folhas;

5.1.2 Preço ofertado, deverá ser cotado para pagamento a vista, apresentando preço unitário, em moeda corrente nacional, incluindo os tributos incidentes, transporte e demais custos. *Em caso de divergência entre os valores unitários e totais prevalecerá o unitário. Em caso de divergência de valores por razões de arredondamento, prevalecerá o valor da soma do sistema de gestão.*

5.1.3 Indicar a marca, peso, garantia e outros detalhes para melhor conhecimento e atendimento do objeto licitado;

5.1.4 Em concordância com todas as condições do Edital;

5.1.5 conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

5.1.6 Local, data, assinatura e identificação do signatário.

5.1.7 Na proposta deverá constar o valor global de materiais, valor global de mão de obra e o percentual do BDI, e anexo deverá ser apresentado o cronograma físico financeiro.

5.1.8 Os valores unitários apresentados não poderão ser superiores aos valores unitários máximos definidos no Edital, sob pena de desclassificação.

5.2 DO REPRESENTANTE LEGAL

5.2.1 - Cada licitante far-se-á representar perante a Comissão Permanente de Licitação por apenas uma pessoa, admitindo-se como representante o diretor, sócio com poderes de gerência ou pessoa habilitada por meio de procuração, com firma reconhecida em cartório, ambos os casos deverá ser apresentado cópia autenticada em cartório ou por membro da Comissão Permanente de Licitações do município promotor do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Ata de Assembléia em vigor da empresa, conforme a situação .

5.2.2 - A instituição de representante perante a **Comissão Municipal Permanente de Licitações** será realizada no ato da entrega dos envelopes de habilitação e proposta, no local, data e horário indicados no subitem 1.2 deste Edital, ocasião em que o representante se identificará perante a **Comissão Municipal Permanente de Licitações**, entregando-lhe cópia autenticada da Carteira de Identidade e dos documentos mencionados no item 5.2.1, os quais serão analisados pela Comissão antes do início da sessão de abertura.

5.2.3 - A não apresentação ou incorreção dos documentos mencionados nos subitens 5.2.1 e 5.2.2 não inabilitará a licitante.

6. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

8

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

6.1 O presente certame será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei 8.666/93;

6.2 No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a comissão iniciará os trabalhos. É facultada à Comissão de Licitações, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na habilitação ou na proposta;

6.2.1 Após protocolo dos envelopes de documentos de habilitação e propostas, não caberá desistência das propostas.

6.2.2 Será feita a abertura dos envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados pelos seus membros e representantes presentes;

6.3 A Comissão Municipal de Licitações procederá a abertura dos envelopes contendo a documentação com a devolução dos envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados e que expressamente, tenham desistido de interpor recurso;

6.3.1 Na hipótese de algum licitante ser considerado inabilitado pela Comissão Municipal de licitação e decidir interpor recurso dentro do prazo legal, haverá suspensão da reunião, ficando os envelopes com as propostas para serem abertos em outra reunião, em data a ser fixada posteriormente, quando da decisão de todos os recursos pela Comissão;

6.3.2 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

6.4.1 Procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes de propostas, somente serão abertos os envelopes das propostas das empresas habilitadas, após o prazo recursal ou desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

6.5 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e representantes dos licitantes presentes, procedendo-se à leitura das mesmas;

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

6.5.1 Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

6.6 Critérios de julgamento**6.7 Desclassificação****6.7.1 Serão desclassificadas as propostas que:**

- a) Não obedecerem as condições estabelecidas no edital;
- b) Apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis ou excessivos, conforme estabelecido no artigo 48 § 1º da Lei 8.666/93, com ressalva nos §§ 2º e 3º da mesma Lei.;
- c) Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima do praticado no mercado ou acima do orçamento feito pela Secretaria Responsável;
- d) Propostas com itens com valor unitário superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- e) Deixarem de apresentar preço unitário para um ou mais itens do quadro de quantitativos.
- f) Apresentarem valor TOTAL ou UNITÁRIO superior ao valor máximo orçado para a licitação.
- g) Consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
 - b) valor orçado pela administração.

6.8 Classificação

6.8.1 As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a classificação GLOBAL, levando-se em conta exclusivamente o menor preço;

A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

- a) No caso de empate, será assegurada preferência por bens produzidos por empresas brasileiras;
- b) Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio.
- c) Será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço;
- d) Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006, Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa

10

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. § 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. § 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.9 Adjudicação e homologação

6.9.1 Adjudicado o objeto, a comissão, após decorrido o prazo de interposição de recurso ou julgado o mesmo, submeterá os autos à autoridade competente para liberação quanto à homologação da adjudicação.

7. DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADE DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

7.1 A licitante classificada em primeiro lugar, será responsável:

7.2 Pela entrega integral dos produtos e/ou serviços licitados;

7.2.1 Pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos ou realização dos serviços, bem como com a recuperação ou indenização sem ônus ao Município ou aos munícipes;

7.3 - A contratada obriga-se:

- a) Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará inerente ao objeto licitado;
- b) Não subcontratar o total dos serviços a ela adjudicados;
- c) Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, providenciando as medidas de proteção coletiva em sua integralidade e/ou fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra;
- d) Providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos;
- e) Assumir, integralmente, a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- f) Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato;
- g) Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo;
- h) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

11

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

- i) Responder pela solidez e segurança de toda obra, conforme previsto no artigo 618 do Código Civil ("... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo);
- j) Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (TRT, ART e/ou RRT) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada, antes do início dos serviços.
- h) ***A contratada deverá apresentar a partir da emissão da ordem de serviço a devida matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) da obra dentro do prazo previsto na legislação, além de se responsabilizar por todos os procedimentos decorrentes, na forma das instruções do INSS, e ao final da obra apresentar a Certidão Negativa de Débitos referente à matrícula da obra – CEI. O pagamento final fica condicionado a apresentação da Certidão de baixa da obra (CEI).***

8.DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1 O município será responsável:

8.2 pela fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos produtos/serviços;

8.2.1 Pela emissão das autorizações de entrega específicas, determinando a quantidade para sua realização;

8.2.1.1 Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecidos neste Edital;

9. PRAZO E CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DA ORDEM DE COMPRA

9.1 O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual ou retirada da ordem de compra no prazo de máximo de até 10(dez) dias consecutivos, a partir da homologação.

9.2 Nos termos do § 2.º do artigo 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.

9.3- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

9.4 - O contrato ainda poderá sofrer acréscimos ou supressões, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, a critério do Município, conforme o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993.

9.5 - Nos termos do art. 65, § 2º, inciso II, nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1 –A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato no ato da assinatura do mesmo, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do seu valor GLOBAL que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas

12

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

porventura aplicadas e ainda não-pagas pela empresa licitante vencedora. (valor estimado de acordo com o orçamento inicial: **R\$ 6.050,78**).

10.2 - Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro-Garantia;

c) Fiança Bancária;

10.3 - A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

10.4 - A garantia deverá ter validade pelo mesmo prazo de vigência do contrato, com a ressalva de que, na hipótese de prorrogação, a contratada deverá prorrogar a garantia de contrato, por igual prazo.

11. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 O objeto da licitação deverá ser executado junto ao Centro de Idosos, localizado na esquina da Rua Santo Antonio, com a Rua Francisco Xavier, Centro na cidade de São Bernardino-SC, conforme projeto de engenharia, anexo ao processo mediante ordem de serviço, solicitação e autorização da Secretaria responsável.

11.2 O fornecimento dos materiais e serviços deverão ser feitas nas quantidades solicitadas nos termos do presente Edital;

11.3 A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento da obra, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação do serviço.

11.4 - O Município se reserva no direito de emitir a ordem de serviço em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.

11.5 O prazo máximo para entrega do objeto da licitação é até 31/12/2024, a contar da assinatura do termo contratual ou AF – Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Vencedora as despesas

A contagem do prazo para execução objeto da licitação, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2024, podendo ser prorrogado se houver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificado pela Secretaria correspondente e autorizado pelo chefe do poder executivo.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, com recursos próprios, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, mediante Boletim de medição do engenheiro responsável pela fiscalização do município de São Bernardino-SC, acompanhado da Nota Fiscal. **A liberação do primeiro pagamento, após o início da obra, fica condicionada ainda a apresentação da matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) da obra, dentro do prazo previsto na legislação, além de se responsabilizar por todos os procedimentos decorrentes, na**

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

forma das instruções do INSS, e o pagamento final fica condicionado a apresentação da Certidão de baixa da obra CEI.

Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

Será efetuado a retenção de Imposto de Renda nos pagamentos efetuados a fornecedores, seja de venda de mercadoria ou prestação de serviços pelo município de São Bernardino – SC, conforme os percentuais indicados na primeira coluna do Anexo I da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil.

12.2 – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

12.3 Ocorrendo a contratação de microempresas ou das empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, apurados os tributos devidos, na forma dos Arts. 18 a 20 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006, será realizada a retenção de ISS na fonte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá ser observado as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte, deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa, ou a empresa de pequeno porte, estiver sujeita no mês anterior ao da prestação (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

II - na hipótese de a microempresa, ou empresa de pequeno porte, não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS, referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

III – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços, quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal, for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença, será realizado em guia própria do Município;

12.4 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, ADITIVOS E REAJUSTE

Será admitido o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, que dispõem: “Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
(...).”

13. DAS SANÇÕES

13.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá a Contratada garantir a defesa prévia, sofrer as seguintes sanções contratuais, isolada ou conjuntamente:

13.2 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou retirar a ordem de compra, dentro do prazo estabelecido, poderá ser aplicada multa correspondente a 10 % do valor do contrato/ordem de compra, não aplicando-se a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

13.3 Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

13.4 Advertência;

13.5 Multa de 5% (cinco) sobre o valor da proposta;

13.6 Suspensão do direito de licitar junto as Prefeituras Municipais

13.7 Declaração de inidoneidade;

13.8 Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação:

13.9 Pela inexecução total ou parcial do ajuste, será aplicada multa de 10% (dez) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência, após assinado o instrumento contratual, calculada sobre o valor do objeto não entregue.

13.10 Suspensão do direito de licitar junto a Administração, pelo prazo de até dois (02)

anos;

14. RECURSOS

14.1 Das decisões tomadas pela **Comissão Municipal Permanente de Licitações** caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição datilografada e devidamente arrazoada, subscrita pelo representante legal da recorrente.

14.2 - Os recursos serão dirigidos à autoridade competente do **Município de São Bernardino-SC**, por intermédio da **Comissão Municipal Permanente de Licitações**, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

14.3 - Os recursos deverão ser protocolados na **Secretaria de Fazenda e Administração, junto a Prefeitura Municipal São Bernardino-SC, sita à Rua Verônica Scheid, Centro** no horário das **7 h:30 min às 11h:30 min e das 13:00h as 17:00 h**, ou enviado por e-mail no endereço eletrônico compras@saobernardino.sc.gov.br, não sendo aceitos recursos interpostos fora do prazo.

14.4 Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei 8.666/93 e suas atualizações, os quais deverão ser protocolados no Setor de Administração e dirigidos à Comissão Permanente de Licitações.

14.5 O Município convocará a licitante classificada em primeiro lugar para assinatura do respectivo contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da homologação;

14.6 Os casos de alteração ou rescisão contratual, são os constantes da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94;

a) A relação contratual decorrente do presente processo licitatório poderá ser rescindida, além das hipóteses previstas em outros itens, nos seguintes casos:

- Unilateralmente pela Administração, nas hipóteses enumeradas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

15

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

- Judicialmente, por qualquer das partes, nas hipóteses em que a legislação permita

14.7 - No caso de rescisão de Contrato, por inadimplência da CONTRATADA, a garantia não será devolvida, e será apropriada pelo Município a título de multa rescisória;

14.8 Na impossibilidade ou recusa da empresa vencedora assinar o Contrato, será convocada a segunda e assim sucessivamente.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O Município reserva-se o direito de em justificando o interesse administrativo, aceitar a proposta total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, revogar ou anular a licitação, mesmo depois de adjudicado seu objeto, sem que caiba aos licitantes direitos a qualquer reclamação ou indenização;

15.2 Os casos omissos e dúvidas suscitadas serão resolvidas pela Comissão Municipal de Licitações, observando o que dispõe sobre a matéria a legislação vigente;

15.3 A simples apresentação de proposta, implicará na aceitação total, automática e irrestrita das condições deste Edital, por parte da licitante. Compromete-se também com a veracidade de todas as informações prestadas e de apresentar, quando solicitado, documentação e dados complementares que as confirmem.

15.4 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações prestadas, a Empresa licitante sofrerá além da sua declaração de inidoneidade, uma das sanções abaixo descritas:

a) Desclassificação, se a licitação encontra-se em fase de julgamento;

b) Não adjudicação dos serviços;

15.5 Por conveniência da Administração, o licitante adjudicado do objeto do presente Edital, assinará contrato com a Prefeitura Municipal de São Bernardino, nos termos da minuta integrante do presente processo, no prazo de 10 (dez) dias;

15.6 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de São Bernardino;

15.7 A empresa licitante adjudicada comprometer-se-a integralmente pelo objeto do presente Edital, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor;

15.8 O Prefeito Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato ou expedição do pedido, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente;

15.09 – A empresa vencedora contratada deverá fornecer ART execução.

15.10- O pagamento será de acordo com a execução.

15.11 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do orçamento vigente do exercício de 2024:

Projeto atividade - Manutenção do Centro de Idosos 06.01.2.032.4.4.90/2024

16. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

16.1 Este Edital de Tomada de Preços será publicado na íntegra para conhecimento e consulta dos interessados no site do município de São Bernardino, www.saobernardino.sc.gov.br e no DOM/SC diário oficial dos municípios, o aviso será publicado no Diário Oficial do Estado e no jornal A NOTÍCIA..

16

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

16.2 Maiores esclarecimentos adicionais que se façam necessário para a interpretação do presente Edital, serão encaminhados através de solicitação por escrito à Comissão Permanente de Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, ou por e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br; projetos@saobernardino.sc.gov.br, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00, com a Presidente da Comissão de Licitações, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

16.2- Fica assegurado à **autoridade superior do Município de São Bernardino**, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

17.3- É facultada à Comissão Municipal Permanente de Licitações, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.4 - O resultado desta licitação, bem como todo ato que seja necessário dar publicidade, deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

17.5 - A Comissão Municipal Permanente de Licitações deverá anular o certame diante de constatada ilegalidade.

16.6- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. O **Município de São Bernardino** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

17.7- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.8- Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

17.9- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

17.10- O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

17.11- Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.12- Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

17.13- Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, à **Comissão Municipal Permanente de Licitações**, por escrito ou **protocolado na Secretaria de Fazenda e Administração, junto a Prefeitura Municipal de São Bernardino – SC** ou enviado por e-mail no endereço compras@saobernardino.sc.gov.br.

17.14- A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

17.15 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente onde prevalecerão os termos da Lei n. 8.666/93 que rege a matéria.

17.16– Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, nos termos do § 1º do Art. 41, da Lei nº 8666/93.

17.17-Fica eleito o **Foro da Comarca de Campo-Erê - SC** para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.18 – Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

18 – DA IMPUGNAÇÃO

18.1- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.2- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.3- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 05 dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

18.4- A impugnação poderá ser realizada por petição dirigida à Comissão Permanente de Licitação, protocolada no setor de Licitações da prefeitura Municipal de São Bernardino/SC, sito a Rua Verônica Scheid, n. 1008, Centro ou enviado por e-mail no endereço eletrônico compras@saobernardino.sc.gov.br em horário de expediente das 07:30 até 11:30 e das 13:00 até as 17:00.

19.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Solicitamos apresentação de propostas para os itens supra mencionados.
2. As despesas de frete e demais custos serão a cargo da Empresa proponente.
- 3.O julgamento será realizado por MENOR PREÇO GLOBAL, com base no menor preço apresentado.
- 4.Os respectivos itens com seus valores, não poderão ultrapassar o valor máximo estabelecido no Edital.
- 5.Os casos omissos serão regidos pela Lei Federal 8.666/93, com observância a todas as suas alterações.
6. Em cada fase de pagamento a empresa deverá apresentar obrigatoriamente cópia da folha de pagamentos dos funcionários que atuaram na obra, bem como, cópia da GFIP e GPS dos períodos correspondentes.
- 7- Demais Documentos pertencentes ao PROJETO descritivo, entre outros, deverão ser solicitados diretamente com o setor de projetos pelo e-mail projetos@saobernardino.sc.gov.br.
- 8- No ato da assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar obrigatoriamente cópia da LTCAT, PGR E O PCSMO.
9. Anexos que fazem parte integrante deste Edital.

Anexo I - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal,

18

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei.

Anexo II- Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Licitante.

Anexo III - Declaração da empresa proponente, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista

Anexo IV- Atestado de Visita

Anexo V – Modelo de Proposta e do Cronograma Físico financeiro

Anexo VI– Minuta do Contrato

São Bernardino – SC, em 08/12/2023

Dalvir Luiz Ludwig
Prefeito Municipal

Visto e aprovado
Luiz Henrique Maseto Zanovello
OAB-SC 33076
ASSESSOR(A) JURÍDICO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

ANEXO I

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 11/2023

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

20



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

ANEXO II

**DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU
CONTRATAR COM A LICITANTE**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

_____, _____
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO****ANEXO III****MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA NOS QUADROS DA EMPRESA**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 11/2023**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade n. CPF n. DECLARA, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Local e data

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

ANEXO IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 11/2023

Em atendimento ao Edital de Licitação n. 107/2023, Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 11/2023, artigo 30, inciso III da Lei de Licitações n.º 8.666/93, atestamos que a empresa CNPJ n.º, realizou Visita nas dependências do local onde será executado a da 1ª etapa da ampliação do Centro de Idosos, conforme projetos de engenharia, como também, recebeu todos os documentos pertinentes ao certame, não cabendo qualquer alegação futura referente ao desconhecimento de eventuais dificuldades quanto à execução do Objeto desta Licitação.

Local e data...../...../2024

Nome e assinatura do representante legal da empresa
CPF n.

.....
Nome e assinatura do responsável técnico da empresa
CPF n.
Registro no CREA

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

23



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2023
 TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 11/2023

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de engenharia n.11/2023 acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,50		
2	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA ATRAVES DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALEADAS COM REAPROVEITAMENTO	M	47,15		
3	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA SEM PREVISÃO DE FORMA COM RETROESCAVADEIRA	M3	3,072		
4	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE SEM FLUIDO ESTABILIZANTE COM 25CM DE DIAMETRO CONCRETO LANÇADO COM CAMINHAO BETONEIRA	M	15,20		
5	CONCRETAGEM PARA FUNDAÇÃO SAPATA OU BLOCO FCK 30MPA COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	3,072		
6	ARMAÇÃO DE BLOCO OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6.3MM	KG	83,50		
7	ARMAÇÃO DE BLOCO, OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8MM	KG	53,09		
8	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	M3	22,53		
9	CONCRETAGEM DAS BROCAS FCK 30 MPA COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	1,08		
10	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5.00MM	KG	16,63		
11	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10.0MM	Und	62,19		
12	CONCRETAGEM DE PILARES FCK 30 MPA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	1,91		
13	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5.00MM	KG	38,96		
14	ARMAÇÃO DE UM PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10.0MM	KG	79,00		
15	MONTAGEM DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, 12 UTILIZAÇÕES E=25MM	M2	32,00		
16	ESCAVAÇÃO MANUAL DO SOLO PROF. ATÉ 1,30 M	M3	3,85		
17	CAMADA DRENANTE DE BRITA 1, ESPESSURA 5CM.	M3	0,41		
18	CONCRETAGEM DE VIGA BALDRAME, FCK 30MPA, USO DE	M3	5,45		

24

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

	BOMBA, LANÇAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO				
19	ARAMAÇÃO DE BLOCO VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5MM	KG	80,00		
20	ARMAÇÃO DE BLOCO VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10MM	KG	238,40		
21	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES	M2	41,32		
22	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES FCK 30 MPA COM USO DE BOMBA, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	2,48		
23	ARMAÇÃO DE PILAR,VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARAMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,00MM	KG	45,25		
24	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,00MM	KG	135,98		
25	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES,, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA.	M2	33,06		
26	FABRICAÇÃO DE ESCORAS PARA AS VIGAS TIPO PONTALETE EM MADEIRA PARA PÉ DIREITO DUPLO DIAMETRO 15CM COM REAPROVEITAMENTO 5 UTILIZAÇÕES	M	165,30		
27	VERGAS E CONTRAVERGAS DE CONCRETO P/ PORTAS E JANELAS	M	35,70		
28	IMPERMEABILIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFALTICA,DUAS DEMÃOS (VIGAS BALDRAMES)	M2	41,32		
29	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CERAMICA(COBOGÓ) DE 7X20X20CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M2	4,50		
30	ALVENRIA DE TIJOLO CERAMICO 11,5X19X19CM- 1 VEZ DE PAREDES COM AREAS LIQUIDAS MAIOR OU IGUAL A 6M2 SEM VÃO E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M2	114,43		
31	CHAPISCO 1:3 E 0,5 CM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS	M2	228,84		
32	EMBOÇO 1:2:8 (PAREDES INTERNAS/EXTERNAS), PREPARO MECANICO COM BETONEIRA, APLICADA MANUALMENTE E REBOCADA	M2	228,84		
33	JALENAS DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA, EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR O CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2	4,80		
34	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSORIOS	Und	1,00		
35	CONCRETAGEM DE PISO DE CONCRETO 10CM DE ESPESSURA, FCK 30MPA, LANÇAMENTO ADENÇAMENTO E ACABAMENTO.	M3	11,00		
36	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR CAMADA DRENANTE DE BRITA ²1, APLICADO EM PISOS OU LAJE SOBRE O SOLO, ESPESSURA 3CM.	M3	3,30		
37	TELA DE AÇO SOLDADA NERVUDA CA-60, Q-92, (2,20KG/M2), DIAMETRO DO FIO =4.2MM. LARGURA 2.45 MALHA 10X10	M2	110,00		
38	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO.	M2	228,84		
39	PINTURA LATEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	228,84		
40	ESTRUTURA METALICA PARA COBERTURA, COMPOSTA DE TESOURAS, TERÇAMENTO E CONTRAVENTAMENTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	110,00		
41	PARAFUSO DE AÇO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75MM	Und	12,00		
42	COBERTURA EM TELHA TRAPEZOIDAL ALUZINC TP40 0,50MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2	124,65		
43	LUMINARIA DE SOBREPOR TIPO PERFIL,COM 2 LÂMPADAS 18W	Und	4,00		

25

Rua Verônica Scheid, Nº 1008,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

	6500K, 1850 LM CADA-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
44	INTERRUPTOR SIMPLES 10A EM CONDULETE DE PVC SOLDAVEL DN 25MM,(3/4") APARENTE- INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und	1,00		
45	TOMADA 2P+T 20A EM CONDULETE DE PVC, TIPO X, PARA ELETRODUTODE PVC SOLDAVEL DN 25MM(3/4") APARENTE - INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Und	1,00		
46	ELETRODUTO RIGIDO SOLDAVEL, PVC, DN 25MM (3/4"), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE COM ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4"- INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	45,00		
47	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 1,5MM2, ANTI-CHAMA 450/750 V- PARACIRCUITOS TERMINAIS- INCLUINDO FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO AF 12/2015	M	60,00		
48	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 4,0MM2, ANTI-CHAMA 450/750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	35,00		
49	Limpeza da obra	M2	120,00		
				Total	

%.....BDI

%.....MÃO DE OBRA

%MATERIAL

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 DIAS

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

DATA: _____

 Nome e assinatura do representante legal da empresa
 CPF n.

26

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

Modelo de cronograma que deverá estar anexo a proposta

		SÃO BERNARDINO - SC											
		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
MUNICÍPIO: SÃO BERNARDINO - SC													
OBRA: AMPLIAÇÃO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS													
ÁREA: 110,05M²													
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS	PESO (%)	SERVIÇOS A EXECUTAR									
				MÊS 01		MÊS 02		MÊS 03		MÊS 04		MÊS 05	
				(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	4.189,37	3,46	100	4.189,37								
2.0	FUNDAÇÃO "BLOCOS"	8.447,20	6,98	100	8.447,20								
3.0	ESTRUTURA MOLDADA "IN LOCO"	33.890,48	28,01	50	16.945,24	50	16.945,24						
4.0	VERGAS E CONTRA VERGAS	4.812,72	3,98			50	2.406,36	50	2.406,36				
5.0	IMPERMEABILIZAÇÃO	1.737,51	1,44	100	1.737,51								
6.0	PAREDES E DIVISÓRIAS	11.626,06	9,61	25	2.906,52	25	2.906,52	50	5.813,03				
7.0	REVESTIMENTOS INTERNO/EXTERNO	12.995,82	10,74					100	12.995,82				
8.0	ESQUADRIAS	4.754,95	3,93			50	2.377,48	50	2.377,48				
9.0	PAVIMENTAÇÕES INTERNA	9.548,31	7,89							100	9.548,31		
10.0	PINTURA	5.439,53	4,49					50	2.719,77	50	2.719,77		
11.0	COBERTURA	21.450,88	17,73							100	21.450,88		
12.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	1.896,05	1,57							100	1.896,05		
13.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	226,80	0,19							100	226,80		
TOTAL MÊS		121.015,68	100,00	28,28	34.225,84	20,36	24.635,59	21,74	26.312,45	29,62	35.841,81		
TOTAL GLOBAL		121.015,68	100,00	28,28	34.225,84	48,64	58.861,43	70,38	85.173,88	100,00	121.015,68		

Local e data.....

.....
 Responsável técnico
 Nome
 CPF N.
 Registro no CREA

.....
 Representante legal da empresa
 Nome
 CPF N.

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CONTRATO N° NumContrato

O Município de **SÃO BERNARDINO-SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **DALVIR LUIZ LUDWIG**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa **NomeContratado**, inscrita no CNPJContratado, localizada na EnderecoContratado, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. **NomeRespContratado**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade EnderecoContratado, inscrito no CPF sob nº CPFFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado **FORNECEDOR**, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo identificados, constantes no Processo Licitatório nº 107/2023, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 107/2023, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

II – Da forma de Execução e do valor:

A execução se dará de forma direta. O valor total do contrato é de ValorContrato (ValorContratoExtenso), sendo o valor de R\$ (.....) relativo aos materiais e o valor de R\$ (.....) relativo a mão-de-obra, vinculado a Secretaria, assim composto:

III - Da forma de pagamento:

CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E LIBERAÇÃO DOS RECURS, observado o disposto no inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, com recursos próprios, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, mediante Boletim de medição do engenheiro responsável pela fiscalização do município de São Bernardino-SC, acompanhado da Nota Fiscal. **A liberação do primeiro pagamento, após o início da obra, fica condicionada ainda a apresentação da matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) da obra, dentro do prazo previsto na legislação, além de se responsabilizar por todos os procedimentos decorrentes, na**

28

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO*****forma das instruções do INSS, e o pagamento final fica condicionado a apresentação da Certidão de baixa da obra CEI.***

Será efetuado a retenção de Imposto de Renda nos pagamentos efetuados a fornecedores, seja de venda de mercadoria ou prestação de serviços pelo município de São Bernardino – SC, conforme os percentuais indicados na primeira coluna do Anexo I da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil.

Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

Por conveniência administrativa, por se tratar de contratação de microempresas ou das empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, o Município, depois de apurados os tributos devidos, na forma dos Arts. 18 a 20 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006 realizará a retenção de ISS na fonte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverão ser observadas as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte, deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa, ou a empresa de pequeno porte, estiver sujeita no mês anterior ao da prestação (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

II - na hipótese de a microempresa, ou empresa de pequeno porte, não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS, referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

III – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços, quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal, for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença, será realizado em guia própria do Município;

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666 (Brasil 1993), de 21 de junho de 1993, consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos materiais e serviços ora contratados, conforme solicitação por parte do Município, assumindo a responsabilidade pela entrega integral dos produtos e/ou serviços licitados.

29

Rua Verônica Scheid, N° 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados, quaisquer informações e/ou esclarecimentos, sobre os materiais e serviços contratados, enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os materiais e serviços contratados, bem como pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos ou realização dos serviços, bem como com a recuperação ou indenização sem ônus ao Município ou aos munícipes

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais e serviços contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Processo Licitatório nº 107/2023, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

VI - O proponente adjudicado deverá fornecer no ato da assinatura do contrato, o **PGR; LTCAT** – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, e o **PCSMO**, de acordo com as instruções Normativas nº 95/2003 e 100/2003 do INSS atualizadas.

VII – Apresentar juntamente com a nota fiscal emitida referente a obra, folha de pagamento e GEFIP do mês anterior, de todos os servidores que atuaram na mesma.

VIII - Fornecer materiais e serviços de primeira qualidade e com garantia.

IX – Apresentar guia de recolhimento do Simples Nacional, se for o caso, após cada pagamento efetuado.

X – É obrigação do Fornecedor, contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

XI – O Fornecedor reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 (Brasil 1993).

XII - Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará inerente ao objeto licitado;

XIII - Não subcontratar o total dos serviços a ela adjudicados;

XIV - Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, providenciando as medidas de proteção coletiva em sua integralidade e/ou fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra;

XV - Providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos;

XVI - Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato;

XVII - Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo;

XVIII - Responder pela solidez e segurança de toda obra, conforme previsto no artigo 618 do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo);

IXX - Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (TRT, ART e/ou RRT) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada, antes do início dos serviços.

XX - A contratada deverá apresentar a partir da emissão da ordem de serviço a devida matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) da obra dentro do prazo previsto na legislação, além de se responsabilizar por todos os procedimentos decorrentes, na forma das instruções do INSS, e ao final da

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**

obra apresentar a Certidão Negativa de Débitos referente à matrícula da obra – CEI. O pagamento final fica condicionado a apresentação da Certidão de baixa da obra CEI.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- I - Fiscalizar e controlar os materiais e serviços contratados.
- II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.
- III – Se julgar necessário, promover rescisão contratual nos termos do Art. 78 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).
- IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 107/2023, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2024, do Município de São Bernardino – SC, no Projeto Atividade:

Projeto atividade - Manutenção do Centro de Idosos 06.01.2.032.4.4.90/2024

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 107/2023, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (Brasil 1993), atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

VI – Fica por desde já, indicado o Sr. **xxxx**....., Secretário da **xxxx**....., além do Engenheiro Sr., ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da obra, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

31

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal
Município

NomeRespContratado
Fornecedor

LUIZ HENRIQUE ZANOVELLO
Assessor Jurídico
OAB-SC 33.076

Testemunhas: _____

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

32

São Carlos

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 162/2023

Publicação Nº 5409821



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

0162/2023

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RUDI MIGUEL SANDER, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº ***.119.249-**, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr.(a): **JOSE NELSO BOITT**, portador(a) do CPF nº ***.516.709-** doravante denominado CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do cargo de **Vigia, com carga horária de 40 horas semanais, turno noturno, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos**, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013 e processo Seletivo nº: **013/2023**.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de **11/12/2023 até 10/12/2024, passível de prorrogação**. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos, 11 de dezembro de 2023.

JOSE NELSO BOITT
CPF: ***.516.709-**
Contratado (a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:
CPF:

2ª _____

Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 0643/2023

Publicação Nº 5409900

PORTARIA Nº 0643/2023 de 08 de Dezembro de 2023.
Dispõe sobre a Concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal FERNANDO LUIZ SCHWARTZ, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 horas semanais, 30 dias de férias do período de 11 de Dezembro de 2023 a 09 de Janeiro de 2024, referente aos períodos aquisitivos de 01/11/2021 a 31/10/2022 e 01/11/2022 a 31/10/2023.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 08 de Dezembro de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 0644/2023

Publicação Nº 5409904

PORTARIA Nº 0643/2023 de 08 de Dezembro de 2023.
Dispõe sobre a Concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal JOSE ALDURI CARVALHO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 horas semanais, 30 dias de férias do período de 11 de Dezembro de 2023 a 09 de Janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 01/11/2022 a 31/10/2023.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 08 de Dezembro de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 0645/2023

Publicação Nº 5413292

PORTARIA Nº 0645/2023 de 11 de Dezembro de 2023.
Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família de Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal TANIA MARIA SCHABARUM HILLESHEIM, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil -Creche/Pré-escolar, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, 15 dias de

licença por motivo de doença em pessoa da família, prorrogável automaticamente por mais 15 dias, caso haja necessidade, conforme prevê o Artigo 86 do Estatuto do Servidor.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 11 de Dezembro de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 0646/2023

Publicação Nº 5413293

PORTARIA Nº 0646/2023 de 11 de Dezembro de 2023.

Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família de Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal TANIA MARIA SCHABARUM HILLESHEIM, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil -Creche/Pré-escolar, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, 15 dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, prorrogável automaticamente por mais 15 dias, caso haja necessidade, conforme prevê o Artigo 86 do Estatuto do Servidor.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 11 de Dezembro de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 009/2023 CHAMAMENTO ELEITOS CT

Publicação Nº 5411084

RESOLUÇÃO Nº 009/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

CONVOCAR DUAS CONSELHEIRAS ELEITAS NO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA 2023 DO CONSELHO TUTELAR PARA ASSUMIR TEMPORARIAMENTE AS VAGAS EM VACÂNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Domingos - SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal n. 1.977/2023,

Considerando que a Conselheira Tutelar Ivonir Debortoli, encontra-se em internação Hospitalar, aguardando para fazer cirurgia, sem previsão de retorno ao trabalho (conforme documento médico apresentado);

Considerando que não há suplentes aptos do mandato atual que possam assumir as vagas em vacância;

Considerando o tempo mínimo necessário para realização de um processo suplementar para escolha de conselheiros tutelares;

Considerando que mandato dos atuais conselheiros tutelares encerra em 09/01/2024, e

Considerando que as conselheiras convocadas para assumir as respectivas vagas passaram pelo processo unificada de escolha dos conselho tutelar e foram eleitas em outubro do corrente ano,

RESOLVE:

Art.1o Convocar as Conselheiras Tutelares Bruna Aparecida Gonçalves e Daniela Valentini de Souza Scalvi, eleitas no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar Unificado para assumir imediatamente e de forma temporária as respectivas vagas em vacância, sem prejuízo quanto a posse para o mandato que iniciar em 10/01/2024;

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cristiane Ansolin

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA AO 3º TERMO ADITIVO DA 3DW

Publicação Nº 5411869

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 851198E1F1C4E5CB61303C4C27B19211FA58C4E6

ERRATA AO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2021

Código registro TCE: 851198E1F1C4E5CB61303C4C27B19211FA58C4E6

A Câmara de Vereadores da Cidade de São Domingos/SC, torna pública a presente errata para corrigir erro material constante na qualificação do representante da empresa 3DW WEB E DESIGN LTDA, que teve alteração e não foi atualizada no termo aditivo nº 3 do Contrato Administrativo nº 04/2021, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

“representada por AELTO CARLOTTO, brasileiro, solteiro, residente domiciliado na Rua Vido Tonial, 109 no município de Xanxere – SC, portador do CPF nº 468.356.879-91”

LEIA-SE:

“representada por GEANDRO LUIZ RADAELLI, brasileiro, nascido em 13/10/1979, solteiro em união estável, Empresário, CPF nº 018.320.789-06, Carteira de Identidade nº 2.878.503, órgão expedidor SSPSC - SC, residente e domiciliado na Rua Manaus, 417, casa, dos Esportes, Xanxerê, SC, CEP 89820000, Brasil.”

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 06 de dezembro de 2023.

NIOMAR LUIZ CANTELLI

Presidente da Câmara de Vereadores

3DW WEB E DESIGN LTDA

CONTRATADA

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ADIT. 186.5-22 CONSTR. MAUI

Publicação Nº 5410245

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO Nº 186.5-22

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA MAUI LTDA - CNPJ nº 47.482.006/0001-06

PROCESSO LICITATÓRIO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 143/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA SOCIETY, BAIRRO DA PRAIA DO ERVINO, NESTE MUNICÍPIO ACRESCER o percentual de 0,61% sobre o valor do contrato face a alterações na obra.

VALOR: R\$ 3.421,09(Três mil, quatrocentos e vinte e um reais e nove centavos)

VIGÊNCIA: 13/09/2023 À 02/01/2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15002-1019-344905198-150070000

São Francisco do Sul, 13 de Setembro de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADIT. 186.6-22 CONSTR. MAUI

Publicação Nº 5410261

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO Nº 186.6-22

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA MAUI LTDA - CNPJ nº 47.482.006/0001-06

PROCESSO LICITATÓRIO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 143/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA SOCIETY, BAIRRO DA PRAIA DO ERVINO, NESTE MUNICÍPIO, prorroga o prazo de execução em 02(dois) meses (03/11/2023 findando em 02/01/2024), sendo a vigência prorrogada também por 02(dois) meses (03/01/2024 findando em 02/03/2024)

VIGÊNCIA:30/10//2023 findando em 02/03/2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15002-1019-344905198-3000000

15002-1019-344905198-1390200

São Francisco do Sul, 30 de Outubro de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONT. 019-2023-FMS DL. 021-2023 IMAES

Publicação Nº 5410611

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 019/2023 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FRANCISCO DO SUL

Contratada: IMAES IMPORTAÇÃO LTDA

CNPJ :12.100.924/0001-49

Valor: R\$36.450,00 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 08/12/2023 Término: 08/01/2024.

Licitação nº: 021/2023 FMS

Objeto: Contratação da empresa IMAES IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita sob CNPJ n. 12.100.924/0001-49, para aquisição de testes rápidos de Dengue NS1,; imunoensaio para detecção qualitativa do antígeno NS1 do vírus da dengue em amostras de sangue total, soro ou plasma; resultado em até 20 minutos; acompanhando recipiente para tiras; tampão de migração e folheto de instruções em língua portuguesa; validade mínima de 12 meses; acondicionando em embalagem reforçada e apropriada para a validade e procedência. Registro ANVISA/MS, para detecção da doença em pacientes que apresentam sintomas.

São Francisco do Sul, 08/12/2023.



Jefferson Pacheco de Moraes
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LAUDA DL. 021-2023-FMS IMAES

Publicação Nº 5410621

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 021/2023

OBJETO: Dispensa de Licitação, com a empresa IMAES IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita sob CNPJ n. 12.100.924/0001-49, para aquisição de testes rápidos de Dengue NS1,; imunoensaio para detecção qualitativa do antígeno NS1 do vírus da dengue em amostras de sangue total, soro ou plasma; resultado em até 20 minutos; acompanhando recipiente para tiras; tampão de migração e folheto de instruções em língua portuguesa; validade mínima de 12 meses; acondicionando em embalagem reforçada e apropriada para a validade e procedência. Registro ANVISA/MS, para detecção da doença em pacientes que apresentam sintomas.

DISPOSIÇÃO LEGAL: no inciso II do Artigo 75, da Lei Federal nº 14.133

PREÇO: R\$ 36.450,00 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25001-2119-333903035-163131100000

SAO FRANCISCO DO SUL (SC), 08/12/2023

Jefferson Pacheco de Moraes
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LAUDA ERRATA II PE. 181-2023

Publicação Nº 5410706

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul
Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01
CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
Fones (047) 3471-2230 / 3471-2200 CNPJ 83.102.269/0001-06

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC
AVISO DE ALTERAÇÃO - ERRATA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 181/2023

A PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei 8.666/93, e suas modificações, torna público para conhecimento dos interessados, que, o edital em epígrafe sofreu alterações, conforme abaixo:

LICITAÇÃO Nº 181/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo MENOR PREÇO LOTE O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO, compreendendo o fornecimento de materiais, implantação e remoção de dispositivos para melhoria das condições de segurança, tráfego e revitalização de áreas de pedestres para acessibilidade, a ser utilizada pelo departamento municipal de trânsito – DEMTRAN, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1) EDITAL

INCLUI-SE:

9.11.4 – A Licitante deverá comprovar que está regularmente inscrita no Conselho de Classe e bem assim seus respectivos profissionais, mencionados no Atestado de Capacidade Técnica ou documento equivalente, descrito no item 9.11.1, e que exerceu atividade no ramo de no mínimo 50% do objeto licitado.

As alterações e as peças técnicas retificadas estão disponíveis no link
<https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/licitacao/2160/pregao-eletronico-181-2023-errata>

Certame fica agendado para o dia 22/12/2023 e horário às 09h;

São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2023.

CARLOS ROBERTO NUNES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 19.003/2023

Publicação Nº 5410420

PORTARIA nº 19.003, de 07 de dezembro de 2023.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme a Portaria nº 18.665/2023 que nomeou a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial;

Considerando o despacho de decisão no processo de sindicância investigativa nº 013/2019;

Considerando a Comunicação Interna nº 051/2023, da Comissão de Tomada de Contas Especial;

Considerando a "Declaração de Impedimento" da Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Comissão de Tomada de Contas Especial, a Instauração de Processo de Tomada de Contas Especial, a fim de apurar eventual quantificação de dano ao erário e identificação de responsáveis por prejuízos aos cofres públicos decorrentes da desafetação de áreas, objeto da Lei Municipal nº 1849/2016 e do processo de sindicância investigativa nº 013/2019.

Art. 2º Para fins específicos da presente Portaria, fica declarada impedida a atual presidente da Comissão, Sandra Cristina Stadelhofer Machado, sendo indicada para conduzir e atuar como presidente neste processo a servidora Sueli Marcondes, bem como convocar a 1ª suplente, Patrícia Maria Serapião Queiroz, para auxiliar nos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 18.202/2022.

São Francisco do Sul - SC, 07 de dezembro de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 19.004/2023

Publicação Nº 5410426

PORTARIA nº 19.004, de 08 de dezembro de 2023.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e conforme o Processo Administrativo nº 36505/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar, para todos os fins, o tempo de contribuição da servidora pública municipal TANIA MARA BELLO ZABEL, matrícula nº 219606, inscrita no CPF sob o nº 720.374.409-44, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A averbação, que se refere o artigo anterior, bem como o tempo de contribuição e o tempo de aproveitamento, ocorrem em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição (doc. Anexo) expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, protocolo nº 19001010.1.03102/23-1, no dia 29 de novembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 08 de dezembro de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 19.005/2023

Publicação Nº 5410437

PORTARIA nº 19.005, de 08 de dezembro de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 20, da Lei Complementar Municipal nº 110, de 15 de dezembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Especial de Seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar responsável pela administração do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar do Município de São Francisco do Sul, no âmbito do Poder Executivo, inclusive suas autarquias e fundações, e do Poder Legislativo, os servidores municipais adiante nominados:

I – Presidente Titular:

a) Sammella Carine Mendes da Rocha Pires.

II – Membros:

- a) Christoffer Pacheco de Moraes;
- b) Fernando Gomes de Fáveri;
- c) Heloiza Fernanda da Costa;
- c) Idelson Alves Porto;
- d) Luciane Janaina Cardoso Romão;
- e) Maikon Jeferson Correa.

Art. 2º É atribuição da Comissão a análise e julgamento das propostas atendendo os critérios estabelecidos no edital, observado o disposto no art. 20, da Lei Complementar Municipal nº 110, de 15 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até a data de aprovação do convênio de adesão pela PREVIC.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 18.722, de 19 de maio de 2023.

São Francisco do Sul - SC, 08 de dezembro de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 2023 CRONOGRAMA

Publicação Nº 5409997

RESOLUÇÃO Nº 007, de 22 de novembro de 2023.

Dispõe sobre aprovação do Cronograma de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM para o ano de 2024:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária:

Considerando, a Lei Municipal nº 581 de 14 de dezembro de 2007 e suas alterações;

Considerando, a reunião ordinária do CMDM, realizada no dia 22 de novembro do corrente;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Cronograma de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para o exercício de 2024, ficando assim constituído:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - SÃO FRANCISCO DO SUL		
2023		
28/02	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
27/03	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
24/04	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
22/05	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
26/06	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social

24/07	09:00h	Secretaria Municipal de assistência Social
28/08	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
25/09	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
23/10	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
27/11	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 2023 PROTOCOLO

Publicação Nº 5410001

RESOLUÇÃO Nº 008, de 22 de novembro de 2023.

Dispõe sobre aprovação do Protocolo Municipal de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência de São Francisco do Sul:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária:

Considerando, a Lei Municipal nº 581 de 14 de dezembro de 2007 e suas alterações;

Considerando, a Audiência Pública realizada no dia 17 de agosto do corrente ano;

Considerando, a reunião ordinária do CMDM, realizada no dia 22 de novembro do corrente;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Protocolo Municipal de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, do município de São Francisco do Sul, que segue em anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 009 DE 2023 PLANO

Publicação Nº 5410002

RESOLUÇÃO Nº 009, de 22 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM para o exercício de 2024:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária:

Considerando, a Lei Municipal nº 581 de 14 de dezembro de 2007 e suas alterações;

Considerando, a reunião ordinária do CMDM, realizada no dia 22 de novembro do corrente, com registro na ATA nº 011/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para o ano de 2024, ficando assim constituído:

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – 2024			
META	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO	PRAZO
Divulgar as ações do CMDM	Através do espaço do Informativo Municipal na rádio; Redes Sociais, site da Prefeitura Municipal; Jornais de divulgação local; Espaços públicos, e associações de bairros;	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria de Comunicação; Rádios; Jornais locais;	fevereiro a dezembro
Realizar palestras/lives e reuniões itinerantes	Promover encontros e rodas de conversa para debater sobre temas relacionados à mulher como o CMDM, e Políticas Públicas voltadas às mulheres; Promover palestras motivacionais.	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Fundação Cultural; Secretaria Municipal de Esportes;	fevereiro a novembro

Realizar a escolha das mulheres para o Troféu Mulher que Faz	Solicitar às entidades do município a indicação de mulheres que prestaram relevantes serviços à comunidade Escolher dentre as indicadas cinco mulheres que receberão o troféu	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Câmara de Vereadores;	Março
Realizar evento alusivo ao dia da Mulher	Promover palestras e debates sobre o Dia Nacional da Mulher - Ação Social na Comunidade da Vila da Glória	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal Assistência Social;	Abril
Promover o Concurso de Redação, com o tema "Construindo lares seguros"	Fazer parcerias com as entidades que participarão do Concurso Mobilizar as mulheres do município a promover suas histórias de vida de acordo com o tema do Concurso	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação;	Abril
Realizar ações para o Dia municipal de combate à violência contra a mulher	Realizar passeata com todos os segmentos envolvidos com a luta pelos direitos da mulher	CMDM e demais entidades e órgão municipais relacionados aos direitos da mulher	07 de Agosto
Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição da gestão do CMDM 2024/2026	Realizar o Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do CMDM da nova gestão 2024/2026.	CMDM	Novembro

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 020 DE 2023 - REGISTRO EQUOTERAPIA

Publicação Nº 5409974

RESOLUÇÃO Nº 020, de 12 de setembro de 2023.

Dispõe sobre o Registro do Centro de Equitação Hipismo e Equoterapia São José do Acaraí de São Francisco do Sul - no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 1793 de 25 de fevereiro de 2016:

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 57, de 26/10/2001, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e suas alterações.

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 522, de 30/03/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR em reunião ordinária, realizada no dia 12 de setembro do corrente ano, o Registro do Centro de Equitação Hipismo e Equoterapia São José do Acaraí de São Francisco do Sul no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul/SC, recebendo o número de registro nº 005.

Art. 2º – Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Joelson Tiburcio dos Passos
Presidente do CMDI

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 021 DE 2023 - ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO CMDI

Publicação Nº 5409975

**RESOLUÇÃO Nº 021, de 21 de setembro de 2023.**

Dispõe sobre alteração das Resoluções nº 013/2022, nº 005/2023 e nº 007/2023 que aprova o Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI/SFS para o exercício de 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, no uso das atribuições de que confere a Lei Municipal nº 522/2007 e suas alterações, em conformidade com a deliberação da sessão plenária.

Considerando em cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/1994, que dispõe da Política Nacional do Idoso e suas alterações;

Considerando em cumprir a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/2003 que dispõe o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 522, de 30/03/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências;

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 926, de 21 de maio de 2010, e suas alterações, que institui o Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências.

Considerando em cumprir o Decreto nº 2741, de 28 de novembro de 2017, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul;

Considerando que o Plano de Ação é um planejamento do Conselho Municipal do Idoso com prioridades em suas ações na área da pessoa idosa mediante aprovação da plenária:

Resolve:

Art. 1º Aprovar, em reunião extraordinária realizada no dia 21 de setembro do corrente, a alteração das Resoluções nº 013/2022, nº 005/2023 e nº 007/2023 que aprova o Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI/SFS para o exercício de 2023.

Art. 2º – Destacamos que essa alteração, é na Meta nº 005, ficando assim disposto:

Rua: Coronel Oliveira, 274 - Centro – São Francisco do Sul – SC - CEP: 89.240-000
Telefone: (47) 3444-5690
E-mail: conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br



ORD.	META	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESPONSÁVEIS E PARCEIROS	VALOR				
05	Financiamento de Programas/ Projetos de Entidades governamentais e não governamentais na área da Pessoa Idosa	1. Elaboração de Edital de Programas/Projetos Sociais voltados ao atendimento da Pessoa Idosa, financiando a sua execução de forma a alcançar os objetivos da política de atendimento à pessoa idosa.	Fevereiro a Dezembro	- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	Governamental: R\$1.000.000,00 Não Governamental R\$1.600.000,00				
					Função 2037 Subfunção 1 Superavit R\$800.000,00 Iniciativa Privada				
					Totalizando: R\$2.600.000,00				
					Iniciativa Privada: R\$2.600.000,00				
					Superavit: R\$800.000,00 Iniciativa Privada: R\$800.000,00				

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Joelson Tibúrcio dos Passos
Presidente do CMDI

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 022 DE 2023 - COMISSÃO EDITAL GOV

Publicação Nº 5409977

RESOLUÇÃO Nº 022, de 21 de setembro de 2023.

Dispõe sobre a criação da Comissão Provisória para elaboração do Edital de Chamamento Público para entidades governamentais.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, no uso das atribuições de que confere a Lei Municipal nº 522/2007 e suas alterações, em conformidade com a deliberação da sessão plenária.

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 522, de 30/03/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências;

Considerando o Plano de Ação e Aplicação do CMDI, para o exercício de 2023;

Resolve:

Art. 1º – APROVAR, em reunião extraordinária, realizada no dia 21 de setembro do corrente ano, a criação da Comissão Provisória para elaboração do Edital de Chamamento Público para entidades governamentais, ficando assim constituída:

- a) OAB;
- b) Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS;
- c) Rede Feminina de Combate ao Câncer de SFS e;
- d) Lar dos Idosos.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Joelson Tiburcio dos Passos
Presidente do CMDI

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 023 DE 2023 - ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5409982

RESOLUÇÃO Nº 023, de 21 de setembro de 2023.

Dispõe sobre aquisição de alimentação para fornecimento nos Jogos Abertos da Terceira Idade - JASTI.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 522 de 30 de março de 2007, e suas alterações, com a deliberação de seus membros:

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 57, de 26/10/2001, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e suas alterações.

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 522, de 30/03/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências;

Considerando, a Resolução nº 014/2022 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano de Ação e Aplicação do CMDI para o exercício de 2023;

Considerando, o Ofício nº 063/2023 encaminhado pela Secretaria de Esportes;

Considerando, a reunião ordinária do CMDI, realizada no dia 21 de setembro do corrente ano.

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR, a aquisição de alimentação para fornecimento nos Jogos Abertos da Terceira Idade – JASTI, para os idosos que participam dos referidos jogos.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Joelson Tiburcio dos Passos
Presidente do CMDI

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 024 DE 2023 - ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO CMDI

Publicação Nº 5409984



Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso
de São Francisco do Sul

RESOLUÇÃO Nº 024, de 14 de novembro de 2023.

Dispõe sobre alteração das Resoluções nº 013/2022, nº 005/2023, nº 007/2023 e nº 021/2023 que aprova o Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI/SFS para o exercício de 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, no uso das atribuições de que confere a Lei Municipal nº 522/2007 e suas alterações, em conformidade com a deliberação da sessão plenária.

Considerando em cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/1994, que dispõe da Política Nacional do Idoso e suas alterações;

Considerando em cumprir a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/2003 que dispõe o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 522, de 30/03/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências;

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 926, de 21 de maio de 2010, e suas alterações, que institui o Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências.

Considerando em cumprir o Decreto nº 2741, de 28 de novembro de 2017, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, em reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro do corrente, a alteração das Resoluções nº 013/2022, nº 005/2023, nº 007/2023 e nº 021/2023 que aprova o Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI/SFS para o exercício de 2023.

Art. 2º – Destacamos que essa alteração, é na Meta nº 005, ficando assim disposto:

Rua: Coronel Oliveira, 274 - Centro – São Francisco do Sul – SC - CEP: 89.240-000
Telefone: (47) 3444-5690
E-mail: conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br



ORD.	META	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESPONSÁVEIS E PARCEIROS	VALOR
05	Financiamento de Programas/ Projetos de Entidades governamentais e não governamentais na área da Pessoa Idosa	1. Elaboração de Edital de Programas/Projetos Sociais voltados ao atendimento da Pessoa Idosa, financiando a sua execução de forma a alcançar os objetivos da política de atendimento à pessoa idosa.	Fevereiro a Dezembro	- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	Governamental: R\$1.000.000,00 Não Governamental R\$1.600.000,00
					Função 2037 Subfunção 1 Superavit R\$1.800.000,00 Iniciativa Privada
					Totalizando: R\$2.600.000,00 Iniciativa Privada: R\$2.600.000,00 Superavit: R\$1.800.000,00 Iniciativa Privada: R\$1.800.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Joelson Tiburcio dos Passos
Presidente do CMDI

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 029 - CONFERENCIA NACIONAL

Publicação Nº 5409830

RESOLUÇÃO CMAS nº 029, de 21 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas para os delegados eleitos na XIV Conferência Estadual de Assistência Social, para participarem da XIII Conferência Nacional de Assistência Social, caso não haja o custeio pelo Estado, e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando em cumprir a Lei Municipal nº 1758, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social.

Considerando: a deliberação em reunião extraordinária do CMAS, do dia 21 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o pagamento de despesas para os delegados eleitos na XIV Conferência Estadual de Assistência Social, para participarem da XIII Conferência Nacional de Assistência Social, caso não haja o custeio pelo Estado.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMAS

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 030 - PLANO DE APLICAÇÃO

Publicação Nº 5409831

RESOLUÇÃO CMAS nº 030, de 09 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundos Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2023.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e

Considerando a Lei Municipal nº 1758, de 30 de setembro de 2015 e sua alteração, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social, em especial o Art. 30 §1º;

Considerando o Decreto nº 2491, de 21 de setembro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul;

Considerando o Ofício nº 087/2023 encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando o Parecer nº 001/2023 da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 09 de novembro do corrente ano, o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2023, que segue em anexo a esta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMAS

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

RESOLUÇÃO Nº 031 - REPROGRAMAÇÃO

Publicação Nº 5409832

RESOLUÇÃO CMAS nº 031, de 09 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a aprovação da Reprogramação parcial de saldos do exercício de 2022, advindos dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e

Considerando a Lei Municipal nº 1758, de 30 de setembro de 2015 e sua alteração, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social, em especial o Art. 30 §1º;

Considerando o Decreto nº 2491, de 21 de setembro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul;

Considerando o Ofício nº 087/2023 encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando o Parecer nº 001/2023 da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, em reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, realizada no dia 09 de novembro do corrente ano, a Reprogramação parcial de saldos do exercício de 2022, advindos dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social, que segue em anexo a esta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMAS

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 046 DE 2023 - REGISTRO IGREJA BATISTA RESTAURAÇÃO

Publicação Nº 5409890

RESOLUÇÃO Nº 046, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o Registro da Igreja Batista Restauração de São Francisco do Sul, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que a documentação da Igreja Batista Restauração de São Francisco do Sul está em conformidade com a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Registro da Igreja Batista Restauração de São Francisco do Sul, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

Art. 2º - O prazo de validade da Inscrição do Programa é de dois anos a contar do ano da emissão desta resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 047 DE 2023 - INSCRIÇÃO DO PROGRAMA DA IGREJA BATISTA RESTAURAÇÃO

Publicação Nº 5409950

RESOLUÇÃO Nº 047, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a Inscrição dos Programas da Igreja Batista Restauração de São Francisco do Sul, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que a documentação da Igreja Batista Restauração de São Francisco do Sul está em conformidade com a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a Inscrição do Programa da Igreja Batista Restauração de São Francisco do Sul, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul, sendo este:

- a) Modalidade – Futebol;
- b) Modalidade – Dança & Teatro.

Art. 2º - O prazo de validade da Inscrição do Programa é de dois anos a contar do ano da emissão desta resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 048 DE 2023 - CANCELAMENTO DA ASSESSORITEC

Publicação Nº 5409951

RESOLUÇÃO Nº 048, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o cancelamento do Registro nº 016 da Associação Educacional e Tecnológica de Santa Catarina de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que não foi realizada a renovação do registro, juntamente com seus programas desde 12/2021 conforme a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR o Registro da Associação Educacional e Tecnológica de Santa Catarina - ASSESSORITEC de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 049 DE 2023 - CANCELAMENTO DA AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL

Publicação Nº 5409952

RESOLUÇÃO Nº 049, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o cancelamento do Registro nº 023 da Ação Social Paroquial de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que não foi realizada a renovação do registro, juntamente com seus programas desde 12/2021 conforme a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR o Registro da Ação Social Paroquial de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 050 DE 2023 - CANCELAMENTO DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO MAR

Publicação Nº 5409954

RESOLUÇÃO Nº 050, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o cancelamento do Registro nº 034 da Associação Amigos do Museu do Mar, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que não foi realizada a renovação do registro, juntamente com seus programas desde de 2021 conforme a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR o Registro da Associação Amigos do Museu do Mar de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 051 DE 2023 - CANCELAMENTO DO GERAR

Publicação Nº 5409955

RESOLUÇÃO Nº 051, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o cancelamento do Registro nº 039 do GERAR, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que não foi realizada a renovação do registro, juntamente com seus programas desde de 2022 conforme a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR o Registro do GERAR de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 052 DE 2023 - CANCELAMENTO DO INSTITUTO PREVENIR

Publicação Nº 5409957

RESOLUÇÃO Nº 052, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre o cancelamento do Registro nº 043 do Instituto Prevenir de Educação e Cultura, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, que não foi realizada a renovação do registro, juntamente com seus programas desde de 2021 conforme a Resolução nº 032/2023.

Considerando, a reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR o Registro do Instituto Prevenir de Educação e Cultura de São Francisco do Sul, juntamente com seus Programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 053 DE 2023 - DIRETORIA

Publicação Nº 5409958

RESOLUÇÃO Nº 053, de 19 de julho de 2023.

Dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Gestão 2023/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, a Lei Municipal nº 2172 de 08 de abril de 2019, que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente [...] e dá outras providências.

Considerando, o Art. 21 do Decreto Municipal nº 1334 de 16 de junho de 2011, que institui o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Considerando, a Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente realizada no dia 19 de julho do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR, a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Gestão 2023/2025, ficando assim constituída:

- a) Presidente: Misael Ferreira Thiago
- b) Vice-Presidente: Taiane de Oliveira Bitencourt
- c) Secretária: Laura Alice Klueger

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 054 DE 2023 - DIRETORIA

Publicação Nº 5409959

RESOLUÇÃO Nº 054, de 28 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 053/2023 que aprova a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Gestão 2023/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, a Lei Municipal nº 2172 de 08 de abril de 2019, que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente [...] e dá outras providências.

Considerando, o Art. 21 do Decreto Municipal nº 1334 de 16 de junho de 2011, que institui o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Considerando, a Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente realizada no dia 28 de novembro do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR, a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Gestão 2023/2025, ficando assim constituída:

- a) (...)
- b) Vice-Presidente: Beatriz Dircelha dos Santos
- c) (...)

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Misael Ferreira Thiago
Presidente do CMDCA

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESULTADO EDITAL 015 VIVER SÃO CHICO - DEZEMBRO 2023

Publicação Nº 5411175

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2022 PARA CADASTRAMENTO DE EXPOSITORES PARA A FEIRA CULTURAL - VIVER SÃO CHICO

A Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul – Fucisf torna público o resultado preliminar das inscrições para a Feira Cultural Viver São Chico, conforme condições e exigências contidas no Edital de Cadastro nº 015/2022.

Os cadastrados que tiveram suas inscrições deferidas poderão participar das edições do Viver São Chico a partir de dezembro de 2023.

Os credenciados que tiveram suas inscrições indeferidas poderão entrar com recurso através do e-mail cultura@saofranciscodosul.sc.gov.br, conforme edital, apresentando as razões devidamente fundamentadas.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Categoria	Cadastrado
Artesanato	NELZIRA KOSTER
	ELIZETE INÊS PALUDO

São Francisco do Sul, 07 de novembro de 2023.

Marianna Corrêa
Diretora Presidente
Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - Fucisf

EDITAL PE. 181-2023 (II ALTERAÇÃO

Publicação Nº 5410718

**EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 181/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29642/2023**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE MEDIANTE O PREGOEIRO (A) DESIGNADO (A) PELA PORTARIA Nº 18.856 DE 21 DE AGOSTO DE 2023, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, ATRAVÉS DE **REGISTRO DE PREÇO**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021 E ALTERAÇÕES, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DECRETO MUNICIPAL N. 4.108/2022 E ALTERAÇÕES, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 22 de dezembro de 2023.

Horário: 09h (nove horas)

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Impugnações e Esclarecimentos: até às 14h horas do dia 18 de dezembro de 2023.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO**, compreendendo o fornecimento de materiais, implantação e remoção de dispositivos para melhoria das condições de segurança, tráfego e revitalização de áreas de pedestres para acessibilidade, a ser utilizada pelo departamento municipal de trânsito – DEMTRAN, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTE ÚNICO**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço total do **LOTE ÚNICO**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;

1. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

1.3. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	1 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Ação	1004 – SINALIZAÇÃO DE CONTROLE VIÁRIO
Elemento de Despesa	333903044 – MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS 333903924 – SERVIÇOS DE CONFECCÃO, MANUT E INSTALAÇÃO DE SINAL VISUAL E AFINS
Vínculo do Recurso	175270060000 – RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO-PREFEITURA 275270060000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO PREFEITURA

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 1 de 66



2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO.

2.3. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2.4. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

2.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

2.6. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.7.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.3. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 2 de 66



3.5.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.6. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.7.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.7.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.7.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.7.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 3 de 66



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.8. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

5.3. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

5.3.2. Marca de cada item ofertado;

5.3.3. Fabricante de cada item ofertado;

5.3.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 4 de 66



5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor de desconto inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 5 de 66



- 6.9. A etapa de lances da sessão pública será no modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, conforme artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.10. Nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 6.11. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 6.12. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente do prazo para envio de lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.13. Em sequência, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.14. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15. Na ausência de lance final e fechado, poderá haver o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.16. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente dos preços apresentados.
- 6.17. Poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro



horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.3.1. Nos moldes do Art. 29 do Decreto Municipal n. 4108/2022;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 7 de 66



7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 8 de 66



8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02h (duas horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação.

8.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.7.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 9 de 66



8.7.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até **03 (três) dias úteis**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente, nos termos do §5º, do artigo 17, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.1.1. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à



autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

9.2. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 11 de 66



9.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

9.4. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02h (duas horas)**, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 12 de 66



9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;



9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.10.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu ou assinatura digital.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 14 de 66



9.1.1.1. Para complemento de comprovação da Capacidade Técnica, o proponente poderá juntar à sua habilitação documento hábil a comprovar as informações, como contrato de fornecimento a que se refere o atestado, notas fiscais ou outros documentos que eventualmente possam demonstrar com precisão maiores especificações das informações.

9.1.1.2. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

9.1.1.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nos incisos III e IV, do caput, do artigo 87, da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.11.4. A Licitante deverá comprovar que está regularmente inscrita no Conselho de Classe e bem assim seus respectivos profissionais, mencionados no Atestado de Capacidade Técnica ou documento equivalente, descrito no item 9.11.1, e que exerceu atividade no ramo de no mínimo **50% do objeto licitado**.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 15 de 66



9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02h (duas horas)** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 16 de 66



11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. As regras acerca da garantia de execução são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 17 de 66



15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Compra/Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 18 de 66

**16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de Autarquia ou Fundação.

20.2. Os critérios das sanções administrativas estão previstos no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** DEVERÃO ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 19 de 66



21.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 20 de 66



22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. O município, através da solicitação da autoridade competente, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, Praça Getúlio Vargas, n. 01, Centro – Setor de Licitações e Contratos –, nos dias úteis, no horário das 08 às 14, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados, assim como, disponíveis através do link <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/licitacoes>

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;

São Francisco do Sul, 30 de novembro de 2023.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 21 de 66



Godofredo Gomes Moreira Filho
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO, compreendendo o fornecimento de materiais, implantação e remoção de dispositivos para melhoria das condições de segurança, tráfego e revitalização de áreas de pedestres para acessibilidade, a ser utilizada pelo departamento municipal de trânsito – DEMTRAN, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE 01

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
1	Fornecimento de placa para sinalização viária, confeccionada em chapa de aço nº 18, 1,25mm de espessura, com frente revestida com película refletiva grau engenharia prismático tipo I, e legendas em adesivo engenharia grau tipo IV, conforme NBR 14644	m²	600,00	R\$ 613,66
2	Serviço com material para pintura, com tinta acrílica para demarcação viária e adição de microesfera. (faixas longitudinais, legendas, etc)	m²	10.000,00	R\$ 38,36
3	Fornecimento e instalação de tachão refletivo bidirecional.	unidade	5.000,00	R\$ 49,99
4	Fornecimento e instalação de tacha refletiva bidirecional	unidade	2.000,00	R\$ 22,33
5	Fornecimento e instalação de semipórtico com suporte em tubo de aço galvanizado com Ø 4 1/2" e parede de 4,75mm com comprimento de 6,00m e com braço projetado com Ø 4" e parede de 4,5mm com comprimento de 4,70m, com instalação de placa de sinalização	unidade	20,00	R\$ 12.181,93
6	Mastros (suportes) com furos, aletas antigiro de 10cm cada, em aço galvanizado a fogo, para fixação de placa de sinalização de trânsito, com 03 (Três) metros de altura, 2" (polegadas) e 2,65mm de parede, com tampa, parafusos sextavados rosca inteira com medidas de bitola de 5/16" e comprimento de 2.1/2", porcas e arruelas compatíveis.	unidade	600,00	R\$ 354,43

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 22 de 66



1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 4.108/2022 e alterações, constarão nos autos do processo administrativo;

1.3. O serviço possui características de natureza comum, ou seja, é um serviço em que há disponibilidade de diversas empresas na região para prestar o serviço de sinalização viária, os quais possuem normativos próprios da ABNT para a sua fabricação e execução, não se enquadrando nos termos do artigo 6º, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021;

1.4. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze)** meses, com início após a data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021;

1.5. A execução dos serviços será de forma parcelada, de modo a atender as necessidades específicas de sinalização viária, no decorrer da vigência do Contrato.

1.6. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.6.1. Anexo A – Caderno Técnico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A execução de serviços e sinalização e fornecimento de materiais de sinalização viária, conforme regulamentos da Lei 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro e normativos do CONTRAN, que entre outros, OBRIGA o órgão de trânsito, neste caso o Departamento Municipal de Trânsito – DEMTRAN, em manter a sinalização viária de forma imperativa, sempre suficiente, padronizada, clara, precisa e confiável, visível e com sua manutenção e conservação periódica.

2.2. Com a contratação, objetiva-se a correta sinalização viária de modo a proporcionar segurança nas vias para todos os usuários (pedestres, ciclistas, e veículos automotores), além de cumprir seu compromisso legal e obrigatório.

2.3. A execução dos serviços, será dividida ao longo do prazo de vigência do contrato (12 meses), conforme a demanda e necessidades do DEMTRAN.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

3.3.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 23 de 66



3.3.2. A Contratante se reserva no direito de exigir Laudos de qualidade dos materiais fornecidos, os quais serão custeados pela Contratada. Este Laudo deverá ser fornecido pelo fabricante ou entidade de reconhecida capacidade técnica.

4. EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO.

4.1. O prazo de execução do serviço é de 12 (doze) meses, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela órgão e/ou setor demandante.

4.2. A contratada terá até 05 (cinco) dias corridos para mobilização e início da execução do serviço, e após a execução total do objeto contratado, terá até 05 (cinco) dias corridos para comunicar o fato a contratante.

4.3. O serviço será executado nos locais indicados pelo DEMTRAN, nas vias abertas à circulação pública de São Francisco do Sul/SC, conforme a demanda necessária.

4.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.6. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço executado, provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 24 de 66



5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente a execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Executar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

6.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 25 de 66



7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar o serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das medições e aceite do serviço executado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 26 de 66



10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 27 de 66



EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de Autarquia ou Fundação.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.2.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 28 de 66



13.2.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.2.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.2.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.2.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.2.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.2.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.2.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa, equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 29 de 66



13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.11. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Município.

13.12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.12.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 30 de 66

**14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

14.1 O custo total da aquisição é de **R\$ 1.502.702,60** (Um milhão, quinhentos e dois mil, e setecentos e dois reais e sessenta centavos)

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	09001
Ação	0008
Elemento de Despesa	33903044 / 33903924
Vínculo do Recurso	17527006 / 27527006

LUIZ ELMAR ALVES FAGUNDES

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 31 de 66

**ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA – CADERNO TÉCNICO****1. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DO SERVIÇO:**

Os serviços de manutenção da sinalização existente serão executados em vias, logradouros e espaços públicos, conforme determinação prévia da equipe de fiscalização do DEMTRAN, mediante ordem de serviço.

A implantação e/ou modificação de sinalização existente, devem ocorrer de acordo com projeto e determinações da Fiscalização do DEMTRAN.

1.1 HORÁRIO DOS SERVIÇOS

Os serviços acontecerão diariamente (dias úteis), no horário compreendido preferencialmente das 07:00 às 18:00h, com seus devidos intervalos para almoço/descanso.

Havendo acordo entre as partes, a sinalização poderá ser executada em períodos diferentes, de modo a garantir a secagem de tinta para liberação do tráfego, principalmente de eixos de vias principais ou estreitas com duplo sentido de tráfego.

1.2 ESPECIFICAÇÕES DA ABNT:

NBR – 5580 – Tubos de aço-carbono para usos comuns na condução de fluidos – Requisitos e ensaios.

NBR – 6323 – Produtos de aço ou Ferro Fundido revestido de zinco por imersão a quente.

NBR – 16.184 – Sinalização horizontal viária – Microesferas de vidro – Requisitos

NBR – 11862 – Tinta para sinalização horizontal à base de resina acrílica.

NBR – 11904 – Placas de aço zincado para sinalização viária.

NBR – 13132 – Termoplástico para sinalização horizontal aplicado pelo processo de extrusão.

NBR – 14644 – Sinalização vertical viária – Películas – Requisitos.

NBR – 14891 – Sinalização viária – Placas.

NBR – 15402 – Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação.

NBR – 15405 – Sinalização horizontal viária – Tintas – Procedimentos para execução da de-marcação e avaliação.

1.3 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

NR 6: Norma regulamentadora nº 06 e da Lei Federal nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, aprovada pela Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 2006 do Ministério do Trabalho, e suas alterações/atualizações;

CTB: Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997;

MBST: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, editados pelo CONTRAN;

1.4 FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DE QUALIDADE E SINALIZAÇÃO DE OBRAS:**Controle de Qualidade da Aplicação:**

Todas as etapas dos serviços serão fiscalizadas pela equipe do DEMTRAN, através de seus servidores; Além dos equipamentos e vestimentas exigidas por lei e normas de segurança (NR6), os funcionários

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 32 de 66



deverão apresentar-se uniformizados;

A contratada deverá manter no local de serviço, equipamentos necessários para que possam ser realizados ensaios de controle de execução dos serviços, tais como medidos de espessura de película seca, portar termômetro e higrômetro portáteis para efetuar o controle de temperatura ambiente e umidade relativa do ar, bem como equipamentos de proteção individual e dispositivos para sinalização de segurança;

Os controles de campo estão descritos a seguir:

Espessura:

A determinação da espessura da película das demarcações viárias deverá ser tomada no ato da execução dos serviços de acordo com os procedimentos da NBR 15405 – Sinalização Horizontal Viária – Tintas – Procedimentos para execução da Demarcação e Avaliação.

Aceitação / Rejeição dos Serviços:

Os serviços poderão ser rejeitados e sujeitos a serem refeitos sem qualquer ônus para o DEMTRAN, nos seguintes casos:

- Remoção de películas refletivas das placas com facilidade, sem ser de forma quebradiça (pedaços pequenos);
- Pórticos desaprumados;
- Placas danificadas ou com sinais de oxidação, furação maior ou menor que 43cm entre furos para fixação;
- Suportes (mastros) sem aletas anti-giro, amassados, espessura inferior ao especificado, ou com furação diferente de 43cm;
- Desvio de marcas longitudinais maiores que 3cm em 10m na execução de marcas retas;
- Dimensões das marcas diferente ao especificado pelo DEMTRAN (largura, espaçamento, extensão);
- Equipamentos para aplicação não atender ao especificado;
- Utilização de material divergente da especificação deste Termo de Referência;

Nos procedimentos de controle de qualidade serão considerados os seguintes parâmetros:

- a) Para todos os materiais é previsto um desgaste máximo no final do período de garantia, cujos parâmetros aceitáveis encontram-se especificados nos respectivos itens;
- b) A duração exigida refere-se a todos os serviços que apresentarem desgaste prematuro ou alteração de suas características iniciais pela ação do tempo e intempéries. Também será considerado o volume médio diário – VDM de projeto ou sua alteração ao longo do tempo como parâmetro definidor do prazo de garantia;
- c) Tipos de pavimentos: betuminosos ou concreto de cimento portland.

Chegada e Aplicação dos Materiais:

Os materiais, quando de sua aplicação, devem ser previamente analisados e, acompanhados de ensaio do respectivo lote de fabricação, emitido por Instituto credenciado à ABIPT – Associação Brasileira de Institutos de Pesquisas Tecnológicas, para a emissão de relatório de aprovação. Será realizada a

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 33 de 66



inspeção visual conforme normas da ABNT.

Sinalização de Obra:

Todos os serviços de execução da sinalização somente deverão ser iniciados após a instalação de desvio de tráfego e proteção pessoal, fornecida pela contratada, tais como: barreira, coletes refletivos, capacetes, sinalizadores de luz intermitentes, cones, placas, bem como a presença da fiscalização.

O padrão da sinalização temporária, deve atender ao MBST – Volume VI editado pelo CONTRAN;

Documentação

A documentação referente aos serviços executados deve ser guardada, no mínimo, pelo período de garantia prevista no contrato.

Esta documentação servirá de subsídio na análise de desempenho durante aquele período.

Deve ser composta por projetos, certificados de ensaios dos materiais utilizados. Além de conterem informações relativas aos requisitos básicos descritos, devem ser registrados o local, data e horário da aplicação, empresa executora e eventuais problemas encontrados durante a execução.

1.5 EQUIPE TÉCNICA E DE SERVIÇOS**Equipe Técnica**

Durante a execução, a empresa deverá manter um encarregado de equipe, responsável pelos serviços relacionados.

Equipes – Implantação / Manutenção

As equipes de Implantação/Manutenção, deverão ser estruturadas de forma a preencher todas as funções necessárias para a execução dos serviços previstos, quais sejam:

- Operações diversas e operação dos equipamentos;
- Equipes auxiliares;
- Equipes de apoio;
- Equipes de escolta.

Nos preços unitários, deverão estar inclusos todos os custos das equipes alocadas.

1.6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Quantidade de Serviço e Orçamento**

O DEMTRAN, se reserva no direito de exigir modificações (readequações de quantitativos sem reflexo financeiro) que poderão acarretar redução ou acréscimo de quantidades de serviços, sem alteração do valor contratual, não cabendo ao contratado o direito a qualquer reclamação ou indenização, durante a vigência do Contrato.

Medição dos Serviços

Para efeito de medição, os serviços serão considerados concluídos depois de executados/entregues, todos os procedimentos solicitados, de acordo com os projetos apresentados, ART de execução, apresentação de fotos impressas e em meio digital e diário de obra.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 34 de 66

**Serviços**

- Fornecimento de placas de sinalização para regulamentação e advertência;
- Fornecimento e instalação de semipórticos;
- Fornecimento e aplicação mecânica/manual de tinta à base de resina acrílica com microesferas de vidro e solvente (espessura mínima 0,6mm) para sinalização horizontal;
- Fornecimento e implantação de tachas refletivas;
- Fornecimento e Implantação de tachões refletivos;

Garantia

Independentemente dos ensaios e inspeções realizadas durante os procedimentos de execução dos serviços, no que trata da durabilidade dos materiais e serviços, a contratante se reserva no direito de suprimir ou determinar realização de novos ensaios, a seu exclusivo critério, dentro do período de garantia, às expensas da Contratada.

1.7 SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORINZONTAL (PINTURA)**Demarcação viária com tinta a Base de Resina Acrílica padrão ABNT 11862**

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas ou grumos.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e ter a consistência especificada, sem ser necessária à adição de outro aditivo. No caso de adição de microesferas de vidro, tipo I-B, pode ser adicionado no máximo 5% de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto de viscosidade.

As tintas (especificação NBR 11862) deverão ser aplicadas na espessura úmida de 0,6 mm de acordo com os procedimentos da NBR 15405.

Padrão de tonalidade

Cor	Tonalidade
Amarela	10 YR 7,5/14
Branca	N 9,5
Vermelha	7,5 R 4/14
Azul	5 PB 2/8
Preta	N 0,5

Microesferas de vidro

As microesferas a serem utilizadas devem satisfazer as especificações da NBR 16.184 com ensaios da NBR 15199. As microesferas devem ser adicionadas em duas etapas:

1ª etapa – tipo I-B – incorporada a tinta antes de sua aplicação, a razão mínima de 200 a 250gramas por litro de tinta.

2ª etapa – tipo II-A – aplicada por aspersão, concomitantemente com a aplicação da tinta, à razão que assegure a mínima retro refletividade especificada.

Equipamentos**Equipamentos de limpeza**

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000



Devem ser constituídos por vassouras, escovas, compressores para limpeza com jato de ar ou de água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

Equipamentos de aplicação

As máquinas para aplicação de tinta de demarcação viária devem conter, no mínimo os seguintes itens:

- Motor para autopropropulsão;
- Compressor com tanque pulmão de ar, com capacidade no mínimo 20% superior à necessidade típica da aplicação (Vazão de 3m³/min e pressão de 7 kgf/cm²);
- Tanques pressurizados para tinta, fabricados em aço inoxidável preferencialmente, ou aço carbono, material que requer manutenção mais intensa;
- Reservatórios para microesferas de vidro a serem aplicadas por aspersão;
- Agitadores mecânicos para homogeneização da tinta;
- Quadro de instrumentos e válvulas para regulagem, controle de acionamento das pistolas;
- Conta-giro, horímetro e odômetro;
- Sistema de limpeza com solvente;
- Sistema sequenciador para atuação automática das pistolas na pintura, permitindo variar o comprimento e a cadência das faixas;
- Dispositivos a ar comprimido para aspersão de microesferas de vidro (espalhadores), devendo apresentar flexibilidade para troca de bicos (orifícios), adequando-se para aspergir microesferas de vidro de quaisquer granulometrias a pressões entre 0,15 kgf/cm² e 0,35 kgf/cm²;
- Sistemas limitadores de faixa;
- Sistema de braços suportes para pistolas;
- Sistemas de pistolas manuais atuadas pneumaticamente, passíveis de uso em ambos os lados;
- Dispositivos de segurança.

Outros

Um termômetro para quantificar a temperatura ambiente, do pavimento e um higrômetro para umidade relativa do ar.

Equipe de aplicação

A equipe deverá ser composta de dois grupos de trabalho, constituído por uma equipe de aplicação e outra de apoio.

A equipe deverá ser composta com colaboradores que atendam as seguintes finalidades:

- Supervisão;
- Pré-marcação e pintura de acordo com o projeto;
- Controle de qualidade (alinhamento, largura, espessura e retro refletância inicial);
- Operação dos equipamentos e veículos envolvidos; e
- Sinalização e canalização de segurança e apoio operacional.

**Sinalização de segurança**

Os serviços de execução de sinalização horizontal só podem ser iniciados após a instalação de todos os elementos para uma sinalização de obra adequada a cada local de serviço.

Estes elementos devem atender as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

Preparação do material

A tinta não deve apresentar separação de fases, mas se houver sedimentação (parte sólida no fundo do balde), deve ser de fácil homogeneização. Caso não seja possível homogeneizar manualmente, a tinta não deve ser aplicada.

A tinta deve ser homogeneizada antes de sua deposição no tanque e deve apresentar a consistência especificada, sem ser necessária à adição de outro aditivo qualquer, salvo a adição de no máximo 5% de solvente para correção da consistência devido à adição de microesferas Tipo I-B. Caso haja necessidade de adição de solvente para diluição, o mesmo deve ser misturado à tinta no balde antes de sua deposição no tanque.

Preparação do Pavimento

A superfície a ser demarcada deve se apresentar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material estranho que possa prejudicar a aderência da tinta ao pavimento

Quando a varrição ou aplicação de jato de ar comprimido não for suficiente para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido

As sinalizações existentes no trecho a ser pintado que discordem do projeto devem ser removidas ou recobertas, não deixando quaisquer marcas ou falhas que possam prejudicar a nova sinalização.

Nos pavimentos novos deve ser previsto um período para sua cura antes da execução da sinalização definitiva, de uma a duas semanas.

Pré-Marcação

Antes da aplicação da tinta deve ser feita a pré-marcação, seguindo-se rigorosamente as cotas do projeto.

Na repintura é permitido o uso das faixas antigas como referencial desde que não comprometa as cotas do projeto.

Demarcação

É necessário verificar as seguintes condições ambientais para executar-se a demarcação:

- Temperatura ambiente a 5°C;
- Temperatura ambiente inferior a 40°C;
- Temperatura do pavimento superior a 3°C do ponto do orvalho;
- Umidade relativa do ambiente (ar) menor que 85%;
- Que não esteja chovendo ou chovido antes de 2h da execução.



Em caso de equipamentos autopropulsados desenhados com controles para aplicação em condições climáticas adversas, permite-se o seu uso fora das faixas indicadas, quanto a temperaturas, porém se mantêm as restrições em relação à chuva ou excesso de umidade e ponto de orvalho.

Espessura

A medição da espessura úmida da tinta aplicada é avaliada através de placa metálica e de “pente medidor”.

A espessura da película seca aplicada deve ser medida através da massa do material sobre uma área conhecida e sua massa específica ou pelo método magnético. As medidas devem ser realizadas sem adição de microesferas de vidro o Tipo II-A.

Para cada 200 m² de área demarcada ou em cada jornada de aplicação deve ser colhida, no mínimo, uma amostra para verificação da espessura da película aplicada.

Devem ser realizadas no mínimo dez medidas em cada amostra e o resultado deve ser expresso pela média das medidas.

Pagamento

O preço unitário inclui mão de obra, inclusive pré-marcação, equipamentos, materiais, transporte e despesas com pessoal.

Medição

Pintura mecânica: será medida a área pintada em m², após verificada a refletorização inicial e a qualidade de acabamento.

Pintura manual: será feita pela área da figura geométrica circunscrita e/ou símbolos em m², após verificada a refletorização inicial e a qualidade de acabamento.

Garantia

As cores branca, amarela e vermelha devem manter-se constantes e uniforme durante o período de garantia do serviço pela contratada.

O material fornecido e aplicado deverá ser garantido contra o baixo índice de cobertura e não se desgastar prematuramente em consequência dos esforços provenientes do tráfego de veículos ou da ação dos agentes atmosféricos.

Em caso de falhas de aplicação ou eventual falta de qualidade do material aplicado, a contratada deverá refazer o trecho falho, sem qualquer ônus adicional ao DEMTRAN.

A quantidade de microesferas de vidro incorporadas ao material deve assegurar um mínimo de 70 mcd.m² durante o período de garantia.

O período de garantia do serviço de demarcação viária com tinta a Base de Resinas Acrílicas deverá ser de 2 anos com volume de tráfego diário –VDM até 3000.



1.8 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TACHAS

Definição:

Tacha mono e bidirecional refletiva um dispositivo de sinalização horizontal fixado na superfície do pavimento, de formato tronco – piramidal, com uma (mono) ou com duas (bi) faces opostas retro refletivas nas cores compatíveis ao sentido de tráfego a que se destina:

Amarela: instalada para separar faixas de sentido oposto de circulação;

Branca: instalada para separar faixas de mesmo sentido de circulação.

Dimensões:

Deverão estar de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito Volume VI, editado pelo CONTRAN;

Material:

Corpo da Tacha: deverá ser feito de material resistente, tipo resina de poliéster com cargas minerais não reativas, resistentes aos esforços e impactos, e pigmentados nas cores amarela para a que tiver elementos refletivos amarelos, e branca para a que tiver elementos refletivos branco e vermelho.

Fixação:

Meio mecânico: A tacha terá engastado no centro da base um pino ranhurado (parafuso) de aço com tratamento anticorrosivo.

Meio químico: Cola a ser fornecida junto com a tacha.

Condições específicas:

Resistência à compressão:

A tacha deverá suportar carga de no mínimo 15.000 kgf.

Cores: Deverão ser indelévels, obedecendo padrão Munsell, conforme a seguir:

Branco: P. M. N 9,5. Obedecida a tolerância de N 9.0:

Amarelo: P. M. 10 YR 7.5/14, obedecida a tolerância de 10 YR 8/16.

Elemento refletivo:

Os retrorrefletores deverão estar perfeitamente embutidos no corpo da tacha e deverá resistir ao impacto de pneumáticos e às condições ambientais (intempéries, poluição, etc).

1.9 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TACHÃO

Definição:

Tachão mono ou bidirecional é um dispositivo de sinalização horizontal fixado na superfície do pavimento, de formato tronco - piramidal, com duas faces opostas retrorrefletivas nas cores compatíveis ao



sentido de tráfego a que se destina, e tem por objetivo balizar as faixas de tráfego definindo-as adequadamente.

Amarela: instalada para separar faixas de sentido oposto de circulação;

Branca: instalada para separar faixas de mesmo sentido de circulação.

Dimensões:

Deverão estar de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito Volume VI, editado pelo CONTRAN;

Material:

Corpo do Tachão: deverá ser feito de material, tipo resina de poliéster com cargas minerais não reativas, resistente aos esforços e impactos, e pigmentados na cor amarela ou branco.

Fixação:

Meio mecânico: O tachão terá engastados na base dois pinos ranhurados (parafusos), com $\varnothing 3/8"$, de aço com tratamento anticorrosivo;

Meio Químico: Cola, a ser fornecida junto com o tachão.

Condições específicas:

Resistência à compressão:

O tachão deverá suportar carga de, no mínimo, 10.000 Kg. Cor Amarela: Deverá ser indelével, obedecendo ao Padrão Munsell, P.M. 10 YR 7,5/14, obedecida a tolerância de 10 YR 8/16.

Elemento refletivo:

Os retrorefletores deverão estar perfeitamente embutidos no corpo do Tachão e deverá resistir aos impactos de pneumáticos e às condições Ambientais (intempéries, poluição, etc.)

Serviço de colocação:

Após a aplicação do material na pista será feita uma inspeção visual que determinará a aceitação ou rejeição do serviço.

Deverá ser apresentado certificado técnico comprovando a resistência a compressão do material, emitido por laboratório de instituição oficial, a partir de amostras recolhidas aleatoriamente pela fiscalização conforme normas da ABNT.

Remoção de tachas e tachões:

A retirada de peças da pista de rolamento deve ser feita sempre que houver necessidade de manutenção corretiva ou quando houver necessidade de alteração da sinalização existente. Nos casos de manutenção corretiva ou coleta de amostra, a remoção de uma unidade implica na imediata implantação de uma nova peça.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 40 de 66



Para a remoção da peça devem ser utilizadas alavancas, que possam ser inseridas em sua parte inferior, de modo alternado em duas de suas extremidades opostas, até a completa retirada da peça. Em seguida deve-se recompor o pavimento e, se for o caso, colar a nova peça.

Em caso de quebra da peça com a exposição do pino, este deve ser retirado, o pavimento recomposto e uma nova peça implantada no local.

Pagamento:

O preço unitário inclui mão-de-obra de fabricação, todos os materiais da fabricação, o transporte até o local da implantação e a implantação propriamente dita, além da remoção de tachas e tachões antigos.

A unidade empregada será a unidade e será paga pela totalização de tachões implantados de acordo com o projeto e medição dos serviços efetivamente executados e aceitos.

1.10 PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Esta especificação fixa condições exigíveis relativas ao fornecimento das placas de sinalização viária para o DEMTRAN, conforme as características técnicas especificadas na Norma pelo departamento de trânsito.

A quantidade, dimensões, códigos e informações complementares serão apresentadas pelo DEMTRAN quando da emissão da ordem de serviço;

Objetivo

Fornecer as placas de sinalização viária, conforme padrões e demais características, determinadas pelo DEMTRAN, com objetivo padronizar a sinalização vertical das vias de São Francisco do Sul.

Requisitos Específicos**Chapas**

As chapas a serem utilizadas serão de chapa de aço galvanizado à quente número #18 - NBR 11904.

Todas as chapas terão cantos arredondados com raio 2 cm, exceto as R1 e R2, que terão cantos vivos.

O verso das chapas de aço deverá receber acabamento em pintura preto fosco tipo poliuretano. Deverão ainda ser colocadas no verso das placas as seguintes informações: Nome do Fabricante, mês/ano da fabricação;

Películas Refletivas e não refletivas

As películas a serem utilizadas devem atender a Norma ABNT NBR 14644/01. As películas refletivas serão do tipo I-A e as películas não refletiva serão do tipo IV; empregadas de acordo com as especificações de cada modelo de placa.

Instalação

A instalação das placas e dos suportes será realizada pelo DEMTRAN.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000



Características dos Sinais de Regulamentação

Forma		Cor	
 OBRIGAÇÃO/ RESTRICÇÃO	 PROIBIÇÃO	Fundo	Branca
		Símbolo	Preta
		Tarja	Vermelha
		Orla	Vermelha
		Letras	Preta

Características dos Sinais R-1 e R-2

Sinal		Cor	
Forma	Código		
	R-1	Fundo	Vermelha
		Orla interna	Branca
		Orla externa	Vermelha
		Letras	Branca
	R-2	Fundo	Branca
		Orla	Vermelha

Cor	Padrão Münsell (PM)	Utilização nos sinais de regulamentação
vermelha	7,5 R 4/14	fundo do sinal R-1; orla e tarja dos sinais de regulamentação em geral.
preta	N 0,5	símbolos e legendas dos sinais de regulamentação.
branca	N 9,5	fundo de sinais de regulamentação; letras do sinal R-1.

R - red -vermelho
N - neutral (cores absolutas)

Características das Informações Complementares

Cor	
Fundo	Branca
Orla interna (opcional)	Vermelha
Orla externa	Branca
Tarja	Vermelha
Legenda	Preta

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000



Características dos Sinais de advertência

Forma	Cor	
	Fundo	Amarela
	Símbolo	Preta
	Orla interna	Preta
	Orla externa	Amarela
	Legenda	Preta

Características do Sinal A-14

Forma	Cor	
	Fundo	Amarela
	Símbolo	Verde Amarela Vermelha Preta
	Orla interna	Preta
	Orla externa	Amarela

Características do Sinal A-24

Forma	Cor	
	Fundo	Laranja
	Símbolo	Preta
	Orla interna	Preta
	Orla externa	Laranja

Cor	Padrão Munsell	Utilização nos Sinais de Advertência
Amarela	10YR 7,5/14	fundo e orla externa dos sinais de advertência; foco semafórico do símbolo do sinal A-14.
Preta	N 0,5	símbolos, tarjas, orlas internas e legendas dos sinais de advertência.
Verde	10 G 3/8	foco semafórico do símbolo do sinal A-14.
Vermelha	7,5 R 4/14	foco semafórico do símbolo do sinal A-14.

PM – Padrão Munsell
Y – Yellow-amarelo
N – Neutral (cores absolutas)
R – Red-vermelho
G – Green-verde

Entrega

As placas deverão ser entregues com data e horários marcados, no depósito do DEMTRAN/SFS, localizado na R. Felipe Schmidt, 87 – Centro, São Francisco do Sul – SC, CEP: 89240-000, após solicitação pelo DEMTRAN/SFS.

1.11 FORNECIMENTO DE SUPORTES (MASTROS) PARA FIXAÇÃO DE PLACAS

Serão fornecidos Tubos de aço galvanizado a fogo, com diâmetro de 2 polegadas, espessura de parede de no mínimo 2,65mm, comprimento de 3,00m.

Deverão ser confeccionados em aço carbono categoria SAE 1010x1020, laminado a quente de acordo com NBR 5580 de secção cilíndrica, com costura em peça única e galvanização na parte interna e externa, não devendo existir falha na zincagem possuindo 400 gramas/m² de zinco na superfície, atendendo a

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000



norma NBR 6152 (tração), NBR 6153 (dobramento), NBR 7397, NBR 7398, NBR 7399 e NBR 7400 (galvanização).

Os tubos no segmento enterrado deverão ter aletas de dimensões 0,05x0, 10m para evitar o giro dos tubos e, consequentemente, das placas.

Deverão possuir tampa para vedação da parte superior da coluna em PVC na cor branca com espessura mínima de 3mm de parede ou confeccionada do mesmo material, sendo fixada através de soldagem, garantindo total estanqueidade a água e quando adotado a tampa PVC, a mesma deverá atender as normas ASTM-D. 624-54 quanto ao rasgamento; ASTM D.2240-641, quanto à dureza e MB-57 quanta à tração.

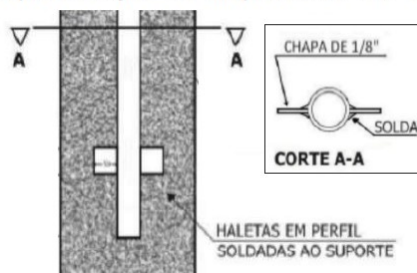
Para cada tubo, deverá ser fornecida um conjunto com 02 (dois) parafusos de 3/8"x2,5", com 2 porcas sextavadas e 4 arruelas lisas equivalentes. Todos os parafusos, porcas e arruelas deverão ser fornecidos em aço zincado.

Os suportes deverão receber furação para fixação das placas, com espaçamento de 43cm entre si.

Especificações Mastro (Suporte)



Especificação do dispositivo Anti-Giro



Entrega

Os materiais deverão ser entregues com data e horários marcados, no depósito do DEMTRAN/SFS, localizado na R. Felipe Schmidt, 87 – Centro, São Francisco do Sul – SC, CEP: 89240-000, após solicitação pelo DEMTRAN/SFS.

1.12 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE SEMI-PÓRTICO, PLACA, BRAÇO PROJETADO E COLUNA.

Composição

Coluna composta com braço projetado para sustentação de placas indicativas de até 3,00 x 1,20 m;

Coluna Cônica

A coluna deverá ter formato cônico octogonal, conforme medidas e especificações a seguir.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

**Coluna:**

Constituída em aço SAE 1010/1020, galvanizado a fogo com altura total de 6,00 m, sendo 4,80 m fora do solo e mais 1,20 m engastada no solo, com diâmetro 4 1/2" (114,3 mm) e parede de 4,75 mm de espessura.

Braço Projetado:

Constituída em aço SAE 1010/1020, galvanizado a fogo com braço projetado com 4,7 m com diâmetro de 4" e parede de 4,75 mm. Curvatura em dois pontos de 30º raio de 15,0 mm e 60º com raio de 30 mm.

Braçadeiras e quadro para Fixação

A fixação das placas no braço projetado deverá ser feita através de braçadeiras, em quadro de cantoneira 1/8 x 1 1/2 de aço 1010/1020, zincadas a fogo.

Placas de Semipórticos

Para a confecção de todas as placas, deverão ser utilizados Chapas de aço, galvanizadas a fogo, na espessura de 3,00mm.

A diagramação será realizada pela contratada, mediante envio prévio das informações e detalhamento pelo DEMTRAN;

Galvanização

O processo de galvanização a fogo consiste em aplicar uma proteção metálica contra a corrosão, através da imersão da peça de aço num banho de zinco fundido. Este banho é dado em empresa especializada e somente após a peça receber o prévio tratamento de desengraxamento e decapagem, conforme rege as normas NBR-6323. A temperatura do banho de zinco gira em torno de 450°C, com camadas variando entre 60 e 80 microns. Todas as peças do conjunto coluna e braço deverão ser submetidas à galvanização a fogo, após as operações de dobra, furação e soldagem.

Cálculos

O conjunto coluna e braço deverão ser calculados para resistir a um esforço vertical de até 110 Kg na ponta do braço e resistir a ventos de até 100 Km/h.

Tratamento Superficial e Resistência a Esforços

Para proteção contra corrosão, todas as peças do conjunto coluna e braço deverão ser submetidas à galvanização a fogo, após as operações de dobra, furação e soldagem.

- a) A galvanização deverá ser executada nas partes internas e externas das peças, devendo as superfícies receber uma deposição mínima de 350 gramas de zinco por metro quadrado nas extremidades e 400 gramas de zinco por metro quadrado nas demais áreas.
- b) A galvanização também deverá ser uniforme, isenta de falhas de zincagem. No ensaio de Preece, as peças deverão suportar no mínimo 6 (seis) imersões, sem apresentar sinais de depósito de cobre e os

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 45 de 66



parafusos e porcas um mínimo de 4 (quatro) imersões.

Instalação

A Instalação deverá ser realizada com equipamentos adequados, garantido o afastamento mínimo de 5,50m entre a pista de rolamento e a parte inferior da placa de sinalização a ser fixada no semipórtico.

LUIZ ELMAR ALVES FAGUNDES

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 46 de 66



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão ELETRÔNICA Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:				CIDADE:		
CEP:				E-MAIL:		
TELEFONE:				FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:				TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:				CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 47 de 66



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Pregão ELETRÔNICA Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 48 de 66



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Pregão ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU
REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº
..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI
Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU
INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

**ANEXO V – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Disponível download no endereço eletrônico: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/licitacoes> > **SERVIÇOS > FORNECEDORES > PREGÕES E LICITAÇÕES**, assim como, no **Portal Nacional de Contratações Públicas**.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 50 de 66

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)****PREGÃO ELETRÔNICA Nº *******PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *****

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 51 de 66

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICA Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 52 de 66

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)****PREGÃO ELETRÔNICA Nº *******PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *****

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA
À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE
TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – **PREGÃO ELETRÔNICA Nº *****

....., DE DE 20***.

REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 53 de 66

**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__****TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
E A EMPRESA *****

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL por intermédio do(a) (órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e ***, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO**, compreendendo o fornecimento de materiais, implantação e remoção de dispositivos para melhoria das condições de segurança, tráfego e revitalização de áreas de pedestres para acessibilidade, a ser utilizada pelo departamento municipal de trânsito – DEMTRAN, conforme natureza, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora e eventuais anexos dos referidos documentos, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
1	Fornecimento de placa para sinalização viária, confeccionada em chapa de aço nº 18, 1,25mm de espessura, com frente revestida com película refletiva grau engenharia prismático tipo I, e legendas em adesivo engenharia grau tipo IV, conforme NBR 14644	m²	600,00	
2	Serviço com material para pintura, com tinta acrílica para demarcação viária e adição de microesfera. (faixas longitudinais, legendas, etc)	m²	10.000,00	
3	Fornecimento e instalação de tachão refletivo bidirecional.	unidade	5.000,00	

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 54 de 66



4	Fornecimento e instalação de tacha refletiva bidirecional	unidade	2.000,00	
5	Fornecimento e instalação de semipórtico com suporte em tubo de aço galvanizado com Ø 4 1/2" e parede de 4,75mm com comprimento de 6,00m e com braço projetado com Ø 4" e parede de 4,5mm com comprimento de 4,70m, com instalação de placa de sinalização	unidade	20,00	
6	Mastros (suportes) com furos, aletas antigiro de 10cm cada, em aço galvanizado a fogo, para fixação de placa de sinalização de trânsito, com 03 (Três) metros de altura, 2" (polegadas) e 2,65mm de parede, com tampa, parafusos sextavados rosca inteira com medidas de bitola de 5/16" e comprimento de 2.1/2", porcas e arruelas compatíveis.	unidade	600,00	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência do contrato é de *** meses, com início após a data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do CONTRATADO, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	1 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Ação	1004 – SINALIZAÇÃO DE CONTROLE VIÁRIO
Elemento de Despesa	333903044 – MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS 333903924 – SERVIÇOS DE CONFECCÃO, MANUT E INSTALAÇÃO DE SINAL VISUAL E AFINS

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000



Vínculo do Recurso	175270060000 – RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO-PREFEITURA 275270060000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO PREFEITURA
--------------------	---

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 20 (vinte) dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 20 (vinte) dias úteis.

7.3. As repactuações e reequilíbrios serão realizadas por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. As condições de garantia de execução são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 56 de 66

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 57 de 66



15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP -, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul – SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2023.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 58 de 66

**ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO****ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC E A EMPRESA *****

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL por intermédio do(a) (órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e ***, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação n. xxx/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 4108, de 05 de dezembro de 2022, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO**, compreendendo o fornecimento de materiais, implantação e remoção de dispositivos para melhoria das condições de segurança, tráfego e revitalização de áreas de pedestres para acessibilidade, a ser utilizada pelo departamento municipal de trânsito – DEMTRAN, conforme natureza, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital, de Licitação nº/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
1	Fornecimento de placa para sinalização viária, confeccionada em chapa de aço nº 18, 1,25mm de espessura, com frente revestida com película refletiva grau engenharia prismático tipo I, e legendas em adesivo engenharia grau tipo IV, conforme NBR 14644	m²	600,00	
2	Serviço com material para pintura, com tinta acrílica para demarcação viária e	m²	10.000,00	

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 59 de 66



	adição de microesfera. (faixas longitudinais, legendas, etc)			
3	Fornecimento e instalação de tachão refletivo bidirecional.	unidade	5.000,00	
4	Fornecimento e instalação de tacha refletiva bidirecional	unidade	2.000,00	
5	Fornecimento e instalação de semipórtico com suporte em tubo de aço galvanizado com Ø 4 1/2" e parede de 4,75mm com comprimento de 6,00m e com braço projetado com Ø 4" e parede de 4,5mm com comprimento de 4,70m, com instalação de placa de sinalização	unidade	20,00	
6	Mastros (suportes) com furos, aletas antigiro de 10cm cada, em aço galvanizado a fogo, para fixação de placa de sinalização de trânsito, com 03 (Três) metros de altura, 2" (polegadas) e 2,65mm de parede, com tampa, parafusos sextavados rosca inteira com medidas de bitola de 5/16" e comprimento de 2.1/2", porcas e arruelas compatíveis.	unidade	600,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S).

3.1. O órgão gerenciador será o Município de São Francisco do Sul – SC.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços, se houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 60 de 66



5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e;

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 61 de 66



5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 62 de 66



6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 64 de 66



9.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado - (inciso III, art. 40, Decreto n. 4108/2022);

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho fundamentado do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS.

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades, de pagamento e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 65 de 66



Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Francisco do Sul, xx de xxxxxxxx de 2023.

..... PELO CONTRATANTE PELO CONTRATADO
---------------------------	--------------------------

TESTEMUNHAS:

1 - NOME: CPF:	2 - NOME: CPF:
----------------------------	----------------------------

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
PRAÇAGETÚLIO VARGAS, N° 01 – CENTRO
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC / CEP 89.240-000

Página 66 de 66

PORTARIA Nº 19.004/2023 - ANEXO I

Publicação Nº 5410432



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matrícula

219606

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador:	ASSOCIACAO FRANCISQUENSE DE ENSINO	
Número:	827219290001-74	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROFESSORA	
Período Contribuição:	01/07/1990 a 25/04/1991	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 8 mes(es), 0 dia(s)
*Período Aproveitado:	01/07/1990 a 25/04/1991	Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 8 mes(es), 0 dia(s)
Empregador:	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL	
Número:	831022890001-06	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROFESSORA	
Período Contribuição:	01/03/1991 a 09/07/2015	Tempo de Contribuição: 24 ano(s), 4 mes(es), 9 dia(s)
*Período Aproveitado:	01/03/1991 a 09/07/2015	Tempo Aproveitado: 24 ano(s), 4 mes(es), 9 dia(s)
Empregador:	INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL	
Número:	608339100044-17	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROFESSORA	
Período Contribuição:	20/02/1995 a 31/12/1996	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)
*Período Aproveitado:	20/02/1995 a 31/12/1996	
Empregador:	INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO	
Número:	767268840090-01	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROFESSORA	
Período Contribuição:	01/01/1997 a 30/08/2001	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)
*Período Aproveitado:	01/01/1997 a 30/08/2001	
Empregador:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	
Número:	829513280001-58	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROFESSOR ACT	
Período Contribuição:	13/04/1999 a 30/12/1999	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)
*Período Aproveitado:	13/04/1999 a 30/12/1999	
Empregador:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	
Número:	829513280001-58	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROFESSOR ACT	
Período Contribuição:	20/02/2006 a 20/12/2006	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)
*Período Aproveitado:	20/02/2006 a 20/12/2006	
Empregador:	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	
Número:	058087920066-94	
Documento:	18418 - CTPS	Série: 13
Função:	PROF LOCAL	
Período Contribuição:	01/09/2009 a 20/12/2011	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)
*Período Aproveitado:	01/09/2009 a 20/12/2011	

07/12/2023 09:07

Página 1 de 7



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matrícula

219606

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO

Número: 767268840090-01

Documento: 18418 - CTPS Série: 13

Função: PROFESSORA

Período Contribuição: 10/02/2014 a 31/10/2023

Tempo de Contribuição: 8 ano(s), 3 mes(es), 21 dia(s)

*Período Aproveitado: 10/02/2014 a 09/07/2015

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
07/1994	64,79	08/1994	64,79	09/1994	70,00
10/1994	70,00	11/1994	70,00	12/1994	70,00
01/1995	70,00	02/1995	70,00	03/1995	70,00
04/1995	70,00	05/1995	100,00	06/1995	100,00
07/1995	100,00	08/1995	100,00	09/1995	100,00
10/1995	100,00	11/1995	100,00	12/1995	100,00
01/1996	100,00	02/1996	100,00	03/1996	100,00
04/1996	100,00	05/1996	112,00	06/1996	112,00
07/1996	112,00	08/1996	112,00	09/1996	112,00
10/1996	112,00	11/1996	112,00	12/1996	112,00
01/1997	112,00	02/1997	112,00	03/1997	112,00
04/1997	112,00	05/1997	120,00	06/1997	120,00
07/1997	120,00	08/1997	120,00	09/1997	120,00
10/1997	120,00	11/1997	120,00	12/1997	120,00
01/1998	120,00	02/1998	120,00	03/1998	120,00
04/1998	120,00	05/1998	130,00	06/1998	130,00
07/1998	130,00	08/1998	130,00	09/1998	130,00
10/1998	130,00	11/1998	130,00	12/1998	130,00
01/1999	130,00	02/1999	130,00	03/1999	130,00
04/1999	130,00	05/1999	417,37	06/1999	136,00
07/1999	417,37	08/1999	417,37	09/1999	417,37
10/1999	417,37	11/1999	417,37	12/1999	417,37
01/2000	556,49	02/2000	417,37	03/2000	552,00
04/2000	612,72	05/2000	612,72	06/2000	463,28
07/2000	463,28	08/2000	463,28	09/2000	463,28
10/2000	463,28	11/2000	463,28	12/2000	612,72
01/2001	816,96	02/2001	463,27	03/2001	478,22
04/2001	516,51	05/2001	516,51	06/2001	516,51
07/2001	483,03	08/2001	750,74	09/2001	1.250,74
10/2001	1.250,74	11/2001	1.250,74	12/2001	1.250,74
01/2002	1.430,00	02/2002	1.029,17	03/2002	1.029,17
04/2002	1.029,17	05/2002	1.029,17	06/2002	1.029,17
07/2002	1.080,85	08/2002	1.080,85	09/2002	1.080,85

07/12/2023 09:07

Página 2 de 7



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matrícula

219606

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
10/2002	1.080,85	11/2002	1.080,85	12/2002	1.080,85
01/2003	1.441,13	02/2003	1.080,85	03/2003	1.561,56
04/2003	1.080,85	05/2003	1.080,85	06/2003	1.115,00
07/2003	817,66	08/2003	600,56	09/2003	1.710,01
10/2003	1.710,01	11/2003	1.710,01	12/2003	1.710,01
01/2004	2.296,68	02/2004	1.761,69	03/2004	1.710,01
04/2004	1.710,01	05/2004	1.710,01	06/2004	1.710,01
07/2004	1.710,01	08/2004	1.710,01	09/2004	1.710,01
10/2004	1.710,01	11/2004	1.710,01	12/2004	1.710,01
01/2005	1.106,48	02/2005	1.307,66	03/2005	2.506,72
04/2005	1.911,19	05/2005	1.911,19	06/2005	1.911,19
07/2005	1.911,19	08/2005	1.911,19	09/2005	1.911,19
10/2005	1.911,19	11/2005	1.911,19	12/2005	1.911,19
01/2006	1.911,19	02/2006	1.911,19	03/2006	2.548,25
04/2006	1.911,19	05/2006	1.388,14	06/2006	2.257,18
07/2006	2.132,47	08/2006	2.776,23	09/2006	2.801,82
10/2006	2.333,64	11/2006	2.333,64	12/2006	2.333,64
01/2007	2.333,64	02/2007	2.801,82	03/2007	2.333,64
04/2007	2.333,64	05/2007	2.333,64	06/2007	2.333,64
07/2007	2.333,64	08/2007	2.333,64	09/2007	2.333,64
10/2007	2.333,64	11/2007	2.333,64	12/2007	2.894,28
01/2008	2.333,65	02/2008	2.894,28	03/2008	2.333,64
04/2008	2.486,26	05/2008	2.486,26	06/2008	2.486,26
07/2008	2.486,26	08/2008	2.486,26	09/2008	2.486,26
10/2008	2.486,26	11/2008	2.486,26	12/2008	3.038,99
01/2009	2.052,76	02/2009	2.052,76	03/2009	2.833,06
04/2009	2.577,88	05/2009	2.377,88	06/2009	2.377,88
07/2009	2.377,88	08/2009	2.377,88	09/2009	2.377,88
10/2009	2.377,88	11/2009	2.377,88	12/2009	2.377,88
01/2010	3.467,40	02/2010	3.030,38	03/2010	3.117,49
04/2010	3.217,49	05/2010	3.117,49	06/2010	3.117,49
07/2010	3.117,49	08/2010	3.117,49	09/2010	3.117,49
10/2010	3.117,49	11/2010	3.117,49	12/2010	3.467,40
01/2011	3.117,49	02/2011	3.637,07	03/2011	3.117,49
04/2011	3.117,49	05/2011	3.578,48	06/2011	3.578,54
07/2011	3.578,54	08/2011	3.578,54	09/2011	3.578,54
10/2011	3.578,54	11/2011	3.578,54	12/2011	3.578,54
01/2012	3.578,54	02/2012	3.889,54	03/2012	3.916,20
04/2012	3.862,30	05/2012	3.862,30	06/2012	3.862,30
07/2012	3.916,20	08/2012	3.916,20	09/2012	3.916,20
10/2012	3.916,20	11/2012	3.916,20	12/2012	3.916,20

07/12/2023 09:07

Página 3 de 7



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matrícula

219606

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
01/2013	4.159,00	02/2013	4.159,00	03/2013	4.159,00
04/2013	4.159,00	05/2013	4.159,00	06/2013	4.159,00
07/2013	4.159,00	08/2013	4.159,00	09/2013	4.159,00
10/2013	4.159,00	11/2013	4.159,00	12/2013	4.159,00
01/2014	4.390,24	02/2014	4.390,24	03/2014	4.390,24
04/2014	4.390,24	05/2014	4.390,24	06/2014	4.390,24
07/2014	4.390,24	08/2014	4.390,24	09/2014	4.390,24
10/2014	4.390,24	11/2014	4.390,24	12/2014	4.390,24
01/2015	4.663,75	02/2015	4.663,75	03/2015	4.663,75
04/2015	4.663,75	05/2015	4.663,75	06/2015	4.663,75
07/2015	1.540,24				

Empregador: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL

Número: 608339100044-17

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
02/1995	46,66	03/1995	337,00	04/1995	260,50
05/1995	260,62	06/1995	260,62	07/1995	260,62
08/1995	295,87	09/1995	295,87	10/1995	313,25
11/1995	330,62	12/1995	330,62	01/1996	440,87
02/1996	330,62	03/1996	407,00	04/1996	428,37
05/1996	428,36	06/1996	428,36	07/1996	428,36
08/1996	428,36	09/1996	428,36	10/1996	428,36
11/1996	428,36	12/1996	428,36		

Empregador: INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO

Número: 767268840090-01

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
01/1997	571,25	02/1997	428,36	03/1997	428,36
04/1997	440,62	05/1997	440,61	06/1997	440,61
07/1997	440,61	08/1997	440,61	09/1997	440,61
10/1997	440,61	11/1997	440,61	12/1997	440,61
01/1998	567,49	02/1998	453,87	03/1998	466,11
04/1998	466,11	05/1998	466,12	06/1998	466,12
07/1998	466,12	08/1998	466,12	09/1998	466,12
10/1998	466,12	11/1998	466,12	12/1998	466,12
01/1999	621,44	02/1999	466,08	03/1999	466,07
04/1999	466,07	05/1999	466,07	06/1999	466,07
07/1999	466,07	08/1999	466,07	09/1999	466,07
10/1999	466,07	11/1999	466,07	12/1999	466,07
01/2000	621,44	02/2000	657,98	03/2000	717,68
04/2000	717,68	05/2000	717,68	06/2000	717,68
07/2000	717,68	08/2000	717,68	09/2000	717,68

07/12/2023 09:07

Página 4 de 7



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matrícula

219606

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO

Número: 767268840090-01

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
10/2000	717,68	11/2000	717,68	12/2000	717,68
01/2001	956,91	02/2001	738,59	03/2001	782,66
04/2001	782,66	05/2001	582,65	06/2001	521,77
07/2001	521,77	08/2001	521,77		

Empregador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

Número: 829513260001-58

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
04/1999	149,16	05/1999	248,61	06/1999	248,61
07/1999	248,61	08/1999	248,61	09/1999	248,61
10/1999	248,61	11/1999	435,06	12/1999	745,81
02/2000	194,47	03/2000	530,39	04/2000	530,39
05/2000	517,01	06/2000	524,78	07/2000	524,78
08/2000	524,78	09/2000	524,78	10/2000	524,78
11/2000	962,99	12/2000	877,34		

Empregador: ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA

Número: 58087920066-94

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
09/2009	588,68	10/2009	686,79	11/2009	686,79
12/2009	745,87	01/2010	691,08	02/2010	671,16
03/2010	671,16	04/2010	789,77	05/2010	805,88
06/2010	745,47	07/2010	745,47	08/2010	745,47
09/2010	745,47	10/2010	745,47	11/2010	745,47
12/2010	809,38	01/2011	921,20	02/2011	745,47
03/2011	745,47	04/2011	799,73	05/2011	654,15
06/2011	799,73	07/2011	799,73	08/2011	799,70
09/2011	799,70	10/2011	799,70	11/2011	799,70
12/2011	1.405,21				

Empregador: INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO

Número: 767268840090-01

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
02/2014	631,37	03/2014	1.002,18	04/2014	1.048,37
05/2014	2.020,63	06/2014	1.329,40	07/2014	1.274,83
08/2014	1.274,83	09/2014	1.274,83	10/2014	1.274,83
11/2014	1.274,83	12/2014	1.274,83	01/2015	1.790,07
02/2015	978,65	03/2015	1.733,48	04/2015	1.047,15
05/2015	1.330,14	06/2015	1.121,69	07/2015	1.081,49
08/2015	1.021,16	09/2015	1.141,80	10/2015	1.133,34
11/2015	1.202,10	12/2015	1.244,28	01/2016	1.571,29
02/2016	1.694,28	03/2016	1.881,96	04/2016	2.681,96

07/12/2023 09:07

Página 5 de 7



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei N° 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matricula

219606

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO

Número: 767268840090-01

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
05/2016	1.881,96	06/2016	1.881,96	07/2016	1.881,96
08/2016	1.881,96	09/2016	1.802,04	10/2016	1.881,96
11/2016	1.881,96	12/2016	1.881,96	01/2017	2.598,17
02/2017	1.828,95	03/2017	1.864,40	04/2017	1.819,74
05/2017	1.819,74	06/2017	2.225,26	07/2017	1.914,85
08/2017	1.985,34	09/2017	1.985,34	10/2017	1.938,35
11/2017	1.961,84	12/2017	1.965,76	01/2018	2.482,35
02/2018	1.369,48	03/2018	1.531,42	04/2018	1.985,63
05/2018	2.034,57	06/2018	1.972,15	07/2018	1.972,15
08/2018	1.972,27	09/2018	1.972,15	10/2018	1.972,15
11/2018	1.972,15	12/2018	2.111,46	01/2019	2.529,39
02/2019	2.095,19	03/2019	2.980,98	04/2019	2.095,19
05/2019	2.926,58	06/2019	2.977,71	07/2019	2.445,00
08/2019	2.693,60	09/2019	2.510,16	10/2019	2.718,77
11/2019	2.610,82	12/2019	2.820,74	01/2020	2.943,92
02/2020	1.678,50	03/2020	1.635,28	04/2020	1.635,28
05/2020	1.635,28	06/2020	1.635,28	07/2020	1.635,28
08/2020	1.635,28	09/2020	1.635,28	10/2020	1.765,11
11/2020	1.635,28	12/2020	1.842,15	01/2021	1.992,59
02/2021	1.804,72	03/2021	2.092,83	04/2021	2.035,21
05/2021	1.919,96	06/2021	2.542,00	07/2021	1.916,89
08/2021	2.188,43	09/2021	2.134,98	10/2021	2.134,98
11/2021	2.161,70	12/2021	2.386,72	01/2022	2.525,54
02/2022	2.161,70	03/2022	2.191,52	04/2022	2.123,71
05/2022	2.636,55	06/2022	2.462,74	07/2022	2.191,52
08/2022	2.529,16	09/2022	2.911,35	10/2022	2.701,08
11/2022	2.480,49	12/2022	2.565,20	01/2023	2.869,92
02/2023	2.359,09	03/2023	2.500,35	04/2023	2.500,35
05/2023	3.222,24	06/2023	2.782,82	07/2023	2.500,35
08/2023	2.500,35	09/2023	2.500,35	10/2023	2.575,44



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei N° 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

29/11/2023

Nome do Requerente

TANIA MARA BELLO ZABEL

Protocolo:

19001010.1.03102/23-1

NIT:

1241201815-6

CPF: 72037440944

Nome da mãe

LOURDES LIBANIA DE SOUZA BELLO

Data de Nascimento

18/12/1971

Doc. Identidade

2608038

Emissor

SSP

UF

SC

Órgão Instituidor

FUND INST PREV S DOS SERV SAO FCO DO SUL

Matricula

219606

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 12165 dia(s), correspondendo a 33 Ano(s), 4 Mês(es) e 0 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 9134 dia(s), correspondendo a 25 Ano(s), 0 Mês(es) e 9 Dia(s), conforme informado acima.

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 7

Lavrei a Certidão

Visto do Dirigente do Órgão

PORTO ALEGRE, 05/12/2023

2450487

Matricula do Servidor

Alessandro Antônio Stefanutto

Presidente do INSS

Órgão Local: PORTO ALEGRE - AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL DIGITAL PORTO ALEGRE

Endereço: R JERONIMO COELHO, 127 2. ANDAR CEP: 90010-241

CENTRO HISTORICO, PORTO ALEGRE - RS

6711024022 (para uso do INSS)



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 231205D50AL471

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO 005-2023**

Publicação N° 5411798

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E9A476D6A3F90752568C76CCD1D8033E1E32E093
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE SÃO FRANCISCO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N.º 005/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 008/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA ATUARIAL, COM ELABORAÇÃO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL E NOTA TÉCNICA ATUARIAL ANO BASE 2023 DO IPRESF, COM EMISSÃO DOS RELATÓRIOS NO ANO DE 2024, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO E DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES."

CONTRATADO: LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA

CNPJ N.º 18.934.959/0001-60

VALOR TOTAL: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 05/12/2023 a 05/12/2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24001-2079-33390.3905-180270000000.

São Francisco do Sul, 05 de dezembro de 2023.

IDELSON ALVES PORTO
PRESIDENTE – IPRESF
PORTARIA N.º 18.401/2023

EXTRATO DE CONTRATO 006-2023

Publicação N° 5411806

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6A811821DCBD770863C7AD1AD9ECDC01319B41A5
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE SÃO FRANCISCO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, PERSONALIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO TÉCNICA, SUPORTE E HOSPEDAGEM DE WEBSITE COM SISTEMA ADMINISTRATIVO PARA GERENCIAMENTO DE CONTEÚDO, REGISTRO DE E-MAILS (20 CONTAS NO MÍNIMO COM TRANSFERÊNCIA MENSAL ILIMITADA E ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 100GB POR CONTA DE E-MAIL) PARA A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL - IPRESF, PELO PERÍODO DE 12 MESES."

CONTRATADO: RORATO & MOLERO LTDA

CNPJ N.º 20.214.712/0001-10

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 07/12/2023 a 07/12/2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24001-2079-33390.4015-180270000000.

São Francisco do Sul, 07 de dezembro de 2023.

IDELSON ALVES PORTO
PRESIDENTE – IPRESF
PORTARIA N.º 18.401/2023

São João do Itaperiú

PREFEITURA

PL 83/2023 E PE 18/2023

Publicação Nº 5410170

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 18/2023****TIPO DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULOS AUTOMOTOR, ANO 2023/2024, ZERO KM, MÍNIMO 1.0, FLEX, COR BRANCO, PARA ATENDER SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC, CONFORME PROGRAMAÇÃO SIGTV Nº 421635420210001 E PROCESSO Nº 71000.092035/2021-48, TUDO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **VALOR MAXIMO:** R\$ 85.000,00. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09:00:00 horas, do dia 11/12/2023, até às 08:00:00 horas do dia 21/12/2023. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 21/12/2023, às 08:00:00 horas, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 21/12/2023 às 09:00:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <https://saoljaodoitaperiu.atende.net/transparencia/>, no link Portal da Transparência. Demais informações poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (047) 3458-0010 ou através do e-mail: licitacao@pmsji.sc.gov.br, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h. São João do Itaperiú -SC, 08/12/2023.

CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO

Prefeito

São João do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 323/2023

Publicação Nº 5410410

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 323 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal Sr. CASSIANO ORTH, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula funcional nº 797, para exercer sua função na Secretaria Municipal de Transportes e Obras no período de 08/12/2023 a 07/02/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 08 de dezembro de 2023.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 486 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410122

PORTARIA Nº. 486 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora PATRICIA MARQUES LANGER, ocupante do cargo Professor, por 180 dias, no período de 01/12/2023 a 28/05/2024, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de Dezembro de 2023.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 73/2023 PROCESSO 43/2023 FME

Publicação Nº 5411565

Página: 1 / 1

Página: 1 / 1

Data: 08/12/2023

Mês / Ano de Assinatura
12/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

Praça João Ribeiro, 01 - Centro - São Joaquim - SC
CEP: 88600-000 CNPJ: 19.620.562/0001-66 Telefone: (49) 3233-6429



RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Tipo de Instrumento: Termo de Contrato	
N° Contrato: 73/2023	
Contratado:	VOLTTI CONSTRUCOES LTDA
CNPJ/CPF:	29.728.488/0001-50
N° Licitação:	19/2023
N° Processo:	43/2023
Modalidade:	Dispensa de licitação
Fundamento Legal:	8666
Objeto:	Contratação da empresa VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA para reformas na Escola de Educação Infantil Municipal Alcides Zabet.
Data da Assinatura: 08/12/2023	
Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM
Valor:	102.037,61
Vigência:	08/12/2023 a 05/06/2024
Despesa(s):	31 - 02.012.12.361.0006.2049.3.3.90.00.00

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 43/2023 DL 19/2023 FME

Publicação Nº 5411559

Página: /

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2023

HOMOLOGAÇÃO: 08/12/2023 13:55

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da empresa VOLT TI CONSTRUÇÕES LTDA para reformas na Escola de Educação Infantil Municipal Alcides Zabet.

CONTRATADO: VOLT TI CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 102.037,61

08/12/2023

Giovani Nunes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.005/2023

Publicação Nº 5411747

PORTARIANº 1.005/2023

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas licenças para tratamentos de saúde, conforme apresentações de atestados médicos aos seguintes servidores: – LUCIA SERAFIM DE SOUZA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 01/12/2023, para tratamento de saúde de sua filha. – LEA MARAFIGO DE JESUS NUNES, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - SAMU, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 02/12/2023. – KELER CORREIA DA ROSA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 03/12/2023. – SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 04/12/2023. – MAGALI FERNANDES MACHADO, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 04/12/2023. – EDILENE NUNES VANDRESEN, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 05/12/2023, para tratamento de saúde de pessoa da família. – NAZARETE DA SILVA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 05/12/2023. – DEIZE DOMINGOS DA ROSA, ocupante do cargo Comissionado de Coordenadora de Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio – CC-1, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2023. – JANICE NOGUEIRA MARIAN, ocupante da função de Engenheira Civil, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2023. – JOZE CARLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 06/12/2023. – LUANA ALVES MATOS, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 06/12/2023. – ELIS REGINA NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 06/12/2023. – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 07/12/2023. – GENECCI RIBEIRO LIMA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 07/12/2023. – JANICE RODRIGUES MARTINS, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 07/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de dezembro de 2023.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.006/2023

Publicação Nº 5411757

PORTARIANº 1.006/2023

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADO por término de contrato o senhor: - GUILHERME GÓSS DE SOUZA, ocupante da função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 807/2023, de 14/09/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de dezembro de 2023.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PROCESSO 158/2023 CC07/2023 PMSJ

Publicação Nº 5411961

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA

PROCESSO Nº 158/2023
CONCORRÊNCIA 07/2023

OBJETO:.. Contratação de empresa especializada para executar pavimentações em com revertimento em concreto betuminoso quente (CBUQ) nas ruas: Marcos Fontanella (Convênio com a CASAN) e Deoclécio Furtado Goulart e lajotas sextavadas nas ruas: Felicíssimo

Rodrigues Sobrinho e Valdemar da Silva Nunes, através do FINISA.

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Abertura: 17/01/2024 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim SC, 08 de dezembro de 2023

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CALENDÁRIO ESCOLAR RETIFICADO DA EJA - 2024

Publicação N° 5412172



Calendário Escolar Retificado da EJA - 2024

Unidade Polo: _____

Janeiro 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
01	01	02	03	04	05	06	07
02	08	09	10	11	12	13	14
03	15	16	17	18	19	20	21
04	22	23	24	25	26	27	28
05	29	30	31				

01 – Dia da Confraternização Universal
 02 a 31 – Férias coletivas
 22 – Retorno dos(as) Secretários(as) Escolares
 22 – Início do atendimento das Secretarias Escolares
 29 – Retorno dos(as) Diretores(as)

Fevereiro 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
05				01	02	03	04
06	05	06	07	08	09	10	11
07	12	13	14	15	16	17	18
08	19	20	21	22	23	24	25
09	26	27	28	29			

01 – Retorno das Equipes Pedagógicas
 05 – Retorno dos Professores Efetivos e ACTs
 05 a 09 – Reunião administrativa e pedagógica, organização e planejamento na Unidade Escolar
 13 – Carnaval
 15 – Início do 1° Semestre

Total de dias letivos: 11

Março 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
09					01	02	03
10	04	05	06	07	08	09	10
11	11	12	13	14	15	16	17
12	18	19	20	21	22	23	24
13	25	26	27	28	29	30	31

19 – Aniversário de São José
 29 – Sexta-feira Santa
 (Data a ser confirmada) - Formação aos Educadores da EJA com a UNIVALI
 (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9° anos da EJA ao IFSC/São José

Total de dias letivos: 19

Prefeitura Municipal de São José
 Av. Acioni Souza Filho, 403
 São José - SC - CEP 88.103-790
 (48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



Secretaria de
Educação



Abril 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
14	01	02	03	04	05	06	07
15	08	09	10	11	12	13	14
16	15	16	17	18	19	20	21
17	22	23	24	25	26	27	28
18	29	30					
Total de dias letivos: 22							

Maio 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
18			01	02	03	04	05
19	06	07	08	09	10	11	12
20	13	14	15	16	17	18	19
21	20	21	22	23	24	25	26
22	27	28	29	30	31		
Total de dias letivos: 21							

Junho 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
22						01	02
23	03	04	05	06	07	08	09
24	10	11	12	13	14	15	16
25	17	18	19	20	21	22	23
26	24	25	26	27	28	29	30
Total de dias letivos: 20							

Julho 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
27	01	02	03	04	05	06	07
28	08	09	10	11	12	13	14
29	15	16	17	18	19	20	21
30	22	23	24	25	26	27	28
31	29	30	31				
Total de dias letivos: 15							

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



Secretaria de
Educação



Agosto 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
31				01	02	03	04
32	05	06	07	08	09	10	11
33	12	13	14	15	16	17	18
34	19	20	21	22	23	24	25
35	26	27	28	29	30	31	
Total de dias letivos: 22							

Setembro 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
35							01
36	02	03	04	05	06	07	08
37	09	10	11	12	13	14	15
38	16	17	18	19	20	21	22
39	23	24	25	26	27	28	29
40	30						
Total de dias letivos: 21							

Outubro 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
40		01	02	03	04	05	06
41	07	08	09	10	11	12	13
42	14	15	16	17	18	19	20
43	21	22	23	24	25	26	27
44	28	29	30	31			
Total de dias letivos: 22							

Novembro 2024							
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
44					01	02	03
45	04	05	06	07	08	09	10
46	11	12	13	14	15	16	17
47	18	19	20	21	22	23	24
48	25	26	27	28	29	30	
Total de dias letivos: 22							

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



Secretaria de
Educação



								Intercâmbio das turmas de 8° e 9° anos dos polos da EJA, no IFSC/São José. (Data a ser confirmada) – Reunião com os(as) Diretores(as) dos polos da EJA.
								Total de dias letivos: 20

Dezembro 2024								
Sem	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	
48							01	11 – Conselho de Classe EJA Araucária
49	02	03	04	05	06	07	08	12 – Conselho de Classe EJA Melão
50	09	10	11	12	13	14	15	13 – Conselho de Classe EJA Renascer
51	16	17	18	19	20	21	22	16 – Conselho de Classe EJA Altino Flores
52	23	24	25	26	27	28	29	17 – Conselho de Classe EJA Ceniro Martins
53	30	31						18 – Conselho de Classe EJA Forquilhão
								19 – Divulgação dos Resultados
								20 – Fim do 2° Semestre e Encerramento do ano letivo
								Total de dias letivos: 15

Ano Letivo de 2024
Total de dias letivos: 208

OBS.: As formaturas serão previstas a critério de cada Polo, a partir do dia 10/12/2024.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br

CONTRATO N° 130/2023

Publicação N° 5410993

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D4094664D7DBABA21105812B8C5E92D40FDFCE60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: N° 130/2023 – DL 069/2023 – Processo Digital n° 23257/2023 – Proc. Adm. n° 193/2023. CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI. DO OBJETO: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC, COM VISTAS AO APROFUNDAMENTO DOS CONTEÚDOS E DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PEDAGÓGICAS E DE CONHECIMENTOS PARA QUALIFICAR O PROCESSO DE ENSINO-APREDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL, COM ÊNFASE NA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO JOSEFENSE". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento terá execução prevista para o ano letivo de 2024, com vigência de 12 (doze) meses a partir do início da execução. VALOR: R\$ 785.286,72 (setecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos). Data de assinatura: 28 de agosto de 2023.

CRONOGRAMA DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O ANO 2024 PRIMEIRA CHAMADA – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL – EDITAL 008/2023 LOCAL: GOOGLE MEET

Publicação Nº 5412173



CRONOGRAMA DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O ANO 2024
PRIMEIRA CHAMADA – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL – EDITAL 008/2023
LOCAL: GOOGLE MEET

DIA, HORÁRIO E CARGO/DISCIPLINA

19/12/2023 – Terça – feira				SALA 3		
SALA 1		SALA 2		Horário	Disciplina	Ordem de escolha
Horário	Disciplina	Ordem de escolha	Horário	Disciplina	Ordem de escolha	Ordem de escolha
08h30min	Professor Educação Infantil	1º ao 80º + 8 PNE	08h30min	Professor – Educação Física	1º ao 80º + 4 PNE	1º ao 80º + 10 PNE
10h00min	Professor Educação Infantil	81º ao 170º	13h30min	Professor – Educação Física	81º ao 170º	1º até o final + 3 PNE
13h30min	Auxiliar de Ensino Educação Infantil	1º ao 80º + 2 PNE	13h45min	Professor – Educação Física	171º até o final	1º até o final
13h30min	Professor Educação Infantil	171º ao 260º	14h00min	Professor – Informática	1º até o final + 1 PNE	81º ao 170º + 11º ao 15º PNE
13h45min	Professor Educação Infantil	261º ao 350º	15h30min	Professor – História	1º ao 80º	171º ao 260º
14h00min	Professor Educação Infantil	351º ao 440º	16h15min	Professor – História	81º até o final	--
14h15min	Professor Educação Infantil	441º ao 530º	--	--	--	--
14h30min	Professor Educação Infantil	531º até o final	--	--	--	--
14h45min	Auxiliar de Ensino Educação Infantil	81º até o final	--	--	--	--
15h00min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental	1º ao 80º + 1 PNE	--	--	--	--
15h45min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental	81º até o final	--	--	--	--

Av. Acioni Souza Filho, s/n – Beiramar de São José – Praia Comprida – São José / SC – CEP 88103-790 Fone (48) 3381.0000



20/12/2023 – Quarta – feira						
SALA 1			SALA 2			SALA 3
Horário	Disciplina	Ordem de escolha	Horário	Disciplina	Ordem de escolha	
08h00min	Professor Anos Iniciais, PLE, TAS, EJA	1º ao 80º + 5 PNE	08h00min	Professor – Português	1º até o final	Horário 08h00min Disciplina Auxiliar de Ensino Educação Especial Ordem de escolha 261º ao 350º
10h00min	Professor Anos Iniciais, PLE, TAS, EJA	81º ao 170º	09h15min	Professor Matemática	1º ao 80º + 4 PNE	10h30min Auxiliar de Ensino Educação Especial 351º ao 440º
10h40min	Professor Anos Iniciais, PLE, TAS, EJA	171º ao 260º	11h15min	Professor Matemática	81º até o final	13h30min Auxiliar de Ensino Educação Especial 441º ao 530º
11h00min	Professor Anos Iniciais, PLE, TAS, EJA	261º ao 350º	11h30min	Professor – Geografia	1º até o final + 2 PNE	15h30min Auxiliar de Ensino Educação Especial 531º ao 620º
11h15min	Professor Anos Iniciais, PLE, TAS, EJA	351º até o final	13h30min	Professor – Inglês	1º até o final	16h00min Auxiliar de Ensino Educação Especial 621º ao 700º
13h30min	Auxiliar de Sala	1º ao 80º + 9 PNE	15h30min	Professor – Artes	1º até o final	16h15min Auxiliar de Ensino Educação Especial 701º ao 790º
15h00min	Auxiliar de Sala	81º ao 170º	16h45min	Professor – Filosofia	1º até o final	16h30min Auxiliar de Ensino Educação Especial 791º ao 881º
15h15min	Auxiliar de Sala	171º ao 260º	17h30min	Professor – Ciências	1º até o final	16h45min Auxiliar de Ensino Educação Especial 881º até o final
15h30min	Auxiliar de Sala	261º ao 350º	--	--	--	17h00min Auxiliar de Ensino Intérprete Educacional 1º até o final
15h45min	Auxiliar de Sala	351º ao 440º	--	--	--	--
16h00min	Auxiliar de Sala	441º ao 530º	--	--	--	--
16h15min	Auxiliar de Sala	530º ao 620º	--	--	--	--
16h30min	Auxiliar de Sala	620º até o final	--	--	--	--

1. A aprovação e classificação no Processo Seletivo não criam direito à imediata contratação do candidato, que será concretizada na medida das necessidades do Município e disponibilidades orçamentárias.



2. A chamada dos candidatos classificados no cargo de Professor de Artesanato, ocorrerá no decorrer do ano letivo, na medida da existência das vagas.
3. A escolha das vagas será realizada on-line, via **Google-Meet**, em salas específicas para cada cargo/disciplina, conforme este cronograma e o link enviado por e-mail.
4. Para melhor atender os candidatos, a chamada está organizada por grupos, em horários definidos, conforme o cronograma.
5. Para acessar o **Google-Meet**, o candidato necessita ter uma conta de e-mail do Gmail.
6. A chamada respeitará a ordem de classificação, conforme resultado do Processo Seletivo – Edital 008/2023.
7. O candidato deverá acessar a sala conforme o Link recebido por e-mail, com o seu **microfone desligado** e abri-lo, somente quando for chamado, conforme a sua classificação.
8. Apresentar documento original de identidade.
9. A chamada será realizada até o preenchimento de todas as vagas disponíveis no quadro de vagas.
10. Para acessar os endereços e telefones das escolas: acessar a página da prefeitura <http://www.saojose.sc.gov.br/>, o link “cidadão” – “telefones úteis” – “categorias”.
11. A escolha de vagas será feita pessoalmente (*on line*) pelo candidato classificado ou, se impedido por qualquer situação, deverá realizá-la por procuração específica, com reconhecimento em cartório, devendo o procurador apresentar o seu documento de identidade. A procuração deverá ser encaminhada de forma digitalizada para o e-mail administrativo.pedagogico.sme@pmsj.sc.gov.br, até um dia antes da data da escolha da vaga.

ROSEMERI BARTUCHESKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Acioni Souza Filho, s/n – Beiramar de São José – Praia Comprida – São José / SC – CEP 88103-790 Fone (48) 3381.0000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 182/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412174

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 182/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando a vacância de cargo de provimento efetivo e a ausência de candidato aprovado para o referido cargo no Concurso Público vigente;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Jennifer Eliz Machado	Agente de Comunitário de Saúde – Área 07	2º

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 183/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412175

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 183/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando a vacância de cargo de provimento efetivo e a ausência de candidato aprovado para o referido cargo no Concurso Público vigente;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Carlos Eduardo Fraga Coelho	Agente de Comunitário de Saúde – Área 02	2º

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 184/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412176

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 184/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando a vacância de cargo de provimento efetivo e a ausência de candidato aprovado para o referido cargo no Concurso Público vigente;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação

prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Elisa Graciosa Valério Sebastião da Silva	Agente de Comunitário de Saúde – Área 08	4º

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 185/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412177

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 185/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Andresa Borgert Wopereis	Farmacêutico – 30h	35

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 186/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412178

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 186/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Alexandra Paula de Souza de Melo	Farmacêutico – 30h	36

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 187/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412179

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 187/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Danyara Milan	Farmacêutico – 30 horas	37
Daiani Patrícia Silva Alfaia	Farmacêutico – 30 horas	38
Mariah Bonelli Roussenq Neves	Farmacêutico – 30 horas	39

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 188/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412180

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 188/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Adriana Maria de Medeiros Antunes da Silva	Médico Pediatra – 20 horas	3º

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 189/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412181

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 189/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008; e

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS,

abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 h às 19 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Eliane Silvia Cezario	Enfermeiro da Família	41

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 190/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412182

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 190/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Rutirlei da Costa Pureza	Enfermeiro da Família – 40h	42

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 191/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412183

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 191/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Joseane Pauli	Técnico em Enfermagem	16

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 192/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412184

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 192/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Ulysses Jorge de Aguiar	Médico da Família – 40h	34

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 193/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412186

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 193/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Helena Hoffmann Rigoni	Médico da Família – 40h	35

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 194/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412187

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 194/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Valentine Maldonado Raia	Médico da Família – 40h	36

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 195/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412188

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 195/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Francine Cardoso Rosso	Médico da Família – 40h	37

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 196/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412189

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 196/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando a vacância de cargo de provimento efetivo e a ausência de candidato aprovado para o referido cargo no Concurso Público vigente;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Márcia da Rosa Lacerda	Fisioterapeuta	12

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 197/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412190

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 197/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Paula Vieira Anchieta	Técnico em Enfermagem da Família	16

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 198/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412191

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 198/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Marisa Oliveira dos Santos	Técnico em Enfermagem da Família	17

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 199/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412192

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 199/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Cíntia Bossle	Médico – 20h	16

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 200/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412193

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 200/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Margarete Franke	Cirurgião Dentista da Família	2º
Wagner Couto Assis	Cirurgião Dentista – 20 horas	5º

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 201/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412194

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 201/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Joseane Pauli	Técnico em Enfermagem	16

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 202/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412195

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 202/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Lucineia Bordinhon Pereira	Técnico em Enfermagem da Família	18

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 203/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412197

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 203/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Fernanda Dors Tigre da Silva	Médico Pediatra	4º

São José, 30 de novembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 204/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412198

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 204/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2022**

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando que o processo seletivo simplificado visa à contratação temporária para substituição dos servidores que se encontram em afastamentos, licenças legais ou férias;

A Secretária de Saúde e a Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 07 h às 13 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Pedro Paulo Scremin Martins	Enfermeiro	5º

São José, 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 205/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Publicação Nº 5412199

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 205/2023 PROCESSO SELETIVO 001/2022

Considerando o processo seletivo simplificado realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022/SMS, homologado em 08 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios, na Edição 3880;

Considerando as necessidades temporárias de excepcional interesse público estabelecidas no art. 2º da Lei nº 4671/2008;

Considerando a vacância de cargo de provimento efetivo e a ausência de candidato aprovado para o referido cargo no Concurso Público vigente;

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2022/SMS, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 h às 19 h, munidos da documentação prevista no referido Edital, para dar início ao processo de admissão. O não cumprimento das normas estabelecidas no item 10.7 resultará na desistência definitiva a vaga.

NOMEAÇÃO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Dulcineia Maria de Moraes	Psicólogo – 30h	17

São José, 06 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

ERRATA REFERENTE AO CALENDÁRIO ESCOLAR DA EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) - 2024

Publicação Nº 5412171

Errata referente ao Calendário Escolar da EJA (Educação de Jovens e Adultos) - 2024

São José, 07 de dezembro de 2023.

Prezados(as) Diretores(as),

Cumprimentando-os(as) cordialmente, venho por meio deste encaminhar errata referente ao calendário escolar da EJA/2024.

ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
Janeiro	Janeiro
01 – Dia da Confraternização Universal 02 a 31 – Férias coletivas 22 – Início do atendimento das Secretarias Escolares 29 – Retorno dos (as) diretores (as)	01 – Dia da Confraternização Universal 02 a 31 – Férias coletivas 22 – Retorno dos(as) Secretários(as) Escolares 22 – Início do atendimento das Secretarias Escolares 29 – Retorno dos(as) Diretores(as)
Fevereiro	Fevereiro

01 – Retorno das Equipes Pedagógicas 05 – Retorno dos Professores Efetivos e ACTs 05 a 09 – Reunião administrativa e pedagógica, organização e planejamento na Unidade Escolar 13 – Carnaval 15 – Início do ano letivo e início do 1º trimestre Reunião com as Coordenadoras dos Polos da EJA Rodada de Visitas aos Polo da EJA	01 – Retorno das Equipes Pedagógicas 05 – Retorno dos Professores Efetivos e ACTs 05 a 09 – Reunião administrativa e pedagógica, organização e planejamento na Unidade Escolar 13 – Carnaval 15 – Início do 1º Semestre
Março	Março
19 – Aniversário de São José 29 – Sexta-feira Santa Formação aos Educadores da EJA com a INIVALI Visita orientada dos Estudantes 9ª Anos da EJA ao Campus do IFSC São José	19 – Aniversário de São José 29 – Sexta-feira Santa (Data a ser confirmada) - Formação aos Educadores da EJA com a UNIVALI (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9º anos da EJA ao IFSC/São José
Abril	Abril
Parceria com a Faculdade Anhanguera aos Polos da EJA Visita orientada dos Estudantes 9ª Anos da EJA ao Campus do IFSC São José 12- Conselho de Classe EJA Araucária 15- Conselho de Classe EJA Altino Flores 16- Conselho de Classe EJA Melão 17- Conselho de Classe EJA Renascer 18- Conselho de Classe EJA Ceniros Martins 19- Conselho de Classe EJA Forquilhão 21 – Tiradentes Total de dias letivos: 23	12 – Momento Pedagógico EJA Araucária 15 - Momento Pedagógico EJA Altino Flores 16 - Momento Pedagógico EJA Melão 17 - Momento Pedagógico EJA Renascer 18 - Momento Pedagógico EJA Ceniros Martins 19 - Momento Pedagógico EJA Forquilhão 21 – Tiradentes (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9º anos da EJA ao IFSC/São José Total de dias letivos: 22
Maio	Maio
01 – Dia do Trabalhador 30 – Corpus Christi Parceria com a Faculdade Anhanguera aos Polos da EJA Formação aos Educadores da EJA com a INIVALI Visita orientada dos Estudantes 9ª Anos da EJA ao Campus do IFSC São José Total de dias letivos: 20	01 – Dia do Trabalhador 30 – Corpus Christi (Data a ser confirmada) - Formação aos Educadores da EJA com a UNIVALI (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9º anos da EJA ao IFSC/São José Total de dias letivos: 21
Junho	Junho
Total de dias letivos: 19	(Data a ser confirmada) – Encontro de Intercâmbio das turmas de 8º e 9º anos dos polos da EJA, no IFSC/São José. Total de dias letivos: 20
Julho	Julho
12 – Conselho de Classe EJA Forquilhão 13 – Conselho de Classe EJA Ceniros Martins 14 – Conselho de Classe EJA Altino Flores 15 – Conselho de Classe EJA Renascer 16 – Conselho de Classe EJA Melão 19 – Conselho de Classe EJA Araucária 19 a 28 – Recesso dos estudantes EJA 22 a 28 – Recesso dos professores EJA Total de dias letivos: 17	10 – Conselho de Classe EJA Forquilhão 11 – Conselho de Classe EJA Ceniros Martins 12 – Conselho de Classe EJA Altino Flores 15 – Conselho de Classe EJA Renascer 16 – Conselho de Classe EJA Melão 19 – Conselho de Classe EJA Araucária 19 – Fim do 1º Semestre 20 a 31 – Recesso dos estudantes da EJA 20 a 31 – Recesso dos professores da EJA Total de dias letivos: 15
Agosto	Agosto
01 – Reinício das Atividades Educacionais Pós Recesso Fórum Nacional da EJA em Belém do Pará Formação aos Educadores da EJA com a INIVALI Visita orientada dos Estudantes 9ª Anos da EJA ao Campus do IFSC São José Rodada de Visitas aos Polo da EJA	01 – Início do 2º Semestre (Data a ser confirmada) - Formação aos Educadores da EJA com a UNIVALI (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9º anos da EJA ao IFSC/São José
Setembro	Setembro

07 – Dia da Independência 23/09 a 04/10 – Solicitação de transferência e aumento temporários para 2025 23/09 a 04/10 – Solicitação de usufruto de licença prêmio para 2025 Parceria com a Faculdade Anhanguera aos Polos da EJA Visita orientada dos Estudantes 9ª Anos da EJA ao Campus do IFSC São José Total de dias letivos: 20	07 – Dia da Independência 23/09 a 04/10 – Solicitação de transferência e aumento temporários para 2025 23/09 a 04/10 – Solicitação de usufruto de licença prêmio para 2025 (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9º anos da EJA ao IFSC/São José Total de dias letivos: 21
Outubro	Outubro
Total de dias letivos: 21	Total de dias letivos: 22
Novembro	Novembro
02 – Finados 04 - Conselho de Classe EJA Renascer 05 - Conselho de Classe EJA Araucária 06 - Conselho de Classe EJA Araucária 07 - Conselho de Classe EJA Forquilhão 08 – Conselho de Classe EJA Ceniros Martins 11 - Conselho de Classe EJA Melão Visita orientada dos Estudantes 9ª Anos da EJA ao Campus do IFSC São José Reunião com as Coordenadoras Polos da EJA 15 – Proclamação da República 20 – Dia da Consciência Negra Total de dias letivos: 19	02 – Finados 04 – Momento Pedagógico EJA Renascer 05 – Momento Pedagógico EJA Araucária 06 – Momento Pedagógico EJA Araucária 07 – Momento Pedagógico EJA Forquilhão 08 – Momento Pedagógico EJA Ceniros Martins 11 – Momento Pedagógico EJA Melão 15 – Proclamação da República 20 – Dia da Consciência Negra (Data a ser confirmada) - Visita orientada dos estudantes dos 9º anos da EJA ao IFSC/São José (Data a ser confirmada) – Encontro de Intercâmbio das turmas de 8º e 9º anos dos polos da EJA, no IFSC/São José. (Data a ser confirmada) – Reunião com os(as) Diretores(as) dos polos da EJA. Total de dias letivos: 20
Dezembro	Dezembro
11 – Conselho de Classe EJA Araucária 12 - Conselho de Classe EJA Melão 13 - Conselho de Classe EJA Renascer 16 - Conselho de Classe EJA Altino Flores 17 - Conselho de Classe EJA Ceniros Martins 18 - Conselho de Classe EJA Forquilhão 19 Divulgação dos Resultados 20 – Encerramento do ano letivo Total de dias letivos: 12	11 – Conselho de Classe EJA Araucária 12 – Conselho de Classe EJA Melão 13 – Conselho de Classe EJA Renascer 16 – Conselho de Classe EJA Altino Flores 17 – Conselho de Classe EJA Ceniros Martins 18 – Conselho de Classe EJA Forquilhão 19 – Divulgação dos Resultados 20 – Fim do 2º Semestre e Encerramento do ano letivo. Total de dias letivos: 15

Solicitamos que o calendário escolar da EJA/2024, encaminhado em novembro do corrente, seja observado com estes itens ora alterados.

Sem mais para o momento nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Cláudia Marcia Muniz
Direção de Ensino/SME

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2023/SMCT

Publicação Nº 5411990

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, AURÉLIA VALENTIM GOMES, portador(a) do RG nº 2.509.530, expedida em SSP/SC, CPF nº 711.715.339-34, residente e domiciliada à Rua Canelinha, nº 185 Bairro Bela Vista – Cidade São José/SC – 88.110-580.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas

conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 001/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

AURÉLIA VALENTIM GOMES

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 002/2023/SMCT

Publicação Nº 5411992

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 002/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LUCAS CARVALHO CRUZ, portador do RG: nº 2.253.779-1, expedida em SSP/SC, CPF: 017.817.762-09, residente e domiciliada à Rua Otavio do Patrocínio Medeiros, nº 25 – Apto 401 – Bloco D - Bairro Nossa Senhora do Rosário – Cidade São José/SC – 88.110-612.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 052/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LUCAS CARVALHO CRUZ

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 003/2023/SMCT

Publicação Nº 5411993

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 003/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ERNESTO ABDIAS SILVA DO NASCIMENTO, portador do RG nº 7.555.819, expedida em SSP/SC, CPF nº 118.863.117-90, residente e domiciliada à Rua Elias Merise, nº 118 – Bairro: Roçado – Cidade São José/SC – 88.108-110.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.13 CULTURA POPULAR, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E PROJETOS LIVRES do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 003/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ERNESTO ABDIAS SILVA DO NASCIMENTO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 004/2023/SMCT

Publicação N° 5411994

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 004/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, PATRICIA REGINA DA ROSA, portador do RG nº 3.466.812, expedida em SSP/SC, CNPJ52.232.150/0001-24, residente e domiciliada à Rua Osvaldo Emídio da Silva, nº 178 – Bairro: Forquilha – Cidade São José/SC – 88.107-467

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL N° 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 004/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

PATRICIA REGINA DA ROSA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 005/2023/SMCT

Publicação N° 5411995

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 005/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, RODRIGO CAVALCANTI EVENTOS LTDA, CNPJ: 52.159.950/0001-67, representada pelo Sr. Rodrigo Cavalcanti Matos de Lima, CPF: 008.328.879-19, residente e domiciliada à Rua Canadá, nº 37 – Bairro: Barreiros – Cidade São José/SC – 88065-160.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.5 APOIO SALA DE CINEMAS do EDITAL N° 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 052/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

RODRIGO CAVALCANTI MATOS DE LIMA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 006/2023/SMCT

Publicação Nº 5411996

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 006/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, RAFAEL LEANDRO DA SILVA, RG 3.971.487 – SSP/SC, CPF 036.769.159-09, residente e domiciliada à Rua Vidal Vicente Andrade, nº 1297 – Bairro: Forquilhas – Cidade São José/SC – 88107-001. OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 006/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

RAFAEL LEANDRO DA SILVA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 007/2023/SMCT

Publicação Nº 5411997

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 007/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, OZYVOX, CNPJ 52.373.320/0001-90, representado por OZY JUNIOR ALVES RODRIGUES, CPF 913.925.000-87, residente e domiciliada à Rua Martinho Boschetti, nº 2042 – Bairro: Picadas do Sul – Cidade São José/SC – 88.106-110. OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO

CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL**DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO**

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 007/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

OZY JUNIOR ALVES RODRIGUES

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 008/2023/SMCT

Publicação Nº 5411998

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 008/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, RAFAEL ISAC, CNPJ 31.922.478/0001-00, representado pelo Sr. RAFAEL ISAC VIEIRA, CPF 068.346.079-00, residente e domiciliada à Rua Santa Isabel S/Nº Bairro: Picadas do Sul – Cidade São José/SC – 88.106-225.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 008/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

RAFAEL ISAC VIEIRA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 009/2023/SMCT

Publicação Nº 5411999

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 009/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ANDERSON LUIZ DOS REIS, RG 3.683.048-8 – SSP/SC, CPF 003.503.839-01, residente e domiciliada à Rua Vila Real nº 62 casa 1ª - Bairro: Forquilhas – Cidade São José/SC – 88.107-428.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 009/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ANDERSON LUIZ DOS REIS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 010/2023/SMCT

Publicação Nº 5412000

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 010/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, MACUMBARIA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, CNPJ 35.665.020/0001-66, representada neste ato pela Sra. JULIANA D PASSOS RODRIGUES, CPF 326.912.828-21, residente e domiciliada à Rua Coronel Américo nº 25, casa 2 - Bairro: Barreiros - Cidade São José/SC – 88.117-310.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 010/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

JULIANA D PASSOS RODRIGUES

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 011/2023/SMCT

Publicação Nº 5412001

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 011/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, VIVIANE MARIA POTIER FERNANDES, RG E CPF

026.826.479-10, residente e domiciliada à Rua Braga nº 176, Quadra 35 Lote 06 – Bairro Parque Residência Lisboa – Cidade São José/SC – 88.107-401.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 011/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

VIVIANE MARIA POTIER FERNANDES

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 012/2023/SMCT

Publicação Nº 5412003

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 012/2023/SMCT

PARTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CENTRO DE ARTE E CULTURA, CNPJ 34.590.726/0001-43, neste ato representado pelo Sr. MARCOS AUGUSTO LINDER, CPF 545.235.249-04, residente e domiciliada à Rua João Sandim, nº 375 – Bairro Ipiranga - Cidade São José/SC – 88.111-350.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 012/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

MARCOS AUGUSTO LINDER

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 013/2023/SMCT

Publicação Nº 5412004

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 013/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JULIE RIOS, CNPJ 36.032.931/0001-19, neste ato representado pela Sra. JULIANA CORRÊA, CPF 083.946.619-63, residente e domiciliada à Rua Lédio João Martins, nº 1066 – Apto 303 - Bairro Kobrasol - Cidade São José/SC – 88.101-100.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 013/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

JULIANA CORRÊA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 014/2023/SMCT

Publicação Nº 5412005

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 014/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LUIZ FRANCISCO ALMEIDA BASTOS, RG 5.154.284 – SSP/SC, CPF 323.208.760-49, residente e domiciliado à Avenida Brigadeiro Silva Paes, nº 262 – Apto 1002 – Bairro Campinas – Cidade São José/SC – 88.101-250.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 014/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

LUIZ FRANCISCO ALMEIDA BASTOS
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 015/2023/SMCT

Publicação Nº 5412006

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 015/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, TOM BUENO, CNPJ 30.051.198/0001-01, neste ato representado pelo Sr. TOMAS DE AZEVEDO BUENO, CPF 007.362.530-25, residente e domiciliada à Rua Onildo Ricardo dos Santos, nº 4 – Bairro Ponta de Baixo - Cidade São José/SC – 88.104-233.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 015/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

TOMAS DE AZEVEDO BUENO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 016/2023/SMCT

Publicação Nº 5412007

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 016/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, PATRICIA MACHADO, CNPJ 27.027.240/0001-36, neste ato representado pelo Sra. PATRICIA MACHADO, CPF 887.656.109-97, residente e domiciliada à Rua Francisco Jacinto de Melo, nº 1562 – Bloco A, Apto 308 - Bairro Areias - Cidade São José/SC CEP 88.113-300.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 016/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

PATRICIA MACHADO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 017/2023/SMCT

Publicação Nº 5412008

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 017/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acio-ni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, DAN COSTA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, CNPJ 26.898.900/0001-91, neste ato representado pelo Sr. DIONATAS COSTA, CPF 075.111.029-99, residente e domiciliada à Rua Lédio Joao Martins, nº 354, Apto 101 - Bairro Kobrasol - Cidade São José/SC CEP 88.101-100

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 017/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

DIONATAS COSTA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 018/2023/SMCT

Publicação Nº 5412009

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 018/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acio-ni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LUCAS SANTOS, RG 6.173.536 – SSP/SC, CPF 089.399.719-65, residente e domiciliada à Rua Monte Carmelo, nº 33, - Bairro Picadas do Sul - Cidade São José/SC CEP 88.106-200.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.10 PATRIMÔNIO CULTURAL do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 018/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

LUCAS SANTOS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 019/2023/SMCT

Publicação Nº 5412011

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 019/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, BLEND A EMANUELLE DA TRINDADE, RG 5.812.165, CPF 095.693.109-01, residente e domiciliada à Avenida Brigadeiro da Silva Paes, nº 86, Bairro Campinas - Cidade São José/SC CEP 88.101-250.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 019/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

BLEND A EMANUELLE DA TRINDADE

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 020/2023/SMCT

Publicação Nº 5412012

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 020/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, VERSÁTICA PRODUÇÕES, CNPJ 47.670.384/0001-13, representado neste ato pelo Sr. LEANDRO WALTRICK DE MELO, CPF 067.040.389-06, residente e domiciliada à Rua Valmir Gualberto de Oliveira, nº 96, Bairro Forquilha - Cidade São José/SC CEP 88.106-640.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 020/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

LEANDRO WALTRICK DE MELO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 021/2023/SMCT

Publicação Nº 5412013

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 021/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ESPAÇO VAL ARTE BRASIL – ARTESANATO COM PROPÓSITO, CNPJ 52.310.027/0001-84, representada neste ato pela Sra. AMANDA DE BEM MACHADO, CPF 098.558.709-13, residente e domiciliada à Servidão Dona Clara, nº 360, Bairro Forquilha - Cidade São José/SC CEP 88.106-530.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.11 ARTESANATO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 021/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

AMANDA DE BEM MACHADO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 022/2023/SMCT

Publicação Nº 5412016

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 022/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ORIONÓPOLIS CATARINESNE, CNPJ 80.670.631/0001-57, representada neste ato pelo Sr. MILTON QUINTINO DE LIMA, CPF 087.565.948-95, residente e domiciliada à Rua Frederico Afonso, nº 5568, Bairro Ponta de Baixo - Cidade São José/SC CEP 88.104-000.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.11 ARTESANATO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 022/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

MILTON QUINTINO DE LIMA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 023/2023/SMCT

Publicação Nº 5412019

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 023/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, KARIN LUCIANA DA SILVA MARTINS, RG 2.675.260, CPF 889.122.649-15, residente e domiciliada à Rua João Nilo Morfim, nº 171, Gabriela Residence – Apto 204 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - Cidade São José/SC CEP 88.110-687.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.11 ARTESANATO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 023/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

KARIN LUCIANA DA SILVA MARTINS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 024/2023/SMCT

Publicação Nº 5412020

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 024/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LONA AZUL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 15.286.100/0001-01, representada neste ato pelo Sr. FABIANO FRANCISCO DE SOUZA, CPF 084.089.939-41, residente e domiciliada à Rua Inácio Pereira Neves, nº 03, Bairro Areias - Cidade São José/SC, CEP 88.113-750.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.12 CIRCO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 024/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

FABIANO FRANCISCO DE SOUZA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 025/2023/SMCT

Publicação Nº 5412022

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 025/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, FRANCISCO HENRIQUE CHULVIS, RG 4.684.244, CPF 046.151.706-02, residente e domiciliada à Rua Maria Amélia de Mello, nº 34, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.106-604. OBJETO: Contemplado no ITEM 2.12 CIRCO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 025/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

FRANCISCO HENRIQUE CHULVIS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 026/2023/SMCT

Publicação Nº 5412024

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 026/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ANA PAULA GUIRALDELLI, RG 4.049.545-0, CPF 007.604.549-81, residente e domiciliada à Rua Maria Lobato Di Concilio, nº 21, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.107-456. OBJETO: Contemplada no ITEM 2.9 LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 026/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ANA PAULA GUIRALDELLI

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 027/2023/SMCT

Publicação Nº 5412026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 027/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, AMINA REGINA SILVA LORA FRANCO, RG 25.610.240-5, SSP/SP, CPF 216.774.398-07, residente e domiciliada à Rua Emerson Ferrari, nº 28, Bairro Kobrasol, Cidade São José/SC, CEP 88.102-060. OBJETO: Contemplada no ITEM 2.9 LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 027/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

AMINA REGINA SILVA LORA FRANCO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 028/2023/SMCT

Publicação Nº 5412027

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 028/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JANE MARIA DE SOUZA PHILIPPI, RG 1.21409, SSP/SC, CPF 200.343.939-00, residente e domiciliada à Rua Gaspar Neves, Bairro Centro Histórico, Cidade São José/SC, CEP 88.103-250. OBJETO: Contemplada no ITEM 2.9 LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 028/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

JANE MARIA DE SOUZA PHILIPPI

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 029/2023/SMCT

Publicação Nº 5412028

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 029/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LUCAS PEREIRA, RG 6.508.783, SSP/SC, CPF 089.736.839-85, residente e domiciliada à Rua Vidal Ramos Neto, nº 41, Bairro Centro, Cidade São José/SC, CEP 88.103-043.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 029/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

LUCAS PEREIRA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 030/2023/SMCT

Publicação Nº 5412030

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 030/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, RUTH BARBOSA DE CAMPOS COSTA, RG 6.167.905, SSP/SC, CPF 102.030.348-48, residente e domiciliada à Rua José Lino Kretzer, nº 628, casa 06 - Bairro Centro, Cidade São José/SC, CEP 88.103-043.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 030/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

RUTH BARBOSA DE CAMPOS COSTA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 031/2023/SMCT

Publicação Nº 5412031

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 031/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, EMANUEL OTAVIO DE OLIVEIRA LUIZ, RG 5.091.709, SSP/SC, CPF 050.798.579-60, residente e domiciliada à Rua Vidal Vicente Andrade, nº 1290, Condomínio Garden Ville, bloco D, Apto 306, Bairro Forquilhas, Cidade São José/SC, CEP 88.107-001.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 031/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

EMANUEL OTAVIO DE OLIVEIRA LUIZ

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 032/2023/SMCT

Publicação Nº 5412032

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 032/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, TEATRO SAEM, CNPJ 17.038.636/0001-25, neste ato representado pelo Sr. EISENHOWER MORENO LIMA, CPF 659.992.315-15, residente e domiciliada à Rua da Independência, nº 1076, Bairro Areias, Cidade São José/SC, CEP 88.113-280.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 032/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

EISENHOWER MORENO LIMA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 033/2023/SMCT

Publicação Nº 5412033

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 033/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JOÃO LUIZ ALVES, RG e CPF 471.385.219-87, residente e domiciliada à Rua Professora Maria do Carmo de Souza, nº 10, Bairro Campinas, Cidade São José/SC, CEP 88.101-360.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.10 PATRIMÔNIO CULTURAL do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 033/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

JOÃO LUIZ ALVES
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 036/2023/SMCT

Publicação Nº 5412046

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 036/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ROY ARTES, CNPJ 52.396.426/0001-00 neste ato representado pelo Sr. ROY SICHELERO, CPF 085.378.159-18, residente e domiciliado à Rua Jonas Odílio Vieira, nº 151, Bairro Centro, Cidade São José/SC, CEP 88.103-150.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.8 ARTES PLÁSTICAS do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 036/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ROY SICHELERO
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 037/2023/SMCT

Publicação Nº 5412049

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 037/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, PATRICK FREIRE MACHADO, CNPJ 47.970.028/0001-15 neste ato representado pelo Sr. PATRICK FREIRE MACHADO, CPF 028.798.720-57, residente e domiciliado à Rua José Airton de Castro, nº 160, bloco 13, apto 201, Bairro Roçado, Cidade São José/SC, CEP 88.108-210.P

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.8 ARTES PLÁSTICAS do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 037/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

PATRICK FREIRE MACHADO
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 038/2023/SMCT

Publicação Nº 5412051

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 038/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, RUAN RODRIGUES MARTINS, RG 3.455.365-7, CPF 009.007.329-03, residente e domiciliado à Rua Oscar Teodoro da Silva, nº 423, Bairro Praia Comprida, Cidade São José/SC, CEP 88.103-710.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 038/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

RUAN RODRIGUES MARTINS
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 039/2023/SMCT

Publicação Nº 5412052

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 039/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CASARÃO DA DANÇA LTDA, CNPJ 19.566.634/0001-34, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA, CPF 042.123.379-67, residente e domiciliado à Rua Victor Meirelles, nº 105, Bairro Campinas, Cidade São José/SC, CEP 88.101-170.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 039/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 040/2023/SMCT

Publicação Nº 5412055

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 040/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CRISTIANE WARMLING DOS SANTOS, RG E CPF 016.044.339-30, residente e domiciliado à Rua Dorval da Silva, nº 25, Edifício Bellagio, apto 806, Bairro Floresta, Cidade São José/SC, CEP 88.101-621.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 040/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;
ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01
FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;
PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

CRISTIANE WARMLING DOS SANTOS
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 041/2023/SMCT

Publicação Nº 5412056

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 041/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, BERNARDO BENTO SODRÉ, CNPJ 42.104.956/0001-83, neste ato representada pela Sra. ANA BEATRIZ SODRÉ, CPF 101.625.719-84, residente e domiciliado à Rua São Cristóvão, nº 94, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-420.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.13 CULTURA POPULAR, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E PROJETOS LIVRES do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 041/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ANA BEATRIZ SODRÉ
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 042/2023/SMCT

Publicação Nº 5412057

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 042/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ISABELLY MARIA GOMES VIEIRA, RG 2.596.315, CPF 015.705.882-44, residente e domiciliado à Rua Otávio do Patrocínio Medeiros, nº 25, apto 401 D, Bairro Nossa Senhora do Rosário, Cidade São José/SC, CEP 88.110-6120.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.13 CULTURA POPULAR, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E PROJETOS LIVRES do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 042/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ISABELLY MARIA GOMES VIEIRA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 043/2023/SMCT

Publicação Nº 5412059

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 043/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, TAMIRIS BEPLER MARTINS, RG 5.300.276, CPF 084.689.029-18, residente e domiciliado à Rua João Ambrósio da Silva, nº 575, Bairro Ipiranga, Cidade São José/SC, CEP 88.111-550.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.13 CULTURA POPULAR, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E PROJETOS LIVRES do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 043/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

TAMIRIS BEPLER MARTINS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 044/2023/SMCT

Publicação Nº 5412060

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 044/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, VINI CAPISTRANO SHOWS E PRODUÇÕES, CNPJ 50.030.131/0001-90 neste ato representado pelo Sr. VINÍCIUS ANTÔNIO CAPISTRANO, CPF 90.103.969-16, residente e domiciliado à Rua do Iano, nº 307, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-850.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 044/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

VINÍCIUS ANTÔNIO CAPISTRANO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 045/2023/SMCT

Publicação Nº 5412063

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 045/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CAMILA MARTINS SCHMIDT, RG 7.659.678 – SSP/SC, CPF 062.296.939-09, residente e domiciliado à Rua João Nilo Morfim, nº 171, Apto 204 Bairro Nossa Senhora do Rosário, Cidade São José/SC, CEP 88.110-687.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.6 TEATRO do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 045/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

INDIANARA HOFFMANN

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 046/2023/SMCT

Publicação Nº 5412064

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 046/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CAMILA MARTINS SCHMIDT, RG 7.659.678 – SSP/SC, CPF 062.296.939-09, residente e domiciliado à Rua João Nilo Morfim, nº 171, Apto 204 Bairro Nossa Senhora do Rosário, Cidade São José/SC, CEP 88.110-687.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.7 MÚSICA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 046/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

CAMILA MARTINS SCHMIDT

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 047/2023/SMCT

Publicação Nº 5412067

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 047/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ADRIANO FARIAS DANTAS, CNPJ 49.728.639/0001-87 neste ato representado pelo Sr. ADRIANO FARIAS DANTAS, CPF 092.959.369-30, residente e domiciliado à Rua Francisco Pedro Machado, nº 555, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-402.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 047/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ADRIANO FARIAS DANTAS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 048/2023/SMCT

Publicação Nº 5412069

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 048/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ASSOCIAÇÃO JOSEFENSE DE JUDO, CNPJ 19.620.942/0001-09 neste ato representado pelo Sr. FABIO MACIEL, CPF 889.083.059-04, residente e domiciliado à Rua Elizeu Di Bernardi, nº 625, Bloco E, Apto 303 – Bairro Campinas, Cidade São José/SC, CEP 88.010-050.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO

CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL**DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO**

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 048/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

FABIO MACIEL

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 049/2023/SMCT

Publicação Nº 5412071

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 049/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ADEMIR GASTAMANN JUNIOR ME, CNPJ 19.236.333/0001-42, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR GASTAMANN JUNIOR, CPF 008.624.979-73, residente e domiciliado à Avenida Delemar José da Silva, nº 254, Bairro Kobrasol, Cidade São José/SC, CEP 88.102-100.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5 DANÇA do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 049/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

ADEMIR GASSTMAN JUNIOR

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 050/2023/SMCT

Publicação Nº 5412072

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 050/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LEONARDO AUGUSTO CORREA RUSSO, RG E CPF 883.624.420-34, residente e domiciliado à Antônio Amâncio da Silveira, nº 95, apto 10, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP

88.106.514.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 050/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LEONARDO AUGUSTO CORREA RUSSO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 051/2023/SMCT

Publicação Nº 5412074

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 051/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, TUANE OSAIDA MARTINS, RG: 5.737.524, CPF: 096.032.549-24, residente e domiciliado à Vidal Ramos Neto, nº 41, Bairro Centro, Cidade São José/SC, CEP: 88.103.043.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.3 CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 052/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

TUANE OSAIDA MARTINS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 052/2023/SMCT

Publicação Nº 5412075

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 052/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JERUSA MARY PRODUÇÕES, CNPJ 47.488.901/0001-38 neste ato representada pela Sra. JERUSA MARY PEREIRA, CPF 004.474.669-50, residente e domiciliado à Rua Biguaçu, nº 297, Bairro Bela Vista, Cidade São José/SC, CEP 88.110.550.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 052/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JERUSA MARY PEREIRA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 053/2023/SMCT

Publicação Nº 5412077

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 053/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL JARDEL MILTON ANTUNES, CNPJ 19.852.403/0001-97 neste ato representada pelo Sr. JARDEL MILTON ANTUNES, CPF 019.803.879-82, residente e domiciliado à Avenida Brigadeiro da Silva Paes, nº 800, Bairro Campinas, Cidade São José/SC, CEP 88.101-250.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 053/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JARDEL MILTON ANTUNES

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 054/2023/SMCT

Publicação Nº 5412078

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 054/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL STAHELIN PRODUÇÕES E EVENTOS, CNPJ 43.897.360-0001-40, neste ato representada pelo Sr. THIAGO DA SILVA STAHELIN, CPF 110.682.519-56, residente e domiciliado à Rua Vinte e Cinco de Dezembro, nº 181, Bairro Flor de Napolis, Cidade São José/SC, CEP 88.106-020.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 054/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

THIAGO DA SILVA STAHELIN
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 055/2023/SMCT

Publicação Nº 5412079

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 055/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, DON SIRLA FILMES, CNPJ 32.147.668/0001-52, neste ato representada pelo Sr. SIRLANDERSON MARCOS DA SILVA, CPF 008.503.259-00, residente e domiciliado à Rua Adelino Boschetti Mateus, nº 49, Bairro Picadas do Sul, Cidade São José/SC, CEP 88.106-120.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 055/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

SIRLANDERSON MARCOS DA SILVA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 056/2023/SMCT

Publicação Nº 5412080

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 056/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, MACHADO PRODUÇÕES, CNPJ 30.729.822/0001-79, neste ato representada pelo Sr. BRUNO MACHADO JUSTINO, CPF 005.557.329-08, residente e domiciliado à Avenida Marechal Castelo Branco, nº 175, Apto 1101, Bairro Campinas, Cidade São José/SC, CEP 88.101-020.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 056/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

BRUNO MACHADO JUSTINO
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 057/2023/SMCT

Publicação Nº 5412082

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 057/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, FIRMA Q RIMA, CNPJ: 50.909.317-0001-13, neste ato representada pelo Sr. LUIZ MAURO LORA FRANCO, CPF: 278.267.928-7, residente e domiciliado à Avenida Lédio João Martins, nº 435 – sala 404, Bairro Kobrasol, Cidade São José/SC, CEP: 88.101-100.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.3 – CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 057/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LUIZ MAURO LORA FRANCO
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 058/2023/SMCT

Publicação Nº 5412083

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 058/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, THIAGO CHAVES MATES, RG 5.427.020, CPF 063.770.939-00, residente e domiciliado à Emídio Francisco da Silva, nº 52, Bairro Ipiranga, Cidade São José/SC, CEP 88.111-560.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.2 – VÍDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 058/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

THIAGO CHAVES MATES
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 059/2023/SMCT

Publicação Nº 5412086

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 059/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JOZIANI RAMOS GARCIA, RG 5.350.351-1, CPF 054.854.979-69, residente e domiciliado à Rua Aldo da Silva, nº 74, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.106-787.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 – VÍDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 059/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JOZIANI RAMOS GARCIA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 060/2023/SMCT

Publicação Nº 5412087

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 060/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CARLOS ANTÔNIO GARCIA, RG 1.259.516, CPF 568.781.769-72, residente e domiciliado à Rua Joice Cecília Correa, nº 99, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.113-815.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.2 – VÍDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 060/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

CARLOS ANTÔNIO GARCIA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 061/2023/SMCT

Publicação Nº 5412089

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 061/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, MARINA CRISTINA ALVES, RG 5.942.931, CPF 085.628.079-82, residente e domiciliado à Rua José Fermínio Novaes, nº 964, apto 104, Bairro Kobrasol, Cidade São José/SC, CEP 88.102-080.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VÍDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 061/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

MARINA CRISTINA ALVES
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 062/2023/SMCT

Publicação N° 5412090

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 062/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CANTOR WAGUINHO, CNPJ 52.352.891/0001-49, neste ato representado pelo Sr. WAGNER COSTA, CPF 072.224.869-50, residente e domiciliado à Vidal Vicente Andrade, nº 781, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.107-001.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL N° 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 062/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 11,500,00 (onze mil e quinhentos reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

WAGNER COSTA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 063/2023/SMCT

Publicação N° 5412091

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 063/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, KELLY CRISTINA DE ABREU, CNPJ: 37.917.320/0001-10, neste ato representado pela Sra. KELLY CRISTINA DE ABREU, CPF: 055.165.299-30, residente e domiciliado à Rua Mar Del Plata, nº 415, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-410.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL N° 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 063/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;
VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;
ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01
FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;
PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

KELLY CRISTINA DE ABREU
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 064/2023/SMCT

Publicação Nº 5412092

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 064/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, CNPJ 83.806.612/0001-01, neste ato representado pela Sra. MILENE HILLESHEIM DA SILVA, CPF 005.301.429-45, residente e domiciliado à Rua Nereu Neto Capistrano, nº 150, Bairro Fazenda Santo Antônio, Cidade São José/SC, CEP 88.104-574.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VÍDEOCLIQUE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 064/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;
VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;
ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01
FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;
PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

MILENE HILLESHEIM DA SILVA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 065/2023/SMCT

Publicação Nº 5412093

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 065/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, FELIPE EMANUEL DA SILVA, RG: 125840728 – SSP/PR, CPF: 090.718.849-45, residente e domiciliado à Rua Jorge José Zimmermann, nº 400, Bloco C – apto 303, Bairro Sertão do Maruim, Cidade São José/SC, CEP: 88.122-030.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VÍDEOCLIQUE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas

conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 065/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

FELIPE EMANUEL DA SILVA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 066/2023/SMCT

Publicação Nº 5412094

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 066/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, IGOR MIGUEL DA SILVEIRA ROSA, RG: 4.884.686 – SSP/SC, CPF: 084.781.019-42, residente e domiciliado à Rua Ernesto Giorno, nº 46, Edifício Flavia – Apto 203, Bairro Kobrasol, Cidade São José/SC, CEP: 88.102-260.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 066/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

IGOR MIGUEL DA SILVEIRA DA ROSA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 068/2023/SMCT

Publicação Nº 5412095

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 068/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, SIMÕES EDIÇÕES, CNPJ 43.919.590/0001-63, neste ato representado pelo Sr. BRUNO DE FIGUEIRESO SIMÕES DE JESUS, CPF 007.013.059-08, residente e domiciliado à Rua Hamilton Ferreira, nº 645, Bairro Fazenda Santo Antônio, Cidade São José/SC, CEP 88.113-832.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 068/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

BRUNO DE FIGUEIRESO SIMÕES DE JESUS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 069/2023/SMCT

Publicação Nº 5412096

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 069/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, GABRIELLI DE SOUZA, RG 7.212.435, CPF 112.585.582-06, residente e domiciliado à Rua Claudionor Regis, nº 489, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.106.725.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.3 CURTA METRAGEM do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 069/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

GABRIELLI DE SOUZA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 070/2023/SMCT

Publicação Nº 5412097

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 070/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JÚLIO CESAR SILVA, RG e CPF 281.330.778-50, residente e domiciliado à Rua Jorge José, Bairro Sertão Imaruim, Cidade São José/SC, CEP 88.122-030.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL**DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO**

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 070/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JÚLIO CESAR SILVA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 071/2023/SMCT

Publicação Nº 5412098

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 071/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, SAMARA HARTT DA FONTE HIROSE, RG 6.684.585 – SSP/SC, CPF 088.234.949-07, residente e domiciliado à Rua Antônio Alfredo da Silva, nº 762 – Apto 101, Bairro Fazenda Santo Antônio, Cidade São José/SC, CEP 88.104-500.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 071/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

SAMARA HARTT DA FONTE HIROSE

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 072/2023/SMCT

Publicação Nº 5412099

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 072/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ZEPELIM CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS, CNPJ

40.775.060/001-09 neste ato representada pela Sra. DANIELA RISSON, CPF 768.361.000-30, residente e domiciliado à Rua Manoel Loureiro, nº 180 – Apto 407, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-330

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMETÁRIOS do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 072/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

DANIELA RISSON
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 073/2023/SMCT

Publicação Nº 5412100

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 073/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, VICTOR FELIPE VIEIRA BATISTA, RG 4.541.361, CPF 054.171.919-06, residente e domiciliado à Rua Viana do Castelo, Quadra 31 – Lote 04, Bairro Lisboa, Cidade São José/SC, CEP 88.107-395

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 073/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

VICTOR FELIPE VIEIRA BATISTA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 074/2023/SMCT

Publicação Nº 5412101

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 074/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, CASTELINHO ARTES LTDA, CNPJ 41.666.672/0001-18, representado neste ato pelo Sr. JOÃO BATISTA RODRIGUES DUARTE, CPF 511.147.800-06, residente e domiciliado à Rua Gaspar Neves, nº 14, Bairro Centro, Cidade São José/SC, CEP 88.103-250.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 074/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JOÃO BATISTA DUARTE

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 075/2023/SMCT

Publicação Nº 5412103

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 075/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, HERCÍLIO JOÃO DE SOUZA NETO, CNPJ 32.065.091/0001-30, neste ato representado pelo RG 3.573.788, CPF 034.242.089-57, residente e domiciliado à Rua Moura, nº 984, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-250.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 075/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

HERCÍLIO JOÃO DE SOUZA NETO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 076/2023/SMCT

Publicação Nº 5412104

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 076/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, FRANCO JAKA MÚSICA AO VIVO, CNPJ 32.065.091/0001-30, neste ato representado pelo Sr. FRANCO FRANÇA APRATTO, CPF 007.401.189-86, residente e domiciliado à Rua Treze de Junho, nº 730, sala 01, Bairro Flor de Napolís, Cidade São José/SC, CEP 88.106.470.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 076/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

FRANCO FRANÇA APRATTO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 077/2023/SMCT

Publicação Nº 5412106

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 077/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, EL PRODUÇÕES, CNPJ 15.387.675/0001-02, neste ato representado pelo Sr. LEANDRO ARLINDO COSTA, CPF 052.738.439-95, residente e domiciliado à Rua Adão Manoel da Silva, nº 197, Bairro Areias, Cidade São José/SC, CEP 88.113-260.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 077/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LEANDRO ARLINDO COSTA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 078/2023/SMCT

Publicação Nº 5412107

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 078/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JÉSSICA DAUSSEN, CNPJ 48.332.708/0001-76, neste ato representado pela Sra. JÉSSICA DAUSSEN, CPF 108.029.179-25, residente e domiciliado à Rua Lélio João Martins, nº 632, Bairro Kobrasol, Cidade São José/SC, CEP 88.101-100.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 078/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JÉSSICA DAUSSEN

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 079/2023/SMCT

Publicação Nº 5412108

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 079/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ESTUDIO MARCELO PINTA, CNPJ 47.254.287/0001-40, neste ato representado pelo Sr. MARCELO CARLOS DOS SANTOS, CPF 004.370.819-66, residente e domiciliado à Rua Antônio Basil Schroeder, nº 1010, Bairro Bela Vista, Cidade São José/SC, CEP 88.110-401.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5.2 APOIO A SALA DE CINEMAS do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 079/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTES DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

MARCELO CARLOS DOS SANTOS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 080/2023/SMCT

Publicação Nº 5412109

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 080/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, LUCAS SANTOS, RG 6.173.536 – SSP/SC, CPF 089.399.719-65, residente e domiciliado à Rua Monte Carmelo, nº 33, Bairro Picadas do Sul, Cidade São José/SC, CEP 88.106-200.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 080/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LUCAS SANTOS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 081/2023/SMCT

Publicação Nº 5412111

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 081/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, TAMIRIS BEPPLER MARTINS, RG 5.300.276 – SSP/SC, CPF 084.689.029-18, residente e domiciliado à Rua João Ambrósio da Silva, nº 575, Bairro Ipiranga, Cidade São José/SC, CEP 88.111-550.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.6 CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO AUDIOVISUAL, APOIO A CINE CLUBES E FESTIVAIS E MOSTRAS do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 081/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

TAMIRIS BEPPLER MARTINS

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 082/2023/SMCT

Publicação Nº 5412112

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 082/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ENTRE SONHOS TEATRO, CNPJ 38.828.806/0001-45, neste ato representado pelo Sr. LUCAS COSTA, RG 5.350.842 – SSP/SC, CPF 059.222.519-45, residente e domiciliado à Rua Mathias Schell, 22, apto 301 Bloco L, Bairro Sertão do Maruim, Cidade São José/SC, CEP 88.122.400.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.5 APOIO A SALA DE CINEMA do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 082/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LUCAS COSTA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 083/2023/SMCT

Publicação Nº 5412113

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 083/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, BIANCA DE OLIVEIRA, RG 3.097.370 – SSP/SC, CPF 028.162.119-59, residente e domiciliado à Rua Getúlio Vargas, 2397, Bairro Praia Comprida, Cidade São José/SC, CEP 88.103.600.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 083/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

BIANCA DE OLIVEIRA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 084/2023/SMCT

Publicação Nº 5412114

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 084/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, BRUNO CLEMENTE, RG: 4.345.744, – SSP/SC, CPF: 039.573.929-26, residente e domiciliado à Rua Oscar Teodoro da Silva, 520 – casa 01, Bairro Praia Comprida, Cidade São José/SC, CEP: 88.103.710.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 084/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

BRUNO CLEMENTE

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 085/2023/SMCT

Publicação Nº 5412116

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 085/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, VERSÁTICA PRODUÇÕES, CNPJ 46.670.384/0001-13 neste ato representado pelo Sr. LEANDRO WALTRICK DE MELO, CPF 067.040.389-06, residente e domiciliado à Rua Valmir Gualberto de Oliveira, 96, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.106.640.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.4 ROTEIROS/DOCUMENTÁRIO do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 085/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

LEANDRO WALTRICK DE MELO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 086/2023/SMCT

Publicação Nº 5412117

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 086/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, VNU CONTEXTO COMUNICAÇÕES, CNPJ 43.142.118/0001-67 neste ato representado pelo Sr. ANTÔNIO TEIXEIRA DO PRADO, CPF 296.018.942-68, residente e domiciliado à Rua Maria Elizabeth de Matos, 176, Apto 303 – Residencial Laelia, Bairro Areias, Cidade São José/SC, CEP 88.113.885.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.6 CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO AUDIOVISUAL, APOIO A CINE CLUBES E FESTIVAIS E MOSTRAS do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 086/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

ANTÔNIO TEIXEIRA DO PRADO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 087/2023/SMCT

Publicação Nº 5412119

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 087/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JORGE LUIZ SANTOS APRATTO, RG 4004631448, CPF 213.055.520-91, residente e domiciliado à Rua Georgino Bernardino Neto, 60, Kitnete 01, Bairro Forquilha, Cidade São José/SC, CEP 88.106-502.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.9 LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 087/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

JORGE LUIZ SANTOS APRATTO

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 088/2023/SMCT

Publicação N° 5412120

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 088/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ESTÚDIO DEL MARIANO, CNPJ 34.157.067/0001-56, neste ato representado pelo Sr. ANDRÉ EMERSON DE SOUZA, CPF 046.057.849-93, residente e domiciliado à Rua Da Independência, 1546, Bairro Areias, Cidade São José/SC, CEP 88.113-280.

OBJETO: Contemplado no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL N° 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 088/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

ANDRÉ EMERSON DE SOUZA

AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI

SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 089/2023/SMCT

Publicação N° 5412122

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N° 089/2023/SMCT**PARTES**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ANTÔNIO LUIZ ANERY VIEIRA, RG 3.329.496-8, CPF 017.271.589-03, residente e domiciliado à Rua Manoel Rosa, Residencial Parque Flores da Estação, Bloco 38, apto 102, Bairro Areias, Cidade São José/SC, CEP 88.113-835

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL N° 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 089/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

ANTÔNIO LUIZ ANERY VIEIRA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 090/2023/SMCT

Publicação Nº 5412125

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 090/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, JULIANA D PASSOS RODRIGUES, CPF 326.912.828-21, residente e domiciliado à Coronel Américo, nº 25 – Casa 2, Bairro Barreiros, Cidade São José/SC, CEP 88.117-310
OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 004/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

JULIANA D PASSOS RODRIGUES
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 091/2023/SMCT

Publicação Nº 5412129

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 091/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, SCAL DUB, CNPJ 47.749.046/0001-71, neste ato representada pelo Sr. CHARLSTON HUMBERTO DE SOUZA, CPF 024.834.529-06, residente e domiciliado à Rua das Arvores, nº 252, Bairro Picadas do Sul, Cidade São José/SC, CEP 88.106-250

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.2 VIDEOCLÍPE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 091/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

CHARLSTON HUMBERTO DE SOUZA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 092/2023/SMCT

Publicação Nº 5412131

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 092/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, RAFA ISAC, CNPJ 31.922.478/0001-00, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL ISAC VIEIRA, CPF 068.346.079-00, residente e domiciliado à Rua Santa Isabel, nº , Bairro Picadas do Sul, Cidade São José/SC, CEP 88.106-225

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.4.5 WEB SÉRIE do EDITAL Nº 11/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 092/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 702 – ELEMENTO 3101.

RAFAEL ISAC VIEIRA
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 093/2023/SMCT

Publicação Nº 5412133

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 093/2023/SMCT

PARTES

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Centro - São José-SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Secretário Sr. CHARLES ALEXANDRE COLZANI, e o AGENTE CULTURAL, ANIME ARTE E CULTURA, CNPJ 52.117.110-0001-31, neste ato representada pela Sra. SIMONE WARMLING DOS SANTOS, CPF 789.451.359-87, residente e domiciliado à Rua das Osni João Vieira, nº 800, Bairro Campinas, Cidade São José/SC, CEP 88.101-270.

OBJETO: Contemplada no ITEM 2.9 ESCRITA, LEITURA E ORALIDADE do EDITAL Nº 12/2023/SMCT DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir rigorosamente o projeto apresentado e aprovado, fazendo valor do valor do PRÊMIO CULTURAL o fomento de desenvolvimento a Cultura de São José.

CUMPRIR FIELMENTE o acordado na CONTRAPARTIDA em relação ao objeto deste Termo de Execução, cumprindo todas as etapas conforme organograma apresentado no projeto.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pagar e fiscalizar a PROPONENTE, conforme Termo de Execução nº 093/2023/SMCT;

VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

FORMA DE PAGAMENTO: Parcela Única;

VIGÊNCIA: 12 meses: Início a partir de sua assinatura 01 de dezembro de 2023;

ORÇAMENTO: Secretaria de Cultura e Turismo de São José – Unidade Orçamentaria 23.01

FONTE DO RECURSO: Ministério da Cultura, Governo Federal;

PROJETO ATIVIDADE: 2581 – DOTAÇÃO 703 – ELEMENTO 3101.

SIMONE WARMLING DOS SANTOS
AGENTE CULTURAL

CHARLES ALEXANDRE COLZANI
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO, SÃO JOSÉ

PORTARIA 691/2023 - SMA

Publicação Nº 5412135

PORTARIA– SA – Nº 0691/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 2.761/1995 – Estatuto dos Servidores do Magistério,

INFORMA:

I – Retorno do Auxílio doença INSS do (a) servidor (a) abaixo relacionado lotado (a) na Secretaria de Educação;

Matrícula	Nome	Cargo	Data do retorno
4346378	MARIANA RAMOS SCHUTZ	Professor	29/09/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 692/2023 - SMA

Publicação Nº 5412136

PORTARIA– SA – Nº 0692/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 2.761/1995 – Estatuto dos Servidores do Magistério,

INFORMA:

I – Retorno do Auxílio doença INSS do (a) servidor (a) abaixo relacionado lotado (a) na Secretaria de Educação;

Matrícula	Nome	Cargo	Data do retorno
4345533	GISELLY DA SILVEIRA	Professor	10/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 693/2023 - SMA

Publicação Nº 5412138

PORTARIA– SA – Nº 0695/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 2.761/1995 – Estatuto dos Servidores do Magistério,

INFORMA:

I – Retorno do Auxílio doença INSS do (a) servidor (a) abaixo relacionado lotado (a) na Secretaria de Educação;

Matrícula	Nome	Cargo	Data do retorno
4309421	VANDERLEIA MARIA GESSER DA ROSA	Auxiliar de Sala	27/09/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de setembro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 694/2023 - SMA

Publicação N° 5412142

PORTARIA– SA – N° 0694/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n° 2.761/1995 – Estatuto dos Servidores do Magistério,

INFORMA:

I – Retorno do Auxílio doença INSS do (a) servidor (a) abaixo relacionado lotado (a) na Secretaria de Educação;

Matrícula	Nome	Cargo	Data do retorno
4361151	IRACEMA MENEGHEL INNOCENTE	Auxiliar de Ensino	20/09/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 695/2023 - SMA

Publicação N° 5412145

PORTARIA– SA – N° 0695/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n° 2.761/1995 – Estatuto dos Servidores do Magistério,

INFORMA:

I – Retorno do Auxílio doença INSS do (a) servidor (a) abaixo relacionado lotado (a) na Secretaria de Educação;

Matrícula	Nome	Cargo	Data do retorno
4309421	VANDERLEIA MARIA GESSER DA ROSA	AUXILIAR DE SALA	27/09/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de setembro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 696/2023 - SMA

Publicação N° 5412146

PORTARIA- SA – N° 0696/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n° 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
136280	IZABEL CORDEIRO	Professor	2004/2009	30 dias	09/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 697/2023 - SMA

Publicação N° 5412148

PORTARIA- SA – N° 0697/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n° 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
138940	LIETE COSTA PEREIRA	Professor	2014/2019	90 dias	25/09/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de setembro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 698/2023 - SMA

Publicação N° 5412150

PORTARIA- SA – N° 0698/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n° 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
216780	PATRICIA ANA MARQUES	AUXILIAR DE SALA	2013/2018	60 dias	25/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 699/2023 - SMA

Publicação Nº 5412152

PORTARIA– SA – Nº 0699/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
339024	MARCILENE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR	2013/2018	60 dias	24/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 700/2023 - SMA

Publicação Nº 5412153

PORTARIA– SA – Nº 0700/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
217417	ANDREA NASCIMENTO	Auxiliar de Ensino	2008/2013	60 dias	02/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 701/2023 - SMA

Publicação Nº 5412154

PORTARIA– SA – Nº 0701/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
108405	ANA BRASIL DE OLIVEIRA	Psicólogo	2012/2017	30 dias	02/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 702/2023 - SMA

Publicação Nº 5412156

PORTARIA– SA – Nº 0702/2023

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2761/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado nesta Secretaria de Educação;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
108499	ELEANA COSTA	Professor	2012/2017	30 dias	16/10/2023

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2023.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 703/2023 - SMA

Publicação Nº 5412157

P O R T A R I A- SA - N.º 0703/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4302893	ANA LUCIA RAMOS DA SILVA BARBOSA	PROFESSOR	21/09/2023	03

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 704/2023 - SMA

Publicação N° 5412158

P O R T A R I A- SA - N.º 0704/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei n° 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4344073	ALESSANDRA OURIQUES NARDI	AUXILIAR DE SALA	27/09/2023	03

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 705/2023 - SMA

Publicação N° 5412160

P O R T A R I A- SA - N.º 0705/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei n° 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
17558	CLAUDIA FERREIRA WEBER PESSOA DE ALMEIDA	PROFESSOR	31/08/2023	03

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 706/2023 - SMA

Publicação N° 5412161

P O R T A R I A- SA - N.º 0706/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei n° 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
151602	DEISE KLOCH	PROFESSOR	25/09/2023	05

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 707/2023 - SMA

Publicação Nº 5412162

P O R T A R I A- SA - N.º 0707/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4287134	DEISI ANGELA CUNHA DA SILVA	PROFESSOR	09/09/2023	05

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 708/2023 - SMA

Publicação Nº 5412164

P O R T A R I A- SA - N.º 0708/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
217573	GLEISE CRISTIANI DE SOUZA	AUXILIAR DE ENSINO	09/09/2023	05

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 709/2023 - SMA

Publicação Nº 5412165

P O R T A R I A- SA - N.º 0709/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
137502	IVETE GOLDMEYER LEAL	PROFESSOR	31/08/2023	06

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 710/2023 - SMA

Publicação Nº 5412167

P O R T A R I A- SA - N.º 0710/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4358120	JULIANA DE CARVALHO	AUXILIAR DE ENSINO	15/09/2023	05

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

p
Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 711/2023 - SMA

Publicação Nº 5412168

P O R T A R I A- SA - N.º 0711/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4347854	MARCELO LUIZ DE SOUZA	AUXILIAR DE ENSINO	11/09/2023	03

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 712/2023 - SMA

Publicação Nº 5412169

P O R T A R I A- SA - N.º 0712/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4351207	MARIA FERMINA GUIRAL-DELLI	PROFESSOR	10/09/2023	03

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 713/2023 - SMA

Publicação Nº 5412170

P O R T A R I A - S A - N.º 0713/2023

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o art. 129, inciso III, da Lei nº 2.248/1991.

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença Nojo:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo (dias)
4361253	VANDERLEIA PEDROTTI	PROFESSOR	13/09/2023	03

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de setembro de 2023.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2023.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 053/2023/SMS

Publicação Nº 5411827

PORTARIA Nº 053/2023/SMS/SJ

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA 028/2023 QUE COMPÕE A COMISSÃO DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36974/2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias a Portaria nº 028/2023, contados a partir de 06/11/2023, para que haja tempo hábil para o levantamento de dados haja vista que a movimentação a ser analisada se refere ao período de 2017 a 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São José, 06 de dezembro de 2023.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SME/PMSJ Nº 1207/2023

Publicação Nº 5411000

PORTARIA SME/PMSJ nº 1207, de 29 de novembro de 2023.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora, Lenice Lucia Cauduro da Silva, matrícula nº 10846-4, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 130/2023, decorrentes da Dispensa de Licitação nº 069/2023, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora, Cristiane do Nascimento Klingelfus, matrícula nº 22460012, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rosemeri Bartucheski
Secretária Municipal de Educação

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 026/2023-01

Publicação N° 5411720

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74DC1AEC149847A79C8FCCE8027912D254E63BD5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO n° 026/2023-01 - Proc. Digital n° 21166/2023. CONTRATADO: NAUS ENGENHARIA LTDA. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO e READEQUAÇÃO CONTRATUAL nos termos previstos no Contrato n° 026/2023 nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no parágrafo único do art. 56 da lei n° 8.245/1991 c/c da lei 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital n° 21166/2023, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 026/2023, por mais 60 (sessenta) dias. DA READEQUAÇÃO CONTRATUAL: Segue quadro resumo da readequação com percentuais relacionados ao valor total do contrato:

	VALOR	PERCENTUAL
Contrato	R\$ 3.401.374,55	100,00%
Suprimido	-	-
Acrescido Quantitativo	R\$ 14.968,50	0,440072%
Acrescido Qualitativo	R\$ 246.938,14	7,2599514%
Contrato Readequado	R\$ 3.663.281,19	7,700023%

Data de Assinatura: 17 de novembro de 2023.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 182/2021-01

Publicação N° 5412123

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0EA5F8159F3B1E232087B6BAF0673596BCF3C87E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO n° 182/2021-01 – Proc. Digital n° 40641/2023. CONTRATADO: SERTTEL SOLUÇÕES EM MOBILIDADE E SEGURANÇA URBANA LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO, ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E ÍNICIO DA VIGÊNCIA, nos termos previstos no Contrato original e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: “A redução que trata este termo aditivo decorre da supressão do valor de R\$ 47.273,52 (quarenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos), que corresponde a 7,52% (7,5278%) do contrato original, ou ao valor R\$ 176.495,28 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) de conforme demonstrativos a seguir.” Valor original do contrato firmado no ano de 2021 somando ao custo mensal de 5 (cinco) novos postos instalados totalizando 26 pontos semaforizados X valor proposto por este termo aditivo.

ITEM	R\$ ORIGINAL	R\$ NOVO	R\$ REDUÇÃO	% REDUÇÃO	R\$ MENSAL	R\$ ANUAL
1 ao 26	R\$2.262,73	R\$1.697,80	R\$564,93	24,96	R\$44.142,80	R\$529.713,60
27	R\$2.262,73	R\$1.697,80	R\$564,93	24,96	Sob demanda	R\$20.373,60
28	R\$1.346,16	1.346,16	R\$0,00	0	Sob demanda	R\$6.730,80
29	R\$125,74	R\$125,74	R\$0,00	0	Sob demanda	R\$23.890,60

TOTAL:	R\$580.708,60
--------	---------------

DO ÍNICIO DA VIGÊNCIA: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do registro de preços através do Memorando n° 728/2023/DAF/SSDST de 26/10/2023, o Contrato n° 182/2021, terá sua data de vigência iniciada em 01 de novembro de 2023, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período até o máximo de 60 (sessenta) meses. Data de Assinatura: 31 de outubro de 2023.

São José do Cedro

PREFEITURA

CCA Nº 2.436/2023 - ANDERSON BENETTI

Publicação Nº 5411300

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 2.436/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 2.436/2023 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até 31/12/2024, formulado pelo empreendedor ANDERSON BENETTI, CPF 081.176.799-06, para a atividade de 71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Segundo Anibal Balbinot, 189, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

PORTARIA Nº 747/2023

Publicação Nº 5410647

PORTARIA Nº 747/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 014/2022, RESOLVE:

Art.1º Prorrogar, a partir de 16 de dezembro de 2023, os contratos temporários dos servidores públicos municipais, que possuem exercício junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste município, conforme tabela constante no Anexo Único desta Portaria, no período de 16 a 19 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de dezembro de 2023.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em de 06 de dezembro de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

SIMONE TREVISOL
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal
ANEXO ÚNICO – PORTARIA 743/2023

Matrícula	Nome	Cargo
4.235-3	ALINE JUSTEN DOS SANTOS	MONITOR DE CRECHE
4.223-3	ANA CAROLINA PARMEGGIANI DE CAMPOS	MONITOR DE CRECHE
4.257-6	ANA PAULA SCHRODER	MONITOR DE CRECHE
4.218-5	ANDRIELI ANDRESSA BLASI	MONITOR DE CRECHE
4.224-4	CÍNTIA DA SILVA	MONITOR DE CRECHE
4.445-3	CLEICIANE VALGOI	MONITOR DE CRECHE
4.411-2	CLENIR VENDRAMIN	MONITOR DE CRECHE
4.234-2	DAIANA HART ZIMMER	MONITOR DE CRECHE
4.381-5	DAIANA KAMILA ZANATTA ZARTORI	MONITOR DE CRECHE

4.220-9	DANIELA ZARTORI	MONITOR DE CRECHE
4.076-8	DAYSE CARLA JUSTEN	MONITOR DE CRECHE
4429-5	ELIANA FRANCIELE FRANCO	MONITOR DE CRECHE
4523-1	GABRIELA ZANINI JOERGENSEN	MONITOR DE CRECHE
4522-1	JAQUELINE SUZANE KOCHHANN	MONITOR DE CRECHE
4385-3	JÉSSICA REVERS	MONITOR DE CRECHE
4499-2	JIEZA CARLA RAUBER ROSA	PROFESSOR NIVEL 2
3.699-2	JULIANA WARTHA	MONITOR DE CRECHE
4250-3	LETÍCIA DUARTE DA SILVA	MONITOR DE CRECHE
4524-1	MAIQUELI EMANUELI BERVIAN	MONITOR DE CRECHE
4.412-2	MARIA EDUARDA SCHNEIDER	MONITOR DE CRECHE
2785-5	MARISA MAYER	MONITOR DE CRECHE
4.204-3	NATANIELI OLIVEIRA DA ROSA	MONITOR DE CRECHE
4260-2	PATRICIA SCHERLI SCHNEIDER	MONITOR DE CRECHE
4490-3	ROSELI SCHWAB	MONITOR DE CRECHE
4168-12	ROZELI PINHEIRO WRONSKI	PROFESSOR NIVEL 2
4296-2	SABRINA FONTANA	MONITOR DE CRECHE
3926-2	SAMARA CRISTINA DAVI SEVERO BRANCHER	MONITOR DE CRECHE
4254-12	SANDRA ZANOTELLI MARTINELLI	MONITOR DE CRECHE
4521-1	SOLANGE DUARTE	MONITOR DE CRECHE
4314-6	VALERIA PETRY	PROFESSOR NIVEL 2
4175-14	YELIGEL LARIS DELEVATTI	PROFESSOR NIVEL 2

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

SIMONE TREVISOL
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 748/2023

Publicação Nº 5410649

PORTARIA Nº 748/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 014/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário, Daísa Tiecher, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 06 a 19 de dezembro de 2023, em substituição à titular da vaga Edina Cristina Fávero que se encontra de atestado no período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação com efeitos retroativos a 06 de dezembro de 2023.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de dezembro de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

SIMONE TREVISOL
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.342, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409702

DECRETO Nº 8.342, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Nomeia membros para composição do Conselho Municipal de Política Cultural de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXXVI da Lei Orgânica do Município e com base no artigo 23 da Lei Complementar nº 246, de 03 de outubro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para composição do Conselho Municipal de Política Cultural de São Lourenço do Oeste/SC, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, orientador e fiscalizador, que objetiva institucionalizar a relação entre Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, execução e fiscalização da Política Cultural do Município, da seguinte forma:

I - representantes do Poder Público Municipal:

a) Instituto Cultural de São Lourenço:

1. Jader Gabriel Ioris, ocupante do cargo de Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, matrícula nº 58/01 - titular;
2. Willian Renan Baesso, ocupante do cargo de Agente Cultural III, matrícula nº 08/03 - suplente.
3. Roveli Bichels, ocupante do cargo de Agente Cultural III, matrícula nº 45/01 - titular;
4. Everton Luiz Lovera, ocupante do cargo de Agente Cultural II, matrícula nº 12/03 - suplente.

b) Secretaria Municipal de Educação:

1. Nilza Maria Lazzarotto, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 1479/06 - titular;
2. Lourdes Helena Galeazzi, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 1396/02 - suplente.

c) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

1. José Fernando Ziem, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico, matrícula nº 1143/02 - titular
2. Dieiton Keoma Ribeiro, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3690/01 - suplente.

d) Secretaria Municipal de Relações Institucionais:

1. Josilene Casagrande Suttli, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista, matrícula nº 1657/02 - titular;
2. Alana Barbieri, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3835/01 - suplente.

e) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Poliana da Silva do Nascimento, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3654/01 - titular;
2. Anilson Spricigo, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, matrícula nº 871/02 - suplente.

II - representantes da sociedade civil:

a) Patrimônio e expressões culturais:

1. Leila Inês Franz Coelho - titular;
2. Paula Chaves - suplente.

b) Artes cênicas:

1. Adriana Biazussi Lolatto - titular;

c) Música:

1. Evandro Piva - titular;
2. Rodinei Linhares Vieira - suplente.

d) Artes e artesanato:

1. Emannelle Favretto - titular;
2. Marcelo da Silva - suplente.

e) Leitura e literatura:

1. Talila Vieira - titular;
2. Silvana Farias - suplente.

f) Audiovisual e criações funcionais:

1. Willian Junior Siqueira dos Santos - titular;

2. Kauê Pires - suplente.

Parágrafo único. Os conselheiros elegeram Roveli Bichels como Presidente, Emanuelle Favretto como Secretária-Geral, e Talila Vieira como Secretária Suplente.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 3º O Conselho Municipal de Política Cultural somente poderá deliberar com a maioria absoluta dos seus membros, sendo que as decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto minerva.

Art. 4º Por se tratar de serviços de relevante interesse público, os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, nomeados por este Decreto, não serão remunerados sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 5º As competências dos órgãos que compõem o Conselho Municipal de Política Cultural, bem como a forma de atuação dos conselheiros estão estabelecidas no seu Regimento Interno, instituído através do Decreto nº 6.602, de 07 de fevereiro de 2020.

Art. 6º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Complementar nº 246, de 03 de outubro de 2019, suas alterações e demais normas vigentes.

Art. 7º Ficam revogados o Decreto nº 7.448, de 09 de fevereiro de 2022 e o Decreto nº 7.781, de 10 de outubro de 2022.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.169, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410676

PORTARIA Nº 1.169, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, ADENIR ANTONIO CUNICO, matrícula nº 1346/02, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, no período de 15 a 29 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.254, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411178

PORTARIA Nº 1.254, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, SIRINEI ANTONIO DIAS, matrícula nº 3248/01, ocupante do cargo Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.273, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411208

PORTARIA Nº 1.273, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o Protocolo 4088/2023, via Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ODETI LOURDES PANDOLFI, matrícula nº 1696/01, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1104, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410911

PORTARIA Nº 1107, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, aos Agentes de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários relacionados no quadro abaixo, no período de 03 de janeiro 01 fevereiro de 2024.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
355001	AIRTON CLEONIR NETTO	2022/2023
172701	EBERTON SAVI MONDO	2022/2023
360601	JOCENIR DA ROSA	2023/2024
363701	CESAR LUIZ PIRAN	2022/2023
360701	ODINEI MACIEL	2023/2024
395101	EDUARDO DA LUZ	2022/2023
321501	RAFAEL RODRIGO CEREZOLLI	2021/2022
363001	SILVIO CESAR EVANGELISTA	2022/2023

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de novembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1109, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022

Publicação Nº 5409761

PORTARIA Nº 1109, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal AMARILDE LUNKES GABRIEL, matrícula nº 3368/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, no período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1119, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411213

PORTARIA Nº1.119, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, ALEXSANDRO MEZZOMO, matrícula nº 3206/01, ocupante do cargo Engenheiro Civil, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1120, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411219

PORTARIA Nº 1120, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal, VIVIANE DO NASCIMENTO ERBES DA MAIA, matrícula nº 1882/03, ocupante do cargo Professor de Artes, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1121, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410927

PORTARIA Nº 1121, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CAROLINE APARECIDA LAZARIN, matrícula nº 3367/01, ocupante do cargo de Nutricionista II, no período de 03 a 17 de janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021 e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024,

referente o período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1121, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410691

PORTARIA Nº 1121, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CAROLINE APARECIDA LAZARIN, matrícula nº 3367/01, ocupante do cargo de Nutricionista II, no período de 03 a 17 de janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021 e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente o período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1122, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410701

PORTARIA Nº 1122, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CRISTIANE GOBATTO, matrícula nº 3382/06, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Ensino Fundamental, no período de 03 a 17 de janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023 e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente o período aquisitivo 2023/2024.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1123, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411227

PORTARIA Nº 1123, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, EMÍLIO ZACARIAS MACHADO, matrícula nº 3795/01, ocupante do cargo Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1124, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411183

PORTARIA Nº 1.124, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, DIRCEU GONÇALVES DA CRUZ, matrícula nº 851/01, ocupante do cargo Motorista Carga Pesada, no período de 29 de janeiro a 27 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1125, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410932

PORTARIA Nº 1125, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal IVETE ELIAS CHAVES, matrícula nº 3225/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente o período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1126, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410936

PORTARIA Nº 1126, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal KELLY SCHVANZ ROSSETTI, matrícula nº 3214/01, ocupante do cargo de Nutricionista II, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente o período aquisitivo 2019/2020 e no período de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1129, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410941

PORTARIA Nº 1129, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROCHELER CARLA DALAZEN DOS SANTOS, matrícula nº 1759/12, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação Adjunto, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente o período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1130, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410944

PORTARIA Nº 1130, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal RUBENS VAZ DE OLIVEIRA, matrícula nº 1775/01, ocupante do cargo de Agente de Construção e Manutenção de Obras Públicas, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente o período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1131, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410948

PORTARIA N° 1131, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SAMIRA HELLEN DE SOUZA, matrícula n° 3963/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 08 a 22 de janeiro de 2024, referente o período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1132, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410951

PORTARIA N° 1132, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal TAMIRES ECKERT, matrícula n° 3962/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 25 de janeiro a 08 de fevereiro de 2024, referente o período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1133, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410961

PORTARIA N° 1133, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DOULGAS BITTENCOURT, matrícula n° 1832/01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente o período aquisitivo 2021/2022, e no período de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024 referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1134, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410965

PORTARIA N° 1134, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VOLMIR MACHADO GIRARDI, matrícula n° 52/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente o período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1142, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410721

PORTARIA N° 1142, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal LEONI FERREIRA, matrícula n° 1834/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 03 a 29 de janeiro de 2024, referente o período aquisitivo 2022/2024.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1159, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410747

PORTARIA N° 1159, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal CLAUDIA LAGO GARLET, matrícula n° 3065/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 03 de Janeiro a 1º de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1160, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411238

PORTARIA Nº 1160, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, IVAIR ROQUE CONTE, matrícula nº 3871/01, ocupante do cargo Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 29 de janeiro a 27 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1161, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410716

PORTARIA Nº 1161, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, aos Diretores de Escola relacionados no quadro abaixo, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
139301	EDINA ADRIANA BASTEZINI	2023/2024
196402	FRANCIELI CUNICO RHODEN	2023/2024
305105	FRANCIELI MARIA VARELA	2023/2024
303101	GENILSE FOPPA ROMAN	2023/2024
370301	GIVANILDO GUARDA	2023/2024
169904	JOSIANE SETTE	2023/2024
196502	LAYS MAYARA MILAN	2023/2024
34501	MARLI APARECIDA BAGIO PARISOTO	2023/2024
369901	MARCIA RHODEN	2023/2024
302201	HALANNA GALIAZZI MIGLIORINI	2023/2024
334701	PATRICIA SOLIGO WESOLOVSKI	2023/2024
313303	RUBIA JULIETI CAMBRUZZI SMANIOTTO	2023/2024
128303	SIRLEI TOMAZI CATANI	2023/2023

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1162, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409881

PORTARIA N° 1162, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal EDIANE ECKER PEREGO, matrícula n° 2007/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1163, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409893

PORTARIA N° 1163, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal EDSON FERRARI, matrícula n° 3734/01, ocupante do cargo Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1164, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409899

PORTARIA N° 1164, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal ELENIR MILAN DE PAULA, matrícula n° 3952/01, ocupante do cargo AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1165, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409922

PORTARIA Nº 1165, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidor pública municipal ELISETTE ROSETTI matrícula nº 1987/01, ocupante do cargo AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1167, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409935

PORTARIA Nº 1167, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal EVA DE FATIMA VERGUTZ, matrícula nº 3001/85, ocupante do cargo Técnico em Enfermagem, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1168, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409941

PORTARIA Nº 1168, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal FABIANE VIEIRA CARNEIRO, matrícula nº 3399/01, ocupante do cargo Técnico em Enfermagem, no período de 18 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1171, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410753

PORTARIA Nº 1171, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal ALANA BARBIERI, matrícula nº 3835/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 12 a 26 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1173, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410760

PORTARIA Nº 1173, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ITAMAR FERNANDES, matrícula nº 847/01, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 17 de janeiro a 15 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1174, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410046

PORTARIA Nº 1174, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal JOANA SELMA BENIGRES, matrícula nº 3937/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1175, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410774

PORTARIA Nº 1175, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal JOÃO FRANCISCO ZANGER ESTÁCIO, matrícula nº 486/01, ocupante do cargo Operador de Máquinas II, no período de 03 a 17 de Janeiro a de 2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020, e no período de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1176, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410071

PORTARIA Nº 1176, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal JULCIMAR SCARIOTI, matrícula nº 3000/63, ocupante do cargo Médico Especialista, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1177, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410779

PORTARIA Nº 1177, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal JULIANE PERUZZO TARTAS, matrícula nº 185/02, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, no período de 08 a 21 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1178, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410077

PORTARIA N° 1178, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal JUSANI DE FÁTIMA TREVISOL, matrícula n° 1697/01, ocupante do cargo Técnico de Apoio Administrativo, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1179, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410081

PORTARIA N° 1179, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal KARINA FLOR, matrícula n° 1809/01, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, no período de 08 a 22 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1180, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410083

PORTARIA N° 1180, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal KAZUE KONDO OTAK, matrícula n° 3364/01, ocupante do cargo Médico, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1181, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410084

PORTARIA Nº 1181, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal KELI ADRIANE HINTZ RADTKE, matrícula nº 3000/03, ocupante do cargo Enfermeiro, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1182 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410087

PORTARIA Nº 1182 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal KELY ROBERTA SCHNEIDER, matrícula nº 3001/71, ocupante do cargo Odontólogo, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1183, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410092

PORTARIA Nº 1183, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal LARICE DA SILVEIRA FURRER, matrícula nº 3001/69, ocupante do cargo Médico Especialista, no período de 15 a 29 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1184, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410096

PORTARIA N° 1184, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal LETÍCIA DE CEZARO, matrícula n° 3480/01, ocupante do cargo de Odontólogo Especialista, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1185, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410100

PORTARIA N° 1185, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal LISSANDRA DE MENEZES, matrícula n° 3001/83, ocupante do cargo de Odontólogo, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1186, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410106

PORTARIA N° 1186, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal LUCIANE FÁTIMA MINSKI, matrícula n° 3572/02, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1187, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410784

PORTARIA Nº 1187, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUCIANO SILVA DOS REIS, matrícula nº 3671/01, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1188, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410109

PORTARIA Nº 1188, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal LUIZ ANTONIO SIMM VIANA, matrícula nº 3729/01, ocupante do cargo de Analista Administrativo, no período de 08 a 22 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1189, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410113

PORTARIA Nº 1189, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal MARCELO CORREA, matrícula nº 1999/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1199, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410133

PORTARIA Nº 1199, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal MARCELO MENEGUS, matrícula nº 1986/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 08 a 22 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021, e no período de 23 de janeiro a 06 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1200, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410153

PORTARIA Nº 1120, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CARLA RODRIGUES DE ANDRADE TAVARES, matrícula nº 1892/03, ocupante do cargo de Analista Administrativo, no período de 03 a 17 de janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1201, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410808

PORTARIA Nº 1201, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal MARCIO ALVES RODRIGUES, matrícula nº 1769/02, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1202, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410810

PORTARIA N° 1202, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal NADIA GAVA BOLZAN, matrícula n° 3113/01, ocupante do cargo Analista Administrativo, no período de 15 a 29 de Janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1203, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410813

PORTARIA N° 1203, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal ROSELI OLIVIA RANZAN, matrícula n° 2006/02, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 11 a 25 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021 e de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1204, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410818

PORTARIA N° 1204, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal SIDIANE DOS SANTOS ALVARISTO, matrícula n° 3220/01, ocupante do cargo Assistente Social, no período de 11 de Janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1205, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409971

PORTARIA Nº 1205, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal FERNANDA MAJEWSKY, matrícula nº 3001/81, ocupante do cargo Médico 40 horas, no período de 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1206, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409980

PORTARIA Nº 1206, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal FILIPE ADEMIR MARTINS, matrícula nº 3492/01, ocupante do cargo de DIRETOR DE VIGILANCIA SANITÁRIA, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1207, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410025

PORTARIA Nº 1207, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal IZORLEI NORDIO, matrícula nº 3650/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1208, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410030

PORTARIA N° 1208, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal JANAINA ALICE COSTA, matrícula n° 1794/01, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, no período de 15 de janeiro de a 13 de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1209, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409723

PORTARIA N° 1209, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ALICE LAZARETTI DOS SANTOS, matrícula n° 2009/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 10 de janeiro a 08 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1210, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409739

PORTARIA N° 1210, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ALINE LOURENÇO GUETTE, matrícula n° 3955/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1211, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409808

PORTARIA N° 1211, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ANDREIA CRISTINA DA CRUZ, matrícula n° 375/05, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, no período de 08 de janeiro a 06 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1213, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410160

PORTARIA N° 1213, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARENI XAVIER DA SILVA, matrícula n° 3226/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1214, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410168

PORTARIA N° 1214, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARIA TERESA CORATO SANTIAN, matrícula n° 3236/01, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1215, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410191

PORTARIA Nº 1215, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARILEIA DETONI, matrícula nº 3504/02, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, no período de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1216, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410199

PORTARIA Nº 1216, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARILU SCHNEIDER WALLERIUS, matrícula nº 1694/02, ocupante do cargo de Técnico em saúde Bucal, no período de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022, e de 02 a 16 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1217, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410202

PORTARIA Nº 1217, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES, matrícula nº 3359/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022, e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1218, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410204

PORTARIA Nº 1218, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARLETE DE FÁTIMA BANDEIRA, matrícula nº 3000/94, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022, e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1219, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410208

PORTARIA Nº 1219, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARLI HENTGES, matrícula nº 632/02, ocupante do cargo de Analista Administrativo, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1220, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410209

PORTARIA Nº 1220, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MICHELI APARECIDA LANDO MARIA, matrícula nº 3363/01, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1221, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410216

PORTARIA N° 1221, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal OSMIR GAHIO, matrícula n° 3441/01, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1222, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410220

PORTARIA N° 1222, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal PAMELA RAQUEL SIERPINSKI, matrícula n° 3763/01, ocupante do cargo de Psicólogo, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1223, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410222

PORTARIA N° 1223, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal ROGER LUFT, matrícula n° 3241/01, ocupante do cargo de Odontólogo, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1224, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410224

PORTARIA Nº1224, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ROSMARI DOS SANTOS RODRIGUES, matrícula nº 1990/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 15 a 29 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1225, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410228

PORTARIA Nº 1225, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal RUBIA MARIA TREVISOL, matrícula nº 3001/58, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022, e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1226, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410231

PORTARIA Nº 1226, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal SANDRA BAMBERG, matrícula nº 1993/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020, e de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1227, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410234

PORTARIA Nº 1227, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal SANDRA MARIA FERRARI, matrícula nº 3000/04, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 22 de janeiro a 20 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1228, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410235

PORTARIA Nº 1228, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal SELEZIA TEREZINHA SCHERER, matrícula nº 3321/01, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Controle, Qualidade e Ouvidoria, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1229, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410236

PORTARIA Nº 1229, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal SILVANA CESARIO MELLO, matrícula nº 2000/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1230, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410238

PORTARIA Nº 1230, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal SILVIA CARBONI SCARIOTE DE CONTO, matrícula nº 3355/01, ocupante do cargo de Médico, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1231, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410239

PORTARIA Nº 1231, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal SIMONE STRADA FIEL, matrícula nº 1738/01, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1232, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410242

PORTARIA Nº 1232, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal VILMA MARIA PERTILLE, matrícula nº 3001/56, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1233, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410244

PORTARIA Nº 1233, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal VOLNEI KOSMANN, matrícula nº 3000/06, ocupante do cargo de Motorista Carga Pesada, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022, e no período de 18 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1234 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410246

PORTARIA Nº 1234 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ZELMA TEREZINHA MATIAS RIZZOTTO, matrícula nº 3564/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1235, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410247

PORTARIA Nº 1235, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ZENAIDE DA SILVA DAL ZOT, matrícula nº 3000/09, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 08 a 22 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021, e no período de 23 de janeiro a 06 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1236, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410823

PORTARIA N° 1236, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, JOÃO MARCELO INOCENTE DA SILVA, matrícula n° 1859/01, ocupante do cargo Médico Veterinário, no período de 06 a 20 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1237, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410053

PORTARIA N° 1237, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal JANETE DURANTE ZABOT TAVARES, matrícula n° 1570/02, ocupante do cargo Técnico em Saúde Bucal, no período de 11 a 25 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021 e de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1238, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410037

PORTARIA N° 1238, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal JANETE CONCI MELLA, matrícula n° 2011/01, ocupante do cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS no período de 08 de janeiro a 06 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1239, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409825

PORTARIA N° 1239, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal CELOIR PEDRENHA POGERE, matrícula n° 3001/33, ocupante do cargo Agente de apoio Operacional, no período de 03 de janeiro a 1° de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1240, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410977

PORTARIA N° 1240, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI, matrícula n° 3127/03, ocupante do cargo Diretor do Departamento de Educação Infantil, no período de 03 a 17 de Janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024,

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1242, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410825

PORTARIA N° 1242, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal GEANNE CRISTHINA TAPERO LESSA, matrícula n° 3012/01, ocupante do cargo Diretor De Planejamento Institucional, no período de 11 de Janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021,

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1243, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410828

PORTARIA Nº 1243, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal JOSILENE CASAGRANDE SUTTILI, matrícula nº 1657/02, ocupante do cargo Arquiteta e Urbanista, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1244, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410741

PORTARIA Nº 1244, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal IVONETE MANICA ECKER, matrícula nº 1752/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 1º de fevereiro a 1º de março 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1245, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410830

PORTARIA Nº 1245, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal LUCIANA PAGLIOSA FINGER, matrícula nº 3484/02, ocupante do cargo COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON, de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1246, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410672

PORTARIA Nº 1246, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal MARCELO CORREIA DOS SANTOS, matrícula nº 3397/01, ocupante do cargo de Agente de Construção e Manutenção de Obras Publicas, no período de 18 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, no período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1247, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410128

PORTARIA Nº 1247, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal MARCELO JUNIOR DOS SANTOS, matrícula nº 3915/01, ocupante do cargo Diretor de Tecnologia e Gestão da informação, no período de 18 de Janeiro a 1º de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1248, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410836

PORTARIA Nº 1248, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal POLIANA DA SILVA DO NASCIMENTO, matrícula nº 3771/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 15 a 29 de janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1248, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410984

PORTARIA N° 1248, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal POLIANA DA SILVA DO NASCIMENTO, matrícula n° 3771/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 15 a 29 de janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1249, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410838

PORTARIA N° 1249, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal ROZINEIA DOS SANTOS, matrícula n° 3442/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1250, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410839

PORTARIA N° 1251, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal TATIANE LUSSANI DAL PONT, matrícula n° 3011/02, ocupante do cargo Diretor de Licitações e Compras, no período de 03 a 17 de Janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021,

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1251, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410846

PORTARIA Nº 1251, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal TATIANE LUSSANI DAL PONT, matrícula nº 3011/02, ocupante do cargo Diretor de Licitações e Compras, no período de 03 a 17 de Janeiro 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021,

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1253, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410680

PORTARIA Nº 1253, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal LUIZ ANTONIO MARTINS, matrícula nº 447/01, ocupante do cargo Professor de Educação Física, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1255, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411018

PORTARIA Nº 1255, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal ELIZANGELA CALEGARI, matrícula nº 1929/01, ocupante do cargo Técnico de Apoio Administrativo, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2023/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1256, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409987

PORTARIA N° 1256, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal FRANCIELLI LIGIA GRACIOLLI, matrícula nº 3000/16, ocupante do cargo ENFERMEIRO, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1257, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410005

PORTARIA N° 1275, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal GILSON FERNANDES DE JESUS, matrícula nº 3296/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1258, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409683

PORTARIA N° 1258, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ADRIANA PAIANO FURLANETTO, matrícula nº 1982/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 de janeiro 1º fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,... dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1259, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409801

PORTARIA Nº 1259, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ANA PAULA BRONDANI, matrícula nº 3536/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1260, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409815

PORTARIA Nº 1260, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ARLEI REGINA VIEIRA, matrícula nº 3179/08, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1261, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410851

PORTARIA Nº 1261, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, CESAR AUGUSTO CENCI, matrícula nº 3702/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 14 a 28 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1262, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409845

PORTARIA N° 1262, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal CRISTIANE SAMARA DEBASTIANI FEREIRRA, matrícula n° 3465/01, ocupante do cargo NUTRICIONISTA, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1263, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409837

PORTARIA N° 1263, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal CRISTIANE DEON, matrícula n° 3224/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1264, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409850

PORTARIA N° 1264, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal DANIELE RODRIGUES COSTA, matrícula n° 3291/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1265, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409889

PORTARIA N° 1265, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal EDEVALDO FARIAS PRESTES, matrícula n° 3001/73, ocupante do cargo Enfermeiro, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1266, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409911

PORTARIA N° 1266, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ELISA SERVELIN, matrícula n° 3001/93, ocupante do cargo Enfermeiro, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1267, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409679

PORTARIA N° 1267, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ADRIANE MEZZOMO VIAN, matrícula n° 3290/01, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, no período de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1268, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409691

PORTARIA Nº 1268, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal AIRTON FREIRE CALEFFI, matrícula nº 3000/59, ocupante do cargo Farmacêutico Bio-químico, sendo quinze dias no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021 e quinze dias no período de 18 de janeiro 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1269, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409749

PORTARIA Nº 1269, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal ALMIR CARLOS MOTTA, matrícula nº 3000/41, ocupante do cargo Fisioterapeuta, no período de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1271, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409818

PORTARIA Nº 1271, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal CAMILA LORENZET, matrícula nº 3000/26, ocupante do cargo Enfermeiro, no período de 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1274, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409833

PORTARIA Nº 1274, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal CATIA CILENE SCHAFER, matrícula nº 3000/58, ocupante do cargo Enfermeiro, no período de 22 de janeiro a 20 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1274, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410120

PORTARIA Nº 1274, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal CATIA CILENE SCHAFER, matrícula nº 3000/58, ocupante do cargo Enfermeiro, no período de 22 de janeiro a 20 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1276, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410009

PORTARIA Nº 1276, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1 Conceder férias a servidora pública municipal GLAUCIA VERONICA CADORE PERAZOLI, matrícula nº 3001/90, ocupante do cargo Fisioterapeuta, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1277 , DE 07DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410016

PORTARIA Nº 1277 , DE 07DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal ISABEL SCHENKEL LAGO, matrícula nº 3761/01, ocupante do cargo Psicóloga, no período de 11 a 25 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021, e de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1278, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410857

PORTARIA Nº 1278, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal WINISSIUS SEGATTO, matrícula nº 3610/02, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, no período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1279, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410725

PORTARIA Nº 1279, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, aos Assistentes Técnicos Pedagógicos relacionados no quadro abaixo, de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
362804	DIRCEU ANTONIO NEVES DA SILVA	2023/2024
389301	TAIS ABATTI	2023/2024

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1280, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409769

PORTARIA Nº 1280, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal AMARILDO CORBARI, matrícula nº 3001/98, ocupante do cargo AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1281, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410733

PORTARIA Nº 1281, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, AFONSO SUTTILLI, matrícula nº 1949/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1282, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410735

PORTARIA Nº 1282, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, AFONSO SUTTILLI, matrícula nº 1949/01, ocupante do cargo TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, no período de 15 a 29 de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1283, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410859

PORTARIA Nº 1283, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, ROGERIO TEODORO CABERLON, matrícula nº 1462/01, ocupante do cargo Serviços Gerais, no período de 03 de janeiro 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1284, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410705

PORTARIA Nº 1284, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ANDERSON MACIEL KANOVA, matrícula nº 3940/01, ocupante do cargo de Agente de Construção e Manutenção de Obras Públicas, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, no período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1285, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410881

PORTARIA Nº 1285, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, ADIRLEI CARLOS SANTIAN, matrícula nº 142/01, ocupante do cargo TÉCNICO EM AGROPECUARIA, no período de 03 a 17 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1286, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410894

PORTARIA N° 1286, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, WALMIR SEGATTO, matrícula n° 506/02, ocupante do cargo ANALISTA ADMINISTRATIVO, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1287, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410899

PORTARIA N° 1287, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal, SEDIMAR PEDRO MELLA, matrícula n° 1731/01, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, no período de 15 a 29 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1288, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5410020

PORTARIA N° 1288, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal IVANIR TEREZINHA BELAVER JOAQUIM, matrícula n° 3000/09, ocupante do cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1289, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5409963

PORTARIA N° 1289, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias à servidora pública municipal FATIMA BUENO DE LEMES VOTTRI, matrícula n° 3946/01, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, no período de 18 de janeiro a 1º de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1291, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5411200

PORTARIA N° 1291, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal GLAURO ALVES DE DEUS, matrícula n° 450/01, ocupante do cargo Assistente Administrativo, no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1292, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5411206

PORTARIA N° 1292, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar n° 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o Protocolo 4084/2023, via Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal FABIO QUADROS MARTINS, matrícula n° 1785/02, ocupante do cargo Técnico de Apoio Administrativo, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1293, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411196

PORTARIA Nº 1293, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o Protocolo 4097/2023, via Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal JOCEMAR TAVARES, matrícula nº 1785/02, ocupante do cargo Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1295, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411233

PORTARIA Nº 1295, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal ALTAIR BORGES, matrícula nº 3613/03, ocupante do cargo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Adjunto, no período de 29 de Janeiro a 27 de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1297 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411969

PORTARIA Nº 1297, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal JOEL BEGNINI, matrícula nº 1968/01, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Infraestrutura Urbana, no período de 22 de Janeiro a 02 de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1297 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411115

PORTARIA Nº 1.294, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e alteração pela Lei Complementar nº 240 de 02 de Julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Maternidade à servidora pública municipal DAIANI BAESSO, ocupante de cargo de Professor Habilitado - ACT, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3910/02, no período de 07 de dezembro de 2023 a 04 de abril de 2024. Concede também a prorrogação da licença maternidade de 05 de abril a 06 de junho de 2024, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1298 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411991

PORTARIA Nº 1298, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal BENICE FOLADOR, matrícula nº 1914/01, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Infraestrutura Urbana, no período de 22 de Janeiro a 20 de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1300 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413336

PORTARIA Nº 1300, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde para pessoa da família, a Servidora Pública Municipal SILVANA FARIAS, ocupante do cargo de BIBLIOTECÁRIO, matrícula nº 3904/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 07 a 16 de dezembro de 2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1296 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411848

PORTARIA Nº 1296, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal MARCELO LUIZ GOBI, matrícula nº 167/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 18 de Janeiro a 01 de fevereiro 2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

São Ludgero

PREFEITURA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2023 - PMSL

Publicação Nº 5411138

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 68E2FF4DD4F3867FF6D42033A374839C8FBD4DB0

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos
ERRATA

O Município de São Ludgero torna pública a alteração no Processo Licitatório abaixo mencionado, por motivos de retificações em seu Edital e anexos, ficando determinado nova data e horário para abertura do certame.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 092/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Portaria para os departamentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Data da Abertura do Processo Licitação: 11/01/2024

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

Código registro TCE:

68E2FF4DD4F3867FF6D42033A374839C8FBD4DB0

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO FMSL 001-002/2023

Publicação Nº 5410180

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 1

Contrato Nº.: 2/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada...: MED NEWS GESTAO EM SAUDE LTDA

Valor.....: 455,000.00 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais)

Vigência.....: Início: 03/10/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (8),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE
SERVIÇOS MÉDICOS (CLÍNICO GERAL), PARA ATENDIMENTO NAS
UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL EM
REGIME DE PLANTÃO E MÉDICO RESPONSÁVEL TÉCNICO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO FMSL 001-004/2023

Publicação Nº 5410154

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 1

Contrato Nº.: 4/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada...: FISIOTERAPIA E PILATES LTDA

Valor.....: 26,665.00 (Vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e cinco
reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Inexigibilidade de licitação

Recursos.....: Dotação: (8), (13),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE
FISIOTERAPIA CLÍNICA E DOMICILIAR, A FINS DE ATENDER A DEMANDA
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO FMSL 002-004/2023

Publicação Nº 5410163

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 2

Contrato Nº.: 4/2023

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: FISIOTERAPIA E PILATES LTDA

Valor.....: 346,660.00 (Trezentos e quarenta e seis mil e seiscentos e sessenta reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Inexigibilidade de licitação

Recursos.....: Dotação: (8), (13),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FISIOTERAPIA CLÍNICA E DOMICILIAR, A FINS DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO FMSL 004-103/2021

Publicação Nº 5410175

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 4

Contrato Nº.: 103/2021

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: MAXI CLINIC CLINICA DE CONSULTAS LTDA

Valor.....: 4,087.50 (Quatro mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência.....: Início: 07/12/2023 Término: 31/12/2021

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (6), (24), (6),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE LAUDOS DE RAO X EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 001-010/2023

Publicação Nº 5410044

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 1

Contrato Nº.: 10/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: COOPERATIVA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO
AGRICOLA DO VALE-COOPervalle

Valor.....: 2,957.00 (Dois mil e novecentos e cinquenta e sete reais)

Vigência.....: Início: 20/09/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Outras Modalidades

Recursos.....: Dotação: (20), (20),

Objeto.....: CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR
PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS
VINCULADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 001-011/2023

Publicação Nº 5410080

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 1

Contrato Nº.: 11/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: COOPERATIVA DE AGRICULTORAS FAMILIARES E
ARTESAS DE SAO LUDGERO - COOPERACAOValor.....: 15,238.87 (Quinze mil e duzentos e trinta e oito reais e oitenta e
sete centavos)

Vigência.....: Início: 20/09/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Outras Modalidades

Recursos.....: Dotação: (20), (20),

Objeto.....: CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR
PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS
VINCULADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 001-012/2023

Publicação Nº 5410086

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 1

Contrato Nº.: 12/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL EMPREENDEDORA SUL CATARINENSE

Valor.....: 2,453.00 (Dois mil e quatrocentos e cinquenta e três reais)

Vigência.....: Início: 20/09/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Outras Modalidades

Recursos.....: Dotação: (20), (20),

Objeto.....: CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS VINCULADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 001-026/2023

Publicação Nº 5410108

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 1

Contrato Nº.: 26/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: JACO BUSS NETO

Valor.....: 273,600.00 (Duzentos e setenta e três mil e seiscentos reais)

Vigência.....: Início: 07/12/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (86),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA) PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 002-010/2023

Publicação Nº 5410068

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 2

Contrato Nº.: 10/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: COOPERATIVA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO

AGRICOLA DO VALE-COOPervalle

Valor.....: 8,067.95 (Oito mil e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

Vigência.....: Início: 30/11/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Outras Modalidades

Recursos.....: Dotação: (20), (20),

Objeto.....: CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS VINCULADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 002-010/2023

Publicação Nº 5410075

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 2

Contrato Nº.: 11/2023

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: COOPERATIVA DE AGRICULTORAS FAMILIARES E

ARTESAS DE SAO LUDGERO - COOPERACAO

Valor.....: 4,432.75 (Quatro mil e quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos)

Vigência.....: Início: 30/11/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Outras Modalidades

Recursos.....: Dotação: (20), (20),

Objeto.....: CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS VINCULADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 002-018/2022

Publicação Nº 5409993

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 2

Contrato Nº.: 18/2022

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: CONSCIENCIA ENGENHARIA LTDA

Valor.....: 9.875.00 (Nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais)

Vigência.....: Início: 01/12/2023 Término: 14/03/2023

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (69), (10),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DA TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA, ATRAVÉS DA EXECUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO E DESENHOS TÉCNICOS EM ESPAÇOS DO PERÍMETRO DE JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 002-178/2021

Publicação Nº 5409968

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 2

Contrato Nº.: 178/2021

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: BARBOSA CONSULTORIA VETERINARIA, TESTES E ANALISES TECNICAS EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EIRELI

Valor.....: 138,996.00 (Cento e trinta e oito mil e novecentos e noventa e seis reais)

Vigência.....: Início: 01/12/2023 Término: 02/12/2022

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (34), (90),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA HABILITADA JUNTO A CIDASC PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS DE MANUSEIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO/SC.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 004-018/2021

Publicação Nº 5410007

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 4

Contrato Nº.: 18/2021

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: INES SCHLICKMANN SCHULZ

Valor.....: 61,522.30 (Sessenta e um mil e quinhentos e vinte e dois reais e trinta centavos)

Vigência.....: Início: 04/12/2023 Término: 31/12/2021

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (69),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR
PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE EDUCAÇÃO PÚBLICA.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 005/038/2020

Publicação Nº 5410017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 5

Contrato Nº.: 38/2020

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: RAINILDES SCHULZ DE SOUZA 89827562991

Valor.....: 17,600.00 (Dezessete mil e seiscentos reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2023 Término: 31/12/2020

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (0), (0), (0), (4),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA COORDENAÇÃO DE
ATIVIDADES E CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 007-071/2020

Publicação Nº 5410021

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 7

Contrato Nº.: 71/2020

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: JOSE MENEGASSO

Valor.....: 112,500.00 (Cento e doze mil e quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2023 Término: 31/12/2020

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (1), (14),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS E PÁTIOS DE IMÓVEIS PÚBLICOS.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 007-091/2020

Publicação Nº 5410031

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 7

Contrato Nº.: 91/2020

Contratante...: São Ludgero

Contratada....: JOSE MENEGASSO

Valor.....: 100,000.00 (Cem mil reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2023 Término: 31/12/2020

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (1),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE ROCHAS PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 012-052/2020

Publicação Nº 5410095

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) / 12

Contrato Nº.: 52/2020

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: JACO BUSS NETO

Valor.....: 2,082,350.00 (Dois milhões oitenta e dois mil e trezentos e cinquenta reais)

Vigência.....: Início: 07/12/2023 Término: 31/12/2020

Licitação.....: Pregão presencial

Recursos.....: Dotação: (0), (14), (8), (0), (0), (0), (0), (14),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE ROCHAS, HORAS MÁQUINAS E TRANSPORTE, PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO PMSL 02/034/2022

Publicação Nº 5409960

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aditivo.....: Aditivo de Valor (Acréscimo) / 2

Contrato Nº.: 34/2022

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: FRAGA CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA

Valor.....: 153,859.84 (Cento e cinquenta e três mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência.....: Início: 28/11/2023 Término: 23/06/2023

Licitação.....: Concorrência

Recursos.....: Dotação: (49), (10), (81), (21), (17), (17),

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO BLOCO 02 E GINASIO DA ESCOLA DO BAIRRO ENCOSTA DO SOL, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS, EM ATENDIMENTO A PORTARIA Nº 384/2021.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO PMSL 67/2023

Publicação N° 5409948

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 67/2023

Contratante.: São Ludgero

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DA AMUREL-CIM-AMUREL

Valor.....: 26,600.18 (Vinte e seis mil e seiscentos reais e dezoito centavos)

Vigência.....: Início: 29/11/2023 Término: 31/12/2023

Licitação.....: Dispensa de licitação

N°.....: 9/2023

Recursos.....: Dotação: (77),

Objeto.....: Contratação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos municípios da amurel (CIM- AMUREL), para fornecimento e instalação de placas e tachões de sinalização viária em trechos de ruas no Município de São Ludgero.

São Ludgero, 08 de Dezembro de 2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 097/2023 - PMSL

Publicação N° 5410301

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E18AF03EB3ED99EC3F092FD6B432F542421F35DB

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 132/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

N° PROCESSO P/ MODALIDADE: N° 097/2023

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para premiações em eventos esportivos e culturais, realizados pelas secretarias municipais.

Data da Abertura do Processo Licitação: 10/01/2024

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 08 de Dezembro de 2023.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

Código registro TCE:

E18AF03EB3ED99EC3F092FD6B432F542421F35DB

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMSL 152/2023

Publicação Nº 5410185

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO

Página: 1 / 4

Processo Nº21/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº88/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152 / 2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.536/0001-05, com sede administrativa localizada na Monsenhor Frederico Tombrok, 1300, bairro Centro, CEP nº 88730000, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr(a) Ibaneis Lembeck no uso das atribuições que lhe conferem o seu cargo, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, considerando-se a homologação do Pregão Presencial nº 88/2023, Processo licitatório nº 121/2023 para fins de REGISTRO DE PREÇOS de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 130/2021 e mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objetivo o registro de preços para a eventual Aquisição de grades de aço (boca de lobo) para uso das secretarias municipais., especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao edital que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta da DETENTORA

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

2.1. O (s) preço (s) registrado (s), a descrição, quantidade (s) fixadas para o fornecimento e demais condição (ões) dos item (ns) são as que seguem:

FORNECEDOR: BIANCO INDUSTRIA METALURGICA LTDA						
Item	Descrição / Especificação	Unid	Marca	Qtd	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Descrição: GRADES DE AÇO PARA BOCA DE LOBO Especificação: confeccionada em vergalhão de aço com espessura Quadrado de 25,4 mm e espaçamento de 3 cm entre vãos.	Metro	BIANCO	200	660,00	132000,00

CLAÚSULA TERCEIRA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A forma de fornecimento será realizada mediante disponibilidade imediata, conforme solicitação da Contratante, em regime de execução indireta e por preço unitário, de acordo com o item 2.1.

3.2. A DENTETORA da Ata, deverá observar durante todo o período de vigência da presente Ata de registro de preços as normas compatíveis com a ética e a moralidade administrativas.

3.3. O acompanhamento efetuado pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE não exclui nem reduz as responsabilidades da DENTETORA da Ata perante o CONTRATANTE e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva no que concerne à execução do objeto e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

3.4. A DENTETORA da Ata deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, relativas à execução do objeto.

3.5. Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo estipulado na notificação administrativa à DENTETORA da Ata, sob pena de multa.

3.6. A critério do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE todo o material utilizado ou fornecido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços poderá ser submetido a exame técnico-pericial para que fique comprovado o respeito às normas técnicas demais entidades fiscalizadoras, estabelecendo-se que, na falta destas, outras serão adotadas pelo CONTRATANTE.

3.7. A DENTETORA da Ata obriga-se a fornecer os produtos e/ou prestar o (s) serviço (s) objeto da Ata de Registro de Preços, bem como a fornecer os material (s) necessário (s) à sua execução, na condição (ões), qualidade (s), quantidade (s), prazos e especificações constantes da presente Ata, bem como do Edital e seus Anexos.

3.8. O aceite será formalizado pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE através do Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.

3.9. A DENTETORA da Ata ficará obrigada, às suas expensas, a refazer o serviço, bem como a substituir o (s) material (s) utilizado na sua execução ou fornecimento, de modo a adequá-los às especificações do Edital e seus Anexos, bem como às exigências de qualidade impostas às relações de consumo em geral, na parte que vier a ser recusada, sendo que o ato de recebimento dos mesmos não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite, emitido pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE.

3.10. A DENTETORA da Ata terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação feita pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, para concluir a reexecução do serviço ou substituir os produtos, na parte que vier a ser recusada.

3.11. Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, a DENTETORA da Ata será responsável pela perfeita execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Edital e seus Anexos.

3.12. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE para com a DENTETORA da Ata, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas nesta Ata.

3.13. O Órgão Fiscalizador da CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto da Ata de Registro de Preços, podendo, a qualquer tempo, exigir da DENTETORA da Ata que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento, tais como demonstrativos de custos, notas fiscais, etc.

3.14. A DENTETORA da Ata não poderá subcontratar parte da execução do objeto da licitação ou sua totalidade, sem a anuência do CONTRATANTE.



CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

4.2. O pagamento será efetuado através do processo de fatura, em conformidade com a Lei 287/79 e o Decreto 16.661/91, mediante crédito em conta corrente da DENTETORA da Ata, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

4.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela DENTETORA da Ata, no Setor de Compras, sito a sede da CONTRATANTE, da fatura, instruída com o necessário Atesto de Aceite, firmado pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE na respectiva nota fiscal, conforme disposto nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. O pagamento será efetuado com base no número de materiais solicitados e autorizados pelo CONTRATANTE.

4.5. A ausência de quaisquer documentos relacionados nos itens anteriores, acarretará a suspensão do pagamento a DENTETORA da Ata até que seja suprida a exigência.

4.6. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, corram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão da Ata deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis.

4.6.1. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão da Ata de Registro de Preços

4.6.2. A revisão da Ata de Registro de Preços deverá ser comprovada pela DENTETORA da Ata através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de São Ludgero.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O Prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura e respectiva publicação, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

5.2. O Município de São Ludgero se reserva o direito de, a seu exclusivo critério, utilizar ou não a totalidade de verba prevista, não gerando este fato nenhum direito ou indenização a DENTETORA

5.3. A Administração Municipal de São Ludgero faz saber aos interessados neste certame que participa de consórcios multifinalitários para aquisição de produtos, reservando a si o direito de não efetivar a compra dos produtos que são objeto da presente concorrência na hipótese em que os consórcios multifinalitários possuírem oferta destes produtos e esta seja mais vantajosa à Municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. – O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no Decreto municipal nº 130/2021 e nos seguintes casos:

6.1.1 Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a DENTETORA descumprir as condições da Ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

II - a DENTETORA der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços de fornecimento;

III - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços de fornecimento;

IV - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

V - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

6.1.2. Pela DENTETORA da Ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar a Ata de Registro de Preços.

6.1.2.1 Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a DENTETORA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

6.1.2.2. Cancelada a Ata em relação a uma DENTETORA, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

6.1.2.3 Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa DENTETORA será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa para eventual aquisição do objeto licitado correrá por conta das dotações orçamentárias constantes na Lei Orçamentária Anual, conforme necessidade da entidade requisitante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DA DENTETORA da Ata:

8.1. A DENTETORA da Ata, através do presente instrumento, obriga-se a fornecer diretamente para a CONTRATANTE, os materiais especificados na Cláusula Primeira, e de acordo com os tipos e quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

8.2. Pela desistência sem justa causa do fornecimento dos Materiais, de que trata a Cláusula Primeira, a DENTETORA da Ata,



obriga-se ao pagamento de uma multa equivalente a 20% (vinte por cento), do valor total da licitação, salvo no caso de acordo e de interesse das partes.

8.3. O descumprimento de quaisquer das condições estipuladas no presente instrumento por parte da DENTETORA da Ata, importará na incidência de multa até o máximo da estipulada no item anterior desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da rescisão da Ata de registro de preços por parte da CONTRATANTE.

8.4. Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da DENTETORA da Ata, durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

§ 1º. Gerais:

I- Promover a organização técnica e administrativa do objeto da presente Ata de Registro de Preços, de modo obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas, de habilitação e proposta da licitante;

II - Conduzir os serviços em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias atinentes à execução da Ata de Registro de Preços pertinente ao objeto da presente licitação;

III- Executar o objeto de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas no presente Ata de Registro de Preços, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

IV- Total e integral responsabilidade, direta e indireta, pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração;

V- Manter-se, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital;

VI- Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos produtos que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo da CONTRATANTE;

VII- Comunicar ao(à) gestor(a) da Ata de Registro de Preços de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique;

VIII- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;

IX- Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 03 (três) dias corridos;

X- Utilizar, na execução do objeto, insumos e materiais de primeira qualidade e com as especificações técnicas exigidas no Edital;

XI- Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços;

XII - A DENTETORA DA ATA não poderá sub contratar ou transferir a terceiros os materiais/serviços previstos no objeto deste contrato, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

XIII - Aplicam-se à esta Ata de Registro as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

II - DA CONTRATANTE:

8.5. Além das naturalmente decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constituem obrigações do CONTRATANTE:

I- Pagar o valor devido no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências e quantidades dos materiais Fornecidos em planilha específica.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

9.1.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme item 8.3.

9.1.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido a Ata de Registro de Preços, se este atraso for repetido, a Contratante poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 9.1.1.

9.1.3. Advertência.

9.1.4. Suspensão por até 2 (dois) anos de participação em licitações do Município de São Ludgero –SC.

9.1.5. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

9.2. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 9.1.1. e 9.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

9.3. Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

9.4. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a DENTETORA da Ata, da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.5. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a DENTETORA da Ata tiver direito, ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor Registrado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

10.1.2. Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;



b) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens.

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DENTETORA da Ata e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Registro de preços, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2. - A DENTETORA da Ata fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do §1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A responsabilidade pela fiscalização do Termo de Referência e a presente Ata de Registro de Preços será desempenhada pela Secretária ou órgão solicitante através de seu gestor ou de ou por responsável designado pelo mesmo.

11.2. A fiscalização será exercida no interesse do Município de São Ludgero e não exclui nem reduz a responsabilidade da DENTETORA da Ata, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3. Estando os produtos e/ou serviços licitados em conformidade com os requisitos, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da Ata de Registro de Preços e enviados ao Departamento responsáveis pelo empenho, liquidação e execução do pagamento.

11.4. Todas as ocorrências, que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria ou órgão requisitante que procederá a abertura de processo competente.

11.4.1. Antes de comunicar à Secretaria ou órgão requisitante, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A DENTETORA da Ata assume integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto Registrado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

12.2. A DENTETORA da Ata é responsável pelos seguros no transporte do (s) material (s) até o local (is) de destino definido (s) pela CONTRATANTE.

12.3 A DENTETORA da Ata não poderá sub contratar ou transferir a terceiros os produtos e/ou serviços constantes no objeto desta Ata de Registro de Preços, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. Os preços registrados na presente Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Braço do Norte, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata de Registro de Preços, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

São Ludgero, 7 de Dezembro de 2023

BIANCO INDUSTRIA METALURGICA LTDA
CNPJ: 49.274.146/0001-14

Ibaneis Lembeck
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

OFICIO_DE_CONVOCACAO_240_2023_DEBORA_FERNANDA_NORLOK

Publicação Nº 5410225

São Miguel do Oeste/SC, 08 de dezembro de 2023.

OFÍCIO Nº 240/2023 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
DÉBORA FERNANDA NORLOK

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de ENFERMEIRO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

OFICIO_DE_CONVOCACAO_241_2023_DENISE_KELI_BRESCOVIT

Publicação Nº 5410233

São Miguel do Oeste/SC, 08 de dezembro de 2023.

OFÍCIO Nº 241/2023 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
DENISE KELI BRESCOVIT

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

OFICIO_DE_CONVOCACAO_242_2023_CAMILA_JOANA_CRIVELATTI

Publicação Nº 5410196

São Miguel do Oeste/SC, 08 de dezembro de 2023.

OFÍCIO Nº 242/2023 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
CAMILA JOANA CRIVELATTI

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

OFICIO_DE_CONVOCACAO_243_2023_LOUISE_CAROLINE_KUMMER_MALLMANN

Publicação Nº 5411587

São Miguel do Oeste/SC, 08 de dezembro de 2023.

OFÍCIO Nº 243/2023 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
LOUISE CAROLINE KUMMER MALLMANN

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

PORT_2092_MARCIONIZE_FILIPINI_CONCEDER_GOZO_DE_LICENCA_PREMIO

Publicação Nº 5410639

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2092/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 46.739/2023, com a solicitação de gozo de licença prêmio da servidora pública municipal Marcionize Filipini;

Considerando que a Portaria SAGP/DDP n. 1256, de 30 de agosto de 2022, concedeu o direito à 1ª licença prêmio referente ao período aquisitivo de 04 de janeiro de 2016 à 03 de janeiro de 2021 a servidora Marcionize Filipini.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30 (trinta) dias, da 1ª licença prêmio, à MARCIONIZE FILIPINI, servidora efetiva ocupante do cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, concedido o direito conforme Portaria SAGP/DDP n. 1256, de 30 de agosto 2022, a serem gozados de 19 de dezembro de 2023 a 17 de janeiro de 2024.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Sandra Beatriz Kreuzberg

Técnico Administrativo

PORT_2093_CLARICE_DE_FATIMA_STRATMANN_DESIGNACAO_TEMPORARIA_ANO_LETIVO_2024

Publicação Nº 5410864

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2093/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 46.979/2023, com a solicitação de designação temporária da servidora efetiva Clarice de Fatima Stratmann, lotada 30 horas semanais na EMEIEF Amália Daltoé Agostini e 10 horas semanais na EMEIEF Tranquilo José Rigoni;

Considerando o parecer favorável da Secretária Municipal de Educação, para que a servidora seja designada para atuar 40 horas semanais na EMEIEF Amália Daltoé Agostini, no ano letivo de 2024;

Considerando os princípios da eficiência e do interesse público aplicados à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR TEMPORARIAMENTE a servidora pública municipal efetiva CLARICE DE FATIMA STRATMANN, ocupante do cargo de Professor, na disciplina de Arte, 40 horas semanais, para passar a atuar 40 horas semanais na EMEIEF Amália Daltoé Agostini, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 29 de janeiro de 2024 até o final do ano letivo de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_2094_ALLYNE_WANDECLEDINA_FREITAS_DESOUZA_DAR_POSSE_E_EXERCICIO

Publicação Nº 5410873

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2094/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

Considerando os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

Considerando o Protocolo 19.698/2023 com o pedido de prorrogação do prazo da posse, pela candidata nomeada;

Considerando a portaria de nomeação SAGP/DDP nº 1985 de 10 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Dar Posse e Exercício a Allyne Wandecledina Freitas De Souza, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Professor, na área da Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto as Unidades Escolares CEI Ciranda da Alegria e EMEIEF Waldemar Antonio Von Dentz, na Secretaria Municipal de Educação, em razão da aprovação no Concurso Público, Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, a partir de 11 de dezembro de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
Marialice Brassiani
Técnica Administrativa

PORT_2095_CRISTIANE_SIRLEI_ROST_MEDEIROS_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5410874

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2095/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 46.805/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Cristiane Sirlei Rost Medeiros;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva CRISTIANE SIRLEI ROST MEDEIROS, ocupante do cargo de Recepcionista, Nível II, para o Nível III, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2019 a 02 de dezembro de 2023, a partir de 02 de dezembro de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de dezembro de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_2096_NILSO_CESAR_SANDINI_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5410877

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2096/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 46.801/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional do servidor Nilso Cesar Sandini;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho ao servidor público municipal efetivo NILSO CESAR SANDINI, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Nível II, para o Nível III, referente ao período aquisitivo de 08 de maio de 2019 a 08 de dezembro de 2023, a partir de 08 de dezembro de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_2097_MAIRA_CRISTINA_TUMELERO_BARBIERI_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5410880

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2097/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 46.810/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Maira Cristina Tumelero Barbieri;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva MAIRA CRISTINA TUMELERO BARBIERI, ocupante do cargo de Recepcionista, Nível II, para o Nível III, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2019 a 02 de dezembro de 2023, a partir de 02 de dezembro de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de dezembro de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_2098_PRORROGAR_CONTRATACOES_SERVIDORES_ACTS_CRECHE_DE_FERIAS

Publicação Nº 5413331

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2098/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a publicação do Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2023, da Secretaria Municipal de Educação, o qual estabeleceu normas para prorrogação da contratação de servidores admitidos em caráter temporário para atuar na "Creche de Férias";

Considerando o Memorando 46.898/2023, da Secretaria Municipal de Educação, com a informação dos candidatos classificados que atuarão na "Creche de Férias", no período de 03 de janeiro de 2024 a 26 de janeiro de 2024;

Considerando os princípios da eficiência, da continuidade da prestação dos serviços e do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a contratação dos servidores constantes no anexo I da presente portaria, com carga horária de 40 horas semanais, para atuarem junto a "Creche de Férias", no CEI Ciranda da Alegria, da Secretaria Municipal de Educação, até 26 de janeiro de 2024.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

ANEXO I

Servidor	Cargo
Jessica Gehlen	Auxiliar de Creche
Mari Lucia Damasceno	Auxiliar de Creche
Aline Minatti	Professor na área de Educação Infantil
Claudia Rosalia Pedrossini	Professor na área de Educação Infantil
Cleunice Dai Prai	Professor na área de Educação Infantil
Denise Aparecida Bach	Professor na área de Educação Infantil
Marines Amalia Milani	Professor na área de Educação Infantil
Neura Ana Trenhago	Professor na área de Educação Infantil
Paula Gilda Schaker Lorencini	Professor na área de Educação Infantil
Tisiane Scheila Dumke	Professor na área de Educação Infantil

PORT_2099_JANAINE_IAPPE_DAR_POSSE_E_INICIO_DE_EXERCICIO

Publicação Nº 5413333

PORTARIA SAGP/DDP Nº 2099/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

Considerando os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

Considerando a portaria de nomeação SAGP/DDP nº 1971 de 7 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Dar Posse e Início de Exercício a Janaíne Iappe, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Professor, na área da Arte, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, na Secretaria Municipal de Educação, em razão da aprovação no Concurso Público, Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, a partir de 08 de dezembro de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 08 de dezembro de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Marialice Brassiani
Técnica Administrativa

PROCESSO LICITATÓRIO 153/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5409835

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 58856EADA058E527B976F9F23ABB54E046B1D656

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2023

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir da Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO E ESTRUTURAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS EVENTOS DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 11 de dezembro de 2023 até às 08h15 do dia 27 de dezembro de 2023.

Abertura da sessão pública: Às 08h30 do dia 27 de dezembro de 2023.

Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631-2006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 07 de dezembro de 2023.

THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PROCESSO LICITATÓRIO 29/2023 - SOCIAL

Publicação Nº 5411780

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BEE1888A8CD76FD1F275E84406FA53FBD FDB25CA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2023

O Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste - SC, a partir da Secretária de Assistência Social Sra. Andreia Rebelato, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, DE ACORDO COM PLANO DE AÇÃO PARA ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES, CONFORME PORTARIA MDS Nº 893/20023, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CIDADANIA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Contratado: FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

CNPJ nº 03.603.739/0009-33.

Valor total de R\$ 43.281,04 (quarenta e três mil, duzentos e oitenta e um reais e quatro centavos).

Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 3631-2006.

São Miguel do Oeste /SC, 08 de dezembro de 2023.

ANDREIA REBELATO

Secretária de Assistência Social

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 39/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5410449

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 39/2023

PROCESSO (GERR) Nº 40/2023

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objeto a execução de plano de trabalho apresentado e aprovado, com apoio financeiro oriundo de emenda parlamentar, destinada ao custeio de viagens de estudos, intercâmbios escolares e culturais, objetivando aumentar a qualidade educacional, desenvolvendo habilidades interpessoais e promovendo a inclusão e a diversidade, correspondente ao ano de 2023, na abrangência do Município de São Miguel do Oeste/SC e na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2023

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSE DE ANCHIETA

ASSINA pelo MUNICÍPIO: THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

ASSINA pela ENTIDADE: TATIANE CARLA THOM

São Miguel do Oeste/SC, 08 de dezembro de 2023.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 40/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5410957

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 40/2023

PROCESSO (GERR) Nº 38/2023

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objeto a execução de plano de trabalho apresentado e aprovado, com apoio financeiro oriundo de emenda parlamentar, destinada a locação de brinquedos infláveis, objetivando promover a prática de saúde física, emocional e social dos educandos, além de proporcionar momentos de prazer, diversão e alegria, correspondente ao ano de 2023, na abrangência do Município de São Miguel do Oeste/SC e na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2023

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL TRANQUILO JOSÉ RIGONI

ASSINA pelo MUNICÍPIO: THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

ASSINA pela ENTIDADE: KARLA KRZYZANOVSKI

São Miguel do Oeste/SC, 08 de dezembro de 2023.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 41/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5411803

TERMO DE FOMENTO Nº 08/2023

PROCESSO (GERR) Nº 49/2023

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto a execução de plano de trabalho apresentado e aprovado, com apoio financeiro oriundo de emenda parlamentar, para aquisição de camas hospitalares, cadeiras de rodas, cadeiras de banho, cadeiras especiais para higiene, andadores, muletas, botas ortopédicas, tipoias e outros, objetivando atender a demanda de assistência gratuita à população que necessita de tais equipamentos, de forma definitiva e/ou temporária, correspondente ao ano de 2023, na abrangência do Município de São Miguel do Oeste/SC e na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

VALOR: R\$ 48.250,00 (quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2023

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O LIONS CLUBE DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

ASSINA pelo MUNICÍPIO: THAÍS JALINE SIPPERT COSTA


ASSINA pela ENTIDADE: ROBERTO AURÉLIO MERLO

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2023.

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 138/2023

Publicação Nº 5410756

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 92/2023
	Processo Adm.: 138/2023 Data do Processo: 16/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 138/2023
b) **Nr. Licitação:** 92/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS À BANDA MUNICIPAL A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Participante: ILENI MARIA ROYER

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	UNIFORME PARA BANDA MUNICIPAL - CONJUNTO COM TÚNICA EM OXFORD 100% POLIESTER, ESTILO FRAQUE, GOLA DO TIPO "PADRE", ENTRETELADO, FINALIZADO POR GALÃO METALIZADO DOURADO, 2CM DE LARGURA (QUE NÃO DESFIE OU PUXE LINHA), PAR DE BOTÕES ESTILO "MILITAR", SOBRE OS OMBROS PAR DE "PLATINAS" FINALIZADAS POR GALÃO METALIZADO (QUE NÃO DESFIE OU PUXE LINHA), PAR DE OMBREIRAS 2,5MM, MANGA LISA COM DETALHES NOS PUNHOS COM GALÃO METALIZADO DOURADO, 2CM DE LARGURA (QUE NÃO DESFIE OU PUXE LINHA) E DOIS BOTÕES ESTI - UNIFORME PARA BANDA MUNICIPAL - CONJUNTO COM TÚNICA EM OXFORD 100% POLIESTER, ESTILO FRAQUE, GOLA DO TIPO "PADRE", ENTRETELADO, FINALIZADO POR GALÃO METALIZADO DOURADO, 2CM DE LARGURA (QUE NÃO DESFIE OU PUXE LINHA), PAR DE BOTÕES ESTILO "MILITAR", SOBRE OS OMBROS PAR DE "PLATINAS" FINALIZADAS POR GALÃO METALIZADO (QUE NÃO DESFIE OU PUXE LINHA), PAR DE OMBREIRAS 2,5MM, MANGA LISA COM DETALHES NOS PUNHOS COM GALÃO METALIZADO DOURADO, 2CM DE LARGURA (QUE NÃO DESFIE OU PUXE LINHA) E DOIS BOTÕES ESTI	Mutchy	22,000	UN	399,9000	8.797,80
Total do Participante:						8.797,80

São Miguel do Oeste, 08/12/2023

.....
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

Página: 2 / 2

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Total Geral: **8.797,80**

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Administração geral dos bens e serviços da Cultura e Turismo.	12.002.13.392.0021.2239.3.3.90.00.00	R\$ 12.749,44

São Miguel do Oeste, 08/12/2023


.....

THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 148/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5409875

Página: 1 / 5

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2023
	Processo Adm.: 148/2023 Data do Processo: 30/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, XI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 148/2023
b) **Nr. Licitação:** 15/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 06/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CONDER) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR ESTIMATIVA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DESTINADAS ÀS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, POR MEIO DO PROGRAMA MAIS ASFALTO CUJO A MUNICIPALIDADE É CONSORCIADA ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL N. 7.973/2022, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ORÇAMENTOS E ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Participante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ENTRE AV. WILLY BARTH ATÉ AABESC - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ENTRE AV. WILLY BARTH ATÉ AABESC	1,000	UN	310.000,00	310.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JACOB LOHMANN ENTRE RUA XV DE NOVEMBRO E MARQUES DO HERVAL. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JACOB LOHMANN ENTRE RUA XV DE NOVEMBRO E MARQUES DO HERVAL.	1,000	UN	265.000,00	265.000,00
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUIDO DALLA PORTA ENTRE RUA ARNO SCWAMBACH ATÉ RUA CAMPO SALLES - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUIDO DALLA PORTA ENTRE RUA ARNO SCWAMBACH ATÉ RUA CAMPO SALLES	1,000	UN	380.000,00	380.000,00
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RUA ORLANDO JOAO NEISS ENTRE RUA WALDEMAR RANGRAB ATÉ A JOAQUIM NABUCO. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RUA ORLANDO JOAO NEISS ENTRE RUA WALDEMAR RANGRAB ATÉ A JOAQUIM NABUCO.	1,000	UN	450.000,00	450.000,00
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A	1,000	UN	265.000,00	265.000,00

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ADOLFO KONDER ENTRE RUA PE. AURÉLIO CANZI. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ADOLFO KONDER ENTRE RUA PE. AURÉLIO CANZI.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FLORIANÓPOLIS ENTRE RUA PE. AURÉLIO CANZI E HELIO DOS ANJOS ORTIZ - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FLORIANÓPOLIS ENTRE RUA PE. AURÉLIO CANZI E HELIO DOS ANJOS ORTIZ	1,000	UN	350.000,00	350.000,00
7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA CAMPO SALES ENTRE RUA DUQUE DE CAXIAS E ELPIDIO WUNSCH - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA CAMPO SALES ENTRE RUA DUQUE DE CAXIAS E ELPIDIO WUNSCH	1,000	UN	600.000,00	600.000,00
8	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PLÁCIDO DE CASTRO. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PLÁCIDO DE CASTRO.	1,000	UN	410.000,00	410.000,00
9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARCO DOMENICO ORSO ENTRE JOSÉ BERNARDI ATÉ RUA MARCO DOMENICO ORSO. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARCO DOMENICO ORSO ENTRE JOSÉ BERNARDI ATÉ RUA MARCO DOMENICO ORSO.	1,000	UN	1.300.000,00	1.300.000,00
10	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA 21 DE ABRIL ENTRE HELIO DOS ANJOS ORTIZ ATÉ O FINAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA 21 DE ABRIL ENTRE HELIO DOS ANJOS ORTIZ ATÉ O FINAL	1,000	UN	45.000,00	45.000,00
11	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MATHILDE IDA BARICHELO. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MATHILDE IDA BARICHELO.	1,000	UN	30.000,00	30.000,00
12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RUI BARBOSA ENTRE OIAPOC ATÉ RUA DOM PEDRO II - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RUI BARBOSA ENTRE OIAPOC ATÉ RUA DOM PEDRO II	1,000	UN	340.000,00	340.000,00
13	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUILHERME MISSEN ENTRE OIAPOC ATÉ RUA DOM PEDRO II - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUILHERME MISSEN ENTRE OIAPOC ATÉ RUA DOM PEDRO II	1,000	UN	230.000,00	230.000,00
14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A	1,000	UN	150.000,00	150.000,00

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CEARÁ HELIO WASSUN ATÉ A MARCÍLIO DIAS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CEARÁ HELIO WASSUN ATÉ A MARCÍLIO DIAS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
15	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ANITA GARABILDI E MARQUES DO HERVAL. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ANITA GARABILDI E MARQUES DO HERVAL.	1,000	UN	55.000,00	55.000,00
16	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WALDEMAR RANGRAB - MARGINAL ATE A 31 DE MARÇO. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WALDEMAR RANGRAB - MARGINAL ATE A 31 DE MARÇO.	1,000	UN	80.000,00	80.000,00
17	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WALDEMAR RANGRAB - MARGINAL ENTRE JOHN KENNEDY E 21 DE ABRIL (DRP) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WALDEMAR RANGRAB - MARGINAL ENTRE JOHN KENNEDY E 21 DE ABRIL (DRP)	1,000	UN	50.000,00	50.000,00
18	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GERALDINO DE MELLO ENTRE RUA SETE DE SETEMBRO E ITABERABA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GERALDINO DE MELLO ENTRE RUA SETE DE SETEMBRO E ITABERABA	1,000	UN	620.000,00	620.000,00
19	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS ENTRE GERALDINO DE MELO E OLÍVIO CAPONI - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS ENTRE GERALDINO DE MELO E OLÍVIO CAPONI	1,000	UN	60.000,00	60.000,00
20	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA APARÍCIO NUNES ENTRE AV. SALGADO FILHO E GERALDINO DE MELO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA APARÍCIO NUNES ENTRE AV. SALGADO FILHO E GERALDINO DE MELO	1,000	UN	360.000,00	360.000,00
21	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA THOME DE SOUZA ENTRE ERMELINDA WUNSH. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA THOME DE SOUZA ENTRE ERMELINDA WUNSH.	1,000	UN	265.000,00	265.000,00
22	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RUA ELVIRA LONGHI ENTRE THOMÉ DE SOUZA ATÉ O FINAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RUA ELVIRA LONGHI ENTRE THOMÉ DE SOUZA ATÉ O FINAL	1,000	UN	325.000,00	325.000,00
23	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	1,000	UN	50.000,00	50.000,00

MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FERNÃO DIAS PAES LEME ENTRE THOMÉ DE SOUZA ATÉ O FINAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FERNÃO DIAS PAES LEME ENTRE THOMÉ DE SOUZA ATÉ O FINAL

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
24	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARECHAL BORMANN - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARECHAL BORMANN	1,000	UN	1.265.000,00	1.265.000,00
25	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CARLOS DAL MAGRO ENTRE COLUMBIA ATÉ O FINAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CARLOS DAL MAGRO ENTRE COLUMBIA ATÉ O FINAL	1,000	UN	110.000,00	110.000,00
26	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FIRMINO DAL BOSCO ENTRE COLUMBIA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FIRMINO DAL BOSCO ENTRE COLUMBIA	1,000	UN	125.000,00	125.000,00
27	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SILVA JARDIM ENTRE CAÇANJURÉ E OIAPOC - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SILVA JARDIM ENTRE CAÇANJURÉ E OIAPOC	1,000	UN	170.000,00	170.000,00
28	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARCOS DAVID DALLA COSTA ENTRE PE. ANCHIETA E ERNO BOCK - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MARCOS DAVID DALLA COSTA ENTRE PE. ANCHIETA E ERNO BOCK	1,000	UN	420.000,00	420.000,00
29	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERNO BOCK ENTRE RUA MARCOS DAVID DALLA COSTA E EMÍLIO GIOVANAZ - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERNO BOCK ENTRE RUA MARCOS DAVID DALLA COSTA E EMÍLIO GIOVANAZ	1,000	UN	90.000,00	90.000,00
30	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA EMÍLIO GIOVANAZ ENTRE IRMÃO BENTO E RUA EDUARDO JOÃO AGOSTINI - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA EMÍLIO GIOVANAZ ENTRE IRMÃO BENTO E RUA EDUARDO JOÃO AGOSTINI	1,000	UN	68.000,00	68.000,00
31	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PEDRO JULIAN ENTRE RUA BARÃO DO RIO BRANCO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS COM FORNECIAMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PEDRO JULIAN ENTRE RUA BARÃO DO RIO BRANCO	1,000	UN	120.000,00	120.000,00

Total do Participante: 9.358.000,00

Página: 5 / 5

Total Geral: 9.358.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Investimentos em obras e equipamentos para o Desenvolvimento Urbano	08.001.15.452.0021.1973.4.4.93.00.00	R\$ 0,00

São Miguel do Oeste, 06/12/2023


THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 152/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5411940

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2023
	Processo Adm.: 152/2023 Data do Processo: 06/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 152/2023
b) **Nr. Licitação:** 12/2023 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Participante: MB PRODUCOES LTDA

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SHOW NACIONAL PARA A PROGRAMAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - FAISMO 2024 - INEXIGIBILIDADE - DUPLA SERTANEJA MARCOS E BELUTI CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.		1,000	UND	220.000,0000	220.000,00

Total do Participante: 220.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Total Geral: 220.000,00

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Administração geral dos bens e serviços da Cultura e Turismo.	12.002.13.392.0021.2239.3.3.90.00.00	R\$ 0,00


São Miguel do Oeste, 08/12/2023

.....
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 141/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5410798

Página: 1 / 5

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 95/2023
	Processo Adm.: 141/2023 Data do Processo: 20/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 141/2023
b) **Nr. Licitação:** 95/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA DESTINADAS À MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA, MARCA RANDON, PATRIMÔNIO N. 21.861, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Lote: 1

Participante: KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BRONZINA BIELA 0,25 2008858 - BRONZINA BIELA 0,25 2008858	MWM	1,000	UN	383,4200	383,42
2	BRONZINA MANCAL 0,25 2007983 - BRONZINA MANCAL 0,25 2007983	MWM	1,000	UN	248,2800	248,28
3	ARRUELA ENCOSTO 1004420 - ARRUELA ENCOSTO 1004420	MWM	2,000	UN	25,5600	51,12
4	ARRUELA ENCOSTO 1004419 - ARRUELA ENCOSTO 1004419	MWM	2,000	UN	28,6600	57,32
5	PISTÃO 105 2008636 - PISTÃO 105 2008636	MWM	4,000	UN	965,1000	3.860,40
6	ANEIS 2008636A - ANEIS 2008636A	MWM	4,000	UN	191,9600	767,84
7	CAMISA 2008636C - CAMISA 2008636C	MWM	4,000	UN	271,9400	1.087,76

São Miguel do Oeste, 08/12/2023

THAIS JALINE SIPPert COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

Página: 2 / 5

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8	BOMBA ALIMENTADORA 1004142 - BOMBA ALIMENTADORA 1004142	MWM	1,000	UN	777,1400	777,14
9	BOMBA ÁGUA 2008044 - BOMBA ÁGUA 2008044	MWM	1,000	UN	1.104,5000	1.104,50
10	SEDE VALVULAS 1004964 - SEDE VALVULAS 1004964	MWM	4,000	UN	60,2100	240,84
11	SEDE VALVULAS 2011782 - SEDE VALVULAS 2011782	MWM	4,000	UN	60,2100	240,84
12	GUIA VALVULAS 6000007 - GUIA VALVULAS 6000007	MWM	8,000	UN	18,3500	146,80
13	VALVULA ESCAPE 20100469 - VALVULA ESCAPE 20100469	MWM	4,000	UN	329,6000	1.318,40
14	VALVULA TERMOSTATICA 1004442 - VALVULA TERMOSTATICA 1004442	MWM	1,000	UN	202,4000	202,40
15	JOGO BUCHA COMANDO 1003823 - JOGO BUCHA COMANDO 1003823	MWM	1,000	UN	171,4000	171,40
16	RETENTOR DIANTEIRO VIRABREQUIM 1003931 - RETENTOR DIANTEIRO VIRABREQUIM 1003931	MWM	1,000	UN	89,5600	89,56
17	RETENTOR TRASEIRO VIRABREQUIM 1003932 - RETENTOR TRASEIRO VIRABREQUIM 1003932	MWM	1,000	UN	189,2500	189,25
18	VEDADOR VALVULAS 1004590 - VEDADOR VALVULAS 1004590	MWM	4,000	UN	31,8700	127,48
19	VEDADOR VALVULAS 1004591 - VEDADOR VALVULAS 1004591	MWM	4,000	UN	31,8700	127,48
20	JOGO JUNTAS SUPERIOR 2016226 - JOGO JUNTAS SUPERIOR 2016226	MWM	1,000	UN	1.984,9000	1.984,90
21	TUCHO VALVULAS 2010468 - TUCHO VALVULAS 2010468	MWM	8,000	UN	155,5000	1.244,00
22	BUCHA BIELA 1003824 - BUCHA BIELA 1003824	MWM	4,000	UN	124,7600	499,04
23	BOMBA LUBRIFICAÇÃO 2001725 - BOMBA LUBRIFICAÇÃO 2001725	MWM	1,000	UN	1.244,8700	1.244,87
24	JOGO JUNTAS INFERIOR 2016227 - JOGO JUNTAS INFERIOR 2016227	MWM	1,000	UN	958,8000	958,80

São Miguel do Oeste, 08/12/2023

THAIS JALINE SIPPert COSTA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

Página: 3 / 5

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
25	VALVULA ADMISSÃO 2010470 - VALVULA ADMISSÃO 2010470	MWM	4,000	UN	350,6200	1.402,48
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
26	ANEL 7139540 - ANEL 7139540	DELPHAI	1,000	UN	150,0100	150,01
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
27	JOGO PALHETAS 7135108 - JOGO PALHETAS 7135108	DELPHAI	1,000	UN	276,8000	276,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
28	JOGO VALVULAS 7189509A - JOGO VALVULAS 7189509A	DELPHAI	1,000	UN	1.101,6000	1.101,60
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
29	JOGO ELEMENTOS 71898925 - JOGO ELEMENTOS 71898925	DELPHAI	1,000	UN	923,1500	923,15
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
30	JOGO REPARO 9461080509 - JOGO REPARO 9461080509	DELPHAI	1,000	UN	432,3600	432,36
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
31	FILTRO DO MOTOR 7W2326 - FILTRO DO MOTOR 7W2326	RHINO	1,000	UN	36,2400	36,24
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
32	FILTRO DIESEL 1R1804 - FILTRO DIESEL 1R1804	RHINO	1,000	UN	44,9200	44,92
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
33	FILTRO SEPARADOR 218002539 - FILTRO SEPARADOR 218002539	RHINO	1,000	UN	53,6000	53,60
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
34	FILTRO AR EXTERNO 828889 - FILTRO AR EXTERNO 828889	XANFIL	1,000	UN	90,8000	90,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
35	FILTRO AR INTERNO 829333 - FILTRO AR INTERNO 829333	XANFIL	1,000	UN	52,3600	52,36
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
36	BICO INJETOR 12162 - BICO INJETOR 12162	DELPHAI	4,000	UN	239,7000	958,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
37	ELIMINA JUNTA 1853983 - ELIMINA JUNTA 1853983	THREE	2,000	UN	41,0600	82,12
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
38	OLEO LUBRIF. 15W40 - OLEO LUBRIF. 15W40	PETRONAS	1,000	BD	220,6600	220,66
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
39	TRAVA ROSCA ALTO TORQUE TB1327 - TRAVA ROSCA ALTO TORQUE TB1327	THREE	1,000	UN	29,4200	29,42
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
40	REPARO DIREÇÃO 219000031 - REPARO DIREÇÃO 219000031	AGEL	1,000	UND	213,5600	213,56
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
41	REPARO CILINDRO CAÇAMBA 219002260 - REPARO CILINDRO CAÇAMBA 219002260	AGEL	1,000	UN	199,3000	199,30

São Miguel do Oeste, 08/12/2023

THAIS JALINE SIPPET COSTA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

Página: 4 / 5

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
42	REPARO CILINDRO GIRO 219002262 - REPARO CILINDRO GIRO 219002262	AGEL	2,000	UN	215,9000	431,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
43	REPARO LEVANTE 219002259 - REPARO LEVANTE 219002259	AGEL	1,000	UN	298,5000	298,50
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
44	REPARO PROFUNDIDADE 219002258 - REPARO PROFUNDIDADE 219002258	AGEL	1,000	UN	294,7800	294,78
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
45	REPARO ESTABILIZADOR 219002257 - REPARO ESTABILIZADOR 219002257	AGEL	2,000	UN	200,4000	400,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
46	REPARO TOMBAMENTO 46842 - REPARO TOMBAMENTO 46842	AGEL	1,000	UN	202,4000	202,40
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
47	REPARO LEVANTE DIANTEIRO 219002261 - REPARO LEVANTE DIANTEIRO 219002261	AGEL	2,000	UN	191,1000	382,20
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
48	REPARO COMANDO DIANTEIRO 219002061/R - REPARO COMANDO DIANTEIRO 219002061/R	WORLD	1,000	UN	1.268,8000	1.268,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
49	REPARO COMANDO TRASEIRO 219002060/R - REPARO COMANDO TRASEIRO 219002060/R	WORLD	1,000	UN	2.229,8000	2.229,80
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
50	ANEL FREIO 219000500 - ANEL FREIO 219000500	AGEL	2,000	UN	57,8000	115,60
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
51	ANEL FREIO 219000510 - ANEL FREIO 219000510	AGEL	2,000	UN	51,6000	103,20
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
52	ANEL SEPARADOR 210 - ANEL SEPARADOR 210	AGEL	6,000	UN	16,7800	100,68
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
53	RETENTOR PEQUENO 219000497 - RETENTOR PEQUENO 219000497	ARCA	2,000	UN	82,6000	165,20
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
54	RETENTOR MÉDIO 219000498 - RETENTOR MÉDIO 219000498	ARCA	2,000	UN	102,9900	205,98
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
55	RETENTOR 219000495 - RETENTOR 219000495	ARCA	2,000	UN	34,8600	69,72
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
56	RETENTOR 219000342 - RETENTOR 219000342	ARCA	2,000	UN	179,9400	359,88
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
57	FILTRO DO AR CONDICIONADO 218004412 - FILTRO DO AR CONDICIONADO 218004412	FBRASIL	2,000	UN	37,9600	75,92
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
58	CORREIA AR CONDICIONADO 219001747 - CORREIA AR CONDICIONADO 219001747	CONTINENT	1,000	UN	119,3200	119,32

São Miguel do Oeste, 08/12/2023

THAIS JALINE SIPPert COSTA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

Página: 5 / 5

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
59	CORREIA ALTERNADOR 10000006589 - CORREIA ALTERNADOR 10000006589	CONTINENT	2,000	UN	54,7000	109,40
60	RETENTOR 219000512 - RETENTOR 219000512	ARCA	1,000	UN	118,7000	118,70
61	KIT ABRAÇADEIRA 219000068 - KIT ABRAÇADEIRA 219000068	USINIL	2,000	UN	73,3000	146,60
62	MANGUEIRA 219002074 - MANGUEIRA 219002074	JAMAICA	1,000	UN	256,9600	256,96
63	ABRAÇADEIRAS MANGUEIRAS 1000008888 - ABRAÇADEIRAS MANGUEIRAS 1000008888	USINIL	10,000	UN	7,8400	78,40
64	TUBO 10000165569 - TUBO 10000165569	USINIL	1,000	UN	433,0400	433,04
65	BATERIA 110 AMP - BATERIA 110 AMP	PIONNEIRO	1,000	UN	388,4000	388,40
66	ANEL 219000499 - ANEL 219000499	AGEL	1,000	UN	19,5000	19,50
67	LIXA AGUA LX120 - LIXA AGUA LX120	NORTON	4,000	UN	4,0500	16,20
68	QUEROSENE - QUEROSENE	PETROBRA	5,000	LT	13,2000	66,00
69	PARAFUSOS 3/8X3 - PARAFUSOS 3/8X3	FEY	20,000	UN	7,5100	150,20

Total do Participante: 32.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Total Geral: 32.000,00

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Adm Geral dos Bens e Serv. do Transp. Rodoviário	11.001.26.782.0534.2055.3.3.90.00.00	R\$ 51.473,98

São Miguel do Oeste, 08/12/2023

THAIS JALINE SIPPert COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2023 - FLORES**

Publicação Nº 5410967

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 251D9DA109E70F47DB73EF1074CAC5E461E0B7DB

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2023

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 4 (quatro) arranjos de flores para decoração do plenário para a realização da Sessão de entrega da distinção honorífica "MÉRITO DESPORTIVO" que será realizada no dia 14/12/2023, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme discriminado a seguir:

- 1 Aquisição de 1 (um) arranjo floral medindo e 1m X 70cm de altura, com alstroméria branca, rosas amarelas, eucalipto cinza da folha redonda, mini margarida branca e aster.
- 2 Aquisição de 1 (um) arranjo floral medindo e 1m X 15cm de altura, com alstroméria branca, rosas amarelas, eucalipto cinza da folha redonda, mini margarida branca e aster
- 3 Aquisição de 2 (dois) arranjos florais medindo e 70cm X 15cm de altura, com alstroméria branca, rosas amarelas, eucalipto cinza da folha redonda, mini margarida branca e aster.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) no item 1 R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) no item 2 e R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) no item 3; no valor total de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) pelos 04 (quatro) arranjos.

FORNECEDOR: Ponto das Flores Eireli – ME (CNPJ: 06.103.100/0001-20).

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 251D9DA109E70F47DB73EF1074CAC5E461E0B7DB

São Miguel do Oeste/SC, 11 de dezembro de 2023.

PAULO RICARDO DRUMM
Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023 - DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

Publicação Nº 5411002

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023

OBJETO: contratação de empresa para executar serviço de dedetização e desratização das dependências da Câmara de Vereadores, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

VALOR: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: Dedetizadora Trevisan LTDA (CNPJ: 36.849.756/0001-57).

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 347668C733D41766BEBA001BDF48E4C21429B114

São Miguel do Oeste/SC, 11 de dezembro de 2023.

PAULO RICARDO DRUMM
Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA Nº 544/23

Publicação Nº 5411534

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 544/2023

Concede férias a servidora REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, férias de 30 dias que gozará a partir de 18/12/2023 á 16/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 545/23

Publicação Nº 5411540

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 545/2023

Concede férias a servidora IVONETE KNIES SOUZA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora IVONETE KNIES SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias de 30 dias que gozará a partir de 10/01/2024 á 08/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546/23

Publicação Nº 5411545

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 546/2023
Concede férias ao servidor SILVIO CESAR DITTER

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor SILVIO CESAR DITTER ocupante do cargo de Motorista II, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 à 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 547/23

Publicação Nº 5411553

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 547/2023
Concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 à 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548/23

Publicação Nº 5411566

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 548/2023

Concede férias a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 549/23

Publicação Nº 5411569

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 549/2023

Concede férias a servidora MANOELA EDUARDA WERLICH

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora MANOELA EDUARDA WERLICH ocupante do cargo de Coordenador, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 550/23

Publicação Nº 5411573

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 550/2023

Concede férias ao servidor RAFAEL STHALEIN VILVERT

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor RAFAEL STAHELIN VILVERT ocupante do cargo de Administrador de Cemitério, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/23

Publicação Nº 5411574

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 551/2023
Concede férias ao servidor ARLINDO MARIO LOHN

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor ARLINDO MARIO LOHN ocupante do cargo de Motorista II, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 552/23

Publicação Nº 5411578

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 552/2023
Concede férias a servidora KEROLLEN PRISCILLA SILVA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora KEROLLEN PRISCILLA SILVA ocupante do cargo de Assessor Adjunto de Gabinete, férias de 20 dias que gozará a partir de 12/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 553/23

Publicação Nº 5411581

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 553/2023
Concede férias a servidora JANICE DE FREITAS

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora JANICE DE FREITAS ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias de 20 dias que gozará a partir de 08/01/2024 à 27/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/23

Publicação Nº 5411614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 555/2023
Concede férias ao servidor JOSÉ MARIO DE CASTRO

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor JOSÉ MARIO DE CASTRO ocupante do cargo de Motorista II, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 à 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/23

Publicação Nº 5411616

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 556/2023

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias de 20 dias que gozará a partir de 04/01/2024 á 23/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/23

Publicação Nº 5411621

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 557/2023

Concede férias ao servidor GUILHERME ALBINO

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor GUILHERME ALBINO ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário - ESF, férias de 30 dias que gozará a partir de 18/01/2024 á 16/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/23

Publicação Nº 5411624

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 558/2023

Concede férias a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora MARIZE PAITER HOFRFMANN ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº554/23

Publicação Nº 5411604

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 554/2023
Concede férias ao servidor WALDIR JULIO DE MELO

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar n.º. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor WALDIR JULIO DE MELO ocupante do cargo de Operador de máquina III, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

ATA DO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA INTERNA Nº 001-2023-EDUCAÇÃO - RESULTADO FINAL

Publicação Nº 5410892



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – educacao@pmspa.sc.gov.br

ATA DO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA INTERNA Nº
001/2023/EDUCAÇÃO
RESULTADO FINAL

Ao 8º dia do mês de dezembro de 2023, a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto divulga o **RESULTADO FINAL** do EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA INTERNA Nº 001/2023/EDUCAÇÃO (de acordo com o item 4 “Da Classificação” do referido Edital), referente ao preenchimento de vagas para Professor II (Educação Infantil), Professor I (Auxiliar de sala) e Auxiliar de Serviços Gerais para atuarem na Rede Municipal de Ensino com atendimento educacional em janeiro de 2024.

Após análise dos candidatos inscritos, de acordo com o item 4 “Da Classificação” do referido Edital, como também não houve solicitação de recurso, chegou-se à seguinte **ordem de classificação**:

- PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL)

EFETIVOS:

1º JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA

PROFESSORAS COM ESTABILIDADE GESTACIONAL PROVISÓRIA:

2º JANAINA MARIA KAMMER HILLESHEIM

3º GEICEMARA RODRIGUES DE SOUZA

ACT:

4º MAGDA PESSÔA UCHÔA KASPARY

5º NAYARA LYANE DOS SANTOS

6º MARIANE APARECIDA PEREIRA

7º KIMBERLY DUARTE

8º LUCIMAR SOARES DE LIMA

- PROFESSOR I (AUXILIAR DE SALA)

PROFESSORAS COM ESTABILIDADE GESTACIONAL PROVISÓRIA:

1º SUELY SCHMITT SANTOS

2º JOSIANE APARECIDA PITZ SCHMITZ

ACT

3º PATRICIA KAMERS

4º ISABEL BALDUINO DE SOUZA

5º ROSELEIA KOESTER

6º SONIA APARECIDA KREICH PRIM

7º FABIOLA LEANDRA CONSTANTE

8º DEBORA DE SOUZA CORDOVA

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – educacao@pmspa.sc.gov.br**9º MARIA EDUARDA KAMMERS ANCELMO****10º PATRICIA DINAH FONSECA****- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS****Efetivos****1º TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN****ACT****2º GISLAINE DE LIMA FARIAS DA SILVA****3º EDINARA VEBER****4º KARINE CORREIA COSTA****5º ELIZANDRA SCHAFFER****6º DEBORA HAMES****7º FABRICIA HAMANN HOFFMANN DE OLIVEIRA**

Nada mais havendo a constar, lavra-se esta ata em uma única via, que vai assinada por mim, Francisleine Kuhn Pavanati, secretária da pasta.

Anelize Cunha

Francisleine Kuhn Pavanati

CONVOCAÇÃO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA INTERNA Nº 001/2023/EDUCAÇÃO

Publicação Nº 5410893



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – educacao@pmspa.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA INTERNA Nº 001/2023/EDUCAÇÃO**

A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, do Município de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, **CONVOCA** os candidatos classificados pelo EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA INTERNA Nº 001/2023/EDUCAÇÃO, para que compareçam no dia **11 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 9 HORAS**, nos Centros de Educação Infantil do Município de São Pedro de Alcântara, para proceder ao ato de escolha, conforme o número de vagas ofertadas.

Caso o candidato não tiver interesse na vaga, solicita-se que o mesmo dirija-se à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto ou envie e-mail para educacao@pmspa.sc.gov.br, desistindo da mesma.

São Pedro de Alcântara/SC, em 08 de dezembro de 2023.

Francisleine Kuhn Pavanati
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 505, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409752

PORTARIA N. 505, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

"PRORROGA CONTRATOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990,

CONSIDERANDO que o resultado definitivo do Edital de Processo Seletivo n. 001/2022 foi homologado pelo Decreto n. 81, de 16 de novembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os contratos temporários abaixo estabelecidos, até a data de 18.12.2024:

SERVIDOR (A)	CARGO/FUNÇÃO	PORTARIA DE CONTRATAÇÃO Nº
JUÇARA RUFFATO DOS SANTOS STERTZ	PROFESSORA	390/23

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Saudades/SC, em 07 de dezembro de 2023.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa



Schroeder

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS O PRAZO DE RECURSO DO PROCESSO DE SELEÇÃO QUALIFICADA PARA DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO - EDITAL N.º 01/2023- SEMED/PMS

Publicação N° 5411158

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS O PRAZO DE RECURSO DO PROCESSO DE SELEÇÃO QUALIFICADA PARA DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO - EDITAL N.º 01/2023- SEMED/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Secretaria Municipal da Educação, com base na Cláusula de nº. 2.28 do Edital nº 01/2023/SEMED/PMS do Processo de Seleção Qualificada para Diretor de Unidade de Ensino, resolve:

TORNAR PÚBLICO

I – O resultado final das inscrições após o prazo de recursos do Processo de Seleção Qualificada para Diretor de Unidade de Ensino da Rede Pública Municipal, que se regerá pelo Decreto nº 6.300/2023 de 6 de setembro de 2023 e demais alterações e pelas normas estabelecidas no Edital N.º 01/2023- SEMED/PMS Processo de Seleção Qualificada para Diretor de Unidade de Ensino.

Nº. da inscrição	Nome do Candidato	Unidade Escolar pretendida
01/2023	Ronir Voigt	Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Jardim de Infância Pequeno Príncipe
02/2023	Roseli de Araújo Salomon	Escola Municipal Professora Clarice Lange Jacobi
03/2023	Margid Stein Boneti	Centro de Educação Infantil Municipal Girassol
04/2023	Geziane Machado	Centro de Educação Infantil Isabella Gomes dos Santos
05/2023	Marciana Jacobi	Escola Municipal Rui Barbosa
06/2023	Eberton Vargas Trentin	Escola Municipal Professor Emílio da Silva
07/2023	Cristiane Finckler Lavaqui	Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e Jardim de Infância Crescer e Aprender
09/2023	Ketlin Alaíde Fritze Zils	Jardim de Infância Pingo de Gente
10/2023	Rosângela Cristina Miranda Motta	Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve
11/2023	Jessica Jacobi Strelow	Escola Municipal Professora Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho
12/2023	Dalila Isabel Ronchi Konell	Centro de Educação Infantil Municipal Primeiros Passos
15/2023	Grasielle Santos de Oliveira Ribeiro	Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi
16/2023	Patricia de Lima	Jardim de Infância Abelhinha Feliz

II- Os candidatos com inscrições homologadas farão a apresentação dos seus Planos de Gestão Escolar aos membros da Comunidade Escolar, conforme cronograma de Assembleias Gerais:

Unidade Escolar	Data da Assembleia	Horário
Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve	11/12/2023	16h
Escola Municipal Professora Kismara Lislei Walkinir Moreira	11/12/2023	17h
Centro de Educação Infantil Municipal Girassol	11/12/2023	18h
CEIM Isabella Gomes dos Santos	11/12/2023	19h30
Escola Municipal Professora Clarice Lange Jacobi	12/12/2023	17h
Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi	12/12/2023	18h
Jardim de Infância Abelhinha Feliz	12/12/2023	19h30
Escola Municipal Professor Emílio da Silva	13/12/2023	17h
Centro de Educação Infantil Municipal Cristiane Inês Zerbin	13/12/2023	18h
Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e JI Pequeno Príncipe	13/12/2023	19h30
Escola Municipal Rui Barbosa	14/12/2023	16h30
Jardim de Infância Pingo de Gente	14/12/2023	17h30
Centro de Educação Infantil Municipal Primeiros Passos	14/12/2023	18h30
Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e JI Crescer e Aprender	14/12/2023	19h30

III - As Assembleias Gerais terão como local os respectivos endereços das Unidades Escolares.

IV – Fica cancelada a Assembleia Geral no Centro de Educação Infantil Municipal Cristiane Inês Zerbin por falta de candidato habilitado para apresentação do Plano de Gestão Escolar.

V – A exposição do candidato deverá estar pautada na apresentação do currículo profissional, Objetivo Geral do Plano de Gestão, Metas e Ações e Resultados Esperados.

VI- Esta homologação entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 08 de dezembro de 2023.

Armélinda Walz Schmitt Lauro Tomczak
Secretária Municipal de Educação Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.681/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411150

PORTARIA Nº 10.681/2023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, o afastamento por Licença Maternidade a partir de 06/12/2023, para a servidora Sra. Camila Sartori Ganzert, desempenhando a função de Médica Plantonista, com fulcro no Art. 1º, da Lei nº 1.805/2010, de 09/07/2010, totalizando 06 (seis) meses.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos à 06 de dezembro de 2023.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.


Schroeder, 07 de dezembro de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER
Secretária de Saúde

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva de Gabinete



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09

Telefone: (47) 3374-6500

Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro

CEP: 89275-000 - Schroeder / SC

PREGÃO PRESENCIAL

75/2023

Número Processo: 170/2023

Data do Processo: 21/11/2023

Edital de Licitação Nº 75

Ata da Sessão Pública - Licitação Deserta

ATA Nº 100 - 2023

Reuniram-se no dia 08/12/2023, as 14:15, no(a) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, o(a) PREGOEIRO e sua equipe de apoio como objetivo de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL tratando do Edital de Licitação Nº 75 destinado a:

CONTRATAÇÃO DE IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU E DE COLETA DE LIXO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GESTÃO E FINANÇAS E SANEAMENTO.

A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve DECLARAR DESERTO esta Licitação, que pelo não comparecimento de nenhum interessado em participar do certame, será publicado a repetição da Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, a(o) Pregoeiro(a) da Licitação suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando todos de acordo, pede a(o) Pregoeiro(a) que todos assinem-a.

O pregoeiro e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital, o processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Assinatura do(a) pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

VALQUIRIA H. EING

MEMBRO

Vinícius Casanova de Oliveira

PREGOEIRO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 74_2023-PMS (SEQUÊNCIA 03) RETIFICADA

Publicação Nº 5409699

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500	PREGÃO PRESENCIAL	
	74/2023	
	Nº Processo:	168/2023
	Data Processo:	07/11/2023

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO 3/2023

Reuniram-se no dia 07/12/2023 as 16:00, no(a) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL destinado a CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DENTRE ELES PÃES, PRODUTOS CONGELADOS, REFRIGERADOS E RESFRIADOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, AO LONGO DE 12 MESES

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

RLV DISTRIBUIDORA LTDA	36.716.815/0001-19
ROSAR ALIMENTOS LTDA	81.825.952/0001-46
VHR DISTRIBUIDORA LTDA	31.844.838/0001-95
INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AMORE DI-PANE LTDA	03.061.448/0001-03
ONIVITA ALIMENTOS LTDA	22.592.558/0001-46

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

O pregoeiro e equipe de apoio, reuniram-se para continuação do certame conforme determinado em ata anteriormente. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AMORE DI-PANE LTDA, cujos documentos foram rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AMORE DI-PANE LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada.

De acordo com o item 20.1.30.1 Deverão ser entregues IMPRESSAS as fichas técnicas e/ou laudo de laboratório de todos os itens so presente processo (itens 01 ao 18), EM DUAS VIAS, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil, após a fase de adjudicação

De acordo com o item 20.1.31.1 Após a fase de adjudicação, é condição básica e imprescindível para a contratação, que a licitante adjudicatária apresente amostras dos produtos a serem ofertados sendo assim concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das mesmas, conforme item 20.1.31.5 do edital

Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

VALQUIRIA H. EING
MEMBRO

Vinícius Casanova de Oliveira
PREGOEIRO

ATA TOMADA DE PREÇOS 18_2023-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 5410531

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500	TOMADA DE PREÇOS
	18/2023
	Nº Processo: 155/2023 Data Processo: 23/10/2023

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO 1/2023

Reuniram-se no dia 08/12/2023 as 09:00, no(a) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS) PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E PINTURA INTERNA E EXTERNA DO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL ALFREDO PASSOLD COM ÁREA TOTAL DE 3.602,86M², LOCALIZADO NA AVENIDA DOS IMIGRANTES, CENTRO NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS. RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL VOLUNTÁRIA PORTARIA CONJUNTA SGG/CEF Nº 05/2023 DE 05 DE OUTUBRO. PROCESSO Nº SGPE SCC 12457/2023, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	48.830.161/0001-39
GUARASUL ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	47.769.939/0001-89
JORGE ALVES BATISTA	33.169.976/0001-41
PALAZZO IMOVEIS E CONSTRUCAO LTDA	17.304.649/0001-07
BENHUR MENDES DE OLIVEIRA 03407452900	31.723.131/0001-20
MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA	45.207.275/0001-39
ARG CONSTRUTORA LTDA	17.536.978/0001-75

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital.

Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, GUARASUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS, PALAZZO IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA devidamente protocolados no horário e data determinado no edital.

Apresentaram apenas envelopes de habilitação e proposta comercial, as empresas JORGE ALVES BATISTA, ARG CONSTRUTORA LTDA, BENHUR MENDES DE OLIVEIRA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital

E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa GUARASUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA estão credenciado para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital.

Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, GUARASUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS, PALAZZO IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, JORGE ALVES BATISTA, ARG CONSTRUTORA LTDA, BENHUR MENDES DE OLIVEIRA, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação.

Constatando que as empresas PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, GUARASUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS, ARG CONSTRUTORA LTDA, BENHUR MENDES DE OLIVEIRA apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas.

A empresa JORGE ALVES BATISTA apresentou alvará de localização condicionado à autorização do corpo de bombeiros e não o apresentou, restando assim inabilitada.

A empresa PALAZZO IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou atestado de capacidade técnica de acordo com subitem 8.1.19 do edital, restando assim inabilitada.

A empresa PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA contestou o atestado de capacidade técnica da empresa ARG CONSTRUTORA LTDA, manifestando assim a intenção de recorrer.

Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. A data de abertura das propostas de preços será avisada aos licitantes por e-mail e publicada nos meios oficiais.

Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata às empresas participantes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

IVANDRA DE SOUZA
MEMBRO

VALQUIRIA H. EING
MEMBRO

LETICIA SIGNORELLI
MEMBRO

PATRÍCIA BEDIN BORBA
SECRETARIO

Vinícius Casanova de Oliveira
PRESIDENTE

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DIEGO FELIPE DE SOUZA
(PRIME EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA)

CHEISUM MICHEEL RIBEIRO
(GUARASUL ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA)

Seara

PREFEITURA

CONTRATO Nº 427/2023

Publicação Nº 5413340

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E4C3AB1388179480435CAA02370DD98DEB7B5B0E

Contrato nº 427/2023 – 3º Termo de Aditamento ao Contrato nº 282/2023 - Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução da obra reforma do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV, conforme projeto básico e memorial descritivo. – Tomada de Preços nº 016/2023. – Processo Licitatório nº 145/2023.

Partes Contratantes: O Município de Seara, Locatário, e de outro lado a empresa Natureza Construções Ltda, CNPJ nº 22.039.363/0001-73. Locadora. OBJETO– Conforme justificativa em anexo, fica prorrogado o prazo de execução e vigência contratual do contrato nº 282/2022 em mais 19 (dezenove) dias, a contar do dia 13/12/2024. DATA DO CONTRATO: 05/12/2023. PRAZO VIGENCIA: 31/12/2023.

CONTRATO Nº 428/2023

Publicação Nº 5413351

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7E9BA32137C05D35DD363D7206D6F65C7E8DA82F

Contrato nº 428/2023 – 1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 242/2023 - Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução da obra de construção passeios em Paver na Avenida Paludo, conforme projeto básico e memorial descritivo. – Tomada de Preços nº 005/2023. – Processo Licitatório nº 083/2023.

Partes Contratantes: O Município de Seara, Contratante, e de outro lado a empresa Eco Construções Ltda, CNPJ nº 28.749.201/0001-05. Contratante. OBJETO– Conforme justificativa em anexo emitida pelo Departamento de Projetos, fica prorrogado o prazo de execução contratual do contrato nº 242/2023 em mais 27 (vinte e sete) dias, a contar do dia 26/11/2023. DATA DO CONTRATO: 05/12/2023. PRAZO VIGENCIA: 27/12/2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS P.P. Nº 102/2023 - P.L. Nº 283/2023 - AGRO LÍDER

Publicação Nº 5409970



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.166/2023

Pregão Presencial Nº 102/2023

Validade: 6 meses

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três o **MUNICÍPIO DE SEARA** por meio do(a) MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público, situado na Anita Garibaldi Nº. 371, Centro, cidade de Seara, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.024.505/0001-13, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 102/2023**, RESOLVE registrar os valores oferecidos para **SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO**., pelo período de 6 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AGRO LIDER LTDA, neste ato representado por MICHAEL MEDEIROS	05.443.140/0001-58

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO**., em um prazo que se estende 6 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 461377 - AGRO LIDER LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	LARVICIDA BIOLÓGICO BACILLUS THURINGIENSIS ISRAELENSES, SORO TIPO H14, 1200 UTI (UNIDADES TÓXICAS INTERNACIONAIS) / MG, CEPA AM 65-52 (AVALIADA E RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS), EMBALAGEM DE 10 LITROS, COM LACRE INTERNO	UN	VECTOBAC	100,00000	R\$219,0000	R\$21.900,0000
Total do Fornecedor:						R\$21.900,0000
Total Geral dos Itens:						R\$21.900,0000

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 6 meses, contados a partir da sua assinatura, conforme o Edital da Licitação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 102/2023**

3.1. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 102/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. As condições de pagamento correrão conforme estabelecido no Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº. 102/2023**, mediante a emissão das Notas Fiscais correspondentes e encaminhamento à Prefeitura de Seara - SC.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato de Registro de Preços serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



MUNICIPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
149	7	2	2298	3339030110000000000	-253855360

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues conforme os quantitativos solicitados pelo Município de Seara, no prazo estabelecido pelo Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº. 102/2023**.

5.1. Local de entrega: Conforme estabelecido pelo Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº. 102/2023**, e ainda na Ordem de Compra.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS



MUNICIPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, não serão concedidos reajustes aos preços cotados na presente licitação.

7.1 Caso ocorram oscilações imprevisíveis que venham a ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados, os mesmos poderão ser revistos desde que devidamente comprovados.

7.1.1 Considera-se desequilíbrio econômico-financeiro apto a ensejar a revisão/repactuação/reequilíbrio do percentual de contraprestação adimplido pela administração, a existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme disposto no art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

7.1.2 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentada em alterações extraordinárias nos custos dos serviços ou dos produtos. Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de um material são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, conforme jurisprudência conforme acórdão 7249/2016, da segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, de relatoria de Ana Arraes.

7.1.3 A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentado em planilhas de custos comparativas e documentos auxiliares que demonstrem efetivamente a disparidade dos preços praticados no contrato e os preços sugeridos e, que expressem a existência de fatos supervenientes a relação contratual que impactem de forma acentuada a relação contratual e causem onerosidade excessiva no equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

7.1.4 O reequilíbrio somente será concedido se considerados presentes os requisitos enunciados pela teoria da imprevisão, quais sejam: 1. A imprevisibilidade (ou previsibilidade de efeitos incalculáveis), o impacto acentuado na relação contratual, a inexecução ou impedimento da execução contratual; 2. Haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos do contrato, ao menos os mais importantes em aspecto de materialidade, com a finalidade de identificar outras oscilações de preços enquadráveis na teoria da imprevisão que possam, de igual maneira, impactar significativamente o valor ponderado do contrato.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.8 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.9 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE SEARA, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



MUNICIPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

10. Compete à Contratante:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos itens.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Oferecer garantia mínima conforme o edital.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO. N°. 102/2023, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.1 Fica eleito o foro de Seara (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Seara (SC), 08 de Dezembro de 2023

EDEMILSON CANALE
Contratante

AGRO LIDER LTDA
MICHAEL MEDEIROS
CONTRATADA

Siderópolis

PREFEITURA

23/2023

Publicação Nº 5410480

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 23/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 12/2023
AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 391DC215956721830B7D324811A6044040A63EB8

Cód. TC/SC.: 391DC215956721830B7D324811A6044040A63EB8

1. Objeto: Registro de Preços para fornecimento parcelado de combustíveis, através de empresa, para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial do Fundo Municipal de Saúde e que sejam fornecidos nos Postos do licitante vencedor, para o exercício de 2023-2024.

3. Data da sessão pública: 22/12/2023 9h00min

4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referentes a este pregão estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br

6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 08 de dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito

7-63/2019

Publicação Nº 5411737

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMS Nº 63/2019

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMS Nº. 63/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E A EMPRESA TELEFONICA BRASIL S/A

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.929.407/0001-62, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal ANGELO FRANQUI SALVARO, e de outro lado: TELEFÔNICA BRASIL S.A, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar – CEP.: 04571-000 – Cidade Monções – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.558.157/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seus procuradores, ALEX EDUARDO DE FREITAS, inscrito no CPF nº 070.661.598-02 e FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN, inscrito no CPF nº 267.221.148-56, resolvem aditar o Contrato acima epigrafado cujo objeto é a “prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), com área de registro em Siderópolis/SC e cobertura nacional, pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis (linhas telefônicas) e disponibilização de aparelhos telefônicos (estações móveis) em regime de comodato, para o Município de Siderópolis”, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira – Do Prazo

1.1. Nos termos do art.57 da Lei nº 8.666/93, conforme justificativas descritas nos autos do processo em epígrafe, fica o presente contrato prorrogado a partir de 08/12/2023 até 08/12/2024.

Cláusula Segunda – Do Valor e do Reajuste

2.1 O valor anual estimado para cobrir as despesas relativas à prorrogação da vigência do contrato nº 63/2019, no período descrito na Cláusula Primeira, é de R\$ 65.213,28 (sessenta e cinco mil duzentos e treze reais e vinte e oito centavos).

Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária

3.1. As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Desp. 11 - Manutenção da Secretaria de Administração - 02.003.04.122.0002.2004.3.3.90.00.00 / 1.500.0000.5000 - Recursos Ordinários

Cláusula Quarta – Das Demais Cláusulas

4.1. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

4.2. E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em quatro vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Siderópolis, 08 de dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PREFEITO

ALEX EDUARDO DE FREITAS
TELEFONICA BRASIL S.A.
PROCURADOR

FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN
TELEFONICA BRASIL S.A.
PROCURADOR

Taió

PREFEITURA

PORTARIA 17.618/2023

Publicação Nº 5411572

PORTARIA No 17.618, de 08/12/2023
CONCEDE ALTERAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 16709/2023.

RESOLVE:

conceder alteração de férias referente ao período aquisitivo 2021/2022, para serem usufruídas no período de 02 a 14/01/2024, a servidora pública municipal SIRLENE RAITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Saúde Pública.

P.R.I.

Taió, 08 de dezembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.619/2023

Publicação Nº 5411641

PORTARIA No 17.619, de 08/12/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 16709/2023.

RESOLVE:

conceder férias referente ao período aquisitivo 2022/2023, para serem usufruídas nos períodos de 15/01/2024 a 02/02/2024 e 22/07/2024 a 01/08/2024, a servidora pública municipal SIRLENE RAITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Saúde Pública.

P.R.I.

Taió, 08 de dezembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.620/2023

Publicação Nº 5411819

PORTARIA No 17.620, de 08/12/2023
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 141, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o atestado médico protocolado sob n.º 16611/2023.

RESOLVE:

conceder à servidora pública municipal CLEIDE CRISTIANE ZANGHELINI GUSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 06/12/2023 a 02/06/2024.

P.R.I.

Taió, 08 de dezembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.621/2023

Publicação Nº 5411841

PORTARIA No 17.621, de 08/12/2023
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 141, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o atestado médico protocolado sob n.º 16611/2023.

RESOLVE:

conceder à servidora pública municipal CLEIDE CRISTIANE ZANGHELINI GUSKI, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, não Habilitado, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 120 (cento e vinte) dias de Licença à Gestante, no período de 06/12/2023 a 03/04/2024.

P.R.I.

Taió, 08 de dezembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.622/2023

Publicação Nº 5411923

PORTARIA No 17.622, de 08/12/2023

REVOGA ATO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/452/2023.

RESOLVE:

revogar a Portaria n.º 17.610/2023, que alterou o local de trabalho do servidor público municipal JUAREZ ERAHARDT DE FREITAS CHIQUELEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamento, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 08 de dezembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.623/2023

Publicação N° 5411970

PORTARIA No 17.623, de 08/12/2023
CONCEDE ALTERAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 16745/2023.

RESOLVE:

conceder alteração de férias estabelecidas na Portaria n.º 17.159/2023, referente ao período aquisitivo 2021/2022, a servidora pública municipal KATIANI AMELIA MUELLER FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial de Nível Superior, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício no Secretaria de Agricultura, Pecuária, Florestas e Meio Ambiente, para então serem usufruídas, no período de 22 a 31/01/2024.

P.R.I.

Taió, 08 de dezembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

Tangará

PREFEITURA

CP 03/2023 SMS

Publicação Nº 5410604

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 43/2023 Chamada Pública n. 3/2023

Objeto a CREDENCIAMENTO DE ENTIDADE COM A FINALIDADE DE REPASSAR RECURSOS PARA REALIZAR CASTRAÇÃO DE ANIMAIS. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 17h30min do dia 12/01/2023. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 08 de dezembro de 2023.

ALDAIR BIASIOLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 881, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONVOCA ATLETAS PARA REPRESENTAR MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 5410757

PORTARIA Nº 881, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

"CONVOCA ATLETAS PARA REPRESENTAR MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Ofício nº 736 datado de 04 de dezembro de 2023 da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados os seguintes atletas para representarem o Município de Tangará/SC na 24ª Open Balneário Camboriú Taekwondo Cup, na modalidade de Taekwondo infantil/juvenil e adulto, masculino e feminino, que será realizado no Município de Camboriú nos dias, 10 e 11 de fevereiro de 2024.

NOME COMPLETO
Alexandre Freitas Schlindwein
Arthur Lorenzo Scortegagna Lesniesky
Bia dos Santos Cordeiro
Diana Scortegagna
Eduardo Walter Rambo
Emanuelly Aparecida Gomes
Gabriel Rodrigues Bueno
João Vitor Vieira
Jorge Henrique Dreon
Leticia Arianne Scortegagna Lesniesky
Liliane Ferreira
Mikaely Ferreira Rissi
Pedro Henrique Vieira

Art. 2º. As despesas com traslado e comida serão ressarcidas por este Município diante da apresentação dos comprovantes de despesas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 882, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5410759

PORTARIA Nº 882, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de empresa para realização de show da "Patrulha Canina", para o dia 21 de dezembro de 2023 na realização da terceira edição do evento "Um Sonho de Natal" no Município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), da empresa EJD EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 35.158.634-0001/51, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 884, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5410768

PORTARIA Nº 884, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XXVI, da Lei n. 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de empresa para prestação de serviços, no valor de R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil), da empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS AMARP inscrita no CNPJ sob nº 11.023.771/0001-10, conforme determina o inciso XXVI, do art. 24 da Lei 8.666/93 incluído pela Lei 11.107/05.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 885, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5410773

PORTARIA Nº 885, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação residencial para idoso com estadia de seis meses, destinada a João Darci Roque Rodrigues, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), da empresa CLINICA E RESIDENCIAL GERIATRICO FERRER UBER & OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob n.º 34.776.285/0001-79, conforme determina o inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 890, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5410040

PORTARIA Nº 890, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 8, inciso I, da Lei nº 1.556, de 22 de maio de 2002;

Considerando, que o Contrato de Trabalho teve seu prazo de vigência encerrado;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 08/12/2023 a servidora, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

Nome	Cargo
SIRLENE MENEGACE DALAMARIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BASICA II - ACT

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 891, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023. RETORNA AO TRABALHO O SERVIDOR AFASTADO POR AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5410751

PORTARIA Nº 891, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

RETORNA AO TRABALHO O SERVIDOR AFASTADO POR AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, que o servidor está apto para retornar ao trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, o retorno ao trabalho, da servidora IVONE SALETE GRUTZMANN, ocupante do cargo de COZINHEIRA – NÍVEL 03 – CLASSE B, a partir de 08 de Dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 892, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5411777

PORTARIA Nº 892, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XXVI, da Lei n. 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a contratação do Consócio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, nos moldes do inciso XXVI, do art. 24 da Lei 8.666/93, a fim de firmar contrato de rateio no valor total de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais).

Art. 2.º Fica revogada a portaria n.º 862, de 30 de novembro de 2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

PR 26/2023

Publicação Nº 5410580

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 192/2023 Pregão Presencial n. 26/2023

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA MUNÍCIPES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 22/12/2023. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 08 de dezembro de 2023.

ALDAIR BIASIOLO

Prefeito Municipal

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO CR 015.2023

Publicação N° 5410406

**PREFEITURA DE
TANGARÁ****DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES****CRENCIADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 198/2023****CRENCIAMENTO N° 015/2023**

A Comissão Permanente de Licitações vem por meio deste informar que, após a conferência e aprovação de toda(s) a(s) documentação(ões) enviada(s), está(ão) credenciada(s) para prestar(em) os serviços descritos no edital do Processo Licitatório 198/2023 Credenciamento 015/2023 a(s) seguinte(s) empresa(s):

1º - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JANE MARIA ARCARI FILIPPIN;
2º - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELA FUGANTI.

Tangará, 08 de dezembro de 2023.

Cristiane Piccinin
Presidente da Comissão de Licitações

Ivan Pelentir Dissegna
Membro da Comissão de Licitações

Camila Bruns
Membro da Comissão de Licitações

Alison Zagonel Lesniesky
Membro da Comissão de Licitações

PREFEITURA DE TANGARÁ

Avenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO CR 15/2023

Publicação Nº 5410431

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-7450 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 15/2023
	Processo Adm.: 198/2023 Data do Processo: 04/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 198/2023
b) **Nr. Licitação:** 15/2023 - OU
c) **Modalidade:** Outras Modalidades
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE BEBIDAS E ALIMENTOS AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA BÍBLIA

Participante: APP DO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL ANGELA FUGANTI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE BEBIDAS E ALIMENTOS AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA BÍBLIA - CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE BEBIDAS E ALIMENTOS AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA BÍBLIA	1,000	SERV	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01

Participante: ASSOCIACAO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL JANE MARIA

1	CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE BEBIDAS E ALIMENTOS AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA BÍBLIA - CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE BEBIDAS E ALIMENTOS AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA BÍBLIA	1,000	SERV	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01
Total Geral:					0,02

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.00.00	R\$ 0,01

Tangará, 08/12/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO DL 13/2023 FMAS

Publicação Nº 5411097

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL TANGARÁ CNPJ: 15.491.469/0001-48 Telefone: (49) 3532-7475 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2023
	Processo Adm.: 15/2023 Data do Processo: 06/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, XVII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 15/2023
b) **Nr. Licitação:** 13/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE RESIDENCIAL PARA O IDOSO JOÃO DARCI RODRIGUES CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, O MESMO PERMANECERÁ 06(SEIS) MESES

Participante: CLINICA E RESIDENCIAL GERIATRICO FERRER UBER & OLIVEIRA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ESTADIA DE RESIDENCIAL PARA IDOSOS. - ESTADIA DE RESIDENCIAL PARA IDOSOS.	6,000	MÊS	5.000,00	30.000,00
Total do Participante:					30.000,00
Total Geral:					30.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DO ABRIGO CASA LAR	11.001.08.243.0006.2017.3.3.90.00.00	R\$ 30.000,00

Tangará, 08/12/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO DL 31/2023 SMS

Publicação Nº 5412017

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TANGARÁ	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 31/2023	
	CNPJ: 10.639.346/0001-98 Telefone: (49) 3532-7474 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	Processo Adm.: 38/2023 Data do Processo: 08/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, XVII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 38/2023
b) **Nr. Licitação:** 31/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATO DE RATEIO COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2024. - CIS AMARP

Participante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATO DE RATEIO COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2024. - CONTRATO DE RATEIO COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2024.	1,000	SERV	41.400,00	41.400,00
Total do Participante:					41.400,00
Total Geral:					41.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	09.001.10.301.0004.1003.4.4.71.00.00	R\$ 1.680,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.001.10.301.0004.2005.3.1.71.00.00	R\$ 32.400,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.001.10.301.0004.2005.3.3.71.00.00	R\$ 7.320,00

Tangará, 08/12/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO DL 36/2023 SMS

Publicação Nº 5412021

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TANGARÁ CNPJ: 10.639.346/0001-98 Telefone: (49) 3532-7474 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2023
	Processo Adm.: 44/2023 Data do Processo: 06/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 44/2023
b) **Nr. Licitação:** 36/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Participante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E EXAMES - CONSULTAS E EXAMES	1,000	SERV	455.000,00	455.000,00
Total do Participante:					455.000,00
Total Geral:					455.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -PAB-PMAQ-SAMU-NASF-MAC	09.001.10.302.0004.2006.3.3.93.00.00	R\$ 50.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -PAB-PMAQ-SAMU-NASF-MAC	09.001.10.302.0004.2006.3.3.93.00.00	R\$ 25.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -PAB-PMAQ-SAMU-NASF-MAC	09.001.10.302.0004.2006.3.3.93.00.00	R\$ 380.000,00

Tangará, 08/12/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO DL 60/2023

Publicação Nº 5411141

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-7450 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 60/2023
	Processo Adm.: 195/2023 Data do Processo: 04/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, XVII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 195/2023
b) **Nr. Licitação:** 60/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EJD EVENTOS LTDA, PARA RELIZAÇÃO DE SHOW DA "PATRULHA CANINA", PARA O DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2023 NA REALIZAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO DO EVENTO "UM SONHO DE NATAL"

Participante: EJD EVENTOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE SHOW DA "PATRULHA CANINA", PARA O DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2023 NA REALIZAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO DO EVENTO "UM SONHO DE NATAL" - CONTRATAÇÃO DE SHOW DA "PATRULHA CANINA", PARA O DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2023 NA REALIZAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO DO EVENTO "UM SONHO DE NATAL"	1,000	SERV	10.000,00	10.000,00

Total do Participante: 10.000,00**Total Geral: 10.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENCAO PROMOÇÃO AO TURISMO	08.001.23.695.0015.2026.3.3.90.00.00	R\$ 10.000,00

Tangará, 08/12/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2023

Publicação Nº 5410069

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08B7D1F090C059DAA99D850754A59E4E81D1EFB9

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 020/2023 com a Empresa MW LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 10.647.994/0001-96 no valor total de R\$ 79.000,00, para prestação de serviço de coleta/limpeza, tratamento e manutenção periódica de fossas sépticas do perímetro urbano do município de Tigrinhos, durante o exercício 2024.

TIGRINHOS/SC, em 08 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2022 SAÚDE

Publicação Nº 5410370

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FA1D8E80007CF9D5FB8E1F89269B5325641846F8

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2022

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº. 004/2022 com a empresa CENTRO MÉDICO LOVATEL S/S – CNPJ: 10.548.702/0001-68, para prestação de serviços complementares de assistência a saúde aos usuários do SUS do Município de Tigrinhos, durante o exercício de 2024.

TIGRINHOS/SC, em 08 de dezembro de 2024.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2022 SAÚDE

Publicação Nº 5410632

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65017FCDAAF15D8A96D141C9892B3A5D6A7BD596

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2022

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação do contrato nº. 014/2022 com a empresa CLÍNICA DR. VALDIR LTDA – CNPJ: 18.287.887/0001-06, para prestação de serviços complementares de assistência a saúde aos usuários do SUS do Município de Tigrinhos, durante o exercício de 2024.

TIGRINHOS/SC, em 08 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 016/2022 SAÚDE

Publicação Nº 5410399

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 451DBA059ED7E0FDC0F55425D6C60E4929E6BB2A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2022

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo de prorrogação do contrato nº. 016/2022 com a empresa CLÍNICA CATARINENSE DE DERMATOLOGIA LTDA – CNPJ:

13.510.173/0001-00, para prestação de serviços complementares de assistência a saúde aos usuários do SUS do Município de Tigrinhos, durante o exercício de 2024.

TIGRINHOS/SC, em 08 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 018/2022 SAUDE

Publicação Nº 5410949

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50D6E25B9213F8117BBE6883687D795AC637E89D

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
CHAMADA PÚBLICA Nº. 004/2022

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº. 018/2022 com a empresa EVELYN TAVARES GUARNIERI E CIA LTDA – CNPJ: 31.628.029/0001-46, para prestação de serviços complementares de assistência a saúde aos usuários do SUS do Município de Tigrinhos, para o exercício de 2024.

TIGRINHOS/SC, em 08 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 013/2022 SAUDE

Publicação Nº 5410655

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F81B61597A50B7851BD8D3D445687F8DF4E83F3

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2022

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo do contrato nº. 013/2022 com a empresa COLPED CLÍNICA MÉDICA LTDA – CNPJ: 36.209.786/0001-07, para prestação de serviços complementares de assistência a saúde aos usuários do SUS do Município de Tigrinhos, durante o exercício de 2024.

TIGRINHOS/SC, em 08 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 92, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413355

LEI COMPLEMENTAR N. 92, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

ALTERA A HABILITAÇÃO PARA O CARGO DE VIGIA, DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 035, DE 03 NOVEMBRO DE 2015 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a habilitação para o cargo de Vigia, disposto no Anexo I, Grupo III, da Lei nº 035, de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“GRUPO III
SERVIÇOS GERAIS DE APOIO

CARGO	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Vigia	Alfabetizado e Certificado de Formação de Vigilante (NR)	R\$ 1.800,00	06	40h

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos SC, 11 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº. 93, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5413363

LEI COMPLEMENTAR N. 93, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

EXTINGUE O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DO QUADRO DE SERVIDORES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinto o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, disposto no Anexo I, Grupo V, da Lei nº 035, de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos.

Art. 2º Fica alterado o anexo I, Grupo V da Lei n. 035, de 2015, – Estatuto dos Servidores públicos Municipais de Tigrinhos, de modo que amplia o número de vagas para o cargo de Assistente Social II, de 01 (uma) vaga para 02 (vagas), passando a vigorar com a seguinte redação:

“GRUPO V”

CARGO	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Assistente Social II	Ensino Superior Completo/Diploma de conclusão de curso de Graduação em Serviço Social e Registro no Órgão de Classe.	R\$ 3.962,97	02 (NR)	40h

ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR

Art. 3º Fica alterada a redação constante das atribuições dos cargos disposto na Lei n. 035, de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, para onde se lê “ Desicumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo superior hierárquico ou Chefe do Poder executivo”, passa-se a ler “Incumbir-se de outras atividades que lhe forem atribuídas pelo superior hierárquico ou Chefe do Poder Executivo (NR)”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos SC, 11 de dezembro de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 401/2023

Publicação Nº 5413313

PORTARIA Nº. 401/2023, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O VICE - PREFEITO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 959/2019 e Decreto Nº. 445/2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder para o Servidor Público Municipal, Sr. MILTON JOSÉ HUPPES, agente político no cargo de Vice - Prefeito Municipal, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 639,88 cada, totalizando o valor de R\$ 2.559,52 (dois mil quinhentos e cinquenta nove reais e cinquenta dois centavos), para sua viagem a Florianópolis/SC, no período de 11 à 14 de Dezembro de 2023, Com objetivo de Viabilizar a Liberação de Recursos junto ao Governo de Estado, Deputados Estaduais e demais repartições Estaduais, para o Município de Tigrinhos/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de dezembro de dois mil e vinte e três.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 402/2023

Publicação Nº 5413314

PORTARIA Nº. 402/2023, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELICA ROANI WOLFF, comissionada no cargo de Diretor, 30 horas semanais, Matrícula Nº. 746/01, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de Maio/2021 à Maio/2022, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 11 de Dezembro de 2023 à 20 de Dezembro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de dezembro de dois mil e vinte três.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 010/2022 SAUDE

Publicação Nº 5410679

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D4F7D2C88AD34C4E62F719DFFB0F5755A1D2C6C7

1

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EDITAL DE
CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2022

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 010/2022

Contrato que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde do Município de TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, e a empresa LCP LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA LTDA do município de Maravilha/SC, para prestação de serviços de Exames Citopatológicos e Anatomopatológicos.

Pelo presente instrumento, de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.396.412/0001-09**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal, residente e domiciliado no Município de Tigrinhos /SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LCP LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.365.548/0001-87, com sede na Rua Duque de Caxias, nº. 585, Sala 05, centro, da cidade de Maravilha/SC, CEP: 89874-000, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o nº. 20196053269, Protocolo 196053269, neste ato representado pelo seu representante legal, Senhora Sandra da Silva, residente e domiciliada na cidade de Maravilha/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos termos do Edital de Chamada Pública n. 003/2022; **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2022**, de prestação de serviços complementares de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Tigrinhos, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O presente CREDENCIAMENTO tem como objeto a contratação de serviço para realização de exames **CITOPATOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS conforme Tabela SUS**.
2. Este CREDENCIAMENTO fica vinculado aos termos do Edital de Chamada Pública nº. 003/2022.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO:

1. O valor total deste CREDENCIAMENTO é de acordo com a tabela SUS – Anexo I do edital de Chamada Pública nº. 003/2022:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR
EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	02.03.01.008-6	14,37
EXAME ANATOMOPATOLOGICO PARA CONGELAMENTO/PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA OU BIÓPSIA (EXCETO COLO	02.03.02.003-0	40,78

UTERINO E MAMA)		
IMUNOHISTOQUIMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS		550,00

2. No valor CREDENCIADO estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução do serviço objeto do presente credenciamento.

3. Os preços serão fixos e irredutíveis, obedecendo a TABELA SUS.

4. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviço, até quinze dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela competente liquidação da despesa.

5. Se o serviço não for executado conforme as especificações, o pagamento ficará suspenso até execução correta.

6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL:

Por se tratar de serviço prestado de forma continuada, e ainda nos termos do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, fica o contrato nº. 010/2022 prorrogado até a data de **31/12/2024**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE:

Os valores contratados não sofrerão reajuste de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato Original nº. 010/2022 - Firmado em 27 de janeiro de 2022.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

É competente o foro da Comarca de Maravilha/SC, para dirimir questões decorrentes deste Termo Aditivo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença das testemunhas que o subscrevem.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SANDRA DA SILVA

Representante legal

Testemunhas:

Maicon Bruxel
CPF: 066.***.759-**

Cleise Honaiser
CPF: 039.***.429-**

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 51/2023

Publicação Nº 5410067

PORTARIA 51/2023

ESTABELECE NORMAS PARA REGISTRO DE CHAPAS PARA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas definidas na Lei Orgânica do Município, conjugado com o disposto no Regimento Interno.

Resolve

Art. 1º. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Tigrinhos é omissivo quanto ao prazo limite para a inscrição e registro de chapas para a eleição da Mesa Diretora para o terceiro ano da legislatura 2021/2024, fica estabelecido por esta Portaria que as chapas poderão ser inscritas até as 17:00 horas do dia 15 de dezembro, na forma desta Portaria.

Art. 2º. A presente Portaria tem como objetivo ordenar os procedimentos da eleição da Mesa Diretora para o terceiro ano da legislatura 2021/2024, nos termos dos artigos 23, § 5º., 24 e 25 da Lei Orgânica do Município, conjugados com os artigos 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do Regimento Interno da Câmara.

Art. 3º. Conforme dispõe o artigo 23, §5º. da Lei Orgânica, conjugado com o artigo 15 do Regimento Interno da Câmara, a eleição da Mesa da Câmara para o terceiro ano da legislatura 2021/2024, será no dia 18 de dezembro de 2023, na última reunião ordinária da sessão legislativa.

Parágrafo único. Os membros eleitos serão empossados nos termos do Regimento Interno da Câmara.

Art. 4º. As inscrições das chapas deverão ser feitas mediante requerimento assinados por todos os membros dirigidos ao Presidente da Casa, sendo necessária a assinatura dos seguintes candidatos:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Vice Secretário.

§1º. A eleição da Mesa Diretora se dará por chapa completa, sendo nula a inscrição de chapa sem o nome dos candidatos e suas assinaturas no requerimento.

§2º. Após registrada a Chapa, a sua retirada só será possível com o requerimento de retirada assinado por todos os membros que a compõe.

§3º. O Vereador não poderá compor duas ou mais chapas, sendo indeferido pelo Presidente o pedido de registro da segunda inscrição.

Art. 5º. A eleição da Mesa Diretora dar-se-á por votação obedecidas as formalidades prescritas do Regimento Interno.

Art. 6º. No final da votação o Presidente dará oportunidade de 10 (dez) minutos para o candidato eleito a Presidente para fazer as suas considerações.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, aos 07 de dezembro de 2023.

MILTON MARIO ROSS
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 52/2023

Publicação Nº 5413343

PORTARIA Nº 052/2023

Concede adiantamento de diária (s) para Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

MILTON MARIO ROSS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador CIDIMAR SIMONETTI, matrícula nº. 87, adiantamento equivalente a 5 (cinco) diárias no valor no valor R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), com o objetivo da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro de 2023, para participar do evento “Os limites do ano eleitoral e o planejamento legislativo para 2024”, promovido pela CEAP.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

MILTON MARIO ROSS
Presidente

Tigrinhos – SC, 05 de dezembro de 2023.

CIDIMAR SIMONETTI, Vereador, vem requer adiantamento de diárias com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro de 2023, para participar do evento “Os limites do ano eleitoral e o planejamento legislativo para 2024”, promovido pela CEAP.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

CIDIMAR SIMONETTI
Vereador

Deferido em ____/____/____ Indeferido em ____/____/____

MILTON MARIO ROSS
Presidente

PORTARIA Nº 53/2023

Publicação Nº 5413348

PORTARIA Nº 053/2023

Concede adiantamento de diária (s) para Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

MILTON MARIO ROSS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador DEJALMA SANTOS MIORANDO, matrícula nº.01, adiantamento equivalente a 5 (cinco) diárias no valor no valor R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), com o objetivo da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro de 2023, para participar do evento “planejamento Estratégico 2024, guia prático para definir um plano de ação para alcançar a eficiência nos órgãos públicos e nos mandatos parlamentares”, promovido pela CGP.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

MILTON MARIO ROSS
Presidente

Tigrinhos – SC, 05 de dezembro de 2023.

DEJALMA SANTOS MIORANDO, Vereador, vem requer adiantamento de diárias com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro de 2023, para participar do evento “planejamento Estratégico 2024, guia prático para definir um plano de ação para alcançar a eficiência nos órgãos públicos e nos mandatos parlamentares”, promovido pela CGP.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

DEJALMA SANTOS MIORANDO
Vereador

Deferido em ____/____/____ Indeferido em ____/____/____

MILTON MARIO ROSS
Presidente

Tijucas

PREFEITURA

PORTARIA 1894/2023

Publicação Nº 5410483

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC

Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388

E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br**PORTARIA Nº 1894 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.**

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 81/2005 de 18/10/2005 e Decreto nº 679/2012 de 02/03/2012 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir desta data, o (a) Sr. BRUNO DIAS LOPES, matrícula 14374-01, do cargo de Auxiliar de Vida Escolar- AVE, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
Secretária de Educação

PORTARIA 1895/2023

Publicação Nº 5410485

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1895 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 81/2005 de 18/10/2005 e Decreto nº 679/2012 de 02/03/2012 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir desta data, o (a) Sr. RONALDO GOMES LOPES, matrícula 14310-01, do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
Secretária de Educação

PORTARIA SAMAE 24/2023

Publicação Nº 5410391

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
TIJUCAS ♦ SANTA CATARINA****PORTARIA Nº 24 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023**

LUIZ ROGÉRIO DA SILVA, Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 116 da Lei Complementar nº 38/2015 de 13/11/2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir desta data, o (a) Sr.(a), PRISCILA DE JESUS REVERS, matrícula 66-1, do cargo de Agente de Operação de Estação de Tratamento de Água e Esgoto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROGÉRIO DA SILVA
Presidente

CNPJ: 02.396.675/0001-27 | www.samaetj.com.br | E-mail: samaetj@samaetj.com.br

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 229.2023 FMAS - GRAFHIXARTE LTDA

Publicação Nº 5411333

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 229/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023 FMAS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa GRAFHIXARTE LTDA, CNPJ nº 46.483.497/0001-47, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 18/12/2023.
HORÁRIO:
ATÉ A DATA DE 15/12/2023: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.
NA DATA DE 18/12/2023: 07hs às 13hs.

Timbó, 08 de dezembro de 2023.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 227.2023 FCT - BERGHAIN CERVEJARIA LTDA

Publicação Nº 5411339

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227/2023 FCT.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2023 FCT.
CONTRATANTE: Município de Timbó/SC, através da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó.
CONTRATADO: BERGHAIN CERVEJARIA LTDA, CNPJ nº 12.875.048/0001-22.
OBJETO: Instalação e exploração pela CONTRATADA de pontos para comercialização de bebida junto ao evento "Natal Mais Encantado 2023" exclusivamente na ocasião da realização do Show Nacional com o cantor 'Leonardo' que acontecerá no dia 15 de dezembro de 2023, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, de acordo com as especificações previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 55/2023 FCT, Termo de Referência, demais anexos e o presente contrato, sendo:

Item	Qtde	Unidade	Descrição
3	1	PONTO	PONTO 3 - ESPAÇOS DELIMITADOS DE 3X6M (TRÊS POR SEIS METROS), PARA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS, SENDO PERMITIDAS: CHOPE, CERVEJA EM LATA, REFRIGERANTE EM LATA E ÁGUA EM GARRAFA PLÁSTICA, SENDO O FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TODA A ESTRUTURA DE RESPONSABILIDADE DE CADA PROPONENTE VENCEDOR
4	1	PONTO	PONTO 4 - ESPAÇO DELIMITADO DE 3X3M (TRÊS POR TRÊS METROS), PARA COMERCIALIZAÇÃO ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE DE LICOR DIGESTIVO A BASE DE ERVAS (EM CÁPSULAS/DOSES DE NO MÍNIMO 40ML), CUBAS E DRINKS ELABORADOS COM O PRÓPRIO LICOR DE BEBIDAS (E ENERGÉTICO OU REFRIGERANTE), SERVIDOS EM TAÇAS OU COPOS PLÁSTICOS, SENDO O FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TODA A ESTRUTURA DE RESPONSABILIDADE DO PROPONENTE VENCEDOR

VALOR DE REPASSE A PAGAR À FCT PELOS PONTOS: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) pelo ponto 03 e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelo ponto 04, totalizando o valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/12/2023 a 06/12/2024.

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2023.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 46-02.2023 PMT - VPA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5411354

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 46-02/2023.
CREDENCIAMENTO Nº 46/2023 PMT.

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, através do Fundo Municipal de Educação, através do Fundo Municipal de Saúde e através da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó.

CREDENCIADO: VPA PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 07.516.335/0001-06.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Credenciamento nº 46-02/2023 até 30/04/2024.

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2023.

CARLOS PIAZZA
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social
JORGE REVELINO FERREIRA

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 02-05.2019 FMS - CLÍNICA SCHUTZ - LABOTIM

Publicação Nº 5411829

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 02-05/2019
CREDENCIAMENTO Nº 02/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHÜTZ LTDA, CNPJ Nº 03.295.188/0001-30.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato de Credenciamento nº 02-05/2019 até 30/04/2024.

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2023.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

EXTRATOSÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 22-01.2019 PMT - VPA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5411375

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 22-01/2019
CREDENCIAMENTO Nº 22/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

CREDENCIADO: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME, CNPJ n.º 07.516.335/0001-06.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato de Credenciamento nº 22-01/2019 até 30/04/2024.

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2023.

CARLOS PIZZA
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 21-04.2019 PMT - VPA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5411398

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 21-04/2019.

CREDENCIAMENTO Nº 21/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

CREDENCIADO: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME, CNPJ n.º 07.516.335/0001-06.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato de Credenciamento nº 21-04/2019 até 30/04/2024.

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2023.

CARLOS PIAZZA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

TERMO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 02.2023 FMAS - GRAFHIXARTE LTDA

Publicação Nº 5411330

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023**

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, designada através das Portarias nº's: 1263/2023 e 1265/2023 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº 02/2023 FMAS, o participante:

Vencedor (Valores expressos em R\$)					
10598090 - GRAFHIXARTE LTDA					
Item	Qtd.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	Produto
1	1	UNIDADE	15.000,00	15.000,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA DE GRAFITE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, PÚBLICO PRIORITÁRIO DO CRAS.
Total: GRAFHIXARTE LTDA - R\$ 15.000,00					

Timbó/SC, 08 de dezembro de 2023.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.607 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411508

PORTARIA Nº. 1.607 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor IVAN ESTAUSKI JÚNIOR - matrícula nº. 149.039-3- para exercer o cargo de Diretor - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças, a contar do dia: 23/11/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de Novembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.615 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411630

PORTARIA Nº. 1.615 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ZAIR PACKER - matrícula nº. 1.600-8- das funções que exercia no cargo de Diretor de Operações e Projetos - do quadro de pessoal comissionado - desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças a contar do dia: 01/12/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º de Dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.616 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411639

PORTARIA Nº. 1.616 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor FABIANO JOSÉ MENDES - matrícula nº. 107.506-6, cargo de Condutor de Veículos e Máquinas, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde, licença para assumir cargo comissionado por prazo indeterminado, a contar do dia: 01/12/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º de Dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 1.618 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411645

PORTARIA Nº. 1.618 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor FABIANO JOSÉ MENDES - matrícula nº. 107.506-7- para exercer o cargo de Chefe de Gabinete - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 04/12/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de Dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 1.620 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411651

PORTARIA Nº. 1.620 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor ZAIR PACKER - matrícula nº. 1.600-9- para exercer o cargo de Diretor de Operações e Projetos - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças, a contar do dia: 04/12/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de Dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 173/2023

Publicação Nº 5411037

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 173/2023 - Edital Pregão Eletrônico nº. 173/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, CNPJ nº. 83.102.400/0001-35, sito à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022, fará realizar no dia 22/12/2023, às 09h00min, ATO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, para Registro de Preço de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO PRANCHA DESTINADO AO TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS (ATÉ 22 TONELADAS).

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 08h00min do dia 22/12/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, “Acesso Identificado”. Informações (47) 3623.0121. Cópia do edital no site <http://tresbarras.sc.gov.br>, ícone “LICITAÇÕES ABERTAS” e ainda no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Três Barras – SC, 08 de dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE – PREFEITA MUNICIPAL

CLEUSA TERESINHA DE OLIVEIRA CORRÊA – PREGOEIRA

Código de Registro no TC: 17F16F0874D4C9A3AED75D840465F1EA3C1D2C89

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 174/2023

Publicação Nº 5411040

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 174/2023 - Edital Pregão Eletrônico nº. 174/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, CNPJ nº. 83.102.400/0001-35, sito à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022, fará realizar no dia 21/12/2023, às 14h00min, ATO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, para Registro de Preço para aquisição de colchões de solteiro, para uso da Coordenação da Secretaria de Defesa Civil de Três Barras-SC.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 13h00min do dia 21/12/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, “Acesso Identificado”. Informações (47) 3623.0121. Cópia do edital no site <http://tresbarras.sc.gov.br>, ícone “LICITAÇÕES ABERTAS” e ainda no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Três Barras – SC, 08 de dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE – PREFEITA MUNICIPAL

CLEUSA TERESINHA DE OLIVEIRA CORRÊA – PREGOEIRA

Código de Registro no TC: C3532E9D53230E11E93BCD0776CB4F85592D6C38

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 175/2023

Publicação Nº 5411045

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO”.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 175/2023 - Edital Pregão Eletrônico nº. 175/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, CNPJ nº 83.102.400/0001-35, sito à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022, fará realizar no dia 22/12/2023, às 14h00min, ATO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, para “AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS”.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 13h00min do dia 22/12/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, “Acesso Identificado”. Informações (47) 3623.0121. Cópia do edital no site <http://tresbarras.sc.gov.br>, ícone “LICITAÇÕES ABERTAS” e ainda no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Três Barras – SC 08 de dezembro de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE – PREFEITA MUNICIPAL

CLEUSA TERESINHA DE OLIVEIRA CORRÊA - PREGOEIRA

Código de Registro no TC: D82249DA4BEF5A0788751CC6F5EA28BAE18B152A

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 512/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5409896

DECRETO Nº 512/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1048/2022, de 16 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 292.563,07 (Duzentos e noventa e dois mil quinhentos e sessenta e três reais e sete centavos) para adicionar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Dotação 263

3.1.90.00.00.00.00.171170005711 - Aplicações Diretas R\$ 292.563,07 TOTAL
..... R\$ 292.563,07

Art. 2º Os recursos destinados à abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos do Governo Federal, relativos à compensação do FPM - Fundo de Participação dos Municípios através da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023.

TOTAL R\$ 292.563,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 08 de dezembro de 2023.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de dezembro de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

DECRETO 110/2023

Publicação Nº 5413299

DECRETO Nº. 110/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO DO EXERCÍCIO DE 2023, POR CONTA DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina o Artigo 8º da Lei Municipal nº. 1519/2022, de 25 de Novembro de 2022, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023 - Lei Municipal nº. 1513/2022 de 06 de Novembro de 2022, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio do Exercício de 2023 na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

0400 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO		
0401 – Departamento de Educação		
12.361.0005 – Escola do Saber - Educação Fundamental		
2.016 – Manutenção do FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.0.01.0540(82) – Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Total	R\$	200.000,00

Artigo 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária abaixo discriminada:

0400 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO		
0401 – Departamento de Educação		
12.361.0005 – Escola do Saber - Educação Fundamental		
2.016 – Manutenção do FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.0.01.0540 (83) – Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Total	R\$	200.000,00

Artigo 3º - Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2022/2025 – Lei Municipal nº. 1447/2021 de 26 de Agosto de 2021, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2023 – Lei Municipal nº. 1513/2022 de 06 de Novembro de 2022 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2023– Lei Municipal nº. 1519/2022 de 25 de Novembro de 2022, que se fizerem necessários em função da abertura do Crédito Adicional Suplementar constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio, 08 de Dezembro de 2023.

JAILSO BARDINI
Prefeito Municipal

Publicação:
Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra.

CAMILA NANDI ZANELA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023

Publicação Nº 5412036

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

PROCESSO LICITATÓRIO nº 157/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 01/2023

Objeto: A presente licitação na modalidade de Concorrência Pública tem por objeto a Concessão de Espaço Público para fins de Exploração Comercial de Bar/Cantina, de imóvel localizado na Rua Gaspar Coutinho, bairro Santa Catarina, Treze Tílias/SC, denominado Ginásio municipal de esportes Gabriel Hausberger, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos das supras referidas Leis

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 do dia 11 de janeiro de 2024, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166, no site www.trezetilias.atende.net ou através do email licitacao@trezetilias.sc.gov.br Treze Tílias/SC, 08 de dezembro de 2023.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO N° 099/23

Publicação N° 5410312

DECRETO 099/23 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sem benfeitorias, localizado na Rua Emílio Graubner e Rua Walter Bell, Bairro Vila Nova, neste Município e Comarca de Trombudo Central, de propriedade de LAÉRCIO BELL, MARIA TELMA MOTA DA SILVA BELL, MARCELO BELL, REJANE PETERS BELL, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 17269, com ÁREA TOTAL de 8.541,82 m² (oito mil, quinhentos e quarenta e um metros e oitenta e dois decímetros quadrados), tendo ÁREAS A DESMEMBRAR em 05 (cinco) Lotes sendo: ÁREA 02 com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), ÁREA 03 com 528,13 m² (quinhentos e vinte e oito metros e treze decímetros quadrados), ÁREA 04 com 454,07 m² (quatrocentos e cinquenta e quatro metros e sete decímetros quadrados), ÁREA 05 com 418,70 m² (quatrocentos e dezoito metros e setenta decímetros quadrados), e, ÁREA 06 com 421,03 m² (quatrocentos e vinte e um metros e três decímetros quadrados), permanecendo ÁREA REMANESCENTE com 6.269,89 m² (seis mil, duzentos e sessenta e nove metros e oitenta e nove decímetros quadrados).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de novembro de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ADEMIR PISKE
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 48/2023

Publicação N° 5411423

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 341BD2A63DF3543EF446F817230E29C7822F7463

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 48/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 48/2023

Dispensa de Valor com base no art. nº 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL.

CONTRATADA: LAVATUDO ESTOFAMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 24.067.719/0001-08.

ENDEREÇO: Rua Emilio Graubner, nº 253, bairro Vila Nova, em Trombudo Central – SC.

OBJETO: Prestação de serviço de higienização das 104 poltronas do plenário.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.330,00 (três mil trezentos e trinta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 08/12/2023 até 22/12/2023.

ASSINATURA: 08.12.2023.

Trombudo Central, em 08 de dezembro de 2023.

LAURI FLORIANO
Presidente

Tubarão

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.426, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 5412483

DECRETO Nº 7.426, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 36/2011 e suas alterações, e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeado, JACKSON DE OLIVEIRA FOGAÇA, CPF nº 061.2xx.xx9-94, a contar de 01 de dezembro de 2023, para o Cargo Comissionado de Diretor da Divisão de Obras e Manutenção, Símbolo CCM4, da Fundação Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.427, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. APROVA O MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - FACILITA TUBARÃO

Publicação Nº 5412583

DECRETO Nº 7.427, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

APROVA O MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - FACILITA TUBARÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66, incisos IX e XI, da Lei Orgânica do Município de Tubarão,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Normas e Procedimentos da Central de Atendimento ao Cidadão - Facilita Tubarão, do Município de Tubarão, anexo a este Decreto.

Art. 2º O Manual de Normas e Procedimentos tem como objetivo descrever e detalhar o desenvolvimento e a operacionalização das atividades que compõem os diversos sistemas funcionais da Central de Atendimento ao Cidadão - Facilita Tubarão, definindo critérios e procedimentos que objetivam a execução padronizada dos serviços.

Art. 3º Além da Central de Atendimento ao Cidadão, o Manual de Normas e Procedimentos deve ser observado por todos servidores municipais que desenvolvam suas atividades no prédio do Facilita Tubarão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.428, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. EXONERA SERVIDORA DO QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Publicação Nº 5412462

DECRETO Nº 7.428, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
EXONERA SERVIDORA DO QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 35/2011 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerada, ANA PAULA DUTRA MACHADO ZANELA, CPF nº 068.3XX.XX9-11, a contar de 01 de dezembro de 2023, do Cargo Comissionado de Chefe da Divisão de Protocolo, Símbolo CCM6, da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.429, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Publicação Nº 5412474

DECRETO Nº 7.429, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 35/2011 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, ANA PAULA DUTRA MACHADO ZANELA, CPF nº 068.3XX.XX9-11, a contar de 02 de dezembro de 2023, para o Cargo Comissionado de Coordenador de Atendimento ao Público - Central do Cidadão, Símbolo CCM3, da Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.430, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Publicação Nº 5412487

DECRETO Nº 7.430, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 35/2011 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, FRANCIELE RIBEIRO CARDOSO, CPF nº 098.1XX.XX9-08, a contar de 02 de dezembro de 2023, para o Cargo Comissionado de Chefe da Divisão de Protocolo, Símbolo CCM6, da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PE 39/2023/PMT

Publicação Nº 5411555

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88F06D298D3A3A0EB5A858BC8736FC5D2953D54D

O Município de Tubarão/SC, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, objetivando o Registro de Preços visando locação de máquinas e caminhões para prestação de serviços de natureza diversas, tais como: escavação, carga e transporte de materiais, limpezas em geral, serviços de apoio em obras e demais serviços que se fizerem necessários para utilização, suprimindo as demandas advindas do Município de Tubarão, principalmente para a Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Agricultura e Interior e apoio a Secretaria de Urbanismo, Mobilidade e Planejamento.

Início da Sessão Pública do Pregão Eletrônico: 14 horas do dia 22/12/2023.

O edital em inteiro teor está à disposição no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13 às 19 horas, ou pelos sites www.tubarao.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br – TCE/SC E1DEE7DA8E08BDC9708F307AD545B1F360E11677

Tubarão/SC, 08 de dezembro de 2023.

Jairo dos Passos Cascaes
Prefeito

PORTARIA PMT Nº 1.819, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDOR PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 5412509

PORTARIA PMT Nº 1.819, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, e de acordo com o artigo 3º da Lei nº 3.630 de 03 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor JACKSON DE OLIVEIRA FOGAÇA, CPF nº 061.2xx.xx9-94, para compor a Comissão Permanente de Licitação, a contar de 01 de dezembro de 2023, a que se refere a Portaria PMT nº 900/2023, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.820, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Publicação Nº 5412433

PORTARIA PMT Nº 1.820, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 122/2015;

CONSIDERANDO as informações no Protocolo RH nº 53.010/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ARI PINHEIRO CUNHA JÚNIOR, CPF nº 727.3XX.XX9-34, para a Função de Conselheiro Tutelar do CONSELHO TUTELAR DE TUBARÃO/SC, relativa ao mandato 2020/2023, a que se refere a Portaria nº 1.311, de 14 de janeiro de 2020, a contar de 12 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.821, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 5412443

PORTARIA PMT Nº 1.821, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.743/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor FÁBIO FERNANDES, CPF nº 017.3XX.XX9-22, como FISCAL do Contrato nº 65/2023, decorrente do Pregão Presencial nº 15/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de varrição e capina mecanizada simultânea com caminhão varredeira/capinadeira e serviços de limpeza e desobstrução de sistemas de coleta de águas pluviais com fornecimento de maquinários, equipamentos e mão de obra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.822, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 5412542

PORTARIA PMT Nº 1.822, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA .

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

- CONSIDERANDO os documentos constantes no Processo de Sindicância nº 106/2023;
- CONSIDERANDO o Relatório Final emitido pela Comissão Sindicância, Portaria nº 1609/2023;
- CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 091/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Pelo Arquivamento da Sindicância, que apurou a responsabilidade, e possível ocorrência de infração disciplinar, quanto aos fatos descritos no Processo de Sindicância nº 106/2023, em razão de informações constantes no Memorando Eletrônico nº 3178/2023, que informa determinação judicial recebida por meio do Ofício N. 310036973833, à condenação do Município ao pagamento de condenação em dano moral arbitrado nos autos de nº 0303888-34.2017.8.24.0075, de acordo com o Relatório Final da Comissão Sindicante e legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Tubarão, SC, 07 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.823, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 5412451

PORTARIA PMT Nº 1.823, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.977/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor ÂNGELO DANILO PULITA, CPF nº 464.2XX.XX9-04, Diretor de Patrimônio, como FISCAL do Contrato nº 66/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de etiquetas com tecnologia de Rádio Frequency Identification (RFID), bens móveis patrimoniais de metal e não metal, para o Município de Tubarão, Fundações e Fundos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 07 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.824, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 5412549

PORTARIA PMT Nº 1.824, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

- CONSIDERANDO os documentos constantes no Processo de Sindicância nº 085/22;
- CONSIDERANDO o Relatório Final emitido pela Comissão Sindicância, Portaria nº 1.430/2023;
- CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 092/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Pelo Arquivamento da Sindicância, que apurou a responsabilidade, e possível ocorrência de infração disciplinar, quanto ao controle da realização da despesa, controle de saldos e empenhos, encaminhamento de notas fiscais em que gerou a solicitação de Reconhecimento de Dívida no Protocolo nº 30.773/21, descrito no Processo de Sindicância nº 085/2022, de acordo com o Relatório Final da Comissão Sindicante e legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Tubarão, SC, 07 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.825, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 5412555

PORTARIA PMT Nº 1.825, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

- CONSIDERANDO os documentos constantes no Processo de Sindicância nº 101/22;
- CONSIDERANDO o Relatório Final emitido pela Comissão Sindicância, Portaria nº 1.770/2023;
- CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 093/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Pelo Arquivamento da Sindicância, que apurou a responsabilidade, e possível ocorrência de infração disciplinar, quanto aos fatos descritos no Processo de Sindicância nº 101/22, que resultou na determinação judicial recebida por meio do Ofício N. 310034977313, no qual figura como Executado MUNICÍPIO DE TUBARÃO, referente a requisição de pequeno, na condenação do Município ao pagamento de indenização moral e material decorrente de acidente em buraco da via pública e honorários sucumbenciais, autos de nº 0303377-36.2017.8.24.0075, de acordo com o Relatório Final da Comissão Sindicante e legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Tubarão, SC, 07 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.826, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 5412572

PORTARIA PMT Nº 1.826, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

- CONSIDERANDO os documentos constantes no Processo de Sindicância nº 136/2023;
- CONSIDERANDO o Relatório Final emitido pela Comissão Sindicância, Portaria nº 1.772/2023;
- CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 094/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Pelo Arquivamento da Sindicância, que apurou a responsabilidade, e possível ocorrência de infração disciplinar, quanto aos fatos descritos no Processo de Sindicância nº 136/2023, em razão de determinação judicial recebida por meio do Ofício N. 310050235809, no qual figura como Executado MUNICÍPIO DE TUBARÃO, quanto a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais em ação de indenização por acidente de veículo, autos de nº 5008035-81.2020.8.24.0075, conforme informações no ME nº 28484/2023, conforme Relatório Final da Comissão Sindicante e legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Tubarão, SC, 07 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.827, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 5412564

PORTARIA PMT Nº 1.827, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

- CONSIDERANDO os documentos constantes no Processo de Sindicância nº 132/2023;
- CONSIDERANDO o Relatório Final emitido pela Comissão Sindicância, Portaria nº 1.771/2023;
- CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº095/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Pelo Arquivamento da Sindicância, que apurou a responsabilidade, e possível ocorrência de infração disciplinar, quanto aos fatos descritos no Processo de Sindicância nº 132/2023, relativos a determinação judicial recebida por meio do Ofício N. 310046248825, no qual figura como Executado o MUNICÍPIO DE TUBARÃO, referente a condenação ao pagamento de indenização moral e material decorrente de acidente na via pública nos autos de nº 5007093-83.2022.8.24.0075, conforme Relatório Final da Comissão Sindicante e legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Tubarão, SC, 07 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.828, DE 08 DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

Publicação Nº 5412423

PORTARIA PMT Nº 1.828, DE 08 DEZEMBRO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 19.523/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor INGO ROBERTO DE QUADRA GONÇALVES, CPF nº 071.0XX.XX9-83, Gerente de Projetos e Engenharia, como FISCAL e GESTOR do Contrato nº 67/2023, decorrente da Concorrência nº 06/2023, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira (Lotes: I, II, III e IV), localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 08 de dezembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

SEGUNDA ERRATA PE 12/2023/FMS

Publicação Nº 5412210

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023
_SEGUNDA ERRATA _

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F92197CAB83C650B72E08A1231DD7A083B1CE5B

Objetivo: REGISTRO DE PREÇOS para a eventual aquisição parcelada de materiais de insumos para diabéticos (Seringas, Lancetas e Fitas para verificação de glicemia capilar), com cedência de equipamentos para uso da Fundação Municipal de Saúde de Tubarão/SC.

Comunicamos nova data para abertura do certame, sendo dia 11/01/2024 às 14 horas, com o cadastramento das propostas até as 13 horas e 30 minutos do mesmo dia, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br (Wcompras), em decorrência da instabilidade de integração entre os sistemas, não foi possível exportar o arquivo proveniente da primeira alteração editalícia.

Tais alterações, integram os autos. Reiteram-se as demais cláusulas do edital.

TCE/SC 62D1166B19ED95A6F6DBA1410134C4DB26DC06C5 – Código Ocorrência C94AF1E92EE35C4B6D02FBE3B24DF4E0E80AAE1C

Tubarão/SC, 08 de dezembro de 2023.

Marcelo Cesar Ribeiro
Diretor-Presidente
Fundação Municipal de Saúde

DECISÃO - RECURSO PE 02-2023 - FMET

Publicação Nº 5412207

**Município
de Tubarão**Fundação
Municipal de
Esportes**DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023/FMET**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem que possam atender as demandas advindas da fundação Municipal de Esporte de Tubarão para com os Eventos, conforme memorando 11.234/2023.

**RECORRENTE: JRC COMERCIO VAREJISTA E EVENTOS ESPORTIVOS
LTDA ME**

I – DAS PRELIMINARES

Trata-se de Recurso Administrativo tempestiva, interposta pela empresa supramencionada, aos termos do edital Pregão Eletrônico nº 02/2023/FMET, cujos argumentos passarão a ser analisados a seguir.

II – DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE

Em suma, argui que as propostas das empresas Fair Play Arbitragem & Assessoria Esportiva Ltda. e ALEXANDRE RODRIGUES ALVES, respectivamente em primeiro e em segundo posição no resultado final do certame, são inexequíveis. Por isso, requer a inabilitação das participantes “por não satisfazer todos os requisitos previstos no Edital de Licitação

III – DO MÉRITO

Com relação as alegações da empresa recorrente, solicitou-se parecer jurídico acerca do presente recurso, bem como das contrarrazões. Procuradoria Geral do Município se manifestou, nos seguintes termos:

Proposta inexequível: “é aquela que não se reveste de condições de ser cumprida, porquanto gera ao seu autor mais ônus do que vantagens. Frequentemente, a proposta inexequível é apurada mediante a constatação de que o preço ofertado não cobre os custos necessários a sua execução. Por

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

**Município
de Tubarão**Fundação
Municipal de
Esportes

isso, diz-se ‘inexequível’, isto é, sem condições de ser executada”. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. Curitiba: Zênite, 2004. p. 148) Para que seja identificada a inexequibilidade, não basta se ater apenas ao valor ofertado: é necessário analisar se é possível ser executada. Neste sentido, Justen Filho alerta que a administração interna da empresa é fator fundamental no valor da proposta que, pode ou não, trazer benefícios à Administração Pública. Vejamos: “A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja - o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa. Mesmo no âmbito interno de uma mesma atividade, existem diferenças marcantes. Como os custos são diversos para cada empresa e como cada qual apresenta uma estrutura operacional distinta, é perfeitamente cabível que a mesma proposta possa ser qualificada como inexequível para uma empresa e mereça enquadramento distinto para outra. Aliás, observe-se que a eliminação de ofertas de valor reduzido pode configurar, por si só, uma ofensa aos princípios da competição legal. Num sistema capitalista, os agentes econômicos são livres para formular propostas e, ao longo da competição pela clientela, promover a redução contínua de seus preços. Logo, impedir uma prática essencial ao capitalismo caracteriza uma distorção do processo de competição, em que se pretende impedir a obtenção de contratação por aquele que formula a proposta de menor valor. Insista-se em que a prática de preços inferiores aos custos não configura ato ilícito em si mesmo. Se um particular dispuser-se a atuar com prejuízo, isso não configura automaticamente infração à atividade econômica. A tutela jurídica à concorrência apenas será aplicável quando a redução de preços for instrumento de abuso de poder econômico, consistente na tentativa de destruir a competição para, em seguida, dominar o mercado. Se, no entanto, a estrutura do mercado for suficientemente resistente para evitar comprometimento em virtude da prática de preços reduzidos em uma licitação específica, não haverá qualquer obstáculo à formulação de propostas inferiores ao custo.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos) No mesmo sentido é o Tribunal de Contas da União: “20. No que se refere à inexequibilidade, entendo que a

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

**Município
de Tubarão**Fundação
Municipal de
Esportes

compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a Administração, contemam preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é o objetivo do Estado espoliar o particular, tão pouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão a cerca do preço mínimo que ele pode suportar. 21. Assim, o procedimento para a aferição de inexequibilidade de preço definido art. 48, II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços. Isso porque, além de o procedimento encerrar fragilidades, dado que estabelece dependência em relação a preços definidos pelos participantes, sempre haverá possibilidades de o licitante comprovar sua capacidade de bem executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente o interesse da Administração.” (TCU, excerto do Acórdão nº 287/2008, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar). O assunto é pacífico no âmbito do TCU, sendo inclusive objeto da Súmula n. 262 nos seguintes termos: “O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.” Temos, portanto, que a questão do valor da proposta do vencedor ser em muito inferior não é suficiente para a sua inabilitação/desclassificação, sendo necessário a realização de diligência para averiguar se a empresa tem mesmo condições de cumprir com a proposta ofertada, ou se é mais uma tentativa de má-fé em burlar o sistema mediante requerimento posterior de reequilíbrio econômico-financeiro. Discorrido o caso sob a ótica do Direito, que admite proposta inexequível desde que demonstrada a ausência de prejuízo à prestação do serviço, entende-se que o caso necessita de manifestação pelo setor solicitante, que é quem, aparentemente, detém o know-how para tanto. Em sendo identificada eventual traço de inexequibilidade, recomendo a promoção de diligência na busca destas informações, como autoriza o §3º do art. 43 da Lei n. 8.666/93.

Considerando o parecer jurídico, o Pregoeiro. Solicitou-se diligência, intimando a licitante Fair Play Arbitragem & Assessoria Esportiva Ltda, apresentar relatório de exequibilidade de sua proposta visto que foi a empresa que obteve o melhor preço nos

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

**Município
de Tubarão**Fundação
Municipal de
Esportes

itens. Sendo que a empresa apresentou através do Protocolo nº56.210/2023, se manifestou nos seguintes termos:

Conforme solicitação de deligência informamos ao senhor pregoeiro que temos condições de exequidade dos itens que ganhamos no Pregão eletrônico 02/2023 FME , haja visto que somos uma empresa da região, que temos em nosso quadro de colaboradores pessoal capacitado e que residem na região, diminuindo alguns custos a mais para a prestação do serviço. Sem mais Att FairPlay Arbitragem e Assessoria Esportiva LTDA.

Sendo essa manifestação encaminhada para o requisitante do processo o qual se manifestou positivamente sobre o requerimento da presente empresa.

Com relação a exequibilidade da presente proposta, a empresa demonstrou e esta ciente de que irá prestar os serviços em que foi declarada vencedora.

Sendo que conforme item 4.5 do instrumento convocatório:

“O valor proposto pela empresa, bem como os seus lances, é de sua exclusiva responsabilidade. Os pedidos de desclassificação de proposta, fundados em erro de digitação ou em inexecuibilidade, quando alegada pela própria proponente, serão analisados caso a caso pelo pregoeiro, durante a sessão pública. **A proposta obriga o proponente para todos os efeitos, e o não cumprimento da obrigação gera a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.**” (GRIFO NOSSO).

Estando assim as empresas participantes cientes dos valores que ofertarem durante o certame, as mesmas deverão cumprir suas obrigações sendo ainda a prestação dos serviços de acordo com o termo de referencia e bem como com os valores, propostos, em caso de não execução dos presentes serviços será realizado procedimento administrativo e ainda penalizadas, conforme menciona o instrumento convocatório.

Com relação a empresa que ficou em segunda colocada, por verificar que a empresa primeira colocada apresentou a declaração de exequibilidade de sua proposta, e sendo assim vencedora do presente certame, se enquadra no mesmo item 4.5 do instrumento convocatório.

Desta forma considerando o parecer jurídico e ainda considerando a aprovação do requisitante do processo e os fatos narrados em tela que analisaram o presente recurso apresentado pela empresa recorrente, decide-se pelo **não provimento do presente recurso.**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br



**Município
de Tubarão**

Fundação
Municipal de
Esportes

Tubarão, 08 de dezembro de 2023

MATHEUS CARDOSO BARRETO
PREGOEIRO

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br



**Município
de Tubarão**

Fundação
Municipal de
Esportes

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE

Nos termos do Artigo 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, Ratifico o posicionamento e decisão proferido pelo Pregoeiro em sua resposta ao recurso administrativo e respectiva contrarrazão apresentada, conhecendo do recurso interposto pelo licitante já identificados acima e, no mérito, decidindo pelo DESPROVIMENTO.

Fica mantida, portanto, o julgamento de **HABILITADA E VENCEDORA** a empresa **FairPlay Arbitragem e Assessoria Esportiva LTDA**.

Intimem-se os Recorrentes e demais participantes do processo licitatório acerca da presente decisão, e proceda-se aos atos subsequentes da licitação.

Publique-se.

Tubarão/SC, 08 de dezembro de 2023.

Raphael Zabot E Silva

Diretor-Presidente

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br



**Município
de Tubarão**

Fundação
Municipal de
Esportes

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PE 17-2023

Publicação Nº 5412213

Página: 1 / 1
Data: 08/12/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO



Extrato das Atas de Registro de Preços

PROCESSO Nº 76/2023
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2023
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO
OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de facilities, a serem realizados de forma contínua, sob a forma de execução indireta, para a Prefeitura de Tubarão, Fundações, Fundos, Autarquias Municipais e entidades conveniadas.

DATA DE ASSINATURA: 08/12/2023
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 08/12/2024
FORNECEDORES:

RAZÃO SOCIAL		Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
APPA EFETIVOS	SERVICOS LTDA	72/2023	1, 2, 3, 4, 5, 6	22.608.995,88

EXTRATO DE ADITIVO CTR N° 18-2022 - SETEP CONSTRUÇÕES

Publicação N° 5412214



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL - Aditivo de Prazo
Termo de Contrato nº: 18/2022

Sequência: 6

Processo nº: 123/2021 - Concorrência nº: 4/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO – 82928656000133

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A - 83665141000150

Objeto: Contratação de empresa especializada para a pavimentação asfáltica e sinalização viária da Estrada Geral da Madre, Bairro Madre, Tubarão/SC, listada no programa PROINFRA, com recursos provenientes do FINISA II. Prorroga-se a vigência do Contrato em questão **até 31/01/2024** a contar de 31/05/2023.

Data da Assinatura: 08/12/2023

Nova Data Vigência: 31/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO 67-2023 BLC

Publicação Nº 5412220

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO****EXTRATO DO CONTRATO****CONTRATO Nº 67/2023****PROCESSO Nº 93/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 6/2023****Homologação 08/12/2023****Contratante** : PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO - CNPJ nº 82.928.656/0001-33**Contratada** : BCL EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ nº 12.218.083/0001-79**Objeto** : Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira (Lotes: I, II, III e IV), localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC.**Despesa** : Sem despesa cadastrada**Valor** : R\$3.217.646,63**Vigência** : 08/12/2023 até 06/04/2024**Data da Assinatura** : 08/12/2023

HOMOLOGAÇÃO_PE 17-2023

Publicação Nº 5412250

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Tubarão
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Pregão Eletrônico - 17/2023

Resultado da Homologação**Lote 0001 - LOTE ÚNICO- Valor Referência: 27.114.080,76**

Fornecedor	Valor Total	Situação
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	22.608.995,88	Homologado em 08/12/2023 13:16:16 Por: Jairo dos Passos Cascaes

Jairo dos Passos Cascaes
Autoridade Competente



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/12/2023 às 13:16:30.
Código verificador: 76A55D

Página 1 de 1



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CC 06-2023

Publicação Nº 5412256

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO	CONCORRÊNCIA Nr.: 6/2023	
	CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000 Endereço: Rua Felipe Schmidt, 108 - Centro CEP: 88701-180 - Tubarão	Processo Adm.: 93/2023 Data do Processo: 28/09/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 22, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 93/2023
b) **Nr. Licitação:** 6/2023 - CC
c) **Modalidade:** Concorrência
d) **Data de Homologação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira (Lotes: I, II, III e IV), localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC.*

Lote: 1

Participante: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. - Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. Lote I - Pavimentação da Rua Vereador Sergio Fernandes - Trecho A - Est. 0 até Est.10 Marca:	1,000	UN	672.868,64	672.868,64
2	Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. - Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. Lote II - Pavimentação da Rua Vereador Sergio Fernandes - Trecho B - Est. 10 até Est. 25 Marca:	1,000	UN	995.692,26	995.692,26
3	Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. - Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. Lote III - Pavimentação da Rua Vereador Sergio Fernandes - Trecho C - Est. 25 até Est. 32 Marca:	1,000	UN	540.969,15	540.969,15
4	Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo, Tubarão/SC. - Execução dos serviços de pavimentação, ciclofaixa, drenagem pluvial e passeio público com acessibilidade da Rua Vereador Sérgio Fernandes Pereira, localizada no Bairro Revoredo,	1,000	UN	1.008.116,58	1.008.116,58

Página: 2 / 2

Tubarão/SC.
Lote IV – Pavimentação da Rua Vereador Sergio Fernandes - Trecho
D - Est. 32 até Est. 49
Marca:

Total do Participante: 3.217.646,63

Total Geral: 3.217.646,63

Tubarão, 30/11/2023	
.....	Assinatura do Responsável
JAIRO DOS PASSOS CASCAES	
PREFEITO MUNICIPAL	

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 148/2023

Publicação Nº 5411840

TERMO DE CREDENCIAMENTO – CONTRATO Nº 148/2023

O TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DE TUNÁPOLIS E A COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS RAIZES – SICREDI RAIZES RS/SC/MG NO PROGRAMA DE INCENTIVOS PARA OS MUTUÁRIOS DO PERIMETRO URBANO - PRÓ SANEAMENTO.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE, e a COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS RAIZES – SICREDI RAIZES RS/SC/MG, estabelecida na Rua do Braga, 408, Centro na cidade de Campo Novo/RS CEP: 98.570-000, inscrita no CNPJ sob n. 88.099.247/0001-58, doravante denominada INSTITUIÇÃO FINACEIRA E/OU COOPERATIVA, celebram o presente CONTRATO de co-participação, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-SANEAMENTO, SUBSIDIADO DIRETAMENTE PARA OS MUNICÍPIOS, OS JUROS DOS FINANCIAMENTOS TOMADOS, ATÉ O LIMITE DO PERCENTUAL DE 1,4 % (UM VIRGULA QUATRO POR CENTO).

1.1 Cumprimento da Lei 1.389/2019 de 24 de abril de 2019 do programa para os mutuários aprovados pela comissão – Pró - Saneamento, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito devidamente credenciadas junto ao Município, será regido pelos ditames da presente lei, visando apoiar todas as empresas estabelecidas no Município sem limite de faturamento anual, tendo sua atividade comprovada, atendidas em ordem de prioridade as seguintes empresas:

1.2 A Administração Municipal irá credenciar as Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito, subsidiando diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 1,4% Sendo este percentual o máximo que o Órgão Financiador poderá cobrar das empresas.

I. 1- Os Mutuários aprovados pela comissão receberão uma Certidão de Aptidão da Municipalidade, que será encaminhada junto a Instituição Financeira ou Cooperativa de Crédito contratada, para que a mesma também faça a análise do financiamento requerido.

II. Deverá ser liberada a primeira parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total, mediante a apresentação e aprovação do projeto do sistema de esgotamento sanitário pela engenheira sanitarista deste Município, e o restante dos 50% (cinquenta por cento), será liberada pela Instituição Financeira ou Cooperativa de Crédito contratada, mediante apresentação do laudo de aprovação emitido pelo setor de engenharia de saneamento básico municipal, constatando que as obras foram realizadas como previstas no projeto e de acordo com as NBR (Normas Brasileiras).

III. O prazo dos empréstimos realizados pelos mutuários junto às Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses, sendo somente permitida a concessão do benefício ao Mutuário uma única vez.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

Para a consecução dos objetivos do presente CONTRATO, o MUNICÍPIO, nos estritos termos da Lei a que se refere a cláusula anterior, compromete-se à:

I) Receber o protocolo dos pedidos das Mutuários interessados;

II) Requerer dos Mutuários que anexem ao pedido um PROJETO DE ENGENHARIA da adequação das referidas fossas;

III) Constituir comissão para análise das solicitações encaminhadas pelos mutuários/municípios, composta de no mínimo 3(três) servidores municipais, para liberar uma certidão de aptidão junto ao Erário Público.

IV) Subsidiar os juros com taxas pré-fixadas, dos mutuários aprovadas pelo MUNICÍPIO e pela INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA, sendo que o prazo não ultrapassará 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo Segundo: A INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA compromete-se à:

I) Analisar a Certidão de Aptidão expedida pelo MUNICÍPIO, do Mutuário que requerer o financiamento, reservando-se o direito de conceder ou não o financiamento;

II) Se eventualmente ocorrer atraso de pagamento das parcelas mensais, a cobrança dos juros pelo atraso deverá ser feita diretamente ao Mutuário beneficiado;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO

O Município efetuará o pagamento mensalmente dos encargos financeiros junto à INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA, através de débito em conta específica para este ato e em conformidade com a relação dos mutuários conveniados entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Qualquer divulgação das atividades decorrentes deste contrato deverá sempre fazer menção à cooperação ora acordada. A publicidade dos atos praticados em função deste Convênio deverá restringir-se a caráter educativo, técnico-científico ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato de credenciamento entra em vigor na data da sua assinatura e se estenderá até o limite permitido pela Lei 8.666/93.

O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas

alterações posteriores, a critério do Município de Tunápolis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

Por iniciativa de qualquer uma das partes convenientes e com a anuência de ambas, o presente contrato poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alterações, desde que razões de natureza legal, administrativa ou técnica assim aconselhem, preservando-se sempre os objetivos expressos na Cláusula Primeira, bem como poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, desde que o proponente notifique o outro partícipe, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, resguardado às empresas já beneficiadas com o financiamento o direito ao prazo já fixado, com todas as vantagens previstas neste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução deste contrato, quando não for possível uma solução consensual, fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga-SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim justas e acordadas, firmam o presente termo de credenciamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, nomeadas e subscritas.

Tunápolis/SC, 08 de dezembro de 2023

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS RAIZES – SICREDI RAIZES RS/SC/MG, CNPJ n. 88.099.247/0001-58 CONTRATADA
MARIA FERNANDA RODRIGUEZ HIERRO CPF: 011.014.749-98 ENGENHEIRA SANITARISTA DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.	
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas:	
Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O Município de Tunápolis/SC CNPJ n.º 78.486.198/0001/52, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS RAIZES – SICREDI RAIZES RS/SC/MG, estabelecida na Rua do Braga, 408, Centro na cidade de Campo Novo/RS CEP: 98.570-000, inscrita no CNPJ sob n. 88.099.247/0001-58 doravante denominada CONTRATADA; Em razão do contrato nº 148/2023, firmado entre as partes acima relacionadas, a CONTRATADA pode ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Assim, devida à necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 13.709/2018 e no DECRETO MUNICIPAL Nº 2311; Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, que se vinculará ata de registro de Preço firmado entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pelo fornecedor REGISTRADO, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto REGISTRADO e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito da administração municipal direta e indireta.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao FORNECEDOR REGISTRADO em ata, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução da ata, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento da ata de registro de preço

§ 1º O FORNECEDOR REGISTRADO se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

§ 2º O FORNECEDOR REGISTRADO compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução da ata firmado sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

§ 3º O FORNECEDOR REGISTRADO deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

§ 4º O FORNECEDOR REGISTRADO obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

§ 5º Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

§ 6º Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

§ 7º O FORNECEDOR REGISTRADO obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução da ata.

§ 8º O FORNECEDOR REGISTRADO, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- Responsabilizar-se, dentro dos limites contratuais e legais, por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES nos termos da Lei n. 12.527/2011, e respeitadas as normas da Lei Federal 13.709/2018 e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311;
- Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão da ata de registro de preço.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam deste assunto, podendo até culminar na rescisão da ata de REGISTRO DE PREÇO. Nesse caso, o fornecedor registrado estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme cláusulas contratuais e o constante no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou a que vier a substituir.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO Nº 148/2023 firmado entre as partes

§ 1º Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

§ 2º O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

§ 3º Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

§ 4º Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- O CONTRATANTE terá o direito de, dentro dos limites contratuais e legais, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes a ata de registro de preço assinada;
- A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

- O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;
- Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para o fornecedor registrado não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas.
- Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da Comarca de Itapiranga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente instrumento é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Tunápolis/SC, 08 de dezembro de 2023

De acordo.

CONTRATANTE

MARINO JOSÉ FREY

CPF nº .345.967.559-49

Município de Tunápolis/SC

CNPJ nº 78.486.198/0001/52

CONTRATADA

COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS RAIZES –

SICREDI RAIZES RS/SC/MG,

CNPJ sob nº 88.099.247/0001-58

PORTARIA Nº 6543/2023

Publicação Nº 5410194

PORTARIA Nº. 6.543/2023

Em 08 de Dezembro de 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo nº 30; vinculada a Licença Maternidade da Secretária Naissa Carmine Schaurich.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, TATIANE THOMAS, do cargo de agente político de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, devido a volta da Secretária Naissa Carmine Schaurich da Licença Maternidade, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo desta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 08 de Dezembro de 2023.

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

JAQUELINE SCHWENGBER

Responsável RH

Esta portaria foi publicada na

Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA N°.: 181/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°: 91/2023 REGISTRO DE PREÇO

Publicação N° 5413069

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 349BE90D67EC68A24001D8D349D996A04B793EF4

PROCESSO DE COMPRA N°.: 181/2023
PREGÃO PRESENCIAL N°: 91/2023
REGISTRO DE PREÇO
Data Emissão: 11/12/2023
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 21 de dezembro de 2023, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO MADEIRA EUCALIPTO, PINUS, MALHA DE FERRO, PEDRISCO, PÓ DE BRITA, TELHAS, TINTAS, LUMINÁRIAS, AREIA, CABO PP, CAL, LONA PRETA, CANO ESGOTO, E OUTROS DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E INERENTES QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

ABERTURA DOS ENVELOPES

Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 21 de dezembro de 2023 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122. Tunápolis/SC, 11 de dezembro de 2023

Marino José Frey
Prefeito Municipal

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 181/2023;
Sequencial: 91;
Modalidade: Pregão presencial.

Código registro TCE: 349BE90D67EC68A24001D8D349D996A04B793EF4

PROCESSO DE COMPRA N°.: 190/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°: 92/2023 REGISTRO DE PREÇO DATA EMISSÃO: 11/12/2023

Publicação N° 5413275

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7EC967A209FC743284C689C567989C314B066C38

PROCESSO DE COMPRA N°.: 190/2023
PREGÃO PRESENCIAL N°: 92/2023
REGISTRO DE PREÇO
Data Emissão: 11/12/2023
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por lote

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por LOTE, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 22 de dezembro de 2023 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE DE ESTRUTURAS PARA EVENTO: PIRÂMIDES, TABLADO, ESTANDES, TAPUMES, GRADES DE

CONTENÇÃO, PALCOS E BILHETERIAS, SANITÁRIOS ENTRE OUTROS ITENS INERENTES PARA SEREM UTILIZADOS NA 15ª EFACITUS QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 26 A 28 DE ABRIL DE 2024. 7EC967A209FC743284C689C567989C314B066C38

ABERTURA DOS ENVELOPES

Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 22 de dezembro de 2023 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122. Tunápolis/SC,.11 de dezembro de 2023

Marino José Frey
Prefeito Municipal

SUCESSO AO CADASTRAR O REGISTRO NO TCE: PROCESSO: 193/2023; SEQUENCIAL: 41; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: 6A822523A44440284B8A5D39EC9A8870AA32431F

Publicação Nº 5411524

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6A822523A44440284B8A5D39EC9A8870AA32431F

PARECER JURIDICO Nº 145/2023

PROCESSO DE COMPRA Nº 193/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2023

ASSUNTO: Contratação de passagens aéreas para viagem a capital do Estado Viagem a Floripa para manter contato com Presidente da ALESC e Secretário da Agricultura buscando patrocínio para a XV EFACITUS NO VALOR DE R\$ 1.546,41(UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

SOLICITANTE: Gabinete do Prefeito Municipal

ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

Sobreveio a este setor de Assessoramento Jurídico, solicitação acerca da legalidade de contratação de empresa especializada para aquisição dos serviços de agenciamento de viagens para a capital do Estado.

Tal solicitação se mostra acerca da possibilidade de dispensa de licitação para a contratação pretendida.

Ainda a informação de que os valores até então gastos como o mesmo objeto, somados aos presentes, não ultrapassa os limites constantes do art. 24 inc. II da Lei 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

No caso em tela, entende-se que o vínculo que se pretender firmar, com as estipulações de obrigações recíprocas, deverá efetivar-se por intermédio de contrato administrativo, sendo aquele formado entre a Administração e particular, regulado pelo Direito Público tendo no objeto alguma finalidade que traduza o interesse Público.

Portanto, tem-se que tal contrato administrativo deverá ser formado mediante processo licitatório, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal em seu art. 37 e a Lei Federal 8.666/93.

A licitação nos contratos demonstra-se como regra no ordenamento jurídico, porém, a Lei Federal 8.666/93 apresenta situações excepcionais onde poderá haver a dispensa de licitação nas contratações realizadas pela Administração.

A dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei de Licitações supramencionada.

Nas Lições de Marçal Justen Filho, acerca dos fundamentos ensejadores da dispensa da licitação:

"a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."

Entende-se que quando a Administração Pública pretende contratar serviços visando atender as necessidades públicas, o administrador poderá dispensar o procedimento licitatório e contratar de forma direta, ex vi do art. 24, II da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Logo, por haver preço compatível com o do valor do mercado, tal procedimento (dispensa) encontra devido amparo legal em seu escopo. Uma vez que a dispensa de licitação deriva da impossibilidade do interesse público ser atingido através da contratação que está sendo realizada para que a mesma possua as especificidades necessárias para satisfazer as necessidades do contratante público.

Antes da contratação, necessário atentar-se ao preenchimento de requisitos necessário para legalidade da dispensa em casos como o em tela. São eles:

1. Necessidade do serviço para desempenho das atividades administrativas;
2. Adequação do serviço técnico para satisfação do interesse público específico;
3. Compatibilidade de preço dentro dos parâmetros exercidos no mercado.

Diante da análise dos autos, verificam-se preenchidos os requisitos acima delineados. Uma vez que tal objetivo se justifica na determinação da contratação do serviço para atender o interesse Público e a finalidade supramencionada no objeto.

A continuidade do serviço público deve ser preservada sendo a contratação do serviço técnico que abriga o objeto em análise forma adequada para a finalidade, tendo, ainda, valores de preços praticados pela empresa responsável iguais em todos os municípios de abrangência.

Portanto, quanto à realização de dispensa de licitação para contratação do objeto sub examine, na análise desta Assessoria Jurídica, não vislumbra qualquer irregularidade ou óbice para o procedimento.

DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO

Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela Secretária da Educação e Transporte e Obras, ocasião em que a mesma demonstra a necessidade da referida inspeção.

Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Destarte, quanto à justificativa da contratação, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação.

Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Sobre a justificativa da escolha do fornecedor, este item encontrasse presente nos autos, em documento devidamente assinado pela responsável.

A escolha recaiu na contratação da uma empresa, por apresentar disponibilidade e qualificação técnica capaz de atender as exigências necessárias.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Sobre a justificativa do preço, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela empresa a ser contratada, diante de orçamentos apresentados, e sendo o preço praticado igual aos de mercado no geral.

Resta regularmente cumprida a exigência legal neste quesito.

DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, estabelece que a contratação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição a ser executada no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente encontra-se nos autos, atestando a regularidade do feito neste quesito.

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

A abertura do processo de dispensa de licitação foi devidamente autorizado como determina a legislação, contendo todas as justificativas previstas na legislação, perfazendo assim os ditames legais que regem a matéria.

No presente caso, tal exigência foi cumprida, estando em conformidade com o estabelecido na legislação em vigente.

DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO

Para a realização da licitação, ou como no presente caso, dispensa de licitação, a autoridade competente deve designar a Comissão Permanente de Licitações, para elaborar todos os procedimentos relativos as licitações, ou os procedimentos pertinentes na hipótese das exceções legais a licitações.

Percebe-se preenchido este requisito quando se verifica a presença nos autos do despacho do chefe do Poder Executivo Municipal.

CONCLUSÃO

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos inerentes foram devidamente cumpridos no presente feito, pelo que somos de parecer favorável a compra, via dispensa de licitação.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e na Lei nº 8.666/93.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente do Município de Tunápolis – SC.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados.

É o Parecer.

À consideração superior.

Tunápolis, 08 de dezembro de 2023.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

Assessor Jurídico

OAB/SC 31.520

Do: Gabinete do Prefeito

Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de contratação de Empresa especializada para aquisição de passagens aéreas de ida e volta a Florianópolis, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente o princípio legal é que submetemos o presente ao crivo desta assessoria. Diante da necessidade constatada pelo responsável, mostra imprescindível a contratação do citado serviço. Assim submeto a documentação em anexo (Orçamento, previsão orçamentária, justificativas) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 08 de dezembro de 2023

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal
Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inc. II da Lei n. 8.666/93, para Contratação de Empresa especializada para aquisição de passagens aéreas de ida e volta a Florianópolis.

Atenciosamente,

Tunápolis, 08 de dezembro de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para contratação de Empresa especializada para aquisição de passagens aéreas de ida e volta a Florianópolis, informamos que segue em anexo nossas considerações. Informamos ainda que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que segue em anexo.

Respeitosamente.

Tunápolis, 08 de dezembro de 2023.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

HOMOLOGAÇÃO Nº 159/2023

Publicação Nº 5411867

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 26/2023	
	CNPJ: 78.486.198/0001-52 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Processo Adm.: 159/2023 Data do Processo: 30/10/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 159/2023
b) **Nr. Licitação:** 26/2023 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Adjudicação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-SANEAMENTO, SUBSIDIADO DIRETAMENTE PARA OS MUNICÍPIES, OS JUROS DOS FINANCIAMENTOS TOMADOS, ATÉ O LIMITE DO PERCENTUAL DE 1,4 % (UM VIRGULA QUATRO POR CENTO).

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO				
1 - CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-SANEAMENTO, SUBSIDIADO DIRETAMENTE PARA OS MUNICÍPIES, OS JUROS DOS FINANCIAMENTOS TOMADOS, ATÉ O LIMITE DO PERCENTUAL DE 1,4 % (UM VIRGULA QUATRO POR CENTO). - Marca:	UN	1,000	1,4000	R\$ 1,40
Total geral:				R\$ 1,40

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção de Programas de Concessão de Auxílios Financeiros	07.001.23.691.0014.2051.3.3.60.00.00	R\$ 5.000,00

Tunápolis, 08 de Dezembro de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO Nº 193/2023

Publicação Nº 5411724

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 41/2023
	Processo Adm.: 193/2023 Data do Processo: 08/12/2023

CNPJ:	78.486.198/0001-52	Telefone:	(49) 3632-1122
Endereço:	Rua João de Castilho, 111 - Centro		
CEP:	89898-000 - Tunápolis		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 193/2023
b) **Nr. Licitação:** 41/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Adjudicação:** 08/12/2023
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de passagens aéreas para viagem a capital do Estado Viagem a Florianópolis/sc para manter contato com Presidente da ALESC e Secretário da Agricultura buscando patrocínio para a XV EFACITUS NO VALOR DE R\$ 1.546,41(UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
SANTIAGO CARDOSO & CARDOSO LTDA				
1 - Contratação de passagens aéreas para viagem a capital do Estado Viagem a Floripa para manter contato com Presidente da ALESC e Secretário da Agricultura buscando patrocínio para a XV EFACITUS NO VALOR DE R\$ 1.546,41(UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS). - Marca:	UN	1,000	1.546,4100	R\$ 1.546,41
Total geral:				R\$ 1.546,41

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	02.001.04.122.0002.2003.3.1.90.00.00	R\$ 1.546,41

Tunápolis, 08 de Dezembro de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 527.2023

Publicação N° 5409921

PORTARIA N° 527, de 08 de DEZEMBRO de 2023.

PRORROGA CONTRATO REF PROCESSO SELETIVO N° 001/2021 SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar n° 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

RESOLVE

Art. 1º - Prorroga contrato nomeado pelo Processo Seletivo Simplificado n° 001/2022 os servidores abaixo relacionados para exercer a função pública com a carga horária abaixo discriminadas, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

NOME CPF Local de Trabalho

Antônio Bortot	613.356.309-53	Secretaria de Saúde
----------------	----------------	---------------------

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário relacionado ao artigo anterior encerrará em 29 de Janeiro de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jose Tadeu Arceno – Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 528.2023

Publicação N° 5409925

PORTARIA N°528, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei n° 8.745/93,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir, por tempo determinado para atender necessidade temporária excepcional, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

Nome Matrícula CPF Local de Trabalho

Mislene Felisberto Leandro 5330 068.478.259-60 Posto Central

Art. 2º - O Prazo final para a presente contratação em caráter temporário, é de 01 de Dezembro de 2023 até 28 de Fevereiro de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de Dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jose Tadeu Arceno – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 529.2023

Publicação Nº 5409928

PORTARIA Nº 529, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar a Servidora SANDRA REGINA LUZZIETTI ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, matrícula n. 6156, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º. Exonerar a Servidora SUSANA SPADER ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, matrícula n. 1885, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Exonerar a Servidora MARIA AUGUSTA ALBINO HAAB SANCHEZ ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matrícula n. 5931, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Turvo (SC), 08 de Dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

José Tadeu Arceno – Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 530.2023

Publicação Nº 5409931

PORTARIA Nº 530, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar o Servidor JOSÉ CLAICIO DAMASIO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, matrícula n. 6129, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Turvo (SC), 06 de Dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

José Tadeu Arceno – Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 531.2023

Publicação Nº 5409936

PORTARIA Nº 531, de 08 de DEZEMBRO de 2023.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA,

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias entre o período de 01.12.2023 à 20.12.2023 aos seguintes Servidores:

Período aquisitivo Servidor Matrícula Cargo

01.12.2022 A 30.11.2023 Elenita Scarabelot Pazzini 1978 Secretaria municipal de Ação Social

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jose Tadeu Arceno – Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 532.2023

Publicação N° 5409937

PORTARIA N° 532, de 08 de DEZEMBRO de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias entre o período de 01.12.2023 à 30.12.2023 aos seguintes Servidores:

Período aquisitivo Servidor Matrícula Cargo

16.01.2020 a 15.01.2021 Nair Salvador da Silva 1442 Auxiliar de Serviços Gerais II

20.07.2022 a 19.07.2023 Maria Aparecida da Silva Comicioli 2508 Agente Comunitário de Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jose Tadeu Arceno – Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 533.2023

Publicação N° 5409939

PORTARIA N° 533, de 08 de DEZEMBRO de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA,

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias entre o período de 04.12.2023 à 02.01.2024 aos seguintes Servidores:

Período aquisitivo Servidor Matrícula Cargo

09.05.2020 a 08.05.2021 Leila Fascin 1154 Auxiliar Administrativo

01.09.2021 a 31.08.2022 Regina A. de Aguiar Mello 1979 Técnico em Enfermagem

01.09.2022 a 31.08.2023 Suzana Polli Figueiró 5279 Agente Comunitário

01.10.2022 a 30.09.2023 Ana Maria R. G. Macarini 4716 Agente Comunitário

23.02.2022 a 29.03.2023 Patrícia Vieira 5579 Técnico em Enfermagem

01.10.2021 a 30.09.2022 Greice Kelly G. Alves 4695 Técnico em Enfermagem

Art. 2º - Conceder férias entre o período de 04.12.2023 à 18.12.2023 aos seguintes Servidores:

Período aquisitivo Servidor Matrícula Cargo

01.04.2021 a 31.03.2022 Katia Cristina Biz 1144 Assistente Social

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jose Tadeu Arceno – Secretário de Administração e Finanças.4

PORTARIA 535.2023

Publicação N° 5409944

PORTARIA N° 535, de 09 de Dezembro de 2023

PRORROGA PORTARIA N° 394 DE CONTRATAÇÃO SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

RESOLVE

Art. 1º - Prorroga, por tempo determinado, para atender necessidade temporária excepcional, para exercer a função de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

NOME	MATRÍCULA	CPF
Vladimir Garcia Castanha	5282	074.988.489-45
Marlon Peruchi	4707	069.030.009-33

Art. 2º - O Prazo final para a presente contratação em caráter temporário, de até 07 de Março de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de Dezembro de 2023.

SANDRO CIRIMBELLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

José Tadeu Arceno – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 5.912/2023

Publicação Nº 5409712

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 5.912, De 08 de dezembro de 2023.
Dispõe sobre o calendário fiscal para os tributos municipais - exercício de 2024 e dá outras providencias.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:
Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o Calendário Fiscal para o exercício Financeiro de 2024, na forma do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Os tributos Municipais deverão ser pagos diretamente nas Agências bancárias.

Art. 3º Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos no calendário Fiscal para o exercício de 2024, os tributos não liquidados ficam sujeitos as penalidades previstas no Código Tributário Municipal de União do Oeste – SC - Lei Complementar 98 de 26 de setembro de 2016, bem como a Inscrição em Dívida Ativa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste – SC, em 08 de dezembro de 2023.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

CALENDÁRIO FISCAL - EXERCÍCIO 2024
Anexo único do Decreto N.º 5.912/2023

TIPO DE TRIBUTO	DATAS DE PAGAMENTO			
I.P.T.U	10/05/2024	10/05/2024	10/06/2024	10/07/2024
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	Cota Única c/ desconto de 20%	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
I.S.S – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS		O ISS será cobrado em 10 (dez) parcelas com vencimento da primeira em 29/03/2024 e as demais sempre no último dia de cada mês.		
TAXA SERVIÇOS	10/05/2024	10/05/2024	10/06/2024	10/07/2024
URBANOS - LIXO	Cota Única	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
ALVARÁ PARA				
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	29/03/2024 Cota Única			
ALVARÁ SANITARIO	29/03/2024 Cota Única			

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 08 de dezembro de 2023.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 5.914/2023

Publicação Nº 5410124

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N. 5.914, de 08 de dezembro de 2023.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor VALMOR GOLO, Prefeito Municipal do município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, baseado nas Leis 1.233/2022 e 1.262/2023,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício de 2023, Crédito Adicional suplementar no valor de R\$10.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

06 - 01.001.1.31.101.2031-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1.500.0000.1100.00 Recursos OrdináriosR\$10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.001.1.31.101.2030-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1.500.0000.1100.00 Recursos OrdináriosR\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste em 08 de dezembro de 2023.

VALMOR GOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal n. 1010/2014

Urubici

PREFEITURA

DECRETO 3559.2023

Publicação N° 5412204

DECRETO N. 3559/2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE EXPLORAÇÃO EMERGENCIAL, JAZIDAS DE CASCALHO EXISTENTES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL.

MARIZA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL DE URUBICI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Sul do Brasil, Estado de Santa Catarina, no Município de Urubici;

CONSIDERANDO o Decreto de Emergia n.º 298 de 06 de outubro de 2023 do Governo do Estado de Santa Catarina devido aos eventos climáticos motivadores de Decretação de Emergência pelo Município de Urubici: no Decreto 3442, de 13 de julho de 2023, Decreto 3518, de 09 de outubro de 2023, alterado pelo Decreto 3519, de 10 de outubro de 2023 e Decreto 3543, de 20 de novembro de 2023.

CONSIDERANDO a necessidade premente de manutenção e recuperação emergencial das estradas municipais, em especial as localizadas em área rurais, em parte de áreas urbanas, fortemente atingidas pelos eventos climáticos extremamente adversos ocorridos nos últimos 180 dias, os quais causaram danos importantes nas vias de circulação, bem como causaram assoreamento das bacias hidrográficas do Município e está comprometendo toda a parte econômica da região.

CONSIDERANDO que o Município de Urubici possui grande área rural, com importante atividade de agrícola, pecuária, fruticultura que necessitam de estradas viáveis para o escoamento da produção, comércio local e todo o trade turístico, o tráfego para os municípios e turistas bem como para manutenção dos acessos às áreas turísticas e pousadas existentes no interior do Município, que igualmente atraem milhares de pessoas frequentemente para visitação.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de exploração em caráter emergencial, todas as jazidas de cascalho em exploração efetiva ou não, existentes no território municipal, em especial as listadas como segue:

- a) Cascalheira Agua Branca;
- b) Cascalheira Bom Sucesso Tarzan;
- c) Cascalheira Campestre;
- d) Cascalheira Campestre II;
- e) Cascalheira Invernador;
- f) Cascalheira Invernador II;
- g) Cascalheira Jararaca Hiragami;
- h) Cascalheira Jararaca Hiragami II;
- i) Cascalheira Licurgo;
- j) Cascalheira Licurgo II;
- k) Cascalheira Licurgo III;
- l) Cascalheira Licurgo IV;
- m) Cascalheira Rio dos Bugres;
- n) Cascalheira Santa Bárbara;
- o) Cascalheira São Francisco;
- p) Cascalheira São José;
- q) Cascalheira Serra do Panelão;
- r) Cascalheira Serra do Panelão II;
- s) Cascalheira ao lado da Ponte de Aguas Brancas;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias a partir de 20 de novembro de 2023.

Urubici, 08 de dezembro de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Vargeão

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 103/2023 PREGÃO PRESENCIAL 62/2023

Publicação Nº 5411948

1ª RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 103/2023
PREGÃO PRESENCIAL 62/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1DFE6FB0C84F1655ED50DA79F46F12402A943C18

O Prefeito Municipal de Vargeão - SC, no uso de suas atribuições legais, torna público e estabelece a retificação do Edital de Pregão Presencial 62/2023.

1) Altera-se o item 8, subitens 8.4.10 do edital, conforme abaixo:

Onde se lê:

8.4.10 Comprovante da Certidão de Pessoa Física emitida junto ao CREA do Estado sede da proponente licitante em nome do profissional Médico ou Técnico em Segurança do Trabalho.

Leia-se:

8.4.10 Comprovante da Certidão de Pessoa Física emitida junto ao CREA do Estado sede da proponente licitante em nome do profissional Engenheiro em Segurança do Trabalho, com o respectivo comprovante de vínculo profissional com a pessoa jurídica licitante, mediante apresentação da respectiva cópia da Carteira de Trabalho, caso não seja sócio administrador da proponente e/ou cópia do respectivo Contrato Particular de Prestação de Serviços;

As demais informações permanecem inalteradas.

Vargeão - SC, 08 de dezembro de 2023.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

1DFE6FB0C84F1655ED50DA79F46F12402A943C18

DECRETO Nº 203/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023. NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO QUE SERÁ RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO ANUAL DOS DIRETORES DE ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VARGEÃO/SC, CONFORME LEI Nº 095/2022, QUE REGULAMENTARÁ E ELABORARÁ FICHA COM

Publicação Nº 5413279

DECRETO Nº 203/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO QUE SERÁ RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO ANUAL DOS DIRETORES DE ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VARGEÃO/SC, CONFORME LEI Nº 095/2022, QUE REGULAMENTARÁ E ELABORARÁ FICHA COM CRITÉRIOS TÉCNICOS, DE MÉRITO E DE DESEMPENHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Complementar Nº 095/2022, Capítulo I, Art.2º, § 3º O Diretor Escolar e sua Gestão serão monitorados e avaliados, anualmente, por uma Comissão, nomeada pelo Chefe do Executivo, conforme regulamentação.

Considerando o Capítulo II, Art. 11º Os dirigentes escolares terão seus desempenhos avaliados segundo os critérios e procedimentos regulamentados em norma própria.

Considerando a Sessão V § 2º Ao final de cada Ano Letivo, os resultados do Plano de Gestão do Diretor Escolar em exercício, serão submetidos para Consulta Pública pela Comunidade Escolar.

Considerando Art. 28º O Diretor Escolar e sua Gestão serão monitorados e avaliados anualmente, a partir dos indicadores apontados em quatro Dimensões: Gestão Pedagógica (peso 5,0), Gestão Democrática e de Pessoas (peso 2,0), Gestão Administrativa (peso 1,5) e Gestão Financeira (peso 1,5).

Considerando § 1º O Monitoramento e a Avaliação serão realizados por uma Comissão, a ser instituída pelo Chefe do Executivo por Decreto, que deverão ter livre acesso às dependências da Unidade de Ensino, à documentação e a todas as pessoas envolvidas no Processo Educativo;

Considerando § 2º Ao final do Ano Letivo, será retomada a Avaliação anterior para verificação dos avanços nos Indicadores de cada Dimensão;

Considerando § 3º A partir dos resultados, ao final do Ano Letivo, a Avaliação indicará, ou não, a permanência do Profissional na Função de Diretor Escolar;

Considerando § 4º Os resultados do Plano de Gestão do Diretor Escolar em exercício deverão ser submetidos para Consulta Pública pela Comunidade Escolar.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituírem a Comissão RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO ANUAL DOS DIRETORES DE

ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VARGEÃO/SC:

I - André Luiz Panizzi;

II – Magali Cadini;

III – Elen Regina Reolão.

IV – Débora Mascarello

V – Pricila Tobias

VI – Rita de Cássia Palla Barbieri

VII – Elaine Calais Mascarello

Art. 2º A Comissão será responsável por organizar os atos necessários ao desenvolvimento do Processo de Avaliação, bem como resolver os casos omissos do Edital.

Art. 3º A Comissão terá amplos poderes para requisitar documentos e desenvolver outros procedimentos destinados à bem desempenhar a função que lhes é conferida.

Parágrafo único: Pela relevância dos serviços prestados os Membros da Comissão não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza pelo desempenho de suas funções, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da Data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO (SC), EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra

GIOVANI LUIZ WILMSEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 10/2023

Publicação Nº 5411674

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 949FB7C95155C75B8661BDA225AA41CF10DDC822

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 10/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 28 de junho de 2018, até às 08h30min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Treinamento para implantação gradativa e posterior execução, das novas regras do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, compreendendo o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial (Decreto nº 8.373/14), e o Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf (IN RFB 1.701/17) e demais sistemas complementares, de acordo com a especificações constantes do Anexo I deste edital e Serviços de Consultoria e Treinamento para adequação dos procedimentos de identificação, registro, depreciação, incorporação, baixa, depreciação e controle dos bens patrimoniais do município de Vargeão. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2023.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

949FB7C95155C75B8661BDA225AA41CF10DDC822

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.455/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5411830

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.455/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA. SRA. MILENA ANDERSEN LOPES, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 890/2022...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 04.01 / DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto 1.003 – Aquisição de Veículos

(182) Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0711.007000 200.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 711 – Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 02.01 / Gabinete do Prefeito

Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

(001) Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.500.007000 65.000,00

Órgão/Unidade: 04.01 / Departamento de Educação

Atividade 2.008 – Manutenção da Secretaria de Educação

(040) Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0500.001001 25.000,00

Órgão/Unidade: 06.01 / Secretaria de Agricultura

Atividade 2.019 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

(092) Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0500.007000 65.000,00

Órgão/Unidade: 07.01 / Secretaria do Desenvolvimento Social

Atividade 2.025 – Manutenção da Assistência Social Geral

(097) Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0500.007000 40.000,00

Órgão/Unidade: 10.01 / FMS

Atividade 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

(008) Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0500.001002 150.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 500 – Recursos não vinculados de Impostos, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 3rd. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 10.01 / FMS

Atividade 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

(034) Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0600.007000 89.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 500 – Recursos não vinculados de Impostos, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 4th. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 11.01 / SAMAE

Atividade 2.031 – Manutenção do SAMAE

(9) Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0500.007000 25.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2022, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art 5th. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 08 de dezembro de 2023.

Milena Andersen Lopes,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2023/FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023/FMS

Publicação Nº 5410035

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 21/2023/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 11/2023/FMS

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para os programas da Secretaria Municipal de Saúde.

Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentos" e nº 02 "proposta" será até às 14h30min do dia 21/12/2023, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e no mesmo horário.

Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Vargem/SC, 08 de dezembro de 2023

Mari Tania Pimentel – Gestora do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2023 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2023

Publicação Nº 5409798

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório nº 61/2023 - Edital de Pregão Presencial nº 24/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.

Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentos" e nº 02 "proposta" será até às 08h30min do dia 21/12/2023, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e no mesmo horário.

Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Vargem/SC, 08 de dezembro de 2023

Milena Andersen Lopes - Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2023 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2023

Publicação Nº 5410029

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório nº 62/2023 - Edital de Pregão Presencial nº 25/2023

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para os programas da Secretaria do Desenvolvimento Social e demais Secretarias.

Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentos" e nº 02 "proposta" será até às 10h30min do dia 21/12/2023, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e no mesmo horário.

Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Vargem/SC, 08 de dezembro de 2023

Milena Andersen Lopes - Prefeita Municipal.

Vidal Ramos

PREFEITURA

EDITAL DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 82/2023

Publicação Nº 5410730

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 133/2023
Dispensa de Licitação nº. 82/2023

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente Processo de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição de materiais e serviços para finalizar a instalação de câmaras que ficaram pendentes, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a presente contratação em decorrência da situação de emergência devido a ocorrência que aconteceu na cidade de Blumenau, onde uma creche foi invadida por uma pessoa e atacou várias crianças levando ao óbito 04 crianças e ferindo outras, com o ocorrido, os gestores administrativos e técnicos do município, se preocuparam e perceberam que é necessário um controle padronizado para a entrada de pessoas nas unidades, sejam eles funcionários, professores, pais, alunos, terceiros, etc. E para finalizar a instalação ainda havia faltado alguns materiais.

Também vale ressaltar que a escolha da empresa teve como parâmetro a questão do menor preço, haja visto que a mesma tem experiência no ramo pretendido e foi a mesma quem instalou as câmeras, trazendo desta forma uma garantia a mais ao Município na prestação dos serviços.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

DO PREÇO

O valor previsto para pagamento desse serviço é de R\$ 8.540,00 (oito mil quinhentos e quarenta reais) o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento e prestação dos serviços solicitados.

ITEM	QTDE	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	01	DVR 8 CANAIS 1080 FULL HD	R\$ 830,00	R\$ 830,00
02	01	HD 1 TERA PURPLE	R\$ 377,00	R\$ 377,00
03	01	FONTE DE 10 AMP.	R\$ 45,00	R\$ 45,00
04	08	SUPORTE PARA TV	R\$ 46,00	R\$ 368,00
05	13	CABO HDMI	R\$ 38,00	R\$ 494,00
06	2700 METROS	CABO DE REDE CFTV	R\$ 1,58	R\$ 4.266,00
07	01	MÃO DE OBRA TECNICA INSTALAÇÃO	R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00
VALOR TOTAL			R\$ 8.540,00	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários.

DO PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O produto deverá ser entregue e instalado após autorização de fornecimento.

DA DOCUMENTAÇÃO

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: ASSISTEL LTDA EPP, Rua Augustinho Milau Baptista, 116, Bairro Taboão – Cep: 89.160-651, Rio do Sul/SC, CNPJ: 73.715.856/0001-17.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Coordenador da Administração, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 08 de dezembro de 2023

Eduardo Thechrin
Presidente da Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO

A empresa _____, com sede a _____, CNPJ sob nº _____, por seu representante Sr. _____, RG nr. _____ e C.P.F. nr. _____, declara para os devidos fins que não possui em seu quadro societário servidor público, vereadores, vice-prefeito ou prefeito do Município de Vidal Ramos, em atendimento ao art. 101 da Lei Orgânica Municipal, Deputados Federais e Senadores em atendimento ao art. 54, I, "a", da Constituição da República, Deputados Estaduais em atendimento ao art. 43, I, "a", II, "a", da Constituição do Estado de Santa Catarina.

_____, _____ de _____ de 2023.

Empresa:
Representante legal:

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro que a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: A empresa emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2023.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

EDITAL DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 83/2023

Publicação Nº 5411822

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 135/2023
Dispensa de Licitação nº. 83/2023

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Vidal Ramos informa que o presente Processo de Dispensa de Licitação para serviço de chapeação e pintura e fornecimento de peças do veículo New Fiesta placa QDX2103 de propriedade de Valcir Compiani

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a necessidade da contratação desse serviço pois o veículo a ser consertado possui diversos danos, que ocorreu em uma batida com uma máquina da Secretaria de Obras, sendo de nossa responsabilidade a contratação desse serviço para consertar, pois o operador foi que bateu no veículo.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

DO PREÇO

O valor previsto para pagamento da mão de obra é de R\$ 4.883,52 (quatro mil oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento e prestação de serviços.

NEW FIESTA – PLACA QDX2103					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	FAROL ESQUERDO MASCARA NEGRA	1	Peça	2.143,52	2.143,52
2	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO CAPO DIANTEIRO	1	SER	1.600,00	1.600,00
3	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM	1	SER	240,00	24000
4	PINTURA	1	SER	900,00	900,00
VALOR TOTAL				4.883,52	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, do setor de obras.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

A prestação do serviço deverá ocorrer dentro de 30 dias após a autorização de fornecimento.

DA DOCUMENTAÇÃO

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial do Sistema SAJ, expedida há menos de 60 (sessenta) dias, acompanhada da certidão de registro no sistema Eproc.

Declaração de cumprimento do disposto no , conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

Declaração da empresa informando que seus sócios, proprietários, Dirigentes ou assemelhados não possuem qualquer vínculo com O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS/SC

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da Empresa OFICINA DE LATOARIA E PINTURA CADILAC LTDA, estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, 1237, Centro, Vidal Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o número 78.822.194/0001-06.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Nelson Back, Prefeito Municipal todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 08 de dezembro de 2023.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL PREGÃO Nº. 37/2023

Publicação Nº 5411373

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6E5FB63EA15D2D751802F1C771CB9B5AC5DB2322

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2023

OBJETO: Consistiu o objeto desta licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado destinado a criação, indexação, gerenciamento, conversão, digitalização de documentos, publicação, implantação, locação de software de Gerenciamento Administrativo para o Município de Vidal Ramos/SC

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 003 de 02 de janeiro de 2023, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2023 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 37/2023, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL DOS ITENS, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 22 de dezembro de 2023.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 22 de dezembro de 2023, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 08 de dezembro de 2023

Eduardo Thechrin
Pregoeiro

EDITAL PREGÃO Nº. 38/2023

Publicação Nº 5411382

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F51A07FA7EC2019BF87316CE7A9CBFDB059F7C80

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2023

OBJETO: Consistiu o objeto desta licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado destinado a criação, indexação, gerenciamento, conversão, digitalização de documentos, publicação, implantação, locação de software de Gerenciamento Administrativo para o Município de Vidal Ramos/SC

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 003 de 02 de janeiro de 2023, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2023 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 37/2023, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL DOS ITENS, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 22 de dezembro de 2023.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 22 de dezembro de 2023, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 08 de dezembro de 2023

Eduardo Thechrin
Pregoeiro

Vitor Meireles

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023

Publicação Nº 5411329

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 048/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.
CONTRATADO: HECK ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 41.055.800/0001-97

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para execução de projeto para construção de ponte de concreto sobre o Arroio Palmital e projeto de recomposição da pavimentação das ruas Lindo Sardagna e Sebastiao Kammer.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).

PRAZO VIGÊNCIA: 01/12/2023 até 01/12/2024

Vitor Meireles – SC, 01 de dezembro de 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023

Publicação Nº 5411469

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 049/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.
CONTRATADO: HGC EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 52.948.016/0001-24

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE ENGENHARIA COM EMISSÃO DE ART, ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES QUANDO SOLICITADAS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais).

PRAZO VIGÊNCIA: 01/12/2023 até 01/12/2024

Vitor Meireles – SC, 01 de dezembro de 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023

Publicação Nº 5411324

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 051/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.
CONTRATADO: RODRIGO CENSI
CNPJ: 40.737.320/0001-43

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ASSESSORIA DAS COMPETÊNCIAS DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL.

VALOR DO CONTRATO R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

PRAZO VIGÊNCIA: 06/12/2023 até 06/03/2024

Vitor Meireles – SC, 06 de dezembro de 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023

Publicação Nº 5411287

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 052/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: RODRIGO SCHMITZ
CNPJ: 720.840.810-68

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA - JUSCESC PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MOVEIS INSERVÍVEIS E BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 07/12/2023 a 07/12/2024

VALOR: R\$ 5% (cinco por cento) do valor arrematado pago pelo arrematante.

Vitor Meireles - SC, 07 de dezembro de 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 308/2023

Publicação Nº 5410358

PORTARIANº 308/2023

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Caroline Aparecida Mazoti Wachholz	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Ivone Antunes da Silva Borges	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	11/01/2024
Joice Batista da Silva	30/10/2022	a	29/10/2023	28/12/2023	a	03/01/2024
Solange Rinaldi	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	16/01/2024

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 309/2023

Publicação Nº 5410976

PORTARIANº 309/2023

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
César Suave	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	16/01/2024

Danilo Deluca	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	16/01/2024
Gabriel Teles de Souza	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Greison Pianesser	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Jeferson Gramza	20/09/2022	a	19/09/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Jevison Barbosa	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Micheli Scottini	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	16/01/2024
Zeneide Rocha Feliciano	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	16/01/2024

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 310/2023

Publicação Nº 5411942

PORTARIANº 310/2023

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Adão Gil Zanelato	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	11/01/2024
Andreza Groner	01/12/2022	a	30/11/2023	11/12/2023	a	30/12/2023
Cinthia Schneider Strassburger	13/10/2022	a	12/10/2023	28/12/2023	a	12/01/2024
Claudinea Watras	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Denilson Meneghelli	22/12/2022	a	21/12/2023	28/12/2023	a	16/01/2024
Edina Milena Loos	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Elisabeth Zoura	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Elvira Schwartz Montagna	18/09/2022	a	17/09/2023	28/12/2023	a	11/01/2024
Isolde Tozzi de França	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Joceli Terezinha de Souza Nardi	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	11/01/2024
Joel Antonio Staloch	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024
Jordana Camila Darolt	01/12/2022	a	30/11/2023	28/12/2023	a	26/01/2024

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Witmarsum

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO - 99/2023 - INEXIGIBILIDADE - CAPACITAÇÃO EDUCACIONAL

Publicação Nº 5411320



PREFEITURA MUNICIPAL DE WITMARSUM ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Cesar Panini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 99/2023.
- b) Licitação Nr.: 14/2023.
- c) Modalidade: Inexigibilidade.
- d) Data Homologação: 8 de dezembro de 2023.
- e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA INCLUSÃO ESCOLAR: INTRODUÇÃO DA "ABA" (ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA) E O "PEI" (PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO) PARA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DESTA MUNICIPALIDADE.
- f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Vencedores	
Fornecedor	Itens
NEUROESTIMULAR - CLINICA E APERFEICOAMENTO PROFISSIONAL LTDA	1
R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)	

Witmarsum, 8 de dezembro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0019/2023

Publicação Nº 5411527

AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PATROCÍNIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0292/2023 - CHAMAMENTO Nº 0019/2023

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o edital de Chamamento Público nº 0019/2023, tendo por objeto a Captação de ofertas de empresas interessadas em fornecer link de internet e pontos de comunicação por câmeras dentro do Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, durante a realização da EXPOFEMI 2024 que será realizada de 24/02/2024 a 03/03/2024, no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, em Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 13h45min do dia 08 de janeiro de 2024, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14h00min do mesmo dia na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares no Setor de Licitações através do telefone: (49) 3441-8542, e-mail licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0115/2023

Publicação Nº 5411526

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0115/2023, do tipo menor preço por item, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em licença de uso de software para gestão de frota de veículos terrestres e equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, gerenciamento de custos (sejam eles com abastecimentos, manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 13h45min do dia 22 de dezembro de 2023, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14h00min do mesmo dia na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do e-mail licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0116/2023

Publicação Nº 5411126

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0116/2023, do tipo menor preço por item, tendo como objeto a Contratação de Empresa para a Exploração Remunerada, por meio de Concessão do Direito de Uso, do Estacionamento de Veículos no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, durante a realização da EXPO FEMI 2024 no período de 24/02/2024 à 04/03/2024, compreendendo os seguintes serviços: Cobrança de entrada; Ordenamento dos veículos; Guarda dos veículos; Controle da entrada e saída dos veículos através de confecção de ticket de forma eletrônica (smartphone com impressora portátil); Sinalização temporária com delimitação do espaço das vagas. (Cones, fitas) e Respeitar os acessos de entrada e saída dos veículos ao parque, conforme orientação da comissão de trânsito e transporte responsável. O recebimento das propostas será até às 08h45min do dia 08 de janeiro de 2024, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do e-mail licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0117/2023

Publicação Nº 5411461

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0117/2023, do tipo menor preço por item, tendo como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de Refeições aos servidores e outros profissionais que desempenharão atividades a disposição da Comissão Central Organizadora, durante a realização da EXPOFEMI 2024, incluindo as forças de segurança pública, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08h45min do dia 09 de janeiro de 2024, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do e-mail licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

AVISO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0113/2023

Publicação Nº 5410415

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que ESTÁ ALTERANDO o edital de Pregão Presencial nº 0113/2023, tendo como objeto a Contratação de empresa(s) para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de 27 (vinte sete) Linhas destinados ao transporte dos alunos às CEMEIS, Escolas Estaduais e Municipais do Ensino Infantil, Fundamental e médio para o ano letivo de 2024, EM VIRTUDE DE ALTERAÇÕES NO EDITAL E ANEXOS. O recebimento das propostas permanece até às 11h00min do dia 21 de dezembro de 2023, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Xanxerê e a abertura das propostas será realizada às 13h30min do mesmo dia no AUDITÓRIO DA AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani), ao lado da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital, alteração e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do e-mail licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 414/2023

Publicação Nº 5409652

DECRETO Nº 414, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 4.509, de 7 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), conforme programação de despesa abaixo:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2030 – Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.2030.31900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

01.0101.01.031.0101.2030.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1018 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1018.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 7 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 415/2023

Publicação Nº 5409654

DECRETO Nº 415, 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

Descredencia monitora da empresa DAC Serviços de estacionamento Ltda-Me para o exercício das atividades de fiscalização do cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento rotativo nas áreas sob concessão.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 1203/2023, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Fica descredenciada a seguinte monitora da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionada:

NOME CPF IDENTIDADE

Gabriella Antunes dos Santos 141.630.319-79 6046441

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 7 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 416/2023

Publicação N° 5410436

DECRETO N° 416, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

Homologa Classificação Final do Processo Seletivo para Contratação de Professores Temporários para o ano de 2024 - Edital 027/2023, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Classificação Final do Processo Seletivo para Contratação de Professores Temporários para o ano de 2024, objeto do Edital 027/2023, da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação anexa, expedida pela Empresa Wedo Concursos, parte integrante desde Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 8 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



ATO 11

O **MUNICÍPIO DE XANXERÊ**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor OSCAR MARTARELLO, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para divulgar o que segue:

1. CLASSIFICAÇÃO FINAL

1.1. Foram protocolados 08 (oito) recursos contra o resultado da classificação provisória, sendo julgados improcedentes. Assim, em nada se altera o resultado, anteriormente divulgado, tornando-se o relatório de **Classificação Final** constante no **Anexo I**, para as vagas de ampla concorrência. E, para as **vagas de Pcd**, o relatório de Classificação Final consta no **Anexo II**.

1.1.1. A **análise dos recursos** consta no **Anexo III** e na área candidato.

1.2. A imagem do cartão de respostas permanece disponível na área do candidato, de forma individual a cada participante, acessando através do item *“mais informações”*, *“objetiva”*, *“cartão de respostas”*.

Xanxerê, 08 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR 1: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS)

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
409	SIDIANA TREVISAN	3,00	4,50	7,50	12,00	42,50	10,10	79,60	1º	Classificado
438	CRISTIANE REGINA BIANCHIN	4,50	3,00	4,50	12,00	42,50	7,00	73,50	2º	Classificado
548	IDAIR SALETE MELLO CONTE	4,50	1,50	3,00	9,00	42,50	11,80	72,30	3º	Classificado
536	MARLUCI BELUSSO	3,00	4,50	4,50	12,00	42,50	5,00	71,50	4º	Classificado
383	INDAIANA CARLESSO	4,50	1,50	4,50	15,00	34,00	11,40	70,90	5º	Classificado
243	JAQUELINE DE AGUIAR	6,00	3,00	4,50	12,00	34,00	11,00	70,50	6º	Classificado
244	BRUNA DIAS RODRIGUES	6,00	3,00	3,00	15,00	34,00	9,00	70,00	7º	Classificado
197	CAMILA LORENZON	4,50	3,00	6,00	9,00	42,50	4,20	69,20	8º	Classificado
302	FERNANDA FICAGNA	3,00	1,50	6,00	12,00	34,00	11,50	68,00	9º	Classificado
83	LUCIANE DE LARA	4,50	6,00	4,50	9,00	34,00	9,00	67,00	10º	Classificado
237	NEUSA LURDES SOLIGO	4,50	4,50	4,50	9,00	34,00	9,50	66,00	11º	Classificado
378	SILVANA GRACHIK	6,00	1,50	1,50	9,00	42,50	5,40	65,90	12º	Classificado
327	SUSANA JOSÉ LUIZ DA SILVA	3,00	3,00	4,50	12,00	34,00	8,60	65,10	13º	Classificado
294	MAYARA BIGOLIN BRISTOT	3,00	1,50	6,00	12,00	42,50	0,00	65,00	14º	Classificado
416	DAMARIS BERTAN	7,50	1,50	4,50	9,00	42,50	0,00	65,00	15º	Classificado
339	ANA PAULA DE PONTES VAZ	4,50	3,00	3,00	12,00	34,00	8,50	65,00	16º	Classificado
137	MARCELLI PAULA KEMPFER	4,50	1,50	4,50	12,00	34,00	8,50	65,00	17º	Classificado
340	ISIS FAVERO	6,00	4,50	6,00	9,00	34,00	5,00	64,50	18º	Classificado
566	MARGARETE DE MATOS	7,50	1,50	6,00	9,00	25,50	15,00	64,50	19º	Classificado
494	LENIRA MARIA BETONI	4,50	1,50	1,50	6,00	42,50	8,00	64,00	20º	Classificado
318	JULIANA APARECIDA KRAMINSKI	3,00	3,00	4,50	9,00	34,00	10,50	64,00	21º	Classificado
102	JOCÉLIA DA ROCHA BUENO	3,00	3,00	4,50	9,00	34,00	10,50	64,00	22º	Classificado
490	TATIANE MERLIN	1,50	1,50	6,00	15,00	34,00	5,00	63,00	23º	Classificado
479	LILIAN BAZZI ZANELLA	6,00	4,50	6,00	12,00	34,00	0,00	62,50	24º	Classificado
345	IDENIR LAMONATO POMPERMAIER	1,50	3,00	7,50	6,00	34,00	10,50	62,50	25º	Classificado
4	SAMARA CRISTINA CAMARGO RAMOS	3,00	1,50	3,00	12,00	34,00	8,50	62,00	26º	Classificado
275	SIMONE CRISTINA CANCELIER	3,00	3,00	6,00	12,00	34,00	3,50	61,50	27º	Classificado
171	VERLINI PINHEIRO WEINGARTNER	4,50	4,50	7,50	3,00	34,00	8,00	61,50	28º	Classificado
92	ELIZABETE FATIMA DOS SANTOS	4,50	3,00	4,50	3,00	34,00	12,43	61,43	29º	Classificado
395	MARCIA LUCIANE LAUER LEMES	6,00	4,50	4,50	3,00	42,50	0,00	60,50	30º	Classificado
437	ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN	4,50	1,50	4,50	12,00	25,50	12,50	60,50	31º	Classificado
419	INDIANARA GANDÃO	7,50	4,50	4,50	9,00	25,50	9,50	60,50	32º	Classificado
526	SANDY CARLA FERNANDES DE QUEIROZ	4,50	1,50	3,00	12,00	34,00	5,00	60,00	33º	Classificado
212	JESSICA DOS SANTOS TREVISAN	4,50	1,50	6,00	9,00	34,00	5,00	60,00	34º	Classificado
405	KARINE ANDREIA RODRIGUES	7,50	3,00	4,50	6,00	34,00	4,96	59,96	35º	Classificado
455	ISAURA BRAGA DOS SANTOS	4,50	6,00	4,50	3,00	34,00	7,70	59,70	36º	Classificado
115	MARIANA HOCHMANN NARCISO	4,50	3,00	6,00	12,00	34,00	0,00	59,50	37º	Classificado
78	KEROLYN DE OLIVEIRA MARTINS	3,00	3,00	3,00	6,00	34,00	10,50	59,50	38º	Classificado
413	ANA PAULA RODRIGUES	6,00	1,50	6,00	3,00	34,00	9,00	59,50	39º	Classificado
323	RENATA HALINE CARPENEDO GRIGOL	6,00	4,50	6,00	9,00	25,50	8,50	59,50	40º	Classificado
193	LETICIA DANIELLI FUSINATTO	3,00	1,50	6,00	6,00	42,50	0,00	59,00	41º	Classificado
206	SOLANGE FEÓ ALVES	1,50	1,50	7,50	12,00	25,50	10,16	58,16	42º	Classificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



553	IVANIR DE LURDES BENJAMIN ANTONIO	6,00	0,00	6,00	9,00	34,00	3,10	58,10	43º	Classificado
468	MARIELY ARMENIO LEMES ELEUTÉRIO DA LUZ	4,50	4,50	6,00	9,00	34,00	0,00	58,00	44º	Classificado
396	PATRICIA DOS SANTOS PERES	3,00	1,50	1,50	9,00	34,00	8,50	57,50	45º	Classificado
402	ANADIR MASCARELO SIMIONATTO	3,00	3,00	3,00	9,00	34,00	5,00	57,00	46º	Classificado
556	JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA	4,50	1,50	4,50	12,00	34,00	0,00	56,50	47º	Classificado
509	PATRÍCIA FIORENTIN DA SILVA	4,50	3,00	6,00	9,00	34,00	0,00	56,50	48º	Classificado
433	JULIANA APARECIDA DA ROSA	4,50	6,00	6,00	6,00	34,00	0,00	56,50	49º	Classificado
475	ROSELI TEREZINHA BARRIONUEVO DO CARMO	3,00	3,00	7,50	6,00	34,00	3,00	56,50	50º	Classificado
483	VILMA VERSA BORDIGNON	4,50	1,50	6,00	3,00	34,00	7,50	56,50	51º	Classificado
540	SUÉLI DA SILVA	4,50	1,50	3,00	12,00	34,00	1,00	56,00	52º	Classificado
	JUCEMARA TEREZINHA FRIZZO FERNANDES									
398	SIQUEIRA	4,50	6,00	6,00	0,00	34,00	5,50	56,00	53º	Classificado
14	MARCIA ROSANE FARINA FERREIRA	4,50	4,50	4,50	9,00	25,50	8,00	56,00	54º	Classificado
353	KELLEN CRISTINA BIANCHINI	4,50	1,50	3,00	9,00	34,00	3,50	55,50	55º	Classificado
221	SILVIA CRISTIANE TOZZO	6,00	1,50	3,00	9,00	34,00	1,70	55,20	56º	Classificado
203	CLAUDINÉIA ANTUNES DA SILVA	4,50	3,00	3,00	6,00	34,00	4,70	55,20	57º	Classificado
519	REJANE THIESEN ANDREIS	3,00	3,00	3,00	12,00	34,00	0,00	55,00	58º	Classificado
430	CARLA APARECIDA FERNANDES DE OLIVEIRA	6,00	1,50	4,50	9,00	34,00	0,00	55,00	59º	Classificado
201	GREICE PICCOLI DA LUZ	4,50	3,00	6,00	6,00	34,00	0,50	54,00	60º	Classificado
76	CRISTINA PRISKE	3,00	3,00	6,00	6,00	34,00	2,00	54,00	61º	Classificado
377	SIDIANE GUGEL PASQUALI	4,50	3,00	3,00	9,00	34,00	0,00	53,50	62º	Classificado
28	MAIKI RAQUEL DALPOZZO MACEDO	3,00	3,00	4,50	9,00	34,00	0,00	53,50	63º	Classificado
304	SIRLEI SALETE FACHIN	3,00	3,00	4,50	6,00	34,00	2,00	52,50	64º	Classificado
162	BRUNA CAROLINA CONTE	3,00	1,50	4,50	9,00	34,00	0,00	52,00	65º	Classificado
532	ERNESTINA GONÇALVES SANTOS	4,50	4,50	3,00	6,00	34,00	0,00	52,00	66º	Classificado
66	LEILA MAURA KEMPFER	4,50	3,00	4,50	6,00	34,00	0,00	52,00	67º	Classificado
18	IDANIA ROZALEN	3,00	3,00	4,50	6,00	34,00	0,50	51,00	68º	Classificado
472	IRIA PATRICIALÓSS	3,00	1,50	3,00	9,00	34,00	0,00	50,50	69º	Classificado
161	ANDREIA PEREIRA CONTE	4,50	1,50	4,50	6,00	34,00	0,00	50,50	70º	Classificado
534	ALINE CORREA DE ALMEIDA	4,50	1,50	4,50	6,00	34,00	0,00	50,50	71º	Classificado
559	GISLAINE COPATTI COSTA	3,00	4,50	3,00	6,00	34,00	0,00	50,50	72º	Classificado
239	SIOMARA PEREIRA	3,00	0,00	3,00	9,00	34,00	0,00	49,00	73º	Classificado
85	CAMILA TRETTO	4,50	1,50	6,00	3,00	34,00	0,00	49,00	74º	Classificado
435	RENATA DOS SANTOS	3,00	3,00	1,50	6,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
123	MARCELE CRISTIANE HARRES	6,00	1,50	3,00	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
49	JULIANA PEDROSO PERUZZO	4,50	3,00	3,00	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
390	CRISTIANE TRIACA BORTOLANZA	4,50	1,50	4,50	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
100	DEBORA PATRICIA COUSSEAU PALUDO	1,50	4,50	4,50	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
192	CRISTIANE ARMENIO FAVRETTO	4,50	3,00	6,00	0,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
135	MÔNICA PATRÍCIA COSTA GONÇALVES PAZ	3,00	1,50	4,50	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
511	ANALICE SILVEIRA COLOSSI DA COSTA	3,00	1,50	4,50	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
501	ADRIANA SINARA PEGORARO	4,50	3,00	4,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
125	MARIA ELISABETE ALVES DA SILVA	4,50	1,50	6,00	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
69	MARISTELA SALETE BIEDERMANN	3,00	4,50	4,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
480	PATRICIA NATALIA SANTOS	3,00	3,00	6,00	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
266	MARIA LUIZA BERTUZZO	3,00	6,00	6,00	6,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
394	MARISETE BUENO DOS SANTOS MAROSTICA	4,50	4,50	1,50	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
500	GEZIELE BRAZ MARTINS	3,00	4,50	3,00	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
336	ELISANGELA MACHADO MACIEL	4,50	3,00	3,00	0,00	34,00	-	44,50	-	Desclassificado
194	SIRLENE LÚCIA ZAPE ALBRECHT	4,50	1,50	3,00	9,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
130	VÂNIA RODRIGUES FORTUNA	3,00	1,50	4,50	9,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



466	ANDREZA BARAZETTI TREVISAN	4,50	4,50	3,00	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
263	JUSSARA PICCOLI CARDOSO	4,50	3,00	4,50	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
55	GRASIELA APARECIDA GEUDA	3,00	3,00	6,00	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
255	DEYSE HOCH	1,50	4,50	6,00	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
273	GRAZIELA ALBUQUERQUE	7,50	4,50	4,50	9,00	17,00	-	42,50	-	Desclassificado
247	DAIANA CRISTINA MARIANO	3,00	1,50	3,00	9,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
31	DÉBORA RODRIGUES BENJAMIN	6,00	1,50	3,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
222	HELEN THAIS NARCISO VELOSO	6,00	1,50	3,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
26	EMANUELE DE SOUSA	4,50	3,00	3,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
473	LARISSA DAL CORTIVO DA SILVA	3,00	3,00	4,50	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
176	SOLANGE BERLANDA MARINHO DE MELLO	3,00	1,50	6,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
59	ALINE SPRICIGO	4,50	4,50	4,50	3,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
16	JUSSARA BABICZ	3,00	0,00	1,50	3,00	34,00	-	41,50	-	Desclassificado
573	JESSICA RAIMUNDO DA ROSA	4,50	3,00	4,50	12,00	17,00	-	41,00	-	Desclassificado
412	LUCINEIA RODRIGUES GABOARDI	1,50	1,50	3,00	9,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
343	JESSICA OSELAME	4,50	3,00	1,50	6,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
50	ANGÉLICA LUZIA BALDISSERA	6,00	1,50	4,50	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
524	ELIZETE RIZZATTO	4,50	4,50	3,00	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
269	ROSELEI MARQUES LEÃO VENTURIN	4,50	1,50	6,00	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
305	ALDAIR RAMA TORTELLI	4,50	3,00	6,00	9,00	17,00	-	39,50	-	Desclassificado
129	MEILENE CRISTINA CIRINO NEISS	3,00	3,00	7,50	9,00	17,00	-	39,50	-	Desclassificado
570	ELIANE SALETE MORETTO	1,50	1,50	1,50	9,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
51	NEUSA VASEAK JOSE LUIZ	4,50	0,00	3,00	6,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
427	CLEUSA MARIA PADOAN	1,50	1,50	4,50	6,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
332	ELISANGELA DE VICENTIN DOS SANTOS MATEUS	1,50	1,50	4,50	6,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
	ELIANE APARECIDA DE SOUZA NUNES									
7	OPENKOWSKI	4,50	3,00	3,00	3,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
464	GABRIELI DOS SANTOS	6,00	1,50	4,50	9,00	17,00	-	38,00	-	Desclassificado
465	MARLOVA RITTER	4,50	1,50	6,00	9,00	17,00	-	38,00	-	Desclassificado
168	SABRINA SOARES SPRICIGO	1,50	0,00	1,50	9,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
359	DAIANA GUINZELLI FACCIN	1,50	3,00	1,50	6,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
317	ELLEN MARIA VIEIRA DUART PASCOSKI	6,00	0,00	4,50	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
103	PATRÍCIA CARLA TROMBETA ALVES	4,50	1,50	4,50	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
280	CACIANE BARBACOV	6,00	4,50	3,00	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
399	ANA LIDIA PEREIRA	4,50	4,50	4,50	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
166	INDIRA TOESQUI	3,00	0,00	6,00	9,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
337	VANESSA CARLA BRAUEN LEMOS	4,50	1,50	4,50	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
142	ROSELI DE FÁTIMA RODRIGUES	1,50	0,00	6,00	0,00	25,50	-	33,00	-	Desclassificado
477	SIDINEIA LUCIA LEITE	4,50	1,50	3,00	6,00	17,00	-	32,00	-	Desclassificado
23	ALCIMARA PLACIDO DOS SANTOS	4,50	3,00	4,50	3,00	17,00	-	32,00	-	Desclassificado
138	ELIANE MANGONI	3,00	6,00	7,50	6,00	8,50	-	31,00	-	Desclassificado
181	THALÍA BUSNELLO	3,00	3,00	4,50	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
488	LEONICE TEREZINHA PEREIRA	3,00	1,50	6,00	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
276	ROSIMAR SALLES DA SILVA	1,50	3,00	4,50	3,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
228	SALETE SBERSE TOFFOLO	3,00	3,00	4,50	9,00	8,50	-	28,00	-	Desclassificado
515	DAIANE MACHADO DE SOUZA	4,50	4,50	4,50	6,00	8,50	-	28,00	-	Desclassificado
159	GISLAINE KOSLOSKI DE LIMA	4,50	4,50	3,00	3,00	8,50	-	23,50	-	Desclassificado
577	ARILDA APARECIDA PEREIRA CORDEIRO	6,00	1,50	3,00	9,00	0,00	-	19,50	-	Desclassificado
250	TANIA MARA DAL ZOT	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
420	SIMONE APARECIDA AIMI	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
208	SONIA ANDREA ALVES MASCARELLO BARBOSA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



344	ALINE JACUNIAK TRAPP	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
481	VANESSA TIBES ANTUNES	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
213	ROSECLÉIA PINHEIRO DA CUNHA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
204	ELIANE BRUNETTO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
2	VANESSA GABRIELLI CAVAGNOLI	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
158	RAQUEL CORREA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
498	LIZIANE TAUCHERT DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
152	ALINE MACHADO SOARES DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
281	KENIA GOMES DA SILVA FELTRIN	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
32	MARESSA KAROLINE DA SILVA CIMADON	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
74	MARIA EDUARDA CANDIDO DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR 1: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE (04 MESES A 03 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS))

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
292	SANDRA SIMONE RANNO	6,00	1,50	3,00	12,00	42,50	11,00	76,00	1º	Classificado
384	RAQUEL APARECIDA CARPENEDO	6,00	3,00	4,50	9,00	42,50	8,50	73,50	2º	Classificado
499	ALINE MARIA DOMINSKI	6,00	3,00	4,50	9,00	34,00	12,76	69,26	3º	Classificado
436	ELAINE CRISTINA CAVALHEIRO SIMONETTI	6,00	1,50	6,00	12,00	34,00	9,50	69,00	4º	Classificado
183	MARILIANE DA ROCHA KOFF	4,50	3,00	6,00	3,00	42,50	9,00	68,00	5º	Classificado
393	ADRIANA LIMA DOS SANTOS	6,00	1,50	4,50	9,00	42,50	4,20	67,70	6º	Classificado
296	ÉLIDE BORDIGNON PEREIRA	4,50	4,50	6,00	6,00	34,00	12,50	67,50	7º	Classificado
195	JUCICLEUDE BONAFÉ DA SILVA	6,00	1,50	4,50	9,00	34,00	12,00	67,00	8º	Classificado
13	BRUNA GUEDES DA SILVA	4,50	1,50	6,00	12,00	34,00	8,50	66,50	9º	Classificado
568	TÂNIA MARIA BARP	3,00	4,50	7,50	6,00	42,50	2,00	65,50	10º	Classificado
329	ELDIANA LUNARDI	3,00	3,00	7,50	6,00	34,00	11,50	65,00	11º	Classificado
35	JULIANA CHIAVAGATTI GRADE	6,00	4,50	7,50	9,00	34,00	3,00	64,00	12º	Classificado
227	PATRICIA MOSENA	4,50	1,50	3,00	12,00	34,00	8,72	63,72	13º	Classificado
88	IVONETE LOPES SIQUEIRA	3,00	3,00	6,00	12,00	34,00	4,00	62,00	14º	Classificado
167	ELISANE PELISSARI KOFF	4,50	1,50	4,50	9,00	34,00	8,50	62,00	15º	Classificado
218	ADRIELI SECCO DOS SANTOS	4,50	4,50	4,50	12,00	25,50	9,00	60,00	16º	Classificado
52	MARLI SCHRODER SQUERSATO	6,00	4,50	4,50	6,00	34,00	4,50	59,50	17º	Classificado
298	MARCELI BELO	1,50	3,00	4,50	9,00	34,00	6,50	58,50	18º	Classificado
516	TATIANI CRISTINA DOS SANTOS DE JESUS	4,50	7,50	6,00	6,00	34,00	0,00	58,00	19º	Classificado
182	VERONICE DE OLIVEIRA	3,00	3,00	3,00	6,00	34,00	9,00	58,00	20º	Classificado
408	FERNANDA NICOLAO AGOSTINI	3,00	1,50	4,50	6,00	42,50	0,00	57,50	21º	Classificado
374	SIMONE DOS SANTOS	3,00	3,00	4,50	9,00	34,00	3,60	57,10	22º	Classificado
521	LUCINÉIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	4,50	3,00	6,00	9,00	34,00	0,00	56,50	23º	Classificado
22	SANDRA MARA SANDRI MOREIRA	6,00	1,50	6,00	6,00	34,00	2,90	56,40	24º	Classificado
145	STEFANY BARALDI	4,50	4,50	4,50	3,00	34,00	4,68	55,18	25º	Classificado
47	TAINARA BATISTELLA	3,00	3,00	6,00	9,00	34,00	0,00	55,00	26º	Classificado
236	LISIANE MARIA NARCISO	4,50	4,50	6,00	6,00	34,00	0,00	55,00	27º	Classificado
547	THAISE CRISTINA DE SALLES BORGES DE CEZARO	6,00	4,50	4,50	9,00	25,50	4,20	53,70	28º	Classificado
93	ALINE ASSUMPÇÃO BORGES FAVERO	1,50	1,50	4,50	12,00	34,00	0,00	53,50	29º	Classificado
94	JANAINA FEITOSA SABOIA DE CASTRO	3,00	3,00	4,50	9,00	34,00	0,00	53,50	30º	Classificado
1	PATRICIA DARIO	3,00	1,50	4,50	6,00	34,00	3,50	52,50	31º	Classificado
	TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE									
572	FREITAS CUMERLATTO	1,50	4,50	3,00	6,00	34,00	3,50	52,50	32º	Classificado
210	ELISANDRA DA SILVA FARIAS	3,00	3,00	3,00	9,00	34,00	0,00	52,00	33º	Classificado
578	ROSICLER RIBAS DE FREITAS	1,50	1,50	6,00	9,00	34,00	0,00	52,00	34º	Classificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



531	KEMYLE CRISTINA RAMA	4,50	4,50	3,00	6,00	34,00	0,00	52,00	35º	Classificado
68	IARA VALENDOLF	1,50	1,50	3,00	9,00	34,00	2,00	51,00	36º	Classificado
576	MARCIA VARGAS	3,00	0,00	4,50	9,00	34,00	0,00	50,50	37º	Classificado
282	MARINEI SILVA DOS SANTOS NEGRETTI	4,50	4,50	4,50	3,00	34,00	0,00	50,50	38º	Classificado
144	FERNANDA CARDOSO	4,50	1,50	3,00	6,00	34,00	0,00	49,00	39º	Classificado
503	RUTINEIA SIQUEIRA DA SILVA	3,00	3,00	6,00	3,00	34,00	0,00	49,00	40º	Classificado
178	ALESSANDRA SILVESTRE DA PAZ GHILARDI	3,00	0,00	4,50	6,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
251	NATASHA LIGIA DAL BELLO	3,00	4,50	3,00	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
331	MAYNARA KELI DE LIMA	3,00	3,00	4,50	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
40	KATHIUSCIA CAMARGO LINO DE MORAES	6,00	4,50	1,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
278	ROSANGELA DALVANA CORADI	3,00	3,00	6,00	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
259	JANE INES JAGIELA RODRIGUES	3,00	1,50	3,00	12,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
366	ANA CRISTINA PERSICI	4,50	3,00	3,00	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
230	DANUZA LOVATO	3,00	3,00	4,50	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
39	ANA PAULA WOIEVODA	3,00	1,50	6,00	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
386	LUCI LEITE	6,00	0,00	1,50	3,00	34,00	-	44,50	-	Desclassificado
512	MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA	3,00	0,00	3,00	12,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
209	VANUSA DOS SANTOS VIEIRA	3,00	3,00	3,00	9,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
351	GABRIELA CZEPANHIK RECH	3,00	1,50	4,50	9,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
53	ALINE FERRONATO LANDSKRON DE OLIVEIRA	4,50	1,50	6,00	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
333	CLARICE TEREZINHA PACE	4,50	0,00	3,00	9,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
41	CLEUNICE APARECIDA ALVES CAMARGO	4,50	3,00	3,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
444	FRANCIELE CRISTINE ZENERE DISNER	3,00	4,50	3,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
155	SOLANGE DA SILVA	3,00	1,50	6,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
105	ELIZANDRA CAMARGO BONISSONI	3,00	4,50	6,00	3,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
202	JULIANA SOARES	4,50	6,00	4,50	9,00	17,00	-	41,00	-	Desclassificado
295	SUELEN OLIVEIRA BARBOSA	3,00	1,50	4,50	6,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
330	MARIZETE DA SILVA ESGANZELLA	3,00	1,50	6,00	12,00	17,00	-	39,50	-	Desclassificado
482	ANE DAGMAR SANTOS DA ROSA ARALDI	4,50	1,50	4,50	3,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
538	VERA LÚCIA DE OLIVEIRA	3,00	1,50	4,50	3,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
313	MARILETE SEGNETTO LOVATTO	1,50	3,00	3,00	12,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
109	FABIANA LÚCIA BORTOLANZA CORREIA	6,00	1,50	3,00	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
467	GABRIELLA PINARELLO ANDOLFATTO	4,50	3,00	3,00	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
406	ÉDINA MARCIA FACHIN	4,50	3,00	6,00	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
25	ANAMIR PIANA	3,00	1,50	3,00	3,00	25,50	-	36,00	-	Desclassificado
533	MARISETE FERREIRA DOS SANTOS	4,50	0,00	1,50	12,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
582	LUCIANA FERNANDES MUNIZ	4,50	1,50	3,00	9,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
73	ANDRÉIA APARECIDA DASUK	3,00	1,50	4,50	9,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
141	ROSA ERONI RODRIGUES	1,50	6,00	1,50	9,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
544	AGACTA BRUNA CAMARGO LOVERA	4,50	1,50	6,00	6,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
401	SALETE MARIA RUBETTI	1,50	1,50	3,00	3,00	25,50	-	34,50	-	Desclassificado
246	SABRINA ROCKEMBACH RISSI	4,50	3,00	3,00	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
240	JANICE DA SILVA	4,50	3,00	6,00	3,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
257	CAMILA FRACARO NOGUEIRA	1,50	1,50	1,50	3,00	25,50	-	33,00	-	Desclassificado
8	JANE GORETTI MESNEROVICZ PAGLIARINI	1,50	0,00	3,00	3,00	25,50	-	33,00	-	Desclassificado
106	FRACIANE DE OLIVEIRA ALVES	4,50	1,50	1,50	0,00	25,50	-	33,00	-	Desclassificado
537	ELISANGELA DA ROZA	4,50	3,00	3,00	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
101	GILVANIA MARIA DE CARVALHO ARNO	3,00	1,50	6,00	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
134	VERA LUCI SCHIAVINI ROSA	1,50	4,50	4,50	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
200	JOSIANE RODRIGUES DA SILVA	3,00	0,00	3,00	6,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
491	DANIELLE LEMES	4,50	0,00	3,00	3,00	17,00	-	27,50	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



81	LIANI ISABEL PREUSS MARCON	3,00	3,00	3,00	9,00	8,50	-	26,50	-	Desclassificado
284	CAUANE PEREIRA DA SILVA	1,50	4,50	4,50	6,00	8,50	-	25,00	-	Desclassificado
450	CHAYANE MOCELLIN	3,00	4,50	6,00	3,00	8,50	-	25,00	-	Desclassificado
241	JULIANE MARIA ZATTA TRONCO	4,50	1,50	3,00	6,00	8,50	-	23,50	-	Desclassificado
84	NEIVA BENELLI RIBEIRO	3,00	1,50	4,50	6,00	8,50	-	23,50	-	Desclassificado
154	GESSICA KLAUS	3,00	3,00	4,50	3,00	8,50	-	22,00	-	Desclassificado
314	GISIELE LURDES FERNANDES DA SILVA	3,00	1,50	1,50	6,00	8,50	-	20,50	-	Desclassificado
	LUCIANE SOLANGE NICODEN BRAGA DOS SANTOS									
256	SANTOS	1,50	1,50	4,50	3,00	8,50	-	19,00	-	Desclassificado
149	GELSI FAVERO	3,00	1,50	4,50	0,00	8,50	-	17,50	-	Desclassificado
356	EMILE MAURER	1,50	3,00	4,50	3,00	0,00	-	12,00	-	Desclassificado
504	NEIVA TEREZINHA RODRIGUES WRZESINSKI	1,50	0,00	1,50	0,00	0,00	-	3,00	-	Desclassificado
381	LENICE CARPE SILVEIRA DILL	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
34	JULIANA APARECIDA PADILHA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
508	ANA CLEUDE DIAS DA ROSA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
107	SANDRA PADILHA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
439	DIENEFER EMANUELI GOULARTT	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
95	DÉBORA DA LUZ DE LIMA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
328	DANIELE NATÁLIA ALMEIDA DE OLIVEIRA SOUZA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
238	JUCELE MARTINS DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE ARTE: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS)

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
175	PAMELA EVELIN CRISTÓFOLI	6,00	3,00	3,00	6,00	34,00	3,10	55,10	1º	Classificado
496	SABRINA TOFFOLO	3,00	4,50	6,00	9,00	25,50	3,00	51,00	2º	Classificado
27	JULIANA LOPES REBELATTO	6,00	4,50	4,50	12,00	17,00	-	44,00	-	Desclassificado
99	POLYANA REGINA MARTARELLO DO AMARANTE	6,00	3,00	4,50	12,00	17,00	-	42,50	-	Desclassificado
495	FABIANE CALLEGARI PEREIRA	1,50	4,50	4,50	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
112	CRISTIANE DE OLIVEIRA DIAS	3,00	3,00	1,50	6,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
385	ELISA CORREA DA SILVA	4,50	0,00	1,50	6,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
322	KEILA LETICIA WOLF	3,00	4,50	1,50	3,00	8,50	-	20,50	-	Desclassificado
369	SIRLEI PAULINA DA COSTA	3,00	0,00	1,50	6,00	8,50	-	19,00	-	Desclassificado
133	ANDREIA SANDINI NUNES	1,50	0,00	3,00	0,00	8,50	-	13,00	-	Desclassificado
567	IDÁLIA CAROLINA REIS DARROS	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
111	TIAGO LUIZ FERREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE CIÊNCIAS: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
65	ALINE CRISTIANE ROZA	3,00	6,00	6,00	9,00	34,00	4,40	62,40	1º	Classificado
126	MAICON TELLES SZCZYGEL	6,00	1,50	6,00	6,00	34,00	6,00	59,50	2º	Classificado
5	TATIANE BRANCHER	6,00	1,50	6,00	9,00	25,50	0,00	48,00	3º	Classificado
453	LILIAN CAMARGO	6,00	0,00	1,50	9,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
264	LUCINARA DADDA DIAS	4,50	4,50	4,50	9,00	17,00	-	39,50	-	Desclassificado
163	JANETE DE FATIMA ROSA DE ALMEIDA	3,00	1,50	3,00	9,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
431	DANIELA PATRICIA DE OLIVEIRA LUZ	4,50	1,50	4,50	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
513	LIDIANA GIRARDINI BAGGIO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (TRADUTOR E INTERPRETE DE LIBRAS)

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
113	JOVIDE PERUZZO	4,50	4,50	4,50	6,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
15	MARIA DA PENHA SILVA GONCALVES	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 20 HORAS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
72	MARLETE APARECIDA ALVES	6,00	3,00	4,50	15,00	34,00	10,00	72,50	1º	Classificado
216	ADRIANA DOS SANTOS	4,50	3,00	3,00	6,00	42,50	10,50	69,50	2º	Classificado
253	IVANIA PEREGO SILVESTRI	6,00	3,00	4,50	9,00	34,00	12,00	68,50	3º	Classificado
260	MARIVONE ALBINA BIASUZ PEREIRA	1,50	3,00	4,50	9,00	34,00	16,00	68,00	4º	Classificado
179	ELIZETE BERTAN CRISTÓFOLI	3,00	1,50	4,50	12,00	34,00	8,54	63,54	5º	Classificado
522	DAIANE REGINA DE JESUS	6,00	3,00	4,50	6,00	34,00	9,50	63,00	6º	Classificado
557	SILVIA CRISTINA DE DEUS DE SÁ	4,50	3,00	3,00	12,00	34,00	5,50	62,00	7º	Classificado
459	ENIR DE JESUS	4,50	3,00	4,50	12,00	34,00	2,00	60,00	8º	Classificado
150	ANDRÉIA DE ABREU PACHECO	4,50	1,50	3,00	9,00	34,00	8,00	60,00	9º	Classificado
489	FERNANDA FLOR DA SILVA	4,50	4,50	6,00	12,00	25,50	6,50	59,00	10º	Classificado
180	NADIA MARIA BRUM BORGES OLIVEIRA	4,50	3,00	4,50	3,00	34,00	9,50	58,50	11º	Classificado
376	ANA CLAUDIA PEREIRA HOINOSKI	1,50	4,50	4,50	6,00	34,00	7,90	58,40	12º	Classificado
164	JUSCELI MARCIA MOLOZZI	3,00	1,50	6,00	6,00	34,00	6,70	57,20	13º	Classificado
560	MARIA CAROLINA MIRANDA	3,00	1,50	7,50	9,00	34,00	2,00	57,00	14º	Classificado
361	ALINE ZAMBON	7,50	3,00	6,00	6,00	34,00	0,00	56,50	15º	Classificado
348	CHEILA TAVARES MICHELIN FERREIRA	4,50	1,50	7,50	12,00	25,50	3,80	54,80	16º	Classificado
423	PATRICIA LOCATELLI CAGLIARI	3,00	0,00	4,50	6,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
114	MARISA DE FÁTIMA LINS MARTINS ARMÊNIO	3,00	1,50	6,00	3,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
528	ANA DA LUZ DE LIMA	6,00	7,50	4,50	12,00	17,00	-	47,00	-	Desclassificado
424	ADRIANA WUSTRO	4,50	3,00	4,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
429	GENESSI BARBOSA CERUTTI	4,50	1,50	6,00	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
529	KARINE APARECIDA DANIEL	3,00	1,50	7,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
535	ROSEMERI TEREZINHA FAVA CADINI	3,00	1,50	4,50	3,00	34,00	-	46,00	-	Desclassificado
525	NILCIANE FIORINI	3,00	0,00	4,50	12,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
507	JULIANE APARECIDA PAULINI	3,00	3,00	4,50	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
300	SANDRA MARCIA DE LIMA	1,50	0,00	4,50	12,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
542	EMILIA MARIA CALLEGARI	3,00	1,50	4,50	9,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
122	LILIAN NADIA PILONETTO DE ANDRADE	6,00	1,50	4,50	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
456	JEFERSON CRISTIANO SCHNEIDER	3,00	1,50	3,00	9,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
375	MARINILSE FACHINELLO PEROTTO	4,50	3,00	6,00	3,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
362	EDILANA DA SILVA GONÇALVES	4,50	6,00	4,50	9,00	17,00	-	41,00	-	Desclassificado
143	LUCIA INES CHERUBIN	3,00	3,00	6,00	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
442	FABIANE DALL ACQUA	4,50	1,50	3,00	6,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
368	JAQUELINE FERNANDES WEBER	4,50	1,50	6,00	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
545	JUCIMARA ANA CONRADO DA SILVA	3,00	3,00	6,00	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
342	RAQUEL DA SILVA	4,50	3,00	3,00	3,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
319	JOSEANE CASAGRANDE MARMITT	3,00	3,00	4,50	3,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
277	RAIANY NICOLLI WENDT	3,00	3,00	4,50	3,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



272	ELIANE CECATTO LEITE	4,50	3,00	4,50	9,00	17,00	-	38,00	-	Desclassificado
581	MICHELE APARECIDA BARBOSA	1,50	0,00	4,50	6,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
324	FRANCIELE CRISTINA GIUNTA	3,00	1,50	4,50	3,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
267	JOSEFINA GONÇALVES OLYMPIO	1,50	3,00	3,00	0,00	25,50	-	33,00	-	Desclassificado
476	GIOVANA DE LIMA	4,50	3,00	6,00	6,00	8,50	-	28,00	-	Desclassificado
274	CLAIRI BEBBER	4,50	1,50	7,50	6,00	8,50	-	28,00	-	Desclassificado
311	DENIZE SIQUEIRA	3,00	0,00	4,50	9,00	8,50	-	25,00	-	Desclassificado
478	JULIANA CRISTINA CONRADO	1,50	4,50	3,00	6,00	8,50	-	23,50	-	Desclassificado
370	JUCIMARI APARECIDA MELLO CARRARO	3,00	0,00	6,00	3,00	8,50	-	20,50	-	Desclassificado
57	TAISE MACHADO KUBENECK	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
579	JÉSSICA MELO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 40 HORAS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
555	SUZIMARA DE VILLA	4,50	1,50	4,50	9,00	42,50	6,40	68,40	1º	Classificado
372	TAMARA SEGNETTO	4,50	4,50	6,00	9,00	34,00	8,00	66,00	2º	Classificado
382	CLEIDE MARIA BRESOLIN SANDINI	1,50	0,00	4,50	9,00	34,00	14,00	63,00	3º	Classificado
189	ROSEANA DA SILVA	4,50	1,50	4,50	12,00	34,00	4,60	61,10	4º	Classificado
205	POLIANE APARECIDA DA SILVA	1,50	4,50	4,50	6,00	42,50	2,00	61,00	5º	Classificado
307	IRENE PEREIRA RAMOS	4,50	1,50	4,50	6,00	34,00	7,00	57,50	6º	Classificado
484	ROSANGELA TOLDO	3,00	4,50	3,00	6,00	34,00	6,90	57,40	7º	Classificado
461	LUCIANE CRISTINA MILESKY	3,00	1,50	4,50	12,00	34,00	2,00	57,00	8º	Classificado
207	JOSIANE ROBERTO LINHARES CASSOL	6,00	3,00	3,00	9,00	34,00	2,00	57,00	9º	Classificado
446	SUZANA HILLMANN DALLE LASTE	1,50	1,50	6,00	9,00	34,00	2,00	54,00	10º	Classificado
165	LEONILDE MOREIRA DE PAULA	1,50	1,50	4,50	6,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
303	CLAIR DA SILVA	3,00	1,50	4,50	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
108	CIMARA SIMEI LEITE MOREIRA	3,00	1,50	4,50	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
457	LUCIMAR ALFELINA DA SILVA	4,50	3,00	4,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
470	ELISANGELA FATIMA DOS SANTOS NEIDE	4,50	3,00	4,50	9,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
301	ELDRIN LUIZ SANTINI	4,50	3,00	7,50	6,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
387	CARLA CRISTIANE RIBEIRO	4,50	1,50	4,50	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
493	LUCIANA TOLDO DE CAMARGO	3,00	3,00	4,50	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
310	ADRIANE DEMARCO SALINI	1,50	1,50	3,00	12,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
82	MARISA TOMAZI FIORINI	7,50	3,00	3,00	12,00	17,00	-	42,50	-	Desclassificado
148	ANA PAULA MELO BEZERRA	4,50	1,50	3,00	6,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
551	ANDREZA PEREIRA CAVALHEIRO	3,00	3,00	3,00	6,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
140	MAGDA LUCIA DA CRUZ	3,00	3,00	6,00	9,00	17,00	-	38,00	-	Desclassificado
458	VANESSA ROSA DE LIMA	3,00	1,50	6,00	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
404	JECELI LURDES BERTAN FERRAZ	4,50	0,00	4,50	9,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
471	GISELE FARIAS DE ABREU DA CRUZ	4,50	1,50	4,50	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
170	MARILUCIA DA SILVA PEREIRA	4,50	1,50	4,50	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
403	SANDRA QUECHINI	3,00	1,50	6,00	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
440	IVANI TEREZINHA ROMANI	3,00	1,50	3,00	0,00	25,50	-	33,00	-	Desclassificado
541	MICHELLE BARBOSA DA MOTA	1,50	1,50	4,50	6,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
48	SIRLEI DOS SANTOS	1,50	1,50	4,50	6,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
367	LUCIVANI LEMES PAIN DOS SANTOS	1,50	0,00	4,50	6,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
334	MARI TANIA GREGOL COUSSEAU	4,50	3,00	1,50	3,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
428	FRANCIELE FAZONI	4,50	0,00	4,50	3,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
364	CLECIANE RIBOLDI DOS SANTOS	1,50	0,00	1,50	6,00	17,00	-	26,00	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



397	ROSIMERI FIORINI	4,50	3,00	4,50	3,00	8,50	-	23,50	-	Desclassificado
306	ELIANE RODRIGUES LISBOA	1,50	0,00	4,50	0,00	17,00	-	23,00	-	Desclassificado
315	ADRIANA MARIA SANTIN	4,50	0,00	3,00	3,00	8,50	-	19,00	-	Desclassificado
357	MARCIA DE RAMOS	3,00	3,00	3,00	9,00	0,00	-	18,00	-	Desclassificado
132	ADRIANA RODRIGUES DE SOUSA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
199	ALDI SANDRA DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
64	MARCIA MARLI HASCKEL	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
463	MARLETE LURDES WOLF	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
487	SUSANE MEZECO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
3	JUCILAINE ELAUTERIO DA LUZ SANTIN	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
287	GABRIELA MOSQUETA FERASO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PARA ATUAR EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS)

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
147	KARINE APARECIDA DE BORTOLI	4,50	3,00	4,50	15,00	42,50	4,90	74,40	1º	Classificado
265	DIONIS ALEX TOIGO	6,00	1,50	7,50	15,00	34,00	9,00	73,00	2º	Classificado
410	ALEXSANDER CORREA LIMA	4,50	3,00	4,50	6,00	42,50	12,28	72,78	3º	Classificado
128	RAFAEL TEIXEIRA BRUNETTO	6,00	3,00	6,00	9,00	34,00	5,50	63,50	4º	Classificado
389	DAIANE CRISTINA FAITA	3,00	1,50	6,00	9,00	34,00	9,80	63,30	5º	Classificado
139	LENILDO CARDOSO DA COSTA	6,00	6,00	3,00	12,00	34,00	0,00	61,00	6º	Classificado
252	ANDRÉIA MARIA RODRIGUES	7,50	3,00	4,50	3,00	42,50	0,00	60,50	7º	Classificado
288	EMANUELY PRZENDZIUK BERLEZI	6,00	6,00	4,50	3,00	34,00	2,50	56,00	8º	Classificado
258	LUCAS MATEUS LINHARES LOPES	3,00	4,50	4,50	9,00	34,00	0,00	55,00	9º	Classificado
289	PAULO ROBERTO BERLEZI	6,00	1,50	7,50	6,00	34,00	0,00	55,00	10º	Classificado
177	GABRIEL LEVI DE ALMEIDA LARA	6,00	4,50	3,00	3,00	34,00	3,60	54,10	11º	Classificado
173	LUCIANA MATEUS	6,00	1,50	1,50	9,00	34,00	0,00	52,00	12º	Classificado
262	HELOÍSA BORDIGNON	6,00	4,50	4,50	3,00	34,00	0,00	52,00	13º	Classificado
214	ELIZANDRA POZZAN	1,50	1,50	6,00	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
518	BIANCA ERZELINA BARBOSA DOS SANTOS	1,50	0,00	3,00	15,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
62	JULIANA APARECIDA BORBA	4,50	3,00	3,00	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
421	LENON CRISTIANO BUSNELO	3,00	1,50	6,00	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
118	WALTER FRENZEL NETO	4,50	4,50	4,50	6,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
271	BRUNA RIBEIRO DOS SANTOS	6,00	1,50	4,50	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
441	MARCOS JOSÉ SCHUSTER	4,50	4,50	3,00	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
283	TAINAN MARCHI	4,50	4,50	3,00	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
373	DANIELE FÁTIMA SIMIONATO	4,50	3,00	3,00	6,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
426	JOAO MARCOS DE LIMA	4,50	1,50	6,00	12,00	17,00	-	41,00	-	Desclassificado
160	DAYANE MOSENA	3,00	1,50	4,50	6,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
116	ROSILENE FERNANDES DE OLIVEIRA	3,00	1,50	6,00	3,00	25,50	-	39,00	-	Desclassificado
75	JOCELAINE PEROZZO PELIZZARI	1,50	3,00	4,50	3,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
347	PRISCILA RAVARENA LOUVISON	6,00	3,00	4,50	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
211	PAMELA CONCEIÇÃO ZENI	3,00	6,00	4,50	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
563	ERARDO BENITEZ LOPEZ	4,50	3,00	4,50	6,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
146	VANDERLEIA MARQUES DA SILVA	6,00	3,00	1,50	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
392	FERNANDA ALVES	6,00	3,00	1,50	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
291	NATÁLIA RIBEIRO	4,50	3,00	3,00	6,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
	EDINEI LEONARDO NARCISO FERREIRA DOS SANTOS	3,00	1,50	4,50	6,00	17,00	-	32,00	-	Desclassificado
316		3,00	1,50	4,50	6,00	17,00	-	32,00	-	Desclassificado
312	SOLANGE MARIA PIACENTINI CHIES	6,00	6,00	4,50	6,00	8,50	-	31,00	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



80	FRANCIELI PAHOLSKI PRESTES	3,00	3,00	4,50	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
492	SIMONE ALVES RODRIGUES	6,00	1,50	4,50	0,00	17,00	-	29,00	-	Desclassificado
379	LEANDRA PEDROSO BONET	4,50	0,00	1,50	3,00	17,00	-	26,00	-	Desclassificado
79	RICARDO LUIZ FRANCHNI	4,50	4,50	1,50	6,00	8,50	-	25,00	-	Desclassificado
117	ARIEL MATEUS RODRIGUES	3,00	4,50	4,50	3,00	8,50	-	23,50	-	Desclassificado
46	WELLINTON NIKOLAI DAVILA	3,00	3,00	3,00	3,00	8,50	-	20,50	-	Desclassificado
400	LIA MARA LUNARDELLI	1,50	4,50	3,00	3,00	8,50	-	20,50	-	Desclassificado
136	VALCIR BITELLO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
360	FERNANDA CRISTINA GRANOVSKI BRUNETTO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
414	NAIARA DE FREITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
151	VITALINO PIAIA	6,00	3,00	3,00	9,00	42,50	2,00	65,50	1º	Classificado
443	ADRIANA PONTES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE GEOGRAFIA: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
554	RAFAEL WILLIAN SENER	6,00	6,00	6,00	6,00	25,50	0,00	49,50	1º	Classificado
174	DEBORA JULIANA CARVALHO	4,50	1,50	1,50	6,00	34,00	-	47,50	-	Desclassificado
268	LUCAS LOURECE DE OLIVEIRA	4,50	3,00	3,00	9,00	25,50	-	45,00	-	Desclassificado
186	INGRID SCHEID	6,00	3,00	4,50	9,00	17,00	-	39,50	-	Desclassificado
564	EMILIA FERNANDA CAROLINA MONTEIRO	4,50	3,00	3,00	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
583	JERRY ANTONIO BECCHI	1,50	3,00	4,50	9,00	17,00	-	35,00	-	Desclassificado
184	EMANUELLE GIACHINI GOFFI	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
90	PATRICIA CALDART	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
325	MAXUELL FRANCISCO MARIANI	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
539	JOSÉ CARLOS SILVA SOUZA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE HISTÓRIA: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
67	DEBORA FERREIRA	7,50	3,00	4,50	12,00	34,00	7,00	68,00	1º	Classificado
514	DIANA APARECIDA ENGELMANN	3,00	3,00	3,00	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
354	VALTER LOOF	3,00	0,00	3,00	12,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
561	LENICE PEGORINI OGLIARI	3,00	1,50	6,00	12,00	17,00	-	39,50	-	Desclassificado
546	FERNANDA SALAMI	6,00	3,00	4,50	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
580	SILVANA PEDROSO DE MORAIS FERREIRA BECCHI	4,50	0,00	3,00	9,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
425	RAMON CASTILHO RAVARENA	3,00	1,50	3,00	3,00	17,00	-	27,50	-	Desclassificado
530	INDIANARA KARLA BOSETTI DE OLIVEIRA	3,00	3,00	4,50	6,00	8,50	-	25,00	-	Desclassificado
350	IURY FANFA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE INGLÊS: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS)

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
-----------	------	----	----	----	-----	----	-----	---------------	---------	-----------



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



417	MUNIQUELLEN CRISTÓFOLI	6,00	4,50	6,00	12,00	25,50	1,00	55,00	1º	Classificado
321	ADRIANA GUERINI KUCZER	3,00	4,50	3,00	6,00	34,00	2,00	52,50	2º	Classificado
290	SILVIA CRISTINA ZAMPIERI FRANCO	6,00	3,00	6,00	6,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
505	HENDIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	6,00	3,00	6,00	12,00	17,00	-	44,00	-	Desclassificado
231	MARIA EDUARDA DA SILVA	3,00	1,50	4,50	9,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
445	LETICIA TEODORO MARINA	6,00	4,50	4,50	9,00	17,00	-	41,00	-	Desclassificado
388	NADIA APARECIDA ZANON PIVA	3,00	3,00	6,00	3,00	25,50	-	40,50	-	Desclassificado
6	ANA JÉSSICA DE LIMA BERLANDA	4,50	3,00	1,50	3,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
233	GISLAINE CRISTINA VARGAS	4,50	4,50	4,50	6,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
215	ESTELA MARCIA DE LIMA PAZ	6,00	0,00	4,50	0,00	25,50	-	36,00	-	Desclassificado
543	TERESINHA ANTÔNIA BRAGA	1,50	1,50	6,00	6,00	17,00	-	32,00	-	Desclassificado
270	DANIELA FATIMA DALA RIVA MARAFÃO	1,50	3,00	3,00	0,00	17,00	-	24,50	-	Desclassificado
71	IONARA ENGELMANN	3,00	1,50	1,50	3,00	8,50	-	17,50	-	Desclassificado
191	GISLAINE FÁTIMA VIEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
297	MARGARETE KOSINSKI	6,00	1,50	3,00	12,00	34,00	10,00	66,50	1º	Classificado
454	TATIANE CRISTINA DO AMARAL DA ROSA	6,00	3,00	3,00	12,00	34,00	0,00	58,00	2º	Classificado
45	ELISA LOPES DA SILVA	6,00	1,50	4,50	9,00	34,00	2,00	57,00	3º	Classificado
44	OSEIAS DALPONTE	3,00	1,50	4,50	15,00	25,50	5,42	54,92	4º	Classificado
299	LOURDES HELENA LOCATELLI	4,50	4,50	4,50	9,00	25,50	2,00	50,00	5º	Classificado
411	CAMILE THAIS BRZOSTEK BASSANI	3,00	1,50	4,50	12,00	25,50	-	46,50	-	Desclassificado
434	CARLA CRISTINA MACHADO	6,00	1,50	4,50	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
449	ALINE FERNANDA GAMBA PONSONI	4,50	3,00	4,50	6,00	25,50	-	43,50	-	Desclassificado
309	IONE DONATTI DE ALMEIDA	3,00	3,00	4,50	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado
286	ELISANGELA CORREA	3,00	1,50	6,00	3,00	17,00	-	30,50	-	Desclassificado
320	REDIANE DOS SANTOS	3,00	1,50	6,00	9,00	8,50	-	28,00	-	Desclassificado
120	CLEONICE HENRIQUE DA SILVA MICHAIOFF	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

PROFESSOR DE MATEMÁTICA: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
98	ALLYNE LUANA WANESSA FANK ANDRADE	4,50	4,50	6,00	12,00	34,00	2,00	63,00	1º	Classificado
185	MARILIA PLUCINSKI DE CAMPOS ASSMANN	4,50	3,00	6,00	12,00	25,50	10,20	61,20	2º	Classificado
510	ALEXANDRE GRIGOLO	3,00	7,50	4,50	6,00	34,00	5,10	60,10	3º	Classificado
363	GABRIEL EDMUNDO MADEIRA BADIALE	4,50	6,00	4,50	12,00	25,50	3,00	55,50	4º	Classificado
56	ELIVELTON CASANOVA	1,50	6,00	6,00	6,00	34,00	0,00	53,50	5º	Classificado
558	ANDRÉ LUIZ OGLIARI	4,50	6,00	4,50	12,00	25,50	0,00	52,50	6º	Classificado
245	WILLIAM ROBSON DE SOUZA ASSIS	4,50	3,00	6,00	12,00	25,50	0,00	51,00	7º	Classificado
571	DANIELE CARLA TREVISAN	4,50	4,50	4,50	3,00	25,50	-	42,00	-	Desclassificado
187	LAURA ESTER BENEDETTI PRETO	6,00	3,00	3,00	0,00	25,50	-	37,50	-	Desclassificado
341	ROSICLER JULIANA SANDRI	3,00	1,50	3,00	9,00	17,00	-	33,50	-	Desclassificado
63	LUCIANO FERREIRA DA LUZ	4,50	4,50	4,50	9,00	8,50	-	31,00	-	Desclassificado
97	ELIZANDRO SUEIK DA SILVA DREMEL	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
156	GABRIELA BRUGNEROTO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
188	SARAH CRISTINA BRESSANELLI HUNOFF	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
89	MANOEL VIEIRA JUNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



29 CAMILA RONCATTO RODRIGUES - - - - - Desclassificado

ANEXO II
CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
VAGAS PcD

PROFESSOR 1: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS)

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
383	INDAIANA CARLESSO	4,50	1,50	4,50	15,00	34,00	11,40	70,90	1º	Classificado

PROFESSOR 1: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE (04 MESES A 03 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS))

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
195	JUCICLEUDE BONAFÉ DA SILVA	6,00	1,50	4,50	9,00	34,00	12,00	67,00	1º	Classificado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 20 HORAS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
180	NADIA MARIA BRUM BORGES OLIVEIRA	4,50	3,00	4,50	3,00	34,00	9,50	58,50	1º	Classificado

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: PARA ATUAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CG	CGE	CE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
309	IONE DONATTI DE ALMEIDA	3,00	3,00	4,50	9,00	17,00	-	36,50	-	Desclassificado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



ANEXO III
ANÁLISE DE RECURSOS

RECORRENTE: 210

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: RECURSO INDEFERIDO tendo em vista que o candidato não realiza interposição de recurso contra a classificação provisória, anexando, intempestivamente, recurso contra questão de prova. Contudo, as modificações resultantes da revisão das questões influenciam na classificação provisória, proceder-se-á à análise das argumentações apresentadas.

O recorrente limita sua contestação à seguinte assertiva:

“no gabarito provisório as questões 6 e 20 está correta opções divergente do gabarito oficial, sendo que no gabarito provisório eu teria acertado a questão número 20 como letra D, solicito anulação das questões”

Em consonância com o Edital, o período subsequente à publicação do Gabarito Provisório foi destinado à interposição de recursos contra questões da prova, permitindo aos candidatos que discordassem das respostas preliminares a oportunidade de recorrer. Após a protocolização e análise dos recursos, o Gabarito Oficial foi publicado, incorporando as alterações decorrentes dos recursos julgados procedentes.

Esclarece-se que tal procedimento está plenamente previsto no cronograma do edital, incluindo a subsequente divulgação do Gabarito Oficial.

Ressalta-se que a denominação “Provisório” atribuída ao Gabarito reflete a possibilidade de alterações oriundas de recursos acolhidos, culminando na divulgação do Gabarito Oficial com as definições finais das respostas, em estrita observância às práticas adotadas em concursos públicos em todo o território nacional, em todas as esferas administrativas.

Quanto às questões 6 e 20, esclarece-se que, por força de recurso acolhido, interposto tempestivamente por outro candidato:

- Quanto à questão nº 6: Após detida análise dos recursos apresentados, constatou-se uma inconsistência nas afirmativas II e III, ensejando a correção do gabarito inicialmente indicado como opção B. Dado que a alternativa A era a correta, afirmando: "Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras", procedeu-se à alteração do gabarito de “B” para “A”.
- Quanto à questão nº 20: Uma revisão criteriosa revelou um erro na afirmativa IV. Como a alternativa A era a correta, declarando: "Apenas as afirmativas I e II estão corretas", o gabarito foi alterado de “D” para “A”.

Consequentemente, as referidas questões sofreram modificações do Gabarito Provisório para o Oficial, em virtude do acolhimento dos recursos apresentados, conforme procedimento constante no edital.

Por fim, é imperioso destacar que a metodologia adotada pela Banca Examinadora, representada pela WE DO CONCURSOS, consiste em uma análise uniforme e rigorosa de cada recurso, comparando as alegações com as normativas gramaticais e legislativas aplicáveis. Ademais, enfatiza-se que a WE DO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



CONCURSOS não promove a alteração ou anulação de questões com a finalidade de favorecer quaisquer candidatos específicos para alcançarem a classificação.

RECORRENTE: 22

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Recorrente alega que acertou duas questões de matemática, questão de nº 06 e questão de nº 08 e que recebeu erroneamente 1,50 pontos.

Foi realizado novo processamento da folha de respostas e também realizada conferência manual e se chegou ao mesmo resultado de notas que foi publicado na classificação provisória. Vejamos:

Disciplina de matemática:

Gabarito oficial constou:

nº 06 - gabarito publicado letra A. Candidato(a) assinalou letra B - não recebeu pontuação

nº 07 - gabarito publicado letra C. Candidato(a) assinalou letra B - não recebeu pontuação

nº 08 - gabarito publicado letra B. Candidato(a) assinalou letra B - recebeu 1,50 pontos

nº 09 - gabarito publicado letra C. Candidato(a) assinalou letra A - não recebeu pontuação

nº 10 - gabarito publicado letra B. Candidato(a) assinalou letra A - não recebeu pontuação

Assim, a nota da disciplina de matemática está correta em constar 1,50 ponto.

RECORRENTE: 52

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Candidato(a) não interpôs recurso contra a classificação provisória. Candidato(a) solicita esclarecimentos acerca do motivo do não deferimento dos títulos.

Candidato(a) não observa que o título rejeitado de protocolo nº 771600 é porque anexou no campo específico de "alteração de nome", um informativo de colação de grau. Como se vê, o edital é claro no seu item 4.3 que não são pontuados títulos de licenciatura.

Concernente ao protocolo nº 771696 (título também rejeitado), o motivo do indeferimento se deu porque o candidato juntou todos os títulos em um único arquivo, descumprindo o previsto no edital.

O procedimento para a apresentação dos títulos está minuciosamente descrito nos itens 4.14 a 4.20, sendo que o subitem 4.14.3 estipula:

4.14.3. (...) a) Providenciar todos os documentos que pretende apresentar para pontuação, atendo-se à lista de itens 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4. deste edital, não sendo pontuados documentos que não constem nos respectivos itens; b) Realizar a digitalização individualizada de TODOS os documentos estabelecidos de forma legível e completa (frente e verso), a fim de permitir a clara análise das informações prestadas e dos documentos apresentados; c) Salvar cada uma das digitalizações em extensão "pdf", com tamanho máximo de 2MB; d) Nomear cada arquivo digitalizado com a descrição do documento que ele representa; e) Acessar a área do candidato, clicar no campo "títulos" e ADICIONAR cada um dos arquivos digitalizados no seu respectivo campo. EXEMPLO: adicionar o arquivo relativo ao diploma da pós-graduação no campo relativo à pós-graduação, adicionar o arquivo relativo ao diploma do mestrado no campo relativo ao mestrado e, assim, sucessivamente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



Consoante o Edital, é imperativo que os títulos sejam anexados de forma individualizada e nomeada, cada um em seu formato 'pdf' correspondente, englobando todas as suas páginas (frente e verso). A cláusula "e" reforça a obrigatoriedade de que cada título seja digitalizado e inserido no seu campo específico, haja vista que cada qual possui classificações distintas e o sistema computará conforme tal atribuição.

Contrariamente, o recorrente anexou todos os títulos em um arquivo único. Conforme a normativa editalícia, os títulos devem ser apresentados de forma segregada.

Além disso, o item 4.15, alínea (I), que fundamenta o indeferimento dos títulos acostados, é categórico: 4.15. *Não são atribuídos créditos aos títulos: I) arquivados conjuntamente num mesmo documento, sendo todos os indeferidos nesta condição.*

Por fim, de esclarecer, que as exigências editalícias são necessárias para que, conforme os quadros dos itens 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4, os títulos anexados no sistema sejam pontuados da forma correta.

RECORRENTE: 244

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Recorrente não realiza a interposição de recurso contra a classificação provisória. Candidato(a) se limita a enviar de forma esparsa certificados de qualificação profissional.

Contudo, a fase de envio dos títulos findou em 09/11/2023, quando, naquela ocasião, deveriam ser anexados os títulos no prazo e condições do Edital, sendo considerados intempestivos documentos na fase recursal.

RECORRENTE: 244

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Não há razões para analisar (recurso em branco)

RECORRENTE: 192

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Recorrente não apresenta recurso contra a classificação provisória. Se limita a anexar um texto que fala da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. No título do documento constou "recurso cursos de aperfeiçoamento profissional", dando a entender que o texto é para justificar a relação do tema com as atribuições do cargo.

Neste sentido, visto que a fase de interposição de recursos contra a nota da prova de títulos já encerrou, quaisquer recursos submetidos extemporaneamente, ainda que dentro de outros períodos recursais, não serão objeto de análise.

Ressalta-se que a candidata não teve nenhum título avaliado tendo em vista que não alcançou a nota mínima para passar para a etapa de títulos, conforme preconiza o item 4.2.2 do Edital.

Segundo este item: *Passarão para a etapa de pontuação dos títulos os candidatos classificados na etapa objetiva.*

RECORRENTE: 210

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Não há razões para analisar (recurso em branco)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO XANXERÊ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 027/2023



RECORRENTE: 53

RESULTADO: INDEFERIDO

ANÁLISE: Recorrente interpôs recurso solicitando revisão da nota da prova de títulos (que não foram avaliados), da nota da disciplina de matemática e conhecimentos gerais.

Da nota da prova de títulos, os mesmos não foram avaliados tendo em vista que o recorrente não alcançou a nota mínima para passar para a etapa de títulos, conforme preconiza o item 4.2.2 do Edital. Segundo este item: Passarão para a etapa de pontuação dos títulos os candidatos classificados na etapa objetiva.

Relativamente à revisão da nota da disciplina de matemática e de conhecimentos gerais, que alega ter recebido pontuação errada, foi verificado o cartão de respostas, reprocessada a sua nota e se chegou ao mesmo resultado, vejamos:

Questões de matemática:

06 - gabarito oficial constou letra A; candidato assinalou letra B, logo: não recebeu pontuação.

07 - gabarito oficial constou letra C; candidato assinalou letra D, logo: não recebeu pontuação.

08 - gabarito oficial constou letra B; candidato assinalou letra A, logo: não recebeu pontuação.

09 - gabarito oficial constou letra C; candidato assinalou letra C, logo: recebeu 1,50 pontos

10 - gabarito oficial constou letra B; candidato assinalou letra A, logo: não recebeu pontuação.

Assim, totalmente correta a nota da disciplina de matemática em que foi atribuída a nota de 1,50 pontos.

Questões de conhecimentos gerais:

11 - questão anulada - recebeu 1,50 pontos

12 - gabarito oficial constou letra B; candidato assinalou letra B, logo: recebeu 1,50 pontos

13 - gabarito oficial constou letra C; candidato assinalou letra B, logo: não recebeu pontuação

14 - gabarito oficial constou letra B; candidato assinalou letra B, logo: recebeu 1,50 pontos

15 - gabarito oficial constou letra A; candidato assinalou letra A, logo: recebeu 1,50 pontos

Assim, totalmente correta a nota de conhecimentos gerais atribuída à candidata no valor de 6,00 pontos

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0261/2023

Publicação Nº 5410451

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0261/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aquisição de Emulsão Asfáltica RM-1C, com bomba para descarga, para concreto asfáltico e recapeamento asfáltico de ruas pavimentadas do Município de Xanxerê, conforme edital e seus anexos.

Fica reajustado o valor do Item nº 01, conforme justificativas constantes no Requerimento da Contratada e Parecer Jurídico, anexos ao processo.

ITEM	DESCRIÇÃO	Und	Valor Unt. Anterior	Valor Reajustado
01	Emulsão Asfáltica RM-1C com bomba para descarga.	Ton	R\$ 3.800,00	R\$ 3.889,68

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 9º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0159/2020

Publicação Nº 5411026

Extrato do 9º Aditivo ao Contrato nº 0159/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: NETBIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Objeto: Prestação de serviço de transporte de dados em tecnologia MultiProtocol Label Swicthing (MPLS) através de fibra ótica incluindo todos os equipamentos, instalações e outros serviços necessários e de acordo com o Artigo 65, Inciso II, alínea "b" e §1º da Lei 8.666/93 e suas alterações

Fica aditado ao contrato originário, o seguinte item do contrato, destinado ao Programa Família Acolhedora, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Manifestação da Contratada e Parecer Jurídico anexos ao processo, conforme segue:

ITEM	Descrição	Valor Mensal
89	TRANSPORTE MPLS de 100 Mbps Full. Local: Programa Família Acolhedora, Rua Travessa Ernesto Carmelli, 67, sala 01, centro em Xanxerê/SC.	R\$ 86,18
	Total mensal a aditar R\$	R\$ 86,18

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2023. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0284/2023

Publicação Nº 5413361

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0284/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TALASKA ENERGIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços elétricos, destinados a execução da rede elétrica com a utilização de eletrocalhas industriais, no Pavilhão da Indústria, Pavilhão do Comércio e Praça de Alimentação do Parque de Exposição Rovinho Bortoluzzi, totalizando uma área de 5.423,77m², com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos e demais Projetos anexos ao presente.

Valor total: R\$ 239.405,58

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 11 de dezembro 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO DE LICITAÇÃO N° 0101/2023

Publicação N° 5411004

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7AFC63EBEF6E6423E31216558B36B1FC990F92E1

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica o presente Pregão Presencial para Registro de Preços, a saber:

Processo Licitatório n° 0220/2023

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preços n° 0101/2023.

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de móveis para uso das Secretarias e departamentos do Município de Xaxim/SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30h do dia 11 de janeiro de 2024.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 11 de janeiro de 2024.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim – SC, 08 de dezembro de 2023.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal

DECRETO 506/2023

Publicação N° 5411036

DECRETO N°. 0506/2023

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal n°. 4.595/22 de 24 de outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade		
06.001	Departamento de Cultura	2.039 – Manutenção da Merenda Escolar		
Despesa	Modalidade	Fonte	Valor R\$	
029/2023	3.3.90.00.00	2.500.0000.30000	200.000,00	

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos do Superávit Financeiro da Fonte de Recurso 1.500.0000.100000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), 08 de dezembro de 2023.

EDILSON ANTONIO FOLLE
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS 40/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 194/2023

Publicação Nº 5410467



MUNICÍPIO DE ZORTÉA
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação

Pág 1 / 5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial
Para Contratação de Serviços
40/2023
Processo Administrativo: 194/2023

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Presencial nº. 40/2023, o(s) participante(s):

29505 - BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
13	LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150KVA UTILIZADO NO SISTEMA STAND- BY PARA ATENDER OS SISTEMAS DE SOM E LUZ NA REALIZAÇÃO DOS SHOWS NACIONAIS OU PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, COM DISPONIBILIDADE DE OPERADOR E ÓLEO DIESEL PARA 10 HORAS EM CASO DE NECESSIDADE DE USO.	DIA		6	R\$2.995,00	R\$17.970,00
Total do Fornecedor:						R\$17.970,00
38059 - SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
30	SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA COM AGENTES REGISTRADOS NOS ÓRGÃOS OFICIAIS, DIVIDIDOS EM TURNOS DE 8 HORAS	UNIDADE		100	R\$239,50	R\$23.950,00
Total do Fornecedor:						R\$23.950,00
68713 - GIOVANI POSSAMAI - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	CARRO DE SOM DE RUA: PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE ÁUDIO EM CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DE COMUNICADOS, ATOS OFICIAIS, AVISOS, CONVOCAÇÕES, PROGRAMAÇÃO DE FESTIVIDADES, ATIVIDADE E ORIENTAÇÕES REALIZADAS POR TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, EM REGIÕES, PERÍODOS E DATAS A SEREM DEFINIDAS PELAS SECRETARIAS. NOTA FISCAL, ART E NEGATIVAS ATUALIZADAS	HORAS		660	R\$58,00	R\$38.280,00
27	SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TELÃO TIPO LONA INDOOR COM TAMANHO MÍNIMO DE 03X02M, COM TRIPÊ PARA SUPORTE, PROJETO DE NO MÍNIMO 4000 AISI LUMENS, COM TRIPÊ PARA SUPORTE, CABEAMENTO DE 30M SISTEMA HDMI/ SDI, DISTRIBUIDOR DE SINAL SPLITER, COMPUTADOR NOTEBOOK COM PLACA DE VÍDEO DE ALTA CAPACIDADE, CABEAMENTO COMPLETO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA, TÉCNICO RESPONSÁVEL EM TEMPO INTEGRAL. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA, TÉCNICO DE PAINEL DE LED RESPONSÁVEL EM TEMPO INTEGRAL.	DIA		5	R\$1.245,00	R\$6.225,00
28	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE; MONTAGEM DE SISTEMA DE SOM E LUZ COM OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: GRID EM ALUMÍNI PADRÃO Q30, TAMANHO 08M X 06M X 05M COM DUAS TRAVESSAS CENTRAIS; PA 3 VIAS ESTÉREO COMPOSTO POR 12 CAIXAS DE SOM SISTEMAS LINE ARRAY 1200W CADA, 06 CAIXAS DE SUB DUPLAS 1500W CADA, SISTEMAM DE PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO EQUIVALENTE, 01 MESA DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS, MULTICABO 48 CANAIS; MESA DE SOM PARA MONITOR DE NO MÍNIMO 32 CANAIS, 06 CAIXAS DE MONITOR 600W CADA, 12 PEDESTAIS DE MICROFONE, KIT DE MICROFONE BATERIA, CORPO DE BATERIA, CUBO DE BASS 500W COM DUAS CAIXAS, CUBO DE GUITARRA 100W, 10 DIRECT BOX, SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA 08 FONES COM	DIA		6	R\$4.999,00	R\$29.994,00



MUNICÍPIO DE ZORTÉA
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação

Pág 2 / 5

	CABEAMENTO, CABOS DE AC, XLR E P10 PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA; ILUMINAÇÃO COM 12 MOVING BEAM 200, 02 MINI-BRUTI 2600W, 12 REFLETORES PAR LED 3W, 06 REFLETORES COBE 200W, 08 STROBO LED 3W, 01 MÁQUINA DE FUMAÇA, 01 SPLITER 04 ENTRADAS E 16 SAÍDAS, MESA DE LUZ GRANMA2 COM 6 UNIVERSOS MDX, CABEAMENTO AC E DMX PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA; MAIN POWER TRIFÁSICO PARA DISTRIBUIÇÃO DE CARGA; TÉCNICOS RESPONSÁVEIS E DEMAIS ITENS COMPLEMENTARES; ATENDENDO RIDER TÉCNICO COMPLETO PARA SHOW'S.					
Total do Fornecedor:						R\$74.499,00

69370 - BANXAP - BANHEIROS MÓVEIS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CABINE/BANHEIRO TIPO CHUVEIRO ELÉTRICO 220V, POTÊNCIA DE 3.000W, COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA, SISTEMA DE LIGAÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ÁGUA, TAMANHO MÍNIMO DE 1,10M X 1,10M, ALTURA DE 2,20M, ATERRAMENTO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS	UNIDADE		8	R\$357,20	R\$2.857,60
5	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS: LOCAÇÃO DE 01 BANHEIRO QUÍMICO. INCLUINDO LIMPEZA E REPOSIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE.	UNIDADE		100	R\$329,00	R\$32.900,00
6	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PNE DEFICIENTE: LOCAÇÃO DE 01 BANHEIRO QUÍMICO, TIPO PNE DEFICIENTE; DEVE SER ADAPTADO P/ PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS; CONTER BARRAS LATERAIS E APOIO, PISO REBAIXADO OU RAMPA DE ACESSO, POSSUIR PISO COM ÁREA TOTAL (LARGURA MULTIPLICADA PELO COMPRIMENTO), INCLUÍDA A ÁREA OCUPADA PELO TANQUE DE CONTENÇÃO DE NO MÍNIMO 2,25 M2 A PORTA DE ENTRADA DEVERÁ TER LARGURA MÍNIMA DE 80CM E ABERTURA MÍNIMA DE 180 GRAUS; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE NOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, INCLUINDO LIMPEZA E REPOSIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE.	UNIDADE		6	R\$451,20	R\$2.707,20
7	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS VIP/LUXO: LOCAÇÃO DE 01 BANHEIRO QUÍMICO TIPO VIP/LUXO. OS BANHEIROS DEVERÃO SER FABRICADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COMPOSTO DE CUBA QUE IMPEÇA A VISUALIZAÇÃO DE DEJETOS POR PARTE DO USUÁRIO; DESCARGA ACIONADA NO PÉ; RESERVATÓRIO DE ÁGUA LIMPA PARA PIA, QUE DEVE TER TORNEIRA AUTOMÁTICA OU DE ACIONAMENTO PELO PÉ; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PORTA OBJETOS; SUPORTE COM ALCOOL EM GEL; ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED. TAMANHO MÍNIMO APROX. DE 1,20M DE PROFUNDIDADE X 1,20 DE LARGURA X 2,30 DE ALTURA. CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE NOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS. INCLUINDO LIMPEZA E REPOSIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE.	UNIDADE		20	R\$376,00	R\$7.520,00
Total do Fornecedor:						R\$45.984,80

139793 - M2M PRODUCOES TECNICAS DE EVENTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
18	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS MODULARES DE 2MX1M EM ALUMÍNIO, COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL 22MM, PÉS COM REGULAGEM DE ALTURA DE 0,3M A 1,0M, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, TECIDO PRETO PARA ACABAMENTO, CAPACIDADE DE CARGA CERTIFICADA DE 150KG POR M². ART DA ESTRUTURA METÁLICA MONTAGEM EM AMBIENTES FECHADOS PARA FORMAR PALCO OU PASSARELA, SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	UNIDADE		50	R\$147,00	R\$7.350,00
19	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA TRELIÇADA EM ALUMÍNIO PADRÃO Q30 COM CONEXÃO FIXA, SAPATAS E CINTAS DE SEGURANÇA PARA ESTAIAMENTO, PARA INSTALAÇÃO DE PÓRTICOS COM TAMANHOS VARIADOS POR METRO CORRIDO, PARA INSTALAÇÃO DE BANNERS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	METRO		200	R\$94,00	R\$18.800,00
25	SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E	UNIDADE		50	R\$3.089,00	R\$154.450,00



MUNICÍPIO DE ZORTÉA
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação

Pág 3 / 5

	OPERACIONALIZAÇÃO DE MÓDULO DE PAINEL DE LED PARA EVENTOS INDOOR COM RESOLUÇÃO MÍNIMA P5, TAMANHO 0,96X0,96M, COM PROCESSADOR DE VÍDEO, COMPUTADOR NOTEBOOK COM PLACA DE VÍDEO DE ALTA CAPACIDADE, CABEAMENTO COMPLETO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA, GRID TRELIÇADO PADRÃO Q30/Q50 PARA SUPORTE, TÉCNICO DE PAINEL DE LED RESPONSÁVEL EM TEMPO INTEGRAL.					
26	SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PAINEL DE LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA P2,9, COM PROCESSADORA DE VÍDEO, NOTBOOK COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE CONTEÚDOS, CABEAMENTO E DEMAIS ITENS COMPLEMENTARES, GRID TRELIÇADO PADRÃO Q30/Q50 PARA SUPORTE, TÉCNICO DE PAINEL DE LED RESPONSÁVEL EM TEMPO INTEGRAL. SENDO O PEDIDO MÍNIMO DE 06 METROS QUADRADOS.	METRO QUADRADO		50	R\$3.495,00	R\$174.750,00
29	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA ATENDER RIDER TÉCNICO DE CONCERTOS DE GRANDE PORTE COM ORQUESTRA CAMERATA / BANDA INSTRUMENTAL, AO AR LIVRE CONTENDO - 08 CAIXAS DE SUB 1000W, 12 CAIXAS DE LINE ARRAY 750W, SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE ÁUDIO - 06 MONITORES DE RETORNO COM AMPLIFICAÇÃO - 02 MESAS DE SOM DIGITAL DE 32 CANAIS, MULTICABO 36 CANAIS 50M - 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA - 16 MICROFONES DINÂMICOS COM PEDESTAIS SM57 - 10 MICROFONES DINÂMICOS COM PEDESTAIS SM58 - 08 DIRECTBOX - TODO O CABEAMENTO NECESSÁRIO - ILUMINAÇÃO- 18 REFLETORES EM LED 3W - 12 MOVING BEAM 200 - 04 MINI BRUTI 2600W - 06 LIGHT1000W - 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 1500W - 01 GRID EM ALUMÍNIO PADRÃO 10MX06M COM PÉ DIREITO DE 6M E UMA BARRA/ TRAVESSA CENTRAL - MESAS DE LUZ DMX 1024 CANAIS ART DA ESTRUTURA METÁLICA DO EVENTO. 03 TÉCNICOS DE SOM E LUZ PARA OPERAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM TEMPO INTEGRAL. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	UNIDADE		5	R\$7.499,00	R\$37.495,00
31	SISTEMA DE GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DE EVENTO AO VIVO, COMPOSTO POR 4 CÂMARAS FULL HD COM TRIPIÉ, 01 MESA DE IMAGEM COM CORTE E STREAMING, 02 COMPUTADORES PARA TRANSMISSÃO E MONITORAMENTO, 02 MONITORES DE VÍDEO 14", CABEAMENTO COMPLETO HDMI /SDI, PERIFÉRICOS E DEMAIS ITENS PARA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA, 03 TÉCNICOS RESPONSÁVEIS EM TEMPO INTEGRAL, SENDO 01 CINEGRAFISTA, 01 OPERADOR DE STREAMING E 01 DIRETOR DE CENA. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	UNIDADE		5	R\$4.199,00	R\$20.995,00
					Total do Fornecedor: R\$413.840,00	

202843 - WILLIAN BUTTNER

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	GRADES DE ISOLAMENTO DE ÁREAS E ORGANIZAÇÃO DE PÚBLICO, COM MÓDULOS DE NO MÍNIMO 02X1,10M, COM SISTEMA DE LIGAÇÃO ENTRE OS MESMOS, PÉS DE SUSTENTAÇÃO, ATERRAMENTO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	METRO		300	R\$13,00	R\$3.900,00
16	LOCAÇÃO DE PALCO INTERNO. MONTAGEM DE PALCO INTERNO COM TAMANHO TOTAL DE 08X04M, COM ALTURA DE 1,00M COMPOSTO POR PRATICÁVEIS MODULARES CONSTRUÍDOS EM PERFIS DE ALUMÍNIO COM PISO DE COMPENSADO NAVAL 25MM ANTIDERRAPANTE PRETO, CAPACIDADE CERTIFICADA DE 250KG/M², ESCADA DE ACESSO, FORRAÇÃO DE FRENTE LATERAIS NA COR PRETA.	DIA		10	R\$3.100,00	R\$31.000,00



MUNICÍPIO DE ZORTÉA
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação

Pág 4 / 5

206881 - LR PRODUÇÕES LTDA					Total do Fornecedor:	R\$34.900,00
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	FECHAMENTO TIPO TAPUME PARA ISOLAMENTO DE ÁREAS E ORGANIZAÇÃO DE PÚBLICO, COM MÓDULOS DE NO MÍNIMO 02X02M, COM SISTEMA DE ESTAIAMENTO DE SEGURANÇA, ATERRAMENTO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	METRO		500	R\$40,00	R\$20.000,00
10	LOCAÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA ESTANDES EM OCTANORM / TS, COM PERFIS DE ALUMÍNIO E CHAPAS BRANCAS, PÉ DIREITO DE 2,20M, TESTEIRA COM PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO EM MDF DE 50CMX90CM, CARPETE NA COR GRAFITE/PRETA, UMA LÂMPADA E UMA TOMADA DE ENERGIA 220V PARA CADA 9M² DE MATERIAL LOCADO, ATERRAMENTO E 02 EXTINTORES COM IDENTIFICAÇÃO A CADA 100M² DE MATERIAL LOCADO, CADA LOCAÇÃO DEVE CONTEMPLAR ATÉ 03 DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO, SENDO QUE A MONTAGEM DEVERÁ ESTAR CONCLUÍDA UM DIA ANTES DO INÍCIO OFICIAL DO MESMO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS. ESTAR CONCLUÍDA UM DIA ANTES DO INÍCIO OFICIAL DO MESMO.	METRO QUADRADO		400	R\$200,00	R\$80.000,00
11	LOCAÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO TIPO LANCHONETE EM OCTANORM/ TS SENDO UMA UNIDADE DE 03X03M, CONTENDO UMA CUBA PLÁSTICA E BALCÃO, UMA LÂMPADA E UMA TOMADA DE ENERGIA 220V, ATERRAMENTO E 02 EXTINTORES COM IDENTIFICAÇÃO A CADA 100M² DE MATERIAL LOCADO. CADA LOCAÇÃO DEVE CONTEMPLAR ATÉ 03 DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO, SENDO QUE A MONTAGEM DEVERÁ ESTAR CONCLUÍDA UM DIA ANTES DO INÍCIO OFICIAL DO MESMO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	METRO QUADRADO		200	R\$220,00	R\$44.000,00
14	LOCAÇÃO DE PALCO EXTERNO COBERTO TAMANHO 12MX08M, COM ALTURA MÍNIMA DO TABLADO DE 01M, COMPOSTO POR CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL 22MM, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, TECIDO PRETO PARA ACABAMENTO, CAPACIDADE DE CARGA CERTIFICADA DE 150KG POR M2, COBERTURA COM ESTRUTURA TRELIÇADA Q30/Q50 COM PÉ DIREITO DE 7M, ASAS LATERAIS PARA SUPORTE DE SOM, LONA ANTI CHAMAS BRANCA, TELAS PARA FECHAMENTO DE FUNDO E LATERAIS, ATERRAMENTO, EXTINTORES E LUZ DE EMERGÊNCIA, DEVIDAMENTE ESTAIADO PARA SEGURANÇA. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	DIA		8	R\$10.900,00	R\$87.200,00
15	LOCAÇÃO DE PALCO PEQUENO EXTERNO. 150KG POR M², COBERTURA COM ESTRUTURA TRELIÇADA Q30/50 COM PÉ DIREITO DE 7M, ASAS LATERAIS PARA SUPORTE DE SOM, LONA ANTI CHAMAS BRANCA, TELAS PARA FECHAMENTO DE FUNDO E LATERAIS, ATERRAMENTO, EXTINTORES E LUZ DE EMERGÊNCIA, DEVIDAMENTE ESTAIADO PARA SEGURANÇA. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A DEFINIR.	DIA		20	R\$8.900,00	R\$178.000,00
20	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAVILHÃO AUTOPORTANTE EM ESTRUTURA METÁLICA DE ALUMÍNIO TIPO P30/P50; COBERTURA COM LONA VINÍLICA BRANCA ANTICHAMA; PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV; DIMENSÕES DE 31,5X12,5X5 METROS; FECHAMENTO LATERAL CASO NECESSÁRIO. CADA LOCAÇÃO E MONTAGEM DA ESTRUTURA, ATERRAMENTO CONFORME NORMAS VIGENTES, 02 EXTINTORES PARA CADA 600M² DE ESTRUTURA, SINALIZAÇÃO PREVENTIVA DE INCÊNDIO. CADA LOCAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR ATÉ 03 DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS. DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO.	METRO QUADRADO		1.000	R\$38,50	R\$38.500,00
21	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PISO/TABLADO COM BASE REGULÁVEL PARA NIVELAMENTO DE TERRENO, FABRICADO EM MADEIRA OU	METRO QUADRADO		200	R\$30,00	R\$6.000,00



MUNICÍPIO DE ZORTÉA
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação

Pág 5 / 5

	POLIPROPILENO. CADA LOCAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR ATÉ 03 DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.					
22	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE COBERTURAS TIPO PIRÂMIDES NAS MEDIDAS DE 10X10M, ESTRUTURADAS EM FERRO, COBERTURA EM LONA VINÍLICA BRANCAS, NOVAS E OU PÉ DIREITO DE 3 A 4 METROS COM ALONGADOR, EQUIPADA COM CALHAS E TESOURAS DE FERRO, COM FECHAMENTO COMPLETO NAS LATERAIS. CADA LOCAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR ATÉ 03 DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	UNIDADE		5	R\$2.000,00	R\$10.000,00
23	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE COBERTURAS TIPO PIRÂMIDES NAS MEDIDAS DE 5X5M, ESTRUTURADAS EM FERRO, COBERTURA EM LONA VINÍLICA BRANCA, NOVA E OU LAVADAS REFORÇADA E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E EQUIPADA COM CALHAS E TESOURAS DE FERRO, COM FECHAMENTO NAS LATERAIS. CADA LOCAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR ATÉ 03 DIAS À DISPOSIÇÃO DO EVENTO. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS	UNIDADE		5	R\$890,00	R\$4.450,00
24	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE BOX PARA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, ESTRUTURADO EM CHAPAS DE TS, NAS MEDIDAS DE 3 (TRÊS) X 3 (TRÊS) METROS, PISO FORRADO COM MATERIAL APROVADO PELOS BOMBEIROS, TESTEIRA, BALCÃO PARA ATENDIMENTO, SISTEMA ELÉTRICO COM DUAS TOMADAS PONTOS DE LUZ. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS.	UNIDADE		10	R\$1.900,00	R\$19.000,00
				Total do Fornecedor:		R\$487.150,00
206911 - MARCIO MOY						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
12	LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 260KWA OPERANDO PARA ATENDER OS SISTEMAS DE SOM E LUZ NA REALIZAÇÃO DE SHOWS NACIONAIS OU PARA ATENDER PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, COM DISPONIBILIDADE DE OPERADOR E ÓLEO DIESEL PARA 10 HORAS DE FUNCIONAMENTO	DIA		6	R\$3.500,00	R\$21.000,00
				Total do Fornecedor:		R\$21.000,00

Zortéa, 30 de novembro de 2023

Consórcios

CIRSURES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL 18-2023

Publicação N° 5413342

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL – CIRSURES

TERMO ADITIVO N° 18/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO ADIMINISTRATIVO N.º 23/2023

Contrato: 23/2023

CONTRATADO: TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO E ACESSO LTDA

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Objeto: Constitui objeto do presente aditivo o licenciamento do direito de uso do sistema (software) "Secullum Web Ultimate" com adicional de checkin off-line, para até 14 (quatorze) usuários.

Data da assinatura: 04/12/2023

Urussanga (SC), 07 de Dezembro de 2023.